

PORTVGALIAE
MONVMENTA NEOLATINA
VOL. X

LUÍS ANTÓNIO VERNEY

LÓGICA



(Página deixada propositadamente em branco)

PORTVGALIAE
MONVMENTA NEOLATINA

Coordenação Científica

A P E N E L
Associação Portuguesa de Estudos Neolatinos



A P E N E L

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA
Associação Portuguesa de Estudos Neolatinos - APENEL

DIRECÇÃO
Sebastião Tavares de Pinho, Arnaldo do Espírito Santo,
Virgínia Soares Pereira, António Manuel R. Rebelo,
João Nunes Torrão, Carlos Ascenso André,
Manuel José de Sousa Barbosa

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Maria João Padez de Castro

EDIÇÃO
Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensauc@ci.uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

CONCEPÇÃO GRÁFICA
António Barros

PRÉ-IMPRESSÃO
António Resende

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
G.C. - Gráfica de Coimbra, Lda.

ISBN
978-989-26-0068-0

ISBN DIGITAL
978-989-26-0194-6

DOI
<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0194-6>

DEPÓSITO LEGAL
318902/10

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:

UNIDADE I&D | LINGUAGEM, INTERPRETAÇÃO E FILOSOFIA

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

 Programa Operacional Ciência e Inovação 2010
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

PORTVGALIAE MONVMENTA NEOLATINA

VOL. X

LUÍS ANTÓNIO VERNEY

LÓGICA

Introdução e tradução

AMÂNDIO COXITO

Fixação do texto latino

SEBASTIÃO TAVARES DE PINHO

FILIPA MEDEIROS

(Página deixada propositadamente em branco)

INTRODUÇÃO

Por termos apresentado os dados biográficos sobre Verney na introdução da edição da Metafísica, abstemo-nos de fazê-lo de novo, remetendo o leitor para esse lugar. Mas antes do resumo da obra, vamos expor algumas reflexões respeitantes aos antecedentes imediatos da lógica moderna para, assim, se poder compreender mais adequadamente a situação doutrinal desta disciplina na época em que escreveu o filósofo português.

Foi com o humanismo renascentista que surgiu um novo ideal, oposto ao ideal da Escolástica, durante a qual o espírito humano não pôde libertar-se dos hábitos contraídos na Escola, em que o ensino da lógica ocupava um lugar privilegiado, considerando-se até de maior importância sobrecarregar a memória com fórmulas estereotipadas do que cultivar o juízo. Mas na época humanista o que se procura é um novo método, capaz de dirigir a actividade intelectual na investigação da verdade. Este propósito está presente inicialmente em Petrus Ramus, que censura com animosidade extrema Aristóteles, embora permaneça ainda em grande parte submetido aos modos de pensar tradicionais. Além de outros, também Bacon é um pensador do Renascimento, que critica a Escolástica e se propõe renovar o Organon aristotélico, substituindo uma lógica verbalista e estéril por um método experimental eficaz, ainda que o seu método indutivo seja considerado por alguns como uma dedução silogística às avessas. E verifica-se nestes dois opositores à filosofia tradicional uma mesma tendência, ou seja, libertar a lógica da metafísica, fazendo dela uma metodologia do pensamento científico. Essa tendência está também presente nos filósofos do século XVIII. Na época da revolução científica, opera-se uma transformação radical: a rejeição da lógica formal e da teoria do conceito que lhe estava associada, pondo em seu lugar uma explicação teórica do método praticado pela ciência. Ainda que pareça surpreendente incluir Descartes numa história da lógica, a verdade é que foi importante o seu contributo não apenas pela impugnação da filosofia do conceito, mas também pela crítica do formalismo da lógica tradicional e da sua esterilidade, pois essa lógica apenas embotava a inteligência por uma submissão a regras que induziam a ajuizar sobre coisas que se desconheciam. O espírito cartesiano difundiu-se progressivamente desde os meados do século XVII, acentuando o corte com o passado, e o exemplo mais saliente, que significa um espírito novo, é a lógica de Port-Royal,

cuja característica principal é a pouca importância que atribui à lógica como disciplina especulativa, como era aquela que se ensinava nas escolas. Os autores de Port-Royal propõem-se ensinar não uma ciência, mas uma arte, por meio da qual poderia aprender-se, além das fórmulas verbais, a pensar melhor. Era esse sobretudo o seu lema. De facto, a lógica não é uma disciplina teórica, mas prática. E a sua finalidade não é dispensar de ajuizar por meio da aplicação mecânica de regras, mas, contrariamente, exercitar o juízo e torná-lo mais consistente. Por outro lado, essa disciplina tem aplicação em todas as circunstâncias da vida em que o homem se serve da sua razão. É precisamente por isso que o tratado de Port-Royal recorre de modo constante e sistemático a exemplos concretos, como também sucede em Verney. Por último, a exposição das regras em La logique ou l'art de penser é reduzida ao mínimo, pois o que mais interessa não é o seu grande número, mas entendê-las no uso que delas se faz na prática quotidiana. Também o filósofo português pensa de forma idêntica. Pode por isso afirmar-se que a lógica de Port-Royal exerceu uma influência assinalável no nosso autor, como se comprova pelas várias referências que ele lhe faz e pelos temas específicos que dela adoptou. Contudo, ele também se inspirou em vários outros pensadores, tanto antigos como modernos, salientando-se entre estes John Locke, o pai do empirismo, que foi o mais importante fundamento das concepções filosóficas do nosso autor. E devem ainda incluir-se os escolásticos, os quais, no entanto, ele critica de forma contundente e por vezes sarcástica, como pode verificar-se ao longo da obra que agora se publica.

1. Resumo da obra

DEDICATÓRIA AO REI D. JOSÉ. O intento de Verney é pôr em contraste a obscuridade do engenho dos antigos e a excelência da erudição dos modernos. Com efeito, se os primeiros mestres das ciências podem reivindicar para si próprios o mérito da sua descoberta, isso é compensado pelos benefícios proporcionados pelos modernos relativamente à utilidade das matérias que deram a conhecer e à aptidão para ensiná-las, com as quais foram acrescentadas as doutrinas transmitidas pelos antigos. E o autor compara a lógica de Aristóteles com a dos filósofos dos séculos XVII e XVIII, salientando as discordâncias entre elas, pois a primeira é redundante e obscura, a ponto de por vezes dificilmente poder entender-se, enquanto que a segunda se distingue pela brevidade e pela clareza em todos os assuntos de que se ocupa e, mais ainda, pelo facto de os temas tratados serem utilíssimos para ajuizar com segurança. Por isso, se os antigos descobriram certos princípios do raciocínio, os modernos inventaram uma arte perfeita para investigar a verdade, tanto certa como provável, quase desconhecida dos filósofos da Antiguidade, pela qual são esclarecidas as disciplinas mais severas, dependendo também dela todas as coisas respeitantes à vida humana. Deste modo, o filósofo português considera merecedores do Estado todos os que se empenham no cultivo da nova lógica.

SAUDAÇÃO AOS JOVENS PORTUGUESES. *Verney propõe-se expor com brevidade o motivo por que escreveu a sua Lógica numa época em que existia um grande número de livros sobre esta matéria, embora reconheça que nenhum dos seus compatriotas havia reflectido em profundidade a respeito dela com base nas doutrinas dos modernos. Por outro lado, segundo ele, as obras dos autores mais ilustres dificilmente seriam vendidas aos Portugueses, quer porque quase todas tinham sido escritas por filósofos heterodoxos, quer porque, embora redigidas por católicos, não eram do agrado do público. Mas o nosso filósofo apresenta ainda outra justificação para a sua iniciativa: embora alguns autores da sua época tivessem trazido esplendor à lógica, existiram muitos outros que discorreram sobre assuntos sem interesse, negligenciaram os necessários e úteis, expuseram os seus pensamentos com grande rodeio de palavras e confundiram de tal modo certas matérias que é impossível distinguir umas das outras e aplicá-las à experiência. Ainda que declare ser difícil investigar os mistérios do espírito humano, contudo, Verney está convicto de que os assuntos a que deu preferência foram por ele redigidos ordenada e adequadamente para a formação dos jovens portugueses. Por isso, ele espera que estes lhe mostrem gratidão, pois lhes aplanou o caminho para se instruírem com as doutrinas mais úteis.*

LIVRO PRIMEIRO. *Este livro é dedicado à história da lógica, desde a lógica dos antigos até à dos modernos. O autor refere a origem desta disciplina entre os Gregos, aludindo nomeadamente a Parménides, a Zenão de Eleia, a Sócrates e ao seu método de filosofar, a Platão, aos megáricos, aos cirenaicos, aos estóicos, aos epicuristas e aos peripatéticos. Entre estes, o seu chefe, Aristóteles, é realçado por ter exposto extensamente a arte lógica e estabelecido a silogística. Mas ele é também censurado por várias razões, em especial por se ter servido de uma linguagem incompreensível, por não ter definido devidamente os vocábulos, por se servir de palavras destituídas de significação, por ter deturpado as opiniões de filósofos anteriores, por ter discorrido sobre assuntos sem interesse, por ser prolixo no ensino das proposições, por não se ocupar do critério da verdade, por ter estabelecido regras extensas e intrincadas sobre os silogismos, não as explicando com exemplos familiares, por ter usado palavras extremamente obscuras e porque nos Tópicos apresenta apenas uma arte de sofismar e de seduzir o opositor. Em resumo, Aristóteles escreveu sobretudo uma gramática filosófica e não uma arte do raciocínio.*

São também mencionados os Árabes que, por não conhecerem a língua e a filosofia gregas, interpretaram Aristóteles sem talento, pelo que obscureceram e corromperam os livros do filósofo grego. Quanto aos escolásticos, são igualmente objecto de censura, pois adoptaram um método idêntico ao dos Árabes, cultivaram somente a arte dos sofismas, impediram a liberdade de filosofar por se terem dedicado a aplaudir as opiniões de Aristóteles, estando apenas de acordo com elas, não se ocuparam do critério da verdade, discorreram sobre assuntos ininteligíveis e totalmente inúteis (como os proemiais, os sinais, os predicáveis, as categorias, os silogismos modais, a arte de descobrir o termo médio), discutiram perpetuamente sobre a significação

das palavras e não tiveram como propósito investigar a verdade, mas apenas alterar sobre assuntos evidentes e indiscutíveis.

São referidos seguidamente os autores que a partir do século XV se propuseram corrigir a lógica, entre os quais merecem destaque Lorenzo Valla, Rudolf Agricola, Luís Vives, Mário Nizzoli e Petrus Ramus (o primeiro que censurou os erros de Aristóteles), cujas obras são elogiadas, designadamente as *Institutiones Dialecticae* por incluírem uma nova arte de discorrer. São também exaltados Francis Bacon, Pierre Gassendi, Thomas Hobbes, Descartes (por recusar os preceitos da autoridade e cultivar a filosofia livre) e os autores de Port-Royal, cuja obra, *A Arte de Pensar*, é aplaudida pela clareza e ordem das matérias, por esclarecer os assuntos com exemplos familiares que são muito úteis para os principiantes, por discorrer sobre o método e por refutar com agudeza de espírito certos erros dos peripatéticos, embora eles devam ser criticados por divulgarem de modo excessivo o cartesianismo e por não se absterem por vezes de opiniões preconcebidas. É igualmente criticado Malebranche por rejeitar a evidência da sensação, tomando por isso a defesa do cepticismo, e por defender as doutrinas da visão em Deus e das causas ocasionais, dado que esta última suprime a liberdade.

Mas a instauração de uma lógica mais útil deveu-se sobretudo a John Locke, em virtude da sua explicação da origem do conhecimento, baseado na experiência. Por outro lado, Locke foi o primeiro que ensinou os lógicos a não terem pejo de confessar que desconhecem muitas coisas, persuadindo-os de que existe uma certa douda ignorância e de que é mais sensato ignorar certas matérias do que conhecê-las. Situam-se também nesta linha outros filósofos ilustres, entre os quais Christian Thomasius, Clerk, Rudiger, Franz Budde e Christian Wolff. O livro termina com um elogio a Genovesi, relativamente ao qual Verney afirma que lamentou não ter conhecido anteriormente a sua lógica, pois tal conhecimento o libertaria de muitas canseiras que suportou ao examinar certos assuntos. E ele conclui deste modo: “Quando por vezes eu estimulava o Genuense a exprimir-se sobre os estudos modernos, sempre mostrei tanta concordância com ele que não parecíamos dois filósofos a discorrer, mas o mesmo espírito raciocinando em dois corpos. Uma coisa nos distinguia, pois eu ouvia-o com muito agrado – porque se distinguia grandemente na penetração do juízo e na doutrina – e ele considerava-me um ouvinte muito atento, mas não um mestre. E embora ele por vezes me elogiasse, eu atribuía isso à sua amizade e benevolência e não aos meus merecimentos”. Esta concordância de opiniões não significa, porém, que Verney tivesse plagiado a Lógica de Genovesi, como houve quem supusesse infundadamente.

LIVRO SEGUNDO. Este livro principia pela análise da constituição do indivíduo humano enquanto dotado de alma e corpo, sendo definidas as suas partes constitutivas e reconhecida a dificuldade de compreender a sua natureza. Seguidamente, é abordado o tema da sede da alma, a respeito do qual já desde a Antiguidade se haviam pronunciado vários filósofos, nomeadamente Pitágoras, Platão, Estratão, Parménides, Demócrito, Epicuro, Diógenes de Apolónia, Aristóteles e os escolásticos – para os quais a alma se situa na totalidade do corpo –, e ainda Descartes,

segundo o qual o espírito reside na glândula pineal, na parte superior do cérebro. Porém, para Verney, essa é uma questão impossível de ser explicada, pois para isso seria necessário possuímos uma ideia clara do espírito. São ainda referidas neste livro as operações da mente, por exemplo “ideia”, “percepção”, “juízo”, “reflexão” e “reminiscência”. O modo de aquisição das ideias é o assunto com maior explanação. O nosso autor menciona os pareceres de alguns filósofos antigos (Platão, Aristóteles e Lucrécio) e modernos (Descartes e Malebranche), dos escolásticos (a propósito dos quais alude ao fantasma expresso e ao impresso) e sobretudo de Locke, cuja opinião é confirmada com exemplos tomados da experiência. Na sequência da doutrina de Locke, são rejeitadas as ideias inatas, visto que todas as ideias provêm da sensação e da reflexão. Verney admite apenas o inatismo das faculdades ou disposições comuns ao género humano, como a faculdade de pensar e a tendência para procurar o prazer e evitar a dor. Estes factos são comprovados pela experiência, e qualquer empirista estaria de acordo com eles, até porque se trata de uma afirmação trivial. Mas, se entendermos por “inato” um conhecimento que está permanentemente no espírito e totalmente formado e que podemos perceber voltando-nos para nós próprios, então a doutrina do inatismo é descabida. Pode por isso concluir-se que aquilo que repugna a Verney é a forma ingénua e mais grosseira sob a qual a doutrina inatista era em muitos casos proposta (o chamado “inatismo actual”). Segundo ela, Deus imprimiu na alma na altura do nascimento certas ideias ou verdades que se apresentam totalmente definidas, ainda que os seres humanos não tenham consciência delas antes da maturidade, momento em que lhes dão imediato e pronto assentimento. É a esta forma que Locke se refere no primeiro livro do Essay quando faz alusão a uma “opinião consagrada” segundo a qual existem no entendimento certas noções primitivas, como que gravadas, que o ser humano teria recebido desde o primeiro momento da sua existência. É também recusado o inatismo virtual, segundo o qual existem certas disposições ou tendências no ser humano para pensar ou agir segundo modos prefixados ou de acordo com certos “germes de pensamento”, usando as palavras de Descartes. Há um passo neste livro em que o inatismo virtual é terminantemente rejeitado. Suponhamos um homem que desde muito novo conviveu com músicos, acabando por tocar diversos instrumentos. A quem dissesse que este dom musical é natural (algo inato, existente virtualmente na alma, à semelhança a nível biológico da predisposição para certas doenças) deveria responder-se que ele se explica somente pela educação. Dir-se-ia por isso que a capacidade ou a tendência para ser músico é comum a todas as pessoas, tal como a capacidade de pensar. Neste sentido, e só neste, possuir o dom musical é algo inato (inato enquanto faculdade), ainda que a arte musical seja apenas possível por acção da experiência, isto é, por uma educação adequada. Sobre este tema, Verney resume as suas considerações críticas declarando que a refutação dos defensores das ideias inatas necessita apenas do argumento de que eles afirmam algo que a experiência impugna. O nosso filósofo refere-se ainda à função dos diversos sentidos na aquisição das ideias, ao modo como eles actuam e, por fim, aos erros que originam e às consequências do erro na vida humana. Numa

perspectiva teológica, ele é um castigo do pecado e a fonte de todas as moléstias e do entorpecimento da mente. E a lógica é o único recurso par evitá-lo e para aplanar o caminho na investigação da verdade.

LIVRO TERCEIRO. *Na primeira parte deste livro, Verney discorre sobre as ideias, um tema recorrente nos séculos XVII e XVIII. Nesta época, prevalecia uma concepção gnosiológica, segundo a qual as ideias eram entendidas como representações de uma coisa, sendo por isso concebidas como produtos da actividade do sujeito que conhece. Mas era controverso se as ideias são o objecto imediato do conhecimento que representam as coisas exteriores – como pensavam, entre outros, Malebranche e Locke – ou se são apenas percepções ou actos de conhecer, segundo a opinião de Arnauld. O ponto de vista de Locke é derivado de Descartes, que considera a ideia como “aquilo que é percebido imediatamente pelo espírito”. E em Locke há muitos passos nos quais se refere a “ideia” como “objecto de percepção” e “objecto do entendimento”, usando estas expressões como equivalentes. Assim, a ideia é o próprio objecto percebido, que representa as coisas exteriores, não sendo, portanto, as coisas o que imediatamente se conhece. Estamos perante uma atitude subjectivista ou uma tendência para construir o conhecimento a partir da imanência da subjectividade.*

Para Verney, as ideias não são os objectos imediatos do conhecer, mas “actos perceptivos” ou “actos de perceber”. Afirmar o contrário seria admitir no espírito duas coisas de diferente natureza: por um lado, a percepção; por outro, a ideia como imagem. Contudo, os vocábulos “ideia” e “percepção” significam a mesma coisa. E, inspirando-se em Arnauld, o nosso filósofo esclarece que a diferença está apenas no facto de “percepção” sugerir uma relação com o espírito, enquanto “ideia” põe a tónica na relação com o que é percebido. Por isso, as ideias não se caracterizam como aquilo que se conhece, mas como aquilo pelo qual algo é conhecido, como Verney já havia referido no livro anterior. Em qualquer dos casos, eram discutidas – como sucede no nosso autor – as questões da origem das ideias, das suas espécies (adventícias, factícias, simples, compostas, claras, obscuras, distintas, confusas, completas, incompletas, adequadas e inadequadas) e do modo como representam as coisas. Importa sobretudo ter em consideração as ideias de “substância”, de “acidente” e de “relação”. Para o nosso filósofo, na pegada de Locke, a ideia de “substância”, entendendo a substância em geral como algo que subjaz aos acidentes, é a ideia de uma coisa para nós totalmente desconhecida, sendo apenas a ideia de um nome “que certos incompetentes não hesitam fazer-nos aceitar à força como se ela fosse a ideia de algo conhecido”. E as ideias das substâncias particulares são compostas pelas ideias de todas as propriedades de um objecto, a que juntamos a ideia extremamente obscura de uma coisa que desconhecemos e que pensamos possuir tais propriedades. Também para Locke as ideias de tipos específicos de substâncias são obtidas por combinações de ideias simples baseadas na experiência e existindo em conjunto, supondo nós erroneamente que as propriedades representadas por essas ideias simples subsistem em algo que as suporta. Quanto à ideia de “relação”, ela não é a ideia de

algo existente nos objectos, mas de uma denominação que se atribui a uma coisa e que é pensada como inerente a ela, sendo por isso o espírito que relaciona. Ou seja, as relações são extrínsecas e sobrepostas às coisas, pelo que são subjectivas ou fruto de operações mentais. Também Locke tinha defendido a mesma doutrina. Contudo, esta análise não é exacta, pois há também relações intrínsecas. Por outro lado, a relação não é apenas função psicológica, pois, se o fosse, não poderiam explicar-se as relações lógicas e matemáticas.

Verney alude ainda aos universais. Para o estabelecimento de uma doutrina sobre esta matéria, o seu ponto de partida – como o de qualquer empirista – é que todas as nossas ideias derivam da experiência sensível, directa ou indirectamente, o que se comprova pela análise do desenvolvimento do espírito humano desde a infância. Na verdade, como escreve o nosso filósofo na Física, “quando as crianças alcançam de um modo expedito o uso da razão, apenas dizem ou pensam aquilo que tenham recebido dia após dia inúmeras vezes pelos sentidos externos”. Usando uma expressão dos peripatéticos, o espírito humano é como “uma tábua rasa em que podem imprimir-se muitas imagens, não estando nela inicialmente nada escrito”. Mas tudo o que os sentidos apreendem é necessariamente individual, por serem coisas dotadas de propriedades e modos determinados, em virtude dos quais essas coisas são o que são e não outras. Daí que as ideias correspondentes representem essas realidades na sua existência concreta, separada de qualquer outra existência. O problema que se apresenta na Lógica é se com base nas ideias particulares o espírito pode estabelecer ideias gerais ou universais. À primeira vista, é isso que acontece, dado que Verney se refere a “ideias universais”, definindo-as, consoante a rotina da Escola, como algo “comum a muitos”. Elas são obtidas por um processo de abstracção e “precisão”, como acontece com as ideias das espécies (formadas com base nas semelhanças dos indivíduos) e dos géneros (que resultam da conformidade entre as espécies). Não devemos, porém, extrair destas palavras conclusões precipitadas, pois o objectivo do autor, pelo que respeita a este tema, era ministrar aos jovens estudantes de filosofia algumas noções mais gerais segundo a “opinião vulgar”, não filosófica, que constituíssem uma abordagem preliminar à questão em causa, reservando-se para outras obras um melhor esclarecimento do assunto. De facto, na Física e na Metafísica, a concepção posta em evidência é que pela sua génese todas as nossas ideias são particulares, não havendo no sentido próprio lugar para as ideias universais. Esta doutrina é primeiramente afirmada contra os escolásticos, que supõem existir (não só na mente, mas também nas coisas e na língua com que falamos) certas “naturezas universais” predicáveis dos indivíduos da mesma espécie ou do mesmo género. No entanto, no que se refere em especial às ideias, tal doutrina é contraditória – e por mais que uma razão – ao supor: que as ideias, pela sua génese, têm origem nos sentidos, sendo por isso particulares, mas que, não obstante, há ideias universais; que uma ideia, sendo particular, pode afirmar-se de vários indivíduos, resultando daí que é una e múltipla ao mesmo tempo; e que as ideias particulares se convertem em universais por um acto do intelecto. O nosso espírito tem apenas o poder de ajuntar ou

separar as ideias recebidas por meio dos sentidos, mas não o de criar ideias universais distintas das que os sentidos possibilitam. Por isso, Verney recusa a teoria platônica sobre os universais, que não passam de ficções metafísicas. E censura repetidamente o universal “in re” ou as naturezas comuns realizadas indistintamente nos objectos da experiência, pois “não há coisa alguma que seja comum a muitos indivíduos”. E também rejeita o próprio conceptualismo de alguns filósofos da época, enquanto doutrina que atribui universalidade às ideias; e ainda o nominalismo no sentido estrito ou a concepção que reduz os universais a nomes comuns que designam entidades concretas. A propósito, podemos referir um texto elucidativo:

Não existe qualquer nome que seja verdadeiramente universal. Quando digo “Pedro é homem”, “Paulo é homem”, “Francisco é homem”, parece que exprimo o mesmo nome acerca de três indivíduos, mas o que sucede é muito diferente. Com efeito, o que proferi foram apenas três nomes semelhantes que requerem uma configuração semelhante da boca do falante e que determinam uma afecção semelhante do aparelho auditivo do ouvinte, suscitando neste uma ideia semelhante.

Em conclusão, na sequência da recusa por Verney de todas as entidades abstractas, o que importa pôr em evidência é a defesa da teoria da similitude. Se não existem entidades que possam designar-se por “universais”, quer ao nível do real, quer da mente, quer da língua, só podemos falar de coisas, de ideias e de palavras semelhantes, todas elas particulares. Esta opinião do nosso autor está presente em todas as suas obras filosóficas escritas em latim. E a teoria da similitude que ele propôs é considerada por muitos nos nossos dias a mais sensata.

Na segunda parte deste livro, Verney refere-se à natureza, à utilidade e ao uso da linguagem, principiando por mencionar certas concepções, no seu parecer inaceitáveis, sobre a sua origem e ocupando-se de seguida dos sinais e da significação das palavras. Ele define os sinais naturais (que são aqueles cuja relação significativa se fundamenta numa conexão real entre aquilo que é sinal e aquilo que é o objecto significado) e os arbitrários, ou convencionais (que são aqueles cuja relação significativa se fundamenta numa imposição voluntária ou num acto extrínseco de denominação), dando exemplos destes últimos. Alude de seguida à significação primária e secundária, estando esta associada à própria expressão oral, aos movimentos do corpo, à expressão fisionómica, à intensidade e ao abaixamento da voz, ao contexto do discurso, ao lugar, ao tempo e a outras circunstâncias. Poder-se-ia dizer que a significação secundária equivale, em termos linguísticos, à conotação, segundo a qual, além da significação estrita, sempre abstracta e que deve em princípio ser a mesma para todos, existe uma significação particular para cada indivíduo ou para um grupo no interior de uma comunidade. Por exemplo – como escreve Verney – a expressão “tu mentes”, tomada em sentido próprio significa apenas “tu dizes uma coisa diferente daquela que pensas”. Mas possui outra significação se alguém a relacionar com a ideia de alguém que menospreza, dirigindo-lhe por isso uma afronta injuriosa.

Verney faz também referência às figuras de estilo (embora só de passagem), às espécies de vocábulos de que as pessoas se servem (os substantivos, os adjetivos, os pronomes, os verbos, as preposições, os advérbios, as conjunções, as interjeições) e ao bom uso das palavras no discurso filosófico. Sobre este assunto, ele recomenda ao filósofo: servir-se de termos a cuja significação esteja associada uma ideia bem definida para não abusar perversamente da paciência dos ouvintes, proferindo apenas sons vazios; não usar palavras obscuras na expressão dos pensamentos, como fazem os escolásticos e muitos eruditos, designadamente alguns poetas e oradores; não associar várias ideias a um só vocábulo, pois procedendo desse modo o ouvinte não entende a ideia que se deseja transmitir-lhe; e evitar o emprego de vocábulos indeterminados, equívocos e figurados, devendo proceder-se, se possível, à maneira dos géometras, que dificilmente discutem entre si nos seus raciocínios. E, se nos exprimirmos sobre assuntos domésticos ou públicos, devemos usar vocábulos quotidianos ou da linguagem comum.

LIVRO QUARTO. Neste livro, Verney trata do juízo e do raciocínio. Ele expõe em primeiro lugar a natureza do juízo, discorrendo de seguida sobre a sua expressão verbal ou a proposição, relativamente à qual estuda a matéria, a forma, a quantidade, a oposição, a equipolência, a conversão e as espécies, nomeadamente as proposições simples e compostas (copulativas, disjuntivas, condicionais, causais, relativas e adversativas), as exponíveis (exclusivas, comparativas, inceptivas, desitivas e continuativas) e as incidentes, à semelhança dos escolásticos e de vários autores modernos, por exemplo os lógicos de Port-Royal. A propósito deste tema, o nosso autor faz referência à significação da cópula verbal enquanto elemento formal do juízo categórico. Segundo ele, o verbo “ser” na proposição não significa identidade do sujeito e do predicado, ao contrário do que na sua opinião pensavam os filósofos antigos. Mas a verdade é que os lógicos medievais sustentavam sobre este tema duas teorias: a da inerência e a da identidade. A primeira caracteriza o período anterior ao século XIV e, mais concretamente, a mentalidade realista. De acordo com ela, a cópula determina que o termo sujeito nas proposições esteja tomado em extensão (pelos indivíduos cujo lugar ocupa) e que o predicado seja interpretado em compreensão, significando uma forma ou natureza universal pensada como inerente ao sujeito. Enquanto esta teoria concede à cópula a função de associar uma intensão com uma extensão, a outra – característica do nominalismo terminista – identifica as extensões dos termos sujeito e predicado. Por isso, a teoria da identidade era uma tentativa para expressar o significado de uma afirmação de um modo formal e extensional. Tanto o termo sujeito como o termo predicado são tomados em extensão, consistindo a força da cópula em estabelecer a identidade dos valores extensionais dos termos, segundo o modo determinado pela forma da proposição. Ao pôr em causa a teoria da identidade, Verney parece cometer uma incoerência por aceitar uma doutrina que implica a admissão do realismo dos universais.

O filósofo português passa depois ao tema da definição, quer real quer nominal, apresentando as respectivas regras. A definição real, no seu aspecto formal, equivale

a um conceito complexo que exprime a natureza ou a essência lógica de um objecto. E a nominal é a fixação exacta da significação de uma palavra, devendo entender-se, segundo vários autores escolásticos, como uma extensão da real. Mas ao admitir a definição real, Verney opõe-se aos empiristas como Hobbes e Locke, para quem a definição nominal é a única possível. Afirma, por exemplo, Locke que a definição é apenas a explicação de uma palavra por meio de outras, de maneira a podermos conhecer com certeza o sentido ou a ideia que ela significa. E o nosso autor ocupa-se ainda da divisão e das suas regras. Também os escolásticos utilizaram amplamente a noção de “divisão”, referindo a necessidade de distinguir não só entre divisão lógica e metafísica, mas também entre esta e a divisão física. Com essa finalidade, instituíram uma teoria dos diferentes tipos de divisão de acordo com o ente dividido e com o carácter actual, potencial ou accidental da “diuisio”. Por último, a propósito da divisão das proposições em teóricas e práticas, são apresentadas pelo nosso filósofo as noções de “axioma”, “postulado”, “teorema”, “problema”, “corolário”, “escólio” e “lema”.

A segunda parte deste livro discorre sobre o raciocínio (a terceira operação elementar do espírito), sendo nela expostas a sua natureza e constituição, mas sobretudo estudado o silogismo, que é o sinal externo do raciocínio dedutivo. O autor dá exemplos de prossilogismo, de entimema (ou silogismo em que se subentende uma das premissas), de epiquerema (ou silogismo a que a uma ou a ambas as premissas é acrescentada uma prova), de sorites (ou argumentação composta por proposições dispostas de tal modo que o predicado da primeira é o sujeito da segunda e o predicado da segunda é o sujeito da terceira, e assim sucessivamente até à conclusão, que é constituída pelo sujeito da primeira e o predicado da última) e de dilema (ou argumentação disjuntiva em que são postas duas ou mais alternativas, chegando-se à mesma conclusão qualquer que seja a alternativa assumida). Ele define ainda “indução”, ou argumentação na qual o que é afirmado de alguns indivíduos suficientemente enumerados se afirma de toda a espécie. E divide ainda os silogismos em simples ou categóricos e compostos. Compostos segundo a matéria (copulativos ou conjuntivos) e segundo a forma (condicionais, relativos, causais e disjuntivos). Em toda esta matéria, é manifesta a influência da lógica de Port-Royal.

A última parte do livro refere-se sobretudo ao modo de investigar a consistência do raciocínio e da sua expressão verbal, o silogismo. Para isso não é necessário um grande número de regras, pois elas são difíceis e a maior parte totalmente inúteis. São por esse motivo objecto de escárnio os peripatéticos, que atribuem tanto valor à arte silogística que se persuadem de que ninguém é capaz, sem os ensinamentos de Aristóteles, de raciocinar com segurança ou de construir silogismos correctos. Por outro lado, os seres humanos têm aptidão para se servir da recta razão ou da lógica natural, formando silogismos mesmo sem ninguém os ensinar.

LIVRO QUINTO. Na primeira parte deste livro, Verney discorre sobre a verdade certa ou aquela que Aristóteles tinha estudado nos Analíticos. Ele investiga em primeiro lugar o modo de adquirir a verdade em geral, expõe os sentidos de “verdadeiro”, as

acepções dos antigos e de alguns modernos sobre a verdade e refere os graus pelos quais ela se alcança, desde o estado de dúvida até ao estado de certeza. Discorre seguidamente sobre o critério da verdade, apresentando os pareceres de vários filósofos antigos, bem como de alguns modernos, entre os quais Descartes, Huet, Espinosa e Malebranche. Porém, para Verney o único critério da verdade é a evidência, ou seja, são verdadeiras as coisas que percebemos com clareza ou que são deduzidas sem nenhuma dúvida de uma verdade evidente. Mas a evidência pode ser física, metafísica, matemática ou moral. A primeira é obtida por meio dos sentidos quando íntegros e saudáveis, a segunda é característica dos axiomas metafísicos (nomeadamente dos primeiros princípios e das argumentações pelas quais demonstramos a existência de Deus, a imaterialidade da alma e a liberdade), a terceira é própria das demonstrações matemáticas e a última é aquela que possuem as proposições comprovadas sem excepção por testemunhos muito rigorosos respeitantes a verdades de facto, que são imediatamente evidentes. A evidência matemática deve preferir-se à evidência física, uma e outra à autoridade humana, mas nenhuma delas pode ser incompatível com a autoridade divina, pois o que Deus afirmou é absolutamente verdadeiro.

Após estas considerações, o nosso filósofo ocupa-se dos impedimentos na obtenção da verdade, com alusão aos sentidos, às disposições da vontade e à mente. Ele adverte que os sentidos, dos quais dependem todas as nossas ideias, nos enganam com muita frequência. Não obstante, eles são infalíveis no conhecimento do seu objecto próprio. Efectivamente, uma faculdade está ordenada por natureza ao conhecimento de um certo tipo de objecto enquanto permanecer íntegra (aliás, seria contraditório pretender que uma faculdade de conhecimento, agindo segundo a sua natureza, pode equivocar-se a respeito do seu objecto). De facto, uma verdadeira sensação é sempre uma sensação verdadeira, embora nem sempre permita fazer um juízo verdadeiro sobre as coisas. Os erros dos sentidos devem-se, portanto, aos juízos que fazemos sobre os seus dados. Por isso, “não são os órgãos da visão que nos enganam, mas somos nós que, por deficiência dos sentidos, percebemos de modo obscuro os objectos, pois ao pensarmos que estes existem como são representados enganamo-nos muitíssimas vezes”. Quanto às disposições da vontade como obstáculo para alcançar a verdade, Verney menciona o amor-próprio ou a filáucia, o ajuizar sobre as coisas não como são realmente, o demasiado apreço pelas opiniões dos antigos, como se apenas eles fossem dignos de louvor pelos seus escritos, a leitura negligente das obras dos modernos, o empenho em ter uma opinião diferente, a insolência em atribuir a si próprio uma supremacia nas belas-letas, rebaixando a erudição dos outros nos restantes estudos, a zelotipia ou a inveja, a ambição das honrarias, a avareza e a ira, que turvam o entendimento e tornam o espírito incapaz de ajuizar com segurança. Mas a principal causa pela qual somos induzidos em erro é a natureza da nossa mente que, em virtude das suas limitações, não apenas possui uma capacidade diminuta para entender, mas também, quando entende, conhece de forma muito obscura, designadamente a respeito da natureza das coisas. Por outro lado, o método vicioso de que nos servimos é causa de frequentes erros que nos afastam do conhecimento da

verdade. Outra causa diz respeito aos preconceitos, que nos impedem de ajuizarmos livremente, originados sobretudo na autoridade dos pais e dos preceptores. Devem por isso evitar-se as opiniões preconcebidas, não ajuizando antecipadamente segundo as opiniões dos outros ou o parecer da multidão.

Verney ocupa-se ainda do modo de alcançar a verdade pela experiência por meio de juízos intuitivos, que são aqueles pelos quais se obtém uma percepção directa e imediata de uma realidade concreta, sendo por isso todos singulares, embora possam formar-se com base neles juízos universais. Neste caso, no nosso autor a intuição não é inteligível, pois não significa uma visão da essência das coisas, que é incognoscível. E ele também expõe o modo de adquirir a verdade pela demonstração, nomeadamente pela demonstração directa (ou “a priori”), por meio da qual é dada a razão da conclusão, e pela indirecta (ou “a posteriori”), que consiste em demonstrar a existência de uma coisa a partir dos seus efeitos.

Por último, o nosso filósofo discorre sobre a ciência, como conhecimento obtido por demonstração. E à ciência opõe a fé, entendendo esta não como adesão a dogmas de uma doutrina religiosa considerada revelada, mas como crença na existência ou veracidade de factos da experiência sensível.

Na segunda parte do livro, Verney discorre sobre a verdade provável ou aquela que Aristóteles estuda nos Tópicos. Refere-se em primeiro lugar à probabilidade histórica, apresentando regras sobre a aptidão das testemunhas (que devem ser imparciais, preferentemente oculares e contemporâneas dos eventos que descrevem), sobre os eventos narrados (se várias testemunhas oculares os confirmarem, são mais dignos de crédito) e sobre o modo de narrar (possui maior probabilidade o que não for expresso de modo declamatório ou panegírico). Ocupa-se em seguida dos erros dos livros, da forma de distinguir os livros não adulterados dos corrompidos (responsabilizando por estes últimos os copistas inábeis, os críticos que corrigiram os livros sem talento por não entenderem os assuntos, os embusteiros que fizeram interpolações e a antiguidade por ter apagado as letras das inscrições, das lápides e sobretudo dos pergaminhos e dos códices). E faz ainda alusão ao modo de distinguir os livros verdadeiros dos supositícios ou imputados falsamente a outros autores, dando regras para reconhecer as causas dos erros. Dedicar-se seguidamente à probabilidade hermenêutica ou à interpretação provável dos autores dos livros, para o que é necessário conhecer perfeitamente a língua de quem escreve, expor sem parcialidade e sem preconceitos, não explicar as opiniões do autor segundo os nossos pareceres, tomar as palavras do autor no sentido rigoroso, preferir a sua última opinião, ajuizar segundo o sentido por ele pretendido e explicar as palavras da forma exigida pela natureza do assunto. Quanto à interpretação dos livros que contêm a filosofia moral, devem explicar-se de modo não figurado. E os livros sagrados devem por vezes ser aceites quase literalmente e outras vezes em sentido metafórico. O sentido místico deve apenas procurar-se quando não pudermos interpretar as Escrituras segundo um sentido diferente.

Por fim, o nosso filósofo refere-se à probabilidade moral e física. Ele considera esta última como a arte de ajuizar sobre a maior ou menor admissibilidade de certas

bipóteses com base nos dados possuídos pelo investigador. Neste caso, a noção de “probabilidade” está estreitamente relacionada com a indução.

LIVRO SEXTO. *Dedicado à investigação e à exposição da verdade, este livro é de carácter metodológico, na sequência do Verdadeiro Método de Estudar. Na primeira parte, Verney discorre sobre o modo de realizar convenientemente a leitura dos livros, nomeadamente dos históricos (referentes à história natural, literária, eclesiástica e civil) e dos doutriniais (para os quais se exige que sejam inteligíveis, realizados ordenadamente e com coerência). Refere-se ainda aos autores dos livros com alusão aos plagiadores, que são aqueles que se atribuem ostensivamente obras de outro autor como sendo deles. Trata em seguida das disputas, mencionando as regras comuns dos disputantes, as regras específicas do oponente e do respondente. E mete a ridículo as disputas dos escolásticos, pois eles apenas proferem coisas inábeis e ninbarias.*

Na segunda parte, o nosso autor trata do modo de transmitir a verdade, quer pela conversação, quer pelo ensino dos mestres (a respeito do qual apresenta diversas regras), quer pelos escritos não só históricos e doutriniais, mas também de exegese, argumentativos e coloquiais. Ele presta ainda atenção ao estilo dos autores dos livros, dissertando sobre as diversas espécies de estilo que, atendendo à extensão dos períodos, divide em lacónico, ático, ródio e asiático, caracterizando cada um deles. Mas, considerando a forma intrínseca, caracteriza-o como singelo, sublime ou magnificente e mediano, dando exemplos relativos a vários escritores, quer antigos quer modernos. Porém, o conselho de Verney é que a respeito de qualquer assunto deve atender-se ao bom gosto: nos escritos de história, de didáctica, nos diálogos, nas epístolas, nos discursos, na filosofia e na teologia.

Um tema que merece consideração a Verney diz respeito à crítica do pedantismo, tanto retórico como filosófico. Merecem censura os que se dedicam continuamente ao cultivo de uma só língua, os que discutem assuntos totalmente inúteis, os que não se apartam dos preceitos de Aristóteles e das palavras de Cícero, os que se servem de uma ortografia obsoleta, bem como os discursos magnificentes, a ostentação do estilo, as palavras exóticas, obscuras e insólitas, as que causam grande estardalhaço e são de extensão desmesurada, os adornos descomedidos, as subtilezas lógicas e, enfim, a abundância de figuras veementes próprias dos oradores. As figuras de estilo são apenas justificáveis quando facilmente se lhes descobre o sentido. No entanto, na filosofia e na ciência são condenáveis, pois “o filósofo abstém-se de todos os enfeites de palavras requintadas com o fim de agradar”. Por isso, o que transparece na Lógica é o intento de constituição de uma linguagem unívoca, apta para ser utilizada na filosofia e na ciência experimental. Contudo, Verney nem sempre assumiu esta posição doutrinária a respeito das figuras de estilo próprias da retórica, como se torna evidente através das cartas V e VI do Verdadeiro Método de Estudar. É fundamentalmente nesta obra que Verney expende as suas ideias sobre a retórica como arte de bem falar e de persuadir. Nestas cartas, ele declara que são necessários os tropos e as figuras em todos os idiomas, superando as limitações expressivas da língua e tornando a conversação

atractiva e concisa, pois “diz às vezes mais uma só metáfora que um longo discurso”. Deste modo, as ideias baseadas numa razão meramente lógica, ou seja, expostas sem ornatos e não fazendo apelo à imaginação e aos afectos da alma, não bastam para convencer os ouvintes. “Uma verdade nua e crua proposta a uma pessoa que não a coze bem é dura de digerir”, conclui o autor português. E afirma ainda: “Não há coisa mais útil que a retórica”, motivo por que esta arte se estende a todo o tipo de discurso humano, pois “todo o lugar é teatro para a retórica”, e quem disser que só serve para persuadir na cátedra ou no púlpito conhece pouco dela. A teologia, a jurisprudência, a filosofia e todo o discurso quotidiano necessitam das figuras da retórica, pelo que ela tem lugar em toda a parte, sendo também extensível a qualquer língua. No entanto, alguns passos das cartas referidas podem parecer uma censura ao estilo característico da retórica, em prol de uma linguagem não figurada, como sucede na Lógica. Mas o que está em causa nessas cartas é a condenação dos excessos da retórica do barroco, pela sua obsessão de singularidade e de afectação hiperbólica, que ultrapassa os limites do “razoável” (como acontece nalguns sermões do padre António Vieira). De facto, o que Verney não deseja é “persuadir indiferentemente toda a sorte de figuras e uso delas”, do que resultariam “partos monstruosos”.

Concluindo, a posição de Verney é equívoca e de algum modo contraditória face à linguagem da retórica, em virtude da disparidade de influências mal assimiladas que lhe estão subjacentes. As concepções que o influenciaram oscilavam no modo de entender a linguagem entre a sua função meramente informativa e outras funções que tinham a ver com a elegância e o ornato do estilo. Quanto à função informativa que se evidencia na Lógica, Verney tê-la-á bebido em Locke, para quem a linguagem adquire o seu uso legítimo quando comunica um saber de observação de realidades naturais, o que está associado ao seu carácter designativo e descritivo. A linguagem não realiza a sua finalidade se não comunicar de um modo expedito as ideias dos falantes aos seus ouvintes e se elas não tiverem correspondência nas coisas dadas na experiência. Exige-se, portanto, uma linguagem rigorosa, ou seja, as palavras devem significar ideias determinadas, e a relação entre ambas deve manter-se o mais possível constante. Também Verney declara que a um mesmo vocábulo não devem associar-se várias noções, de contrário o ouvinte não poderia perceber qual delas se pretende inculcar. Por não se respeitar este princípio, é que têm lugar muitas disputas nas escolas que incidem em último caso apenas sobre palavras, pela simples razão de que os contendores lhes atribuem significações diferentes. Concluindo, esta concepção da linguagem, avessa às figuras de estilo, é, como vimos, a que se manifesta em De Re Logica.

APÊNDICE. Nesta última parte da obra, Verney trata da arte silogística. São primeiramente objecto de estudo as figuras dos silogismos e as suas regras, bem como as regras gerais dos silogismos, sendo tudo isto ilustrado com exemplos abundantes. Discorre depois sobre os silogismos singulares e compostos, sendo estes que lhe merecem maior atenção. Inclui neles os condicionais, os relativos, os disjuntivos e os copulativos,

à maneira dos escolásticos e dos autores de Port-Royal. Define seguidamente “dilema” e “sorites”, como já havia feito também no livro quarto.

Verney termina a sua obra advertindo os jovens portugueses de que as regras dos silogismos são de pouco proveito para o filósofo se ele não tiver conhecido e investigado o assunto sobre o qual deve discorrer. Se isso não se verificar, ainda que faça estrépito por toda a parte com toda a espécie de silogismos, nada poderá demonstrar nem estabelecer algo nas disputas. Mas quem conhecer profundamente o assunto e estiver exercitado em ajuizar mesmo sem a arte silogística poderá discorrer de modo excelente.

2. Edições

- ALOYSII ANTONII VERNEII / EQUITIS TORQUATI / ARCHIDIACONI EBORENSIS / DE / RE LOGICA / AD USUM / LUSITANORUM ADOLESCENTIUM / LIBRI QUINQUE. / ROMAE MDCCLI / EX TYPOGRAPHIA PALLADIS, / APUD NICOLAUM, ET MARCUM PALEARINOS. / SUPERIORUM FACULTATE.
- ALOYSII ANTONII VERNEII / EQUITIS TORQUATI / ARCHIDIACONI EBORENSIS / DE / RE LOGICA / AD USUM / LUSITANORUM ADOLESCENTIUM / LIBRI SEX. / EDITIO ALTERA AUCTION, ET EMENDATIO / ROMAE MDCCLVII / EX TYPOGRAPHIA GENEROSI SALOMONII / IN PLATEA S. IGNATII. / SUPERIORUM FACULTATE.
- ALOYSII ANTONII VERNEII / EQUITIS TORQUATI / ARCHIDIACONI EBORENSIS / DE / RE LOGICA / AD USUM / LUSITANORUM ADOLESCENTIUM / LIBRI SEX. / EDITIO TERTIA EMENDATIO / OLISIPONE MDCCLXII / EX TYPOGRAPHIA MICHAELIS RODERICII, / Emñi D. Card. Patriarchae Typographi. / SUPERIORUM FACULTATE, / ac Regio privilegio.
- ALOYSII ANTONII VERNEII / EQUITIS TORQUATI / ARCHIDIACONI EBORENSIS / DE / RE LOGICA / AD USUM / LUSITANORUM ADOLESCENTIUM / LIBRI SEX. / EDITIO QUARTA AUCTION, ET EMENDATIO / NEAPOLI MDCCLXIX / EX TYPOGRAPHIA RAYMUNDIANA / SUPERIORUM FACULTATE.
- ALOYSII ANTONII VERNEII / EQUITIS TORQUATI / ARCHIDIACONI EBORENSIS / DE RE LOGICA / AD USUM / LUSITANORUM ADOLESCENTIUM / LIBRI SEX. / CVRANTE IOH. BAPTISTA MVNNOZIO / VALENTIAE HEDETANORVM / MDCCLXVIII / IN OFFICINA VIDVAE IOSEPHI DE ORGA / SUPERIORVM PERMISSV.

3. Siglas

No aparato crítico, as letras R^1 , R^2 , L , N e V representam as supracitadas edições, respectivamente, de Roma (1751), de Roma (1757), de Lisboa (1762), de Nápoles (1769) e de Valência (1769).

4. A nossa edição

A nossa edição teve como texto de referência a edição de Nápoles (aquela que exprime o pensamento definitivo do autor sobre o tema), e fizemos o confronto com as duas edições de Roma, com a de Lisboa e com a de Valência, sendo esta última totalmente idêntica à de Nápoles, excepto na grafia de algumas palavras e no acrescentamento de um “Index rerum et auctorum”, ordenado alfabeticamente. Além disso, o editor (João Baptista Muñoz) inclui, após e dedicatória ao rei D. José, uma saudação aos jovens valencianos e da Espanha em geral, o que significa uma ingerência abusiva num texto albeio. Por esta razão e pela alteração, ainda que esporádica, da grafia característica de Verney evidenciada nas outras edições, não temos dúvida em considerar como pirata a edição de Valência, e por isso realizada sem a supervisão do autor, que certamente nem sequer tomou conhecimento da sua existência. No que respeita às outras edições, relativamente à de Nápoles, existem várias variantes, mas sobretudo na primeira edição de Roma, em que superam em muito os dois milhares, estando todas elas assinaladas no aparato crítico, que ocupa o segundo patamar do rodapé desta edição. Trinta e nove dessas variantes, dado o longo espaço que nele ocupariam, e por comodidade editorial, vão aí devidamente identificadas e remetidas para a sua transcrição em anexo próprio no final da obra.

A numeração das chamadas do aparato crítico é autónoma para cada página, abrangendo não só o respectivo corpo do texto mas também as suas anotações, da autoria do próprio Verney, e aparece registada entre parênteses rectos e em posição exponencial, para a distinguir da numeração da paginação do texto original da edição de Nápoles de 1769, também apresentada na nossa edição entre parênteses rectos mas ao nível linear normal e destacada a negro.

Deve ainda assinalar-se, quanto à primeira edição, que, embora esta possua apenas cinco livros, isso não significa que seja menos extensa que as outras. O que sucedeu foi que o autor dividiu em dois o segundo livro nas edições posteriores, principiando o terceiro pelo oitavo capítulo.

No estabelecimento crítico do texto latino desta edição bilingue, após a fase preparatória da recensão das cinco edições atrás referidas e do exame das suas variantes substantivas, tivemos também em devida conta outros aspectos, e interviemos no sentido de os normalizar e harmonizar com as práticas modernas, em particular nos que respeitam à pontuação e à ortografia, que em alguns casos interferem com a própria compreensão do texto, como já havíamos procedido com a edição da Metafísica do mesmo Luís António Verney, saída a lume em Junho de 2008, como Vol. VI dos Portugaliae Monumenta Neolatina (vd. pp. 18-21).

Com efeito, no que toca à pontuação, verifica-se na Lógica a mesma prática das restantes obras de Verney tanto em latim como em português, segundo o estilo mais ou menos vulgarizado na sua época, que se caracteriza por uma superabundância fora dos hábitos modernos e não raro totalmente desnecessária, ou mesmo imprópria do bom entendimento do conteúdo. Está neste caso o uso sistemático da vírgula antes

de orações relativas restritivas e noutras situações de sintaxe similar; dos dois pontos, que raramente exercem a mesma função de hoje e se confundem com o actual ponto e vírgula, com a simples vírgula ou com o ponto final; e o mesmo acontece com o ponto e vírgula, que repetidas vezes tem o valor moderno do ponto, ou da vírgula.

Por outro lado, e no sentido mais amplo da mesma pontuação, procedemos à abertura de parágrafos em alguns casos, em harmonia com a mesma opção feita na respectiva tradução, para melhor repartição e clareza das unidades lógicas do texto.

Foi normalizado o uso de consoante inicial maiúscula em nomes comuns, que também é excessiva em Verney, mantendo-a, todavia, sempre que se trate de adjectivos derivados de nomes próprios, em consonância com a tradição latina.

No campo da ortografia lexical propriamente dita, e apesar da relativa estabilidade e coerência da escrita latina verneiana, procedemos a ajustes pontuais nos seguintes casos:

1. Na área do vocalismo, uniformizámos ou corrigimos a hesitação ou a confusão entre os ditongos “ae” e “oe” e a vogal longa “e”, designadamente em foenerari (por faenerari), foetus e faetus (por fetus), sepimento (por saepimento), obedientia (por oboedientia); em poenitentiam (por paenitentiam); em haereditatem, haeredibus e haeredem (por hereditatem, heredibus e heredem) e em várias formas dos respectivos verbos poenitet e poeniteo (por paenitet e paeniteo). Entra também nesta área a forma stratagemata (em vez da correcta forma latina strategema).

2. Em matéria de consonantismo: a) substituímos as chamadas letras ramistas “j” e “j” respectivamente por “i” e “I”, “v” por “u” e “U” por “V”; b) resolvemos a falta da aspirada “h” em vocábulos como pulcher (por pulcher), que ocorre cerca de uma vintena de vezes nas formas pulchra, pulchrior, pulchrius, pulchre, pulcherrima (esta também apresentada na sua forma correcta pulcherrima e pulcherrimum em cinco vezes, nas p. 223 e 321), e em pulchritudo, bem como em Hyacinthum (por Hyacinthum); e, ao contrário, a sua presença em palavras como humerum, herum, cochlea e anchora (por umerum, erum, coclea e ancora); c) normalizámos o uso do “t” em vez de “c” na sílaba “ti” quando seguida de outra vogal, por exemplo em nunciatus, enunciatio e pronuntiatio (por nuntius, enuntiatio e pronuntiatio), e nas correspondentes formas verbais de enuntiare, internuntiare, pronuntiare, bem como nas palavras concio, concionare e concionator (por contio, contionare e contionator) e inducias (por indutias); e, ao contrário, o uso do “c” em vez de “t” em conditio (por condicio) e no sufixo -itius (por -icius), por exemplo em aduentitiae, factitiae, pastoritia e supposititius (por aduenticiae, facticiae, pastoricia e suppositicius); d) mantivemos as formas arcaizantes, muito ao gosto de Verney, designadamente na consoante geminada de caussa e seus derivados como caussalis, a falta de assimilação consonântica em casos como inlaberentur, inlabi, inlapso, e a ausência da consoante epentética “p” em compostos do verbo emo nomeadamente em formas como sumtis, sumtae, sumsit, sumserunt e sumturus, e em adsumta, comsumta, interentam, promptu e no substantivo absuntio.

5. Bibliografia

Luís António Verney, *De Orthographia Latina ad Didacum Fratrem, Liber Singularis*. Romae, MDCCXXXVII, Typis Generosi Salomonii in platea Sancti Ignatii, Superiorum permissu; Amândio Coxito, “A crítica do inatismo segundo Verney”, *Rev. Filos. de Coimbra*, 1, 1 (1992), 51-62; “Verney e a filosofia europeia do seu tempo: o problema dos universais”, *Rev. Filos. de Coimbra*, 3, 6 (1994), 293-320; “Luís António Verney e John Locke: linguagem e comunicação”, *Rev. Filos. de Coimbra*, 4, 8 (1995), 283-312; “Um texto de Verney contra o imaterialismo de Berkeley”, *Rev. Filos. de Coimbra*, 6, 11 (1997), 101-117; “Luís António Verney e Claude Buffier: dois filósofos do senso comum”, *Rev. Filos. de Coimbra*, 14, 27 (2005), 3-41 (estes ensaios foram posteriormente publicados em *Estudos sobre Filosofia em Portugal na Época do Iluminismo*, Lisboa, INCM, 2006); António A. de Andrade, *Vernei e a Filosofia Portuguesa*, Braga, 1946; *Vernei e a Cultura do Seu Tempo*, Coimbra, 1966; Luís C. de Moncada, *Um Iluminista Português do Século XVIII: Luiz António Verney*, Coimbra, 1941; Maria Amélia M. Santos, “Verney contra Genovesi: apontamentos para o estudo de ‘De re logica’”, sep. de *Biblos*, XIV, Coimbra, 1939.

TEXTO E TRADUÇÃO

ALOYSII ANTONII VERNEII

Equitis torquati
Archidiaconi Eborensis

DE RE LOGICA

AD VSVM LVSITANORVM ADOLESCENTIVM

LIBRI SEX

Editio quarta auctior et emendatior

NAPOLI
MDCCLXIX

Ex Typographia Raymundiana
SVPERIORVM FACVLTATE

LUÍS ANTÓNIO VERNEY

Cavaleiro graduado
Arceidiago de Évora

SEIS LIVROS DE
LÓGICA
PARA USO DOS JOVENS PORTUGUESES

Quarta edição revista e aumentada

NÁPOLES
MDCCLXIX

Tipografia Raimundiana
COM APROVAÇÃO SUPERIOR

Animos nostros "Parens", "Nutrix", "Magister", "Poeta", "Scena" deprauat. "Multitudinis" consensus abducit a uero. Animis omnes tenduntur insidiae, uel ab iis quos modo enumeravi, qui teneros et rudes cum acceperunt, inficiunt, et flectunt ut uolunt; uel ab ea quae penitus in omni sensu implicata insidet, imitatrix boni, Voluptas, malorum autem mater omnium.

Cicero, *De Legibus*, lib. I, cap. 17.

Magni autem est ingenii, reuocare mentem a sensibus, et cogitationem a consuetudine abducere.

Cicero, *Tusculanae*, lib. I, cap. 16.

“Os pais”, “a ama”, “o professor”, “o poeta”, “a vida pública” pervertem os nossos espíritos. O consenso da “multidão” afasta-nos da verdade. Manifestam-se à mente todas as espécies de insídias, quer por causa das influências que há pouco referi, que corrompem os jovens e os ignorantes quando são impressionáveis, extraviando-os arbitrariamente, quer por causa desta imitação do bem que, profundamente dissimulada no íntimo de todos os nossos sentidos, aí reside, causadora da volúpia, esta mãe de todos os males

Cícero, *De Legibus*, liv. I, cap. 17.

Ora, é necessária uma inteligência penetrante para afastar o espírito da influência dos sentidos e libertar o pensamento da rotina.

Cícero, *Tusculanae*, liv. I, cap. 16.

[v]

Iosepho I, Lusitanorum Regi pio felici fidelissimo,
Aloysius Antonius Verneius
prospera omnia.

Non iniuria dubitatum est a uiris doctissimis, Iosephe I, rex augustissime, bonine plus is adtulerit ciuitatibus ac studiosis litterarum qui disciplinarum principia inuenit, easque recondita eruditione expoliuit, an qui uiam strauit, qua doctrinae omnes [vi] in puerorum, ac rudium animos et facile et suauiter inlaberentur. Nam cum antiquioris disciplinae^[1] monumenta consideramus et ueterum obscuritatem ingenii ac uiuendi rationem^[2] plane feram et immanem animo colligimus, perspicue uidemus, per litterarum inuentores plurimas^[3] utilitates humano generi fuisse delatas, mansuefactas gentes, constitutas urbes, humanamque societatem iucundiolem et firmiorem bonarum artium praesidio factam fuisse. Cum autem recentioris eruditionis utilitates omnes animo percensemus, incredibiles commoditates iuniorum doctorum industria ac diligentia adquisitas fuisse reperimus.

Ac mihi sane utrorumque rationes accuratius meditati, uerior haec sententia uideri solet, recentiores minimum^[4] pares, interdum ueteribus esse superiores. Nam si primi disciplinarum doctores inuentionis laudem tamquam propriam sibi uindicant, haec tam multis compensantur commodis, quae recentiores inuexere, omnino ut Veteribus nihil isti concedere uideantur. Quid enim interest fundamentum, ut ita dicam, ponere aedificii, nisi aedificium super exstruatur, quod omnium utilitati et commoditati patescat? Quis autem ueterum in seuerioribus scientiis nobis praeter quaedam initia rudia et inordinata^[5] reliquit? [vii] Profecto si recentiorum lucubrationes, si rerum utilitatem, et facilitatem docendi, si cetera multa numero, quibus doctrinas a ueteribus traditas auxerunt et ampliarunt, cum antiquioribus comparamus, plane intelligemus quanta illi in rerum caligine et ignoratione uersarentur.

^[1]disciplinae *R²LNV*] litteraturae *R¹* ^[2]rationem *R²LNV*] consuetudinem *R¹* ^[3]plurimas utilitates *R²LNV*] plurimam utilitatem *R¹* ^[4]minimum *R²LNV*] ad minimum *R¹* ^[5]inordinata *R²LNV*] impolita *R¹*

[v]

Ao Piedoso, Venturoso e Fidelíssimo José I, Rei dos Portugueses,
deseja as maiores prosperidades
Luís António Verney.

Não devem pôr em dúvida sem razão os varões doutíssimos, Rei Magnífico, José I, se trouxe maiores benefícios para os Estados e para os estudiosos das belas-lettras quem descobriu os princípios das ciências e as cultivou com profunda erudição ou quem aplanou o caminho por onde penetram fácil e suavemente todas as doutrinas [vi] no espírito das crianças e dos ignorantes. Na verdade, quando considero os monumentos da ciência mais antiga e reflecto sobre a obscuridade do engenho dos antigos e sobre o seu modo de viver inteiramente agreste e desumano, apercebo-me com toda a clareza de terem sido concedidos pelos inventores das belas-lettras muitos benefícios ao género humano, de terem sido civilizados povos, fundadas cidades e estabelecida uma sociedade humana mais jucunda e mais consistente com o auxílio das artes nobres. Quando, porém, reflecto em todas as vantagens da erudição dos modernos, reconheço terem sido obtidos com empenho e diligência os inacreditáveis benefícios dos mestres mais recentes.

Sem dúvida, ao reflectir mais atentamente sobre as doutrinas de uns e de outros, costuma parecer-me mais verídica a opinião de que os modernos são muito pouco semelhantes aos antigos, parecendo-me, no entanto, por vezes superiores. Com efeito, se os primeiros mestres das ciências reivindicam para si como próprio o mérito da sua descoberta, isso é compensado por tantos benefícios proporcionados pelos modernos que parece eles não atribuírem absolutamente nada aos antigos. Que importa estabelecer a base – por assim dizer – do edifício, se o edifício não for construído em cima dela de modo a tornar-se visível para utilidade e conforto de todos? Qual dos antigos nos transmitiu algo nas ciências mais severas, excepto certos princípios toscos e confusos? [vii] Certamente, se compararmos com as dos antigos as lucubrações dos modernos, bem como a utilidade das matérias, a aptidão em ensinar e muitíssimas outras coisas com as quais foram acrescentadas e desenvolvidas pelos modernos as doutrinas transmitidas pelos antigos, compreendemos com clareza em quanta obscuridade e ignorância estes viveram.

Atque ut ipsa disciplina, quae argumentum est huiusce libri, oratio nostra definiatur, quis ignorat quanto opere ars logica fuerit a ueteribus Graecis, Aristotele praesertim, excolta? Quis autem, si Aristotelis logicam non dico cum grauissimis huius saeculi scriptoribus, sed cum ipso Gassendo, auctore *Artis Cogitandi*, Hamelio, Siluano Regisio ceterisque, qui prima fundamenta huius institutionis posuerunt, comparet, non illico percipiat quantum sit inter eum et horum quemque discrimen? Redundans ille, et obscurus adeo, ut interdum uix intelligi possit, hi breuiter, et perspicue omnia, quae cogitarunt, exponunt. In illo pauca quaedam utilia innumeris superuacaneis sunt admixta; in his, si pauca demas, pleraque^[1] utilissima sunt ad recte diiudicandum. Illum iudices mysteria ratiocinationis, praesertim falsae, quae et innumera sunt et ingenia saepe deprauant, aperire uoluisse omniaque ad contentionem et tricas reuocare; hos actiones mentis omnes ad finem quem [VIII] logica sibi posuit, id est, ad inuestigationem ueri recta dirigere. Quid, si eundem Aristotelem cum aliquo ex recentioribus eclecticis conferamus? Fremant omnes licet, fidenter dicam: “Vel unus Heineccii, aut Wolfii pusillus de re logica libellus, si ordinem, perspicuitatem et utilitatem rerum consideramus, bibliothecas Aristotelis, Theophrasti et Chrysippi omnes longe uidetur superare.”

Quae cum ita se habeant, rex Iosephe, difficile non est constituere, utri aliis^[2] praestent; cum ex iis, quae diximus, manifeste deducatur, doctrinae et inuentionis laudem utrisque ita esse communem ut ueteres^[3] rudimenta quaedam recte ratiocinandi; recentiores uero absolutam artem explorandi^[4] ueri cum certi, tum probabilis, ueteribus prope intactam, excogitarint. Vt haec una ars prudenter cogitandi et uerum in singulis disciplinis inquirendi,^[5] hoc demum saeculo et nata et excolta esse uideatur. Misera enim est, et haud scio an etiam perniciosa, logica, quae tam angustis terminis^[6] definitur ut non nisi in disputationibus locum habeat, nec^[7] scholae fines egredi^[8] possit atque ad usum uitae reuocari.

Haec caussa est cur homines grauissimi de logica polienda tanto opere laborarint, quod magno^[9] rerum usu intellexerunt huiusce [IX] artis praeceptis non modo grauiores disciplinas illustrari, sed etiam res huius uitae omnes contineri. Quid enim exercitus imperator, quid magistratus, quid ceteri homines, qui aut publica, aut priuata negotia procurant, sine ratione exercita^[10] et perpolitata boni aut cogitare possunt, aut efficere? Quid Rex, a cuius nutu omnia pendent, quo modo populos in officio continere, beatissimamque facere rempublicam, sine purioris logicae

[1] pleraque *R²LNV*] reliqua *R¹* [2] aliis *R²LNV*] utris *R¹* [3] ueteres *R²LNV*] Veteres illi *R¹* [4] explorandi *R²LNV*] inquirendi *R¹* [5] inquirendi *R²LNV*] explorandi *R¹* [6] terminis *R²LNV*] regionibus *R¹* [7] nec scholae *R²LNV*] nec ultra scholae *R¹* [8] egredi *R²LNV*] exspatiari *R¹* [9] magno *R²LNV*] diuturno *R¹* [10] exercita *R²LNV*] optimis litteris *R¹*

Restringindo o meu discurso à disciplina que é o assunto desta obra, quem desconhece com quanto empenho foi cultivada pelos gregos antigos, sobretudo por Aristóteles, a arte lógica? No entanto, quem comparar a lógica de Aristóteles, não direi com as dos autores mais importantes do século actual, mas com a de Gassendi, com a do autor de *A Arte de pensar*, com a de Hamel, com a de Sylvain Régis e com as de outros que estabeleceram os primeiros fundamentos desta disciplina, não compreenderá imediatamente quanta discordância existe entre o mencionado autor e cada um destes? Aquele é tão redundante e obscuro que por vezes dificilmente pode entender-se, enquanto estes expõem com brevidade e muita clareza todos os assuntos sobre os quais reflectiram. Naquele aparecem confundidas algumas poucas coisas úteis com inumeráveis outras supérfluas; nestes, porém, exceptuando muito poucas, a maior parte das matérias são utilíssimas para ajuizar com segurança. Aquele deve censurar-se por ter pretendido desvendar os mistérios do raciocínio – sobretudo do falso –, que são não apenas inumeráveis, mas que também corrompem frequentemente o engenho, e por restringir todas as coisas a contendas e a ninharias; estes, porém, ordenaram convenientemente todas as actividades do espírito segundo a finalidade que [VIII] a lógica se propõe, isto é, para a investigação da verdade. E por que motivo comparo eu Aristóteles com alguns dos ecléticos modernos? Todos clamem em voz alta que me seja permitido afirmar com intrepidez: “Um único opúsculo de Heinecke ou de Wolff sobre lógica – considerando a ordem, a clareza e a utilidade das matérias – parece superar amplamente todas as bibliotecas de Aristóteles, de Teofrasto e de Crisipo”.

Ocorrendo as coisas deste modo, não é difícil, Rei José, estabelecer quais deles são mais excelentes, dado que com fundamento naqueles que mencionei se infere manifestamente ser comum a uns e a outros o apreço pela ciência e pela invenção, pois os antigos descobriram certos princípios para raciocinar com segurança, enquanto os modernos inventaram uma arte perfeita para investigar a verdade, tanto certa como provável, quase não abordada pelos antigos. Assim, esta arte de pensar habilmente e de investigar a verdade em todas as ciências parece ter-se originado e ter sido cultivada apenas no século actual. Com efeito, é desprezível – e não sei se também perniciosa – a lógica que se restringe a limites tão estreitos que somente tem lugar nas disputas, não podendo passar além das fronteiras das escolas nem ser aplicada na prática da vida.

Foi este o motivo pelo qual pessoas muito perspicazes se empenharam com tanto esforço no aperfeiçoamento da lógica, pois elas aperceberam-se pela sua grande experiência [IX] de que não apenas são esclarecidas as disciplinas mais severas com os preceitos desta arte, mas também de que dependem dela todas as coisas desta vida. Na verdade, de que forma um bom comandante de um exército, um bom magistrado e outros seres humanos que administram os negócios públicos ou privados podem pensar ou operar sem uma razão exercitada e apurada? E de que modo um rei, de cuja deliberação dependem todas as coisas, poderá coagir os povos a cumprir os seus deveres e tornar muito venturoso o Estado sem o esplendor

luminibus, unquam poterit? Plenae exemplorum sunt historiae, quae^[1] ostendunt quam saepe huius artis ignoratio fortissimas nationes in grauissimas calamitates induxerit. Quibus ego uterer in praesentia, si ad alios, non ad te scriberem, qui haec omnia habes explorata. Quamobrem optime illi de republica meriti putari debent, qui in eo laborant, ut tenelli puerorum animi talibus imbuantur institutis, ut siue aliquam ipsi reipublicae partem adtigant, seu domestica curent negotia, cum laude reipublicae possint^[2] inseruire. Quod nos hoc libro praestare adorti sumus, atque adeo iuuentutem nostram excitare, ut eam uiam insinat, quae ad finem perducit quem nobis in eo condendo proposuimus.

Vt autem illum tuo nomini inscriberem, cum officium erga te meum, tum ipsa libri [x] materies commonebat. Tu es enim is qui horum praeceptorum utilitatem penitus cognoscis; et actionibus tuis, quid ea possint,^[3] confirmas. Tu uel a prima aetate intellexisti quem finem logica habeat, quoque modo etiam ad artem regnandi referri possit. Quis enim unquam melius aut politicarum caussarum nexum mente percepit, aut imminetia regno^[4] mala sapientis declinauit? Quis acutius prospexit quo ex fonte possit utilitas florentissimi imperii cum populorum felicitate coniuncta deriuari? Profecto si tuae institutum uitae cum publicum, tum domesticum, si industriam illam regnandi, qua in ipso regni exordio singula prudentissime administras, penitus consideramus, plane deprehendemus, quantus in re politica logicus sis; nec illam te logicam curare, quae scholae disputationibus inutilibus aduisita, plerumque homines efficit in agendo ad inanitatem subtiles minimeque expeditos; sed utiliore aliam et dignitatis plenior, quae sine ullis ambagibus in re omni ueritatem adtingat: quidque optimum factu sit ad salutem imperii, ac dignitatem seruandam,^[5] internoscat. Itaque unus tu fecisti ut experirentur Lusitani uetus illud dictum hominis sapientissimi: “Tum demum beatas ciuitates fore cum Philosophi regnarent aut Reges philosopharentur”. Nam tales [xi] homines in magistratus cooptasti, qui publica negotia uigilanter administrarent, et talem te in regendis populis, tam sollertem, tam prudentem ostendisti, qualis in re sua priuata nemo homo est.

Eant nunc qui censent artem logicam non nisi ad scholae disceptationes esse accomodatam; atque a te Rege ediscant quantum ad imperii felicitatem rectae rationis praesidium et exercitatio conducatur. Quos ergo interdum non modo rationibus, sed etiam exemplo tuo soleo confutare. Quare non magis opitulari Lusitanis nostris mihi uideor, quod iis clarissimorum hominum trado praecepta; quam quod grauissimo tuo iudicio atque auctoritate planum facio, quantum ea hominibus singulis, ad commode beateque uiuendum, adferant utilitatis.

^[1]quae *R²LNV*] quae aperte *R¹* ^[2]possint *R²LNV*] ipsi possint *R¹* ^[3]ea possint *R²LNV*] ipsa ualent *R¹* ^[4]regno *R²LNV*] regni *R¹* ^[5]seruandam *R²LNV*] conseruandam *R¹*

da lógica mais refinada? A história está cheia de exemplos que demonstram como muitas vezes a ignorância desta arte deu origem em nações poderosíssimas a mui funestas calamidades, que eu traria presentemente à memória se escrevesse para outros e não para vós, que examinastes todos estes assuntos. Devem por isso considerar-se justamente merecedores do Estado os que se empenham em que os espíritos tenrinhos das crianças sejam embebidos por aqueles princípios para que elas – quer venham a ocupar-se da administração pública, quer dos negócios domésticos – possam dedicar-se à lógica com o aplauso do Estado. Foi isto que empreendi provar nesta obra e sobretudo estimular a nossa juventude a seguir o caminho que conduz ao fim que me propus ao escrevê-la.

Mas que eu dedicasse esta obra ao vosso nome, era não apenas um dever para convosco, mas também [x] o recomendava o próprio assunto da obra. Com efeito, vós conheceis profundamente a utilidade daqueles preceitos e demonstrais pela vossa maneira de proceder qual a sua eficácia. Vós compreendeste já desde a juventude qual a finalidade da lógica e também de que modo ela pode aplicar-se à arte de governar. Efectivamente, quem alguma vez se apercebeu melhor do nexos das causas políticas ou evitou com maior sabedoria as calamidades iminentes ao reino? Quem examinou de modo mais penetrante de que fonte pode proceder a utilidade de um poder resplandecente associado à felicidade do povo? Certamente, se eu considerar em profundidade a prática da vossa vida, tanto pública como privada, e a dedicação em governardes – em virtude da qual já no início do vosso reinado administrastes habilmente todos os assuntos –, depreendo com clareza quão grande lógico vós sois em matéria política. E não atribuíis importância àquela lógica que, adquirida nas disputas inúteis da Escola, torna geralmente subtis as pessoas e de modo algum expeditas por induzi-las à frivolidade, mas a uma outra mais útil e digna de maior apreço, por meio da qual se alcança sem nenhuma dúvida a verdade em todas as ciências e se reconhece o que é mais excelente para a conservação do poder e a preservação da virtude. Por isso, só vós conseguistes que os Portugueses tomassem conhecimento da antiga sentença de um homem muito sábio: “Somente haverá nações felizes quando governarem os filósofos ou filosofarem os reis”. Na verdade, [xi] vós preferistes para as magistraturas pessoas que administrassem cuidadosamente os assuntos públicos e demonstrastes que sois tão eminente, tão hábil e tão previdente a governar o povo como ninguém poderia sê-lo nas suas actividades privadas.

Alterem, portanto, a sua opinião os que pensam que a arte lógica é apenas apropriada para as disputas da Escola e aprendam de vós, oh rei, como o seu exercício é útil para o acrescentamento do império da recta razão. Eu tenho por hábito refutá-los algumas vezes não apenas com argumentos, mas também com o vosso exemplo. Parece-me por isso não prestar maior auxílio aos nossos Portugueses ao transmitir-lhes os ensinamentos de pessoas muito ilustres do que demonstrando-lhes com o vosso penetrante discernimento e com o vosso exemplo quanta utilidade proporcionam as referidas doutrinas a todas as pessoas para viverem adequada e ditosamente.

Quamobrem hoc genus litterarum tibi gratum et iucundum fore confido; quod iis legendis cognosces, quidnam homines de tuis rebus gestis, ac de tota uitae disciplina tuae debeant iudicare. Nec id sane ieunum est et contemnendum te grauissimorum hominum ferre suffragia; immo uero contra nihil maius, nihil non meo solum, sed omnium iudicio praestantius cogitari potest, quam quod Regis et facta et consilia bonorum omnium approbationem mereantur. Quamquam enim fortuna reges in eo fastigio collocauit [XII] ut aliorum ipsi non indigere uideantur; in hoc tamen indigent, quod nomen non nisi ab eorum iudicio habeant, quos infra se positos intuentur, qui et dum praesentes adspiciunt, singula pro merito aestimant; et id ipsum, quod iudicarunt, ad posteras gentes scriptis suis transmittunt. Quapropter tibi non magis gloriosum ego puto, quod nascendi forte regnasti, quam quod intelligunt omnes te propter animi magnitudinem mentisque excellentiam regnare debere. Quo magis confido te, qui tantum acumine ingenii et exercitatione uales, quantum ab homine grauissimis curis occupato sperari uix posset, effecturum ut gentes tuo imperio subiectae iis studiis, quibus animus colitur et expolitur, dent operam; quo facilius ad eandem laudem perueniant aliquando, ac reipublicae Lusitanae, cuius membra omnes sumus, pro uirili parte prodesse queant.

Vale, Rex optime, et litterarum patrocinium, ut constituisti, perge suscipere.

Romae, Idibus Septembribus Anno Christi MDCCL.

Eis porque tenho a firme convicção de que esta espécie de epístola será para vós aprazível e deleitável, pois quando efectuardes a sua leitura tomareis conhecimento do que devem pensar as pessoas acerca dos vossos feitos ilustres e de tão notáveis ensinamentos da vossa vida. Isso não é decerto insignificante e desprezível, nem vós deveis ser submetido ao sufrágio de pessoas mais poderosas; pelo contrário, não apenas segundo a minha opinião, mas segundo a opinião de todos, nada pode pensar-se mais excelente do que aquilo que é digno não só dos feitos ilustres de um rei, mas também das opiniões e da aprovação de todas as pessoas nobres por nascimento. Ainda que a fortuna tenha instituído os reis em tal dignidade [xii] para parecer não necessitarem dos outros, contudo, necessitam deles, pois somente adquirem fama pelo juízo dos que são considerados seus inferiores, os quais, enquanto os olham como poderosos, apreciam todas as coisas segundo o seu mérito; e aquilo sobre que ajuizaram é transmitido nos seus escritos às gerações vindouras. Por isso, eu não vos considero mais ilustre por reinardes em virtude da vossa condição de nascimento, mas por todos entenderem que deveis reinar por causa da vossa nobreza de espírito e da excelência do vosso discernimento. Por esta razão, eu tenho mais confiança em vós, que sobressaís de tal modo pela agudeza de espírito e pela ponderação que dificilmente poderia esperar-se suceder numa pessoa dedicada a penosas ocupações para que os povos sujeitos ao vosso poder se consagrem àqueles estudos pelos quais o espírito é cultivado e aprimorado, alcancem por fim mais facilmente a mesma fama e possam pela sua parte ser úteis ao Estado português, do qual todos somos membros.

Adeus, Rei Excelente, prossegui, como estabeleceste, a dispensar a vossa protecção às belas-letas.

Roma, 13 de Setembro do ano de Cristo de 1750.

[xiii]

Aloysius Antonius Verneius
Lusitanis Adolescentibus Optimis Disciplinis^[1] Instituendis.

Quid caussae fuerit, adolescentes ornatissimi, cur logicam ad usum uestrum conscripserim, hac aetate praesertim, in^[2] qua ea se offert talium librorum copia, omnino ut dubii simus quem debeamus praeferre, breuiter exponam.

Principio nostratium neminem de hac materia ex recentiorum^[3] sententia aliquid lucubrasse, exploratum uobis esse confido. Fuere quidem non nulli uiri docti et pii, qui de re logica hoc et superiori^[4] saeculo copiose disseruerunt;^[5] sed ii peripatetica philosophandi uia contenti, recentiorem non adtigerunt; tum autem copia et eruditione sua doctis hominibus et exercitatis, quam tironibus, aptiores esse uidentur. Cum ergo nostrorum nullus hoc argumentum tractauerit, qui mihi uitio dat, quod primus apud uos de uera^[6] philosophia disputarim, culpet potiori iure nobiles quosque philosophos Anglos, Batauos, Germanos, Gallos et Italos, qui in tanta scriptorum multitudine, singulis annis aliquid nouum et cogitant et emittunt; quod sibi persuadent, nihil adhuc ab ullo philosopho esse^[7] conscriptum quod logicam complectatur ex omni parte perfectam.

Accedit quod illustriores auctores, qui de hoc argumento^[8] accuratius explicarunt, difficulter ad Lusitanos nostros deferantur, saltem uenales non prostent; uel quod plerique omnes ab heterodoxis conscripti sunt, et hac de caussa merito ab oculis absconduntur; uel quod etiamsi catholici sint, tamen non sunt publici saporis. Vt illi^[9] qui haec studia amant impense, inopia^[10] bonorum librorum uel ab [xiv] his temperare cogantur, uel iis libris dare^[11] operam, quorum lectione sapientius abstinerent.

^[1]Disciplinis *R²LNV*] studiis *R¹* ^[2]in qua *R²LNV*] in qua tam magna *R¹* ^[3]recentiorum *R²LNV*] Iuniorum *R¹* ^[4]superiori *R²LNV*] proxima *R¹* ^[5]disseruerunt *R²LNV*] disputarunt *R¹* ^[6]uera *R²LNV*] bona *R¹* ^[7]esse *R²LNV*] fuisse *R¹* ^[8]argumento ... explicarunt *R²LNV*] argumento scripserunt *R¹* ^[9]illi *R²LNV*] illi ipsi *R¹* ^[10]inopia ... librorum *R²LNV*] defectu librorum *R¹* ^[11]dare operam *R²LNV*] uacare *R¹*

[xiii]

Luís António Verney,
Aos Jovens Portugueses que vão instruir-se nas melhores disciplinas.

Vou expor com brevidade, magníficos jovens, o motivo por que escrevi uma Lógica para vosso uso, sobretudo nesta época em que se proporciona uma tão grande quantidade de livros que ficamos totalmente indecisos sobre quais devemos preferir.

Tenho a firme convicção de que reconheceis que inicialmente nenhum dos nossos compatriotas reflectiu em profundidade sobre esta matéria com base na opinião dos modernos. Houve certamente no século actual e no anterior alguns varões doutos e virtuosos que discorreram copiosamente sobre a lógica. Contudo, por eles se terem aplicado ao método peripatético de filosofar, não se dedicaram ao moderno; por outro lado, em virtude da sua vasta erudição, parecia terem maior aptidão para instruir pessoas doutas e exercitadas do que os principiantes. Por isso, como nenhum dos nossos compatriotas tratou este assunto, quem me acusar de ter sido o primeiro a discorrer perante vós sobre a verdadeira filosofia censure de preferência certos filósofos ilustres – ingleses, holandeses, alemães, franceses e italianos – que, entre muitos outros autores, concebem e publicam todos os anos alguma coisa nova por se persuadirem de nada ter sido ainda escrito por nenhum filósofo que contivesse uma lógica totalmente perfeita.

Acrescente-se que as obras dos autores mais ilustres que explicaram com maior diligência estes assuntos dificilmente serão vendidas aos nossos portugueses (pelo menos não estão expostas à venda), seja porque a maioria delas foi escrita por autores heterodoxos – sendo por isso justamente subtraídas à vista –, seja porque, embora católicas, não são do agrado do público. Deste modo, os que apreciam ardentemente estes estudos são coagidos, pela falta de bons livros, ou a [xiv] privar-se deles ou a dedicar-se àqueles de cuja leitura deveriam sensatamente abster-se.

Existem, porém, muitos escritos de pessoas doutíssimas que expõem a lógica com desenvolvimento e elegância, de tal forma que, se fosse necessário prestar atenção em Portugal a estes estudos, deveríamos proceder à leitura desses escritos, e não de outros, e explicá-los aos jovens. Reconheço, porém, não saber se eles seriam apropriados para aquilo que pretendo.

At^[1] enim, plurima se offerunt doctissimorum hominum scripta, quae de Logica^[2] fuse ac eleganter pertractant; ut, si foret necessarium huiusmodi studiis in Lusitania dare operam, ea non alia legere deberemus et adolescentibus explicare. Fateor, si ad id, quod quaerimus, essent^[3] accommodata.

Sane fatemur et nos magnam vim exstare logicorum librorum. Sed omnesne de singulis^[4] logicae partibus disputant accurate? Rerumne omnes habent delectum? Vel, si habent, an cogitata sua tam dilucide, et sollerter disponunt, ut pueris instituendis accommodata sint? Id certe^[5] reprehensores nostri non efficient. Profecto non nulli sunt homines qui unam uel alteram logicae partem diligenter exposuerunt. Qui uero omnes ea ratione explicarunt,^[6] ut nihil illis addi, nihil detrahi posse uideatur, procul dubio habebis neminem. Quinimmo nec^[7] id facile praestari posse, nullus, qui harum disciplinarum peritus sit, et recte^[8] iudicare queat, uocabit in dubium. Augentur siquidem in diem hominum cogitata, disciplinae perpoliuntur, nec aliquid tam omni ex parte politum et elaboratum reperietis quod non tempore et usu perfectius et limatius fieri^[9] possit.

Eorum etiam, qui lucem logicae hoc, et uicino^[10] saeculo adtulerunt, laudantur profecto multa, fateor; multa^[11] tamen et merito suo reprehenduntur.¹ Nam quidam multi sunt in rebus nullius pretii disputandis,^[12] utilia et necessaria uel praetermittunt,^[13] uel tangunt. Alii magna circuitione uerborum cogitata sua declarant, quaedam incerta et dubia, quasi perspicua^[14] essent, admiscent; ut si alia ab aliis separare uelis, et ad usus tuos reuocare,^[15] logicus iam sis oportet. Sunt enim qui dum exemplis, a^[16] [xv] grauioribus disciplinis sumtis, confirmare student praecepta, obscurant potius quam illustant. Postremo alii, quod geometrarum^[17] ratiocinandi uiam diligentissime imitantur, ad puerorum ingenia, quae talem methodum non degustarunt, nullo pacto idonei esse uidentur. Adeo difficile est huiusmodi rem pro merito explicare.

Quid, ergo, desperabimus logicam addiscere? Minime: at tanto diligentiores in ea excolenda^[18] et amplificanda esse debemus, quod in ea scriptorum ubertate uersamur, in qua cuilibet accuratius disputaturo oratio desse non potest. Atque quemadmodum Zeuxis illa Heracleotes, ut excellentem muliebris formae pulcritudinem depingeret, ex omnibus uirginibus formosissimis, quae Crotone erant, quinque delegit; quod non putasset omnia, quae quaereret ad uenustatem, uno in corpore se reperire

¹ Consule quae dicemus lib. I, cap. 6 et seq.

[1]At enim *R²LNV*] At enim, inquit *R¹* [2]logica *R²LNV*] logica arte *R¹* [3]essent *R²LNV*] forent *R¹* [4]singulis logicae *R²LNV*] singulis artis nostrae *R¹* [5]certe *R²LNV*] sane *R¹* [6]explicarunt *R²LNV*] disputarunt *R¹* [7]nec ... posse *R²LNV*] facile id fieri non posse *R¹* [8]recte ... queat *R²LNV*] recte de rebus iudicare sciat *R¹* [9]fieri possit. *R²LNV*] possit exhiberi. *R¹* [10]uicino *R²LNV*] superiori *R¹* [11]multa tamen *R²LNV*] alia uero *R¹* [12]disputandis *R²LNV*] exponendis *R¹* [13]praetermittunt *R²LNV*] omittunt *R¹* [14]perspicua essent *R²LNV*] manifesta forent *R¹* [15]reuocare *R²LNV*] aduocare *R¹* [16]a grauioribus ... sumtis *R²LNV*] desumptis ab grauioribus disciplinis *R¹* [17]geometrarum ... diligentissime *R²LNV*] illam geometrarum ratiocinandi uiam stricte *R¹* [18]excolenda et amplificanda *R²LNV*] exornanda *R¹*

Seguramente, reconheço existir um grande número de obras de lógica. Mas expõem todas elas com diligência todas as partes da lógica? E possuem elas uma selecção dos assuntos? E, possuindo-a, dispõem os pensamentos dos autores com tanta clareza e tão habilmente que são adequadas para ensinar os jovens? Isso não é realizado certamente pelos meus críticos. Decerto, alguns deles são pessoas que expuseram de modo escrupuloso uma ou outra parte da lógica; mas, sem nenhuma dúvida, não conheço nenhum que tenha exposto todas elas de modo a parecer que nada pode acrescentar-se ou suprimir-se. Mais que isso, ninguém que seja versado nestas matérias e tenha capacidade para ajuizar com segurança põe em dúvida que isso pode efectuar-se facilmente. Incrementem-se, pois, incessantemente os pensamentos dos seres humanos, aperfeiçoem-se as disciplinas e não descobriremos algo tão aprimorado e aperfeiçoado que não possa com o tempo e a experiência tornar-se mais aperfeiçoado e apurado.

Reconheço ainda que aqueles que neste século e no anterior trouxeram esplendor à lógica exaltaram certamente muitas coisas, sendo, porém, com razão muitas outras censuradas.¹ Com efeito, existem muitos autores que discorrem sobre assuntos sem nenhuma importância, negligenciando os que são úteis e necessários ou escarnecendo deles. Outros expõem os seus pensamentos com grande rodeio de palavras e confundem de tal modo certas matérias duvidosas e equívocas, como se fossem evidentes, que, se desejássemos distinguir umas das outras e aplicá-las à nossa experiência, seria necessário sermos previamente lógicos. E há ainda quem, ao dedicar-se [xv] a corroborar os preceitos com exemplos tomados das disciplinas mais severas, antes os obscurece que os esclarece. Outros, por último, que imitam escrupulosamente o método de raciocinar dos géometras, não parecem de modo algum idóneos para a índole dos jovens que não tocaram ao de leve tal método. Por isso, é difícil para eles expor-lhes devidamente estes assuntos.

Devemos, portanto, perder a esperança de aprender a lógica? De maneira nenhuma. Pelo contrário, devemos ser tanto mais escrupulosos a cultivá-la e a desenvolvê-la quanto mais nos aplicarmos a ela com a dedicação própria dos autores, não podendo faltar uma linguagem cuidada para quem quer que seja poder discorrer com diligência. E assim como Zêuxis de Heracleia escolheu cinco virgens entre as mais formosas de Crotona para representar por pintura a beleza superior da figura da mulher – por considerar que tudo o que procurava descobrir a respeito da beleza não podia encontrá-lo num só corpo –, também eu, reunindo num único lugar todos os autores que se dedicam com aplauso a esta matéria, devo tocar ao de leve cada um dos mais notáveis assuntos com base nos vários talentos.

Na verdade, eu não sou pessoa que me convença de que podem ser tão facilmente investigados os mistérios e – por assim dizer – os recônditos do espírito humano que estabeleça poder compreender sem perigo de erro todas as coisas com clareza

¹ Consultar o que irei referir no livro primeiro, cap. 6 e segs.

posse; ita nos omnibus unum in locum coactis scriptoribus, qui in hoc argumento cum laude uersati sunt, ex uariis ingeniis excellentissima quaeque libare debemus.

Neque uero is ego sum qui mihi persuadeam ita facile animi humani latebras, ut ita dicam, et recessus explorari posse, ut, quo ille modo res omnes sine errandi periculo percipere queat, et clare et facile finiamus. Vtrumque tamen, quantum in nobis fuit, persecuti sumus. Nam et ex omnibus auctoribus qui nomine et memoria digni sunt, quae quisque uerissime, et commodissime dicere uidebatur, excerpimus; et ista ipsa, quae selegimus, ea distributione conscripsimus, ut ad pueros informandos essent^[1] accommodata. Addent fortasse non nulli huic nostro labori lectissima multa, ut breuiori uia pueri ad aliquam doctrinae praestantiam aliquando perueniant. Quis negat? Vel quis id potius non optat? Saltim dum id non praestant, gratiam habeant nobis qui uiam sternimus, ut iuuentus nostra^[2] melioribus studiis sine magno negotio imbui queat.

[xvi] Quod si homines considerarent quantum Reipublicae^[3] interest ut pueri a prima aetate recte de singulis rebus adsuescant existimare, studiose curarent non ut remedium^[4] logicae sanandis animi^[5] morbis adhiberent, sed ut eiusmodi medicina, quantum per^[6] hominem licet, non indigerent. Saltim ne fierent deteriores praeiudicatis opinionibus, quae a nutricibus et paedagogis instillantur puellis.

Rideatis uos licet, adolescentes, uere ac summo doctissimorum hominum consensu hoc dico: praecipua Logices decreta non a praeceptoribus in schola, sed a nutricibus in cunabulis teneris mentibus instillari oportere;² quae si pueros, quorum habent curam, non adsuefacerent tum exemplo suo, tum ineptis praeiudiciis et male res singulas percipere, et de iis insipienter iudicare,³ fieri non posset quin^[7] puer germanis rerum perfunderetur ideis iisque, uti debet, uteretur; ex quo progressus aetate cognosceret ratiocinandi artis perceptiones abstrusiores, et logicus euaderet omni ex parte politus. Sed hominum ea est condicio quod tales^[8] praeceptrices in tenella aetate debent audire, quae non aliis modo, sed ne sibi quidem sapiunt. Vt nesciam an plus boni adferant nobis quod corpus alunt et formant, an uero damni quod aciem mentis quodammodo retundunt. Quamobrem philosophi est praeiudicatis opinionibus primae aetatis occurrere, eaque tradere quae pueris, cum ab illa institutione egrediuntur, opitulari possint. Quod ego praeter cetera hisce

² Exteri non nulli his^[9] temporibus hoc curant, ut nutrices pueros suos quam fieri possit non imbuant praediudiciis, sed res, ut sunt exponant. Quod iam suo tempore admonuit Cicero, cuius sententiam initio *Logicae* posuimus.

³ Conferantur quae disputabimus *Logicae*, lib. V, part. 1, cap. 5 et 6.

^[1]essent accomodata *R²LNV*] forent apta *R¹* ^[2]nostra ... studiis *R²LNV*] melioribus litteris ac studiis *R¹* ^[3]Reipublicae *R²LNV*] *om. R¹* ^[4]remedium *R²LNV*] medicinam *R¹* ^[5]animo morbis *R²LNV*] mentis humanae infirmitatibus *R¹* ^[6]per hominem *R²LNV*] per tarditatem nostram *R¹* ^[7]quin puer *R²LNV*] ut ne puer *R¹* ^[8]tales *R²LNV*] has *R¹* ^[9]his temporibus *R²LNV*] in praesentia *R¹*

e facilidade. Contudo, investiguei uns e outros na medida que me foi possível. Com efeito, obtive de todos os autores que são dignos de renome e de menção aquilo que cada um deles parecia exprimir de forma muito verídica e muito apropriada; e as matérias a que dei preferência foram redigidas por mim ordenadamente para se adequarem à formação dos jovens. Porventura, algumas pessoas acrescentariam a esta minha obra coisas muito escolhidas para os jovens alcançarem enfim por uma via mais breve alguma excelência de doutrina. Quem poderá recusar isso? Ou quem não optará preferentemente por isso? Enquanto não responderem a isso, mostrem-me pelo menos gratidão, pois aplanei o caminho para que a nossa juventude pudesse impregnar-se facilmente das doutrinas mais úteis.

[xvi] Deste modo, se as pessoas examinassem cuidadosamente quanta importância tem para o Estado acostumarem-se os jovens desde a mocidade a ponderar convenientemente todas as coisas, dedicar-se-iam com diligência a não se aplicarem à lógica como remédio para sanar as enfermidades do espírito, mas a não necessitarem dessa medicina, tanto quanto possível. Pelo menos, elas não seriam consideradas inferiores àquelas que têm opiniões preconcebidas, como as que são inculcadas às meninas pelas amas e pelos preceptores.

Tendes o direito, caros jovens, de escarnecer com razão e com sumo consenso das pessoas mais doutas por eu afirmar não ser necessário que sejam infundidos pelos preceptores da escola, mas pelas amas no berço, os principais preceitos da lógica nas tenras mentes,² as quais, se não ensinarem os rapazinhos de que têm incumbência, eles compreendem mal todas as coisas – seja em virtude do seu exemplo, seja por causa de preconceitos absurdos – e ajuízam a seu respeito insensatamente,³ não podendo por isso suceder que uma criança fique impregnada pelas autênticas ideias e se sirva delas como deve, e com base nelas tome conhecimento, já adiantada em idade, das noções mais recônditas da arte de raciocinar e se torne um lógico totalmente perfeito. Porém, é próprio da condição humana deverem as crianças ouvir na tenra idade tais preceptoras, que não possuem conhecimentos não apenas para os outros, mas nem sequer para elas próprias. Desta forma, não sei se elas nos proporcionam mais benefícios por alimentarem e adestrarem o corpo se mais detrimento por embotarem de algum modo a penetração do espírito. Eis porque é próprio do filósofo opor-se às opiniões preconcebidas da mocidade e dar a conhecer as matérias que possam auxiliar as crianças quando elas superarem aquele sistema de ensino. Foi isto que, além de outras coisas, me propus realizar nestes livros. Com efeito, o meu propósito não foi conformar-me com o paladar dos eruditos, mas com o dos jovens, e sobretudo servir a causa do Estado. Poderei não ter cumprido o prometido, mas pelo menos esforcei-me, merecendo por isso a vossa estima.

² Nos tempos actuais, alguns estrangeiros acautelam-se para que as amas não inculquem, tanto quanto possível, preconceitos nos seus meninos, devendo expor-lhes as coisas como elas são realmente. Já na sua época, isto foi recomendado por Cícero, cuja opinião estabeleci no início da *Lógica*.

³ Conferir com aquilo sobre que irei discorrer na *Lógica*, liv. V, 1ª parte, caps. 5-6.

libris adimplere constitui. Propositum enim mihi fuit, non eruditorum palato, sed puerorum atque adeo reipublicae utilitati seruire. Fallar; saltim conatus sum, et hoc nomine de uobis merebor.

[**xvii**] Neque uero id ego agam in praesentia, ut uobis persuadeam plurimis uerbis quantum pueri qui hac uia et ratione imbuuntur reliquis praestent, qui peripatetica solent erudiri. Nam praeterquam quod id ante me uiri litteratissimi luculenter demonstrarunt, adeo unicuique peruium est, ut nullus eorum, qui haec paullo^[1] diligentius consideret, uertat in dubium.⁴ Iam si dubii estis, recte illi^[2] iudicent, an non; aut si quam uos ueteris dialecticae partem adtigitis, uobiscum reputate quantum ab^[3] ea dialectica habeatis adiumenti, non dico ut in negotiis domesticis et forensibus (in his usui non esse, perspicuum est), sed in ipsis grauioribus disciplinis, in theologia Dogmatica, Polemica, Hermeneutica; in Iure et Ciuili et Pontificio; in Historia et Humanitatis studiis, sine ullo negotio uera et falsa internoscatis.⁵ ^[4] Tum demum percipietis quantum damni facit homo, qui mancipat se talibus studiis et tempus, rem sane pretiosam, tot tricis et cauillationibus addiscendis consumit.

Nam si homines in arte tantum syllogistica, et huiusmodi disputationibus, quibus uetera studia continentur, oculati et prudentes, in ceteris uero caeci^[5] et inepti esse deberent, darem illis et hoc, ut illa et sedulo et ad fastidium usque imbuerentur. Cum uero hominis liberaliter educati sit, re quaque proposita, acerrimum ingenium adhibere, ne erret iudicando; plane conficitur eam demum logicam reliquis esse praefendam, quae id doceat, hominique ostendat quid praeuidere debeat, ne in tot errores, in quos per tarditatem humanam delabimur, incurrat. Quod cum philosophia illa uetus non efficiat, relinquitur^[6] alius disciplinae praesidiis rem istam esse conficiendam.

[**xviii**] Non dubio fore non nullos qui aliqua in libello nostro requirant: ac illud primum reprehendant, nos perenni atque perpetua oratione, sine ullis syllogismis, explanare praecepta; deinde contendant, nisi ueteri doctrina ac methodo eruditum, recte in disciplinis seuerioribus, praesertim in Theologia, ratiocinari posse neminem. Quibus nos breuiter respondemus, grauissimis Europae uiris, qui haec diu multum examinarunt, nullam aliam praeter hanc disputandi uiam occurrere planam et certam, ut non in Theologia modo, sed etiam in omni uarietate disciplinarum, atque in omni uitae parte et recte percipiamus et argumentando colligamus.⁶ Non enim in

⁴ Lege^[7] quae dicemus lib. II, cap. 7.

⁵ Vide^[8] quae disseremus lib. V, part. 2, et lib. VI, part. 2, caps. 3, 4, 5, in quibus utilitas recentioris logicae ostenditur.

⁶ Confer quae disputat P. Regnault Iesuita in praefatione ad *Logicam*, et *Dialogo I.*^[9]

[1] paullo diligentius *R²LNV*] diligentius *R¹* [2] illi *R²LNV*] ipsi *R¹* [3] ab ea ... habeatis *R²LNV*] homines ab ea dialectica habeant *R¹* [4] internoscatis. *R²LNV*] diiudicent. *R¹* [5] caeci et inepti *R²LNV*] inepti et inexercitati *R¹* [6] relinquitur *R²LNV*] fit consequens *R¹* [7] Lege ... dicemus *R²LNV*] Legantur quae exponemus *R¹* [8] Vide ... cap. 3, 4, 5 *R²LNV*] Conferantur quae disseremus lib. IV, p. 2 et lib. V, p. 2 tribus ultimis capitibus *R¹* [9] Dialogo I. *R²LNV*] primo Dialogo. *R¹*

[**xvii**] Mas nada farei de momento para vos persuadir com muitas palavras de quantos jovens a quem foi inculcado este método e esta doutrina se distinguem dos outros que costumam ser ensinados pelo método peripatético. Além de terem demonstrado isso muito bem em tempos anteriores varões doutíssimos, é de tal modo evidente para todos que ninguém que considere estas coisas um pouco mais atentamente as põe em dúvida.⁴ E, se duvidardes se eles ajuizaram ou não convenientemente ou qual foi a parte da antiga dialéctica de que se ocuparam, considerai quanto auxílio podeis obter dessa dialéctica, não direi para distinguides sem nenhuma dificuldade a verdade da falsidade nos assuntos domésticos e forenses (pois nestes é evidente não ter ela aplicação), mas nas disciplinas mais severas, na Teologia Dogmática, na Crítica, na Hermenêutica, no Direito Civil e Pontifício, na História e no estudo das Belas-Letras.⁵ Compreendereis somente então quantos danos causa uma pessoa que se dedica ao método peripatético e consome o tempo – uma coisa certamente preciosa – a aprender tantas ninharias e sofismas.

Com efeito, se as pessoas devessem ser experimentadas e hábeis apenas na arte silogística e nas disputas que contêm as opiniões dos antigos, e ignorantes e inábeis noutros assuntos, eu conceder-lhes-ia sinceramente que se impregnassem dessas coisas até ao fastio. Como, porém, é próprio das pessoas educadas à maneira de um homem livre fazer uso em qualquer assunto proposto de um engenho penetrante para não serem induzidas em erro ao ajuizar, infere-se com clareza que a lógica que ensina isso deve seguramente ser preferida às outras, pois manifesta a uma pessoa o que ela deve conhecer antecipadamente para não cair em tantos erros como é costume incorrer por causa da lentidão do espírito humano. E dado que a filosofia antiga não proporciona isso, conclui-se que este assunto deve ser solucionado com outros auxílios da ciência.

[**xviii**] Não duvido de que haverá alguns que irão examinar certas matérias da minha obra e censurá-la, em primeiro lugar, por eu expor as doutrinas segundo um discurso continuado e ininterrupto, sem nenhuns silogismos; além disso, haverá quem afirme que ninguém pode raciocinar convenientemente nas disciplinas mais severas, sobretudo na Teologia, a não ser que recorra à doutrina dos antigos e ao método dos eruditos. A estes digníssimos varões europeus que examinaram durante muito tempo estes assuntos, respondo com brevidade que, excepto este, não existe nenhum outro método de discorrer, fácil e seguro, para podermos ajuizar com segurança e inferir, argumentando, não só na Teologia, mas também em todas as disciplinas e em todos os assuntos da vida.⁶ Na verdade, se soubermos perfeitamente o que é a

⁴ Ler o que irei afirmar no livro segundo, cap. 7.

⁵ Ver o que irei expor no livro quinto (2ª parte) e no livro sexto (2ª parte, caps. 3-5), nos quais se evidencia a utilidade da lógica moderna.

⁶ Conferir aquilo sobre que discorre o jesuíta Pierre Regnault no prefácio à *Logica* e no *Dialogus* (liv. I).

Theologia alia^[1] uia quam in reliquis disciplinis, ratiocinari debemus, si modo, quid sit Theologia, quid recte ratiocinari, penitus cognoscamus.⁷

Nihil est ergo cur uereamini, adolescentes, ut ne uos multitudine obruam praeceptorum, et copia doctrinae reconditae onerem supra uires. Ea dicam, quae in medio posita sunt; quae omnibus, qui sane cogitant, sunt peruia; quaeque uos non in una, aut altera disciplina, sed in omnibus etiam humanioribus⁸ doceant unamquamque rem pro merito aestimare, quod ipsum est esse logicum. Perspicuitati autem ut seruiam, nullus dubitabo eadem exempla, si rerum tractatio^[2] postulet, repetere. Si quid uero abstrusum occurrat, quod uberiorem explicationem requirat,^[3] in scholiis et corollariis exponam, ne rerum ordinem tanta^[4] doctrinae copia interrumpam.⁹ Idque non [XIX] puerorum tantum, sed docentium commodo faciam, ut in promptu habeant unde obscuriora loca^[5] illustrare possint. Ex quo et illud existit, ut nostra haec *Logica*, quamuis morosis censoribus copiosa uideatur, si rerum ordinem et praecepta consideramus, breuis sit.¹⁰ Cum uero res eas offendero, quae ab humana mente finiri nequeunt, a iudicando temperabo. Malim ego uideri lectori nimis timidus, quam imprudens, qui ea definiam arroganter, quibus inuestigandis miseri mortales apti non sumus. Quod si aliquod praeceptum offenderitis, quod facile et domestico labore intelligere nequeatis, memineritis nullam disciplinam esse quae litteris, sine interprete et sine aliqua exercitatione, percipi possit.

Quamobrem, adolescentes, in hoc studium toto animo incumbite; atque uiam, quam uobis sternimus, insistite. Quam si pro eo ac potestis diligenter tenueritis, confido fore ut eam mentem inde praecultam et praeparatam habeatis, qua possitis in quacumque materia non modo acute cogitare, sed existimare prudenter. Mihi sane

⁷ Vide quae dicturi sumus lib. VI,^[6] part. 2, cap. 5.

⁸ Haec ostendemus^[7] diuersis in locis, praesertim lib. VI, part. 2, caps. 3 et 4.

⁹ Plurima his libris praetereuntes tetigimus, quae longiorem sermonem exigebant. Verum cum haec uel ad Physicam, uel Metaphysicam, uel aliam disciplinam spectent, non erat huius loci ea^[8] copiosius exponere. Ex quo lector^[9] intelligens cognoscet quam difficile sit Logicam perfectam tradere;^[10] quod in ea nimis multa^[11] tangi debeant, quae non nisi ex disciplinis seuerioribus sumi possunt et illustrari.

¹⁰ Historiam^[12] Logicae initio posuimus, sine uero *Artem Syllogisticam*, sine quibus tamen nostra haec *Logica* constare potest. Ex ceteris uero, si praecepta ab exemplis separentur, facile apparebit quam paucis praeceptis contineantur innumerae res grauissimae, quae hic traduntur. Quod adolescentibus recte explicare prudentis et accurati praeceptoris erit.

[1] alia uia *R²LNV*] alio modo *R¹* [2] tractatio *R²LNV*] ordo id *R¹* [3] requirat *R²LNV*] postulet *R¹* [4] tanta ... copia *R²LNV*] tali doctrina *R¹* [5] loca ... possint. *R²LNV*] loca queant inlustrare. *R¹* [6] Lib. VI, ... cap. 5 *R²LNV*] Lib. V, cap. ultimo. *R¹* [7] Haec ostendemus *R²LNV*] Lege quae disseremus *R¹* [8] ea ... exponere. *R²LNV*] de iis copiosius disputare. *R¹* [9] lector ... cognoscet *R²LNV*] prudens lector intelliget *R¹* [10] tradere *R²LNV*] exhibere *R¹* [11] multa ... debeant *R²LNV*] multa debeant explicari *R¹* [12] Historiam logicae ... praeceptoris erit. *R²LNV*] *om. R¹*

Teologia e o que é raciocinar com segurança, não devemos raciocinar na Teologia segundo um método diferente do das outras disciplinas.⁷

Não há, portanto, razão, caros jovens, para receardes que eu vos mortifique com um grande número de preceitos e vos sobrecarregue com uma grande quantidade de doutrinas abstrusas que superem as vossas capacidades. Irei dar a conhecer os assuntos que estão ao alcance de todos, que são acessíveis a todos os que pensam sabiamente e que vos ensinam a avaliar convenientemente cada uma das matérias, não apenas numa ou noutra ciência, mas em todas e até nas humanas.⁸ É esta a função do lógico. Mas, tendo em vista a clareza, não hesitarei em repetir os mesmos exemplos, se a exposição dos assuntos o exigir. E, se ocorrer algo abstruso que necessite de explicação mais extensa, apresentá-la-ei nos escólios e nos corolários para não interromper a ordem das matérias em tanta abundância de doutrinas.⁹ Não irei proceder [XIX] desse modo apenas para proveito dos jovens, mas também daqueles que ensinam para eles terem à disposição aquilo de que necessitam a fim de poderem explicar os assuntos mais obscuros. Disto resulta que esta minha *Lógica*, embora pareça prolixa aos críticos impertinentes, torna-se, no entanto, breve, se considerarmos a ordenação das matérias e os seus preceitos.¹⁰ Como, porém, irei discorrer sobre assuntos que não podem ser solucionados pela mente humana, serei moderado nas minhas opiniões. Eu preferia parecer demasiado timorato para o leitor do que um imprudente que expusesse com arrogância os assuntos para cuja investigação nós, míseros mortais, não temos aptidão. Por isso, se deparardes com algum preceito que não possais entender facilmente e por vós próprios, recordai-vos de que não existe nenhuma disciplina que no campo das belas-lettras possa compreender-se sem um mestre e algum exercício.

Por conseguinte, caros jovens, aplicai-vos com toda a vossa inteligência a estes estudos e persisti no caminho que vos aplanei. Se perseverardes nele com diligência, tanto quanto fordes capazes, tenho a firme convicção de que tereis a mente preparada e disposta não apenas para poderdes reflectir de modo penetrante, mas também para examinardes com clarividência qualquer assunto. Decerto, quando reflecto como vos distinguis em talento e perspicácia, parece-me poder afirmar com razão

⁷ Ver aquilo que irei afirmar no livro sexto (2ª parte, cap. 5).

⁸ Irei expor este assunto em diversos lugares, sobretudo no livro sexto (2ª parte, caps. 3-4).

⁹ Omitindo um grande número de assuntos, expus nestes livros matérias que exigiam uma discussão mais prolixa. Na verdade, dado que esses assuntos dizem respeito à Física, à Metafísica ou a outras disciplinas, não era este o lugar para expô-los com maior desenvolvimento. Por essa razão, um leitor esclarecido reconhece como é difícil realizar uma lógica totalmente perfeita, dado que devem ser tratados nela muitos assuntos que apenas podem ser estabelecidos e explicados com base nas disciplinas mais severas.

¹⁰ Expus no início da obra a história da lógica e na última parte a arte silogística, sem as quais, no entanto, esta minha *Lógica* poderia ser constituída. Quanto ao resto, se distinguirmos as doutrinas dos exemplos, evidencia-se facilmente que em poucas doutrinas estão contidas inumeráveis coisas muito importantes que nesta edição são dadas a conhecer. E explicá-las convenientemente aos jovens é função de um preceptor experiente e dedicado.

cum considero quanta uos ingenii ui ac ubertate ualeatis, uideor hoc uere dicere posse, earum, quas ego uidi, gentem nullam uobiscum posse conferri. Quamobrem mihi persuadeo uos, si auide bona studia arripueritis, tantos in iis progressus esse facturos, ut in ipsis exteris gentibus et admirationem uestri et inuidiam suscitare possitis. Quod si feceritis, et uobis et publicae rei haud mediocrem laudem [xx] conciliaueritis; mihi uero, qui intimis sensibus uos amo, maximum gaudium adferetis. Hanc igitur significationem amoris erga uos mei accipite in praesentia. Reliqua, quae uestri gratia aliquot abhinc annis conscripsimus, cum per ualetudinem poterimus, perficiemus, et ad uos mittemus.

Valete.

Romae, Idibus Martiis, Anno Christi Nati, MDCCXXXVIII.

que, por aquilo que conheço, ninguém pode ser comparado convosco. Eis porque estou persuadido de que, se aprenderdes avidamente as doutrinas que são úteis, haveis de obter nelas tantos progressos que podereis despertar até nos estrangeiros a admiração para convosco e a inveja. Se procederdes deste modo e conseguirdes uma reputação não comum não apenas para vós, mas também para o Estado, [xx] causar-me-eis enorme contentamento, a mim que vos estimo com a afeição mais profunda. Recebei, portanto, neste momento a expressão da minha amizade para convosco. Quanto aos outros livros que redigi desde há alguns anos para vosso benefício, irei concluí-los e enviá-los para vós quando a saúde me permitir.

Adeus.

Roma, 15 de Março do ano do nascimento de Cristo de 1748.

Cum a bibliopola nostro admonerer, Adolescentes studiosi, uelle se, distractis exemplaribus prima editionis *Logicae* nostrae, alteram curare, ut si quid addendum mutandumue, ut fieri solet, existimarem, id pro lubitu meo facerem; quamquam longe diuersis curis impeditus, nihil minus hoc tempore, quam de examinanda *Logica*, cogitabam, tamen non putauī praetermittendam occasionem amicis quibusdam de me optime meritis morem gerendi.

Nam cum ego ab iis aliquando requisuissem, quidnam ipsi uel errati, uel obscuri in *Logica* nostra animaduertent quod adolescentium, quorum institutioni praeerant, intelligentiam moraretur, humanissime responderunt arbitrari se nullum praeceptum esse mutandum, sed pauca quaedam uerba uel librarii, uel typographi uitio mutata, aut non loco posita, aut omīssa, esse emendanda; alia uero ex contextu posse suppleri, quae rem planiorem faciant homini sine doctore libros legenti.

Cetera et optime cohaerere et adolescentibus esse planissima, nec me habere necesse minime quaeque, ut primo intuitu non nullis obscura uideantur, seorsum et accurate explanare; cum quod esset infinitum negotium, tum quod in hac philosophiae luce ineptissimum reputaretur, praesertim cum iam in praefatione monuerim, nullam disciplinam esse quae sine interprete et sine aliqua exercitatione recte percipiatur.

Quorum ego admonitioni, hominum nempe, qui et intelligens iudicium habent et in puerorum institutione multum sunt uersati, eo magis parendum esse iudicauī, quod et pauca requirerent, cum ego plura suspicarer; et id ab eo requirerent, qui tum propria natura, tum exemplo magnorum hominum paratus esset errores omnes

[1]secundam LNV] hanc secundam R²

Dado ter sido informado, jovens estudiosos, pelo meu livreiro de que ele pretendia, por estarem esgotados os exemplares da primeira edição da minha *Lógica*, realizar uma segunda, sugeriu-me que, se eu pensasse acrescentar ou alterar alguma coisa, como costuma suceder, fizesse isso consoante a minha deliberação. Ainda que, por estar impedido desde há muito por múltiplas ocupações, eu não pensasse de modo algum proceder neste momento ao exame da *Lógica*, considerei, no entanto, que não devia deixar passar o ensejo de satisfazer alguns amigos, justamente merecedores do meu apreço. Na verdade, visto lhes ter por vezes solicitado que me advertissem acerca dos erros e das obscuridades que na minha *Lógica* embaraçavam a inteligência dos jovens a cuja instrução ela era dedicada, eles responderam-me muito humanamente que no seu parecer não devia ser alterada nenhuma doutrina, devendo apenas ser corrigidas algumas palavras em virtude de erros do copista ou do tipógrafo, ou ser dispostas noutra ordem ou omitidas; outras, porém, podiam ser acrescentadas segundo o contexto para tornar mais evidente o assunto a uma pessoa que não tivesse um mestre para lhe ler os livros. Quanto às matérias, eles concordaram inteiramente serem muito claras para os jovens e não ter eu nenhuma necessidade – ainda que à primeira vista pudessem parecer obscuras para algumas pessoas – de explicá-las à parte e cuidadosamente, não apenas porque seria uma enorme canseira, mas também porque seria considerado extremamente inábil no actual esplendor da filosofia, e sobretudo por eu já ter advertido no prefácio que não existe nenhuma disciplina que possa ser convenientemente entendida sem um intérprete e sem algum exercício.

Em virtude da advertência destes meus amigos – sem dúvida pessoas dotadas de discernimento e muito experimentadas na instrução dos jovens –, considerei que devia aceitar o seu parecer, tanto mais que eles solicitavam correcções pouco numerosas, enquanto eu presumia um grande número; e eles solicitavam isso a alguém que, quer em virtude da sua índole, quer da imitação de pessoas ilustres, estava disposto a confessar e a corrigir [xxii] todos os seus erros. Na verdade (demos graças aos poderes celestes!), já não vivemos com aquela escória de pedantes que, embora totalmente convictos dos seus erros, consideravam indecoroso declarar com sinceridade que erravam ou corrigir algo em que por inadvertência se tinham

suos [xxii] fateri et emendare. Neque enim (Superis grates!) in illa pedantarum colluue iam uersamur, qui quamquam de errore aliquo apertissime conuicti, tamen dedecori sibi ducebant, ingenue profiteri se errasse, aut mutare aliquid quod iis per imprudentiam excidisset; sed in clarissima scientiarum luce uersamur, atque doctissimorum hominum ardenti studio uerum inueniendi, apud quos sincera errati professio non uitio tribuitur, sed laudi. Itaque et philosophorum admonitis eruditi, et etiam propria obseruatione excitati, quaedam et clarius et breuis tradi potuisse, planissime confitemur. Sed quid omnino in hac editione praestiterim, paucis dicendum esse uidetur.

Principio errata uel librarii uel typographi incuria commissa, quae sensum penitus mutabant, etsi ex contextu tam essent perspicua, ut non nisi stulti aut pedante, ea auctori tribuere possent, tamen diligenter correximus. Deinde tum uerbum, tum explanationem aliquam ex contextu ipso desumptam paucis in locis addidimus, quo apertius sensa nostra exponeremus. Tum notationem unam, et item alteram ad oram Libri adiunximus, quae tironibus in iudicando parum exercitatis indicarent loca in quibus ea fusius tractarentur, ne errore suo putarent nos nobismetipsis non constare. Praeterea quaedam aliquanto breuis exponenda reputauimus, quod in aliis Libris nostris paulo copiosus de iis disputaremus. Ad haec unum pro alio exemplum, quod significantius esset et utilius, non uno tantum loco posuimus. Librum item secundum claritatis gratia diuisimus, et caput ultimum primae partis Libri quarti tanquam omnino utile adiunximus. Ad extremam de sermone etiam aliquantulum fuimus solliciti. Nam etsi probe sciamus multa philosophica, praesertim logica, ipsis Ciceronis uerbis exprimi posse, tamen cum haec non nisi iis, qui in Ciceronis libris philosophicis (ut Latinos alios perquam elegantes mittam) contriti [xxiii] sunt, perspicua esse possint; ceteris uero omnibus non insolentia modo et obscura, sed flagitia uideantur, qui ea non nisi alio sensu usurpata unquam audierunt; horum etiam rationem habendam esse putauimus. Quare inter legendum uerborum aliquem delectum, nisi ubi paullo obscurior euaderet oratio, habere non dubitauimus, ne sine ulla necessitate aut inopes, aut barbari uideremur. Sed quam parce quamque uerecunde fecerimus eorum, qui de his iudicare possunt, esto iudicium.

Itaque et illud in uolutando libro prae oculis semper habuimus, ut claritati, quantum per materiam licuit, seruiremus, ut aliquam item hoc nomine a tironibus gratiam iniremus. Et illud etiam sedulo curauimus, ne libri molem non modo non ualde aueremus, sed, si fieri posset, minueremus. Nam in ea sumus opinione logicae praecepta pauca, usum uero et multum et uarium et diuturnum esse adhibendum. Et in ea etiam opinione quotidie confirmamur, nos ea quae ad inueniendum uerum ac tradendum sunt tum necessaria, tum utilia his libris uel exposuisse, uel tetigisse. Vt nisi eorum, quorum gratia scribimus, non necessitas modo, sed facilitas ad

enganado. Nós, porém, vivemos numa época de esplendor notabilíssimo das ciências e de pessoas doutíssimas com um empenho ardente em descobrir a verdade, para as quais a confissão sincera dos seus erros não é considerada um vício, mas um mérito. Por isso, instruído pelas advertências dos filósofos e também estimulado pela própria observação, reconheço abertamente ser possível ensinarem-se certas matérias não apenas com maior clareza, mas também com maior brevidade. Mas tudo o que apresento nesta edição parece dever exprimir-se em poucas palavras.

Corrigi em primeiro lugar escrupulosamente os erros cometidos ou pela incúria do copista ou do tipógrafo, que alteravam totalmente o sentido, embora eles fossem tão evidentes pelo contexto que só os ignorantes ou os pedantes poderiam atribuí-los ao autor. Além disso, acrescentei nalguns lugares quer uma palavra, quer um esclarecimento, tendo em conta o próprio contexto, para expor com maior clareza o meu pensamento. Acrescentei também uma ou outra observação à margem da obra, que desse a conhecer aos principiantes pouco exercitados em ajuizar os lugares em que são examinados com maior explanação os assuntos, para eles não pensarem erroneamente que não sou conseqüente comigo próprio. Por outro lado, considerei por vezes dever expor com maior brevidade certas matérias, dado ter discorrido sobre elas um pouco mais copiosamente noutras obras minhas. Apresentei ainda em diversos lugares um ou outro exemplo que fosse mais expressivo e mais útil. Dividi, além disso, o livro segundo por motivo de clareza e acrescentei o último capítulo da primeira parte do livro quarto por ter muita utilidade. Por último, fui também um pouco cuidadoso com a linguagem. Na verdade, embora saibamos perfeitamente que muitas matérias filosóficas, sobretudo de lógica, podem ser expostas pelas próprias palavras de Cícero, contudo, por elas poderem ser apenas evidentes para aqueles, como eu, que despendem o tempo com os livros filosóficos de Cícero (omitindo outros Latinos extremamente apurados) [XXIII] – as quais parecem certamente a todos os outros não apenas coisas insólitas e obscuras, mas também depravações, pois só tiveram conhecimento delas quando usadas noutra sentido –, pensei que devia ter também em consideração esses livros. Por isso, a respeito da escolha das palavras – excepto quando o discurso se tornava um pouco mais obscuro – não duvidei tê-los em conta para não parecer desprovido de conhecimentos ou inculto sem nenhuma necessidade. Porém, sobre quão moderadamente e comedidamente eu procedi, emitam a sua opinião os que têm capacidade de ajuizar sobre estes assuntos.

Por conseqüência, sempre tive em vista, ao examinar cuidadosamente esta obra, atender à clareza – tanto quanto o possibilitou a matéria –, alcançando deste modo a estima dos principiantes. E também cuidei com todo o empenho não apenas em não acrescentar à obra um grande número de assuntos, mas também, se possível, em restringi-los. Na verdade, sou de opinião de que devem ser em pequeno número as regras da lógica, devendo, porém, fazer-se uso delas frequentemente, de diversos modos e durante muito tempo. Eu confirmei todos os dias essa minha opinião ao expor e ao tratar nesta obra os assuntos que são não apenas necessários, mas também úteis, para a investigação e a transmissão da verdade. E dado que apenas escrevo para benefício dos que me solicitam exemplos cada vez mais inteligíveis e

disputandum, exempla magis magisque clara et illustria a nobis flagitarent; delendum potius aliquid, quam addendum, existimarem.

Non quod in recentiorum quorundam eam sententiam, qui nescio quas epitomas logicas, ubi rerum summa capita tantum continentur, adolescentibus proponunt, ex quibus se de rebus omnibus recte iudicare posse, adseueranter contendunt. Qui quam turpiter fallantur, conflictio cum aduersario declarat, ad quam cum isti iuuenes deueniunt, obmutescunt, ut saepissime expertus sum. Sed modum in omnibus esse statuimus. Aliud enim est sibi ipsi uerum placide inquirere; aliud longe diuersum cum aduersario bene parato in pugnam descendere.

Cumque nescio quo fato adhuc cum sophistis saepissime pugnandum [xxiv] sit, qui non uirtute sua, sed errore hominum subsellia occupantes, tot inter alia artificia, quibus in occupatione se defendunt, etiam artem illam suam irretiendi, ut utilem, ut exquisitam, ut pernecessariam extollunt; oportet et eorum linguam nosse, tum petitiones, tum declinationes omnes cognitatas habere, ne ab exigua aduersariorum exercitatione aliquid, quod a uirtute sua non possunt, ipsi gloriae tironum damno consequantur.

Quamobrem cum singulari Dei beneficio, atque doctissimorum hominum incredibili humanitate illud expertus sim, quod numquam putauit fore, ut tum a sapientissimis episcopis, tum a grauissimis scholarum moderatoribus libri omnes nostri in dies magis magisque benigne in scholis recipiantur, et adolescentibus exponantur; existimaui me illis uicissim hoc debere, ut scholarum earumdem consuetudini seruirem, atque breuiorem uiam ad disputationes ipsas instituendas pueris complanarem. Vos itaque, adolescentes, bonae philosophiae cupidi, labore hoc nostro in hac noua editione adornanda fruimini commodo uestro, quod uobis felix faustumque sit.

Valete.

evidentes, não apenas por necessidade, mas também para desembaraço nas disputas, considerei preferível excluir alguns assuntos que acrescentá-los.

Não é esta a opinião de alguns modernos que propõem para os jovens não sei que compêndios de lógica em que estão apenas contidos os capítulos com as matérias essenciais, com base nos quais eles porfiam categoricamente poderem ajuizar com segurança sobre todas as coisas. Como se enganam ignobilmente os que emudecem quando é proclamada a peleja com o opositor, à qual eles recorreram enquanto jovens, como muitíssimas vezes eu recorri. Estabeleci, porém, existir uma justa medida em todos os assuntos. Com efeito, uma coisa é investigar serenamente consigo próprio a verdade, e outra, muito diferente, é travar combate com um oponente bem exercitado. De qualquer modo, desconheço ainda agora por que fatalidade se devem contestar muitíssimas vezes os sofistas, [XXIV] os quais – não pelo seu mérito, mas por se terem assenhoreado do trono em virtude dos erros dos seres humanos – se defendem recorrendo a tão grande número de estratégias com os quais consomem o tempo, exaltando também a sua arte de seduzir como sendo algo útil, requintado e muito necessário. Importa por isso conhecer não apenas as suas maledicências, mas também as suas investidas e todas as suas esquivas para que, em virtude da experiência exígua dos seus oponentes, não obtenham com dano da reputação dos principiantes o que pelo seu mérito não são capazes de alcançar.

Eis porque, dado ter eu comprovado – o que nunca imaginei haver de suceder – que, por uma graça especial de Deus e em virtude da humanidade inaudita de pessoas doutíssimas, todas as minhas obras são cada vez mais aceites com benevolência de dia em dia nas escolas (quer pelos bispos sapientíssimos, quer pelos mestres mais prestigiosos das escolas) e explicadas aos jovens, fui de opinião de que por esse motivo devia estar reconhecido a todos eles, eu que me submeti aos hábitos dessas mesmas escolas e aplanei um caminho mais breve para os jovens poderem estabelecer as suas próprias disputas. Portanto, caros jovens amantes da boa filosofia, desfrutai desta minha obra nesta nova edição, que vai ser preparada para vosso proveito. Que ela vos seja profícua e propícia.

Adeus.

(Página deixada propositadamente em branco)

LIBER PRIMVS
DE HISTORIA LOGICAE



LIVRO PRIMEIRO
HISTÓRIA DA LÓGICA

[1]

LIBER PRIMVS
DE^[1] HISTORIA LOGICAE

CAPVT I

De partitione et consilio operis

Disputaturus de rudimentis logices ad usum Lusitanorum adolescentium, libros^[2] sex scribere constitui. Horum in primo exponam, quo modo logica occeperit et fuerit propagata: quae illius uicissitudines quaeque emendationes^[3] existerint. In altero ostendam quonam pacto mens humana rerum^[4] ideas adquirat, quamque^[5] mira arte opus habeat ne cognoscendo fallatur. In^[6] tertio demonstro quanta sit idearum diuersitas; tum demum de idearum signis, id est de usu uocum edisseram. Quarto^[7] libro de iudiciis et propositionibus, quibus iudicia fiunt nota, tractabo; deinde argumentationis mysteria breuiter aperiam. In quinto^[8] de inuestigatione ueri, tum illius quod certo nobis constat, tum quod probabilitate continentur, disputabo. Postremo uero libro de methodo inueniendi^[9] ac tradendi uerum sermonem^[10] faciam.

[2] Curabo ut, quae hisce libris praecepta tironibus tradidero,^[11] uel perspicua sint, uel firmis argumentis communiuntur. Cum uero illud occurreret quod non nisi ex aliis disciplinis duci potest quid uerum aut uerisimilius sit, monebo lectorem, neminem decipiam. Eum uero qui penitus haec noscere cupiat,^[12] ad illa loca in quibus eadem uel in *Physiologia*, uel *Theologia* disputabimus, remittam.

Breuitati etiam, tum et tironum mei satietati, eorumque ingenii indoli consulam: hac lege, ut si aliquid se offeret, quod non nihil disputationis habere cognouero, id explicem aliquanto fusius. Non enim longus est liber qui ea quae necessaria sunt, tradit.

^[1]DE HISTORIA LOGICAE *R²LNV*] HISTORIA LOGICAE EXPLICATUR *R'* ^[2]libros sex *R²LNV*] quinque libros *R'* ^[3]emendationes *R²LNV*] mutationes *R'* ^[4]rerum ideas *R²LNV*] cognitiones *R'* ^[5]quamque ... fallatur. *R²LNV*] quanta sit idearum et cognitionum diuersitas *R'* ^[6]In tertio demonstro *R²LNV*] *om.* *R'* ^[7]Quarto *R²LNV*] Tertio *R'* ^[8]quinto *R²LNV*] quarto *R'* ^[9]inueniendi ac tradendi *R²LNV*] tractandi *R'* ^[10]sermonem faciam. *R²LNV*] faciam sermonem. *R'* ^[11]tradidero *R²LNV*] exhibero *R'* ^[12]cupiat *R²LNV*] desideret *R'*

[1]

LIVRO PRIMEIRO

HISTÓRIA DA LÓGICA

CAPÍTULO I

Divisão e plano da obra

Havendo eu de discorrer sobre os rudimentos da lógica para uso dos jovens portugueses, decidi escrever seis livros. No primeiro deles, irei explicar como se originou a lógica, como se divulgou, quais as suas vicissitudes e como foi corrigida. No segundo, irei expor de que modo a mente humana adquire ideias das coisas e como necessita de uma arte digna de admiração para não ser induzida em erro quando conhece. No terceiro, irei referir quão grande é a diversidade das ideias, e seguidamente dar a conhecer os sinais das ideias, ou seja, o uso das palavras. No quarto livro, irei tratar dos juízos e das proposições, por meio das quais os juízos se tornam conhecidos e, além disso, esclarecer com brevidade os mistérios da argumentação. No quinto, irei discorrer sobre a investigação da verdade, tanto daquela que é para nós evidente como daquela que está associada à probabilidade. No último livro, irei falar do método de descobrir e de transmitir a verdade.

[2] Cuidarei que as doutrinas que transmitir aos principiantes nestes livros sejam dotadas de clareza e corroboradas com argumentos consistentes. Quando, porém, ocorrer que somente com base nas outras disciplinas pode inferir-se o que é verdadeiro ou apenas verosímil, chamarei a atenção do leitor para não induzir ninguém em erro. Mas a quem desejar conhecer profundamente estas matérias remetê-lo-ei para outros lugares em que irei discorrer sobre os mesmos assuntos, tanto na *Física* como na *Teologia*.

Irei também atender à brevidade, bem como ao enfado dos principiantes e à natureza da sua inteligência. Deste modo, se algo ocorrer que inclua alguma coisa sobre as disputas e que eu conheça, irei expô-lo um pouco mais desenvolvidamente. Na verdade, não é extenso um livro que ensina o que é necessário.

Vtar eo sermone qui, etiamsi^[1] non exquisite Latinus sit, uerumtamen ad id, quod cupimus, explicandum accommodatior esse uideatur. Idque duplici nomine faciam: primo, ne adolescentes qui legent, duplici labore fatigem, eosque cogam ad Philosophum intelligendum, grammaticum quaerere interpretem. Scio enim plerosque qui ad^[2] hanc disciplinam animum adiungunt uix praecipuis grammatices Latinae regulis esse imbutos, quae uiam sternant, ut quaedam Latine conscripta leuiter^[3] percipiant; puritatem uero, ac^[4] elegantiam non habere, immo nec^[5] intelligere quatenam uocabulis potestas subiecta sit.

Alterum uero est rei ipsius incredibilis difficultas. Scimus enim Romanos homines et bene Latine loquentes, ut erat Cicero, cum philosophiam Latinis litteris excolere coepissent, uerba illa Graeca Romano more finxisse, inuexisse noua et Romanis auribus non cognita; quod putarent hanc ueniam illis esse dandam qui res nouas explicare conabantur, ut etiam uerbis nouis, cum opus esset, uterentur¹¹. Porro tam multa nos, ueteribus Romanis noua et inaudita, in praesentia disputamus; ut uel Cicero ipse, si^[6] hic sit, nobiscum “barbarizaret”, et noua uerba esse fabricanda,^[7] quae huiusmodi^[8] res exprimerent, luculentissime confirmarent.

[3] Sane importuni sunt qui nihil pronuciare uolunt, quod non Romanis uerbis,^[9] iisque Romana republica stante familiarissimis, explicari posse existimant. Qui tamen uel in consessu philosophorum obmutescere debent; uel plane fateri, aliis illa uerbis esse nominanda. Vt enim rhetores ac philosophi Graeci, tum et ipsi Romani rhetores et consulti uocabulis artis, rudiori populo incognitis, sua sensa expresserunt, ita Romanis philosophis, idest iis qui Romana lingua philosophantur, nulla iusta de caussa id erit negandum.^[10]

Inualuit enim uero usus, ut quaeque artes peculiaribus uocibus uterentur. Quis enim unquam risit opifices, qui, dum de rebus ad artem suam spectantibus loquerentur, domesticis uocabulis et instrumenta et res ipsas in quibus uersantur, notarent? Vel quis potius non rideret eum qui de arte fabrilis loquens, idque ad fabros, qui litteras ignorant; missis uocabulis, quibus artificia sua tueri solent, id aliis uerbis, solis

¹¹ “Quod si in ea lingua, quam plerique uberiorem putant, concessum a Graecia est ut doctissimi homines de rebus non peruagatis inusitatis uerbis uterentur, quanto id nobis magis est concedendum, qui ea nunc primum audemus adtingere?” Cicero, *De Finibus*, lib. III, cap. 2.

^[1]etiamsi *R²LNV*] tametsi *R¹* ^[2]ad hanc ... adiungunt *R²LNV*] ad huiusmodi disciplinas accedunt *R¹* ^[3]leuiter *R²LNV*] quoquo modo *R¹* ^[4]ac elegantiam *R²LNV*] et dilectum uerborum *R¹* ^[5]nec *R²LNV*] nec illud *R¹* ^[6]si hic sit *R²LNV*] si existat *R¹* ^[7]fabricanda *R²LNV*] admittenda *R¹* ^[8]huiusmodi res exprimerent *R²LNV*] illa explicarent *R¹* ^[9]uerbis *R²LNV*] uocibus *R¹* ^[10]negandum. *R²LNV*] denegandum. *R¹*

Servir-me-ei de uma linguagem familiar que, embora não seja um latim requintado, parece, no entanto, mais apropriada para expor o que pretendo. E farei isso por duas razões. Primeiramente, para não mortificar os jovens leitores com um duplo esforço e para os coagir a procurar um mestre de gramática a fim de entenderem os filósofos. Tenho de facto conhecimento de que a maior parte dos que se apaixonam por esta disciplina dificilmente estará imbuída das principais regras da gramática latina, que aplanam o caminho para compreender sem dificuldade certos escritos redigidos em latim, não avaliando eles verdadeiramente a sua pureza e clareza, mas, pelo contrário, não se apercebendo de quais sejam as propriedades subjacentes aos respectivos vocábulos.

Consiste a segunda razão na inacreditável dificuldade do próprio assunto. Com efeito, sabemos que os Romanos que se exprimiam correctamente em latim (como era o caso de Cícero) – dado terem principiado a cultivar a filosofia servindo-se da cultura latina e representado as palavras gregas à maneira romana – introduziram novas palavras desconhecidas dos ouvidos dos Romanos por pensarem que isso lhes devia ser permitido; e eles empenharam-se em expor novos assuntos, para o que também fizeram uso de novas palavras quando fosse necessário.¹¹ Por outro lado, eu discorro neste momento sobre tão grande número de assuntos desconhecidos dos antigos romanos que até o próprio Cícero, se aqui estivesse, cometeria comigo “barbarismos” e confirmaria com muita clareza deverem ser inventadas novas palavras que exprimissem esses assuntos.

[3] São realmente impertinentes os que nada desejam exprimir por pensarem não poder ser exposto pelas palavras dos Romanos e pelas mais familiares da época do florescimento da República Romana. Contudo, eles devem guardar silêncio, com a anuência dos filósofos, ou confessar claramente deverem aqueles assuntos ser expostos por palavras diferentes. Com efeito, assim como os oradores e os filósofos gregos, e igualmente os próprios oradores e jurisconsultos romanos, exprimiram os seus pensamentos por vocábulos da sua arte, desconhecidos do povo mais rude, também por nenhuma causa justa isso deve ser recusado aos filósofos romanos, ou seja, a todos aqueles que filosofam na língua romana.

Estabeleceu-se efectivamente o hábito de cada uma das artes se servir de palavras peculiares. Na verdade, quem alguma vez escarneceu dos artistas que, ao falarem sobre assuntos relativos à sua arte, designaram com vocábulos familiares não apenas os instrumentos da arte, mas também as próprias coisas de que se ocupam? Ou quem não escarneceu preferentemente daquele que, falando da arte do artista para os artistas que desconhecem as belas-letras – tendo omitido os vocábulos pelos quais costumam ser designados os seus ofícios –, pretendeu expor isso com elegância e

¹¹ “Se, portanto, numa língua que geralmente se considera mais rica que a nossa foi permitido pelos Gregos que pessoas muito instruídas se servissem, relativamente a assuntos não triviais, de palavras insólitas, não me deverá ser consentido com maior razão fazer o mesmo actualmente, que fui o primeiro que ousei ocupar-me destas coisas?” (Cícero, *De Finibus*, liv. III, cap.2).

philosophis usitatis, ornate uellet ac copiose explicare? Ne ergo morosus aliquis requirat a me sermonem purum et omni ex parte Latinum: illud potius curabo ut uerbis^[1] philosophorum propriis, et, quam fieri possit, perspicuis, sensa mea declarem;^[2] et corpus disciplinae, quo potero clariori, ordine contexam. Quod si semel id adsequor, ac tirones mea^[3] legentes quae ego cogito, intelligant, tunc me optime ad sensum rhetorum et philosophorum¹² bene locutum esse existimabo.¹³

Sed antea quam opus ipsum incipio, creatorem et gubernatorem humanarum rerum Deum demisse inuoco et rogo mihi scribendi ne desit, sed mentem sua^[4] luce perfundat ut hisce^[5] lucubrandis non errem; quin potius praeceptiones eas [4] tradam quae puerorum mentes non modo ad ista, quae mundo continentur, penitus intelligenda, sed, quod maxime curare debemus, ad caelestia illa et beatum adspectum conditoris quodammodo perducant; nec sinat ut aliquid, quod ab legibus a Romana ecclesia sancitis^[6] alienum sit, uel nobis imprudentibus, excidat. Quod si per humanam infirmitatem errauerimus, quidquid dixerimus, condemnamus; ac nos nostraque omnia uel iam uulgata, uel postea uulganda Pontificis Maximi iudicio libentissime submittimus. Quod si interdum nos auctorem aliquem, qui propter haeresim non nisi cum uenia memorandus sit, laudabimus; hominis eruditionem laudamus, improbitatem detestamur, nec legendum proponimus, nisi si per Ecclesiam licebit.

Vos autem, adolescentes lectissimi, et moneo et hortor demisse ac enixe Deum inuocetis, qui uobis bonam mentem largiatur. Nisi enim ab^[7] eo fonte rem omnem deduxeritis, nisi eiusdem monitis et praeceptis mentem uestram imbueritis, scitote numquam uos philosophiam illam quae nulli errori obnoxia est fore consecuturos. Faxit Deus ut res^[8] uotis respondeat, et quemadmodum uestri gratia, et ut uos ad optima studia perducerem, huiusmodi laborem aggredimur; uicissim nos mihi meisque conatibus respondeatis, et ad finem mihi uobisque propositum, tota mente et omni animo contendatis.

¹² "Stoicorum autem non ignoras quam sit subtile, uel spinosum potius, disserendi genus, idque cum Graecis, tum magis nobis, quibus etiam uerba parienda sunt, imponendaque noua uocis rebus nomina. Quod quidem nemo mediocriter doctus mirabitur, cogitans, in omni parte, cuius usus uulgaris communisque non sit, multam nouitatem nominum esse; cum constituentur earum rerum uocabula, quae in quaque arte uersentur". Cicero, *ibidem*.

¹³ Vide^[9] quae disputabimus lib. VI, part. 2, caps. 2 et 3.

^[1]uerbis *R²LNV*] uocibus *R¹* ^[2]declarem *R²LNV*] exponam *R¹* ^[3]mea *R²LNV*] meas lucubrationes *R¹* ^[4]sua luce *R²LNV*] tanta luce *R¹* ^[5]hisce lucubrandis *R²LNV*] ista lucubrando *R¹* ^[6]sancitis *R²LNV*] propositis *R¹* ^[7]ab eo *R²LNV*] ab hoc *R¹* ^[8]res uotis *R²LNV*] uotis res ipsa *R¹* ^[9]uide *R²LNV*] uideatur *R¹*

copiosamente por outras palavras usadas apenas pelos filósofos? Portanto, para que algum insolente não me exija uma linguagem castiça e totalmente latina, cuidarei preferentemente em expor os meus pensamentos com palavras peculiares dos filósofos e o mais possível evidentes, e encadearéi ordenadamente a matéria da disciplina do modo mais claro que puder. Se conseguir que os principiantes que lêem os meus escritos entendam os meus pensamentos, considerarei ter-me exprimido de maneira excelente¹² e segundo o modo de pensar dos oradores e dos filósofos.¹³

Mas antes de dar início a esta obra, suplico humildemente a Deus, criador e governante das coisas humanas, implorando-lhe que não me falte com o seu auxílio ao escrever, mas que inunde com o seu esplendor a minha mente para não me afastar da verdade nestas lucubrações; além disso, para eu ensinar preferentemente as doutrinas [4] que estimulam as mentes dos jovens, tendo em vista não apenas que eles entendam perfeitamente as coisas deste mundo, mas também – do que sobretudo devemos ocupar-nos – as coisas celestiais, que conduzem à visão bem-aventurada do Criador; e ainda para ele não permitir que algo seja incompatível com os preceitos estabelecidos pela Igreja Romana, ou que nos apartemos dela em virtude da nossa ignorância. Por isso, se errarmos devido à inconstância humana, censuremos aquilo que dissermos e submetamos voluntariamente todos os nossos escritos, quer os já publicados, quer os que forem posteriormente publicados, ao juízo do Sumo Pontífice. E, se algumas vezes elogiarmos um autor que, por ser herético deve apenas mencionar-se com benevolência, elogiemos a erudição do indivíduo, mas abominemos a sua perversidade e não ponhamos a sua obra à venda para ser lida, excepto se for permitido pela Igreja.

Aconselho-vos e recomendo-vos, caríssimos jovens, que supliqueis humildemente a Deus com todo o empenho que vos conceda uma mente virtuosa. Se não obtiverdes dessa fonte todas as coisas e se não impregnardes a vossa mente com as suas advertências e os seus preceitos, ficai sabendo que jamais chegareis a alcançar aquela filosofia que não está sujeita a nenhum erro. Permita Deus que esta obra esteja de acordo com os vossos desejos. E assim como a realizei para vosso benefício e para vos possibilitar os melhores estudos, espero também que correspondais de modo recíproco ao meu empenho e vos esforceis com todo o vosso discernimento e com toda a vossa inteligência para alcançardes a finalidade que eu e vós nos propusemos.

¹² “Não desconheces, porém, como é subtil, ou antes capcioso, o modo de discorrer dos estóicos. Isso acontece para com os Gregos e mais ainda para connosco, Romanos, que também inventámos palavras e estabelecemos para coisas novas nomes novos. Ninguém, ainda que moderadamente instruído, ficará espantado se pensar que em toda a arte, cujo exercício não esteja vulgarizado e difundido, existe uma nova terminologia para estabelecer um vocabulário que se aplique a qualquer arte” (Cícero, *ibidem*).

¹³ Ver o que expus pormenorizadamente no livro sexto (2ª parte, caps. 2-3).

CAPVT II

De Logica uetustissimorum hominum^[1]

Quamquam quae hoc libro dicturi sumus, in ipso *Logicae* corpore locum habere possent, si ordinem quo res sunt inuentae persequi uellemus¹⁴; tamen ne praeceptionum ordinem ea eruditione rumperemus, de consilio doctorum hominum, de his hoc loco disputare constituimus, et a principio historiam logicae usque ad praesens tempus perpetua oratione describere. Est autem Logica disciplina quae mentem perpolit, ut in omni loco et tempore uerum [5] consequatur.¹⁵ Cuius nos ortum et uicissitudines breuiter hoc libro demonstrabimus.

Antediluuiani homines, uel quod ab Adamo haberent ea quae ad recte intelligendum sunt necessaria, quo uitam commodius et iucundius transigamus; uel quod de huiusmodi praeceptionibus non cogitarent, pastoricae uitae et curis domesticis intenti (id enim uerisimilius est) de moderandis^[2] cognitionibus mentis nihil tradiderunt.

Exacto diluuio, cum multiplicari coepissent homines super terram, illud^[3] unum curarunt, ut urbes conderent, bene habitarent, nouas^[4] regiones peterent, pro iisque occupandis bella committerent. Nullus meditationi aut disputationi locus reliquus erat.

Non nisi post Olympiadas, quae MDCCLXXVI annis ante uulgatam^[5] rationem aerae Christianae incepere; uerius dicam, non nisi quingentis circiter ante Christum annis de emendandis actionibus mentis cogitarunt homines. Nam qui primum disciplinas excolebant, obseruandis siderum cursibus, aut praedicendis rebus futuris, aut moderandis populis, plerumque erant occupati.

Fuere Graeci qui primi huic studio se^[6] dederunt. Nam cum Graecorum republicae a populo administrarentur, apud quem non sapientia, sed loquacitas saepissime^[7] fructum fert,^[8] euenit^[9] ut homines huic se garrulitati totos darent, atque quamcumque aduersarii argumentationem confutandi, suaque propugnandi, improuisa^[10] facultate mirandum in modum delectarentur.

Quae cum animaduernerent alii et adiumenta^[11] quaererent quibus uera et falsa probari aut refutari solerent, artem istam dialecticam adumbrarunt; quae primo quidem non ut uerum inueniret, sed ut facile quisque disputaret et aduersarium reprehenderet, adhiberi^[12] coepit, postmodum ueluti^[13] per gradus ad utiliora peruentum est. Verisimile est non uno eodemque tempore factum id fuisse, sed errorem aliquem ab uno animaduersum, ab alio alium, sic ut sensim errores notarentur et ars ratiocinandi absolueretur.

¹⁴ Hoc est, post caput 6 libri II.

¹⁵ Haec^[14] definitio duas partes clare complectitur, et uerum inueniendi et tradendi.

^[1]hominum *R²LNV*] hominum disquirat *R¹* ^[2]moderandis *R²LNV*] formandis *R¹* ^[3]illud *R²LNV*] hoc *R¹* ^[4]nouas ... peterent *R²LNV*] nouasque peterent regiones *R¹* ^[5]uulgatam rationem *R²LNV*] uulgatum computum *R¹* ^[6]se dederunt. *R²LNV*] uacarunt. *R¹* ^[7]saepissime *R²LNV*] frequentissime *R¹* ^[8]fert *R²LNV*] tulit *R¹* ^[9]euenit *R²LNV*] factum est *R¹* ^[10]improuisa *R²LNV*] extemporali *R¹* ^[11]adiumenta *R²LNV*] argumenta *R¹* ^[12]adhiberi *R²LNV*] in usu erat *R¹* ^[13]ueluti per gradus *R²LNV*] ista meditando *R¹* ^[14]Haec ... tradendi *R²LNV*] *om. R¹*

CAPÍTULO II

A lógica dos mais antigos

Ainda que o que vou referir neste livro pudesse ter lugar no próprio corpo da *Lógica*, se desejasse expor o encadeamento segundo o qual as coisas foram instituídas,¹⁴ contudo, para não infringir com tal erudição a ordem das doutrinas, decidi discorrer sobre este assunto neste lugar em conformidade com o parecer das pessoas mais dotas e escrever a história da lógica desde o seu início até aos tempos actuais segundo um discurso continuado. Ora, a Lógica é a disciplina que aperfeiçoa a mente em todos os tempos e lugares para a obtenção [5] da verdade.¹⁵ Irei expor com brevidade neste livro a sua origem e as suas vicissitudes.

Os antediluvianos, quer por possuírem desde Adão o que era necessário para entenderem adequadamente como viver do modo mais apropriado e mais deleitável, quer por não pensarem sobre estas doutrinas – dado que se dedicavam à pastorícia e aos cuidados domésticos (como é mais verosímil) –, nada transmitiram para moderar os pensamentos da mente.

Após o fim do dilúvio, tendo principiado a multiplicar-se os seres humanos sobre a Terra, eles preocuparam-se apenas em fundar cidades, em habitá-las convenientemente, em procurar novas regiões e em empreender guerras para ocupá-las. Não havia por isso lugar para a reflexão ou para a discussão.

Somente depois das Olimpíadas, que se iniciaram no ano 776 antes do período conhecido como “Era de Cristo” – ou, para me exprimir com maior exactidão, apenas cerca de quinhentos anos antes de Cristo –, é que os seres humanos pensaram em aperfeiçoar as operações da mente. Com efeito, os que primeiramente cultivaram as ciências dedicavam-se a observar os cursos dos astros, ou a predizer o futuro, ou a governar os povos.

Foram os Gregos os primeiros que se dedicaram a estes estudos. Na verdade, dado que os Estados gregos eram governados pelo povo – para o qual não é a sabedoria, mas muitíssimas vezes a loquacidade que obtém benefícios –, sucedeu que os seres humanos se ocuparam totalmente com essas tagarelices, comprazendo-se de modo admirável em refutar quaisquer argumentos dos opositores e em defender os seus com uma capacidade inopinada.

Tendo outros aplicado o espírito a estes assuntos e procurado auxílios com os quais costumavam demonstrar ou refutar a verdade e a falsidade, inventaram esta arte dialéctica, que, no entanto, não principiou a aplicar-se à descoberta da verdade, pois tinha em vista que cada um discorresse sem esforço e criticasse os opositores, tendo alcançado de seguida, como por degraus, coisas mais úteis. É provável que isso não tenha sucedido numa só e mesma época, mas tendo sido reconhecidos os diversos erros, estes foram gradualmente censurados e aperfeiçoada a arte do raciocínio.

¹⁴ Isto é, após o capítulo sexto do livro segundo.

¹⁵ Esta definição inclui claramente duas partes: a descoberta e a transmissão da verdade.

[6]

CAPVT III

De logicae origine apud Graecos

I. Eorum uero, qui praecepta ad ordinem redegerunt,^[1] primus, quantum ex Historia possumus definire, fuit Zeno Eleates, Parmenidis auditor, adoptione filius, qui floruit Olympiade LXXVIII. Sed qualis fuerit hominis dialectice, nescimus. Tantum nos docent ueteres eum tradidisse quasdam regulas consecutionum,^[2] dialogos primum scripsisse, docuisse, uel saltim auxisse artem Eristicam seu contendendi. Merito ut suspicemur, Zenonem laqueorum uel inuentorem, uel amplificatorem fuisse, nihil^[3] amplius.

II. Eodem tempore quo Eleatici philosophi pro cauillationibus^[4] et acuminibus sudabant, aliam logicae methodum excogitauit Socrates Atheniensis: uir ille sumus de quo scriptores cum ethnici, tum nostri ad unum omnes dicunt nullum exstitisse philosophum qui eum^[5] redderet iudicii soliditate ac utilitate praeceptorum.

Florebat Socrates tempore quo Graecia sophistis abundabat^[6]; nimirum hominibus, qui se scire gloriabantur, quod re^[6] ipsa nesciebant, ac uerbis obscuris, eruditionem magnam prae se ferentibus, re autem uera omni potestate uacuis, imperitis imponebant; perinde quasi rerum omnium perceptam animo cognitionem haberent, ac uerbis illis suis arroganter pollicebantur, posse se efficere, ut causa inferior dicendo superior euaderet. Horum superbiam ut retunderet, factus a natura Socrates uidebatur; ceterisque monstrauit uiam qua possent sophistarum cauillationes facillime confutari.^[7]

Atque uir ille sapientissimus acumine summo ingenii artem quandam excogitauit, quae eo magis efficax est, quo [7] minus praefert artificium. Nam non aperto Marte inimicum aggrediebatur, uerum dextere manucebat, ut errorem suum fateretur. Quod ut facilius consequeretur, mellito sermone, multo lepore et summa dexteritate Socrates utebatur, tarditati suae tribuens, quod ea non adsequeretur quae aduersarius suus plane intelligeret.^[8] Interim nihil dubium, nihil obscurum relinquebat, sed

¹⁶ Aristoteles apud Laërtium, lib. IX, sect. 27; Laërt. in *Vita Zenonis*; Sext. Empiricus, *Aduersus Mathematicos*, lib. VII, sect. 7. Vide Gassend. *De Origine et Varietate Logicae*, cap. 2.

¹⁷ Protagoras Abderites, Prodicus Chius, Gorgias Leontinus, Hippias Eleus, Thrasymachus, alii, de quibus Philostratus in *Vitis Sophistarum*, et^[7] Eunapius de eodem argumento.

¹⁸ "De se ipse detrahens in disputatione, plus tribuebat iis quos uolebat refellere, donec eos propriis uerbis conuicisset.", Cicero, *Academicæ*, lib. III, cap. 5.

^[1]redegerunt *R²LNV*] reuocarunt *R¹* ^[2]consecutionum *R²LNV*] recte ratiocinandi *R¹*
^[3]nihil amplius *R²LNV*] *om. R¹* ^[4]cauillationibus *R²LNV*] subtilitatibus *R¹* ^[5]eum *R²LNV*]
istum *R¹* ^[6]re ipsa *R²LNV*] re uera *R¹* ^[7]et Eunapius ... argumento. *R²LNV*] *om. R¹*

[6]

CAPÍTULO III

A origem da lógica entre os Gregos

I. Entre os que ordenaram verdadeiramente os preceitos da lógica, o primeiro – tanto quanto podemos concluir pela história¹⁶ – foi Zenão de Eleia, discípulo e filho adotivo de Parmênides, o qual floresceu na septuagésima Olimpíada. Desconhecemos, porém, a natureza da sua dialéctica. Os antigos apenas referem que ele deu a conhecer certas regras das consequências, que escreveu primeiramente diálogos e que ensinou ou pelo menos desenvolveu a arte erística ou da disputa. É com razão que conjecturamos ter sido Zenão o inventor ou o que desenvolveu as subtilezas sofisticas, e apenas isso.

II. Na mesma época em que os filósofos eleatas destilavam subtilezas e sofismas, o ateniense Sócrates inventou outro método para a lógica. Ele foi um varão eminente, a respeito do qual todos os autores, tanto pagãos como cristãos, declararam sem excepção nunca ter existido nenhum filósofo que se lhe assemelhe pela solidez do discernimento e pela utilidade das suas doutrinas.

Sócrates floresceu na época em que existiam na Grécia muitos sofistas¹⁷ ou pessoas que se vangloriavam de conhecer o que realmente desconheciam, iludindo os ignorantes com palavras obscuras que ostentavam grande erudição, sendo, porém, desprovidos de verdadeiro talento. Igualmente, como se tivessem conhecimento de todas as coisas, eles asseveravam com arrogância serem capazes de advogar com as suas palavras uma causa mais débil, tornando-a mais consistente. Sócrates parecia incumbido pela natureza para debelar essa arrogância, tendo dado a conhecer aos outros o caminho pelo qual pudessem ser refutadas muito facilmente as subtilezas dos sofistas.

Este varão sapientíssimo também inventou com suma agudeza de espírito uma certa arte que é tanto mais eficaz quanto [7] menos manifesta artimanha. Com efeito, ele não empreendia abertamente a contenda com o opositor, mas guiava-o habilmente pela mão para ele reconhecer os seus erros. Para alcançar isso com maior facilidade, Sócrates servia-se de uma linguagem aprazível, de muito humor e de extrema sagacidade, atribuindo à sua lentidão de espírito não conseguir entender o que o seu opositor compreendia com clareza.¹⁸ Contudo, por vezes nada admitia que fosse duvidoso e obscuro, solicitando que tudo lhe fosse explicado nitidamente;

¹⁶ Aristóteles, em Laércio, liv. IX, s. 27; Laércio, *Vita Zenonis*; Sexto Empírico, *Aduersus Mathematicos*, liv. VII, sec. 7. Ver Gassendi, *De Origine et Varietate Logicae*, cap. 2.

¹⁷ Protágoras de Abdera, Pródico de Cós, Górgias de Leontinos, Hípias de Élida, Trasímaco e outros, aos quais Filóstrato, em *Vida dos Sofistas*, e Eunápio se referem acerca do mesmo assunto.

¹⁸ “Depreciando-se a si próprio na discussão, fazia concessões aos que desejava refutar até os persuadir com as suas palavras” (Cícero, *Academicae*, liv. III, cap. 5).

omnia sibi distincte explicari postulabat; ac ex eo, quod sibi ille dederat, quicum disputabat, aliquid conficiebat; quod ille ex eo, quod iam concessisset, necessario approbare deberet.

Quod si aduersarius interrogationibus fatigatus indignabatur, Socrates humanissime^[1] respondebat paratum se esse adsentiri ueritati, modo eam perspicue intelligeret. Coactus^[2] igitur sophista tacebat, et qui aderant^[3] ridebant hominis impudentiam, quod ea obtruderet arroganter, quae nec ipse, qui opponebat, intelligeret.

Itaque Socratica disputandi ratio in^[4] hoc uersabatur, ut perpetua ironia utens res disperse et diffuse dictas inductione cogeret, et sub unum adspectum subiiceret.¹⁹ Id ut tutius^[5] adsequeretur. 1. Vocabula omnia definiebat, ne ex ambiguo loqueretur. 2. Ex iis quae ab aduersario explicata erant, alias propositiones per necessariam consecutionem ducebat, donec ad praecipitium hominem duceret. 3. Inductione, quae erant dicta colligebat, quo planius ostenderet pro qua parte ueritas staret.

Porro Socrates, qui mirissimus erat et prorsus factus ut homines ad se ipsos minutulis interrogatiunculis reuocaret, hac methodo tanto cum operae pretio usus est, ut Sophistarum confringeret impudentiam et inscitiam patefaceret. Quod ipsi exitiale fuit; namque inuidum illud et ambitiosum hominum genus mortem Philosopho machinatum est.²⁰

Ab Socrate plurimae philosophorum familiae profectae sunt; nam illius discipuli aliis et aliis in locis scholas aperuerunt. Nos eos tantum commemorabimus qui artem Logicam [8] excoluerunt, ut Academici, Megarici, Cyrenaici, peripatetici, stoici.

III. Academicorum princeps fuit Plato Atheniensis, Socratis auditor. Hic uero funesto praeceptoris casu edoctus, qui ab Atheniensibus philosophiae causa occisus fuerat, dedita opera sententiam suam colloquiorum specie inuoluit, ut tot colloquientium interpellationibus lector occupatus, quid ille^[6] sentiat, discernere non possit.

Platonis autem dialecticae haec ratio est. Diuidere rem,^[7] de qua disputatur; tum^[8] definire, ac nomina imponere; postremo inductione quaedam inferre.²¹ Ad haec nominum origines studiose perscrutari.²² Fallacias quoque, quae ratiocinationes uitiant,^[9] obseruare.²³ ^[10] Haec^[11] uero non ordine exposuit, sed sparsim ut occasio fuit: non

¹⁹ Cicero, *De Inuentione*, lib. I, cap. 31.

²⁰ Xenophon, *Apologia*; Laërtius, lib. II, sect. 42.

²¹ In *Theet.* Tom. I, p. 146; *Politico.*, Tom. II, p. 262, *Phaedro*, Tom. III, p. 266.

²² In *Cratylo*, Tom. I, p. 383.

²³ In *Euthydemo*, immo et in *Sophista*, Tom. I.

[1]humanissime R^2LNV] *om.* R^1 [2]Coactus igitur R^2LNV] Hac arte R^1 [3]aderant R^2LNV] prope aderant R^1 [4]in hoc uersabatur R^2LNV] ad hoc reuocabatur R^1 [5]tutius R^2LNV] facilius R^1 [6]ille R^2LNV] ipse R^1 [7]rem R^2LNV] exacte rem R^1 [8]tum ... inferre R^2LNV] diuidere, resolvere, deinde inductione et ratiocinatione quaedam inferre. R^1 [9]uitiant R^2LNV] infuscant R^1 [10]obseruare. R^2LNV] diligenter obseruare. R^1 [11]Haec ... demonstrauit. R^2LNV] Haec tamen non syllogismis, sed interrogationibus et dialogistica methodo conficiebat. R^1

e com base naquilo que tinha sido concedido por quem argumentava, concluía algo que deveria ser necessariamente aceite com fundamento naquilo que ele já tinha admitido.

Porém, se o opositor, importunado, se exasperasse, Sócrates respondia muito humanamente estar disposto a dar assentimento à verdade, contando que a entendesse com muita clareza. Mas o sofista, constrangido, calava-se, e os que estavam presentes escarneciam da impudência do indivíduo por pretender arrogantemente obrigar a aceitar aquilo que nem ele próprio, que objectava, entendia.

Portanto, o método socrático da disputa, servindo-se de uma ironia contínua, consistia em inferir por indução coisas já estabelecidas aqui e ali e prolixamente, e em apresentá-las sob um único aspecto.¹⁹ Para alcançar isso com maior segurança, Sócrates procedia deste modo: 1. definia todos os vocábulos para não se exprimir de maneira equívoca; 2. com base nas proposições que eram expostas pelo opositor, deduzia outras segundo uma consequência necessária até conduzir o indivíduo ao precipício; 3. inferia por indução o que tinha sido já estabelecido para manifestar com maior clareza em que parte estava a verdade.

Por outro lado, Sócrates, que era muito afável e muito hábil para levar a reflectir as pessoas com pequeníssimas perguntas, serviu-se deste método com tanta eficácia que demoliu a impudência dos sofistas e demonstrou a sua ignorância. Isto foi para eles funesto, pois essa espécie invejosa e pretensiosa de indivíduos maquinou a morte da filosofia.²⁰

Foi de Sócrates que procederam muitas gerações de filósofos. Na verdade, foram estabelecidas em diversos lugares escolas de discípulos seus. Irei mencionar apenas os que cultivaram a arte lógica, [8] como os académicos, os megáricos, os cirenaicos, os peripatéticos e os estóicos.

III. O príncipe dos académicos foi o ateniense Platão, discípulo de Sócrates. Tendo tomado conhecimento da morte sinistra do mestre, que tinha sido executado pelos atenienses por causa da sua filosofia, ocultou intencionalmente as suas opiniões numa espécie de colóquios para que o leitor, absorto com tantas interpelações dos colóquios, não pudesse perceber claramente o que ele pensava.

O método da dialéctica de Platão era o seguinte: dividir o assunto sobre o qual discorria; definir e impor os nomes; por último, inferir certas consequências por indução.²¹ Além disso, investigar cuidadosamente a origem dos nomes²² e examinar com diligência as falácias que viciam os raciocínios.²³ Porém, ele não expôs estes assuntos ordenadamente, mas de modo avulso segundo o ensejo, e não inferiu

¹⁹ Cícero, *De Inventione*., liv. I, cap, 31.

²⁰ Xenofonte, *Apologia*; Laércio, liv II. s. 42.

²¹ Em *Teeteto*, t. I, p. 146; *Político*, t. II, p. 262; *Fedro*, t. III, p. 266.

²² Em *Crátilo*, t. I, p. 383.

²³ Em *Eutidemo*, e ainda em *Sofista*, t. I.

syllogismis, sed interrogationibus confecit; ac in dialogis suis horum omnium usum demonstravit. Immo in *Cratylō* ait eum esse bonum dialecticum qui bene interrogare et bene respondere nouerit. Itaque Platonis logica reapse erat^[1] Socratica. Interdum tamen quaedam, sed astute, definiebat; idque in Academia fere semper obtinuit.

III. Megaricorum conditor Euclides Megarensis, et^[2] is Socratis discipulus. Hic rixandi uiam, et uafra quaestiunculas nectendi, quam ab Eleaticis philosophis didicerat,^[24] quaque in Graecia sophistae delectabantur, ut erat ingenio acri et acuto, mirifice auxit et primus in artem reduxit. Dialogis utebatur, ac frequentibus consecutionibus “ergo”, “ergo”, “ergo”, id quod proposuerat, conficiebat.^[25] Hoc erat hominis ingenium, ad discordiam in disputando et cauillationes^[3] paene factum. Quod studium, qui ei in schola successerunt, plurimis additis^[4] laqueis ac sophismatis amplificauerunt, sed quae adeo erant inepta, ut uel tiro oculatus nullo negotio ea solueret. Sane nihil hoc nomine Euclidi debemus: quippe qui tot fallacias introducens, de logica arte male meritus est.

[9] V. Cyrenaici auctorem habent Aristippum, Cyrene Africae urbe natum, qui Athenas ueniens Socratis audiendi caussa, philosophiae hoc doctore una cum aliis operam dedit. Deinde post uarias peregrinationes Athenis ludum aperuit,^[26] ex cuius patria “Cyrenaici” philosophi appellati sunt. Hic Socraticam philosophandi methodum secutus, morali philosophiae addiscendae potissimum animum intendit, uerumtamen rationalem non est adspernatus.^[27] Haec autem logica in^[5] hoc uersabatur ut de criteriis ueritatis praesertim ageret; quae^[6] in adfectionibus animi, hoc est in sensu doloris et uoluptatis, posita^[7] esse putabant Cyrenaici.^[28]

VI. Peripateticorum caput^[8] est Aristoteles Stagiritis, Platonis auditor, qui Logicam artem fuse persecutus est ut optime de illa meritus habeatur. Sane reliquis qui post fuere, plurimam lucem adtulit. Conscripsit^[29] CXXIII libros de re logica, quorum praecipui desiderantur; XVI^[9] tantummodo exstant.

²⁴ Walchius, *Historia Logicae*, § III.

²⁵ Baelius, *Dictionnaire*, uerbo *Euclides*.

²⁶ Laërtius, lib. II, s. 62.

²⁷ Laërtius, s. 92.

²⁸ Ex ueteribus illorum Logicam exponit Sextus Empiricus, *Aduersus Mathematicos*, lib. VIII, s. 191, seqq. Ex recent. Christ. Thomasius, *Introductio in Philosophiam Rationalem*, cap. 6.

²⁹ Videatur Franciscus Patricius, *Discussiones Peripateticae*, Tom. I.

[1]erat *R²LNV*] erat eadem *R¹* [2]et is ... discipulus. *R²LNV*] Socratis auditor. *R¹* [3]cauillationes *R²LNV*] cauillationes seu sophismata *R¹* [4]additis ... amplificauerunt *R²LNV*] additis et inuentis fallaciis ac laqueis coluerunt. *R¹* [5]in hoc uersabatur *R²LNV*] erat huiusmodi *R¹* [6]quae ... animi *R²LNV*] quos in adfectionibus nostris *R¹* [7]posita *R²LNV*] positos *R¹* [8]caput *R²LNV*] auctor *R¹* [9]XVI tantummodo *R²LNV*] Horum XVI dumtaxat *R¹*

servindo-se de silogismos, mas de interpelações, tendo manifestado nos seus diálogos o uso de todos estes procedimentos. Mais ainda, ele afirma no *Crátilo* que um bom dialético é aquele que sabe interrogar e responder convenientemente. Por consequência, a lógica de Platão era realmente uma lógica socrática. Contudo, ele expunha por vezes com sagacidade certos assuntos, tendo quase sempre procedido desse modo na Academia.

IV. Euclides de Mégara foi fundador da escola megárica e discípulo de Sócrates. Sendo dotado de talento penetrante e subtil, desenvolveu admiravelmente o método das disputas e as questiúnculas astuciosas da maquinação que aprendera com os filósofos eleatas²⁴ e com as quais se deleitavam os sofistas gregos, tendo sido ele o primeiro a convertê-las em arte. Ele servia-se do diálogo e de consequências continuadas – como “portanto”, “portanto”, “portanto” –, concluindo dessa forma o que tinha exposto.²⁵ Era esta a índole de um indivíduo nascido para a dissensão nas disputas e para as cavilações. Os que lhe sucederam na escola desenvolveram esta propensão com o acrescentamento de muitas subtilezas e de muitos sofismas. Estes eram, porém, tão enfadonhos que até um principiante esclarecido os solucionaria sem dificuldade. Por esta razão, nada devemos decerto a Euclides, visto que, por ele ter exposto tantos sofismas, é indigno da arte lógica.

[9] V. Os cirenaicos têm como fundador Aristipo, natural de Cirene, em África, que foi para Atenas com o intuito de ouvir Sócrates, tendo seguido atentamente as lições deste preceptor juntamente com outros discípulos seus. Após isso, depois de várias longas viagens, abriu uma escola em Atenas²⁶ e, em virtude do seu país natal, os filósofos da escola foram denominados “cirenaicos”. Ele adoptou o método socrático de filosofar e dedicou-se sobretudo a aprender filosofia moral, não votando, porém, ao desprezo a racional.²⁷ No entanto, a sua lógica ocupava-se principalmente dos critérios da verdade, que os cirenaicos pensavam consistir nas disposições do espírito, isto é, nas sensações da dor e do prazer.²⁸

VI. O chefe dos peripatéticos é Aristóteles de Estagira, discípulo de Platão, que expôs extensamente a arte lógica, sendo considerado com razão o seu criador. Ele proporcionou sem dúvida muita ilustração para os outros que lhe sucederam. E escreveu cento e vinte e três livros de lógica,²⁹ dos quais se perderam os mais importantes, subsistindo apenas dezasseis.

²⁴ Walch, *Historia Logicae*, §3.

²⁵ Bayle, *Dictionnaire*, palavra “Euclides”.

²⁶ Laércio, liv II. s. 62.

²⁷ Laércio, s. 92.

²⁸ Sexto Empírico expõe a lógica com base nesses antigos (ver *Adversus Mathematicos*, liv. VIII, s. 191 e segs.). Entre os modernos, ver Christian Thomasius, *Introductio in Philosophiam Rationalem*, cap. 6.

²⁹ Ver Francesco Patrizzi, *Discussiones Peripateticae*, t. I.

In primo, qui *Categoriarum* inscribitur, de iis tractat quae spectant ad ideas rerum in ordinem reducendas.^[1] *Peri hermeneias* I, deinde, in quo explicat uim nominum et uerborum quae ad propositiones componendas^[2] sunt necessaria. Praeterea II *Priorum Analyticorum*, in quibus de syllogismo generatim disputat^[3] II *Posteriorum Analyticorum*, in quibus de syllogismo demonstratiuo. His addit *Topicorum* libros VIII, id est, argumentorum sedes tradit,^[4] ex quibus argumenta sumi debent ad probabilia quaeque probanda. Reliqui sunt *Elenchorum* libri II, id est, laqueorum, quibus Sophistae utuntur ut alios capiant.^[5] Haec *Organum* Aristotelis appellant.

Quae debemus Aristoteli haec sunt. In prima parte *Logices* docet nos ideas, quas habemus, ad ordinem referre,^[6] nominibus insignire, quo expeditius utamur in fabricandis^[7] syllogismis. In altera parte exponit quam uarie uocabula in propositionibus sita sint; quanam illa sunt; quae [10] uniuersales aut particulares ideas designant; et quot genera propositionum inde nascantur. In tertia^[8] enumerat copiose modos quibus propositiones copulari possunt, ut fiant syllogismi; adeoque artem syllogisticam accurate, quamuis obscure, edisserit. Itaque logica Aristotelis pro scopo habet rectum syllogismum facere.

Reprehenditur autem Aristoteles multis nominibus. Principio non docet quomodo singula^[9] et recte et facile percipiamus, erroresque uitemos in ideis comparandis. Illud autem peccat magis quod uocabulis^[10] pro lubitu utitur; iisque, quasi essent rerum ideae, omnia definit. Nam, ut scite^[11] Clercius,³⁰ *Isagoge* Porphyrii, et *Categoriae* erant nihil aliud quam lexicon, cuius ope nomina quaedam rebus tribuebant; et memoriter ex regulis seu ueris seu falsis ratiocinabantur. Adeo res omnibus notas, quasi reconditam doctrinam, uenditabant peripatetici.

Culpatur secundo quod abrupto sermone et constructione uocum a uulgari Graecorum longe^[12] diuersa usus fuerit, breuiter ac obscure dedita opera scripserit,³¹ uocabula non definierit. Saepe eodem nomine res diuersas, saepe uaria^[13] nomina eidem rei tribuit. Interdum uocibus utitur, quibus nulla significandi potestas subiicitur.

³⁰ *Logica*, Praef., n. 4.

³¹ Gellius, lib. XX, c. 5.

^[1]reducendas. R^2LNV] reuocandas. R^1 ^[2]componendas R^2LNV] compingendas R^1 ^[3]disputat. R^2LNV] om. R^1 ^[4]tradit R^2LNV] exponit R^1 ^[5]capiant. R^2LNV] capiant quos ille de industria exponit, quo facilius possint uitari. R^1 ^[6]referre R^2LNV] reuocare R^1 ^[7]fabricandis R^2LNV] compingendis R^1 ^[8]tertia R^2LNV] tertia parte R^1 ^[9]singula ... facile R^2LNV] recte singula R^1 ^[10]uocabulis R^2LNV] nominibus R^1 ^[11]scite R^2LNV] recte monet R^1 ^[12]longe diuersa R^2LNV] consuetudine seiuncta R^1 ^[13]uaria R^2LNV] plura R^1

No primeiro livro, denominado *Categorias*, ele trata dos assuntos respeitantes ao encadeamento das ideias das coisas. No *Peri Hermeneias* (um livro), examina a combinação dos termos e das palavras, que são necessárias para a formação das proposições. Nos dois livros dos *Primeiros Analíticos*, discorre genericamente sobre o silogismo. Nos dois livros dos *Segundos Analíticos*, estuda o silogismo demonstrativo. A estes acrescenta os oito livros dos *Tópicos*, onde refere as sedes dos argumentos com base nas quais estes devem ser estabelecidos para demonstrar todos os assuntos prováveis. Os restantes são os dois livros dos *Elencos*, relativos aos estratagemas de que os sofistas se servem para seduzirem os outros. Estas matérias denominam-se “o *Organon* de Aristóteles”.

É o seguinte o que devemos a Aristóteles: na primeira parte da Lógica, ele ensina-nos a ordem das ideias que possuímos e a designá-las pelos nomes para mais expeditamente nos servimos delas na construção dos silogismos; na segunda parte, ele expõe quão diferentemente estão dispostos os vocábulos nas proposições, qual a sua natureza, que ideias universais [10] ou particulares significam e quantas espécies de proposições se originam neles; na terceira parte, ele refere copiosamente os modos segundo os quais podem associar-se as proposições para resultarem os silogismos, tendo por isso estabelecido com diligência a arte silogística, embora confusamente. Portanto, a lógica de Aristóteles tem como escopo a construção do verdadeiro silogismo.

Deve, porém, criticar-se Aristóteles por muitas razões. Em primeiro lugar, ele não ensina como conhecemos com segurança e facilidade cada uma das coisas e como evitamos os erros na aquisição das ideias. Ele incorre, no entanto, mais ainda em censura por se servir de vocábulos segundo o seu arbítrio e definir por meio deles todas as coisas como se fossem ideias das coisas. Com efeito, como afirma habilmente Clerk,³⁰ a *Isagoge* de Porfírio e as *Categorias* são apenas um léxico por meio do qual se atribuem certos nomes às coisas e se raciocina com a ajuda da memória com base em princípios tanto verdadeiros como falsos. Por isso, os peripatéticos ostentavam conhecimentos que todos possuíam, como se fossem um saber recôndito.

Deve criticar-se em segundo lugar Aristóteles por se ter servido de uma linguagem incompreensível e de uma disposição das palavras muito diferente da usada geralmente pelos Gregos, pois escreveu de caso pensado concisamente e de modo obscuro³¹ e não definiu os vocábulos. Muitas vezes, ele atribui ao mesmo nome coisas diferentes; e muitas vezes, nomes diferentes à mesma coisa. Algumas vezes, serve-se de palavras a que não corresponde nenhuma significação. Sendo ele uma pessoa ávida de renome mais do que era conveniente – dado ter pretendido estabelecer um novo sistema e ser exaltado mais que os outros pela agudeza de espírito –, alterou e deturpou as opiniões dos antigos filósofos para mais facilmente se assenhorear

³⁰ *Lógica*, Prefácio, n. 4.

³¹ Gélío, liv. XX, cap. 5.

Homo enim gloriae plus, quam par erat, cupidus, cum systema nouum uellet condere et praeter ceteros acumine^[1] praedicari, ueterum philosophorum sententias corrumpit ac mutilauit, quo facilius eorum dogmata carperet. Cumque meliores excogitare non posset, ad sacram ancoram confugit, nempe ad uerba^[2] incertae significationis, et uniuersalia et noua, quibus cogitata sua occultaret, et ineruditis egregie imponeret, suspicantibus aliquid^[3] et nouum et exquisitum iis uerborum inuolucris contineri^[32]. Quod ii solum negabunt qui numquam Aristotelem libero iudicio legerunt.

Culpatur tertio quod multus sit in tradendis propositionibus, et rebus nullius pretii, quasque homines facilius quotidiano usu callent, quam animaduertant, cum docentur, [11] immo uero multo difficilior ea^[4] intelligunt, si tam multis praeceptionibus onerentur.

Culpatur quarto quod criterium ueritatis non attingit, sed tantum ordinem propositionum. Quare si quis de aliqua re erat dicturus, peripatetici non considerabant rei naturam et proprietates, ac^[5] ex iis principiis disputationem finiebant, sed ex regulis artis; et in hoc tam anxii erant ut finem nullum facerent disputandi.

Culpatur quinto quod longas et intricatas de syllogismis regulas conscripserit; nullis exemplis familiaribus illustrauerit; immo obscurissimis plerumque uerbis usus fuerit; saepe^[6] eadem inculcauerit; plurima inutilia dixerit. Cum tamen paucis praeceptis et clarissimis rem illam omnem posset absoluere magno cum operae pretio.

Culpatur^[7] sexto, quod in *Topicis*, ubi usum logicae demonstrare sibi proposuit, nihil minus, quam germanum usum, ostenderit, sed artem tantum cauillandi et irretiendi aduersarium.

Ne multa, loqui tantum docebat Aristoteles: et grammaticam philosophicam potius, quam artem ratiocinandi conscripsit. Plurimum docet, cauere nonnullas sophistarum sui temporis molestas argumentationes.^[33] Nusquam uero docet recte iudicare et ratiocinari, idque^[8] methodo. Etenim non uiam sternit qua ad rerum cognitionem peruenire possimus, alias et alias cognitiones ex rebus ipsis perspicue cognitae comparemus, quod erat logici. Sed hoc tantum, ideas, quas habemus, ueras, falsas, ad certum ordinem reducere,^[9] nominibus insignire, tum etiam ex quibusdam cognitionibus alias promere, idque ex quibusdam regulis, ne decipiamur deducentes.

^[32] Legatur^[10] Viuesius, *De Causis Corruptarum Artium*, lib. I, et^[11] ipse Aristoteles contra^[12] Zenonis, Xenophanis et Gorgiae sententias.

^[33] Aristoteles, *De Interpretatione*, cap. 6 fatetur se huiusmodi librum scripsisse, contra molestias sophistarum πρὸς^[13] τὰς σοφιστικὰς ἐνοχλήσεις. Et hic est scopus totius logicae Aristotelis, ut consideranti patebit.

[1]acumine *R²LNV*] subtilitate *R¹* [2]uerba *R²LNV*] uoces *R¹* [3]aliquid ... uerborum *R²LNV*] aliquid magnum tantis uerborum *R¹* [4]ea *R²LNV*] res eas *R¹* [5]ac ... principiis *R²LNV*] et ex eorum cognitione *R¹* [6]saepe eadem ... dixerit *R²LNV*] *om. R¹* [7]Culpatur ... aduersarium *R²LNV*] *om. R¹* [8]idque methodo *R²LNV*] *om. R¹* [9]reducere *R²LNV*] reuocare *R¹* [10]Legatur Viuesius *R²LNV*] Vide Viuesium *R¹* [11]et ipse *R²LNV*] conferatur ipse *R¹* [12]contra *R²LNV*] in libro contra *R¹* [13]πρὸς τὰς σοφιστικὰς ἐνοχλήσεις *R¹R²NV*] *om. L*

das suas doutrinas. E não podendo descobrir pela reflexão as que eram mais úteis, procurou refúgio numa âncora execrável ou em palavras de significação equívoca, em universais e em palavras desusadas com as quais pudesse dissimular os seus pensamentos e induzir em erro especialmente os ignorantes, que supunham estar contido algo não apenas insólito, mas também requintado naquelas dissimulações de palavras.³² Apenas poderão recusar isto os que nunca leram Aristóteles com juízo isento.

Ele deve criticar-se em terceiro lugar por ter sido prolixo no ensino das proposições e de assuntos sem nenhum interesse, que as pessoas conhecem perfeitamente com maior facilidade pela experiência quotidiana do que se forem ensinadas; [11] pelo contrário, elas entendem com muito maior dificuldade esses assuntos se não forem oprimidas com tão grande número de doutrinas.

Ele deve criticar-se em quarto lugar por não se ocupar do critério da verdade, mas apenas da disposição das proposições. Por isso, se alguém se exprimisse sobre uma coisa, os peripatéticos não examinavam a natureza e as propriedades dessa coisa; por outro lado, com base nos seus princípios punham termo às disputas, embora segundo os preceitos da sua arte. E a respeito deste assunto, eles eram tão irresolutos que não estabeleciam nenhuma finalidade para as disputas.

Ele deve criticar-se em quinto lugar por ter estabelecido extensas e intrincadas regras sobre os silogismos, não as explicando com nenhuns exemplos familiares e, mais que isso, por se ter servido quase sempre de palavras extremamente obscuras, por ter inculcado frequentemente as mesmas coisas e por ter afirmado muitas coisas inúteis. Contudo, com poucos e evidentíssimos preceitos, ele poderia ter explicado com grande proveito todos esses assuntos.

Ele deve criticar-se em sexto lugar porque nos *Tópicos*, onde se propõe demonstrar a utilidade da lógica, de modo algum dá a conhecer a sua verdadeira utilidade, mas apenas uma arte de sofismar e de seduzir o opositor.

Em resumo, Aristóteles apenas ensinou a discorrer, e escreveu sobretudo uma gramática filosófica e não uma arte do raciocínio. Ele ensinou muitas coisas, nomeadamente a tomar cautela com algumas argumentações importunas dos sofistas da sua época.³³ Porém, em parte alguma ele ensinou a ajuizar e a raciocinar convenientemente e com método. Na verdade, ele não aplanou o caminho pelo qual pudéssemos chegar ao conhecimento das coisas e obter muitos conhecimentos dessas mesmas coisas conhecidas com muita clareza, como seria próprio de um lógico. Ele deveria ter disposto as ideias que possuímos, verdadeiras ou falsas, segundo uma determinada ordem, distingui-las pelos seus nomes e inferir certos conhecimentos

³² Deve ler-se Vives, *De Causis Corruptarum Artium*, liv. I; e também Aristóteles contra as opiniões de Zenão, de Xenófanes e de Górgias.

³³ Aristóteles (*De Interpretatione*, cap. 6) declara ter escrito esse livro contra as impertinências dos sofistas [πρὸς τὰς σοφιστικὰς ἐνοχλήσεις], sendo este o escopo de toda a sua lógica, como é evidente para quem reflectir.

Quod perbelle fieri potest, etiamsi logicus praue et obscure rem noscat, atque percipiendo fallatur.^[1] Itaque nemo homo est qui, tametsi uniuersam Aristotelis logicam ad fastidium usque peruolutauit, sentiat se talibus praesidiis esse munitum, quibus, materia aliqua ad disserendum posita,^[2] argumenta in promptu habeat. Quod ego [12] pace tanti uiri dixerim, cuius ingenium et eruditionem suscipio: et unum doleo tanta ingenia in tam leues sententias incidisse.³⁴

VII. Stoici Zenonem Cittieum parentem habent, qui Cratetis Cynici auditor fuit, atque etiam Academicos³⁵ Megaricos³⁶ aliosque audiuit. Familiam reliquit illustrem, quae usque ad Augusti aeuum cum honore peruenit immo unum uel alterum post saeculum Stoici clarissimi exstiterunt.

Logicam, ethicam et physiologiam complexi sunt. Sed in logica praecipue stoicorum cura omnis consumebatur. Praeter ceteros Chrysippus celebratur.^[3] Is enim adeo in dialectica insignis fuit, tantaque apud omnes aestimationis, ut plerique dicerent, si apud Deos usus esset dialecticae, non futuram aliam quam Chrysippeam.³⁷ Id tamen nos docet Laërtius³⁸ hominem CCCXI libros de re logica scripsisse. In quibus quot inanes^[4] et molestae disputationes haberentur, uel ipse librorum numerus harum rerum aestimatori aequo probabit.

Quaedam non inepta de^[5] origine idearum, de proprietatibus uocum, de definitionibus et diuisionibus, de criterio ueritatis, de^[6] syllogismis hypotheticis (his^[7] enim tantum utebantur) de fallaciis, stoici subtiliter tradidere. Haec tamen [13] ab aliis acceperere; nec aliquid, quod sciamus, post tot ac tantos in logica consumptos labores, aut Chrysippo debemus, aut reliquis stoicis quod dignum sit laude.

³⁴ Nolim, adolescentes, haec omnia flagitia Aristoteli tribuatis; sed partim hominis philosophandi uiae, partim uicissitudini temporum, et hominum inscitiae, et auaritiae, qui Philosophi libros uel celarunt, uel deprauarunt. De^[8] quibus cum in *Apparatu* nostro lib. I, cap. 6, copiose disputauerimus, uos ad eum locum remittimus. Qui tamen historiam hanc Aristotelicam noscere cupit legat Franciscum Patricium in *Discussionibus Peripateticis*, et Fabricium, *Bibliotheca Graeca*, Vol II, p. 109 sqq.

Haec de Aristotelis contextu moneo; nam quod ad interpretes cum Arabes, tum scholasticos, parum in iis haberi quod sit Aristotelicum; omnino iis, qui historiam philosophicam adtigerunt, extra controuersiam est positum; si paucos excipias, de quibus infra lib. VI, part. 2, cap. 4.

³⁵ Laërtius, lib. VII, sect. 2.

³⁶ *Ibid.* sect. 25.

³⁷ Laërt. in *Chrysippo*.

³⁸ lib. VII, sect. 4.

^[1]fallatur. R^2LNV] decipiatur. R^1 ^[2]posita R^2LNV] proposita R^1 ^[3]celebratur. R^2LNV] praedicatur. R^1 ^[4]inanes R^2LNV] inutiles R^1 ^[5] de origine idearum R^2LNV] de comparandis ideis R^1 ^[6]de ... hypotheticis R^2LNV] de syllogismis et fallaciis R^1 ^[7](his ... utebantur) R^2LNV] *om.* R^1 ^[8]De quibus ..., cap. 4 R^2LNV] *om.* R^1

de outros com base em certos princípios para não enganar quem deduz. No entanto, isso pode fazer-se muito bem, mesmo que o lógico conheça o assunto imperfeita e confusamente e seja induzido em erro quando conhece. Portanto, não há ninguém que – embora tenha revolvido constantemente toda a lógica de Aristóteles até à náusea –, possa pensar estar munido dos auxílios com os quais, estabelecida uma matéria para sobre ela discorrer, tenha à disposição todos os assuntos. Permitam-me [12] tantos varões, cuja inteligência e saber tenho em grande apreço, que eu diga isto, mas apenas deploro ter ofendido muitas pessoas de talento com opiniões de tão pouca importância.³⁴

VII. Os estóicos têm como pai Zenão de Cício, que foi discípulo do cínico Crates, tendo também sido ouvinte dos académicos,³⁵ dos megáricos³⁶ e de outros. Ele deixou uma escola célebre, que chegou com reputação até ao século de Augusto, existindo mesmo alguns ilustríssimos estóicos após essa época.

Eles cultivaram a lógica, a ética e a física. Era, porém, sobretudo na lógica que toda a atenção dos estóicos se concentrava. Além de outros, ficou célebre Crisipo. Na verdade, ele foi tão notável na dialéctica e gozou de tanto apreço entre todos os autores que muitos afirmavam que, se a dialéctica fosse cultivada pelos deuses, só poderia ser a de Crisipo.³⁷ Informa-nos, todavia, Laércio³⁸ que ele escreveu trezentos e onze livros de lógica. E quantas disputas fúteis e fastidiosas incluem, poderá demonstrá-lo um avaliador isento e até o grande número de livros sobre aqueles assuntos.

Os estóicos ensinaram com perspicácia certas matérias não fastidiosas sobre a origem das ideias, as propriedades das palavras, as definições e as divisões, o critério da verdade, os silogismos hipotéticos (aliás, eles serviram-se apenas destes) e as falácias. Contudo, estas doutrinas [13] receberam-nas de outros, nem algo, que eu saiba, após tantas canseiras despendidas na lógica, devemos, quer a Crisipo, quer aos outros estóicos, que seja digno de aplauso.

³⁴ Não desejo, caros jovens, que imputeis todos estes erros a Aristóteles, mas em parte ao seu método de filosofar e em parte às vicissitudes da sua época, bem com à ignorância e à cobiça dos homens, que ou ocultaram os livros do Filósofo ou os corromperam. Dado ter eu discorrido copiosamente sobre este assunto no meu *Apparatus* (liv. I, cap. 6), remeto-vos para esse lugar. Contudo, quem desejar tomar conhecimento desta história aristotélica deve ler Francesco Patrizzi, *Discussiones Peripateticae*, e Fabrício, *Bibliotheca Graeca*, vol. II. p. 109 e segs.

Advirto-vos para estas coisas a propósito do contexto da obra de Aristóteles. Na verdade, é incontestável para aqueles que se dedicam à história da filosofia, excepto para muito poucos, aos quais irei referir-me posteriormente no livro sexto (2ª parte, cap. 4), que pouco se encontra naqueles livros que não deva ser atribuído aos comentadores, tanto árabes como escolásticos.

³⁵ Laércio, liv. VII, s. 2.

³⁶ *Ibidem*, s. 25.

³⁷ Laércio, em *Crisipo*.

³⁸ Liv. VII, s. 4.

Culpantur igitur multiplices nomine: 1. Quod communi^[1] aestu abrepti nouam sectam condendi, noua uerba et abstrusa, nouas significationes et inanes, nouos laqueos captandi aduersarium, et miras syllogismorum ac ratiocinationum formas commenti sunt, quibus sophisticen immane quantum^[2] ampliarent. 2. Plurima inutiliter de grammatica et rhetorica admiscuere logicae, quae confusionem pariant. 3. Hunc^[3] sibi finem proposuere perpetuo altercari, idque ad ostentationem, non ad ueritatem inuestigandam. 4. Systema doctrinae^[4] non dederunt, nec uia ac ratione disputarunt. Modo perpetuo contenderent, et aduersarium suum uerbis implicarent; de reliquis nihil pensi habebant.

Profecto non aliunde melius, quam ex Cicerone in *Tusculanis Disputationibus*, et *Paradoxis*, et *Finibus Bonorum et Malorum*, tum ex illa *Pro Murena* oratione, in qua stoicorum ineptias exagitat lepidissime, colligi posse censeo, quam^[5] mirifice stoici ineptirint: quot cauillationes^[6] fabulati fuerint, ut res non paradoxas modo, sed incredibiles, et aperte falsas magno apparatu uerborum indoctis persuaderent. Quod plane probat insignes eos simulatores^[7] fuisse.³⁹

VIII. Post hos uenit Epicurus Atheniensis, qui Xenocratem et Pamphilum Platonicos et Theophrastum peripateticum et Nausiphanem Pyrrhonis^[8] discipulum audiuit, a quo Pyrrhonorum dogmata accepit. Quidquid uero Academicum et stoicum, Epicureorum obtrectatores,^[9] dixerint de Epicuro, id certum nobis est, ueterum neminem cum ipso esse^[10] comparandum; adeo praeclara sunt hominis in artem logicam merita. Quod et Cl. Walchius, qui hanc historiam contexuit, profitetur; immo uero illius Canonica, quam refert Laërtius,⁴⁰ quale hominis fuerit ingenium, quam acre iudicium, luculenter demonstrat.

Sane Epicurus garrulitatis stoicorum pertaesus, et ineptas^[11] [14] cauillationes reiiciens, in quibus ipsi impudenter exsultabant, perinde quasi praeter ceteros et eruditione et ingenii acumine pollerent; paucos canones collegit de perspicuitate sermonis, et recto ordine ratiocinandi, eosque sophisticas opposuit; quod sibi persuasit nihil aliud requiri, ut tirones, si illos recte perciperent, stoicorum uafis quaestiunculis occurrerent, eorumque iactantiam labefactarent. Et^[12] quamquam nec de recte instituenda ratiocinatione, nec de cauendis fallaciis data opera disputet, quod ipsum animaduertendum est, fatendum est tamen suum illi studium feliciter successisse.

³⁹ De erroribus et ineptiis stoicorum agit luculenter Ioannes Franciscus Buddeus in *Analectis Historiae Philosophicae*; Iacobus Thomasius, *De Exustione Mundi Stoica*.

⁴⁰ Lib. X, sect. 30.

^[1]communi *R²LNV*] generali *R¹* ^[2]quantum *R²LNV*] quam *R¹* ^[3]Hunc *R²LNV*] Hoc *R¹* ^[4]doctrinae *R²LNV*] aliquod doctrinae *R¹* ^[5]quam mirifice *R²LNV*] quantum *R¹* ^[6]cauillationes *R²LNV*] cauillationes seu sophisticata *R¹* ^[7]simulatores *R²LNV*] deceptores *R¹* ^[8]Pyrrhonis discipulum *R²LNV*] *om. R¹* ^[9]obtrectatores *R²LNV*] obtrectatores acerrimi *R¹* ^[10]esse *R²LNV*] fore *R¹* ^[11]ineptas *R²LNV*] *om. R¹* ^[12]Et quamquam ... successisse *R²LNV*] Quod illi feliciter successit. *R¹*

Eles devem, portanto, ser criticados por muitas razões: 1. arrebatados por um ardor natural, criaram uma nova escola de dissimular, inventaram novas palavras, coisas abstrusas, novas acepções, coisas fúteis, novas estratégias para iludir os oponentes e formas de silogismos e raciocínios dignos de admiração com as quais ampliaram espantosamente a arte de sofismar; 2. acrescentaram à lógica de modo pernicioso muitos assuntos de gramática e de retórica, que originaram confusão; 3. estabeleceram como finalidade alterar perpetuamente por ostentação e não para investigar a verdade; 4. não apresentaram um sistema de doutrina nem discorreram com método e discernimento. Eles apenas disputaram continuamente e confundiram os seus oponentes com palavras; quanto ao resto, nada lhes dizia respeito.

Julgo poder realmente inferir-se que os estóicos deliraram admiravelmente, como também refere Cícero nas *Tusculanae Disputationes*, nos *Paradoxa* e no *De Finibus Bonorum et Malorum*, assim como no discurso *Pro Murena*, no qual critica muito elegantemente as inépcias dos estóicos e os sofismas que eles inventaram com grande aparato de palavras, a ponto de terem persuadido os ignorantes com coisas não apenas paradoxais, mas também inacreditáveis e abertamente falsas. Isto demonstra claramente que eles foram notáveis fingidores.³⁹

VIII. Após estes, vem o ateniense Epicuro, que seguiu as lições de Xenócrates, do platónico Panfilo, do peripatético Teofrasto e de Nausífanos, discípulo de Pirro, do qual bebeu as doutrinas dos pirrónicos. Seja o que for que os académicos e os estóicos, detractores dos epicuristas, tenham afirmado de Epicuro, é indiscutível que nenhum dos antigos se deve comparar com ele, sendo de facto notáveis os seus méritos na arte lógica. O que também declara abertamente o ilustre Walch, que escreveu acerca deste assunto. Além disso, a sua *Canónica*, mencionada por Laércio,⁴⁰ demonstra muito bem a natureza do seu talento e quão penetrante foi o seu juízo.

Sem dúvida, Epicuro – enfiado com a verborreia dos estóicos [14] e rejeitando as subtilezas inábeis com que eles se envaideciam impudentemente, como se excedessem os outros não apenas em erudição, mas também em agudeza de engenho – coligiu poucos preceitos sobre a clareza da linguagem e sobre a disposição adequada dos raciocínios, mas refutou com eles os sofistas, o que o persuadiu de que nada mais era necessário para que os principiantes, se os entendessem convenientemente, replicassem às questões fraudulentas dos estóicos e os demovessem da sua altivez. E, embora ele não discorra nem sobre o modo de estabelecer adequadamente os raciocínios nem de caso pensado sobre a forma de evitar as falácias – no que devia ter aplicado o espírito –, contudo, deve confessar-se ter sobressaído habilmente nos seus escritos.

³⁹ Dos erros e das inépcias dos estóicos ocupa-se com elegância Ioannes Franz Budde, *Analecta Historiae Philosophicae*, e Jacob Thomasius, *De Exustione Mundi Stoica*.

⁴⁰ Liv. X, s. 30.

Omnino ergo Epicuri Canonica ad haec pauca reuocatur. Omnis quaestio quae in philosophia tractatur,^[1] uel de re est, uel de uoce. De re an^[2] uera sit, quaerimus; de uoce, quid significet.^[3] Veritas autem uel est existentiae, uel iudicii. Veritas existentiae est quod quaelibet res sit ipsum, quod est, non aliud. Vnde hoc sensu^[4] illud uerum est quod exstat.^[5] Veritas iudicii est quod iudicium et proposito uocalis sit conformis rei enuntiatae.

Res autem omnes uel sunt naturales, uel morales, hoc est, uel ad contemplationem naturae, uel ad consuetudinem uitae pertinent. Vtrasque ut adsequamur, recte iudicandi instrumentum, quod “criterium” uocatur, est adhibendum; quod in modo percipiendi consistit. Naturales percipiuntur aut sensu,^[4] aut mentis^[6] anticipatione. Morales percipiuntur appetitu et passione, uel uoluptatis, in rebus quae alliciunt; uel molestiae, in illis quae auertunt.

Itaque triplex posuit criterium ueritatis, sensionem, anticipationem et passionem; quibus suos canones adhibuit, per quam accomodatos ne iudicando falleremur,^[42] quos ordine exponemus.

Canones^[7] de sensu

I. *Sensus nunquam fallitur, ac proinde est omnis sensio, omnisque phantasiae seu apparentiae perceptio, uera.*

[15] II. *Opinio est consequens sensum, sensionique superadiecta, in quam ueritas, aut falsitas cadit.*

III. *Opinio illa uera est, cui uel suffragatur, uel non refragatur sensus euidencia.*

III. *Opinio illa falsa est cui uel refragatur uel non suffragatur sensus euidencia.*

Canones de anticipationem, seu mente

I. *Omnis, quae in mente est, anticipatio seu praenotio dependet a sensibus, idque uel incursione sui, uel proportione, uel similitudine, uel compositione.*

II. *Anticipatio est ipsa rei notio, siue^[8] definitio, sine qua quidquam quaerere, dubitare, opinari, immo et nominare non licet.*

^[41] Sensus^[9] obiectam rem trahit ad mentem, *sensio* autem rem percipit. Vtrumque uocabulo “*sensus*” designat Epicurus.

^[42] Hos ex Laërtio et Empirico collegit Gassendus, in lib. X Laërtii, et in *Syntagmata Philosophiae Epicuri*, et in *Originibus Logicae*, cap. 7. Confer. Stanleius, *Historia Philosophiae*, Part. XII.

^[1]tractatur R^2LNV] disputatur R^I ^[2]an uera sit R^2LNV] ueritatem R^I ^[3]quid significet. R^2LNV] significationem. R^I ^[4]sensu R^2LNV] intellectu R^I ^[5]exstat. R^2LNV] est, seu exstat. R^I ^[6]mentis anticipationem. R^2LNV] mente. R^I ^[7]Canones de sensu R^2LNV] Canones ad sensum spectantes R^I ^[8]siue R^2LNV] et quasi R^I ^[9]Sensus ... Epicurus R^2LNV] *om.* R^I

A Canônica de Epicuro reduz-se a poucos assuntos: toda a questão examinada na filosofia ou é relativa a coisas ou a palavras; acerca das coisas, investigamos se são verdadeiras; acerca das palavras, o que significam. Por outro lado, a verdade ou é de existência ou de juízo. A verdade de existência é aquilo que qualquer coisa é em si mesma e não algo diferente; daí que, neste sentido, seja verdadeiro tudo o que existe. A verdade de juízo consiste em que o juízo e a proposição oral são conformes à coisa significada.

Contudo, todas as coisas são naturais ou morais, ou seja, relativas ou à observação da natureza ou à conduta da vida. Para conhecermos umas e outras, devemos servir-nos de um instrumento para ajuizar com segurança, denominado “critério”. As coisas naturais apreendem-se pela sensação⁴¹ ou pelo conhecimento antecipado da mente; as morais, pelo apetite e pela paixão, quer de volúpia relativamente às coisas que fascinam, quer de inquietação a respeito das que extraviam o espírito.

Portanto, ele estabeleceu três critérios de verdade: a sensação, o conhecimento antecipado e a paixão. A eles aplicou os seus cânones, grandemente apropriados para não sermos induzidos em erro ao ajuizar,⁴² os quais vou expor por ordem.

Cânones sobre a sensação

I. *Os sentidos nunca nos induzem em erro, e por isso toda a sensação e toda a percepção da fantasia, ou aparência, são verdadeiras.*

[15] II. *A opinião é consequência da sensação, estando relacionada com ela, da qual deriva a verdade ou a falsidade.*

III. *A opinião verdadeira é aquela que se fundamenta na evidência da sensação ou não é incompatível com ela.*

IV. *A opinião falsa é aquela que é incompatível com a evidência da sensação ou não tem nela o seu fundamento.*

Cânones sobre o conhecimento antecipado ou sobre a mente

I. *Todo o conhecimento antecipado ou prenoção existente na mente deriva dos sentidos, quer por dependência, quer por relação, que por semelhança, quer por composição.*

II. *O conhecimento antecipado é a própria noção da coisa ou a sua definição, sem a qual não é possível perguntar, duvidar, opinar e mesmo significar.*

III. *O conhecimento antecipado é o princípio de todo o raciocínio ou aquilo em virtude do qual inferimos, se formos diligentes, que uma coisa é a mesma ou uma coisa diferente, conexa ou disjunta relativamente a outra.*

⁴¹ Os sentidos dão a conhecer o objecto à mente; o pensamento apreende o objecto. Uns e outro são designados por Epicuro pelo vocábulo “sensação”.

⁴² Estes cânones foram coligidos por Gassendi com base em Laércio e em Empírico (Ver: Laércio, liv. X; *Syntagma Philosophiae Epicuri; Origines Logicae*, cap. 7). Cf. Stanley, *Historia Philosophiae*, parte XII.

III. *Est anticipatio in omni ratiocinatione principium quasi nempe id, ad quod adtendentes, inferimus unum esse idem, aut diuersum; coniunctum, aut disiunctum ab alio.*

III. *Quod ineuidens est, ex rei euidentis anticipatione demonstrari debet.*

Canones de appetitu, seu passione.

I. *Ea uoluptas, quae nullam habet adnexam molestiam, amplectenda est.*

II. *Ea molestia, quae nullam habet uoluptatem adnexam, fugienda.*

III. *Ea uoluptas, quae aut maiorem uoluptatem impedit, aut grauiorem molestiam parit, fugienda.*

III. *Ea molestia, quae aut maiorem auertit molestiam, aut uberiorem uoluptatem creat, amplectenda.*

Canones de uocibus

I. *Dum loqueris, delige uoces communes et perspicuas, ne aut ignoretur quid uelis, aut interpretando tempus^[1] frustra teras.*

II. *Dum audis, id enitere, ut uim subiectam uocibus teneas, ne te aut^[2] prae obscuritate lateant, aut^[3] prae ambiguitate deludant.*

[16]

CAPVT IIII

De logica Christianorum et Arabum

Hi sunt celebriores philosophi e ueteribus, qui in logica uel inuenienda, uel polienda curam cogitationemque posuere, idque ad Augusti Caesaris usque aetatem. Singulari tamen fato euenit ut ueteres episcopi, a primis usque Christiani nominis saeculis, etsi^[4] Aristotelem damnarent in multis, illiusque^[5] irretiendi studium summe perniciosum esse Ecclesiae reputarent,^[4] Aristotelicam nihilominus dialecticam fuerint secuti. Causa^[6] hac fuit.

Nata erat Alexandriae, ad quam, quasi ad bonarum artium mercatum, studiosi litterarum confluebant, exeunte saeculo Christi II et III ineunte, secta quaedam, quae “eclectica” uocabatur; et cuius institutum erat Platoniam, stoicam, Aristotelicam, Pythagoream et orientalem philosophiam, tum etiam religiones omnes in concordiam uocare, et quaedam ex singulis excerptare, mutare et ad alias applicare.^[4] Haec autem

⁴³ Launoius, *De Varia Aristotelis Fortuna* cap. 2, plures adducit Patres. Conferatur Epiphanius, *Haereses*, 76, 2 et 10, Nazianzen., *Orationes*, 26 et 3, Petauius, *Dogmata Theologica*, lib. I, et proleg. cap. 3.

⁴⁴ Vide Godofr. Olearium, *Dissertationes de Secta Eclectica*.

^[1]tempus frustra R^2LNV] frustra tempus R^1 ^[2]aut R^2LNV] uel R^1 ^[3]aut R^2LNV] uel R^1 ^[4]etsi R^2LNV] tametsi R^1 ^[5]illiusque R^2LNV] huiusque R^1 ^[6]Causa R^2LNV] Huius rei causa R^1

IV. *O que é inevidente deve demonstrar-se com base no conhecimento antecipado de uma coisa evidente.*

Cânones sobre o apetite ou a paixão

- I. *O prazer que não está em conexão com nenhuma inquietação deve ser preferido.*
- II. *A inquietação que não está em conexão com nenhum prazer deve ser evitada.*
- III. *O prazer que impede um prazer maior ou origina uma inquietação mais penosa deve ser evitado.*
- IV. *A inquietação que impede uma inquietação maior ou causa um prazer mais abundante deve ser preferida.*

Cânones sobre as palavras

- I. *Quando falarmos, demos preferência a palavras vulgares e evidentes, quer para que possa conhecer-se o que afirmamos, quer para não desperdarmos inutilmente o tempo com explicações.*
- II. *Quando ouvirmos, esforçemo-nos para que as palavras conservem a sua significação subjacente, quer para não passarem despercebidas por causa da sua obscuridade, quer para não nos induzirem em erro por causa da sua ambigüidade.*

[16]

CAPÍTULO IV

A lógica dos cristãos e a dos Árabes

Os filósofos anteriormente referidos foram os mais célebres entre os antigos que se dedicaram com diligência e ponderação à descoberta e ao aperfeiçoamento da lógica, e isso até à época de César Augusto. Sucedeu, porém, um acontecimento singular, dado que os bispos antigos desde os primeiros séculos do cristianismo, embora criticassem Aristóteles em muitas coisas e o considerassem extremamente pernicioso para a Igreja pela sua paixão em seduzir,⁴³ contudo, adoptaram a dialéctica aristotélica. A causa foi a seguinte:

Esta dialéctica teve origem em Alexandria, onde nos finais do século segundo e no início do século terceiro depois de Cristo afluíram, como a uma assembleia das boas artes, os estudiosos das belas-letas de uma certa escola denominada “eclectica”, cujo propósito era conciliar as filosofias platónica, estóica, aristotélica, pitagórica e oriental, bem como todas as religiões; e seleccionar certos assuntos de cada uma delas, alterá-los e ajustá-los aos das outras.⁴⁴ Porém, esta escola preferiu, entre os

⁴³ Launoy (*De Varia Aristotelis Fortuna*, cap. 2) menciona muitas coisas sobre os Padres. Cf. Epifânio, *Haereses*, 76, §§ 2 e 10; Nazianzeno, *Orationes*, 26 e 34; Petau, *Dogmata Theologica*, liv I e Prolegómenos, cap. 3.

⁴⁴ Ver Godofredo Oleário, *Dissertationes de Secta Eclectica*.

Aristotelem in dialectis, et Zenonem Platoni ceterisque qui nihil de ea absolutum reliquerant anteponebat, et per Christianum orbem diffusa fuit.

Patres, qui probe noscerent uniuscuiusque sectae systema plurimis erroribus inquinari,^[1] quique in iisdem scholis eruditi animaduertent eclecticam philosophiam aptam esse, quae ethnicos, talibus sentiis imbutos, ad religionem Christianam facilius traduceret^[45]; eiusmodi^[2] philosophandi uiam probarunt, legendi ex singulis sectis, quae meliora uidebantur. Ex quo euenit^[3] ut ipsi cum eclectica secta (meliori tamen, quam illa erat Alexandrina) peripateticam logicam sint^[4] amplexati. Accessit quod cum haeretici V saeculo Aristotelicis et stoicis praesidiis abutentes, [17] doctores nostros, tum et dogmata Christi impudentissime aggredierentur, occasio fuere doctoribus Orientis ut eadem dialectica sedulo imbuerentur, quo aduersarium^[5] argumentationibus et irrisionibus occurrerent.

Hinc nata alia dialecticae forma ex stoica et Aristotelica composita. Quae a saeculo VII, in quo generalis barbaries ac ignoratio litterarum hominum, maxime^[6] occidentalium, mentes occupauit, uel remisse disputata, uel maiori studio exulta per plura saecula in orientali ecclesia perdurauit. Ex quo postrema orientalis imperii aetate uix alius quam Aristoteles legebatur.

Eadem dialectica VIII saeculo uigente et initio VIII, in Occidente obtinuit, cum a Carolo Magno imperatore, eiusque^[7] filius uniuersitates studiorum institutae fuere. Immo usque ad XII saeculum, quamuis reliqui Aristotelis libri occidentalibus essent^[8] ignoti,^[46] ea, quam diximus, dialectica tradebatur. Idque eo ardentius quod Christiani doctores sibi persuadebant B. Augustinum eandem discipulis commendasse, propterea quia circumferebantur libri quidam de dialectica Augustini plane stoica,^[47] qui ob Augustini nomen in scholis exponebantur.^[48] Quae consuetudo per plura saecula obtinuit^[49].

Saeculo autem VIII Arabes, qui per^[9] id temporis magnam Orientis partem et Africae et Hispaniae occupant, cum Graecorum libros in Syriacum uersos^[50] illis in locis offenderent, aliosque a Christianis magna ui auri coemerent, in Arabicum

⁴⁵ Clemens. Alex., *Stromata*, lib. I, p. 282.

⁴⁶ Rigodus in *Vita Philippi Augusti*, apud Launoium *De Fortuna Aristotelis*, cap. 1.

⁴⁷ Dialecticam quae Augustino tribuitur, non esse Augustini, docuerunt Benedictini, Tom. I, *Opera Augustini*, p. 614; ille namque aliam dialecticam condidit.^[10]

⁴⁸ Launoius, *De Scholis Celebribus*, cap. LIX, art. 1, p. 173.

⁴⁹ Launoius, *De Varia Fortuna Aristotelis*, cap. 5, p. 197.

⁵⁰ Fabricius^[11], *Bibliotheca Graeca*, vol. I, p. 814.

[1]inquinari *R²LNV*] scateri *R¹* [2]eiusmodi *R²LNV*] hanc *R¹* [3]euenit *R²LNV*] factum fuit *R¹* [4]sint amplexati. *R²LNV*] fuerint amplexi. *R¹* [5]aduersarium *R²LNV*] aduersariorum *R¹* [6]maxime Occidentalium *R²LNV*] Occidentalium praesertim *R¹* [7]eiusque *R²LNV*] huiusque *R¹* [8]essent *R²LNV*] forent *R¹* [9]per *R²LNV*] *om.* *R¹* [10]condidit. *R²LNV*] scripsit. *R¹* [11]Fabricius ... p. 814. *R²LNV*] *om.* *R¹*

dialéticos, Aristóteles, e antepôs Zenão a Platão e a outros que nada tinham dado a conhecer sobre a lógica; e ela difundiu-se pelo orbe cristão.

Os Padres, que sabiam perfeitamente que as doutrinas de todas estas escolas filosóficas estavam inquinadas de muitos erros, e tendo as pessoas instruídas dessas mesmas escolas advertido ser adequada a filosofia eclética para levar mais facilmente os pagãos, impregnados dessas opiniões, a aceitar a religião cristã,⁴⁵ aprovaram tal método de filosofar, adoptando de cada uma das escolas o que lhes parecia mais útil. Sucedeu por isso que eles adoptaram com a escola eclética (superior à alexandrina) a lógica aristotélica. Acrescente-se que quando os heréticos do século quinto, fazendo mau uso dos princípios aristotélicos e estoicos, [17] acometeram impudentemente contra os mestres e os dogmas cristãos deram ensejo a que os mestres do Oriente ficassem totalmente impregnados da mesma dialéctica, com a qual impugnam os argumentos e as zombarias dos opositores.

Foi deste modo que se originou outra espécie de dialéctica, baseada na estoica e na aristotélica. Ela assenhoreou-se das mentes desde o século sétimo – em que ocorreu uma barbárie generalizada e uma ignorância das letras humanas, sobretudo no Ocidente –, tendo perdurado durante muitos séculos na Igreja do Oriente, quer exposta negligentemente, quer cultivada com maior empenho. Por isso, no último período do Império do Oriente, dificilmente se teria seguido outro autor que não fosse Aristóteles.

Nos finais do século oitavo e no início do século nono, prevaleceu no Ocidente a mesma dialéctica quando foram instituídos pelo imperador Carlos Magno e pelos seus filhos os estudos gerais. Mais que isso, até ao século XII, embora os restantes livros de Aristóteles fossem desconhecidos no Ocidente,⁴⁶ era ensinada a dialéctica que referi, e tão intensamente que os doutores cristãos se persuadiam de que Santo Agostinho a recomendara aos discípulos, dado serem difundidos certos livros sobre a dialéctica de Agostinho, claramente estoica⁴⁷, que eram expostos nas escolas em virtude da reputação de Agostinho⁴⁸. Este hábito conservou-se durante muitos séculos.⁴⁹

Porém, no século nono os Árabes – que por essa época se assenhorearam de grande parte do Oriente, da África e da Hispânia –, tendo descoberto nesses lugares os livros dos Gregos vertidos em ciríaco⁵⁰ e comprado outros aos cristãos por muito dinheiro,

⁴⁵ Clemente de Alexandria, *Stromata*, liv. I, p. 282.

⁴⁶ Rigord, *Vita Philippi Augusti*, em Launoy, *De Fortuna Aristotelis*, cap. 1.

⁴⁷ A dialéctica que se atribui a Agostinho não é realmente de Agostinho, como demonstram os beneditinos (*Opera Augustini*, t. I. p. 614); na verdade, ele escreveu outra dialéctica.

⁴⁸ Launoy, *De Scholis Celebribus*, cap. LIX, art. 1, p. 178.

⁴⁹ Launoy, *De Varia Fortuna Aristotelis*, cap. 5, p. 197.

⁵⁰ Fabrício, *Bibliotheca Graeca*, vol. I, p. 814.

sermonem uerti curarunt;⁵¹ et in scholis quas in regno suo erexerant ambitiose^[1] explicarunt, in his Aristotelem, qui praeter ceteros philosophos ipsis placuit. Cumque et Graecam linguam^[2] et Graecae philosophiae historiam [18] ignorarent, atque ab omni praesidio interpretandi essent^[3] inparati, Aristotelem inuita Minerua interpretati sunt. Quare Graeci hominis libros satis obscuros et deprauatos suis interpretationibus ineptis obscuriores fecere.

CAPVT V

De logica scholasticorum, et tentata a quibusdam emendatione

Ab his scholastici, seu Christiani Occidentis philosophi, et Aristotelis libros et eorum interpretationes saeculo XII acceperunt.⁵² Verum cum eadem uiam quam Arabes insisterent, atque ex nimio dialecticae et metaphysicae contentiosae studio apti non essent Aristoteli dilucidando, logicam obscuram illam quidem et intricatam nouis acuminibus et laqueis implicarunt. Nam cum Graecum contextum non legerent, aut ignoratione Graeci sermonis intelligere non possent, quae utiliora in Aristotele erant^[4] neglexerunt, tantum sophisticen coluerunt et ampliarent. Quo quantum damni disciplinae omnes fecerint, etiam in praesentia non sine animi dolore experimur. Quare tametsi “Aristotelicorum” nomen sibi sumserunt,^[5] nihil minus erant quam Aristotelici, si unum et item alterum excipias, qui sapientius ceteris disputauit. Eaque logica usque ad XV saeculum in honore fuit, nisi quod sub finem eiusdem^[6] saeculi nonnulli Platoniam disserendi uiam^[7] suscitare conati sunt.

Nihil profecto debemus scholasticis, immo culpantur multis de causis.⁵³ Nam praeterquam quod iis omnibus uitiis quibus Aristoteles et Arabes inquinantur, et ipsi adpersi sint, addunt flagitia nonnulla.

[19] 1. Philosophandi iustam^[8] libertatem tollunt: illud^[9] curant, ut peripateticorum sententias et uerba exosculentur, eisque indiuulse adhaereant. 2 Non docent perspicue intelligere,^[10] nec instrumentum recte iudicandi, id est criterium ueritatis, adtingunt.

⁵¹ Leo Afric, *De Viris Illustribus Arabiae*, c. 1.

⁵² Plurimi Christiani ad Saracenos confugiebant, ut philosophiae operam darent; quod inter^[23] alios fecit Adelardus Anglus, monachus Benedictinus, qui philosophorum Graecorum libros quosdam ex Arabico Latinos fecit XII saeculo. Vide Guilelm. Malmesburiensem, *De Gestis Regni Angliae*, lib. II, cap. 10, et Gassend., *Exercitationes aduersum Aristotelem*, lib. III, p. 74.

⁵³ Confer. Ludovicus Vives, *De Causis Corruptarum Artium*; Gassendus et Launoius *locis citatis*^[24]

^[1]ambitiose *R²LNV*] *om. R¹* ^[2]linguam *R²LNV*] linguam non intelligerent *R¹* ^[3]essent *R¹R²LV*] esset *N* ^[4]erant *R²LNV*] occurrunt *R¹* ^[5]sumserunt *R²LNV*] sumserint *R¹* ^[6]eiusdem *R²LNV*] huius *R¹* ^[7]uiam *R²LNV*] rationem *R¹* ^[8]iustam *R²LNV*] *om. R¹* ^[9]illud *R²LNV*] hoc *R¹* ^[10]intelligere *R²LNV*] cognoscere *R¹* ^[11]inter alios *R²LNV*] praeter ceteros *R¹* ^[12]locis citatis *R²LNV*] *De fortuna Aristotelis. R¹*

dedicaram-se a traduzi-los em linguagem árábica,⁵¹ expondo-os com empenho nas escolas que erigiram nos seus reinos, nas quais deram primazia a Aristóteles sobre os outros filósofos. E dado que eles desconheciam a língua e a história da filosofia gregas [18] e estavam desprovidos de toda a capacidade de interpretar, interpretaram Aristóteles sem talento. Por isso, eles tornaram os livros do filósofo grego muito obscuros e depravados, e ainda mais obscuros por causa das suas interpretações inábeis.

CAPÍTULO V

A lógica dos escolásticos e a correcção que alguns empreenderam

Os escolásticos ou os filósofos cristãos do Ocidente receberam no século XII dos filósofos mencionados os livros de Aristóteles e as suas interpretações.⁵² Contudo, tendo eles adoptado um método idêntico ao dos Árabes e não possuindo aptidão para tornar compreensível Aristóteles por causa da excessiva dedicação à dialéctica e à metafísica contenciosa, complicaram a lógica, sem dúvida obscura e intrincada, com novas subtilidades e confusões. Com efeito, quer por não examinarem o contexto grego, quer por não o entenderem em virtude da sua ignorância da língua grega, votaram ao desprezo o que era mais útil em Aristóteles, cultivando e desenvolvendo apenas a arte dos sofismas. Deste modo, quantos danos todos eles causaram às ciências, até presentemente o sentimos com dor anímica. Por isso, embora eles se tenham arrogado o nome de “aristotélicos”, não eram de modo algum aristotélicos, excepto um ou outro que discorreu mais sabiamente que os restantes. Foi esta a lógica cultivada até ao século XV, tendo sido apenas nos finais deste século que alguns autores se propuseram restabelecer o método platónico da discussão.

Não devemos certamente estar reconhecidos aos escolásticos; pelo contrário, eles devem ser censurados por muitas razões.⁵³ Na verdade, além de todos os erros com que Aristóteles e os Árabes estavam inquinados, também eles estão contaminados em virtude do acrescentamento de algumas depravações, nomeadamente:

[19] 1. impedem a legítima liberdade de filosofar, dedicando-se a aplaudir as opiniões e as palavras dos peripatéticos e a estarem de acordo com elas continuamente; 2. não ensinam a conhecer com clareza nem se ocupam do método para ajuizar com segurança, isto é, do critério da verdade; 3. não ensinam nenhum preceito sobre a arte crítica; 4. discorrem com veemência sobre assuntos que de modo algum podem

⁵¹ Leão Africano, *De Viris Illustribus Arabiae*, cap. 1.

⁵² Muitos cristãos procuraram refúgio junto dos Sarracenos para poderem dedicar-se à filosofia, como, entre outros, procedeu o inglês Adelardo, monge beneditino, que no século XII traduziu do árabe para latim alguns livros dos filósofos gregos. Ver: Guilherme de Malmesbury, *De Gestis Regni Angliae*, liv. II, cap.10; Gassendi, *Exercitationones aduersus Aristotelem*, liv. III, p. 74.

⁵³ Cf: Luis Vives, *De Causis Corruptarum Artium*; Gassendi; Launoy, nos lugares referidos.

3. Nulla de arte critica praecepta tradunt. 4. Res quae^[1] nullo modo intelligi, nulli usui esse possunt, ardentem^[2] disputant, ut illud est de prooemialibus, signis, praedicabilibus, categoriis, modalibus, arte inueniendi medium.⁵⁴ 5. Amant uocabulis uti quibus uis nulla significandi subiecta est, et quae uel ipsi, qui usurpant,^[3] difficulter explicabunt; cumque nomina nusquam definiant, perpetuo altercantur inter se de uerbi^[4] significatione. 6. Eorum Logica non habet pro fine uerum^[5] perscrutari, sed tantum de rebus et perspicuis et certis contendendo disputare.

Fine XV saeculi et initio XVI Laurentius Valla Romanus et Rodolphus Agricola Germanus et paulo post Ludouicus Vives Hispanus et Marius Nizolius Brixellensis, uiri, ut erant illa tempora, oculati, in logica balbutire coeperunt; scholasticorumque ineptias uehementer^[6] condemnarunt atque ad meliora cogitanda homines^[7] commouerunt.

Sed praeter ceteros medio fere^[8] saeculo XVI Petrus Ramus Gallus rem logicam illustrauit. Primum omnium Aristotelis errores notauit, quod eo libro praesertim fecit quem inscripsit: *Aristotelicae Animaduersiones*. Deinde in *Institutionibus Dialecticis* nouam artem proposuit disserendi. Id aegre ferentes Parisienses, qui in Aristotelis uerba iurauerant, hominem ad magistratum, quasi maiestatis reum, semel et iterum detulerunt; immo tantum negotii illi [20] suscitauerunt ut quamuis^[9] Senatus decreto absolutus de crimine et professoris regii munere ornatus, uix reliquum uitae siuerint quiescere. Postremo in illa seditione^[10] Parisiensi, religionis quidem nomine, reapse uero philosophiae inuidia ab aduersariis occisus est, anno MDLXXII.⁵⁵ Cumque nec mortuo parcerent, lacerum philosophi cadauer indigne habitum in Sequanam abiecerunt.⁵⁶

Ramus igitur ueterum exemplo oratorum et philosophorum, quos adsidue legebat, rhetoricam et dialecticam coniunxit.⁵⁷ Itaque logicam partitur in “inventionem” et “iudicium”. In prima parte “locos” explicat ex quibus argumenta sumi debent, uiamque docet argumenta recte atque ordine inueniendi, quod exemplis confirmat

⁵⁴ “Quis enim ferre possit disputationes illas de uniuersalibus, de nominum analogia, de primo cognito, de principio indiuiduationis, de distinctione quantitatis a re quanta, de maximo et minimo, de infinito, de intentione et remissione, de proportionibus et gradibus, deque aliis huiusmodi sexcentis quae ego, etiam cum nec essem ingenio nimis tardo, nec his intelligendis parum temporis et diligentiae adhibuissem, animo uel informare non poteram. Puderet me dicere non intelligere si ipsi intelligerent qui haec tractauerunt”. Melchior Canus Dominicanus Cl. Scholasticus saeculi XVI, *De Locis Theologicis*, lib. VIII, cap. 7.

⁵⁵ Teissier., *Elogium*, Tom. I, pag. 405.

⁵⁶ Thuanus, *Historia ad Annum 1572*.

⁵⁷ Legatur ipsius^[11] Praefatio *Logicae Institutiones*.

^[1] quae ... usui *R²LNV*] uel nullo modo intelligibiles, uel quae nulli usui *R¹* ^[2] ardentem disputant *R²LNV*] disputant ardentem *R¹* ^[3] usurpant *R²LNV*] utuntur *R¹* ^[4] uerbi *R²LNV*] uocabuli *R¹* ^[5] uerum *R²LNV*] ueritatem *R¹* ^[6] uehementer *R²LNV*] acriter *R¹* ^[7] homines commouerunt *R²LNV*] incitauerunt homines *R¹* ^[8] fere *R²LNV*] *om.R¹* ^[9] quamuis *R²LNV*] tametsi *R¹* ^[10] seditione Parisiensi *R²LNV*] Parisiensi seditione *R¹* ^[11] ipsius *R²LNV*] illius *R¹*

entender-se, não possuindo mesmo nenhuma utilidade, tais como os proemiais, os sinais, os predicáveis, as categorias, os silogismos modais, a arte de encontrar o termo médio;⁵⁴ 5. sentem prazer em fazer uso de vocábulos a que não corresponde nenhuma significação, e que os próprios, que se servem deles, dificilmente conseguem explicar; e como nunca definem os nomes, discutem perpetuamente entre si sobre a significação das palavras; 6. a sua lógica não tem como finalidade investigar a verdade, mas apenas disputar, altercando sobre assuntos evidentes e indiscutíveis.

Nos finais do século XV e inícios dos séculos XVI, o romano Lorenzo Valla, o alemão Rudolf Agricola e pouco depois o espanhol Luis Vives e Mário Nizzoli de Bréscia, varões ilustrados, como era também a sua época, começaram a reflectir sobre a lógica, tendo criticado com veemência as inépcias dos escolásticos e induzido as pessoas a pensar em coisas mais úteis.

Além de outros, quase nos meados do século XVI explicou a lógica o francês Petrus Ramus. Ele foi o primeiro que censurou os erros de Aristóteles, o que levou a cabo sobretudo na obra a que deu o título de *Aristotelicae Animaduersiones*. Por outro lado, ele propôs uma nova arte de discorrer em *Institutiones Dialecticae*. Os Parisienses, que tinham feito juramento sobre as palavras de Aristóteles, suportando isso penosamente, levaram várias vezes o filósofo à presença do magistrado, como se ele fosse acusado de crime de lesa-majestade; mais que isso, causaram-lhe tantos embaraços [20] que, embora absolvido de crime por decisão do Senado e estando provido no cargo de professor régio, só com dificuldade consentiram que continuasse a desfrutar o resto da vida. Por último, na sedição de Paris, a pretexto da religião, mas efectivamente por hostilidade à sua filosofia, foi assassinado pelos seus inimigos no ano de 1572.⁵⁵ E não o tendo sequer respeitado depois de morto, lançaram indignamente ao rio Sena o cadáver dilacerado do filósofo.⁵⁶

Em suma, a exemplo dos antigos oradores e filósofos, que Ramus lia assiduamente, associou a retórica à dialéctica.⁵⁷ Ele dividiu a lógica em “inuentio” e “iudicium”. Na primeira parte, ele expõe os “lugares” de que devem obter-se os argumentos e ensina o método de descobrir adequadamente e com ordem os argumentos, o que

⁵⁴ “Na verdade, quem poderá tolerar tais disputas sobre os universais, sobre a analogia dos nomes, sobre o primeiro objecto do conhecimento, sobre o princípio de individuação, sobre a distinção da quantidade relativamente ao objecto quantificado, sobre o máximo e o mínimo, sobre o infinito, sobre a intenção e a remissão das formas, sobre as proporções e os graus, e sobre outros inumeráveis assuntos deste género que eu, ainda que não tivesse uma inteligência muito indolente nem dedicasse pouco tempo e pouco esforço para compreender essas coisas, não seria capaz de entendê-las. Eu teria vergonha em afirmar que não as entendo se as entendessem os que discorrem sobre elas” (Melchior Cano, ilustre escolástico dominicano do século XVI, *De Locis Theologicis*, liv. IX, cap. 7).

⁵⁵ Teissier, *Elogium*, t. I, p. 405.

⁵⁶ Thuanus, *Historia ad Annum 1572*.

⁵⁷ Deve ler-se o seu prefácio de *Logicae Institutiones*.

ex oratoribus et poetis.^[1] Deinde inartificiale argumentum, scilicet testimonium cum Humanum, tum Diuinum, tractat.

In altera parte, quae argumentorum dispositionem continet, primo agit de axiomatibus, seu propositionibus, earumque differentis et proprietatibus. Deinde de syllogismi natura breuiter. Tum de syllogismo simplici, complexo, disiuncto, ac reliquis argumentationis speciebus aliquanto copiosius disserit. Postremo methodum in uniuersum exponit.

In prima parte accurate scribit Ramus, praesertim si illi adiungas explicationes quas in scholis dialecticis ipse tradit. In altera parte propositionum formas et syllogismos compositos liquido explicat. Profecto ita se a seruitute liberauit peripatetica, ut si aliquid in Aristotele et aliis bonum esse censere, id sibi sumeret et eclecticice philosopharetur; tum demum ab inutilibus et alienis uestigationibus nobilissimam scientiam ad usum forensem et domesticum reuocauit uir ille quidem in notandis Aristotelis erroribus per quam oculatus. Quare uel hac^[2] de caussa laudari meretur Ramus, quod exemplo^[3] et periculo suo Parisienses incitauerit ut emendationem Philosophiae tentarent; quod profecto euenit.

Reprehenditur tamen quod totam artem ad [21] disceptationem reduxerit. Quod artem criticam non explicarit. Quod artem syllogisticam, cum de syllogismo tractat, negligenter et obscure tradiderit.^[4] Quod^[5] syllogismum necessarium et contingentem, uti proposuerat, non explanarit. De fallaci uero nihil dixerit. Praeterea methodi leges praeter modum generales ponit, nec a peripateticorum loquendi formulis et obscurissimis ueris cauet. Etiam in eo reprehendus uidetur, quod tam male de Aristotele loquatur, et defendere in propatulo non dubitarit, “Quaecumque ab Aristotele dicta essent, commenticia esse”, cum tamen praecipuas regulas ab^[6] ipso Stagirite arripuerit. Quod is^[7] penitus intelliget qui et Rameam logicam perpenderit et exempla, quibus Ioannes Miltonus Rami adsecla praeceptoris illustrat scripta, recte^[8] expenderit et considerarit.

Verumtamen fatendum est philosophos qui post fuere non magis a Bacone Verulamio quam a Ramo excitatos fuisse, ut sapientius philosopharentur. Quod ipsemet Baco, ceteroquin minime Ramo fauens, iudicauit de Ramo.⁵⁸ Tametsi Verulamii obseruatores istiusmodi^[9] laudem nostro conantur eripere. Et haec Ramea logica per Germaniam, Angliam, Scotiam et alias regiones longe lateque propagata est.⁵⁹

⁵⁸ *De Augmentis Scientiarum*, lib. III, cap. 2.

⁵⁹ Baelius, *Dictionnaire*, uerbo “Ramus”.

[1]poetis. *R²LNV*] poetis excerptis. *R¹* [2]hac de caussa *R²LNV*] hoc nomine *R¹* [3] exemplo ... incitauerit *R²LNV*] exemplo suo Parisienses commouerit *R¹* [4]tradiderit. *R²LNV*] adumbrarit. *R¹* [5]Quod ... nihil dixerit *R²LNV*] om. *R¹* [6]ab ipso ... arripuerit. *R²LNV*] ab ipso acceperit. *R¹* [7]is penitus *R²LNV*] ille profecto *R¹* [8]recte *R²LNV*] dilucide *R¹* [9]istiusmodi laudem *R²LNV*] laudem huiusmodi *R¹*

comprova baseando-se nos oradores e nos poetas. Além disso, trata do argumento inartificial ou do testemunho tanto humano como divino.

Na segunda parte, que contém a disposição dos argumentos, ele dedica-se primeiramente aos axiomas ou proposições e às suas distinções e propriedades, e ainda com brevidade à natureza do silogismo. Após isso, ele discorre sobre o silogismo simples, complexo e disjuntivo, e um pouco mais copiosamente sobre as outras espécies de argumentação. Por último, ele expõe o método de forma genérica.

Na primeira parte, Ramus escreve com esmero, sobretudo se tivermos em consideração os esclarecimentos que apresenta em *Scholae Dialecticae*. Na segunda parte, ele explica com clareza as formas das proposições e os silogismos compostos. Sem dúvida, ele libertou-se de tal modo da servidão peripatética que, se considerasse existir algo de útil em Aristóteles e noutros autores, assumi-lo-ia e filosofaria ecleticamente. Além disso, ele restabeleceu uma ciência notabilíssima para utilidade pública e privada a partir de investigações inúteis e incompatíveis. Ele foi, sem dúvida, um varão sumamente esclarecido ao censurar os erros de Aristóteles. Até por este motivo, Ramus é digno de ser elogiado, pois pelo seu exemplo e acção induziu os Parisienses a empreenderem a correcção da filosofia, o que certamente sucedeu.

Ele deve, porém, ser criticado por ter reduzido toda a arte à contenda, [21] por não ter exposto a arte crítica, por ter ensinado negligentemente e de maneira confusa a arte silogística ao tratar do silogismo, e por não explicar o silogismo necessário e o contingente, contrariamente ao que se havia proposto. Por outro lado, ele expõe de modo descomedido as regras gerais do método e não recusa os preceitos e a linguagem extremamente obscura dos peripatéticos. Parece ainda que ele deve ser censurado pelo facto de, tendo-se exprimido tão violentamente sobre Aristóteles, não ter duvidado afirmar publicamente: “tudo o que foi dito por Aristóteles são apenas falsidades”; na verdade, ele adoptou do próprio Estagirita os principais ensinamentos. Isto compreende-o perfeitamente quem examinar com atenção a lógica ramista e ponderar e tiver em consideração os exemplos com os quais John Milton, sequaz de Ramus, esclarece os escritos do mestre.

Deve, porém, reconhecer-se que os filósofos posteriores não foram mais estimulados por Bacon de Verulam do que por Ramus para filosofarem mais sabiamente, o que o próprio Bacon – não sendo, aliás, seguidor de Ramus – declarou publicamente acerca de Ramus.⁵⁸ No entanto, os seguidores do Verulâmio intentaram arrebatá-lo o mérito devido a este nosso autor. E a lógica ramista difundiu-se largamente na Alemanha, na Grã-Bretanha, na Escócia e noutros países⁵⁹.

⁵⁸ *De Augmentis Scientiarum*, liv. IV, cap. 2.

⁵⁹ Bayle, *Dictionnaire*, palavra “Ramus”.

CAPVT VI

De emendatione logicae

Ineunte saeculo XVII floruit Franciscus Baco, Baro de Verulamio, Anglus, qui Logicam quamdam edidit, quam *Nouum Organum* inscripsit, idque physiologiae augendae potissimum conformauit. Methodus ita se habet.

Primo praeiudicatas opiniones, quae “idola” uocat, reuocat in dubium. Haec autem uel sunt idola tribus, seu naturae humanae omnis; uel specus, seu singulorum hominum; uel fori, quae usu hominum comparantur; uel demum theatri, quae ab doctorum hominum falsis opinionibus nascuntur. Deinde ut aliquid efficiat, inductionem Socraticam [22] utilem esse contendit, syllogismum non item. Idque hoc nomine, quod inductio constat singularibus ideis, quas omnes intelligunt; contra syllogismus uniuersalibus, quas soli philosophi internoscunt.

Bona^[1] et utilia quaedam nos docuit Verulamius in isto opere. Quaedam tamen peccat et potissimum tria.⁶⁰ Quod inductionem syllogismo anteponat, cum ea non nisi ex syllogismo, quo innitur, uim habeat. Quod de syllogismo et methodo non agat. Quod insolitis uerbis partitionibus adfectatis et obscurissimo dicendi genere usus sit, adeo sine interprete nequit intelligi. Tamen de Verulamii et Rami fontibus, qui postea scripsere, omnes hauserunt.

Eodem paene tempore scripsit Petrus Gassendus Gallus, uir eruditissimus, mortuus^[2] anno MDCLV. Edidit primo librum hoc titulo *Exercitationes aduersus Aristotelicos*, in quo uulgatae logicae naeuos perspicue et perite enarrat. Deinde^[3] librum *De Origine et Varietate Logicae*, in quo illius historiam ad sua usque tempora perducit. His addidit alium *De logicae fine*, in quo et criteria ueritati, et qui iis tradendis excelluerint, exponit. Postremo *Institutiones Logicas*, ubi de rerum imaginatione, propositione, syllogismo et methodo agit. Non nulla noua, alia uero maiori luce perfusa lectori exhibet Gassendus, idque clare atque ordine; quae omnia canonibus quibusdam complectitur. Quod autem quaedam inutilia addiderit, quaedam exemplis non bene illustrauerit, quaedam uero per uiam tantum tetigerit, id ei, ut temporibus illis, condonandum uidetur. Sane eius docendi uiam posteriores Philosophi amplexati sunt. Quare recentioris logicae instaurator summo iure habitus est.

Thomas Hobbesius Anglus, magnum ingenium, eodem tempore floruit, et ipsi Gassendo artissime fuit deuinctus. Nisi quod pietatem in Deum ab eo non didicit,

⁶⁰ I. Georgius Walchius, *Historia Logicae*, quae^[4] exstat in eius *Parergis Academiae*, editis Lipsiae, anno 1721, p. 639.

^[1]Bona ... hauserunt. *R²LNV*] pro Bona ... hauserunt omnes. *R¹*: *vd. infra Annexum I.*
^[2]mortuus anno MDCLXV. *om. R¹* ^[3]Deinde ... habitus est. *R²LNV*] pro Deinde ... instaurator fuit. *R¹*: *vd. infra Annexum II.* ^[4]quae ... eius *R²LNV*] in *R¹*

CAPÍTULO VI

A correcção da lógica

No início do século XVII, floresceu Francis Bacon, barão de Verulam, natural da Grã-Bretanha, que publicou uma lógica intitulada *Nouum Organum*, adequada sobretudo ao desenvolvimento das ciências naturais. O seu método consiste no seguinte:

Primeiramente, ele põe em dúvida as opiniões preconcebidas, que denomina “ídolos”, sendo estes os ídolos da tribo (ou de todo o ser humano), os ídolos da caverna (ou de cada um dos indivíduos), os ídolos da praça (originados na experiência humana) e por fim os ídolos do teatro (que se originam nas falsas opiniões das pessoas doudas). Além disso, para ele estabelecer alguma coisa, sustenta que a indução socrática é útil, [22] mas não o silogismo, dado que a indução é constituída por ideias singulares que todos entendem, ao contrário do silogismo, cujas ideias universais são apenas reconhecidas pelos filósofos.

Naquela sua obra, o Verulânio ensina-nos coisas excelentes e úteis. Contudo, nalguns casos incorre em censura, sobretudo em três:⁶⁰ antepõe a indução ao silogismo, ainda que ela seja apenas útil com base no silogismo, do qual depende; não discorre sobre o silogismo nem sobre o método; serve-se de palavras insólitas, de classificações rebuscadas e de uma linguagem muito obscura, não podendo por isso entender-se sem um intérprete. No entanto, todos os que escreveram posteriormente beberam nas fontes do Verulâmio e de Ramus.

Quase na mesma época, escreveu o francês Pierre Gassendi, varão muito erudito, que faleceu no ano de 1655. Ele publicou em primeiro lugar um livro intitulado *Exercitationes aduersus Aristotelicos*, em que critica sem rodeios e habilmente as incorrecções da lógica vulgar. Escreveu além disso o livro *De Origine et Varietate Logicae*, no qual expõe a história da lógica até à sua época. Acrescentou a estas obras a *De Logicae Fine*, na qual expõe os critérios da verdade e se refere àqueles que se notabilizaram no seu ensino. Por último, redigiu *Institutiones Logicae*, onde se ocupa das ideias das coisas, da proposição, do silogismo e do método. Gassendi proporcionou ao leitor algumas coisas insólitas e ainda outras matérias impregnadas de grande esplendor, apresentando-as com clareza e ordem e concluindo todas elas com alguns cânones. Ainda que ele tenha acrescentado certos temas inúteis, não tenha esclarecido outros convenientemente com exemplos e tenha tratado ainda outros ao de leve, parece, tendo em consideração a sua época, que isso lhe deve ser desculpado. Realmente, os filósofos posteriores adoptaram o seu método de ensino, sendo por isso considerado com justiça um reformador da lógica moderna.

O inglês Thomas Hobbes, pessoa de grande talento, floresceu na mesma época, tendo estado estreitamente relacionado com Gassendi. Apenas o facto de não

⁶⁰ Jean-Georg Walch, *Historia Logicae*, que está exposta no seu *Parerga Academiae*, publicado em Leipzig no ano de 1721, p. 639.

erat enim Hobbesius non obscure in Epicureismum inclinans. Scripsit de re logica librum titulo *Computationum*, in quo eandem paene docendi uiam, quam Gassendus, tenet, nec male de Logica meretur.

Renatus Cartesius Gallus, uir clarissimus. Hic sane [23] etiamsi^[1] a Verulamio aliisque plura didicerit^[6], nihilominus noui systematis, ingeniosi illius quidem, utinam ueri auctor audit. Scripsit praeter *Physicam*, libellum *De Metodo Rationis recte Dirigendae, et Inquirendae in Scientiis Veritatis*. Moritur anno MDCL.

Haec sunt, quae laudantur in Cartesio: 1. Quod reiectis^[2] praepiudiciis auctoritatis et uetustatis, ad ueritatem inuestigandam tota mente feratur; nec^[3] aliorum iudicio, sed suo^[4] res explicet et finiat. 2. Primus docuit, uerba illa quibus potestas nulla subiecta est, respuere, et tum uocabulis,^[5] tum ideis clarioribus uti et ordine ratiocinari. 3. Multa egregie de critica arte docuit.

Reprehenduntur in eo haec: 1. Absolutam logicam non dedit, sed specimen quoddam. 2. Immodico condendae sectae studio abreptus, nouauit multa in sententiis, immo et in uerbis, quae arbitrato suo definiuit non sine obscuritate; cumque perpetuo inuentor^[6] uideri cupiat, saepissime ueterum et recentiorum philosophorum cogitata, non indicatis fontibus, pro inuentis suis obtrudit lectori, non sine plagii suspitione.^[62] 3. In quibusdam sibi non constat: nam etsi^[7] euidencia principia adfectet, interdum^[8] tamen ea ratiocinationibus, siue, ut ipse uocat, demonstrationibus adiungit,^[9] quae non modo euidencia non sunt, sed uix probabilia aut tolerabilia uidentur. 4. Nimium tribuit menti humanae, quam domesticis praesidis res omnes arcanas reserare posse credit; proinde falsa nonnulla^[10] inculcat. 5. Hypotheses generales summum possibles, non uerisimiles nullisque experimentis firmatas, frequenter^[11] inducit; iisque inaedicat systema suum magno cum physicae damno.^[63]

Verum quidquid sit de uitis Cartesii, quae ingentibus aliis uirtutibus eum redimere certum est; illud extra controuersiam uidetur positum, illius discipulos criticam artem et liberam philosophiam uehementer^[12] excoluisse. Quorum [24] nomina et scripta si uellem diligenter percensere, uix id iusto facerem uolumine; quare^[13] unum et alterum

⁶¹ Legatur clarus Leibnizius, *Leibniziana*, p. 181.

⁶² Leibniziana, pag. 181. Vide etiam Bailletum, in *Vita Cartesii*, Tom. II, pag. 138.

⁶³ De Cartesio iudicium recte^[14] fecit P. Daniel, e Societate Iesu, in *Itinere Cartesii*, part. 3. Conferatur Huetius, *Censura Philosophiae Cartesianae*.

^[1]etiamsi R^2LNV] tametsi R^1 ^[2]reiectis R^2LNV] conculcatis R^1 ^[3]nec ... iudicio R^2LNV] atque non ex aliorum iudicio R^1 ^[4]suo R^2LNV] ex suo R^1 ^[5]uocabulis ... uti R^2LNV] uocibus ac ideis cum dilectu uti R^1 ^[6]inuentor R^2LNV] auctor R^1 ^[7]etsi R^2LNV] tametsi R^1 ^[8]interdum tamen ea R^2LNV] ea tamen interdum R^1 ^[9]adiungit R^2LNV] admiscet R^1 ^[10]nonnulla R^2LNV] bene multa R^1 ^[11]frequenter inducit R^2LNV] introduxit frequenter R^1 ^[12]uehementer excoluisse. R^2LNV] excoluisse plurimum. R^1 ^[13]quare R^2LNV] Quapropter R^1 ^[14]recte R^2LNV] recte praeter ceteros R^1

ter aprendido deste a devoção para com Deus explica que Hobbes tenha sido claramente propenso ao epicurismo. Ele escreveu um livro sobre a lógica intitulado *Computationes*, no qual observa quase o mesmo método de ensino de Gassendi, sendo um autor muito insigne no campo da lógica.

O francês René Descartes foi um varão muito ilustrado. [23] Ainda que ele tenha aprendido muitas coisas do Verulâmio e de outros⁶¹, contudo, criou um novo sistema sem dúvida engenhoso e oxalá que fosse verdadeiro. Ele escreveu, além da *Física*, o opúsculo *Método para bem Conduzir a Razão e Procurar a Verdade nas Ciências*. Faleceu no ano de 1650.

São os seguintes os temas que são exaltados em Descartes: 1. pelo facto de recusar os preconceitos da autoridade e da antiguidade, ele é estimulado com todo o seu pensamento à investigação da verdade, não explicando nem definindo as coisas pelo juízo dos outros, mas pelo seu; 2. ele foi o primeiro que ensinou a evitar as palavras que não têm subentendida nenhuma significação e a servir-se não só dos vocábulos, mas também das ideias mais evidentes e a raciocinar ordenadamente; 3. ensinou especialmente muitas coisas sobre a arte crítica.

Ele deve, porém, ser criticado nestas matérias: 1. não apresenta uma lógica conclusa, mas um espécime; 2. arrebatado excessivamente pela paixão em fundar uma escola, inovou em muitas coisas nas suas opiniões; e também nas palavras, que definiu confusamente segundo o seu arbítrio; e como desejava ser considerado perpetuamente um inventor, muitíssimas vezes ocultou ao leitor os pensamentos dos filósofos antigos e modernos, não revelando as fontes das suas descobertas, não sem suspeita de plágio;⁶² 3. em certas matérias, não é conseqüente consigo próprio, pois, embora procure alcançar os princípios evidentes, aplica-os por vezes aos raciocínios ou, como ele afirma, às demonstrações, que não apenas não são evidentes, mas dificilmente parecem verosímeis ou defensáveis; 4. concede demasiado à mente humana, que ele supõe poder desvendar com os seus próprios meios todos os mistérios, além de inculcar certas falsidades; 5. induz com frequência hipóteses gerais, quando muito possíveis, mas não prováveis e não fundamentadas em quaisquer experiências; e com elas constrói o seu sistema com grande dano da física.⁶³

Contudo, seja o que for que possa dizer-se sobre os erros de Descartes, é indiscutível que eles são compensados por qualidades notáveis, parecendo mesmo incontroverso terem os seus discípulos cultivado intensamente a arte crítica e a filosofia livre. [24] Se eu pretendesse referir os seus nomes e os seus escritos, dificilmente conseguiria fazer isso de modo adequado nesta obra, pois iria mencionar um ou dois mais insignes

⁶¹ Deve ler-se o ilustre Leibniz, *Leibniziana*, p. 181.

⁶² *Leibniziana*, p. 181. Ver ainda Bayle, *Vita Cartesii*, t. II, p. 138.

⁶³ Sobre Descartes, ajuizou adequadamente Pierre Daniel, da Companhia de Jesus, em *Iter Cartesii*, 3ª parte. Cf. Huet, *Censura Philosophiae Cartesianae*.

adducam insigniorem. Qui plura cupit legat Walchium,⁶⁴ qui recentiores Logicos accurate et ordine^[1] recenset. Igitur e Cartesianis eminent praeter ceteros auctor *Artis Cogitandi*, quae tam multis tribuitur, ut, quis eorum fuerit auctor, merito ignoretur. Verisimilius est, duos,^[2] aut tres e Portu Regio philosophos, praesertim Nicolium, communi studio librum composuisse Gallice, editum^[3] Parisiis anno MDCLXIII, cuius Braunii Latina^[4] conuersio anno MDCCIII uulgata praeferri solet. Quatuor illa in partes diuiditur, in quibus de ideis, iudiciis, argumentatione^[5] ac methodo disseritur;^[6] et,^[7] ut uerum fatear, plerumque ex methodo Gassendi.

Commendatur^[8] in eo: 1. Perspicuitas et ordo. 2. Temperat ab inutilibus quaestiunculis, et uocabulis nihil significantibus. 3. Res illustrat exemplis familiaribus quae multum iuuant tirones, nisi dum quaedam ex mathematica petita offert. 4. Fine tertiae partis falsarum ratiocinationum causas subtiliter et uerissime perscrutatur, et plurimam lucem reliquis, qui post scripsere, accendit; tametsi absolutam de illis tractationem non dedit.⁶⁵ 5. In quarta parte, ubi de methodo, tradit multa, quae artem criticam illustrant, et superiorum nulli in hoc concedit. 6. Aristotelicorum flagitia quaedam summo acumine detegit^[9] et confutat.

Increpatur^[10] tamen in multis: 1. Cartesianismum ultra quam par est propagare studet, nec^[11] ab praeiudicatis opinionibus temperat aliquando. 2. Multus est in ideis et propositionibus et syllogismis explicandis, resque eas, quae nulli usui sunt, explanat copiose, ubi^[12] etiam falsa non nulla docet, maxime de propositionibus. 3. Criticam artem iusto uolumine non tradit.^[13]

Alter Cartesii discipulus Nicolaus Malebranchius, Gallus, paullo^[14] post, et anno MDCLXXIII opus uulgauit hoc titulo, *De la recherche de la vérité*, id est, de inquirenda ueritate. Latine^[15] postea conuersum est a Lenfantio. Primis [25] quinque libris causas errorum luculenter demonstrat. Sexto uero methodum syntheticam et analyticam persequitur.

Sane Malebranchius summo acumine plura et recondita explicat, et cum^[16] arti Logicae, tum criticae lucem plurimam adspersit, tum etiam nitide et perspicue cogitata sua exponit. Reprehenditur uero^[17] in quibusdam et merito: 1. Sensuum euidenciam negans scepticismo patrocinatur. 2. Arguitur de crimine entusiasmi, propterea quia nos in Deo omnia uidere ait. In^[18] quo quid ille sibi uelit, nec ipse profecto intellexit,

⁶⁴ *Historia Logicae*, lib. II, cap. 1.

⁶⁵ Vide Christ. Thomas., in *Cautelis*, cap. 10, § 9.

^[1]ordine *R²LNV*] *om. R¹* ^[2]duos aut tres *R²LNV*] plurimos *R¹* ^[3]editum ... anno MDCLXIV *R²LNV*] *om. R¹* ^[4]Latina ... solet. *R²LNV*] latina interpretatio praestat. *R¹* ^[5]argumentatione *R²LNV*] ratiocinatione *R¹* ^[6]disseritur *R²LNV*] disputatur. *R¹* ^[7]et ... Gassendi. *R²LNV*] *om. R¹* ^[8]Commendatur *R²LNV*] Laudatur *R¹* ^[9]detegit et confutat. *R²LNV*] detexit et confutauit. *R¹* ^[10]Increpatur *R²LNV*] Reprehenditur *R¹* ^[11]nec *R²LNV*] dum ideas innatas inculcat *R¹* ^[12]ubi ... de propositionibus *R²LNV*] *om. R¹* ^[13]tradit. *R²LNV*] explicauit. *R¹* ^[14]paulo ... MDCLXXIII *R²LNV*] eodem saeculo *R¹* ^[15]Latine ... Lenfantio. *R²LNV*] Latine postea edita est. *R¹* ^[16]cum ... Criticae *R²LNV*] cum Logicae tum arti Criticae *R¹* ^[17]uero ... merito *R²LNV*] in nonnullis et merito quidem. *R¹* ^[18]In quo ... intelligere *R²LNV*] In quo quid ipse sibi uelit, nullus intelligit. *R¹*

que os outros. Quem desejar obter mais conhecimentos sobre estes assuntos deve consultar Walch,⁶⁴ que enumera cuidadosa e ordenadamente os lógicos modernos.

Entre os cartesianos, sobressai, entre outros, o autor de *A Arte de Pensar*, que é atribuída a tantos que se desconhece com razão qual deles terá sido o autor. Segundo a opinião geral, é mais provável que dois ou três filósofos de Port-Royal, sobretudo Nicole, tenham composto o livro em francês, que foi editado em Paris no ano de 1664, e cuja tradução latina de Braun, publicada em 1704, costuma ser preferida. A obra está dividida em quatro partes, nas quais se discorre sobre as ideias, os juízos, o raciocínio e o método, e, para me exprimir com rigor, geralmente em conformidade com a maneira de proceder de Gassendi.

Neste autor, é digno de ser aplaudido o seguinte: 1. a clareza e a ordem; 2. abstém-se de questiúnculas inúteis e de palavras que nada significam; 3. esclarece os assuntos com exemplos familiares que são muito úteis para os principiantes, excepto quando expõe certos temas exigidos pela matemática; 4. no final da terceira parte, investiga com perspicácia e muito minuciosamente as causas dos falsos raciocínios, esclarecendo grandemente os que escreveram depois dele, embora não apresente acerca delas uma análise completa;⁶⁵ 5. na quarta parte, onde trata do método, ensina muitas coisas que elucidam a arte crítica, não sendo inferior nesta matéria a nenhum dos que o precederam; 6. desvenda e refuta com extrema agudeza de espírito certas perversões dos aristotélicos.

No entanto, ele deve ser censurado por muitas razões: 1. propõe-se divulgar de modo descomedido o cartesianismo, não se abstendo também por vezes de opiniões preconcebidas; 2. dedica-se excessivamente à exposição das ideias, das proposições e dos silogismos, e a explicar copiosamente assuntos sem nenhuma utilidade, ensinando ainda algumas falsidades, sobretudo acerca das proposições; 3. não ensina num capítulo apropriado a arte crítica.

Outro discípulo de Descartes, o francês Nicolas Malebranche, publicou pouco depois, no ano de 1673, uma obra intitulada *De la recherche de la vérité*, ou seja, sobre a investigação da verdade, vertida posteriormente para latim por Lenfant. [25] Nos cinco primeiros livros, ele explica muito bem as causas dos erros; e no sexto, expõe o método sintético e o analítico.

Malebranche esclarece, sem dúvida, muitos e recônditos assuntos com extrema penetração de espírito, e não apenas inunda com grande esplendor a arte lógica e a arte crítica, mas também expõe com magnificência e clareza os seus pensamentos. Ele deve, porém, com razão ser criticado nalgumas coisas: 1. rejeitando a evidência da sensação, toma a defesa do cepticismo; 2. deve acusar-se de erro acerca da iluminação divina por sustentar que vemos todas as coisas em Deus, pois, mesmo que o desejasse, nem ele próprio se aperceberia disso e ninguém que ajuizasse livremente poderia

⁶⁴ *Historia Logicae*, liv. II, cap. 1.

⁶⁵ Ver Christian Thomasius, *Cautelae*, cap. 10, § 9.

nec ullus qui libere iudicet, post longum examen hucusque potuit intelligere. 3. Videtur etiam quibusdam libertatem tollere, cum caussas occasionales inducit, et motiones omnes animi et corporis Deo tribuit. Verumtamen plurima tolerabiliorem^[1] sensum habere posse, uiri doctissimi existimarunt.⁶⁶ 4. Potius in uitandis erroribus, quam in inquirenda ueritate cogitationes suas defixit. 5. Etiam in eo requirunt perfectum artis criticae corpus.

CAPVT VII

De utilioris logicae instauratione

Haec erant tantum rudimenta emendationis logicae. At postea quam eclectica physiologia uergente XVII saeculo obtinuit, non defuere etiam qui logicam libero iudicio tractarent, et ab omni liberarent seruitute; quod nostro^[2] hoc saeculo maxime^[3] inualuit. Horum princeps est Iohannes Lockius Anglus, mortuus^[4] anno MDCCIII. Quatuor is libros de hoc argumento Anglice edidit anno MDCXCIII, quos Petrus Coste in Gallicum sermonem transtulit,^[5] hoc titulo, *Essai de l'entendement humain*, quasi dicas *Tentamen de Mente Humana*. Burridgius uero Latine conuertit.

Primo libro docet ideas omnes uel per sensus haberi, uel meditatione ex iis quae sensibus^[6] adquiruntur, deriuari. 2. Ostendit minutatim quomodo quaelibet idea comparetur.^[7] 3. De uocibus earumque proprietatibus disputat, ubi critice diligenter^[8] exponit. 4. De humana cognitione generatim et particulatim: de ueritate, ratione, fide, et his similibus fuse pertractat.

[26] Hic auctor non nisi ab experientia et meditatione philosophandum^[9] esse statuit, quibus ducibus non paenitendos progressus in philosophica uestigatione fecit. Diligenter siquidem odoratur uires humanae mentis. Summo acumine rerum caussas rimatur; et^[10] plurima aliis non obseruata, aut negligenter tacta dilucidat. Via ac ratione cogitata sua declarat, ac perspicue, quod docet, exponit. Tum demum ingenue, uti decet philosophum, quae ignorat, prae se fert, decipit neminem. Quod tantum laudis habeat in homine, qui de re logica et physica disputat, dicant ii qui hisce studiis uitam agunt, et, ne indocti iudicentur,^[11] perpetuo contendunt et altercantur. Primus certe, ut mihi uidetur quidem, Iohannes Lockius docuit logicos non erubescere confiteri se multa nescire, eisque persuasit esse quamdam doctam ignorantiam, sapientiusque esse quaedam nescire, quam scire.

⁶⁶ Leibnizius aliique.

^[1]tolerabiliorem *R²LNV*] commodiorem *R¹* ^[2]nostro *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[3]maxime inualuit. *R²LNV*] inualuit praesertim. *R¹* ^[4]mortuus anno MLCCIV *om.* *R¹* ^[5]transtulit *R²LNV*] uertit *R¹* ^[6]sensibus ... deriuari. *R²LNV*] per sensus ingrediuntur, deduci. *R¹* ^[7]comparetur. *R²LNV*] adquiratur. *R¹* ^[8]diligenter exponit. *R²LNV*] exponit diligenter. *R¹* ^[9]philosophandum ... statuit *R²LNV*] philosophari oportere constituit *R¹* ^[10]et plurima ... dilucidat. *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[11]iudicentur ... altercantur. *R²LNV*] uideantur, rixantur perpetuo. *R¹*

compreendê-lo após longo exame deste assunto; 3. parece também a alguns que ele suprime a liberdade ao propugnar as causas ocasionais e ao atribuir a Deus todos os movimentos do espírito e do corpo, ainda que varões muito doutos sejam de opinião que muitas das suas doutrinas podem ter um sentido mais admissível;⁶⁶ 4. estabeleceu os seus pensamentos mais para evitar os erros do que para investigar a verdade; 5. e também se exigiria nele um tema conclusivo sobre a arte crítica.

CAPÍTULO VII

A instauração de uma lógica mais útil

Os assuntos atrás referidos eram apenas os rudimentos acerca da correcção da lógica. No entanto, após ter prevalecido a física ecléctica nos finais do século XVII, não deixou de haver quem se dedicasse à lógica com juízo isento e a libertasse de toda a servidão, o que se intensificou sobretudo no século actual. O principal dos autores foi o inglês John Locke, falecido em 1704. Ele publicou em inglês sobre esta matéria quatro livros no ano de 1694, tendo sido vertidos para francês por Pierre Coste, com o título de *Essai de l'entendement humain*, ou, como se eu dissesse, *Ensaio sobre a Mente Humana*. A obra foi traduzida para latim por Burridge.

O primeiro livro ensina que todas as ideias se obtêm ou por meio dos sentidos ou procedem por reflexão das que são adquiridas por meio dos sentidos. O segundo expõe pormenorizadamente como se adquire cada uma das ideias. O terceiro discorre sobre as palavras e as suas propriedades, apresentando uma exposição cuidadosa e crítica. O quarto estuda genérica e circunstanciadamente o conhecimento humano, e, com maior desenvolvimento, a verdade, a razão, a fé e assuntos semelhantes.

[26] Este autor considera dever-se apenas filosofar com base na experiência e na reflexão, tendo obtido por meio delas progressos na investigação filosófica, dos quais não haveria de se arrepender. Na verdade, ele explora escrupulosamente as capacidades da mente humana, examina com suma grandeza de espírito as causas das coisas e esclarece muitas matérias não consideradas por outros ou tocadas ao de leve negligentemente. Ele também exprime com método e com ordem os seus pensamentos e expõe com clareza o que ensina. Por último, ele declara abertamente, como é próprio de um filósofo, o que desconhece, não induzindo ninguém em erro. Deste modo, de quanto aplauso é digno um homem como este que discorre sobre a lógica e a física, digam-no aqueles que passam a vida nestes estudos e que para não serem considerados ignorantes disputam e altercam perpetuamente. Sem dúvida, como a mim me parece, John Locke foi o primeiro que ensinou os lógicos a não terem pejo de confessar desconhecerem muitas coisas, persuadindo-os de que existe uma certa douda ignorância e de que é mais sensato ignorar certas coisas do que conhecê-las.

⁶⁶ Leibniz e outros.

Verum, quae est humanae mentis infirmitas,^[1] ipse, qui reliquis uiam recte iudicandi sternit, arguitur^[2] in nonnullis: 1. Sunt^[3] qui hominem accusent, quod magno uerborum ambitu res nullius usus in inuestigatione ueri explicet, nec semel eadem dicat. Verum haec excusatione non carent, praesertim si reputemus Lockium sibi proposuisse, praeiudicatas sententias Cartesianorum et Gassendianorum, quae latissime mentes tenebant, euertere. 2. Etiam ei uitio dant, quod mentem et uoluntatem non bene exposuerit. 3. Quod hominis libertatem male explicarit. 4. Quod hominis a bestia dissimilitudinem haud recte statuerit. Quae si uera sunt, ut sunt, merito suo in proscriptorum librorum numero ponendus est, et non nisi cum uenia memorandus.⁶⁷

Ex Lockiana disciplina Iohannes Clercius magnus^[4] philosophus exstitit, etiamsi^[5] ex *Arte Cogitandi*, et Malebranchio etiam profecerit. Primus hic iudicandi praecepta iusto uolumine comprehendit, anno^[6] MDCXCVI primum uulgato, postea uero auctius, quam *Artem Criticam* inscripsit. Praeterea edidit logicam, ubi primo de ideis, post de iudicio, et propositione deinde de methodo, postremo de argumentatione disserit.

[27] Laudatur primum, quod rem et logicam et criticam acri iudicio perspicue^[7] et breuiter explanauerit. Quod inutilitatem plurium regularum logices ostenderit. Quod^[8] de inuenienda ueritate quaedam utiliter praescripserit. Quod exemplis omnino utilibus aliqua praecepta illustrarit. Accusatur tamen his rationibus: 1. In^[9] explicandis ideis et propositionibus, ea ex scholasticis desumit^[10] quae necessaria non sunt. 2. Reconditam^[11] eruditionem adfectat, ea ex ueteribus sumens exempla quae tirones non intelligunt. 3. Tam in logica quam in critica consulto^[12] quaerit exempla quibus Romanam ecclesiam uellicare, et uelit nolit ad inuidiam adducere possit. In^[13] quibus logicus ipse et satis oculatus, tamen ex nimio contradicendi studio non modo contra regulas uulgatas, sed, quod miremini, contra suas etiam saepissime peccat, ea maxime^[14] pro exploratis ponens quae in quaestione sunt. 4. Sunt qui in eo reprehendant, quod Criticam et Logicam duplici uolumine explicarit, quod tamen alii uiri docti laudarunt, maxime qui eius mentem penitus perspexerunt. Quae si demas, non temere aliquem ex recentioribus cum Clercio conferas.

Idem^[15] paene institutum tenuit Mariotte Gallus, uir doctus^[16] sane et scriptis suis physicis orbi litterario bene notus. Logicam hic Gallice edidit anno^[17] MDCLXXVIII,

⁶⁷ Sapientius ceteris quaedam notauit in Lockio Christ. Thomasius, *Cautelae*, cap. X, § 13; adde^[18] Walchium *loc. cit.*, p. 672.

^[1]infirmitas *R²LNV*] condicio *R¹* ^[2]arguitur *R²LNV*] reprehenditur *R¹* ^[3]1. Sunt ... statuerit. *R²LNV*] pro Sunt qui ... miscuerit. *R¹*: *vd. infra Annexum III.* ^[4]magnus *R²LNV*] summus *R¹* ^[5]etiamsi *R²LNV*] tametsi *R¹* ^[6]anno ... auctius *R²LNV*] *om. R¹* ^[7]perspicue ... explanauerit. *R²LNV*] tam accurate, perspicue et polite explicarit ut nemo magis. *R¹* ^[8]Quod ... rationibus. *R²LNV*] Reprehenditur in hoc. *R¹* ^[9]In *R²LNV*] Quod *R¹* ^[10]desumit *R²LNV*] desumit et admiscet *R¹* ^[11]Reconditam *R²LNV*] Veterem et reconditam *R¹* ^[12]consulto *R²LNV*] ea *R¹* ^[13]In quibus ... sunt *R²LNV*] pro Quod ipsum ... uitare. *R¹*: *vd. infra Annexum IV.* ^[14]maxime ... perspexerunt *R²LNV*] *om. R¹* ^[15]Idem *R²LNV*] Eudem *R¹* ^[16]doctus sane *R²LNV*] doctissimus *R¹* ^[17]anno MDLXXVIII *R²LNV*] *om. R¹* ^[18]adde *R²LNV*] Vide etiam *R¹*

No entanto – dada a inconstância da mente humana –, ele próprio, que aplanou aos outros o caminho para ajuizar com segurança, foi por vezes censurado: 1. há quem o acuse pelo facto de na investigação da verdade expor com grande rodeio de palavras matérias sem nenhuma importância e por não afirmar uma única vez as mesmas coisas (contudo, isto não necessita de ser desculpado, sobretudo se considerarmos que Locke se propôs demolir as opiniões preconcebidas dos cartesianos e dos gassendistas, que haviam seduzido largamente as mentes); 2. também lhe atribuem o erro de não ter explicado devidamente a natureza do espírito e da vontade; 3. e ainda de ter justificado insuficientemente a liberdade humana; 4. e de não ter estabelecido convenientemente a distinção entre o ser humano e a besta. Se tudo isto é verdadeiro, como é realmente, pela sua conduta a sua obra deve ser posta no rol dos livros proscritos e apenas mencionada com benevolência.⁶⁷

Dentro do sistema lockeano, salienta-se o grande filósofo John Clerk, embora ele tenha também tirado proveito de *A Arte de Pensar* e de Malebranche. Em primeiro lugar, ele incluiu num volume peculiar os preceitos de ajuizar, primeiramente publicado no ano de 1696 e posteriormente aumentado, ao qual atribuiu o nome de *Ars Critica*. Além disso, ele editou uma lógica, em que discorre em primeiro lugar sobre as ideias, depois sobre o juízo e a proposição, a seguir sobre o método e, por fim, sobre a argumentação.

[27] Ele deve ser elogiado antes de mais por explicar os assuntos, tanto da lógica como da crítica, com juízo penetrante, com clareza e com brevidade; por evidenciar a inutilidade de muitas regras da lógica; por estabelecer certas coisas úteis para a investigação da verdade; por esclarecer alguns preceitos com exemplos muitíssimo úteis. Ele deve, porém, ser criticado pelas seguintes razões: 1. na exposição das ideias e das proposições adopta dos escolásticos coisas desnecessárias; 2. procura mostrar uma erudição recôndita, servindo-se de exemplos dos antigos que os principiantes não entendem; 3. tanto na lógica como na crítica, procura deliberadamente exemplos com os quais possa denegrir a Igreja Romana e, quer queira quer não, causou antipatia contra si; nestas matérias, este lógico, embora muito esclarecido, em virtude da veemência desmedida em replicar, peca não apenas contra as regras comuns, mas também muitíssimas vezes, com grande espanto nosso, contra as suas próprias regras, considerando como totalmente investigado o que estava em questão; 4. há quem o censure por expor em dois volumes diferentes a crítica e a lógica, o que, no entanto, outros varões doutos elogiaram, sobretudo os que examinaram em profundidade o seu pensamento. Se não tivermos em consideração estas coisas, dificilmente podemos comparar algum dos modernos com Clerk.

Persistiu quase no mesmo propósito o francês Mariotte, varão realmente douto e muito conhecido no orbe literário pelos seus escritos sobre a física. Ele publicou

⁶⁷ Christian Thomasius censurou mais sabiamente que os outros certa matérias em Locke, *Cautelae*, cap. 10, §13. Ver ainda Walch, *loc. cit.*, p. 672.

hoc titulo *Essai de Logique*, hoc est *Tentamen Logicum*, quam^[1] in duas partes diuidit. In prima parte propositiones quaedam continentur uel euidentis, uel certae, quae uel regulas ostendunt^[2] recte ratiocinandi, uel sunt ueluti bases in quibus Physica et Moralis disciplina fundatur. In altera uia sternitur, cuius ope ex praedictis propositionibus aliae colligantur^[3] quibus scientiae augeantur et illustrentur. Ac primum de modo res clare disputandi explicat. Deinde docet^[4] quo pacto principia inueniantur quibus propositione dubiae confirmentur. Ad^[5] haec de modo argumentationes componendi.^[6] Postremo loco de sophismatis et eorum caussis pertracta.

Quaedam in homine celebrantur.^[7] 1. Studium eclecticae logicam poliendi. 2. Quod breuiter^[8] et clare sensa sua exponat. 3. Quod geometrica methodo ea contextat. 4. Quod logicam non nuda contemplatione definiat, sed ad usum conuertat, ac utilitatem disciplinarum. 5. Quod exemplis nimis multis res, quas tangit^[9], illustret.

[28] Subaccusatur^[10] tamen multis de caussis. 1. Logicam suam ad physicam illustrandam tantum conformat. 2. De ueritate probabili et arte critica non agit.^[11] 3. Non^[12] docet quo modo ueritatem certam in omnibus persequamur. 4. Nec^[13] etiam modum tangit ueritatem cum aliis communicandi. 5. Saepissime exemplis e sublimiori et intricatiori mathesi ductis res^[14] inuoluit magis quam explicat; nec id solum, sed etiam addit problemata quaedam physica explicatu difficilia, idque magno tironum incommodo. 6. Viam recte ratiocinationes fabricandi^[15] confuse satis pertractat. 7. Errorum caussas exponens, eas, quae a sensibus oriuntur, enumerat tantum, ceteras ne tangit quidem. In iis autem exponendis adiungit quaedam^[16] quae cum puriori physica non cohaerent.

Quod in Anglia Lockius, in^[17] Belgio ac in Gallia Clercius et Mariotte, id ipsum in Germania uiri clarissimi hoc saeculo praestiterunt, ut inducendae^[18] et confirmandae eclecticae philosophiae, logicae praesertim, operam nauarent. Ac primum Christianus Thomasius uir doctissimus, qui anno MDCCXXVIII. Halae denatus est, edita^[19] *Introductione ad Philosophiam Aulicam* anno^[20] MDCLXXXVIII. Logicam a naeuus et erroribus, quibus eam scholastici, uel Cartesiani infuscauerant, liberauit; atque a seruitute, quam seruiuerat, in libertatem uindicauit. Quod illi feliciter successit. Itaque multa egregia docet,^[21] nisi quod in historia philosophica interdum caespitat.

Deinde uulgauit *Introductionem in Philosophiam Rationalem*, maxime^[22] ex Recentioribus collectam, in qua planam se, sine syllogistica, cogitandi et ratiocinandi

^[1]quam *R²LNV*] Hanc *R¹* ^[2]ostendunt *R²LNV*] praeferunt *R¹* ^[3]colligantur *R²LNV*] deducantur *R¹* ^[4]docet *R²LNV*] exponit *R¹* ^[5]Ad haec *R²LNV*] Deinde *R¹* ^[6]componendi. *R²LNV*] compingendi. *R¹* ^[7]celebrantur. *R²LNV*] laudantur. *R¹* ^[8]breuiter et clare *R²LNV*] clare et breuiter *R¹* ^[9]tangit *R²LNV*] adducit *R¹* ^[10]Subaccusatur *R²LNV*] Reprehenditur *R¹* ^[11]agit. *R²LNV*] disputat. *R¹* ^[12]Non docet ... persequatur. *R²LNV*] Veritatem certam quo modo in omnibus persequatur, non explicat. *R¹* ^[13]Nec ... communicandi. *R²LNV*] Modum ueritatem cum aliis communicandi non tangit. *R¹* ^[14]res ... addit *R²LNV*] res obscuras potius quam inlustrat, interdum admiscet *R¹* ^[15]fabricandi *R²LNV*] compingendi *R¹* ^[16]quaedam *R²LNV*] non nulla *R¹* ^[17]in Belgio *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[18]inducendae *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[19]edita *R²LNV*] fine superioris saeculi edita *R¹* ^[20]anno MDCLXXXVIII *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[21]docet *R²LNV*] exhibet *R¹* ^[22]maxime ex Recentioribus *R²LNV*] ex ueteribus et recentioribus *R¹*

uma lógica em língua francesa no ano de 1678, intitulada *Essai de logique*, isto é, *Ensaio de Lógica*, que dividiu em duas partes. A primeira parte é constituída por certas proposições, tanto evidentes como dotadas de certeza, que ou manifestam as regras de raciocinar convenientemente ou se apresentam como se fossem bases em que se fundamentam as disciplinas da Física e da Moral. Na segunda parte, ele aplanava o caminho por meio do qual, com base nas referidas proposições, são inferidas outras, com as quais as ciências se desenvolvem e esclarecem. Primeiramente, ele expõe o modo de discorrer com clareza sobre as coisas; em seguida, ensina como se conhecem os princípios com os quais se confirmam as proposições duvidosas e, após isso, como se constroem as argumentações; por último, examina com atenção os sofismas e as causas dos erros.

Devem exaltar-se certas coisas neste autor: 1. pelo empenho em aperfeiçoar a lógica eclética; 2. por expor com brevidade e clareza os seus pensamentos; 3. por associá-los ao método geométrico; 4. por não restringir a lógica a uma simples contemplação intelectual, mas transformando-a para uso e utilidade das ciências; 5. por esclarecer com muitos exemplos os assuntos que expõe.

[28] Contudo, ele deve ser levemente criticado por muitos motivos: 1. escreve a sua lógica apenas para esclarecer a física; 2. não se ocupa da verdade provável e da arte crítica; 3. não ensina como investigamos a verdade certa em todas as coisas; 4. não discorre sobre o modo de transmitir a verdade aos outros; 5. muitíssimas vezes, mais obscurece os assuntos com exemplos extraídos da mais profunda e intrincada astrologia do que os explica; e não apenas isso, pois também acrescenta certos problemas de física difíceis de serem explicados, com enorme dano para os principiantes; 6. expõe muito confusamente o modo de construir convenientemente os silogismos; 7. ao apresentar as causas dos erros, menciona apenas as que têm origem nos sentidos, não discorrendo sobre as outras; e àquilo que refere acrescenta certos temas que não são coerentes com a física mais genuína.

Se sobressaíram Locke na Inglaterra, Clerk e Mariotte na Bélgica e na França, o mesmo sucedeu no século actual na Alemanha com varões muitos ilustres, que se dedicaram a desenvolver e a consolidar a filosofia eclética, sobretudo a lógica. O primeiro deles foi Christian Thomasius, um varão muito douto, falecido em Halle no ano de 1728, que publicou uma *Introductio ad Philosophiam Aulicam* em 1688. Ele libertou a lógica das incorrecções e dos erros com que a tinham adulterado os escolásticos e os cartesianos, e por isso da servidão a que estava sujeita, o que a ela sucedeu afortunadamente. Deste modo, ele ensina coisas notáveis, se bem que por vezes tropece na história filosófica.

Além disso, ele publicou uma *Introductio in Philosophiam Rationalem*, baseada sobretudo nas doutrinas dos modernos, na qual declara abertamente transmitir, sem a silogística, a ciência de pensar e raciocinar para a descoberta da verdade, declarando também existir um meio termo entre a lógica cartesiana, a peripatética e a epicurista. Por fim, ele acrescenta a esta obra a *Praxis Philosophiae Rationalis*, em que expõe o modo de investigar e de transmitir a verdade. Certamente que este

prudenciam ad^[1] uerum inueniendum tradere proficitur; atque inter logicam Cartesianam, Peripateticam et Epicuream medium tenuisse prae se fert. Cui^[2] addidit demum *Praxin Philosophiae Rationalis*, in qua de methodo et inueniendae et communicandae ueritatis explicat. Sane illustris auctor, qui in omni uarietate eruditionis excellebat, ea tradit quae logicae poliendae et augendae opitulari possunt, et^[3] multa tum noua, tum noue dicta scite et conuenienter adiungit; et systema quoddam logicae nouum condit. Videtur tamen doctorum potius, quam tironum, gratia huiusmodi libros composuisse.^[4] Attamen libere philosophandi studium uehementer accendit.

[29] Thomasio iungo Andream Rudigerum Germanum, defunctum^[5] anno MDCCXXXI. Hic initio nostri^[6] saeculi edidit *Philosophiam Syntheticam*, ubi multorum errata detexit et confutauit. Deinde libellum *De Sensu Veri et Falsi*, in quo artem logicam noua methodo explanauit,^[7] et se primum omnium ratiocinationem mathematicam et philosophicam accuratissime distinxisse prae se fert.

Negare non possumus Rudigerum esse uirum doctum, acutum, et qui multa utilia et noua in hoc libro exposuit quae alibi difficulter quaesiueris. Tamen si quid iudicare possumus, existimamus eum tironibus parum prodesse: doctis esse utilem qui certa ab incertis ualeant separare. Nam illud nouandi studium, et a trita uia recedendi, quo Rudigerus agebatur; quin obscuram disputationem faciat et hominem fundere ineptias cogat saepissime, fieri non potest. Quod ipsum in Rudigero notamus, qui^[8] ea de caussa in singulis philosophiae editionibus et sententias et uiam ratiocinandi saepe mutauit, sed meliora non dedit.^[8]

Idem iudicium facio de Ioan. Iac. Syrbio, qui et *Institutiones Philosophiae Rationalis eclecticae*, et *Synopsis*^[9] *Philosophiae Rationalis* diuulgauit Ienae MDCCXX, in quibus logicam et metaphysicam luculenter pertractat. Idem de Nicolao Hieronymo Gundlingio, qui edidit *Viam ad Veritatem Logicam, Ethicam, et Iuris Naturalis*. Idem de Ioanne Francisco Buddeo, qui^[10] anno MDCCIII Halae emisit *Instrumentalis Philosophiae Elementa*, in quibus de inuenienda, interpretanda et tradenda ueritate^[11] breuiter, sed accurate disputat. Idem^[12] de ceteris qui per id tempus floruerunt, et scriptis suis aliquod sibi nomen fecerunt. Hi enim homines, ut^[13] ingenio, iudicio, ac doctrina^[14] philosophica pollerent et philosophiam eclecticam in Germania mirandum in modum amplificarent, tamen cum sibi proposuissent noua systemata condere, ea aliquando obruserunt, quae nullius sunt usus, et lectorem non tironem, sed in

⁶⁸ Alia eruditorum iudicia habes in *Historia Litteraria Nostrae Aetatis*, Part. VI, art. 2.

^[1]ad uerum inueniendum *R²LNV*] *om. R¹* ^[2]Cui ... explicat. *R²LNV*] *om. R¹* ^[3]et multa ... condit. *R²LNV*] *om. R¹* ^[4]composuisse. *R²LNV*] scripsisse. *R¹* ^[5]defunctum anno MDCCXXXI *R²LNV*] *om. R¹* ^[6]nostri *R²LNV*] praesentis *R¹* ^[7]explanauit ... distinxisse *R²LNV*] tradidit et differentes ratiocinandi uias accurate se distinxisse *R¹* ^[8]qui ... non dedit] *R²LNV*] *om. R¹* ^[9]*Synopsis Philosophiae Rationalis R²LNV*] alias *Institutiones R¹* ^[10]qui ... emisit *R²LNV*] qui scripsit *R¹* ^[11]breuiter ... disputat. *R²LNV*] disputat accurate. *R¹* ^[12]Idem ... fecerunt. *R²LNV*] *om. R¹* ^[13]ut *R²LNV*] tametsi *R¹* ^[14]doctrina *R²LNV*] recondita doctrina *R¹*

autor ilustrado, que se distinguiu em toda a espécie de saber, ensinou as matérias que podem servir de auxílio no aperfeiçoamento e no desenvolvimento da lógica, acrescentando também com destreza e adequadamente muitos temas, tanto inéditos como expostos com inovações, tendo por isso estabelecido um novo sistema de lógica. Parece, porém, que ele escreveu aquelas obras sobretudo em proveito dos doutos e não dos principiantes. Contudo, ele estimulou com empenho o desejo de filosofar livremente.

[29] Acrescento a Thomasius o alemão André Rudiger, falecido no ano de 1731. No início do século actual, ele publicou uma *Phylosophia Synthetica*, em que expõe e refuta os erros de muitos autores. Escreveu, além disso, o opúsculo *De Sensu Veri et Falsi*, em que desenvolve com um novo método a arte lógica e declara ter sido o primeiro que distinguiu com muita diligência o raciocínio matemático do filosófico.

Não posso recusar que Rudiger foi um varão douto e penetrante, tendo exposto nesta última obra matérias úteis e desconhecidas que dificilmente se poderão encontrar noutro lugar. Contudo, tanto quanto posso concluir, considero que a obra aproveita muito pouco aos principiantes, tendo apenas utilidade para os doutos, que levam vantagem em distinguir o certo do duvidoso. Com efeito, não pode ser apreciada a paixão de inovar e o modo habitual de bater em retirada com que Rudiger procede, e, ainda mais, de tornar as disputas obscuras e de coagir muitíssimas vezes as pessoas a proferir inépcias. É isso que censuro em Rudiger e também o facto de ele ter alterado muitas vezes em cada edição da obra filosófica não apenas as opiniões, mas também o modo de raciocinar, não expondo, no entanto, algo mais útil.⁶⁸

Estabeleço o mesmo parecer sobre Jean-Jacques Syrbius, que publicou em Jena, em 1720, umas *Institutiones Philosophiae Rationalis Eclecticae* e uma *Synopsis Philosophiae Rationalis*, em que examina muito bem a lógica e a metafísica. E também sobre Nicolau Jerónimo Gundling, que editou uma *Via ad Veritatem Logicam, Ethicam et Iuris Naturalis*. E ainda sobre Ioannes Franz Budde, que no ano de 1703 publicou em Halle a obra *Instrumentalis Philosophiae Elementa*, em que discorre com brevidade, mas com diligência, acerca da investigação, da explicação e da transmissão da verdade. E ainda sobre outros que floresceram na mesma época e que adquiriram renome pelos seus escritos. No entanto, estes autores, tendo, embora, sobressaído no talento, no discernimento e na doutrina filosófica, e tendo desenvolvido grandemente a filosofia ecléctica na Alemanha, contudo, por se haverem proposto estabelecer novos sistemas, inculcaram por vezes doutrinas que não têm nenhuma utilidade e que requerem um leitor que não seja principiante, mas algo experimentado na leitura dos antigos, embora entre esses autores Budde seja muito mais sensato que os outros e até mais eminente.

⁶⁸ Encontram-se outras opiniões de pessoas instruídas em *Historia Litteraria Nostrae Aetatis*, 6ª parte, art. 2.

ueterum lectione haud parum exercitatum, requirunt; quamquam^[1] in his moderatior multo ceteris, immo et utilior sit Buddeus.

Hos sequitur Christianus Wolfius Germanus, magnum [30] nomen. Scripsit logicam Germanica lingua, quae in Gallicum et Italicum sermonem translata est, et quam plurimis in locis auctam et emendatam postea Latinam fecit. Profecto Wolfius est uir subtilissimus^[2] et ingeniosi auctor systematis. Quod uero ad Logicam attinet, hac in eo celebrantur:^[3]

1. Nemo homo accuratiores uocabulorum definitiones dedit.^[4] 2. Nemo ueritates acutius detexit. 3. Nemo clarius demonstrauit, et methodo quae ad Mathematicam magis accedat.

Reprehenditur tamen his nominibus: 1. Artem inueniendi et^[5] scientiam probabilium a Logica separauit; Criticam perfectam non dedit. 2. Minutarum^[6] ac inutilium rerum demonstrationes fuse^[7] conglutinauit. 3. Exemplis^[8] e grauioribus disciplinis sumtis sententias^[9] suas confirmat, quod tantum abest ut illustret, ut res potius obscuret. Ex nimio algebrae studio barbaras uoces et barbaram conformatas in^[10] logicam introduxit. 5. Eodem uitio laborat quo reliqui, qui mathematicis studiis nimium sunt addicti, uidelicet ea methodo et eo sermone uti, qui ab usu familiari hominum alienus est, adeo^[11] ut ad imbuendos tirones prorsus inutilis uideatur. 6. Potius in uocabulis, quam in cogitationibus regendis, operam consumpsit. Logica uero uulgata lingua conscripta multo, mea quidem sententia, instituendis^[12] tironibus est accommodatior. Quod^[13] idem de immensa illa serie Wolfianorum iudicium faciendum est. Nisi quod recentissimi quique, maxime qui Gallice scripserunt, ueluti Ioannes des Champs, non breuiore modo, sed clariore magistro sunt.

Postremo Ioannes Petrus de Crosa nominandus est, qui Gallice logicam scripsit hoc titulo *Système*^[14] *de réflexions*, anno MDCCXII, quam deinde Latine edidit castigatam. Hic auctor laudem habet, quod omnia quae ad logicam et criticam requiruntur, disputauerit. Arguitur^[15] tamen: 1. Quod plurimis uerbis res admodum claras explicat: saepe eadem repetit. 2. Quod inutilia adiungit quae negotium obscurant. 3. Quod sensa^[16] sua, quo eruditus uideatur, adfectatis periodis obuoluit,^[17] adeo etiam Latine scientibus est obscurus, nec patienter legi potest. Quare prouectoribus, non tironibus, accomodatam esse censemus.

Non numero hoc loco eos qui sibi persuasere praecepta logices ex principiis mathematicis esse ducenda, et ad [31] id conficiendum libros nonnullos ediderunt quorum in numero sunt Tschirnausenius, Leibnizius aliique. Satis enim exploratum

^[1]quamquam ... Buddeus. *R²LNV*] om. *R¹* ^[2]subtilissimus *R²LNV*] incomparabilis *R¹* ^[3]celebrantur. *R²LNV*] laudantur. *R¹* ^[4]dedit. *R²LNV*] tradidit. *R¹* ^[5]et scientiam probabilium *R²LNV*] om. *R¹* ^[6]Minutarum ac inutilium *R²LNV*] Minutissimarum *R¹* ^[7]fuse *R²LNV*] inutiliter *R¹* ^[8]Exemplis ... suas *R²LNV*] Exemplis depromtis *R¹* ^[9]sententias suas *R²LNV*] cogitata sua *R¹* ^[10]in logicam *R²LNV*] om. *R¹* ^[11]adeo ut *R²LNV*] adeo ut ad id quod cupit, scilicet *R¹* ^[12]instituendis *R²LNV*] imbuendis *R¹* ^[13]Quod ... sunt. *R²LNV*] om. *R¹* ^[14]*Système* ... MDCCXII *R²LNV*] quatuor codicibus *R¹* ^[15]Arguitur *R²LNV*] Reprehenditur *R¹* ^[16]sensa sua *R²LNV*] sua cogitata *R¹* ^[17]obuoluit *R²LNV*] obscurat *R¹*

Vem depois destes o alemão Christian Wolff, um autor de grande renome. [30] Ele escreveu a lógica em língua alemã, que foi traduzida para francês e para italiano, tendo-a posteriormente aumentado e corrigido em língua latina. Sem dúvida, Wolff é um varão subtilíssimo e um hábil inventor de sistema. No que diz respeito à lógica, elogiamo-lo pelo seguinte: 1. ninguém apresentou definições de vocábulos mais consistentes; 2. ninguém descobriu as verdades de forma mais penetrante; 3. ninguém demonstrou com maior clareza e melhor método o que mais condiz com a matemática.

Ele deve, no entanto, ser criticado por estes motivos: 1. separou da lógica a arte da descoberta dos argumentos e a ciência dos prováveis e não expôs uma arte crítica conclusa; 2. reuniu amplamente demonstrações sobre assuntos vulgares e supérfluos; 3. confirmou as suas doutrinas com exemplos colhidos das disciplinas mais severas, o que estava tão longe de esclarecer os assuntos que antes os tornava obscuros; 4. incluiu demasiados termos bárbaros no estudo da álgebra, barbaramente conformados também à lógica; 5. incorre no mesmo erro dos que se dedicam excessivamente aos estudos matemáticos, sem dúvida por se servir de um método e de uma linguagem inadequados ao uso doméstico dos seres humanos, a ponto de parecerem totalmente inúteis para instruir os principiantes; 6. consome o tempo sobretudo com vocábulos e não em dispor os seus pensamentos. Na verdade, no meu parecer, a lógica escrita em linguagem vulgar é muito mais apropriada para ensinar os principiantes. Deve ajuizar-se de modo idêntico acerca das inumeráveis conexões dos wolffianos, ainda que alguns modernos – sobretudo os que escreveram em francês, como Jean Deschamps – tenham sido não apenas mais concisos, mas também mais esclarecidos que o mestre.

Finalmente, deve mencionar-se João Pedro de Crosa, que escreveu em francês no ano de 1712 uma lógica intitulada *Système de réflexions*, que posteriormente publicou, corrigida, em latim. Este autor é digno de aplauso por ter recorrido sobre todas as matérias exigidas pela lógica e pela crítica. Deve porém, censurar-se: 1. por expor, servindo-se de muitas palavras, assuntos extremamente evidentes, repetindo muitas vezes as mesmas coisas; 2. por acrescentar muitos temas inúteis que obscurecem o assunto; 3. por dissimular o seu pensamento com período rebuscados para parecer mais erudito, sendo ainda de tal modo obscuro para quem sabe latim que apenas pode ler-se com indulgência. Julgo por isso não ser ele apropriado para as pessoas mais prolectas ou para os principiantes.

Não refiro neste lugar os que se persuadem de que os preceitos da lógica devem inferir-se dos princípios da matemática, [31] tendo eles publicado alguns livros para expor isso. Entre eles, devem referir-se Tschirnhausen, Leibniz e outros. Está suficientemente investigado por todos os que podem ajuizar acerca destes autores que eles, embora sobressaíam pela agudeza de espírito e por uma erudição recôndita e estejam acostumados a reflectir intensamente, contudo, foram induzidos a adoptar esse parecer em virtude de opiniões preconcebidas e pensaram, com excessiva dedicação à matemática – opondo-se à própria experiência –, que apenas poderia

est omnibus, qui de^[1] his iudicare possunt, huiusmodi homines, etiamsi^[2] acumine et eruditione recondita ualere multa^[3] meditatione essent subacti, nihilominus praeiudicatis opinionibus suis in hanc sententiam fuisse impulsos, atque ex nimio mathesis amore existimasse, experientia ipsa refragante, non nisi ex mathematicis principiis ad philosophicas disciplinas, immo ad omnes uitae partes lucem deriuari posse; nec nisi ea methodo adiutum^[4] posse hominem res, ut sunt, percipere^[5] Quibus ego possum alios opponere hisce litteris bene eruditos, et^[6] anticipatis iudiciis uacuos, qui e contrario sentiunt, et nimiam religionem illorum^[7] exagitant.

Ac de logica quidem ab initio usque ad nostra^[8] tempora hucusque. Ex^[9] quo fit notum quibus illa gradibus a summa humilitate ad apicem illum, in quo eam regnare demiramur, peruenerit. Nobis haec pauca adnotasse satis fuerit. Plures minorum gentium logicos nominare possemus,⁶⁹ sed propositi memores finem facimus disputandi.⁷⁰ Postulamus autem ab iis qui haec in manus sument, ut uiris litteratissimis, quos praetereuntes nominauimus, uel breuiatis causa omisimus, eruditionis et ingenii laudem, uel nobis monentibus, adtribuunt.

Vnum praetermittere non possumus quin adolescentes moneamus, nimirum plures eorum, quos laudauimus, scriptores, et non nihil adiumenti Logicae disciplinae adtulisse confirmauimus, esse haereticos; nec nisi, si per leges licuerit, idque caute, legendos esse. Nec tamen aegre nos eorum lectione caremus. Nam quidquid iidem boni cogitarunt, id [32] uiri non nulli catholici scriptis suis admiscuerunt. Nos tamen unosquosque nominauimus, primo ut logicae historiam non mutilam texeremus,^[10] deinde ut uiris doctis, quibus tantum esset^[11] otii, ut lucubrationes nostras peruoluerent, fidem nostram probaremus, ea auctoribus suis uindicantes, a quibus accepimus.

Cum haec formis aeneis uellem describere, quae aliquot ante annis conscripseram, forte quadam legi artem logicam uiri doctissimi Antonii Genuensis, in Neapolitana Academia professoris Philosophiae, quam ipse haud ita pridem discipulorum commodo uulgauit. Doleo^[12] me hominis logicam antea non uidisse,^[13] multo enim labore me leuasset, quem quidem exanclauis rebus quibusdam examinandis; quippe qui legendis illius libris, duo, quae nobis exciderant, ex^[14] ipsius sententia emendauimus.

⁶⁹ Legatur Stollus, Walchius, Struuus, alii qui recentiores logicos fuse^[15] percensent.

⁷⁰ Propositum nobis fuit ab eclecticis, qui adhuc in uiuis sunt, censendis et examinandis, quoad eius fieri potuit, abstinere: cum quia ex iis, quae de antesignanis diximus, facile iudicium fieri potest; pauca enim, ut mihi uidetur quidem, mutarunt, tum etiam ne aliquid aut gratiae, aut similitati dare uideremur. Rectius et incorruptius posterius iudicabunt.

^[1]de his ... possunt *R²LNV*] libere iudicauerunt *R¹* ^[2]etiamsi *R²LNV*] tametsi *R¹* ^[3]multaque *R²LNV*] tum etiam *R¹* ^[4]adiutum *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[5]percipere. *R²LNV*] intelligere. *R¹* ^[6]et ... uacuos *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[7]illorum *R²LNV*] horumce *R¹* ^[8]nostra tempora *R²LNV*] praesens saeculum *R¹* ^[9]Ex quo *R²LNV*] Quo solo *R¹* ^[10]texeremus *R²LNV*] exhiberemus *R¹* ^[11]esset *R²LNV*] fuerit *R¹* ^[12]Doleo me *R²LNV*] Doleo certe quod *R¹* ^[13]uidisse *R²LNV*] uiderim *R¹* ^[14]ex ... sententia *R²LNV*] ad illius arbitrium *R¹* ^[15]fuse *R²LNV*] accurate *R¹*

proceder dos princípios da matemática o esclarecimento das disciplinas filosóficas e mesmo de tudo o que é necessário na existência humana; e que apenas com o auxílio desse método poderia um ser humano perceber as coisas como elas são realmente. A estes eu posso opor nestes meus escritos outros autores muito instruídos e sem opiniões preconcebidas, que pensam de modo diferente e censuram os seus excessivos escrúpulos.

Discorri até ao momento sobre a lógica desde os seus inícios até aos tempos actuais, tendo examinado quais os níveis que ela atingiu desde a extrema obscuridade até ao ápice em que agora admiramos a sua preponderância. Foi para mim suficiente ter esclarecido estes poucos assuntos. Eu poderia mencionar muitos lógicos menos importantes,⁶⁹ mas tendo presente no espírito o meu propósito, ponho termo à exposição.⁷⁰ Peço, porém, aos que tomarem em mãos estes assuntos que aplaudam, em virtude da sua erudição e do seu talento, os varões muito instruídos anteriormente mencionados que omiti por causa da brevidade, ou a mim, que recomendo isso.

Não posso abster-me de advertir os jovens de que são heréticos muitos dos autores que elogiei e demonstrei terem trazido algum auxílio à ciência da lógica, devendo eles ser apenas lidos se for permitido pelas prescrições, e isso com cautela. No entanto, dificilmente necessitamos da sua leitura, pois tudo o que eles pensaram de útil [32] foi aceite por alguns varões católicos nos seus escritos. Eu mencionei-os sobretudo para escrever uma história da lógica que não fosse truncada e, além disso, para demonstrar a minha lealdade aos varões doutos, que teriam tantos lares consagrados aos estudos que examinariam cuidadosamente as minhas lucubrações, reivindicando para os seus mestres o que deles recebi.

Como eu desejasse imprimir estas matérias, que havia redigido alguns anos antes, conheci casualmente, em virtude de uma certa ordem das coisas, a arte lógica de António Genuense, um varão muito douto, professor de filosofia na Academia de Nápoles, a qual ele tinha publicado há pouco tempo para instrução dos seus discípulos. Lamento não ter conhecido anteriormente a sua lógica, pois me libertaria de muitas canseiras que suportei ao examinar certos assuntos. Com efeito, pelo facto de ter lido os seus dois livros, corrigi, em conformidade com a sua doutrina, as matérias que me tinham passado despercebidas.

Eu tenho muita estima pelo Genuense por ser digno de apreço em virtude das suas qualidades de espírito, e sobretudo por possuímos quase as mesmas opiniões e nos servirmos do mesmo método de filosofar. Com efeito, quando por vezes eu

⁶⁹ Devem ler-se Stolle, Walch, Struve e outros que escreveram copiosamente sobre os lógicos modernos.

⁷⁰ O meu propósito consistiu em abster-me, tanto quanto possível, de emitir opinião sobre os ecléticos ainda vivos, dado que pode fazer-se facilmente um juízo com base naquilo que afirmei sobre os seus líderes. Com efeito, poucas coisas, como me parece, se modificaram. E também me parece não dever eu manifestar-lhes nem reconhecimento nem ressentimento. Serão os vindouros a julgá-los com mais rectidão e imparcialidade.

Ego uero et amo Genuensem, propterea quia ob animi dotes dignus est qui ametur, et hoc nomine praesertim, quod iisdem fere opinionibus, eadem philosophandi uia uterque utimur. Nam cum ego Genuensem ad loquendum de recentioribus studiis aliquando prouocarem, adeo consentientem semper habui, ut non duo philosophi disputantes, sed eadem mens in duobus corporibus ratiocinans esse uideremur. Vnum illud intererat, quod ego libentissime hominem audiebam, quippe qui iudicandi acie, ac doctrina plurimum ualebat. Ille uero auditorem adtentissimum me habebat, doctorem non item. Et quamuis aliquando me laudaret, id ego hominis amori et humanitati, non merito meo acceptum referebam.

Caussam uero consensus in philosophando, si quaeritis a me, adolescentes humanissimi, non dicam, nisi illud est, quod eosdem paene libros legimus, idque libero iudicio; nec ut omnia quae in iis continentur, si catholica decreta separe, uera esse iudicemus, necessitate ulla cogimur. Quod ni ab eodem fonte biberemus ambo, ac eodem animo essemus comparati, qui fieri posset ut tanto consensu disputaremus? Sed de his alias: redeo ad logicam. Quamuis Genuensis nouas sententias, quae illius est modestia et amor ueritatis, auditoribus suis obtrudere noluerit, tamen^[1] tam acri iudicio sua legit eoque ordine, quae cogitauit, exposuit;^[2] ut in eorum numero qui de arte logica praeclare sunt meriti ponendus sit.

^[1]tamen *R²LNV*] *om. R¹* ^[2]exposuit *R²LNV*] *disposuit R¹*

estimulava o Genuense a exprimir-se sobre os estudos modernos, sempre mostrei tanta concordância com ele que não parecíamos dois filósofos a discorrer, mas o mesmo espírito raciocinando em dois corpos. Uma coisa nos distinguiu, pois eu ouvia-o com muito agrado – porque se salientava grandemente na penetração do juízo e na doutrina – e ele considerava-me um ouvinte muito atento, mas não um mestre. E embora ele por vezes me elogiasse, eu atribuía isso à sua amizade e benevolência, e não aos meus merecimentos.

Se me perguntardes, caríssimos jovens, qual a causa da nossa concordância na filosofia, não a irei declarar, excepto que líamos quase os mesmo livros e com juízo isento; e não éramos coagidos por nenhuma obrigação imperiosa, excepto pelas doutrinas católicas, a declarar que é verdadeiro o que neles está contido. Por isso, se não tivéssemos bebido da mesma fonte e não fôssemos dotados da mesma disposição de espírito, como poderia suceder que discorrêssemos com tanta concordância? Mas sobre este assunto, pronunciar-me-ei noutra lugar, voltando por isso à lógica. Embora o Genuense não tenha imposto novas doutrinas aos seus ouvintes – o que era próprio do seu comedimento e amor da verdade –, contudo, seguiu as suas com juízo tão penetrante e expô-las segundo a ordem por ele concebida que deve ser incluído no número dos que dignificaram notavelmente a arte lógica.

(Página deixada propositadamente em branco)

LIBER SECVNDVS

DE NATVRA ET NECESSITATE LOGICAE



LIVRO SEGUNDO

NATUREZA E NECESSIDADE DA LÓGICA

[33]

LIBER SECVNDVS
DE^[1] NATVRA ET NECESSITATE LOGICAE

CAPVT I

Quibus partibus constet animal ratiocinans, et^[2] quae sedes animi

Corpore et spiritu constat hoc animans quem uocamus “hominem”. Nihil magis obuium, nihil in familiari sermone frequentius, usque adeo ut et baiulus in triuio et anicula ad focum et puerulus in sinu matris hisce uocabulis utantur. Verumtamen expeditum non est quid sit corpus, quid spiritus, immo non ii modo qui ineruditi sunt, sed eorum qui litteris dant^[3] operam et “philosophi” nomen expetunt,^[4] plerique, si mentiri nolunt, fateri debent nihil se praeter auditum habere. Pauci siquidem sunt qui rem expenderint, atque sine ullo praeiudicio, quid istud praeferat, examinarint. Nos uero totam hanc disputationem physiologis reseruamus intactam; et hanc in praesentia amplectimur notionem quae hominem parum exercitatum requirit, nec [34] ex metaphysicorum officina, sed ex horumce sermone, qui res libero iudicio expendent^[5], rem istam finiemus.

Igitur id uocamus “corpus” quod tres habet dimensiones, longitudinem, latitudinem, altitudinem,^[6] et insuper introductioni alterius corporis seu penetrationi undique repugnat. Aliter, et ad puerorum intelligentiam^[7] accomodatius, corpus est quod in homine uidetur: quod colorem habet et molem, uel caro, uel os, uel capillus, uel unguis, uel aliud sit. Quidquid ergo et uideri et tangi potest, est corpus.

Contra uero spiritus est id quod in homine est et corpus non est, nec ab ullo uidetur; sentitur tamen esse ex rebus quas efficit, quae multae sunt et conspicuae.

Etenim experimur esse in nobis rem aliquam quae cognoscit et uult. Nam et nos et amicos, ceteraque quae extra nos sunt, cognoscimus omnia; et de hoc tam sumus

^[1]DE NATVRA ... LOGICAE R²LNV] DE IDEIS ET EARVM SIGNIS DISPVTATVR R¹ ^[2]et ... animi R²LNV] ostenditur, tum et de sede animi agitur R¹ ^[3]dant operam R²LNV] uacant R¹ ^[4]expetunt R²LNV] adfectant R¹ ^[5]expendent R²LNV] considerant R¹ ^[6]altitudinem R²LNV] profunditatem R¹ ^[7]intelligentiam R²LNV] opinionem R¹

LIVRO SEGUNDO

NATUREZA E NECESSIDADE DA LÓGICA

CAPÍTULO I

De que partes é composto um animal racional e a sede da alma

O ser animado que denominamos “homem” é composto de um corpo e de um espírito. E nada é mais óbvio e mais frequente afirmar-se na linguagem familiar. E servem-se destes vocábulos não só os moços de fretes na praça pública, mas também as velhinhas à lareira e as crianças no ventre materno. Contudo, não é fácil compreender o que seja o corpo e o espírito. E não apenas os ignorantes, mas também a maior parte dos que se dedicam às belas-letas e reivindicam o nome de “filósofos” devem confessar, se não desejarem mentir, que nada sabem sobre este assunto, excepto por ouvir dizer. Na verdade, são muito poucos os que consideram atentamente esta questão e examinam sem nenhum preconceito as suas implicações. Eu, porém, reservo inteiramente esta discussão para os físicos, aceitando presentemente a noção que é exigida a uma pessoa pouco adestrada [34] e não me pronunciando sobre esta matéria com base nas concepções dos metafísicos, mas servindo-me da linguagem dos que ponderam as coisas com juízo isento.

Denomino “corpo” o que tem três dimensões – comprimento, largura e profundidade – e, além disso, aquilo a que repugna a introdução ou penetração de outro corpo; por outras palavras – de forma mais apropriada para o entendimento das crianças –, aquilo que se percepção num ser humano, como a cor, o volume, a carne, os ossos, o cabelo, as unhas, etc. Portanto, tudo aquilo que pode ser visto e tocado é um corpo.

Ao contrário, o espírito é aquilo que existe num ser humano e que não é corpo nem é percebido por ninguém, sendo, porém, reconhecida a sua existência em virtude das suas actividades, que são numerosas e conspícuas.

Com efeito, sabemos por experiência existir algo em nós que conhece e que quer, pois conhecemos não apenas a nossa existência, mas também os amigos e

persuasi, quam qui maxime. Praeterea, experimur nos multa uelle ac nolle. Nam et bona amicis optamus, et nobismet ipsis bene cupimus; etiam illud, membra nostra pro lubito^[1] nostro torquemus. Etenim certo scio me brachium mouere, si uolo; si uero nolo, non mouere; idque tam facile quam haec dico. Proinde est in me aliquid quod praeest machinationi huic,^[2] eamque regit et moderatur.

Vicissim^[3] et corpus nostrum si impulsu externi corporis adficitur uoluptate aut^[4] dolore, id ope organorum machinationis nostrae, quos “sensus” uocant, animus sentit. Exempli gratia, si scalpas digito femur, uel humerum, tum etiam si ignem cuticulae admoueas (modo paralyti^[5] non sis adfectus) haec corporis adfectio ab animo sentitur.

Sic alternis^[6] se habent. Nam et corpus menti^[7] obtemperat; eaque, quae illa imperat, exequitur; et uicissim animus quidquid sensuum ope percipitur, sentit ipse, id est sentiendo intelligit. Quod ipsum, alter ab altero moueri et pendere, illud est quod uocatur “complexio^[8] animi et corporis”.⁷¹ Itaque quidquid illud sit, quod intelligit et uult, [35] (de^[9] quo alio loco erit dicendum) illud certum^[10] est esse in homine rem aliquam quae cognoscit et uult, quem uocamus “animum”.⁷²

Disputant acriter philosophi de eo quanam in parte humani corporis positum illud sit, quem “animum” nominamus, eaque disputatio iam ab antiquo tempore magnorum^[11] hominum ingenia macerauit.

Pythagoras⁷³ et Plato⁷⁴ in capite posuere. Strato in superciliorum interuallo.^[12] 75 Parmenides,⁷⁶ Democritus⁷⁷ Epicurus⁷⁸ in medio pectore. Diogenes.^[13] Apolloniatas

⁷¹ De complexioni animi et corporis disputatum est uehementer a philosophis Recentioribus, quorum sententias alio loco exponemus. In praesentia nobis satis est dicere hanc corporis ab animo, et uicissim animi a corpore pendentiam, quae omnibus certa et perspicua est, eam ipsam, quidquid tandem illa sit (nemo enim id unquam explicabit) et esse et uocari coniunctionem, seu unionem animi et corporis.

⁷² “Mens”, “animus”, “anima^[14] rationalis”, “spiritus”, “intellectus”, et huius^[15] generis alia hoc loco quasi synonyma usurpantur et significant rem quae in homine cognoscit et libere uult.

⁷³ Laërt., *De Placitis Philosophiae*, lib. VIII, s. 30.

⁷⁴ Cicero, *Tusculanae*, lib. I, cap. 10.

⁷⁵ Plutarchus, *De Placitis Philosophiae*, lib. III, cap. 5.

⁷⁶ *Idem, ibidem*.

⁷⁷ *Idem, ibidem*, cap. 4.

⁷⁸ Lucretius, lib. III, v. 441.

^[1]lubito ... torquemus. *R²LNV*] imperio exercemus. *R¹* ^[2]huic *R²LNV*] isti *R¹* ^[3]Vicissim et *R²LNV*] Contra uero *R¹* ^[4]aut *R²LNV*] uel *R¹* ^[5]paralyti non sis *R²LNV*] sanus sis, nec paralyti *R¹* ^[6]alternis *R²LNV*] alterno iure *R¹* ^[7]menti *R²LNV*] spiritui *R¹* ^[8]complexio ... corporis. *R²LNV*] unio animi cum corpore. *R¹* ^[9]de quo ... dicendum *R²LNV*] in praesentia non disputo *R¹* ^[10]certum *R²LNV*] profecto certum *R¹* ^[11]magnorum hominum *R²LNV*] grauissimorum uirorum *R¹* ^[12]interuallo. *R²LNV*] interstitio. *R¹* ^[13]Diogenes ... uentriculo. *R²LNV*] Diogenes in uentriculo cordis. *R¹* ^[14]anima rationalis, spiritus *R²LNV*] spiritus, anima rationalis *R¹* ^[15]huius generis *R²LNV*] huiusmodi *R¹*

outras coisas que existem exteriores a nós próprios; e disto estamos plenamente convictos. Por outro lado, sabemos por experiência que desejamos a prosperidade para os amigos tal como para nós a desejamos com veemência. E também por um acto de vontade movemos os membros do corpo, pois, sem eu o desejar, tenho a certeza de que movo o braço e, se não o desejar, o braço não se move. Isto é tão fácil entendê-lo como afirmá-lo. Existe, portanto, algo em mim que comanda a máquina do corpo, dirigindo-o e governando-o.

O espírito percebe por vezes se o nosso corpo é afectado pelo prazer ou pela dor em virtude do contacto com um corpo exterior, o que acontece através dos órgãos da nossa máquina, denominados “sentidos”. Por exemplo, se friccionarmos os dedos na coxa ou no ombro, ou aproximarmos o fogo da pele (contanto que não sejam afectados por uma paralisia), esta afecção do corpo é percebida pelo espírito.

Mas a acção é recíproca. Na verdade, também o corpo obedece ao espírito, executando o que ele ordena. Por seu turno, tudo o que o espírito percebe por meio dos sentidos também o corpo o percebe, isto é, entende-o percebendo. O facto de um deles ser movido pelo outro e estarem em dependência recíproca é o que se denomina “a união da alma e do corpo”.⁷¹ Por isso, qualquer que seja a natureza daquilo que conhece e que quer [35] (sobre a qual irei discorrer noutra lugar), é indubitável existir algo no ser humano que conhece e que quer, chamado “espírito”.⁷²

Discorrem intensamente os filósofos sobre qual seja a parte do corpo humano em que está situado o que denominamos “espírito”; aliás, tais discussões já desde os tempos antigos que haviam preocupado os engenhos de grandes pensadores. Pitágoras⁷³ e Platão⁷⁴ situaram-no no cérebro; Estratão, entre as sobrancelhas;⁷⁵ Parménides,⁷⁶ Demócrito⁷⁷ e Epicuro,⁷⁸ no centro do peito; Diógenes de Apolónia,

⁷¹ Discutiram vivamente os filósofos modernos a respeito da união entre a alma e o corpo. Irei expor noutra lugar as suas opiniões. É suficiente neste momento afirmar que a dependência do corpo em relação à alma e, inversamente, da alma em relação ao corpo – que é indiscutível e evidente para todos, qualquer que seja a sua natureza (na verdade, ninguém será capaz alguma vez de explicá-la) – existe e denomina-se “conjunção ou união entre a alma e o corpo.”

⁷² Consideram-se como sinónimos neste lugar as expressões “mente”, “ânimo”, “alma racional”, “espírito”, “inteligência” e outras deste género. Elas significam uma coisa que no ser humano conhece e deseja livremente.

⁷³ Laércio, *De Placitis Philosophiae*, liv. VIII, s. 30.

⁷⁴ Cícero, *Tusculanae*, liv. I, cap. 10.

⁷⁵ Plutarco, *De Placitis Philosophiae*, liv. IV, cap. 5.

⁷⁶ *Idem, ibidem*.

⁷⁷ *Idem, ibidem*, cap. 4.

⁷⁸ Lucrécio, liv. III, v. 441.

in arterioso cordis uentriculo.⁷⁹ Aristoteles⁸⁰ uel in corde, uel in cerebro, uel alia media corporis parte animi sedem esse dixit.⁸¹ Alii alio loco collocarunt.

Peripatetici uero, id est scholastici, saltem ab XIII Christiani nominis saeculo, animum in toto corpore esse contendunt. Mouentur talibus argumentis. Primo, quia quamcumque corporis partem tangamus, animus sentit, quod est signum eum ibi esse. Deinde, quia intelligi non potest quo pacto animus sit forma substantialis corporis^[1] humani, id est, sit id quod corpus regit, nisi totum corpus occupet. Postremo, quia concilium Viennense et Lateranense V finiunt, animum nostrum esse formam corporis^[2] humani. Quae tria^[3] explicari non possunt, nisi animus in toto corpore sit.

[36] Verum non opus est huiusmodi rationes ad Lydium lapidem reuocare; nemo enim talibus argumentis cogi potest ut censeat animam per totum corpus esse dissitam.⁸² Quidquid dicant illi qui Aristotelis et Dicaearchi [37] sententias alio uestitu adornatas, in scholas introducere conati sunt. Sed de his alio loco.

⁷⁹ Plutarchus, *ibidem*, cap. 5.

⁸⁰ "Necesse est in medio mouentis esse principium animae", Aristoteles, *De Motu Animalium*, caps. 8 et 9.

⁸¹ Hi omnes "animam" nominant; sed an idem mente intelligant^[4] ac designent, aliter, exploratum non est.

⁸² Consilium Viennense sub Clemente V, an. 1311 damnauit ueterem Aristot. sent. tributam Petro Iohanni Oliuae Fratri Minoritae. (Wadingus, *Annales Minorum*, an. 1278 et 1297 ab inuidis confictam fuisse refert). Nempe Aristoteles dicebat: "Animam sentientem et cogitantem, seu intellectum patientem, esse partem constituentem et essentialem, et formam hominis; Animam uero intelligentem, seu intellectum agentem, non esse partem constituentem, essentialem, et formam hominis, quae eum essentialiter distinguat a bestiis, sed foris aduenire et esse reipsa separatam ab homine, sed illi adsistentem et coniunctam intellectui patienti per imagines phantasiae, etc. Propterea non esse formam hominis". Quod etiam Alexandro Aphrodisiensi, Auerroesio et aliis peripateticis placuerat (uide Conimbricenses, *De Anima*, lib. II, cap. I, q. 7). Concilium autem, duos uno uerbo errores complectens, definit animam intellectiuam esse formam hominis. An uero sit etiam forma informans corpus eo sensu, quo Scholastici accipiunt, nusquam dicit Concilium. Bail. *Concilium*, Tom. I, p. 337.

Concilium Lateranense V. sub Leone X an. 1513 sess. 8 confirmauit Viennense, et distinctius duas illas sententias damnauit. 1. "Animam humanam (intellectum patientem) esse formam hominis, sed esse mortalem". 2. "Animam intellectiuam (intellectum agentem) esse immortalem, sed unicam in cunctis hominibus: nempe, intelligentiam uniuersalem orbis Terrae". Hae duae sententiae saeculo XV et XVI inualuerant in Italia, ut refert Ficinus praef. In Plotinum: ambasque, uel alterutram defendebant Achillinus, Pomponatius, Portius, Caesalpinus, Cremoninus, alique Rigido-Peripatetici. Qui, ut inuidiam declinarent, addebant, uerum id esse secundum Arist. non tamen secundum fidem Catholicam. (Pomponat. *De Fato*, lib. III, cap. I et *De Immortalitate Animae*, cap. 15). His erroribus tantum occurrit Concilium, ut ex primis decreti uerbis apertum est, nec de alia quaestione fuit sermo. Vid. Bail. *loc. cit.*, et Labbaeus *ad Concilium Lateranense*, V.

^[1]corporis humani *R²LNV*] corporis *R¹* ^[2]corporis humani. *R²LNV*] corporis. *R¹* ^[3]tria *R²LNV*] tria recte *R¹* ^[4]intelligent ac designent *R²LNV*] percipiunt *R¹*

na artéria do ventrículo do coração;⁷⁹ quanto a Aristóteles,⁸⁰ afirmou que a sede do espírito se encontra ou no coração, ou no cérebro, ou numa parte do centro do corpo;⁸¹ outros situaram-no noutros lugares.

Por seu lado, os peripatéticos, isto é, os escolásticos – pelo menos a partir do século XIII da era de Cristo –, afirmaram que o espírito se situa na totalidade do corpo, tendo apresentado os seguintes argumentos: ao tocarmos qualquer parte do corpo, o espírito tem sensações; não pode entender-se de que modo o espírito é a forma substancial do corpo humano – isto é, como governa o corpo –, se não o habitar na sua totalidade; por último, o concílio Vienense e o quinto Lateranense estabeleceram que o espírito é a forma do corpo humano. Ora, estes três argumentos só podem compreender-se se o espírito estiver na totalidade do corpo.

[36] Contudo, não é necessário que estes argumentos sejam tomados como prescrições, dado ninguém poder ser coagido por eles a pensar que a alma está disseminada por todo o corpo⁸², por mais que o sustentem os que porfiam em introduzir nas escolas as opiniões de Aristóteles e de Dicearco, [37] ornadas com outras roupagens. Irei, porém, discorrer sobre este assunto noutra lugar.

⁷⁹ Plutarco, *ibidem*, cap. 5.

⁸⁰ “É necessário existir no âmago do movente um princípio vital” (Aristóteles, *De Motu Animalium*, caps. 8-9).

⁸¹ Todos estes o denominam “alma”, não havendo, porém, a certeza se o entendem como mente ou de outro modo.

⁸² O Concílio de Viena, sob Clemente V, realizado em 1311, condenou uma antiga opinião de Aristóteles atribuída a Pedro João Olivi, frade minorita (Vadingo refere ter sido inventada por despeito, nos *Annales Minorum* relativos aos anos de 1278 e 1297). Aristóteles tinha afirmado: “A alma que sente e pensa, ou o entendimento paciente, é uma parte constitutiva, essencial e forma do ser humano. Mas a alma que conhece, ou o entendimento agente, não é uma parte constitutiva, essencial e forma do ser humano que o distinga essencialmente dos irracionais; pode, porém, suceder que ela esteja realmente separada do ser humano, mas assistindo-o e estando conjunta com o entendimento paciente por meio das representações da imaginação, etc. Portanto, ela não é a forma do ser humano”. Isto foi também admitido por Alexandre de Afrodísia, por Averróis e por alguns peripatéticos (ver Conimbricenses, *De Anima*, liv. II, cap. 1, q. 7). Porém, o concílio, incluindo dois erros numa só palavra, estabeleceu que a alma intelectual é a forma do ser humano, isto é, parte constitutiva e essencial do Homem. Contudo, em parte alguma declarou o concílio se ela é também a forma informante do corpo no sentido aceite pelos escolásticos (Baillie, *Concilium*, t. I, p. 337).

O quinto concílio de Latrão, sob Leão X, realizado nos anos de 1513 e seguintes, confirmou o de Viena, censurando com maior clareza aquelas duas opiniões: 1. “A alma humana (o entendimento paciente) é forma do ser humano, mas mortal”; 2. “A alma intelectual (o entendimento agente) é mortal, mas uma só em todos os seres humano, isto é, uma inteligência universal do orbe terrestre”. As referidas duas opiniões tinham-se difundido em Itália nos séculos XV e XVI, como refere Ficino no prefácio a Plotino, defendendo ambas as opiniões, ou uma delas, Aquilino, Pomponazzi, Pórcio, Cesalpino, Cremonini e outros rígido-peripatéticos. Os que acrescentaram alguma coisa, para evitarem serem odiados, procederam desse modo em conformidade com Aristóteles, mas não segundo a fé católica (Pomponazzi, *De Fato*, liv. III, cap. 1; *De Immortalitate Animae*, cap. 15). O concílio impugnou esses erros, como é manifesto pelas primeiras palavras do decreto. E não se discutiram outros assuntos. Ver Baillie, *loc. cit.*; Labbé, *Ad Concilium Lateranense*, V.

Elapso saeculo Cartesius animum in glandula pineali, quae in superiori cerebri parte reperitur,^[1]⁸³ residere existimauit.⁸⁴ Verum nec id aliis multis persuadere potuit, propterea quia anatome ostendit, alteri usui datam esse eam glandulam quae in aliquibus uitata fuerit, in aliis petra erat,⁸⁵ defuerit in quibusdam qui omnes tamen, dum uiuerent, perbelle intelligebant. Alii alias cerebri partes illi dederunt.⁸⁶

Ego uero existimo huiusmodi rem ex iis esse quae a nobis explicari non possunt. Oporteret enim ut idem claram haberemus animi^[2] nostri. Tum ut clare perciperemus quo modo intelligit, et corpori coniunctus est, idque moderatur. Praeterea, cognoscenda erat machinatio humana, cerebri praesertim. Quae adeo sunt obscura et inuoluta, ut, quid pro certo adfirmemus, non habeamus.

Tantum dicimus uerisimile^[3] esse animum existere in capite, propterea quod etiamsi membra aliqua cultro secentur, nihilo secius homo intelligit. Item si neruus, uel arteria uehementer ligatur, et in ea parte quae est infra nexum tangitur, homo non sentit; si supra nexum, sentit. Vt uideatur dicendum, nisi in capite, animum nec sentire nec intelligere;⁸⁷ proinde in eo esse.

Illud obscurius, an in toto cerebro, an in aliqua sui parte, tanquam in arce, animus collocari debeat. Philosophi^[4] plerumque in hoc conueniunt, debere unam^[5] partem constitui quae sedes sit animi, et ueluti sensuum origo, seu internus sensus. Verisimile autem est in corpore calloso sedem esse animi. Nam, ut experimentis nimis multis constant, etiamsi reliquae cerebri partes, ut substantia corticalis, [38] ut medullaris, ut testes, ut corpora striata, ut nates, ut glandula pinealis, ceterae uel morbo, uel alia de caussa male fuerint^[6] adfecta, tamen infirmi bene^[7] percipiebant et ratiocinabantur, ac sensibus utebantur,^[8] immo eorum non nulli a morbo sunt liberati. Contra in iis aegris in quibus corpus callosum uel diminutum, uel compressum, uel alia de caussa uitiatum^[9] repertum est, aegri uel memoria laborarunt, uel dementes euaserunt, uel usum aliquorum sensuum perdidierunt; eumque amoto impedimento

⁸³ Iuncta^[10] illa est inferiori parti utriusque thalami neruorum opticorum, supra tuberculos quadrigemellos.

⁸⁴ *De Adfectionibus*, part. I, art. 31.

⁸⁵ Kingius, *Transition philosophique à la république des lettres*, an. 1687, p. 39.

⁸⁶ Willisius, Vieussenius, Rossetus. Conf. Boerhauius *Praelectiones Academicæ*, Tom. III, § 569, et ibi Haller.

⁸⁷ Boerhaau., *Praelectiones Academicæ*, T. II, § 284, et ibi Haller p. m. 55 et 602 sqq. qui adferunt exempla.

^[1]reperitur *R²LNV*] reperitur (iuncta illa est inferiori parti utriusque thalami neruorum opticorum, supra tuberculos quadrigemellos) *R¹* ^[2]animi *R²LNV*] spiritus seu animi *R¹* ^[3]uerisimile *R²LNV*] probabilius *R¹* ^[4]Philosophi *R²LNV*] Auctores *R¹* ^[5]unam *R²LNV*] unam tantum *R¹* ^[6]fuerint adfectae *R²LNV*] adfectae fuerint *R¹* ^[7]bene *R²LNV*] recte *R¹* ^[8]utebantur *R²LNV*] commode tebantur *R¹* ^[9]uitiatum *R²LNV*] male adfectum *R¹* ^[10]Iuncta ... quadrigemellos. *R²LNV*] *om. R¹*

No século passado, Descartes foi de opinião de que o espírito reside na glândula pineal,⁸³ na parte superior do cérebro.⁸⁴ Mas ele foi incapaz de convencer muitos outros a respeito disso, pois a anatomia demonstrou que essa glândula tem uma função diferente; aliás, ela apresenta-se nalguns casos atrofiada, noutros petrificada⁸⁵ e noutros nem sequer existe, e, no entanto, todos os seres humanos pensam perfeitamente enquanto vivem. Houve ainda quem situasse o espírito noutras partes do cérebro.⁸⁶

Eu julgo, porém, que esta questão está entre aquelas que é impossível ser explicada, pois para isso seria necessário possuímos uma ideia clara do espírito. Neste caso, perceberíamos com clareza o modo como ele entende e como está unido ao corpo e o governa; além disso, seria possível conhecermos a máquina humana, sobretudo o cérebro, a qual – por ser tão difícil de compreender e tão complexa – está fora do nosso alcance, por mais que afirmemos não termos dúvidas acerca disso.

Eu apenas declaro ser verosímil que o espírito humano reside no cérebro, pois, ainda que um membro seja amputado por um instrumento cortante, um ser humano continua a pensar. Da mesma forma, se um nervo ou uma artéria forem fortemente pressionados, na parte abaixo da ligadura a pessoa não sente, mas na parte acima dela tem sensações. Parece, pois, dever concluir-se que o espírito apenas sente e pensa no cérebro,⁸⁷ e por isso é nesse lugar que reside.

É mais duvidoso se o espírito está situado na totalidade do cérebro ou nalguma das suas partes, como numa cidadela. A maioria dos filósofos está de acordo em que deve existir um lugar no cérebro como sede do espírito, e também como origem das sensações e do sentido íntimo. É verosímil que a sede do espírito esteja no corpo caloso, pois, como se torna evidente em virtude de muitas experiências, os enfermos percebem e raciocinam perfeitamente e usam os seus sentidos, ainda que tenham sido afectadas pela doença ou por outra causa as restantes partes do cérebro, como a substância cortical, [38] a substância medular, os testículos, os corpos estriados, a glândula pineal, etc. Ao invés, nos enfermos em que o corpo caloso é diminuto ou se encontra comprimido ou alterado por qualquer razão, eles ficam privados da memória, ou tornam-se dementes, ou perdem o uso de algum dos sentidos; porém,

⁸³ Ela está unida à parte inferior de ambos os tálamos ópticos por cima dos tubérculos quadrigêmeos.

⁸⁴ *De Adfectionibus*, 1ª parte, a. 31.

⁸⁵ Kingo, *Transition philosophique à la république des lettres*, ano de 1687, p. 39.

⁸⁶ Willis, Vieussens, Rosset. Cf. Boerhave, *Praelectiones Academicae*, t. IV, § 569, e também Haller.

⁸⁷ Boerhave, *Praelectiones Academicae*, t. II, § 284, e também Haller (pp. 595 e 602 e segs.). Ambos apresentam exemplos.

interdum recuperarunt.⁸⁸ Ex quo uerisimile est animum eo loco esse ubi actiones suas, nimium sensum et intelligentiam, manifestat. Et de coniecturis hucusque.⁸⁹

CAPVT II

Quid faciat mens hominis, eiusque^[1] operationem diuersitas

Porro plurima fortasse agit animus dum est in corpore, quae nos omnino ignoramus, quippe qui nec ipsam animi naturam et proprietates clare et distincte intelligimus. Tantum scimus animum nostrum peculiare hoc habere ut intelligat, ac intelligendo alias et alias cognitiones eliciat.^[2] Has in duas ueluti classes disperimus, perceptionum et iudiciorum.

Nimirum, cum mens obiectam rem^[3] praesentem sibi facit, [39] eamque percipit quin^[4] ad aliam referat, exempli gratia, cum solem, aut equum cognoscit haec cognitio uocatur “perceptio”.^[5]⁹⁰ Cum uero unum ad aliud refert, et percipit conuenire alteri, an non, exempli gratia cum dicit “Sol^[6] est lucidus”, “Sol non est equus”, haec cognitio est iudicium.

Quid autem reapse sit idea, quid perceptio (idem de iudicio dicendum), magna dissensio est. Sunt qui ideas et perceptiones idem esse censeant, et dicant consistere in motibus sensuum et cerebri⁹¹. Sunt qui ideas et perceptiones eadem mentis cognitionem^[7] dicant, ita tamen ut eadem cognitio dum ad mentem fertur quae

⁸⁸ La Peyronie in *Commentaires de l'Académie des Sciences de Paris.*, an. 1741. Conf. Boerhaau. *Praelectiones Academicæ*, T. III, § 568 et ibi Haller pag. m. 425 et sqq.

⁸⁹ Incerta haec sunt omnia et obscura; neque enim ex uulneribus cerebri, neque ex morbis, neque ex fatuorum sectionibus aliquid certo cognosci potuit. Nam primum neruorum cum arteriis in cerebro coniunctio (haec sedes animi esse non nullis uidetur) non uno tantum loco conspicitur. Deinde morbus certae sedis neruorum modo hunc, modo alium sensum, modo omnes, modo motus supprimit. Praeterea magna uulnera in cerebro sine sensuum detrimento ostendunt, late patere sensorium commune, et etiam diminutum sufficere. Boerh. *loc. cit.*, T. III, § 570 et 574, et T. II, § 296 et ibi Haller p. 672.

⁹⁰ Idea^[8] est imago obiecti, quae menti meae praesens est cum aliquid percipio: uel sit imago rei tantum cognitae, ut equi, uel quae animum adficit, ut doloris et uoluptatis. Verum logici “ideam” et “perceptionem” confundere solent, quia de utraque eadem praecepta traduntur.

⁹¹ Hobbesius, *Leviathan*, Part. I, cap. 3, 4, et in *Elementa Philosophiae*, cap. 25, art. 2 et alibi. Cui addi potest Lucretius, ceteri.

^[1]eiusque ... diuersitas R^2LNV] tum et diuersitas cognitionum explicatur R^1 ^[2]eliciat. R^2LNV] exprimat. R^1 ^[3]rem ... percipit R^2LNV] rem percipit R^1 ^[4]quin R^2LNV] quin eam R^1 ^[5]perceptio. R^2LNV] perceptio (idea est illud obiectum quod in animo est cum percipio, uerum logoci ideam et perceptionem confundunt). R^1 ^[6]Sol ... equus R^2LNV] equus est animans, Petrus non est Paullus R^1 ^[7]cognitionem dicant R^2LNV] cognitione ponant R^1 ^[8]Idea ... traduntur. R^2LNV] om. R^1

removido o impedimento, eles recuperam a saúde.⁸⁸ Portanto, é verosímil que o espírito esteja no lugar em que se manifesta a sua actividade, nomeadamente a sensitiva e a intelectual. Mas sobre conjecturas, é suficiente.⁸⁹

CAPÍTULO II

A actividade do espírito humano e a diversidade das suas operações

O espírito, enquanto existente no corpo, realiza muitas actividades que desconhecemos totalmente, pois não percebemos com clareza e distinção a sua natureza e os seus atributos. Sabemos apenas que é próprio do nosso espírito poder entender e que ao entender infere muitos conhecimentos. Entre estes, distinguem-se duas espécies: as percepções e os juízos.

Quando a mente apresenta a si própria um objecto [39] e o percebe sem o relacionar com outro (por exemplo, quando conhece o Sol ou um cavalo), este conhecimento chama-se “percepção”.⁹⁰ Mas quando relaciona uma coisa com outra e percebe que concordam ou não entre si (por exemplo, quando afirma “O Sol é luminoso”, “O Sol não é um cavalo”), este conhecimento é um juízo.

No entanto, sobre o que seja realmente uma ideia e uma percepção (o mesmo se diga do juízo) existe uma grande diversidade de opiniões. Há quem pense e afirme que as ideias e as percepções são uma e a mesma coisa, declarando consistirem em movimentos dos sentidos e do cérebro.⁹¹ E há quem afirme que as ideias e as percepções são o mesmo conhecimento do espírito. Porém, enquanto referido ao espírito que percebe, esse conhecimento denomina-se “percepção”; e enquanto referido ao objecto de que é imagem e que é percebido pelo espírito, denomina-se

⁸⁸ La Peyronie, *Commentaires de l'Académie des Sciences de Paris*, ano de 1741. Cf. Boerhave, *Praelectiones Academicæ*, t. IV, § 568, e também Haller, (p. 425 e segs).

⁸⁹ Este assunto é duvidoso e obscuro, dado não poderem conhecer-se com segurança nem as lesões do cérebro, nem as doenças, nem as amputações dos membros. Na verdade, não existe apenas num único lugar do cérebro a conjunção dos nervos com as artérias (estas parecem ser para alguns a sede da alma). Além disso, a enfermidade de uma sede dos nervos extingue ora um, ora outro, ora todos os sentidos, ora o movimento do corpo. Por outro lado, as grandes lesões do cérebro sem dano dos sentidos manifestam que o sensorio comum é extenso, bastando mesmo um diminuto (Boerhave, *loc. cit.*, t. IV, § 570 e 574; t. II, § 296; e ainda Haller, p. 672).

⁹⁰ A ideia é a imagem de um objecto presente à minha mente quando percepciono algo, quer seja a imagem de uma coisa conhecida (como de um cavalo), quer seja a de uma coisa que afectou o espírito à semelhança da dor e do prazer. Porém, os lógicos costumam confundir “ideia” e “percepção”, dado ensinarem a respeito de uma e de outra as mesmas doutrinas.

⁹¹ Hobbes, *Leviathan*, 1ª parte, caps. 3-4; *Elementa Philosophiæ*, cap. 25, art. 2 e noutros lugares. A este pode acrescentar-se Lucrecio e ainda outros.

percipit, appelletur “perceptio”; dum ad obiectam rem cuius^[1] est imago et quae percipitur, “idea”.^[2] Alii omnino perceptiones ab ideis seiungunt, et putant Deum humanae menti ideas rerum imprimere.^[3] Postremo alii ideas materiales aiunt esse adfectiones sensuum et cerebri; intellectuales uero, quae materialibus respondent, esse perceptiones materialium^[4]. Reliquis sentiitiis supersedemus.

In tanta doctissimorum hominum dissensione, aliquid certi uelle proferre, arrogantis esset. Ne tamen de uerbis contendamus, ut plerique faciunt, certa et perspicua ab incertis et inuolutis separabimus.

Principio certum est motiones sensuum cerebrum adficere, et illi aliquid imprimere ex quo mens percipit res quae sensus pulsant. Id ita se habere, uel ex hoc aperte [40] efficitur,^[2] quod morbus capitis acutissimus, uel cranii fractura, uel huiusmodi morbi, qui in cerebro et capite euenerunt, interdum memoriam rerum delerunt omnem interdum uero rerum intelligentiam^[3] abstulerunt.^[5] Quod etiam in dementibus et uesanis euenit, qui cerebri uitio incondite et inconsulte loquuntur. Cumque animus nec aegrescat nec mutetur,^[4] relinquitur^[5] aliquid in cerebro imprimi, ex quo nos rerum formas et ideas percipimus. Duplex igitur ex sensu oritur adfectio, altera cerebri, quam uocare possumus “ideam materialem”, altera mentis, quae est ipsa cognitio, perceptio, idea spiritalis.

Quale autem illud sit quod in cerebro, quale etiam illud quod in mente fit, id est, quo pacto mens obiecta corpora sensibus percipiat nemo homo intelligit nec expedit.^[6] Vnum certo scimus, utrumque reapse fieri.^[6] Quod^[7] attinet ad uocabula “idea” et “perceptio”, utroque significamus eamdem mentis actionem, sed comparete;

^[2] Arnaldus, *De Veris et Falsis Ideis*, et Lockius, *De Mente Humana.*, praefat. et lib. II, cap. 8, § 7, 8.

^[3] Malebranchius, *De Inquisitione Veritatis*, lib. III. Hanc Impressionem tamen alii alio modo exponunt.

^[4] Wolfius, a quo non dissentiunt scholastii, qui tamen ideam materialem uocant “phantasma expressum”; et “spiritaalem” uocant intellectionem.

^[5] Confer. Montaigne, *Essais*, lib. II, cap. 13 et Haller ad Boerhaau. *loc. cit.*, T. III, § 581, qui plura exempla commemorant.

^[6] Quanta in caligine et ignoratione de^[8] origine ac natura idearum uersemur, ostendunt euidenter tot grauissimorum hominum tam uariae tamque discrepantes sententiae, in quibus, quid falsum sit facilius, quam quid uerum, dicere possumus. Qui autem rem liquido explicare uoluerunt, nihil aliud fecerunt, nisi rem obscuram satis et intricatam longo uerborum ambitu reddere obscuriorem; reapse nos doctiores non fecerunt,^[9] ut alio loco probabimus. Quare quae certa experientia constant, ponenda^[10] sunt; cetera iis qui diuinare amant, relinquenda.

^[1]cuius ... imago *R²LNV*] om. *R¹* ^[2]efficitur *R²LNV*] deducitur *R¹* ^[3]intelligentiam *R²LNV*] intellectum *R¹* ^[4]mutetur *R²LNV*] possit mutari *R¹* ^[5]relinquitur *R²LNV*] fit consequens *R¹* ^[6]fieri. *R²LNV*] euenire. *R¹* ^[7]Quod ... ideam *R²LNV*] *pro* Quod adtinet ... uocetur idea. *R¹*: *vd. infra Annexum V.* ^[8]de origine ac natura *R²LNV*] de natura *R¹* ^[9]fecerunt *R²LNV*] egerunt *R¹* ^[10]ponenda *R²LNV*] exponenda *R¹*

“ideia”.⁹² Outros distinguem totalmente as percepções das ideias, considerando que Deus imprimiu na mente humana as ideias das coisas.⁹³ Por último, outros afirmam que as ideias materiais são afecções dos sentidos e do cérebro e que as inteligíveis, que estão relacionadas com as materiais, são percepções das materiais.⁹⁴ Mas abstenho-me de referir outras opiniões.

Perante tanta discordância de pessoas doutíssimas, seria presunção da minha parte desejar expor algo de certo. Contudo, para não disputar sobre palavras, como muitos procedem, vou distinguir o que é certo e evidente do que é incerto e obscuro.

Em primeiro lugar, é certo que a actividade dos sentidos afecta o cérebro, imprimindo algo nele, com base no qual a mente percepção as coisas que estimulam os sentidos. Esta é a razão – ou pelo menos infere-se abertamente [40] – por que uma doença do cérebro muito aguda, ou uma fractura do crânio, ou uma enfermidade deste género que afecte o cérebro ou a cabeça, extingue por vezes a lembrança das coisas e outras vezes impede a sua compreensão.⁹⁵ Isto ocorre também nos dementes e nas pessoas que deliram, que se exprimem de forma desconexa e irreflectida em virtude de um defeito do cérebro. Mas quando o espírito não está enfermo nem alterado, imprime-se algo no cérebro, com base no qual percebemos as formas das coisas e formamos as ideias. Originam-se, portanto, em virtude do exercício dos sentidos, duas afecções: a do cérebro, à qual podemos chamar “ideia material”; e a da mente, que é o próprio conhecimento, ou percepção, ou ideia espiritual.

Mas ninguém entende nem é capaz de explicar a natureza do que reside no cérebro nem a natureza do que existe na mente, isto é, o modo como o espírito percepção pelos sentidos os objectos corpóreos.⁹⁶ Temos, no entanto, uma coisa como certa, ou seja, que os factos anteriormente mencionados se verificam realmente: no que respeita às palavras “ideia” e “percepção”, entendemos por uma e por outra a mesma actividade mental, mas comparativamente. Com efeito, quando referimos

⁹² Arnauld, *De Veris et Falsis Ideis*; Locke, *Tratado sobre o Entendimento Humano*, Prefácio e liv. II, cap. 8, § 7-8.

⁹³ Malebranche, *A Investigação da Verdade*, liv. III. Contudo, outros explicam de forma diferente esta impressão.

⁹⁴ Wolff não é de opinião diferente da dos escolásticos, que denominaram a ideia material “fantasma expresso”; e “fantasma imaterial” a intelecção.

⁹⁵ Cf. Montaigne, *Essais*, liv. II, cap. 13, e Haller (em Boerhave, *loc. cit.*, t. IV, § 581), que referem muitos exemplos.

⁹⁶ Em quanta obscuridade e ignorância vivemos a respeito da origem e da natureza das ideias, manifestam-no com evidência tão variadas e discordantes opiniões de pessoas de espírito de tal modo penetrante que acerca deste assunto podemos mais facilmente afirmar o que é falso do que o que é verdadeiro. E os que pretenderam explicar com clareza esta matéria apenas conseguiram com grande rodeio de palavras tornar mais obscuro um assunto já suficientemente obscuro e intricado. Realmente, eles não nos tornaram mais doutos, como demonstrei noutro lugar. Por isso, deve ser estabelecido o que é evidente por experiência. Quanto ao resto, deve ser reservado para os que preferem ajuizar por conjectura.

nam dum cognitionem referimus ad mentem, quae eam elicit, uocamus “perceptionem”; dum ad rem, ex qua remote profluit et cuius imaginem offert, “ideam”.

Omnino autem certum est humanam mentem has duas cognitiones elicere, natura, ut ita dicam, differentes; nec aliud facere, quam has notiones alio et alio modo copulare.⁹⁷ Quare si cognitionum naturam et differentiam [41] consideramus, duae tantum sunt mentis operationes, percipere et iudicare. Si uarium earumdem usum, quoque modo mens humana iis^[1] utatur, curiosius inuestigamus, multo plures operationes mentis numerari possunt.

Nam animus noster interdum plures ideas rerum longe differentium componit, ut cum humano capiti leoninum corpus, et alas pauonis adiungit, ac nouum animal fingit. Haec^[2] est alia mentis operatio.

Interdum e contrario ideam^[3] unam ab alia mens ueluti disiungit ut cum albitudinem parietis cogitamus, quin de pariete cogitemus; aut longitudinem spatii intelligimus,^[4] non ita uero “materiam”; aut cum de rerum numero loquimur, quin res numeratas memoremus.^[5] Est^[6] alia operatio longe diuersa.

Aliquando^[7] ab uno iudicio ad aliud mens^[8] progreditur, et postea quam iudicauit hoc modo, Petrus est animans, considerans^[9] rursum quid significet illud “animans”, sic colligit: “Petrus est uiuens”, “Petrus est sentiens”. Haec operatio uocatur “discursum”,^[10] et est quinta^[11] mentis operatio.

Aliquando iudicia ac ratiocinationes ordine ponit, quo^[12] facilius perspiciat, an alia ex aliis deducantur. Haec uocatur “methodus”,^[13] et est sexta^[14] mentis operatio.

Aliquando postea quam in utramque partem disputauit, nec plane intellexit, e qua parte stet ueritas, dubitat, seu a iudicando se continet. Haec autem dubitatio est noua^[15] mentis operatio.

Aliquando^[16] mens se ipsam adtentius considerans, plane cognoscit, se aliquid percipere. Haec operatio uocatur “*reflexio*”, seu “*conscientia*”.

Postremo, ut alia mittam, cum mens rem iterato percipit, et insuper conscia est, eamdem sibi iampridem cognitam esse, haec operatio uocatur “*reminiscentia*”.

⁹⁷ Est in eadem sententia Aristoteles, qui duas tantum operationes mentis esse ait,^[17] *De Anima*, lib. III, cap. 6.

^[1]iis *R²LNV*] iisdem *R¹* ^[2]Haec ... operatio. *R²LNV*] Est alia operatio omnino diuersa. *R¹* ^[3]ideam *R²LNV*] rem *R¹* ^[4]intelligimus *R²LNV*] cogitamus *R¹* ^[5]memoremus. *R²LNV*] commemoremus. *R¹* ^[6]Est ... diuersa. *R²LNV*] Haec est quinta mentis operatio. *R¹* ^[7]Aliquando *R²LNV*] Aliquando mens *R¹* ^[8]mens *R²LNV*] ueluti *R¹* ^[9]considerans ... animans *R²LNV*] *om. R¹* ^[10]discursum *R²LNV*] discursus *R¹* ^[11]quinta *R²LNV*] sexta *R¹* ^[12]quo ... perspiciat *R²LNV*] et confusas disponit quo facilius animaduertat *R¹* ^[13]methodus *R²LNV*] methodus seu uia docendi *R¹* ^[14]sexta *R²LNV*] septima *R¹* ^[15]noua *R²LNV*] alia *R¹* ^[16]Aliquando mens *R²LNV*] Est praeterea alia mentis operatio, nimirum cum mens *R¹* ^[17]ait *R²LNV*] defendit *R¹*

à mente um conhecimento que ela adquiriu, chamamo-lo “percepção”; e quando o referimos ao objecto de que procede remotamente e cuja imagem ele nos representa, denominamo-lo “ideia”.

É por isso totalmente certo que a mente humana adquire esses dois conhecimentos de natureza – por assim dizer – diferente, e que a sua actividade está apenas em associar de diversos modos tais conhecimentos.⁹⁷ Assim, considerando a diferente natureza desses conhecimentos, [41] existem apenas duas operações da mente: perceber e julgar. Mas, investigando com diligência as suas diversas funções e a forma como a mente humana se serve delas, podem considerar-se muitas mais operações.

Na verdade, o nosso espírito associa por vezes várias ideias de coisas muito diferentes; por exemplo, quando relaciona uma cabeça humana com o corpo de leão e com as asas de um pavão, ele representa-se um novo animal. Esta é uma outra operação da mente.

Ao invés, por vezes a mente como que separa uma ideia de outra; por exemplo, quando pensamos a brancura de uma parede sem pensarmos a parede, ou quando percebemos o comprimento do espaço sem a ideia de “matéria”, ou quando falamos de um certo número de coisas sem nos representarmos as próprias coisas. Esta é uma operação muito diferente da anterior.

Outras vezes a mente progride de um juízo a outro, ajuizando deste modo: após ter considerado que Pedro é um ser animado e examinando em seguida o que significa “ser animado”, estabelece a conclusão “Pedro é vivente” e “Pedro é senciente”. Esta operação chama-se “discurso”, sendo a quinta operação da mente.

Outras vezes, para com maior facilidade perceber se certas coisas se inferem de outras, a mente ordena os juízos e os raciocínios. Esta operação denomina-se “método”, e é a sexta operação da mente.

Por vezes, após haver recorrido pró e contra e não ter entendido com clareza onde está a verdade, ela toma uma atitude dubitativa, ou seja, abstém-se de ajuizar. Esta atitude dubitativa é outra operação da mente.

Outras vezes ainda, reflectindo sobre si próprio atentamente, o espírito conhece com clareza que tem a percepção de algo. Esta operação tem o nome de “reflexão” ou “consciência”.

Por último, omitindo outras coisas, se a mente perceber um objecto reiteradamente e, além disso, estiver ciente de tê-lo conhecido em tempo anterior, chama-se a esta operação “reminiscência”. Infere-se, portanto, com evidência existir

⁹⁷ É da mesma opinião Aristóteles, que afirma existirem apenas duas operações da mente (*De Anima*, liv. III, cap. 6).

Ex quo manifestum fit,^[1] plures, quam uulgares Logici suspicantur, esse mentis^[2] operationes.⁹⁸

[42]

CAPVT III

Quid senserint philosophi de modo quo mens humana rerum ideas acquirit, et^[3] quid uerisimilius

Ac sane mens humana rerum omnium ideis perfunditur. Sed illud superest examinandum, illane insitas sibi et ingenitas huiusmodi ideas habeat, an ab externa caussa accipiat, et quomodo.

Atque illud extra controuersiam positum uidetur, animum nostrum non hoc habere, ut se^[4] ipso sit idea et perceptio rerum; nam si^[5] esset, omnes omnia intelligeremus, et semper et eodem modo, quod secus est. Nam homines sunt alii aliis acutiores, quidam uero ita hebetes ut stipitem, non hominem, praeferant; praeterea plurimi ea ediscunt quae nesciebant. Quae plane conficiunt, ideas ab animo adquiri.

Vt uero exponant Philosophi quo pacto mens huiusmodi ideas adquirat, multi multa dixere, quae in praesentia pro merito expendere, nec lubet, nec uacat. Tantum, quae ad id, quod quaerimus, percipiendum uiam sternunt delibabimus.

Plato, qui animos humanos per sidera sparsos esse [43] putasset,^[6]⁹⁹ adseruit rerum omnium ideas aeternas esse,^[7] et innatas, seu singulis mentibus a Deo impressas fuisse, in quibus ipsae clarissime omnia intuerentur. Postea uero cum mens necessitate quadam ad humanum corpus descendit, ideas illas omnes contagione corporis misceri,

⁹⁸ Probe^[8] memoria tenenda est potestas, ac diuersitas nominum, quae facultates mentis significant, et identidem in hac disputatione occurrunt. Phantasia seu imaginatio est uis illa mentis qua res omnes corporea imagine expressas nobis repraesentamus. Ingenium est mentis sollertis in inueniendo et excogitando. Iudicium est facultas seligendi ea quae recta sunt, iisque pro rei dignitate utendi. Memoria est facultas res iterato cognoscendi, ita ut mens sentiat se id ante perceperisse, cuius actus est reminiscentia.

Phantasia ab exercitatione non dependet, sed natura omnibus inest. Ingenium partim a natura est, partim exercitatione comparatur. Iudicium non nisi multa meditatione, et usu doctissimorum philosophorum consequi potest. Memoria, quod a cerebri temperamento pendeat et ipsa exercitatione adquiritur, uel augetur.

Et hinc perspicuum est, cur illi qui ingenio admodum ualent, iudicio plerumque non item. Nam Ingenium in excogitando et componendo occupatur; contra Iudicium in separando recta a non rectis, quae longe inter se discrepant.

⁹⁹ In *Timaeo*.

^[1]fit *R²LNV*] *om. R¹* ^[2]mentis operationes. *R²LNV*] SCHOLION ... discrepant. *add. R¹: vd. infra Annexum VI.* ^[3]et ... uerisimilius *R²LNV*] et uerisimilius sententia explicatur *R¹* ^[4]se ipso *R²LNV*] *om. R¹* ^[5]si *R²LNV*] si ita *R¹* ^[6]putasset *R²LNV*] putaret *R¹* ^[7]esse et innatas *R²LNV*] innatas esse *R¹* ^[8]Probe ... discrepant. *R²LNV*] *om. R¹*

um maior número de operações da mente do que aquele que supõem os lógicos vulgares.⁹⁸

[42]

CAPÍTULO III

**As opiniões dos filósofos sobre o modo como a mente adquire
as ideias das coisas, e qual delas é mais verosímil**

A mente humana está realmente repleta de ideias de muitas coisas. Contudo, é necessário examinar se ela possui tais ideias como inatas ou congénitas, ou se as adquiriu em virtude de uma causa exterior e de que modo.

Parece fora de controvérsia que o nosso espírito não deve considerar-se como se fosse ele próprio ideia e percepção das coisas, pois, se assim sucedesse, entenderíamos todas as coisas e de modo idêntico, o que de facto não acontece. Na verdade, há pessoas que possuem maior agudeza de espírito do que outras, pois algumas delas são de tal modo obtusas que parecem idiotas e não pessoas, enquanto a maior parte aprende o que desconhecia. Infere-se daqui com toda a clareza que as ideias são adquiridas pelo espírito.

A respeito do que expõem os filósofos sobre o modo como a mente adquire as ideias, há muitos que sustentam muitas coisas que presentemente não me apraz nem é oportuno referir. Vou apenas tocar ao de leve o que aplanar o caminho para poder entender-se o que me proponho exprimir.

Considerando que os espíritos humanos estão disseminados pelos astros⁹⁹, [43] defendeu Platão que são eternas e inatas as ideias de todas as coisas ou que foram impressas por Deus em cada uma das mentes, nas quais são contempladas com total clareza. Mas após a mente ter descido ao corpo humano por uma certa fatalidade, todas as ideias ficaram obnubiladas pelo contacto com o corpo, pelo que só por uma reflexão diuturna e pelo exercício dos sentidos é que a mente é capaz de readquirir

⁹⁸ Devem conservar-se muito bem na memória as propriedades e a diversidade dos nomes que significam faculdades mentais e que continuamente ocorrem na discussão deste assunto. A fantasia ou imaginação é a faculdade da mente pela qual tornamos presentes todas as coisas representadas nas imagens corpóreas. O talento é a destreza da mente em inventar e descobrir pela reflexão. O juízo é a faculdade de optar pelas coisas que são verdadeiras e de servir-se delas dignamente. A memória é a faculdade de conhecer uma segunda vez as coisas de modo que a mente perceba tê-las conhecido em tempo anterior; a sua actividade é a reminiscência.

A fantasia não depende da experiência, existindo em todas as pessoas por natureza. O talento obtém-se em parte por natureza e em parte pela experiência. O juízo apenas pode adquirir-se por meio de muita reflexão e pela convivência com os filósofos mais doutos. A memória, por estar dependente da constituição do cérebro, também se adquire e desenvolve pela experiência.

Deste modo, é evidente por que motivo os que se distinguem no talento não se distinguem por vezes no juízo. Na verdade, o talento dedica-se à reflexão e à comparação, ao contrário do juízo, que se dedica à distinção entre o verdadeiro e o falso. Portanto, eles diferem muito entre si.

⁹⁹ *Timeu*.

nec nisi diuturna meditatione et sensuum exercitio ordinem et claritatem recuperare, et sui notitiam excitare. Hinc illud Platonis: “Nihil aliud est dicere, nisi recordari”.¹⁰⁰

Platonis sententiam sed emendatam suscitavit Cartesius.¹⁰¹ Censuit enim animos creari a Deo quidem, cum corpori coniunguntur; sed eodem tempore Deum illis imprimere semina quaedam idearum, quae nisi a motibus sensuum excitentur, percipi non possint.

Cartesii sententiam amplexati sunt plures, sed non eodem modo. Quidam existimant, menti hoc datum diuinitus, ut, motis sensibus et cerebro, ideas generet. Contra quidam a Deo ideas creari dicunt et animo imprimi sensuum gratia. Aliqui mentem in Deo, cui est essentialiter coniuncta, tamquam in imagine corpora uidere putant. Alii res sensiles^[1] sine ulla imagine a mente cognosci defendunt. De quibus alias.

Sunt tamen philosophi cum ueteres, tum recentiores, qui in contraria sunt sententia: et ideas omnes uel per sensus, uel meditatione, ex iis quae per sensus ingrediuntur, comparari dicunt; id tamen alia et alia ratione expediunt.

Principio stoici innatas ideas negarunt,¹⁰² et constanter adfirmarunt nihil esse in mente quod non per sensus accipiatur.^[2] Aristoteles autem censet animam^[3] esse duplicem. Altera^[4] dicitur intellectus patiens, qui rerum omnium formas recipit; altera intellectus agens, seu cognoscens, qui “phantasmata” quodammodo illustrat ut cognoscantur.¹⁰³ [44] Porro intellectus natura talis est, ut nullam in se rerum ideam habeat impressam; sed sit ueluti tela, in qua imago nulla depicta est, sed possunt omnia depingi. Existimabat igitur mentem non nisi a sensibus rerum omnium formas et imagines habere. Vnde uulgatum illud peripateticorum enunciatum: “Nihil est in intellectu quin prius fuerit in sensu”.¹⁰⁴

Lucretius uero putat ex ipsis rebus obiectis auolare “simulacra” quaedam quae sensus ingrediuntur, et motus similes in cerebro faciunt, quod ipsum est idea¹⁰⁵.

Scholastici hoc modo rem explicant: imago obiectae rei, seu species in sensus incurrens simul cum sensu generat sensationem. Sensio mittit ad phantasiam speciem

¹⁰⁰ Cicero, *Tusculanae*, lib. I, cap. 24.

¹⁰¹ *Meditationes*, III, p. 17 ac in *Principia Philosophiae*, Parte I, art. 3.

¹⁰² Plutarch., *De Placitis*, lib. III, cap. 11.

¹⁰³ Quamuis Aristotelis uerbis utantur Scholastici, tamen uterque intellectus in eorum sententia est diuersus ab eo quod ait^[5] Aristoteles, qui censet: “Intellectum patientem esse mortalem, agentem^[6] uero non esse partem hominis”, lib. III, *De Anima*, cap. 5 et 6. Vide^[7] me supra, cap. I, in Nota de Concilio Viennensi.

¹⁰⁴ Arist., *De Anima*, III, cap. 5 et 8.

¹⁰⁵ *De Rerum Natura*, lib. III, initio et praesertim v. 730 et seqq.

^[1]sensiles *R²LNV*] sensibiles *R¹* ^[2]accipiatur. *R²LNV*] ingrediatur. *R¹* ^[3]animam *R²LNV*] intellectum *R¹* ^[4]Altera *R²LNV*] Alter *R¹* ^[5]ait *R²LNV*] dicit *R¹* ^[6]agentem ... hominis *R²LNV*] *om. R¹* ^[7]Vide ... Viennensi. *R²LNV*] *om. R¹*

a ordem e a clareza das ideias e estimular o seu conhecimento. Daí a sentença de Platão: “Aprender é apenas recordar-se”.¹⁰⁰

A opinião de Platão foi adoptada por Descartes,¹⁰¹ mas corrigida. Este foi de parecer que os espíritos são criados por Deus ao unirem-se aos corpos, mas simultaneamente Deus inculca-lhes certos germes de ideias que não podem ser percebidos, excepto se forem estimulados pelos movimentos dos sentidos.

O parecer de Descartes foi aceite por muitos, mas não de forma idêntica. Alguns foram de opinião de que, dados os movimentos dos sentidos, o cérebro origina por uma dádiva divina as ideias na mente. Ao invés, outros afirmam que as ideias são criadas por Deus, sendo impressas no espírito em virtude do exercício dos sentidos. Outros pensam que a mente vê os corpos em Deus, como num modelo, ao qual ela está unida essencialmente. Outros sustentam ainda que as coisas sensíveis são conhecidas pela mente sem imagens. Mas sobre estes irei discorrer noutra parte.

Há, porém, filósofos, tanto antigos como modernos, com opiniões diferentes, afirmando que todas as ideias, quer originadas na sensação quer na reflexão, são adquiridas por meio dos sentidos, embora eles expliquem isso de diversos modos.

Em primeiro lugar, os estóicos rejeitaram as ideias inatas,¹⁰² asseverando com persistência nada existir na mente que não seja obtido por meio dos sentidos. Quanto a Aristóteles, é de opinião que existem duas almas: o entendimento paciente, que recebe as formas de todas as coisas; e o entendimento agente ou cognitivo, que ilumina de certo modo os “fantasmas” para serem conhecidos.¹⁰³ [44] Porém, o entendimento, pela sua natureza, não possui em si mesmo qualquer ideia impressa, sendo como uma tela em que nenhuma imagem está representada, mas em que podem representar-se todas as coisas. Aristóteles pensava, portanto, que a mente só possui as formas e as imagens de todas as coisas enquanto originadas nos sentidos; daí a bem conhecida sentença dos peripatéticos: “Nada existe no entendimento que não tenha estado anteriormente nos sentidos”.¹⁰⁴

Lucrécio supunha, porém, que são transmitidos dos objectos certos “simulacros” que penetram pelos sentidos, causando movimentos semelhantes no cérebro, sendo isso as próprias ideias.¹⁰⁵

¹⁰⁰ Cícero, *Tusculanae*, liv. I, cap. 24.

¹⁰¹ *Meditationes*, III, p. 17; *Principia Philosophiae*, 1ª parte, art.3.

¹⁰² Plutarco, *De Placitis*, liv. IV, cap. 11.

¹⁰³ Ainda que os escolásticos se sirvam das palavras de Aristóteles, contudo, ambos os entendimentos são na sua opinião de natureza diferente daquela que é referida por Aristóteles quando declara: “O entendimento paciente é mortal, e o agente não é parte do homem” (*De Anima*, liv. III, caps 5-6). Ver o que escrevi anteriormente no capítulo primeiro, na nota sobre o concílio de Viena.

¹⁰⁴ Aristóteles, *De Anima*, III, caps. 5 e 8.

¹⁰⁵ *De Rerum Natura*, liv. IV, no início, e sobretudo verso 370 e segs.

quamdam sui uicariam, quae uocatur “phantasma impressum”. Phantasia dum hanc recipit, producit “phantasma expressum”, seu cognitionem materialem. Intellectus agens cum “phantasmate” gignit speciem intelligibilem spiritalem,^[1] quam intellectus patiens in se recipit, et tali praesidio generat cognitionem spiritalem obiecti corporis, cuius^[2] ope cognoscit illud.

Quod si nihil simile habet imago, quae in phantasia pingitur, cum illa quae in mente sentitur, exempli gratia cum cogitamus “chimaeram”, et “aureos fluctus”, quae per sensus non habentur, propterea quod non sunt, tunc eodem modo se res habet, nimirum intellectus, qui mirabilem coniungendi et diuidendi facultatem habet, duas illas ideas “hominis” et “belluae”, “auri”, et “fluctuum” coniungit; proinde illa cognoscit et enunciat quasi exstarent.

Atque huic sententiae, quae a sensibus omnia repetit eodem paene tempore quo Cartesius pro Platonica instauranda^[3] laborabat, lucem plurimam adtulit Petrus Gassendus, eamque doctissime confirmauit. Sed omnium maxime Ioannes Lockius fine superioris saeculi ideas innatas acerrimo ingenio profligauit, contendens, ab hoc duplici fonte, sensu et meditatione, ideas omnes proficisci^[4].

Haec philosophandi ratio recentissimis^[5] philosophis adeo placuit uix ut alia^[6] cum honore nominari possit. Ego uero, missis magnis nominibus philosophorum, sic censeo [45] uerisimile esse ideas omnes ortu a sensibus ducere. Moueor talibus argumentis.

I. Nam si, remotis omnibus praeiudiciis, infantem examinamus plane intelligemus, per sensuum fenestras in illius animum ideas^[7] omnes primo inlabi, nec nisi multo post tempore, et grandiore factum, ex iis quae sensuum ope accepit, ideas alias ratiocinando deriuare.^[8]

Consideremus ergo hominem infantem. Quid in eo mentis^[9] deprehendis? Ille uero praeter sensum gustus et tactus, quibus frequentius utitur, indicium nullum facit intelligentiae: stipitem diceris, an belluam? Iam uero fantem et balbutientem contemplemur.^[10] Quid tum? Garrit continenter:^[11] “buas” ac “papas,” “mamas” et “tatas” dicit; nutrices et eiusmodi alia nominat, et agnoscit. Cur ita? quia centies in hora ad aures illi^[12] occinunt hisce nominibus; digito res monstrant; blanditiis et bellariis, ut animaduertat, alliciunt; proinde cognoscit. Quid mirum? canis etsi bellua frequenti adspectu erum dignoscit, cur non puer?

II. Quo uero intelligas nullam notionem^[13] e sinu suo educere puellum, sed omnes ab obiectis quae extra sunt accipere, uel hoc unum animaduerte puerulos

^[1]spiritalem *R²LNV*] *om. R¹* ^[2]cuius ope *R²LNV*] id est *R¹* ^[3]instauranda *R²LNV*] suscitanda *R¹* ^[4]proficisci. *R²LNV*] deriuari. *R¹* ^[5]recentissimis Philosophis *R²LNV*] recentissimorum Philosophorum cohorti *R¹* ^[6]alia *R²LNV*] alia hac aetate *R¹* ^[7]ideas omnes *R²LNV*] omnes ideas *R¹* ^[8]deriuare. *R²LNV*] deducere. *R¹* ^[9]mentis deprehendis? *R²LNV*] deprehendis intellectus? *R¹* ^[10]contemplemur. *R²LNV*] consideremus. *R¹* ^[11]continenter *R²LNV*] indesinenter *R¹* ^[12]illi *R²LNV*] *om. R¹* ^[13]notionem *R²LNV*] cognitionem *R¹*

Os escolásticos explicaram este assunto deste modo: a imagem do objecto ou a espécie, estimulando os sentidos, origina a sensação; a sensação produz na imaginação uma determinada espécie com ela relacionada, que se chama “fantasma impresso”; a imaginação, ao recebê-lo, produz o “fantasma expresso” ou o conhecimento material; o entendimento agente, com base no “fantasma”, origina a espécie inteligível espiritual, que o entendimento paciente recebe em si, produzindo com o seu auxílio o conhecimento do objecto corpóreo, pois é por meio dele que este é conhecido.

Mas, se a imagem representada na imaginação nada tiver de semelhante com aquilo que é pensado pela mente, isso tem a ver com as próprias coisas; por exemplo, quando pensamos em “quimera” e em “mar da cor do ouro”, que não são percebidos pelos sentidos, dado não existirem essas coisas. Contudo, o entendimento – por possuir a admirável capacidade de unificar e de separar – ajunta as ideias de “homem” e de “besta”, de “ouro” e de “mar”, conhecendo por isso essas coisas e exprimindo-as como se elas existissem.

Sensivelmente na época em que Descartes se empenhou em restaurar a filosofia platónica, a opinião que sustenta depender dos sentidos todo o conhecimento foi grandemente clarificada por Pierre Gassendi, que a confirmou doutamente. Mas entre todos foi sobretudo John Locke, no fim do século passado, que impugnou com agudeza de espírito a existência de ideias inatas, porfiando que todas as ideias se originam em duas fontes: a sensação e a reflexão.

Este modo de filosofar foi adoptado com tanto agrado pelos filósofos modernos que dificilmente qualquer outro pode mencionar-se com apreço. Omitindo os nomes de filósofos ilustres, pela minha parte sou de opinião ser verosímil [45] que todas as ideias se originam nos sentidos. Apresento a propósito os seguintes argumentos:

I. Pondo de lado todas as opiniões preconcebidas, se observarmos uma criança, percebemos com toda a clareza que é por meio dos sentidos que penetram em primeiro lugar todas as ideias no seu espírito; e só passado muito tempo e já avançada em idade é que ela infere pelo raciocínio outras ideias originadas nas que recebera pelos sentidos.

Examinemos por isso uma criança. O que podemos depreender existir na sua mente? Além dos sentidos do gosto e do tacto, de que se serve com maior frequência, não há nela nenhum indício de inteligência; quase se poderia dizer que não passa de um imbecil ou de uma besta. Mas observemo-la agora falando e balbuciando. O que sucedeu então? Ela limita-se a tagarelar continuamente, dizendo: “buá”, “papá”, “mamã”, “tatá”. Pronuncia apenas os nomes das amas e só elas reconhece. E porquê? Porque centenas de vezes lhe fizeram soar aos ouvidos essas palavras, indicaram as coisas com os dedos, cativaram-na com carícias e guloseimas para lhe chamar a atenção; por isso, ela reconhece-as. E qual o espanto? Se os cães, embora bestas, conhecem frequentemente o dono pela sua aparência, por que não uma criança?

II. Isto compreende-se porque uma criança não extrai do seu íntimo nenhuma noção, adquirindo todas elas com base nos objectos exteriores. Se prestarmos atenção, verificamos que as crianças nada desejam ardentemente nem se exprimem

nihil concupiscere, aut loqui, nisi de iis quae auditu, uisu, ceteris denique sensibus perceperunt,^[1] in reliquis caecutiunt prorsus. Decipiuntur facile, propterea quod ideas simulationis,^[2] infidelitatis non dum habent. Vt corpore, sic mente progrediuntur. Quod argumentum satis magnum est cur dicamus a sensibus primaeuas ideas ducere originem.

III. Hoc igitur modo rerum omnium, quae in mundo sunt, habentur perceptiones et^[3] ideas, quas mens nescio quo in loco conseruat, ut inde, cum opus fuerit, sumat. Homines siquidem, ut experientia compertum^[4] habemus, non prius ratiocinantur, quam per sensus ideas rerum acceperunt; auditu praesertim, quo utuntur plurimum. Cum uel dum in cunis uagiunt, multa ad^[5] aures filiorum matres, multa nutrices uociferentur,^[6] et tam saepe repetant, ut prorsus fieri non possit quin aliquando intelligant, meditationis uestigium nullum apparet. Ex^[7] quo efficitur animum infundi homini omnis ideae^[8] ac notionis expertem, esseque ueluti tabulam rasam, ut Peripateticorum uerbis utar, in qua pingi multae imagines possunt, nulla tamen picta est.

[46] IIII. Neque uero id meritis uitio, sed idearum inopia^[9] usuuenit. Nam quae apte pueruli acceperunt, tam clare intelligunt quam^[10] homines faciunt. Puella siquidem lactenti, qui nihil dum loquitur, nec multa cognosci, persuadere nulla arte poteris acetum esse lac. Discernit profecto facillime unam ideam ab alia, nec ullo pacto induci poterit ut acetum pro lacte fugat, propterea quia adsiduo gustandi usu acceperat ideam claram saporis lactis. Quod si rerum ceterarum imagines illius animo obiicerentur, profecto cognosceret. Non cognoscit, non igitur habet.

V. Adde huc puellios omnia quae uident minari, tintinnabuli sonitu, uel alterius rei, quae tintinnat, ualde^[11] commoueri, ac ueluti in ecstasim rapi. Admiratio^[12] autem nouitatis indicium est certum,^[13] miramur enim quae non uidimus, quae uero quotidiana sunt prorsus contemnimus. Cumque pueri omnibus etsi uulgatissimis capiantur, fit consequens illos^[14] earum rerum ideas non habere.

VI. Praeterea in puellis plerumque perceptio tantum est, iudicium seu existimatio aut nulla, aut prorsus exigua, id^[15] est, fluctuans et incerta. Quorum si causam inuestigamus, reperiemus^[16] esse qui plurimis ideis rerum carent, nam iudicium sine ideis non habetur.

VII. Cum ergo dicimus peruenisse animum ad usum rationis, non ita dicimus quasi animo noua adhibeatur facultas ratiocinandi, haec namque est ipsamet natura mentis, sine qua esse illa non potest. Hoc igitur uocamus “usum rationis” peruenire animum

^[1]perceperunt *R²LNV*] acceperunt *R¹* ^[2]simulationis *R²LNV*] deceptionis *R¹* ^[3]et ideae *R²LNV*] *om. R¹* ^[4]compertum *R²LNV*] exploratum *R¹* ^[5]ad aures filiorum *R²LNV*] in aures eorum *R¹* ^[6]uociferentur *R²LNV*] clament *R¹* ^[7]Ex quo efficitur *R²LNV*] Quod plane conficit *R¹* ^[8]ideae ac notionis *R²LNV*] cognitionis *R¹* ^[9]inopia usuuenit. *R²LNV*] defectu euenit. *R¹* ^[10]quam *R²LNV*] ut *R¹* ^[11]ualde *R²LNV*] uehementer *R¹* ^[12]Admiratio autem *R²LNV*] At admiratio *R¹* ^[13]certum *R²LNV*] maximum *R¹* ^[14]illos *R²LNV*] eos *R¹* ^[15]id est, ... incerta. *R²LNV*] *om. R¹* ^[16]reperiemus ... ideis *R²LNV*] reperiemus hanc esse propterea quia ideis *R¹*

a não ser a respeito do que perceberam pelo ouvido, pela vista e pelos outros sentidos, de contrário permaneceriam totalmente ignorantes. E elas são facilmente enganadas por não possuírem as ideias de simulação e de deslealdade, dado que é com o crescimento do corpo que a mente se desenvolve. Este argumento é mais que suficiente para podermos afirmar que os sentidos são a origem das primeiras ideias.

III. De forma idêntica, possuímos percepções e ideias de todas as coisas existentes no mundo. Mas desconheço em que lugar a mente as conserva de modo a servir-se delas quando necessita, pois os seres humanos, como sabemos por experiência, só raciocinam após terem adquirido as ideias das coisas por meio dos sentidos, sobretudo por meio da audição, de que nos servimos grandemente. Por isso, quando no berço as crianças soltam vagidos, as mães proferem muitas palavras aos ouvidos dos seus filhos e as amas falam em voz alta, repetindo frequentemente as repreensões, não pode deixar de suceder que a criança acabe por ter percepções. No entanto, não existe ainda nenhum indício de reflexão. Infere-se daqui que o espírito é infundido no ser humano desprovido de todas as ideias e noções; ele é apenas como uma tábua rasa – usando as palavras dos peripatéticos –, em que se podem representar muitas figuras, não estando, porém, nenhuma representada.

[46] IV. Na verdade, isso não acontece em virtude de uma imperfeição da mente, mas da inexistência de ideias, pois aquilo que as crianças adquirem convenientemente por meio dos sentidos entendem-no com a mesma clareza que as pessoas adultas. Com efeito, a uma criança lactente que ainda não fala nem conhece muitas coisas não é possível convencê-la por nenhum artifício de que o vinagre é leite. Ela distingue facilmente uma ideia da outra, pelo que de maneira nenhuma pode ser persuadida a sorver o vinagre em vez do leite, dado que pelo hábito de tomar o sabor do leite adquiriu a ideia clara do seu gosto. Por isso, se se apresentassem ao seu espírito imagens de outras coisas, conhecê-las-ia seguramente; e, se não as conhecesse, é porque não as possuía.

V. Deve acrescentar-se que ao verem qualquer coisa as crianças ficam cheias de espanto: com o som das campainhas ou de outras coisas que tilintam, elas ficam muito impressionadas e como que enlevadas em êxtase. Mas o espanto é um indício evidente de algo inesperado: espantamo-nos com aquilo que ainda não tínhamos visto e consideramos inteiramente desprezível o que presenciamos todos os dias. E dado que as crianças estão impedidas de se ocuparem de todas as coisas, mesmo das mais triviais, resulta que não possuem as ideias dessas coisas.

VI. Além disso, as crianças possuem apenas geralmente percepções. Quanto ao juízo ou discernimento, ou não existe ou é totalmente débil, isto é, hesitante e impreciso. Indagando a causa disto, verificamos que elas estão desprovidas da maior parte das ideias das coisas. Com efeito, o juízo sem ideias não existe.

VII. Portanto, quando digo que o espírito atinge o uso da razão, não me proponho afirmar que tenha sido acrescentada ao espírito uma nova faculdade de raciocinar, pois a razão é a própria natureza da mente, sem a qual esta não poderia existir. Assim, denomino “uso da razão” o estado que o espírito alcança quando possui um tão grande número de ideias adquiridas pelo uso dos sentidos que é capaz de

ad eum flatum in quo tam multis abundat rerum ideis, sensibus^[1] acquisitis, ut alias cum aliis conferre, ex iis uero alias deducere,^[2] et aliqua exercitatione deriuare^[3] sciat. Id tali exemplo perspicuum fiet.

Fingamus hominem^[4] omnis artificii peritissimum, sed instruentis, quibus artem exerceat, destitutum. Quid illi deficit ut arte suas tractet? Nihil nisi instrumenta et materia. Non aliter de animis hominum licet iudicare. Creat Deus mentem intelligendi et ratiocinandi artificem peritissimam, quia tamen non eam sinit intelligere, nisi ex motu organorum machinationis nostrae, quae ueluti fenestellas animi esse uoluit; hinc mens ista supellectile carens, intelligere nihil potest. Maxime uero, dum temporis progressu huiusmodi ideis ditatur et expedita efficitur, cogitat et [47] iudicat. Est enim iudicium animi actio qua intelligo, exempli gratia ideam^[5] “uiuientis” conuenire ideae “Petri”, idque mecum reputo et constituo. Quid autem iudicem, si nec Petri nec uiuentis^[6] habeo ideas?

Quare cum uideamus nihil iudicare infantes, nihil constituere, dum uero pueri sunt, tum et dum ex pueris excedunt, sensim iudicare de rebus quas uel uisu, uel auditu habent, cum^[7] eas habet, scite utitur et perexpedit.

VIII. Neque uero puelli modo, sed adolescentes et prouecti aetate per totum uitae cursum rerum ideas accipiunt, nec nisi de iis quae per sensus acceperunt, aut ex acceptis collegerunt, loquuntur. Numquam audiui hominem qui de rebus loqueretur quas non sensuum exercitatione adquisiuerit. Illi ipsi qui de rebus saepissime loquuntur quae nec esse nec intelligi possunt, quique uocabulis utuntur plerumque quibus uis nulla significandi subiicitur, a magistris habuere quae dicunt, uel ex praeceptorum institutis commentando deduxerunt. Interrogas quonam modo ista habuerint:^[8] audies respondentes rerum initia a magistris, reliqua meditatione se esse commentatos. Vt addubitare non possimus rem, ut ipsi fatentur,^[9] se habere.

VIII. Illae ipsae ideae quae, quod clarissime sunt et omnibus peruiae, innatae uidentur, si rem adtentius consideramus, eodem modo comparantur. Quid enim clarius quam “se esse”, “se esse cogitantem”? Tamen huiusmodi ideas non nisi post sensuum adsiduum usum, et post multam meditationem adquiruntur. Nemo enim accurate^[10] cogitat se esse, se esse cogitantem, nisi qui studiis contritus est, atque in ea aetate quae meditationi est accomodata. Porro hac aetate tot iam per sensus ideas habuit, tot meditatione adquisiuit; ut si negat ex illis, quas acceperat,^[11] eiusmodi ideam fluxisse, audiendus non sit.

X. Atque, ut de me ipso loquar, numquam mihi uenit in mentem philosophice^[12] cogitare me esse, et cogitare, nisi postea quam id in libris philosophorum legi, et

^[1]sensibus acquisitis *om. R¹* ^[2]deducere *R²LNV*] deducere iam possit *R¹* ^[3]deriuare sciat *R²LNV*] sciat deriuare, ex iis nimirum quae per sensus adquisiuit *R¹* ^[4]hominem *R²LNV*] esse hominem *R¹* ^[5]ideam ... constituo. *R²LNV*] ideam Petri conuenire ideae animalis, idque mecum reputo. *R¹* ^[6]uiuientis *R²LNV*] animalis *R¹* ^[7]cum *R²LNV*] dum *R¹* ^[8]habuerint *R²LNV*] habuerunt *R¹* ^[9]fatentur *R²LNV*] dicunt *R¹* ^[10]accurate *R²LNV*] *om. R¹* ^[11]acceperat, eiusmodi ideam *R²LNV*] habuerat, talem ideam *R¹* ^[12]philosophice *R²LNV*] *om. R¹*

comparar umas com as outras, deduzir delas ainda outras e aplicá-las à prática. Isto torna-se evidente, servindo-me de um exemplo.

Suponhamos uma pessoa muito hábil em qualquer ofício, mas que é carecida dos instrumentos com que exerce a sua profissão. O que lhe falta para exercer a sua arte? Nada, excepto os instrumentos e a matéria. Não deve pensar-se de modo diferente acerca dos espíritos dos seres humanos. Deus criou a mente humana à maneira de um artífice muito hábil para ela pensar e raciocinar, mas, porque não lhe foi permitido entender, excepto com base nos movimentos dos órgãos da nossa máquina, quais janelinhas da alma, se ela estiver privada delas, nada pode entender. Porém, a mente com o decurso do tempo enriquece-se de ideias, torna-se mais expedita e pode pensar e ajuizar. [47] Portanto, o juízo é uma actividade do espírito pela qual percebo, por exemplo, que a ideia de “viventente” se adequa à ideia de “Pedro”; e disso estou certo e posso demonstrá-lo. Mas como poderia eu emitir tal juízo se não possuísse as ideias de “Pedro” e de “viventente”?

Por isso, ao verificarmos que as crianças, enquanto crianças, não ajuízam e nada estabelecem, quando deixarem de ser crianças ajuízam progressivamente sobre as coisas que percepçionaram tanto pelo sentido da visão como pelo da audição. Por conseguinte, o seu espírito estava desprovido de ideias que, uma vez possuídas, se servem delas habilmente e de modo muito expedito.

VIII. Não apenas as crianças, mas também os jovens e as pessoas de provectoria idade adquirem ideias no decurso de toda a sua existência; aliás, elas apenas se exprimem sobre aquilo que receberam por meio dos sentidos ou que inferiram do que já conheciam. Com efeito, nunca conheci ninguém que se exprimisse sobre aquilo que não tivesse adquirido pelo exercício dos sentidos. Mas quem se exprime com muita frequência sobre coisas não existentes e impossíveis de entender – servindo-se muitas vezes de palavras que não têm subjacente nenhuma significação – o que afirma aprendeu-o dos mestres ou deduziu-o ao reflectir sobre os ensinamentos dos preceptores. Se lhe perguntássemos como isso sucedeu, responder-nos-ia que os primeiros conhecimentos foram explanados pelos mestres e que os restantes provieram da reflexão. E não podemos duvidar de que as coisas sucederam como ele confessa.

IX. Mesmo as ideias que – por serem totalmente claras e compreensíveis para todos – parecem inatas, considerando-as atentamente são adquiridas de forma idêntica. O que possui maior clareza que as proposições “existente” e “sou um ser pensante”? Contudo, só adquirimos estas ideias pelo uso continuado dos sentidos e após muita reflexão. Com efeito, ninguém é capaz de pensar que existe ou que é um ser pensante se não despende o tempo com os estudos na idade apropriada para a reflexão, pois já se adquiriram nesta idade tantas ideias por meio dos sentidos e pela reflexão que não deve ser ouvido quem recusa terem derivado essas ideias das fontes de que foram realmente adquiridas.

X. Falando de mim próprio, nunca me ocorreu ao espírito pensar filosoficamente que existo e que penso a não ser após ter lido isso nos livros dos filósofos e ter aceite o que eles ensinavam. Os que opinam de modo diferente digam abertamente, se desejarem ser sinceros, se não adquiriram da mesma forma tais ideias.

ab aliis, qui docebant, accepi. Ceteri uero qui in contrariam sententiam disputant, si uerum fateri uolunt, dicent aperte se eodem prorsus modo huiusmodi ideas habuisse.^[1]

XI. Omnino ergo duo sunt fontes ex quibus idea omnis [48] profluit, sensus et meditatio. Nam plurima usu^[2] et experientia acquirit homo, meditatione uero bene multa, et forsitan maiora, ex iis, quae^[3] sensibus accepit, mens educit. Nam cum ideas quas per sensus habuit,^[4] scrutatur, incredibile dictu est quam multas ideas ex aliis separet et promat; quot simul colligat, quamque differentes. Ad haec duo principia humana omnis cognitio reuocatur.

Verum humana mens ea conditione est ut id ipsum quod facit^[5] frequentissime non aduertat. Nam cum homines a tenera aetate adueta sint res^[6] quasque aliorum mente iudicare atque ex diuturno cum iis qui praeiudiciis imbuti sunt usu iisdem erroribus irretiantur; existit et illud, ut non nisi paucissimi, qui forte quadam res libero iudicio examinarunt, ea intelligant quibus, si rem uti par erat meditentur, adsentiri omnes deberent.

CAPVT IIII

Aliis argumentis efficitur ideas nostras non esse innatas

Hoc ipsum in hac disputatione fit manifestum. Nam qui de ideis innatis tanta animi contentione disputant, sic disputant, ut, quid illi uocent “innatum”, non alii modo, sed ne ipsi quidem plane intelligant, ita uarii sunt eorum explicandi modi.¹⁰⁶

Ac primum si esse “innatum” significat facultatem [49] contemplandi formas obiectorum,¹⁰⁷ erit quidem aliquid “innatum”; at id non est idea, sed natura mentis. Si uero innatum denotat cognitionem aliquam quae perpetuo adsit menti, uel me

¹⁰⁶ Idearum innatarum patronos plane non intelligere, quid dicant;^[7] uel hoc nomine afficitur, quod tam uarii sunt^[8] eorum explicandi modi, ut uix duos consentientes inuenias. Cartesius quasdam tantum facit innatas. Multo plures Henricus Morus. At Siluanus Regisius non nisi tres ponit innatas. Purchotius alio modo se explicat: alio et longe diuerso Leibnizius. Quid ceteros numerem? Cum ipsum litterati norint, non modo in numero, sed in definitione ideae innatae summe dissentientes esse Philosophos. Quod si recte philosophari uellent, aut omnes facerent innatas, aut nullas. Nam qua data porta plurimae ideae ingrediuntur, eadem et reliquae uel hoc, uel^[9] illo modo ingredi possunt.

¹⁰⁷ Cartesius ait “ideas innatas non esse aliquid diuersum a facultate cogitandi, sed earum cogitationum formas, quae cogitationes nec ab obiectis externis, nec a uoluntatis determinatione procedunt, sed a sola facultate cogitandi”, *Responsio ad Articulum 12 Programmatis Belgici*, anno 1647.

^[1]habuisse. R^2LNV] accepisse. R^1 ^[2]usu et experientia R^2LNV] experientia et usu R^1 ^[3]quae ... accepit R^2LNV] quae per sensus accepta sunt R^1 ^[4]habuit R^2LNV] accepit R^1 ^[5]facit R^2LNV] efficit R^1 ^[6]res ... iudicare R^2LNV] res aliena mente cognoscere et iudicare R^1 ^[7]dicant R^2LNV] adfirmant R^1 ^[8]sunt R^2LNV] sint R^1 ^[9]uel ... possunt. R^2LNV] *om.* R^1

XI. A sensação e a reflexão são, portanto, as duas únicas fontes em que se originam todas as ideias. [48] Muitíssimas delas são adquiridas pela prática e pela experiência. Por outro lado, a nossa mente infere muitas outras pela reflexão – e talvez a maior parte – com base naquelas que recebeu por meio dos sentidos. Com efeito, quando a mente investiga as ideias que obteve por meio dos sentidos, é incrível de dizer como ela tem capacidade de distinguir e de inferir umas das outras e de associá-las, ainda que sejam diferentes. Todo o conhecimento humano se reduz àqueles dois princípios.

Contudo, a mente humana encontra-se em tais condições que com muita frequência não presta atenção às suas actividades. Na verdade, quando os seres humanos se acostumaram desde tenra idade a ajuizar sobre certas coisas pela mente dos outros e se deixaram seduzir durante muito tempo pelos erros dos que estão imbuídos de preconceitos, resulta serem apenas muito poucos – que casualmente investigaram certas coisas com juízo isento – que as entenderam, as quais, se tivessem sido examinadas como era conveniente, todos os seres humanos lhes deveriam dar assentimento.

CAPÍTULO IV

Demonstra-se por outros argumentos que as nossas ideias não são inatas

Este assunto tornar-se-á evidente nesta discussão, pois aqueles que discutem com tanto empenho as ideias inatas discorrem de tal modo que aquilo que chamam “inato” nem sequer os próprios o entendem com clareza, dado serem diferentes os modos de exporem esta matéria.¹⁰⁶

Em primeiro lugar, se “inato” significa a faculdade [49] de contemplar as formas dos objectos,¹⁰⁷ existe certamente algo inato. Contudo, isto não é uma ideia, mas a natureza da mente. Se, porém, “inato” significa um conhecimento que está continuamente no espírito ou que é percebido no íntimo de nós próprios, então

¹⁰⁶ Os defensores das ideias inatas não entendem inteiramente o que afirmam e por que motivo são tão diferentes os seus modos de explicá-las que dificilmente podem encontrar-se duas pessoas que sejam da mesma opinião. Descartes aceita apenas algumas ideias inatas. Admite muitas mais Henry More, mas Sylvain Régis apenas três. Purchot exprime-se de modo diferente e sobretudo Leibniz. Por que motivo referir ainda outros? Com efeito, as pessoas instruídas reconhecem estarem extremamente em desacordo os filósofos não só quanto ao número, mas também quanto à definição das ideias inatas. Se eles desejassem filosofar convenientemente, ou considerariam todas as ideias como inatas ou nenhuma. Na verdade, franqueado o acesso, penetram muitas ideias, e por isso muitas outras podem penetrar de um ou de outro modo.

¹⁰⁷ Afirma Descartes que “as ideias inatas não são algo diferente da faculdade de pensar, mas formas de pensamentos, não se originando estes pensamentos nem nos objectos exteriores nem na deliberação da vontade; eles procedem apenas da faculdade de pensar” (*Resposta ao Artigo 12 do Programa Belga do Ano de 1647*).

tacente intelligitur, nullam esse ideam innatam. Nulla enim huiusmodi cognitio perpetuo menti nostrae obseruatur.

Vnum superest, ut innatae uocentur ideae quae nec sensibus,^[1] nec meditatione acquiruntur, sed se ipsis interdum menti occurrunt. Huiusmodi autem ideas esse innatas, modo exstarent, fatemur; exstare uero, id Philosophi aegre efficient.

Nam primum docere debent, idque firmissimis argumentis, idearum quas adducunt, nullam homines a maioribus suis notitiam accepisse; deinde, nec ex iis quae per sensus habuerunt, comparari potuisse. At id communi experientiae aduersatur. Nam cum pueruli uel a primo natiuitatis tempore domesticos audiant, ab iisque ideas etiam abstractas accipiant; deinde ad libros et praeceptores animum adiungant qui eos plurimis imbuunt ideis; dubium non est, ab his fontibus ea deduci quae postea sciunt. Res tali exemplo fiet clarior.

Fingamus hominem qui a prima aetate non nisi cum musicis uersatus, scite fidibus canere, uel fistula, uel tibia, uel cithara; uel aliud instrumentum musicum dextere pulsare. Interrogatus tamen a quo accepit, a nullo dicat, sed natura esse musicum. Quis illi credet? Quis non dicet insanum? Nimirum quia uerisimile non sit hunc a musicis educatum, non ab illis, quae callet, accepisse. Eodem modo de puello iudicabimus. Cum enim a prima exspiratione aerae uitalis alios audiat, qui rerum ideas inculcant, inepti simus si putemus, a se, non ab illis, habuisse.

Id ipsum experientia confirmat. Nam qui inter feras nutriti^[2] fuere, aut nati surdi et muti, casu aliquo cum [50] hominibus loqui didicerunt,¹⁰⁸ non modo

¹⁰⁸ Ex multis, quae proferre possemus, exemplis duplex dabimus. 1. Anno 1694 in nemoribus ad Lithuaniae et Russiae confinia situs, inter gregem ursorum capitur iuuenis, decem circiter annos natus, adpectu ferino, manibus pedibusque incedens, loquela expers, et nullum rationis faciens iudicium. Baptizatur illico, et humano uiuendi ritui aduetus post longum tempus uerba quaedam rauca prorsus inhumana coepit proferre, et ea quae dicebantur intelligere. Interrogatus de uita siluestri, eius non magis recordabatur, quam nos eorum quae infantes cogitauimus. Describit hominem Bernardus Connor in *Euangelio Medici*, art. 15, qui aliud simile addit exemplum, fide Iohannis Petri Van Denbrande, Legati Bataui in Britannia, qui anno 1669 Warsauiae uidit hominem siluestrem inter ursos captum. Nam frequens est in Lithuania, ut pueri, in agro ab incautis parentibus relictis, ab ursis famelicis deuorentur. Quod si uersa est lactans, aliquando eos ad gregem ducit, et ferarum more educat.

Hoc exemplum probat luculenter, hominem dum sermonis usu caruit (qui est admodum necessarius, ut mens attendat ad ideas, ac ex earum consideratione uniuersales notiones acquirat, sine quibus usus rationis non constat) nullas, nedum innatas, ideas habuisse.

2. Iuuenis natus surdus et mutus a parentibus Catholico ritu educatur, adeo ut more nostro se muniret signo crucis, et aqua lustrali frontem adspergeret, tum et in genua procumbens precantis more diu esset. Casu campanarum sono in aures adstantis inlapso, auditum recuperauit. Post quatuor menses cum uerba imperfecta edere didicisset, accurate a Theologis interrogatus, non solum nullam de Deo, de anima, ac honestate actionum ideam habuisse reperiatur; sed nec animum unquam ad ea attendisse et multo minus eadem examinasse;^[3] contentus imitari quos uidebat; nihil amplius habens, quam meram intuitionem et perceptionem rerum. *Historia Academiae Regiae Parisiensis*, anno 1703.

^[1]sensibus R^2LNV] per sensus R^1 ^[2]nutriti R^2LNV] educati R^1 ^[3]examinasse R^2LNV] meditare examinasse R^1

não há nenhuma ideia inata. Na verdade, não existe tal espécie de ideias que esteja continuamente presente no nosso espírito.

Subsiste o caso de se poderem denominar “inatas” as ideias que não são adquiridas nem por meio dos sentidos nem da reflexão, mas que por vezes ocorrem por si mesmas à mente. Reconheço que essas ideias parecem inatas, mas que o sejam verdadeiramente só a muito custo os filósofos o admitem.

Na verdade, eles deveriam primeiramente demonstrar com argumentos muito consistentes que os seres humanos não receberam dos antepassados o conhecimento das ideias a que se referem; além disso, que essas ideias não foram adquiridas por meio das obtidas pelos sentidos. Mas a experiência comum impugna isso. Com efeito, quando um rapazinho ouve os familiares desde tenra idade, recebe também deles o conhecimento das ideias abstractas, após o que aplica o espírito à leitura dos livros e à audição dos preceptores, que lhe inculcem muitas ideias. Por isso, é indiscutível ter sido dessas fontes que ele adquiriu as ideias de que posteriormente teve conhecimento. Mas este assunto ficará mais inteligível com um exemplo.

Suponhamos uma pessoa que, convivendo desde tenra idade apenas com músicos, acabou por tocar com destreza a lira, a fístula, a flauta, a cítara ou a manejar habilmente outro instrumento musical. Perguntando-lhe de quem recebeu esse dom, ela responde não ter sido de ninguém, mas que é músico por natureza. Quem irá acreditar nela? Quem não irá dizer que ela é louca? Na verdade, não é verosímil que, tendo ela sido educada por músicos, não foi deles que recebeu as suas aptidões. Dir-se-á o mesmo do rapazinho; dado que desde o primeiro momento de vida ele ouviu os outros que lhe inculcaram as ideias das coisas, seria inábil se pensássemos que recebeu tais ideias de si próprio e não de outros.

Isto é confirmado pela experiência. Efectivamente, aqueles que foram alimentados entre as feras ou os surdos-mudos de nascença, por não terem aprendido a falar em ocasião alguma [50] com pessoas,¹⁰⁸ não apenas não deram mostras de possuírem quaisquer ideias como também pareciam crianças recém-nascidas [51] aos olhos de

¹⁰⁸ Entre muitos exemplos que eu poderia referir, apresento apenas dois:

1. No ano de 1694, foi cativado entre uma manada de ursos, nas florestas situadas nos confins da Lituânia e da Rússia, uma criança com cerca de dez anos, de aparência selvagem, caminhando com pés e mãos, desprovida de linguagem e não dando nenhum indício de possuir a faculdade do raciocínio. Foi imediatamente baptizada e, acostumada ao modo de viver humano, após muito tempo começou a proferir algumas palavras roufenhas e a entender o que lhe diziam. Interrogada acerca da vida silvestre, não se recordava dela mais do que nós pensávamos quando éramos crianças. Bernard Connor, no *Euangelium Medici*, art. 15, refere um autor que expõe um exemplo semelhante – a dar crédito a João Pedro Van Denbrande, embaixador da Batávia na Grã-Bretanha –, o qual terá observado no ano de 1669 um homem selvagem de Varsóvia cativado entre os ursos. Na verdade, é frequente na Lituânia que as crianças abandonadas no campo pelos pais incautos sejam devoradas pelos ursos famintos. Mas, se a urso amamentar, leva-as por vezes para a manada, criando-as ao modo das feras.

Demonstra muito bem este exemplo que o ser humano desprovido do uso da linguagem (que é totalmente necessária para a mente prestar atenção às ideias e adquirir pela reflexão sobre elas as noções universais, sem as quais não subsiste o uso da razão) não possui nenhuma ideias e muito menos inatas.

nullum harumce idearum indicium^[1] fecere, sed ueluti infantes recenter nati [51] considerantibus uidebantur. Vt addubitare iam non possimus, has innatas ideas non nisi in intermundiis illis exstare Epicuri.¹⁰⁹

COROLLARIVM I

Consequitur ex dictis, aduersariorum unam esse omnium depulsionem, propterea quod omnes ea dicunt quae experientiae aduersantur. Nihilominus addemus aliqua tironum gratia.

COROLLARIVM II

Hinc falso adfirmat Auctor Artis Cogitandi, et Wolfius, si tamen ex animo id dicit,¹¹⁰ mentem creare suas ideas.

Nam nullus hominum primae productionis ideam claram habet, nullus intelligit quid sint cognitiones mentis. Itaque imprudenter adfirmat esse quod non intelligit nec^[2] sentit. Deinde, si mens cognoscit quod creat, iam primam ideam non creat. Si non cognoscit, faciet quod ignorat. Cumque ideae sint imagines rerum, tam est uerisimile, mentem, quin cognoscat, producere imagines; quam est uerisimile, pictorem stilo adumbrare hominem posse, quem [52] numquam uidit. Praeterea haec Wolfiana series necessaria cognitionum fatali necessitati mentem supponit, quod ferri non potest.¹¹¹

Hoc exemplum aliquid amplius efficit, quam procedens. Itaque mihi persuadeo, si plurimi surdi et muti usum sermonis diuino praesidio compararent, monstraturos plane, quam male iudicant, qui ex signis non nullis, quae faciunt, mirabilia et uix credibilia et suspicantur et narrant. Ex his uero exemplis, quae adducimus, utilia multa et subtilia pro suo acumine deducit Wolfius, *Psychologia*, § 461, fol. 214. confer. *Acta Erudita*, Lipsiae, anno 1707, pag. 507.

¹⁰⁹ De ideis innatis in Pneumatologia disputabimus, ubi ostendemus ne ipsam quidem Dei ideam esse innatam, sed uel auditu, uel ratiocinatione comparari. Lockius,^[3] *Essai de l'entendement humain*, L. I integro,^[4] totam istam de ideis innatis controuersiam acute et copiose examinat.

¹¹⁰ Wolfius non uno tantum loco fassus est, se *harmonia praestabilita* Leibnizii uti tantum ueluti Hypothesi, adeoque nullum dogma eidem inponere^[5] uelle. Confer. eius *Responsio ad Accusationes Langianas*, p. 64, *Collectio Ludouicii*, et idem^[6] Ludouicius, in *Historia Philosophiae Wolfianae*, Lipsiae 1737, § 324.

¹¹¹ Defendit praeter ceteros Libnizium, qui primus haec excogitauit,^[7] Bilfingerus, in *Harmonia Animi et Corporis Humani ex Mente Leibnizii*, 12. Wolfius defendit se ipsum quodam scripto, de quo paullo ante. Accusant strenue Wolfium et Leibnizium plurimi philosophi, quos uideas apud Langium, *Recensio XXVI Scriptorum aduersus Philosophiam Wolffianam Editorum*, Halae, 1725, 4., ut alios omittam.^[8]

^[1]indicium fecere *R²LNV*] exhibuere uestigium *R¹* ^[2]nec sentit. *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[3]Lockius *R²LNV*] Interim conf. Lockius *R¹* ^[4]integro ... controuersiam *R²LNV*] per totum, qui rem istam *R¹* ^[5]inponere *R²LNV*] superstruere *R¹* ^[6]idem *R²LNV*] Conf. idem *R¹* ^[7]excogitauit *R²LNV*] cogitauit *R¹* ^[8]omitam. *R²LNV*] taceam. *R¹*

quem os examinava atentamente. Por isso, não podemos duvidar de que as ideias inatas apenas existem no espaço entre os mundos de Epicuro.¹⁰⁹

COROLÁRIO I

Resulta do que foi referido que podem refutar-se de uma única maneira as opiniões dos nossos opositores, pois tudo o que eles afirmam é contraditado pela experiência. Irei, porém, acrescentar algumas considerações para benefício dos principiantes.

COROLÁRIO II

É incorrecto o que afirma o autor de A Arte de Pensar, tal como o que afirma Wolff¹¹⁰ – se o pretenderam dizer com sinceridade –, segundo os quais a mente cria as suas próprias ideias.

Na verdade, não há ninguém que possua uma noção clara do que seja uma criação a partir do nada e ninguém entende o que pudesse ser tal conhecimento da mente, sendo por isso irreflectido afirmar a existência do que não se entende nem se percebe. Além disso, se a mente conhecesse o que cria, já não criaria a primeira ideia; e, se não conhecesse, criaria o que ignora. E, sendo as ideias imagens das coisas, é tão verosímil a mente criar imagens que não conhece como é verosímil poder um pintor representar uma pessoa [52] que nunca viu. Além disso, em Wolff o encadeamento necessário das ideias implica uma necessidade fatal, o que não pode tolerar-se.¹¹¹

2. Um jovem, nascido surdo e mudo, foi educado pelos pais segundo o rito católico a ponto de fazer o sinal da cruz à nossa maneira, de aspergir a fronte com água lustral e de estar muito tempo prostrado de joelhos como suplicante. Casualmente, por causa do som dos sinos penetrando nos seus ouvidos e estando o jovem muito perto, recuperou a audição. Mas após quatro meses, tendo ele aprendido a proferir imperfeitamente algumas palavras e sendo interrogado pelos teólogos, não apenas se verificou não possuir qualquer ideia sobre Deus, sobre a alma e sobre a probidade das acções morais, mas nem sequer prestar atenção a estas coisas e muito menos submetê-las a exame. Satisfeito em imitar aqueles que observava, apenas possuía uma simples intuição e percepção das coisas (*Historia Academiae Regiae Parisiensis*, ano de 1703).

Este exemplo demonstra algo mais que o precedente. Por isso, estou persuadido de que, se muitos surdos e mudos adquirissem o uso da linguagem em virtude do poder divino, haviam de dar a conhecer com clareza como ajuízam incorrectamente os que com base nalguns indícios não apenas conjecturam, mas também expõem coisas dignas de espanto e dificilmente creíveis. Destes exemplos que aduzi inferiu Wolff com a sua agudeza de espírito muitas coisas úteis e subtis (*Psychologia*, § 461, fol. 214. Cf. *Acta Erudita*, Leipzig, ano de 1707, p. 507).

¹⁰⁹ Irei discorrer sobre as ideias inatas na Pneumatologia, onde demonstrarei que nem a própria ideia de Deus é inata, mas adquirida quer pela audição, quer pelo raciocínio. Locke (*Essai de l'entendement humain*, liv. I, na totalidade) examina de modo penetrante e copiosamente toda esta controvérsia sobre as ideias inatas.

¹¹⁰ Wolff declarou em mais que um lugar ter-se servido apenas como hipótese da teoria da harmonia preestabelecida de Leibniz, não pretendendo por isso estabelecer nenhum dogma. Cf. a sua *Responsio ad Accusationes Langianas*, p. 64; e *Collectio Ludovici*; e o mesmo Ludovici, em *Historia Philosophiae Wolffianae*, Lípsia, 1737, § 324.

¹¹¹ Além de outros, declara Bilfinger (*Harmonia Animi et Corporis Humani ex Mente Leibnizii*, 12) ter sido Leibniz o primeiro que reflectiu sobre este assunto. Wolff sustenta ter sido ele

COROLLARIVM III

Hinc falso existimat Malebranchius mentem nostram, essentialiter unitam Deo, in eo omnia uidere.

1. Etenim intelligi nequit quid sit “esse essentialiter unitum”. 2. Mens non uidet in Deo tanquam in speculo. Nam speculum omnibus intuentibus eandem rem offert,^[1] homines tamen non omnia uident omnes. Indocti^[2] enim etsi anxie quaerant, ea non uident quae docti intelligunt; proinde quidam aliquid adfirmant, quidam id ipsum negant. 3. Falsum est diuinam lucem non plus exhibere, quam motus cerebri postulant. Nam Deus est qui hos motus excitat occasione rerum naturalium, ut ipse ait. Igitur non dependet a motu cerebri.^[12]

COROLLARIVM IIII

Hinc falso ait Lucretius e corporibus auolare continenter idola et in sensus incurrere.

[53] 1. Nam haec idola sunt corpora.^[13] Cumque continenter^[3] e superficiebus auolarent, hae demum raderentur et perirent funditus. 2 Simulacra alia in alia incurrerent et perturbarentur rerum formae et cognitiones. Res abstractae, ut ratiocinationes, uolitiones, cetera intelligi non possent, quia ex his simulacra ad sensus non ueniunt. At haec experientiae repugnant.

COROLLARIVM V

Hinc falso dicunt Scholastici ex phantasmate corporato fieri speciem intelligibilem, quam intellectus patiens recipit et cum qua producit speciem expressam.

1. Nam nemo homo intelligit quid sit ex re corporea educere rem spiritalem. Nullis documentis, nulla experientia efficitur, humanam mentem talem uim habere, ut possit dare rei corporeae facultatem producendi spiritalem naturam. 2. Praeterea intellectus agens et patiens, si eos audimus, est una res. Quare si ex phantasmate corporeo educit speciem intelligibilem impressam, cur non etiam expressam, id est

^[12] Plures confutarunt Malebranchium, sed non omnes punctum tulere. Laudatur prae aliis Leibnizius, in *Epistola ad Remondum*, [Recueil, Tom. II, pag. 326 sqq.] et in *Examine Principiorum Malebranchianorum*. Immo prudenter multa in eo reprehendit Reimmanus, *Catalogus bibliothecae suae*, p. 999.

^[13] Lucretius et Epicurei reliqui sentiunt nullos esse spiritus, etsi^[4] aliquando pueriliter adfirmant Deos suos non habere corpus, sed quasi corpus; nec sanguinem, sed quasi sanguinem. Vide Ciceronem, *De Natura Deorum*, lib. I.

^[1]offert R^2LNV] exprimit R^1 ^[2]Indocti enim R^2LNV] Nam indocti R^1 ^[3]continenter R^2LNV] indesinenter R^1 ^[4]etsi R^2LNV] tametsi R^1

COROLÁRIO III

É erróneo o que pensa Malebranche, para quem a nossa mente, unida essencialmente a Deus, vê nele todas as coisas.

1. Na verdade, ninguém entende o que seja “estar essencialmente unido”. 2. A mente não possui uma visão em Deus como num espelho; com efeito, um espelho reflecte a mesma coisa para todos os que olham para ele, mas nem todas as pessoas vêem todas as coisas: os ignorantes, mesmo que o desejem com veemência, não vêem aquilo que os doutos compreendem, e por isso uns afirmam o que os outros recusam. 3. É falso que a iluminação divina suscite apenas o que é exigido pelos movimentos do cérebro, pois é Deus que estimula esses movimentos por ocasião dos acontecimentos naturais, como escreve o próprio Malebranche. Portanto, tal iluminação não resulta dos movimentos do cérebro.¹¹²

COROLÁRIO IV

É incorrecto o que afirma Lucrecio, segundo o qual flutuam continuamente certos simulacros a partir dos corpos, afectando os órgãos dos sentidos.

[53] 1. Na verdade, esses simulacros são corpos,¹¹³ pelo que, se eles flutuassem continuamente a partir da superfície dos corpos, acabariam por fraccionar-se, perecendo totalmente. 2. Os simulacros arremeteriam uns contra os outros, alterando-se as formas das coisas e também as ideias; e não seria possível perceberem-se as ideias abstractas – assim como os raciocínios, as volições, etc. –, dado que não é com base nelas que os simulacros afectam os sentidos. Porém, esta doutrina repugna à experiência.

COROLÁRIO V

É incorrecto o que afirmam os escolásticos, segundo os quais é com fundamento nos fantasmas materiais que se originam as espécies inteligíveis, que o entendimento paciente recebe, pelas quais são criadas as espécies expressas.

1. Com efeito, não há ninguém que compreenda o que seja produzir uma realidade espiritual com base num objecto corpóreo; não é possível apresentar uma prova ou uma experiência de que a mente humana possua a capacidade de conceder a um objecto corpóreo a faculdade de produzir uma natureza espiritual. 2. Por outro lado, segundo os escolásticos, o entendimento agente e o paciente são a mesma coisa. Por isso, se o

próprio num certo escrito ao qual eu fiz anteriormente alusão. Muitos filósofos censuram Wolff e Leibniz, como pode ver-se em Lange, *Recensio XXVI Scriptorum adversus Philosophiam Wolffianam Editorum*, Halle, 1725. Omiti, porém, ainda outros.

¹¹² Houve muitos que refutaram Malebranche, mas nem todos deram no alvo. Ele é elogiado, além de outros, por Leibniz em *Epistola ad Remondum* (*Recueil*, t. II, p. 326 e seg.) e em *Examen Principiorum Malebranchianorum*. Pelo contrário, Reimann censura-o com sagacidade em muitos assuntos (*Catálogo* da sua biblioteca, p. 999).

¹¹³ Lucrecio e os outros epicuristas são de opinião de que não existem espíritos, embora por vezes afirmem irreflectidamente que os seus deuses não têm corpo, mas algo semelhante a um corpo, nem sangue, mas algo semelhante a sangue. Ver Cícero, *De Natura Deorum*, liv. I.

cognitionem? 3. Postremo totam illam historiam specierum, phantasmatum, eleuationum, unde habuerunt scholastici? An latebras omnes cerebri, et mentis sagacius odorati sunt? An diuturna experientia comprobarunt? Fabulae.

CAPVT V

Quo modo se habeant sensus ad ideas acquirendas^[1]

Est ergo perspicuum sensus fenestras esse animi per quas in eum primaeuuae notiones ingrediuntur, ipseque cetera, quae extra sunt, intelligit. Quoniam uero, quam facile id fiat, nisi fabricationis sensuum rudem aliquam ideam [54] habeamus, cognosci non potest, pauca praemitemus quae ad ea, quae sequuntur, uiam sternant.

Porro quinque sunt sensus machinationis humanae, per quos rerum ideae^[2] cum cerebro et cum mente communicantur: uisus, auditus, odoratus, gustatus, tactus, quibus nominibus quinque organa diuersa designamus.

1. Et, ut a uisu ordiamur, oculi, quibus ille percipitur, peculiarem eamque mirabilem, fabricationem habent, quam minute dilucidare non est huius loci. Tantum dicimus oculum esse globum ex tribus membranis praecipuis coagmentatum, nimirum cornea, ueua, retina, quarum quaelibet humorem suum claudit. Humor qui in medio est et uocatur "crystallinus", utriusque est conuexus et lentis figuram praefert. Radii lucis ab obiecto corpore reflexi dum transeunt hanc lentem, refringuntur, et inuerso situ imaginem obiecti in fundo^[3] interioris membranae, quam uocant "retinam", depingunt. Non secus ac radii Solis per foramen fenestrae ingredienti, et lente uitrea excepti, imaginem Solis in charta inuerso situ describunt. retina est expansio^[4] cuiusdam nerui,¹¹⁴ qui ad cerebrum producitur.

Pulso igitur oculo a luce, quae pulsatio cerebro imprimitur, ope illius nerui; protinus habetur idea^[5] ac perceptio, exempli gratia coloris nigri, trianguli, quadrati. Has uero perceptiones sequitur iudicium, quo enuntio exstare corpus coloris nigri, figurae triangularis, uel quadratae. Et hoc iudicium reliquas sensuum perceptiones consequitur.

2. Eodem modo reliqui sensus se habent. Auditus organum est instar cocleae, cuius in fundo est membrana quaedam tensa, quod "tympanum" uocant. Post^[6] tympanum sunt 4 ossicula mobilia, et aer intra quamdam thecam contortam, quae

¹¹⁴ Vide Winslow, in *Expositione Anatomica Corporis Humani*, Tom. V, p. m. 114, edit. Bononiae.

^[1]adquirendas R^2LNV] acquirendas explicatur R^1 ^[2]ideae R^2LNV] perceptiones R^1 ^[3]fundo ... membranae R^2LNV] interiori membrana R^1 ^[4]expansio ... nerui R^2LNV] unita cuidam neruo R^1 ^[5]idea ac R^2LNV] om. R^1 ^[6]Post tympanum ... protenditur. R^2LNV] pro Post tympanum ... protenditur. R^1 : *vd. infra Annexum VII.*

entendimento agente produz as espécies impressas inteligíveis com base nos fantasmas materiais, por que razão não produz também as expressas, isto é, o conhecimento?

3. Por último, de onde obtiveram os escolásticos toda essa ninharia de espécies, de fantasmas e de iluminações? Investigaram eles com sagacidade todos os recantos do cérebro e da mente? Ou confirmaram isso por uma experiência diuturna? Fábulas!

CAPÍTULO V

A função dos sentidos na aquisição das ideias

Portanto, é evidente que os sentidos são as janelas da alma, pelas quais penetram nela as primeiras noções, possibilitando-lhe o conhecimento das coisas exteriores. Mas por não podermos saber facilmente como isso acontece se não possuímos uma noção, embora imperfeita, do funcionamento dos sentidos, [54] vou apresentar algumas considerações que aplanem o caminho para aquilo que irei referir seguidamente.

Ora, são cinco os sentidos da máquina humana, pelos quais as ideias das coisas se relacionam com o cérebro e com a mente: a visão, a audição, o olfacto, o gosto e o tacto. Denomino com estas palavras cinco órgãos diferentes.

1. Principiando pela visão, os olhos, que a possibilitam, têm uma estrutura tão admirável que não é este o lugar para explicá-la minuciosamente. Afirmo apenas que o olho é um globo formando por três membranas – a córnea, a úvea e a retina –, cada uma das quais contém os seus humores. O humor que está no centro chama-se “cristalino”, sendo biconvexo e semelhante a uma semente de lentilha. Os raios luminosos reflectidos pelos objectos corpóreos sofrem uma refacção ao atravessarem a semente de lentilha, projectando uma imagem invertida do objecto na base da membrana interior chamada “retina”. Não é diferente o que acontece com os raios solares ao passarem através do orifício de uma janela: ao incidirem sobre uma lente de cristal, produz-se uma imagem invertida do Sol numa folha de papel. A retina é a extensão de um nervo¹¹⁴ que se estende até ao cérebro.

Estimulando o olho pela luz – estimulação essa que é transmitida ao cérebro por aquele nervo –, originam-se de imediato uma ideia e uma percepção, por exemplo, de uma cor negra, de um triângulo, de um quadrado. A estas percepções seguem-se os juízos, pelos quais enunciamos a existência de um corpo de cor negra, de forma triangular ou de forma quadrada. E estes juízos vêm após as percepções dos sentidos.

2. O mesmo deve dizer-se a respeito dos outros sentidos. O ouvido é um órgão em forma de concha, tendo na parte interior uma membrana transparente denominada “tímpano”. Por detrás do tímpano, existem quatro ossinhos móveis e também ar no interior de uma caixinha recurvada, que tem dois canais que se estendem até ao labirinto, isto é, até ao meato sinuoso escavado na própria substância do osso.

¹¹⁴ Ver Winslow, em *Expositio Anatomica Corporis Humani*, t. V, p. 114, ed. de Bolonha.

duo foramina habet ad labyrinthum pertinentia, hoc est, ad tortuosum meatum in ipsa ossis substantia excauatum; in cuius labyrinthi extrema parte fibrae nerui auditorii dilatantur, qui neruus ad cerebrum protenditur.

Fac pulses aes aliquod: motus et fremitus aeris aerem exteriorem pulsat. Aer pulsus et in coclea contractus fertur ad tympanum auris et illud commouet. Porro [55] tympanum pulsat ossicula^[1] et aerem, qui^[2] labyrinthum ingrediens, tremorem ipsum cum fibris nerui auditorii^[3] communicat; qui neruus in cerebro eandem impressionem facit. Tunc mens percipit illum tremorem. En idea sonus, quae uaria est pro diuerso tremore corporum.¹¹⁵

3. Gustus praecipue situs est in^[4] area superiori linguae, maxime^[5] in uertice. At lingua quibusdam membranis obuoluitur: exterior una, quae dicitur^[6] epidermis; secunda, quae multis foraminibus pertusa est; tertia, quae papillis plurimis est conspersa, quae secundam peruadunt et in “epidermide” consistunt. Hae autem prominentiae seu mamillae sunt quaedam expansiones subtilissimorum neruorum. Atque in hisce papillis linguae sapor^[7] percipitur, quod tali modo, ut Anatomes periti suspicantur, fit. Salinae particulae, itemque^[8] spiritus quidam tenuissimus, ac grati odoris, quibus corpora omnia sapida abundant, acumine suo feriunt et lacerant insensiles neruos, ex quibus papillae illae constant. Motus iste cum cerebro communicatur, in illo loco in quo sedes animi est. Hinc animus sentit hunc motum, hoc^[9] est habet perceptionem saporis.¹¹⁶

4. Simili modo odoratus. Membrana illa uillosa^[10] quae interiorem narium partem uestit contexta est plurimis neruis epidermide^[11] denudatis, quod in caussa est cur exquisiti sensus sit, adeo ut uix tacta ingentem commotionem progignat. Et hoc est organum odoratus. Nam^[12] particulae subtilissimae tum olei, tum salis uolatilis, ut uocant, quae a corporibus odoris exhalantur, in istam membranam incurrentes, alio et alio modo uellicant papillas nerueas, quae titillatio^[13] per neruos cerebro imprimitur, ideo sentitur.¹¹⁷

5. Tactus^[14] demum proprium hoc est quod non certum locum, ut reliqui sensus, habet; sed in toto corpore est, propterea quia quamcumque corporis partem scalpamus,

¹¹⁵ Nieuwentytius, *Contemplatio XIII*, qui innumera de aure refert.

¹¹⁶ Willisius, *De Anima Brutorum*, cap. 12 et Sturmius, *Physica Eclectica*, T. I, cap. 6, copiose de Saporibus disputant.

¹¹⁷ *De Odoribus*, Sturmius, *loc. cit.* pag. 336, et Franciscus de Lanis, *Magnificentia Naturae et Artis*, T. II, p. 69, seqq.

^[1]ossicula *R²LNV*] ossicula quaedam quae ibi sunt *R¹* ^[2]qui ... ingrediens *R²LNV*] qui per foramen in labyrinthum ingressus *R¹* ^[3]auditorii *R²LNV*] auditorii qui in fundo est *R¹* ^[4]in area ... linguae *R²LNV*] in lingua *R¹* ^[5]maxime in uertice *R²LNV*] *om. R¹* ^[6]dicitur *R²LNV*] ueluti *R¹* ^[7]sapor percipitur *R²LNV*] tum etiam palati sapor percipitur *R¹* ^[8]itemque ... odoris *R²LNV*] *om. R¹* ^[9]hoc est *R²LNV*] proinde *R¹* ^[10]uillosa *R²LNV*] *om. R¹* ^[11]epidermide denudatis *R²LNV*] opinione subtilioribus *R¹* ^[12]Nam ... ut uocant *R²LNV*] Nam sulphurea particulae plerumque *R¹* ^[13]titillatio per neruos *R²LNV*] tremor *R¹* ^[14]Tactus ... contingunt] *pro* Postremo tactus... neruosam. *R¹*: *vd. infra Annexum VIII*.

Na parte superior do labirinto, dilatam-se as fibras do nervo auditivo, que se estendem até ao cérebro.

Suponhamos que percutimos um pedaço de metal. O movimento e a vibração do metal põem em movimento o ar exterior; o ar deslocado, atingindo o ouvido, dirige-se para o tímpano, fazendo-o vibrar; [55] o tímpano põe em movimento os ossinhos e também o ar que, tendo entrado no labirinto, transmite a própria vibração às fibras do nervo auditivo; e o nervo auditivo transmite ao cérebro essa vibração. E então a mente percebe essa vibração. Eis aqui a ideia de som, diferente consoante a diversidade das vibrações dos corpos.¹¹⁵

3. O gosto está situado sobretudo na parte superior da língua, principalmente na extremidade. A língua está envolvida por membranas: uma exterior, chamada “epiderme”; uma segunda, coberta por muitos orifícios; e uma terceira, onde estão disseminadas numerosas papilas que, penetrando na segunda membrana, atingem a epiderme. Estas saliências ou mamilos são extensões de nervos muito finos. É em virtude dessas papilas da língua que possuímos percepções de sabor, como conjecturam os especialistas de anatomia. As partículas de sal, bem como certas emanações muito subtis e de cheiro agradável existentes em grande quantidade em todas os corpos saborosos, estimulam e impressionam os nervos situados naquelas papilas. Esta estimulação é transmitida ao cérebro na parte em que está a sede da alma; e a alma sente essa estimulação, isto é, tem a percepção de sabor.¹¹⁶

4. Acontece de modo semelhante com o olfacto. A membrana coberta de pêlos que reveste o interior das narinas está entretecida por uma grande quantidade de nervos que sobressaem na epiderme; esta é a causa que torna este sentido tão apurado que a mínima estimulação origina uma impressão intensa. É este o órgão do olfacto. Com efeito, as partículas muito subtis e voláteis – como são denominadas –, quer de óleo quer de sal, emanadas dos corpos odoríferos, ao estimularem aquela membrana impressionam de formas diversas as papilas nervosas; e tal estimulação é impressa no cérebro através dos nervos, daí resultando a sensação.¹¹⁷

5. Por último, é característico do tacto não ter uma localização determinada como os outros sentidos, mas estando em todo o corpo. Assim, qualquer que seja a parte do corpo que toquemos, sentimos o contacto de um corpo. Contudo, para reconhecermos a maior parte das coisas, [56] é na extremidade dos dedos das mãos que principalmente o tacto se manifesta. Debaxo da cutícula ou epiderme, isto é, sob a membrana exterior da carne, distende-se a cútis, ao longo da qual se situam inúmeras papilas nervosas; e, elevando-se da cútis em forma de pontas finíssimas, estas

¹¹⁵ Nieuwentyt, em *Contemplatio XIV*, refere inumeráveis coisas sobre a audição.

¹¹⁶ Willis, *De Anima Brutorum*, cap. 12, e Sturm, *Physica Eclectica*, t. I, cap. 6, discorrem copiosamente sobre os sabores.

¹¹⁷ Sturm, *De Odoribus*, loc. cit., p. 336; François Delan, *Magnificentia Naturae et Artis*, t. II, p. 69 e seg.

sentitur contactus corporis. Verumtamen in extremis digitis [56] manus peculiari modo residet tactus ad plurima distinguenda. Porro sub cuticula, seu epidermide, hoc est sub membrana exteriori carnis, extenditur cutis, quae innumeris papillis nerueis conspersa est et quae papillae ex cute instar subtilissimorum peniculorum adsurgentes epidermidem ipsam contingunt.¹¹⁸ Hinc cum tangis carnem, neruum tangis. Cumque nerui omnes a cerebro, uel cerebello ducantur, facillime eundem motum in cerebro excitant, ex quo mens percipit contactum, id est adquiret ideam tactus.

Hinc manifestum fit organorum munus esse, excipere impressionem corporum, eamque ad cerebrum transmittere, idque mediis neruis, qui hisce peragendis sunt quam aptissimi. Mentem uero esse quae rerum ideas pro uarietate sensuum elicit.

Dicimus autem oculum uidere, aurem audire, cetera: quod secus est. Nam oculus tantum excipit imaginem, seu motum quemdam, ut⁽¹⁾ ita dicam, quem cum cerebro communicat. Mens uero, cum hanc imaginem sentit, tunc uidet. Sed cum motum illum organi sequatur e⁽²⁾ uestigio mentis perceptio, iccirco utrumque⁽³⁾ confundimus, et existimamus oculum uidere, aurem audire. Id ipsum de ceteris sensibus diiudicabimus⁽⁴⁾ Quamuis nos lateat omnino quo pacto sensuum adfectiones ad cerebrum perueniant, easque imagines, quae in cerebro imprimuntur, mens nostra percipiat.

Porro quemadmodum motum organorum et cerebri consequitur perceptio qua mens cognoscit externa, ita singulas perceptiones sequitur iudicium, quo mens iudicat, habere se talem ideam, hoc est uidere, audire; idque tam uelociter interdum, ut difficulter queant discerni. Quod non aduertentes ineruditi existimant eandem rem esse perceptionem et iudicium de re percepta.

[57]

CAPVT VI

Quam⁽⁵⁾ sint fallaces humanae cognitiones et qua de causa

Iam uero ex iis, quae docuimus, existit et illud, ut cognitiones omnes nostrae erroribus⁽⁶⁾ nimis multis expositae sint. Etenim quam sint fallaces sensus nostri, a⁽⁷⁾ quibus ideas habemus, nemini dubium est. Visus, qui ceteris acutior esse solet, longe decipitur, exempli gratia, Turris quadrata, si e longinquo adspiciatur,⁽⁸⁾ sine angulis et rotunda fere apparet; colores omnes mutantur, dispereunt prorsus. Idem in ceteris sensibus euenit quam frequentissime.¹¹⁹ Vix ut sine errore iudicemus, pleraque quae

¹¹⁸ Hallerius, ad Boerhaau, *Praelectiones*, Vol. III, § 418, pag. m. 525 seqq.

¹¹⁹ De erroribus ex sensibus ortis⁽⁹⁾ disputabimus, lib⁽¹⁰⁾ V, part. 1, cap. 4.

⁽¹⁾ut ita dicam *R²LNV*] *om. R¹* ⁽²⁾e uestigio *R²LNV*] statim *R¹* ⁽³⁾utrumque *R²LNV*] unum cum alio *R¹* ⁽⁴⁾diiudicabimus. *R²LNV*] pronuntiabimus. *R¹* ⁽⁵⁾Quam sint *R²LNV*] Docet quam sint *R¹* ⁽⁶⁾erroribus ... expositae *R²LNV*] errori et deceptioni suppositae *R¹* ⁽⁷⁾a quibus ... dubium est. *R²LNV*] a quibus eas accipimus, perspicuum est. *R¹* ⁽⁸⁾adspiciatur *R²LNV*] conspiciatur *R¹* ⁽⁹⁾ortis *R²LNV*] prouenientibus *R¹* ⁽¹⁰⁾lib. V, part. 1, cap. 4, *LV*] lib. IIII, pag. 1, cap. 4 *R¹R²N*

papilas atingem a própria epiderme.¹¹⁸ Por isso, ao tocarmos na carne, tocamos no nervo. E como todos os nervos se originam no cérebro ou no cerebelo, compreende-se facilmente que eles estimulem no cérebro a mesma impressão. É assim que a mente percebe o contacto, isto é, adquire as ideias relativas ao tacto.

Torna-se, portanto, evidente que a função dos órgãos dos sentidos é receber as estimulações dos corpos e transmiti-las ao cérebro. Isso efectua-se através dos nervos, que têm todos os requisitos para realizarem a sua função. Por seu lado, a mente obtém as ideias das coisas segundo a diversidade dos sentidos.

Eu disse que o olho vê, que o ouvido ouve, etc. Isso, porém, não é correcto. O olho apenas recebe as imagens ou certos movimentos – por assim dizer – que transmite ao cérebro; e ao perceber essas imagens, é a mente que vê. Mas, dado que aqueles movimentos dos órgãos são seguidos de imediato pelas percepções da mente, confundimos ambas as coisas, pensando que o olho vê e que o ouvido ouve. Devemos ajuizar de forma idêntica a respeito dos outros sentidos, embora desconhecamos totalmente de que modo as impressões dos sentidos atingem o cérebro e como a nossa mente percebe as imagens impressas no cérebro.

Por outro lado, desconhecemos totalmente como aos movimentos dos órgãos dos sentidos se seguem as afecções do cérebro, como o espírito conhece as coisas exteriores, como às percepções se seguem os juízos, como a mente pensa, como possui determinadas ideias – por exemplo, a ideia de ver e a ideia de ouvir – e como isso sucede por vezes com tanta celeridade que dificilmente podemos percebê-lo. Por não prestarem atenção a estes assuntos, os ignorantes são de opinião de que são a mesma coisa a percepção e o juízo a respeito da coisa percebida.

[57]

CAPÍTULO VI

Até que ponto os conhecimentos humanos são falazes e qual a razão

Depreende-se do que até agora ensinei que todos os nossos conhecimentos estão sujeitos a numerosos erros. Com efeito, ninguém duvida de como são falazes os nossos sentidos, dos quais recebemos as ideias. Ainda que geralmente o sentido da visão seja mais penetrante que os outros, engana-se muitas vezes. Por exemplo, vendo ao longe uma torre quadrada, parece-nos sem ângulos e quase redonda, parecendo-nos também alteradas todas as cores e desvanecendo-se completamente. O mesmo acontece com muita frequência com os outros sentidos.¹¹⁹ Assim, a respeito da maior parte das coisas que conhecemos, dificilmente ajuizamos, sem erro, como elas são realmente. Não que seja natural ao ser humano que se engane, mas é um castigo do pecado.

Deus criou Adão como um homem virtuoso, dotado de inteligência muito penetrante e – para dizê-lo em poucas palavras – provido de todas as qualidades

¹¹⁸ Haller, em Boerhave, *Praelectiones*, vol III, § 418, p. 525 e segs.

¹¹⁹ Sobre os erros originados nos sentidos, irei discorrer no livro quinto, primeira parte, capítulo quarto.

cognoscimus, ita se habere. Non quod naturae humanae appendix sit, ut fallatur, sed poena est peccati.

Creauerat Deus Adamum uirum bonum acerrimoque ingenio praeditum, et, ut uerbo dicam, omnibus et mentis et corporis dotibus ornatum; et ita comparatum, ut, si uellet, hanc sibi perpetuam felicitatem obtineret. Vnum in tanta bonorum copia erat praeceptum, ne fructu quodam uesceretur. Leuissimum sane onus et haud moleste ferendum ab homine, qui tot rebus ac tantis fruebatur, quique nulla ui ad unum potius, quam ad aliud, trahebatur; sed nullo negotio omne id, quod uellet, efficere posset. Ille tamen uxoris suasu de fructu uetito comedens, maximum peccatum peccauit, et poenam dedit. Nec solum sibi infestus, sed, quod magis dolendum, nihil tum nobis cogitantibus, qui non dum eramus, prolem omnem suam eisdem aerumnis obiecit.

Hinc omnis mali origo. Corporis aegritudo et mors, mentis stupor et erratio,^[1] quae et facillime intelligendo fallitur, et non nisi multo labore ac sudore, a fallacia et errore ad contemplandam ueritatem conuertitur. Quod si homo illa beatitate frueretur, non solum facile et distincte [58] omnia cognosceret, sed multo plura intelligeret, quae ignorat. Nunc uero et angustis cancellis definita est humanae mentis perspicientia et sollertia, et ista ipsa, quae intelligit, tam obscure intelligit, uix ut credi possit. Nam perpetuum certamen existit mentem inter et corpus. Quod corpus mentem ad altiora tendentem et rerum causas anxie perscrutantem, ad has et illas partes paene inuitam detorquet. Adeo mens appulsu corporum sic tenetur et uelut extra se ipsam diuagatur, ut nequeat se suasque operationes plane cognoscere, ideoque^[2] nec recte de iis, quae extra nos sunt, diiudicare.

CAPVT VII

Quaenam^[3] logica reliquis sit antepoenda

Ergo aliqua medicina est adhibenda, quae erroribus mentis medeatur, nobisque uiam muniat ad uerum^[4] inuestigandum. Hanc logicam esse debere, nullus dubitat; quo uero modo ea parari debeat, magna dissensio est. Alii ad Aristotelem, alii ad Cartesium, alii ad Gassendum prouocant. Ego uero existimo nihil facilius expediri posse, si modo libero iudicio ad istam controuersiam accedamus.

Aristoteline, quaeso, aut Platoni; Cartesio, aut Gassendo, tantum a natura tributum fuisse credamus, ut falli nequeant, fallere uero uel imprudentes non possint? Atqui illi et homines erant et humanis infirmitatibus obnoxii.^[5] Quin immo interdum errant aperte; interdum subobscure loquuntur; sunt in quibus se non explicent; sunt quae

^[1]erratio *R²LNV*] deceptio *R¹* ^[2]ideoque ... de iis *R²LNV*] adeoque nec recte de rebus *R¹*
^[3]Quaenam Logica *R²LNV*] Docet quaenam Logica *R¹* ^[4]uerum *R²LNV*] ueritatem *R¹* ^[5]obnoxii. *R²LNV*] quibus ceteri erant obnoxii. *R¹*

físicas e morais, e com tantos dotes que, se o desejasse, poderia obter uma felicidade perpétua. Em tanta abundância de benefícios, foi-lhe prescrita uma só coisa: que não comesse um certo fruto. Era decerto um fardo muito leve e facilmente suportável por um homem que usufruía tantas e tão grandes coisas, não podendo mesmo ser coagido contra a sua vontade, pois podia realizar o que desejasse. Porém, por persuasão de sua mulher, ao comer o fruto proibido, cometeu um pecado gravíssimo e recebeu o castigo. E não apenas ele ficou contaminado, mas, o que é mais doloroso – embora não possuísemos a capacidade de pensar por não existirmos ainda –, Adão expôs às mesmas desventuras toda a sua descendência.

Assim se explica a origem de todas as calamidades: das moléstias do corpo e da morte; do entorpecimento da mente e do erro, que facilmente nos engana nos nossos conhecimentos, pelo que só com muito esforço e empenho nos libertamos das falácias e dos ardis para podermos contemplar a verdade. Se o ser humano houvesse fruído aquela felicidade perpétua, não apenas teria conhecido com facilidade e nitidez [58] todas as coisas, mas também teria compreendido muitas outras que ignora. De facto, presentemente o perfeito conhecimento e a destreza da mente humana estão circunscritos por estreitos e definidos limites; e, se a mente compreende, compreende de um modo tão obscuro que dificilmente pode acreditar-se. Na verdade, existe um conflito incessante entre a mente e o corpo. Quando a mente manifesta propensão para coisas sublimes e perscruta com escrúpulo as causas das coisas, o corpo extravai-a para outros rumos, embora ela seja constringida. A mente está, portanto, de tal modo dependente da acção do corpo – como que divagando fora de si –, que não pode conhecer-se claramente a si própria e às suas operações; por isso, também é incapaz de ajuizar convenientemente sobre aquilo que nos é exterior.

CAPÍTULO VII

Quais os temas lógicos que devem ser antepostos aos outros

Deve, portanto, recorrer-se a uma medicina para remediar os erros da mente e que nos aplane o caminho para investigar a verdade. Ninguém duvida de que ela deve ser a lógica. Mas sobre o modo como deve ser obtida essa medicina existe grande discordância. Uns apelam a Aristóteles, outros a Descartes, outros a Gassendi; mas eu penso que nada é mais fácil poder solucionar-se se nos ocuparmos desta controvérsia com juízo isento.

Eu pergunto se é possível acreditar que a natureza tenha concedido tantas aptidões a Aristóteles, a Platão, a Descartes ou a Gassendi a ponto de eles não poderem enganar-se, induzir os outros em erro ou ser ignorantes. Também eles eram seres humanos e sujeitos às imperfeições humanas, e por isso cometeram por vezes muitos erros e outras vezes exprimiram-se de forma extremamente obscura. E houve quem não soubesse exprimir-se sobre certas coisas porque nem sequer as entendia. Deste modo, não deve apenas ser exigido a um ou a outro, mas a todos,

ne intelligant quidem. Non igitur unus aut alter, sed omnes in medium adducendi sunt et uetusti et noui; ex iisque diligens perscrutator libare debet, quae mentem possint ad recte agendum et percipiendum adiuuare.

Habet logicus pro scopo ut res, prout sunt, intelligat; certoque sibi persuadet se non errare iudicando. Ad hanc igitur metam collineare debent omnia, de quibus ars logica tractat. Nec uero id solum, sed ea anteponenda erit quae breuiori uia id faciat.

[59] Via autem breuior et expeditior, mea^[1] sententia, est. Primum considerare quo modo perceptiones rerum clarissimae comparentur. Deinde, quo pacto uocibus exprimi possint, ne confuse intelligamus; ubi singulae uocum proprietates accurate sunt exponendae quae nobis occasio frequens erroris sunt. Tum explicare quid sit iudicium, quid propositio, et^[2] quae utriusque diuersitas, quidque notare debeamus, ne aliud pro alio accipiamus. Ad haec ratiocinationis naturam internoscere, quemque usum in ueritate inquirenda habeat, explanare.^[3] His constitutis sternenda uia est qua ad ueritatem perueniamus; quae cum sit uel certa, uel probabilis, ad utramque perexpedita uia munienda est, erroresque notandi, qui nos ab illa repellunt. Postremo loco exponere necesse est quo pacto uerum^[4] et facile inuenire, et cum aliis communicare debeamus. Hanc igitur docendi uiam et ratio naturae tenendam esse persuadet, et uiri his studiis subacti ceteris esse praeferendam, cum exemplo suo, tum editis libris confirmarunt.

Ac sane audiendi non sunt qui puerorum mentes multitudine obruunt praeceptorum, ac toti sunt in eo, ut longas disputationes contexant,^[5] quin prius examinent, an ad finem, quem sibi ponunt, conducant. Ex quo^[6] existit ut tiro, quamlibet tricus illis et cauillationibus bene excultus, si ad aliquam controuersiam reducitur, de qua in schola non disputatur, quid constituere debeat, ignoret.

Neque uero pueri modo, qui usu rerum non ualent, male intelligunt, et ratiocinantur; sed uiri ipsi, si ad rem, de qua numquam audierunt, trahuntur; multo peius loquuntur, ac agrestes homines faciunt. Dubia et falsa ueluti probatissimas demonstrationes saepissime amplectuntur; iisque, quasi forent firmissima et indeficientia fundamenta, opinionationes suas inaedificant. Quod si aliquando bene, saltem non inepte argumentantur,^[7] id non ab arte sua habent, sed a natura, quae mira facilitate hominem non ineptum impellit ut recte ratiocinetur.

Quod ne a me, adolescentes, per coniecturam, aut alia de caussa dictum putetis, uobis pro certo adfirmo me nullo partium studio agi ista disputantem et scribentem. Peccarem certe et ridendus essem merito si ego, qui tironibus auctor sum, ne ex praeiudicatis sentiis [60] diiudicent, ipse paenitendo praeiudicio de aliorum sentiis pronuntiarem. Nolo ego iudex esse in hac caussa; iudicent doctissimi homines et ingenti scientiarum flumine, ut ita dicam, inundati, qui in peripatetica philosophia diu multumque se torserunt; qui, si uiri boni sunt, fateri debent hanc,

^[1]mea *R²LNV*] mea quidem *R¹* ^[2]et quae *R²LNV*] e quanta *R¹* ^[3]explanare. *R²LNV*] explicare. *R¹* ^[4]uerum ... inuenire et *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[5]contexant *R²LNV*] infarciant *R¹* ^[6]quo *R²LNV*] et illud *R¹* ^[7]argumentantur *R²LNV*] sermocinantur *R¹*

tanto antigos como modernos, que examinem com diligência o que pode auxiliar a mente a operar e a pensar com segurança.

O lógico tem como propósito entender as coisas como elas são realmente e persuadir-se de que não erra ao ajuizar. É em função deste objectivo que devem estar ordenados todos os assuntos que a arte lógica estuda. Mas não apenas isto, pois deve ser preferida uma arte lógica que realize esse objectivo segundo a via mais breve.

[59] No meu parecer, é a seguinte a via mais breve e mais expedita: é necessário em primeiro lugar uma reflexão sobre o modo como se adquirem as percepções mais claras das coisas; em seguida, como é possível exprimi-las por palavras de forma a não pensarmos de um modo confuso, o que implica a explicação cuidadosa das propriedades dos vocábulos, que com frequência são causa de erro; além disso, esclarecer o que são o juízo e a proposição, qual a diferença entre eles e o que é necessário considerar para não confundirmos uma coisa com outra; a acrescentar a tudo isto, é necessário conhecer a natureza do raciocínio e qual o seu uso na investigação da verdade. Estabelecidas estas coisas, é necessário aplanar o caminho para alcançarmos a verdade, que, podendo ser certa ou provável, exige uma reflexão muito diligente sobre uma e sobre outra, bem como o conhecimento dos erros que delas nos afastam; por último, é necessário expor o modo de descobrir o verdadeiro e o fácil e de comunicá-lo aos outros. É a razão natural que estabelece dever adoptar-se este método de ensino, e por isso aqueles que se dedicaram a estas matérias confirmaram, quer com o seu exemplo, quer com os livros publicados, que ele deve ser preferido aos outros.

Não devem, porém, ser ouvidos os preceptores que oprimem com grande número de preceitos as mentes das crianças, perseverando nisso de tal forma que dão origem a longas discussões sem anteriormente haverem examinado se elas são úteis para a finalidade que eles se propõem. Como consequência, com tais ninharias e subtilezas, um principiante bem cultivado, se participar numa controvérsia sobre a qual não se discutiu na escola, não sabe o que deve estabelecer.

Não apenas as crianças, incapazes ainda de fazerem uso das coisas e que dificilmente compreendem e raciocinam, mas também os adultos, se lhes mostrarmos um objecto de que nunca ouviram falar, exprimem-se muito mais defeituosamente que pessoas do campo. Eles aprovam muitíssimas vezes o que é duvidoso e falso, como se fossem demonstrações evidentes; e baseiam as suas opiniões sobre coisas como se elas constituíssem um fundamento muito sólido e duradouro; e, se por vezes argumentam com alguma perícia, não o devem à sua arte, mas à natureza, que com admirável facilidade é capaz de estimular uma pessoa que não seja inábil a raciocinar com segurança.

Para não pensardes, caros jovens, que aquilo que eu digo é por mera conjectura ou por qualquer outra causa, assevero-vos sinceramente que, ao discorrer e ao escrever sobre estes assuntos, não agi com facciosismo. Decerto, eu cometeria um erro e seria merecidamente objecto de troça se, sendo eu mestre de principiantes para eles não ajuizarem com base em opiniões preconcebidas, [60] me exprimisse e me arrependesse depois dos preconceitos dos outros. Não desejo ser juiz nesta

quam ipsi callent logicam uulgatam quamque laudibus ad caelum ferunt diuinumque uocant inuentum, istam ipsam nihil iuuare se, ut de rebus quae in scholis non traduntur, disputent.

Profecto et ego sophista fui aliquando, et sub peripateticorum uexillis longum tempus uersatus sum cum laude. Nam ingenium non hebes et exercitatio quotidiana fecerunt ut ea celeriter arriperem quae alii non nisi post longum tempus incredibilemque laborem percipiebant.^[1] Hinc iuuenili quadam garriendi cupiditate frequenter cum aduersariis manus conserui; et, si uerum auditores adserebant, non semel perstiti in acie sine leui uulnere. Laudare condiscipuli et amici fortunas meas, qui tale ingenium nactus essem, atque exquisita doctrina perpoliuissem: suadere ut eandem uiam insisterem, magnum mihi propositum esse praemium, laudem et gloriam. Sed quamuis^[2] haec et alia multa ipsi dicerent ex quibus ego caperem uoluptatem, non ita ego eram ineptus, qui mihi persuaderem, tantum illud esse, ut laudari deberem.

Neque hoc animi moderatione censebam, non simulata^[3] uirtute patefacio, sed ex animi sententia aperte, uti decet philosophum, dico, me numquam animum inducere potuisse ut existimarem me iusta de causa esse laudandum. Causa haec erat quia certo sciebam istam, quam in me extollebant, facultatem nulli usui esse, praeterquam ut ostenderem multa me scire de regulis artis, posseque aduersarium non aequae exercitatum laqueis irretire; cetera esse inutilem.

Deum testor et superos me, etsi^[4] etiam atque etiam de philosophia, de theologia, de iure, de historia in amplissimis locis et cum uiris eruditissimis et acutissimis disputauerim, nunquam tamen artis regulis adiutum fuisse, ut aliquid probarem, sed, quae memoria suppeditabat argumenta, uis quaedam naturalis mentis ad formam redigebat; iisque, quod uellem, conficiebat. Quod et plerisque uiris [61] doctis accidisse,^[5] ex eorum habeo testimonio. Vt iure mirer esse qui adfirmant syllogismorum praecepta ad inuenienda argumenta et recte conformanda, quibus res quaeque confirmetur, esse idonea. Vix enim quaedam syllogismorum formae ualde contritae^[6] menti occurrunt, peculiare uero leges et irretiendi formae illis tantum qui de iis disputare dedita opera uolunt.¹²⁰ Sed de his hucusque.

¹²⁰ Amicus^[7] quidam meus, uir bonis litteris politus, idemque admodum facetus, sed factiis liberali homine dignis, qui multum et saepe cum peripatetico quodam professore de inutilitate ueteris logicae ad in contione disputandum decertasset; quam peripateticus nullis argumentis cedens praedicare non desistebat; casu eundem peripateticum ad acroasim theologicam uenientem animaduertens, hominem comitari et apud eum sedere uoluit. Post aliquod uerba ultro citroque habita, adsurgit peripateticus ut nescio quam thesim confutaret. Alter, qui occasionem tam optatam tamque opportunam e manibus elabi sibi nolebat “Faxo” – inquit adridens – “ut periculo tuo nunc intelligas id, quod saepe de hac re tibi probare conatus sum”. Itaque ad singulos peripatetici syllogismos eum submissa uoce interpellabat: “Dic quaeso, bone uir, ex qua figura et modo, tuus iste syllogismus est fabricatus, nam te id in promptu habere,

^[1]percipiebant. *R²LNV*] arripiabant. *R^t* ^[2]quamuis *R²LNV*] tametsi *R^t* ^[3]simulata *R²LNV*] personata *R^t* ^[4]etsi *R²LNV*] tametsi *R^t* ^[5]accidisse *R²LNV*] euenisse *R^t* ^[6]contritae *R²LNV*] obuia *R^t* ^[7]Amicus ... adferet. *R²LNV*] *om. R^t*

causa. Ajuízem as pessoas muito doudas e as que estão imersas no grande rio – por assim dizer – das ciências, que durante muito tempo e frequentemente investigaram a filosofia peripatética, as quais, se forem honestas, deverão confessar que a lógica vulgar em que elas são hábeis e que elevam aos céus, considerando-a uma invenção divina, não lhes traz nenhum proveito para discorrerem sobre assuntos que lhes não foram ensinados nas escolas.

Certamente, também eu fui por vezes sofista e aprovado com louvor durante muito tempo sob a bandeira dos peripatéticos. Não tendo eu um espírito indolente, aprendi com presteza, em virtude de um exercício quotidiano, aquelas matérias que outros só compreendiam depois de muito tempo e com enorme esforço. Por isso, com o desejo juvenil de tagarelar, eu fiz frequentemente contestações com os opositores; e, se estivessem presentes ouvintes, mais que uma vez permaneci na linha de batalha sem o mais leve ferimento. Os meus condiscípulos e os meus amigos elogiavam a minha sorte por eu ter nascido com tanto talento e por estar dotado de excelentes conhecimentos. Aconselharam-me a persistir no mesmo rumo, afirmando que o meu grande objectivo deveria ser a recompensa, o aplauso e a glória. Porém, embora eles dissessem estas e muitas outras coisas que me causavam prazer, eu não era assim tão ingénuo que me convencesse de que devia ser elogiado a tal ponto.

Eu não pensava desse modo por modéstia, pois não pretendo simular as minhas aptidões; declaro, porém, com a máxima sinceridade, como convém a um filósofo, que nunca se me meteu na cabeça pensar que estava a ser elogiado por um motivo justificável. Com efeito, eu tinha plena consciência de que as aptidões que em mim exaltavam só eram úteis para eu mostrar que conhecia muitas coisas sobre as regras da arte lógica e que era capaz de embaraçar um oponente não igualmente exercitado nos ardis; quanto ao resto, consideravam-no inútil.

Ainda que eu tivesse discutido em muitíssimos lugares com varões muito eruditos e muito penetrantes sobre assuntos de filosofia, de teologia, de direito e de história, contudo, Deus e os espíritos celestes são testemunhas de que nunca fui auxiliado pelas regras da arte lógica para demonstrar alguma coisa, pois, por uma certa propensão natural, eu era capaz de dispor os argumentos que a memória fornecia em abundância, ordenando-os da forma que eu desejasse. Sucedia o mesmo com muitos varões doudos, [61] dos quais possuo o testemunho. Fico por isso com razão surpreendido com aqueles que afirmam serem úteis as regras dos silogismos para encontrar e dispor convenientemente os argumentos, pelos quais qualquer coisa é demonstrada. Na verdade, dificilmente ocorrem à mente certas formas de silogismos muito comuns: elas exprimem regras peculiares e são apenas formas de seduzir para aqueles que desejam de caso pensado disputar sobre estes assuntos.¹²⁰ Mas a respeito desta matéria, é suficiente.

¹²⁰ Um amigo meu, varão instruído nas belas-letas e muito trocista, mas proferindo facécias dignas de um homem livre, altercando muitíssimas vezes na assembleia do povo com um certo professor peripatético para discorrerem sobre a inutilidade da lógica antiga, e como o

Nobis autem ea logica est in praesentia tradenda quae tironem ad ueritatem perducatur, reiectis nugis et copia inutilium praeceptionum quibus uulgares logici^[1] inquinantur.

ac ex iis disputare solere, mihi omnino est exploratum”. Principio tacitus peripateticus tulit ac subrisit; sed cum alter de industria eum urgere pergeret, peripateticus, qui solutione respondentis unice defixus, nihil minus, quam de modis ac figuris cogitabat, ira exalbescens, “Quae, malum,” – inquit – “haec tua est importunitas? Ego ex figuris et modis, qui mihi placent, disputare soleo”. Risere qui prope erant. Amicus uero hominis responsionem narrare et celebrare solebat; aiebat enim per ironiam, nihil a se unquam aptius auditum fuisse ad efficiendum, quam bene ac facile ex legibus Aristotelicis de improviso ratiocinari, quae hucusque diximus, lucem non nullam adferet.

^[1]logici *R²LNV*] libri *R¹*

Vou, portanto, ensinar neste momento aquela lógica que conduz à verdade os principiantes, rejeitando as frivolidades e o grande número de opiniões inúteis com que estão inquinados os lógicos vulgares.

peripatético, não se dando por vencido com nenhuns argumentos, não se abstinha de exaltar a sua doutrina, ele, verificando casualmente que esse peripatético vinha à conferência teológica, desejou ficar na sua companhia e permanecer junto dele. Após algumas palavras proferidas de um e de outro lado, o peripatético levantou-se para refutar não sei que tese. O outro, que não desejava que lhe fugisse das mãos uma ocasião tão apetecida e tão oportuna, disse, gracejando: “Farei que para tua experiência entendas agora o que me esforcei por demonstrar-te muitas vezes a respeito deste assunto”. Assim, ele interpelava-o em voz baixa sobre cada um dos silogismos do peripatético: “Diz-me, suplico-te, varão virtuoso, qual é a figura e o modo por que é constituído esse teu silogismo, pois tenho a certeza de que conheces isso com evidência e de que tens por hábito discorrer sobre esses assuntos”. De início, o peripatético, calado, mostrou-se tolerante e sorriu, mas, como o outro continuasse a importuná-lo deliberadamente, o peripatético, não prestando atenção ao respondente, apenas pensava nos modos e nas figuras; e, tornando-se branco pela ira, disse: “Oh vergonha, que significa essa tua má índole? Eu tenho por hábito discorrer sobre as figuras e os modos de que gosto”. Os que estavam próximos escarneceram. Na verdade, o meu amigo costumava narrar e divulgar as respostas deste indivíduo; ele afirmava ironicamente nada ter conhecido que fosse mais apropriado para demonstrar como costumam os peripatéticos raciocinar e travar combate de improviso com eficácia e facilidade segundo os preceitos de Aristóteles. Este exemplo traz algum esclarecimento àquilo que até agora referi.

(Página deixada propositadamente em branco)

LIBER TERTIVS

DE IDEIS ET EARVM SIGNIS



LIVRO TERCEIRO

AS IDEIAS E OS SEUS SINAIS

LIBER TERTIVS, PARS PRIMA
De Ideis

CAPVT I

De^[1] ideis respiciendo ad originem

Primae igitur humanae mentis cognitiones sunt perceptiones seu ideae, quibus, etiam dum usu rationis caremus, perfundimur. Eae autem tanta sunt in uarietate quantam uerbis exprimere uix possumus. Sunt igitur ad quasdam ueluti classes reuocandae et suis nominibus distinguendae, quo facilius earum proprietates explicare queamus.

Ergo ideae multiplici modo considerari possunt. Vel enim eas referimus ad principium; uel,^[2] ut re sunt, consideramus; uel examinamus modum quo menti^[3] obiecta repraesentant; uel demum idearum obiecta, ex quibus ipsae nomen habent, inuestigamus. In his pulcherrima multa et necessaria se offerunt perpendenda, de quibus nos ordine explicabimus. [63] Atque ex iis quae hucusque diximus, fit manifestum ideas omnes, si earum^[4] origines perscrutamur, esse uel aduenticias, uel facticias.

1. Aduenticiae sunt quae a rebus, quae extra nos sunt, aditum sibi per sensus aperiant ad mentem, ut idea coloris, saporis, odoris, ceterae, quae “simplices ideae” uocantur. Cumque maior idearum^[5] pars per sensus adquiratur, consequitur plerasque ideas, cuiusmodi sunt primigeniae, esse aduenticias.

2. Facticiae sunt quas mens ab illis deducit, quae sensibus adquiruntur, idque^[6] uel eas coniungendo, uel diuidendo, uel ad eas respiciendo. Exempli gratia, si mens ideam “hominis”, “coronae aureae”, “sceptri”, “paludamenti”, “satellitii”, etc.^[7] coniungit, elicit ideam “regis”. Sin autem in Regem sic ornatum intuens, in eo singulatim considerat, tum lineamenta faciei, tum dignitatem oris, tum staturam, etc. elicit, ac facit tot alias ideas. Sin^[8] demum respiciens ad suasmet ideas, animaduertit unamquamque obiectum aliquod menti repraesentare, elicit ideam “cognitionis”.

^[1]De ideis ... originem *R²LNV*] Ostendit diuersitatem idearum respiciendo ad originem *R¹* ^[2]uel, ut re sunt *R²LNV*] uel in se ipsis *R¹* ^[3]menti *R²LNV*] *om. R¹* ^[4]earum *R²LNV*] harum *R¹* ^[5]idearum *R²LNV*] nostrarum idearum *R¹* ^[6]idque ... respiciendo. *R²LNV*] *om. R¹* ^[7]etc. coniungit *R²LNV*] confert *R¹* ^[8]Sin ... repraesentare *R²LNV*] Sin autem ideas ipsas in se considerat et intelligit repraesentare rem aliquam *R¹*

CAPÍTULO I

As ideias em relação com a sua origem

Os primeiros conhecimentos da mente humana são percepções ou ideias, das quais estamos repletos, mesmo quando desprovidos do uso da razão. E é tão grande a sua diversidade que dificilmente podemos exprimi-la por palavras. Elas são, porém, redutíveis a algumas espécies e distinguíveis pelos seus nomes, para mais facilmente podermos explicar as suas propriedades.

As ideias podem considerar-se de diversas formas: ou as referimos à sua origem, ou as consideramos como são realmente, ou examinamos o modo segundo o qual representam à mente os objectos, ou, por último, investigamos os objectos das ideias, dos quais elas obtêm a sua denominação. Proporcionam-se sobre este assunto muitas coisas excelentes e muito úteis para serem atentamente examinadas, que irei expor por ordem.

[63] Com base naquilo que até agora afirmei, torna-se evidente que todas as ideias, se as referirmos à sua origem, ou são adventícias ou factícias.

1. São adventícias aquelas que com base nas coisas exteriores penetram na mente por meio dos sentidos, tais como as ideias de cor, de sabor, de odor, etc., que se denominam “ideias simples”. E dado que a maior parte das ideias é adquirida através dos sentidos, conclui-se que a maioria delas, enquanto provenientes dos sentidos, são adventícias.

2. As ideias factícias são aquelas que a mente origina a partir das adquiridas por meio dos sentidos, ou associando-as, ou dividindo-as, ou reflectindo sobre elas. Por exemplo, se a mente associar as ideias de “homem”, de “coroa de ouro”, de “ceptro”, de “manto”, de “escolta”, etc., forma a ideia de “rei”; se, porém, observando um rei com estes adornos, ela considerar nele separadamente o semblante, a nobreza da expressão fisionómica, a estatura, etc., obtém e origina outras tantas ideias; e se, por último, ao examinar as suas ideias ela se aperceber de que qualquer delas representa um objecto, origina a ideia de “conhecimento”.

Porro miram habet mens humana uirtutem ideas cum ideis comparandi, ex quo infinita idearum soboles nascitur, quae plerumque sunt compositae, ut^[1] sequenti capite dicemus.

CAPVT II

De^[2] ideis, ut re sunt

Sin autem ideam non respiciendo ad principium a quo nascitur, sed in se ipsa consideramus, uel est simplex, uel composita. 1. Simplex est in qua nullas^[3] partes, seu ideas ne mente quidem possumus discernere. Harum quaedam sensu, quaedam meditatione comparantur.

Exempli gratia, ideae^[4] singulares, quae per sensus habentur, sunt simplices, ut coloris rubri. Nam etiamsi^[5] partes in colore rubro perquiras, ex^[6] quibus alias ideas elicias, numquam inuenies: non enim habet. Habet quidem corpus coloratum partes; non ita uero idea^[7] “coloris” a corpore seiuncta. Quod^[8] etiam de reliquis sensibus, auditione, odoratu, gustatu, tactu, nec non de animi adfectionibus, dolore, uoluptate, dicendum esse uidetur.

Idem de ideis iudicatote, quae meditatione [64] adquiruntur, ut idea^[9] “uolitionis”, “nolitionis”, “perceptionis”, ceterae. Non^[10] enim partes ullas in uolitione, perceptione, iudicio, quae sunt obiecta talis ideae, et quod inde sequitur, non in ipsa idea reflexa, ut uocant, possumus designare ex quibus ideas alias fabricemus quas seorsum intelligamus, propterea sunt simplices.

2. Composita idea est in qua plures ideae simplices designari possunt et intelligi singulatim.

Exempli gratia, idea cuiusque corporis est composita, possum enim in corpore designare partem dextram et sinistram; et quaelibet pars seorsum^[11] menti meae se offert, eamque sigillatim considerare possum. Idea^[12] “exercitus” est composita, exprimit enim plures partes, ex quibus plures ideae possunt haberi. Idea “iustitiae” composita^[13] est, nam cum concipio iustitiam, haec menti obiciuntur: idea hominis qui suum cuique tribuit,^[14] idea recipientis^[15] idea rei tributae,^[16] reliqua. Eodem modo de reliquis uirtutibus et uitis pronuntiabimus.

Vere enim composita idea non una est, sed plures, quae uno nomine significantur. Neque enim possum percipere domum, quin cogitem v. g. rem quadratam, in qua et

^[1]ut sequenti ... dicemus. *om. R¹* ^[2]De ideis ut re sunt *R²LNV*] De ideis ut in se ipsis sunt disputatur *R¹* ^[3]nullas ... quidem *R²LNV*] ne mente quidem partes *R¹* ^[4]ideae singulares *R²LNV*] *om. R¹* ^[5]etiamsi *R²LNV*] tametsi mente *R¹* ^[6]ex quibus ... elicias *R²LNV*] *om. R¹* ^[7]idea ... seiuncta. *R²LNV*] sensus et idea coloris seiuncta a corpore. *R¹* ^[8]Quod ... uidetur. *R²LNV*] *pro* Idem ... sunt simplices. *R¹*: *vd. infra Annexum IX.* ^[9]idea ... perceptionis *R²LNV*] uolitio, nolitio, perceptio *R¹* ^[10]Non ... simplices. *R²LNV*] *pro* Quis enim ... distinctae. *R¹*: *vd. infra Annexum X.* ^[11]seorsum *R²LNV*] *om. R¹* ^[12]Idea *R²LNV*] Etiam idea *R¹* ^[13]composita *R²LNV*] et ipsa composita *R¹* ^[14]tribuit *R²LNV*] dat *R¹* ^[15]recipientis *R²LNV*] recipientis beneficium *R¹* ^[16]tributae *R²LNV*] datae *R¹*

Por outro lado, a mente humana possui a admirável capacidade de comparar umas ideias com outras, originando-se, assim, ideias quase em número infinito, sendo a maior parte delas compostas, como irei demonstrar no capítulo seguinte.

CAPÍTULO II

Como são realmente as ideias

Se considerarmos as ideias não relativamente à sua origem, mas em si mesmas, elas são simples ou compostas.

1. As ideias simples são aquelas em que não podemos distinguir nenhuma partes, nem sequer mentalmente, ou outras ideias, sendo umas adquiridas por meio dos sentidos e outras pela reflexão.

Por exemplo, as ideias singulares obtidas por meio dos sentidos são ideias simples, como a de cor vermelha. Com efeito, ainda que procurássemos descobrir partes numa cor vermelha, com base nas quais obtivéssemos outras ideias, elas jamais seriam descobertas, dado não existirem. Um corpo colorido tem certamente partes, mas não a ideia de “cor” separada de um corpo. Outro tanto acontece com os restantes sentidos – a audição, o cheiro, o gosto e o tacto –, parecendo dever afirmar-se também o mesmo das afecções do espírito, como a dor e o prazer.

Deve ajuizar-se de forma idêntica sobre as ideias adquiridas pela reflexão, [64] tais como as de “volição”, “nolição”, “percepção” e outras mais. Na volição, na percepção e no juízo, que são objecto de ideias simples – e consequentemente na própria ideia reflexa, como costuma chamar-se –, não podemos distinguir quaisquer partes com base nas quais formássemos outras ideias que percebêssemos separadamente. Trata-se, portanto, de ideias simples.

2. A ideia composta é aquela em que podem distinguir-se várias ideias simples, sendo concebidas isoladamente.

Por exemplo, a ideia de qualquer corpo é composta. Na verdade, posso distinguir num corpo uma parte direita e uma parte esquerda, e qualquer uma dessas partes se apresenta separadamente ao meu espírito, podendo pensá-las isoladamente. Também a ideia de “exército” é composta, contendo diversas partes com base nas quais podem formar-se muitas ideias. E a ideia de “justiça” é ainda composta, dado que quando concebo a justiça se apresentam à minha mente a ideia de uma pessoa que atribui a cada um o que é devido, a ideia de quem recebe, a ideia da coisa atribuída e ainda outras. Exprimo-me de forma idêntica sobre as outras virtudes e sobre os vícios.

Uma ideia composta não é efectivamente uma só ideia, mas muitas, que são significadas por um único nome. Com efeito, não posso percepçionar uma casa sem pensar, por exemplo, numa coisa quadrada, na qual existem portas, janelas, tecto, etc. E também não posso conceber a justiça e um exército sem pensar simultaneamente muitas coisas diferentes que, em virtude da celeridade da mente ao associar as

portae et fenestrae et laquearia, cetera. Ita nequeo intelligere iustitiam et exercitum, quin multa simul ac diuersa cogitem, quae propter mentis in^[1] coniungendo celeritatem, una res esse uidentur. Itaque magna idearum pars, si paucas illas, quas supra memorauimus, excipias, compositae^[2] seu complexae sunt.

Iam uero ideae compositae sunt dupliciter. Quaedam sunt compositae ex ideis obiectorum similium, ut idea^[3] “milliarum”, quae componitur ex ideis “passuum; idea “passus”, quae componitur ex ideis “pedum”; ceteraque.

Aliae uero constant ideis rerum dissimilium, ut idea domus, quae constat ideis “lapidis”, “ligni”, “caementi”, “tegulae”; idea “nauis”, et his similes. Interdum^[4] uero sunt ex tot aliis compositae, ut non ideae, sed iudicia, uideantur; de quibus alio loco.¹²¹ Venio ad repraesentationem idearum.

[65]

CAPVT III

De modo quo ideae menti^[5] obiecta repraesentant

I

De idea clara et obscura

Aliquando rem ita percipimus, ut eam cum^[6] iterum se offert¹²² ab aliis facile secernamus: haec uocatur idea “clara”. Exempli gratia. Cum uideo longe corpus atrum, idque a^[7] rubro, caeruleo, cum^[8] recurrit, facile distinguo, habeo ideam claram coloris atri. Cum sentio odorem lilii, eumque ab odore rosae, uel alterius floris quoties^[9] occurrit secernere queo, habeo claram ideam odoris lilii.

Quod^[10] si non possum sic distinguere rem ab alia, haec idea est obscura. Exempli gratia. Si longe adspicio corpus caeruleum, nec tunc aut cum iterum adspicio, illud possim a uiridi, nigro, cinereo seiungere, tum si lilii a me distantis odorem sentio, sed sic, ut nec tunc nec cum recurrit, queam discernere lilii ne, an uiolae, an rosae sit, utroque casu habeo tantum ideam obscuram.

¹²¹ Libro III, part. I, cap. 1.

¹²² Eadem^[11] idea non iterum se offert, etiam praesente obiecto, perit enim momento temporis, et aliae succedunt, etiam nobis inuitis. Experimur enim nos, cum aliquid adtentius contemplare uolumus, uim menti facere debere, ut ad idem obiectum diutius respiciat. Non ergo recurrit eadem, sed omnino similis, quaeque uideatur esse eadem idea. Et hoc modo similes loquendi formulae accipi debent.

^[1]in coniungendo R^2LNV] *om.* R^1 ^[2]compositae seu complexae R^2LNV] complexae R^1 ^[3]idea ... componitur R^2LNV] idea parasangae, quae est mensura uiae et componitur R^1 ^[4]Interdum ... loco. R^2LNV] Sed de his hucusque. R^1 ^[5]menti R^2LNV] *om.* R^1 ^[6]cum ... offert R^2LNV] *om.* R^1 ^[7]a rubro R^2LNV] ab albo, rubro R^1 ^[8]cum ... distinguo R^2LNV] distinguo R^1 ^[9]quoties ... queo R^2LNV] secerno R^1 ^[10]Quod ... obscuram. R^2LNV] *pro* Quod si ... obscuram. R^1 : *vd. infra Annexum XI.* ^[11]Eadem ... debent. R^2LNV] *om.* R^1

ideias, parecem uma só coisa. Portanto, a maior parte das ideias, exceptuando as poucas que acima referi, são compostas ou complexas.

Por outro lado, as ideias compostas são de duas espécies. Uma são compostas de ideias de objectos semelhantes, como a ideia de “milha”, que é composta pelas ideias de “passos”, sendo a ideia de “passo” composta pelas ideias de “pés”, etc.

Outras são compostas por ideias de coisas dissemelhantes, como a ideia de “casa”, que é composta pelas ideias de “pedra”, de “madeira”, de “alvenaria”, de “telha”. Também a ideia de “navio” é semelhante a estas. No entanto, por vezes essas ideias são compostas de tantas outras que não parecem ideias, mas juízos. Irei discorrer sobre eles noutra parte.¹²¹ De momento, vou aludir ao tema da representação das ideias.

[65]

CAPÍTULO III

O modo como as ideias representam os objectos à mente

I

A ideia clara e a ideia obscura

Por vezes percebemos de tal modo uma coisa que, ao apresentar-se de novo à mente,¹²² distinguimo-la facilmente de outras. Esta ideia denomina-se “clara”. Por exemplo, quando vejo ao longe um corpo negro e o distingo de um corpo vermelho ou azul, quando ele reaparece distingo-o facilmente e possuo uma ideia clara da cor negra; e quando sinto o cheiro de uma açucena e o distingo do cheiro de uma rosa ou de outra flor, todas as vezes que ele se apresenta posso distingui-lo e possuo uma ideia clara do cheiro da açucena.

Porém, se não puder distinguir uma coisa de outra, a ideia é obscura. Por exemplo, se eu vir ao longe um corpo azul e nem nesse momento nem ao observá-lo de novo puder distingui-lo de um corpo verde, negro ou cinzento, e, se sentir o cheiro de uma açucena distante de mim de modo a não poder reconhecer se é o cheiro de uma açucena, de uma violeta ou de uma rosa, em ambos os casos possuo apenas uma ideia obscura.

Contudo, a ideia clara é tanto mais clara quanto maior número de partes eu puder distinguir no objecto corpóreo. Por exemplo, possuo uma ideia mais clara

¹²¹ Liv. IV, 1ª parte, cap. 1.

¹²² A mesma ideia não se apresenta pela segunda vez ao espírito, mesmo estando presente o objecto. Ela deixa de existir num instante, sucedendo-se outras ideias, mesmo contra a nossa vontade. Com efeito, sabemos por experiência que quando desejamos contemplar algo mais atentamente o espírito pela sua natureza procede de tal modo que considera durante muito tempo o mesmo objecto. Não ocorre, portanto, a mesma ideia, mas outras totalmente semelhantes que parecem ser a mesma ideia. Devem entender-se deste modo formas análogas de discorrer.

Haec autem idea clara eo clarior erit quo plures partes in obiecto corpore distinguere potero. Exempli gratia, clariorem odoris rosae uulgaris ideam habebō, si exquisitiore sensu internoscā non modo discrimen inter odorem rosae et aliorum florum, sed eiusdem rosae ab^[1] illis rosis quas uocant “Alexandrinam” et “Damasquinam”. Item, cum e portu uideo nauem, clarior erit idea, quo proprius uenit ad portum, uere ut possim adfirmare tot^[2] partes habere, esse triremem, non quadrirēm, uigintirēm, cetera.

[66] COROLLARIUM I

Hinc clarior erit idea, quo pluribus sensibus et adtentius rem examinamus. Nam plures sensus et maior contentio mentis plura in obiecto distinguunt.

Exempli gratia.^[3] Sacharum et Sal interdum colore ac figura arte facta sunt prorsus similia. Quod si alterutrum uisu, odoratu, tactu non possum distinguere, reuoco ad gustatum, qui discernit quale sit.

COROLLARIUM II

Hinc^[4] obscurior erit idea quo languidius obiectum suum repraesentet, ut ab aliis nequeat secerni.

Exempli gratia, cum decem homines seorsum loquentes audis, percipis quidem clare singulorum uocem. Quod si comes una uoce conclament, etsi clare unam illam uocem percipias quod eam ab alio clamore secernis, tamen alteram ab altera uocem singulorum non distinguis. En cognitio obscura. Et quo magis a te recedent, eo obscurior erit cognitio.

COROLLARIUM III

Hinc idea^[5] clara si cum clariori comparetur, est obscura; et e contrario.

Nulla idea^[6] in hac uita dici potest omnino clara, clarior enim haberi potest, et fortasse alius^[7] habet. Quod memoria tenere oportet, ne putemus omnia quae nos ignoramus, uel obscure cognoscimus,^[8] ignorare etiam alios, aut iis tam esse obscura quam nobis.

COROLLARIUM IIII^[9]

Hinc claritas idearum, sensu uulgato, praeter repraesentationem obiecti, duo complectitur: et memoriam uiuam primae ideae; et iudicium, quo comparo eam cum aliis, uel etiam secum ipsa sub aliis circumstantiis. Obscuritas e contrario.

Si enim uel memoriam primae ideae, uel iudicium comparans tollas, nunquam dignosces an sint clarae, an obscurae. Quod ex dictis est manifestum.

^[1]ab illis ... damasquinam. *R²LNV*] ab aliis rosis, e. g. ab ea quam alexandrinam et damasquinam uocant. *R¹* ^[2]tot partes *R²LNV*] has et illas partes *R¹* ^[3]Exempli gratia ... quale sit. *R²LNV*] *pro* E. g. ... quale sit. *R¹*: *vd. infra Annexum XII.* ^[4]Hinc ... cognitio. *R²LNV*] *pro* Hinc obscura ... cognitio. *R¹*: *vd. infra Annexum XIII.* ^[5]idea clara *R²LNV*] eadem cognitio clara *R¹* ^[6]idea *R²LNV*] cognitio *R¹* ^[7]alius *R²LNV*] alius eam *R¹* ^[8]cognoscimus *R²LNV*] dignoscimus *R¹* ^[9]COROLLARIUM IV ... est manifestum. *om. R¹*

do cheiro de uma rosa vulgar se por uma sensação mais apurada conhecer não apenas a distinção entre o cheiro de uma rosa e o das outras flores, mas também se conhecer a distinção do cheiro dessa rosa do cheiro das rosas denominadas “alexandrina” e “damasquina”. De forma idêntica, quando, estando num porto, vejo um navio, a sua ideia é tanto mais clara quanto mais ele se aproxima do porto, pois posso então afirmar que tem um determinado número de partes, que é trirreme, que não é quadrirreme, que não tem vinte pares de remos, etc.

[66] COROLÁRIO I

Uma ideia é tanto mais clara quanto mais examinarmos uma coisa pelo maior número de sentidos, e mais atentamente. Na verdade, vários sentidos e uma maior aplicação de mente possibilitam distinguir muitos aspectos de um objecto.

Por exemplo, obtidos por meios artificiais, o açúcar e o sal são por vezes totalmente semelhantes na cor e na figura. Por isso, se eu não puder distinguir um do outro pela vista, pelo cheiro e pelo tacto, recorro ao gosto para diferenciá-los.

COROLÁRIO II

Uma ideia é tanto mais obscura quanto mais debilmente representa o seu objecto, de tal modo que ele não pode distinguir-se de outros.

Por exemplo, quando ouvimos dez pessoas a falar separadamente, percebemos com clareza as palavras de cada uma delas. Mas, se todas gritarem ao mesmo tempo, embora se perceba claramente uma só voz – pois ela diferencia-se de outros ruídos –, contudo, não se distinguem as vozes de cada uma das pessoas. Eis aqui uma ideia obscura. E quanto mais as pessoas se afastarem tanto mais obscura será a ideia.

COROLÁRIO III

Uma ideia clara, se for comparada com outra mais clara, torna-se obscura e reciprocamente.

Nesta vida, nenhuma ideia pode dizer-se totalmente clara; pode considerar-se mais clara que outra, e porventura alguns a possuem. É necessário conservar isto na memória para não pensarmos que tudo aquilo que ignoramos ou conhecemos de modo obscuro também é desconhecido pelos outros ou que é para eles tão obscuro como para nós próprios.

COROLÁRIO IV

A clareza das ideias no sentido vulgar inclui, além da representação do objecto, duas coisas: a recordação diligente da primeira ideia e o juízo pelo qual a comparamos com outras ou com ela própria segundo outras particularidades. A ideia obscura é o oposto.

Com efeito, se suprimimos quer a recordação da primeira ideia, quer o juízo pelo qual ela é comparada com outras, jamais reconheceremos se as ideias são claras ou obscuras, como se torna manifesto por aquilo que foi referido.

[67]

II

De idea distincta et confusa

Verum etiamsi rem aliquam ab alias facile^[1] distinguam, euenit aliquando ut notas omnes quae rem^[2] a ceteris secernunt, sigillatim enumerare ualeam; aliquando^[3] non item. Primo casu, idea clara est distincta; secundo, confusa.

1. Exempli gratia, ducat^[4] me amicus ad museum, et ostensis^[5] numismatibus Caesarum, quaerat^[6] a me qualis sit imago Neronis. Si lineamenta Neronis ita memoria teneo, ut^[7] amico ea describere possim, saltem sine praesidio inscriptionis eius imaginem ab aliis imaginibus facile distinguam; habeo ideam claram et distinctam Neronis. Item^[8] si interrogatus quid sit horologium, dico esse^[9] fabricationem quae planispherium habet in quo duodecim horae inscriptae sunt, et quae ope stili, uel mallei qui pulsat aes sonorum, horas declarat;^[10] habeo ideam claram et distinctam “horologii”.

2. Contra^[11] si uidens pecudem longe ambulans, eam^[12] discerno ab homine, equo, boue, sed non a cane, uulpe, capra, habeo ideam claram, non tamen distinctam, sed confusam, pecudis, quia^[13] non possum indicia proferre per quae ab ultimis secernatur. Item^[14] si uidens magnetem ferrum ad se trahere, ex^[15] hac nota secerno magnetem ab aliis lapidibus, sed nequeo sigillatim numerare^[16] ceteras notas omnes quae magnetem ab aliis lapidibus seiungunt; habeo ideam claram, sed confusam, magnetis, quia habeo ideam confusam notarum omnium quae magnetem ab aliis distinguunt.

Igitur^[17] plus exprimit idea distincta quam clara; et recte idea clara diuiditur in distinctam et confusam. Vtraque tamen alios et alios gradus recipit.

COROLLARIUM I

Hinc, quae ideae per sensus comparantur, tametsi clarae, plerumque sunt confusae.

Nam res, quae exstant, plurimis adiunctis ornantur; sensus autem tam multa et implicita^[18] repraesentantes, non [68] exhibent sigillatim notas omnes quae rem distinguunt ab aliis: proinde eiusmodi^[19] ideae sunt confusae.¹²³

¹²³ Errores,^[20] qui ex *sensibus* nascuntur, habes lib. V, par. I, cap. 4.

^[1]facile *R²LNV*] commodè *R¹* ^[2]rem a ceteris *R²LNV*] rem hanc ab aliis *R¹* ^[3]aliquando *R²LNV*] aliquando uero *R¹* ^[4]ducat *R²LNV*] ducit *R¹* ^[5]ostensis *R²LNV*] obiectis *R¹* ^[6]quaerat *R²LNV*] quaerit *R¹* ^[7]ut amico ... eius *R²LNV*] ut sine praesidio inscriptionis illius *R¹* ^[8]Item *R²LNV*] Praeterea *R¹* ^[9]lesse *R²LNV*] esset talem *R¹* ^[10]declarat *R²LNV*] distinguit *R¹* ^[11]Contra ... ambulans *R²LNV*] Videam longe pecudem ambulans. *R¹* ^[12]eam ... capra *R²LNV*] Si eam secerno ab homine, petra, arbore, non tamen a cane, uulpe, capra *R¹* ^[13]quia ... secernatur. *R²LNV*] *om. R¹* ^[14]Item ... magnetem *R²LNV*] Videam magnetem *R¹* ^[15]ex hac *R²LNV*] si ex hac *R¹* ^[16]numerare ... omnes. *R²LNV*] enumerare notas omnes *R¹* ^[17]Igitur ... recipit. *R²LNV*] Igitur distinctum et clarum non sunt homonyma, nam plus exprimit idea distincta quam clara. *R¹* ^[18]implicita *R²LNV*] obtrusa *R¹* ^[19]eiusmodi ideae *R²LNV*] *om. R¹* ^[20]Errores ... habes *R²LNV*] Vide errores, qui ex sensibus nascuntur *R¹*

[67]

II

A ideia distinta e a ideia confusa

Ainda que eu distinga facilmente uma coisa de outras, sucede por vezes que posso enumerar isoladamente todas as características que distinguem um objecto de outros, mas outras vezes isso não acontece. No primeiro caso, a ideia clara é distinta; no segundo, é confusa.

1. Por exemplo, suponhamos que um amigo meu me leva a visitar um museu e que ao mostrar-me as moedas dos Césares me pergunta qual é a imagem de Nero. Se eu me recordar das feições de Nero de modo a poder descrevê-las ao meu amigo, distingo facilmente sem o auxílio da inscrição a sua imagem das outras imagens, possuindo por isso uma ideia clara e distinta de Nero. De forma idêntica, se me perguntarem o que é um relógio e eu afirmar que é uma estrutura mecânica com um planisfério em que estão inscritas as doze horas e que marca as horas através de um ponteiro ou de um martelo que percute o bronze sonoro, possuo uma ideia clara e distinta de “relógio”.

2. Pelo contrário, se ao ver ao longe animais em movimento eu os distinguir de um homem, de um cavalo e de um boi, mas não de um cão, de uma raposa e de uma cabra, possuo uma ideia clara, não, porém, distinta, mas confusa, daqueles animais, dado que não posso apresentar vestígios pelos quais os distinga destes últimos. Igualmente, se eu vir um magnete atrair o ferro, com base nesta característica distingo o magnete dos outros minerais, mas não posso enumerar pormenorizadamente todas as outras características que distinguem o magnete dos outros minerais; possuo por isso uma ideia clara, mas confusa, do magnete, dado que possuo uma ideia confusa de todas as características que o distinguem dos outros minerais.

Portanto, a ideia distinta é mais representativa que a ideia clara. E a ideia clara divide-se com razão em distinta e confusa. Ambas comportam diversos graus.

COROLÁRIO I

As ideias adquiridas por meio dos sentidos, mesmo que sejam claras, são geralmente confusas.

Na verdade, as coisas que existem estão dotadas de muitos atributos, mas os sentidos ao representarem-nas de um modo desconexo [68] não manifestam pormenorizadamente todas as características que distinguem uma coisa de outras, e por isso as respectivas ideias são confusas¹²³.

¹²³ Os erros originados nos sentidos serão referidos no livro quinto, 1ª parte, cap. 4.

COROLLARIUM II

Hinc si uoce^[1] nequis cum altero bene comparato, et ^[2] qui linguam tuam pulchre calleat, communicare notiones quas habes, scito te habere ideam confusam.

Nam si haberes ideam^[3] claram notarum quae rem ab aliis secernunt eas enumerare posses et^[4] alteri ordine narrare. Quare si non enumeras, non habes; id est, tua idea est confusa.

III

De idea completa et incompleta

Iam^[5] notas omnes seu characteres alicuius rei numerans, uel eas percenseo, quae rem ab aliis in omni euentu et loco et tempore secernunt; uel secus. Priori modo, haec idea distincta dicitur^[6] “completa”; posteriori modo, “incompleta”.

1. Exempli gratia, cum dico corpus esse rem quae habet tres dimensiones, longitudinem, latitudinem, altitudinem,^[7] in cuius locum aliud corpus induci non potest, ita ut maneant ambo simul, quodque moueri potest et quiescere, haec adiuncta corpus ab omni ente quod non est corpus, secernunt; idque in omni euentu et loco et tempore. Quare haec notio est distincta et completa. Quod si dicerem corpus esse rem quae existit et apta est moueri et quiescere, hi characteres non distinguerent corpus ab omni re omni tempore et loco. Nam mens et ipsa existit,^[8] tum mouetur et subsistit cum corpore.

2. Si dico fluuium esse aquam quae alueo continetur, ac pondere suo ruit et ad mare tendit, habeo ideam distinctam et completam “fluuii”. Item si dico homo est uiuens quod loquitur, intelligit, ratiocinatur et omnino libere operatur, haec idea est distincta et completa. Pone nunc me rem expedire hoc modo: “Fluuium esse aquam turbidam [69] quae pisces alit”, “Hominem uero esse bipedem erecta facie ambulantem”; hae ideae essent incompletae, nam^[9] et lacus pisces habet et turbidus est, et occurrunt belluae quae erectae incedunt. Alia exempla habes apud Wolfium.¹²⁴

Itaque^[10] plus exprimit idea completa quam distincta; et recte idea distincta diuiditur in completam et incompletam. In utraque uero diuersis gradibus est locus.

¹²⁴ In *Logica* cap. de ideis.

^[1]uoce *R²LVN*] per uoces *R¹* ^[2]et qui ... calleat *R²LVN*] om. *R¹* ^[3]ideam claram *R²LVN*] distinctam ideam *R¹* ^[4]et alteri ..., id est *R²LVN*] Proinde si non enumeras non habes, et quod inde fit consequens *R¹* ^[5]Iam *R²LVN*] Iam dum *R¹* ^[6]dicitur ... incompleta. *R²LVN*] est etiam completa, posteriori incompleta uocatur. *R¹* ^[7]altitudinem *R²LVN*] profunditatem *R¹* ^[8]existit ... subsistit *R²LVN*] exstat, mouetur etiam ar sistit *R¹* ^[9]nam et lacus *R²LVN*] quia etiam lacus *R¹* ^[10]Itaque ... locus. *R²LVN*] Itaque idea distincta uel completa, uel incompleta. *R¹*

COROLÁRIO II

Se pela palavra não pudermos comunicar com outros bem instruídos e hábeis na nossa língua os nossos conhecimentos, sabemos que possuímos ideias confusas.

Com efeito, se possuímos uma ideia clara das características que distinguem uma coisa das outras, podemos enumerá-las e expô-las aos outros ordenadamente; por isso, se não as enumerarmos, não possuímos uma ideia clara, isto é, a nossa ideia é confusa.

III

A ideia completa e a ideia incompleta

Uma vez enumeradas todas as notas ou características de uma coisa, ou as percebemos – distinguindo essas características umas das outras em todas as circunstâncias, tanto de lugar como de tempo – ou procedemos de maneira diferente. No primeiro caso, essa ideia distinta diz-se “completa”; no segundo, “incompleta”.

1. Por exemplo, quando digo que um corpo é uma coisa que tem três dimensões – comprimento, largura e profundidade – no qual não é possível ser introduzido outro corpo de modo a subsistirem ambos ao mesmo tempo e poderem ser movidos e estar em repouso, estas características distinguem em qualquer circunstância, tanto de lugar como de tempo, um corpo de todo o ente que não é corpo. Portanto, essa ideia é distinta e completa. Mas se eu disser que um corpo é uma coisa que existe e é capaz de movimento e de repouso, estas características não distinguem um corpo de todas as coisas em qualquer circunstância de tempo e lugar, pois também a própria mente existe, é movida e subsiste com o corpo.

2. Se eu disser que um rio é água que corre num leito, deslocando-se pelo seu próprio peso e dirigindo-se para o mar, possuo uma ideia distinta e completa de “rio”. Igualmente, se eu disser que um homem é um vivente que fala, entende, raciocina e actua de modo totalmente livre, esta ideia é distinta e completa. Suponhamos agora que me exprimo deste modo: “Um rio é água encapelada [69] que alimenta peixes”; “um homem é um bípede que caminha de forma erecta”. Estas ideias são incompletas, pois também um lago tem peixes e é encapelado, e existem animais que caminham de forma erecta. Podem examinar-se outros exemplos em Wolff.¹²⁴

Portanto, a ideia completa é mais expressiva que a distinta, e é com razão que a ideia distinta se divide em completa e incompleta. Porém, há numa e noutra diversos graus.

¹²⁴ *Logica*, capítulo sobre as ideias.

III

De idea adaequata et inadaequata

Quod si notas omnes, quae rem ab aliis in omni tempore et loco et euentu secernunt, numerando percensentes, ipsarum quoque notarum characteres possumus enumerare singulatim, talis idea praecipui obiecti uocatur “adaequata”; secus, inadaequata est.

Exempli gratia, cum dico ignem esse corpus quod lucem et calorem generat,^[1] et habet uim incendendi ac conterendi ligna, si possum distincte percensere notas omnes lucis, caloris, potentiae incendendi et terendi ligna, quibus ab aliis corporibus discriminatur; hoc est, si habeo ideam distinctam singulorum adiunctorum, haec notio est adaequata, propterea quia complectitur^[2] partes omnes quae in tali^[3] obiecto internosci possunt. Sin autem peculiare characteres illarum notarum omnium enumerare singulatim non possum; cognitio est inadaequata.

Quare^[4] plus exprimit idea adaequata quam completa; et recta est diuisio ideae completae in adaequatam et inadaequatam. Sed haec etiam suos gradus habent, ut singulae notae plures aut pauciores ideas distinctas continent.

COROLLARIUM I^[5]

Hinc non possumus acquirere ideas adaequatas omnium rerum.

Non enim habemus ideam distinctam adiunctorum omnium, quibus unaquaeque res constat: nam sensus non^[6] [70] omnia perspicue exhibent. Immo uel hoc nomine paucissimae ideae adaequatae comparari possunt in hac uita; ut recte hoc loco monet Wolfius.

COROLLARIUM II^[7]

Hinc facile euenire potest, ut nostra idea adaequata fiat inadaequata; completa fiat incompleta; distincta fiat confusa; clara fiat obscura.

Nempe si e memoria deleantur notae ex quibus tales dicebantur, quod saepissime euenit. Nam potior idearum pars, de quibus et in uitae usu et in ipsis disciplinis iudicamus, sunt ualde complexae et plures partes habent, quas non nisi memoria felicissima et summa contentione mentis, menti ipsi rursus praesentes facere possumus. Propterea in acquirendis et aestimandis ideis, *memoria*, et *contentio mentis* primas partes habent.

^[1]generat *R²LNV*] producit *R¹* ^[2]complectitur *R²LNV*] comprehendit *R¹* ^[3]tali *R²LNV*] *om. R¹* ^[4]Quare ... continent. *R²LNV*] Quare recta est diuisio ideae distinctae in adaequatam et inadaequatam. *R¹* ^[5]COROLLARIUM I *R²LNV*] COROLLARIUM *R¹* ^[6]non ... exhibent. *R²LNV*] omnia perspicue non exhibent. *R¹* ^[7]COROLLARIUM II ... habent. *R²LNV*] *om. R¹*

IV

A ideia adequada e a ideia inadequada

Se enumerarmos todas as características que distinguem uma coisa de outras relativamente a qualquer tempo, lugar e ocorrências, podemos também enumerar individualmente as particularidades dessas características. Essa ideia do objecto principal chama-se “adequada”; de contrário, é inadequada.

Por exemplo, quando digo que o fogo é um corpo que produz luz e calor, tendo também a capacidade de incendiar e de consumir a madeira, se eu puder perceber distintamente todas as características da luz, do calor, da capacidade de incendiar e de consumir a madeira, pelas quais o fogo se distingue dos outros corpos – isto é, se eu tiver uma ideia distinta de cada uma das características –, esta ideia é adequada, visto que contém todas as partes que podem reconhecer-se nesse objecto. Se, porém, eu não puder enumerar individualmente as características peculiares de todas aquelas particularidades, a ideia é inadequada.

Por isso, a ideia adequada é mais expressiva que a completa, sendo correcta a divisão da ideia completa em adequada e inadequada. Mas estas possuem também os seus graus, tal como cada uma das características contém muitas ou poucas ideias distintas.

COROLÁRIO I

Não podemos adquirir ideias adequadas de todas as coisas.

Na verdade, não possuímos ideias distintas dos atributos de todas as coisas, pois os sentidos [70] não manifestam todos eles com clareza. Por este motivo, pouquíssimas ideias adequadas podem ser adquiridas nesta vida, como com razão adverte Wolff no mesmo lugar.

COROLÁRIO II

Pode facilmente suceder que as nossas ideias “adequadas” se tornem “inadequadas”; as completas, incompletas; as distintas, confusas; e as claras, obscuras.

Isso sucede certamente se as características forem extintas da memória – com base na qual elas são estabelecidas –, o que acontece muitíssimas vezes. Na verdade, a maior parte das ideias de que fazemos uso nesta vida e quando ajuizamos nas próprias ciências são muito complexas e possuem muitas partes, pelo que apenas com uma memória muito fecunda e com enorme contenção da mente podemos torná-las de novo presentes ao espírito. Por isso, na aquisição e na consideração das ideias, a memória e a contenção da mente têm parte principal.

CAPVT IIII

De ideis referendo ad obiecta, hoc est de ideis “substantiae”,
“adiunctorum”, “relationum”

Et de modo repraesentandi hucusque. Iam si res ipsas consideramus, sine labore intelligemus ideas omnes ad tres ueluti^[1] classes posse reuocari, “substantiam”, “adiuncta”, “relationes”.¹²⁵

[71] Nam omnia quae cognoscimus, uel^[2] a singulis adiunctis seorsum esse possunt, et id uocamus “substantiam”, uel sunt adiuncta alicuius rei, et haec uocamus

¹²⁵ Aristoteles refert^[3] omnia quae sunt, in decem classes, quas “categorias” uocat, alii^[4] “praedicamenta”. Vna est “substantiae”, seu rei quae per se existere potest; alia accidentium, seu earum rerum quae per se esse non possunt. In prima classe “substantiae”, duas^[5] numerat. 2. Quantitas uel^[6] discreta, ut numeri; uel continua, eaque uel permanens ut corpus, uel successiua ut^[7] motus. 3. Qualitas, uel^[8] animi, ut facultates ipsius, uirtutes, scientiae, artes; uel corporis, ut durities, calor,^[9] etc. 4. “Relatio”, qua^[10] una res ad aliam cognoscendam ducit, de qua infra nos. 5. Actio, uel qua in agente, ut amor, cognitio; uel quae in alio recipitur, ut calefactio. 6. Passio, contraria^[11] actioni, ut calefieri. 7. Vbi seu locus, ut^[12] esse Romae, esse domi, esse ruri. 8. Tempus, ut quando uerbis^[13] “tempus” significantibus respondemus, “cras”, “perendie”. 9. Situs, quod exprimitur hisce uerbis, “stat”, “cubat”. 10. Habitus, id est ea quae^[14] corpus uestiunt, ut tibialia, pallium.

En praedicamenta accuratius, quam ille fecit, explanata. scholastici hunc numerum, in quo multi sunt, uocant dogma philosophicum, quodque ueluti temerarium in philosophia existimetur in dubium uocare. Nugae! Nam nihil aliud est nisi nomenclatura, quae ostendit quo nomine Aristoteles quaedam entia nominauerit; re autem uera inepta diuisio est.

Desunt enim multa. 1. Ens, quod in substantiam et accidens diuiditur. 2. Varias species substantiarum. 3. accidens generatum. 4. Plures species accidentium, tum corporis, ut quies, tum spirituum, ut cognitio, uolitio, sensio, quas expresse ponere deberet, quod non fecit. 5. Vacuum, quod, ut nihil cogites, tam existit, quam substantia; ille autem non nisi locum extrinsecum memorat. 6. Praedicabilia quinque. 7. Entia moralia et artificialia. Immo et alia ex ipsius principiis deducta.

Superfluunt alia. Relatio enim non explicat modum existendi, qui res adficit, sed comparisonem a mente factam.

Falsa et pugnans habet. Nam refert longitudinem et latitudinem, et pondus ad quantitatem, deinde obiecta sensuum ad qualitates; cum tamen extensio et motus incurrant etiam in uisum; pondus et motus in tactum; adeoque quantitas sit simul qualitas. Vt alia huius generis flagitia omittam quae statim se offerunt homini sine anticipationem rem expendenti eiusque enarratores legenti, qui tam mire pro ea defendenda se torquent, tam uarias tamque incredibiles sententias excogitant, ut explicari uerbis non possit.

^[1]ueluti R^2LNV] *om.* R^1 ^[2]uel ... possunt R^2LNV] uel seorsum possunt esse R^1 ^[3]refert omnia R^2LNV] refert entia, seu omnia R^1 ^[4]alii Praedicamenta. R^2LNV] *om.* R^1 ^[5]duas numerat. R^2LNV] ordine substantias collocat. R^1 ^[6]uel discreta ... uel permanens R^2LNV] est uel discreta, ut sunt numeri, uel continua, quae uel est permanens R^1 ^[7]ut motus R^2LNV] uti motus R^1 ^[8]uel animi ... artes R^2LNV] quae uel est animi, ut uirtutes ac facultates scientiarum R^1 ^[9]calor, etc. R^2LNV] calor, frigus, figura. R^1 ^[10]qua ... ducit R^2LNV] quae facit ut una res ad aliam cognoscendam ducat R^1 ^[11]contraria R^2LNV] quae est contraria R^1 ^[12]ut R^2LNV] ut cum dicimus R^1 ^[13]uerbis R^2LNV] aduerbiis R^1 ^[14]quae ... pallium. R^2LNV] id est ea quae circa corpus sunt, ut tibialia, pileus et quaelibet uestis. R^1

CAPÍTULO IV

As ideias referentes aos objectos, ou seja, as ideias de “substância”,
de “característica” e de “relação”

Discorri até ao momento sobre o modo de representar as ideias. Considerando agora as próprias ideias, apercebemo-nos facilmente de que todas elas podem reduzir-se a três categorias: ideias de “substância”, de “característica” e de “relação”.¹²⁵

[71] Com efeito, tudo o que conhecemos pode apresentar-se ou independentemente de cada uma das suas características (isto denominamo-lo “substância”) ou ser característica de uma coisa (isto denomina-se “acidente” ou “modo”). Quanto às características, são algo concebido relativamente a outra coisa. Isto chama-se “relação”. Não há uma quarta categoria.

¹²⁵ Aristóteles inclui em dez classes todas as coisas existentes, que ele denominou “categorias” e outros “predicamentos”. Uma categoria é a de “substância” ou de uma coisa que pode subsistir por si mesma. A outra é a dos acidentes ou daquelas coisas que não podem existir por si mesmas. 1. Na primeira classe, a de “substância”, ele inclui duas espécies. 2. A quantidade ou é discreta, como os números, ou continua, sendo esta permanente, como o corpo, ou sucessiva, como o movimento. 3. A qualidade ou é do espírito, como as suas faculdades, as qualidades morais, as ciências e as artes; ou do corpo, como a dureza, o calor, etc. 4. A relação, que dá a conhecer uma coisa a partir de outra, irei referi-la posteriormente. 5. A acção ou existe no agente, como o amor e o conhecimento, ou é recebida noutra, como o aquecimento. 6. A paixão é o oposto da acção, por exemplo, ser aquecido. 7. O onde é o lugar, como estar em Roma, em casa, no campo. 8. O tempo é como quando nos servimos de palavras que significam “tempo”, por exemplo, “amanhã”, “depois de amanhã”. 9. A situação exprime-se por palavras como “estar de pé”, “estar deitado”. 10. O hábito é aquilo que reveste o corpo, como as meias e o manto.

Eis aqui os predicamentos expostos com maior cuidado do que o fez Aristóteles. Os escolásticos consideram o seu número, que muitos aceitam, como um dogma filosófico, pensando eles que é irreflectido pô-lo em dúvida na filosofia. Ridicularias! Com efeito, é apenas um catálogo que apresenta o modo como Aristóteles designou certos entes. Porém, efectivamente, a divisão é inábil.

Na verdade, faltam muitas coisas: 1. o ente, que se divide em substância e acidente; 2. as várias espécies de substâncias; 3. o acidente em geral. 4. muitas espécies de acidentes, quer do corpo (como o repouso), quer do espírito (como o conhecimento, a volição e a sensação), que ele deveria ter expressamente referido, o que não fez; 5. o vácuo, que, ao contrário do que possa pensar-se, existe como substância, mas Aristóteles menciona apenas o lugar extrínseco. 6. os cinco predicáveis. 7. os entes morais e artificiais. E ainda outras coisas deduzidas dos seus princípios.

Superabundam, no entanto, outras coisas. Com efeito, a relação não explica o modo de existência que afecta as coisas, mas a comparação estabelecida pela mente.

Existem também falsidades e contradições. Na verdade, ele inclui na quantidade o comprimento, a largura e o peso; e na qualidade, os objectos dos sentidos. Como, porém, a extensão e o movimento se apresentam também ao sentido da vista, e o peso e o movimento ao sentido do tacto, por isso mesmo a quantidade é simultaneamente qualidade. Omito outros erros deste género que constantemente se manifestam a uma pessoa que pondere o assunto sem preconceitos e leia os seus comentadores, os quais se atormentam tão espantosamente para defendê-los e imaginam tão diversas e inacreditáveis opiniões que não podem ser expostas por palavras.

“accidentia”, seu “modos”; ex^[1] adiunctis autem uel est aliquid quod ad aliud fingitur referri, et id uocamus relationem. Nullum quartum.

Exempli gratia, lignum quadratum est res quae seorsum a figura [72] quadrata potest existere, nam fieri potest rotundum uel triangulare, et id nos uocamus “substantiam”. Contra^[2] quadratura et rotunditas a nullo corpore esse^[3] potest aut considerari separata. Sed est aliquid quod adiungitur corpori seu substantiae, et cuius gratia ipsa dicitur uel “quadrata”, uel “rotunda”. Id autem uocamus “accidens”, seu “modum” substantiae. Quod^[4] si quadraturam concipio ut modum proprium corporis; necessario me ducit in cognitionem corporis: et id uocatur “relatio”.

I

Ideae “substantiarum”

Ex dictis proximo capite sit manifestum non habere nos ideam claram et distinctam “substantiae”, sed ualde obscuram. Nam ideae quas habemus singularum substantiarum sensu adquiruntur. At sensus attingunt tantum modos, qui substantiam ornant, substantiae uero naturam non item. Propterea^[5] substantia ab aliis rebus nequit clare^[6] seiungi.

Exempli gratia, ferrum offert nobis ideam corporis cinericii coloris, grauis, duri, quod malleo tundi et extendi potest et non nisi magno atque adsiduo igne funditur, quod rubigine consumitur et a magnete trahitur, et omnino est accommodatum ad corpora secanda. Nihil praeterea scimus;^[26] et quamquam^[7] conemur ferri naturam penitus cognoscere, nihil efficimus.^[8] Verum haec idea nihil aliud repraesentat, nisi modos^[9] ferri. Quis enim audeat dicere, aliud se, praeter ista, in ferro reperire?

Ergo idea^[10] “ferri”, quam habemus, est composita ex ideis adiunctorum omnium. Quia tamen certo scimus adiuncta illa posse mutari, exempli gratia, figuram quadratam in rotundam, tum colorem, si^[11] ferrum uel expoliamus uel aeri exponamus, item fieri durius et diuidendis lignis accommodatius, quin ipsa natura ferri mutetur, colligimus, praeter adiuncta et proprietates, aliud in ferro esse quod nos uocamus [73] “subiectum”^[12] et “substantiam”. Quid uero illud sit et in quo ab aliis secernatur, nescimus.

Itaque notio “substantiae”, ut recte monet Lockius, est idea rei nobis, si^[13] uerum fateri uolumus, prorsus incognitae, nec^[14] nisi idea nominis; quam tamen inepti

¹²⁶ Alias ferri proprietates chemiae praesidio exploratas habent philosophi: uide Boerhaau, *Chemia* Part. I, p. m. 39. Sed ne hae quidem ullo modo naturam ferri aperiant.

^[1]ex adiunctis ... referri *R²LNV*] uel est aliquid quod ad aliud refertur *R¹* ^[2]Contra *R²LNV*] Contra uero *R¹* ^[3]esse potest *R²LNV*] potest esse *R¹* ^[4]Quod ... relatio. *R²LNV*] *om. R¹* ^[5]Propterea *R²LNV*] Eapropter *R¹* ^[6]clare *R²LNV*] *om. R¹* ^[7]quamquam *R²LNV*] tametsi *R¹* ^[8]efficimus. *R²LNV*] facimus. *R¹* ^[9]modos *R²LNV*] adiuncta et modos *R¹* ^[10]idea *R²LNV*] idea illa *R¹* ^[11]si ferrum ... exponamus *R²LNV*] mutari posse si eum uel diligenter exponamus *R¹* ^[12]subiectum et substantiam. *R²LNV*] subiectum substantiam. *R¹* ^[13]si uerum ... uolumus *R²LNV*] *om. R¹* ^[14]nec ... obscurissimae *R²LNV*] *om. R¹*

Por exemplo, um pedaço de madeira quadrado é uma coisa que pode existir [72] independentemente da figura quadrada, pois pode tornar-se redondo ou triangular. Isto denomina-se “substância”. Ao invés, a quadratura e a rotundidade não podem existir nem ser pensadas independentemente de um corpo. Elas são algo que está unido a um corpo ou a uma substância, motivo por que esta se diz “quadrada” ou “redonda”. Isto chama-se “acidente” ou “modo” da substância. E, se eu conceber a quadratura como um modo próprio de um corpo, ela estimula-me necessariamente a conhecer o corpo. Isto denomina-se “relação”.

I

A ideia de “substância”

Com base no que ficou referido no capítulo anterior, torna-se evidente que não possuímos uma ideia clara e distinta de “substância”, mas muito obscura, pois as ideias que possuímos de cada uma das substâncias são adquiridas pelos sentidos. Porém, os sentidos apreendem apenas os modos que ornamentam a substância, mas não a natureza da substância; por isso, uma substância não pode distinguir-se com clareza das outras coisas.

Por exemplo, o ferro proporciona-nos a ideia de um corpo de cor cinzenta, pesado, consistente, que pode ser batido e alongado com um martelo, que apenas se funde com fogo intenso e continuado, que é consumido pela ferrugem, atraído por um ímã e apropriado para fender os corpos. Apenas sabemos isto.¹²⁶ E ainda que nos esforcemos por conhecer em profundidade a natureza do ferro, nada estabeleceremos. Na verdade, tal ideia apenas representa modos do ferro. E quem ousa afirmar que, além desses modos, reconhece algo mais no ferro?

Portanto, a ideia de “ferro” que possuímos é composta das ideias de todas as suas características. Mas, porque estamos certos de que essas características podem alterar-se – por exemplo, a figura quadrada tornar-se redonda, ou alterar-se a cor (se polirmos o ferro ou o expusermos ao ar), assim como ele ficar mais consistente e mais apropriado para cortar a madeira – sem que a natureza do ferro se altere, concluímos que, além das características e das propriedades, existe algo no ferro que denominamos [73] “sujeito” e “substância”. Não sabemos, porém, o que isso seja e em que se distingue das características e das propriedades.

Por conseguinte, se desejarmos confessar a verdade, a ideia de “substância” – como com razão ensina Locke – é a ideia de uma coisa para nós totalmente desconhecida, sendo apenas a ideia de um nome que, no entanto, certos incompetentes não hesitam em fazer-nos aceitar à força como se ela fosse a ideia de uma coisa conhecida.

¹²⁶ Os filósofos investigaram outras propriedades do ferro com o recurso à alquimia (ver Boerhave, *Chemia*, 1ª parte, p. 39). Contudo, elas não manifestam de modo algum a natureza do ferro.

quidam pro idea rei notae nobis obtrudere non cessant, sin liberaliter cum iis agere uolumus, est idea rei obscurissimae, quam nos fingimus esse basim, ut ita dicam, accidentium. Idea uero singularum substantiarum, ut ferri et ligni, est idea composita ex ideis proprietatum omnium cui iungimus ideam obscurissimam cuiusdam rei nobis incognitae, quam nos cogitamus habere tales proprietates. Quod significat nullam nisi obscurissimam nos habere ideam “substantiae”.

Quin Sacrae Litterae nihil aiunt praeterea, nisi esse substantias incorporeas, exempli gratia, animos humanos et angelos; quid uero sint non explicant, usque adeo ut ne ipsi quidem theologi eodem sensu ea uerba usurpauerint.¹²⁷

Male itaque philosophantur qui censent ex iis, quas cognoscimus, proprietatibus, naturam rei plane cognosci. Nam etsi^[1] non nullas proprietates noscamus, pro certo adfirmare non possumus nullas superesse proprietates quae nobis cognitae non sint. Quare ex proprietatibus, quas nouimus, res alias ab aliis seiungere possumus, et quo plures proprietates internoscimus, eo magis ad cognitionem naturae accedimus; id tamen longe distat a^[2] clara et distincta, et multo magis, ab adaequata essentiae seu naturae perceptione.

II

Idae “adiunctorum” seu “modorum”

Idae uero earum rerum quae substantiam ornant,^[3] et a philosophis “modi”, seu “accidentia”, seu “adiuncta” nominantur,^[4] clariores aliis sunt.

1. Modi uel sunt interni, uel externi. Interni, qui et “physici” uocantur, sunt qui substantiae ipsi [74] adhaerent, et sine ea^[5] omnino esse non possunt, ut cruuitas baculi, albitudo salis.

Quoniam uero substantiae sunt dupliciter, corporeae et non corporeae seu spirituales, etiam modi physici duplicis generis sunt. Modi substantiae corporeae sunt figura, motio, ceteri;^[6] spiritualis sunt cognitio,^[7] appetitio, dolor, uoluptas, ceteraque.

2. Externi modi, qui et “morales” nominantur, sunt qui non ipsi substantiae adhaerent, sed a nobis concipiuntur quasi essent in substantia, ut cum dicimus esse rem uolitam, esse odio habitam.

¹²⁷ Petauius adducit plures ex ueteribus Patribus qui censent angelos esse corporeos, uel saltim corpore et spiritu constitutos; prauos uero angelos esse corporatos. *Dogmata Theologica de Angelis*, lib. I, cap. 3.

^[1]etsi *R²LNV*] tametsi *R¹* ^[2]a clara ... perceptione. *R²LNV*] a clara et distincta essentiae seu naturae cognitione. *R¹* ^[3]ornant *R²LNV*] exornant *R¹* ^[4]nominantur *R²LNV*] uocantur *R¹* ^[5]ea *R²LNV*] illa *R¹* ^[6]ceteri *R²LNV*] cetera *R¹* ^[7]cognitio ... ceteraque. *R²LNV*] cognitiones, appetitiones, adfectiones doloris et uoluptatis, cetera. *R¹*

Se, porém, desejarmos agir com benevolência para com eles, podemos afirmar que é a ideia de uma coisa extremamente obscura que supomos ser a base – por assim dizer – dos acidentes. Com efeito, a ideia de cada uma das substâncias, como do ferro e da madeira, é uma ideia composta pelas ideias de todas as propriedades, a que juntamos a ideia extremamente obscura de uma coisa que desconhecemos e que pensamos possuir tais propriedades. Isto significa que possuímos apenas uma ideia extremamente obscura de “substância”.

Ora, as Sagradas Escrituras nada afirmam mais que isto, excepto que existem substâncias incorpóreas, por exemplo os espíritos humanos e os anjos; mas não explicam o que eles sejam realmente, e mesmo os próprios teólogos não interpretam as suas palavras no mesmo sentido.¹²⁷

Filosofam, portanto, muito mal os que, com base nas propriedades que conhecemos, pensam que se conhece claramente a natureza de uma coisa. Na verdade, embora conheçamos algumas propriedades, não podemos afirmar com certeza que não existem outras propriedades que desconhecemos. Por isso, com base nas propriedades de que temos conhecimento, podemos distinguir umas coisas das outras; e quanto maior número de propriedades conhecermos, tanto mais nos aproximamos do conhecimento da natureza, o que, no entanto, difere muito de uma percepção clara e distinta e, mais que isso, adequada da essência ou natureza das coisas.

II

A ideia de “característica” ou “modo”

As ideias das coisas que ornamentam a substância são mais claras que as outras (coisas essas a que os filósofos chamam “modos”, “acidentes” e “características”).

1. Os modos são intrínsecos ou extrínsecos. Os intrínsecos, também denominados “físicos”, são inerentes à própria substância, [74] não podendo de forma alguma existir sem ela, tais como a curvatura do báculo e a brancura do sal.

Porém, dado existirem duas espécies de substâncias – as corpóreas e as incorpóreas ou imateriais –, também os modos físicos são de duas espécies. Os modos da substância corpórea são a figura, o movimento e ainda outros; e os da incorpórea são o conhecimento, a vontade, a dor, o prazer, etc.

2. Os modos extrínsecos, também chamados “morais”, não são inerentes à própria substância, mas concebidos por nós como se existissem na substância, como quando dizemos que uma coisa é desejada ou que uma coisa é odiada.

É de forma metafórica que estes últimos se denominam “modos da substância”; eles são preferentemente disposições do espírito atribuídas às coisas exteriores.

¹²⁷ Petau (*Dogmata Theologica de Angelis*, liv. I, cap. 3) refere muitos autores entre os Padres antigos que consideram que os anjos são corpóreas ou pelo menos constituídos por corpo e espírito, sendo, porém os anjos maus dotados de corpo.

Hi translate appellantur “modi substantiae”, quia potius sunt adfectiones animi nostri, quam^[1] externae rei, cui tribuuntur. Vocantur autem “morales”; propterea quod ex hominum moribus et communi consensu^[2] huiuscemodi appellationes sumuntur. Exempli gratia, cum homo agit aliquid secundum legem, aut communem hominum existimationem, hae actiones uocantur “iustae et bonae”; secus uocantur “malae et uitiosae”.

3. Est aliud genus modorum, qui, etsi^[3] respiciendo ad rem cui iunguntur^[4] sint accidentia, re ipsa sunt substantiae. Exempli gratia, uestitus est accidens, si eum refero ad corpus meum; reapse uero est substantia, quia potest esse sine subiecto corpore. Eodem^[5] modo lux, et alia huiusmodi.

Modi autem uel sunt simplices, uel compositi. Simples sunt plures ex physicis. Compositi sunt aliqui Physici et omnes Morales.

III

Idaeae “relationum”

Iam cum rem aliquam ita considero, ut eius^[6] consideratio ad alterius considerationem necessario^[7] me ducat, denominatio quae id exprimit et obiecto tribuitur, ac^[8] ei ueluti adhaerere fingitur, uocatur “relatio”.

Exempli gratia, cum cognosco Petrum ut in se est, haec dicitur idea “Petri”. Sin autem eum mente refero ad patrem et animaduerto Petrum esse filium Paulli, hoc nomen^[9] “filius” est relatum; denominatio “filii”, quae^[10] Petro adhaerere fingitur, est [75] relatio; cognitio, quae percipit Petrum esse filium Paulli, est idea relationis.

Hinc relatio non est aliqua res quae creetur et in obiecto sit, sed est appellatio quae alicui rei tribui potest, si modo adsit causa in ipsa re. Clarius^[11] est merum nomen, et appellatio et denominatio (haec reapse idem sunt) quod nomen, posita illa circumstantia, fingitur adhaerere in obiecto, et id ad aliud necessario ferre. Quare si nomen in se consideratur, uocatur “relatum”; si dum rei in mente plures ideae respondent, idea relationis seu relata (complexa et lata acceptione, nam re est iudicium), si dum obiecto adhaerere fingitur, illudque ad aliud referre, relatio. Reapse uero nec adhaeret, nec refert, sed mens est quae refert et fingit adhaesitationem, posita circumstantia, seu fundamento relationis.

Id eodem exemplo facile demonstratur. Cogita Paullum et Petrum, nesciens illum esse generantem: nihil uides cur illum “patrem”, hunc “filium” uoces. Cogita nunc actionem qua Paullus genuit Petrum: iam causam habes cur illum ad hunc mente referas, et hanc actionem mentis referentis declares uocabulo “pater”, quod plures ideas significat, nempe generantis alium. Quid, quaeso, Paullus generans noui

^[1]quam ... rei *R²LNV*] quam illius rei *R¹* ^[2]consensu *R²LNV*] sensu *R¹* ^[3]etsi *R²LNV*] tametsi *R¹* ^[4]iunguntur *R²LNV*] adiunguntur *R¹* ^[5]Eodem ... morales *om. R¹* ^[6]eius *R²LNV*] huius *R¹* ^[7]necessario *R²LNV*] *om. R¹* ^[8]ac ... fingitur *R²LNV*] *om. R¹* ^[9]nomen ... relatum *R²LNV*] uox filius est relatiua *R¹* ^[10]quae ... fingitur *R²LNV*] *om. R¹* ^[11]Clarius ... sustuleris. *R²LNV*] *pro E. g. Paullus ... grammatastam. R¹: vd. infra Annexum XIV.*

Chamam-se “morais” porque denominações deste género são estabelecidas segundo os costumes dos seres humanos e por consenso unânime. Por exemplo, quando alguém procede em conformidade com uma lei ou com o juízo comum das pessoas, as suas acções dizem-se “justas e virtuosas”, de contrário chamam-se “desonestas e viciosas”.

3. Existe outra espécie de modos que, embora relativamente à coisa a que estão unidos sejam acidentes, são realmente substâncias. Por exemplo, o vestuário é um acidente se eu o relacionar com o meu corpo; mas realmente é uma substância, dado poder existir sem o corpo que o sustenta. O mesmo deve dizer-se da luz e de outras coisas deste género.

Os modos são simples ou compostos. Os simples são a maior parte dos modos físicos; os compostos são alguns dos físicos e todos os morais.

III

A ideia de “relação”

Quando considero uma coisa de tal modo que a sua consideração me leva a considerar necessariamente uma outra, a designação que traduz isto e é atribuída ao objecto e pensada como inerente a ele chama-se “relação”.

Por exemplo, quando conheço Pedro como ele é em si mesmo, possuo a ideia de “Pedro”; mas, se o relacionar mentalmente com o pai, apercebendo-me de que Pedro é filho de Paulo, a palavra “filho” é um relativo, a denominação de “filho” pensada como inerente a Pedro [57, aliás 75] é uma relação e o conhecimento pelo qual se tem a percepção de que Pedro é filho de Paulo é uma ideia de relação.

Deste modo, a relação não é uma coisa que seja criada e que exista num objecto, mas uma denominação que pode atribuir-se a uma coisa, se houver um fundamento nessa coisa. Com maior clareza: é um simples nome, uma designação e uma denominação (estas palavras têm o mesmo sentido). Este nome, dada aquela circunstância, é pensado como inerente a um objecto, levando necessariamente a conhecer outro objecto. Portanto, enquanto se considera o nome em si mesmo, chama-se “relativo”; enquanto lhe correspondem várias ideias na mente, é uma ideia de relação ou relativa (complexa e no sentido lato, pois é realmente um juízo); e enquanto é pensado como inerente a um objecto e relativamente a outro, é uma relação. Porém, na realidade ele não é inerente nem relaciona, pois é a mente que relaciona e conhece a inerência, dada determinada circunstância ou o fundamento da relação.

Isto demonstra-se facilmente com o mesmo exemplo. Pensemos em Paulo e em Pedro, desconhecendo nós que o primeiro é uma pessoa que gerou. Não existe aqui um motivo para chamarmos a um “pai” e a outro “filho”. Pensemos agora no acto pelo qual Paulo gerou Pedro; neste caso, temos uma razão para relacionar mentalmente o primeiro com o segundo, exprimindo pela palavra “pai” esta actividade da mente que relaciona. Essa palavra significa várias ideias relativas a uma pessoa enquanto gerou outra. Pergunto então o que é que Paulo adquiriu realmente de novo por ter

reapse accepit cur feratur ad filium? Nihil omnino, sed est idem qui ante; immo actio illa generandi, quae causam referenda dedit, modus erat qui amplius non est. Itaque non ille a se ipso refertur, sed mens nostra est, quae refert et fingit ideam illam complexam et illud nomen “patris” adhaerere Paulo, “filii” uero Petro. Vere ille quidem dicitur “pater”, quia uere fuit generans, at non se ipso uere refertur ad filium, sed confictione quadam logica. Hanc autem confictam adhaesitationem ad obiectum uocant scholastici “denominationem” et “relationem”; nomen et ideam non item. Merae nugae, nam illa adhaesitatio est commentum et solum nomen, ac idea complexa est relatio. Tolle mentem omnem referentem, tolle nomina relata, relationes omnes sustuleris.¹²⁸ Quod tironem monitum uolumus, ne decipiatur a [76] copiosis^[1] disputationibus quas uulgares logici instituunt, quae si ad hanc explicationem reuocantur, nihil aliud sunt nisi mera uerba.¹²⁹

Porro nulla res est quae non possit esse fundamentum relationibus, possumus enim rem quampiam tot tamque differentibus modis considerare, ut non ad unam modo, sed ad plures alias referatur.

Exempli gratia, res omnes quae in mundo sunt generali nomine “creaturae” continentur. En relatio, nam istud nomen me ducit ut obscure cognoscam creatorem, nec enim creatura sine creatore aut esse aut intelligi^[2] potest. Item unumquodque animans uel est pater, uel filius; unaquaeque res uel est similis, uel dissimilis alteri. Proinde nulla res est quae nobis non det occasionem cur plurimis uocabulis relatis seu relationibus adficiatur.¹³⁰

COROLLARIUM

Hinc de ideis relatis^[3] nihil adfirmari aut negari potest, nisi quale sit fundamentum relationis prius expendatur.

Exempli gratia, Albertus Magnus fuit magnus naturae perscrutator magnusque Philosophus, si cum illis^[4] comparetur qui a VI Ecclesiae saeculo usque ad XIII floruerunt. Sin autem cum Boyleo, Leeuwenhoekio, Hombergio, Musschenbroekio, Hookio, Boerhaauio, ceterisque proximi, et praesentis saeculi philosophis conferatur, nullus fuit. Quare, nisi prius definiamus^[5] qualis sit terminus relationis, temere^[6] et inscite aliquid constituemus.

¹²⁸ Doctrina haec nostra tam euidens est, ut non nulli scholasticorum id ingenue professi sint. Quos uide apud Fonseca, *Metaphysica*, lib. V, cap. 7, q. 6, sect. 3 et 4, et cap. 15, q. 1, sect. 1.

¹²⁹ Haec^[7] de creatarum rerum relationibus dicta sunt. Nam de mirabilibus relationibus diuinarum personarum, quae infinito interuallo ab his distant, in Theologia erit dicendum.

¹³⁰ De^[8] relationibus largiter disputauimus in *Metaphysica*, lib. III, cap. 4, § 2.

^[1]copiosis *R²LNV*] intricatis *R¹* ^[2]intelligi *R²LNV*] cognosci *R¹* ^[3]relatis *R²LNV*] relatiuis *R¹* ^[4]illis *R²LNV*] iis *R¹* ^[5]definiamus *R²LNV*] constituamus *R¹* ^[6]temere ... constituemus. *R²LNV*] temere aliquid adfirmabimus. *R¹* ^[7]Haec ... dicendum. *R²LNV*] *om. R¹* ^[8]De relationibus ..., cap. 4, § 2. *R²LNV*] *om. R¹*

gerado um filho. Absolutamente nada, pois ele é o mesmo que era antes; mais ainda, a acção de gerar, que foi a causa da relação, era um modo que não existe mais. Portanto, ele não se relaciona por si mesmo, mas é a nossa mente que relaciona e supõe que aquela ideia complexa e o nome de “pai” é inerente a Paulo, e o nome de “filho” a Pedro. Realmente, aquele diz-se “pai” por ter sido quem de facto gerou, mas na verdade não se relaciona por si mesmo com o filho. Isso é uma ficção lógica. A esta inerência fictícia a um objecto chamam os escolásticos “denominação” e “relação”, mas, segundo eles, não é um nome nem uma ideia. Meras ridicularias, pois aquela inerência é uma ficção, e apenas o nome e a ideia complexa são uma relação. Eliminemos da mente todo o referente, eliminemos os nomes relativos, e todas as relações ficarão extintas.¹²⁸ Eu pretendo com estas considerações instruir os principiantes para eles não se deixarem induzir em erro [76] com as inumeráveis disputas estabelecidas pelos lógicos vulgares, as quais, por adoptarem as explicações dos escolásticos, não passam de meras palavras.¹²⁹

Além disso, não existe coisa alguma que não possa ser fundamento de uma relação, pois podemos considerar uma coisa de tantos e de tão diferentes modos que se relacione não apenas com uma, mas com muitas outras.

Por exemplo, todas as coisas existentes no mundo estão compreendidas na denominação geral de “criaturas”. Eis aqui uma relação, dado que este nome me leva a conhecer de um modo obscuro um criador, pois uma criatura não pode existir nem ser entendida sem um criador. Da mesma forma, qualquer ser animado ou é pai ou é filho, e qualquer coisa ou é semelhante ou é dissemelhante em relação a outra. Por isso, nenhuma coisa existe que não nos dê ensejo para lhe atribuirmos muitos nomes relativos ou relações.¹³⁰

COROLÁRIO

Nada pode afirmar-se ou negar-se sobre as ideias relativas se não se examinar previamente qual seja o fundamento da relação.

Por exemplo, Alberto Magno foi um grande investigador da natureza e um grande filósofo se o compararmos com aqueles que floresceram desde o século VI da Igreja até ao século XIII. Porém, se o compararmos com Boyle, com Leuwenhoeck, com Homberg, com Musschembroeck, com Hooke, com Boerhave e com outros filósofos do século anterior e do actual, ele não teve nenhum valor. Por isso, se não determinarmos previamente qual seja o termo da relação, é de modo insensato e inábil que estabelecemos alguma coisa.

¹²⁸ Esta minha doutrina é tão evidente que alguns escolásticos a professaram abertamente. Ver este assunto em Fonseca, *Metafísica*, liv. V, cap. 7, q. 6, ss. 3-4; cap. 15, q. 1, s. 1.

¹²⁹ Isto diz respeito às relações entre as criaturas. Quanto às relações dignas de admiração entre as pessoas divinas, que se distinguem infinitamente destas, irei exprimir-me sobre elas na Teologia.

¹³⁰ Discorri abundantemente sobre as relações na *Metafísica*, liv. IV, cap. 4, § 2.

[77]

CAPVT V

De aliis ideis referendo ad obiecta, hoc est, de ideis singularibus,
particularibus, uniuersalibus

Quidquid autem nos exstare percipimus, uocamus singulare seu indiuiduum, exempli gratia, hoc conclaue in quo scribo, hic Petrus quem uideo, sunt indiuidua. Etenim hoc conclaue talia adiuncta habet, quae faciunt ut sit hoc conclaue tantum, ut nihil aliud adiungi queat, dum est hoc conclaue. Si enim conclaui quadrato posset addi rotunditas, iam non esset hoc conclaue, sed aliud. Ita si Petro huic posset adiungi aliquid uel minimum essenziale quod antea non haberet, non esset hic Petrus et indiuiduum, sed aliud.

Itaque collectio omnium proprietatum et modorum, quibus haec res constat, non alia, caussa est cur Petrus sit hoc indiuiduum potius, quam aliud. Adeoque notitia indiuidualis est quae repraesentat omnes modos rei; seu, quod idem est, repraesentat rem existentem et omnino ab alia secretam.¹³¹

Iam uero indiuidua ipsa, tametsi proprietatibus et modis differunt,¹⁴¹ in quibusdam similia sunt.

Exempli gratia, Petrus, Paullus, Franciscus, ceteri uel aetate, uel statura, uel facie, uel uestitu, uel alia re differunt; in hoc tamen sunt similes, quod corpore animali et mente sunt praediti, id est sunt homines. Propterea¹⁵² eos ad classem quamdam reuocamus quam nomine “hominis” distinguimus. [78] Haec autem classis uocatur “species”. Proinde species nihil aliud est quam similitudo indiuiduorum.

Quod si plures species consideramus, in quibusdam proprietatibus differunt, conueniunt tamen perpetuo in aliis. Haec autem similitudo specierum dicitur “genus”.

Exempli gratia, omnes homines unam classem seu speciem animalis faciunt, leones aliam, aliam boues; et harum quaelibet peculiarem notam habet cur ab alia seiungatur, tamen in hoc conueniunt omnes, quod uiuant et sentiant, quae duo animalis nomine¹⁶³ significamus.

Eodem modo duorum generum similitudo uocatur “species subalterna”, donec ad primam substantiam perueniamus. Sed haec ex paradigmate aliquo, quibus¹⁷⁴ Logici abundant, fient clariora.¹⁸⁵

¹³¹ Cognitione indiuiduorum, ut Petri, Paulli, Francisci, sensibus comparatur. Cum uero sensus non cognoscant peculiarem fabricationem et¹⁶¹ seiunctionem uniuscuiusque indiuidui, fit consequens nos hoc tantum cognoscere, exstare indiuiduum; quid uero indiuiduum sit, non cognoscere. Tantum uidemus singularem coniunctionem plurium adiunctorum discernere hoc indiuiduum ab aliis; et hoc facere ut unum amemus, aliud fugiamus. Quenam uero sit illa coniunctio, explicare non possumus. Quare, qui de principio indiuiduationis anxie disputant, amant loqui de¹⁷⁷ rebus quas non intelligunt.

¹⁴¹differunt *R²LNV*] differant *R¹* ¹⁵²Propterea eos *R²LNV*] Eapropter hos *R¹* ¹⁶³nomine *R²LNV*] uocabulo *R¹* ¹⁷⁴quibus ... abundant *R²LNV*] *om. R¹* ¹⁸⁵clariora. *R²LNV*] perspicua. *R¹* ¹⁶¹et seiunctionem *R²LNV*] *om. R¹* ¹⁷⁷de rebus quas *R²LNV*] de iis quae *R¹*

[77]

CAPÍTULO V

As ideias referentes aos objectos, ou seja, as ideias singulares,
particulares e universais

Tudo aquilo que percebemos como existente é um singular ou indivíduo. Por exemplo, este aposento em que escrevo e esta pessoa de Pedro que vejo são indivíduos. Com efeito, este aposento possui tais características que determinam que ele seja apenas este aposento, nada mais podendo ajuntar-se enquanto for este aposento. Na verdade, se a um aposento quadrado pudesse ajuntar-se a rotundidade, já não seria este aposento, mas outro diferente. De forma idêntica, se a esta pessoa de Pedro pudesse ajuntar-se alguma coisa, ainda que muito pouco relativo à essência que antes não possuía, já não seria esta pessoa de Pedro e este indivíduo, mas outro diferente.

Portanto, o conjunto de todas as propriedades e modos de que esta coisa, e não outra, é composta é a causa por que Pedro é este indivíduo e não outro diferente. Acrescento que o conhecimento relativo a um indivíduo é o que dá a conhecer todos os modos de uma coisa ou – o que é o mesmo – uma coisa existente e totalmente distinta de outra.¹³¹

Porém, os indivíduos, embora difiram pelas propriedades e pelos modos, são semelhantes em certos aspectos.

Por exemplo, Pedro, Paulo, Francisco, etc., diferem ou pela idade, ou pela estatura, ou pelo semblante, ou pelo vestuário, ou por qualquer outra coisa. São, porém, semelhantes por serem dotados de um corpo animado e de um espírito, isto é, por serem homens. Por conseguinte, incluímo-los numa determinada categoria, que definimos pela palavra “homem”. [78] Esta categoria denomina-se “espécie”, pelo que uma espécie é apenas uma semelhança de indivíduos.

Se considerarmos várias espécies que diferem nalgumas propriedades, mas que condizem invariavelmente noutras, esta semelhança das espécies chama-se “género”.

Por exemplo, todos os seres humanos constituem uma única categoria ou espécie de animais, os leões outra categoria e os bois outra, tendo cada uma delas características peculiares pelas quais se distinguem de outras diferentes. No entanto, todas elas condizem por se tratar de seres vivos e dotados de sensibilidade. E significamos estas duas características pela palavra “animal”.

De forma idêntica, a semelhança de dois géneros denomina-se “espécie subalterna”, até se chegar à substância primeira. Mas este assunto, em que os lógicos são redundantes, tornar-se-á mais inteligível com base nalguns exemplos.

¹³¹ O conhecimento dos indivíduos, como de Pedro, de Paulo, de Francisco, é adquirido por meio dos sentidos. Como, porém, não se conhece por meio dos sentidos a estrutura peculiar e a distinção de cada um dos indivíduos, resulta que conhecemos apenas a sua existência, desconhecendo, no entanto, o que eles são realmente. Apenas percebemos que a singular junção de várias circunstâncias distingue um indivíduo de outro, e isto ocasiona que apreciemos um e evitemos outro. Não podemos, porém, explicar o que seja essa junção. Por isso, os que disputam com escrúpulo a respeito do princípio de individualização gostam de se exprimir sobre assuntos que não entendem.

COROLLARIUM I

Hinc ideae “generis” et “speciei” sunt uniuersales.

Nam uniuersale illud uocamus quod est commune cum multis. Vocabulum “homo” potest aptari plurimis hominibus; idea etiam, quae huic uocabulo respondet, plures res similes exprimit.¹³² Id ipsum de “animali” dicemus.^[1]

COROLLARIUM II

Hinc ideae uniuersales fiunt a mente nostra abstractione et praecisione.

Nam species tunc fit, cum, omissis et ueluti mente praecisis singularibus uniuscuiusque indiuidui modis, ea tantum considero in quibus sunt similia. Quae cognitio hac de caussa uocatur logicis “idea^[2] abstracta” et praecisa, nec^[3] tamen definit esse clara.

[79] COROLLARIUM III

Hinc nullum exstat uniuersale re ipsa.

Nam nulla exstat res quae sit communis cum multis indiuiduis. Natura enim Petri non est in Paulo, et e conuerso illa Paulli non in Petro, sed tantum quaedam huic similis. Exstant igitur duntaxat indiuidua quorum similitudo in caussa est cur ideas uniuersales, sensu^[4] uulgato, eliciamus.

COROLLARIUM IIII

Hinc idea “indiuidui” plus exprimit quam idea “speciei”. Haec uero plus quam idea “generis”.

Nam “indiuiduum” exprimit rem eo modo quo existit, hoc est, ornatam omnibus proprietatibus; “species” exprimit praedicata in quibus sunt similia, missis aliis per quae differunt; “genus” uero minus adhuc exprimit. Illud autem quod additur, uocatur “differentia”. Sic “rationabile” est differentia “hominis” a “bellua”; collectio autem proprietatum Petri (scholastici eam uocant “Petreitatem”) est differentia Petri a Paulo.

COROLLARIUM V

Hinc species de indiuiduo “adfirmari potest”, genus etiam de specie, “non contra”.

Nam cum “Petrus” plures^[5] ideas comprehendat quam “homo”, uere dico “Petrus est homo”, quod ualet, in Petro dantur praedicata similia aliis hominibus. Male tamen

¹³²Intellige.^[6] primo intuitu et ex uulgi opinione. Philosophis uero certum est, nec uocabulum “homo”, nec ideam, quae illi respondet, esse uniuersalem, nisi uoce tenuis. Quidquid enim in mente est per sensus ingreditur et singulare est, ut supra diximus cap. 3 et 4, et in Corollariis seqq. fusius explicabitur.

^[1]dicemus. *R²LNV*] adfirmamus. *R¹* ^[2]idea ... praecisa *R²LNV*] praecisa seu idea abstracta. *R¹* ^[3]nec ... clara. *R²LNV*] *om. R¹* ^[4]sensu uulgato *R²LNV*] *om. R¹* ^[5]plures ... comprehendat *R²LNV*] exprimat plura *R¹* ^[6]Intellige ... explicabitur. *R²LNV*] *om. R¹*

COROLÁRIO I

As ideias de “gênero” e de “espécie” são universais.

Denomino “universal” o que é comum a muitos. Assim, a palavra “homem” pode aplicar-se a muitos homens, e também a ideia correspondente a esta palavra exprime muitas coisas semelhantes.¹³² Dir-se-á o mesmo de “animal”.

COROLÁRIO II

As ideias universais são criadas pela nossa mente por abstracção e separação.

A espécie é criada quando – omitindo e como que separando pela mente os modos singulares de cada um dos indivíduos – considero apenas aquilo em que estes se assemelham. Por isso, esta ideia é denominada pelos lógicos “ideia abstracta”. Mas ela não deixa de ser clara.

[79] COROLÁRIO III

Não existe realmente nenhum universal.

Não existe coisa alguma que seja comum a muitos indivíduos. Com efeito, a natureza de Pedro não existe em Paulo – e, inversamente, a de Paulo não existe em Pedro –, mas apenas algo semelhante a ela. Portanto, existem apenas os indivíduos, cuja semelhança é a causa por que formamos as ideias universais, entendidas na acepção vulgar.

COROLÁRIO IV

A ideia de “indivíduo” é mais expressiva que a de “espécie” e esta mais expressiva que a de “gênero”.

A ideia de “indivíduo” exprime uma coisa segundo o modo como ela existe, ou seja, enquanto dotada de todas as suas propriedades. A ideia de “espécie” exprime os atributos pelos quais os indivíduos se assemelham, omitindo aqueles pelos quais eles diferem. E a de “gênero” exprime ainda muito menos. E aquilo que se acrescenta ao género chama-se “diferença”. Assim, “racional” é a diferença de “homem” em relação a “irracional”, e o conjunto dos atributos de Pedro (os escolásticos denominam-no “petreidade”) é a diferença de Pedro em relação a Paulo.

COROLÁRIO V

A espécie “pode afirmar-se” do indivíduo e o género da espécie, “mas não inversamente”.

¹³² Isto deve entender-se segundo a primeira consideração e segundo a opinião vulgar. Com efeito, é indiscutível para os filósofos que não são universais nem o vocábulo “homem” nem a ideia que lhe corresponde a não ser segundo o uso da linguagem. Tudo o que existe na mente penetra pelos sentidos, sendo por isso singular, como anteriormente afirmei nos capítulos terceiro e quarto e como será explicado com maior desenvolvimento nos corolários seguintes.

dicam “homo est Petrus”, quod significat^[1] praedicata quae Petrus habet similia aliis hominibus, constituunt integrum indiuiduum, quem uocamus “Petrum”, quod est falsum. Eodem nomine bene enuntio,^[2] “homo est animans”; male uero, “animans est homo”. Et^[3] de his hactenus.¹³³

[80] I. Quod si a me quaeritis, adolescentes, quare, etiamsi nulla idea habeat obiectum uniuersale, tamen appelletur “uniuersalis”, dicam sic uocari, non quia re ita sit, sed quia ita esse uidetur. Id aliquo illustrabimus exemplo.

1. Cum considero Petrum in hoc esse simile aliis hominibus, quod sentiat et ratiocinetur; et, quin memorem alias proprietates, haec duo uocabulo “homo” significo, facio^[4] ideam uniuersalem “hominis”. Haec autem idea habet obiectum singulare, nihil^[5] enim non singulare per sensus ingreditur. Verumtamen^[6] quia cogitans Petrum, Paullum, Ioannem, possum talem ideam elicere, tamque similem priori^[7] ideae “hominis”, ut uideatur eadem idea; et inter disputandum uel in Logica, uel Physica de omnibus hominibus sic^[8] loquor, quasi esset unus homo; proinde^[9] imprudenter mihi persuadeo esse unam rem, adeoque uniuersalem.

2. Cum in malo, exempli gratia, praesidio microscopii exploro quonam pacto succus e terra extractus per canales quosdam ingrediatur, percoletur, donec tandem in substantiam arboris et fructus cedat, fingo ideam talem qualem effingere possum “pruni”, “palmitis”, ceterarum. Itaque quod ad physicam inuestigationem pertinet, perinde se habent omnes arbores, ac si esset malus tantum; et de iis, propter similem fabricationem, eadem disputamus. Quare unaquaeque harumce idearum habet obiectum reapse singulare, nobis tamen imprudentibus ac^[10] praecipitanter iudicantibus uidentur omnes idem obiectum habere, seu uniuersale.

3. Iam si in Petro id tantum cognosco, in quo est simile leoni, boui, pecudi, hoc est, si mente^[11] percipio tantum eum et uiuere et sentire, exprimo ideam uniuersalem “animantis”, hoc est ideam quae habet obiectum singulare, sed tam simile aliis, ut uideatur idem obiectum et uniuersale. Ex^[12] his autem fluit sequens

COROLLARIUM

Hinc ad ideam uniuersalem plura indiuidua cognoscere necesse est.

Nam etsi^[13] aliquis homo primo mihi ueniat in mentem, oportet mentem meam alia indiuidua ueloci cogitatione percurrere.^[14] Secus non aduertet tale praedicatum

¹³³ Haec^[15] in praesentia indicare satis fuerit, nam largior explicatio dabitur Libro IIII, part. I, cap. 2, ubi de *Propositionibus* agemus.

^[1]significat *R²LNV*] ualet *R¹* ^[2]enuncio *R²LNV*] adfirmo *R¹* ^[3]Et ... hactenus. *R²LNV*] *om. R¹* ^[4]facio *R²LNV*] effingo *R¹* ^[5]nihil ... ingreditur. *R²LNV*] *om. R¹* ^[6]Verumtamen quia *R²LNV*] Verum quia ego *R¹* ^[7]priori *R²LNV*] priori illi *R¹* ^[8]sic *R²LNV*] ita *R¹* ^[9]proinde imprudenter *R²LNV*] eapropter per imprudentiam *R¹* ^[10]ac ... iudicantibus *R²LNV*] *om. R¹* ^[11]mente *R²LNV*] *om. R¹* ^[12]Ex his ... sequens *R²LNV*] *om. R¹* ^[13]etsi *R²LNV*] tametsi *R¹* ^[14]percurrere. *R²LNV*] persensere. *R¹* ^[15]Haec ... agemus. *R²LNV*] *om. R¹*

Visto que “Pedro” inclui muitas ideias, tal como a de “homem”, afirmo com legitimidade “Pedro é homem”, o que significa existirem em Pedro atributos semelhantes aos dos outros seres humanos. Mas exprimir-me-ia muito mal se dissesse “homem é Pedro”, pois isto significaria que os atributos possuídos por Pedro, semelhantes aos dos outros seres humanos, constituem a totalidade do indivíduo a que chamo “Pedro”, o que é uma falsidade. De forma idêntica, é correcta a enunciação “o homem é animal”, mas incorrecta “o animal é homem”. Até agora, tratei deste assunto.¹³³

[80] I. Se me perguntardes, caros jovens, por que motivo uma ideia, embora não possua um objecto universal, se denomina, no entanto, “universal”, dir-vos-ei que se chama desse modo não por ser realmente assim, mas porque assim parece. Vou esclarecer esta questão com alguns exemplos.

1. Quando considero que Pedro é semelhante aos outros homens pelo facto de sentir e raciocinar, e, sem referir outros atributos, significo estes dois pela palavra “homem”, estabeleço a ideia universal de “homem”. Esta ideia tem um objecto singular, pois nada penetra pelos sentidos que não seja singular. No entanto, porque ao pensar em Pedro, Paulo e João posso formar uma ideia semelhante à anterior ideia de “homem”, de tal modo que parece a mesma ideia (e é assim que me exprimo sobre os homens nas discussões na Lógica e na Física, como se fosse um único homem), persuado-me irreflectidamente de que é uma única coisa e por isso universal.

2. Quando, por exemplo, analiso uma macieira, servindo-me do microscópio, o modo como a seiva proveniente da terra circula por certos canais até chegar por último à substância da árvore e aos frutos, formo a respectiva ideia, tal como posso formar a de “ameixieira”, a de “palmeira”, etc. Assim, no que respeita à investigação física, todas as árvores estão nas mesmas condições da macieira, e em virtude da sua estrutura semelhante discorremos sobre elas acerca das mesmas coisas. Por conseguinte, cada uma dessas ideias tem um objecto realmente singular, mas, ao ajuizarmos irreflectida e precipitadamente, parece-nos que todas elas possuem o mesmo objecto, ou seja, um objecto universal.

3. Se em Pedro eu conhecer apenas aquilo segundo o qual ele é semelhante a um leão, a um bovino e a um animal doméstico – isto é, se eu tiver apenas a percepção de que ele vive e sente –, formo a ideia universal de “animal”, isto é, uma ideia que possui um objecto singular, mas tão semelhante aos outros que parece o mesmo objecto, e universal. Daqui deriva o seguinte

COROLÁRIO

Para formar uma ideia universal, é necessário conhecer muitos indivíduos.

Na verdade, embora se apresente em primeiro lugar ao espírito uma determinada pessoa, é necessário que ele examine sucessivamente outros indivíduos segundo uma

¹³³ De momento, é suficiente referir isto. Na verdade, será apresentada uma explicação mais copiosa no livro quarto (1ª parte, cap. 2), onde irei ocupar-me das proposições.

esse [81] uniuersale, hoc est, simile aliis. Nam fieri non potest ut animaduertam rem unam esse similem alteri, cum tamen nulla habeatur cui similis^[1] sit.

Neque opus est ut singula percenseam nominatim, cum id ad rem aliquam adsimilandam importunum sit, mens enim uelocissimo cursu lustrat omnia. En exempla.

1. Cum legimus scriptum aliquod, uidemur nobis singula uocabula unica perceptione^[2] intelligere, quod secus est. Nam si rem diligentius consideramus, perspicue cognoscemus non modo^[3] singulis litteris, quae in quolibet uocabulo continentur, sed singulis interuallis litterarum singulas perceptiones respondere. Adeo ut dum putamus nos unam perceptionem tantum habere, decem aut quindecim continenter menti nostrae se offerant.

2. Cum audio uocem “rex”, “sacerdos”, “pater”, uideor mihi unam rem tantum cognoscere, quod non ita se habet. Nam cum haec uocabula sint relata,^[4] non possum significationem^[5] intelligere, quin regem ad subditos, sacerdotem ad rem diuinam, Parentem ad filios referam. Tamen uix est qui sibi persuadeat se tot obiecta uno ictu^[6] oculi percipere. Causa est quia tam celeriter id conficimus, ut mens nostra rapidissimo suo cursu acta ne aduertat quidem, nec imago eorum quae cognouimus, in animo nostro alte defixa impressaque est.

II. Eadem ratione^[7] nullum est Nomen re^[8] uera uniuersale. Nam cum dico “Petrus est homo”, “Paullus est homo”, “Franciscus est homo”, uideor mihi idem nomen de tribus indiuiduis enuntiare, quod multo aliter se habet. Nam tria nomina similia, id est, quae similem oris conformationem in proferente postulant, et similem adfectionem in audientis aure^[9] mouent, et similem ideam in eo qui audit, suscitant, dumtaxat protuli. Tam ergo est possibile ut in tribus illis propositionibus idem nomen enuntiem, quam est possibile ut tria indiuidua sint unum indiuiduum. Quare nomen “homo” uidetur esse idem et uniuersale, propterea quia tam est simile alteri nomini “homo, homo”, ut nemo illud secernere queat, nec^[10] nisi ex differentia temporis, ac ex aliis circumstantiis dignosci possint.

[82] COROLLARIA GENERALIA^[11]

I. *Hinc^[12] refutatur Plato qui magno uerborum ambitu persuadere conabatur esse quasdam substantias intelligentes, a Deo emanantes et ab eo distinctas, ac a singularibus diuersas, aeternas, uniuersales, rerum sensilium exemplaria, quarum participatione res sensiles existunt.*¹³⁴

¹³⁴ Aristóteles, *Metaphysica*, lib. XIII, cap. 4, qui *Posteriora* lib. I, cap. 19 et *Metaphysica* I, cap. 7, eas “nugas canoras” et “inanes cantiones” appellat.

^[1]similis sit. *R²LNV*] sit similis. *R¹* ^[2]perceptione *R²LNV*] cognitione *R¹* ^[3]modo *R²LNV*] solum *R¹* ^[4]relata *R²LNV*] relatiua *R¹* ^[5]significationem *R²LNV*] significatum uocum *R¹* ^[6]ictu *R²LNV*] ueluti ictu *R¹* ^[7]ratione *R²LNV*] nomine *R¹* ^[8]re uera *R²LNV*] reapse *R¹* ^[9]aure *R²LNV*] tympano auri *R¹* ^[10]nec ... possint. *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[11]COROLLARIA GENERALIA *R²LNV*] COROLLARIA *R¹* ^[12]Hinc ... faciebant. *R²LNV*] *pro* Hinc refutatur ... deliria. *R¹*: *vd. infra Annexum XV.*

celeridade de pensamento, de contrário não adverte que um predicado é universal, [81] isto é, semelhante a outros. E não pode suceder que eu reconheça que uma coisa é semelhante a outra se não houver nenhuma à qual ela se assemelhe.

Mas não é necessário enumerar cada uma das coisas em particular, dado que isso é despropositado para perceber a sua semelhança, pois a mente examina todas as coisas num movimento muito célere. Eis alguns exemplos:

1. Quando leio uma composição escrita, parece-me que com uma única percepção entendo cada uma das palavras, mas é muito diferente. Com efeito, se considerar com maior diligência o assunto, conluo com muita clareza que correspondem percepções diferentes não apenas a cada uma das letras contidas em qualquer das palavras, mas também aos espaços entre as letras. Por isso, embora eu suponha ter uma só percepção, contudo, manifestam-se ininterruptamente ao meu espírito dez ou mesmo quinze.

2. Quando ouço as palavras “rei”, “sacerdote” e “pai”, parece-me conhecer uma só coisa, o que realmente não acontece. Na verdade, porque estas palavras são nomes relativos, não posso entender a sua significação se não relacionar o rei com os súbditos, o sacerdote com as coisas divinas e o pai com os filhos. Todavia, dificilmente haverá quem se persuade de que percebe tantos objectos num único golpe de vista. A causa deste único golpe de vista está em que realizamos isso com tanta presteza que a nossa mente, num movimento extremamente célere, não se apercebe dele, nem a imagem daquilo que já conhecíamos está gravada e impressa profundamente no nosso espírito.

II. Por uma razão idêntica, não há nenhum nome que seja verdadeiramente universal. Quando digo “Pedro é homem”, “Paulo é homem”, “Francisco é homem”, parece que enuncio o mesmo nome acerca de três indivíduos, mas o que se passa é muito diferente; com efeito, o que profiro são três nomes semelhantes que requerem uma conformação semelhante da boca do falante e produzem uma afecção semelhante no aparelho auditivo do ouvinte, suscitando neste uma ideia semelhante. Há tanta possibilidade de naquelas três proposições eu enunciar o mesmo nome como há a possibilidade de serem um só aqueles três indivíduos. Por isso, se o nome “homem” parece ser o mesmo e um universal, é porque é tão semelhante a outro nome “homem” que ninguém tem capacidade de distingui-los. Eles podem apenas distinguir-se com base em diferenças temporais e noutras circunstâncias.

[82] COROLÁRIOS GERAIS

I. *Deve refutar-se Platão, que com grande rodeio de palavras empreendeu persuadir os outros sobre a existência de certas substâncias inteligentes, emanadas de Deus e distintas dele, diferentes das coisas singulares, eternas, universais, exemplares das coisas materiais e em virtude das quais, por participação, existem as coisas materiais.*¹³⁴

¹³⁴ Aristóteles (*Metaphysica*, liv. XIII, cap. 4; *Posteriora*, liv. I, cap. 19; *Metaphysica*, liv. I, cap. 7) denomina-as “ninharias sonoras” e “palavras ocas”.

II. *Refutantur Semiplatonici seu eclecticici, qui, ut Platonem ab irrisione liberarent, easdem naturas et ideas "hominis", "equi", "bouis"; tum etiam "boni", "pulchri" etc. diuerso modo aeternas et uniuersales faciebant.*¹³⁵ Haec enim omnia sunt fabulae, ut ex dictis est manifestum.

III. *Reiiciuntur scholastici, qui existimant esse aliquam naturam uniuersalem de qua ad fastidium usque disputant in scholis.*¹³⁶

Hi enim ex nimio usu idearum abstractarum, quae in acceptione uulgari habentur uniuersales, facile sibi persuadere earum obiecta uere esse uniuersalia. Deinde cum uiderent eadem nomina rebus ipsis haud inepte tribui, in aliam sententiam iuere, non plus esse in obiecta re, quam uocabula declarant.^[1] Proinde, quasi naturas rerum liquido cognitae [83] haberent, multa et intoleranda dixere quae uel tiro quisque oculatus futilia esse animaduertet.

Exemplum sit diuisio rei uniuersalis in V praedicabilia,¹³⁷ de qua sine ullo fine disputatur, quasi re uera essent quinque res, quibus talia nomina possent adscribi^[2] Quae enim dicunt de quatuor primis praedicabilibus, ex^[3] hoc fonte oritur: "Intelligere se, qualis sit natura hominis, belluae, cetera". Quod sine ulla dubitatione est falsum. Nam philosophi quantumuis oculati proprietates quasdam rerum tantum cognoscunt, essentiam non item, nec, nisi temere dicent, esse hoc potius, quam illud.¹³⁸ Quod

¹³⁵ Vid. Eustratius in *Aristotelis Ethica ad Nicomachum*, lib. I, cap. 4, et Petauius, *Theologia*. Tom. I, lib. III, cap. 9, et 10, et Bruckerus, *Historia Philosophica de Ideis*, sect. 1, § 2.5.6.9, Augustae 1743, 16.

¹³⁶ Reales^[4] a saeculo X in hac sententia fuisse, ut existimarent ideas uniuersales uel esse substantias existentes in singularibus, uel ideas Platonicas, uel formas immersas^[5] in materiam, ut censet Aristoteles, uel statum rei physicum cum logica notione confusum, copiose demonstrat Ioan. Saresberiensis scriptor^[6] saeculi XII, *Metalogici*, lib. II, cap. 11. Reales enim partim ad Platonicos, partim ad Aristotelicos pertinebant; nominales uero ad stoicos. Confer idem Brucker, *loc. cit.*, p. m. 218 sqq. Quid uero recentiores scholastici de hoc argumento disputent, nemini ignotum est.

¹³⁷ Conferat, qui plura cupit, quae de *Quinque Praedicabilibus* in uulgatis logicis traduntur, a quibus nos abstinere commodius duximus.

¹³⁸ Euidens^[7] est sermonem esse de proprietatibus notis quae ex essentia seu natura fluunt, quae proprietates cum totam essentiam non faciant; falso constituunt peripatetici hanc esse totam essentiam, illam differentiam physicam hominis, nam differentia est re ipsa eadem essentia, quam ignoramus. Haec ut occurramus erroribus uulgatis, nam ad usum Logicum satis sint, quae supra docuimus. Sed haec fusius exposuimus in *Metaphysica*, lib. III, cap. 2 et 3, pag. 119, sqq.

^[1]declarant. *R²LNV*] exprimunt. *R¹* ^[2]adscribi. *R²LNV*] appingi. *R¹* ^[3]ex hoc ... oritur *R²LNV*] huic basi inaedificatur *R¹* ^[4]Reales *R²LNV*] Veteres Reales *R¹* ^[5]immersas in materiam *R²LNV*] immersas materiae *R¹* ^[6]scriptor ..., cap. 11 *R²LNV*] *Metalogici*, lib. II, cap. 11, ubi auctores nominat. *R¹* ^[7]Euidens ..., pag. 119 seqq. *R²LNV*] om. *R¹*

II. *Devem refutar-se os semiplatônicos ou ecléticos que, para salvarem Platão do escárnio, consideravam, embora de maneira diferente, como eternas e universais as mesmas naturezas e ideias, como as de “homem”, de “cavalo”, de “boi” e também de “bom”, de “belo”, etc.*¹³⁵ Com efeito, tudo isso não passa de fábulas, como se torna evidente com base no que foi referido.

III. *Devem refutar-se os escolásticos por considerarem que existe uma natureza universal, sobre a qual discutem nas escolas até à náusea.*¹³⁶

Certamente, todos estes – pelo uso desmedido das ideias abstractas que na acepção vulgar são consideradas universais – se persuadiram sem hesitação de que os objectos dessas ideias são verdadeiramente universais. Além disso, ao aperceberem-se de que os mesmos nomes se atribuem adequadamente às próprias coisas, eles adoptaram outra opinião, afirmando que apenas existe realmente aquilo que as palavras significam. Por isso, como se tivessem um conhecimento claro da natureza das coisas, [83] eles expuseram muitas opiniões inadmissíveis que até um principiante minimamente esclarecido reconhece serem fúteis.

Seja o exemplo da divisão do universal em cinco predicáveis,¹³⁷ sobre a qual eles disputam sem nenhuma finalidade, como se fossem realmente cinco coisas a que esses nomes pudessem atribuir-se. E o que eles afirmam sobre os quatro primeiros predicáveis origina-se neste princípio: “Perceber qual seja a natureza do homem, da besta, etc.”. Mas, sem dúvida alguma, isso é uma falsidade. Com efeito, os filósofos, mesmo esclarecidos, conhecem apenas certas proximidades das coisas, mas não a essência, e só irreflectidamente afirmam que uma definição da sua natureza é melhor que outra.¹³⁸ Isto torna-se evidente para quem proceder à leitura dos célebres investigadores da natureza deste século e do século anterior.

¹³⁵ Ver: Eustrácio, *Aristotelis Ethica ad Nicomachum*, liv. I, cap. 4; Petau, *Theologia*, t. I, liv. IV, caps. 9-10; Brucker, *Historia Philosophica de Ideis*, s. 1, §§ 2, 5, 6, 9, Augsburg, 1743.

¹³⁶ João de Salisbúria, autor do século XII, demonstra copiosamente (*Metalogicum*, liv II, cap. 11) que os realistas do século X adoptaram esta opinião a ponto de considerarem que as ideias universais são substâncias existentes nos singulares, ou ideias platónicas, ou formas imersas na matéria, como pensa Aristóteles, ou modos de ser físicos das coisas, indistintos do conhecimento lógico. Com efeito, os realistas estavam relacionados em parte com os platónicos e em parte com os aristotélicos; mas os nominalistas, com os estóicos. Cf. Brucker, *loc. cit.*, p. 218 e segs. Ninguém desconhece quanto discutem sobre este assunto os escolásticos modernos.

¹³⁷ Quem desejar adquirir mais conhecimentos sobre este assunto confira o que é ensinado nas lógicas vulgares sobre os cinco predicáveis, a respeito dos quais eu julgo dever abster-me de discorrer.

¹³⁸ É manifesto estar a discorrer-se sobre as propriedades conhecidas que derivam da essência ou natureza. Mas dado não constituírem essas propriedades a essência total, estabelecem erroneamente os peripatéticos que é uma coisa a essência total e outra a diferença física do ser humano. Com efeito, a diferença é realmente a própria essência que desconhecemos. Isto é para eu impugnar os erros vulgares, pois para a utilidade da lógica é suficiente o que ensinei precedentemente. Expus, porém, este assunto com maior desenvolvimento na *Metafísica*, liv. IV, caps. 2-3, p. 119 e segs.

ei, qui celebres perscrutatores naturae huius et superioris saeculi peruoluerit, manifestum erit.

Cauete igitur, adolescentes, ne putetis ea quae abstracte dicuntur reapse ita se habere. Nec uobis persuadeatis comparare uos posse adaequatas ideas rerum quae in orbe terrae sunt, utrumque enim falsum est. Sed rem quamque suo merito existimate, nec aliquid diiudicetis, quin prius summa animi contentione disquiratis utrum res eo^[1] modo se habeat, an secus.

^[1]eo modo *R²LV*] ita *R¹*

Tomai, portanto, cautela, caros jovens, para não pensardes que aquilo que se afirma de um modo abstracto tem correspondência na realidade, e não vos convençais de que podeis adquirir ideias adequadas daquilo que existe no orbe terrestre, pois ambas as coisas são falsidades. Mas ponderai cada coisa segundo o seu mérito e não ajuizeis sobre coisa alguma sem primeiramente investigardes com a máxima contenção de espírito se ela se apresenta de determinado modo ou de maneira diferente.

LIBRI TERTII, PARS ALTERA
De Idearvm Signis

CAPVT I

De^[1] natura et utilitate, ac usu uocum

Cum Deus hominem finxerit ad societatem, humana autem societas stare non possit, nisi homines, quae in animo cogitant, sibi inuicem monstrent aperte, oportuit modum instituere quo perceptiones mentis ueluti e domo sua foras prodirent et aliis manifestarentur. Ad hunc finem consequendum nihil aptius pulcriusque reperiri potuit quam cogitata nostra ita humanis uocibus alligare, ut, iis auditis quae alii concipiunt^[2] in animo, plane perciperemus. Cum enim tanta sit facilitas uoces^[3] pronuntiandi quantam nos intelligere quodammodo possumus, explicare non possumus, nulla excogitari poterat accommodatior uia ad infinitam perceptionum copiam incredibilemque percipiendi celeritatem declarandam, quam uoces quae et infinitae propemodum sunt et innumeris paene modis fingi possunt et moderari.

Veteres de origine sermonis deliria multa cogitarunt. Fuere qui dicerent homines infantes natos necessitate, quae cupiebant, quaerendi, quosdam sonos edidisse.¹³⁹ Alii [85] autem adfirmarunt primos homines a Deo habuisse, ut uocabula quaedam proferrent, quae natura sua res significarent.¹⁴⁰ Postremo alii copiose disputarunt

¹³⁹ Epicurei: audiatur pro omnibus Lucretius:

“At uarios linguae sonitus natura subegit
Mittere, et utilitas expressit nomina rerum,” etc.

(*De Rerum Natura*, V, 1028-29).

Conf. Diodor. Sicul., lib. I, et Horat. *Sermones*, lib. I, satyr. 3, uer. 99 seq.

¹⁴⁰ Est in hac sententia Cratylus apud Platonem, qui sic^[4] loquitur: Ὀνόματος^[5] ὀρθότητα εἶναι ἐκάστῳ τῶν ὄντων φύσει πεφυκυῖαν ... ἀλλὰ ὀρθότητά τινα τῶν ὀνομάτων πεφυκέναι, καὶ Ἑλλησι,

^[1]De natura ... uocum *R²LNV*] De natura uocum et quonam pacto sint signa *R¹* ^[2]concipiunt ... perciperemus. *R²LNV*] percipiunt in animo plane intelligeremus. *R¹* ^[3]uoces pronuntiandi *R²LNV*] uocabula proferendi *R¹* ^[4]sic *R¹R²NV*] latine uersus sic *L* ^[5]Ὀνόματος ... ἄπασιν. *R¹R²NV*] *om. L*

SEGUNDA PARTE DO LIVRO TERCEIRO

Os Sinais das Ideias

CAPÍTULO I

A natureza, a utilidade e o uso da linguagem

Dado que Deus criou o homem para viver em sociedade, e a sociedade humana não pode subsistir se os seres humanos não comunicarem entre si os seus pensamentos, foi necessário estabelecer um processo pelo qual as percepções da mente saíssem, como que do seu domicílio, e se manifestassem aos outros. Para alcançar esta finalidade, nada mais apropriado e mais excelente podia ser inventado do que relacionar os nossos pensamentos com a linguagem humana de modo a percebermos com clareza, ouvidas as palavras, o que os outros concebem no seu espírito. Com efeito, havendo tanta facilidade em proferirmos as palavras (embora não tenhamos a capacidade de explicar como podemos entender isso), não poderia imaginar-se uma via mais adequada para manifestar o grande número de percepções e a inacreditável celeridade dos actos de conhecimento do que a linguagem, cujas palavras são em quantidade quase infinita, podendo ser formadas e alteradas de inumeráveis maneiras.

Os antigos conceberam muitas coisas delirantes a respeito da origem da linguagem. Houve quem afirmasse que, tendo nascido crianças, os seres humanos emitiram certos sons pela necessidade e pelo desejo de fazer perguntas.¹³⁹ [85] Outros, porém, afirmaram que os primeiros seres humanos receberam de Deus a capacidade de proferir certos vocábulos que pela sua natureza significassem as coisas¹⁴⁰. Por último,

¹³⁹ Segundo os epicuristas. E Lucrécio era ouvido por todos eles:

“Sem dúvida, a natureza induziu a emitir os vários sons da linguagem, e em virtude da necessidade exprimiram-se os nomes das coisas,” etc.

(*De Rerum Natura*, liv. V, v. 1028-29)

Cf. Diodoro Sículo, liv I; Horácio, *Sermones*, liv. I, sat. 3, v. 99 e segs.

¹⁴⁰ Encontra-se esta opinião no *Crátilo* de Platão, que se exprime deste modo: Ὀνόματος ὀρθότητα εἶναι ἐκάστῳ τῶν ὄντων φύσει πεφυκυῖαν ... ἀλλὰ ὀρθότητά τινα τῶν ὀνομάτων πεφυκέσθαι, καὶ Ἑλληνισι, καὶ βαρβάρους τὴν αὐτὴν ἄπασιν. Isto é, “Existe em todas as coisas uma certa razão

de Adami lingua, quoque modo ex paucissimis uocabulis ad tantam amplitudinem peruenerit.¹⁴¹

Verum haec refutatione^[1] non indigent. Nam quod ad primas^[2] sententias attinet, consuetudo cum infantium, tum eorum qui surdi sunt, pro confutatione est, hi enim omnes, nisi loqui audiant, non loquuntur. Nec illud tertium de Adamo disputationem habet, quo enim modo uocabula rerum habuerit ille, nesciamus.¹⁴² Iccirco istis inutilibus supersedemus, et uenimus ad utiliora.

[86] Id ergo certum est hominem facultatem habere sonos ore articulatos edendi, quod tali modo fit. A postrema parte linguae ad pulmones protenditur canalis quidam, quam asperam arteriam, seu “tracheam” uocant. Haec prope linguae radicem amplior est, et^[3] membrana tegitur quae uocatur “larinx”, cuius^[4] exiguum ostium seu rima nominatur “glottis”. Porro glottis cartilaginibus, ex musculis obuoluitur, tali uirtute praeditis, ut eam uel laxare queant, uel^[5] refringere. Aer itaque per tracheam intrans pulmones (qui^[6] follis instar tum inspirando dilatantur, tum respirando contrahuntur) cum inde exit, et in glottidis cartilagines incurrit, ipsius^[7] membranulas concutit et tremorem quemdam seu fremitum edit. Hunc autem fremitum, seu sonum, qui tantum ex uocalibus constat, lingua nostra articulatum facit, hoc est, ex consonantibus et uocalibus compositum, seu per syllabas distinctum; dum uersus palatum, aut^[8] nares,

καὶ βαρβάρους τὴν αὐτὴν ἄπασιν, hoc^[9] est: “Rebus^[10] singulis inesse rectam quamdam nominis rationem... Sed eandem omnibus et Graecis et Barbaris esse nominum rationem, eamque natura esse constitutam.” Plato in *Cratylō* init. Tom. I, pag. 383. edit. Serrani. Et iterum pag. 425, haec habet: ὅτι^[11] τὰ πρῶτα ὀνόματα οἱ θεοὶ ἔθεσαν, καὶ διὰ ταῦτα ὀρθῶς ἔχει: hoc^[12] est.: Deos^[13] prima nomina imposuisse, et hac de causa recte illa esse instituta.

¹⁴¹ Rich. Simon., *Historia Critica Veteris Testamenti*, lib. I, cap. 14.

¹⁴² Viri non nulli docti argumentis demonstrarunt Adamum nisi loqui audisset, aut Deus illi manifestasset alio modo, habere eum facultatem loquendi, nunquam locuturum, quod experientia in surdis ostendit. Quare existimant uerisimile esse rem tali modo euenisse, ne miracula sine ulla necessitate ponantur. Deinde suspicantur Deum permisisse, ut arbitrato suo sonos uniret et iis designaret unamquamque rem, quae postea uocatae sunt illo modo quo Adamus uocauit. Colligunt id ex illo *Genes.* II, v. 19 [... – 20] וַיִּבְרָא אֱלֹהִים לְרֵאשִׁית מֵהַקְּדָא-לוֹ וְכָל אֲשֶׁר יִקְדָא-לוֹ הָאָרֶם נִפְשׁ חַיָּה הוּא שְׂמוֹ: וַיִּקְדָא הָאָרֶם שְׂמוֹת לְבַל-הַבְּהֵמָה: id^[14] est: “Et adduxit ad ipsum hominem, ad uidendum quid uocaret illud; et omne quod uocauit illud homo animae uiuentis, hoc nomen eius; et uocauit homo nomina omni animalī”. Et hic est sensus uerborum Moysis; non uero ille quem alii fingunt, cum dicunt Adamum ea nomina imposuisse, quae plane explicarent naturas uniuscuiusque animalis, quod nec in textu habetur, nec ex eo deducitur.

^[1]refutatione *R²LNV*] confutatione *R¹* ^[2]primas ... attinet *R²LNV*] primas duas sententias spectat *R¹* ^[3]et membrana ... uocatur *R²LNV*] et uocatur *R¹* ^[4]cuius ... glottis. *R²LNV*] cuius foramen nominatur glotta. *R¹* ^[5]uel ... restringere. *R²LNV*] uel laxare, uel restringere queant. *R¹* ^[6]qui ... contrahuntur *R²LNV*] qui tali modo comparati sunt ut et dilatari et contrahi possint *R¹* ^[7]ipsius *R²LNV*] huius *R¹* ^[8]aut nares *R²LNV*] *om. R¹* ^[9]hoc est *R¹R²NV*] *om. L* ^[10]Rebus ... constitutam. *R²LNV*] *om. R¹* ^[11]ὀνόματος ... ἄπασιν. *R¹R²NV*] *om. L* ^[12]hoc est *R¹R²LNV*] *om. L* ^[13]Deos ... instituta. *R²LNV*] *om. R¹* ^[14]וַיִּבְרָא ... הַבְּהֵמָה, id est *R¹R²NV*] *om. L*

outros discutiram copiosamente a respeito da linguagem adâmica e sobre o modo como com base em pouquíssimos vocábulos se chegou a tão grande quantidade.¹⁴¹

Estas concepções não necessitam, porém, de refutação. Com efeito, no que diz respeito às primeiras opiniões, o comportamento, quer das crianças quer dos surdos, é por si mesmo uma refutação, pois todos eles, se não ouvirem falar, também não falam. E também não merece ser discutido o terceiro caso, a respeito de Adão, dado que desconhecemos como ele adquiriu o conhecimento da linguagem.¹⁴² Abstenho-me por isso de discorrer sobre estes assuntos totalmente supérfluos e vou dedicar-me a questões mais úteis.

[86] Portanto, é manifesto que o ser humano possui a capacidade de emitir oralmente sons articulados, e isso acontece do modo a seguir referido. Desde a parte posterior da língua até aos pulmões, estende-se um canal denominado “traqueia”, que junto à raiz da língua tem maior amplitude e está coberto por uma membrana chamada “laringe”, cuja abertura, um orifício estreito, tem o nome de “glote”. A glote está envolvida por cartilagens e por músculos dotados de tais propriedades que podem causar a sua dilatação ou a sua contração. Ora, o ar, entrando nos pulmões pela traqueia (os quais se dilatam com a inspiração e se contraem com a expiração), ao ser expelido dos pulmões, passa pelas cartilagens da glote, põe em movimento as suas pequenas membranas e produz um certo tremular ou uma vibração. Esta vibração, ou som, constituída apenas por vogais, transforma-a em articulada a nossa língua, isto é, realiza um composto de consoantes e vogais, distinto conforme as sílabas. E quando a língua impele o ar para o palato, para as narinas ou para os

dos nomes (...). Mas a mesma razão dos nomes existe para todos, tanto gregos como bárbaros, sendo estabelecida por natureza” (Platão, *Crátilo*, no início do tomo I, p. 383, ed. Serrani). E ainda na página 425, ele escreve: (ὅτι τὰ πρῶτα ὀνόματα οἱ θεοὶ ἔθεσαν, καὶ διὰ ταῦτα ὀρθῶς ἔχει; isto é, “Deus estabeleceu os primeiros nomes e por isso eles foram instituídos convenientemente”).

¹⁴¹ Richard Simon, *Historia Critica Veteris Testamenti*, liv. I, cap. 14.

¹⁴² Alguns varões doutos demonstraram com argumentos que se Adão não tivesse ouvido falar ou se Deus não lhe tivesse manifestado de outro modo que possuía a capacidade de falar, jamais viria a exprimir-se, como mostra a experiência a respeito dos surdos. Por esta razão, eles consideraram provável ter isso sucedido de tal modo que não o reputavam como milagre sem haver necessidade. Por outro lado, eles presumiram que Deus concedeu pelo seu arbítrio que fossem unidos os sons e designadas por meio deles todas as coisas, as quais foram posteriormente nomeadas como Adão as nomeou. Eles inferiram isso do livro do *Gênesis*, II, vs. 19 [... – 20]: וַיִּבְרָא אֱלֹהִים לְאָדָם לְרֵאוֹת מֵהַיַּקְדָּא-לוֹ וְכָל אֲשֶׁר יִקְדָּא-לוֹ הָאָרֶם נִפְשׁ חַיָּה הוּא שְׁמוֹ: וַיִּקְדָּא הָאָרֶם לְבַל-הַבְּהֵמָה: isto é, conduziu-os até junto do homem, a fim de verificar como ele os chamaria, e dado o homem ter designado todas as coisas pelo seu nome, designou também pelo seu nome todos os animais”. É este o sentido das palavras de Moisés, mas não aquele que outros supõem ao afirmarem ter sido Adão a estabelecer esses nomes para exprimir claramente as naturezas de cada um dos animais, pois isso não consta do texto nem se infere dele.

aut dentes aerem impellit; dum eum continet, uel quodammodo fluere permittit; aliis et aliis modis fingit et moderatur. En uox humana, seu uerba.^[1] ¹⁴³

Quod si lingua fremitum illum non fingit, “inarticulata” uox dicitur, ut sunt suspiria et gemitus, qui quosdam animi adfectus se ipsis significant, de quibus in praesentia non disputamus.

Voces autem articolatae sunt signa rerum ad quas significandas adhibentur. Nam signum est quod praeter sui ideam excitat in animo ideam alterius rei. Vox autem “Alexander Macedo” excitat in mente ideam “Alexandri Magni”.

Iam plures sunt res quae^[2] in nobis excitant ideam alterius rei. Quaedam natura sua ueluti^[3] effectus aliam rem [87] reuocant ad mentem eamque significant, ut fumus significat ignem. Haec uocantur “signa naturalia”. Alia uero ab hominum arbitrio habent, ut rem significant, exempli gratia, ramus in caupona “uinum” significat; laurea in capite hominis, “triumphum”. Vocantur haec signa “arbitraria”.

Praeterea idem signum plures res diuerso modo significare potest. Nam ramus oliuae natura significat et pomum et arborem, tamen in porta cauponae ex constitutione hominum significat etiam uinum. Deinde idem nomen et signo et rei significatae tribui^[4] potest, exempli gratia, imago Ioannis V, quae in nummis aureis fingi solet, uocatur “Ioannes V”.

I. *Hinc fit manifestum uoces esse signa arbitraria rerum, ad quas significandas constitutae sunt.*

Id manifesto conficitur ex linguarum, quae in orbe terrae sunt, uarietate. Voces enim quae Lusitanis aliquid significant, Gallis et Germanis uel nihil significant, uel aliud diuersum. Immo in eodem regno, prouincia et urbe, uoces aliud et aliud pro lubitu hominum declarant.

Sunt uoces quae, si proprie accipiantur, uerecunde dicuntur, quae ab aliis prolatae, uel alia occasione obscene sonant.¹⁴⁴ Sunt quae in usu sunt apud plebem, quas politi homines et urbani non intelligunt. Sunt quae Aulicis, quae Philosophis, quae Poetis, quae^[5] aliis disciplinarum professoribus familiares sunt, quas, qui illa munera non tractant, uix percipiunt. Si tabernas, si officinas quasque curiose percurras, audies uocabula quae, ut linguae uernaculae peritus sis, uel numquam audisti, uel aliud significare existimasti. Si uetera monumenta tuae linguae legas,

¹⁴³ Plura alia phaenomena, dum uocem edimus, euenire, uiri docti demonstrarunt. Qui ea penitus noscere^[6] cupit, legat doctissimum Ammanum, *De Loquela*, edit. ann. 1727, qui uel^[7] solus in hoc negotio audiri meretur.

¹⁴⁴ Leg.^[8] Cicero, *Epistulae ad Familiares* lib. IX, “Epistola 22 ad Paetum”, qui haec accurate exponit.

^[1]uerba. *R²LNV*] uocabula. *R¹* ^[2]quae ... ideam *R²LNV*] quae coniunctam habent ideam *R¹* ^[3]ueluti ... mentem *R²LNV*] cum aliqua re sunt conexas *R¹* ^[4]tribui *R²LNV*] accommodari *R¹* ^[5]quae ... professoribus *R²LNV*] et aliis eiusdem gentis *R¹* ^[6]noscere *R²LNV*] intelligere *R¹* ^[7]uel *R²LNV*] *om. R¹* ^[8]Leg. *R²LNV*] Confer. *R¹*

dentes, e quando o detém ou de algum modo não impede que ele circule, ela regula e modera de diversos modos o som. Eis aqui a voz humana ou as palavras.¹⁴³

Se a língua não produzir aquela vibração, os sons dizem-se “inarticulados”, como os suspiros e os gemidos, que significam por si mesmo certos estados de espírito. Não discorro, porém, sobre eles presentemente.

Os sons articulados são sinais das coisas, às quais se aplicam para elas serem significadas, pois um sinal é aquilo que, além da ideia de si próprio, incute no espírito a ideia de outra coisa. Assim, a expressão “Alexandre de Macedónia” incute na mente a ideia de “Alexandre Magno”.

São muitas as coisas que incutem em nós a ideia de outra coisa. Algumas, pela sua natureza, representam à mente outra coisa [87] como seu efeito e significam-na, tal como o fumo, que significa “fogo”. Estas coisas denominam-se “sinais naturais”. Outras obtêm do arbítrio dos seres humanos a sua significação; por exemplo, um ramo numa taberna significa “vinho” e uma coroa de louros na cabeça de um homem significa “triunfo”. Estes sinais chamam-se “arbitrários”.

Por outro lado, o mesmo sinal pode significar várias coisas de modo diferente. Um ramo de oliveira significa por natureza tanto o fruto como a árvore, mas à porta de uma taberna significa também habitualmente o vinho. Além disso, o mesmo nome pode atribuir-se quer ao sinal quer à coisa significada; por exemplo, o retrato de João V, que costuma ser representado em moedas de ouro, chama-se “João V”.

I. Torna-se manifesto que as palavras são sinais arbitrário das coisas para cuja significação foram inventadas.

Isto infere-se com evidência da diversidade das línguas existentes no orbe terrestre. Com efeito, as palavras que possuem uma significação para os Portugueses ou nada significam para os Franceses ou para os Alemães ou possuem uma significação diferente. Até no mesmo reino, ou na mesma província, ou na mesma cidade, as palavras exprimem coisas diferentes em virtude da vontade dos seres humanos.

Há palavras que, entendidas no sentido próprio, têm uma aceção de decoro, mas, se forem proferidas por outros ou noutras ocasiões, soam como obscenas.¹⁴⁴ Há palavras usadas pelo povo que as pessoas cultas e da cidade não entendem. Há palavras familiares aos cortesãos, aos filósofos, aos poetas e aos cultores de outras disciplinas que dificilmente consegue perceber quem não se dedica a essas funções. Se percorrermos atentamente certas tabernas e oficinas, ouviremos proferir vocábulos que, por conhecermos a língua vernácula, ou nunca ouvimos anteriormente ou que julgámos terem outra significação. E, se lermos os documentos antigos da

¹⁴³ Foi demonstrado por varões instruídos ocorrerem muitos outros fenómenos ao proferirmos as palavras. Quem desejar conhecer perfeitamente este assunto deve ler o doutíssimo Amman (*De Loquela*, ed. de 1727), que é o único que merece ser ouvido sobre este assunto.

¹⁴⁴ Ler Cícero, *Epistulae ad Familiares*, liv. IX, “Epistola 22 ad Paetum”, que expõe cuidadosamente este assunto.

uocabula offendes quae iam obsoleta sunt et fortasse non intelliges. Adeo uerum est uocum significationem ab hominum constitutione pendere.

II. *Hinc uoces sunt etiam “signa arbitraria” perceptionum quae ipsis rebus respondent.*

Exempli gratia, mater coram infante pronuntians uocem “feles”, digitum frequenter intendit in felem. Puellus initio non nisi ideam uocis habet; aduetus tamen uocem non audire, [88] quin simul felem adspiciat, ita in memoria coniunguntur idea uocis et idea felis, ut una audita alia statim obiiciatur; idque tam uelociter, ut uideatur habere se ideam felis tantum, non uocis. Procedente aetate, et cum puer iam intelligit quid sit cognitio, audiens uocem “feles”, non solum cognoscit felem, sed etiam cognoscit, eum qui profert habere ideam felis.

Itaque audita uoce “feles”, triplex idea anima obuersatur: idea soni, secerno etenim illum sonum ab alio; idea felis, intelligo enim de fele esse sermonem; et idea notionis quam habet ille qui loquitur, nam certo scio, eum qui mecum loquitur habere ideam “felis”. Haec tria uox quaelibet significat. Quoniam uero de fele praesertim est sermo, et hunc praecipue uolumus significare, iccirco per errorem existimamus hanc uocem “feles” significare felem dumtaxat.

Eodem modo cum linguam peregrinam addiscimus euenit. Nam praeceptor docet uocem “donna” Italis significare uocem “mulier”,^[1] idque memoriae manatur, et ueluti quodam nexu hae ideae copulantur. Hinc audita uoce “donna” (praeter ideam soni) statim obiicitur idea uocis mulier;^[2] deinde obiicitur idea rei significatae, nempe^[3] mulieris; tertio loco occurrit idea notionis, quam habet qui uocem edit. Ergo quatuor ideae occurrunt menti. Quod euidentius fit in iis qui peregrinum idioma nondum arripuerunt, hi enim plane cognoscunt, se has quatuor ideas habere. Quia tamen finis est rem tantum cum aliis communicare, ideo reliqua non curamus, tantum dicimus, audita uoce “donna”, ipsam mulierem^[4] significari.

Quod si pro uocibus scriptura utimur ad res significandas, eadem idearum series obseruatur menti. Constituerunt Itali his litteris “d”, “o”, “n”, “n”, “a”, notare sonum quem edimus, cum dicimus “donna”. Itaque cognitio litteris ordine positus, primum occurrit menti idea complexa litterarum, id est, quinque ideae litterarum; deinde obseruatur idea uocis “donna”, cuius loco scriptura illa utimur; tum idea occurrit ipsius mulieris;^[5] postremo obiicitur idea notionis quam habuit ille qui uocem scripsit. Cum tamen praecipuus scripturae, ut uocum, finis sit rem significare, propterea per imprudentiam existimamus scriptura [89] unum tantum significari; quamuis, si rem curiosius exploramus, multo plura menti nostrae^[6] ictu oculi obiiciantur

^[1]mulier R^2LNV] femina R^1 ^[2]mulier R^2LNV] femina R^1 ^[3]nempe mulieris R^2LNV] nimirum feminae R^1 ^[4]mulierem R^2LNV] feminam R^1 ^[5]mulieris R^2LNV] feminae R^1 ^[6]nostrae R^2LNV] om. R^1

nossa língua, deparamos com vocábulos já obsoletos e possivelmente ininteligíveis. Acrescento que a significação das palavras depende da constituição das pessoas.

II. *As palavras são também “sinais arbitrários” das percepções correspondentes às próprias coisas.*

Por exemplo, uma mãe perante o filho, ao pronunciar a palavra “gato”, aponta repetidas vezes para um gato. Inicialmente, a criança possui apenas a ideia da palavra, mas, acostumando-se a ouvir a palavra [88] ao mesmo tempo que vê o gato, ficam de tal modo associadas na sua memória a ideia da palavra e a ideia do gato que, ouvida a palavra, imediatamente se apresenta a outra ideia. E isto acontece com tanta celeridade que a criança parece possuir apenas a ideia do gato e não a ideia da palavra. Com o desenvolvimento da idade e quando a criança já entende o que é o conhecimento, ao ouvir a palavra “gato” não conhece apenas o gato, mas também aquele que manifesta possuir a ideia do gato.

Ouvida, portanto, a palavra “gato”, apresentam-se três ideias à mente: a ideia do som, distinguindo-se de outro som; a ideia do gato, com a percepção de que se está discorrendo sobre o gato; e a ideia do conhecimento possuído por aquele que fala, pois tenho a certeza de que aquele que fala comigo possui a ideia de “gato”. Qualquer palavra significa estas três coisas; mas porque se está discorrendo sobretudo a respeito do gato, e é este principalmente que pretendo significar, considero erroneamente que a palavra “gato” significa apenas o gato.

O mesmo acontece ao aprendermos uma língua estrangeira. Quando um mestre ensina que em italiano a palavra “donna” significa “mulher”, isso é confiado à memória, e como que por uma certa conexão, as respectivas ideias ficam associadas. Por conseguinte, ouvida a palavra “donna”, além da ideia do som, apresenta-se de modo imediato a ideia da palavra “mulher”, seguidamente a ideia da coisa significada – isto é, a ideia da mulher –, e em terceiro lugar vem à memória a ideia do conhecimento possuído por aquele que profere a palavra. Portanto, ocorrem quatro ideias à mente, como é manifesto para aqueles que ainda não aprenderam um idioma estrangeiro, pois eles sabem perfeitamente que possuem essas quatro ideias. Mas, visto que o nosso objectivo é somente comunicar uma coisa aos outros, não prestamos atenção às restantes coisas, afirmando apenas que, ouvida a palavra “donna”, significamos a própria mulher.

Mas, se nos servirmos para significar as coisas da expressão escrita em vez da expressão oral, apresenta-se à mente a mesma sucessão de ideias. Com as letras “d”, “o”, “n”, “n” e “a”, estabeleceram os Italianos a representação do som que produzimos ao dizermos “donna”. Deste modo, conhecidas as letras segundo aquela ordem, apresenta-se em primeiro lugar à mente a ideia complexa das letras – ou seja, as ideias de cinco letras –, depois a ideia da expressão oral “donna” – de que nos servimos como sendo equivalente àquela expressão escrita –, de seguida a ideia da própria mulher e, por último, a ideia do conhecimento possuído por aquele que escreveu a expressão escrita. Mas, dado que a principal finalidade da expressão escrita, tal como da expressão oral, é significar uma coisa, julgamos precipitadamente que a

Scriptura igitur, ut uox, et rerum et idearum arbitrarium signum est, idque uel scriptura constet characteribus communibus, uel hieroglyphicis et figuris, qui mos erat Aegyptiorum, ut etiam nunc Romae uidemus in Obeliscis qui hoc characterum genere depicti sunt.

III. *Hinc uoces (idem de scriptura dicendum est) non solum sunt signa rerum et perceptionum ad quas demonstrandas institutae sunt, sed etiam aliarum rerum quae ex ^[1] more gentis et linguae cum illis sunt coniunctae, quae plerumque sunt adfectus animi.*

Exempli gratia, haec uox “mentiris”, si proprie accipiatur, nihil aliud significat quam “aliud sentis, aliud dictis”. Adtamen homines huic uoci ideam alligarunt hominis prae se contemnentis eum cum quo loquitur, eumque contumelia adficientis. Quae “secundaria” significatio nominatur.

Haec autem significatio secundaria interdum ipsi uoci est alligata, interdum non item; sed uel gestui corporis, uel oris conformationi, uel ipsi uocis intentioni et remissioni, uel contextui sermonis, loco, tempori ceterisque adiunctis. Quare qui huiusmodi uerba alio gestu, aliisque adiunctis profert, nihil incommodum, aut intolerabile pronuntiat.

Ex^[2] quo apparet uerba, si primariam significationem respicimus,^[3] obscena non esse, nulla enim res licet turpis est, quae non aliquo honesto uocabulo possit explicari. Quod si uoluntatis propensionem quae tali^[4] uerbo secundo loco significatur, perpendimus, uel honesta, uel inhonesta uox est. Nam si ita rem significat, ut simul indicet hominem non nisi coactum talia^[5] nominare eaque uerba usurpare, honesta uox putatur, id enim probi homines et urbani faciunt. Secus, foeda est et de triuio.

Etiam et illud est^[6] manifestum cur sermo omni figurarum uarietate ornatus multo magis, quam simplex, efficax sit ad aliquid conficiendum, et animos, quo orator uelit, flectendum. Nimium uerba illa per tropum usurpata adfectus loquentis uarios declarant.^[7] Qui proinde occulta,^[8] sed efficaci quadam ratione similes adfectus in iis qui audiunt, excitare solent.

[90] COROLLARIVM I

Hinc uoces nihil amplius significant, nisi quod ille, qui loquitur, mente concipit.
Quod^[9] etiam de scriptura dicendum est.

COROLLARIVM II

Hinc eadem uox apud diuersos homines non semper eandem ideam significat.

^[1]ex more ... linguae R^2LNV] ex usu R^1 ^[2]Ex quo apparet R^2LNV] Ex quo fit manifestum R^1 ^[3]respicimus R^2LNV] consideramus R^1 ^[4]tali uerbo R^2LNV] illo uocabulo R^1 ^[5]talia R^2LNV] huiusmodi res R^1 ^[6]est manifestum R^2LNV] manifestum fit R^1 ^[7]declarant. R^2LNV] demonstrant. R^1 ^[8]occulta ... ratione R^2LNV] om. R^1 ^[9]Quod ... dicendum est. R^2LNV] (de scriptura idem dicendum est) R^1

expressão escrita [89] significa uma única coisa, embora, se examinarmos o assunto com maior diligência, possamos concluir que muitas mais coisas se apresentam à nossa mente num golpe de vista.

Portanto, a expressão escrita, tal como a oral, é um sinal arbitrário das coisas e das ideias, quer ela seja constituída por caracteres comuns quer por hieróglifos e figuras, como costumava suceder entre os Egípcios e como vemos também actualmente em Roma nos obeliscos, que estão esculpidos com esta espécie de caracteres.

III. *As expressões orais (devendo afirmar-se o mesmo das escritas) não são apenas sinais das coisas e das percepções para cuja significação foram instituídas, mas também de outras coisas que, em virtude do costume dos povos e do uso de cada língua, com elas estão associadas, sendo a sua maior parte estados de espírito.*

Por exemplo, a expressão oral “tu mentes”, tomada em sentido próprio, significa apenas “tu dizes uma coisa diferente daquela que pensas”. Contudo, as pessoas relacionaram aquela expressão com a ideia de alguém que menospreza aquele com quem fala e lhe dirige uma afronta injuriosa. Tal significação chama-se “secundária”.

Esta significação secundária está por vezes associada à própria expressão oral; mas outras vezes isso não acontece, estando associada aos movimentos do corpo, à expressão fisionómica, à intensidade e ao abaixamento da voz, ao contexto do discurso, ao lugar, ao tempo e a outras circunstâncias. Por isso, quem proferir as palavras servindo-se de outros movimentos do corpo ou noutras circunstâncias nada irá exprimir que seja insolente ou intolerável.

Se atendermos à significação primária, evidencia-se pelo que ficou escrito que não existem palavras obscenas, pois não há coisa alguma, mesmo repugnante, que não possa exprimir-se por um vocábulo decoroso. Mas, considerando as propensões da vontade, que as palavras significam secundariamente, estas são decorosas ou indecorosas. Na verdade, se elas significam de tal modo uma coisa que dão a conhecer ao mesmo tempo que uma pessoa apenas coagida as menciona e faz uso delas, a palavra é considerada decorosa. Com efeito, isso é estabelecido pelas pessoas de bons costumes e de boas maneiras. De contrário, trata-se de expressões ignóbeis e grosseiras.

Também isso se evidencia pelo facto de um discurso com grande variedade de figuras ter muito mais eficácia que um discurso sem adornos para alcançar um propósito e para mover os espíritos em conformidade com o intento do orador. Na verdade, as palavras usadas como tropos exprimem as diferentes disposições de espírito dos falantes, os quais, em virtude de uma certa razão oculta, mas eficaz, estimulam habitualmente disposições semelhantes no espírito dos ouvintes.

[90] COROLÁRIO I

As expressões orais significam aquilo que concebe na sua mente o falante. Deve dizer-se o mesmo das expressões escritas.

COROLÁRIO II

A mesma expressão oral nem sempre significa a mesma ideia para as diferentes pessoas.

COROLLARIUM III

Hinc uerba^[1] non ex nostris ideis interpretari debemus, sed ex ideis eorum qui^[2] iis utuntur.

Exemplo clarior res fiet. Nomen “Deus” eruditi et ineruditi Graeci, Romani, Barbari promiscue usurparunt. Scisciteris ab singulis qualem ideam eidem nomini^[3] subiecerint, longe diuersa sensisse cognosces.^[4] Epicureus respondebit intelligere se Deum corporatum figura quasi humana. Stoicus, esse ignem per uniuersum sparsum. Platonius alio modo, alio Pythagoreus et peripateticus et ceteri respondebunt. Haec philosophi.

Ineruditi uero cum Greci, tum Romani putabant plures esse deos, eosque finitos et humanis infirmitatibus animi subiectos. In quo adhuc mire dissentiebant. Adeo ut si differentias idearum quae huic nomini^[5] suppositae fuere, persequi uellemus omnes, finem scribendi non faceremus.

Sed quid ego ethnicos commemoro, si nobis tam multa suppetunt domestica^[6] exempla? Christiani omnes nomine^[7] “Deus” utimur frequenter, at non eodem sensu omnes. Indoctum et agrestem si interrogas quid sit Deus, audies esse rem homini similem, quae audit, loquitur, ambulat. Vix est qui, auditis^[8] nominibus “Deus Pater”, non sibi fingat senem liberali facie, barba in pectus demissa, triangulo redimitum, sedentem ad sinistram Christi, et reliqua. Periculum ego feci et commiserabar homines audiens quae quisque pro sua facultate respondebat.

[9] Semidoctum si interrogas, et ipse diuersa dabit, explanare uolens confidenter quid sit Deus. Doctissimum quemque et subacti^[9] iudicii si consulis, audies nullam nos habere ideam claram Dei, sed obscurissimam, atque potius cum ueteribus episcopis dicere^[10] posse quid Deus non sit, quam quid sit.¹⁴⁵ Hi omnes, quisque pro sua eruditione, eidem nomini^[11] “Deus” differentes ideas adiungunt.

Quare si legens librum aliquem Graecorum, aut Romanorum, aut quorumdam ex ueteribus haereticis qui impias de Deo sententias excogitarunt, nomen “Deus” eo sensu^[12] accepero et exposuero, quo catholici docti loquuntur, fecero inepte, propterea quia Historia demonstrat diuerso sensu illos accepisse, ac nos.

¹⁴⁵ “Deus ineffabilis est: facilius dicimus quid non sit, quam quid sit. Terram cogitas? Non est hoc Deus. Mare cogitas? Non est hoc Deus... Haec solum potui dicere, quid non sit. Quaeris quid sit? Quod oculus non uidit, nec auris audiuit, nec in cor hominis adscendit.”, Augustinus, *In Psalmum 85*, n. 12.

“Deus enim est qui, cum dicitur, non potest dici; cum aestimatur, non potest aestimari; cum definitur, ipsa sua definitione crescit; quem totum omnia nesciunt, et metuendo sciunt.”, Auctor libri *De Fide Orthodoxa*, apud Ambrosium.

^[1]uerba *R²LNV*] uocabula *R¹* ^[2]qui iis *R²LNV*] qui uocibus *R¹* ^[3]nomini *R²LNV*] uoci *R¹* ^[4]cognosces. *R²LNV*] intelliges. *R¹* ^[5]nomini *R²LNV*] uocabulo *R¹* ^[6]domestica exempla *R²LNV*] exempla domestica *R¹* ^[7]nomine *R²LNV*] uoce *R¹* ^[8]auditis nominibus *R²LNV*] auditio nomine *R¹* ^[9]subacti *R²LNV*] accurati *R¹* ^[10]dicere *R²LNV*] explicare *R¹* ^[11]nomini *R²LNV*] uocabulo *R¹* ^[12]sensu *R²LNV*] intellectu *R¹*

COROLÁRIO III

Não devemos interpretar as palavras em funções das nossas ideias, mas em conformidade com as ideias daqueles que se servem delas.

Esta questão ficará mais esclarecida por meio de um exemplo. Os Gregos, os Romanos e os Bárbaros, tanto os cultos como os incultos, serviram-se de modo confuso da palavra “Deus”. Se procurássemos saber de cada um deles qual a ideia que fizeram corresponder a essa palavra, concluiríamos que tiveram opiniões muito diferentes. Epicuro afirmaria com segurança que Deus possui um corpo dotado de uma figura quase humana; os estóicos, que ele é fogo disseminado pelo Universo; os platônicos responderiam de modo diferente, assim como os pitagóricos, os peripatéticos e os restantes. Isto, quanto aos filósofos.

Relativamente aos incultos, tanto os Gregos como os Romanos consideravam que existiam muitos deuses, que eram finitos e sujeitos às enfermidades do espírito humano. Mas sobre este assunto, eles discordavam de modo espantoso de tal forma que, se eu pretendesse expor pormenorizadamente todas as diferentes ideias que fizeram corresponder àquela palavra, não poria termo a esta minha exposição.

Mas por que menciono eu os pagãos, se tenho à disposição tantos exemplos familiares? Todos os cristãos usam com frequência a palavra “Deus”, mas nem todos eles se servem dela no mesmo sentido. Se perguntarmos o que é Deus a uma pessoa inculta e a um camponês, ouvi-los-emos dizer que é uma coisa parecida com um homem, que ouve, que fala, que caminha. Dificilmente haverá alguém que ao ouvir as palavras “Deus Pai” não imagine um ancião com um semblante bondoso, com uma barba até ao peito, coroado por um triângulo, sentado à esquerda de Cristo e coisas deste género. Eu fiz essa experiência, e ao ouvir as pessoas ficava cheio de comiseração pelo facto de cada uma delas dar respostas segundo o seu próprio ponto de vista.

[91] Se interrogarmos um semidouto, também ele irá apresentar respostas diferentes ao pretender explicar temerariamente o que é Deus. Se pedirmos a opinião de cada um dos mais doutos e mais talentosos, ouvi-los-emos dizer que não possuímos nenhuma ideia clara sobre Deus, mas apenas muito obscura, e que devemos preferentemente dizer com os antigos bispos o que Deus não é e não o que ele é.¹⁴⁵ Todos estes, cada um segundo os seus conhecimentos, aplicam à mesma palavra “Deus” ideias diferentes.

Por isso, se lermos um livro dos Gregos ou dos Romanos ou de alguns heréticos antigos que expuseram opiniões ímpias sobre Deus, concluímos que, ao eles interpretarem e explicarem a palavra “Deus” segundo as acepções referidas, se

¹⁴⁵ “Deus é inefável. Dizemos mais facilmente o que ele não é do que o que ele é. Pensas na Terra? Isso não é Deus. Pensas no mar? Isso não é Deus (...). Apenas posso dizer o que ele não é. Perguntas o que ele é? É aquilo que os olhos não vêem, nem os ouvidos ouvem, nem alcança a inteligência humana” (Agostinho, *In Psalmum 85*, n. 12).

“Com efeito, Deus é aquele que quando é referido não pode ser referido, quando é pensado não pode ser pensado, quando é definido eleva-se em dignidade pela sua definição; é aquele que todos desconhecem totalmente, sabendo apenas que deve ser reverenciado” (Autor do livro *De Fide Orthodoxa*, em Ambrósio).

Eodem modo, si mihi persuasero, quod sane quam frequentissimum est, nomen “Deus” tantum exprimere quantus Deus est, turpiter errauero, cum certum sit uocabula nihil amplius significare quam quod illi, qui loquuntur, constituunt. Nam cum homines ignorent quid sint essentiae et^[1] naturae rerum, non possunt ullis uocabulis naturam et proprietates omnes comprehendere.

CAPVT II

De Generis uocum quibus homines utuntur

Iam cum omnia quae percipimus, et sub sermonem cadunt, sint uel res uel modus rei, ad haec significanda quaedam instituta sunt uocabula, quae uocantur “nomina”. Ea [92] quae res significant appellantur substantiua, ut “Sol”, “Luna”. Quae modum rei, seu rem comparatam^[2] ad aliud, uocantur adiectiua, ut “pulcher”, “niger”. Quod si substantiua interdum significant modos, ut “albedo”, “prudencia”, hoc ideo euenit propterea quia tunc mente concipimus^[3] huiusmodi modos instar rei et substantiae, hoc est, sine relatione ad aliud.

Porro autem humanum commercium amat uarietatem et breuitatem. Hinc pronomina excogitata sunt, quae loco nominis easdem res seu modos significarent, at non ita clare ac nomina, ut inutiles repetitiones uitaremus et aurium sensui, qui sane est fastidiosissimus, consuleremus.

Cum autem hominum consuetudo ac commercium nequeat stare, nisi uoluntatem nostram aliis manifestemus aientes, aut negantes, iccirco uocabula inuenta sunt quibus haec demonstraremus, quae uocantur “uerba”. Verbum enim est uocabulum quod significat me non solum aliquid percipere, sed etiam adfirmare^[4] unam ideam alteri conuenire, uel non conuenire.

Verum haec simplicitas significandi tantum in uerbo “sum” permanet,^[5] nec in omnibus personis, sed,^[6] quod ad inuestigationem philosophicam pertinet, in primis solum, maxime in tertia “est”. In ceteris, si exsistentiam significant, inueniri potest; quod plerumque non euenit. Nam cum incredibilis percipiendi uelocitas homines uel nihil de hoc cogitantes impellat ad sermonis compendium, adfirmationi illi, quae propria erat uerbi, addiderunt significationem adtributi, personae, temporis, cetera. “Amo” enim non solum significat esse amorem, sed me in praesentia amore adfici. Immo, si indicatiuum demis, exprimit etiam quosdam animi motus, nimirum imperii, ut “fac”; desiderii, ut “legas”, “auscultes”.

Eadem sermonem compendificandi uoluntas ac studium reliquas uocabulorum perperit classes, participium, praepositionem, aduerbium,^[7] interiectionem,

^[1]et natura *R²LNV*] *om. R¹* ^[2]comparatam *R²LNV*] cum relatione *R¹* ^[3]concipimus *R²LNV*] percipimus *R¹* ^[4]adfirmare *R²LNV*] adfirmare seu iudicare *R¹* ^[5]permanet *R²LNV*] perdurat *R¹* ^[6]sed ... tertia *est. R²LNV*] sed solum in prima *sum* et tertia *est. R¹* ^[7]aduerbium *R²LNV*] *om. R¹*

pronunciaram inabilmente em relação ao modo como se exprimem os católicos instruídos. É por esse motivo que a história demonstra que eles interpretaram aquela palavra num sentido diferente do nosso.

De forma idêntica, se eu tiver a persuasão – e isso acontece certamente com muita frequência – de que a palavra “Deus” exprime tudo aquilo que Deus é em si mesmo, cairei ignobilmente em erro, pois os vocábulos apenas significam aquilo que estabelecem os falantes. Com efeito, por desconhecerem os seres humanos o que sejam as essências e as naturezas das coisas, não podem compreender com alguns vocábulos a natureza de Deus e todos os seus atributos.

CAPÍTULO II

As espécies de palavras de que as pessoas se servem

Dado que tudo aquilo que percebemos e é relativo à linguagem é uma coisa ou um modo de uma coisa, para significá-lo foram instituídos certos vocábulos a que chamamos “nomes”. [92] Entre estes, os que significam coisas são substantivos, como “Sol” e “Lua”; e os que significam modos das coisas, ou algo que qualifica outro, são adjetivos, como “belo” e “negro”. E, se os substantivos significam por vezes modos – como “brancura” e “prudência” –, isso acontece porque nesse caso concebemos mentalmente os modos como se fossem coisas e substâncias, ou seja, sem relação com outras coisas.

Mas as relações humanas dão apreço à diversidade e à brevidade. Foram por isso inventados os pronomes – que em vez dos nomes significam as mesmas coisas ou os seus modos, embora não com a mesma clareza – para evitarmos repetições inúteis e atendermos ao sentido da audição, o que certamente é muito fastidioso.

Como, porém, a linguagem e as relações humanas não podem subsistir se não manifestarmos aos outros as nossas intenções, afirmando ou negando, foram por isso inventados vocábulos para exprimir estes estados de espírito, aos quais chamamos “verbos”. O verbo é um vocábulo que significa não apenas a minha percepção de alguma coisa, mas também a afirmação de que uma ideia se conforma ou não com outra ideia.

Contudo, esta simplicidade de significação subsiste apenas no verbo “ser”, e não em todas as pessoas, mas unicamente – no que diz respeito à investigação filosófica – na primeira e sobretudo na terceira: “é”. Noutras pessoas, pode suceder que signifique existência, o que geralmente não acontece. E como a inconcebível celeridade das percepções induz os seres humanos, mesmo sem se aperceberem disso, a abreviar o discurso, por esse motivo à afirmação que era própria do verbo eles acrescentaram a significação própria do atributo, da pessoa, do tempo, etc. Com efeito, “amo” não significa apenas que o amor existe, mas também que presentemente estou afectado pelo amor. Mais ainda, exceptuando o indicativo, o verbo exprime também certos estados de espírito, designadamente uma ordem, como “faz tu”, e um desejo, como “que tu leias”, “que tu prestes atenção”.

coniunctionem. Quae reapse nomina sunt, etsi^[1] aliis et aliis uocabulis distinguantur. Participium in hoc est nomen quod res significat, nihil iudicans; in hoc uerbum quod exprimit differentiam aliquam temporis, ut “legens”, “lecturus”. Cetera exprimunt relationes quasdam, seu modum quo res fit et a nobis percipitur, et compendia sermoni faciunt.

Quo uero facilius percipiamus,^[2] quam fuerint [93] breuitatis homines studiosi, ipsa uocabula sigillatim consideremus, profecto intelligemus pleraque uocabula, si pauca excipias, esse in omnibus linguis uniuersalia. Id non casu, sed consilio et necessitate factum esse,^[3] nullo negotio deprehenditur. Nam si singulas res singulis uocabulis distingueremus, quis esset modus uocabulorum fingendorum? Quis ea memoria tenere posset? Age fingamus, me uel omnes capitis capillos, uel unius arboris frondes, uel arenae grana^[4] quae in hac domo continentur, et his similia suis nominibus uelle secernere; fingamus, quod multo est difficilius, me haec posse mandare monumentis et lexicon componere.^[5] possemne^[6] uel de iis cum aliquo disputare, uel aliquem ex lexico disputantem intelligere? Praeterea quodnam inde emolumentum existit ad augendas disciplinas et rempublicam adiuuandam? Nullum profecto.

Quare fixum et ratum sit non casu, sed necessitate haec inducta^[7] esse uocabula uniuersalia. Nam ubi utilitas exigebat, ut in urbibus, castellis, regionibus, populis distinguendis, ubi autem omnino necesse erat, ut in hominum nominibus constituendis, singularia uerba ficta fuere et usurpata. Nec enim aliter humana^[8] societas et commercium poterat constare, nisi eum, quocum mihi res est, ab aliis possem distinguere et seorsum nominare. Haec in tanta dicendorum copia delibasse, satis fuerit; cetera, quae de uocabulorum proprietatibus disputari^[9] solent, usu et meditatione sine ullo labore percipient tirones.

CAPVT III

De usu uocum, in Philosophia praesertim

Voces itaque quia datae homini sunt tanquam signa quibus aperire possit quod cogitat, ceterorumque suauissima perfrui consuetudine, si homines esse uolumus, id est si alios intelligere, ab iisque conamur intelligi, non nulla facere, quaedam uero cauere sedulo necesse est. Quod etsi^[10] hominibus singulis necessarium sit, iis tamen, qui Philosophi esse cupiunt, usque adeo est necessarium, ut nisi fecerint, explodendi sint a conuictu litteratorum.

^[1]etsi *R²LNV*] tametsi *R¹* ^[2]percipiamus *R²LNV*] intelligamus *R¹* ^[3]esse *R²LNV*] fuisse *R¹* ^[4]grana *R²LNV*] granulos *R¹* ^[5]componere *R²LNV*] compingere *R¹* ^[6]possemne *R²LNV*] poterone *R¹* ^[7]inducta esse *R²LNV*] fuisse inducta *R¹* ^[8]humana ... commercium *R²LNV*] commercium humanum *R¹* ^[9]disputari solent *R²LNV*] disputantur communiter *R¹* ^[10]etsi *R²LNV*] tametsi *R¹*

O mesmo propósito de abreviar o discurso e a experiência originaram as outras espécies de vocábulos: o particípio, a preposição, o advérbio, a interjeição e a conjunção. Estes vocábulos são realmente nomes, embora distintos de todos os outros. O particípio é um nome por significar as coisas, mas não implicando um juízo sobre elas; e é um verbo por exprimir uma diferença de tempo, como “lendo” e “havendo de ler”. As restantes espécies exprimem certas relações ou o modo como as coisas se apresentam e como as percebemos; e tornam o discurso mais abreviado.

Para percebermos com maior facilidade como foram cuidadosos os seres humanos [93] com a brevidade do discurso, percebê-lo-emos certamente se considerarmos isoladamente os vocábulos, podendo, assim, concluir que a maior parte deles, salvo raras exceções, são comuns a todas as línguas. Não é difícil compreender que isso não sucede por acaso, mas por deliberação e necessidade. Com efeito, se distinguíssemos cada uma das coisas servindo-nos de vocábulos diferentes, qual seria o modo de formar os vocábulos? E quem poderia conservá-los na memória? Suponhamos que eu pretendia distinguir e nomear todos os cabelos da cabeça, ou todas as folhas de uma árvore, ou todos os grãos de areia contidos nesta casa e coisas semelhantes. Suponhamos ainda – o que é muito mais difícil – que eu podia pôr tudo isto por escrito e compor um léxico; poderia eu discorrer com alguém sobre estes assuntos ou entender alguém que discorresse com base nesse léxico? Além disso, qual a vantagem que daí provinha para desenvolver as ciências e para ser útil ao Estado? Nenhuma, certamente.

Portanto, deve considerar-se como certo e confirmado que não foi por acaso, mas por necessidade, que estes vocábulos foram criados como universais. Contudo, onde a utilidade o exigia, como nas cidades, nas praças-fortes, nos campos, na diferenciação dos povos e onde era totalmente necessário, como no estabelecimento do nome das pessoas, foram criadas e usadas palavras específicas. E nem a sociedade nem o relacionamento humano poderiam subsistir se eu não pudesse distinguir das outras e designar separadamente a pessoa que discorre comigo. Entre tão grande número de temas que poderiam referir-se, foi suficiente tocar ao de leve este assunto. Relativamente a outros assuntos que costumam discutir-se sobre as propriedades dos vocábulos, os principiantes percebê-los-ão sem nenhuma dificuldade pela prática e pela reflexão.

CAPÍTULO III

O uso das palavras, sobretudo na filosofia

Sendo, portanto, outorgadas ao ser humano as palavras como sinais – com as quais ele pode manifestar o que pensa e usufruir da agradabilíssima convivência com os outros –, se desejarmos ser seres humanos, ou seja, se pretendermos entender os outros e ser por eles entendidos, são necessários alguns procedimentos, evitando, porém, outros com todo o empenho. Embora isto seja necessário para todas as pessoas, para quem desejar ser filósofo é de tal modo necessário que, se não proceder dessa forma, deve ser impedido da convivência com os letrados.

I. Principio iis tantum uerbis uti debemus quibus^[1] [94] adfigatur significatio certae ideae; secus abutemur peruerse auditorum patientia sonos inanes edendo. Quod frequentissime usuuenit, potior enim hominum pars, nec indoctorum modo, sed etiam eruditorum, quod a prima aetate adsueti sunt uocabula quaedam in familiari sermone usurpare, plurima infarciunt quae tamen interrogati ipsi quid significant, nesciunt explicare.¹⁴⁶

1. Exempli gratia, cum uellent aliqui declarare quid sit memoria, dixere esse thecam, repositorium, receptaculum idearum, et sibi persuasere intelligere se quod enuntiabant. Quod^[2] secus fuit: uerbo enim “theca”, “repositorium”, “receptaculum”, cum animo nostro adtribuitur, nulla clara idea respondet. Proinde est sonus inanis quo decipiuntur imprudentes et cui obscurissima tantum adiungitur idea.

2. Alii, quibus, per imprudentiam suam, aut aliorum malignitatem, res male cessit, incusant stellas, fatum, et huiusmodi alia; et sibi persuadent se acu tetigisse rem quae eos afflixit.^[3] In quo mire falluntur, nam illa uerba,^[4] dum ad res nostras aut prosperas aut aduersas referuntur, sunt uerba nihili, et quae illi ipsi, qui usurpant, non intelligunt.

II. Deinde cauere debemus, ne cogitationes nostras uerbis obscuris exprimamus. Nam terminus obscurus adiunctam habet obscuram notionem. Ergo qui^[5] audit non secernet ideam, quae illi respondet, ab aliis; propterea^[6] non intelligit quid tu profers.

Obscuritas haec ex duplici fonte profluit: 1. ex qualitate uocabulorum,^[7] quae aut nullam, aut minime commodam habent interpretationem: 2. ex nexu et syntaxi eorumdem^[8] quae in caussa est, cur nullam certam ideam declarare possint. Haec melius exemplis, quam praeceptis, illustrantur. Nos autem a doctioribus exempla^[9] sumemus, quippe qui auctoritate sua facilius mouent lectores.

1. Utuntur aliquando homines uocabulis^[10] uel a se inuentis, uel ab aliis traditis, quae nihil significant. Huiusmodi est ἐντελέχεια^[11] “entelechia”, ὕλη^[12] “materia”, μορφή^[13] “forma” apud Aristotelem. Item “antiperistasis”, “antipathia”, “sympathia”, “natura uniuersalis”, “animalitas”, “praecisio obiectiua”, “species [95] intelligibilis”, “haecceitas”, “quidditas”, et huiusmodi sexcenta apud scholasticos. “Ideae aeternae” apud Platonicos. Nomen^[14] “dii” apud Epicureos. Medicorum Galenicorum, itemque

¹⁴⁶ Confer. Cl. Werenfelsius, *De Logomachiis Eruditorum*, cap. 6.

^[1] quibus ... ideae *R²LNV*] quae coniunctum habeant significatum alicuius certae ideae *R¹* ^[2] quod *R²LNV*] quid *R¹* ^[3] afflixit. *R²LNV*] male habuit. *R¹* ^[4] uerba *R²LNV*] uoces *R¹* ^[5] qui ... ideam *R²LNV*] qui illum audit non poterit secernere ideam *R¹* ^[6] propterea *R²LNV*] eapropter *R¹* ^[7] uocabulorum *R²LNV*] uocum *R¹* ^[8] eorumdem *R²LNV*] uocum *R¹* ^[9] exempla sumemus *R²LNV*] sumemus exempla *R¹* ^[10] uocabulis *R²LNV*] uocibus *R¹* ^[11] ἐντελέχεια *R¹R²NV*] *om. L* ^[12] ὕλη *R¹R²NV*] *om. L* ^[13] μορφή *R¹R²NV*] *om. L* ^[14] Nomen *R²LNV*] Vox *R¹*

I. Em primeiro lugar, devemos servir-nos apenas daquelas palavras [94] a cuja significação esteja associada uma ideia bem definida, de contrário abusamos perversamente da paciência dos ouvintes, proferindo sons vazios. Isso acontece muito frequentemente, pois a maior parte das pessoas, não apenas as ignorantes, mas também as instruídas – porque se acostumaram desde a infância a servir-se de certos vocábulos na conversação familiar –, juntam muitas palavras que, no entanto, se lhes perguntarmos o que significam, não sabem explicá-lo.¹⁴⁶

1. Por exemplo, quando alguns pretendem exprimir o que seja a memória, afirmam que é um estojo, um repositório e um receptáculo das ideias, persuadindo-se de que entendem o que declaram. Mas o que acontece é muito diferente, pois às palavras “estojo”, “repositório” e “receptáculo” não corresponde nenhuma ideia clara ao serem atribuídas pelo nosso espírito. Trata-se por isso de sons vazios com os quais são induzidas em erro as pessoas desprevenidas e aos quais estão associadas apenas ideias muito obscuras.

2. Outros ainda – em virtude da sua ignorância, ou da perversidade dos outros, ou pelo facto de a vida não lhes correr de feição – incriminam os outros, o acaso e outras coisas deste género, convencendo-se de terem extraído com a agulha o espinho que os mortificava. Nisso, porém, eles enganam-se espantosamente, pois aquelas palavras, enquanto referidas às coisas, quer favoráveis quer desfavoráveis, são expressões de coisa nenhuma, não sendo sequer entendidas por aqueles que se servem delas.

II. Além disso, devemos estar precavidos para não exprimirmos os nossos pensamentos com palavras obscuras. Na verdade, um termo obscuro tem associada uma ideia obscura. Por isso, o ouvinte não poderia distinguir das outras a ideia que corresponde a esse termo e, por conseguinte, não entenderia o que se pretende dizer.

Essa obscuridade provém de duas fontes: 1. da qualidade dos vocábulos, por não possuírem nenhum ou quase nenhum sentido definido; 2. da sua conexão e das suas relações sintácticas, o que origina que eles não possam exprimir nenhuma ideia precisa. Mas estes assuntos ficam melhor esclarecidos com exemplos do que com preceitos. Eu, porém, obtenho esses exemplos das pessoas mais dotas, dado que pela sua autoridade elas convencem mais facilmente os leitores.

1. As pessoas servem-se por vezes de vocábulos – quer criados por elas quer transmitidos por outros – que nada significam. São desta espécie *ἐντελέχεια* “enteléquia”, *ὕλη* “matéria” e *μορφή* “forma”, em Aristóteles; “antiperístase”, “antipatia”, “simpatia”, “natureza universal”, “animalidade”, “precisão objectiva”, “espécie inteligível”, [95] “heceidade”, “quididade” e outros seiscentismos deste género, nos escolásticos; “ideias eternas”, nos platónicos; a palavra “deuses”, nos epicuristas; os vocábulos empolados dos médicos galénicos, bem como dos antigos alquimistas – como

¹⁴⁶ Cf. Werenfels, *De Logomachiis Eruditorum*, cap. 6.

chemicorum ueterum, ut Theophrasti Paracelsi,¹⁴⁷ Roberti Fluddi, Boehmii, J. B. Helmontii, ceterorumque theosophicorum ampullosa uocabula; tum astrologorum uerba, quae rem nullam significant.

2. Aliud exemplum sint hae propositiones: “materia magis appetit formas perfectiores”; “possibilis est materia spiritualis, et creatura indeputabilis, et spiritus uolens non intelligens, et spiritus intelligens non uolens, et substantia intellectiua limitata ad solas cognitiones speculatiuas”; “ubicatio angeli est diuisibilis re ipsa”; “potest aliqua res esse, et nullibi esse, seu nullam habere ubicationem”, et sexcenta huiusmodi monstra quae quidam philosophi frequenter proferunt.

Quamuis enim huiusmodi uocabula^[1] seorsum sumta intelligamus, dum uero copulantur aliud^[2] alium contaminat, et uim omnem significandi amittunt: nulla enim res est cui tales propositiones respondeant. Non aliter ac bene intelligo quid sit quadratum, quid rotundum, at uero quadratum rotundum quid sit nullo prorsus modo intelligo. Item clare percipio quid sit Minos, quid Taurus, at Minotaurus, seu monstrum, quod semitauro et semihomine constet, quid sit nullus intelligit.

Frequens haec est uocabulorum copulatio apud eruditos, si expertes ingenui pudoris inscitiam suam profiteri renuunt,^[3] nec curant studiose ut alios non decipiant. Quos ego philosophi cognomine minime dignos puto. Multa in hoc peccant poetae, non nihil oratores, et etiam historici dum^[4] uel poetam, uel oratorem agunt.

1. Martialis describens grauissimum incendium Vesuuii montis prope Neapolim, sic claudit:¹⁴⁸

*Cuncta iacent flammis, et tristi mersa fauilla:
Nec Superi uellent hoc licuisse sibi.*

[96] Haec uocabula “Superi uellent licuisse sibi”, dum hoc loco copulantur, eiusmodi sunt quibus nec certa, nec perspicua, nec tolerabilis ulla idea respondet. Sed peiora peccat, cum Domitianum suum effert in caelum. Hic sane talia occurrunt, quae nulla industria explicaret poeta. Consideremus uel illud, quod de elephanto cecinit:¹⁴⁹

*Quod pius, et supplex elephas te, Caesar, adorat,
Hic modo, qui tauro tam metuendus erat;*

¹⁴⁷ Tanta obscuritate tamque insolentibus uerbis^[5] utitur Paracelsus, ut Michael Toxitenius scripserit *Onomasticon*, in quo illius uoces exponit, ut scripta^[6] intelligi possint.

¹⁴⁸ Libro III, “Epigramma 44”.

¹⁴⁹ *Liber Spectaculorum*, “Epigramma 17”.

^[1]uocabula ... sumta *R²LNV*] uoces seorsum sumtas *R¹* ^[2]aliud alium *R²LNV*] alia aliam *R¹* ^[3]renuunt *R²LNV*] recusant *R¹* ^[4]dum ... oratorem *R²LNV*] dum oratorem *R¹* ^[5]uerbis *R²LNV*] uocabulis *R¹* ^[6]scripta *R²LNV*] illius scripta *R¹*

Teofrasto, Paracelso,¹⁴⁷ Robert Fludd, Böhme, J.B. Helmont – e de outros teosóficos; e também os vocábulos dos astrólogos, que nada significam.

2. Outros exemplos são as seguintes proposições: “a matéria tem mais apetência pelas formas mais perfeitas”; “é possível uma matéria espiritual, uma criatura inimputável, um espírito que deseja e não entende, um espírito que entende e não deseja, e uma substância intelectual limitada apenas aos conhecimentos especulativos”; “a ubiquidade dos anjos é realmente divisível”; “uma coisa pode existir e não existir em parte alguma, ou seja, não possuir ubiquidade”; e outros seiscentismos monstruosos deste género que certos filósofos mencionam com frequência.

Embora entendamos esses vocábulos tomados isoladamente, quando associados com outros contaminam-se reciprocamente, perdendo toda a capacidade expressiva, nada havendo por isso a que correspondam aquelas proposições. Também eu entendo o que é uma coisa quadrada e uma coisa redonda, mas o que seja uma coisa quadrada-redonda não o entendo de forma alguma. Igualmente, percebo com clareza o que é Minos e o que é um touro, mas ninguém entende o que seja um Minotauro ou um monstro que é metade touro e metade homem.

Aquele ajuntamento de vocábulos é frequente nos eruditos quando, por estarem desprovidos de pundonor natural, não recusam confessar a sua ignorância e não cuidam com diligência em não enganar os outros. A estes de modo algum os considero dignos do nome de filósofos. E a respeito destes assuntos, pecam muito os poetas, alguma coisa os oradores e também os historiadores quando assumem o papel do poeta ou do orador.

1. Descrevendo o violentíssimo vulcão do monte Vesúvio nas proximidades de Nápoles, Marcial conclui desta forma:¹⁴⁸

*Tudo fica devastado pelas chamas e encoberto pelas lúgubres cinzas.
Nem os poderes celestes teriam desejado que isto lhes acontecesse.*

[96] Os vocábulos “os poderes celestes teriam desejado que isto lhes acontecesse” – tal como estão aqui associados – apresentam-se de tal modo que não lhes corresponde nenhuma ideia definida, nem clara, nem digna de ser aceite. Mas Marcial comete piores erros quando eleva aos céus o seu Domiciano. Neste caso, ocorrem afirmações de tal natureza que indubitavelmente por diligência alguma o poeta seria capaz de explicá-las. Consideremos ainda o que ele canta acerca do elefante:¹⁴⁹

¹⁴⁷ Paracelso é tão obscuro e serve-se de tantas palavras insólitas que Michael Toxitenius escreveu *Onomasticon*, em que explica os seus vocábulos para poderem entender-se os seus escritos.

¹⁴⁸ Livro IV, “Epigrama 44”.

¹⁴⁹ *Liber Spectaculorum*, “Epigrama 17”.

*Non facit hoc iussus, nulloque docente magistro,
Crede mihi, numen sentit et ille tuum.*

Quantas nugas hic agat Martialis, nullus non uidet. “Pius”, “supplex”, “adorare”, “numen Domitiani”, “sentire numen elephantum”, sunt uerba nihili, hoc est, quae hoc loco nihil, quod^[1] intelligi queat, significant. Simile^[2] huic est aliud ad eundem Caesarem:¹⁵⁰

*Concita ueloces fugeret cum damma molossos,
Et uaria obliquas necteret arte moras,
Caesaris ante pedes supplex, similisque roganti
Constitit, et praedam non tetigere canes.*

[.....]

*Haec intellectu principe dona tulit.
Numen habet Caesar. Sacra est uis, sacra potestas.
Credite: mentiri non didicere ferae.*

In quo non supplex modo a Martiale inducitur damma, sed intelligens principis, qui numen et sacram potestatem habeat, idque in feras non mentientes. Quod quis nobis explanet?

Sed quid dammas tam intelligentes Caesarei numinis, tamque ueraces demiramur, si Iouem ipsum Deorum patrem, quique nutu suo cuncta regere et moderari Ethnicis ipsis, maxime Poetis uidebatur; pauperrimum et fere mendicum prae Domitiano; si deos omnes collectim sumtos mala nomina; si Pallada procuratricem Caesaris quasi mercede conductam; contra uero Caesarem ipsum diuum inopiam magno supercilio contemnentem, apud eundem Martialem uidemus? Audite solidum epigramma,¹⁵¹ cuius ut praecipuas ineptias indicandi onere me liberem, eas diuerso caractere notabo:

[97] *Quantum iam superis, Caesar, caeloque dedisti,
Si repetas, et si creditor esse uelis,
Grandis in aethereo licet auctio fiat Olympo,
Coganturque Dei uendere quidquid habent:
Conturbabit Atlas, et non erit uncia tota,
Decidat tecum, qua pater ipse Deum.*

¹⁵⁰ *Ibidem*, “Epigramma 30”.

¹⁵¹ Lib. VIII, “Epigramma 4”.

^[1]quod ... significant. *R²LNV*] tolerabile significant. *R¹* ^[2]Simile ... uideam. *R²LNV*] *om. R¹*

*Se, devoto e súplice, ó César, te adora este elefante
que há pouco tinha infundido tanto temor ao touro,
ele não o faz sob as ordens e ensino do seu domador.
Acreditai-me, também ele reconhece que vós sois o nosso deus.*

Todos compreendem quantas ninharias profere aqui Marcial. “Devoto”, “súplice”, “adorar”, “divindade de Domiciano”, “o elefante reconhece a divindade”, são expressões de coisa nenhuma, isto é, elas nada significam neste lugar que possa entender-se. Semelhante a este exemplo é um outro relativo ao mesmo César:¹⁵⁰

*Um cabrito-montês que em grande correria fugia de cães de fila velozes
e com hábeis estratégias diminuía ou aumentava de velocidade
deteve-se por fim ao pé de César em atitude suplicante, à semelhança
de uma pessoa que reza, e os cães não ousaram tocar na presa.
[.....]
Eles pouparam-lhe a vida por terem reconhecido o imperador.
César possui a divindade: sua natureza é sagrada, sagrado é o seu poder.
Acreditai: as bestas não sabem mentir.*

Neste exemplo, o cabrito-montês é apresentado por Marcial não apenas como suplicante, mas também como inteligente, perante um príncipe que possui a divindade e o poder sagrado em relação a animais bravios que não mentem. Quem será capaz de nos explicar isso?

Mas por que nos espantamos com um cabrito montês tão conhecedor da divindade de César e que não mente, se o próprio Júpiter, pai dos deuses – que era visto como podendo governar todas as coisas segundo a sua vontade e moderar os próprios pagãos, sobretudo os poetas –, é apresentado pelo próprio Marcial como paupérrimo e quase como mendigo relativamente a Domiciano, se todos os deuses conjuntamente têm má reputação e se Minerva, protectora de César, é mencionada quase por favor, ao contrário de César, o próprio deus, que com grande sobrançeria menospreza a sua indigência? Ouçamos um epigrama completo,¹⁵¹ a respeito do qual, para me libertar do incómodo de referir as principais inépcias, as irei escrever em caracteres diferentes:

[97] *Se, ó César, reivindicares tudo o que deste aos deuses e aos céus
e pretendes apresentar-te como credor,
ainda que no etéreo Olimpo se faça almoeda
e os deuses procedam à venda de tudo o que possuem,*

¹⁵⁰ *Ibidem*, “Epigrama 30”.

¹⁵¹ Livro IX, “Epigrama 4”.

*Pro Capitolinis quid enim tibi soluere templis;
 Quid pro Tarpeiae frondis honore potest?
 Quid pro culminibus geminis matrona Tonantis?
 Pallada praetereo: res agit illa tuas.
 Quid loquar Alcidem, Phoebumque, piosque Laconas,
 Addita quid Latio Flauia templa polo?
 Exspectes et sustineas, Auguste, necesse est:
 Nam tibi quod soluat, non habet arca Iouis.*

Haec aliaque huius generis satis multa apud Martialem se offerunt; uix ut unquam eum Caesarem, aut quid simile laudantem legam, quin ineptum uideam. Perplacent tamen haec uirorum summorum errata non nullis Poetastris, qui tum demum se belle et scite aliquid scribere putant, cum eos uersus fundunt qui commodam nullam interpretationem habent, et quos illi ipsi, qui scribunt, nedum alii non intelligunt. A quo uitio nec ipsi interdum meliores Poetae sibi temperant.

Virgilius describens Didonis casum miserandum, cuius anima ob immaturam mortem luctabat cum corpore et soluere nexus non poterat, nec prius recessit, quam Iris flauum crinem secauit, sic terminat:^[1] ¹⁵²

[.....] *omnis et una
 Dilapsus calor, atque in uentos uita recessit.*

Alio uero loco¹⁵³ narrans Turni necem, haec habet:

[.....] *ast illi soluuntur frigore membra,
 Vitaeque cum gemitu fugit indignata sub umbras.*

Si quaeremus a Virgilio quid esset “luctare animam cum corpore”, quid “recedere uitam in uentos”, quid^[2] “solui frigore membra”, quid “fugere uitam sub umbras”, facile ostenderemus poetam talem habere ideam illius quod scribit, qualem ille haberet qui diceret: “Chimaeram, quae cum Minotauro amice in uacuo amoenissimo, qui esset in centro orbis [98] terrae, uiuebat, mutasse domicilium et in praesentia habitare in orbe quadrato, qui est extra uniuersitatem rerum”. In^[3] primo enim loco

¹⁵² *Aeneis*, lib. IIII, fine.

¹⁵³ Lib. XII, fine.

^[1]terminat *R²LNV*] claudit *R¹* ^[2]quid, ... membra *R²LNV*] *om. R¹* ^[3]In primo ... Epicuri. *R²LNV*] *pro* In primo ... Epicuri. *R¹: vd. infra Annexum XVI.*

*Atlas irá declarar falência e nem sequer irá faltar uma onça
para que o mesmo pai do céu acabe por entrar em pacto contigo.
Como pode ele pagar-te os templos do Capitólio
e a coroa de folhagens, recompensa dos jogos Capitolinos?
E quanto dará a esposa do Tonante pelos seus dois templos?
A Minerva passo-a por alto, pois ela é tua protectora.
E que direi de Hércules, de Apolo e dos heróis de Lacedemónia?
E porque hei-de mencionar os templos dos Flávios que recortam o
horizonte do Lácio?
É, portanto, necessário, príncipe Augusto, esperares com resignação,
pois as arcas de Júpiter não têm possibilidade de satisfazer a sua dívida.*

Aparecem com frequência em Marcial exemplos destes e outros do mesmo género, e por isso ao ler os seus elogios de César ou algo semelhante dificilmente alguma vez não me dei conta de como eles são inábeis. Porém, estes erros dos maiores autores causam muito agrado a alguns poetastros, supondo eu ser essa a razão por que escrevem com destreza e com arte quando compõem os seus versos, que não sabem interpretar adequadamente, pois eles próprios que os escrevem não os entendem e muito menos os outros. Deste vício nem sequer os melhores poetas souberam por vezes abster-se.

Ao descrever a morte miseranda de Dido – cuja alma lutava com o corpo em virtude de um fim prematuro, não podendo dissolver os seus laços nem separar-se dele antes de Íris cortar os seus cabelos louros –, Virgílio conclui desta forma¹⁵²:

[.....] *nesse mesmo instante,
dissipou-se o calor vital, e a vida esvaiu-se nos ares.*

Noutro lugar,¹⁵³ ao descrever a morte violenta de Turno, ele exprime-se deste modo:

[.....] *os seus membros ficaram paralisados pelo terror,
e a vida extinguiu-se num gemido, indignada por debaixo das trevas.*

Se perguntássemos a Virgílio o que significa “a alma lutar com o corpo”, “a vida esvaír-se nos ares”, “os membros ficarem paralisados pelo terror”, “a vida extinguir-se por debaixo das trevas” concluiríamos facilmente que o poeta possui uma ideia sobre aquilo que escreve como se ele afirmasse: “Uma quimera que vivia amigavelmente com um Minotauro num deserto muito aprazível existente no centro da Terra [98] mudou de domicílio e habita actualmente num mundo quadrado exterior à totalidade

¹⁵² *Eneida*, liv. IV, no fim.

¹⁵³ Liv. XII, no fim.

Epicureum aperte agit, quae erat philosophia Virgilii;¹⁵⁴ in altero saltim ex fabularis philosophiae decretis loquitur, quod cum primi sententia pugnat et multo minus intelligi potest, quam illud Epicuri.¹⁵⁵

Iam si Lucanum, Claudianum reliquosque sequioris aevi perscrutamur, quot non inepta et nullo modo intelligibilia offendemus? Audiamus Claudianum ipsum de raptu Proserpinae non ad lyram canentem, sed buccinantem hoc modo:

*Inferni raptoris equos, adflataque curru
Sidera Taenario, caligantesque profundae
Iunonis thalamos, audaci promere cantu
Mens congesta iubet.*

Quanta quamque ambitiosa epitheta! Quae tamen plus sonant, quam significant. Explica tamen: “Mens congesta iubet promere cantu equos, et sidera curru adflata, et^[1] thalamos caligantes profundae Iunonis”; nihil, quod intelligi possit, elicies. Adeoque sunt uerba ampullosa et nihil significantia, quae ipse qui usurpat uix intelligit. Et, quod miremini, Poeta noster tam uehementi inspiratione diuina erat adflatus, ut, propositi oblitus, non raptum Proserpinae, sed raptoris equos et sidera et thalamos caligantes promserit cantu.

Quid? Nec ipsi Christiani doctissimi ab hisce ineptiis aliquando^[2] cauent. Vel unus Barlaeus quodam hymno in Christum¹⁵⁶ tot uel ethnica, uel nihil significantia conglomerat, ut mirentur qui legant, talia uiro docto in mentem uenire potuisse. Perpendite uel haec pauca quae ipse euenisse describit:

[99] [...] *Stellataque machina Mundi
Proscripsit ferale iubar; micuere secundo
Omne sidereae facies, dum pignora caelum
Tanta sibi promissa putat, sua frigora fulgens
Aegoceros media uoluit mitescere bruma.
Et tepuit glacialis hiems, decessit Olympo
Arctophylax, fugit socia cum coniuge Cepheus
Et Chiron Perseusque furens et Pleias et ipse
Amphitryoniades.*

¹⁵⁴ Legatur Gassendus, *De Vita Epicuri*, lib. II, cap. 6, et Seruius *Ad Eclogam VI*.

¹⁵⁵ Quid senserint^[3] Platonici, stoici, Epicurei, ex *Apparatu* nostro intelligitur. Confer. Lactantius, *Institutiones*, lib. VII, cap. 7; Plutarchus, *De Placitis*, lib. III, cap. 7; Lucretius, lib. III, vs. 507 et 844. Vergilium autem omnium placita interdum admiscuisse, fatetur Donatus, in *Vita Virgilii*.

¹⁵⁶ Lib. I *Heroic*.

^[1]et thalamos ... Iunonis *R²LNV*] *om. R¹* ^[2]aliquando cauent. *R²LNV*] temperant aliquando. *R¹* ^[3]senserint *R²LNV*] dixerint *R¹*

das coisas”. Na verdade, quanto à sua filosofia, Virgílio procede em primeiro lugar abertamente como um epicurista,¹⁵⁴ exprimindo-se, por outro lado, segundo os princípios da filosofia mitológica, que estão em desacordo com o pensamento de Marcial e são muito menos compreensíveis que os de Epicuro.¹⁵⁵

Perscrutando Lucano, Claudiano e outros da época da decadência, quantas inépcias e obscuridades encontramos! Ouçamos Claudiano a respeito do rapto de Prosérpina, o qual, comportando-se não como um tocador de lira, mas de corneta, se exprime deste modo:

*Ordena-me o espírito agitado que, num poema audacioso,
eu dê a conhecer os cavalos do infernal raptor, os astros
atingidos pelo carro do Ténaro e os sombrios tálamos
da Juno subterrânea.*

Quantos e quão pomposos epítetos que, no entanto, são mais sonantes que significantes! Explicai-me então o sentido disto: “Ordena-me o espírito agitado que com um poema eu dê a conhecer os cavalos, os astros atingidos pelo carro e os sombrios tálamos da Juno subterrânea”. Nada podereis dizer-me que possa ser entendido. Acrescento que estamos perante vocábulos empolados e sem nenhuma significação, que dificilmente entende o próprio que se serve deles. E o nosso poeta sentia o sopro da inspiração divina com tanta veemência que, esquecendo o seu propósito, com grande espanto nosso não menciona o rapto de Prosérpina, mas os cavalos do raptor, os astros e os sombrios tálamos.

E que mais? Nem sequer os próprios cristãos mais instruídos evitam por vezes estas inépcias. Por exemplo, num hino em honra de Cristo, um certo Barlaeus¹⁵⁶ aglomera tantas coisas, quer pagãs quer destituídas de toda a significação, que os leitores ficam espantados por tudo isso ter vindo à mente de um varão douto. Consideremos estas poucas coisas, que o próprio refere como tendo ocorrido:

[99] [...] e a máquina do mundo povoado de estrelas
destruiu a estrela agoirenta. Resplandeceram
os semblantes celestes com presságios propícios enquanto
os céus pensavam em tantos sinais por si anunciados. O cintilante
Egóceros desejou moderar as suas frialdades com um solstício ameno,
e o Inverno glacial tornou-se suave. Afastou-se do Olimpo

¹⁵⁴ Ler Gassendi, *De Vita Epicuri*, liv. II, cap. 6, e Sérvio, *Ad Eclogam VI*.

¹⁵⁵ Depreende-se do meu *Apparatus* o que pensam os platónicos, os estóicos e os epicuristas. Cf. Lactâncio, *Institutiones*, liv. VII, cap. 7; Plutarco, *De Placitis*, liv. IV, cap. 7; Lucrecio, liv. III, vs. 507 e 844. Declara Donato (*Vita Virgiliti*) que Virgílio confundia por vezes os princípios de todas as coisas.

¹⁵⁶ *Heroici*, liv. I.

Quis sanus hic putet poetam ullam certam habere ideam eius^[1] quod canit? Quis non potius dementem et blaterantem existimet? Mittimus recentiores alios, nihil enim frequentius occurrit¹⁵⁷.

[100] 2. Ex historicis haud pauca excerpere possemus, sed uetat consilium operis. Plinius¹⁵⁸ de elephantis loquens, eorumque prudentiam ne dum cognitionem, exaggerans, sic scribit: “Religio quoque siderum Solisque ac Lunae ueneratio est illis”. Quis neget esse nimium? Tamen docto scriptori persuasum erat intelligere se quod enuntiabat.

Sed praeter ceteros Cornelius Tacitus hunc scopulum offendit. Nam cum propositum esset ei^[2] et sententiis et stilo supra omnes laudari, plurimaque paucis cuperet explicare, uix fieri potuit quin in aliquas ineptias incideret, tum etiam obscura uerba et uix intelligibilia adhiberet. Hic inducens Agrippinam uiduam Germanici (hunc Tiberius imperator ueneno necauerat) quae in Tiberium inuehitur hoc nomine, quod Augusto immolans, posteros ipsius^[3] odio habeat, loquitur hoc modo: “Non in effigies mutas diuinum spiritum transfusum, sed imaginem ueram caelesti sanguine

¹⁵⁷ Nemo nos hic accessat uiolatae poesios, scimus enim fictionem esse ornamentum, et ut ita dicam, formam quorundam poematum^[4] atque licere poetae aliquid audere a uulgari^[5] consuetudine diuersum, et id ipsum mirabili dicendi genere explicare. Hoc agimus, non licere poetae aut uerbis nihil significantibus, aut sententiis,^[6] quae rectam interpretationem non habeant, uti, quod plerumque usuuenit. Nam etsi^[7] figuratum dicendi genus amet poeta, tamen uerisimilia dicere debet, et cauere sibi ab iis, quae communi sensui repugnant, ne mendax^[8] et ineptus habeatur potius, quam poeta. Nec nos moueat ueterum auctoritas ut putemus omne, quod illi^[9] fecerunt, esse rectum. Nam praeterquam quod in hac litterarum luce, omnia ex merito, non ex antiquitate, iudicantur; tam multa contra ipsius artis regulas in ueteribus poetis, Claudiano, Lucano, Flacco, Statio, Martiale, Ouidio, ceterisque;^[10] interdum et in Horatio, etiam dum artem tradit, et Homero et Vergilio (sed in hoc rarius) homines^[11] praeiudiciis non impediti notarunt, ut qui hisce se nominibus tueatur, ut errores perspicuos inducat, tamquam harum rerum imperitus audiendus non sit.

Nec^[12] eos ullo modo excusat uerisimilitudo poetica, ad quam, ueluti ad sacram ancoram, quidam doctores artis confugere solent. Nam primum quales sint istius uerisimilitudinis certi fines, nullus eorum constituit, ut ad id ueluti regulam cuncta dirigere possimus; proinde alii alio et alio modo fines dilatant ut omnia complectentur. Deinde in ipsam uerisimilitudinem iis probatam (nempe quod sibi constet auctor, et ex opinionibus suo tempore receptis loquatur) grauissimi quidam ueterum interdum peccant. Postremo, quoniam ista est uerisimilitudo, scilicet systemata philosophorum inter se contraria, sententias se destruentes, res cum quotidiana experientia palam pugnant, aliasque a proposito alienas, in idem poema recipere et serio uenditare, ut iidem faciunt? Haec sanae uiris doctis non alia ratione tolerari posse uidentur, nisi ex consuetudine ueteres poetas legendi, qui talibus sunt referti. Sed haec indicare philosopho satis fuerit, ea uero peritis artis componenda relinquamus, de quibus nos alio libro de industria disseremus.

¹⁵⁸ Lib. VIII, cap. 1.

^[1]eius *R²LNV*] illius *R¹* ^[2]ei *R²LNV*] illi *R¹* ^[3]ipsius *R²LNV*] illius *R¹* ^[4]poematum *R²LNV*] poesios *R¹* ^[5]uulgari *R²LNV*] communi *R¹* ^[6]sententiis *R²LNV*] periodicis *R¹* ^[7]etsi *R²LNV*] tametsi *R¹* ^[8]mendax et ineptus *R²LNV*] ineptus et mendax *R¹* ^[9]illi *R²LNV*] ipsi *R¹* ^[10]ceterisque *R²LNV*] *om. R¹* ^[11]homines ... impediti *R²LNV*] docti homines *R¹* ^[12]Nec ... disseremus. *R²LNV*] *om. R¹*

*o Arctófilax, retirou-se o Cefeu acompanhado da esposa,
bem como o Quíron, o impetuoso Perseu, as Plêiades e o próprio
Anfitrióniada.*

Qual é a pessoa sensata que considera que o poeta possui uma ideia correcta daquilo que canta? E quem não pensa que ele é um demente e um tagarela? Omito outros modernos, nos quais ocorrem com frequência coisas deste género.¹⁵⁷

[100] 2. Dos historiadores podemos tomar muitos exemplos, mas isso não o consente o propósito desta obra. Plínio,¹⁵⁸ ao falar dos elefantes, exagerando a sua sagacidade, se não a sua inteligência, escreveu estas palavras: “Também neles existe o culto dos astros e a veneração do Sol e da Lua”. Quem poderá negar que isto é desmesurado? Contudo, o erudito escritor persuadia-se que entendia o que exprimia.

Mas, além de outros, Cornélio Tácito incorreu também no mesmo erro. Como fosse seu propósito ser considerado mais excelente que todos os escritores nas opiniões e no estilo, e desejando expor muitas coisas com poucos vocábulos, dificilmente deixaria de suceder que ocorressem algumas inépcias, fazendo uso, por outro lado,

¹⁵⁷ Ninguém me pode aqui acusar de ofender a poesia. Eu sei que ela é uma ficção e um ornamento e, por assim dizer, a forma de alguns poemas; e que é permitido ao poeta empreender algo diferente do que é vulgar, expondo isso segundo um modo de dizer digno de admiração. Considero, porém, não ser permitido ao poeta servir-se de palavras sem nenhuma significação ou de proposições que não tenham um sentido adequado, o que geralmente acontece. Com efeito, embora o poeta aprecie o modo de dizer figurado, contudo, ele deve exprimir coisas verosímeis, abstando-se daquelas que repugnam ao senso comum para não ser considerado enganador mais que poeta. E não me coage o parecer dos antigos a pensar que é verdadeiro tudo o que eles estabeleceram sobre este assunto. Na verdade, nem todas as coisas que foram proclamadas neste esplendor das belas-letras provieram da Antiguidade, pois muitas delas originaram-se em oposição às regras da arte presentes nos poetas antigos, designadamente em Claudiano, em Lucano, em Flaco, em Estácio, em Marcial, em Ovídio e ainda noutros. E pessoas desprovidas de preconceitos referiram que essas regras estão também presentes em Horácio – que ensinou igualmente essa arte –, em Homero e em Virgílio (embora neste raras vezes), pelo que quem honrar esses nomes de forma a induzir erros evidentes não deve ser ouvido, dado ser ignorante destas matérias.

E não os desculpa de modo algum a verosimilhança poética, à qual têm por hábito recorrer, como a uma âncora sagrada, certos mestres da arte. Com efeito, em primeiro lugar, nenhum deles estabeleceu quais sejam os verdadeiros limites dessa verosimilhança para podermos ajustar-lhes, como a uma norma, todas as coisas. Por outro lado, outros ampliaram de diferentes modos esses limites para, assim, abrangerem todos os assuntos. Além disso, certos antigos de grande renome incorreram por vezes em erro ao demonstrarem a própria verosimilhança (certamente porque foram consequentes consigo próprios e se exprimiram segundo as opiniões aceites na sua época). Por último, aprovando e elogiando seriamente um poema – como eles procedem – qual poderá ser essa verosimilhança, isto é, esses sistemas filosóficos incompatíveis, essas opiniões que se contradizem, esses temas absolutamente em desacordo com a experiência quotidiana e ainda outras coisas totalmente despropositadas? Realmente, parece poderem ser toleradas essas coisas apenas pelos varões doutos e somente em virtude do hábito de leitura dos poetas antigos de que eles estão bem providos. Mas é suficiente dar a conhecer estes assuntos a um filósofo, reservando para os peritos o modo de estabelecer a arte, sobre a qual, no entanto, irei discorrer expressamente noutro livro.

¹⁵⁸ Liv. VIII, cap. 1.

ortam intelligere discrimen, suscipere sordes”. Sed quidnam esset “Diuinus spiritus in Agrippinam transfusus”, id aegre explicaret Tacitus, propterea quod nulla huic enuntiationi idea clara respondet.

Proximus Tacito est Florus, nisi quod iudicandi acie longe Tacito inferior est. Is enim cum granditatem orationis adfectaret, et uix aliquid proprie dictum ei^[1] placeret, in ea incidit aliquando quae interpretationem non habent. Descripturus Romanorum expeditionem in ultimos [101] Gallaeciae populos, entusiasmo quodam abreptus loquitur hoc modo: “Decimus Brutus Gallaecos domuit, atque omnes Gallaeciae populos, formidatumque militibus flumen obliuionis, peragratoque uictor Oceani litore, non prius signa conuertit, quam cadentem in maria Solem, obrutumque aquis ignem, non sine quodam sacrilegii metu et horrore, apprehendit”.¹⁵⁹ Quis capiat quid sibi uelit declamator noster?

3. Praetermittimus oratores, ne longi simus. Itaque cum uiro doctissimo et hisce rebus subacto¹⁶⁰ sic concludemus:^[2] “Si plerosque auctores cum ueteres, tum recentiores ad hanc trutinam reuocamus,^[3] infinita loca in iis^[4] facile inueniemus in quibus talia uerba occurrunt quae nulla arte explicari possunt, propterea quia nullam certam ideam significant”.

III. Tertio loco cauere debemus, ne uni uocabulo plures notiones adfingamus. Nam si ita facimus, qui audit non intelliget de qua notione nos uerba faciamus. Incredibile dictu est quot iurgia in scholis excitentur passim, propterea quod huic legi non seruiunt disputantes. Iccirco contendunt uehementer non de re aliqua, quam unus neget, alter adfirmet; sed de significatione uocabuli, cui alter quamdam ideam adiungit, alter aliam.

Exemplo sint haec uocabula: “formaliter”, “materialiter”, “essentialiter”. Nam diuersae significationes aliis et aliis temporibus unicuique eorum adiunguntur. Quocirca audito uocabulo temere pronuntio, declarare hoc potius quam aliud.

Quoniam uero plures res obuersantur menti quam uoces quibus eas declarare possimus, adeo ut interdum coacti simus plura obiecta uno uocabulo notare, id omnino uitare non possumus. Vnum superest remedium, ut constituamus quam^[5] notionem cum tali uerbo coniungimus, ne inutiliter et nos et alios torqueamus. Quod circa geometrae accurate faciunt, propterea uix unquam ratiocinando altercantur inter se.

¹⁵⁹ Lib. II, cap. 17.

¹⁶⁰ *Bibliothèque Uniuerselle*, Tome X, p. m. 343.

^[1]ei *R²LNV*] ipsi *R¹* ^[2]concludemus *R²LNV*] concludimus *R¹* ^[3]reuocamus *R²LNV*] reuocabimus *R¹* ^[4]iis *R²LNV*] iisdem *R¹* ^[5]quam ... uerbo *R²LNV*] quem significatum cum illa uoce *R¹*

de palavras obscuras e quase ininteligíveis. Aludindo a Agripina, viúva de Germânico (este foi envenenado pelo imperador Tibério) – a qual invectivou Tibério porque, imolando vítimas ao divino Augusto, perseguia a sua posteridade –, ele exprime-se desta forma: “O seu espírito divino não se difundiu em imagens mudas, mas numa verdadeira imagem originada num sangue celeste, que compreende o perigo e suporta o luto”. Mas só dificilmente Tácito explicaria o que é “o espírito divino difundido em Agripina”, pelo que a esta proposição não corresponde nenhuma ideia clara.

Não se diferencia muito de Tácito o escritor Floro, excepto que este é muito inferior a Tácito na agudeza de espírito. Por ele aspirar à grandeza do discurso e só dificilmente o satisfazer algo que fosse expresso com propriedade, incorreu por vezes em afirmações que não têm nenhum sentido. Propondo-se ele descrever uma campanha dos Romanos aos povos mais remotos da Galécia, [101] arrebatado por uma certa inspiração divina exprime-se deste modo: “Décimo Bruto submeteu com os seus exércitos os Galaicos, todos os povos da Galécia e o medonho rio do esquecimento; e vitorioso, percorrido o litoral oceânico, não recuou na linha de batalha antes de ver que o Sol declinara no mar e o fogo submergira nas águas, mas sem uma certa inquietação e um certo temor de impiedade”.¹⁵⁹ Quem compreende o que pretende dizer o nosso declamador?

3. Omito os oradores para não ser prolixo. Por isso, com um varão doutíssimo e esclarecido sobre estes assuntos,¹⁶⁰ concludo desta forma: “Se trouxéssemos a este julgamento a maioria dos autores, tanto antigos como modernos, descobriríamos facilmente neles inumeráveis passos em que ocorre um grande número de palavras que de forma alguma podem explicar-se, e por isso não significam nenhuma ideia definida”.

III. Em terceiro lugar, devemos precaver-nos para não associarmos várias ideias a um só vocábulo, pois, se procedermos desse modo, o ouvinte não entende qual seja a ideia sobre que falamos. É incrível de dizer quantas altercações se originam a cada passo nas escolas em virtude de os disputantes não obedecerem a este princípio; por isso, eles disputam com veemência não sobre uma coisa que um nega e o outro assevera, mas sobre a significação de um vocábulo, a que um deles associa uma certa ideia e o outro uma ideia diferente.

Sejam exemplos os vocábulos “formalmente”, “materialmente” e “essencialmente”. Com efeito, a cada um deles são associadas diversas significações em circunstâncias diferentes, pelo que, ouvido o vocábulo, é irreflectido dizer que significo uma coisa e não outra.

Visto que se apresenta à mente um maior número de coisas que palavras – com as quais podemos manifestar as coisas –, a ponto de algumas vezes sermos coagidos a designar vários objectos por um único vocábulo, contudo, não podemos evitar

¹⁵⁹ Liv. II, cap. 17.

¹⁶⁰ *Bibliothèque Universelle*, t. X, p. 343.

III. Quarto loco cauere debet a uocabulis indeterminatis, aequiuocis, translatis; idque ob eundem rationem.

[102] 1. Nam uocabulum^[1] indeterminatum seu uagum est cui eadem notio perpetuo non respondet, sed est multis rebus^[2] interdum dissimilibus commune. Quare qui^[3] audit nequit discernere qualem ideam cum^[4] eo uelis potissimum coniungere.

Exempli gratia, definiunt multi cum B. Augustino philosophiam hoc modo: “Diuiinarum humanarumque rerum cognitio seu notitia”. Cum autem uocabula “cognitio”, seu “notitia” sint uaga, qui legit certior non fit de qua notitia sermo sit: an de historica, an philosophica, an mathematica, an de certa, an uero de probabili notitia. Quare melius uterentur uocabulo “scientia”, quod ex disciplina philosophorum significat, certum habitum demonstrandi.

2. Aequiuoca^[5] sunt quae pluribus rebus natura differentibus possunt adtribui, ideoque sunt indeterminata. Ea^[6] itaque sedulo uitare debemus, si uolumus intelligi. Huiusmodi est nomen “homo”, quando tribuitur homini uiuenti, et picto et statuae. Qui enim tali uerbo utitur ad picturas et id genus alia significanda, nisi moneat lectorem, caussa erit cur saepe fallatur.

3. Translatum^[7] est quod cum adiungitur alteri uocabulo, uidetur nobis natium sensum ac significationem amittere, et aliam induere.¹⁶¹ Quod ea de caussa fit ut facilius et uenustius, quod uolumus, explicemus.¹⁶²

Exempli gratia, “flumen” proprie significat aquam quae in alueo fluit ad mare. Tamen cum lego apud Ciceronem:¹⁶³ “Nullius tantum est flumen ingenii, nulli dicendi, aut scribendi tanta [103] uis, tanta copia, quae non dicam exornare, sed enarrare, C. Caesar, res tuas gestas possit”; et alio loco “Veniet aureum flumen orationis fundens Aristoteles”, iudicare debeo non proprio sensu, sed per metaphoram dici, et significare nihil aliud quam facultatem plurima uerba et sententias efferendi.

¹⁶¹ Natia significato uocabuli numquam translatione perimitur, aut mutatur. “Flumen” enim in exemplo Ciceronis^[8] semper significat “flumen”, seu “aquam fluentem”. Sed ingenium ac copia dicendi propter similitudinem quamdam cum^[9] flumine menti obiicitur ueluti conuersa in^[10] speciem aquae fluentis, ideo mens, quae duo illa ob^[11] analogiam confundit, proprietatem aquae tribuit ingenio. Confer. disertissimus Grauius, dialogo *De Lingua Latina*.

¹⁶² “Modum transferendi uerba necessitas genuit inopia coacta et angustiis, post autem delectatio iucunditasque celebravit”, Cicero, *De Oratore*, lib. II, cap. 38.

¹⁶³ Cicero, *Pro*^[12] *Marcello*, cap. 2.

^[1]uocabulum ... uagum *R²LNV*] uox indeterminata seu uaga *R¹* ^[2]rebus ... commune. *R²LNV*] rebus communis. *R¹* ^[3]qui audit *R²LNV*] qui eam audit *R¹* ^[4]cum ... coniungere. *R²LNV*] potissimum uelis cum ea coniungere. *R¹* ^[5]Aequiuoca ... indeterminata. *R²LNV*] Aequiuoci termini sunt ... ideoque indeterminati. *R¹* ^[6]Ea *R²LNV*] Eos *R¹* ^[7]Translatum *R²LNV*] Terminus translatus *R¹* ^[8]Ciceronis *R²LNV*] adducendo *R¹* ^[9]cum flumine *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[10]in speciem ... fluentis *R²LNV*] in aliam speciem nimirum aquam *R¹* ^[11]ob analogiam *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[12]*Pro Marcello*, cap. 2. *R²LNV*] *Pro Milone*, n. 2. *R¹*

isso na totalidade. Resta-nos como único recurso estabelecer que ideia associamos a uma palavra para que nós e os outros não nos torturemos inutilmente. Porque os géometras procedem com diligência, dificilmente discutem entre si nos seus raciocínios.

IV. Em quarto lugar, devemos evitar o uso de vocábulos indeterminados, equívocos e figurados, e pela mesma razão.

[102] 1. Um vocábulo indeterminado ou indefinido é aquele a que nem sempre corresponde a mesma ideia, sendo por vezes comum a muitas coisas diferentes. Por essa razão, o ouvinte não é capaz de distinguir a ideia que a esse vocábulo se pretende preferentemente associar.

Por exemplo, há muitos que com Santo Agostinho definem a filosofia deste modo: “O conhecimento ou o saber acerca das coisas divinas e humanas”. Como, porém, são indefinidos os vocábulos “conhecimento” e “saber”, o leitor não tem a certeza de que saber se trata: se acerca da história, da filosofia, da matemática, se do saber certo ou do provável. Por isso, é preferível usar o vocábulo “ciência”, que na linguagem dos filósofos significa um certo modo de demonstrar.

2. Os vocábulos equívocos são aqueles que podem atribuir-se a várias coisas de natureza diferente, pelo que são indeterminados. Devemos, portanto, evitá-los cuidadosamente, se desejarmos ser entendidos. Está neste caso a palavra “homem” quando é atribuída a um ser humano enquanto vivente ou enquanto representado numa pintura e numa estátua. Por conseguinte, quem usar essa palavra para significar uma pintura e outras coisas deste género, se não advertir o leitor irá dar origem a que este muitas vezes seja induzido em erro.

3. O vocábulo figurado é aquele que quando relacionado com outro nos parece perder o sentido e a significação original e adquirir outra diferente¹⁶¹. É esse o motivo por que podemos explicar com maior facilidade e elegância o que pretendemos.¹⁶²

Por exemplo, “rio” significa propriamente a água que corre num leito para o mar. Todavia, quando leio em Cícero¹⁶³ “nenhum rio do engenho é tão fecundo, nenhuma eloquência é tão persuasiva e nenhum estilo é tão magnificante para ser possível, [103] não direi realçar, mas simplesmente enumerar, ó César, os teus feitos heróicos”, e ainda noutra lugar “irrompa o rio áureo da eloquência, pondo em debandada Aristóteles” – devo ajuizar que ele não se exprimiu no sentido próprio, mas metaforicamente, e que apenas pretendeu manifestar a capacidade expressiva de muitas palavras e proposições.

¹⁶¹ Jamais perece ou é alterada pela tradução a significação original do vocábulo. Com efeito, no exemplo de Cícero, “flumen” significa sempre “rio” ou “água corrente”. Porém, a imaginação e a riqueza da linguagem, em virtude de uma certa semelhança com um rio, apresentam à mente essa palavra como que transformada numa espécie de água corrente. Por isso, o espírito, que por causa da analogia relaciona aquelas duas coisas, atribui à imaginação a propriedade da água. Cf. o mui eloquente Gravina (diálogo *Sobre a Língua Latina*).

¹⁶² “A fatalidade, coagida pela carência e pela indigência, deu origem ao uso metafórico das palavras. Após isso, o deleite e o prazer divulgaram-no” (Cícero, *De Oratore*, lib. II, cap. 38).

¹⁶³ Cícero, *Defesa de Marcelo*, cap 2.

Frequentissimae translationes occurrunt in uulgari sermone, uix ut ab iis temperare possimus. Hae tamen facillime dignoscuntur, et qui audit, aut legit sine labore intelligit quid scriptor sibi uelit. Apud poetas et oratores multo audaciores metaphorae passim se offerunt. Sed oratoribus et poetis relinquimus uerborum translationes. At philosophus ab omnibus uerborum lenociniis ambitiosius conquisitis abstinet. Quod si in huiusmodi metaphoras^[1] incurrat, callide eas et accurate interpretetur oportet.

COROLLARIUM

Hinc Philosophus uocabulis uti debet secundum communem usum loquendi.

Exempli gratia, si de rebus domesticis, uel forensibus, uel publicis loquatur, quotidianis uocabulis et in uulgata acceptione uti debet. Sin autem Philosophorum uerbis aliquid exprimere necesse sit, usurpabit illa in eo sensu^[2] quo natio Philosophorum usurpat. Quod si diuersam significationem cum uerbo coniungere cupit, declaret quo sensu accipiat et accurate uocabula^[3] definiat.

CAPVT IIII

De^[4] uocabulis idearum obscurarum, clararum, confusarum

Verba^[5] autem easdem fere proprietates habent ac ideae, quarum sunt signa. Quare ex iis quae diximus de ideis fit planum quidnam de uerbis existimare^[6] debeamus. Pauca tamen adducenda quae uberiorem lucem dictis adferant, et doceant tirones uitare errores in usu uocabulorum.^[7]

I. Porro quemadmodum ideae simplices sunt clarae, compositae uero uel obscurae, uel saltim confusae, ita^[8] uerba, quae [104] ideas simplices repraesentant, clara; quae compositae, erunt tum obscura, tum confusa. Hinc uerba^[9] simplicium non indigent definitione, maxime uero compositarum,^[10] quia per clariora uerba explicari possunt.

Exempli gratia, interroget me quis quid sit “dolor”: non potero clarioribus uerbis^[11] doloris ideam exprimere. Quamuis enim rem plane expedire contendam, aliis et aliis uocabulis quae idem significant, utar, reapse uero non explicabunt liquido quid sit dolor. Si tamen interroget quid sit camelus (quae uox est composita a κάμπτω “flecto”, et μηρός “femur”, quia genua flectit) potero ex ideis “femoris”, “genuum”, “coloris”, “figurae”, “quadrupedis”, clariorem ideam cameli dare.^[12]

^[1]metaphoras *R²LNV*] locutiones *R¹* ^[2]sensu *R²LNV*] intellectu *R¹* ^[3]uocabula *R²LNV*] uoces *R¹* ^[4]De uocabulis ... confusarum *R²LNV*] Disputat de uocibus simplicibus et compositis, claris et confusis *R¹* ^[5]Verba *R²LNV*] Voces *R¹* ^[6]existimare *R²LNV*] existimare atque disputare *R¹* ^[7]uocabulorum. *R²LNV*] uocum. *R¹* ^[8]ita uerba ... tum confusa *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[9]uerba *R²LNV*] uoces *R¹* ^[10]compositarum ... uerba *R²LNV*] illae compositae, quia per clariores uoces *R¹* ^[11]uerbis *R²LNV*] uocibus *R¹* ^[12]dare. *R²LNV*] exhibere. *R¹*

Ocorrem com muita frequência vocábulos figurados na linguagem comum – a ponto de dificilmente podermos evitá-los –, mas eles distinguem-se facilmente, e o ouvinte ou o leitor percebem sem nenhuma dificuldade o que o escritor pretende exprimir. Entre os poetas e os oradores, aparecem a cada momento metáforas muito mais ousadas. Porém, eu deixo a uns e a outros as figuras da linguagem. Quanto aos filósofos, eles abstêm-se com maior empenho de todos os adornos rebuscados da linguagem e, se eles incorrerem nessas metáforas, é necessário que as interpretem hábil e cuidadosamente.

COROLÁRIO

O filósofo deve servir-se dos vocábulos em conformidade com o uso comum de falar.

Por exemplo, se nos exprimirmos sobre assuntos domésticos, ou do foro judicial, ou públicos, devemos usar os vocábulos quotidianos e na acepção vulgar; se, porém, for necessário exprimir alguma coisa pelas palavras dos filósofos, deve fazer-se uso delas no sentido em que a totalidade dos filósofos as utiliza. E, se os filósofos pretenderem associar a uma palavra uma significação diferente, devem manifestar em que sentido a entendem e definir cuidadosamente os vocábulos.

CAPÍTULO IV

Os vocábulos relativos às ideias obscuras, claras e confusas

As palavras possuem quase as mesmas propriedades das ideias de que são sinais. Por isso, com base no que afirmei sobre as ideias torna-se manifesto o que devemos pensar sobre as palavras. Contudo, devem ser aduzidas poucas coisas que tragam maior clareza àquilo que ficou referido e que ensinem os principiantes a evitar os erros no uso dos vocábulos.

I. Tal como as ideias simples são claras, compostas ou obscuras ou pelo menos confusas, também as palavras que representam ideias simples são claras, e as que exprimem ideias compostas [104] são tanto obscuras como confusas. Por isso, as palavras que representam ideias simples não necessitam de definição, o que não sucede com as compostas, que podem explicar-se por outras mais claras.

Por exemplo, se alguém me perguntar o que é a dor, não poderei exprimir a ideia de “dor” por palavras dotadas de maior clareza. Embora eu pretenda explicar o que isso significa, servindo-me de muitos vocábulos, não saberei realmente explicar com clareza o que é a dor. Se, porém, me perguntarem o que é um camelo – palavra esta que é composta de κάμπτω “curvado” e μηρός “fémur”, porque o camelo flecte os joelhos –, poderei apresentar uma ideia mais clara do camelo com base nas ideias de “fémur”, de “cor”, de “figura”, de “quadrúpede”.

II. Ocorrem, no entanto, vocábulos relativos a ideias simples que são tão confusos que por vezes parecem obscuros, considerando-se vulgarmente desse modo. Eles são certamente aqueles que exprimem afecções particulares do espírito e dos sentidos.

II. Occurrunt tamen uocabula simplicium idearum quae sunt adeo^[1] confusa, ut interdum obscura uideantur, et sic uulgi nominentur: ea nimirum quae singulares adfectiones animi et sensuum declarant.

1. Exempli gratia, non omnes homines eodem modo obiectis externis adficiuntur. De me primum dicam. Ego, qui $\mu\theta\omega\psi$, hoc est, lusciosus sum, ita comparatos oculos habeo, ut intuenti luminaria accensa in obscuro loco, quadruplo maiora mihi uidentur quam re uera sunt. Admoto tamen uitro, quo utor, quadruplo minora sunt, et elegantiam omnem deperdunt. Quare cum ego noctu faciem templi aliquam faculis distinctam inspicio,^[2] uel templum ornatum luminibus ingredior, pulchrior illa species mihi est si nude adspicio^[3] quam si oculis uitro armatis.

2. Praeterea sunt qui res aliis ingratas summa cum uoluptate degustant. Sunt qui acutius aliis in eadem distantia audiunt. Odor quidam nobis gratus est qui puerperis est insuauis, et huiusmodi sexcenta. Proinde^[4] etsi iisdem uocabulis diuersi homines suos sensus explicant, non^[5] ideo singuli easdem ideas designant. Itaque uocabula, quantumuis clara uideantur, sunt reapse confusa.

3. Praeterea quaelibet adfectio uel sensuum, uel animi, pro diuersis fibris singulorum corporum; pro maiori, aut minori mentis ad alia distractione, interdum remissior,^[6] interdum acutior est; idque in eodem homine, et multo magis in diuersis. Videmus enim quosdam, exempli gratia, uiso serpente non commoueri, quosdam leuissime, uehementer uero alios, alios metu exanimari. Hi ueluti gradus eodem uocabulo [105] nequeunt indicari.^[7] Quare uocabula huiusmodi sunt reapse “confusa”.

4. Eodem modo adfectiones mentis et uoluntatis se habent. Quidam enim celerius percipiunt et ardentius amant; quidam tardius et remissius faciunt utrumque; et, quod miremini, idem homo in alio et alio tempore, alia et alia occupatione, eandem rem et uult et recusat ardentem et remisse; percipit facile et difficulter: quod usus hominum ostendit. Quare etsi certo sciam, alium idem, quod ego, facere; quam facile quamque celeriter nescio.

Certe quidem aduerbia “multum”, “parum”, “uehementer”, cetera, huic errori quodammodo occurrunt. Verum cum ego de aliorum sensibus atque animi adfectibus nequeam iudicare, nisi ex meis, per errorem utar uocabulo quod non belle exprimit quod alius sentit, propterea^[8] uocabula sunt confusa.

5. Quae diximus congruentis quadrant in ea uocabula quibus eas corporum proprietates exprimimus quae in nobis sensus animi excitant. Nam penitus ignoramus quae partium figura, tum et qua ratione partes insensiles corporum sensus nostros

^[1]adeo ... animi *R²LNV*] obscura, illa nimirum, quae adfectiones animi *R¹* ^[2]inspicio *R²LNV*] adspicio *R¹* ^[3]adspicio *R²LNV*] inspicio *R¹* ^[4]Proinde etsi *R²LNV*] Eapropter tametsi *R¹* ^[5]non ... singuli *R²LNV*] non omnes *R¹* ^[6]remissior *R²LNV*] remissa *R¹* ^[7]indicari. *R²LNV*] explicari. *R¹* ^[8]propterea *R²LNV*] Eapropter *R¹*

1. Por exemplo, nem todas as pessoas são afectadas de modo idêntico pelos objectos exteriores. Falo em primeiro lugar de mim próprio. Eu, que sofro de miopia – isto é, sou nictalópico – tenho tal conformação dos olhos que, ao ver com luminosidade intensa num lugar obscuro as coisas, parece-me serem quatro vezes maiores do que são realmente; mas, servindo-me de uma lente, que uso, elas são quatro vezes menores, perdendo toda a sua beleza. Por isso, quando à noite examino com pequenas tochas a harmonia exterior de um templo, ou quando entro num templo iluminado, o seu aspecto parece-me mais belo se o observar à vista desarmada do que com lentes nos olhos.

2. Por outro lado, há pessoas que sentem enorme satisfação por certas coisas que a outras causam desgosto. E há quem à mesma distância perceba com maior intensidade que outros pelo sentido da audição. E os perfumes são para nós mais aprazíveis que para as crianças de tenra idade, para as quais eles são desagradáveis ao olfacto; e outras numerosas coisas deste género. Além disso, embora pessoas diferentes atribuam aos mesmos vocábulos sentidos idênticos, nem por isso cada uma delas significa as mesmas coisas. Portanto, os vocábulos, embora pareçam claros, são realmente confusos.

3. Além disso, qualquer afecção, tanto dos sentidos como do espírito, é umas vezes mais débil e outras mais intensa, consoante as fibras de cada um dos corpos e a maior ou menor abstracção da mente, que por vezes é mais remissa e outras vezes mais penetrante. E isso acontece na mesma pessoa e muito mais em pessoas diferentes. Vemos, por exemplo, que certas pessoas não se impressionam quando vêem uma serpente, outras apenas ligeiramente, outras intensamente e outras ficam transidas pelo medo. Mas estes graus de afecção [105] não podem ser expressos pelo mesmo vocábulo. Por conseguinte, os vocábulos são confusos.

4. Sucede de forma idêntica a respeito das afecções da mente e da vontade. Alguns percebem com maior celeridade e amam mais intensamente, e com outros ocorrem ambas as coisas com maior lentidão e de modo menos intenso; e, para espanto nosso, a mesma pessoa em tempos diferentes e segundo as suas ocupações deseja e recusa ardentemente ou com moderação a mesma coisa; e percebe com facilidade ou com dificuldade, como manifesta a experiência das pessoas. Por isso, embora eu possa saber como me comporto, desconheço qual a facilidade e a celeridade com que isso acontece.

Certamente, o uso dos advérbios “muito”, “pouco”, “veementemente”, etc., incorre de algum modo nos erros anteriormente referidos. Porém, como não posso ajuizar acerca dos pensamentos e dos estados de espírito dos outros, mas apenas dos meus, quando incorro nesses erros sirvo-me de vocábulos que não exprimem adequadamente o que os outros pensam, e, portanto, tais vocábulos são confusos.

5. O que acabei de referir adequa-se de modo mais apropriado aos vocábulos com que exprimimos as propriedades dos corpos que despertam em nós as sensações

pulsent^[1] et moueant. Iccirco uocabula quibus eas proprietates exprimimus^[2] sunt confusa, propterea quia non satis distinguunt quod in obiecto corpore est.

III. Ideae illae^[3] simplices, quae “abstractae” dicuntur, ut extensionis purae,^[4] “existentiae”, “temporis”, reliquae, quia clarae magis sunt, quam eae quae sensu adquiruntur,^[64] ita^[5] fit ut etiam uerba quae eas denotant distinctiora sint. Clariores autem et distinctiores sunt illae ideae quas perfecte metiri et complecti possumus, ut “quantitas”, uel ea numeris, uel figuris exprimatur.

Exempli gratia, ideae, quae^[6] in his continentur, “Sex et sex sunt duodecim”, “Si aequalibus addas aequalia, tota erunt aequalia”, sunt clarissimae et omnibus peruiae. Iccirco Arithmetica et Geometrica uocabula peculiare id praeter ceteras uoces habent, ut sint clara et distincta.

[106] IIII. Ideae uero compositae tales sunt quales ideae simplices ex quibus componuntur. Quae quidem simplices ideae quia plerumque sunt clarae^[7] quidem, sed confusae, si Arithmetica et Geometrica nomina excipias, hinc et compositae ideae et nomina, quae eas designant, erunt^[8] confusa; quibus ea de causa non nisi caute uti debemus.

Haec^[9] si accuratissime loqui uolumus, dicenda sunt. Verum non indocti modo, sed ipsimet Philosophi, in uocibus aestimandis et appellandis, “confusum”, et “obscurum” plerumque confundunt; quod aliquid internoscunt discriminis inter ideas et uocabula. Nam idea obscura rem, cum recurrit, eandem esse non docet; clara uero docet. Distincta ab aliis eandem suis notis distinguit; confusa non distinguit. At uocabulum singularum adfectionum animi, ut “dulcis”, uel singularum idearum compositarum, ut “amoris”, non modo non distinguit suis notis rem unam ab alia, quod est esse confusum, sed nec eandem rem semper designat, sed diuersas (ut sequenti capite dicemus) quod est esse obscurum. Proinde non inepte “obscurum” pro “confuso” ponitur et accipitur, cum de uocabulis est sermo.

¹⁶⁴ Clarius^[10] percipitur idea abstracta, quod minus partes habet, quam coniuncta et singularis, quod plura complectitur; seu clarius intelligo quid sit “existentia”, quid “tempus”, quam quid sit “Petrus”, seu “hoc indiuiduum”.

^[1]pulsent *R²LNV*] *om. R¹* ^[2]exprimimus *R²LNV*] explicamus *R¹* ^[3]illae *R²LNV*] *om. R¹* ^[4]purae *R²LNV*] *om. R¹* ^[5]ita ... distinctiora sint. *R²LNV*] existit ut etiam uoces ... distinctiores sint. *R¹* ^[6]quae ... continentur *R²LNV*] *om. R¹* ^[7]clarae ... confusae *R²LNV*] obscurae *R¹* ^[8]erunt confusa *R²LNV*] *om. R¹* ^[9]Haec ... sermo. *R²LNV*] *om. R¹* ^[10]Clarius ... indiuiduum. *R²LNV*] *om. R¹*

do espírito, pois ignoramos totalmente qual seja a configuração das partes dos corpos e por que motivo as partes insensíveis dos corpos estimulam e põem em movimento os nossos sentidos. Deste modo, os vocábulos com que exprimimos essas propriedades são confusos, pois possibilitam distinguir suficientemente o que existe nos objectos corpóreos.

III. Dado que as ideias simples ditas “abstractas” – como a de “extensão pura”, a de “existência”, a de “tempo” e outras – são mais claras que as adquiridas pelos sentidos,¹⁶⁴ também as palavras que as significam têm um sentido mais distinto. Porém, as ideias mais claras e as mais distintas são aquelas a que podemos fazer corresponder uma medida e compreendê-la perfeitamente, como a de “quantidade”, quer expressa por número quer por figuras.

Por exemplo, são totalmente claras e compreensíveis por todas as pessoas as ideias contidas nestas proposições: “seis e seis são doze”; “se a quantidades iguais acrescentarmos quantidades iguais, os totais são iguais”. Compreende-se, assim, que a Aritmética e a Geometria possuam, além de outras palavras, vocábulos peculiares, que são claros e distintos.

[106] IV. As ideias compostas são semelhantes às ideias simples, pelas quais elas são constituídas. E como na maior parte dos casos as ideias simples são claras, mas confusas – excepto as correspondentes aos nomes da Aritmética e da Geometria –, também as ideias compostas e as palavras que as significam são confusas. Por isso, devemos servi-nos delas com precaução.

Se pretendermos exprimir-nos com diligência sobre este assunto, deve afirmar-se o seguinte: Não apenas os ignorantes, mas também os próprios filósofos, ao considerarem e ao discorrerem sobre as palavras, confundem geralmente “confuso” e “obscuro” por reconhecerem alguma distinção entre as ideias e os vocábulos. Com efeito, quando ocorre uma coisa, a ideia obscura não dá a conhecer que ela é a mesma, mas com a ideia clara não sucede dessa forma. Quanto à ideia distinta, estabelece a distinção de uma mesma coisa em relação a outras pelas suas características, mas com a ideia confusa isso não acontece. Porém, os vocábulos relativos às afecções particulares do espírito, como “doce”, ou que dizem respeito às ideias singulares compostas, como “amor”, não só distinguem uma coisa de outra pelas suas características – querendo isso dizer que são confusas –, mas nem sempre significam a mesma coisa, mas coisas diferentes (como irei referir no capítulo seguinte), o que manifesta serem obscuras. Por isso, não é inábil tomar e adoptar “obscuro” por “confuso” quando nos ocupamos de vocábulos.

¹⁶⁴ Conhece-se com maior clareza a ideia abstracta por possuir menos partes que a composta e a singular, que compreendem muitas partes. Ou seja, entendo mais claramente o que é “existência” e o que é “tempo” do que o que é “Pedro” ou “este indivíduo”.

CAPVT V

De uocabulis^[1] substantiarum, modorum, relationum

§ I

Substantiarum^[2]

I. Substantiae, uti supra demonstrauius, non nisi obscuram ideam habemus. Hinc uocabulum “substantiae”, quia obscurum est, caussa exstitit multorum errorum. Nam cum homines ignorarent quanam res huic uocabulo esset supposita, id est, substantiam, seu naturam rei, seu id^[3] quod res est penitus non cognoscerent, alias et alias proprietates illi adfixerunt.

Exemplo sit uox “anima”, quae substantiam incognitam significat et cui non omnes eamdem ideam subiiciunt.^[4] Fuere qui ei^[5] proprietates rotundissimarum et tenuissimarum particularum, quae quam celerrime moueantur, [107] adtribuerent, ut Epicurei. Fuere qui proprietates ignis, sed^[6] alio et alio modo accepti, ut Pythagorei, Heraclitus, stoici. Fuere qui alterius incognitae substantiae, ex anima mundi decerptae, naturam dedere, ut Plato. Fuere qui ex plurimis naturis compositam existimarunt, ut Crantor. Fuere demum, qui eam uocarunt “primam entelechiam” corporis organici, ut Aristoteles, qui uel in hoc patefecit quanta ignoratio sit naturae animi nostri, ipse enim, qui meliora dare non potuit, uerba protulit obscuriora. Haec philosophi grauissimi disputarunt. Ex quo facile conici^[7] potest quot monstra dixerint illi qui grauioribus studiis non erant contriti.

Alterum exemplum sit nomen^[8] “Deus”. Cum enim ratio persuadet unum esse qui omnia fecerit et gubernet, ethnici, quod non intelligerent clare quid hoc nomine contineretur, deorum turbam induxere, ut idololatrae omnes. Deinde quosdam deos mala, quosdam bona efficere dixere, ut Aegyptii et Medi et Persae, et ex nostris Marcionitae et Manichaei.

Praeterea de natura Dei absurdas sententias excogitarunt. Quidam Deum esse animum per uniuersam naturam diffusum, corporeum tamen et igni subtilissimo simillimum, seu^[9] ignem intellectualem dixere, ut Pythagorei. Quidam esse purissimum aetherem, seu ignem artificialem, qui in extrema caeli parte praesertim positus sit, ut stoici.^[10] Non nulli uero deos non habere corpus, sed quasi corpus; nec sanguinem, sed quasi sanguinem; esse tamen corpus sui generis, humana specie praeditos et otiosam uitam degentes in intermundiis, ut Epicurei.

Sunt qui incertam notionem huic nomini supposuere, ut Xenophanes, qui ait Deum esse substantiam globosam nec corpori humano nec animo similem; et Zeno Eleates, qui ait Deum esse rotundum, sed nec finitum nec infinitum, neque mobile

^[1]uocabulis *R²LNV*] uocibus *R¹* ^[2]Substantiarum *R²LNV*] *om. R¹* ^[3]id *R²LNV*] illud *R¹* ^[4]subiiciunt. *R²LNV*] adiungunt. *R¹* ^[5]ei *R²LNV*] illi *R¹* ^[6]sed ... accepti *R²LNV*] *om. R¹* ^[7]conici potest *R²LNV*] conicitur *R¹* ^[8]nomen *R²LNV*] uox *R¹* ^[9]seu ignem intellectualem *R²LNV*] *om. R¹* ^[10]stoici. *R²LNV*] stoici, Heraclitus et alii. *R¹*

CAPÍTULO V

Os vocábulos relativos às substâncias, aos modos e às relações

§ I

Os vocábulos relativos às substâncias

I. Como demonstrei anteriormente, apenas possuímos ideias obscuras das substâncias, concluindo-se por isso que o vocábulo “substância”, por ser obscuro, é causa de muitos erros. Na verdade, pelo facto de as pessoas ignorarem que coisas estão contidas neste vocábulo, isto é, desconhecendo inteiramente a substância ou a natureza de uma coisa ou aquilo que uma coisa é, atribuem-lhe por esse motivo diversas propriedades.

Seja exemplo a palavra “alma”, que significa uma substância desconhecida a que nem todos associam a mesma ideia. Houve quem, como os epicuristas, lhe atribuisse as propriedades de partículas muito redondas e muito subtis e movimentando-se com enorme celeridade; [107] houve quem lhe atribuisse as propriedades do fogo, mas entendido de modos diferentes, como os pitagóricos, Heraclito e os estóicos; houve quem lhe atribuisse a natureza de uma substância desconhecida, separada da alma do mundo, como Platão; houve quem a considerasse como composta de várias naturezas, como Crantor; e houve quem a denominasse “primeira entelequia” do corpo orgânico, como Aristóteles, que revela sobre este assunto quão grande foi a sua ignorância a respeito da natureza do nosso espírito, pois ele não conseguiu fazer melhor do que proferir palavras obscuras. Esta questão foi discutida por filósofos muito ilustrados, podendo presumir-se facilmente quantas coisas monstruosas expuseram aqueles que não haviam consumido o tempo com os estudos mais severos.

Um outro exemplo é a palavra “Deus”. Embora a razão reconheça a existência de um único ser que criou e governa todas as coisas, os pagãos, por não entenderem com clareza o que encerra aquela palavra, imaginaram um grande número de deuses, como todos os idólatras. Além disso, eles afirmaram que certos deuses eram malignos e outros benévolos, como sucedeu com os Egípcios, com os Medos, com os Persas; e, entre cristãos, com os marcionitas e os maniqueístas.

Por outro lado, foram inventadas opiniões absurdas sobre a natureza de Deus. Alguns, como os pitagóricos, afirmaram que Deus é um espírito disseminado por todo o Universo, mas dotado de corpo e muito semelhante a um fogo extremamente subtil ou a um fogo intelectual; para outros, por exemplo para os estóicos, é um éter puríssimo ou um fogo artificial, situado sobretudo na parte mais remota dos céus; alguns, como os epicuristas, supunham que os deuses não têm corpo, mas um quase corpo, nem sangue, mas um quase sangue – tratando-se, porém, de um corpo peculiar –, e sendo dotados da natureza humana e vivendo em sossego no espaço entre os mundos.

Há quem suponha que corresponde uma ideia equívoca àquela palavra, como Xenófanes – que afirma ser Deus uma substância em forma de globo, não semelhante

neque immobile, neque enti neque^[1] non enti similem; adeo ut illi ipsi constituere nesciant qualem ideam huic nomini^[2] supponant. Longum foret reliqua percensere quae Ethnici tum^[3] docti, tum indocti, immo non nulli Christiani excogitarunt; haec satis conficiunt quam uarias ideas idem^[4] uocabulum designare soleat.

Quare cum in aliquo scriptore occurrit uocabulum [**108**] quod substantiam et naturam significet, non ex nostris ideis, sed eius^[5] qui utitur, definiendum.

II. Idea uero corporeae substantiae est aequae clara ac modi ex quibus componitur, non^[6] enim aliam habemus ideam claram substantiae, quam collectionem modorum, quos nouimus. Cum autem nos modos omnes substantiae mente nequeamus complecti, ita^[7] fit ut talia uocabula sint obscura, ad^[8] summum clara, sed confusa.

III. Vocabula substantiarum compositarum, ut “senatus”, “synodus”, “ciuitas”, “prouincia”, sunt confusa. Etenim non omnes eadem ideam his uoculis^[9] adtribuunt.

Exempli gratia, “Senatus” prima Romanae reipublicae aetate significabat summum optimatum consilium, penes quod erat Reipublicae summa, praeter magistratum creationem, legum lationem, et belli pacisque arbitrium;¹⁶⁵ quo tempore populi iussa minime erant firma, nisi Senatus accessisset auctoritas. Post leges sacras adeo fuit extenuata potentia Senatus, ut aliud significaret, et cum antea populus auctoritate Senatus regeretur, postea populi iussu Senatus confirmabatur auctoritas.¹⁶⁶ Sub imperatoribus aliud significabat, propterea quod imminuta erat potentia Senatus. Hoc tempore in urbe nomen manet, potentia extincta est; proinde^[10] aliud hoc uerbum significat. Venetorum senatus maxima cum laude summum imperium obtinet, Genuensis senatus etiam, etiam Lucensis, multum tamen inter tres illos interest. Porro Vlysippone idem uocabulum^[11] habetis, potentia uero minor adhuc, quam in urbe. Hi omnes uel dignitate, uel potentia, uel senatorum numero, uel ordinibus, uel legibus differunt, tamen eodem uocabulo^[12] significantur. Idem de reliquis uoculis^[13] esto iudicium. Iccirco cum huiusmodi uerba^[14] occurrunt, non ex nostrae gentis usu, sed^[15] eius de qua loquitur, sunt exponenda.

¹⁶⁵ Confer. Zamosch, hoc est, Sigonius, *De Senatu*, lib. II, p. 171.

¹⁶⁶ Polybius, *Historiae*, lib. VI, potentiam Senatus enarrat.^[16]

^[1]neque ... similem *R²LNV*] *om. R¹* ^[2]nomini supponant. *R²LNV*] uoci adhibeant. *R¹* ^[3]tum ... christiani *R²LNV*] indocti et non nulli christiani *R¹* ^[4]idem uocabulum *R²LNV*] eadem uox *R¹* ^[5]eius *R²LNV*] illius *R¹* ^[6]non ... nouimus. *R²LNV*] *om. R¹* ^[7]ita fit *R²LNV*] existit *R¹* ^[8]ad summum clara *R²LNV*] *om. R¹* ^[9]uocalibus *R²LNV*] nominibus *R¹* ^[10]proinde *R²LNV*] eapropter *R¹* ^[11]uocabulum *R²LNV*] nomen *R¹* ^[12]uocabulo *R²LNV*] nomine *R¹* ^[13]uoculis *R²LNV*] nominibus *R¹* ^[14]uerba *R²LNV*] nomina *R¹* ^[15]sed ... exponenda. *R²LNV*] sed illius ... exponenda sunt. *R¹* ^[16]enarrat. *R²LNV*] exponit. *R¹*

a um corpo nem a um espírito humano – e como Zenão de Eleia, para quem Deus é redondo, mas não finito nem infinito, nem móvel nem imóvel, nem semelhante a um ente nem a um não-ente. Deste modo, eles são incapazes de estabelecer qual a ideia que corresponde a essa palavra. Seria longo referir outras coisas imaginadas pelos pagãos, tanto doutos como ignorantes, e mesmo por alguns cristãos. Mas o que ficou escrito é suficiente para concluir que o mesmo vocábulo pode significar várias ideias.

Por este motivo, quando nalgum autor ocorrer um vocábulo [108] que signifique substância e natureza, não deve definir-se com base nas nossas ideias, mas na daquele que o usa.

II. A ideia de uma substância corpórea apresenta-se com a mesma clareza que a dos modos que a constituem, pois não possuímos nenhuma ideia clara de uma substância que não seja do conjunto dos modos que conhecemos. Como, porém, não podemos compreender todos os modos de uma substância, por isso mesmo os vocábulos que os exprimem são obscuros, quando muito claros, mas confusos.

III. São confusos os vocábulos relativos às substâncias compostas, como “senado”, “sínodo”, “cidade”, “província”, pois nem todas as pessoas lhes fazem corresponder a mesma ideia.

Por exemplo, no início da República romana, “senado” significava o conselho supremo da aristocracia, a instituição máxima da República, cujas funções, além da nomeação dos magistrados, consistiam em votar as leis e em decidir da guerra e da paz,¹⁶⁵ numa época em que o poder do povo era muito pouco influente, excepto se a autoridade do Senado desse a sua aquiescência. Mas após a proclamação das leis sobre os dias festivos, o poder do Senado ficou tão enfraquecido que aquela palavra adquiriu outra significação, e, se o povo era anteriormente governado pela autoridade do Senado, depois disso a sua autoridade tinha de ser confirmada pela vontade do povo.¹⁶⁶ No tempo do Império, ela passou a significar outra coisa, dado que o poder do Senado estava muito debilitado. Na época actual, a palavra continua a ser usada em Roma, mas o antigo poder já não existe, e por isso ela significa uma coisa diferente. O senado de Veneza possuiu com sumo aplauso o poder supremo. O mesmo sucedeu com o de Génova e com o de Luca, mas entre os três há muitas dissemelhanças. Também em Lisboa existe o mesmo vocábulo, mas o poder do seu Senado é ainda menor que em Roma. Todos eles se diferenciam ou pela honorabilidade, ou pelo poder, ou pelo número de senadores, ou pela classe social destes, ou pelas leis que promulgam; no entanto, eles são significados pelo mesmo vocábulo. Deve ajuizar-se de forma idêntica a respeito dos outros vocábulos, e por isso quando ocorrem essas palavras não têm de ser explicadas segundo o uso do nosso povo, mas daquele sobre o qual discorremos.

¹⁶⁵ Cf. Zamoyski, ou seja, Sigonius, *De Senatu*, liv. II, p. 171.

¹⁶⁶ Políbio (*Historiae*, liv. VI) descreve o poder do Senado.

[109]

§ II

Modorum^[1]

I. De modis eadem est perceptio, nam^[2] uocabula sequuntur naturam modorum quos significant. Hinc uocabula modorum simplicium physicorum,^[3] exempli gratia, figurae, motus, diuisibilitatis, sunt clara.

Nam bene intelligo dicentem: Petrus ambulat, Paullus comedit. Quamuis enim non plane intelligam qua ratione ille membra moueat, hic cibum conterat; quo nisu quamque celeriter id faciant; tamen clare cognosco, etsi^[4] non distincte, haec duo fieri ab illis.

II. Etiam uocabula modorum physicorum,^[5] sed abstractorum, ut “lineae”, “figurae”, “numerorum”, sunt clara.

Nam clare percipio si quis ait: “Linea palmaris est minor quam bipalmaris”; “Duo et duo sunt quatuor”; “Globus non est figura quadrata”. Non igitur facile errabimus, haec interpretantes uocabula, propterea quia claram ideam exhibent rei quam significant.

III. Vocabula uero modorum compositorum sunt, ut modi ipsi, obscura; saltim^[6] clara, sed confusa.

Exempli gratia, sonus late^[7] sumtus his modis constat: collisione corporum, undanti^[8] motu aeris, adfectione membranae seu tympani auris, cetera. Item lux componitur ex figura particularum corporis luminosi, ex motu earumdem, ex repercussione ab obiecto corpore, et incurso in oculos intuentis, ex horum adfectione, cetera. Cumque idea “soni” sit obscura aut confusa, pro diuersitate hominum qui uel obscurius uel acutius audiunt, etiam talia sunt uocabula, quae sonos exprimunt, nec enim satis distinguunt intentionem soni ab aliis; proinde accurate interpretanda sunt.

III. Etiam uocabula modorum moralium, qui sunt compositi omnes, sunt obscura, aut confusa. Id exemplo illustrabimus quo Clercius usus est.¹⁶⁷

“Amoris” tam uariae tamque differentes significationes [110] sunt, ut enumerari uix queant. Primo significat propensionem maris erga feminam, hoc est, commiscendorum corporum miram libidinem. In^[9] amore autem haec insunt: 1. sanguinis motus concitatus, et ueluti bullitus, cum uideo aut recordor feminam amatam; 2. uoluptas ex eius^[10] consuetudine, immo et memoria; 3. uehemens desiderium potiundi; 4. uota quae facio pro re prospera eiusdem, idque eo animo, ut ad officia omnia paratus sim; 5. dolor in aduersis, laetitia in prosperis, quae illi, quam diligo, eueniunt; 6. superba existimatio de ea,^[11] siue corporis, siue animi dotes spectes; 7. uehementissimus

¹⁶⁷ *Arte Critica*, Part. II, sect. 2, cap. 2.

[1]Modorum *R²LNV*] *om. R¹* [2]nam uocabula *R²LNV*] etenim nomina *R¹* [3]physicorum *R²LNV*] *om. R¹* [4]etsi non distincte *R²LNV*] *om. R¹* [5]physicorum, sed abstractorum *R²LNV*] abstractorum *R¹* [6]saltim ... confusa. *R²LNV*] *om. R¹* [7]late sumtus *R²LNV*] *om. R¹* [8]undanti motu *R²LNV*] undulatione *R¹* [9]In amore autem *R²LNV*] In amore autem (de licito loquor) *R¹* [10]eius *R²LNV*] illius *R¹* [11]ea *R²LNV*] illa *R¹*

[109]

§ II

Os vocábulos relativos aos modos

I. É idêntica a doutrina sobre os modos, pois os vocábulos correspondem à natureza dos modos que eles significam. Por isso, são dotados de clareza os vocábulos relativos aos modos simples da Física, como a figura, o movimento e a divisibilidade.

Com efeito, ao dizer que Pedro caminha e que Paulo come, entendo muito bem o que afirmo. Ainda que eu não entenda claramente o modo como o primeiro move os membros e como o segundo tritura os alimentos, e o vigor e a celeridade com que fazem isso, contudo, conheço com clareza, embora não com distinção, que essas duas actividades foram por eles realizadas.

II. Também são dotados de clareza os vocábulos relativos aos modos físicos, embora sejam abstractos, como “linha”, “figura” e “número”.

Na verdade, entendo claramente, se alguém disser: “Uma linha com o comprimento de um palmo é menor que uma linha com o comprimento de dois palmos”; “Dois e dois são quatro”; “Um globo não é uma figura quadrada”. Portanto, dificilmente incorremos em erro ao interpretar estes vocábulos, pelo que eles suscitam uma ideia clara daquilo que significam.

III. Os vocábulos relativos aos modos compostos são, como os próprios modos, obscuros; eles são pelo menos claros, mas confusos.

Por exemplo, o som considerado no sentido lato é constituído pelos seguintes modos: a colisão dos corpos, o movimento do ar, a afecção da membrana do ouvido ou do tímpano, etc. Igualmente, a luz é composta por uma espécie de partículas de um corpo luminoso, pelo respectivo movimento, pela reflexão a partir de um objecto corpóreo, pela percussão com os olhos de quem vê, pela afecção destes, etc. E como em virtude da diversidade das pessoas a ideia de “som” é obscura ou confusa – consoante a sua audição for mais obscura ou mais penetrante –, o mesmo acontece com os vocábulos que exprimem os sons. Mas eles não possibilitam distinguir suficientemente entre si as intensidades dos sons, devendo por isso ser interpretados cuidadosamente.

IV. São também obscuros ou confusos os vocábulos relativos aos modos morais, e todos eles são compostos. Vou esclarecer este ponto com um exemplo de que se serviu Clerck.¹⁶⁷

São tão variadas e tão diferentes as significações de “amor” [110] que dificilmente poderiam enumerar-se. Em primeiro lugar, a palavra significa a inclinação de um homem para com uma mulher, ou seja, uma vontade intensa de unirem os seus corpos. Mas no amor existem vários aspectos, nomeadamente: 1. um movimento impetuoso e como que ardente do sangue quando se vê ou se recorda a mulher amada; 2. o anseio de intimidade, mesmo através da lembrança; 3. um desejo veemente de posse; 4. os votos de felicidade recíproca que se fazem, e com a intenção de estar disposto a cumprir todas as obrigações; 5. a dor na adversidade, a alegria

¹⁶⁷ *Ars Critica*, 2ª parte, sec. 2, cap. 2.

timor perdendi eam, et nimia zelotypia. 8. maior aut minor uis horumce adfectuum. Quis ergo sanus et dicat intelligere se et certo scire quo modo se habent haec omnia in eo qui amat? Ergo haec legens, quae passim occurrunt uocabula, non plane intelligo quid^[1] auctor sibi uelit, nec nisi imprudenter iudicabo unum esse potius quam aliud.

2. Praeterea “amor” passim accipitur pro amicitia duorum, ut illa erat Nisi et Euryali; Pyladis et Orestis. Etenim in ea omnia reperiuntur quae in amore, si uoluptatem corpoream separet. 3. “Amor” etiam nominatur pietas liberorum in parentes, parentum in liberos, in cognatos omnes, quae caritas omnes caritates^[2] amicorum superat. Quare qui filios non habet, qui nullos cognatos et sanguine coniunctos nouit, omnino non percipit quam uim habeant huiusmodi adfectus; propterea^[3] non intelliget quid aliud, qui tali^[4] uoluptate adficitur, uerbis illis suis designare cupit. 4. Etiam pietas in patriam uocatur “amor”. Cupiditates omnes, quibus ambitio et auaritia definitur, exprimuntur uocabulo^[5] “amoris”. Dicitur enim “amor diuitiarum, bonorum, regni capiendi”. “Odium” uero contrarios adfectus significat.

En idem uocabulum res prorsus differentes exprimit. Veteres historici, poetae, oratores frequentissime his uocabulis utuntur. Nulli tamen frequentius quam poetae, quorum non nulli sunt qui uix aliud quam de amore scripserunt: quales ex Graecis Theocritus, Anacreon, Aristophanes, et alii;^[6] ex Latinis Ouidius, Catullus, Tibullus, Propertius; cui merito suo addi potest Plautus, Terentius, Horatius, Martialis, reliqui. Hos ut interpretemur, naturam et proprietates omnes odii et amoris perspectas [111] habeamus necesse est, quod si non faciunt arroganter illi dicunt se ueterum libros penitus intelligere.

Et ut paucis plurima complectar,^[7] uocabula modorum moralium, cuiusmodi sunt uirtutes et uitia, ut sine ullo errore enarremus, oportet cum scientiam officiorum, tum interiorum disciplinam populi, de quo est sermo, cognitam habeamus. Non enim ubique honesta et turpia eadem habentur, sed maiorum institutis ista diiudicari solemne fuit.

Exempli gratia, Persis post Cambisem¹⁶⁸ et Aegyptiis¹⁶⁹ et Atheniensibus¹⁷⁰ licebat sororem germanam habere in matrimonio, quod eae ciuitates et regna tali instituto uterentur. Id uero reliquis Graecis, Latinis, Christianis omnibus nefarium scelus habetur. Laudi et pietati ducebatur Hebraeis coniuncti uiduam, qui sine liberis

¹⁶⁸ Herodot.us, L. I, c. 131- 32; Laërtius, sect. 5.

¹⁶⁹ Pausanias, in *Attic.*, p. 170.

¹⁷⁰ Nepos, in *Cimonis Vita*.

^[1]quid ... uelit *R²LNV*] quid ipse scribat *R¹* ^[2]caritates *R²LNV*] alias caritates *R¹* ^[3]propterea *R²LNV*] eapropter *R¹* ^[4]tali *R²LNV*] illa *R¹* ^[5]uocabulo *R²LNV*] nomine *R¹* ^[6]alii *R²LNV*] cereri *R¹* ^[7]complectar *R²LNV*] comprehendam *R¹*

na prosperidade, como sucede aos que se amam; 6. a elevada estima pela mulher, quer a respeito das qualidades físicas quer das morais; 7. um enormíssimo receio de perdê-la e muitos ciúmes; 8. a maior ou menor intensidade destes sentimentos. Haverá, portanto, alguém de mente sã que possa dizer, entender e estar certo sobre o modo como acontece tudo isto naqueles que amam? Por isso, quando leio estes vocábulos que ocorrem a cada momento, não percebo com clareza o que o autor pretendeu afirmar e só irreflectidamente irei ajuizar que um é preferível a outro.

2. Além disso, entende-se por vezes “amor” como amizade entre duas pessoas, por exemplo entre Niso e Euríalo, e entre Pílades e Orestes; encontra-se nela tudo aquilo que existe no amor, excepto a voluptuosidade corpórea. 3. Chama-se também “amor” o afecto dos filhos para com os pais e dos pais para com os filhos e para com todos os parentes; e esta forma de amor excede qualquer amizade. Deste modo, quem não tiver filhos e não conhecer nenhum parente ou alguém do mesmo sangue desconhece o valor deste sentimento, não podendo por isso perceber o que outra pessoa que possua o prazer desse afecto pretende significar aos seus familiares com aquelas palavras. 4. Também a veneração para com a pátria se chama “amor”. E todos os apetites que manifestam ambição e avareza exprimem-se pelo vocábulo “amor”. Diz-se, com efeito, “amor das riquezas, da glória, da posse de um reino”. Quanto a “ódio”, significa sentimentos opostos.

Eis, pois, que o mesmo vocábulo exprime coisas totalmente diferentes. Os antigos historiadores, poetas e oradores serviram-se com muita frequência destes vocábulos, mas nenhum deles com maior frequência que os poetas, entre os quais dificilmente existe algum que tenha escrito outra coisa a não ser sobre o amor. Por exemplo, entre os gregos, Teócrito, Anacreonte, Aristófanes e outros; e, entre os latinos, Ovídio, Catulo, Tibulo, Propércio, aos quais pelo seu mérito podem acrescentar-se Plauto, Terêncio, Horácio, Marcial e ainda outros. Para interpretarmos estes autores, é necessário que tenhamos examinado a natureza e todos os caracteres específicos do ódio e do amor, [111] pois quem não proceder desse modo exprime-se com insolência ao afirmar haver entendido em profundidade os livros dos antigos.

E para abrangermos muitas coisas com poucas palavras, tendo em vista explicar sem nenhum erro os vocábulos relativos aos modos morais – como as virtudes e os vícios –, é necessário não apenas possuímos uma ciência sobre os deveres morais, mas também conhecermos a instrução do povo de que falamos. De facto, as mesmas coisas não devem considerar-se honestas e desonestas em toda a parte, mas em conformidade com os modos de proceder dos antepassados que sobre elas emitiram habitualmente os seus juízos.

Por exemplo, depois de Cambises era permitido aos Persas,¹⁶⁸ e também aos Egipcíacos¹⁶⁹ e aos Atenenses,¹⁷⁰ casar com as irmãs, dado que essa prática era seguida

¹⁶⁸ Heródoto, liv. I, caps. 131-132; Laércio, sec. 5.

¹⁶⁹ Pausânias, *Attic.*, p. 170.

¹⁷⁰ Nepos, *Cimonis Vita*.

decesserat, ducere uxorem, et ex ea liberos defuncti uiri nomine suscipere.¹⁷¹ Occidere interfectorem propinqui; inimicum odio habere; faenerari gentibus exteris nemini in illa gente fuit turpitudini, quod ultimum nec ipsi Romani homines uituperabant. Haec tamen omnia Christianorum legibus permessa non sunt, immo uero et Graeci non nulli turpem usuram existimabant. Atheniensibus, Socratis¹⁾ aetate, ut quidam referunt,¹⁷² permissum fuit duas uxores habere. Id uero Romani et nationes aliae detestabantur.

Ne plura, si historias cum ueteres, tum recentes peruoluimus, et mores populorum accurate examinamus, inuenimus uitium aliquid esse in hac gente, quod alibi laudi uertitur, quosdam uocare “impudicitiam” quod alii sanctimoniam nuncupant; hos “iustitiam”, “pietatem”, “religionem”; illos uero iniustitiam, odium, impietatem appellare.

Quid? quod eiusdem hominis actiones pro tempore et loco et re sunt aliae aliis turpiores. Turpius est amicum occidere quam inimicum; parentem uero turpissimum. E contrario, leuius maledicere ignobili quam [112] uiro magnati. Leuius in platea quam coram rege. Leuius iratum maledicere quam prudentem. Grauius omnium maledictum in templo coram omnibus qui rei diuinae intersunt.

Cum ergo tam uariae sint tamque discrepantes hominum sententiae, tametsi eodem aut contrario uocabulo designantur, oportet scriptoris personam, quem legimus, induamus quaque mente ille scripserit nobiscum reputemus, si uere uocabula cupimus²⁾ explanare.

Fateor,³⁾ id sine errore interdum fieri non posse, propterea quia uix occurrit scriptor qui huiusmodi uocabula definiat accurate; quin immo plerique omnes oratorio modo utuntur. Verumtamen, si id fecerimus diligenter, ad ueritatem quam fieri potest accedemus.

Summa haec sit: debere nos uocabula modorum moralium, non ex proprio sensu, sed ex Historia, ac reliquis adiunctis interpretari. Deinde fontes, ex quibus scientia iusti et iniusti deriuatur, cognitos habere; et id genus alia quae scriptoris mentem apertissime⁴⁾ demonstrent.

¹⁷¹ Ruth, cap. III.

¹⁷² Putarchus, in *Aristide*; Laërtius, in *Socrate*.

¹⁾Socratis ... referunt *R²LNV*] ab Socratis temporibus *R¹* ²⁾cupimus explanare. *R²LNV*] explanare cupimus. *R¹* ³⁾Fateor *R²LNV*] Fatemur *R¹* ⁴⁾apertissime *R²LNV*] aperte *R¹*

nessas cidades e nesses reinos. Mas este procedimento era considerado um crime abominável e perverso pelos restantes povos gregos, pelos latinos e pelos cristãos. Entre os Hebreus, era tomada por mulher com fidelidade e dedicação uma viúva cujo cônjuge havia falecido sem ter filhos, e também aceites os seus filhos em nome do defunto marido.¹⁷¹ Os parentes por consanguinidade causavam a morte aos homicidas, odiavam os inimigos, exerciam a usura com os estrangeiros, e nesse povo ninguém era considerado infame. E por esta forma de agir, também não eram censurados os próprios Romanos. Porém, todos estes procedimentos não são aprovados pelas leis cristãs, e mesmo alguns gregos consideravam a usura uma coisa ignóbil. Entre os Atenenses, no tempo de Sócrates – como alguns referem¹⁷² – era permitido possuir duas mulheres, mas os Romanos e outros povos abominavam-no.

Para não ter de aludir a muitos assuntos, se investigarmos a história, tanto antiga como moderna, e examinarmos diligentemente os costumes dos povos, podemos descobrir que entre eles algumas deformidades são entendidas noutros lugares como qualidades dignas de apreço, que se chama “desonestidade” àquilo que outros consideram honradez, e àquilo a que uns dão o nome de “justiça”, “piedade” e “santidade” é para outros injustiça, ódio e impiedade.

Que mais direi? Que uns procedimentos da mesma pessoa são mais desonestos que outros segundo o tempo, o lugar e as circunstâncias. Que é mais desonesto causar a morte a um amigo que a um inimigo e que aos pais. Ao invés, que tem menor gravidade injuriar uma pessoa ignóbil que um varão eminente. [112] Que isso tem menor gravidade na praça pública que na presença de um rei. Que tem menor gravidade injuriar quando colérico do que quando prudente. E as palavras injuriosas são mais graves num templo perante todas as pessoas que participam no culto divino.

Portanto, embora sejam tão variadas e tão discordantes as opiniões das pessoas, contudo, elas podem designar-se pelos mesmos vocábulos ou por vocábulos opostos. É necessário que adoptemos a maneira de proceder do autor cuja leitura realizámos e que examinemos o propósito com que ele escreveu, se desejarmos explicar verdadeiramente os vocábulos.

Deve confessar-se que por vezes não é possível fazer isto sem cometer incorrecções, pois dificilmente acontece que o autor defina com diligência os vocábulos, tanto mais que quase todos os autores se servem deles ao modo dos oradores. No entanto, se procedermos escrupulosamente, alcançaremos a verdade, tanto quanto for possível.

A parte essencial é a seguinte: devemos interpretar os vocábulos relativos aos modos morais não segundo o sentido próprio, mas segundo a história e outras circunstâncias. Além disso, devemos conhecer as fontes em que se origina a ciência do justo e do injusto; e igualmente outras coisas que manifestem com muita clareza o pensamento do autor.

¹⁷¹ Rute, cap. IV.

¹⁷² Plutarco, *Aristides*; Laércio, *Socrates*.

§ III

Relationum^[1]

Relationes, quod supra docuimus,¹⁷³ sunt innumerae, nulla enim res est quae referri ad aliam, immo ad se ipsam non possit, si alio et alio modo consideretur.

Hinc uocabula^[2] quae relationes exprimunt et ipsa innumera sunt. Nec solum philosophi, sed in ipso familiari sermone tam frequenter utimur relationibus, uix ut credi possit. Atque, ut recte monent uiri acutissimi,¹⁷⁴ nomina ipsa quae nobis absoluta, id est non relata uidentur, uere sunt relata. Quod modo rem accuratius perpendamus, uerum esse reperiemus.

I. Principio Adiectiua pleraque sunt relata. Pauca exempla subiiciam.

Frequenter in familiari sermone occurrit uocabulum [113] “magnum”. Sic dicimus “mons est magnus”, quod ualet esse magnum^[3] eorum montium quos uidimus. Nam^[4] si quaeramus ab eo, qui usurpat, an sit tam magnus quam Caucasus, quam montes Hyperborei, quam Alpes, quam Atlas, quam Andes in America, qui et amplitudine et proceritate sua celebrantur. Saltem tantus quam picus insulae Teneriffae quam Ida, quam Aetna, quam ceteri, qui etiam fama feruntur, continuo audiemus respondentem se tales numquam uidisse, proinde nec ad illos comparare, sed ad eos quos notos habet. Idem in ceteris uocabulis relatis, ut nobis primo intuitu nihil tale cogitare uideamur, si interrogationibus excitamur, mirabundi reperiemus. Itaque dicimus “profundam esse fossam et uallem”, hoc est, esse humilem inter eas quas cognouimus. Dicimus uinum esse bonum, id est, inter ea quae gustauimus, selectum. Dicimus “bonam esse mulieris formam”, quod significat, praeter istas quotidianas formas, esse elegantem.

Praeterea dicimus Ioannem de Castro in India, parua Lusitanorum manu magnam uim hostium fudisse. Quod ualet nobis non constare minores exercitus in illis locis tam egregia facinora patrasse. Itaque paruus ille exercitus dicitur, si cum Darii, aut Xerxis filii copiis, quibus Graeciam inuasere; si cum Caii Caesaris legionibus, quibus Gallos et Britannos debellauit, comparetur. At erit magnus, si cum decem mille Graecis conferatur, qui ad Marathonem Datim, qui centum millia peditum, equitum decem millia ducebat, praelio profligarunt, adeoque perterruerunt, ut Persae non

¹⁷³ Hoc libro, Part. I, cap. 2.

¹⁷⁴ Clercius, *Arte Critica*, Part. II, sec. 2, cap. 4, aliique.^[5]

^[1]Relationum *R²LNV*] *om. R¹* ^[2]uocabula ... relationes *R²LNV*] nomina, quae ipsas relationes *R¹* ^[3]magnum *R²LNV*] maximum *R¹* ^[4]Nam ... reperiemus. *R²LNV*] *om. R¹* ^[5]aliique *R²LNV*] *om. R¹*

§ III

Os vocábulos relativos às relações

Como acima ensinei,¹⁷³ são inumeráveis as relações, pois não há nenhuma coisa que não possa referir-se a outra, se a considerarmos de diversas formas, ainda que não possa referir-se a si mesma.

Deste modo, os vocábulos que exprimem relações são também inumeráveis. Não apenas na filosofia, mas na própria conversação familiar, servimo-nos com tanta frequência das relações que dificilmente pode acreditar-se. E como advertem com razão varões muito penetrantes,¹⁷⁴ os próprios nomes que nos parecem terem em si um sentido completo, isto é, não serem relativos, são realmente relativos, o que podemos reconhecer como verídico se examinarmos o assunto com maior diligência.

I. Em primeiro lugar, a maior parte dos adjectivos são nomes relativos. Apresento alguns exemplos.

Na conversação familiar, ocorre com frequência o vocábulo “grande”. [113] Dizemos, assim, “a montanha é grande”, o que significa que ela é grande entre as montanhas que já observámos, pois perguntando àqueles que se servem desse vocábulo se ela é tão grande como o Cáucaso, ou como os montes Hiperbóreos, ou como os Alpes, ou como os Andes da América – célebres pela sua extensão e altura –, ou pelo menos tão grande como o pico da ilha de Tenerife, ou como o Ida, ou como o Etna, ou como outras montanhas que também são exaltadas pela sua fama, ouviremos responder imediatamente que eles nunca as viram e por isso só podem compará-las com as que conhecem. E, se formos estimulados a dar uma resposta às interpelações, reconhecemos com espanto suceder o mesmo com outros vocábulos relativos, ainda que à primeira impressão nos pareça não devermos pensar desse modo. Dizemos, por exemplo, “profundas são a fossa e a cova”, isto é, entre aquelas que conhecemos são muito cavadas. E dizemos “o vinho é bom”, ou seja, é seleccionado entre aqueles que provámos. E dizemos ainda “é bela a figura de uma mulher”, o que significa que, além da aparência habitual, ela é elegante.

Dizemos também que João de Castro com um pequeno exército de portugueses pôs em debandada na Índia uma grande força de inimigos. Isto significa não ser do nosso conhecimento terem existido naquelas paragens exércitos tão pequenos que tivessem praticado façanhas tão notáveis. Por conseguinte, esse exército considera-se pequeno se o compararmos com as forças militares de Dario ou do seu filho Xerxes – com as quais eles invadiram a Grécia – e com as legiões de Caio César, por meio das quais ele submeteu pelas armas os Gauleses e os Britânicos. Porém, considera-se grande se o compararmos com os dez mil gregos que em Maratona derrotaram Dátis, que comandava cem mil homens de infantaria e dez mil de cavalaria, causando-lhes tamanho pânico que os persas se precipitaram não para os acampamentos, mas

¹⁷³ Ver neste livro, 1ª parte, cap. 2.

¹⁷⁴ Clerk, *Ars Critica*, 2ª parte, sec. 2, cap. 4 e outros.

castra, sed naues peterent.¹⁷⁵ Si cum Graecis conferatur, qui quattuor mille numero ad Thermopylas Xerxem, qui trigesies centum millia hominum habebat, biduum et amplius sustinuerunt; immo uero Persarum uiginti millia occiderunt.¹⁷⁶ Tum demum si comparetur cum eiusdem Caesaris legionibus, quae in Galliis immensam fortissimorum hominum turbam, paene dixerim totas Gallias, non semel tantum fregerunt et dissiparunt.¹⁷⁷

[114] Eodem modo de ceteris philosophabimur. Procliues sunt omnes qui amicis et popularibus suis tribuant ingenium excellens, acre iudicium, lectissimam eruditionem, summam prouidentiam, fortitudinem, et id genus alia, quod huc redit, huiusmodi homines praeter ceteros, quibuscum uiuimus, hisce animi et corporis dotibus excellere. Quae omnia, si cum nationibus fortissimis ac interiori^[1] doctrina excultis conferrentur, aut nulla aut mediocria iudicarentur.

II. Deinde Substantiua plurima etiam sunt relata, ut iustitia, sanctitas, bonitas, cetera. Nam dum in propositione adfirmantur, eundem sensum faciunt, quem adiectiua. Idem enim est, Petrus gaudet iustitia, ac dicere Petrus est iustus. Propterea^[2] et ipsa compareate rebus tribuuntur.

III. Tertio loco, Aduerbia omnia, ut “belle”, “diserte”, “uehementer”, “amanter”, quae modos rei significant, etsi^[3] absoluta iis, qui incaute proferunt, uideantur; et ipsa sunt relata.^[4] Nam quaecumque talibus uerbis^[5] exprimuntur, habent alios et alios gradus, seu recipiunt magis et minus; ideoque^[6] “compareate” dicuntur.

Exempli gratia, aio “Petrus ardentem amare, belle ac diserte loqui”. Haec propositio hoc praefert: “ardenter praeter istos, quos uideo, amare; belle ac diserte prae omnibus, quos audiui, loqui”. Vel hoc modo: “ardenter prae se ipso alio tempore et loco”.

Et ne singula persequar uocabulorum genera relata,^[7] quod esset infinitum, cum uiro eruditissimo sic^[8] concludam: “Adiuncta omnia corporis et animi nostri, quae iungi possunt uocabulis ‘magis’ et ‘minus’: corporis,^[9] ut ‘calidum’, ‘frigidum’, ‘durum’, ‘molle’, ‘dulce’, ‘amarum’ etc.; animi, ut uirtutes, iustitia, fortitudo, prudentia; ut uitia, inertia, malignitas, paruitas animi; ut actiones, motus, perceptio, desiderium, et huius^[10] generis alia occasionem dant cur nominibus relatis^[11] adficiantur. Quin immo huiusmodi nomina, quidquid nos de illis cogitemus, reapse sunt relata, et respiciendo ad aliud rebus ipsis tribuuntur.^[12]”

¹⁷⁵ Nepos in *Miltiade*.

¹⁷⁶ Pausanias, lib. X, p. 645; Herodotus, lib. VII, cap. 207 seqq.

¹⁷⁷ Confer. idem Caesar, *De Bello Gallico* passim.

[1]interiori *R²LNV*] exquisita *R¹* [2]Propterea *R²LNV*] Eapropter *R¹* [3]etsi *R²LNV*] tametsi *R¹* [4]relata *R²LNV*] relatiua *R¹* [5]uerbis *R²LNV*] uocibus *R¹* [6]ideoque ... dicuntur. *R²LNV*] eapropter cum relatione adfirmantur. *R¹* [7]relata ... infinitum *R²LNV*] relatiua quod foret inmensum *R¹* [8]sic concludam *R²LNV*] concludam hoc modo *R¹* [9]corporis ... animi *R²LNV*] *om. R¹* [10]huius generis *R²LNV*] huiusmodi *R¹* [11]relatis *R²LNV*] relatiuis *R¹* [12]tribuuntur. *R²LNV*] accommodantur. *R¹*

para os navios;¹⁷⁵ e também se o compararmos com os gregos que em número de quatro mil durante pelo menos dois dias fizeram frente nas Termópilas a Xerxes, que comandava muitas centenas de milhares de soldados, causando até a morte a vinte mil persas.¹⁷⁶ Por último, também se considera grande se o compararmos com as legiões do mesmo César que mais que uma vez na Gália venceram e puseram em fuga tão grande número de guerreiros fortíssimos.¹⁷⁷

[114] Sobre outros assuntos, devemos filosofar de modo idêntico. São extravagantes todos aqueles que atribuem aos seus amigos e compatriotas um engenho eminente, um juízo penetrante, uma erudição insigne, uma presciência sublime, intrepidez e outros atributos do gênero, pretendendo com isso dar a entender terem essas pessoas maiores qualidades morais e físicas que as outras com quem convivemos; mas, se comparássemos esses atributos com os daquelas pessoas que são naturais de nações muito poderosas e com profundo saber, eles seriam considerados inexistentes ou apenas mediócras.

II. Além disso, muitos substantivos são também nomes relativos, como “justiça”, “santidade”, “bondade”, etc., pois quando usados numa proposição possuem o mesmo sentido que os adjetivos. Com efeito, é o mesmo dizer “Pedro regozija-se com a justiça” e “Pedro é justo”; por isso, também os substantivos significam as coisas por comparação.

III. Em terceiro lugar, também todos os advérbios são nomes relativos – como “lindamente”, “eloquentemente”, “veementemente”, “afectuosamente”, que significam modos de uma coisa –, ainda que pareçam palavras que têm em si sentido completo a quem as proferir sem precaução. Na verdade, tudo aquilo que pode exprimir-se por essas palavras possui vários graus, isto é, o mais e o menos, dizendo-se, portanto, “por comparação”.

Afirmo, por exemplo, “Pedro ama ardentemente e exprime-se lindamente e eloquentemente”. Esta proposição manifesta o seguinte: “Amar ardentemente diante das pessoas que eu vejo e exprimir-se lindamente e eloquentemente perante todas aquelas que eu ouvi”. Ou então deste modo: “Ardentemente perante si próprio em todo o tempo e lugar”.

E para não expor cada um dos vocábulos que são nomes relativos – pois isso não teria fim –, concluo com um varão muito instruído: “Todos os atributos do nosso corpo e do nosso espírito de que podem afirmar-se os vocábulos ‘mais’ e ‘menos’ (os do corpo, como ‘quente’, ‘frio’, ‘duro’, ‘mole’, ‘doce’, ‘amargo’, etc.; os do espírito, como as virtudes – nomeadamente a justiça, a fortaleza, a prudência –, os vícios – nomeadamente, a indolência, a inveja, a mesquinhez – e as actividades, designadamente o movimento, a percepção, o desejo e outras coisas do gênero) dão ensejo a ser afectados pelos nomes relativos. Isso acontece porque estes nomes – o

¹⁷⁵ Nepos, *Miltiades*.

¹⁷⁶ Pausânias, liv. X, p. 645; Heródoto, liv. VII, cap. 207 e segs.

¹⁷⁷ Cf. César, *De Bello Gallico*, em diversos lugares.

Caueat itaque lector, ne nomina relata^[1] cum absolutis misceat, ut plerumque fit; atque relatum^[2] nomen non alio modo interpretetur, nisi comparate^[3] et respiciendo ad ea ad quae fertur.

[115]

CAPVT VI

De^[4] uocabulis idearum abstractarum

Reliqua sunt uocabula idearum^[5] abstractarum, seu abstracta, de quibus postremo loco disseremus. Ea sunt huiusmodi, “humanitas”, quae ab “humanus” ducitur, “iustitia” a “iustus”, “animalitas” ab “animal”, et his similia.

Haec uocabula excogitata fuere hac^[6] de caussa, ut facilius explicaremus modum quo rem esse concipimus, seu ut ideas abstractas nostras commodius aperiremus. Verum hisce uocabulis usi sunt homines, poetae praesertim et philosophi, tam frequenter, immo interdum tam imperite, uel ut aliis placerent, uel ut persuaderent iis se reconditam eruditionem habere, ut egregie imposuerint uniuerso generi humano. Adeo ut ineruditi iis adsueti prorsus sibi persuaserint exstare res tales quales illi fabulabantur. Exemplis haec illustrare^[7] erit operae pretium.

1. Cum animaduverterent homines Nisum suauiissima Euryali consuetudine perfrui eique^[8] fausta et felicia precari, dixere Nisum amare Euryalum, et illam adfectionem animi, qua alter in alterum ferebatur, uocarunt “amorem”. Cumque de tali beneuolentia seorsum loquerentur et illius effectus^[9] mirabiles explorarent, tam multa de amore dixere, omnino ut excitarint alios qui huiusmodi adfectum rem^[10] magnam, exquisitam, admirandam esse putarent. Hinc poetae, qui nihil nisi mirabile cogitant, quo facilius aliorum adtentionem rapiant ad se, amorem, quasi deum mirabilia molientem, intulerunt. Hinc reliqui adfectus animi, iustitia, memoria, fortitudo, cetera deorum nomine insignita fuerunt.

Primi fabulas haec esse certo sciebant.¹⁷⁸ At^[11] longo audiendi usu sibi persuasere populi, reapse esse personas quae [116] coli deberent. Quae religio semel ac inuasit

¹⁷⁸ “De Diis haec et dicuntur et creduntur stultissime, et plena sunt futilitatis summaeque leuitatis.” (Cicero, *De Natura Deorum*, lib. II, cap. 28). Et infra ridet honores Diis tributos hoc modo: “Vide igitur, ne uirtutibus hominum isti honores habeantur, non immortalitatibus.” (lib. III, cap. 81).

^[1] relata *R²LNV*] relatiua *R¹* ^[2]relatum *R²LNV*] relatiuum *R¹* ^[3]comparate et respiciendo *R²LNV*] respiciendo *R¹* ^[4]De uocabulis ... abstractarum *R²LNV*] De uocibus abstractis *R¹* ^[5]idearum ... abstracta *R²LNV*] abstracta *R¹* ^[6]hac de caussa *R²LNV*] hoc nomine *R¹* ^[7]illustrare ... pretium. *R²LNV*] inlustrabimus. *R¹* ^[8]eique *R²LNV*] illique *R¹* ^[9]effectus *R²LNV*] proprietates *R¹* ^[10]rem ... putarent. *R²LNV*] putarent rem esse magnam et singularem. *R¹* ^[11]At longo *R²LNV*] Postea longo *R¹*

que quer que seja que pensamos acerca deles – são realmente relativos e atribuem-se às próprias coisas enquanto relacionadas com outras.

Tome, portanto, cautela o leitor para – como geralmente acontece – não confundir os nomes relativos com os que têm em si um sentido completo e para apenas interpretar o nome relativo por comparação e considerando aquilo a que ele se refere.

[115]

CAPÍTULO VI

Os vocábulos relativos às ideias abstractas

Os restantes vocábulos são relativos às ideias abstractas, ou os vocábulos abstractos, sobre os quais vou discorrer em último lugar. Eles são, por exemplo: “humanidade”, que deriva de “humano”; “justiça, de “justo”; “animalidade”, de “animal”; e outros semelhantes. Estes vocábulos foram inventados para podermos com maior facilidade explicar como concebemos a natureza das coisas ou para manifestarmos de modo mais adequado as nossas ideias abstractas. Na verdade, os seres humanos, sobretudo os poetas e os filósofos, servem-se destes vocábulos com tanta frequência e até por vezes inabilmente, quer para agradarem aos outros quer para os persuadirem de que possuem uma erudição recôndita, que iludem de modo particular a totalidade do género humano. De resto, comportando-se como ignorantes, eles persuadem-se totalmente de que as coisas existem tal como supõem. Mas é conveniente esclarecer isto com exemplos.

1. Quando as pessoas reconheceram que Niso recebia grande prazer com a convivência com Euríalo e lhe desejava venturas e felicidades, disseram que Niso amava Euríalo, e a este estado de espírito, em virtude do qual um se sentia atraído pelo outro, chamaram “amor”. E quando elas discutiram entre si sobre essa afeição e verificaram os seus admiráveis efeitos, disseram tantas coisas sobre o amor que levaram as outras pessoas a considerar que tal sentimento é uma coisa intensa, excelente e digna de admiração. Por isso, os poetas – que nada pensam que não seja digno de admiração para cativarem mais facilmente a atenção dos outros – inferiram que o amor é como um deus que realiza coisas que causam admiração. Por essa razão, as outras disposições de espírito, como a justiça, a memória, a fortaleza, etc., foram designadas com nomes de deuses.

Os primeiros homens estavam convictos de que estas coisas eram narrações fictícias,¹⁷⁸ mas com o longo hábito de as ouvirem os povos persuadiram-se de que se tratava realmente de pessoas [116] que deviam ser honradas. A este culto religioso,

¹⁷⁸ “Acerca dos deuses, afirmam-se estas coisas e acredita-se nelas estupidamente, as quais estão cheias de futilidades e de enormes frivolidades” (Cícero, *De Natura Deorum*, lib. II, cap. 28). E a seguir escarnece das honras concedidas aos deuses deste modo: “Considerai, portanto, que é pelos méritos dos homens que eles são honrados, não pela sua imortalidade” (liv. III, cap. 18).

gentes, nullus quamuis^[1] oculatus auderet ei repugnare sine capitis periculo. Et hoc modo erratio^[2] propagata est.

2. Non secus ac inter nostros, qui primi angelos tamquam iuuenes alatos pinxerunt, non illi quidem putabant ita esse. Tamen uix hodie ulli indocto persuaseris non inesse angelis alas, et figuram humanam cum summa dignitate oris et uocis.

3. Consimili^[3] loquendi modo ac ratione usi sunt philosophi. Disputari, exempli gratia, de proprietatibus animi et corporis Petri, ut rerum causas reperirent, cognouerunt^[4] per quam aptum esse ad^[5] sermonis compendium uti aliquo uocabulo quod omnia humana indiuidua comprehenderet, nam quae uni homini conueniebant, et alteri propter^[6] similitudinem congruere necesse erat. Hinc nata est uox “natura humana”, quae nihil aliud significabat, nisi ideam quam habemus earum proprietatum in quibus homines sunt similes, et ab illis distinguuntur qui homines non sunt; reapse nihil aliud habet pro obiecto.

Explicaturi quanam causa sit, quare, cum uinum et aqua et aes eadem materia constant, tamen aliud sit uinum, aliud aqua, aliud aes, dixere causam esse quia materia diuerso modo formata est, et de hac forma sic locuti sunt, quasi esset res quae exstaret seorsum.

Praeterea dixerunt illud per quod Petrus est Petrus, id est hic homo non alius, esse haecceitatem suam, seu petreitatem, seu personalitatem; et de hac sunt locuti, perinde quasi res esset quae sic existeret. Praeterea, cum uellent explicare Deum habere ideas rerum quas facit, seu nihil facere quin cognoscat quid facit, dixere esse in mente diuina ideas aeternas et exemplaria omnium rerum. Quae singula^[7] quadam ratione uere adfirmabantur. Haec uetustissimi homines.

At qui post fuere philosophi^[79] cum uocabulorum^[8] propositum, ac significandi uim diligenter non explorarent, existimarunt exstare res eo^[9] modo quo illae uoces declarabant, et uel calliditate, ut rem nouam proferre uiderentur, **[117]** uel anticipatione quadam iudicarunt^[10] esse nescio quam rem quae uocatur “natura humana”: aliam quae sit forma; aliam quae sit persona, cetera. Nec id solum, sed quidam dixerunt eas esse substantias separatas, quidam esse immersas in materiam.¹⁸⁰ Praeterea non nulli hanc de persona separata doctrinam Catholicae Ecclesiae placitis omnino esse

¹⁷⁹ Chaldaei, Pythagorei, Platonici, Semiplatonici, et plerique scholasticorum.

¹⁸⁰ Repete quae supra disputauimus, lib. II, cap. 5., in Corollariis Generalibus. Conf. Plutarch. *De Placitis Philosophiae*, lib. I, cap. 10, et Aristoteles, *Physica*, lib. I, cap. 2 et 3.

^[1]quamuis *R²LNV*] tametsi *R¹* ^[2]erratio *R²LNV*] deceptio *R¹* ^[3]Consimili ... modo *R²LNV*] Eadem ratione *R¹* ^[4]cognouerunt *R²LNV*] agnouerunt *R¹* ^[5]ad sermonis compendium *R²LNV*] *om. R¹* ^[6]propter similitudinem *R²LNV*] *om. R¹* ^[7]singula *R²LNV*] omnia *R¹* ^[8]uocabulorum propositum *R²LNV*] originem uocabulorum *R¹* ^[9]eo modo quo *R²LNV*] tales quales *R¹* ^[10]iudicarunt *R²LNV*] adfirmarunt *R¹*

uma vez disseminado entre as nações, ninguém, embora esclarecido, ousaria opor-se sem perigo de vida. E foi deste modo que o erro se propagou.

2. Não sucedeu de forma diferente entre os cristãos, os primeiros dos quais representaram os anjos como jovens alados, o que não significa que eles os considerassem dessa maneira. Contudo, dificilmente convenceríamos hoje em dia um ignorante de que os anjos não têm asas e uma figura humana com extrema beleza de expressão fisionômica e com uma linguagem expressiva.

3. De forma semelhante se exprimiram os filósofos. Por exemplo, ao discorrerem sobre os atributos do espírito e do corpo de Pedro para descobrirem as causas das coisas, eles reconheceram que era grandemente apropriado para abreviar o discurso servirem-se de vocábulos que incluíssem todos os indivíduos humanos, pois aquilo que convém a um único ser humano é necessário que em virtude da semelhança esteja de acordo com outro. Foi assim que se originou a expressão “natureza humana”, que apenas significa a ideia que possuímos dos atributos em virtude dos quais os seres humanos se assemelham e se distinguem dos que não são seres humanos; realmente, essa expressão não possui um objecto diferente.

E ao explicarem qual a causa por que, sendo o vinho, a água e o ar constituídos pela mesma matéria e, no entanto, um é vinho, outra é água e outro é ar, afirmaram que essa causa consiste no facto de a matéria se apresentar conformada de diversos modos, exprimindo-se sobre esta forma como se ela fosse uma coisa que existe separadamente.

Além disso, eles disseram que o motivo pelo qual Pedro é Pedro reside no facto de ser um homem e não outro, ou seja, de possuir a sua heicidade, ou petreidade, ou personalidade, exprimindo-se igualmente sobre esta como se fosse uma coisa que existe enquanto tal. Por outro lado, ao pretenderem explicar que Deus possui ideias das coisas que cria ou que nada cria sem conhecer o que cria, afirmaram existirem ideias eternas na mente divina como modelos de todas as coisas. E confirmaram cada uma delas com argumentos. Isto sobre os mais antigos.

Mas os filósofos posteriores,¹⁷⁹ por não terem examinado com diligência a função e a capacidade significativa dos vocábulos, foram de parecer que as coisas se apresentam segundo o modo como as palavras as manifestam e, quer por astúcia – como se parecesse referirem uma novidade [117] – quer por certo conhecimento antecipado, julgaram existir não sei que coisa denominada “natureza humana”, outra que seria a forma, outra, a pessoa, etc. E eles não afirmaram apenas isto, mas também que elas são substâncias separadas e imersas numa matéria.¹⁸⁰ Por outro lado, alguns afirmaram com extrema ignorância que esta doutrina da pessoa separada está totalmente em

¹⁷⁹ Entre os quais os Caldeus, os pitagóricos, os platónicos, os semiplatónicos e a maior parte dos escolásticos.

¹⁸⁰ Recordar aquilo sobre que anteriormente discorri (liv. II, cap. 5, corolários gerais). Cf. Plutarco, *De Placitis Philosophiae*, liv. I, cap. 10, e Aristóteles, *Physica*, liv. I, caps. 2-3.

consentaneam per summam inscitiam^[1] adfirmarunt.¹⁸¹ Quos in praesentia exagitare, alienum esse uidetur, alio loco pro merito faciemus.

Ergo cum abstracta uocabula occurrunt, animaduertat lector designare tantum ideas nostras abstractas^[2] et referendo ad ideas quas habemus, explicari debere; ad^[3] quas si referimus, uocabula sunt clariora; sin ad res ipsas, obscurissima, nullam enim iis obiecta respondent eo modo quo sumuntur, sed diuerso. Deinde cum sensum habuerit in tuto, [118] ne sit nimium sollicitus de uocum expositione, quae plerumque uel imperitia, uel cauillatione scriptorum interpretationem non habent.

Laborant hoc uitio scriptores bene multi, maxime^[4] poetae et praeter ceteros qui uulgata lingua milesias scribunt; qui uerbis saepissime utuntur quibus uel abstracta solum, uel nulla inest significandi uis. Deinde eorum plerique, qui milesio sermone narratiunculas scribunt; qui in hoc solum dissimiles sunt poetis, quod uersiculos non faciunt. In hunc censum uenit Ioannes Barclaius, qui non modo uocabulis huius generis abundat, sed tanta obscuritate cogitata sua inuoluit, ut ne ipse quidem, si exsistat, de suis scriptis interrogatus, ea ualeat explicare. Huic addo Laurentium Gratianum, et his similes, qui dedita opera sententias suas uerborum insolentia, aut obscuritate occultant. Quos si contempseris omnes, recte feceris.

In eodem numero sunt historici non nulli, illi praesertim qui uel laudare, uel uituperare homines sibi proposuerunt. Quod Clercius quibusdam Curtii et Taciti locis luculenter probat.^[5] Quibus addere posset Florum, Paterculum, et, quod mirabilius,

¹⁸¹ Constans Ecclesiae Catholicae doctrina, in Ephesino concilio opposita Nestorio, qui, quemadmodum duas naturas, ita duas personas, et duos Christos in eodem Christo ponebat unione tantum morali; Deinde firmata in Chalcedonensi contra Eutychem, qui, quemadmodum unam personam, ita unam tantum naturam in Christo admittebat. Postremo confirmata in Constantinopolitano II, qui quatuor priora Concilia confirmauit, haec est: "Confitemur unum eundemque Christum, Filium, Dominum, Vnigenitum, in duabus naturis inconfuse, immutabiliter, indiuisae, inseparabiliter agnoscendum; nusquam sublata differentia naturarum propter unionem; magisque salua proprietate utriusque naturae, et in unam personam atque subsistentiam concurrente." Sunt uerba concilii Chalcedonensis. At nusquam dixere Patres personalitatem humanam esse aliquid reale ab ipsa natura separabile, nec de hoc unquam locutus Nestorius. Quidquid dicant illi^[6] qui ueneranda Ecclesiae decreta obtorto collo ad peripateticas sententias constabiliendas trahere conantur. Legatur^[7] Natalis Alexander, *Historia Ecclesiastica V Saeculi*, art. 12 et 13, et *Panoplia*, *ibidem*, dissert. 23; Tournelly, *De Incarnatione*, Quaest. 1, art. 3, Conc. 4 et Quaest. 7 et 8; Petauus, *De Incarnatione*, lib. 1, cap. 9.

^[1]inscitiam *R²LNV*] inprudenciam *R¹* ^[2]abstractas *R²LNV*] *om. R¹* ^[3]ad quas ... diuerso. *R²LNV*] *om. R¹* ^[4]maxime *R²LNV*] praesertim *R¹* ^[5]probat. *R²LNV*] confirmat. *R¹* ^[6]illi *R²LNV*] ii *R¹* ^[7]Legatur *R²LNV*] Conferatur *R¹*

conformidade com os ensinamentos da Igreja Católica.¹⁸¹ Parece, porém, inoportuno censurá-los neste momento; irei fazer isso de preferência noutra lugar.

Portanto, quando ocorrem vocábulos abstractos, o leitor deve reconhecer que eles significam apenas as nossas ideias abstractas, devendo ser explicados e referidos às ideias que possuímos. Se os referirmos às ideias, os vocábulos são claros; mas, se os referirmos às próprias coisas, são muito obscuros, pois nenhum objecto lhes corresponde segundo o modo como eles são tomados, mas segundo um modo diferente. Além disso, quando o leitor conhecer com segurança o seu sentido, [118] para não se sentir demasiado perplexo a respeito da definição das palavras deve considerar que, ou pela ignorância ou pelos sofismas dos autores, elas não possuem geralmente nenhum sentido.

Padece deste vício um grande número de autores, sobretudo poetas, e, além de outros, os que escrevem coisas imaginárias na língua vulgar e se servem muitíssimas vezes de palavras a que correspondem apenas coisas abstractas ou que não possuem nenhuma capacidade expressiva; além disso, a maior parte dos que escrevem pequenas historietas em linguagem imaginária e que apenas se distinguem dos poetas por não fazerem versos. Inclui-se nesta categoria Joannes Barclay, que não apenas é redundante em vocábulos deste género, mas também envolve em tanta obscuridade os seus pensamentos que nem ele próprio, se fosse inquirido sobre os seus escritos, seria capaz de explicá-los. A este acrescento Lourenço Graciano e outros semelhantes, que dissimulam deliberadamente as suas opiniões com palavras desusadas ou obscuras. Se desprezássemos todos estes, procederíamos convenientemente.

Incluem-se na mesma categoria alguns historiadores, sobretudo aqueles que se propuseram elogiar ou criticar determinadas pessoas, como comprova com clareza Clerk, aludindo a certos passos de Cúrcio e de Tácito. A estes poderiam ajuntar-se Floro, Patérculo e, o que é mais digno de espanto, Lívio e Salústio, que também não se abstiveram de usar esses vocábulos. Devem ainda acrescentar-se os oradores, e

¹⁸¹ Permaneceu inalterável a doutrina da Igreja Católica no Concílio de Éfeso em oposição a Nestório, que, por existirem duas naturezas em Cristo, considerava existirem duas pessoas e dois Cristos no mesmo Cristo, estando apenas unidos moralmente. Essa doutrina foi depois corroborada no Concílio de Calcedónia contra Eutiques, que, por existir uma única pessoa em Cristo, admitia uma única natureza. Por último, ela foi ratificada no 2º Concílio de Constantinopla, que confirmou as doutrinas dos quatro primeiros concílios com estas palavras: “Proclamamos dever reconhecer-se um só e mesmo Cristo, Filho, Senhor, Unigénito, com duas naturezas, existindo de modo inconfundível, imutável, indiviso, inseparável, não sendo extinta a distinção das naturezas em virtude da sua união, permanecendo intactos os atributos de ambas as naturezas e coincidindo numa única pessoa e subsistência”. São estas as palavras do Concílio de Calcedónia. E em parte alguma afirmaram os Padres que a personalidade humana é algo real separável da própria natureza, nem a respeito disto se exprimiu em momento algum Nestório. Seja o que for que afirmem os que empreendem explicar com o pescoço torcido os veneráveis decretos da Igreja para estabelecer as opiniões dos peripatéticos, devem ler Noël Alexander, *Historia Ecclesiastica Saeculi Quinti*, arts. 12-13, e *Panoplia, ibidem*, dissert. 23; Tournély, *De Incarnatione*, q. 1, art. 3, conc. 4, qs. 7-8 ; Petau, *De Incarnatione*, liv. I, cap. 9.

Liuium, et Sallustum; qui nec ipsi ab iis uocabulis sibi temperant. Accensendi his sunt Oratores, idque eadem de caussa quia placere populo, non ideas suas accurate declarare curant.

Postremo philosophi scholastici, qui, quod de rebus prorsus incognitis et inuolutis disputare amant, uerbis utuntur quae uel incertam, uel nullam habent significationem; proinde¹⁾ nec aliquid commode explicant, nec intelligi possunt. A quo sane uitio nec Cartesiani ipsi, aut Gassendiani philosophi cauent interdum. Itaque si auctores huiusmodi offendamus, astute eorum uocabula explanemus oportet.

¹⁾proinde R^2LNV] eapropter R^i

por uma razão idêntica, pois eles ocupam-se em agradar ao povo e não em expor com diligência as suas ideias.

Por último, os filósofos escolásticos – que gostam de discorrer sobre coisas totalmente desconhecidas e obscuras – servem-se de palavras que possuem uma significação equívoca ou nenhuma. Por isso, eles não explicam coisa alguma de modo adequado nem podem ser entendidos. Este erro nem sequer é evitado por vezes pelos próprios cartesianos ou pelos gassendistas. Por conseguinte, se desejarmos compreender estes autores, é necessário explicar sagazmente os seus vocábulos.

(Página deixada propositadamente em branco)

LIBER QVARTVS
DE IVDICIO ET RATIOCINATIONE



LIVRO QUARTO
O JUÍZO E O RACIOCÍNIO

LIBER QVARTVS
DE IVDICIO ET RATIOCINATIONE^[1]

PARS PRIMA
De Iudicio

CAPVT I
De natura iudicii

Postea quam mens nostra ideis rerum omnium perfusa est, iis utitur pro lubitu: atque alias cum aliis comparat, et intelligit, utrum conueniant, an secus: hoc uocamus “iudicare”. Itaque iudicium est perceptio conuenientiae^[2] aut disconuenientiae quae reperitur inter duas ideas. Haec^[3] autem conuenientia est inclusio unius ideae in alia complexa; disconuenientia e contrario, non inclusio seu exclusio unius ideae ab alia idea complexa^[82] ut capite sequenti uberius dicitur.

[120] Exempli gratia. Habeam ideam “bouis”, et ideam “canis”: referam unam ad aliam, et intelligam ideam “bouis” esse maiorem, id est repraesentare aliquid maius quam idea “canis”. Item habeam ideam meae manus dexteræ et sinistrae: comparem eas inter se, et dignoscam ideam dexteræ esse aequalem ideae sinistrae. Cognitio qua animaduerto ideam “bouis” esse maiorem idea “canis”, et ideas ambarum manuum esse aequales, uocantur “iudicia”.

Sunt philosophi qui sibi persuadent cognoscere se penitus quid sit iudicium, ac de eo plurima confidenter adfirmant. Cum tamen de re loquantur, cuius^[4] planiorem ipsi quam ceteri intelligentiam non habent, audiendi non sunt.

^[82] Vt primæ ideae nostræ sunt imagines obiectorum externorum, a quibus proficiscuntur, non uero ipsamet obiecta externa quæ nec cerebrum nec mentem contingunt; ita iudicium nostrum est, comparatio earumdem idearum inter se, non uero externorum obiectorum, nisi latissima acceptione, nempe prout talia obiecta ideis, quas habemus, cohaerentia sunt.

^[1]DE IVDICIO ET RATIOCINATIONE R^2LNV] DE IVDICIO ET RATIOCINATIONE DISSERITVR R^I ^[2]conuenientiae aut disconuenientiae R^2LNV] relationis R^I ^[3]Haec ... dicitur. R^2LNV] *om.* R^I ^[4]cuius ... ipsi R^2LNV] quam numquam uiderunt et de qua planiorem ipsi R^I

LIVRO QUARTO
O JUÍZO E O RACIOCÍNIO

PRIMEIRA PARTE

O Juízo

CAPÍTULO I

A natureza do juízo

Após a nossa mente estar repleta de ideias de todas as coisas, serve-se delas como lhe apraz, compara umas com as outras e apercebe-se se elas convêm ou não entre si. A isto chama-se “julgar”. Por isso, o juízo é a percepção da conformidade ou da desconformidade entre duas ideias. Esta conformidade é a inclusão de uma ideia noutra ideia complexa e, ao invés, a desconformidade é a não inclusão ou a exclusão de uma ideia relativamente a outra ideia complexa,¹⁸² como irei demonstrar mais extensamente no capítulo seguinte.

[120] Por exemplo, se eu possuir a ideia de “boi” e a ideia de “cão”, as relacionar entre si e me aperceber de que a ideia de “boi” é maior, isto é, representa uma coisa maior do que a ideia de “cão”, e, igualmente, se eu possuir as ideias da minha mão direita e da minha mão esquerda, as comparar entre si e reconhecer que a ideia da mão direita é igual à ideia da mão esquerda, então os conhecimentos pelos quais me apercebo de que a ideia de “boi” é maior que a ideia de “cão” e que as ideias de ambas as mãos são iguais chamam-se “juízos”.

Há filósofos que se persuadem de que conhecem totalmente o que é o juízo, afirmando com ousadia muitas coisas a respeito disso. Dado que, porém, eles se exprimem sobre um assunto acerca do qual não possuem mais claro conhecimento do que os outros, não devem ser ouvidos.

¹⁸² Embora as nossas ideias sejam representações dos objectos exteriores, dos quais elas procedem, contudo, esses objectos exteriores não estão em contacto nem com o cérebro nem com a mente. Assim, os nossos juízos são uma comparação das ideias entre si, mas não dos objectos exteriores, excepto em sentido muito lato, certamente enquanto tais objectos estão associados às ideias que possuímos.

Philosophi cordatiores ingenue^[1] profitentur ignorare se quid sint perceptiones mentis; et merito quidem. Nam cum nemo homo intelligat qualis sit natura animi^[2] nostri et praesertim facultatis illius quam Deus posuit in animo et quam “mentem” nominamus, consequitur percipi non posse quales sint eiusdem mentis actiones seu cognitiones. Et nisi Deus id^[3] nobis manifestauerit in hac uita, perpetuo in ignoratione uersabimur.

Omnino id scimus clare et euidenter mentem nostram iudicare, hoc est, dum comparat ideam “stellae” cum idea “Solis”, penitus percipere hanc esse maiorem illa, quod^[4] est adfirmare; uel non esse aequales,^[5] quod est negare. Iudicium uero non consistit in idea “Solis” et “stellae”, sed^[6] in nuda cognitione quae id percipit seu adfirmat,^[83] et est omnino indiuiduum, nec enim intelligi potest quid sit dimidium, aut tertia pars iudicii. Sed haec ad bene iudicandum superuacanea sunt.

Illud^[7] utilitatem adfert memoria tenere, aliquando obuersari menti perfectum iudicium, quin de eo mens iudicet. [121] Nempe hoc iudicium “Omnes philosophiae partes non, nisi post conditas superiori saeculo Academias Regias, emendatae sunt et in bono lumine collocatae”, si recentioris menti obuersetur qui id pro uero habet, est iudicium; sin autem peripatetici, qui tale quid falsum putat, est tantum idea complexa. Similiter si id nec uerum nec falsum putem, sed menti considerandum proponam, est item idea complexa. Quod animaduertere necesse est, ne cum ideas ualde complexas nobis sistimus, putemus nos de iis iudicium ferre, cum eas non nisi simplici perceptione adtingamus.

Porro autem iudicium cum uerbis exprimitur, uocatur “enunciatio”, et^[8] “propositio”. Quare, si de iudicio aliquid constituere cupimus, de propositionibus agendum esse uidetur.

CAPVT II

De iudicio uerbis expresso, seu de^[9] propositione

Propositio est oratio adfirmans, uel negans aliquid de aliquo.^[84] Respondet enim iudicio, quod uel duas ideas componit, uel disiungit. Itaque duas habet partes: ea

¹⁸³ “Percipere”^[10] et “perceptio” hoc loco ex sententia Ciceronis sumuntur, qui translate iis utitur ad significandum tum sensus animi, tum quamcumque notionem et iudicium.

¹⁸⁴ Aristoteles, *Analytica Priora*, lib. I, cap. 1.

^[1]ingenue *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[2]animi nostri *R²LNV*] rei spiritualis seu animi nostri *R¹* ^[3]id nobis *R²LNV*] nobis id *R¹* ^[4]quod est *R²LNV*] quod ipsum est *R¹* ^[5]aequales *R²LNV*] ambas aequales *R¹* ^[6]sed in nuda *R²LNV*] sed ponitur in nuda *R¹* ^[7]Illud ... adtingamus. *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[8]et propositio. *R²LNV*] uulgo propositio. *R¹* ^[9]de propositione *R²LNV*] de propositionis natura *R¹* ^[10]Percipere ... iudicium. *R²LNV*] *om.* *R¹*

Os filósofos mais sensatos confessam com sinceridade ignorarem o que sejam as percepções da mente e com plena razão, pois ninguém percebe qual seja a natureza do nosso espírito e sobretudo da faculdade que Deus nele incutiu que chamamos “mente”, de onde resulta não poder entender-se quais sejam as actividades ou os conhecimentos dessa mente. E, se Deus não nos manifestar essas coisas nesta vida, viveremos perpetuamente na ignorância.

Sabemos perfeitamente com clareza e evidência que o nosso espírito ajuíza, isto é, que quando compara a ideia de “estrela” com a ideia de “Sol” percebe perfeitamente que esta é maior que aquela. Isso significa afirmar que não são iguais, o que quer dizer “negar”. Porém, o juízo não consiste na ideia de “Sol” e na ideia de “estrela”, mas no conhecimento pelo qual se compreende ou afirma a sua relação.¹⁸³ E ele é totalmente indivisível, pois não pode entender-se o que possa ser a metade ou a terça parte de um juízo. Contudo, estas coisas são desnecessárias para ajuizar convenientemente.

É útil conservar na memória que se oferece por vezes à mente um juízo perfeito, ainda que ela não o considere desse modo. [121] Certamente o juízo “nenhumas partes da filosofia, excepto após a fundação no século passado das academias régias, foram corrigidas e estabelecidas em pleno esplendor”, se for pensado por um moderno, que o considere verdadeiro, é de facto um juízo, mas, se for pensado por um peripatético, que julga que ele é uma falsidade, é apenas uma ideia complexa. De maneira semelhante, se eu considerar que ele não é verdadeiro nem falso, mas o submeter ao exame da mente, é também uma ideia complexa. Por ser necessário aplicar o espírito para não nos determos muito nas ideias complexas, devemos pensar emitir juízos sobre essas coisas, dado não adquirirmos essas ideias a não ser por uma simples percepção.

Mas quando o juízo se exprime por palavras, denomina-se “enunciação” e “proposição”, pelo que, se desejarmos estabelecer algo acerca do juízo, devemos ocupar-nos das proposições.

CAPÍTULO II

A expressão verbal do juízo ou a proposição

A proposição é a oração que afirma ou nega uma coisa de outra.¹⁸⁴ Ela corresponde ao juízo, que é a composição ou a disjunção de duas ideias, possuindo por isso duas partes: aquela de que se afirma ou nega alguma coisa chama-se “sujeito”; e aquela que é afirmada ou negada da primeira parte denomina-se “predicado”. Não é a mesma coisa que o predicado esteja em primeiro ou em segundo lugar.

¹⁸³ Neste lugar, “perceber” e “percepção” estão tomados segundo o sentido de Cícero, que se serve dessas palavras metaforicamente para significar quer as sensações do espírito quer qualquer ideia e juízo.

¹⁸⁴ Aristóteles, *Analytica Priora*, liv. I, cap. 1.

de qua aliquid adfirmatur aut negatur dicitur^[1] “subiectum”; quae de illa adfirmatur aut negatur, “praedicatum”. Vel praedicatum sit primo uel secundo loco perinde est.

Exempli gratia. In his, “Deus est iustus”, “Homo est aequus”: nomina “Deus” et “Homo” sunt subiectum, nomina “iustus” et “aequus” sunt praedicatum.

Est praeterea nexus, seu uerbum “est”, quo uis iudicandi significatur,^[2] id est, ostenditur praedicatum in subiecto includi uel non includi. Nam prima hoc dicere^[3] uult: “In idea ‘Dei’ inclusa^[4] est idea iustitiae”. Altera, quia uerbo additur negatio, hoc: “In idea hominis non inclusa^[5] est idea equi”.

Nulla excogitari potest propositio quae non aliquid aiat aut neget, hoc est, quae non constet praedicato, subiecto, et^[6] uerbo “sum”, uel expressis uel subauditis.

Exempli gratia. In his adfirmationibus “uiuo”, “morio”, “Petrus amat”, subaudiuntur^[7] hae: “Ego sum uiuens”, “Ego sum moriens”, “Petrus est amans”. Similiter^[8] optatiuae, “ut uiuam”, “peream”, [122] hunc sensum reddunt: “Ego sum cupiens ut ego sim uiuens”, “Ego sum cupiens ut ego sim periens”. Imperatiuae, ut “ama”, “amato”, exponuntur hoc modo: “ego sum iubens^[9] ut tu sis amans”. Interrogatiuae, ut “amem?” sic:^[10] “Ego sum cupiens scire si tu es amans”. Consimili modo explicabis potentiales,^[11] exclamatiuas, precatiuas, ceterasque.

Ex^[12] quo apparet, uerbum “sum” non significare identitatem praedicati et subiecti, id est unum esse aliud, ut ueteres existimarunt, sed hoc tantum significare praedicatum in subiecto includi ac contineri. Nulla enim propositio aiens est uera, nisi quia totum praedicatum in subiecto includitur; nulla negans uero, nisi quia totum non includitur. Neque id ex uerborum sono, sed ex eorum sensu in communi usu loquendi, ac scopo proferentis est iudicandum. Sed quia non ueteres modo, sed non nulli recentiores haec non intelligunt et uocabulis “conuenientiae” et “disconuenientiae” ideam obscurissimam adiungunt, exemplis sunt explananda.

1. Cum diligenter examino quare indubitate dico Deum esse iustum, statim cognosco rationem esse quia sub nomine “Deus” concipio catholico sensu ideam complexam omnium proprietatum Dei, quarum una est iustitia. Sin autem ex mente uel Epicuri, uel Aristotelis loquerer, qui talem Deum fingunt qui nec bene pro meritis capitur nec tangitur ira nec ulla beneficia hominum generi tribuere potest, tunc nomini “Deus” aliam ideam complexam subiicerem quae non includit “iustitiam”, sed excludit: propterea dicere non possem Deus est iustus, sed e contrario, non est iustus. In Deo autem “iustus” et “iustitia” est idem.

2. Similiter cum dico “Omne rationale est risibile”, uocabulo “rationalis” subaudio ideam complexam proprietatum hominis, quae includit praedicatum “risibilis”.

^[1]dicitur *R²LNV*] nominatur *R¹* ^[2]significatur *R²LNV*] declaratur *R¹* ^[3]dicere uult *R²LNV*] adfirmat *R¹* ^[4]inclusa est *R²LNV*] includitur *R¹* ^[5]non inclusa est *R²LNV*] non includitur *R¹* ^[6]et uerbo *sum* ... subauditis. *R²LNV*] et uerbo *est*, si ea diligenter expendatur. *R¹* ^[7]subaudiuntur *R²LNV*] includuntur *R¹* ^[8]Similiter optatiuae *R²LNV*] Nam optatiuae *R¹* ^[9]iubens *R²LNV*] cupiens uel iubens *R¹* ^[10]sic *R²LNV*] hoc modo *R¹* ^[11]potentiales ... ceterasque. *R²LNV*] exclamatiuas, potentiales, precatiuas, cetera. *R¹* ^[12]Ex quo ... possunt. *R²LNV*] *om. R¹*

Por exemplo, nas proposições “Deus é justo” e “um homem não é um cavalo”, as palavras “Deus” e “homem” são o sujeito, e as palavras “justo” e “cavalo” são o predicado.

Existe ainda a cópula – a palavra “é” –, que significa o acto de ajuizar, manifestando que o predicado está ou não incluído no sujeito. Na verdade, o primeiro exemplo quer dizer o seguinte: “Na ideia de ‘Deus’ está incluída a ideia de ‘justiça’”. E o segundo, porque ao verbo se acrescenta uma negação: “Na ideia de ‘homem’ não está incluída a ideia de ‘cavalo’”.

Não pode pensar-se nenhuma proposição que não afirme ou negue alguma coisa, isto é, que não seja constituída por um predicado, por um sujeito e pelo verbo “ser”, quer expressos quer subentendidos.

Por exemplo, nas afirmações “eu vivo”, “eu morro”, “Pedro ama”, subentende-se “eu sou vivente”, “eu sou moribundo”, “Pedro é amante”. De modo semelhante, as proposições desiderativas, como “que eu viva”, “que eu pereça”, [122] têm este sentido: “Eu estou desejoso de ser vivente”, “eu estou desejoso de perecer”. E as imperativas, como “ama tu”, explicam-se desta forma: “Eu ordeno que tu sejas amante”. E as interrogativas, como “amas?”, explicam-se deste modo: “Eu estou desejoso de saber se tu és amante”. De forma semelhante se explicam as condicionais, as exclamativas, as suplicativas e outras.

Evidencia-se pelo que ficou escrito que o verbo “ser” não significa identidade do predicado e do sujeito, ou seja, que um é o outro, como pensavam os antigos, pois apenas significa que o predicado está incluído e contido no sujeito. Efectivamente, nenhuma proposição afirmativa é verdadeira a não ser porque a totalidade do predicado está incluída no sujeito; e nenhuma proposição é negativa a não ser porque a totalidade do predicado não está incluída no sujeito. Contudo, não deve ajuizar-se sobre isto em função da inflexão das palavras, mas do sentido desejado por aqueles que se exprimem em conformidade com o uso comum e com propósito de quem fala. No entanto, dado que não apenas os antigos, mas também alguns modernos, não entendem estas coisas, associando ideias extremamente obscuras aos vocábulos “conformidade” e “desconformidade”, elas devem ser explicadas por meio de exemplos.

1. Quando considero com diligência por que afirmo indubitavelmente que Deus é justo, tomo imediato conhecimento de que a explicação para isso reside no facto de pela palavra “Deus” eu conceber, segundo a maneira de pensar dos católicos, uma ideia complexa de todos os atributos divinos, um dos quais é a justiça. Se, porém, me exprimisse segundo o pensamento de Epicuro ou de Aristóteles, que imaginaram um deus que não se deixa impressionar favoravelmente pelos méritos dos homens, nem sente indignação, nem pode conceder quaisquer benefícios ao género humano, então à palavra “Deus” associo uma outra ideia complexa, que não inclui, mas exclui, a ideia de “justiça”. Nesta condição, não posso afirmar que Deus é justo, mas, pelo contrário, que não é justo. Porém, “justo” e “justiça” são a mesma coisa em Deus.

2. De forma semelhante, quando digo “todo o racional é risível”, subentendo pelo vocábulo “racional” a ideia complexa dos atributos do ser humano, que inclui o predicado “risível”. Com efeito, se me perguntar sobre o que entendo por “racional”,

Nam si me ipsum interrogem quid intelligam sub “rationali”? illico animaduertam me non designare ideam “rationalis” ab aliis abstractam, sed ideam hanc cum aliis coniunctam, nempe ideam complexam “hominis” (nam ipsum “rationale” humanum includit ideam “hominis”), et uelle dicere: omne id quod est rationale est risibile, quae hoc significat: omne id quod includit ideam “rationalis” includit etiam ideam “risibilis”, nam si hanc pro illa substituas, idem apud omnes qui linguam intelligant significabis. Idem ualet si dicas “risibile est rationale”.

[123] 3. Eodem modo cum dico “Ego sum uiuens”, pronomine “ego” designo ideam complexam mei indiuidui, et uolo dicere meum indiuiduum est uiuens, quod ualet “In idea complexa mei indiuidui includitur idea uiuentis”.

4. Item cum dico “Caelum est serenum”, “Tempus est nubilum”, sub nomine “caeli” et “temporis” non intelligo merum “caelum” et “tempus”, sed aliud complexum. In primo enim designo aerem obscuris nubibus uacuum, atque uel Solis radiis uel stellarum fulgore collustratum, quod ipsum aperte continet ideam “sereni”. In altero intelligo aerem obscuris nubibus horrentem, sine splendore Solis et stellarum etc., quod etiam clare continet ideam “nubili”. Propterea praedicatum in utroque subiecto contentum uere utriusque subiecto tribuitur.

5. Praeterea cum dico “Petrus est iustus”, nomine “Petri” subaudio ideam complexam, seu Petrum omnibus suis dotibus ornatum, quarum una est gaudere iustitia seu esse iustum. Igitur hoc dicere uolo: “Hic homo qui uocatur ‘Petrus’, et cuius mores mihi explorati sunt, est iustus seu habet etiam praedicatum iustitiae”. Nam si mihi Petri mores explorati non sunt, quo iure illi tribuo esse iustum? Ergo si rem paullo diligentius expendo, clare cognoscam me uno nomine “Petri” haec omnia complexum esse, sed propter celeritatem mentis distincte non aduertisse.

6. Quod si dicerem “Petrus est iustitia”, haec propositio nemine contradicente esset falsa, quia facit hunc sensum “Idea complexa ‘Petri’ est idea abstracta ‘iustitiae’”, quod sine ulla dubitatione falsum est. Nam sub nomine “iustitiae seorsum sumtae non subauditur esse iustum seu gaudere iustitia, sed intelligitur idea abstracta “iustitiae”, in hoc enim differt “iustitia”, et “iustus”. Haec autem idea abstracta non includitur in “Petro”, quia pugnant haec duo, “abstractum” et “inclusum”. Ergo si est abstracta ab omni obiecto, nequit in aliquo includi, ideoque propositio est falsa.

7. Ad haec cum dico “Decem sunt quinque”, haec propositio ex communi usu loquendi significare debet “Decem sunt quinque solum”. At praedicatum “quinque solum” non includitur in subiecto “decem”, sed aperte excluditur: proinde est falsa. Quod si dicerem “Decem sunt quinque simul cum aliis quinque”, tunc praedicatum in subiecto contineretur, et uera esset.

[124] 8. Ad extremum cum dico “Decem sunt decem”, “Omnes homines sunt homines”, uolo dicere “In numero ‘decem’ includitur numerus ‘decem’”, “Omnia entia quae dicuntur ‘homines’, includunt ideam ‘hominis’”. Non enim in his et similibus necesse est ut continens sit maius contento, sed satis est quod exhauriat totum contentum, et hoc illi exacte congruat.

apercebo-me de imediato de que não pretendo significar a ideia de “racional” abstraída de outras, mas esta ideia conexa com outras, isto é, a ideia complexa de “homem” (pois “racional” inclui a ideia de “homem”), querendo dizer que tudo o que é racional é risível, significando por isso que tudo o que inclui a ideia de “racional” inclui também a ideia de “risível”; na verdade, substituindo esta ideia por aquela, significamos a mesma coisa perante todos aqueles que conhecem a língua. Dir-se-ia o mesmo se disséssemos “risível é racional”.

[123] 3. De modo idêntico, quando digo “eu sou vivente”, pelo pronome “eu” significo a ideia complexa do meu ser individual, pretendo dizer que o meu ser individual é um vivente, como se dissesse: “Na ideia complexa do meu ser individual está incluída a ideia de ‘vivente’”.

4. Também quando digo “o céu está sereno”, “o tempo está nublado”, pelas palavras “céu” e “tempo” não entendo um mero céu e um mero tempo, mas algo complexo. Significo em primeiro lugar a atmosfera não encoberta pelas nuvens e iluminada pelo fulgor dos raios solares ou das estrelas, aplicando-se claramente neste caso a ideia de “sereno”. Entendo em segundo lugar a atmosfera encrespada de nuvens escuras sem o esplendor do Sol e das estrelas, etc., a que também se aplica com clareza a ideia de “nublado”. Por isso, em virtude de os predicados estarem contidos em ambos os sujeitos, atribuem-se também realmente a um e a outro.

5. Por outro lado, quando digo “Pedro é justo”, pela palavra “Pedro” subentendo a ideia complexa ou Pedro dotado de todos os seus atributos, sendo um deles comprazer-se com a justiça ou ser justo. Por isso, pretendo dizer: “Este homem chamado ‘Pedro’, cujo comportamento examinei, é justo ou possui também a virtude da justiça”. Mas se eu não tiver examinado o comportamento de Pedro, com que direito concedo que ele é justo? Portanto, se ponderar o assunto com maior diligência, reconheço com clareza ter incluído todas estas coisas apenas na palavra “Pedro”, embora não me tenha apercebido com clareza em virtude da celeridade da mente.

6. Porém, se eu dissesse “Pedro é justiça”, esta proposição seria falsa sem ninguém poder contradizê-lo, visto que ela teria o sentido de “a ideia complexa de ‘Pedro’ é a ideia abstracta de ‘justiça’”, o que indubitavelmente é uma falsidade. Com efeito, pela palavra “justiça”, tomando a justiça em si mesma, não se subentende ser justo ou comprazer-se com a justiça, mas entende-se a ideia abstracta de “justiça”, sendo nisto que se diferenciam “justiça” e “justo”. Mas, por serem incompatíveis “abstracto” e “incluído”, aquela ideia abstracta não está incluída em “Pedro”, e por isso, se ela é abstracta em relação a qualquer sujeito, não pode estar incluída em nenhum deles. Assim, aquela proposição é falsa.

7. A respeito deste assunto, quando digo “dez são cinco”, em conformidade com o uso comum de falar esta proposição deveria significar “dez são apenas cinco”. Porém, o predicado “apenas cinco” não está incluído no sujeito “dez”, mas abertamente excluído, sendo por isso falsa a proposição. Contudo, se eu dissesse “dez são cinco juntamente com outros cinco”, então o predicado estaria contido no sujeito, e a proposição seria verdadeira.

[124] 8. Finalmente, quando digo “dez são dez” e “todos os homens são homens”, pretendo dizer: “No número ‘dez’ está incluído o número ‘dez’” e “todos os entes chamados ‘homens’ incluem a ideia de ‘homem’”. Nestes casos e noutros semelhantes,

Possunt item hae propositiones identicae, seu quae idem praedicatum et subiectum habent, explicari hoc modo: “Idea ‘decem’ ob exactam similitudinem cum altera idea ‘decem’, uidetur includi in sua simili”. “Idea ‘hominis’, quia est perfecte similis alteri ideae ‘hominis’, uidetur in ea includi et contineri”. Quo casu uerbum “sum” non significat ueram inclusionem, seu perfectam similitudinem inclusionis.

Negantes autem propositiones e contrario se habent, nempe tunc solum uerae sunt cum praedicatum in subiecto non continetur, uelut in exemplo supra. Nam si dicam “Decem non sunt quinque”, haec significat: “Decem non sunt quinque solum”. Manifestum est autem “quinque solum” non contineri in subiecto “decem”, iccirco negans est uera. Nam si dicerem “Decem non sunt quinque simul cum aliis quinque”, tunc esset falsa, quia praedicatum includeretur in subiecto, seu ab eodem exhauriretur, quod in negantes non quadrat.

Quare oportet sollertissime indagare tum praedicati, tum uero maxime subiecti sensum et animaduertere quam multae et uariae ideae interdum uno praedicati, maxime autem subiecti nomine contineantur, easque accurate separare, ut intelligamus an contineant et exhauriant totum praedicatum, an aliter. Quod quia plerique non faciunt, proinde nec intelligunt quando praedicatum conueniat subiecto, nec recte de propositionibus statuere possunt.¹⁸⁵

Iam uero in propositione tria^[1] considerare possumus. Primum, quot partibus constet. Deinde, quo pacto hae [125] partes coalescant, aut disiungantur. Postremo,^[2] plurane, an pauciora obiecta comprehendat. Id logici explicant hoc modo: considerari debere materiam, formam, quantitatem propositionis, in quibus sunt quaedam^[3] ad ueri indagationem non inutilia, quae breuiter percurremus.

CAPVT III

De^[4] propositionibus materia

Iam praedicatum et subiectum propositionis, quae uocantur “extrema” seu “termini”, plurimis modis inter se uinciri possunt, ex quibus totidem propositiones nascuntur.

Vel enim praedicatum ita cum subiecto conuenit, ut numquam ab eo separari possit, et dicitur propositio “necessaria”, ut “Homo est uiuens”. Vel possunt aliquando

¹⁸⁵Quam mirae utilitatis sit haec doctrina in exploranda ueritate propositionum, et bonitate syllogismorum, quamque breuiter et clare expediat, quod alii longis praeceptionibus inuoluunt et obscurant, uerbis exprimi satis non potest. Suis autem locis usum indicabimus; cetera praeceptoribus exponenda relinquemus, qui eam ad alias propositiones utiliter applicabunt.

^[1]tria R^2LNV] plurima R^1 ^[2]Postremo, plurane R^2LNV] Tertio loco, plura R^1 ^[3]quaedam ... breuiter R^2LNV] quaedam non contemnenda, quae nos breuiter R^1 ^[4]De propositionis materia R^2LNV] De materia propositionis R^1

não é necessário que seja maior o continente que o contido, bastando que ele esgote a totalidade do contido e que este se conforme exactamente com aquele.

Estas proposições que exprimem identidade – isto é, que possuem predicados e sujeitos idênticos – podem ainda explicar-se deste modo: “a ideia de ‘dez’, em virtude da sua rigorosa semelhança com outra ideia de ‘dez’, parece estar incluída na que lhe é semelhante”; e “a ideia de ‘homem’, por ser perfeitamente semelhante a outra ideia de ‘homem’, parece estar nela incluída e contida”. Nestes casos, o verbo “ser” não significa uma verdadeira inclusão, mas uma perfeita semelhança de inclusão.

Pelo contrário, como no exemplo anterior, com as proposições negativas sucede de modo diferente, pois elas só são verdadeiras porque o predicado não está contido no sujeito. De facto, se eu disser “dez não são cinco”, esta proposição significa “dez não são apenas cinco”, sendo manifesto que “apenas cinco” não está contido no sujeito “dez”, pelo que a proposição negativa é verdadeira. Porém, se eu dissesse “dez não são cinco juntamente com outros cinco”, então a proposição seria falsa, pois neste caso incluir-se-ia o predicado no sujeito como correspondendo-lhe totalmente, o que não convém às proposições negativas.

Por tudo isto, é necessário indagar com agudeza de espírito quer a respeito do sentido do predicado quer sobretudo do sujeito e advertir quantas e quão variadas ideias estão contidas por vezes num só predicado e principalmente num único sujeito para as distinguirmos com diligência separadamente e para entendermos se contêm e esgotam a totalidade do predicado, ou de modo diferente. Dado que a maior parte dos autores não procede deste modo, não entende quando o predicado convém ao sujeito nem é capaz de estabelecer convenientemente o que quer que seja sobre as proposições.¹⁸⁵

Nas proposições, podemos, porém, considerar três aspectos: em primeiro lugar, de que partes são compostas; em segundo lugar, como se relacionam [125] e se distinguem estas partes; por último, se a proposição inclui muitos ou poucos objectos. Os lógicos expõem isto deste modo: deve considerar-se a matéria, a forma e a quantidade da proposição. Elas não são desprovidas de utilidade para a investigação da verdade. Vou por isso passá-las em revista concisamente.

CAPÍTULO III

A matéria da proposição

O predicado e o sujeito da proposição, chamados “extremos” ou “termos”, podem relacionar-se entre si de diversos modos, nos quais se originam outras tantas espécies de proposições.

¹⁸⁵ Não pode exprimir-se suficientemente por palavras como é enorme a admirável utilidade desta doutrina para a investigação da verdade das proposições e da bondade dos silogismos; e como ela explica com brevidade e clareza o que outros com extensos preceitos complicam e exprimem em termos obscuros. Irei dar a conhecer o seu uso nos respectivos lugares, deixando aos preceptores a exposição das restantes matérias, os quais aplicarão utilmente a doutrina a outras proposições.

non conuenire, et uocatur “contingens”, ut “Equus ambulat”. Quod^[1] si praedicatum numquam conuenire potest subiecto, appellatur “impossibilis”, ut “Petrus est canis”. Sed^[2] haec item ad necessariam refertur, nam illa dicitur necessario uera, haec uero necessario falsa.

Propositiones negantes^[3] uerae referuntur ad necessariam, aut contingentem; nullum tertium. Vel enim unum nullo modo potest conuenire alteri, ut “Homo non est equus”, et est necessaria. Vel possunt unum et aliud conuenire, ut “Ioannes non est bonus”; et est contingens.

Hae propositiones uocantur “absolutae”, si simpliciter adfirmant, aut negent, hoc modo: “Homo est animans”, “Alexander Magnus fuit Rex”. Quod si expriment modum quo praedicatum cum subiecto consentit, uocantur “modales”, ut “Homo necessario est animans”, “Alexander contingenter fuit Rex”; uel^[4] hoc modo: “Necesse est Hominem esse animans”, etc.

Sunt tamen non nullae quae absolutae^[5] esse uidentur, re uera sunt modales. Hae autem ad necessariam, uel contingentem reducuntur, exempli gratia. “Egregium est a laudato uiro laudari”, “Honestum est incumbere in litteras”. Quae explicantur^[6] hoc modo: “Necessario laudabile est laudari a laudato uiro”, “Necessario honestum est incumbere in litteras”.

[126]

De simplici et composita

Simplex propositio est quae uno tantum praedicato ac subiecto constat, ut “Angelus est immortalis”. Composita seu complexa est cuius praedicatum, uel subiectum, ex aliis praesidio quarumdam particularum componitur et^[7] aequialet pluribus propositionibus simplicibus, ut “Petrus et Paulus sunt homines”, “Deus est iustus et misericors”.

Hae particulae plures esse possunt, tamen ad sex classes reuocantur ex quibus propositiones ipsae nomina habent. Singularum exempla supponam.^[8]

1. Copulatiua propositio est in qua plures res uel ex parte subiecti uel praedicati particula aliqua copulantur. Particulae uero huiusmodi sunt: “et”, “que”, “ac”, “atque”, “etiam”, “quoque”, “cum”, “tum”, “nec”, “necnon”, “neque”.

Exempli gratia. “Mens, ratio et consilium in senibus est”, quae hoc ualet: “Mens est in senibus, et ratio est in senibus, et consilium est in senibus”. Aliquando coniunctio negans est expressa, ut “Nec tibi diua Parens, generis nec Dardanus auctor, perfide”. Aliquando uero occulta, ut “Nemo meorum recordatur mei”, hoc est, “Nec hic, nec ille, nec quispiam meorum recordatur mei”.

^[1]Quod ... appellatur R^2LNV] Vel demum praedicatum numquam potest conuenire subiecto, e appellatur R^1 ^[2]Sed haec ... falsa. R^2LNV] *om.* R^1 ^[3]negantes R^2LNV] negatiuae R^1 ^[4]uel hoc modo ... etc. R^2LNV] *om.* R^1 ^[5]absolutae R^2LNV] simplices R^1 ^[6]explicantur R^2LNV] explicari possunt R^1 ^[7]et aequialet ... simplicibus R^2LNV] *om.* R^1 ^[8]supponam. R^2LNV] subiiciemus. R^1

Se o predicado convém ao sujeito de tal forma que nunca pode separar-se dele, a proposição denomina-se “necessária”, como “o homem é vivente”. Se por vezes pode não haver conveniência entre eles, a proposição chama-se “contingente”, como “o cavalo corre”. Mas, se o predicado nunca pode convir ao sujeito, a proposição denomina-se “impossível”, como “Pedro é um cão”. Esta relaciona-se, porém, com a proposição necessária, pois a necessária diz-se necessariamente verdadeira, e a impossível diz-se necessariamente falsa.

As proposições negativas verdadeiras relacionam-se com a necessária ou com a contingente, não havendo uma terceira alternativa. Se um termo não pode de modo algum convir a outro, como em “um homem não é um cavalo”, a proposição é necessária; mas se ambos os termos podem convir, como em “João não é bom”, ela é contingente.

As proposições denominam-se “absolutas” se simplesmente afirmarem ou negarem, tais como “um homem é um ser animado” e “Alexandre Magno foi um soberano”. E, se elas exprimirem o modo segundo o qual o predicado concorda com o sujeito, chamam-se “modais”, como “um homem é necessariamente um ser animado” e “Alexandre foi casualmente um soberano”. Ou então desta forma: “É necessário que um homem seja um ser animado”; etc.

Há, porém, algumas proposições que, parecendo absolutas, são realmente modais. No entanto, elas reduzem-se às necessárias ou às contingentes; por exemplo, “é uma honra ser elogiado por um varão famoso”, “é honroso dedicar-se às belas-letas”. Elas explanam-se deste modo: “É necessariamente digno de louvor ser elogiado por um varão famoso”; “é necessariamente honroso dedicar-se às belas-letas”.

[126] Proposições simples e compostas

As proposições simples são constituídas por apenas um predicado e um sujeito, como “um anjo é imortal”. As compostas ou complexas são constituídas por outras proposições particulares, equivalendo a várias proposições simples, como “Pedro e Paulo são homens”, “Deus é justo e misericordioso”.

Essas proposições particulares podem ser várias, reduzindo-se, porém, a seis categorias, das quais essas proposições adquirem a denominação. Apresento exemplos das singulares:

1. A proposição copulativa é aquela em que vários atributos, quer respeitantes ao sujeito quer ao predicado, estão relacionadas por certas partículas, nomeadamente “e”, “como”, “até”, “ainda”, “também”, “assim”, “então”, “nem”, “além disso”, “e não”.

Um exemplo é a proposição “há nos anciãos sabedoria e discernimento e, além disso, prudência”, que equivale a dizer: “A sabedoria está nos velhos, o discernimento está nos velhos e a prudência está nos velhos.” Por vezes, está expressa a conjunção de negação, como em “Tu, meu pérfido, não tiveste por mãe uma deusa, nem Dárdano como progenitor”; mas outras vezes, ela está implícita, como em “nenhum dos meus amigos se lembra de mim”, que quer dizer “nem este, nem aquele, nem qualquer dos meus amigos se lembra de mim”.

2. Disiunctiua^[1] est in qua duae propositiones his particulis coniunguntur, “aut”, “uel”, “seu”, “siue”, ut “Aut edisces philosophiam, aut caedam te fustibus”.

3. Conditionalis, quae etiam uocatur “hypothetica”, est in qua praedicatum tribuitur subiecto, aliqua lege et conditione quae exprimitur particulis, “si”, “sin”, “siquidem”, “modo”, “ut”, “nisi”, “dum”, exempli gratia, “Si homo nulla graui causa occidet alium, capite plectetur”.

4. Caussalis est quae caussam praefert cur praedicatum subiecto tribuatur, quod effertur talibus particulis, “uti”, “quia”, “quoniam”, “ideo”, “iccirco”, “eo quod”, “etenim”, “siquidem” etc.

Exempli gratia. “Sol factus est ut mundum luce sua perfunderet, uel quia mundum sua luce necesse erat illuminare”. Hic caussalis est expressa; in hac uero inuoluta: “Non ignara mali miseris succurrere disco”, quae exponitur hoc modo: “Quin non sum ignara mali, disco succurrere miseris”.

Ad hanc classem reducuntur^[2] reduplicatiuae, quae [127] exprimuntur hisce uerbis, “qua”, “quatenus”, “ut”. Nam idem est “Homo ut homo obnoxius est multis miseris”, ac dicere “Homo quia est homo”.

5. Relatiua est cuius^[3] partes mutuam relationem habent, indicatam talibus particulis, “ubi”, “ante”, “ibi”, “prius”, “post” etc., exempli gratia, “Vbi enim sunt duo, uel tres congregati in nomine meo, ibi sum in medio eorum”.¹⁸⁶

6. Discretiua est in qua propositiones simplices particulis aduersantibus uniuntur.^[4]

Exempli gratia. “Vides tu quidem, sed non comedes de ea”, clara est aduersatio. “Video meliora proboque, deteriora sequor”; est occulta quae exponitur hoc modo: “Video meliora, sed sequor deteriora”.

Iam uero propositiones uel sunt compositae ratione materiae, uel ratione formae. Ratione materiae sunt^[5] copulatiuae, de quibus supra. Ratione formae sunt illae quarum una pars est obiectum alterius, seu^[6] aliam quodammodo respicit, ut “Cupio, Patres Conscripti, me esse clementem”. Huiusmodi^[7] etiam sunt reliquae quas ante memorauimus, disiunctiua, conditionalis, caussalis, relatiua, discretiua, immo et modales, ut “Necesse est, hominem esse animal”.

De exponibili

Atque hucusque de illis quae sine ulla dubitatione compositae sunt. Quaedam tamen sunt propositiones quarum compositio non illico menti^[8] obuersatur, sed postea

¹⁸⁶ Matth., cap. XVIII, 20.

^[1]Disiunctiua R^2LNV] Disiunctiua propositio R^I ^[2]reducuntur R^2LNV] reuocantur R^I ^[3]cuius ... indicatam R^2LNV] quae aliquam comparisonem continet, et exprimitur R^I ^[4]uniuntur. R^2LNV] iunguntur. R^I ^[5]sunt copulatiuae R^2LNV] sunt illae R^I ^[6]seu ... respicit R^2LNV] *om.* R^I ^[7]Huiusmodi ... animal. R^2LNV] Ad quam classem referuntur etiam modales. R^I ^[8]menti R^2LNV] anima R^I

2. A proposição disjuntiva é aquela em que duas proposições estão ligadas pelas partículas “ou”, “ou se”, com em “ou aprendes filosofia ou te espanco com o arrocho”.

3. A proposição condicional, chamada também “hipotética”, é aquela em que o predicado se atribui ao sujeito segundo uma norma e uma condição, que se traduz pelas partículas “se”, “se não”, “contando que”, “sem que”, “a não ser que”, “a menos que”, “desde que”. Um exemplo: “Se uma pessoa causar a morte a outra, se não for por um motivo grave, é condenada à pena capital”.

4. A proposição causal é aquela que dá a conhecer a causa por que o predicado se atribui ao sujeito, o que se exprime pelas partículas “porque”, “por isso que”, “visto que”, “porquanto”, “como”, “já que”, “uma vez que”, “que”, “visto como”, etc.

Por exemplo: “O Sol foi criado para inundar o mundo com a sua luz ou porque era necessário que o mundo fosse iluminado com a sua luz”. Nesta proposição, a partícula causal está expressa, mas está implícita em “não desconhecendo eu as adversidades, sei prestar assistência aos indigentes”, que se explicita deste modo: “Porque não desconheço as adversidades, sei prestar assistência aos indigentes”.

A esta categoria reduzem-se as proposições reduplicativas, [127] que se exprimem pelas palavras “tanto quanto”, “enquanto”. Com efeito, é a mesma coisa dizer “o homem enquanto homem está sujeito a muitas adversidades” e “é homem porque é homem”.

5. A proposição relativa, cujas partes estão relacionadas reciprocamente, é dada a conhecer pelas partículas “onde”, “perante”, “aí”, “antes”, “depois”, etc. Por exemplo, “onde estiverem reunidos dois ou três em meu nome, eu estarei no meio deles”.¹⁸⁶

6. A proposição adversativa é aquela em que proposições simples estão unidas por partículas de oposição.

Por exemplo, em “tu vê-las, certamente, mas não comas essas coisas”, a oposição é manifesta. E em “eu vejo e provo as coisas melhores, preferindo as piores”, ela está implícita, explanando-se a proposição desta forma: “Eu vejo as coisas melhores, mas prefiro as piores”.

Além disso, as proposições são compostas, quer em função da matéria quer da forma. Em função da matéria, as copulativas antes mencionadas; em função da forma, aquelas das quais uma parte é objecto da outra ou de algum modo se lhe refere, como “desejo, senadores, ser indulgente”. Estão também neste caso as restantes anteriormente referidas: as disjuntivas, as condicionais, as causais, as relativas, as adversativas e mesmo as modais, como esta: “É necessário que o homem seja animal”.

As proposições exponíveis

Discorri até este ponto sobre as proposições que indubitavelmente são compostas. Existem, contudo, certas proposições cuja disposição não se apresenta de imediato à mente, mas apenas após expormos com evidência o que elas significam, denominando-se por isso “exponíveis”. Vejamos as afirmativas, embora muitas sejam realmente negativas. Eis os exemplos:

¹⁸⁶ Mateus, cap. XVIII, 20.

quam, quid significant, exponimus, sit manifesta; iccirco uocantur “exponibiles”. Videntur aientes,^[1] quamuis plerumque sint uirtute^[2] negantes. En^[3] exempla.

1. Exclusiua est in qua praedicatum de solo subiecto adfirmatur, aut contra; idque ui particularum^[4] “tantummodo”, “solum”, “duntaxat”, “unice”, etc.

Exempli gratia. “Solus Deus immortalis adorandus est”. Quae exponitur hoc pacto:^[5] “Deus adorandus est, et is nimirum qui est immortalis”; seu,^[6] “nec alius nisi immortalis”. Ad hanc classem pertinet exceptiua, ut “Homo est rationalis, excepto corpore”, quae idem enuntiat, sed alio modo.

[128] 2. Comparatiua est in qua praedicatum adfirmatur de subiecto cum relatione ad aliud, quae relatio exprimitur uel nominibus comparatiuis, uel particulis “quam”, “quanto”, “magis”, “tanto” etc.

Exempli gratia: “Sertorius fuit peritior belli quam Pompeius”. “Lucanus est inferior in poesi Virgilio”. In his includuntur duae hoc modo: “Pompeius fuit bellicae artis peritus, at non aequae peritus ac Sertorius”. “Lucanus est bonus poeta, at non aequae bonus ac Virgilius”. Possunt tamen includi plures quam duae: exempli gratia. “Quanto maiores sumus tanto nos submissius geremus”. Quae explicatur sic:^[7] “Majores simus aliis, et hac de caussa curare debemus, ne illi nos superent omni uarietate uirtutum, et rursus simus inferiores iis”.

Occurrunt tamen^[8] propositiones in quibus, ut recte docet uir doctus, id de quo adfirmatur esse “melius” non dicitur absolute “bonum”, sed explicatur diuerso modo.

Exempli gratia. “Melior est honesta paupertas, male partis diuitiis”. Haec propositio non potest explicare sic:^[9] “Diuitiae male partae bonae sunt, melior tamen est paupertas honesta”, sed hoc modo: “Honesta paupertas non est uituperanda, uerum diuitiae male partae uituperandae sunt”. Id plerumque usuuenit quando per tropum comparatiuum uerbum usurpamus. Qui enim proprie loqui uellet, deberet in his et similibus non uti comparatiuo, sed uel positiuo, uel paraphrasi. Quod memoria teneamus oportet, ne inepte interpretemur auctores, Scripturam sacram praesertim, cuius in libris Salomonis et Siracidis frequenter tales propositiones se offerunt.

3. Inceptiua est in qua praedicatum ita subiecto conuenit, ut antea conuenire illi non posset.

Exempli gratia. “Lusitana historia Ioanne V regnate accuratius scribi coepit”. Haec complectitur duas^[10] propositiones: “Historia Lusitana ante Ioannem V tenebris obuoluta erat, sed eo imperante in bono lumine collocata est”.

4. Desitiua e diuerso se habet, ut “Maurorum imperium in Lusitania ab clade per Alphonsum I accepta, labefactari coepit”. In hac propositione continentur hae:^[11]

^[1]aientes *R²LNV*] adfirmatiuae *R¹* ^[2]uirtute negantes. *R²LNV*] negatiuae. *R¹* ^[3]En exempla. *R²LNV*] Exempla subiiciam. *R¹* ^[4]particularum *R²LNV*] harum particularum *R¹* ^[5]pacto *R²LNV*] modo *R¹* ^[6]seu ... immortalis. *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[7]sic *R²LNV*] hoc modo *R¹* ^[8]tamen *R²LNV*] interdum *R¹* ^[9]sic *R²LNV*] tali modo *R¹* ^[10]duas propositiones *R²LNV*] duas propositiones hoc modo *R¹* ^[11]hae *R²LNV*] hae duae *R¹*

1. A proposição exclusiva é aquela em que o predicado se afirma de um único sujeito, ou vice-versa, com o recurso a partículas como “só”, “somente”, “apenas”, “unicamente”, etc.

Um exemplo: “Apenas Deus imortal deve ser adorado”, que se explicita desta forma: “Deus deve ser adorado, pois ele é certamente imortal”, ou “não há outro a não ser ele que seja imortal”. A esta categoria pertencem as proposições exceptivas, como “o homem é racional, excepto relativamente ao corpo”, que enunciam a mesma coisa, embora de modo diferente.

[128] 2. A proposição comparativa é aquela em que o predicado se afirma do sujeito relativamente a outra coisa, exprimindo-se esta relação tanto por palavras que traduzem o grau comparativo como pelas partículas “quão”, “quanto”, “mais”, “tanto”, etc.

Exemplificando: “Sertório foi mais hábil guerreiro que Pompeu”, “Lucano, como poeta, é inferior a Virgílio”. Nestas proposições, estão incluídas duas, deste modo: “Pompeu foi hábil na arte bélica, mas não tão hábil como Sertório”, “Lucano é bom poeta, mas não tão bom como Virgílio”. Podem, no entanto, referir-se ainda outras, por exemplo: “Quanto mais superiores formos, com tanta menor submissão nos devemos comportar”, que se explicita deste modo: “Somos superiores aos outros e por isso devemos precaver-nos para que eles não nos superem em toda a espécie de virtudes, de contrário ser-lhes-emos inferiores”.

Ocorrem, porém, proposições em que – como ensina com razão um varão douto – aquilo do qual se afirma ser “melhor” não deve entender-se como “bom” de modo absoluto, devendo interpretar-se de forma diferente.

Por exemplo, a proposição “a indigência honesta é melhor que a riqueza mal adquirida” não pode interpretar-se deste modo: “A riqueza mal adquirida é boa, porém, é melhor a indigência honesta”; mas do modo seguinte: “A indigência honesta não deve ser censurada, porém, a riqueza mal adquirida deve ser censurada”. Isto sucede geralmente quando nos servimos metaforicamente de palavras no grau comparativo. Nestas circunstâncias e noutras semelhantes, quem pretender exprimir-se com propriedade não deve servir-se do grau comparativo, mas do positivo ou de uma perífrase. Importa retermos isto na memória para não interpretarmos com inépcia os autores, sobretudo a Sagrada Escritura, em que nos livros de Salomão e de Sirácida aparece com frequência esta espécie de proposições.

3. A proposição inceptiva é aquela em que o predicado se conforma com o sujeito de um modo que anteriormente não podia conformar-se.

Por exemplo, “no reinado de D. João V, a história portuguesa principiou a ser escrita com maior diligência”. Esta proposição encerra as duas seguintes: “Anteriormente a D. João V, a história portuguesa estava envolta em trevas; porém, pela sua governação ela foi estabelecida em pleno esplendor”.

4. A proposição desitiva encontra-se em condições diferentes, por exemplo esta: “O domínio dos Mouros em Portugal principiou a ficar enfraquecido desde a derrota infligida por Afonso I”. Nesta proposição, estão incluídas as seguintes: “Em Portugal, o domínio dos Mouros anteriormente ao rei Afonso estava florescente, mas acabou

“Imperium Maurorum in Lusitania ante Alphonsum regem florebat, sed postea quam eos^[1] Rex strenuus profligauit, desiit obtinere”. Reapse tamen propositio desitiua est etiam Inceptiua, respiciendo ad diuersa.

[129] 5. Continuatiua est in qua praedicatum non solum ante, sed etiam in praesentia conuenit subiecto.

Exempli gratia. “Ioannes III is fuit qui Lusitanorum rem florentem seruauit”. Haec propositio tria^[2] ex contextu potest complecti: 1. “ante Ioannem rem nostram floruisse”; 2. “sub Ioannem pari gradu stetisse”; 3. “post Ioannem cladem subiisse”.

Omnis igitur propositio in qua aliquid, praeter id quod exprimitur, continetur, est composita: et ut de ea iudicemus, non id tantum quod praefert, sed quod inuoluit, est perpendendum.

De incidente

Propositiones autem complexae quoad materiam, interdum continent alias propositiones, quae “Incidentes” appellantur.

Exempli gratia. “Ioannes V, qui fuit ditissimus omnium regum Lusitanorum, multa magna fieri curauit”. Continetur in subiecto haec propositio: “Qui fuit ditissimus nostrorum regum”. Hoc tamen interest. Incidens exprimit iudicium quod feceram et in praesentia suppono, cum aliud praecipue^[3] adfirmo. Complexa exprimit iudicium quod nunc facio et est praecipuus^[4] adfirmationis scopus. Clarius^[5] incidens exprimit iudicium de modo subiecti (qui modus tamen a subiecto separari potest, firma remanente adfirmatione) et idem ualet ac si adiectiuum, quod idem significaret, subiecto adiungeretur. Complexa exprimit iudicium quod facio de subiecto tali modo adfecto. Quare si falsa est incidens, falsa erit complexa. Nempe si Ioannes V non esset ditissimus, falsa esset propositio.

Quo uero plures fuerint incidentes, eo magis complexa erit propositio.

Exemplum sit illud Ciceronis exordium *Pro Milone*: “Etsi uereor, Iudices, ne turpe sit pro fortissimo uiro dicere incipientem timere, minimeque deceat, cum Titus Annius Milo ipse magis de reipublicae salute quam de sua perturbetur, me ad eius causam parem animi magnitudinem adferre non posse, tamen haec noui iudicii noua forma terret oculos, qui quocumque inciderunt ueterem consuetudinem fori et pristinum more iudiciorum requirunt”. Haec propositio [130] continet plures incidentes in subiecto, ante uerbum “terret”. Propositum enim Ciceroni^[6] est dicere “dandam sibi esse ueniam, quod terretur armatorum corona”.

^[1]eos *R²LNV*] illos *R^t* ^[2]tria ... complecti. *R²LNV*] adfirmat tria *R^t* ^[3]praecipue *R²LNV*] *om. R^t* ^[4]praecipuus *R²LNV*] *om. R^t* ^[5]Clarius ... propositio. *R²LNV*] *om. R^t* ^[6]Ciceroni *R²LNV*] *om. R^t*

por ficar abalado após o rei intrépido os ter desbaratado”. No entanto, a proposição desitiva é realmente também inceptiva, dizendo respeito a coisas diferentes.

[129] 5. A proposição continuativa é aquela em que o predicado convém ao sujeito não apenas no tempo passado, mas também no presente.

Por exemplo, “D. João III é (foi) aquele que manteve florescente o Estado português”. Esta proposição pode incluir, consoante o contexto, estas três: 1. “anteriormente a João III, o nosso Estado era florescente”; 2. “no reinado de João III, permaneceu em situação idêntica”; 3. “após João III, ocorreu uma decadência”.

Portanto, toda a proposição em que está contido algo além do que ela exprime é composta; e para ajuizarmos acerca dela, devemos examinar não apenas o que ela manifesta, mas também o que implica.

As proposições incidentes

As proposições complexas quanto à matéria contêm por vezes outras proposições denominadas “incidentes”.

Por exemplo, “João V, que foi o mais magnífico de todos os reis portugueses, dedicou-se a realizar muitas coisas sumptuosas”. No sujeito desta proposição, está incluído “que foi o mais magnífico dos nossos reis”; e isto tem importância. A proposição incidente exprime o juízo que eu havia feito e que presentemente considero ao afirmar outra coisa como principal. A proposição complexa exprime o juízo que faço presentemente, sendo ele o principal objectivo da afirmação. Com maior clareza, a proposição incidente exprime um juízo acerca de um modo do sujeito (modo esse que pode separar-se do sujeito, permanecendo inalterável a afirmação), tendo o mesmo sentido como se o adjectivo, que significaria a mesma coisa, estivesse unido ao sujeito; e a proposição complexa exprime o juízo que eu estabeleço acerca do sujeito desse modo. Por isso, se a incidente for falsa, é também falsa a complexa. Na verdade, se João V não fosse o mais magnífico, seria falsa a proposição.

Quanto maior número de proposições incidentes houver, tanto mais complexa será a proposição.

Seja o exemplo do exórdio de Cícero em *Pro Milone*: “Decerto, receio, juizes, que seja ridículo e totalmente inconveniente sentir temor ao tomar a palavra para defender um homem de grande coragem – quando por seu lado Tito Ânio Milão está mais preocupado com a salvação do Estado que com a sua própria – e não poder eu fazer uso em sua defesa de uma grandeza de espírito igual à sua; contudo, este aparato insólito de um tribunal de excepção atemoriza os olhares, que para qualquer parte que se voltem procuram em vão a antiga prática do foro e os costumes judiciários de outrora”.

Esta proposição [130] contém em relação ao sujeito várias incidentes anteriormente ao verbo “atemorizar”, dado que o propósito de Cícero é afirmar “deve ser-lhe concedido perdão, porque pôs em fuga um bando de homens armados”.

Plura huiusmodi exempla inuenietis in orationibus, maxime Ciceronis, et in poetis.¹⁸⁷ Legatis septemdecim primos uersus poematis Ludouici^[1] Camoensii, uulgo “*Lusiadas*”, et sciatis esse unam propositionem complexam ex plurimis incidentibus. Immo uix in sermone nostro, praesertim cum aliquanto ornatius loquimur, nisi complexis propositionibus, quae plurimis constant incidentibus, utimur.

Hae uero incidentes non solum in subiecto, sed etiam in praedicato se offerunt, ut “Cicero amicissimus fuit Lucretio, qui erat elegantissimus poetarum”. Aliquando uero utroque loco, ut “Hannibal, qui fuit fortissimus Carthaginiensium, uicit Romanos, qui erant fortissimi omnium populorum”.

Sunt propositiones quae uidentur non habere incidentes, et tamen habent, uelut haec: “Recentiores physiologi ostendunt aërem esse grauem”. Haec enim^[2] propositio duplicem interpretationem^[3] habet. Nam si facit hunc sensum “Aër, ut philosophi recentiores ostendunt, est corpus graue”, tunc illud “recentiores philosophi ostendunt” est incidens membrum. Quod si erat mihi in animo tantum referre quid scripserint philosophi de aëre, hoc casu propositio non habet^[4] incidentem.

Quamobrem quotiescumque se offert propositio ualde complexa, diligenter separemus incidentes, ne decipiamur iudicando. Quod si non liquido constet qualisnam sit incidens propositio, inuestigemus accurate mentem proferentis, et finem quem sibi posuit. Sic facile dignoscemus quid ille, qui profert, tali^[5] propositione adfirmare auet praecipue quid incidenter.

[131]

CAPVT IIII

De propositionis forma

In omni propositione uel duo extrema coniungimus, quod est adfirmare; uel diuellimus, quod est negare. Haec autem adfirmatio, uel negatio uocatur logicis “forma propositionis”.

Proprium adfirmationis uniuersalis^[6] est coniungere extrema secundum amplissimam significationem quam subiectum habet, non secundum eam quam habet praedicatum.

Exempli gratia. Cum dico “Omnis homo est animal”, haec propositio ex communi usu loquendi non significat “Omnis homo est omne genus animalis”, sed hoc tantum: “Omnis homo est aliquod genus animalis”. Id Logici explicant hoc modo: “Adfirmatio uniuersalis^[7] distribuit subiectum, non praedicatum”.

¹⁸⁷ Lucretius elegantissimus^[8] poeta, initio poematis *De Rerum Natura*, Almam Venerem inuocans, textit propositionem constantem plurimis incidentibus, quae tam longa est, ut 34 uersus complectatur.

^[1]Ludouici *R²LNV*] Epici Ludouici *R¹* ^[2]enim *R²LNV*] *om. R¹* ^[3]interpretationem *R²LNV*] intellectum *R¹* ^[4]habet *R²LNV*] habebit *R¹* ^[5]tali ... incidenter. *R²LNV*] unica illa propositione hauet adfirmare. *R¹* ^[6]uniuersalis *R²LNV*] *om. R¹* ^[7]uniuersalis *R²LNV*] *om. R¹* ^[8]elegantissimus poeta *R²LNV*] ille elegantissimus *R¹*

Podemos encontrar muitos exemplos semelhantes nos oradores, sobretudo em Cícero, e também nos poetas.¹⁸⁷ Se lermos os dezassete primeiros versos do poema de Luís de Camões, vulgarmente chamado “*Lusíadas*”, podemos ver que se trata de uma única proposição complexa constituída por várias incidentes. Além disso, na nossa conversação, sobretudo quando por vezes nos exprimimos com adornos de linguagem, dificilmente deixamos de usar proposições complexas formadas por muitas incidentes.

Oferecem-se, porém, proposições incidentes não apenas em relação ao sujeito, mas também ao predicado, como esta: “Cícero tinha muito apreço por Lucrécio, que era o mais distinto dos poetas”. Por vezes, elas apresentam-se em ambos os casos, como em “Aníbal, que foi o mais intrépido dos Cartaginenses, venceu os Romanos, que eram os mais valorosos de todos os povos”.

Há proposições que, parecendo não ser incidentes, são realmente, como esta: “Demonstram os físicos modernos que o ar é pesado”. Na verdade, esta proposição tem duas interpretações. Com efeito, se o sentido for “o ar, como demonstram os físicos modernos, é um corpo pesado”, então “demonstram os físicos modernos” é um elemento incidente; se, porém, for minha intenção aludir apenas ao que escreveram os filósofos sobre o ar, neste caso a proposição não tem elementos incidentes.

Assim, todas as vezes que se proporciona uma proposição muito complexa, devemos distinguir com diligência as incidentes para não incorrerem em erro ao ajuizar. E, se não for claramente evidente quais sejam as proposições incidentes, indaguemos com solicitude a intenção de quem as expõe e a finalidade que se propôs. Se reconhecermos facilmente o que pretende antes de tudo afirmar com tais proposições aquele que as expõe, saberemos quais são as incidentes.

[131]

CAPÍTULO IV

A forma da proposição

Em qualquer proposição, ou unimos os dois extremos, o que é afirmar, ou os separamos, o que é negar. Esta afirmação ou negação é denominada pelos lógicos “a forma da proposição”.

É característico da afirmação universal unir os extremos segundo a significação mais extensa que possui o sujeito e não segundo aquela que possui o predicado.

Por exemplo, quando digo “todo o homem é animal”, segundo o uso comum de falar esta proposição não significa “todo o homem é todo o género animal”, mas apenas “todo o homem é algum género animal”. Os lógicos explicitam isso deste modo: “A afirmação universal distribui o sujeito e não o predicado”.

¹⁸⁷ Lucrécio, um poeta muito distinto, invocando a deusa Vénus no início do poema *De Rerum Natura*, escreveu uma proposição constituída por várias incidentes, que é tão extensa que compreende trinta e quatro versos.

Negatio uero uniuersalis^[1] diuellit omne praedicatum ab omni subiecto. Cum dico “Nullus homo est lapis”, hoc dico: “Nec hic, nec ille, nec alius homo est ullum genus lapidis”. Iccirco logici dicunt negationem uniuersalem^[2] distribuere praedicatum et subiectum.

Interdum uero occurrunt propositiones quae uidentur negantes,^[3] reapse sunt adfirmantes, quia negatio non adficit uerbum, sed uel subiectum uel praedicatum, ut “Non meditate scribens fallitur plerumque”, “Equus est non homo”. Sensus primae est: “Ille qui scribit res non meditatatas fallitur plerumque”. Sensus secundae est: “Equus est res aliqua quae non est homo”.

E diuerso sunt propositiones quae uidentur adfirmantes,^[4] re negant. Id tiro facilius intelliget, si expenderit qualis sit scopus^[5] proferentis, non enim ex uerborum ordine et sono, qui fallit interdum, sed ex fine proferentis iudicanda haec sunt. Clarius id cognoscitur in syllogismis quam in propositionibus seorsum sumtis. Exemplo sit ille syllogismus peruulgatus:

Omnis bonus pastor paratus est animam ponere pro ouibus suis.

[132] *Hoc saeculo pauci sunt pastores qui parati sint animas ponere pro ouibus suis.*

Igitur, hoc saeculo pauci sunt boni pastores.

Secunda et tertia propositio huius syllogismi uerbis uidentur adfirmantes,^[6] re sunt negantes et faciunt hunc sensum: “Plurimi hoc saeculo pastores non sunt parati animam ponere pro ouibus suis”. Ex quo bene^[7] colligimus: “Plurimi hoc saeculo pastores^[8] non sunt pastores boni”. Haec diligenter animaduertenda sunt, praesertim cum syllogismos expendimus, ne per errorem iudicemus peccare eos in leges communes, cum tamen non peccent.

CAPVT V

De propositionis quantitate

Quando praedicatum pluribus aut paucioribus subiectis conuenit, uel repugnat, haec uocatur “quantitas propositionis”. Id plerumque ex ampliori, aut strictiori subiecti significatione deriuatur.^[9]

Itaque cum subiectum pro omnibus indiuiduis accipitur, pro quibus accipi potest, uocatur propositio “uniuersalis”, ut “Omnis homo est uiuens”. Sin autem unum indiuiduum significet, quin ullum certum designet, nominatur^[10] “particularis”, ut “Aliquis homo est uiuens”. Quod si aliquod indiuiduum peculiari appellatione

^[1]uniuersalis *R²LNV*] *om. R¹* ^[2]uniuersalem *R²LNV*] *om. R¹* ^[3]negantes ... adfirmantes *R²LNV*] negatiuae reapse sunt adfirmatiuae *R¹* ^[4]adfirmantes ... negant. *R²LNV*] adfirmatiuae, reapse uero negant. *R¹* ^[5]scopus *R²LNV*] mens *R¹* ^[6]adfirmantes ... negantes *R²LNV*] adfirmatiuae, tamen sunt negatiuae *R¹* ^[7]bene *R²LNV*] ita *R¹* ^[8]pastores non sunt *R²LNV*] non sunt pastores *R¹* ^[9]deriuatur. *R²LNV*] proficiscitur. *R¹* ^[10]nominatur *R²LNV*] uocatur *R¹*

Quanto à negação universal, ela separa todo o predicado de todo o sujeito. Quando digo “nenhum homem é pedra”, afirmo “nem este, nem aquele, nem outro homem é qualquer espécie de pedra”. É por isso que os lógicos afirmam que a negação universal distribui o predicado e o sujeito.

Ocorrem, no entanto, por vezes proposições que, parecendo negativas, são realmente afirmativas pelo facto de a negação não afectar o verbo, mas o sujeito ou o predicado, como em “não reflectindo ao escrever, geralmente caímos em erro” e em “um cavalo é um não-homem”. O sentido da primeira é “aquele que escreve coisas sobre as quais não reflectiu geralmente cai em erro”; e o da segunda, “um cavalo é uma coisa que não é homem”.

Diversamente, existem proposições que, parecendo afirmativas, são na realidade negativas. Um principiante de filosofia apercebe-se disso, se considerar atentamente o propósito de quem as enuncia, pois não é pela ordem e pela inflexão das palavras, que por vezes induzem em erro, mas atendendo à finalidade de quem as profere, que devemos emitir juízos sobre estes assuntos. Isto reconhece-se com maior clareza nos silogismos que nas proposições tomadas separadamente. Seja exemplo um silogismo muito vulgar:

- Todo o bom pastor está disposto a dar a vida pelas suas ovelhas;*
[132] *no século actual, há poucos pastores que estejam dispostos a dar a vida pelas suas ovelhas; portanto, no século actual poucos são os bons pastores.*

Atendendo às palavras, a segunda e a terceira proposições deste silogismo parecem afirmativas, mas são realmente negativas e têm o seguinte sentido: “No século actual, a maior parte dos pastores não estão dispostos a dar a vida pelas suas ovelhas”, de onde se conclui com legitimidade: “No século actual, a maior parte dos pastores não são bons pastores”. Devemos prestar atenção escrupulosamente a estas coisas, sobretudo ao considerarmos os silogismos, para não ajuizarmos erroneamente que eles pecam contra as regras gerais quando, porém, não pecam.

CAPÍTULO V

A quantidade da proposição

Quando o predicado convém ou é incompatível com muitos ou poucos sujeitos, chama-se a isso “a quantidade da proposição”, que na maioria das vezes se origina na maior ou na menor amplitude da significação do sujeito.

Assim, quando o sujeito está tomado relativamente a todos os indivíduos a respeito dos quais isso é possível ocorrer, a proposição denomina-se “universal”, como “todo o homem é vivente”. Se, porém, ele significar um único indivíduo, não significando nenhum determinado, denomina-se “particular”, como “algum homem é vivente”. Mas, se ele significar um indivíduo segundo uma denominação peculiar,

designetur, dicitur^[1] “singularis”, ut “Ioannes est uiuens”. Postremo si nullum nomen addatur quod uel extendat uel restringat significationem^[2] nominis, appellatur “indefinita”, ut “Homo est uiuens”, “Homo est albus”.

Harum duas ultimae classes reducuntur ad priores. Nam “Ioannes” nihil amplius significare potest quam “hunc Ioannem”. Propterea^[3] singularis propositio, cum^[4] de forma quaeritur, habetur pro uniuersali.

Indefinita^[5] autem si materia^[6] est necessaria, ut “Homo est animal”, censetur uniuersalis, nam^[7] esse animal necessario conuenit omni homini. Si uero est contingens, “Homo est albus” habetur pro particulari: non enim omnes homines sunt albi, sed^[8] aliqui tantum.

Quando praedicatum ita conuenit omnibus, ut nullus [133] excipi queat, uocatur “uniuersalis metaphysice”, ut “Omnis homo est animal”. Si uero ita conuenit, ut possit alicui interdum non conuenire, dicitur^[9] “uniuersalis moraliter”, ut “Aethiopes sunt libidinosi”, “Graeca fides non est firma”. Quamuis enim, si utriusque gentis mores^[10] consideramus, uerum sit plerosque iis flagitiis inquinari, aliquando tamen excipiuntur non nulli.

Plurimum tamen interest philosophi, ex particularibus propositionibus uniuersales deducere, quibus nostrarum cognitionum fines prorogentur. Id ut faciamus, consideremus oportet quonam pacto praedicatum particularis cum subiecto consentit; eamque explicationem addamus quae praedicatum ad omnia subiecta trahat.

Exempli gratia, in hac propositione “Quidam homo est philosophus”, si inuestigamus cur praedicatum subiecto consentiat, reperiemus causam esse propterea quia aliqui homines facultate gaudent rerum causas perspicue intelligendi, et inde per ratiocinationem consecutiones inferendi.^[11] Itaque faciam uniuersalem hoc modo: “Omnis homo qui facultatem habet rerum causas inuestigandi et sua pronuntiata demonstrandi est philosophus”.

Hac ratione et cognitiones mentis nostrae mirandum in modum augentur, et grauiores disciplinae ad summum fastigium prouehuntur, nam quod subiecto uniuersali tribuitur singulis sub^[12] eo contentis tribui potest. Quod ipsum est dilatare fines nostrae inuestigationis.

COROLLARIUM

Hinc omnes propositiones ad quatuor classes referuntur.

Id^[13] exprimunt logici quatuor litteris: A^[14] “aitem” seu “adfirmantem”, E “negantem”, I uniuersales; I “aitem”, O “negantem”, particulares significant.

^[1]dicitur *R²LNV*] nominatur *R¹* ^[2]significationem ... appellatur *R²LNV*] significatum subiecti nominis, uocatur *R¹* ^[3]Propterea *R²LNV*] Eapropter *R¹* ^[4]cum ... habetur *R²LNV*] habetur aliquando *R¹* ^[5]Indefinita autem *R²LNV*] Sed indefinita *R¹* ^[6]materia *R²LNV*] *om. R¹* ^[7]nam *R²LNV*] Quia *R¹* ^[8]sed ... tantum. *R²LNV*] *om. R¹* ^[9]dicitur *R²LNV*] est *R¹* ^[10]mores ... inquinari *R²LNV*] uiuendi ritum consideramus, plerique omnes his flagitiis inquinati sint *R¹* ^[11]inferendi. *R²LNV*] deducendi. *R¹* ^[12]sub eo *R²LNV*] in eo *R¹* ^[13]Id *R²LNV*] quod *R¹* ^[14]A aitem ... O negantem *R²LNV*] A adfirmatiuam, E negatiuam uniuersales, I adfirmatiuam, O negatiuam *R¹*

diz-se “singular”, como “João é vivente”. Por último, se não se ajuntar nenhuma palavra que amplie ou restrinja a significação do nome, chama-se “indefinida”, como “homem é vivente” e “homem é branco”.

As duas últimas espécies reduzem-se às primeiras. Dado que “João” apenas pode significar “este João”, no que respeita à forma a proposição singular considera-se universal.

Quanto à indefinida, tratando-se de matéria necessária, por exemplo “homem é animal”, considera-se universal, visto que ser universal convém necessariamente a todo o homem. Tratando-se, porém, de matéria contingente, como em “homem é branco”, considera-se particular, pois nem todos os homens são brancos, mas apenas alguns.

Quando o predicado convém de tal modo a todos os indivíduos significados pelo sujeito [133] que nenhum deles pode excluir-se, a proposição denomina-se “metafisicamente universal”, como “todo o homem é animal”. Se, porém, ela convém, podendo, no entanto, não se conformar por vezes com algum deles, diz-se “moralmente universal”, como “os Etíopes são libidinosos”, “a fé dos Gregos não é consistente”. Embora seja verdadeiro, considerando os costumes desses povos, que a maioria deles estão inquinados por essas depravações, contudo, por vezes alguns fazem exceção.

Importa, no entanto, que os filósofos infiram proposições universais de outras particulares por meio das quais se possam superar os limites dos nossos conhecimentos. Para conseguirmos isto, é necessário que examinemos o modo como o predicado da proposição particular se conforma com o sujeito e que acrescentemos a explicação de que o predicado se atribui a todos os sujeitos.

Por exemplo, na proposição “algum homem é filósofo”, se indagarmos a razão por que o predicado concorda com o sujeito, concluiremos que ela consiste em que alguns homens possuem a faculdade de perceber com clareza as causas das coisas e, além disso, de inferir consequências pelo raciocínio. Por isso, estabeleço esta proposição universal: “Todo o homem que possui a faculdade de investigar as causas das coisas e de demonstrar as suas afirmações é filósofo”.

É por este motivo que também se incrementam de um modo digno de admiração os conhecimentos da nossa mente e que as disciplinas mais severas são elevadas ao ponto culminante, pois o que se atribui ao sujeito universal pode atribuir-se a cada uma das coisas que nele estão contidas. Isto significa superar os limites da nossa investigação.

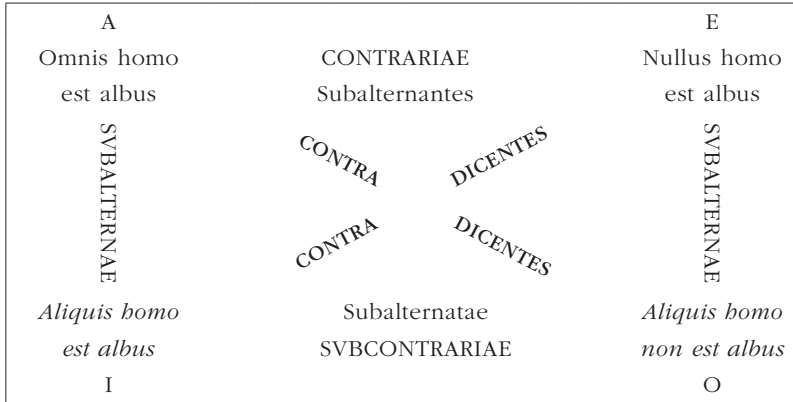
COROLÁRIO

Todas as proposições se reduzem a quatro categorias.

Os lógicos exprimem isto por quatro letras: *A*, significa “afirmativa”; *E*, “negativa universal”; *I*, “afirmativa”; *O*, “negativa particular”.

De oppositione

Oppositio propositionum est comparatio duarum propositionum, quae idem praedicatum et subiectum habent, mutata uel^[1] forma, uel quantitate, uel utraque. Iam si propositiones hoc modo comparamus, quadrifariam^[2] inter se [134] opponi facile intelligemus. Quarum differentiam indicat^[3] haec figura, quae diligenter est consideranda.



COROLLARIA

I. *Hinc si uera est propositio uniuersalis, uera etiam erit subalterna particularis; non contra.*

II. *Hinc si falsa est particularis, falsa etiam erit uniuersalis subalterna; non^[4] contra.*

III. *Hinc Subalternae possunt esse simul uerae: “Omnis homo est animal”, “Aliquis homo est animal”; et simul falsae: “Nullus homo est animal”, “Aliquis homo non est animal”. Quare non sunt stricte oppositae.*

III. *Hinc contradicentium^[5] seu contradictoriarum altera necessario erit uera, altera falsa.*

Nam^[6] quod affirmatur in una, eodem sensu negatur in alia; eadem^[7] autem res nequit simul esse et non esse. Ideo sunt oppositae.¹⁸⁸

¹⁸⁸ Negarunt^[8] id ueteres aliquid, ut Heraclitus, Democritus, Protagoras alique, nec non et sceptici. Illi affirmabant contradicentia^[9] posse esse simul uera, propterea quod negabant falsitatem et existimabant quidquid unicuique uidetur uerum ita esse. Hi uero contendebant, contradicentia^[10] posse esse simul falsa, quia tollebant omnem ueritatem. Sed^[11] de his disputabimus lib. V, t. 1, capt. 1, 2, 4.

^[1]uel R^2LNV] tantum R^I ^[2]quadrifariam ... intelligimus. R^2LNV] apertum est quadrifariam inter se opponi. R^I ^[3]indicat R^2LNV] exhibet R^I ^[4]non R^2LNV] non uero R^I ^[5]contradicentium, seu R^2LNV] om. R^I ^[6]Nam quod R^2LNV] Quod R^I ^[7]eadem ... nequit R^2LNV] Idem autem non potest R^I ^[8]Negarunt ... sceptici. R^2LNV] Negarunt hanc ueritatem ueteres quidam, ut Heraclitus, Anaxagoras, Protagoras, Empedocles, Cratylus et etiam sceptici. R^I ^[9]contradicentia R^2LNV] contradictoria R^I ^[10]contradicentia R^2LNV] contradictoria R^I ^[11]Sed ... disputabimus R^2LNV] Vide quae disputabimus R^I

A oposição

A oposição das proposições é a comparação de duas proposições que possuem o mesmo predicado e o mesmo sujeito, diferindo segundo a forma, a quantidade, ou ambas. Se compararmos desse modo as proposições, é fácil compreender que elas se opõem de quatro maneiras, [134] das quais a figura seguinte dá a conhecer as diferenças, que devem ser examinadas cuidadosamente.



COROLÁRIOS

I. *Se for verdadeira a proposição universal, é também verdadeira a subalterna particular, mas não ao invés.*

II. *Se for falsa a particular, é também falsa a universal subalterna, mas não ao invés.*

III. *As subalternas podem ser simultaneamente verdadeiras (“Todo o homem é animal”, “Algum homem é animal”) e simultaneamente falsas (“Nenhum homem é animal”, “Algum homem não é animal”).* Por isso, elas não são opostas em sentido estrito.

IV. *Das contradicentes ou contraditórias, uma é necessariamente verdadeira e a outra falsa.*

Com efeito, o que é afirmado numa delas é negado na outra segundo o mesmo sentido, e a mesma coisa não pode ser e deixar de ser ao mesmo tempo. Por isso, elas são verdadeiramente opostas.¹⁸⁸

¹⁸⁸ Alguns antigos recusaram isto, como Heraclito, Demócrito, Protágoras e outros, além dos cépticos. Eles afirmavam que as contraditórias podiam ser simultaneamente verdadeiras, dado negarem a falsidade e considerarem que aquilo que parecia verdadeiro a cada um era dessa maneira. E eles sustentavam que as contraditórias podiam ser simultaneamente falsas por abolirem toda a verdade. Mas irei discorrer sobre este assunto no livro quinto (1ª parte, caps. 1, 2 e 4).

[135] V. *Hinc Contrariae simul falsae esse possunt, simul uerae non possunt.*

Possunt esse simul falsae, si sunt contingentes, uel^[1] impossibiles. Simul uerae esse^[2] non possunt, quia tunc (per I.) simul uerae essent subalternae earum; et, quod inde sequitur,^[3] contradicentes essent^[4] simul uerae.

VI. *Hinc Subcontrariae possunt esse simul uerae, non^[5] simul falsae.*

Nam uerum est aliquem hominem esse album, nempe Europaeum; item^[6] uerum est aliquem hominem non esse album, scilicet^[7] Aethiopem. E diuerso si falsum est aliquem hominem esse lapidem, fit consequens multum remanere subiectum, de quo uerum sit dicere esse lapidem. Vnde uera erit subcontraria alia, “aliquis homo non est lapis”. Hae propositiones, quia non habent idem subiectum, reapse non sunt oppositae.

SCHOLION

Haec,^[8] si recte intelligantur, omnino sunt accommodata ad^[9] uerum inuestigandum. Nam si cognosco aliquam propositionem esse falsam, harum regularum ope, quid uerum sit, colligo. Et^[10] qui ad eas animum non aduertunt, fieri non potest quin uel uoce, uel scripto decertantes in λογισμὰς, (logomachiam) incidant, propterea quod non utuntur terminis contradicentibus.

De aequipollentia^[11]

Possunt tamen duae propositiones re^[12] oppositae reuocari ad eandem^[13] sententiam ope particulae “non”, quo casu uocantur logicis “aequipollentes”, quasi^[14] dicas eundem sensum habentes. Id ut faciant, plurima illi^[15] quidem praescribunt, et doctrinam non inutilem uersiculis et regulis satis^[16] multis [136] obscurant. Haec tamen accurata uocabulorum explanatione^[17] multo facilius et melius, quam legibus, fieri^[18] solent, atque ex communi usu loquendi sine ullis praeceptis intelligitur, quando particula “non” uariet^[19] sensum. Quare ex grammaticae regulis potius, quam ex Logica, petenda sunt. Regula autem est:

Prae Contradic; *post* Contra; *prae, postque* Subalter.

Quae hoc significat: “Negatio in contradicentibus^[20] praeponitur subiecto, ut fiant aequipollentes, in contrariis post subiectum, in subalternis ante et post subiectum”.

^[1]uel impossibiles. R^2LNV] *om.* R^1 ^[2]esse non possunt R^2LNV] non possunt esse R^1 ^[3]sequitur R^2LNV] fit consequens R^1 ^[4]essent ... uerae. R^2LNV] simul uerae essent. R^1 ^[5]non R^2LNV] non tamen R^1 ^[6]item uerum est R^2LNV] uerum etiam est R^1 ^[7]scilicet R^2LNV] nimirum R^1 ^[8]Haec R^2LNV] Hae regulae R^1 ^[9]ad uerum inuestigandum. R^2LNV] ad inuestigandum ueritatem. R^1 ^[10]Et qui ... contradicentibus. *pro* Et qui ... non uersantur. R^1 : *vd. infra Annexum XVII.* ^[11]De aequipollentia R^2LNV] De aequipollentibus R^1 ^[12]re R^2LNV] reapse R^1 ^[13]eandem sententiam R^2LNV] eundem sensum R^1 ^[14]quasi ... habentes. R^2LNV] *om.* R^1 ^[15]illi quidem R^2LNV] ipsi R^1 ^[16]satis R^2LNV] *om.* R^1 ^[17]explanatione R^2LNV] explicacione R^1 ^[18]fieri solent R^2LNV] reducuntur R^1 ^[19]uariet R^2LNV] mutet R^1 ^[20]contradicentibus R^2LNV] contradictoriis R^1

[135] V. *As contrárias podem ser simultaneamente falsas, mas não simultaneamente verdadeiras.*

Elas podem ser falsas ao mesmo tempo, se forem contingentes ou impossíveis. Mas não podem ser verdadeiras simultaneamente porque nesse caso (segundo o Corolário I) seriam ao mesmo tempo verdadeiras as suas subalternas e, conseqüentemente, as contraditórias seriam simultaneamente verdadeiras.

VI. *As subcontrárias podem ser simultaneamente verdadeiras, mas não simultaneamente falsas.*

Efectivamente, é verdadeiro que algum homem é branco, isto é, o homem europeu; e também é verdadeiro que algum homem não é branco, por exemplo um etíope. Diversamente, sendo falso que algum homem é pedra, infere-se que não existe nenhum sujeito a respeito do qual fosse verdadeiro dizer-se que é uma pedra, sendo por isso verdadeira a outra subcontrária “algum homem não é pedra”. Por não possuírem o mesmo sujeito, estas proposições não são realmente opostas.

ESCÓLIO

Se entendermos convenientemente estes assuntos, eles são totalmente adequados para investigar a verdade. Com efeito, se eu souber que uma proposição é falsa, com o auxílio destas regras concludo que isso é verdadeiro. E se alguém não lbes prestar atenção, não pode suceder que nas controvérsias orais e escritas não caia em λογολαχίαν [logomaquia], dado não se servir das proposições contraditórias.

A equipolência

Duas proposições realmente opostas podem reduzir-se à mesma proposição por meio da partícula “não”, denominando-as neste caso os lógicos “equipolentes”, ou seja, têm o mesmo sentido. No entanto, para estabelecerem isso, eles prescrevem muitas coisas e obscurecem em versículos e com regras abundantes uma doutrina que, porém, não é desprovida de utilidade. [136] Mas este assunto costuma tornar-se muito mais fácil e mais inteligível por meio de uma explicação cuidadosa dos vocábulos do que por meio de regras; e compreende-se sem necessidade de preceitos pelo uso da linguagem comum quando a partícula “não” altera o sentido. Portanto, é na gramática mais que a lógica que as regras devem ser procuradas. A regra é, porém, a seguinte:

Prae Contradic; *post* Contra; *prae, postque* Subalter.

Ela significa: «A negação nas contraditórias prepõe-se ao sujeito para elas se tornarem equipolentes; nas contrárias, pospõe-se ao sujeito; nas subalternas, coloca-se antes e depois do sujeito”.

A conversão

Sucedem por vezes nas disputas invertermos os termos das proposições, o que ocasiona que elas resultem confusas, ocorrendo isso quer por inadvertência nossa

De conuersione

Euenit aliquando, cum disputamus, ut^[1] terminos propositionum inuertamus, ac propositiones ipsas perturbate efferamus, idque uel per imprudentiam nostram, uel cauillationem colloctoris. Vocatur haec “conuersio”. Quo uero id ita fiat, ut semper eundem sensum praeferant ac^[2] ambae propositiones uerae maneant, haec seruanda sunt:

1. Vniuersalis negans^[3] et particularis aiens si conuertantur, seruetur eadem quantitas hoc modo: “Nullus homo est lapis”, “Nullus lapis est homo”, “Aliquis homo est uiuens”, “Aliquod uiuens est homo”. Haec conuersio dicitur “simplex”.

2. Vniuersalis aiens^[4], si conuertatur, mutari debet quantitas uniuersalis in particularem, ut “Omnis homo est animal”, “Aliquod animal est homo”. Secus est^[5] falsa.¹⁸⁹ Haec uocatur “per accidens”. Eodem modo conuerti potest uniuersalis negans,^[6] ut “Nullus homo est lapis”, “Aliquis lapis non est homo”.

3. Particularis negans^[7] nequit alio modo conuerti, nisi termini finiti fiant indefiniti adhibita “non”, quod uocatur “per contrapositionem”, ut “Aliquis homo non est iustus”, “Aliquod non iustum est non homo”, quod^[8] ualet: “Aliquod ens quod non est iustum, ueluti lapis, etiam non est homo”, quod est uerum. Item uniuersalis aiens^[9] “Omnis homo est animal”, “Omne non animal est non homo”, quasi dicas, “Omne id quod non est animal etiam non est homo”, quod nemo^[10] dubitat.¹⁹⁰

[137] Haec autem conuertendi ratio est prorsus inutilis. Quod si talis propositio occurrat, reducatur ad terminos finitos, quo facilius, quid significet, intelligatur. Hae regulae duobus uersiculis continentur:

E, I, simpliciter conuertitur; E, A, per accid.

A, O, per contra. Sic fit conuersio tota.

SCHOLION^[11]

Vt aequipollentia, sic conuersio propositionum ex grammatica potius quam ex logica, est colligenda. Non enim logici aliquid reconditum et inauditum docent, sed

¹⁸⁹ Ex dictis cap. superiori.

¹⁹⁰ Oppositionis,^[12] aequipollentiae, et conuersionis regulas non aliter ad usum reducimus, nisi ratiocinantes hoc modo: “Idem nequit simul esse, et non esse”. Sed si hae duas: “Omnis homo est animal”, “Aliquis homo non est animal”; essent uerae, idem simul esset, et non esset. Ergo si prima est uera, altera falsa est. Sed uera prima, falsa igitur secunda. Eadem ratione in aequipollentia et conuersione colligimus. Sed haec, ex iis quae de syllogismis infra dicentur, cariora euadent.

^[1]ut terminos ... efferamus R^2LNV] ut propositiones perturbate efferamus, id est, quod erat primum secundo loco ponatur R^1 ^[2]ac ... maneant R^2LNV] *om.* R^1 ^[3]negans ... aiens R^2LNV] negatiua et particularis adfirmatiua R^1 ^[4]aiens R^2LNV] adfirmatiua R^1 ^[5]est falsa. R^2LNV] non praefert eundem sensum. R^1 ^[6]negans R^2LNV] negatiua R^1 ^[7]negans nequit R^2LNV] negatiua non potest R^1 ^[8]quod ... est uerum. R^2LNV] *om.* R^1 ^[9]aiens R^2LNV] adfirmatiua R^1 ^[10]nemo dubitat. R^2LNV] est uerum. R^1 ^[11]SCHOLION ... nefas erat! *om.* R^1 ^[12]Oppositionis ... euadent. R^2LNV] *om.* R^1

quer em virtude dos sofismas dos interlocutores. Chama-se a isto “conversão”. Sobre o modo como deve proceder-se neste caso para se declarar sempre o mesmo sentido e permanecerem verdadeiras ambas as proposições, devem observar-se estas regras:

1. Na conversão, a universal negativa e a particular afirmativa conservam a mesma quantidade; por exemplo, “nenhum homem é pedra”, “nenhuma pedra é homem” e “algum homem é vivente”, “algum vivente é homem”. Esta conversão denomina-se “simples”.

2. Na universal afirmativa, se for convertida, deve alterar-se a quantidade universal em particular (como “todo o homem é animal”, “algum homem é animal”), de contrário a proposição é falsa.¹⁸⁹ Esta chama-se “conversão por acidente”. De forma idêntica, pode também converter-se a universal negativa, como “nenhum homem é pedra” em “alguma pedra não é homem”.

3. A particular negativa apenas pode converter-se se os termos definidos se tornarem indefinidos, fazendo uso da partícula “não”. Chama-se a isto “conversão por contraposição”, como em “algum homem não é justo” e “algum não justo é não-homem”, que significam “algum ente que não é justo, como a pedra, também não é homem”, o que é verdadeiro. O mesmo sucede com as proposições universais afirmativas “todo o homem é animal” e “todo o não-animal é não-homem”, que significam “tudo aquilo que não é animal também não é homem”, o que ninguém põe em dúvida.¹⁹⁰

[137] Contudo, este processo de conversão é totalmente supérfluo. E, se ocorrer uma dessas proposições, deve ser convertida em termos definidos para se poder entender mais facilmente a sua significação. As regras mencionadas estão contidas em dois versículos:

*E, I, convertem-se simplesmente; E, A, por acidente;
A, O, por contradição. Assim se realiza toda a conversão.*

ESCÓLIO

Tal como sucede na equipolência, também a conversão das proposições deve preferentemente ser examinada com base na gramática e não na lógica. Com efeito, os lógicos não ensinam algo recôndito e inaudito, mas declaram algumas vezes, segundo o modo comum de falar, que a partícula “não” disposta num lugar diferente altera o sentido das proposições (certamente, das proposições orais, pois as mentais são

¹⁸⁹ Com base no que foi referido no capítulo anterior.

¹⁹⁰ Servi-me das regras da oposição, da equipolência e da conversão considerando apenas os que raciocinam deste modo: “A mesma coisa não pode ser e deixar de ser ao mesmo tempo”. Mas se estas duas proposições “todo o homem é animal” e “algum homem não é animal” fossem simultaneamente verdadeiras, a mesma coisa seria e não seria ao mesmo tempo. Portanto, se a primeira é verdadeira, a segunda é falsa. Porém, a primeira é verdadeira e por isso a segunda é falsa. Infiro de forma idêntica na equipolência e na conversão. No entanto, estes assuntos tornar-se-ão mais claros com base no que vai ser definido posteriormente acerca dos silogismos.

oculis subiiciunt, quando ex communi usu loquendi particula “non” hoc uel illo loco posita sensum uariet propositionum (uocalium nempe, nam mentales sunt indiuiduae, et semper sunt eadem dum manent; sin aliqua idea additur, aut mutatur, diuersae: nec proinde possunt conuerti, nec nisi lata acceptione aequipollere). Quod eo magis perspicuum erit, si reputauerimus logicorum uulgatas regulas non nisi in Latina lingua, idque maxime in sermone logico, ualere; immo tales excogitari posse propositiones, in quibus non ad amussim ualeant, in uulgatis uero pro uarietate linguarum persaepe uariare, cuius en exemplum. Aiunt, duas negationes sensum aientem facere. Sed hoc non nisi in Latina lingua est uerum, nam in quibusdam uulgatis, in quibus est Lusitana, duae negationes interdum sensum negantem praeferunt. Vt si logicis mos gerendus esset, non nisi Latine de his unquam disputare liceret. En mysteria illa ueterum logicorum, quae pondere nefas erat!

[138]

CAPVT VI

De quibusdam propositionibus quae in usu sunt apud philosophos.

Sunt^[1] autem propositiones quaedam quae cum praecipuum usum in indagatione ueri habeant, a philosophis saepissime adhibentur, et suis nominibus distinguuntur, de quibus nos breuiter, sed accurate dicemus.

Definitio rei^[2]

Propositio quae naturam rei distincte, complexim et^[3] adaequate explicat uocatur “definitio rei” seu “realis”. Quae^[4] quomodo intelligenda sunt, ex iis quae de notitia distincta, completa^[5] et adaequata diximus,^[9] palam est. Nisi^[6] enim tales ideas ac notitias habeamus, rem definire non possumus, cum definitio ista nihil aliud sit quam idea adaequata rei.

COROLLARIA

I. *Hinc debet percensere notas omnes quae rem definitam ab aliis omni tempore et loco secernunt. Secus* ^[7] *non est definitio, sed descriptio.*

Exempli gratia, si dico “Horologium^[8] est machinatio, hoc et illo modo facta, quae uel stilo uel percussione ostendit quota sit hora diei”, haec est definitio “horologii”,

^[9] Lib. III, part. I, cap. 3.

^[1]Sunt ... dicemus. *R²LNV*] *pro* Sunt aliae propositiones ... debent persenseri. *R¹*: *vd. infra Annexum XVIII.* ^[2]Definitio rei *R²LNV*] **I** *R¹* ^[3]et adaequate *R²LNV*] *om. R¹* ^[4]Quae *R²LNV*] Haec *R¹* ^[5]completa et adaequata *R²LNV*] et completa *R¹* ^[6]Nisi ... rei. *R²LNV*] *om. R¹* ^[7]Secus *R²LNV*] si non omnes enumerat *R¹* ^[8]horologium ... facta *R²LNV*] horologium esse machinationem *R¹*

indivisíveis, sendo sempre as mesmas enquanto subsistirem; mas, ajuntando-lhes ou alterando alguma ideia, são diferentes, não podendo por isso ser convertidas nem ser equipolentes, excepto na acepção lata). Isto torna-se mais evidente se considerarmos que as regras usuais dos lógicos apenas são válidas na língua latina, principalmente na linguagem lógica; mais que isso, podem imaginar-se proposições em que elas não sejam rigorosamente válidas, pois essas regras variam muitíssimas vezes com a diversidade das línguas. Eis um exemplo: diz-se que duas negativas originam um sentido afirmativo, mas isto é apenas verdadeiro na língua latina, dado que nalgumas línguas vulgares, entre as quais a portuguesa, por vezes duas negativas manifestam um sentido negativo. Como se aos lógicos lhes fosse permitido discorrer em algum momento apenas em latim a respeito destes assuntos. Eis os mistérios dos lógicos antigos que era interdito revelar!

[138]

CAPÍTULO VI

Algumas proposições usadas pelos filósofos

Existem certas proposições que por terem um uso especial na investigação da verdade são apresentadas muitíssimas vezes pelos filósofos e distinguidas pelos seus nomes. Vou discorrer sobre elas com brevidade e diligência.

A definição da coisa

A proposição que explica de modo distinto, completo e adequado a natureza de uma coisa chama-se “definição da coisa” ou “definição real”, cujo entendimento se deduz claramente daquilo que afirmei sobre o conhecimento distinto, completo e adequado.¹⁹¹ Se não possuímos essas ideias e conhecimentos, não podemos definir uma coisa, dado que a definição é apenas a ideia adequada de uma coisa.

COROLÁRIOS

I. *Devem referir-se todas as características que distinguem a coisa definida das outras em todo o tempo e lugar*, de contrário não é uma definição, mas uma *descrição*.

Por exemplo, se eu disser “um relógio é uma máquina construída de uma determinada maneira e que por meio de um ponteiro ou por percussão dá as horas do dia”, trata-se da definição de “relógio”, pois em qualquer lugar ela caracteriza um relógio; porém, se eu disser “é uma estrutura redonda pendente de uma cadeia que está próxima do leito”, esta proposição, embora clara, é a descrição de um relógio, pois apenas enumera os atributos que por vezes lhe convêm ou que podem convir a outros relógios. De facto, se o relógio não estivesse pendente perto do leito, mas

¹⁹¹ Liv. III, 1ª parte, cap. 3.

quia in omni loco distinguit horologium. Si^[1] dico “Est fabricatio rotunda quae pendet ex catena prope lectum”, haec propositio, tametsi clara, est descriptio horologii, quia solum numerat adtributa quae aliquando ei^[2] conueniunt, uel aliis possunt conuenire. Nam si horologium non prope lectum penderet, sed super mensam esset, aut si loco horologii globus alius e catenula penderet, non intelligeres quid ego designare^[3] uellem. Quae nota est communis cum multis uocatur “genus”, ut “machinatio”; quae peculiaris eius^[4] rei est uocatur “differentia”, ut reliquae.

[139] II. *Hinc nec terminis latioris nec angustioris significationis constare debet quam definitum.* Nam utroque casu non secernet rem definitam ab aliis.

Exempli gratia, male definitio “equum” hoc modo, Ens quod ambulat, quia latius patet definito. Item male definitio “hominem” tali modo, Animal eruditum, quia id non conuenit omnibus hominibus. Quare definitio debet stricte rei definitae congruere, ut altera de altera uerissime possit adfirmari, quod logici uocant “reciprocari cum definito”.

III. *Hinc clarior esse debet re definita.* Aliter nec exponet naturam rei, nec eam distinguet a reliquis.

Peccant in hanc legem philosophi multiplici nomine:

1. Cum explicant rem uerbis synonymis,^[5] ut peripatetici, qui definiunt “infinite” hoc modo: “quod fines non habet. Nam id ipsum intelligimus, audita uoce ‘infinite’”. Verumtamen definitione identica interdum commode utimur, si uocabula non nulla^[6] antea explicauimus.

2. Cum uerbis ualde obscuris rem definiunt, ut iidem peripatetici, qui animum hoc modo definiunt “Actus primus corporis naturalis organici potentia uitam habentis” et his similes finitiones. Etenim, his auditis, incertior sum de natura animae, quam ante.

3. Cum uocabulis negantibus^[7] rem finiunt, ut cum iidem^[8] dicunt “Materia est id quod neque est quid, neque quantum, neque quale, neque quidnam eorum, quibus ens denominatur”. Haec enim explicatio lectorem non efficit doctorem; nemo enim, qui non omnino deliret, ea audita, contenderit^[9] intelligere se quid sit materia. Idem peccabo si dixerō “Homo est id^[10] quod non est equus”, nam praeter equum plura sunt entia quae de homine adfirmari non possunt.

Tamen quia per obscuritatem humani ingenii rerum proprietates non adsequimur omnes, si res sunt stricte oppositae, hoc est contradicentes,^[11] tolerari potest huiusmodi definitio. Quare non inepte dicitur:^[12] “ens compositum est quod partes non habet”; “simplex est quod habet partes”.

^[1]Si ... rotunda R²LNV] Si uero dico esse fabricationem rotundam R¹ ^[2]ei R²LNV] illi non R¹ ^[3]designare uellem. R²LNV] peterem. R¹ ^[4]eius R²LNV] illius R¹ ^[5]synonymis R²LNV] homonymis R¹ ^[6]non nulla R²LNV] aliqua R¹ ^[7]negantibus R²LNV] negatiuis R¹ ^[8]iidem R²LNV] ipsi R¹ ^[9]contenderit R²LNV] adfirmauerit R¹ ^[10]id R²LNV] illud R¹ ^[11]contradicentes R²LNV] contradictoriae R¹ ^[12]dicitur R²LNV] dico R¹

colocado em cima da mesa, ou se em vez do relógio estivesse pendente de uma cadeia outro globo, não se entenderia o que eu desejava significar. A característica que é comum a muitas coisas, como “máquina”, denomina-se “gênero”; e a que é peculiar a uma coisa, como as restantes, chama-se “diferença”.

[139] II. *Na sua significação, os termos não devem ter maior nem menor extensão que o definido.* Na verdade, em ambos os casos não se distinguiria a coisa definida das outras.

Por exemplo, defino incorrectamente “cavalo” como um ente que caminha, pois a definição é mais extensa que o definido; e também defino “homem” incorrectamente como um animal com instrução, dado que a definição não convém a todos os homens. A definição deve adequar-se estritamente à coisa definida para uma poder afirmar-se da outra com toda a verdade. A isto chamam os lógicos “ser recíproco com o definido”.

III. *A definição deve ser mais clara que a coisa definida.* De outro modo, ela não explica a natureza da coisa nem a distingue das outras.

Muitos filósofos pecam contra esta regra, nomeadamente pelas seguintes razões:

1. Por explicarem uma coisa com palavras sinónimas, como os peripatéticos, que definem “infinito” desta forma: “É aquilo que não tem limites, pois é isso que entendemos ao ouvir a palavra ‘infinito’”. Contudo, servimo-nos por vezes de modo apropriado de uma definição idêntica se explicarmos previamente alguns vocábulos.

2. Por definirem uma coisa com palavras muito obscuras, como procedem os mesmos peripatéticos quando definem o espírito deste modo: “O acto primeiro do corpo natural orgânico que possui a vida em potência”; e outras definições semelhantes. Na verdade, ao ouvir estas palavras, eu fico mais duvidoso sobre a natureza do espírito que anteriormente.

3. Por definirem uma coisa com vocábulos negativos, como quando eles afirmam: “A matéria é aquilo que não é algo, nem quanto, nem qual, nem coisa alguma daquelas pelas quais um ente se denomina”. Na verdade, esta explicação não torna o leitor mais instruído, pois ninguém que não esteja totalmente em delírio afirma, ao ouvir estas palavras, que entende o que é a matéria. De forma idêntica, eu cometeria um erro se dissesse: “O homem é aquilo que não é cavalo”, pois são muitos os entes, além do cavalo, que não podem afirmar-se do homem.

No entanto, por não compreendermos todas as propriedades das coisas em virtude da obscuridade da inteligência humana, se as coisas forem estritamente opostas, isto é, contraditórias, podem tolerar-se definições desse género, não sendo por isso inábil dizer: “O ente composto é o que tem partes”, e “o simples é o que não tem partes”.

4. Por se servirem de termos obscuros ou metafóricos contra a significação comum, pois tais vocábulos são um impedimento para descobrirmos a natureza da coisa definida. Por isso, se eles houvessem sido explicados com anterioridade, a definição não teria sido rejeitada.

4. Cum terminis obscuris aut translatis utuntur, praeter communem significationem. Nam talia uocabula impedimento sunt, ne aperiamus naturam rei definitae. Quod si antea haec forent explicata, definitio improbanda non esset.

[140] ALIA^[1] COROLLARIA

I. *Hinc eae res definiri possunt, quarum habemus ideas ex pluribus simplicibus compositas.* Huiusmodi^[2] sunt species, nam indiuidua describuntur tantum, quia^[3] non habemus ideas completas et adaequatas eorum.¹⁹²

II. *Hinc ideae simplices definiri non possunt.* Quia nulla ibi enumeratio notarum^[4], seu idearum, ex quibus ab aliis discerni queant.

III. *Hinc* ^[5] *si definitiones hae rei proprietates non enumerant omnes, non sunt definitiones reales, sed nominales, de quibus nunc est dicendum.*

Definitio^[6] nominis

Propositio^[7] quae explicat ideam quam nomini subiicit, idque ex nota aliqua quae rem semper comitatur, uocatur “definitio nominis”, seu “nominalis”.¹⁹³

[141] Exempli gratia. Cum dico “triangulum est figura tribus lineis definita”, “horologium est fabricatio quae stilo horas diei indicat”, definitio nomen, hoc est,

¹⁹² Confer quae diximus de ideis, lib. III, part. I, cap. 2.

¹⁹³ Aliqui cum Wolfio uocant “definitionem realem” eam quae ostendit quomodo res componatur, uel fieri possit, ueluti cum dico: “Circulus est figura quae radio circa punctum circumactio describitur”. Sin autem notam tantum adfero ex qua rem ab aliis semper discernere queam, est definitio nominalis, ut haec: “Circulus est figura, cuius peripheria a centro aequaliter distat”. Verum prima explicatio et definitio, si recte accipiatur, ad nostram reducitur; nisi enim notas omnes, quae rem ab aliis distinguunt, enumerare possim, seu, quod idem est, nisi adaequatam ideam habeam, numquam ostendam quo modo res aut exsistat, aut fieri possit. Deinde definitio Wolfiana eius systemati defendendo excogitata uidetur; proinde caute est usurpanda.

Nec dicat aliquis, inde sequi, uel omnes, uel plerasque definitiones rerum quae in scholis traduntur, esse tantum nominales, quod ferri non potest. Nam facilis est responsio: Nimirum tam bene id eos ferre debere, quam bene ferunt cum audiunt nos rerum naturas penitus non pernoscere, nec proinde habere posse ideas adaequatas rerum. Quod uerissimum philosophis germanis est. Quare non nisi sensu uulgato dici possunt “reales”, quod plurimas notas rerum indicant, et dum clariores non habentur, a Philosophis eiusdem disciplinae eodem sensu uocabula usurpantur, quasi rerum naturas aperirent. Qui proinde ut sibi constent, et discrimen “realis” et “nominalis” constituent, uocant “definitiones nominales” eas tantum quas quisque pro lubitu condit, ut ideam, quam mauult, uocabulo subiiciat. Sed modo memoria teneamus, utramque re uera esse nominalem, usum loquendi iisdem concedamus, scientiam nobis reseruemus.

^[1]ALIA *R²LNV*] *om. R¹* ^[2]Huiusmodi *R²LNV*] ut *R¹* ^[3]quia ... eorum. *R²LNV*] *om. R¹* ^[4]notarum ... queant. *R²LNV*] rerum. *R¹* ^[5]III. Hinc ... dicendum. *R²LNV*] *pro* II. Hinc ... nominales. *R¹*: *vd. infra Annexum XIX.* ^[6]Definitio nominis *R²LNV*] **II** *R¹* ^[7]Propositio ... nominalis. *R²LNV*] *pro* Propositio ... nominis. *R¹*: *vd. infra Annexum XX.*

[140] OUTROS COROLÁRIOS

I. *Podem definir-se as coisas de que possuímos ideias compostas de muitas ideias simples.* Estão neste caso as espécies, pois os indivíduos apenas são objecto de descrição, visto não possuímos acerca deles ideias completas e adequadas¹⁹².

II. *Não podem definir-se as ideias simples,* visto não existir nelas uma enumeração das características ou das ideias, com base nas quais elas possam distinguir-se das outras.

III. *Se as definições não enumerarem todas as propriedades de uma coisa, não são definições reais, mas* nominais, a respeito das quais vou agora discorrer.

A definição nominal

A proposição que explica uma ideia associada a um nome que em virtude de alguma característica está sempre relacionado com uma coisa chama-se “definição do nome” ou “definição nominal”¹⁹³.

[141] Por exemplo, quando digo “um triângulo é uma figura delimitada por três linhas” e “um relógio é uma estrutura que por meio de um ponteiro marca as horas do dia”, defino o nome, isto é, com base nalgumas características que convêm sempre ao triângulo e ao relógio mostro claramente o que significo com esses nomes.

Dado que, porém, aos mesmos nomes “triângulo” e “relógio” posso associar uma ideia diferente, resulta que as definições dos nomes dependem do arbítrio humano, não podendo legitimamente censurar-se alguém por definir os nomes segundo a

¹⁹² Cf. o que afirmei sobre as ideias no liv. III, 1ª parte, cap. 2.

¹⁹³ Alguns, como Wolff, denominaram “definição real” a que manifesta como a coisa é ou pode ser constituída, como se eu disser: “Um círculo é uma figura com um raio que gira em redor de um ponto”. Se, porém, eu referir apenas a característica pela qual posso distinguir uma coisa de outras, trata-se da definição nominal, como esta: “Um círculo é uma figura cuja periferia está de modo igual distante do centro”. Contudo, a primeira explicação e definição, se for devidamente interpretada, é redutível à minha. Com efeito, se eu não puder enumerar as características que distinguem uma coisa de outras ou, o que é o mesmo, se não possuir uma ideia adequada, jamais poderei manifestar como a coisa é ou pode ser constituída. Além disso, a definição de Wolff parece ter sido pensada para defender o seu sistema, devendo, portanto, ser utilizada com precaução.

Ninguém afirme concluir-se daqui serem apenas nominais todas ou quase todas as definições de coisas ensinadas nas escolas, pois isso não pode aceitar-se. Na verdade, é fácil uma resposta. Seguramente, essas pessoas deveriam demonstrar isso tão bem como o demonstram quando consideram que não conhecemos em profundidade a natureza das coisas e que, por conseguinte, não podemos possuir ideias adequadas acerca delas, o que é indubitável para os verdadeiros filósofos, pelo que apenas na acepção vulgar podem dizer-se “realistas”, pois dão a conhecer muitas características das coisas. Mas enquanto eles não forem mais claros, os vocábulos são usados no mesmo sentido pelos filósofos da mesma disciplina como se descobrissem a natureza das coisas. Deste modo, para eles serem consequentes consigo próprios e para estabelecerem a distinção entre “real” e “nominal” denominam “definição nominal” apenas aquela que cada um estabelece pelo seu arbítrio de modo a fazer corresponder ao vocábulo a ideia a que dá preferência. Conservemos, porém, na memória que ambas as definições são realmente nominais e admitamos que eles se expressem segundo a prática habitual, reservando para nós a ciência.

ex^[1] quibusdam notis quae triangulo et horologio semper conueniunt, planum facio quid illis nominibus significem.

Quoniam uero eidem nomini, “triangulum” et “horologium”, possum adiungere diuersam ideam, consequitur nominum definitiones pendere ab hominum arbitrio, nec aliquem iure reprehendi quod nomina arbitrato suo definiat, modo uocabula eadem significatione perpetuo^[2] usurpet. Nam et ii qui uocantur mathematici nomina pro lubitu definiunt et philosophi recentiores, immo ipsemet Wolfius, uir accuratissimus, nouas aliquas definitiones nominum proponit. Consultius tamen fuerit definitionibus receptis uti, si modo nihil incommodi praeferant, ne obscuri lectoribus simus.

Duo hic curemus oportet:

1. Vt nomina quae in controuersiam ueniunt accurate definiamus, ne ex ambiguo disputemus. Ea dico quae non sunt clara, nam perspicua quaeque definire uelle aut id requirere, et inutile esset et ineptum. Peccant in hanc^[3] legem Peripatetici, qui, quod uocabula non definiant, ad conuicia atque pugnos usque altercantur inter se, etsi^[4] eadem ambo disputantes dicant aliis et aliis uerbis.

2. Ne, cum nomina definimus, putemus nos rem ipsam definire. In hanc regulam iidem saepissime peccant, cum enim certa^[5] uocabula arbitrato suo definiant, persuadent sibi se naturas rerum significatarum^[6] penitus cognoscere et finire.

[142] Exempla gratia, interroges eos quid sit arbor: aiunt esse uiuens insensitiuum. Quid sit fulmen, reponunt esse exhalationem in nube accensam quae tendit deorsum. Verum hae explicationes tantum declarant quae res iis nominibus significantur, at rerum naturas non aperiunt, nisi prius distincte^[7] cognoscam quid sit “uiuens”, “insensitiuum”, “exhalatio”, “nubes”, “accensio”, cetera.

Diuisio^[8]

Propositio *quae resoluit totum in partes, quo facilius quid contineat intelligatur*, uocatur “*diuisio*”. Id quod resoluitur, aut secatur, dicitur^[9] “*diuisum*”; partes in quas diuiditur, *membra diuidentia*. Quae^[10] quidem membra, ac nouae ideae, cum iterata diuisione possunt adquiri, omnino sunt accommodata ad completam, uel adaequatam rei notitiam consequendam. Propterea *diuisio* definitioni rei mirifice opitulatur.

Alia est diuisio physica, ut cum diuidimus lignum in partes. Alia logica, ut cum mente diuido logicam in practicam et speculatricem; substantiam in corpus et spiritum. Hae partes uocantur “inferiora”.

^[1]ex quibusdam ... facio *R²LNV*] aperio *R¹* ^[2]perpetuo usurpet. *R²LNV*] sumat perpetuo. *R¹* ^[3]hanc legem *R²LNV*] hoc peccatum *R¹* ^[4]etsi ... dicant *R²LNV*] tametsi eadem ipsi disputantes enuntiant *R¹* ^[5]certa *R²LNV*] nuda *R¹* ^[6]significatarum *R²LNV*] *om. R¹* ^[7]distincte *R²LNV*] *om. R¹* ^[8]Diuisio *R²LNV*] **III** *R¹* ^[9]dicitur *R²LNV*] uocatur *R¹* ^[10]Quae ... opitulatur. *R²LNV*] *om. R¹*

sua vontade nem por se servir dos vocábulos sempre com a mesma significação. Com efeito, também os matemáticos definem livremente os nomes, e os filósofos modernos, mesmo o próprio Wolff, varão muito penetrante, propuseram algumas novas definições de nomes. Contudo, seria mais sensato se nos servíssemos das definições admitidas pelo uso, se não forem inadequadas, para não nos tornarmos obscuros para os leitores.

Neste lugar, é necessário prestar atenção a duas coisas:

1. Que os nomes que ocorrem nas controvérsias sejam definidos cuidadosamente para não discorrermos de maneira equívoca. Afirmo que estas coisas não são claras, pois pretender definir tudo o que é evidente ou exigir isso seria não apenas inútil, mas também inábil. Os peripatéticos pecam contra esta regra por não definirem os vocábulos, discutindo entre si com inventivas até se esmurraem, embora ambos os disputantes afirmem as mesmas coisas por palavras diferentes.

2. Não pensarmos que ao definir os nomes definimos as próprias coisas. Os peripatéticos pecam muitíssimas vezes contra esta regra, pois quando definem certos vocábulos segundo o seu arbítrio persuadem-se de que conhecem e definem totalmente a natureza das coisas significadas.

[142] Por exemplo, se lhes perguntarmos o que é uma árvore, afirmam que é um vivente insensitivo; e, se lhes perguntarmos o que é um raio, respondem que é uma exalação acendida nas nuvens que se dirige para baixo. Porém, estas explicações apenas declaram que coisas são significadas por esses nomes, mas não manifestam a natureza das coisas, excepto se anteriormente conhecermos de modo distinto o que é “vivente”, “insensitivo”, “exalação”, “nuvem”, “acendimento”, etc.

A divisão

A proposição que decompõe um todo nas suas partes para mais facilmente se entender o que ele encerra chama-se “divisão”. O que é decomposto ou analisado denomina-se “diviso”, e as partes em que ele se divide são os membros dividentes. Estes membros e as novas ideias por poderem ser obtidos por divisões reiteradas, são inteiramente apropriados para a obtenção de um conhecimento completo e adequado da coisa. Por isso, a divisão auxilia admiravelmente a definição da coisa.

Uma é a divisão física, como quando dividimos um pedaço de madeira em partes. Outra coisa é a divisão lógica, como quando dividimos mentalmente a lógica em prática e especulativa, e a substância em corpo e espírito. Estas partes denominam-se “inferiores”.

COROLÁRIOS

I. *O divisivo não deve ter maior nem menor extensão que os membros a dividir, tomados juntamente.*

Portanto, os aristotélicos dividem erroneamente o ente em dez categorias, dado poderem estabelecer-se muitas mais. E é também erroneamente que divido “cão” em

COROLLARIA^[1]

I. *Hinc diuisum nec plus nec minus debet habere, quam membra diuidentia simul.*

Vitiose igitur diuidunt Aristotelici ens in decem categorias, quia plures constitui possunt. Vitiose etiam diuido “canem” hoc modo, in “terrestrem”, “marinum”, “sidereum”, quia duae ultimae partes non sunt canis, nisi uoce tenus.

II. *Hinc nullum membrum contineat aliud, nec de eo adfirmetur.*

Quare numerus non recte diuiditur in “imparem” et “parem” et “binarium”, nam binarius continetur in pari. Recte uero in “imparem” et “parem”, nullum tertium. Quod si unum in alio continetur, sed^[2] alterum de altero adfirmari non potest, recta est diuisio. Quo nomine recte diuidunt geometrae extensionem in “lineam”, “superficiem”, “solidum”.

III. *Hinc membra non sint aut prorsus disparia, aut ualde minuta.*

[143] Et recte quidem, nam utroque casu confusionem^[3] induci necesse est. Exempli gratia. Si de Europa disputans eam secarem in Italiam et reliquam Europam, inepta esset diuisio. Nam de reliquis regnis disserens, cum ad Italiam uenirem, uix tenerem memoria esse alterum membrum diuisionis. Deinde si rem infinite diuido, fatigatur et obruitur mens multitudine membrorum, et iterum existit confusio quam diuisionis^[4] ope uitare cupiebamus.

Logicus itaque pro sua sapientia rem ita diuidat, ut clarior inde rei cognitio habeatur, quo facilius et accuratius eam definiat et in bono lumine colloquet. Atque illud caueat studiose, quod supra de definitione monuimus, ne, cum diuidit significationem nominis, existimet se rem ipsam diuidere, quod flagitium Aristoteles ipse et ueteres non nulli imprudentes admiserunt.

Axioma^[5]

Propositio qualibet uel est theoretica, uel practica, referendo ad obiectum. Theoretica est quae aliquid de subiecto simpliciter ait uel negat, ut “Homo est aptus ad ratiocinandum”. Practica est quae enuntiat aliquid fieri posse uel debere, ut “Qui saluus esse uult, is bona opera perpetuo faciat”.

Cum propositio theoretica ex terminorum intelligentia,^[6] sine ulla probatione, uera esse cognoscitur, uocatur “Axioma”, ut “Idem non potest simul esse et non esse”. “Bis quinque faciunt decem”.

Reuocatur ad hanc classem propositio quae ex definitione aliqua perspicue^[7] et proxime ducitur, adeo ut ipsius ueritas sine ulla probatione admittatur.

Exempli gratia, si ex hac definitione “Homo est animal^[8] intelligens et liberum”, colligo^[9] has propositiones “Homo est praeditus uoluntate”, “Homo est liber”, “Homo

^[1]COROLLARIA R^2LNV] *om.* R^I ^[2]sed R^2LNV] tamen R^I ^[3]confusionem induci R^2LNV] maximam confusionem existere R^I ^[4]diuisionis ope R^2LNV] *om.* R^I ^[5]Axioma R^2LNV] **IV** R^I ^[6]intelligentia R^2LNV] intellectu R^I ^[7]perspicue ... ipsius R^2LNV] necessario nexu deducitur, adeo ut illius R^I ^[8]animal intelligens R^2LNV] animans intellectuum R^I ^[9]colligo R^2LNV] deduco R^I

“terrestre”, “marinho” e “celeste”, pois as duas últimas partes não são cã, excepto relativamente ao vocábulo.

II. *Nenhum membro deve conter outro ou afirmar-se dele.*

É por isso que não pode legitimamente dividir-se o número em “ímpar”, “par” e “duplo”, pois o duplo está contido no par. Mas é correcta a divisão em “ímpar” e “par”, não havendo uma terceira alternativa. Assim, se um deles estiver contido noutra, mas um não puder afirmar-se do outro, a divisão é correcta. É por essa razão que os géometras dividem adequadamente a extensão em “linha”, “superfície” e “sólido”.

III. *Os membros não devem ser muito dissemelhantes nem muito diminutos.*

[143] E certamente com razão, pois em ambos os casos estabelece-se necessariamente a confusão. Por exemplo, se discorrendo sobre a Europa a dividíssemos em Itália e na restante Europa, a divisão seria inábil, dado que, ao discorrer sobre os outros países, quando falássemos da Itália dificilmente nos recordaríamos de que ela é o outro membro da divisão. Por outro lado, se dividíssemos indefinidamente uma coisa, fatigar-se-ia a mente e ficaria obstruída pela grande quantidade de membros, estabelecendo-se de novo a confusão que por meio da divisão desejávamos evitar.

Por conseguinte, pelo seu discernimento o lógico divide uma coisa de modo a possuir sobre ela um conhecimento mais claro para, assim, poder, com maior facilidade e maior diligência, defini-la e estabelecê-la em pleno esplendor. E ele deve evitar com empenho aquilo sobre que anteriormente chamei a atenção a respeito da definição para que ao dividir a significação do nome não considere estar dividindo a própria coisa, pecado esse que imprudentemente cometeram o próprio Aristóteles e alguns antigos.

Os axiomas

Relativamente ao seu objecto, toda a proposição é teórica ou prática. A teórica é aquela que afirma ou nega simplesmente alguma coisa do sujeito, como “o homem possui aptidão para raciocinar”. A prática é aquela que enuncia poder ou dever ser feita alguma coisa, por exemplo “quem desejar a salvação deve realizar continuamente boas obras”.

Quando a proposição teórica é conhecida como verdadeira pela intelecção dos termos sem necessitar de nenhuma prova, denomina-se “axioma”, como “a mesma coisa não pode ser e deixar de ser ao mesmo tempo” e “duas vezes cinco são dez”. Reduz-se a esta categoria a proposição que é deduzida com evidência e de modo imediato de uma definição, podendo, assim, a sua verdade ser admitida sem nenhuma prova.

Por exemplo, se com base na definição “o homem é um animal inteligente e livre” eu inferir as proposições “o homem é um ser dotado de vontade”, “o homem é livre” e “o homem está provido de inteligência”, trata-se de axiomas, pois eles são

est intelligentia praeditus”, haec sunt axiomata, quia se ipsis nota fiunt. Similiter^[1] propositiones identicae, hoc est, quae idem praedicatum et subiectum habent, sunt axiomata, ut “Omnes homines sunt homines”.

[144] Postulatum^[2]

Quod si propositio practica ex una definitione euidenter proficiscitur, uocatur “Postulatum”, exempli gratia, “Ex puncto A ad punctum B duci potest linea recta”, “Quisque potest facere quod uult”.

Theorema^[3]

Si propositio theoretica ex plurimis definitionibus et axiomatis ducitur per ratiocinationem, uocatur “theorema”, cuiusmodi sunt conclusiones^[4] demonstrationum perfectarum.¹⁹⁴

Problema^[5]

Si uero propositio practica ex plurimis definitionibus infertur,^[6] uocatur “problema”, exempli gratia, “Mens nostra assiduae meditationis auxilio^[7] acquirit habitum recte cogitandi” est problema, quod potest demonstrari. Aliae significationes huic uocabulo “problema” subiiciuntur, quae nihil ad nos.

Corollarium^[8]

Propositiones, quae ex definitionibus et axiomatis perspicue et sine ullis ambagibus sequuntur,^[9] uocantur “corollaria”, exempli gratia, si ex hac “Omnes homines ratiocinantur” infero sic^[10] “Ergo Petrus ratiocinatur”, est corollarium. Aliquando uero latius patet haec uox, et significat quamcumque propositionem quae ex aliis necessario nexu dicitur. Quo sensu et nos in hac logica corollaria addimus, ut breuitati consulamus.

Scholium^[1] et notatio

Interdum propositionibus adduntur breues explicationes, quae uel obscuritatem et dubium omne tollunt, uel quaedam, quae necessaria sunt, explanant.^[2] Hae uocantur

¹⁹⁴ Habes exemplum infra lib. V, part. I, cap. 9.

^[1]Similiter ... axiomata R^2LNV] Eodem nomine adficiuntur identicae propositiones R^I
^[2]Postulatum R^2LNV] **V** R^I ^[3]Theorema R^2LNV] **VI** R^I ^[4]conclusiones ... perfectarum.
 R^2LNV] omnes demonstrationes perfectae. R^I ^[5]Problema R^2LNV] **VII** R^I ^[6]infertur R^2LNV]
ducitur R^I ^[7]auxilio R^2LNV] praesidio R^I ^[8]Corollarium R^2LNV] **VIII** R^I ^[9]sequuntur
 R^2LNV] consequuntur R^I ^[10]sic R^2LNV] hoc modo R^I

conhecidos em si mesmos. De modo semelhante, são axiomas as proposições que exprimem identidade, isto é, que possuem o mesmo predicado e o mesmo sujeito, como “todos os homens são homens”.

[144] O postulado

Se uma proposição prática se originar com toda a evidência numa definição, chama-se “postulado”. Por exemplo, “do ponto A ao ponto B pode traçar-se uma linha recta” e “todas as pessoas podem fazer o que desejarem”.

O teorema

Se uma proposição teórica for deduzida pelo raciocínio de várias definições e de axiomas, denomina-se “teorema”, tais como as conclusões das demonstrações perfeitas.¹⁹⁴

O problema

Se uma proposição prática for inferida de várias definições, chama-se “problema”. Por exemplo, é um problema, que pode demonstrar-se, a proposição “a nossa mente auxiliada por uma reflexão constante adquire o hábito de pensar com segurança”. Estão associadas outras significações ao vocábulo “problema” que me são indiferentes.

O corolário

As proposições deduzidas com evidência e sem nenhuma ambiguidade das definições e dos axiomas denominam-se “corolários”. Por exemplo, se da proposição “todos os homens possuem a capacidade de raciocinar” eu inferir “portanto, Pedro tem a capacidade de raciocinar”, trata-se de um corolário. Por vezes, porém, esta palavra possui um sentido mais lato, significando qualquer proposição deduzida de outras segundo um nexó necessário. É também neste sentido que acrescento os corolários nesta obra de lógica para atender à brevidade.

O escólio e a anotação

Acrescentam-se por vezes às proposições breves explicações que ou eliminam totalmente as obscuridades e o que é ambíguo ou esclarecem certas coisas que são necessárias. Elas denominam-se “escólios” ou “anotações”, ocorrendo também algumas nas minhas lucubrações.

¹⁹⁴ Temos seguidamente um exemplo no livro quinto, 1ª parte, cap. 9.

“scholia”, seu “notationes”, quarum etiam in nostris lucubrationibus occurrunt non nullae.

[145]

Lemma^[3]

Postremo cum ex aliis disciplinis aduocamus propositionem^[4] uel perspicuam, uel demonstratam, ut in aliqua materia demonstrationem componamus, haec uocantur “lemmata”.

Exempli gratia. Demonstraturus in *Logica* sensus nostros aliquando falli, dum rerum grauitatem aestimant, sumo ex physica tanquam certum hoc lemma “Aer est graue”, et inde efficio^[5] nos, dum iudicamus ab aere corpora nostra undique^[6] non premi, egregie decipi.

^[1]Scholium et Notatio R^2LNV] **IX** R^I ^[2]explanant. R^2LNV] declarant. R^I ^[3]Lemma R^2LNV] **X** R^I ^[4]propositionem R^2LNV] quamdam propositionem R^I ^[5]efficio R^2LNV] confirmo R^I ^[6]undique R^2LNV] ex omni parte R^I

[145]**O lema**

Por último, quando com base noutros conhecimentos recorremos a uma proposição, quer evidente quer demonstrada, para estabelecer uma demonstração respeitante a outra matéria, a isto chama-se “lema”.

Por exemplo, havendo de demonstrar na *Lógica* que por vezes os nossos sentidos nos induzem em erro ao avaliar o peso das coisas, estabeleço como certo com base na física o lema “o ar é pesado”, demonstrando por isso que ao pensarmos não sofrerem pressão do ar por todos os lados os nossos corpos nos enganamos redondamente.

LIBRI QVARTI PARS ALTERA
De Ratiocinatione

CAPVT I

De natura ratiocinationis

Quamquam mens nostra peculiare hoc habeat, ut ideas, quas adquisiuit, alias cum aliis comparet et intelligat conueniantne, an aliter; interdum tamen per obscuritatem idearum euenit, ut continuo conuenientiam non percipiat. Iccirco hac industria rem aperit: duas illas ideas cum tertia idea clariori confert, et si intelligit cum ea^[1] congruere, colligit^[2] aliam aliae conuenire.

Exempli gratia, idea “Solis” et idea “lucis” tam perspicue altera congruit alteri, ut cum eas inter se confero, statim iudico Solem esse lucem. Verum idea “Solis” et idea “ignis” non adeo euidenter conueniunt, ut me cogant protinus iudicare Solem esse ignem. Itaque hac arte rem expedit: quaero proprietatem aliquam notissimam ignis, nimirum comburendi facultatem, eamque cum duobus comparo hoc modo: Quidquid comburit lignum est ignis, hoc est euidens. Est rursus, Solis radii uitrea lente uel speculo aeneo colligati comburunt lignum; hoc etiam experientia est notum. Quibus constitutis perspicuum fit Solem esse ignem. Nullus enim est qui non uideat Solem habere proprietatem illam notissimam ignis, hoc est esse ignem.

Haec iudicandi ratio, seu progrediendi ab uno ad aliud, uocatur “ratiocinatio” seu “discursus”. Proinde^[3] ratiocinatio [147] nihil aliud est quam comparatio duarum idearum inter se ex comparatione earum cum idea tertia. Iudicium^[4] autem duplex, in quo^[5] fit comparatio cum tertia et a quo incipit cursus mentis, uocatur “antecedens”, seu “praemissae”. Illud uero in quo ultimo comparantur ideae inter se et in quo cursus consistit, uocatur “consequens”, “consecutio”, “consequentia”, “conclusio”, immo et aliis nominibus, quod usus docebit.

^[1]ea *R²LNV*] illa *R¹* ^[2]colligit *R²LNV*] colligit etiam *R¹* ^[3]Proinde ... tertia. *R²LNV*] *om. R¹*
^[4]Iudicium ... incipit *R²LNV*] Iudicium illud a quo incipit *R¹* ^[5]in quo ... docebit. *R²LNV*] quod postremo loco est et in quo cursus consistit, uocatur conclusio, consecutio, consequentia. *R¹*

CAPÍTULO I

A natureza do raciocínio

Embora seja característico da nossa mente comparar as ideias que adquiriu e aperceber-se se elas convêm ou não entre si, contudo, por vezes acontece que, em virtude da obscuridade das ideias ela não conhece imediatamente a sua conformidade. Por isso, ela procede deste modo: compara duas ideias com uma terceira mais clara e, se reconhecer que com ela concordam, infere que se conformam uma com a outra.

Por exemplo, a ideia de “Sol” e a ideia de “luz” concordam de modo tão evidente uma com a outra que quando as comparo entre si ajuízo de imediato que o Sol é luz. Porém, a ideia de “Sol” e a ideia de “fogo” não convêm com tanta evidência que me constranjam a ajuizar imediatamente que o Sol é fogo. Mas com o seguinte artifício, liberto-me da dificuldade: Investigo uma propriedade muito conhecida do fogo, certamente e de queimar, e comparo-a com duas outras deste modo: tudo o que queima a madeira é fogo (isto é evidente) e por outro lado os raios do Sol incidindo sobre uma lente de cristal ou sobre um espelho de bronze queimam a madeira (isto é também conhecido por experiência); e estabelecidas estas proposições, torna-se manifesto que o Sol é fogo. Com efeito, não há ninguém que não se aperceba de que o Sol possui aquela propriedade muito conhecida do fogo, isto é, de que ele é fogo.

Este modo de ajuizar ou de progredir de uma coisa para outra chama-se “raciocínio” ou “discurso”, e por isso o raciocínio [147] é apenas a comparação de duas ideias entre si em virtude da sua comparação com uma terceira ideia. Os dois juízos em que se comparam as duas ideias com a terceira e pelos quais se inicia o discurso mental denominam-se “antecedente” ou “premissas”; e o juízo em que por último se comparam entre si as ideias e em que se põe termo ao discurso chama-se “consequente”, “consequência”, conclusão”, podendo ter ainda outras denominações que o uso ensina.

Porro cum duas ideas comparamus cum illa tertia, uel intelligimus conuenire cum ea et tunc colligimus inter se etiam conuenire ambas, uel unam tertiae conuenire, alteram^[1] non conuenire percipimus, et ducimus inde non conuenire inter se. Prior ratiocinatio uocatur “aiens”,^[2] posterior “negans”.^[3] Quod^[4] ipsum ex conclusione dignoscitur, quae cum sit praecipua pars, cuius perpendendae gratia adhibentur praemissae, prout est uel aiens, uel negans, nomen ratiocinationi donat. Vtriusque leges paullo distinctius exponemus:

1. En exemplum aientis.^[5] Ideam rei quae adurit, Latini significarunt nomine “ignis”; adeo indoctum si interrogas quid sit illud quod adurit, respondebit esse ignem. Itaque haec enuntiatio est perspicua: “Quidquid adurit est ignis”. Sed experientia habeo exploratum “Radios Solis speculo uestorio colligatos cremare^[6] quidquid obiicitur”. Igitur sic colligo: “Radio solares sunt ignei”. Eodem modo scimus hoc aliud: Quicumque aufert per uim rem alienam est latro. Sed ego uideo Marcellum per uim auferre res omnes Titii. Itaque uero colligo Marcellum esse latronem.

Iam si me ipsum interrogem cur tribuam Marcello nomen “latronis”, protinus^[7] cognoscam hanc esse causam, quia uideo in Marcello notas omnes et characteres hominis, qui uulgo^[8] “latro” nominatur, hoc est, uideo Marcellum contineri in illo subiecto de quo adfirmo esse “latronem”. Iccirco quod nomen tribuitur^[9] cuicumque homini qui id facit, et Marcello tribui debet.

Igitur uis ratiocinationis aientis^[10] innitur hoc principio: “Quidquid conuenit omnibus^[11] indiuiduis unius speciei, conuenit etiam alicui^[12] indiuiduo quod ad eandem speciem pertinet”; seu^[13] aliis uerbis: “Quae conueniunt in uno tertio ueluti regula, conueniunt inter se”. Hoc uulgares logici efferunt hoc modo: “Dici de omni, dici de singulis”.

2. Ecce exemplum ratiocinationis negantis.^[14] Certo scio [148] nullum lapidem esse qui, si mittatur in aquam, in superficie sistat, sed omnes mergi et fundum petere. Intelligo hanc particulam adamantis subtilissimam reapse esse lapidem. Colligo igitur necessario particulam hanc,^[15] si in aquam iniiciatur, non esse in superficie mansuram. Praeterea certus sum, idque perpetua experientia, nullum uiuens perpetuo uiuere. Animaduerto, Petrum, quamquam sit optima ualitudine, nihilo secius esse uiuentem. Itaque concludo: Petrum perpetuam uitam non esse uicturum.

Vis igitur ratiocinationis negantis^[16] ex hoc axiome proficiscitur: “Quidquid de specie omni negatur, etiam de singulis indiuiduis negatur”; seu^[17] aliis uerbis: “Quae

^[1]alteram *R²LVN*] aliam *R¹* ^[2]aiens *R²LVN*] adfirmatiua *R* ^[3]negans. *R²LVN*] negatiua. *R¹* ^[4]Quod ... donat. *R²LVN*] *om. R¹* ^[5]aiens. *R²LVN*] adfirmatiuae. *R¹* ^[6]cremare *R²LVN*] ustulare *R¹* ^[7]protinus *R²LVN*] statim *R¹* ^[8]uulgo ... nominatur *R²LVN*] communiter latro appellatur *R¹* ^[9]tribuitur *R²LVN*] adtribuitur *R¹* ^[10]aiens ... principio *R²LVN*] adfirmatiuae innitur huic principio *R¹* ^[11]omnibus *R²LVN*] omnibus et singulis *R¹* ^[12]alicui *R²LVN*] huic *R¹* ^[13]seu ... inter se. *R²LVN*] *om. R¹* ^[14]negantis. *R²LVN*] negatiuae. *R¹* ^[15]hanc *R²LVN*] illam *R¹* ^[16]negantis *R²LVN*] negatiuae *R¹* ^[17]seu ... inter se. *R²LVN*] *om. R¹*

Além disso, quando comparamos duas ideias com uma terceira, apercebemo-nos ou de que se conformam com ela – e neste caso concluímos que também se conformam ambas entre si – ou apercebemo-nos de que uma convém à terceira e outra não, inferindo por isso que não convêm entre si. Denomina-se o primeiro raciocínio “afirmativo” e o segundo “negativo”, como se reconhece pela conclusão que, sendo a parte principal, pelo seu exame admitimos as premissas, as quais, consoante forem afirmativas ou negativas, assim se denomina o raciocínio. Exponho as regras de um e de outro com um pouco de maior clareza:

1. Eis um exemplo de raciocínio afirmativo. A ideia de uma coisa que queima significaram-na os latinos com a palavra “fogo”, e por isso perguntando, até a um ignorante, o que é aquilo que queima, ele responderá que é fogo. Torna-se, pois, evidente esta enunciação: “Tudo aquilo que queima é fogo”. Porém, eu sei por experiência que os raios solares incidindo sobre um espelho de ustulação queimam tudo aquilo que estiver próximo, e por esse motivo concluo deste modo: “Os raios solares são da natureza do fogo”. De forma idêntica, sabemos que todo aquele que usurpa uma coisa alheia é ladrão; mas eu vejo que Marcelo usurpa muitas coisas de Tício e, portanto, concluo com legitimidade que Marcelo é ladrão.

Mas, se me perguntar a mim próprio por que atribuo a Marcelo o nome de “ladrão”, reconheço de imediato que o motivo consiste no facto de ter verificado em Marcelo todas as notas e características de um homem que vulgarmente se chama “ladrão”, isto é, verifico que Marcelo é o sujeito do qual afirmo o predicado “ladrão”; por isso, o nome que se atribui a qualquer pessoa que procede desse modo deve também atribuir-se a Marcelo.

Portanto, o fundamento do raciocínio afirmativo apoia-se neste princípio: “Tudo o que convém a todos os indivíduos de uma espécie convém igualmente a qualquer indivíduo pertencente à mesma espécie”. Ou por outras palavras: “Segundo a regra, as coisas que convêm a uma terceira convêm entre si”. Os lógicos vulgares exprimem isto deste modo: “O que se diz do todo diz-se de cada uma das suas partes”.

2. Eis agora um exemplo de raciocínio negativo. Estou certo [148] de que não existe nenhuma pedra que, lançada à água, se mantenha à superfície, pois todas elas imergem e vão ao fundo; reconheço que é realmente uma pedra esta partícula muito ténue de diamante; concluo, portanto, necessariamente que não permanece à superfície esta partícula, se for lançada à água. Por outro lado, sei por experiência continuada que não há-de viver para sempre nenhum ser vivo; reconheço que, embora esteja de óptima saúde, Pedro é também um ser vivo; concluo por isso que Pedro não há-de viver para sempre.

Portanto, o fundamento do raciocínio negativo emana deste axioma: “O que é negado de toda a espécie é também negado de cada um dos indivíduos”. Ou por

non conueniunt in uno tertio ueluti regula, non conueniunt inter se”.¹⁹⁵ Scholastici tale principium uocant, “Dici de nullo”.

Quod si utriusque effati cum aientis, tum negantis perspicuitatem et firmitatem perscrutamur, facile cognoscemus ex hoc fonte manare: “Eadem res nequit simul esse, et non esse”. Nam dum adfirmo “omnem hominem esse uiuentem”, id adfirmo de singulis indiuiduis nullo excepto, etenim, “τό omnis” idem significat ac si eos singulatim nominarem. Deinde cognosco Petrum ea generali propositione comprehendi, seu esse hominem. Quibus positis, si fas esset dicere “Petrus non est uiuens”, tunc idem Petrus dum in prima propositione inuoluitur, esset uiuens; dum in ultima exprimitur, non esse uiuens; quod sanus nullus iudicauerit.

[149] Praeterea cum dico “Nullus homo est lapis”, hoc dico: “Nulla res est cui conueniat nomen ‘homo’, cui etiam conuenire possit nomen ‘lapis’”. Considero deinde Petrum comprehendi in illa uniuersali, hoc est, esse unum ex illis cui conuenit nomen “homo”. Itaque si colligerem hoc modo Petrus est lapis, tunc idem Petrus (in prima propositione conclusus) non esset lapis, et iterum (in ultima propositione) “lapis” uocaretur, quod prorsus fieri non potest.

COROLLARIUM I

Hinc omnis ratiocinatio uera tribus tantum terminis constare debet, nimirum duabus ideis quas comparare uolumus inter se, et tertia aliqua idea cum qua utramque comparamus.

Exemplo sit haec ratiocinatio: “Qui non obtemperat diuinae legi est peccator. Petrus non obtemperat diuinae legi. Igitur^[1] Petrus est peccator”. Tres in ea sunt termini: “Petrus”, “peccator”, “qui non obtemperat diuinae legi”, qui est terminus utrique^[2] praemissae communis. Communis terminus logicis uocatur “medius terminus”; qui cum eo^[3] confertur in primo iudicio, maior terminus; qui in secundo iudicio, terminus minor.

¹⁹⁵ Exempla^[4] quae supra dedimus clarissime ostendunt quid sit conferre duo extrema cum idea media ueluti regula. Sed habes aliud apertissimum exemplum.

Sit regula 4 palmorum. Dirige ad eam filum 3 palmorum, et dic “Hoc filum non conuenit cum regula”. Dirige iterum aliud filum 3 palmorum, et dic “Etiam hoc filum non conuenit cum regula”. Potesne inde inferre, “duo illa fila non conuenire inter se, cum apertissime conueniant?” Minime, cur ita? Quia non exegisti duo fila ad regulam debito modo, id est, ut regulam, regula enim tibi non opitulatur ad id quod cupis examinandum, nisi ostendas unum filum conuenire regulae. Ergo ut duo extrema ope regulae comparentur inter se, necesse est ut una praemissa ostendat conuenientiam cum regula, id est, sit aiens.

^[1] Igitur *R²LNV*] *om. R¹* ^[2] utrique praemissae *R²LNV*] *om. R¹* ^[3] eo *R²LNV*] illo *R¹*
^[4] Exempla ... aiens. *R²LNV*] *om. R¹*

outras palavras: “Segundo a regra, as coisas que não convêm a uma terceira não convêm entre si”.¹⁹⁵ Os escolásticos denominam este princípio “*dici de nullo*”.

Se examinarmos a evidência e a consistência de ambos os princípios, quer do raciocínio afirmativo quer do negativo, concluímos facilmente que eles dimanam desta fonte: “A mesma coisa não pode ser e deixar de ser ao mesmo tempo”. Com efeito, quando afirmo “todo o homem é vivente”, afirmo-o de cada um dos indivíduos sem excepção, pois a palavra “todo” significa a mesma coisa como se cada um deles fosse denominado individualmente. Por outro lado, eu sei que Pedro está compreendido naquela proposição universal ou que ele é homem. Posto isto, se fosse lícito afirmar “Pedro não é vivente”, então na primeira proposição o mesmo Pedro estaria incluído como se fosse vivente e na última estaria expresso que ele não é vivente, o que ninguém que seja são de espírito poderia ajuizar.

[149] Além disso, ao afirmar “nenhum homem é pedra”, afirmo o seguinte: “Não há coisa alguma a que convenha a denominação de ‘homem’ e simultaneamente a denominação de ‘pedra’”. Considero ainda que Pedro está compreendido naquela proposição universal, ou seja, que é um daqueles indivíduos a que convém a denominação de “homem”. Assim, se eu concluir que Pedro é pedra, então o mesmo Pedro (enquanto incluído na primeira proposição) não seria pedra e por outro lado (na última proposição) chamar-se-ia “pedra”, o que não pode inteiramente suceder.

COROLÁRIO I

Todo o raciocínio verdadeiro deve ser constituído por apenas três termos, ou por duas ideias que desejamos comparar entre si e por uma terceira com a qual comparamos as outras.

Seja exemplo este raciocínio: “Quem não obedecer aos mandamentos de Deus é pecador; Pedro não obedece aos mandamentos de Deus; portanto, Pedro é pecador”. Existem neste raciocínio três termos: “Pedro”, “pecador” e “quem não obedecer aos mandamentos de Deus”. Este último termo é comum a ambas as premissas. O termo comum é denominado pelos lógicos “termo médio”; o termo que se compara com ele na primeira proposição é o termo maior; e o que se compara na segunda proposição é o termo menor.

¹⁹⁵ Manifestam muito nitidamente os exemplos que antes apresentei o que é comparar os dois extremos com a ideia média segundo uma regra. Dou, porém, a conhecer outro exemplo dotado de muita clareza.

Suponhamos uma régua de quatro palmos. Tracemos em direcção a ela uma linha de três palmos, dizendo: “Esta linha não se adequa à regra”. Tracemos então outra linha de três palmos, dizendo: “Também esta linha não se adequa à regra”. Podemos por isso inferir que não se adequam entre si aquelas duas linhas quando de facto se adequam abertamente? De maneira nenhuma. E por que razão? Por não termos disposto devidamente as duas linhas em direcção à régua, isto é, segundo uma regra. Com efeito, uma regra não nos auxilia a examinar o que desejamos, excepto se mostrarmos que uma linha se adequa à regra. Portanto, para compararmos entre si os dois extremos com o auxílio de uma regra, é necessário que uma das primeiras manifeste conformidade com a regra, isto é, que seja afirmativa.

COROLLARIUM II

Hinc in omni ratiocinatione uera^[1] tria tantum iudicia inueniri debent.

Nam duos terminos cum medio comparamus, quotiescumque recte ac uere ratiocinamur. Itaque tria iudicia requiruntur: unum quo comparemus maiorem terminum cum medio, alterum quo minorem terminum cum eodem medio, tertium quo terminos ipsos inter se conferamus. Nullus excogitari potest discursus mentis, in quo non tria iudicia reperiamus.¹⁹⁶ Iudicium in quo est terminus maior uocatur “maior enuntiatio”; alterum^[2] in quo minor confertur, enuntiatio^[3] minor; tertium, conclusio.

[150] COROLLARIUM III

Hinc in^[4] altera praemissa ratiocinationis conclusio aequiuulenter continetur, in altera id ipsum declaratur.

Si maior est continens, minor est declarans, ut in hoc: “Spiritus est immortalis. Animus est spiritus. Igitur, animus est immortalis”. Minor^[5] declarat hanc rem “animus” contineri in illo subiecto uniuersali “omnis^[6] spiritus”. Si minor est continens, maior est^[7] declarans, ut in hoc: “Aliquis homo est uiuens. Omne uiuens est sensitium. Igitur, aliquod sensitium est homo”. Maior declarat hanc rem “homo” contineri in illo subiecto “omne uiuens”. Si uero alterutra praemissa est negans,^[8] hac est continens, quia ratiocinatio negans^[9] ex conclusione negante nomen habet, conclusio autem negans^[10] non nisi in praemissa negante contineri potest.

COROLLARIUM IIII

Hinc quidquid de Ratiocinatione disputatur^[11] ualet etiam in Syllogismis.

Est enim syllogismus, integra^[12] ratiocinatio uerbis expressa. Itaque quod conuenit ratiocinationi, conuenit etiam syllogismo, et contra, si illud excipias, quod uocum peculiare est.

SCHOLION

Quoniam “ratiocinationes” quales sint, non nisi per uoces fit manifestum; et quae de “syllogismis” disputantur in ipsas ratiocinationes quadrant; deinceps de “syllogismis” disputabimus et quae utilitatis non nihil uidebuntur habere, explicabimus accurate. Supersedebimus ceteris quae obstaculo sunt tironibus, ne utiliora persequantur.

¹⁹⁶ Confer quae dicemus capite sequenti.

^[1]uera R^2LNV] *om. R¹* ^[2]alterum R^2LNV] aliud R^1 ^[3]enuntiatio R^2LNV] uocatur enuntiatio R^1 ^[4]in altera ... continetur R^2LNV] in altera praemissarum conclusio continetur R^1 ^[5]Minor R^2LNV] Hic minor R^1 ^[6]omnis R^2LNV] *om. R¹* ^[7]est declarans R^2LNV] declarat R^1 ^[8]negans R^2LNV] negatiua R^1 ^[9]negans ... habet R^2LNV] negatiua habet conclusionem negatiuam R^1 ^[10]negans ... negante R^2LNV] negatiua non nisi in praemissa negariua R^1 ^[11]disputatur R^2LNV] disseritur R^1 ^[12]integra R^2LNV] *om. R¹*

COROLÁRIO II

Em todo o raciocínio verdadeiro, devem existir apenas três proposições.

Com efeito, todas as vezes que raciocinamos com segurança e verdade, comparamos dois termos com o médio, sendo por isso exigidos três juízos: um no qual comparamos o termo maior com o médio; outro, o termo menor com o mesmo médio; e um terceiro, no qual comparamos os próprios termos entre si. Não pode pensar-se nenhum discurso mental em que não existam três juízos.¹⁹⁶ O juízo em que está o termo maior chama-se “proposição maior”, o outro em que se compara o menor é a proposição menor e o terceiro é a conclusão.

[150] COROLÁRIO III

Numa das premissas do raciocínio, a conclusão está contida implicitamente, e na outra declara-se isso mesmo.

Se a premissa maior é a continente, a menor é a declarante, como neste caso: “O espírito é imortal; a alma é espírito; portanto, a alma é imortal”: a menor declara que a coisa “alma” está contida no sujeito universal “todo o espírito”. Se a menor é a continente, a maior é a declarante, como neste exemplo: “Algum homem é vivente; todo o vivente é sensitivo; portanto, algum sensitivo é homem”. A maior declara que está contida a coisa “homem” no sujeito “todo o vivente”. Se, porém, uma das premissas for negativa, esta é a continente, pois o raciocínio negativo adquire a sua denominação da conclusão negativa, e a conclusão negativa apenas pode estar contida numa premissa negativa.

COROLÁRIO IV

Tudo o que se discutir sobre o raciocínio é também válido a respeito dos silogismos.

Com efeito, o silogismo é apenas o raciocínio expresso por palavras; por isso, o que convém ao raciocínio convém igualmente ao silogismo e vice-versa, exceptuando o que é específico das palavras.

ESCÓLIO

Dado que apenas por meio de palavras se torna manifesto o que sejam “os raciocínios”, e as discussões sobre “os silogismos” se conformam com as dos próprios raciocínios, vou discorrer em seguida sobre “os silogismos,” explicando com diligência qual a utilidade que eles parecem possuir. Irei, porém, abster-me de certos assuntos que são impedimento para que os principiantes persigam coisas mais úteis.

¹⁹⁶ Conferir com aquilo que irei afirmar no capítulo seguinte.

CAPVT II

De ratiocinatione uerbis expressa, seu de^[1] syllogismo

Cum syllogismus respondeat perfecte ratiocinationi mentis (coroll. 4) tres etiam habet terminos qui [151] respondent tribus ideis (coroll. 1) et tres propositiones, quae respondent tribus iudiciis (coroll. 2); et termini, ac propositiones ipsae iisdem uocabulis exprimuntur, atque in ratiocinatione.

Porro praedicatum et subiectum conclusionis quatuor modis comparari possunt cum medio, ex quo quatuor coniunctiones seu figurae nascuntur. Harum prima frequentissime est in usu, reliquae uero non item.

I		II		III		III	
M	P	P	M	M	P	P	M
S	M	S	M	M	S	M	S

I. *Omne quod fertur deorsum est corpus graue.*

Omnis lapis fertur deorsum.

Ergo, omnis lapis est corpus graue.

II. *Omnis homo prudens prouidet futurum.*

Infantes pueri non prouident futurum.

Ergo, infantes pueri non sunt prudentes.

III. *Nullus Lusitanus est Italus.*

Quidam Lusitani sunt diuites.

Ergo, quidam diuites non sunt Itali.

III. *Omne animal uiuit et sentit.*

Omne quid uiuit et sentit est substantia.

Ergo, quaedam substantia est animal.

Quoniam uero propositiones quadruplicis generis sunt, A, E, I, O, iccirco^[2] ex harum uaria collocatione in qualibet figura aliae coniunctiones propositionum existunt^[3], quae uocantur “modi”. Horum tantum XVIII sunt legitimi et boni, qui suis uocabulis a logicis distinguuntur.^[4] Sed de his alio loco commodius disseremus.¹⁹⁷ Nunc syllogismi et argumentationis species breuiter percurramus.

I. Aliquando uel uni, uel utrique praemissae sua probatio adiungitur, quae argumentatio appellatur “epicherema”.

¹⁹⁷ Ea^[5] habes in appendice de arte syllogistica, cap. 3.

^[1]de syllogismo R^2LNV] de syllogismi natura R^1 ^[2]iccirco ... collocatione R^2LNV] *om.* R^1 ^[3]existunt R^2LNV] excogitari possunt R^1 ^[4]distinguuntur. R^2LNV] designantur. R^1 ^[5]Ea habes R^2LNV] Huiusmodi uocabula habes R^1

CAPÍTULO II

A expressão do raciocínio ou o silogismo

Porque o silogismo corresponde perfeitamente ao raciocínio como operação da mente (ver corolário 4), ele possui também três termos [151] correspondentes a três ideias (ver corolário 1) e três proposições, que correspondem a três juízos (ver corolário 2); e os termos e as proposições exprimem-se pelos mesmos vocábulos que no raciocínio.

Além disso, o predicado e o sujeito da conclusão podem comparar-se com o termo médio de quatro modos, originando-se quatro conjunções ou figuras. A primeira delas é de uso muito frequente, mas com as outras não sucede dessa forma.

I		II		III		IV	
M	P	P	M	M	P	P	M
S	M	S	M	M	S	M	S

- I. *Tudo o que se move de cima para baixo é um corpo pesado;
toda a pedra se move de cima para baixo;
portanto, toda a pedra é um corpo pesado.*
- II. *Todo o homem precavido provê o futuro;
as crianças não provêem o futuro;
portanto, as crianças não são precavidas.*
- III. *Nenhum Português é Italiano;
alguns Portugueses são ricos;
portanto, alguns ricos não são Italianos.*
- IV. *Todo o animal vive e sente;
tudo o que vive e sente é substância;
portanto, alguma substância é animal.*

Dado que as proposições são de quatro espécies (A, E, I, O), da sua diferente disposição em qualquer figura resultam outras conjunções de proposições denominadas “modos”. Destes, apenas dezanove são legítimos e correctos, que os lógicos distinguem pelos respectivos vocábulos. No entanto, irei discorrer acerca deles mais adequadamente noutro lugar.¹⁹⁷ Presentemente, vou expor com brevidade as espécies de silogismos e de argumentações.

I. Por vezes, a uma ou a ambas as premissas é acrescentada uma prova, e a esta argumentação chama-se “epiquerema”.

Por exemplo: “Quem injustamente causar a morte a outrem deve reear continuamente pela sua vida”; prova: não pode suceder que não seja descoberto um delito e que um assassino ofenda alguém que, movido pelo ódio, não lhe cause

¹⁹⁷ Este assunto é tratado no apêndice sobre a arte silogística, cap. 3.

Exempli gratia. “Qui occidit iniuste alium, perpetuo sibi timere debet”; probatio: nam fieri non potest quin delictum patescat, et occisor aliquem offendat, qui uel odio eum occidat, uel iure postulet de crimine.

[152] Sed^[1] Cainus iniuria occidit Abelem fratrem; probatio: nam id Sacrae litterae luculenter demonstrant.

Merito igitur sibi timebat; explicatio: ne primus, quem offenderet, ab eo poenas sumeret sceleris grauissimi.

Nihil frequentius in sermone uel familiari, uel erudito, quam epicheremata occurrunt. Immo syllogismi compositi omnes, qui uel metaphoris, uel transmutationibus leporem et uenustatem rationi conciliant, sunt epicheremata alio et alio modo formata.

II. Interdum uni syllogismo perfecto alter ita subnectitur, ut prioris syllogismi conclusio sit maior posterioris, et duo syllogismi ex quinque propositionibus constant. Haec argumentatio uocatur “prosyllogismus”, et quarta illa propositio “lemma”, seu “adsumtio”, seu “minor adsumta”, etc. Exempli gratia:

Omnis homo est uiuens.

Omne risibile est homo.

Ergo, omne risibile est uiuens.

Sed nullus lapis est uiuens.

Ergo, nullus lapis est homo.

Syllogismus itaque est praestantissima argumentationis forma. Ceterae, de quibus uulgares logici copiose disputant, ad syllogismum nullo negotio reduci possunt, quod breuiter tironum gratia demonstrabimus.

III. Enthymema^[2] est argumentatio constans duabus propositionibus quarum una ex alia aperte inferri uidetur. Exempli gratia:

1. *Spiritus est immortalis.*

Ergo, Deus est immortalis.

2. *Homo non est bellua.*

Ergo, Petrus non est bellua.

Hae consecutiones perspicue sunt uera. Sed cum ex hucusque disputatis euidens sit, nullam propositionem ex alia duci posse, nisi exploratum sit cur ex ea inferatur, fit consequens mihi esse certum conclusionem ex prima necessario duci. Quod si diligenter examino rationem huius certitudinis, illico reperiam causam esse quia in mente habeo propositionem quae nexum ostendit utriusque, quae quidem propositio, quia tam est perspicua, ut a nemine non concedatur, compendii aut elegantiae causa reticetur. Itaque in primo subauditur haec minor: “*Deus est spiritus*”. In secundo

^[1]Sed ... demonstrabimus. *R²LNV*] *om.* R1 ^[2]III. Enthymema ... componitur. *R²LNV*] *pro* I. Quamquam ... uitiosum est. *R¹*: *vd. infra Annexum XXI.*

a morte ou o acuse de crime. [152] Mas Caim causou injustamente a morte a seu irmão Abel; prova: isso é demonstrado com evidência pelas Sagradas Escrituras. Portanto, ele devia reear com razão pela sua vida; explicação: porque o primeiro que ele ofendesse podia aplicar-lhe uma pena por um crime gravíssimo.

Na linguagem familiar, ou erudita, nada ocorre com maior frequência que os epiqueremas. Mesmo os silogismos compostos, que por meio de metáforas ou de transposições dão ensejo a que a oração exprima sentimentos de afecto e de satisfação, são epiqueremas constituídos de diversos modos.

II. Algumas vezes, a um silogismo perfeito acrescenta-se outro silogismo, de tal modo que a conclusão do primeiro se torna a premissa maior do segundo, e ambos os silogismos ficam a ser constituídos por cinco proposições. A esta argumentação chama-se “prossilogismo”, e a quarta proposição denomina-se “lema”, ou “proposição menor”, ou “menor assumida”, etc. Exemplo:

*Todo o homem é vivente;
 todo o risível é homem;
 portanto, todo o risível é vivente;
 mas nenhuma pedra é vivente;
 portanto, nenhuma pedra é homem.*

Por conseguinte, o silogismo é a mais excelente forma de argumentação. E as outras sobre as quais discorrem copiosamente os lógicos vulgares podem reduzir-se facilmente ao silogismo, o que irei demonstrar com brevidade para benefício dos principiantes.

III. O entimema é uma argumentação constituída por duas proposições, das quais uma delas parece inferir-se abertamente da outra. Exemplos:

- 1. O espírito é imortal;
 portanto, Deus é imortal.*
- 2. O homem não é besta;
 portanto, Pedro não é besta.*

Estas consequências são muito claramente verdadeiras. Mas como é evidente, tendo em conta o que até ao momento foi discutido, que não pode deduzir-se nenhuma proposição de outra se não for investigado o motivo por que dela se infere, concluo com certeza que a conclusão se deduz de modo necessário da primeira proposição. Com efeito, se eu examinar com diligência a causa dessa certeza, apercebo-me de imediato de que ela está no facto de eu possuir uma proposição mental que estabelece um nexos entre ambas, proposição essa que, por ser tão evidente e aceite por todos, está apenas subentendida para abreviar o discurso ou por razões de clareza. Assim, no primeiro exemplo está subentendida a menor “Deus é espírito”,

haec: “Petrus est homo”. Ex quo efficitur enthymema in mente nullum dari, sed uoce tenuis, et in uerbis.

[153] Potest item subaudiri minor propositio identica, ut in his:

1. *Omnis homo est animal.*
Ergo, Aliquis homo est animal.
2. *Nullus homo est lapis.*
Ergo, Aliquis homo non est animal.
3. *Triangulum est figura.*
Ergo describere triangulum, est describere figuram.

Nam propositio quae ostendat nexum utriusque seu consequens in antecedente contineri, non alia esse potest nisi identica. In primo igitur et secundo subauditur haec minor: “Sed aliquis homo est homo”. In tertio haec: “Sed describere triangulum est describere triangulum”. Ex quo apparet, ut scite Wolfius, identicas propositiones mirificam utilitatem adferre in exploranda bonitate consecutionum.

III. Inductio est argumentatio in qua, quod de singulis indiuiduis adfirmatur, de tota specie adfirmatur. Non quod partes omnes debeant singulatim numerari; sufficit si id uerbo aliquo commode significemus. Exempli gratia:

1. *Petrus, Ioannes, Franciscus, et ceteri homines sunt animalia.*
Igitur, omnis homo est animal.
2. *Nec Petrus, nec Paullus, nec alius homo est, qui aliquando non peccet.*
Igitur, nullus homo est, qui non peccet.

Haec argumentatio est enthymema in quo ratio inferendi, seu maior, quia satis euidens est, tacetur. Itaque in primo subauditur haec maior: “Si singuli homines sunt animalia, omnis homo est animal”. In altero haec: “Si singuli homines peccant, et species humana peccat”. Vbi notandum est duas propositiones secundi syllogismi esse adfirmantes, quamuis negantes uideantur. Sic enim accipi debet syllogismus:

Si singuli homines peccant, et species humana seu omnis homo peccat;
sed Petrus, Paullus, ceteri, hoc est singuli homines peccant.
Ergo, species humana, seu omnis homo peccat.

V. Exemplum est, argumentatio in qua ex uno singulari magis cognito aliud singulare illi simile colligitur. Exempli gratia:

e, no segundo, “Pedro é homem”. Conclui-se daqui que não existe na mente o entimema, mas apenas nas palavras.

[153] Pode também subentender-se uma proposição menor idêntica, como nestes exemplos:

1. *Todo o homem é animal;*
portanto, algum homem é animal.
2. *Nenhum homem é pedra;*
portanto, algum homem não é pedra.
3. *O triângulo é uma figura;*
portanto, traçar um triângulo é traçar uma figura.

De facto, uma proposição que manifeste um nexos entre ambas ou em que o consequente esteja incluído no antecedente apenas pode ser idêntica. No primeiro e no segundo exemplos, subentende-se a menor “mas algum homem é homem”; e no terceiro, “mas traçar um triângulo é traçar um triângulo”. Evidencia-se destes casos, como habilmente afirma Wolff, que as proposições idênticas proporcionam uma admirável utilidade para reconhecer a bondade das consequências.

IV. A indução é uma argumentação na qual o que é afirmado de cada um dos indivíduos é afirmado de toda a espécie. Não é, porém, necessário enumerar todas as partes individualmente, sendo suficiente que manifestemos isso convenientemente por algumas palavras. Exemplos:

1. *Pedro, João, Francisco e outros homens são animais;*
portanto, todo o homem é animal.
2. *Nem Pedro, nem Paulo, nem outro homem existe que por vezes não cometa erro;*
portanto, nenhum homem existe que não cometa erro.

Esta argumentação é um entimema em que a razão da inferência, ou a maior, está omissa por ser suficientemente evidente. Assim, no primeiro exemplo subentende-se a maior “se cada um dos homens é animal, todo o homem é animal”; e no segundo exemplo, “se cada um dos homens comete erro, também a espécie humana comete erro”. Mas deve observar-se que são afirmativas as duas proposições do segundo silogismo, embora pareçam negativas. Com efeito, o silogismo deve interpretar-se desta forma:

Se cada um dos homens comete erro, também a espécie humana ou todo o homem comete erro;
mas Pedro, Paulo e outros, isto é, cada um dos homens comete erro;
portanto, a espécie humana ou todo o homem comete erro.

V. Outro exemplo é o da argumentação em que de uma proposição singular mais conhecida se infere outra singular semelhante a ela. Exemplo:

[154] *Dauid paenitentiam agens salus est.*

Igitur, et Petrus si paenitentiam egerit, saluus erit.

Haec argumentatio etiam est enthymema, in quo, ut ante diximus, maior, quae nobis est fundamentum comparandi, breuitatis gratia omittitur. Nemo enim non uidet rationem comparationis ex hoc fonte proficisci, quia ponimus ueluti notum “Rebus similibus similia praedicata conuenire”. Itaque facile reducit ad syllogismum, uel prosyllogismum, uel epicherema, si maiorem exprimas, et quod in singulis propositionibus latet recte proponas. Ad syllogismum hoc modo:

Rebus similibus similia praedicata conueniunt.

Sed Dauid, et Petrus paenitentes sunt similes.

Igitur, si Dauid saluus est, et Petrus saluus erit.

Nam haec conclusio utitur terminis aequipollentibus praedicato maioris, uult enim dicere “Igitur Dauidi, et Petro paenitentibus similia praedicata conueniunt, nempe esse saluum”. Ad prosyllogismum hoc modo:

Rebus similibus similia praedicata conueniunt.

Sed Dauid, et Petrus paenitentes sunt similes.

Igitur, similia iis praedicata conueniunt.

Sed Dauid paenitens salutem consecutus est.

Igitur, Petrus paenitens salutem consequetur.

Ad horum rationem facile componi potest epicherema.

VI. Sorites est, argumentatio quae constat plurimis propositionibus eo ordine positus, ut praedicatum prioris sit subiectum posterioris, donec praedicatum ultimae et subiectum primae coniungantur in conclusione. Exempli gratia:

Ioannes est homo.

Homo est animal.

Animal est uiuens.

Viuens est substantia.

Ergo, Ioannes est substantia.

In sorite tot sunt syllogismi quot sunt propositiones inter primam et ultimam. Facile autem syllogismi primae figurae manifesti fient, si secundam ponas loco maioris et primam loco minoris, et exprimas minorem, quae subauditur, in hunc modum:

[154] *David por fazer penitência obteve a salvação;
portanto, também Pedro, se fizer penitência, irá obter a salvação.*

Esta argumentação é também um entimema em que, como anteriormente referi, a maior, que é o fundamento da comparação, está omissa por causa da brevidade, pois não há ninguém que não se aperceba de que a razão da comparação tem a sua origem no facto de considerarmos como conhecido “a coisas semelhantes convêm predicados semelhantes”. Por isso, se a maior estiver expressa, é fácil reduzir o entimema a um silogismo, a um prossilogismo ou a um epiquerema, explicitando convenientemente o que está implícito em cada uma das proposições. A redução a um silogismo realiza-se deste modo:

*A coisas semelhantes convêm predicados semelhantes;
mas David e Pedro são penitentes semelhantes;
portanto, se David obteve a salvação, também Pedro irá obter a salvação.*

Esta conclusão serve-se de termos equipolentes relativamente ao predicado da maior, pretendendo dizer: “Portanto, a David e a Pedro, penitentes, convêm predicados semelhantes, ou seja, obter a salvação”. E a redução a um prossilogismo realiza-se desta forma:

*A coisas semelhantes convêm predicados semelhantes;
mas David e Pedro, penitentes, são semelhantes;
portanto, convêm-lhes predicados semelhantes;
mas David, penitente, obteve a salvação;
portanto, Pedro, penitente, irá obter a salvação.*

Em virtude disto, pode construir-se facilmente um epiquerema.

VI. O sorites é uma argumentação constituída por várias proposições dispostas de tal modo que o predicado da primeira é o sujeito da segunda e assim sucessivamente até que o predicado da última e o sujeito da primeira se combinem na conclusão. Exemplo:

*João é homem;
o homem é animal;
o animal é vivente;
o vivente é substância;
portanto, João é substância.*

No sorites, são tantos os silogismos quantas forem as proposições entre a primeira e a última. E facilmente se evidenciam os silogismos da primeira figura dispondo a segunda proposição no lugar da maior, a primeira no lugar da menor e expondo a menor, que se subentende, deste modo:

1. *Homo est animal.*
Ioannes est homo.
Ioannes est animal.
- [155] 2. *Animal est uiuens.*
Ioannes est anima.
Ioannes est uiuens.
3. *Viuens est substantia.*
Ioannes est uiuens.
Ioannes est substantia.

Vel non mutato ordine praemissarum, in quarta figura indirecte, sic:

1. *Ioannes est homo.*
Homo est animal.
Ioannes est animal.
2. *Ioannes est animal.*
Animal est uiuens.
Ioannes es uiuens.
3. *Ioannes est uiuens*
Viuens est substantia.
Ioannes est substantia.

Immo etiam directe in quarta, tum partium in quarta, partim in prima, immo et aliis modis nec non in enthymemata resolui, quae singula iis, qui otio abundant, tentanda relinquimus.

VII. Dilemma est, argumentatio in qua, facta sagaci membrorum numeratione, id ipsum quod de singulis membris probauimus, toti adtribuimus, ut in hoc:

Si uxor est ducenda aut est ducenda pulchra, aut deformis.
Non pulchra, quia zelotypiam mouet.
Non etiam deformis, quia fastidium.
Igitur, nulla ducenda est.

Haec argumentatio est syllogismus disiunctiuus bimembris.¹⁹⁸ Potest autem ad syllogismum non disiunctiuum reduci, si praemissas, quae istis aequipollent, et in his subaudiuntur, adiungas hoc modo:

¹⁹⁸ Vide Appendicem, cap. 4, ubi haec fusius exponemus.

1. *O homem é animal;*
João é homem;
João é animal.
- [155] 2. *O animal é vivente;*
João é animal;
João é vivente.
3. *O vivente é substância;*
João é vivente;
João é substância.

Ou, não alterando a ordem das premissas, indirectamente na quarta figura seria desta forma:

1. *João é homem;*
o homem é animal;
João é animal.
2. *João é animal;*
o animal é vivente;
João é vivente.
3. *João é vivente;*
o vivente é substância;
João é substância.

Pode também explicar-se directamente na quarta figura ou em parte na quarta e em parte na primeira e até de outros modos, e também no entimema. Mas reservo o exame de todos estes assuntos para aqueles que abundam em ócio.

VII. O dilema é uma argumentação em que, tendo estabelecido com perspicácia a enumeração dos membros, aquilo que é demonstrado de cada um deles é atribuído ao todo, como neste exemplo:

Se uma mulher deve esposar-se, ou deve ser bela ou deve ser feia;
não deve ser bela, porque desperta ciúmes;
não deve ser feia, porque causa desagrado;
portanto, nenhuma mulher deve esposar-se.

Esta argumentação é um silogismo disjuntivo bímembre,¹⁹⁸ podendo, porém, reduzir-se a um silogismo não disjuntivo, acrescentando as premissas equipolentes, que estão subentendidas, desta forma:

¹⁹⁸ Ver o Apêndice (cap. 4), onde irei expor com maior desenvolvimento este assunto.

*Feminae, quae adferunt angorem animi, ducendae non sunt.
Sed nulla femina est, uel ea pulchra sit uel deformis, quae non
adferat angorem animi.
Igitur, nulla ducenda es.*

Potest item duplex syllogismus ex eodem fabricari, quorum quilibet suam partem explicet. Ex quo apparet, quod [156] supra posuimus, omnes argumentationis species ad syllogismum reuocari.

Syllogismus autem uel est simplex, uel compositus. Simplex, qui etiam dicitur “categoricus”, est qui tribus constat propositionibus simplicibus. Compositus est qui una saltem praemissa composita constat. Hic rursus uel constat praemissa composita secundum materia, uel secundum formam. Primus est ille qui habet praemissas copulatiuas, et dicitur “copulatiuus” seu “coniunctiuus”. Alter est qui unam praemissam habet compositam secundum formam, quae totam conclusionem continet, plerumque maior esse solet, ex quo uel “conditionalis”, uel “relatiuus”, uel “caussalis”, uel “disiunctiuus” appellatur, pro uarietate praemissae ex qua componitur.¹⁹⁹

CAPVT III

De modo inuestigandi firmitatem ratiocinationis^[1]

Quo uero planius intelligamus utrum argumentatio recte^[2] concludat an secus, plurima Aristoteles ceterique dialectici excogitarunt, et leges minutissimas tradiderunt, quarum ope in qualibet figura syllogismi recte conformarentur.

Has autem leges et ueras esse, et summo ingenii acumine excogitatas, negare non possumus. Verum cum experientia sit^[3] exploratum neminem eorum qui recte ratiocinantur, uel ipse aliquid cogitet et scribat, uel disputando cum alio contendat, ne ipsis quidem dialecticis exceptis, dum^[4] non ad pompa loquuntur, uerum serio aliquid agunt huiusmodi regulis adiuuari ut aliquid conficiat; iccirco recentiores philosophi tantam regularum multitudinem, quae memoriam fatigat, reiecerunt, et inuestigarunt faciliorem^[5] legem, qua de bonitate ratiocinationis fieri possemus certiores.

Auctor *Artis Cogitandi*,²⁰⁰ Corsinius,²⁰¹ Clercius,²⁰² [157] Buffierius²⁰³ [6] singuli singulas proposuerunt leges, quarum duae^[7] mediae ad primam reduci posse uidentur,

¹⁹⁹ Repete quae diximus supra, Parte I, cap. 3, ubi de propositionibus.

²⁰⁰ Part. III, cap. 10.

²⁰¹ In *Logica*, Part. III, cap. 3 et 7.

²⁰² *Logica*, Part. III, cap. 5.

²⁰³ *Principes du raisonnement*, Lett. VII.

^[1]ratiocinationis R^2LNV] argumentationis R^1 ^[2]recte ... secus R^2LNV] legitime sit et recte concludat, nec ne R^1 ^[3]sit R^2LNV] habeamus R^1 ^[4]dum ... serio R^2LNV] dum adtente R^1 ^[5]faciliorem ... qua R^2LNV] commodiorem legem, ex qua R^1 ^[6]Buffierius R^2LNV] *om.* R^1 ^[7]duae mediae R^2LNV] posteriores duae R^1

*As mulheres que causam desagrado não devem esposar-se;
mas não há nenhuma mulher, bela ou feia, que não cause
desagrado;
portanto, nenhuma mulher deve esposar-se.*

Podem ainda, com base no mesmo silogismo, construir-se outros dois, se cada um deles for concludente. Depreende-se de tudo isto, [156] como acima referi, que se reduzem ao silogismo todas as espécies de argumentação.

Por outro lado, o silogismo ou é simples ou composto. O simples, denominado também “categórico”, é constituído por três proposições simples; o composto é constituído pelo menos por uma premissa composta. Este, por sua vez, ou é constituído por uma premissa composta segundo a matéria ou segundo a forma. O primeiro é o que possui premissas copulativas, e diz-se “copulativo” ou “conjuntivo”; o segundo é o que possui uma premissa composta segundo a forma, que contém toda a conclusão, costumando geralmente ser a premissa maior, pelo que se denomina “condicional”, ou “relativo”, ou “causal”, ou “disjuntivo”, segundo a diversidade de premissas por que é constituído.¹⁹⁹

CAPÍTULO III

O modo de investigar a consistência do raciocínio

Para poder entender-se com maior clareza se uma argumentação conclui convenientemente ou não, Aristóteles e outros dialécticos imaginaram muitas coisas e ensinaram regras muito minuciosas por meio das quais os silogismos se conformam adequadamente a qualquer figura.

Não posso recusar que são verdadeiras essas regras e descobertas pela reflexão com suma agudeza de espírito. Porém, como a experiência comprova, ninguém que raciocine com segurança, ou pense e escreva alguma coisa, ou tenha alterações com outrem nas disputas, pode ser auxiliado por essas regras para concluir alguma coisa, excepto os próprios dialécticos, contanto que realizem algo realmente sério ao exprimirem-se com aparato. Por isso, os filósofos modernos recusaram um tão grande número de regras que causam fadiga à memória e apresentaram uma regra mais simples com base na qual pudéssemos obter maior certeza sobre a bondade do raciocínio.

O autor de *A Arte de Pensar*,²⁰⁰ Corsini,²⁰¹ Clerk²⁰² [157] e Buffier²⁰³ propuseram todos eles regras particulares, das quais as duas intermédias podem reduzir-se à

¹⁹⁹ Recordar o que afirmei anteriormente na primeira parte (cap. 3), onde discorri sobre as proposições.

²⁰⁰ Terceira parte (cap. 10).

²⁰¹ *Logica* (3ª parte, caps. 3 e 7).

²⁰² *Logica* (4ª parte, cap. 5).

²⁰³ *Principes du raisonnement*, carta VII.

ultima^[1] uero nisi ad nostram reuocetur et impeditior est, propterea quia difficillimis inuersionibus propositionum subiecta, et non omnibus syllogismis aptari potest. Mihi uero rem accuratius meditati una tantum regula se offert, ad quam non modo syllogismi omnes et^[2] aientes et negantes exigi possunt, sed immensa illa regularum copia, quam dialectici tradiderunt, summa^[3] cum facilitate reuocatur.²⁰⁴ Quae ipsa et facile memoria teneri et non difficulter ad quemque syllogismum applicari potest.

Regula est: “Syllogismus tribus tantum terminis constare debet: nimirum duobus extremis, quos comparare uolumus inter se, et medio, cum quo utrumque recte comparamus”.²⁰⁵

Quod hanc regulam non seruant, sophismata omnia fallunt, ut consideranti patebit. Quo uero facilius pernoscamus an sint tres termini an aliter singula uocabula tum propositionibus, quae probanda est, tum argumenti seu medii, quo ipsa est probanda, accurate sunt exponenda.²⁰⁶

[158] Quae quoniam in syllogismis, qui tribus constant uocabulis, nullo negotio occurrunt, iccirco dialecticus tiro qui cum operae pretio meditari cupit, expendat studiose syllogismos et epicheremata ualde complexa, ut sunt orationes ceteraeque, quibus aliquid argumentando conficimus.

Haec^[4] autem inuestigatio duobus potissimum continetur: 1. Quorum alterum et praecipuum est in qualibet syllogismi propositione partes separare et accuratissime

²⁰⁴ Confer quae in appendice de arte syllogistica dicemus, ubi haec recte demonstrabimus.

²⁰⁵ Nempe modo supra dicto capite I, praesertim “§ Praeterea”.

²⁰⁶ Cum^[5] audis tres terminos, non intelligas tria uerba, sed tres ideas complexas per plura, aut pauciora uerba significatas. Id exemplis syllogismorum, quos et hoc loco et in appendice de arte syllogistica dedimus, euidentis est. Sed altero exemplo fiet clarius. Nam duae propositiones eiusdem subiecti, quarum una sit uniuersalis negans, altera particularis aiens, pro diuersa collocatione faciunt uel duos terminos, uel unum. Duos, ut in hoc:

Nulla planta sentit.

Aliquod uiuens est planta.

Ergo, nullum uiuens sentit.

Sunt 4 termini: “planta”, “sentiens”, “aliquod uiuens”, “nullum uiuens”. Cum enim “aliquod uiuens” sit ante “nullum uiuens” in conclusione, procedit a non distributo ad distributum, inducit 4. terminos, et ideo fallit. Contra in hoc:

Nulla planta est sensitua.

Aliqua planta est fructifera.

Ergo, aliquod fructiferum non est sensituum.

Sunt 3 termini: “planta”, “sensituum”, “fructiferum”. Nam cum subiectum “nulla planta” ponatur ante “aliqua planta”, hunc complectitur, et cum eo in uniuersali subiecto distributo facit unum medium tantum. Ideo recte colligit in “Ferison”, qui est modus 3. Figurae, ut uidere est in Appendice, cap. 3. Quod memoria tenendum ut terminos syllogismorum recte et facile expendere ualeamus.

^[1]ultima ... potest. R^2LNV] om. R^1 ^[2]et aientes et negantes R^2LNV] om. R^1 ^[3]summa ... facilitate R^2LNV] nullo negotio R^1 ^[4]Haec ... complexi. R^2LNV] pro Ac primum ... fallacis. R^1 : vd. *infra Annexum XXII*. ^[5]Cum ..., cap. 4. R^2LNV] om. R^1

primeira; mas a última, se não for reduzida à minha, é mais dificultosa, dado estar dependente de inversões muito difíceis das proposições e não poder aplicar-se a todos os silogismos. Reflectindo, porém, com maior diligência sobre o assunto, na minha opinião apresenta-se apenas uma regra que pode não apenas verificar-se em todos os silogismos, tanto afirmativos como negativos, mas também se reduz a ela com extrema facilidade o grande número de regras que os dialécticos ensinaram.²⁰⁴ Ela retém-se também facilmente na memória e pode aplicar-se sem nenhuma dificuldade a qualquer silogismo.

A regra é esta: “O silogismo deve ser constituído por apenas três termos: por dois extremos, que nos propomos comparar entre si, e por um médio, com o qual comparamos adequadamente um e outro”.²⁰⁵

Por não se observar esta regra, somos induzidos em erro com muitos sofismas, como é manifesto para quem reflectir. E para reconhecermos com maior facilidade se o sofisma tem três termos ou não, devemos explicar cuidadosamente cada um dos vocábulos, quer da proposição que se pretende demonstrar quer da prova ou termo médio pelo qual ela deve ser demonstrada.²⁰⁶

[158] Dado que nos silogismos constituídos por esses três termos não ocorre nenhuma dificuldade, um principiante de dialéctica que deseje reflectir com proveito

²⁰⁴ Conferir o que irei expor no apêndice sobre a arte silogística, onde demonstrarei convenientemente este assunto.

²⁰⁵ Decerto, segundo o modo anteriormente referido no capítulo primeiro, sobretudo no parágrafo que principia por “Além disso”.

²⁰⁶ Ao ouvirmos três termos não tomamos conhecimento de três palavras, mas de três ideias complexas significadas por muitas ou poucas palavras. Isso evidencia-se pelos exemplos dos silogismos que apresentei neste lugar e que irei também apresentar no apêndice sobre a arte silogística. Mas torna-se mais inteligível com outro exemplo. Na verdade, duas proposições com o mesmo sujeito, das quais uma delas é universal negativa e a outra particular afirmativa originam quer dois termos quer apenas um consoante a sua diferente disposição. Elas originam dois termos como neste caso:

*Nenhuma planta sente;
algum vivente é planta;
portanto, nenhum vivente sente:*

Existem aqui quatro termos: “planta”, “senciente”, “algum vivente”, “nenhum vivente”. Como, porém, “algum vivente” está antes de “nenhum vivente” na conclusão, resulta que um termo não distributivo se torna distributivo, originando quatro termos, e por isso o silogismo induz em erro. Ao invés, no exemplo:

*Nenhuma planta é sensitiva,
alguma planta é frutífera;
portanto, algum frutífero não é sensitivo,*

Existem três termos: “planta”, “sensitivo” e “frutífero”. Na verdade, dado estar situado o sujeito “nenhuma planta” antes de “alguma planta”, contendo este último termo, origina juntamente com ele no sujeito universal distributivo apenas um termo médio. Por isso, o silogismo infere legitimamente em “Ferison”, um modo da terceira figura, como pode ver-se no Apêndice (cap. 3). Deve reter-se isto na memória para podermos examinar convenientemente e com facilidade os termos dos silogismos.

distinguere, tum propositiones quae primo ponuntur, tum quae sunt incidentes; quo planius intelligi possit tres illae praecipuae propositiones aientes sint, an negantes. 2. Alterum ueluti subsidiarium est in tribus illis propositionibus uerba quam sollerter interpretari, et animaduertere an idem significant, seu aequipolleant, an aliter.²⁰⁷ Sic facile percipiet, quot sunt [159] termini praecipuae propositionis, et an ambae propositiones duo extrema cum eodem medio conferant, hoc est ad illud ueluti regulam extrema dirigant, an non. Sed ut haec facilius penitusque intelligantur, triplex subiiciemus exemplum: unum legitimi syllogismi, alterum fallacis simplicis, tertium fallacis complexi.

I. Primum exemplum sit Ciceronis oratio *Pro Milone*. Probaturus Cicero, Clodium iure occisum fuisse a Milone; primo ponit tamquam omnibus exploratum, eum qui nobis insidias facit, iure meritoque occidi posse, quod naturae lege et gentium, et exemplis ex ueteri memoria petitis confirmat. Deinde ostendit Clodium insidias fecisse Miloni, quod ab apparatu et satellitio Clodii, ceterisque adiunctis ducit.

²⁰⁷ Numquam satis pro rei utilitate haec duo praecepta tironibus commendabuntur. Cum enim in sermone et familiari et erudito non terminis simplicibus, sed ualde complexis ac aequiualentibus saepissime utamur, quorum aliqui interdum uidentur repugnare et aequipollent, alii aequipollere uidentur, re autem pugnant inter se; qui haec non animaduertat, putabit esse negantem propositionem, quae sensum aientem habet, propterea si ad syllogismum reducatur, existimabit contra regulas peccare, cum tamen non peccet. Quod ex iis quae cap. superiori in inductione diximus, perspicuum est. Sed plura exempla terminorum aequiualentium dare non paenitebit tironum utilitati.

1. *Virtus meretur laudes.*

Silentium collocari debet in classe uirtutum.

Igitur, silentium dignum est quod laudibus prosequamur.

Hic euidentis est in minori et conclusione terminos aequiualentes primis adhiberi, significat enim:

Virtus meretur laudes.

Silentium est uirtus.

Ergo, silentium meretur laudes.

Similiter hic syllogismus satis uulgatus:

2. *Omne, quod non est corporeum, non est corruptibile.*

Animus noster non est corporeus.

Ergo, animus noster non est corruptibilis.

Videtur ex tribus negantibus constare, et ideo peccare contra legem VII generalem, de qua Appendicis cap. 2 dicemus. Verumtamen et recte colligit et unam saltem praemissam habet aientem, aequiualeat enim huic:

Omne incorporeum non est corruptibile.

Animus noster est incorporeus.

Ergo, animus noster non est corruptibilis.

Immo uero utraque aiente constare poterit, si terminos aequiualentes maioris termini substituas in hunc modum: Omne incorporeum est incorruptibile. etc. Horum autem syllogismorum innumerae sunt species, in quibus expendendis magno cum fructu tirones exercebuntur. Adde quae diximus huius Libri Parte I, cap. 4.

deve examinar com diligência os silogismos e os epiqueremas muito complexos, como são certas proposições com as quais construímos algumas argumentações.

Esta indagação inclui sobretudo dois princípios: 1. O primeiro e o principal estabelece que devem separar-se e distinguir-se com muita diligência em qualquer proposição do silogismo as suas partes, quer sejam as proposições dispostas em primeiro lugar, quer as incidentes, para, assim, se poder compreender com maior clareza se as três principais proposições são afirmativas ou negativas. 2. O segundo princípio, como subsidiário, afirma que devem interpretar-se o mais habilmente possível os termos nas três proposições e verificar se possuem a mesma significação ou se são equipolentes ou não.²⁰⁷ Deste modo, é fácil averiguar quantos são os termos [159] da proposição principal e se em ambas as proposições os dois extremos se conformam com o mesmo termo médio, isto é, se estão ou não dispostos relativamente a ele segundo uma regra. Mas para compreendermos mais perfeitamente este assunto, exponho três exemplos: o primeiro respeitante ao silogismo legítimo, o segundo às falácias simples e o terceiro à falácia complexa.

I. O primeiro exemplo é o discurso *Pro Milone* de Cícero. Propondo-se Cícero demonstrar que Clódio foi legitimamente assassinado por Milão, estabeleceu em

²⁰⁷ Jamais serão suficientemente recomendados aos principiantes estes dois preceitos, dado o interesse do assunto. Por nos servirmos com muita frequência, tanto na linguagem familiar como na erudita, não de termos simples, mas muito complexos e equivalentes – dos quais por vezes alguns deles parecem incompatíveis, sendo, no entanto, equipolentes, parecendo outros equipolentes, mas opondo-se realmente entre si –, quem não prestar atenção a este assunto poderá considerar que é negativa uma proposição que possui um sentido afirmativo. Por isso, se a incluir num silogismo, julgará que ela peca contra as regras, embora não peque. Isto torna-se evidente com base naquilo que expus no capítulo anterior sobre a indução. Mas não me arrependo de apresentar alguns exemplos de termos equivalentes para benefício dos principiantes.

*1. A virtude merece louvores;
o silêncio deve incluir-se na categoria das virtudes;
portanto, o silêncio é digno de que o distingamos com louvores.*

É evidente neste caso que se apresentam na menor e na conclusão termos equivalentes aos primeiros, pois o silogismo significa:

*A virtude merece louvores;
o silêncio é uma virtude;
portanto, o silêncio merece louvores.*

Semelhante a este é o silogismo muito conhecido:

*2. Tudo aquilo que não é corpóreo não é corruptível;
o nosso espírito não é corpóreo;
portanto, o nosso espírito não é corruptível.*

O silogismo parece ser constituído por três proposições negativas e por isso pecar contra a regra sétima geral a que irei referir-me no capítulo segundo do Apêndice. Contudo, ele conclui também convenientemente, tendo pelo menos uma premissa afirmativa, pois equivale a este:

*Todo o incorpóreo não é corruptível;
o nosso espírito é incorpóreo;
portanto, o nosso espírito não é corruptível.*

Mais que isso, ambas as proposições poderão constituir uma afirmativa, substituindo os termos equivalentes da maior desta forma: “Todo o incorpóreo é incorruptível, etc.”. Existem, aliás, inumeráveis espécies destes silogismos em cujo exame poderão ocupar-se com grande proveito os principiantes. Acrescentar o que afirmei no capítulo quarto da primeira parte deste livro.

[160] Hinc infert, licuisse Miloni Clodium occidere. Itaque oratio illa hoc syllogismo continetur:

*Is qui alteri insidias facit iure occiditur.
Clodius is est qui insidias fecit Miloni,
Igitur, Clodius iure occisus est a Milone.*

In hoc syllogismo perspicue occurrunt tres termini: “insidias facere”, “iure” occidere, “Clodius”, ideo recte concludit.

II. Alterum exemplum sit illud sophisma Diogeni^[1] Cynico obiectum, et ab Gellio relatum.²⁰⁸

*Tu non es, quod ego sum.
Ego sum homo.
Igitur, tu non es homo.*

Huius syllogismi maior hoc significat: “Tu non es hic homo qui ego sum”. Minor hoc praefert: “Ego sum aliquis homo”. Conclusio uero hoc: “Tu non es ullus^[2] homo”. Igitur sunt quatuor termini: “tu”, “hic homo”, “ego”, “aliquis homo”, immo quinque, si addas, non nullus^[3] homo. Iccirco est uitiosus.^{[4] 209}

III. Tertium^[5] exemplum sit ille scholasticorum syllogismus, quo ii, cum a recentioribus philosophis argumentatis fatigantur, se defendere solent:

*Maiores nostri, uiri grauissimi, ad unum omnes dixere necessariam
esse logicam ad disciplinas omnes et praesertim ad Theologiam
addiscendam, et haereticorum impudentiam confringendam.
Sed nos logicam docemus.
Ergo logica quam excolimus necessaria est ad disciplinas omnes, et
etiam Theologiam addiscendam, atque haereticos confutandos.*

²⁰⁸ Lib. XVIII, cap. 13.

²⁰⁹ Clarius,^[6] hoc dicere uult: “Tuum indiuiduum ut aliis humanis dissimile, non est meum indiuiduum ut aliis humanis simile. Sed meum indiuiduum ut aliis humanis simile est aliquis homo. Ergo tuum indiuiduum ut aliis simile non est nullus homo”. Vbi manifeste se offert duplex medium, “dissimile aliis et simile aliis”; proinde 4 termini. Hoc sophisma peccat contra leges IIII figurae.

^[1]Diogeni Cynico obiectum et ab Gellio | Diogeni Cynico obiectum et ab Agellio *R²LNV* | a B. Augustino *R¹* ^[2]ullus *R²LNV* | ullus omnino *R¹* ^[3]non ullus *R²LNV* | nullus *R¹* ^[4]uitiosus. *R²LNV* | uitiosum. *R¹* ^[5]III. Tertium ... solent. *R²LNV* | *pro* Eodem nomine ... defendunt. *R¹*: *vd. infra Annexum XXIII.* ^[6]Clarius ... figurae. *R²LNV* | *om. R¹*

primeiro lugar que todos reconhecem poder assassinar-se justamente e com razão quem nos arme ciladas, como confirmam as leis da natureza, o direito das gentes e os exemplos provenientes da tradição. Após isso, ele demonstrou que Clódio armou ciladas a Milão, como pôde concluir pelo aparato, pela escolta de Clódio e por outras circunstâncias. [160] De tudo isto ele inferiu que foi lícito a Milão assassinar Clódio. Assim, aquele discurso está contido neste silogismo:

*Aquele que arma ciladas a outrem é assassinado legitimamente;
Clódio é aquele que armou ciladas a Milão;
portanto, Clódio foi legitimamente assassinado por Milão.*

Ocorrem manifestamente neste silogismo três termos: “armar ciladas”, “assassinar legitimamente” e “Clódio”. Por isso, ele conclui convenientemente.

II. O segundo exemplo é o sofisma apresentado por Diógenes, o “Cínico”, referido por Agelio:²⁰⁸

*Tu não és quem eu sou;
eu sou um homem;
portanto, tu não és um homem.*

A maior deste silogismo significa “tu não és este homem que eu sou”, a menor declara “eu sou algum homem” e a conclusão afirma “tu não és algum homem”. Existem por isso quatro termos: “tu”, “este homem”, “eu”, “algum homem”; e mesmo cinco, se acrescentarmos “não algum homem”. Deste modo, o silogismo é vicioso.²⁰⁹

III. O terceiro exemplo é o silogismo dos escolásticos, com o qual eles costumam defender-se quando atormentados pelos argumentos dos filósofos modernos:

*Os nossos antepassados, varões muito penetrantes, afirmaram
unanimemente que é necessário aprender a lógica em função de todas
as disciplinas, sobretudo da Teologia, e para moderar a impudência dos
heréticos.
Mas nós ensinamos lógica.
Portanto, a lógica que cultivamos é necessária para todas as disciplinas
e principalmente para aprender a Teologia e refutar os heréticos.*

²⁰⁸ Liv. XVIII, cap. 13.

²⁰⁹ Com maior clareza, isto quer dizer: “O teu indivíduo, por ser diferente de outros indivíduos humanos, não é meu indivíduo, diferente de outros indivíduos humanos; mas o meu indivíduo, por ser semelhante a outros indivíduos humanos, é algum homem; portanto, o teu indivíduo, por ser semelhante a outros indivíduos, não é algum homem”. Como é evidente, apresentam-se aqui dois termos médios: “diferente de outros” e “semelhante a outros”. Existem por isso quatro termos. Este sofisma peca contra as regras da quarta figura.

Qui de hoc syllogismo cupit iudicare, oportet primo conclusionem probandam intelligat, quam nisi intelligit, stultum est amplius disputare. Subiectum itaque [161] conclusionis^[1] est logica peripatetica, seu scholastica: hoc est disciplina, quae constat prooemialibus, uniuersalibus, signis, arte syllogistica, et topicis. Aliquando uero Aristotelica logica tantummodo significat libros de uniuersalibus, et signis. Nempe^[2] in eorum scholis, qui nihil aliud pro logica tradunt.

Disciplinae omnes uel sunt humaniores, ut Grammatica, Rhetorica, Poetica, Historica, Critica; uel grauiores, ut Mathematica, Physiologia, Ethica, iurisprudentia Ciuilis ac Pontificia et Theologia. Haec uel est Naturalis, uel Superna; haec rursus uel est Hermeneutica, uel Dogmatica uel Polemica. Recte igitur percipienda sunt haec:, tum et quibus fundamentis innitantur singulae disciplinae, qualesque uniuscuiusque sint fines, probe examinandum.

Haeretici uel sunt ueteres, uel recentiores. Illi a philosophorum uel Orientalium uel Graecorum sectis plerumque sua dogmata duxerunt, ut Valentiniani, Cerdoniani, Marcionitae, Hermogeniani, Origenistae, Manichaei, ceteri. Hi in multiplici sunt differentia, nec enim omnes idem defendunt, nec eandem uiam sequuntur. Vnaquaeque secta sua principia habet, suos canones^[3] quos aliae refellunt, ut anabaptistae, sacramentarii, confessionistae; et quae ex istis natae sunt sectae innumerae. Quibus addendi sunt recentiores athei, polythei, deistae. Quae homini historia tum ecclesiastica tum litteraria erudito minime dubia sunt.

Itaque qui tali argumento utitur, hoc sibi sumit probandum: “Prooemialia, uniuersalia, et signa, uel saltim cetera quae nominauimus, ea esse sine quibus disciplinae omnes, et, quod plus est, Theologia ipsa comparari non potest. Deinde necessaria ea esse ad refutandam infinitam Haeticorum uim in omni uarietate dogmatum suorum”.

His constitutis, quo argumento seu medio id efficere uelint, perpendendum est. Quare in maiori propositione accurate examinandum quid significetur nomine “maiorum”, quid “uiri grauissimi”: an ueteres episcopi usque ad^[4] III et ad VI Ecclesiae saeculum, an qui ab hoc saeculo usque ad solidum X floruerunt,^[5] an qui XI et XII, an qui ab XIII usque ad finem XV an qui XVI an demum, qui superiori saeculo post instauratas grauiores disciplinas scripsere. Hae enim classes^[6] in alio et alio sunt pretio, et quemadmodum per quosdam ueluti gradus usque ad saeculum XV deteriores sunt factae, ita [162] gradatim pristinum splendorem sunt consecutae atque ad meliorem formam redactae sunt. Quare non omnibus idem praedicatum accommodari potest.

Deinde diligenter considerandum est an singulae ueterum classes de eadem logica sint locutae, quae a XIII saeculo in usu fuit, et etiam nunc ab Scholasticis excolitur.

^[1]conclusionis *R²LNV*] *om. R¹* ^[2]Nempe ... tradunt. *om. R¹* ^[3]canones *R²LNV*] *canonas R¹* ^[4]ad III et *R²LNV*] *om. R¹* ^[5]floruerunt *R²LNV*] *uixere R¹* ^[6]classes *R²LNV*] *singulae classes R¹*

Para quem desejar emitir juízo sobre este silogismo, é necessário primeiramente que entenda o que se pretende demonstrar na conclusão, pois, não entendendo isso, é insensato discutir mais amplamente. De facto, o sujeito da conclusão [161] é a lógica peripatética ou escolástica, isto é, uma disciplina constituída pelos proemiais, pelos universais, pelos sinais, pela arte silogística e pelos tópicos, embora por vezes a lógica aristotélica dê a conhecer apenas os livros sobre os universais e os sinais, certamente nas escolas daqueles que nada mais ensinaram no campo da lógica.

Todas as ciências estão incluídas ou nas letras humanas, como Gramática, a Retórica, a Poética, a História e a Crítica, ou nas disciplinas mais severas, como a Matemática, a Física, a Ética, a Jurisprudência Civil e Pontifícia e a Teologia. Esta última ou é Natural ou Sobrenatural, sendo esta por sua vez ou Hermenêutica, ou Dogmática, ou Crítica. Portanto, estas coisas devem entender-se devidamente por nelas terem o seu fundamento todas as disciplinas, devendo também examinar-se muito bem quais sejam as finalidades de cada uma delas.

Os heréticos ou são antigos ou modernos. Os primeiros adquiriram geralmente as suas doutrinas de escolas de filósofos, quer do Oriente quer da Grécia, como os valentinianos, os cerdonianos, os marcionistas, os hermogianos, os origenistas, os maniqueus, etc. Existem entre eles muitíssimas diferenças, pois nem todos defenderam as mesmas doutrinas nem seguiram o mesmo método. Cada escola possuía os seus princípios e os seus cânones, que as outras refutavam, como os anabaptistas, os sacramentários e os confessionistas, nos quais se originaram inumeráveis escolas. A estes devem acrescentar-se os ateus modernos, os politeístas e os deístas. Estas coisas não são de modo algum duvidosas para quem possua erudição, quer na história eclesiástica quer na literária.

Por isso, os que se servem de tais argumentos propõem-se demonstrar o seguinte: “Os proemiais, os universais e os sinais, ou pelo menos os outros temas que mencionei, são aqueles assuntos sem os quais todas as disciplinas e mais ainda a própria Teologia não podem ser aprendidas; portanto, eles são necessários para refutar os inumeráveis heréticos em toda a diversidade das suas opiniões”.

Estabelecidas estas coisas, devemos examinar qual a prova ou termo médio com que eles pretendem demonstrar isso. Deve, portanto, examinar-se com diligência na proposição maior o que significam as palavras “antepassados” e “varões muito penetrantes”: se elas significam os bispos antigos até ao século III e VI da era de Cristo, se os que viveram desde este último século até ao século X; ou nos séculos XI e XII; ou desde o século XIII até finais do século XV; ou no século XVI; ou, por último, os que escreveram no século passado após serem estabelecidas solidamente as disciplinas mais severas. Com efeito, estas classes de pessoas devem ser apreciadas de formas diferentes, e tal como progressivamente elas foram consideradas inferiores até ao século XV, [162] assim também adquiriram gradualmente a antiga fama e foram reconduzidas a uma superior condição. Por este motivo, não pode atribuir-se a todas elas o mesmo predicado.

Deinde, an de tota logica, an de una eius^[1] parte. Nam qui, uniuersalibus et signis tradendis, Logicae ambitum definiunt, ii quidem, dum hoc argumento utuntur, aliud omnino, quam ceteri Scholastici, uocabulo “logica” significare uidentur.

Postremo loco, ut reliqua omittam, diligenter disquirendum quid significetur uocabulo “theologia”. Nam aliud significabant ueteres Christiani et episcopi, aliud Scholastici. Quae nisi plane interpretemur et constituamus quo sensu ea uocabula sumimus, inepte hoc argumento utimur ad aliquid conficiendum.

Cum haec recte sunt explanata, sine labore intelligitur scholasticorum ratiocinationem esse paralogismum. Nam ut praemissae^[2] sint uerae, oportet hunc sensum faciant: “Veteres episcopi dixere bonam logicam esse necessariam ad recte ratiocinandum et haereticos confutandos. Nostra logica est diuersa a^[3] bona logica ueterum. Igitur, nostra logica est necessaria”. Quis uero^[4] hic non uidet, aliter “logicam” in maiori sumi, aliter in minori? Itaque sunt quatuor termini: “bona logica”, “necessaria ad recte ratiocinandum”, “nostra logica”, “diuersa a^[5] bona logica”. Qua de causa uitiosa est.

Iam si maiori propositioni adderent hanc minorem, “Sed nostra logica est eadem logica ueterum episcoporum et Ecclesiae doctorum”, recte concluderet hoc modo: “Ergo, nostra logica est necessaria”. Verum cum haec minor sit falsa, propterea quia ueteres Christiani ad confutandos haereticos scholasticorum logica usi non sunt, ut ex eorum scriptis et historia Ecclesiae manifestum est, consequitur conclusionem, quae ex ea ducitur, esse falsam.

Verum haec analysis postulat ingenium et subtile et adsiduo iudicandi usu subactum. Quod non nisi legendis optimis auctoribus et usu doctorum hominum, atque quotidiana scribendi et disputandi exercitatione comparatur. Deinde postulat multiuigem^[6] lectionem, et historiae praesertim litterariae notitiam interiorem. Quae qui habet, is^[7] facile et [163] uocabulorum sensum et propositionum nexum intelliget, atque ea, quae aliis sunt abstrusa et intricata, perspicue et plane ratione comprehendet.

Haec duo quoniam in pueris et tironibus desiderantur, uix unquam de improviso bene ratiocinantur de rebus grauissimis, aut disputantium fallacias animaduertunt^[8] Quare monendi sunt hi ut sedulo in hac analysi conficienda se exercent, usque donec tantam facilitatem adquirant, quanta necessaria est, ut ictu oculi singulas ratiocinationis partes mente comprehendant. Quae quidem facilitas ab homine non hebete et bene exercitato non difficulter comparatur. Ac^[9] de syllogismis compositis quoad materiam satis dictum.

^[1]eius *R²LNV*] sui *R¹* ^[2]praemissae ... faciant *R²LNV*] maior uera sit, oportet talem sensum reddat *R¹* ^[3]a bona ... ueterum. *R²LNV*] hoc est, non est eadem bona logica ueterum. *R¹* ^[4]uero *R²LNV*] autem *R¹* ^[5]a bona logica. *R²LNV*] seu non bona logica. *R¹* ^[6]multiuigem *R²LNV*] uastam *R¹* ^[7]is *R²LNV*] hic *R¹* ^[8]animaduertunt. *R²LNV*] intelligunt. *R¹* ^[9]Ac ... dictum. *R²LNV*] *om.* *R¹*

Deve ainda examinar-se cuidadosamente se todas as classes de autores antigos se exprimiram acerca da mesma lógica que esteve em uso desde o século XIII e que também é cultivada actualmente pelos escolásticos. Além disso, se tal sucedeu a respeito da totalidade da lógica ou apenas de uma parte. Na verdade, os que restringem o âmbito da lógica ao ensinarem os universais e os sinais quando se servem da referida argumentação parece significarem pelo vocábulo “lógica” uma coisa totalmente diferente daquela que se verifica nos outros escolásticos.

Por último, omitindo outros temas, deve investigar-se escrupulosamente o que significa o vocábulo “teologia”, pois os cristãos e os bispos antigos não lhe atribuíam a mesma significação que os escolásticos. Se não compreendermos estes assuntos com clareza e não estabelecermos qual o sentido em que tomamos esses vocábulos, é inábil servirmo-nos dessa argumentação para concluirmos algo.

Explicando adequadamente este assunto, percebe-se facilmente que é um paralogismo o raciocínio dos escolásticos. Na verdade, para serem verdadeiras as premissas, seria necessário possuírem este sentido: “Os bispos antigos afirmaram que é necessária a boa lógica para raciocinar com segurança e para refutar os heréticos; a nossa lógica é diferente da boa lógica dos antigos; portanto, a nossa lógica é necessária”. Mas quem não se apercebe neste momento de que a palavra “lógica” está tomada na premissa maior de modo diferente que na menor? Existem por isso quatro termos: “boa lógica”, “necessária para raciocinar com segurança”, “a nossa lógica” e “diferente da boa lógica”. Por este motivo, a argumentação é viciosa.

Porém, se à proposição maior eles acrescentassem a menor “mas a nossa lógica é a mesma que a dos antigos bispos e a dos doutores da Igreja”, concluiriam convenientemente deste modo: “Portanto, a nossa lógica é necessária”. Mas dado que essa menor é falsa, pois os antigos cristãos não se serviram da lógica dos escolásticos para refutar os heréticos – como é manifesto pelos seus escritos e pela história eclesiástica –, resulta que é também falsa a conclusão dela deduzida.

Esta análise requer, no entanto, um talento não apenas subtil, mas também disciplinado pela prática persistente em ajuizar, o que pode apenas adquirir-se pela leitura dos óptimos autores, pela convivência com as pessoas dotas e pela prática quotidiana na arte da escrita e da discussão; além disso, ela exige numerosas leituras e o conhecimento profundo da história, sobretudo literária, pois quem o possuir pode entender facilmente [163] o sentido dos vocábulos e o nexos das proposições e compreender com evidência e clareza os assuntos que para os outros são abstrusos e intrincados.

Dado que são desejáveis nos jovens e nos principiantes estas duas condições, só dificilmente eles raciocinam convenientemente a respeito de assuntos muito importantes ou se apercebem das falácias dos disputantes. Por isso, eles devem ser instruídos para se exercitarem com todo o empenho na realização dessa análise até obterem tanta facilidade quanta a necessária para num relance poderem compreender cada uma das partes do raciocínio; e essa facilidade é adquirida sem nenhum esforço por qualquer pessoa que não seja obtusa e esteja bem exercitada. Porém, é suficiente o que ficou referido sobre os silogismos compostos quanto à matéria.

Venio^[1] ad syllogismos compositos quoad formam. De quibus Aristoteles nihil clare et expedite tradidit, quique uix incredibili labore ad regulas simplicium ab eo datas reduci possunt, interdum uero ne uix quidem possunt. In quo certe hominis iudicium requiro, nam ii multo magis quam simplices, in usu et domestico et erudito sunt. Nos uero quam facillime ad nostram legem eos reducemus. Dabimus itaque exemplum praecipuorum, nempe conditionalis,²¹⁰ et disiunctiui.

I. Conditionalis:

Si Sol lucet, dies est.
Sed Sol lucet.
Ergo, dies est.

Maior conditionalis, quia est necessaria, aequipollet huic absolutae: “Omne tempus, in quo Sol lucet, est dies”. Minor hoc aperte significat: “Hoc tempus est tempus in quo Sol lucet”. Conclusio hoc: “Ergo, hoc tempus est dies”. Vbi clare se offerunt tres termini: “omne tempus in quo Sol lucet”, “dies”, “hoc tempus”. Proinde recte colligit in prima figura. Similiter hic:

Si Sol lucet, dies est.
Sed dies non est.
Ergo, Sol non lucet.

ob rationes iam datas aequiualeat huic:

Omne tempus, in quo Sol lucet, est dies.
Hoc tempus non est dies.
Ergo, hoc tempus non est tempus, in quo Sol lucet.

[164] In quo iidem tres termini occurrunt: “Omne tempus, in quo Sol lucet”, “dies”, “hoc tempus”. Proinde bene colligit in secunda figura.

Contra hic syllogismus:

Si Sol lucet, dies est.
Sed dies est.
E. Sol lucet.

²¹⁰ In Appendice, cap. 4, ostendemus relatiuos et caussales ad conditionales pertinere.

^[1]Venio ... ducimus *R²LNV*] *om. R¹*

Vou agora aludir aos silogismos compostos quanto à forma. A respeito deles, Aristóteles nada ensinou com clareza e de modo expedito, e só dificilmente com inacreditável esforço podem reduzir-se às regras dos silogismos simples por ele expostas, mas por vezes nem sequer com dificuldade isso é possível. Reclamo para este assunto o parecer das pessoas, pois os silogismos compostos, muito mais que os simples, são usados no discurso familiar e no erudito. Eu, porém, para maior facilidade, irei simplificá-los segundo a minha regra e apresentar exemplos dos principais, nomeadamente do condicional²¹⁰ e do disjuntivo.

I. Exemplo do condicional:

*Se o Sol resplandece, é dia;
mas o Sol resplandece;
portanto, é dia.*

A maior do silogismo condicional, por ser necessária, é equipolente à proposição absoluta “em todo o tempo em que o Sol resplandece, é dia”; a menor declara nitidamente “este tempo é o tempo em que o Sol resplandece”; e a conclusão declara “portanto, este tempo é dia”. Manifestam-se por isso aqui com clareza três termos: “em todo o tempo em que o Sol resplandece”, “dia” e “este tempo”. Deste modo, o silogismo está compreendido convenientemente na primeira figura. Semelhante a este é o silogismo:

*Se o Sol resplandece, é dia;
mas não é dia;
portanto, o Sol não resplandece.*

Pelos motivos já apresentados, ele equivale ao seguinte:

*Em todo o tempo em que o Sol resplandece, é dia;
este tempo não é dia;
portanto, este tempo não é tempo em que o Sol resplandece.*

[164] Também ocorrem neste caso os mesmos três termos: “em todo o tempo em que o Sol resplandece”, “dia” e “este tempo”. Por isso, o silogismo está compreendido adequadamente na segunda figura.

Pelo contrário, este silogismo

*Se o Sol resplandece, é dia;
mas é dia;
portanto, o Sol resplandece,*

²¹⁰ Demonstro no Apêndice (cap. 4) que fazem parte dos condicionais os relativos e os causais.

a logicis peccare dicitur,²¹¹ et merito. Cur? Quia aduersatur nostro principio, nam si propositiones recte perpendimus, aequiualeat huic:

Omnis pars diei, in qua Sol lucet, est dies splendidus.
Sed omnis pars diei est dies uel splendidus, uel nubilus, uel
crepusculum.
Ergo, omnis pars diei est pars, in qua Sol lucet.

At in hoc syllogismo nemo non uidet 4 terminos: “omnis pars diei in qua Sol lucet”, “dies splendidus”, “omnis pars dies”, “dies uel splendidus, uel nubilus” etc. Proinde uitiosus est.

II. Disiunctiuus:

Petrus uel est ingenuus, uel libertinus, uel seruus.
Sed est ingenuus.
Ergo, nec libertinus, nec seruus.

Nemo qui hunc syllogismum diligentissime perpendit, non continuo intelligit maiorem hoc uelle dicere: “Petrus esse necessario unum ex tribus re uera oppositis etc.”; minorem uero eadem de causa hoc praeferre: “Hoc unum ex tribus esse, quod sit ingenuus”. Ex quo euidenter inferimus Petrus esse ingenuum. Igitur talis syllogismus disiunctiuus aequiualeat huic absoluto:

Petrus necessario est unum ex tribus re uera oppositis etc.
Hoc unum ex tribus oppositis etc. est esse ingenuum.
Ergo, Petrus est ingenuus.

In quo quidem syllogismo tres sunt termini tantum: “Petrus”, “unum ex tribus oppositis”, “ingenuus”. Quia de causa legitime concludit in quarta figura.

Quod si dico:

[165] *Petrus uel est gigas, uel Pygmaeus;*
Sed non est gigas;
Ergo, est Pygmaeus,

hic syllogismus, seu dilemma, secundum logicos est uitiosus,²¹² nec id nos diffitemur. Hoc agimus eiusmodi uitium ex nostra regula facile cognosci. Nam si mentem

²¹¹ Vide Appendicem, cap. 4, n. 3.

²¹² Vide Appendicem, cap. 4, n. 3.

é considerado pelos lógicos ilegítimo²¹¹ e com razão. E porquê? Porque se opõe ao meu princípio, pois, ponderando devidamente as proposições, ele é equivalente a este:

*Toda a parte do dia em que o Sol resplandece é um dia desanuviado;
mas toda a parte do dia é um dia desanuviado, ou nebuloso, ou sombrio;
portanto, toda a parte do dia é uma parte em que Sol resplandece.*

A respeito deste silogismo, todos se apercebem de que possui quatro termos: “Toda a parte do dia em que o Sol resplandece”, “dia desanuviado”, “toda a parte do dia”, “dia desanuviado, ou nebuloso, etc.”. Por isso, ele é vicioso.

II. Exemplo do disjuntivo:

*Pedro ou é de condição livre, ou é liberto, ou é escravo;
mas ele é de condição livre;
portanto, não é liberto nem escravo.*

Não há ninguém que ao examinar atentamente este silogismo não se aperceba de imediato de que a maior quer dizer o seguinte: “Pedro está necessariamente numa das três condições realmente opostas, etc.”; e a menor pelo mesmo motivo declara: “Uma das três condições é ele ser de condição livre”. Infere-se por isso com evidência que Pedro é de condição livre. Deste modo, esse silogismo disjuntivo é equivalente a este absoluto:

*Pedro está necessariamente numa das três condições realmente opostas, etc.;
uma das três condições opostas, etc., é ele ser de condição livre;
portanto, Pedro é de condição livre.*

Existem certamente neste silogismo apenas três termos: “Pedro”, “uma das três condições opostas” e “de condição livre”. Por isso, ele conclui legitimamente na quarta figura.

Mas se eu disser:

[165] *Pedro ou é gigante ou pigmeu;
mas não é gigante;
portanto, é pigmeu,*

este silogismo ou dilema, segundo os lógicos, é vicioso,²¹² e eu não recuso isso. Defendo que pode conhecer-se facilmente esse vício com base na minha regra, pois,

²¹¹ Ver Apêndice, cap. 4, n. 3.

²¹² Ver Apêndice, cap. 4, n. 3.

proferentis perscrutamur ac rationem concludendi, facile ex ratione iam posita animaduertemus necessario aequiualeere huic:

Petrus necessario habet unam ex duabus staturis quae duae staturae omnes staturas comprehendunt, nempe gigantea, aut pygmaea. Sed ex quinque staturis quae omnes staturas comprehendunt, nempe gigantea, excelsa, iusta, breuis, pygmaea, solum illi conuenit pygmaea. Ergo, Petrus est statura pygmaeus.

Qui syllogismus duo media sine ulla dubitatione praefert, seu 4 terminos: “Petrus”, “una ex duabus staturis quae omnes comprehendunt”, “una ex quinque staturis quae omnes comprehendunt”, “statura pygmaea”. Iccirco fallax merito habetur. Et de utilitate nostri principii ad omnem syllogismorum uarietatem, quantum puerili institutioni satis esse uidetur, hactenus.

Fuit tamen non nemo qui obiiceret ex hac lege nouam legem nobis imponi, expendendi propositionis singulas et aequiuales alias pro iis ponendi, quod profecto difficile et tironi et studiis contrito sit. Cui ego homini sententiam meam non petulanter, ut mos quorundam est, sed amice ac humanissime exquirenti, respondi istam ipsam difficultatem omnibus logicorum systematibus esse communem, atque adductis syllogismis tum simplicibus, tum compositis, qui recte concludunt et a nemine sanae mentis negari possunt; eidem ostendi eos, si nuda uerba spectemus, tum Aristotelis, tum quorundam recentiorum regulis aduersari, nec ad regulas ullas exigi posse, nisi uirtute propositionum aequipollentium, quas continent. Proinde omnibus omnino logicis esse pernecessarium terminorum sensum explorare, indefinitos pro finitis negantibus quam saepissime adhibere, et e [166] contrario si de bonitate syllogismorum statuere cupiunt, et aperte intelligere cur bene colligant.

Nec uero id tam est difficile et impeditum, ut multi putant. Nam si exemplis et crebris et claris tirones adiuuentur, ex data regula tantam facilitatem breui sane tempore adquirent, ut ipsimet mirentur; nec eos sane sese istiusmodi inuestigatione aliquot aut dies, aut hebdomadas consumsisse, unquam paenitebit. Quod si homo tam est ineptus aliquis, ut haec percipere et examinare non queat, multo minus innumeras et implicatas logicorum uulgarium regulas memoria tenebit, aut eas ex tempore ad quemque syllogismum applicare poterit, ut inepti quidam logici contendunt. Quare, uel me admonitore, quiduis potius agat quam philosophum.

Ex his autem duo, de quibus suis omnino locis monuimus, apertissime consequuntur. Alterum contra ueteres, nempe aequipollentiam propositionum ex communi usu loquendi sine ullis regulis exquisitis quam facillime intelligi, et aliam pro alia supponi propositionem. Alterum contra recentiores quosdam, nempe, inscite falli eos qui putant leui aliqua dialecticae notitia imbutum posse quemquam de ratiocinationibus paullo intricatioribus, maxime in rebus grauissimis et in litterariis concertationibus, ut fieri solet, recte diiudicare.

se sondarmos a mente de quem o apresenta e a causa da conclusão, apercebemo-nos sem dificuldade pela razão já exposta que ele equivale necessariamente a este:

Pedro possui necessariamente uma das duas estaturas que compreendem todas as estaturas, a gigântica ou a de pigmeu.

Mas entre as cinco estaturas – a gigântica, a elevada, a normal, a pequena e a de pigmeu – apenas lhe convém a de pigmeu.

Portanto, Pedro possui a estatura de um pigmeu.

Sem dúvida alguma, este silogismo dá a conhecer dois médios ou quatro termos: “Pedro”, “uma das duas estaturas que compreendem todas”, “uma entre as cinco estaturas que compreendem todas” e “estatura de um pigmeu”. Por isso, ele deve considerar-se legitimamente falso. E sobre a utilidade do meu princípio a respeito da grande diversidade de silogismos, o que afirmei até ao momento parece suficiente para a instrução dos jovens.

Houve, contudo, alguém que objectou que inventei com esse princípio uma nova regra para examinar cada uma das proposições e para estabelecer em vez delas outras equivalentes, o que se tornaria certamente dificultoso para os principiantes e trivial para os estudos. A essa pessoa, que pediu a minha opinião, eu respondi sem grosseria – ao contrário do que hábito em alguns –, mas amigavelmente e com muita benevolência, que é comum essa mesma dificuldade a todos os sistemas de lógica; e, apresentando-lhe silogismos, tanto simples como compostos, que concluem legitimamente e que não podem ser rejeitados por ninguém de mente sã, demonstrei, tendo em conta as suas palavras ocas, que eles contrariam as regras, quer de Aristóteles quer de alguns modernos, e não podem ser invocados para estabelecer quaisquer regras a não ser em virtude das proposições equipolentes que eles contêm. Demonstrei-lhe por isso que é extremamente necessário a todos os lógicos investigar o sentido dos termos, servir-se muitíssimas vezes dos termos indefinidos em lugar dos definidos negativos [166] e, por outro lado, se desejasse estabelecer algo sobre a bondade dos silogismos, perceber com clareza a razão por que eles concluem correctamente.

Mas este assunto não é tão difícil e embaraçoso como muitos pensam, pois se os principiantes forem auxiliados por meio de exemplos frequentes e claros, poderão certamente obter em pouco tempo tanta facilidade na prática da mencionada regra que ficarão espantados; e certamente jamais se irão arrepender de terem despendido com essa investigação alguns dias ou mesmo semanas. E se alguém for tão inábil que não consiga perceber e examinar estas coisas, muito menos conservará na memória as inumeráveis e intrincadas regras dos lógicos vulgares, ou então poderá aplicá-las de improviso a qualquer silogismo. Por isso, a meu conselho, ele deverá ocupar-se seja do que for, excepto ser filósofo.

Destes temas, a respeito dos quais chamei a atenção nos respectivos lugares, inferem-se com muita clareza duas conclusões: a primeira é contra os antigos, pois eles entenderam a equipolência das proposições segundo o modo habitual de se

Sed ut eorum item palato seruiam qui recepta iam ac trita loquendi formula abstinere difficile putant, illud hoc loco monere peropportunum ducimus, nempe^[1] regulam ab auctore *Artis Cogitandi* traditam, ex hac nostra omnino proficisci. Ille enim sic ait: “Debet praemissarum altera continere conclusionem, idque ab altera declarari”. Si ita se habet, recte colligit syllogismus; aliter, est uitiosus. Exemplo sit ille Ciceronis syllogismus:

Qui insidias facit iure occiditur.
Sed Clodius insidias fecit Miloni.
Igitur, Clodius iure occisus est.

Maior, quia est necessaria, hoc significat: “Omnis homo qui insidias facit iure occiditur”. Quid autem interest inter maiorem et conclusionem? Vnum tantum. Subiectum maioris est “qui insidias facit”; conclusionis uero, “Clodius”. Minor autem ostendit Clodium esse unum ex illis hominibus qui [167] insidias facit. Perspicuum est, igitur, idem praedicatum^[2] etiam Clodio adtribui debere; seu, quod idem est, conclusionem in maiori contineri. Quare recte colligit syllogismus.

Sit exemplum fallacis illud Diogenis^[3] sophisma, quod hoc modo exponemus:

Tu non es hic homo qui ego sum.
Ego sum aliquis homo.
Igitur, tu non es ullus homo.

Quis hic non uidet, in praedicato maioris, quod est singulare, nullo modo comprehendi praedicatum conclusionis, quod est uniuersale? Qua de causa uitiosum est. Id ipsum, si cetera sophismata perscrutamur, liquido inueniemus.²¹³

Iam uero huiusmodi regulam nostram^[4] omnino inniti, euidens est. Nam si uocamus ad examen cur syllogismus recte concludat, cum in maiori conclusio continetur, reperiemus causam esse quia duo tantum termini cum medio conferuntur. Quare ad^[5] nostram reducitur. Qui hanc explicandi uiam commodiorem existimant, ea utantur, quod et nos quia ualde est uulgata, interdum faciemus.

²¹³ Confer. Auctor *Artis Cogitandi*, Part. III, cap. 11, ubi eam ad quosdam syllogismos intricatiores applicat.

^[1]nempe ... sic ait *R²LNV*] Haec regula ab auctore *Artis Cogitandi* exponitur hoc modo *R¹* ^[2]praedicatum *R²LNV*] praedicatum quod tribuitur illis hominibus *R¹* ^[3]Diogenis *R²LNV*] Augustini *R¹* ^[4]nostra ... euidens est. *R²LNV*] nostrae perfecte respondere, perspicuum est. *R¹* ^[5]ad nostram reducitur. *R²LNV*] eadem est. *R¹*

exprimirem sem quaisquer regras refinadas e o mais fáceis possível, e substituíram proposições por outras; a segunda é contra certos modernos ou contra aqueles que inabilmente são induzidos em erro ao pensarem, como costuma suceder, poder alguém ajuizar com segurança estando imbuído de poucos conhecimentos sobre a dialéctica a respeito de raciocínios um pouco mais dificultosos, sobretudo nos assuntos mais importantes e nas discussões literárias.

Mas para causar agrado àqueles que, tendo aceite uma forma já muito conhecida de se exprimirem, julgam ser difícil abster-se dela, considero vir muito a propósito chamar a atenção neste lugar para a regra proposta pelo autor de *A Arte de Pensar*, da qual a minha regra provém integralmente. O autor afirma o seguinte: “Uma das premissas deve conter a conclusão, e isso é declarado pela outra”. Neste caso, o silogismo conclui convenientemente, de outro modo seria vicioso. Seja o exemplo de um silogismo de Cícero:

*Quem armar ciladas é assassinado legitimamente;
mas Clódio armou ciladas a Milão;
portanto, Clódio foi assassinado legitimamente.*

A maior, por ser necessária, declara “todo aquele que armar ciladas é assassinado legitimamente”. Mas o que diferencia a maior da conclusão? Apenas isto: o sujeito da maior é “quem armar ciladas” e o da conclusão “Clódio”; e a menor declara que Clódio é uma das pessoas que arma ciladas. [167] Por conseguinte, é evidente que deve atribuir-se também a Clódio o mesmo predicado ou, o que é o mesmo, que a conclusão está contida na maior. Deste modo, o silogismo conclui convenientemente.

Seja agora o exemplo do sofisma do embusteiro Diógenes, que exponho desta forma:

*Tu não és este homem que eu sou;
eu sou algum homem;
portanto, tu não és nenhum homem.*

Quem não se apercebe neste momento de que no predicado da maior, que é singular, não está de modo algum compreendido o predicado da conclusão, que é universal? Por esse motivo, o silogismo é vicioso. E, se investigássemos outros sofismas, reconheceríamos isso mesmo com certeza.²¹³

É decerto evidente que a minha regra se baseia inteiramente na regra mencionada. Com efeito, se examinarmos o motivo por que um silogismo conclui adequadamente quando a conclusão está contida na maior, descobrimos que ele consiste no facto de apenas dois termos serem comparados com o médio. Por isso, aquela regra reduz-se à minha. E aqueles que consideram que esse processo de explicação é mais apropriado servem-se dele; e também eu, por ele estar muito divulgado, irei proceder por vezes desse modo.

²¹³ Conferir o autor de *A Arte de Pensar* (3ª parte, cap. 11), que aplica a regra a certos silogismos mais intrincados.

CAPVT IIII¹¹

De modo inuestigandi ideam mediam

Erit fortasse morosus aliquis qui miretur, adolescentes, me, qui omnes iudicii neruos hucusque contenderim, ut, ueteris logicae ambagibus explosis, clariora et breuiora subrogarem, subito nunc mei instituti oblitum de arte inueniendi medium differere non dubitare, de arte, inquam, illa quae uel sola Aristotelicae logicae obscuritatem ac inutilitatem demonstrat; quippe quae tam mire ab iis in libris suis laudatur quam mire in usu disputandi contemnitur. Sed is erit certe ex eorum numero qui, praecipitanter iudicantes, ex inscriptione tantum de tota disputatione statuendum putent. Ii si cognouerint me non artem illa peripateticam, sed longe diuersam praedicare, quae non augeat praeceptorum molem, sed illustret iam data et ad usum facile [168] reducat, suam temeritatem notandam, nostram uero diligentiam laudandam existimabunt. Sed morosi de nobis ut uelint, nos instituti memores sani iudicii hominibus placere tantum conamur, ac uobis, adolescentes optimi, uestrisque commodis quam maxime seruire. Sed ad rem uenio.

Diximus, adolescentes, artem inuestigandi, posita propositione seu conclusione aliqua probanda an praedicatum subiecto conueniat an secus, in hoc sitam esse ut quaeramus tertiam ideam clariorem, quae euidenter sit propria alterutrius, cum qua ueluti regula utrumque seorsum ac recte comparemus. Hanc autem inuestigationem rerum usui relinquendam putauimus, qui ostendat quaenam sit ea proprietas notior. Et recte quidem, nisi enim proprietates utriusque cognitae habeamus, nullae nobis regulae satis erunt ut intelligamus, conueniant, an aliter.

Nunc uero ut rem ipsam etiam tironibus facillimam factu esse monstremus, prouectoribus autem nouam facilitatem addamus de bonitate comparisonis recte statuendi, breuiter indicabimus quo ex signo bonitatem eiusmodi ideae clarioris dignoscere possimus. Itaque rem aliquibus obscuram satis et impeditam una tantum regula quam facillime expediemus, si primum monuerimus nobis sermonem esse de propositione uera probanda, nam de falsa nulla nobis esse quaestio debet, uiderint sophistae.

Regula est: "In conclusione aiente, idea media debet includi in subiecto et includere praedicatum. In negante, includi in subiecto et excludere praedicatum".²¹⁴ Exempla:

²¹⁴ Etsi ideae aliquae re ipsa simplices sint, tamen cum in propositionibus et syllogismis comparantur, euadunt compositae, hoc est, adiunguntur iis aliae ideae, quae omnes uno praedicati aut subiecti nomine designantur. Aliter non posset fieri comparatio, si nullae proprietates earum cognitae essent.

¹¹CAPVT ... perspicua puto. (*hoc est, totum caput*), R²LNV] om. R¹

CAPÍTULO IV

O modo de descobrir a ideia média

Será talvez impertinente, caros jovens, que certas pessoas fiquem espantadas comigo – que até agora empreguei todos os esforços da minha mente – pelo facto de, tendo eu recusado as obscuridades da lógica antiga, substituindo-as por assuntos dotados de maior clareza e brevidade, não duvidar agora subitamente, esquecendo o meu propósito, discorrer sobre a arte de descobrir a ideia média. Sobre aquela arte – digo eu – que manifesta por si só a obscuridade e a inutilidade da lógica aristotélica, que é tão admiravelmente exaltada nos seus livros pelos escolásticos como é admiravelmente desprezada na prática das disputas. Essas pessoas são certamente aquelas que, ajuizando precipitadamente, pensam dever opinar-se sobre qualquer disputa apenas com base na sua denominação. Mas, se eles soubessem que eu não exalto a arte peripatética, mas outra muito diferente, que não aumenta a dificuldade das regras, mas explica as já estabelecidas, reconduzindo-as a um uso fácil, [168] seriam de opinião que deve censurar-se a sua insensatez e exaltar-se a minha diligência. E para ficarem a saber esses impertinentes, eu, lembrado do meu propósito, esforço-me apenas por causar boa impressão nas pessoas de são juízo e quanto a vós, caríssimos jovens, dedicar-me o mais possível ao vosso aproveitamento. Passo, porém, ao assunto.

Eu afirmei, caros jovens, que, dada uma proposição ou uma conclusão para ser demonstrada, a arte de investigar se propõe estabelecer se o predicado convém ao sujeito ou de maneira diferente. Isso consiste em descobrir uma terceira ideia mais clara que com toda a evidência se ajuste a um e a outro e com a qual, segundo uma regra, os comparemos a ambos separada e convenientemente. Penso, no entanto, que deve ser deixada à prática a investigação destas coisas, pois ela manifesta quais são as suas propriedades mais conhecidas. E certamente com legitimidade. Com efeito, se não conhecermos as propriedades de um e de outro, nenhuma regra serão suficientes para percebermos se eles convêm entre si ou de modo diferente.

Porém, propondo-me eu demonstrar neste momento que é realmente muito fácil este assunto para os principiantes e também pôr em evidência uma outra facilidade para os mais avançados em idade acerca da bondade da comparação a estabelecer devidamente, irei dar a conhecer em poucas palavras qual o sinal com que podemos reconhecer a bondade dessa ideia dotada de tanta clareza. Vou por isso explicar da forma mais fácil possível um assunto muito obscuro e dificultoso para alguns com uma única regra, mas advertindo em primeiro lugar que se trata de uma proposição verdadeira que deve ser demonstrada, pois não devo pronunciar-me sobre nenhuma proposição falsa. Considerem-se os sofistas.

A regra é esta: “Numa conclusão afirmativa, a ideia média deve estar incluída no sujeito e incluir o predicado; numa negativa, deve estar incluída no sujeito e excluir o predicado”.²¹⁴ Exemplos:

²¹⁴ Embora algumas ideias sejam realmente simples, contudo, tornam-se compostas quando comparadas nas proposições e nos silogismos, isto é, são-lhes acrescentadas outras ideias, sendo

- I. *Omne animal est uiuens.*
Omnis homo est animal.
Ergo, omnis homo est uiuens.

[169] In hoc syllogismo adsumo pro idea media inter praedicatum et subiectum conclusionis probandae ideam “animalis”. At idea “animalis” includitur in subiecto “homo” et includit praedicatum “uiuens”. Propterea est uere media, et idem ualet ac si dicerem:

- Idea animalis includit ideam uiuentis.*
Idea hominis includit ideam animalis.
Ergo, idea hominis includit ideam uiuentis.
- II. *Nullus spiritus est lapis.*
Omnis angelus est spiritus.
Ergo, nullus angelus est lapis.

In hoc idea media est “spiritus”. Haec autem idea “spiritus” includitur in idea subiecti “angelus”, sed eadem idea “spiritus” non includit, sed excludit ideam “lapidis”, et uolo dicere:

- Idea spiritus non includit ideam lapidis.*
Idea angeli includit ideam spiritus.
Ergo, idea angeli non includit ideam lapidis.

Illud tantum ad rectam comparisonem et conclusionem est obseruandum. Si praedicatum conclusionis probandae necessario aut conuenit aut non conuenit subiecto, possum concludere uniuersaliter, ut in duobus syllogismis supra positus.²¹⁵ Quod si praedicatum nec conuenit nec repugnat necessario omni subiecto, tunc non nisi particulariter possum concludere, ut in hoc:

- Omnis flos est uiuens.*
Aliquod odoriferum est flos.
Ergo, aliquod odoriferum est uiuens.

Nam quia multo plura odorem exhalant, quam uiuunt, praedicatum non conuenit omni subiecto, sed alicui tantum, propterea non possum dicere: “omne odoriferum est uiuens”, sed, “aliquod odoriferum est uiuens”, et uolo dicere:

²¹⁵ Nihil tamen uetat, quominus etiam particulariter in hoc casu concludam. Nam quod conuenit omnibus, conuenit etiam singulis sub eo contentis.

- I. Todo o animal é vivente;
 todo o homem é animal;
 portanto, todo o homem é vivente.*

[169] Neste silogismo, tomo como ideia média em relação ao predicado e ao sujeito da conclusão a demonstrar a ideia de “animal”; mas a ideia de “animal” está incluída no sujeito “homem” e inclui o predicado “vivente”. Por isso, ela é de facto média, sendo o silogismo equivalente a este:

- A ideia de “animal” inclui a ideia de “vivente”;
 a ideia de “homem” inclui a ideia de “animal”;
 portanto, a ideia de “homem” inclui a ideia de “vivente”.*
- II. Nenhum espírito é pedra;
 todo o anjo é espírito;
 portanto, nenhum anjo é pedra.*

Neste silogismo, a ideia média é “espírito”. Esta ideia de “espírito” está incluída na ideia do sujeito “anjo”; porém, a mesma ideia de “espírito” não inclui, mas exclui, a ideia de “pedra”. Pretendo por isso dizer:

- A ideia de “espírito” não inclui a ideia de “pedra”;
 a ideia de “anjo” inclui a ideia de “espírito”;
 portanto, a ideia de “anjo” não inclui a ideia de “pedra”.*

Deve apenas advertir-se para uma conveniente comparação e conclusão: se o predicado da conclusão a demonstrar convém ou não necessariamente ao sujeito, posso concluir universalmente, como nos dois silogismos antes expostos.²¹⁵ E, se o predicado não convém nem é necessariamente incompatível com todo o sujeito, então posso apenas concluir particularmente, como neste caso:

- Toda a flor é vivente;
 algum odorífero é flor;
 portanto, algum odorífero é vivente.*

Com efeito, dado que muitas coisas que não são viventes exalam odor, o predicado não convém a todo o sujeito, mas apenas a algum, não podendo por isso afirmar-se “todo o odorífero é vivente”, mas “algum odorífero é vivente”. Deste modo, eu pretendo dizer:

todas elas significadas por um só nome, quer seja predicado quer sujeito. De outro modo, não poderia dar-se a comparação, pois nenhuma das suas propriedades seriam conhecidas.

²¹⁵ Contudo, nada impede que neste caso eu possa também concluir particularmente. Na verdade, o que convém ao todo também convém a cada um sob o qual está contido.

Idea floris includit ideam uiuentis.

Idea alicuius odoriferi includit ideam floris.

Ergo, idea alicuius odoriferi includit ideam uiuentis.

[170] Hactenus de rectis syllogismis. Venio ad fallaces.

III. Omne quod loquitur uiuit.

Nullus equus loquitur.

Ergo, nullus equus uiuit.

Huius syllogismi conclusio probanda est falsa, nam idea “equi” includit ideam “uiuentis”. Quare mirum non est si idea media, nempe ens quod loquitur, repugnet nostrae regulae. Cum enim idea entis quod loquitur non includit ideam “equi” non potest tamquam regula et medium adsumi ad explorandam disconuenientiam “equi”, et “uiuentis”.

Itaque, ut multa paucis complectar, etsi dum ratiocinamur sensa nostra aliis et aliis uocabulis exprimamus, etsi multa commixtione uerborum, ac turbato ordine naturali sententias quam saepissime obscuremus, tamen si rem adtente ac penitus consideramus, si inutilia uocabula remouemus, si rerum ordine restituimus, et skeleton, ut ita dicam, ratiocinationis nudum relinquimus et contemplamur, clare uidebimus nihil aliud facere mentem quam numerare ideas suas, et quae in iis includantur, quae excludantur, constituere. Sed alio modo si propositio est aiens, alio si est negans. In primo enim, hoc, aut simili modo:

Idea “decem” includit ideam “quinque”.

Idea “quinque” includit ideam “trium”.

Ergo, idea “decem” includit ideam “trium”.

In secundo hoc aut simili modo:

Idea “decem” includit ideam “quinque”.

Idea “quinque” non includit ideam “uiginti”.

Ergo, idea “decem” non includit ideam “uiginti”.

Quod si hanc rationem concludendi in singulis ratiocinationibus non aduertimus, nostrum est uitium, qui res ipsas diligenter non perscrutamur. Nam decepti unica illa uoce uel praedicati uel subiecti, per errorem existimamus unam tantum ideam, aut summum duas significari; cum significet multo plures, quas collectim sumtas uno uocabulo designamus, quae proinde alias includunt quas sub nomine “praedicati” illis tribuimus.

*A ideia de “flor” inclui a ideia de “viventente”;
a ideia de “algum odorífero” inclui a ideia de “flor”;
portanto, a ideia de “algum odorífero” inclui a ideia de “viventente”.*

[170] Discorri até ao momento sobre os silogismos correctos. Regresso agora às falácias.

*III. Todo o que fala vive;
nenhum cavalo fala;
portanto, nenhum cavalo vive.*

A conclusão a demonstrar deste silogismo é falsa, pois a ideia de “cavalo” inclui a ideia de “viventente”. Por isso, não causa admiração que seja incompatível com a minha regra a ideia média ou a ideia de um ente que fala. Com efeito, porque a ideia de um ente que fala não inclui a ideia de “cavalo”, não pode também, em conformidade com a regra, a ideia média ser tomada para reconhecer a discordância entre “cavalo” e “viventente”.

Portanto, incluindo muitas coisas em poucas, embora ao raciocinarmos exprimamos os nossos pensamentos por muitos vocábulos e muitíssimas vezes dissimulemos com muitas combinações desordenadas de palavras os conhecimentos, alterando a sua ordem natural, contudo, se considerarmos atenta e profundamente os assuntos, suprimirmos os vocábulos inúteis, restabelecermos a ordem das coisas, deixarmos de parte o esqueleto – ou, por assim dizer, a nudez do raciocínio – e observarmos atentamente as coisas, aperceber-nos-emos com clareza de que a mente nada efectua a não ser considerar as suas ideias e estabelecer que coisas estão nelas incluídas ou excluídas. Mas isso sucede de modos diferentes, consoante as proposições forem afirmativas ou negativas. No primeiro caso, é desta forma ou de forma semelhante:

*A ideia de “dez” inclui a ideia de “cinco”;
a ideia de “cinco” inclui a ideia de “três”;
portanto, a ideia de “dez” inclui a ideia de “três”.*

No segundo, é desta forma ou de forma semelhante:

*A ideia de “dez” inclui a ideia de “cinco”;
a ideia de “cinco” não inclui a ideia de “vinte”;
portanto, a ideia de “dez” não inclui a ideia de “vinte”.*

Se não prestarmos atenção ao fundamento da conclusão em cada um dos raciocínios, a culpa é nossa por não termos investigado com diligência as próprias coisas. Com efeito, induzidos em erro, consideramos erroneamente que é dada a conhecer apenas uma ideia, ou no máximo duas, por uma única palavra, quer seja predicado quer sujeito, pois ela dá a conhecer muitas mais, que, tomando-as

Hunc autem errorem tunc facile animaduertimus, cum legem nobis dicimus examinandi quas ideas iis uerbis designare uelimus, uel cum aduersarius aliquid ideae significatae uel addit, uel demit. Velut si disputans cum altero, [171] et per errorem putans me, cum dico “homo est animal”, unam ideam simplicem nomini “homo” subiicere, si alter in responsione addat homo pictus” uel “homo qui habet alas” uel quid simile, tunc quasi e somno aliquo excitati accurrimus dicentes non de his, sed de homine uero esse sermonem. Quo ipso uel inuiti notum facimus, quam multas ideas unico illo uerbo uel imprudentes notabamus. Sed haec ex iis quae de propositionibus iam diximus²¹⁶ perspicua puto.

COROLLARIVM I^[1]

Hinc natura ipsa dictante clarius et facilius ratiocinabimur, si prius ideam mediam cum subiecto, deinde cum praedicato comparemus conclusionis probandae.

Nam multo facilius conuenientia intelligitur, cum dicimus:

*Decem includit quinque.
Quinque includit tres.
Ergo, decem includit tres.*

quam si dicimus:

*Quinque includit tres.
Decem includit quinque.
Ergo, decem includit tres.*

COROLLARIVM II^[2]

Hinc quarta figura, si ordinem naturae respicimus, multo clarior et facilior est quam prima figura. Si uarium usum in omni propositione probanda, minus uniuersalis est, et hoc sensu minus expedita dici potest.²¹⁷

SCHOLION I^[3]

Reliquas syllogismorum leges quas uulgares logici tradere consueuerunt, ex hucusque dictis non operosas modo, sed inutiles omnino esse, nemo non intelligit.

²¹⁶ Hoc Libro, part. 1, cap. 1.

²¹⁷ Consule quae dicemus in Appendice, cap. 3, coroll. 3.

^[1]COROLLARIVM I ... Decem includit quinque. Ergo, decem includit tres. *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[2]COROLLARIVM II ... potest. *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[3]SCHOLION I ... gereremus. *R²LNV*] *pro* Reliquae ... gereremus. *R¹*: *vd. infra Annexum XXIV.*

juntamente, exprimimos por um único vocábulo; além disso, estas ideias incluem outras que lhes atribuímos, que se denominam “predicado”.

Reconheço, porém, facilmente aquele erro quando, ao afirmar que deve examinar-se a minha regra, me proponho definir aquelas ideias por essas palavras ou quando um opositor acrescenta algo ou não o menciona como relativo à ideia significada. Por exemplo – se eu disputando com outrem [171] e ajuizando erroneamente associasse uma única ideia simples à palavra “homem” ao dizer “o homem é animal”, e o outro em resposta acrescentasse “homem pintado” ou “homem que tem asas” ou algo semelhante –, despertaríamos como que de um sono ao verificarmos não se estar discorrendo sobre essas coisas, mas realmente sobre o homem. Por isso, ainda que constringidos, devemos reconhecer quão grande número de ideias significamos por aquela única palavra, embora o desconheçamos. Considero, porém, evidente aquilo que já afirmei sobre as proposições.²¹⁶

COROLÁRIO I

Segundo a ordem natural, raciocinamos com maior clareza e facilidade se compararmos primeiramente a ideia média com o sujeito e depois com o predicado da conclusão a demonstrar.

Com efeito, entendemos muito mais facilmente a conformidade quando dizemos

*Dez inclui cinco;
cinco inclui três;
portanto, dez inclui três,*

do que se dissermos:

*Cinco inclui três;
dez inclui cinco;
portanto, dez inclui três.*

COROLÁRIO II

Se atendermos à ordem natural, a quarta figura é muito mais clara e mais fácil que a primeira. Se considerarmos o seu uso diferente em toda a proposição a demonstrar, ela é menos universal e neste sentido pode dizer-se mais difícil.²¹⁷

ESCÓLIO I

A respeito das restantes regras dos silogismos, que os lógicos vulgares se acostumaram a ensinar, não há ninguém que não se aperceba pelo referido até agora que elas são não apenas dificultosas, mas totalmente inúteis. Se, no entanto, alguém desejar

²¹⁶ Neste livro (1ª parte, cap. 1).

²¹⁷ Examinar o que irei expor no Apêndice (cap. 3, Corolário 3).

Si quis tamen eas [172] noscere cupit, fine huius logicae breuiter ac perspicue demonstratas inueniet. Quod nos eo consilio fecimus, ut iis, quibus religio est a trita uita recedere, morem gereremus.

SCHOLION II

Quas huc usque explicauimus leges syllogismorum potius necessariae sunt, ut de aliorum ratiocinationibus iudicemus, quam ut ratiocinando aliquid conficiamus. Omnino unum est necessarium, perspicuas, et ueras cognitiones adquirere; quod qui faciunt, ii quidem nullo negotio legitime concludunt qui uero id non curant, licet argumentationum regulas in promptu habeant, perpetuo male ratiocinantur. Non enim nisi ex propositionibus et perspicuis et ueris, uerae conclusiones, quaeque aptae sint ad mentem acuendam atque disciplinas perpoliendas, inferri^[1] possunt.

SCHOLION III^[2]

Merito ridentur peripatetici, qui tantum “arti syllogismorum” tribuunt, ut sibi persuadeant, Aristotele non docente, neminem nec unquam recte ratiocinaturum, nec syllogismos recte facturum. Nam primum Aristoteles non ex arte aliqua “artem syllogisticam” inuenit, sed logica naturali duce animaduertit quando homines naturaliter recte ratiocinabantur, quando non recte, et has animaduersiones pro regulis proposuit. Ergo natura duce bonos syllogismos formabant homines antequam Aristoteles tale aliquid cogitaret. Deinde si homines recta ratione, seu logica naturali pollent, ut fatentur peripatetici, pollent utique arte fabricandi rectos syllogismos etiam nullo docente. Postremo tam est naturale homini syllogismos facere quam est naturale esse ratiocinantem, mens enim nostra non ratiocinatur nisi per syllogismos. Dari quidem potest in sermone “enthymema” etc. quia reticetur aliqua praemissa, at in mente semper manent syllogismi perfecti uel hoc, uel illo modo. Id euidentis fit in pueris et rusticis, qui de rebus sibi familiaribus et plane notis tam bene saepissime ratiocinantur quam philosophi; modo enim praemissas clare percipiunt, conclusiones recte ac sine labore inferunt. Sin praemissas obscure, aut non recte acceperunt, [173] tunc male concludunt. Haec dum sua cogitata declarant. Quod si alios de iisdem rebus inepte ratiocinantes audiunt, etsi nequeant interdum, ubi sit error, indicare (interdum tamen apposite detegunt errorem) ueluti cum iis rem aliquam falsam suadere conamur, tamen aperte fatentur sibi talem sermonem non placere, id est,

^[1]inferri R²LNV] deduci R¹ ^[2]SCHOLION III ... confutemus. om. R¹

conhecê-las, [172] encontrá-las-á expostas com brevidade e clareza no final desta obra de lógica. Eu tomei esta deliberação para satisfazer o desejo daqueles cuja religião é apartar-se do método vulgar.

Escólio II

As regras dos silogismos por mim expostas até aqui são mais necessárias para ajuizarmos sobre os raciocínios dos outros do que para estabelecermos qualquer raciocínio. Só uma coisa é totalmente necessária – adquirir conhecimentos evidentes e verdadeiros –, pois aqueles que os adquirirem poderão tirar conclusões adequadas sem nenhuma dificuldade, e aqueles que não se interessarem por isso, embora tenham ao alcance as regras da argumentação, irão raciocinar continuamente de modo imperfeito. Na verdade, as conclusões verdadeiras que sejam adequadas para tornar a mente perspicaz e aperfeiçoar as disciplinas, apenas podem inferir-se de proposições tanto evidentes como verdadeiras.

Escólio III

São objecto de escárnio, com toda a legitimidade, os peripatéticos por atribuírem tanto valor à “arte silogística” que se persuadem de que ninguém é capaz, sem os ensinamentos de Aristóteles, de raciocinar com segurança ou de construir silogismos correctos. Com efeito, em primeiro lugar, Aristóteles não inventou “a arte silogística” com base numa arte, mas foi em virtude da lógica natural que se apercebeu de quando os seres humanos raciocinam ou não convenientemente, estabelecendo por isso como regras as suas reflexões. Portanto, foi em virtude da natureza que os seres humanos construíram silogismos correctos antes de Aristóteles os ter inventado. Por outro lado, se os seres humanos são capazes de se servir da recta razão ou da lógica natural, como reconhecem os peripatéticos, eles possuem certamente a capacidade de usar a arte de construir silogismos não sujeitos a erro, mesmo sem ninguém os ensinar. Por último, é tão natural ao homem construir silogismos como é natural que ele seja um ser racional, pois a nossa mente apenas raciocina servindo-se de silogismos. Decerto, podem dar-se na linguagem “entimemas”, etc., pois subentende-se alguma premissa; mas na mente subsistem sempre, de um ou de outro modo, silogismos perfectos. Isso evidencia-se nas crianças e nos camponeses, que a respeito de assuntos familiares e perfeitamente conhecidos raciocinam muitíssimas vezes tão bem como os filósofos. Com efeito, se eles perceberem com clareza as premissas, inferem convenientemente e sem nenhuma dificuldade as conclusões. Se, porém, eles entenderem de modo obscuro ou de forma incorrecta as premissas, [173] então concluem inadequadamente. Isto sucede quando eles manifestam os seus pensamentos. Porém, se eles ouvirem outros que raciocinam inabilmente sobre as mesmas coisas, embora por vezes não saibam reconhecer onde está o erro (no entanto, algumas vezes desvendam-no convenientemente) – como quando empreendemos persuadi-los de uma falsidade – declaram, no entanto, abertamente não ser do seu agrado essa maneira de se exprimir, isto é, não poder de modo algum demonstrar-se a conclusão do silogismo. Por isso, quem pensar impedir um ser humano de construir um silogismo correcto, se não for

nullo modo probari syllogismi conclusionem. Quare qui homini nisi ex arte aliqua bonum syllogismum facere uetitum putat, idem contendat ut nemo homo nisi ex arte mechanics nec edere nec bibere nec sedere nec ambulare queat, quod merito indocti omnes ridebunt. Ex quo illud efficitur quod scholio superiori diximus, nempe artem comparandi cognitiones claras esse omnino necessariam ad recte ratiocinandum; artem uero syllogisticam, eam praesertim, de qua fine logicae disserimus, interdum recte ratiocinanti et sua cogitata declaranti, utilem esse posse; sed potius esse necessariam ut aliorum et fallacias et ineptias detegamus et confutemus.

artimanha, pretende a mesma coisa como se fosse possível a alguém, a não ser por um artifício mecânico, não comer, nem beber, nem estar sentado, nem caminhar, o que com razão causaria o escárnio de todos os ignorantes. Infere-se daqui o que afirmei no escólio anterior, ou seja, que é totalmente necessária a arte de adquirir conhecimentos claros para raciocinar com segurança. E a arte silogística, sobretudo aquela sobre a qual discorro no final da Lógica, pode por vezes ser útil para quem raciocinar e exprimir convenientemente os seus pensamentos. Contudo, ela é mais necessária para desvendar e refutar as falácias e as inépcias dos outros.

(Página deixada propositadamente em branco)

LIBER QVINTVS

DE COGNITIONE VERI



LIVRO QUINTO

O CONHECIMENTO DA VERDADE

[174]

LIBER QVINTVS
DE^[1] COGNITIONE VERI

PARS PRIMA
De^[2] Vero Certo

CAPVT I
De^[3] consecutione ueri generatim

Perceptiones animi nostri, de quibus superioribus libris egimus, ea de caussa a nobis explicantur et poliuntur, ut ueritatem adsequamur, ad quam impetu quodam naturae feruntur omnes. Nemo enim est qui, si interrogetur uelintne uerum intelligere an aliter, non id se auere^[4] scire cum quodam gaudio fateatur. Quod^[5] uerbum quoniam frequentissime occurrit, non apud ineruditos modo sed etiam philosophos, quid illud^[6] significet, constituamus oportet.

Vocabulum^[7] “ueritas” triplicem apud philosophos sententiam^[8] habet: 1. “Verum” dicitur omne ens uel existens uel possibile, cum est consentaneum^[9] ideae quam Deus habet de [175] eo.^[10] Quare hoc sensu, Petrus est “uerus” Petrus, quia respondet ideae Dei. Haec uocatur “realis” seu “metaphysica”. 2. Verus dicitur etiam sermo noster, cum est congruens menti nostrae. Qui ita sentiunt ut loquuntur nominantur “ueraces”, quibus ex altera parte respondent mendaces, qui aliud sentiunt, aliud dicunt. Haec uocatur “ethica”. 3. “Verum” praeterea appellatur iudicium nostrum, seu propositio, cum est conueniens rei ut reuera^[11] est; exempli gratia, cum dico “Petrus est animal”, “Paullus est liber”, haec concordia propositionis cum re est

^[1]DE COGNITIONE VERI *R²LNV*] DE COGNITIONE VERI DISPVTVR *R¹* ^[2]DE VERO CERTO *R²LNV*] DE VERITATE CERTA *R¹* ^[3]De consecutione ... generatim *R²LNV*] Ostenditur ueritatem inuestigari et consequi posse *R¹* ^[4]auere *R²LNV*] hauere *R¹* ^[5]Quod uerbum *R²LNV*] Quae uox *R¹* ^[6]illud *R²LNV*] illa *R¹* ^[7]uocabulum *R²LNV*] uox *R¹* ^[8]sententiam *R²LNV*] intellectum *R¹* ^[9]consentaneum *R²LNV*] conforme *R¹* ^[10]eo. *R²LNV*] illo. *R¹* ^[11]reuera est *R²LNV*] est reapse *R¹*

LIVRO QUINTO
O CONHECIMENTO DA VERDADE

PRIMEIRA PARTE
A verdade Certa

CAPÍTULO I
Como se adquire geralmente a verdade

As percepções do nosso espírito – das quais me ocupei nos livros anteriores – foram por mim explicadas e esclarecidas tendo em vista a aquisição da verdade, para a qual todos os seres humanos são impelidos com um certo impulso natural. Com efeito, não há ninguém que, se for interrogado sobre se deseja ou não conhecer a verdade, não confesse com certo júbilo desejar possuir o seu conhecimento. Por isso, é necessário estabelecer o motivo por que ocorre com tanta frequência essa palavra, não apenas entre os ignorantes, mas também entre os filósofos.

O vocábulo “verdade” tem para os filósofos três sentidos: 1. Todo o ente, tanto existente como possível, diz-se “verdadeiro” quando está em conformidade com a ideia que Deus possui acerca dele; [175] por isso, neste sentido, Pedro é um verdadeiro Pedro, pois corresponde à ideia possuída por Deus. Esta verdade denomina-se “real” ou “metafísica”. 2. Diz-se também verdadeira a nossa linguagem quando está de acordo com o nosso pensamento; assim, os que pensam tal como se exprimem chamam-se “verazes”, aos quais correspondem por outro lado os mentirosos, que pensam uma coisa e dizem outra. Esta verdade denomina-se “ética”. 3. Além disso, chama-se “verdadeiro” o nosso juízo, ou proposição, quando convém a uma coisa tal como ela é realmente; por exemplo, quando digo “Pedro é animal” e “Paulo é livre”, esta concordância da proposição com a realidade é uma verdade lógica. Se, porém, eu exprimir essas coisas de modo diferente do que realmente acontece, a proposição chama-se “logicamente falsa”. Foi sobre este assunto que neste momento me propus discorrer.

ueritas logica. Si uero ea enuntiem quae re non ita se habent, uocatur logice falsa. De hac in praesentia disputamus.

Fuere philosophi qui dixere non posse hominem certo scire an iudicium suum sit consimile^[1] rei, quam adfirmat, an aliter, sed omnes cognitiones esse incertas et dubias. Huiusmodi praeter ceteros²¹⁸ fuere sceptici, quia a Pyrrhone, Anaxarchi Eleatici auditore,^[2] nomen habuere Pyrrhonorum; a modo uero philosophandi, “scepticorum”. Iccirco sectarum omnium dogmata perpetuo confutabant, nihil definiebant, neque hoc ipsum quidem, “nihil definio”.²¹⁹ Tantum admittebant scire se, secundum sensuum et phantasiae^[3] apparentias, quod uiuant, quod uideant, quod dies sit.²²⁰ Ignorare tamen quo pacto et uiuant et uideant, nec posse constituere omnino certe nescire se quo modo id sit, sed dubitanter disputandum.

Arcesilas, Academiae Media princeps, et is^[4] parum differre a Pyrrhone uidebatur, et constanter aiebat nihil esse quod sciri posset, ne illud quidem Socraticum, “nihil se scire”,²²¹ sed perpetuo dubitandum et in utramque partem [176] disputandum. Quamquam^[5] re uera nihil aliud uelle uideatur, nisi ostendere imbecillitatem^[6] humanae mentis et obscuritatem cognitionum, ipse enim dogmaticus in^[7] quibusdam fuit, id est quaedam interdum re esse constituit.²²²

Carneades uero, Nouae Academiae conditor, ut inuidiam declinaret, dicebat omnibus ueris falsa quaedam esse adiuncta tanta similitudine, ut nulla insit certa iudicandi et adsentiendi nota.²²³ Verumtamen sapienti concedebat opinari, id est, quosdam probabilitatis gradus relinquebat, seu aliquod magis et minus bonum uideri fatebatur, quod hominem moueret et quo uitam sapienter posset instituere.²²⁴ Quod ipsum negabant Pyrrhonii et contendebant hominem, dum bene agit aut bonum amplectitur, non^[8] ueri notione aliqua, sed usu et consuetudine duci. Verbo^[9] dicam,

²¹⁸ Xenophanem, Zenonem, ceterosque Eleaticos; tum Protagoram aliosque dialecticos ante Pyrrhonem generalem dubitationem induxisse, ac expensis in utramque partem rationum momentis adsensionem retinuisse, ait e ueteribus Laërtius lib. VIII, sect. 71 seq., cui addi potest Empiricus, *Pyrrhonicae Hypotiposes*. Sed hanc acatalepsian noua forma et apparatu excitauit Pyrrho.

²¹⁹ Laërt. *ibi*, sect. 74.

²²⁰ *Ibi*, sect. 103.

²²¹ Cicero, *Academicae* lib. I, cap. 12.

²²² Aldroband., *Ad Laërtium* lib. III, sect. 28.

²²³ Cicero, *De Natura Deorum* lib. I, cap. 5.

²²⁴ Cicero, *Academicae* lib. III, cap. 24. Empiricus, *Aduersus Mathematicos* lib. VII, sect. 153.

^[1]consimile *R²LVN*] conforme *R¹* ^[2]auditore *R²LVN*] discipulo *R¹* ^[3]phantasiae apparentias *R²LVN*] animi motum atque usum *R¹* ^[4]is *R²LVN*] ipse *R¹* ^[5]Quamquam *R²LVN*] Tametsi *R¹* ^[6]imbecillitatem ... obscuritatem *R²LVN*] obscuritatem et imbecillitatem humanae mentis et incertitudinem *R¹* ^[7]in quibusdam ... constituit. *R²LVN*] exstitit, seu quaedam interdum constituit. *R¹* ^[8]non ... aliqua *R²LVN*] *om.* *R¹* ^[9]Verbo ... pyrrhonii. *R²LVN*] *om.* *R¹*

Houve filósofos que afirmaram que o ser humano não sabe ao certo se os seus juízos se adequam ou não às coisas que exprimem, sendo por isso todos os conhecimentos incertos e duvidosos. Tais foram, além de outros,²¹⁸ os cépticos, que por causa de Pirro, discípulo do eleata Anaxarco, receberam o nome de “pirrónicos”; e em virtude do seu modo de filosofar, de “cépticos”. Por isso, eles refutavam continuamente as doutrinas de todas as escolas e nada definiam, nem sequer “nada defino”.²¹⁹ Em conformidade com as aparências sensíveis e da imaginação, eles apenas admitiam terem conhecimento de que viviam, de que viam, de que era dia;²²⁰ mas ignoravam de que forma viviam e viam e não podiam estabelecer totalmente como certo por que sucedia que ignoravam, pois apenas disputavam dubitativamente.

Arcesilau, o principal da academia média, parece diferir pouco de Pirro, dado afirmar persistentemente nada existir que possa conhecer-se, nem sequer à semelhança do dito socrático “nada se sabe”,²²¹ mas dever duvidar-se continuamente e discorrer-se pró e contra. [176] E embora pareça que ele pretendeu apenas evidenciar a debilidade da mente humana e a obscuridade dos conhecimentos, contudo, nalguns assuntos foi dogmático, isto é, estabeleceu por vezes certas coisas como se fossem reais.²²²

Carnéades, fundador da Nova Academia, afirmava para evitar ser odiado estarem associadas com tanta semelhança a todas as verdades certas falsidades que não existia nenhum sinal evidente do juízo e do assentimento.²²³ No entanto, ele concedia que os sábios emitissem opiniões, isto é, aceitava certos graus de probabilidade ou reconhecia parecer existir em maior ou menor grau algum bem que estimulasse o ser humano e pelo qual este pudesse dispor sabiamente a sua vida.²²⁴ Mas isto era recusado pelos pirrónicos, que sustentavam que o ser humano enquanto procede de modo conveniente ou tem estima pelo bem não é orientado pelo conhecimento da verdade, mas pelo uso e pelo costume. Numa palavra: os pirrónicos admitiam um critério prático ou as opiniões aceites para regular a sua via, mas rejeitavam um critério teórico.

Este método de filosofar foi seguido, embora limitadamente, por alguns modernos, entre os quais ocupa o primeiro lugar Francisco Sanches, um português de Braga, a respeito do qual sou de opinião não poder encontrar-se nos tempos actuais autor

²¹⁸ Antes de Pirro, induziram a dúvida universal Xenófanés, Zenão e os restantes eleatas, bem como Protágoras e os outros dialécticos. Contudo, ponderando as razões pró e contra, eles obtiveram assentimento, como afirma entre os antigos Laércio (liv. IX, séc. 71 e segs.), ao qual pode acrescentar-se Empírico, *Hipotiposes Pirrónicas*. Foi, porém, Pirro que estimulou esta acatalepsia segundo uma nova forma e um novo requinte.

²¹⁹ Laércio, *ibidem*, sec. 74.

²²⁰ *Ibidem*, s. 103.

²²¹ Cícero, *Academicæ*, liv. I, cap.12.

²²² Aldrovandi, em Laércio, liv. IV, sec. 28.

²²³ Cícero, *De Natura Deorum*, liv. I, cap. 5.

²²⁴ Cícero, *Academicæ*, liv. IV, cap. 24; Empírico, *Adversus Mathematicos*, liv. VII, sec. 153.

critterium practicum admittebant ad uitam instituendam nempe receptas opiniones; theoreticum uero negabant Pyrrhonii.

Hanc philosophandi uiam, quamuis moderatam, recentiores quidam sunt^[1] amplexati. Quos inter primum locum tenet Franciscus Sanchezius Lusitanus Bracarenensis. Quo ego homine nihil, ut^[2] iis temporibus, arbitror inueniri posse praestantius, siue acumen iudicii spectes, siue eruditionem philosophicam et mathematicam. Scripsit librum *De multum nobili et prima uniuersali scientia, quod nihil scitur*. Moritur anno MDCXXXVI. Paulo post Franciscus Mottaerus Vayerius Gallus, uir multae lectionis et ingenii acutissimi, eadem methodum totis uiribus commendauit, cum in aliis libris, tum uero magis in suis *Dialogis*.

Sed prae aliis tale institutum coluerunt^[3] uiri eruditissimi duo: alter Petrus Daniel Huetius Episcopus Abrincensis, libro *De Imbecillitate Mentis Humanae*, alter Petrus Baelius, qui in *Dictionario Historico-Critico*, praesertim uerbo Pyrrho, causam scepticismi acutissimis sophismatibus defendit^[4]; quae tantam speciem ueri habent, ut non nisi acerrimi ingenii [177] philosophus, isque admodum exercitatus, ab iis se possit erroribus et laqueis explicare.²²⁵

Verum etsi^[5] ueteres illi omnes ἀκαταληψίαν (acatalepsian) rerum omnium aliis inculcarent, hoc tamen illis erat infixum, nempe^[6] se adfirmare nihil percipi posse. Et^[7] quamquam Pyrrhonii uerbis id negare quodammodo uiderentur, re tamen fatebantur, nam scientes et prudentes constanter de omnibus dubitabant. Itaque indicium^[8] ueritatis aliquod prae se ferebant, propterea^[9] commiseratione potius, quam responsione, digni erant. Quis enim sanus dubitet, sit, necne? Loquatur, an taceat? Iaceat, an stet? Ambulet, an sedeat? Ego uero nullos tam desipere existimo, ut de his interrogati nesciant respondere. Pueruli, mulierculae, agrestes ipsi et indoctissimi, si aliquem de talibus^[10] interrogantem intelligant, alterutrum uerum esse dicebunt.^[11]

Atque, ut uir^[12] doctissimus sapienter ponit, quis sibi persuadet ita nos a sapientissimo et prouidentissimo rerum conditore male tractari, ut nobis impresserit uehementissimum desiderium inueniendi ueritatem, quam tamen nos nulla industria reperire^[13] posse sciamus? Aut esset improuidus et impotens Deus; aut nos deciperet et torqueret perpetuo inani appetitione, quod a bonitate et praestantia diuini numinis alienum est. Cum ergo ueritatem ardentem desideremus proque ea consequenda nihil

²²⁵ Confutauit Baelium Crousazius in *Examine Pyrrhonismi Veteris et Noui*, et Ioan. Franc. Buddeus, *Dissertationes de Scepticismo Morali*. Argumenta Scepticorum, qui scire auet, legat Huetium laudato libro. Sed^[14] et nos de hac materia disputauimus in *Metaphysica*. lib. III, cab. 4, et omnia scepticorum argumenta ad pauca capita reduximus, eorumque imbecillitatem patefecimus.

^[1]sunt amplexati. *R²LNV*] amplexati sunt. *R¹* ^[2]ut iis temporibus *R²LNV*] *om. R¹* ^[3]coluerunt *R²LNV*] excoluerunt *R¹* ^[4]defendit *R²LNV*] confirmauit *R¹* ^[5]etsi ... omnes *R²LNV*] ueteres illi quamuis *R¹* ^[6]nempe *R²LNV*] uere *R¹* ^[7]Et quamquam ... dubitant. *R²LNV*] *om. R¹* ^[8]indicium *R²LNV*] criterium *R¹* ^[9]propterea *R²LNV*] quapropter *R¹* ^[10]talibus *R²LNV*] his *R¹* ^[11]dicebunt. *R²LNV*] adfirmabant. *R¹* ^[12]uir ... ponit *R²LNV*] scite monet monet uir clarissimus *R¹* ^[13]reperire *R²LNV*] explorare *R¹* ^[14]Sed ... patefecimus. *R²LNV*] *om. R¹*

mais eminente, quer atendamos à agudeza de espírito quer à erudição filosófica e matemática. Ele escreveu a obra *De multum nobili et prima uniuersali scientia, quod nihil scitur*, tendo falecido no ano de 1636. Pouco depois, o francês François Mottaus Vayer, varão muito notável e de talento penetrante, elogiou entusiasticamente o mesmo método tanto noutras obras como sobretudo nos seus *Diálogos*.

Porém, além de outros, dedicaram-se a este assunto dois varões muito eruditos: um foi Pierre Daniel Huet, bispo de Avranches, na obra *Traité de la faiblesse de l'esprit humain*; o outro, Pierre Bayle, que no *Dictionnaire historique et critique*, sobretudo no artigo “Pyrrho”, defendeu por meio de sofismas muito engenhosos a causa da cepticismo, os quais possuem tanta aparência de verdade que nem sequer um filósofo de talento muito penetrante [177] e grandemente exercitado seria capaz de explicar tais erros e subtilezas.²²⁵

Embora todos aqueles antigos recomendassem aos outros a ἀκαταληψίαν [acatalepsia] a respeito de todas as coisas, no entanto, estava gravado no seu espírito afirmar que nada podia conhecer-se; e ainda que os pirrónicos parecessem recusar de algum modo isso por meio de palavras, eles reconheciam-no realmente, pois estavam cientes e tinham pleno conhecimento de duvidarem sistematicamente de tudo. Por esta razão, eles mostravam algum indício da verdade e por isso eram mais dignos de comiseração que de refutação. Com efeito, haverá alguém de mente sã que possa duvidar se existe ou não existe? Se está falando ou se está calado? Se está deitado ou se está de pé? Se está caminhando ou se está sentado? Eu penso não haver ninguém tão delirante que, interrogado sobre estas coisas, não saiba dar uma resposta. As crianças, as mulherzinhas, os próprios camponeses e até os ignorantes, se compreenderem quem os interroga sobre essas coisas, dirão que uma ou outra são verdadeiras

Além disso – como refere sabiamente um autor muito douto –, quem se persuade de que somos mal governados pelo sapientíssimo e providentíssimo criador das coisas, que incutiu no nosso espírito o desejo muito veemente de alcançar a verdade, a qual, no entanto, por nenhum esforço podemos saber como é possível conhecer? Ou quem se persuade de que Deus, imprevidente e impotente, nos induz em erro e nos atormenta perpetuamente com desejos fúteis, o que é incompatível com a bondade e a excelência da majestade divina? Portanto, dado desejarmos ardentemente a verdade e porque os seres humanos tudo fazem para obtê-la, conclui-se que podemos alcançá-la. Existe por isso um critério da verdade ou um sinal evidente que nos possibilita distinguir o verdadeiro do falso.

²²⁵ Crousaz refutou Bailli em *Examen Pyrrhonismi Veteris et Noui*; e também Ioannes Franz Budde (*Dissertationes de Scepticismo Morali*). Mas quem desejar conhecer em profundidade os argumentos dos cépticos deve examinar o notável livro de Huet. No entanto, eu discorri sobre este assunto na *Metafísica* (liv. III, cap. 4), tendo também reduzido a poucos capítulos todos os argumentos dos cépticos e evidenciado a sua debilidade.

non faciant homines, posse nos ad eam^[1] peruenire consequens est. Datur igitur criterium ueritatis, seu certa nota, cur uerum a falso secernamus.

Illud superest ut doceamus quibus auxiliis ad uerum inuestigandum peruenire possimus. Quod facilius explicabimus si hominem per omnes cognitionis gradus, tamquam per quasdam zotheculas, ad ipsum gynaeceum ueritatis perducamus.

[178]

CAPVT II

De^[2] gradibus per quos ad Verum peruenimus.

Ac profecto omnis cognitionis expertem hominem nasci, omnino est certum, uti secundo^[3] libro docuimus. Infans plurimis ideis perfunditur, iis nimirum quae sensuum ministerio adquirentur. Pauca admodum constituunt infantes, nam ea tantum reputant sibi bona quae palatum et tactum molliter adficiunt; ea mala, quae dolorem adferunt; nec id consideratione, sed facilitate quadam naturae. De reliquis omnino nihil.

Grandior factus non nihil iam iudicat, sed prorsus in eodem genere. Mouetur plurimum auctoritate loquentis. Itaque duo illi fontes deliberandi, sensus et auctoritas. Persuadet enim sibi esse uerum quidquid et uidet et audit.^[4] Quare, si acu pungitur, existimat dolorem esse in acu, et in eum inuehitur. Si de laruis, de gigantibus, de uiris, qui bipalmarem staturam habent,^[5] de aliis qui sunt monoculi deque huiusmodi nugis aliquem dicentem audit, nullus dubitat uerum esse id omne. Habet quidem plurimas cognitiones certas, ut se esse tali^[6] nomine uocatum, esse diem, esse noctem; sed de his ita est persuasus, ut, si aliquis uir grauis contrarium adseueret, si non credit illico, non nihil dubitet tamen. Itaque huiusmodi iudicia, quamuis perspicua sint, tamen uix audeam uocare scientiam.

Homo uero ineruditus in hoc differt a puero, quod ex diuturno cognoscendi usu non adeo facile mutet iudicium de rebus perspicuis: cetera est similis. Nam plurimum mouetur sensu et auctoritate eorum quos putat se^[7] esse doctiores. In hoc homine perspicuae multae cognitiones sunt, pleraeque tamen aut dubiae aut falsae, idque meditationis inopia.^[8]

Iam qui lectione tritus est, et meditando clariore cognitiones adquisiuit,^[9] certo scit plurima ita se habere ut uidentur, de aliis dubitat; cumque multum in utramque partem disputet, constituere aliquando non audet. Est enim mens nostra artis terminis circumscripta, nec plane internoscit causas rerum, earum etiam, quae sibi familiares sunt. [179] Nam quis naturam animi sui noscit? Quis machinationem^[10] corporis

^[1]eam *R²LNV*] illam *R¹* ^[2]De gradibus ... peruenimus *R²LNV*] Quibus gradibus ad ueritatem perueniamus disquiritur *R¹* ^[3]secundo *R²LNV*] primo *R¹* ^[4]audit. *R²LNV*] quidquid audit. *R¹* ^[5]habent, de aliis *R²LNV*] non excedunt, de iis *R¹* ^[6]tali ... uocatur *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[7]se ... doctiores. *R²LNV*] doctiores se esse. *R¹* ^[8]inopia. *R²LNV*] defectu. *R¹* ^[9]adquisiuit *R²LNV*] comparauit *R¹* ^[10]machinationem ... humani *R²LNV*] machinationem istam corporis nostri *R¹*

Resta ainda que eu ensine quais são os auxílios pelos quais podemos obter o conhecimento da verdade, o que irei explicar mais facilmente se por meio de todos os graus do conhecimento, à maneira de antecâmaras, conduzir as pessoas ao próprio domicílio da verdade.

[178]

CAPÍTULO II

Os graus pelos quais alcançamos a verdade

Como ensinei no livro segundo, é sem dúvida inteiramente indiscutível que o ser humano nasce desprovido de todo o conhecimento. As crianças estão repletas de muitas ideias adquiridas por meio dos sentidos; porém, muito poucas coisas são por elas estabelecidas, pois consideram serem apenas úteis as que afectam suavemente o gosto e o tacto, e nocivas as que causam dor. E isso não sucede por reflexão, mas por uma certa aptidão natural. Quanto ao resto, elas não estabelecem totalmente nada.

Contudo, mais avançadas na idade, elas já emitem juízos, mas inteiramente da mesma espécie. E são em geral influenciadas pela autoridade de quem fala. Daí as duas fontes das suas deliberações: os sentidos e a autoridade. Com efeito, elas persuadem-se de que tudo o que vêem e ouvem é verdadeiro. Por isso, se forem picadas por uma agulha, julgam estar a dor na agulha e ser-lhes transmitida a elas; e, se ouvirem alguém falar de espectros, de gigantes, de pessoas com uma estatura de dois palmos, de zanolhos e de outras ridicularias, nenhuma delas põe em dúvida que tudo isso é verdadeiro. Elas possuem, no entanto, muitos conhecimentos certos, por exemplo, sabem que são designadas por um nome, que é dia, que é noite; mas estão tão persuadidas dessas coisas que, se uma pessoa importante afirmar o contrário, mesmo que não acreditem imediatamente nela, têm dúvidas. Portanto, tais juízos, embora sejam evidentes, dificilmente ousam considerá-los ciência.

Mas um ignorante distingue-se de uma criança, pois em virtude do hábito diuturno de conhecer, não altera tão facilmente os seus juízos sobre coisas evidentes, embora quanto ao resto seja semelhante. Na verdade, ele é geralmente afectado pelos sentidos e pela autoridade daqueles que julga serem mais doutos. Neste indivíduo existem muitos conhecimentos evidentes, embora na sua maior parte sejam duvidosos ou falsos por falta de reflexão.

E quem estiver exercitado com leituras e tiver adquirido pela reflexão conhecimentos mais claros sabe certamente que sucedem muitas coisas como parece, que duvida de outras e, por discorrer muito pró e contra que não ousa por vezes estabelecer coisa alguma. Com efeito, a nossa mente está circunscrita a estreitos limites, não discernindo com clareza as causas das coisas, mesmo daquelas que lhe são familiares. [179] Quem conhece de facto a natureza do seu espírito? E a

humani? Quis fabricationem uel minimi animalis? Quis naturam et proprietates omnes corporis?

Itaque philosophus, qui modo hoc nomine dignus est, de his interrogatus ingenuo pudore profitetur ignorare se quid sint, nec nisi perplexe et dubitanter adfirmare quaedam. Proinde, si pauca demas, nihil aliud facit uir doctus quam adsentiri cum quadam dubitatione, quod iudicium uocatur “probabile”. Nec nisi eis certo adhaeret quae extra omnem dubitationis aleam posita uidentur et prorsus sunt perspicua, quae pauca, uti diximus, sunt.

I. Hinc fit manifestum quibus gradibus ad ueritatem perueniamus. Primo igitur dubitamus sitne uerum quod intuemur, an aliter. Qui enim imprudenter adsentitur, is profecto uerum non adsequetur. Nam plurima fallunt hominem oculatum etiam: quid de eo sperandum qui sine ulla haesitatione, quidquid obiicitur, putat uerum?

II. Dum uero momenta perpendimus, euenit interdum ut non plane intelligamus in quam partem maius pondus trahat, quod ubi contingit, a iudicando temperare debemus et diutius explorare: en iterum dubitatio. Interdum uero in alterutram partem ui rationum allicimur et trahimur, sed^[1] sic, ut quaedam etiam argumenta ex aduersa parte occurrant. Hoc casu non nisi dubitanter iudicamus, quod philosophis est “opinari”, et hic gradus adsensus “probabilitas” uocatur. Probabilitas autem est duplex, nam si argumenta promuntur^[2] ex ratione, uocatur “probabilitas intrinseca”; si ab auctoritate dicentis, “extrinseca”.

III. Iam si momenta rationum pendentibus nulla omnino ratio occurrit cur dubitemus, an res ita habeat, uocatur “certitudo”, ut cum dico “uirga palmaris est minor quam bipalmaris”, “corpus ominis est maius quam manus”, “duo et duo paria sunt”. Nam haec iudicia et similia sunt omnino certa.

COROLLARIUM I

Hinc non omne iudicium certum est uerum.

Nam possum esse certus de re aliqua, id est, adfirmare aliquid sine ulla dubitatione, et tamen falsum adfirmare. Plenae exemplorum sunt historiae.

[180] Exempli gratia: Lutheranum theologum si interrogas, an^[3] uerum dicat, sine ulla haesitatione respondebit ita esse. Idem Caluinianus, idem Socinianus, Iudaeus, Muhammedanus, ceteri. Tamen hi omnes falsum dicunt. Sed tam sunt persuasi se ueram colendi Deum uiam tenere, ut pro ea defendenda se occidi facile patiantur. Quid? Philosophos si audis de suis dogmatibus disputantes, nullum profecto inuenies qui se uerum adsecutum esse non dicat, etsi^[4] alii perspicuis rationibus ostendant falli eum.

^[1]sed sic *R²LNV*] ita tamen *R¹* ^[2]promuntur ex ratione *R²LNV*] ex ratione ducuntur *R¹* ^[3]an ... dicat *R²LNV*] uerum ne dicat *R¹* ^[4]etsi *R²LNV*] tametsi *R¹*

máquina do corpo humano? E a estrutura do mais pequeno animal? E a natureza e todas as propriedades do corpo?

Se for interrogado sobre estes assuntos, o filósofo digno deste nome declara com modéstia natural que ignora em que eles consistem, afirmando apenas certas coisas de modo obscuro e dubitativo. Por conseguinte, exceptuando poucas coisas, um varão douto apenas dá assentimento com uma certa hesitação, denominando-se o seu juízo “provável”. E ele apenas aprova como certo aquilo que parece disposto fora de todo o risco de dúvida e é totalmente evidente, o que, como referi, são poucas coisas.

I. Torna-se, assim, manifesto quais são os graus pelos quais alcançamos a verdade. Em primeiro lugar, duvidamos se é ou não verdadeiro o que observamos, pois quem der o seu assentimento com precipitação não atinge certamente a verdade. Com efeito, muitíssimas coisas induzem as pessoas em erro, mesmo as esclarecidas; por isso, o que deve esperar-se de quem sem nenhuma hesitação julga que tudo o que lhe é proposto é verdadeiro?

II. Mas enquanto ponderamos o que faz pender o prato da balança, sucede por vezes não percebermos com clareza para que lado se move o peso, pelo que quando isso acontece devemos abster-nos de ajuizar e de investigar durante muito tempo. Eis novamente a dúvida. Por vezes, porém, somos seduzidos e fascinados por todos os lados pela força dos argumentos, mas de tal modo que também ocorrem argumentos da parte contrária. Neste caso, ajuizamos apenas dubitativamente, e os filósofos chamam a isto “opinar”, denominando-se este grau de assentimento “probabilidade”. A probabilidade é, porém, de duas espécies, pois, se os argumentos forem inferidos da razão, chama-se “probabilidade intrínseca”; e, se forem da autoridade de quem fala, chama-se “probabilidade extrínseca”.

III. Se, porém, ao examinarmos o que faz pender o prato da balança, não ocorrer nenhum motivo para duvidarmos se a coisa é realmente como se apresenta, chama-se a isto “certeza”, como quando digo “uma vara de um palmo é menor que uma vara de dois palmos”, “o corpo de um homem é maior que uma das mãos”, “dois e dois perfazem um número par”. Com efeito, estes juízos e outros semelhantes são totalmente evidentes.

COROLÁRIO I

Nem todo o juízo dotado de certeza é verdadeiro.

Com efeito, posso ter a certeza de uma coisa, isto é, afirmar algo sem nenhuma dúvida, e, no entanto, afirmar uma falsidade. A história está cheia destes exemplos.

[180] Por exemplo, se perguntarmos a um teólogo luterano se diz a verdade, ele dará como resposta, sem nenhuma hesitação, que assim sucede. O mesmo acontece com um calvinista, com um sociniano, com um judeu, com um maometano e com outros. Contudo, todos eles dizem falsidades. Eles estão, porém, tão persuadidos de trilharem o verdadeiro caminho da adoração a Deus que para defenderem isso suportam sem hesitação a morte. Pois quê? Se ouvirmos os filósofos discutindo sobre os seus princípios, não se encontra certamente nenhum que não afirme ter alcançado a verdade, embora outros manifestem com razões evidentes que se enganaram.

COROLLARIUM II

Hinc omnis propositio nobis^[1] uera uel est certo uera, uel similis uerae. Quia possum adsentiri sine sollicitudine alteri propositioni uerae, et alteri falsae, quae mihi uera esse uideatur.

Item omnis propositio nobis^[2] falsa uel est certo falsa, uel similis falsae. Quia e contrario possum negare adsensum omnino firmiter alicui propositioni quae reapse sit falsa; et alteri, quae appareat falsa, re sit uera.

COROLLARIUM III

Hinc eadem propositio alteri potest esse certa, alteri incerta.

Nam potest aliquis distincte cognoscere nexum^[3] praedicati et subiecti, et simul cognoscere nihil in contrariam partem dici posse; et huic erit certa. Alter uero non ita clare percipere, et huic erit falsa. Exemplo sit haec propositio “aer est graue”, quae Newtoniano philosopho est certa, Scholastico autem^[4] falsa, minimum incerta.

COROLLARIUM IIII

*Hinc duplex est ueritas: “certa”, cum penitus sum persuasus, rem ita se habere; “probabilis”, cum ita sum persuasus ut timeam, ne id ipsum sit falsum.*²²⁶

[181]

CAPVT III

De modo cognoscendi uerum^[5] Certum

Sunt autem characteres non nulli, seu certae adsentiendi notae, quae item^[6] “criteria ueritatis” uocantur,²²⁷ quibus^[7] uerum a falso secernitur et in quae intuentes

²²⁶ Obiectum Logicae est duplex, nempe uerum et uerisimile, agnouit Aristoteles, cum logicam diuisit in dialecticam, quae uerum explorat probabilibus argumentis; et analyticam quae ueritatem certissima argumentatione persequitur. Ipse tamen de ueritate probabilis nihil quod sit ex usu, reliquit; de certa uero nimis^[8] obscure disputauit.

²²⁷ κριτήριον ita a Cicerone explicatur, ut sit insignis et propria percipiendi nota (*Acad.* III, cap. 31) seu regula ueri et falsi dignoscendi. *Ibidem* cap. 11.

^[1]nobis ... uera R^2LNV] uera uel est nobis certo uera R^1 ^[2]nobis ... falsa R^2LNV] falsa uel est certo falsa R^1 ^[3]nexum R^2LNV] connexionem R^1 ^[4]autem ... incerta. R^2LNV] uero falsa, plurimum incerta. R^1 ^[5]uerum certum R^2LNV] id quod certo est uerum R^1 ^[6]item R^2LNV] etiam R^1 ^[7]quibus ... secernitur R^2LNV] quae uerum a falso secernunt R^1 ^[8]nimis obscure R^2LNV] obscurissime R^1

COROLÁRIO II

Toda a proposição que para mim é verdadeira ou é certamente verdadeira ou semelhante à verdadeira. Com efeito, eu posso sem inquietação dar assentimento a uma proposição verdadeira e a outra falsa que me pareça verdadeira.

De forma idêntica, toda a proposição que é falsa para mim ou é certamente falsa ou semelhante a uma falsa, pois, ao contrário do caso anterior, posso com total firmeza negar assentimento a uma proposição realmente falsa e a outra que pareça falsa, sendo efectivamente verdadeira.

COROLÁRIO III

A mesma proposição pode ser verdadeira para uma pessoa e falsa para outra.

Com efeito, uma pessoa pode conhecer distintamente a relação entre o predicado e o sujeito e saber ao mesmo tempo não poder afirmar-se o inverso, e neste caso a proposição é para ele verdadeira. Outra, porém, pode não a conhecer com tanta clareza, sendo por isso falsa para ela a proposição. Seja o exemplo da proposição “o ar é pesado”, que é verdadeira para um filósofo newtoniano e falsa para um escolástico, ou pelo menos duvidosa.

COROLÁRIO IV

A verdade é de duas espécies: certa, quando estou totalmente persuadido de que a realidade corresponde ao pensamento; provável, quando a minha persuasão é acompanhada do temor da falsidade.²²⁶

[181]

CAPÍTULO III

O modo de conhecer a verdade certa

Existem algumas características ou certos sinais do assentimento também chamados “critérios da verdade”,²²⁷ pelos quais se distingue o verdadeiro do falso e cujo exame nos possibilita alcançar a verdade que procuramos descobrir. No estabelecimento desses critérios, os antigos divergem grandemente. Contudo, as suas opiniões podem reduzir-se a três categorias.

²²⁶ Reconhece Aristóteles que é duplo o objecto da lógica (o verdadeiro e o verosímil), ao distinguir na lógica a dialéctica – que investiga a verdade por meio de argumentos prováveis – e a analítica, que investiga a verdade certíssima por meio da argumentação. Contudo, ele nada deu a conhecer sobre a verdade provável que seja útil e discorreu sobre a verdade certa de modo muito obscuro.

²²⁷ O “critério” é explicado por Cícero como algo insigne e a própria característica do conhecimento (*Academicæ Quaestiones*, IV, cap. 31) ou a regra para distinguir o verdadeiro do falso (*ibidem*, cap. 11).

nos ueritatem, quam quaerimus, inuenimus. In his constituendis non mediocriter ueteres dissentiebant. Eorum tamen sententiae ad tres ueluti classes referri^[1] possunt.

I. Quidam existimabant sensus solos esse nuntios ueri, in iisque iudicium ueri consistere. Fuere in hac sententia Asclepiades,²²⁸ Protagoras²²⁹ ceterique, qui putabant ea quae cuique uera uideantur esse uera, ut Democritus²³⁰ et Eleatici plerique,^[2] qui falsitatem omnem tollebant. Quibus^[3] repugnabant sceptici e Academici Medii ac Noui, qui nullam perspicuam ueritatem, nullum iudicium ueri exstare dicebant.²³¹

II. Alii dixere, solam cogitationem et mentem esse criterium, sensus autem, propter eorum tarditatem, non posse uera iudicare. Huiusmodi fuere Plato,²³² Empédocles,²³³ Xenophanes,²³⁴ Parménides,²³⁵ et^[4] fere omnes Pythagorei.

[182] III. Postremo alii criterium partim in sensu, partim in animo posuerunt, id est, in rebus sensilibus iudices ueri esse sensus, in iis uero quae intelligentia continentur, esse animum. Ad hanc classem reuocatur Speusippus²³⁶ cum Academia Veteri, Aristoteles²³⁷ et peripatetici.²³⁸ Etiam Epicurus referendus est,²³⁹ qui omne iudicium in sensibus et in rerum notitiis seu anticipationibus et in uoluptate constituit, ita tamen ut primas partes tribuat sensibus. Quemadmodum etiam Cyrenaici, qui in permotionibus intimis doloris et uoluptatis, quae a sensibus oriuntur, iudicium ueri esse putabant.²⁴⁰

In eadem sententiam loquebantur stoici, qui etiamsi^[5] in solis sensibus collectim sumtis criterium ueri esse defenderent, tamen in sensu et anticipationem, seu rerum et propositionum uniuersalium cognitionem, illud ponebant, quod praeter caeteros Chrysippus fecit.²⁴¹ [6] Quare uerbis magis, quam sententiis, ab Aristotele et

²²⁸ Empiric., *Aduersus Logicos* I.

²²⁹ Empiric., *Pyrrhoneae Hypotiposes* I, cap. 32, sect. 216; Laërtius, lib. VIII, sect. 51.

²³⁰ Empiric., *Aduersus Mathematicos* lib. VII, sect. 135, et lib. VIII, sect. 139; Plutarch. *Aduersus Colotem* Tom. II, p. 411.

²³¹ Cicero, *Academicae* I, cap. 12

²³² Cicero, *Academicae* III, cap. 46.

²³³ *Ibid.* cap. 5.

²³⁴ Empiric., *Aduersus Mathematicos* lib. VII, sec. 49.

²³⁵ Laërt. lib. VIII, sect. 22.

²³⁶ Empiric. lib. VII, sect. 145.

²³⁷ Laërt. V, sect. 29.

²³⁸ Cicero, *Fin.* III, cap. 4.

²³⁹ *Idem*, *Academicae* III, cap. 26 et 46.

²⁴⁰ *Ibid.* III, cap. 7.

²⁴¹ Laërt. Lib. VI, Sect. 49; Cicero, *Academicae* I, cap. 2; III, cap. 6.

^[1]referri *R²LNV*] reuocari *R^t* ^[2]plerique *R²LNV*] tantum non omnes *R^t* ^[3]Quibus *R²LNV*] Quibus ex altera parte *R^t* ^[4]et fere ... pythagorici. *R²LNV*] *om. R^t* ^[5]etiamsi *R²LNV*] tametsi *R^t* ^[6]fecit. *R²LNV*] defendit. *R^t*

I. Alguns pensavam que são unicamente os sentidos os mensageiros da verdade, residindo neles o fundamento da verdade. Foram deste parecer Asclepiades,²²⁸ Protágoras,²²⁹ e outros que supunham serem verdadeiras as coisas que parecem verdadeiras a cada um, tais como Demócrito²³⁰ e a maior parte dos eleatas, que suprimiam toda a falsidade. Opunham-se a estes os cépticos e os da Academia Média e da Nova Academia, que afirmavam não existir nenhuma verdade evidente e nenhum juízo verdadeiro.²³¹

II. Outros afirmavam que apenas o conhecimento e o espírito são o critério, e que os sentidos, em virtude da sua lentidão, não podem ajuizar sobre a verdade. Tais foram Platão,²³² Empédocles,²³³ Xenófanes,²³⁴ Parménides²³⁵ e quase todos os pitagóricos.

[182] III. Por último, outros estabeleceram o critério em parte nos sentidos e em parte no espírito; ou seja, nas coisas sensíveis são os sentidos os juizes do verdadeiro, e o espírito nas que estão contidas no entendimento. Pertencem a esta categoria Espeusipo²³⁶ da Academia Antiga, Aristóteles²³⁷ e os peripatéticos.²³⁸ Deve também referir-se Epicuro,²³⁹ que estabeleceu todo o critério nos sentidos, nas prenoções ou conhecimentos antecipados das coisas e no prazer, atribuindo, porém, a parte principal aos sentidos. Estão em condição idêntica os cirenaicos, que pensaram encontra-se o critério da verdade em agitações íntimas de dor e de prazer originados nos sentidos.²⁴⁰

Os estóicos exprimiram-se segundo opinião idêntica. E embora eles defendessem estar o critério da verdade nos sentidos tomados juntamente, contudo, estabeleciam-no nos sentidos e nas antecipações ou no conhecimento das coisas e das proposições universais, como também, além de outros, sucedeu com Crisipo.²⁴¹ Por isso, eles

²²⁸ Empírico, *Aduersus Logicos*, I.

²²⁹ Empírico, *Hipotiposes Pirrônicas*, I, cap. 32, sec. 216; Laércio, liv. IX, sec. 51.

²³⁰ Empírico, *Aduersus Mathematicos*, liv. VII, sec. 135; liv. VIII, sec. 139; Plutarco, *Aduersus Colotem*, t. II, p. 411.

²³¹ Cícero, *Academicæ*, liv. I, cap. 12.

²³² Cícero, *Academicæ*, liv. IV, cap. 46.

²³³ *Ibidem*, 5.

²³⁴ Empírico, *Aduersus Mathematicos*, liv. VII, sec. 49.

²³⁵ Laércio, liv. IX, sec. 22.

²³⁶ Empírico, liv. VII, sec. 145.

²³⁷ Laércio, V, sec. 29.

²³⁸ Cícero, *De Finibus*, liv. IV, cap. 4.

²³⁹ Idem, *Academicæ*, liv. IV, caps. 26 e 46.

²⁴⁰ *Ibidem*, IV, 7.

²⁴¹ Laércio, liv. VI, sec. 49; Cícero, *Academicæ*, liv. I, cap. 2; liv. III, cap. 6.

Epicuro discrepabant. In eadem sententia erat^[1] Potamon²⁴² eclecticorum princeps, et Aristocles,²⁴³ ut alios omittam.^[2]

Praeterea sunt homines qui non illi quidem omne falsum tollunt, sed contradicentes^[3] plures ueritates admittunt, ut Iudaei, qui defendunt rabbinos seu doctores legis, etiamsi pugnantia dicant, tamen dicere uerum. Qui ad^[4] primam, aut secundam classem reduci possunt.

Fuere etiam inter Christianos qui defenderent quaedam secundum philosophos esse falsa quae apud Iurisprudentes sunt uera, ut Alexander Neapolitanus quidam.²⁴⁴ Alii dixerunt quaedam in philosophia esse uera quae sunt falsa in theologia. Hi rursus uel id fecere ex nimio in Aristotelem amore, quo eum Sacris codicibus conciliarent, uelut Pomponatius²⁴⁵ et Auerroësiani aliqui, uel ex odio philosophiae ut Lutherus aliquando et^[5] Hoffmanniani, uel [183] ut atheismum suum celarent, cuiusmodi^[6] est auctor *Speciminis Ratiocinandi*, qui fuit discipulus Benedicti Spinosae, athei ingeniosissimi.

Recentiores post Cartesium²⁴⁶ existimant criterium ueri esse perspicuam notionem. Hoc autem^[7] inter eos interest. Quidam arbitrantur nullam rem creatam talem^[8] notionem generare posse, sed solam Dei locutionem eam esse quae certos nos facit non errare. Est in hac sententia Huetius.²⁴⁷ Benedictus autem Spinoza contendit mentem nostram omnia uidere in Deo, quia est particula mentis diuinae.²⁴⁸ Quam sententiam alii pantheistae et fanatici receperunt magno cum plausu. Malebranchius uero, qui putat mentem nostram essentialiter coniunctam Deo in Dei lumine uerum intueri, nihilominus^[9] ait²⁴⁹ criterium situm esse in quadam ueluti coactione animi ad consentiendum. Quae nisi significant Dei lumen esse criterium ueri, quo pacto componi possint, ignoro.

Sed qui rem sine ullo praeiudicio examinarunt, defendunt^[10] unum esse iudicium ueri rei euentiam, id est, ea esse uera quae nos perspicue uera esse intelligimus, uel ex perspicua ueritate perspicue deducuntur. Velut^[11] cum praedicatum propositionis

²⁴² Laërt., *Prooemium*, sect. 21.

²⁴³ Apud Eusebium, *Praeparatio* lib. XI, cap. 17.

²⁴⁴ Christ Thomasius, *Introductio ad Philosophiam*, cap. V, § 41.

²⁴⁵ *De Fato*, lib. III, cap. 1 et *Immortalitate Animae*, cap. 15.

²⁴⁶ Medit III^[12] et V *De Prima Philosophia*. Qui^[13] tamen non sensuum euentiam, quos fallaces putat, sed perceptionis euentiam, pro ueritatis indicio ponit.

²⁴⁷ *De Imbecillitate Mentis Humanae*.

²⁴⁸ *Tractatus Theologico-Politicus*, cap. 1.

²⁴⁹ Malebranchius, *De Inquisitione Veritatis* lib. I, cap. 2, § 4.

^[1]erat *R²LNV*] est *R¹* ^[2]omittam. *R²LNV*] taceam. *R¹* ^[3]contradicentes *R²LNV*] contradictorias *R¹* ^[4]ad primam *R²LNV*] merito suo ad primam *R¹* ^[5]et Hoffmanniani *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[6]cuiusmodi est *R²LNV*] ut *R¹* ^[7]autem *R²LNV*] tamen *R¹* ^[8]talem ... posse *R²LNV*] esse quae talem cognitionem generet *R¹* ^[9]nihilominus ... ignoro. *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[10]defendunt *R²LNV*] censent *R¹* ^[11]Velut ... repugnat. *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[12]Meditationes IV et V. *R²LNV*] Meditatio V. *R¹* ^[13]Qui ... ponit. *R²LNV*] *om.* *R¹*

discordavam de Aristóteles e de Epicuro mais nas palavras que nas doutrinas. E eram da mesma opinião Pótamon,²⁴² o primeiro dos ecléticos, e Aristocles,²⁴³ omitindo outros.

Além disso, há quem, embora não aceitando que tudo é falso, admita, no entanto, muitas verdades incompatíveis, por exemplo os Judeus ao sustentarem que os rabinos ou os doutores da lei, ainda que dissessem coisas contraditórias, diziam a verdade. Estes podem reduzir-se à primeira ou à segunda categoria.

Houve também entre os cristãos quem defendesse que eram falsas certas coisas para os filósofos, mas verdadeiras para os juriconsultos, como sucedeu com um certo Alexandre Napolitano.²⁴⁴ Outros disseram que são verdadeiras certas coisas na filosofia, mas falsas na teologia. Estes por sua vez fizeram isso quer por excessiva afeição para com Aristóteles para o conciliarem com os textos sagrados, como Pomponazzi²⁴⁵ e alguns averroístas, quer por aversão para com a filosofia, como por vezes sucedeu com Lutero e com os holffmanianos, [183] quer para ocultarem o seu ateísmo, como o autor de *Specimen Ratiocinandi*, discípulo de Bento de Espinosa, um ateu com muito talento.

Posteriormente a Descartes,²⁴⁶ os modernos foram de parecer que o critério da verdade é o conhecimento evidente, havendo, no entanto, discordância entre eles. Supõem alguns que nenhuma criatura é capaz de formar tal conhecimento, pois apenas a palavra divina nos dá a certeza de que não erramos. Esta é a opinião de Huet.²⁴⁷ Quanto a Bento de Espinosa, sustenta que a nossa mente, por ser uma partícula da mente divina,²⁴⁸ vê todas as coisas em Deus. Esta opinião foi aceite com grande aplauso por outros panteístas e fanáticos. E Malebranche, que pensa estar a nossa mente unida essencialmente a Deus, contemplando a verdade na bem-aventurança divina, afirma, no entanto,²⁴⁹ que o critério consiste como que numa certa coacção do espírito para dar assentimento. Se isto não significa que a magnificência divina é o critério da verdade, então desconheço de que modo pode estabelecer-se.

Mas quem tiver examinado o assunto sem nenhum preconceito sustenta que existe um único critério da verdade, a evidência da coisa, isto é, são verdadeiras as coisas que percebemos com clareza serem verdadeiras ou as que são deduzidas muito claramente de uma verdade evidente; por exemplo, quando o predicado de uma proposição convém muito claramente ao sujeito ou é incompatível com ele.

²⁴² Laércio, Proémio, sec. 21.

²⁴³ Em Eusébio, *Praeparatio*, liv. XI, cap. 17.

²⁴⁴ Christian Thomasius, *Introductio ad Philosophiam*, cap. 5, § 41.

²⁴⁵ *De Fato*, liv. III, cap. 1; *De Immortalitate Animae*, cap. 15.

²⁴⁶ *Meditationes de Prima Philosophia*, IV-V. Ele considera que não é a evidência dos dados dos sentidos o sinal da verdade – pois considera-os falazes –, mas a evidência da percepção.

²⁴⁷ *De Imbecillitate Mentis Humanae*.

²⁴⁸ *Tractatus Theologico-Politicus*, cap. 1.

²⁴⁹ Malebranche, *A Investigação da Verdade*, V, liv. I, cap. 2, § 4.

perspicue subiecto conuenit, aut repugnat. Nam^[1] quae propositiones ita sunt clarae cogunt nos, ut iis adsentiamur. Non aliter ac in meridie apertis oculis et ualentibus fieri nequit quin obiecta corpora uideamus. Quod adeo perspicuum est, ut superuacaneum sit id ipsum argumentorum copia demonstrare.^[2]

Primum igitur consulere debemus interius animi iudicium, quam “conscientiam” uocant, quae si nos certiores facit nullam rationem occurrere quae rem dubiam faciat nulli dubitemus habere nos cognitionem perspicuam. Sin autem uereamur ne, per tarditatem humanae mentis, decipiamur adhuc, inuestigemus quid ceteri homines, ii praesertim [184] qui ingenio ac doctrina praeter ceteros pollent, existiment; qui si dixerint id^[3] ita se habere, sine ulla dubitatione iudicabimus rem esse certam et perspicuam.

Porro autem euidentiā uel est physica, uel metaphysica, uel mathematica, uel^[4] moralis. Euidentiā physica est quae per sensus integros et ualentes habetur. E. g. Cum clare adspicio Petrum e regione stantem, habeo euidentiā physicā existentiāe Petri. Eodem modo de reliquis sensibus dicendum est.^[5]

Metaphysica est quam habent axiomata metaphysica: ut “Quod^[6] in idea complexa includitur, de ea potest enuntiari”; et quae ex iis componuntur demonstrationes. Item argumentationes quibus demonstramus exstare Deum, tum animum nostrum esse spiritalem, liberum, cetera, euidentiā metaphysica fruuntur.

Mathematica est quam habent mathematicorum axiomata et demonstrationes. Itaque haec axiomata “Si aequalibus addas aequalia, tota^[7] erunt aequalia”, “Si ab aequalibus demas aequalia quae remanent, erunt aequalia” habent eam euidentiā mathematicam, quae sine ullis argumentis fit nota. Demonstratio uero qua efficitur tres angulos unius trianguli esse aequales duobus rectis et ipsa habet mathematicam euidentiā, quae ratiocinatione comparatur.

Metaphysica et mathematica euidentiā eadem certitudine fruuntur. In hoc differunt quod haec celerius, quam illa, nos cogat ut adsentiamur. Nam demonstrationes mathematicae constant numeris et figuris, quae facilius in animo defiguntur. Demonstrationes uero metaphysicae ex ideis abstractis componuntur, quas non nisi homines litteris subacti penitus intelligunt. Vtraque tamen euidentiā uocabulo “mathematica” significatur.

Moralis^[8] est quam habent propositiones, quae plurimis et grauissimis testibus nulli exceptioni suppositis sunt confirmatae, ueluti esse Indiam, Americam, tum exstitisse Marium, Augustum, Ciceronem et huius generis multa, quae aliorum testimonio cognita habemus.²⁵⁰

²⁵⁰ Euidentiā pro uaria natura rerum diuerso modo se habet. Nempe haec propositio “Verbum Dei est uerum” est mathematice euidens, quia constat perspicua ratione naturae. Haec uero

^[1]Nam ... clarae *R²LNV*] Nam quae ita sunt alara *R¹* ^[2]demonstrare. *R²LNV*] confirmare. *R¹* ^[3]id *R²LNV*] rem *R¹* ^[4]uel moralis. *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[5]dicendum est. *R²LNV*] iudicabimus. *R¹* ^[6]Quod ... enunciari *R²LNV*] Totum est maius sua parte *R¹* ^[7]tota *R²LNV*] quae remanent *R¹* ^[8]Moralis ... disserendum. *R²LNV*] *om.* *R¹*

Na verdade, estas proposições são dotadas de tanta clareza que nos coagem ao assentimento. Não poderia suceder de maneira diferente se em pleno meio-dia e com os olhos abertos e saudáveis percepcionássemos os objectos corpóreos. E isto é de tal modo evidente que se torna supérfluo demonstrá-lo com grande número de argumentos.

Devemos, portanto, examinar primeiramente em profundidade a faculdade de julgar chamada “consciência”, a qual, se nos der a certeza de que não se oferece nenhuma razão que nos torne o assunto duvidoso, não devemos duvidar de que possuímos um conhecimento evidente. Se, porém, suspeitarmos de que em virtude da lentidão da mente humana ainda nos enganámos, devemos investigar o que pensam as outras pessoas, [184] sobretudo as que se distinguem pelo talento e pela erudição, as quais, se afirmarem suceder de uma determinada maneira, devemos ajuizar sem nenhuma dúvida que a coisa é dotada de certeza e evidência.

Todavia, a evidência é física, ou metafísica, ou matemática, ou moral. A evidência física é obtida por meio dos sentidos íntegros e saudáveis; por exemplo, quando vejo claramente Pedro de pé em frente de mim, possuo a evidência física da existência de Pedro. O mesmo deve afirmar-se a respeito dos outros sentidos.

A evidência metafísica é a que possuem os axiomas metafísicos, por exemplo “o que está incluído numa ideia complexa pode enunciar-se a respeito dela”; e também as demonstrações compostas desses axiomas. Igualmente, as argumentações pelas quais demonstramos a existência de Deus, a imaterialidade da nossa alma, e sua liberdade, etc., desfrutam de evidência metafísica.

A evidência matemática é a que possuem os axiomas e as demonstrações dos matemáticos. Portanto, os axiomas “se a quantidade iguais adicionarmos quantidades iguais, as somas são iguais” e “se de quantidades iguais subtrairmos quantidades iguais, os restos são iguais” possuem evidência matemática, que se torna conhecida sem necessidade de argumentos. Porém, a demonstração pela qual se estabelece que os três ângulos de um triângulo são iguais a dois rectos possui evidência matemática adquirida pelo raciocínio.

A evidência metafísica e a matemática desfrutam de idêntica certeza, mas diferem porque a segunda coage com maior presteza que a primeira ao assentimento, pois as demonstrações matemáticas são constituídas por números e figuras que o espírito retém mais facilmente, enquanto as demonstrações metafísicas são compostas de ideias abstractas que apenas entendem as pessoas instruídas nas belas-letras. Contudo, uma e outra evidência são designadas pelo vocábulo “matemática”.

A evidência moral é a que possuem as proposições comprovadas sem nenhuma excepção por muitos e rigorosíssimos testemunhos, como os referentes à existência da Índia, da América, de Mário, de Augusto, de Cícero e de muitas coisas deste género de que possuímos conhecimento pelo testemunho dos outros.²⁵⁰ [185] Mas

²⁵⁰ A evidência ocorre de diversos modos segundo a diferente natureza das coisas. Assim, a proposição “a palavra de Deus é verdadeira” é matematicamente evidente por estar em manifesta conformidade com a razão natural. Porém, a proposição “a Sagrada Escritura é a

[185] De quo alio loco est disserendum.²⁵¹ His constitutis sit:

Lex I. *Euidentia mathematica praeferri debet physicae euidentiae.*

Nam cognitio quae per sensus habetur, quamuis perspicua sit, tamen nos fallere potest,²⁵² non ita uero quae perspicua demonstratione comparatur. Hinc cum mathematica euidentia efficiatur aërem prodigiosa ui undique premere corpora nostra, adeo ut plus quam mille²⁵³ pondo aëris singuli sustineamus, si quis responderit^[1] se nullo modo pondus et pressionem aëris sentire, huiusmodi ratio flocci facienda est prae illa euidentia.

Lex II. *Mathematica et physica euidentia anteponi debet auctoritati humanae.*

Nam humana fides etiamsi firma uideatur, tamen fallere et^[2] falli potest; iccirco conferri nequit cum physica euidentia, et multo minus cum mathematica. Hinc si mille auctores grauissimi dicerent zonam torridam non^[3] habitari, audiendi non essent, nam alii suis oculis uident in eo^[4] orbis terrae tractu homines nimis multos habitare. Item si dicerent Lunam esse paulo minorem Sole, minime essent adtendendi, propterea quia Mathematica euidentia conficitur Lunam esse longo interuallo minorem, et opinamur, [186] secundum^[5] Recentiores grauissimos, rationem eam cum Sole habere quam 1/60 habet ad 1.000.000.²⁵⁴

Lex III.^[6] *Cum mathematica euidentia alteri mathematicae uel physicae physicae aduersatur, alterutra est falsa.*

Nam mathematica euidentia est ueritas rei. Ergo non repugnat alteri mathematicae, quia uerum non repugnat uero. Item physica, quae experientia accurate instituta comparatur, non opponitur alteri experientiae recte institutae. Quare utroque casu iudicandum est alterutrum esse falsum; et quin aliquid constituamus, rem diu multumque examinare quousque uerum adtingamus.

Lex IIII. *Mathematica euidentia non aduersatur auctoritati diuinae.*

“Sacra scriptura est uerbum Dei” nec physice nec mathematice est euidens, quia constat traditione catholica, quae rem quidem certam facit, sed non euidenter. At est moraliter euidens, quia rationes quae id credibile faciunt sunt moraliter euidentes. Exsistentia autem talium rationum est physice euidens, quia uel auditu uel lectione comparatur. Sed de his alias opportunius.

²⁵¹ Lib. V, part. 2, cap. 2; et *Metaphysica* lib. III, cap. 7.

²⁵² Confer quae disputabimus capite sequenti.

²⁵³ Mariotte, *De la nature de l'air*; Sturmius, *Collegium Experimentale*, Part. II; Ottho de Guericke, Boyle, ceteri, qui de aëre scripserunt.

²⁵⁴ Cassini, *Éléments de l'Astronomie*, p. 49. *Recueil d'Observatoire par Mrs. de l'Académie*. Conferatur Niewentytius, *Contemplatio*, XXV, § 4 sqq.

^[1]responderit *R²LNV*] regesserit *R¹* ^[2]et falli *R²LNV*] *om. R¹* ^[3]non habitari *R²LNV*] non coli nec habitari *R¹* ^[4]eo *R²LNV*] illo *R¹* ^[5]secundum ... grauissimos *R²LNV*] *om. R¹* ^[6]Lex III ... adtingamus. *R²LNV*] *om. R¹*

acerca disto, deve discorrer-se noutro lugar.²⁵¹ E, estabelecidas estas coisas, apresento as seguintes regras:

Regra I: *A evidência matemática deve preferir-se à evidência física.*

Com efeito, o conhecimento adquirido pelos sentidos, ainda que evidente, pode induzir-nos em erro,²⁵² pois ele não é como aquele que se adquire por uma demonstração evidente. Por isso, visto que a evidência matemática estabelece que o ar exerce pressão com uma força espantosa por todos os lados sobre os nossos corpos a ponto de cada um de nós suportar mais que mil pesos de ar,²⁵³ se alguém asseverar que não sente de modo algum o peso e a pressão do ar, tal explicação deve ser considerada sem nenhum valor perante aquela evidência.

Regra II: *A evidência matemática e a evidência física devem preferir-se à autoridade humana.*

Com efeito, o testemunho humano, ainda que pareça infalível, pode induzir e ser induzido em erro, não podendo por isso comparar-se à evidência física e muito menos à evidência matemática. Assim, se um milhar de autores muito penetrantes afirmasse que não é habitada a zona tórrida, não se lhe devia prestar atenção, pois outros vêem com os seus próprios olhos que nessa região do orbe terrestre habitam muitíssimos seres humanos. Igualmente, se eles afirmassem que a Lua é um pouco menor que o Sol, também não se lhes devia de modo algum prestar atenção, pois a evidência matemática estabelece que a Lua é muitíssimo menor; e opinando [186] em conformidade com os autores modernos mais penetrantes, a sua proporção relativamente ao Sol é a que existe entre um/sessenta avos e um milhão.²⁵⁴

Regra III: *Quando uma evidência matemática se opõe a outra evidência matemática ou uma evidência física a outra evidência física, são ambas falsas.*

A evidência matemática é a verdade da coisa e, portanto, não é incompatível com outra evidência matemática, pois o verdadeiro não repugna ao verdadeiro. De igual modo, a evidência física adquirida por experiências diligentemente estabelecidas não se opõe a outra experiência adequadamente estabelecida. Deve por isso concluir-se num e noutro caso que são ambas falsas; e enquanto não estabelecemos alguma coisa, devemos examinar o assunto durante muito tempo até alcançarmos a verdade.

Regra IV: *A evidência matemática não se opõe à autoridade divina.*

palavra de Deus" não é evidente nem física nem matematicamente, pois estando, embora, em conformidade com a tradição católica, esta considera-a certa, mas não evidente. Contudo, ela é moralmente evidente por serem moralmente evidentes as razões que a tornaram digna de crédito. Mas a existência dessas razões é fisicamente evidente por se originar quer na audição quer na leitura. Mas sobre este assunto irei discorrer mais oportunamente noutro lugar.

²⁵¹ Liv. V, 2ª parte, cap. 2; *Metaphysica*, liv. III, cap. 7.

²⁵² Conferir o que irei expor no capítulo seguinte.

²⁵³ Mariotte, *De la nature de l'air*; Sturm, *Collegium Experimentale*, 2ª parte; Otto de Guericke, Boyle e ainda outros que escreveram a respeito do ar.

²⁵⁴ Cassini, *Éléments de l'Astronomie*, p. 49; *Recueil d'Observatoire par Mrs. de l'Académie*. Cf. Nieuwentyt, *Contemplatio*, XXV, § 4 e segs.

Nam euidentia mathematica est ipsa rei ueritas^[1] perspicua quae rationis ope percipitur; quam rationem Deus nobis dedit, ut uerum exploremus. Auctoritas itidem diuina est uera. At uerum non aduersatur uero.

Lex V.^[2] *Si mathematica repugnat Deo dicenti, uel non est euidentia uel id Deus liquido non dixit.*

Nam quod Deus dixit est uerum. Ergo non potest haberi euidentia mathematica ex aduersa parte. Vnum superest ut consulas quid catholica sentiat Ecclesia, quae si liquido proponit Deum id dixisse, scito te non habere talem euidentia. Quod si liquido non constat, ex sapientissimorum hominum sententia, qui rem libero iudicio examinerunt, constituendum est.

Lex VI. *Si physica euidentia repugnat auctoritati diuinae, nulla est talis euidentia.*

Nam auctoritas diuina, uti diximus, est ipsa ueritas indeficiens. Sensus autem non possunt conferri cum ueritate indeficiente; immo ex ea, maxime si clara est, fallaces representationes eorum sunt emendandae.

[187] COROLLARIUM I

Hinc recte philosophi iudicium ueritatis partim in sensibus, partim in mente posuere.

Nam tametsi mens est illa quae iudicat, non sensus, tamen non nisi ab sensibus habet ideas de quibus iudicat.

COROLLARIUM II

Hinc falso dicit Huetius, non nisi a Deo certiores nos fieri, nos non errare iudicando.

Nam si ratione nihil possumus certo definire, quo modo certiores erimus Deum id nobis dixisse? Non omne diuino spiritu adflantur, et uocem Dei, nullo internuntio,^[3] audiunt. Deinde homines saepissime in iudicando decipiuntur. Quapropter nequeunt plane constituere an a^[4] Deo fiant certiores, an aliter.

COROLLARIUM III

Hinc falso adfirmat Spinoza mentem nostram esse modificationem seu particulam diuinae mentis.

Duo enim homines diuersa immo et contraria eodem tempore cognoscunt et cupiunt, tum infinita propemodum ignorant, quorum utrumque a Deo alienum est. Quo nomine falsa item^[5] est sententia Malebranchii.

^[1]ueritas ... percipitur *R²LNV*] ueritas et perspicuitas quam rationis ope percipimus *R¹*
^[2]Lex V ... emendandae. *R²LNV*] pro Lex IV ... constituendum est. *R¹*: *vd. infra Annexum XXV.* ^[3]internuntio *R²LNV*] interposito *R¹* ^[4]a Deo *R²LNV*] in praesentia a Deo *R¹* ^[5]item *R²LNV*] etiam *R¹*

Com efeito, a evidência matemática é a própria verdade evidente da coisa percebida pela razão, razão essa que nos foi outorgada por Deus para reconhecermos a verdade. Igualmente, a autoridade divina é verdadeira, e o verdadeiro não se opõe ao verdadeiro.

Regra V: *Se a evidência matemática for incompatível com o que Deus afirmou, ou não é evidência ou Deus não afirmou com certeza isso.*

Com efeito, o que Deus afirmou é verdadeiro e, portanto, não pode haver evidência matemática que lhe seja contrária. Basta examinar o pensamento da Igreja Católica, a qual, se declarar nitidamente que Deus afirmou uma verdade, ficamos a saber não possuímos tal evidência. Mas, se isso não for claramente certo segundo a opinião das pessoas mais dotas que examinaram com juízo isento o assunto, ela deve estabelecer-se.

Regra VI: *Se a evidência física for incompatível com a autoridade divina, não existe tal evidência.*

De facto, a autoridade divina, como afirmei, é a própria verdade inesgotável. Mas os sentidos não podem comparar-se com a verdade inesgotável e, mais que isso, é por ela, sobretudo se for inteligível, que as representações falazes daqueles são corrigidas.

[187] COROLÁRIO I

Os filósofos estabelecem convenientemente o critério da verdade em parte nos sentidos e em parte no espírito.

Efectivamente, embora seja o espírito que ajuíza e não os sentidos, contudo, apenas por meio dos sentidos ele adquire as ideias sobre as quais ajuíza.

COROLÁRIO II

Huet afirma sem fundamento que apenas Deus nos dá a certeza de que ao ajuizar não erramos.

Com efeito, se pela razão nada podemos estabelecer de modo certo, de que forma teremos a certeza de que Deus nos afirmou isso? Nem todos são inspirados pelo espírito divino e nem todos ouvem a voz de Deus sem um mediano. Por outro lado, os seres humanos são muitíssimas vezes induzidos em erro ao ajuizar e por isso não podem estabelecer claramente se Deus lhes concede ou não certezas.

COROLÁRIO III

É errónea a afirmação de Espinosa segundo a qual a nossa mente é um modo ou uma parcela da mente divina.

Na verdade, os seres humanos conhecem e desejam ao mesmo tempo duas coisas diferentes e mesmo opostas, e ignoram coisas quase em número infinito, o que não acontece em ambos os casos com Deus. Por este motivo, é errónea a opinião de Malebranche.

CAPVT IIII

De fallaciis sensuum, quae ueri^[1] cognitionem retardant

Obstant tamen non nulla, idque frequenter, ne ueritatem adsequamur, quae logicus perspecta habere debet, ut ea, quoad poterit,^[2] declinet; sin autem errata sua quodammodo emendet. Haec ad tres classes commode referuntur, sensus, uoluntatem,^[3] mentem, de quibus ordine explicabimus.

[188]

I

Principio sensus nostri, per quos primas ideas consequimur,^[4] saepissime nos fallunt. Non quod re ipsa fallant, nam^[5] semper aliquid, quod exstat, obiiciunt, sed quia occasionem praebent cur fallamur, iudicando ita esse. Nam oculi id praestant in capite quod praestaret uitrea^[6] lens. Hi enim excipiunt imaginem obiecti et eam in retina depingunt, quod iam secundo^[7] libro demonstrauius. Quare non oculi nos decipiunt, sed nos, qui, per stupiditatem^[8] sensuum, obscure obiectum percipimus, cum existimamus esse^[9] ut pingitur, fallimur saepissime. Aliqua exempla subiiciemus, cetera apud recentiores legere^[10] potestis.²⁵⁵

1. Vix unquam certo iudicare possumus nos ueram rerum magnitudinem ratione comprehendere. Nam quemadmodum lentes uitreae, si maiores aut minores sunt, magis aut minus conuexae, obiecta uel maiora uel minora repraesentant, ita oculi nostri, si magis aut minus sint conuexi, idem praestabunt. Nos autem, etiamsi non possimus definire quam similem figuram habeant oculi duorum hominum, scimus tamen et frequenter uidemus duos homines, immo et eundem interdum diuerso modo conformatos oculos habere. Iam si quid minimum interest uel in figura uel in densitate humorum uel in situ, diuersam extensionem corporis, ut uitreae lentes, exhibebunt. Ideo nec pro certo dicere possumus quam magnum sit obiectum quod contuemur.

Confirmat id ipsum experientia. Nam uita oculorum, quae senibus opitulatur, adolescentes minime^[11] iuuant. Deinde ea quae homini myopi iustam hominis magnitudinem offerunt, alteri bene uidenti minorem offerunt. Vix ut sine errore adfirmemus alterutrum esse uerum.

²⁵⁵ Legatur^[12] prae aliis Malebranchius, *De Inquisitione Veritatis*, ex quo plurima sumsit Soria in *Institutiones Philosophiae Rationalis*, cap. 9.

^[1]ueri *R²LNV*] ueritatis *R¹* ^[2]poterit *R²LNV*] facere poterit *R¹* ^[3]uoluntatem, mentem *R²LNV*] mentem, uoluntatem *R¹* ^[4]consequimur *R²LNV*] adquirimus *R¹* ^[5]nam ... obiiciunt *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[6]uitrea lens. *R²LNV*] uitrum ad lentis figuram conformatum. *R¹* ^[7]secundo *R²LNV*] primo *R¹* ^[8]stupiditatem *R²LNV*] stupiditatem et tarditatem *R¹* ^[9]lesse *R²LNV*] ita esse *R¹* ^[10]legere potestis. *R²LNV*] inuenietis. *R¹* ^[11]minime *R²LNV*] non *R¹* ^[12]Legatur prae aliis *R²LNV*] Ex recentioribus praeter ceteros *R¹*

CAPÍTULO IV

Os enganos dos sentidos que dificultam o conhecimento da verdade

Certas coisas dificultam com frequência que alcancemos a verdade, pelo que o lógico deve reconhecê-las para, tanto quanto possível, poder evitá-las, de contrário deve de algum modo corrigir os seus erros. Estes erros reduzem-se adequadamente a três categorias, relativas aos sentidos, à vontade e à mente. Irei expô-las por ordem.

[188]

I

Em primeiro lugar, os nossos sentidos, por meio dos quais obtemos as primeiras ideias, enganam-nos muitíssimas vezes. Não significa isto que eles realmente nos enganem, pois apresentam sempre algo existente, mas proporcionam a ocasião de nos enganarmos quando ajuizamos que as coisas são de determinada maneira. Com efeito, os órgãos da visão actuam no cérebro como actuaria uma lente de cristal. Eles recebem as imagens dos objectos, representando-as na retina, como eu já havia demonstrado no livro segundo. Por isso, não são os órgãos da visão que nos enganam, mas somos nós que, por deficiência dos sentidos, percebemos de modo obscuro os objectos, pois ao pensarmos que estes subsistem como são representados enganamo-nos muitíssimas vezes. Apresento alguns exemplos, podendo outros ser tomados dos modernos.²⁵⁵

1. Dificilmente podemos pensar alguma vez que compreendemos pela razão a verdadeira grandeza das coisas. Na verdade, tal como as lentes de cristal representam os objectos como maiores ou menores consoante elas forem maiores ou menores e mais ou menos convexas, também os nossos órgãos da visão actuam desse modo conforme forem mais ou menos convexas. Ora, embora não possamos explicar a semelhança da figura dos órgãos da visão de duas pessoas, sabemos e vemos com frequência possuírem duas pessoas, e até por vezes a mesma, os órgãos da visão constituídos de maneira diferente. E se elas se diferenciam muito pouco quer na figura, quer na consistência dos humores, quer na condição, têm, no entanto, uma grandeza diferente do corpo, como mostram as lentes de cristal. Não podemos por isso afirmar como certo qual seja a grandeza do objecto que observamos.

Isto confirma-o a própria experiência. Com efeito, os óculos que auxiliam os idosos são muito pouco úteis para os jovens. Além disso, os que proporcionam a uma pessoa míope a grandeza normal de um ser humano proporcionam a outra com boa visão uma grandeza menor, de tal modo que dificilmente podemos afirmar sem nenhum erro que ambas são verdadeiras.

²⁵⁵ Deve examinar-se, além de outros, Malebranche (*A Investigação da Verdade*), de quem obteve muitos conhecimentos Sória, expressos em *Institutiones Philosophiae Rationalis*, cap. 9.

2. Decipimur etiam aliquando cum constituimus an corpora sint aequalia, an secus. Nam cum in aliquo horto deambulamus in quo arbores uel in quincuncem sunt positae, uel in duas lineas parallelas, si initio uiae collocati [189] ultimas intuemur, hae multo minores apparent, tum et uia ipsa latior initio et sensim angustior uenit in conspectum. Quod si uiam pergimus et exacte eam metimur, uel aequalis est, uel extrema pars uiae amplior, atque arbores ipsae proceriores se offerunt. Idem usu uenit, cum duos homines statura aequales alterum prope nos, alterum longe conspiciamus. Hic enim multo minor, quam ille, oculis obiicitur.^[1]

3. *Figuram* etiam corporum magnorum,^[2] si longo interuallo distant, uix certo constituemus. Nam turris quadrata, cum longe adspiciatur, sine angulis uidetur. Etiam corpora exilissima quae rotunda uidentur, ut arenae granum, si microscopio adhibito ea contemplamur, plurimas habent superficies et figuras diuersas.^[3] Insensilia uero quae nudis oculis non apparent, si ea microscopio exploramus, plurima et multarum figurarum se offerunt. Exempli gratia, in^[4] aqua, in aceto et aliis humoribus infinita propemodum animalia conspiciamus quae sine uitro conspici non possunt.²⁵⁶ Item aër qui purus uidetur, si radium lucis, qui a ianua clausa in conclauae obscurum inlabitur, contemplamur, infinita corpuscula heterogenea habet. Iccirco caute pronuntiabimus corpora uel prorsus non esse, uel figuras eas habere quae apparent.

4. De motu uero cum iudicamus, frequentissime decipimur. Vulgatum est illud de naue in qua, cum quis uehitur sedens uidetur sibi esse immotus, terrae uero et reliqua quae linquit, recedere^[5] uidentur. Eodem modo, qui longe aliquem lente et placide uidet deambulantem, putat eum consistere. Luna, Venus, et plurima sidera uidentur non moueri, tamen mouentur. Cum e dolio aliquo oleum per foramen ruit cum impetu, tam placide fluit, ut intuens adfirmare non dubitet oleum non fluere, sed consistere. Cetera lubens praetereo, nam haec satis conficiunt quam in istis diiudicandis homines decipiantur.

Item, quam uelox sit motus, uix certo constituemus. Nam aequae uelox motus dicitur qui aequali tempore aequale spatium percurrit. At cum uideo duos equos simul [190] currentes ad metam, non possum definire, an eodem tempore aequalia

²⁵⁶ Conf. Leeuwenöeckius, in *Arcanis Naturae, Ope Microscopiorum Detectis*, qui plura exempla suppeditat. Cui addi potest Hartfoëkerus, Hookius aliique.^[6]

^[1]obiicitur. *R²LNV*] se offert. *R¹* ^[2]magnorum *R²LNV*] uastae molis *R¹* ^[3]diuersas. *R²LNV*] differentes. *R¹* ^[4]in aqua *R²LNV*] in aqua pluuiali, in aqua communi *R¹* ^[5]recedere uidentur. *R²LNV*] uidentur recedere. *R¹* ^[6]aliique. *R²LNV*] alii. *R¹*

2. Também por vezes somos induzidos em erro quando estabelecemos que os corpos são iguais ou desiguais. Com efeito, quando passeamos por um jardim em que as árvores estão dispostas em forma de xadrez ou em duas linhas paralelas, se, situando-nos no início do caminho [189] observarmos as últimas, elas parecem muito menores, e também o próprio caminho, no início mais largo, é gradualmente mais estreito. Porém, se percorrermos o caminho e o medirmos com exactidão, ou ele é uniforme ou de maior largura na última parte, e as próprias árvores parecem mais altas. O mesmo acontece quando observamos duas pessoas da mesma estatura, mas uma delas junto de nós e a outra ao longe; esta apresenta-se ao nosso olhar muito menor que aquela.

3. Também dificilmente estabelecemos com exactidão a figura dos corpos volumosos, se estiverem a grande distância. Uma torre quadrada vista ao longe parece sem ângulos. E também os corpos muito diminutos que parecem redondos, como os grãos de areia, se forem observados cuidadosamente ao microscópio, possuem muitas superfícies e diversas figuras. E os corpos imperceptíveis que não são visíveis a olho nu, se os investigarmos ao microscópio manifestam muitas coisas com muitas figuras; por exemplo, na água, no vinagre e nos outros líquidos temos a percepção de quase uma infinita quantidade de animais que não podem perceber-se sem uma lente.²⁵⁶ Do mesmo modo, embora o ar pareça límpido, se observarmos atentamente um raio de luz penetrando num quarto escuro através de uma porta fechada, contém inumeráveis corpúsculos heterogêneos. Devemos por isso exprimir-nos com precaução sobre se os corpos não existem de todo ou se têm apenas as figuras que nos aparecem.

4. Somos induzidos com muita frequência em erro ao ajuizarmos sobre o movimento. É bem conhecido o que acontece a respeito de um navio em que se alguém for sentado a bordo lhe parece que ele próprio está imóvel, parecendo, no entanto, retrocederem a terra e as outras coisas que se afastam. De forma idêntica, quem vê alguém passeando ao longe sem pressa e com calma pensará que está parado. E a Lua, Vénus e muitos astros parece não se moverem e, no entanto, movem-se. E quando de uma vasilha irrompe com ímpeto azeite por um orifício, ele irrompe tão levemente que quem o observar não tem dúvida em dizer que o azeite não irrompe, mas que está imóvel. Omito de boa vontade outras coisas, pois estas permitem concluir com suficiência como as pessoas são induzidas em erro ao ajuizarem sobre estes assuntos.

Do mesmo modo, dificilmente estabelecemos com certeza qual seja a rapidez do movimento. Na verdade, diz-se igualmente rápido qualquer movimento que possibilite percorrer um espaço igual em tempo igual. Mas quando vejo dois cavalos correndo simultaneamente [190] para a meta, não posso estabelecer se eles percorrem espaços

²⁵⁶ Cf. Leuwenhoeck em *Arcana Naturae Ope Microscopiorum Detecta*, que apresenta muitos exemplos. A este podem acrescentar-se Hartfoeker, Hooke e ainda outros.

spatia conficiant. Quare imprudenter dicam^[1] aequae uelociter currere. Nam fieri potest ut qui minori interuallo proximus est mihi uideatur uelocius currere quam alius, quod interdum est falsum.

5. Iam uero satis notum est colores saepissime occasionem dare cur fallamur. Nam si longe, aut sub uesperum montem arboribus consitum adspicimus, sine ullis arboribus nudum uidebimus. Illae ipsae arbores floribus uestitae, ornatae pomis, si e remoto cernuntur loco, omnino sine ullo ornatu apparent.

6. Etiam falluntur homines cum iudicant colores esse in obiecto corpore. Quod non indoctis modo, sed et peripateticis omnibus usu uenit. Nam exploratum est nullos colores in obiecto esse, sed in eo qui adspicit; id est, obiecta corpora, pro superficie magis, uel minus scabra, sunt caussa cur lux alio^[2] et alio modo oculum adficiat, atque hanc perceptionem suscitet in animo qui uocatur “color”. Conficitur id multiplici experimento, sed unum et alterum sufficet in praesentia.

Nam si lapidis superficiem scabram polias, diuersum colorem exhibet. Quod plane conficit colorem non esse in obiecto, nam nulla caussa adest quae nouum colorem generet. Tritum iam est clarissimum Newtoni experimentum. Si in conclauis obscuro radios lucis per foramen in fenestra factum excipis primate crystallino, hi,^[3] dum crystallum et conclauem peruadunt, colorati non uidentur; dum uero^[4] in aduersam chartam albam incurrunt, ita refringuntur, ut excitent in nobis sensum septem colorum, qui hoc ordine in charta exprimuntur: uiolaceus, purpureus, caeruleus, uiridis, flauus, aurantius, ruber. Atqui charta facultatem non habet producendi colores nec mutandi naturam radiorum, qui colorati non erant. Ex quo consequitur nihil aliud esse colores nisi perceptiones quae in animo excitantur, ad praesentiam corporis^[5] quod certos lucis radios reiecit ad oculos, alios absorbet, idque ex lege a Deo rerum naturae praescripta.²⁵⁷

[191]

II

1. Auditus itidem frequens errorum est caussa. Nam primo existimamus sonum esse rem quae extra nos est et a corpore sonoro uenit, quod tamen est falsum. Nam, uti de uisu docuimus, nihil aliud facit corpus sonorum, quam citissime et^[6]

²⁵⁷ Newtonus, in *Optica* p. m. 103, 153.

^[1]dicam *R²LNV*] adfirmabo *R¹* ^[2]alio et alio modo *R²LNV*] hoc uel illo modo *R¹* ^[3]hi, dum crystallum *R²LNV*] hi radii interim dum crystallum *R¹* ^[4]uero *om. R¹* ^[5]corporis ... radios *R²LNV*] alicuius corporis, quod hos aut illos lucis rādios *R¹* ^[6]et certo modo *R²LNV*] *om. R¹*

iguais no mesmo tempo. Digo por isso irreflectidamente que eles correram com uma velocidade igual; com efeito, não pode suceder que o mais próximo de mim pareça correr mais velozmente que o outro, o que por vezes é falso.

5. É também suficientemente conhecido que as cores são muitíssimas vezes ocasião para sermos induzidos em erro. Efectivamente, se observarmos ao longe ou à tardinha um monte plantado com árvores, vemo-lo despido de árvores. E essas mesmas árvores vestidas de flores e ornadas de frutos, se forem vistas de um lugar distante, parecem totalmente sem nenhum ornamento.

6. São ainda induzidas em erro as pessoas que quando ajuízam afirmam existirem as cores nos objectos corpóreos, como sucede não apenas com os ignorantes, mas também com todos os peripatéticos. Está, porém, investigado que não existem nenhuma cores nos objectos, mas apenas em quem os percepção, isto é, em virtude da sua superfície mais ou menos rugosa os objectos corpóreos são a causa de a luz impressionar a vista de diversos modos, estimulando percepções no espírito denominadas “cores”. Isto pode estabelecer-se por meio de múltiplas experiências, mas de momento é suficiente apenas uma.

Se polirmos a superfície rugosa de uma pedra, ela manifesta diversas cores, o que leva claramente à conclusão de que a cor não existe no objecto, pois não existe nenhuma causa que origine uma nova cor. É bem conhecida a experiência do notabilíssimo Newton. Se num quarto escuro fizermos incidir raios luminosos sobre um prisma de cristal através de um orifício feito numa janela, os raios ao penetrarem no cristal e no quarto não parecem coloridos; porém, ao incidirem num papel branco, refractam-se de modo a estimularem em nós as sensações de sete cores, que ficam reproduzidas no papel por esta ordem; violeta, roxo, azul, verde, amarelo, alaranjado e vermelho. Contudo, o papel não possui a faculdade de produzir as cores nem a de alterar a natureza dos raios que não eram coloridos. Por conseguinte, as cores são apenas percepções originadas no espírito na presença dos corpos, que fazem incidir nos olhos certos raios luminosos, absorvendo outros, em virtude de uma lei prescrita por Deus à natureza das coisas.²⁵⁷

[191]

II

1. Igualmente, o ouvido é com frequência causa de erros. Na verdade, julgamos em primeiro lugar que o som é uma coisa exterior a nós próprios e que se origina num corpo sonoro, o que, porém, é uma falsidade. Como ensinei ao tratar da visão, o corpo sonoro apenas realiza de certo modo uma vibração muito célere, vibração essa que impele o ar para o tímpano, movendo-o de forma a estimular no espírito a sensação de som. Com efeito, os corpos soam durante tanto tempo quanto vibram

²⁵⁷ Newton, *Optica*, pp. m. 103 e 153.

certo modo tremere, qui tremor aërem ad tympanum auris impellit, idque ita mouet, ut excitet in animo sensum soni. Nam tam diu corpora sonant, ut campanae et fides, quam diu tremunt. Quem tremorem si manu uel alio pacto^[1] impedis et sistis, cessat sonus.

2. Deinde putamus uocem repercussam ab aliqua turri, aut cauerna, aut puteo, quam uocamus “echo”, ab illa parte uenire, quod manifesto est falsum. Nam aër motus, cum in corpus incurrit quod aptum est ut eundem ad aures mittat quin tremorem minuat, uocem et sonum ab ea^[2] parte remittere uidetur, quae dicitur “echo”. Non aliter ac in speculo corpora uidentur^[3] esse ultra speculum, cum tamen e regione sint.

Vidi ego quaedam loca ubi, si uocem placide ederes, ter echo audiebatur. Ferunt²⁵⁸ in maiori pyramide^[4] Aegypti sonum repercussum ab interiori parte, echo duodecies referre. Sed maius aliquid^[5] est quod narrant de quadam echo prope Ormesson, quae interdum XIII syllabas reddit, nocte uero VII.²⁵⁹ Et^[6] multo mirabilius quod de alia in Anglia prope Woodstock, in qua XVII syllabae interdum, per noctem uero XX distincte audiuntur.²⁶⁰ Vt eam in hortis gentis Simonettae prope Mediolanum taceam percelebre, quae^[7] uices XXIII, nonnumquam uero XXX uices uocem reddit.²⁶¹ Itaque sedulo caueamus, ne secundum id quod sensus praesentant, sine ullo examine iudicemus.

[192]

III

1. Odoratus et Gustatus eodem nomine nos decipiunt, propterea quia causa sunt cur imprudentes existimemus odorem et saporem esse in corpore quod tangimus, cum tamen sint nihil aliud quam animi sensus, qui excitantur in nobis a particulis insensilibus corporum, quae organa haec duo contingunt. Nam si essent res quae seorsum a nobis exstarent, idem corpus odorum et idem cibus singulos homines eodem modo adficeret. Id tamen secus est, nam zibethum, exempli causa, aut odor lilii gratus est aliis, aliis prorsus intolerabilis. Etiam, quid cibi possint, experimur

²⁵⁸ Lucas, *Voyages*, Tom. I, pag. 43.

²⁵⁹ Marinus Mersenus, *Harmonie Vniuerselle* lib. III, pag. 214.

²⁶⁰ *Journal des Savants* 16, Août, 1677.

²⁶¹ Kircherus, *Phonurgiae* lib. II; G. Schottus, *Magiae Phonographicae*, p. 122. Confer.^[8] Sturmus, *Physica* lib. I, sect. 2, cap. 10.

^[1]pacto *R²LNV*] corpore *R¹* ^[2]ea *R²LNV*] illa *R¹* ^[3]uidentur *R²LNV*] apparent *R¹* ^[4]pyramide Aegypti *R²LNV*] Aegypti pyramide *R¹* ^[5]aliquid est *R²LNV*] aliquid, immo prorsus mirabile illud est *R¹* ^[6]Et multo ... alia *R²LNV*] Cuius similis est alia *R¹* ^[7]quae ... XXX *R²LNV*] quae XXX *R¹* ^[8]Confer. ... cap. 10. *R²LNV*] *om. R¹*

os sinos e as cordas da lira. E, se impedirmos e determos manualmente ou de outra forma a vibração, o som deixa de existir.

2. Além disso, pensamos que uma voz reflectida por uma torre, por uma caverna ou por uma cisterna, a que chamamos “eco”, provém desse lugares, o que manifestamente é uma falsidade. Com efeito, o ar em movimento quando vai de encontro a um corpo adequado para arremessá-lo para o ouvido sem debilitar a sua vibração parece reflectir daqueles lugares a voz e o som que se denominam “eco”. Não sucede de forma diferente quando num espelho os corpos parecem estar do outro lado, estando, no entanto, defronte.

Eu próprio observei certos lugares onde, falando em voz muito baixa, se ouviam três ecos. E diz-se²⁵⁸ que na pirâmide maior do Egipto o som repercutido do interior reflecte o eco doze vezes. Mas é ainda mais interessante o que relatam sobre um eco perto de Ormesson, que durante o dia reflecte catorze sílabas e sete durante a noite.²⁵⁹ E é muito mais espantoso o que sucede na Grã-Bretanha com um outro eco nas proximidades de Woodstock, em que durante o dia se ouvem distintamente dezassete sílabas e vinte durante a noite²⁶⁰. Isto para não falar no que acontece com o celeberrimo eco nos jardins da família Simoneta perto de Milão, que reflecte vinte e quatro vezes a voz, e trinta em certos momentos.²⁶¹ Devemos, portanto, precaver-nos com todo o empenho para não ajuizarmos sem uma análise minuciosa em conformidade com o que nos apresentam os sentidos.

[192]

III

De igual modo, também o olfacto e o gosto nos induzem em erro, pois eles são a causa de pensarmos irreflectidamente que existe nos corpos que saboreamos o odor e o sabor, sendo eles, no entanto, apenas sensações do espírito estimuladas em nós por partículas imperceptíveis dos corpos que estão em contacto com esses dois órgãos. Se eles fossem coisas que existem independentemente de nós, o mesmo corpo odoroso e o mesmo alimento afectariam de modo idêntico cada uma das pessoas. Contudo, ocorre de forma muito diferente, pois o almíscar, por exemplo, ou o odor da açucena são para uns agradáveis e para outros totalmente intoleráveis. E também quanto à comida, temos geralmente as mesmas experiências, pois nem todos gostam do mesmo alimento, dado que alguns têm repugnância por certos alimentos e detestam-nos até à náusea, bem longe de gostarem deles. E o mais espantoso é que se tornam por vezes desagradáveis na idade viril ou na velhice aquelas coisas

²⁵⁸ Lucas, *Voyages*, t. I. p. 43.

²⁵⁹ Marin Mersenne, *Harmonie Universelle*, liv. III, p. 214.

²⁶⁰ *Journal des Savants*, 16 de Agosto de 1677.

²⁶¹ Kircher, *Phonurgiae*, liv. II; Gaspar Schott, *Magiae Phonographicae*, p. 122. Cf. Sturm, *Physica*, liv. I, séc. 2, cap. 10.

communiter. Nec enim omnes eodem cibo delectantur, quinimmo quosdam cibos auersantur, et non sine nausea uident, ne dum gustant. Et, quod magis mirabile est, quae nobis adolescentibus in deliciis fuere, dum ad uirilem aut senilem aetatem peruenimus, displicent interdum, quod unusquisque in se ipso facile animaduertet^[1] Haec sani.

In aegrotis uero mirabiliora phaenomena saepissime^[2] occurrunt. Quis nesciat mulieres oppilatae quot spurcitas uorent? Salem, carbonem, calcem, laterculos, cretam, et immundiora alia, quae illae ipsae, a^[3] morbo liberatae, non sine stomachi perturbatione nominant. Grauidas etiam quot ego uidi res, quae nulli fatuo in mentem uenirent, summa cum animi contentione perquirere et audissime degustare? Morbo, an adfectione nescio, unum^[4] scio id frequentissime euenire, eaque comedere quae mox puerperae recusabant. Febri laborantes amara sentiunt quae sani dulcia et suauia habent. Idem in odoribus obtingit.

Haec^[5] autem perspicue efficiunt non in obiectis corporibus esse odores et sapores, sed caussam tantum cur ea^[6] sentiamus; quae, pro diuersa constitutione organorum, uel duorum uel eiusdem hominis, dum morbo uel aetate laborat, diuerso modo fibras sensuum mouent, titillant, pungunt, ut nerui diuerso modo adfeci alias et alias perceptiones excitent in animo, quae ipsae sunt uel odores uel sapores.

[193]

IIII

I. Tactus denique, quod latius, quam ceteri sensus, pateat, est^[7] enim per totum corpus diffusum, uberrimus errorum fons est. Nam sine ulla dubitatione iudicamus ea in corporibus^[8] externis esse quae tactu distinguimus. Principio calor et frigus uidentur in corporibus esse, re^[9] non sunt. Id certa experientia unicuique ostendet. Nam si alteram manum bene calidam, alteram nimis frigidam in eamdem aquam tepidam mergas, quae frigida erit calidam sentiet; contra uero, quae calida, frigidam. Non ita diceremus, si aqua se ipsa^[10] esset calida, nam utraque manus moderatum calorem sentiret, non secus ac utraque manus sentit eam esse corpus, esse fluidam, esse grauem, quia ita est.

Item caelum Vlyssiponense homini in Lapponia, Finlandia, Russia nato, uidetur calidum, illi uero qui a Maranhone, uel Pará, uel ab alia zonae torridae parte uenit, frigidum uidetur. Miramur aliquando Aethiopes, cum naues nostrae nudos eos in litore exponunt. Inscite tamen, nam si nobiscum reputaremus natos eos esse in

^[1]animaduertet. *R²LNV*] experietur. *R¹* ^[2]saepissime *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[3]a morbo liberatae *R²LNV*] dum tali morbo liberantur *R¹* ^[4]unum ... frequentissime *R²LNV*] id scio, frequentissime *R¹* ^[5]Haec autem ... efficiunt *R²LNV*] Haec perspicue conficiunt *R¹* ^[6]ea *R²LNV*] haec *R¹* ^[7]est ... diffusum *R²LNV*] (hoc organon non peculiarem locum in fabricationem humana habet, sed per totum corpus diffusum est.) *R¹* ^[8]corporibus externis *R²LNV*] obiectis *R¹* ^[9]re *R²LNV*] reapse tamen *R¹* ^[10]ipsa *R²LNV*] aqua *R¹*

que foram para nós deliciosas na juventude, o que cada um facilmente reconhece. Isto relativamente às pessoas saudáveis.

Nos enfermos ocorrem muitíssimas vezes fenómenos mais dignos de admiração. Quem desconhece quantas imundícies devoram as mulheres com obstrução? Sal, carvão, cal, pedaços de ladrilho, argila e outras coisas ainda mais repugnantes que elas próprias, libertas da doença, não mencionam sem desarranjo do estômago. E também quantas mulheres grávidas vi que, embora nenhum insensato o pensasse, procuravam com enorme empenho essas coisas e as saboreavam avidamente? Desconheço se foi em virtude da doença ou de um desejo ardente; sei apenas que isso ocorreu com muita frequência e que elas devoraram essas coisas que em seguida tinham sido recusadas pelas parturientes. As doentes com febre sentiam um sabor amargo, e as saudáveis sentiam um sabor doce e agradável ao paladar. O mesmo sucedeu com os odores.

Isto demonstra com evidência que os odores e os sabores não existem nos objectos corpóreos, que são apenas a causa por que possuímos sensações dos corpos. Estes, em virtude da diferente constituição dos órgãos, quer de duas quer da mesma pessoa, e segundo elas sofram de doença ou segundo a idade, põem em movimento, excitam e impressionam de modos diferentes as fibras sensoriais de tal forma que os nervos afectados diversamente incutem no espírito muitas percepções, sendo estas os odores e o sabores.

[193]

IV

I. Por último, o tacto, que se manifesta mais extensamente que os outros sentidos, estando difundido por todo o corpo, é a mais copiosa fonte de erros, pois julgamos sem nenhuma dúvida que ele existe nos corpos exteriores que distinguimos pelo tacto. Em primeiro lugar, o calor e o frio parecem existir nos corpos, mas realmente não existem. Isso manifesta-o a cada um de nós a experiência. Na verdade, se mergulharmos uma das mãos bem quente e a outra muito fria na mesma água tépida, a que estava fria sente calor e, ao invés, a que estava quente sente frio. Não diríamos o mesmo se a água estivesse aquecida, visto que neste caso ambas as mãos sentiriam calor moderado; e não seria de modo diferente se ambas as mãos sentissem que a água é um corpo fluido e pesado, pois assim acontece.

Do mesmo modo, o clima de Lisboa parece quente a uma pessoa nascida na Lapónia, na Finlândia ou na Rússia, parecendo, porém, frio a quem vier do Maranhão, do Pará ou de outra parte da zona tórrida. Espantamo-nos por vezes com os Etíopes quando são vistos dos nossos navios junto à costa em estado de nudez; mas inabilmente, pois, se reflectirmos, concluimos que nasceram numa região muitíssimo quente e viveram continuamente nesse estado, não havendo por isso nenhum motivo para nos espantarmos. Igualmente, ninguém fica espantado por mostrarmos o rosto descoberto, isto é, a parte mais nobre e esbelta do corpo, pois foi desse modo que foi estabelecido e fomos ensinados.

calidissima regione et perpetuo sic^[1] uixisse, causa ulla esset cur miraremur. Non aliter ac nullus miratur se nudam faciem, id est nobiliorem et elegantiorum corporis partem, ostendere, quia ita instituti et educati sumus.

II. Venio ad leuitatem et asperitatem, in quibus diiudicandis tam multa peccant homines, ut mirari possimus. Pronuntiamus saepenumero^[2] corpora aliqua esse perfecte leuigata, e. g. globum uitreum, qui tamen non est. Nam muscae per eum globum ambulat, quod certe non facerent, nisi cauitates quaedam essent et prominentiae quas unguis tenere et capere possent quo se suspenderent. Pulcherrima manus et leuis nudis oculis apparet, quae tamen, microscopio adhibito, scabra est. Quod idem^[3] in reliquis corporibus leuigatissimis boni microscopii auxilio^[4] oculis deprehendimus. Adeoque planum est sensum tactus non discernere partes insensiles corporum, quas si sentiret et distingueret, numquam iudicarem ea esse leuigata. Praeterea, quod puella et feminae urbanae ac deliciis diffluenti asperum uidetur, rustico et sole et niue et adsiduo labore subacto, ne [194] leuiter quidem scabrum uidetur, quod eam fibram et cutem habet quae non facile mouetur. Quare caute in iis quae tactu^[5] percipimus iudicare oportet.

III. Fallimur etiam per tactum, quod putamus ea corpus nostrum non adficere quae adficiunt. Nos undique premimur a prodigiosa ui aëris. Nam philosophi post Torricellium perspicuis^[6] argumentis efficiunt aërem magno nisu ad terram tendere, adeo ut haec caussa sit cur in antlia aquam sustineat altam pedes XXXII, mercurium uero pollices XXVIII, ultra quam altitudinem hoc^[7] caelo neque aqua neque mercurius adscendit.^[8] Nec solum terram premere perpendiculariter, sed omni ex parte. Nos enim undique comprimimur ab aëre, idque tam uiolenter, ut explicari uix queat; tamen nullus id sentit, propterea quia a prima expiratione aerae uitalis ita^[9] sumus compressi, nec aliquam in sensibus patimur mutationem. Item qui mergitur in mare, et fundum petit, non is^[10] quidem sentit magnam uim aquae quae super corpus est, hac^[11] de caussa quia omni ex parte premitur aequaliter.

Vnde mirari desinamus quod pisces uelociter in aqua moueantur. Haec enim tam est consentanea naturae eorum,^[12] quam nostrae aër. Quid? nec ipse aër nobis sensu, nisi moueatur, percipitur. Ita indocti constanter defendunt aërem non esse corpus, immo et peripatetici dicunt quantitatem non habere et esse leuissimum. Itidem fallimur frequenter, cum soliditatem et grauitatem et fluiditatem et extensionem et figuram et motum corporum aestimamus, cum dolorem aut uoluptatem metimur ex tactu. Quae ex iis quae supra^[13] diximus perspicue fluunt.

Hinc fit manifestum sensus illos nuntios ueri plurimam occasionem nobis dare cur fallamur. 1. Ob debilitatem et tarditatem, nam si essent^[14] ita comparati, ut esse possent, omnia nobis distincte repraesentarent. Nam et aper multo plura et distinctius

^[1]sic *R²LNV*] ita *R¹* ^[2]saepenumero *R²LNV*] aliquando *R¹* ^[3]idem *R²LNV*] ipsum *R¹*
^[4]auxilio *R²LNV*] ope *R¹* ^[5]tactu *R²LNV*] per tactum *R¹* ^[6]perspicuis ... efficiunt *R²LNV*] ostendunt euidenter *R¹* ^[7]hoc caelo *R²LNV*] om. *R¹* ^[8]adscendit. *R²LNV*] umquam adscendit. *R¹* ^[9]ita *R²LNV*] undique ita *R¹* ^[10]is *R²LNV*] ille *R¹* ^[11]hac de caussa *R²LNV*] hoc nomine *R¹* ^[12]eorum *R²LNV*] illorum *R¹* ^[13]supra *R²LNV*] om. *R¹* ^[14]essent ita *R²LNV*] ita essent *R¹*

II. Refiro-me agora à leveza e à aspereza, a respeito das quais as pessoas ao ajuizarem cometem tantas erros que nos causa admiração. Afirmamos muitíssimas vezes que alguns corpos são perfeitamente polidos, por exemplo um globo de cristal; mas isso não acontece, pois as moscas deslocam-se por ele, o que decerto elas não fariam se não existissem certas cavidades e saliências que pudessem ser seguradas e agarradas com as unhas e em que elas ficassem suspensas. E uma mão parece muito bela e macia a olho nu, sendo, no entanto, áspera vista ao microscópio, o que também reconhecemos pela vista a respeito de outros corpos muito polidos com o auxílio de um bom microscópio. Portanto, é evidente que o sentido do tacto não distingue as partes imperceptíveis dos corpos, pois, se ele as percepcionasse e as distinguisse, jamais pensaríamos que eles são polidos. Além disso, o que parece áspero a uma criança e a uma mulher da cidade amolecida pela volúpia nem sequer ao de leve parece rugoso a um camponês sujeito ao Sol, à neve e ao trabalho contínuo, [194] dado ele possuir uma fibra e uma cutis que não é facilmente impressionável. Por conseguinte, é necessário ajuizar com precaução sobre aquilo que percepcionamos pelo tacto.

III. Incurremos também em erro em virtude do sentido do tacto ao pensarmos não causar afecção aquilo que afecta o nosso corpo. Somos pressionados por todos os lados por uma espantosa pressão do ar. Com efeito, os filósofos posteriores a Torricelli estabeleceram com argumentos evidentes que o ar tende para a Terra com grande veemência, sendo esta a causa por que a água na bomba se mantém à altura de trinta e dois pés, e o mercúrio de vinte e oito dedos polegares; e por que na nossa atmosfera nem a água nem o mercúrio sobem acima dessa altura. E o ar não apenas exerce pressão sobre a Terra na perpendicular, mas por todos os lados. Na verdade, estamos totalmente submetidos à pressão do ar e com tanta impetuosidade que dificilmente pode explicar-se; no entanto, ninguém a sente, pois desde a primeira emanção do sopro vital encontramos-nos submetidos de tal modo a ela que nem nos apercebemos de qualquer alteração nos sentidos. Do mesmo modo, quem mergulhar no mar e procurar atingir o fundo não sente uma grande pressão da água sobre o corpo, dado sofrer uma pressão igual por todos os lados.

Deixemos, portanto, de nos espantar pelo facto de os peixes se moverem velozmente na água, pois isso é tão consentâneo com a sua natureza como o ar é com a nossa. E que mais? também o ar não é percepcionado pelos nossos sentidos, se ele não se mover. Por isso, afirmam continuamente os ignorantes que o ar não é um corpo e, mais que isso, afirmam os peripatéticos que ele não possui quantidade e que é muitíssimo leve. Do mesmo modo, incurremos com frequência em erro ao avaliarmos a solidez, a gravidade, a fluidez, a extensão, a figura e o movimento dos corpos e ao avaliarmos pelo tacto a dor ou o prazer, como se infere com evidência daquilo que acima referi.

Torna-se, portanto, evidente que os sentidos, medianeiros da verdade, dão muitas vezes ensejo a sermos induzidos em erro. 1. Em virtude da sua debilidade e lentidão, pois, se eles estivessem dispostos como poderiam estar, representar-nos-iam distintamente todas as coisas; com efeito, mesmo um javali ouve muitas mais coisas e mais distintamente que nós, e um símio tem o sentido do gosto mais penetrante, e até

audit quam nos, et simia gustat acutius, immo et nos ipsi microscopii ope ea uidemus quae sine tali praesidio exstare uix suspicaremur. 2. Ob uoluptatem, quam tactu et uisu et aure percipimus, quae nos impedit ne rem, ut opus esset, examinemus.

Sed quoniam Deus nobis sensus non dedit ornatus caussa, sed ut iis utamur eorumque ope cognitiones adquiramus atque uitam nostram^[1] omnem sapienter instituamus, [195] iccirco criterium aliquod sit oportet quo^[2] ueras et falsas notiones dignoscamus.

Criterium autem est tale: “Eae imagines uerissimae^[3] haberi debent quae, adiunctis omnibus accurate expensis, semper ab eodem uel a ceteris sensibus eadem reperiuntur,^[4] idque ab uno^[5] homine, et multo magis a diuersis^[6] qui eas diligenter examinarunt”. Nam si ne hoc quidem casu uerae haberi possent imagines, deluderet nos perpetuo Deus, quod a tanta bonitate alienum est. Quo sane nomine Pyrrhonorum commentum a ueris^[7] philosophis confutatur. Hanc doctrinam duobus canonibus facilitatis caussa comprehendemus.

CANONES

I. *Ne pronuntiatio ea esse uera quae sensus repraesentant, aut non esse, quia in sensus non incurrunt, quin prius sedulo id perpendas et peritorum^[8] sententiam adhibeas.*

II. *Experimenta ne facito, ut ueteres aliqui faciebant, sed exactissimis^[9] instrumentis quae recentiores excogitarunt et poliuerunt, diligentissime utitor.*

CAPVT V

De adfectibus uoluntatis, qui ueri^[10] adsecutionem impediunt

Parum haberemus si sensus tantummodo nos in errores inducerent, nam, cum errores huiusmodi sint conspicui, esset in promptu remedium, nimirum de iis quae sensibus percipiuntur, caute pronuntiare, eaque ad examen etiam atque etiam uocare,^[11] antea quam iudicium faceremus. Sed est alia caussa, quae quo tectior est, eo ualidius hominem a ueritate reuocat et ad errorem impellit. Eiusmodi sunt adfectus animi. Nam cum animus percipit res sensiles prout bonae, uel malae sunt, oritur quidam animi motus^[12] cum fluoris neruorum et sanguinis ingenti commotione coniunctus, qui “adfectus” nuncupatur quemque uel uoluptas animi uel dolor sequitur.

²⁶² Is^[12] uocatur “appetitus”. Rerum autem quae materiae expertes sunt appetitio dicitur^[13] “uoluntas”.

^[1]nostram *R²LNV*] *om. R¹* ^[2]quo ... dignoscamus. *R²LNV*] ut ueras a falsis perceptiones internoscamus. *R¹* ^[3]uerissimae *R²LNV*] certissimae *R¹* ^[4]reperiuntur *R²LNV*] conspiciuntur *R¹* ^[5]uno *R²LNV*] eodem *R¹* ^[6]diuersis qui eas *R²LNV*] diuersis hominibus qui easdem *R¹* ^[7]ueris *R²LNV*] melioribus *R¹* ^[8]peritorum *R²LNV*] doctorum *R¹* ^[9]exactissimis *R²LNV*] melioribus *R¹* ^[10]ueri *R²LNV*] ueritatis *R¹* ^[11]uocare *R²LNV*] reuocare *R¹* ^[12]Is *R²LNV*] Hic *R¹* ^[13]dicitur *R²LNV*] est *R¹*

nós próprios vemos com o recurso ao microscópio certas coisas que sem esse auxílio dificilmente poderíamos conjecturar que existem. 2. Em virtude da voluptuosidade que percebemos pelo tacto, pela vista e pelo ouvido, impedindo-nos de examinarmos as coisas como seria necessário.

Contudo, por Deus não nos ter outorgado os sentidos como ornamento, mas para nos servir-mos deles e adquirirmos conhecimentos por ser intermédio, e ainda para estabelecermos toda a nossa vida sabiamente, [195] é necessário que exista um critério pelo qual possamos reconhecer os conhecimentos verdadeiros e os falsos.

Esse critério é o seguinte: “Devem possuir-se as representações mais verdadeiras que, associadas a todas as coisas examinadas com diligência, sempre se manifestam como idênticas em relação ao mesmo ou a todos os sentidos, e isto relativamente a uma pessoa e sobretudo a pessoas diferentes que as investigaram escrupulosamente”. Com efeito, se nem sequer neste caso as representações pudessem considerar-se verdadeiras, Deus enganar-nos-ia continuamente, o que é impróprio de tão grande benevolência. É certamente por isso que as ficções dos pirrónicos são refutadas pelos verdadeiros filósofos. Vou resumir esta doutrina em dois cânones, tendo em vista torná-la mais fácil.

CÂNONES

I. *Não devemos afirmar que são verdadeiras as coisas que os sentidos representam, ou que não existem em virtude de não se darem a conhecer aos sentidos, sem primeiramente examinarmos isso com atenção e recorrermos à opinião das pessoas experimentadas.*

II. *Não devemos fazer experiências como faziam alguns antigos, mas servindo-nos escrupulosamente de instrumentos muito precisos que os modernos inventaram e aperfeiçoaram.*

CAPÍTULO V

As disposições da vontade que impedem a obtenção da verdade

Seria muito pouco se apenas os sentidos nos induzissem em erro. De facto, embora sejam evidentes os seus erros, temos à disposição um remédio para nos exprimirmos com precaução a respeito das coisas percebidas pelos sentidos e para examiná-las repetidas vezes antes de estabelecermos os nossos juízos. Há, porém, outra causa que, de um modo tanto mais dissimulado quanto mais eficaz, afasta o ser humano da verdade, induzindo-o em erro. São desta natureza as disposições do espírito. Com efeito, quando a mente percebe as coisas sensíveis, quer sejam boas ou más, origina-se um certo movimento do espírito²⁶² associado a uma grande excitação dos nervos e ao fluxo sanguíneo, denominado “disposição”, que acompanha tanto o prazer como a dor.

²⁶² Esta disposição de espírito denomina-se “desejo”. Porém, relativamente às coisas desprovidas de matéria, o desejo chama-se “vontade”.

[196] Mirabile dictu est quam ualide quamque celeriter hi adfectus, si sunt uehementes, hominem transuersum agant. Quod usu exploratum est. Hi primo mentem impediunt, ne accurate examinet ea de quibus deliberare debet. Ex quo consequitur ut ideas obscuras adquirat et iudicando fallatur. Deinde quaedam ut amemus efficiunt, quaedam uero refugiamus quae non debemus. Nam, non secus ac microscopia, et ea quae placent et displicent, ampliant, dilatant adeo, ut mens tali fulgore percussa iudicet esse bonum aut malum, quod re uera non est. Id tam multis argumentis effici^[1] potest, ut copia me inopem faciat. Pauca tamen addam; in ceteris moneo ut unusquisque se ipsum consulat, si enim suas actiones odoretur et aestimet pro merito, exempla nimis multa reperiet.

I. Praecipuus adfectuum fons, ex quo omnes dimanant, est, ut scite Aristoteles, immodicus amor quo unusquisque se amat, quam “philautiam” nominamus, quare philautia haberi debet parens errorum, quia a uoluntate oriuntur. Amamus uehementer nos nostraque omnia, dicta, facta, cogitata. Nec aliquid tam gloriosum de ullo homine praedicare posse putamus, quod non de nobis potiori iure dici debere iudicemus. Hic adfectus quasi morbus quidam non semidoctos modo, sed etiam doctissimos aliquando peruasit.

Cicero, quamlibet munitus^[2] praeceptis seuerioris philosophiae, magnifice de se sentit, et rerum a se gestarum praedicationem texit perpetuo. Adeo ut Lucceium rogarit ut ea ornaret uehementius, quam fortasse sentiret, et in eo historiae leges negligeret.²⁶³ Verius dixerimus ueteres omnes, qui aliqua laude nobiles exstiterunt, nimis appetentes fuisse gloriae, et nihil aliud desiderasse nisi ut res suae ab aliis praedicarentur. Cuiusmodi, ut alios praeteream, fuere Themistocles, duo^[3] Magni, Alexander, et Pompeius; Scipio Africanus, M. Varro, C. Trebonius. E recentioribus plurimi eruditi idem peccatum peccarunt. Quod nobilis auctor Menckenius singulari libro ostendit.²⁶⁴ Immo obscurissimi scriptores eamdem saepe tibiam inflant, ut de se, non sine aliorum contemptu, perpetuo loquantur, suaque etsi [197] leuissima impudentiuscule extollant. Qui adfectus iudicandi aciem omnino retundunt.

II. Hinc et illud existit, ut de rebus iudicium faciamus non prout re sunt, sed pro modo quo nos adficiunt. Itaque quae nobis conuenire putamus, bona, pulchra, iusta, quae non conuenire, e contrario iudicamus. Amicos suos, coniunctos, praeceptores, populares, plurimi ita extollunt, ut nihil sanctius, nihil eruditius, nihil omni laude

²⁶³ Cicer., *Ad Familiares* lib. V, epist. 12.

²⁶⁴ In libro inscripto *Charlatanaria Eruditorum*, 8.

^[1]effici *R²LNV*] confici *R¹* ^[2]munitus *R²LNV*] institutus *R¹* ^[3]duo Magni *R²LNV*] Magnus *R¹*

[196] É coisa digna de se dizer quão grandemente e quão rapidamente estas disposições, se forem intensas, afastam o ser humano do recto caminho, como a experiência ensina. Em primeiro lugar, elas impedem o espírito de examinar cuidadosamente as coisas sobre as quais deve deliberar, de onde resulta que ele adquire ideias obscuras, sendo por isso induzido em erro quando ajuíza. Por outro lado, elas são a causa de darmos apreço a certas coisas e de recusarmos outras que não devíamos recusar. Não sucede de modo diferente quando os microscópios ampliam e aumentam de tal modo as coisas que causam agrado ou desagrado que a mente impressionada por tal esplendor ajuíza que é bom ou mau o que realmente não é. Isto pode demonstrar-se por tantos argumentos que pelo seu grande número sou incapaz de referi-los. Acrescento, no entanto, umas poucas coisas e quanto às outras aconselho que cada um as examine por si próprio, pois, se explorar as suas faculdades e as avaliar adequadamente, descobrirá numerosos exemplos.

I. A fonte principal das disposições do espírito, da qual todas dimanam, como habilmente afirmou Aristóteles, é o amor descomedido com que cada um se ama a si próprio, denominado “filúcia”; por isso, a filúcia deve considerar-se a origem dos erros que procedem da vontade. Amamo-nos a nós próprios com veemência e amamos todas as nossas coisas proferidas, efectuadas ou pensadas. E não consideramos poder dizer-se algo tão excelente a respeito de uma pessoa que não pensemos dever afirmar-se com maior legitimidade de nós próprios. Esta disposição de espírito propaga-se como uma doença não apenas aos semidoutos, mas também por vezes aos muito instruídos.

Cícero, dotado dos ensinamentos mais severos que possam imaginar-se sobre a filosofia, opinou com magnificência a respeito de si próprio e proclamou constantemente as suas acções, a ponto de Luceio lhe ter perguntado por que motivo as elogiava mais ardentemente do que acaso se apercebia e por que razão desprezava as leis da história.²⁶³ Dir-se-ia com maior veracidade que todos os antigos que se tornaram célebres por algum mérito foram demasiado cobiçosos de glória, desejando apenas que as suas acções fossem elogiadas pelos outros. Omitindo outros, estão neste caso Temístocles, os dois Magnos (Alexandre e Pompeu), Cipião, o “Africano”, Marco Varrão, Caio Trebónio. E entre os modernos, muitíssimos eruditos cometeram a mesma falta, como demonstra o bem conhecido autor Menchen numa obra notável.²⁶⁴ E também autores muito obscuros tocam muitas vezes a mesma tibia, como se discorressem continuamente sobre si próprios não sem menosprezo dos outros, elogiando com insolência os seus méritos, [197] ainda que sejam insignificantes. São estas disposições do espírito que embotam a penetração do juízo.

II. Resulta de tudo isto que ajuizamos sobre as coisas não como elas são realmente, mas como nos afectam. Deste modo, o que nos traz conveniência consideramo-lo bom, belo e justo, e o que não nos traz proveito consideramo-lo de modo inverso.

²⁶³ Cícero, *Ad Familiares*, liv. V, carta 12.

²⁶⁴ No livro intitulado *Charlatanaria Eruditorum*, 8.

cumulatius ne cogitari quidem posse censeant.^[1] Si quem uero eorum errata notantem audiunt, ei mala omnia imprecantur et quasi hominem superis inuisum, reipublicae perniciosum, noua atque nefaria facinora molientem adeo auersantur, ut nihil ultra.

III. Apertius id uidetur in iis^[2] qui alicui sectae nomen dederunt. Quis enim ei philosopho dixerit doctorem eius errasse? Quis persuaserit debere eum praeceptoris sententias ad aliorum doctorum lumen reuocare? Vulgatum illud est Auerroësi, qui, cum Aristotelem interpretaretur, hoc dicere non dubitarit: “Aristotelis doctrina est summa ueritas, quoniam eius intellectus fuit finis intellectus humani, quare bene dicitur de illo quod ipse fuit creatus et datus nobis a diuina prouidentia, ut non ignoremus possibilia sciri”.²⁶⁵ Et alio loco:²⁶⁶ “Nullus eorum”, inquit,^[3] “qui secuti sunt eum usque ad hoc tempus, quod est mille et quingentorum annorum, quidquam addidit, nec inueniens in eius uerbis errorem alicuius quantitatis”.

Haec homini ethnico, tam^[4] rudi aetate scribenti et qui bonos auctores non legerat, condonari possunt, at in uiris catholicis, et in hac Europae luce, ferenda non sunt. Audiui ego peripateticum dicentem ueteres episcopos a prima usque Ecclesiae aetate Aristotelem quasi normam disputandi, etiam in rebus fidei, habuisse, nec latum unguem ab eius^[5] sententiis recessisse. Neque adfirmare dubitarim plurimos etiam nunc in eadem haeresi, quamuis occultius, permanere.

III. Quidam tanto amore Antiquitatis tenentur,^[6] ut id solum laudabile putent quod in ueteribus codicibus inuenitur. Id uiris cetera eruditissimis et moderatissimis euenisse est certum, philologis, et criticis praesertim, qui, cum libros [198] illustrent, ea in singulis^[7] periodis uidere sibi uidentur quae reapse non uident. Grotius, magnus homo, Sacram Scripturam dilucidans, grauissimorum ethnicorum sententias de iure naturae et gentium omnino expressas in^[8] ea uideri existimat. Alii in ethnicorum libris loquentem Moysen reperiunt. Quae uiri alii bene^[9] periti, et praeiudiciis non occupati, in iis non cerni adseuerant.

Fuere interpretes qui Bibliorum libros explanantes,^[10] quasdam sententias ad Aristotelis placita reuocare non dubitarunt. Quidam etiam in utroque Testamento logicam Aristotelis felici sidere inuenit. Plurimi e diuerso nihil nisi recentiorum doctrinam crepant, uetera omnia, quasi manifesto falsa,^[11] contemnunt, immo ueterum^[12] libros ne legunt quidem. Nempe imbuti iis^[13] opinionibus quas hauserunt, id solum uident, in reliquis sunt caeci.

²⁶⁵ Auerroës, in *Destructorio*, diss. 3.

²⁶⁶ Auerroës, *Praefatio in Physicam Aristotelis*.

^[1]censeant. *R²LNV*] dicant. *R¹* ^[2]iis *R²LNV*] illis *R¹* ^[3]inquit *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[4]tam ... aetate *R²LNV*] in illa aetate *R¹* ^[5]eius *R²LNV*] illius *R¹* ^[6]tenentur *R²LNV*] occupantur *R¹* ^[7]singulis periodis *R²LNV*] illis *R¹* ^[8]in ea *R²LNV*] ibi *R¹* ^[9]bene periti *R²LNV*] oculatissimi *R¹* ^[10]explanantes *R²LNV*] explicantes *R¹* ^[11]falsa *R²LNV*] essent falsa *R¹* ^[12]ueterum *R²LNV*] ueteres *R¹* ^[13]iis ... uident *R²LNV*] illis opinionibus quas acceperunt, haec solum uident *R¹*

Muitos exaltam de tal forma os amigos, os parentes, os mestres, os patrícios que nada mais venerável, nada mais douto, nada mais digno de todo o louvor pensam poder conceber-se; se, porém, ouvirem alguém censurar os seus erros, imprecam contra ele todas as calamidades e desprezam-no sobremaneira como uma pessoa odiosa para os deuses, perniciosa para o Estado e maquinando inauditos e abomináveis crimes.

III. Isto parece mais evidente naqueles que atribuíram um nome a uma escola. Quem poderia dizer a esses filósofos terem cometido erros os seus mestres? Quem poderia persuadi-los de que deviam submeter a exame as opiniões de um mestre segundo o parecer de outros mestres? É bem conhecido o dito de Averróis que ao interpretar Aristóteles não duvidou afirmar: “A doutrina de Aristóteles é a suprema verdade, pois a sua inteligência foi o limite da inteligência humana, e por isso se afirma adequadamente acerca dele ter sido criado e ter-nos sido outorgado pela divina providência para não ignorarmos o que é possível conhecer-se”;²⁶⁵ e noutro lugar:²⁶⁶ “Nenhum daqueles – declara – que veio depois dele até aos tempos actuais, isto é, durante mil e quinhentos anos, lhe acrescentou coisa alguma nem descobriu nas suas palavras o mais pequeno erro”.

Podem desculpar-se estas palavras a um pagão por ter escrito numa época tão inculta e por não ter lido os bons autores, mas aos varões católicos nesta Europa das luzes não podem tolerar-se. Eu ouvi um peripatético dizer que desde os primeiros tempos da Igreja os antigos bispos consideravam Aristóteles, mesmo em questões de fé, como norma das suas discussões e que não se afastavam das suas opiniões nem sequer uma unha. E eu não teria dúvidas em afirmar que muitos perseveraram actualmente na mesma heresia, embora de um modo mais dissimulado.

IV. Alguns dão tanto apreço à Antiguidade que julgam ser apenas digno de louvor o que se encontra nos códices antigos. Isto é indiscutível ter ocorrido com varões muito eruditos e muito sensatos, sobretudo letrados e críticos que [198] ao explicarem os livros lhes pareceu verem em cada um dos períodos coisas que realmente não viram. Pensa Grócio, uma pessoa ilustre, ao interpretar a Sagrada Escritura, que as opiniões dos pagãos mais dignos de consideração sobre o direito natural e o das gentes lhe pareciam estar totalmente nela expressas. E outros imaginaram Moisés exprimindo-se nos livros dos pagãos. Mas outros varões muito experimentados e não influenciados por preconceitos asseveram não reconhecerem neles essas coisas.

Houve intérpretes que ao explicarem os livros da Bíblia não duvidaram em atribuir certas doutrinas a Aristóteles. E um deles até descobriu afortunadamente em ambos os Testamentos a lógica de Aristóteles. Ao contrário, muitos deles apenas repetem a doutrina dos modernos e desprezam como manifestamente falsas todas as coisas antigas, e, mais que isso, nem sequer lêem os livros dos antigos. Certamente, estando eles impregnados das opiniões que beberam, apenas delas se apercebem, sendo ignorantes a respeito dos outros assuntos.

²⁶⁵ Averróis, *Destructio*, dissert. 3.

²⁶⁶ Averróis, Prefácio à *Física* de Aristóteles.

V. Hinc et illud existit ut qui talibus opinionibus tenentur nihil rectum putent,^[1] nisi quod ex illis fontibus dimanat. Haec constanter et pertinaciter tumentur, respuunt cetera tamquam falsa et damnosa. Verentur scilicet, ne inconstantiae aut erroris notam subeant, et laudem, quam tantis sudoribus compararunt, ingenua erroris confessione perdant. Haec philautia homines prohibet ne uerum peruestigent, quod in senibus multo magis, quam in adolescentibus, usu uenit.

VI. Hinc eorum^[2] qui in contraria sententia sunt scripta aut omnino non legunt, aut oscitanter legunt, quod si paullo adtentius examinant, id^[3] eo consilio faciunt ut eorum sententias confutent. Quotus enim quisque est, eorum etiam, qui magno supercilio recentiorum sententias uituperant, qui Cartesium, qui Gassendum, qui Malebranchium, qui Libnizium, qui Wolfium, quique ceteros philosophos acutissimos peruolunt, non potius aliorum fide condemnet? Quot uero sunt qui clarissimi Newtoni sententiam de *adtractione* corporum repudiant, qui tantum philosophum ne intelligunt quidem?

Iam uero ii qui aduersariorum scripta peruoluunt, nonne uidemus quam maligne quamque inuidiose illorum sententias traducant? Quot falsa iis^[4] adfingant de quibus ne somniant quidem? Quam crudeliter in mortuos saeuant, quorum, si uiui essent, uel solum conspectum uererentur? [199] Patriam, mores, religionem etiam accusant aduersariorum. Si qua uero ab illis recte^[5] ac subtiliter dicta offendunt, aut tacent, aut ueluti inepta explodunt, aut ad prauum sensum contorquent, quae, si suorum fautorum essent, summis laudibus ferrent in caelum.

VII. Hinc illud dissentendi studium et inexplicabilis quaedam rixandi cupiditas, quae homines non nullos agit, ut nil tam firmum tamque perspicuum habeatur, quod ii^[6] non suis disputationibus debilitare et obscurare conentur. Hi enim, quasi ad discordiam nati essent, omnia ad disputationis trutinam uocant,^[7] et si forte in proposita materia argumenta non habent, illico quaerunt, an coniunctum, an separatum genus syllogismi faciant. Sunt philosophi qui, tradituri adolescentibus alicuius scientiae rudimenta, eos primum doceant certare uerbis et impudentiuscule garrere, quam aliqua praecepta tradant quae pueros ad ipsa penetralia scientiae perducant. Alii ne ipsam quidem Dei existentiam, clarissimam^[8] sane et perpetua saeculorum traditione firmatam, sine clamore et altercatione recipiunt. Pleni exemplorum sunt libri, quae facile foret proferre, nisi res esset notissima.

^[1]putent *R²LNV*] existiment *R¹* ^[2]eorum *R²LNV*] illorum *R¹* ^[3]id eo *R²LNV*] hoc *R¹* ^[4]iis *R²LNV*] illis *R¹* ^[5]recte *R²LNV*] ingeniose *R¹* ^[6]ii *R²LNV*] illi *R¹* ^[7]uocant *R²LNV*] reuocant *R¹* ^[8]clarissimam sane *om. R¹*

V. Além disso, também existe quem defenda tais opiniões, pensando ser apenas verdadeiro o que dimana daquelas fontes. Eles sustentam constantemente e com pertinácia essas coisas, recusando outras como falsas e nocivas. Seguramente, eles temem incorrer no labéu da inconsequência ou do erro e de ficarem privados, por um reconhecimento sincero dos seus erros, do renome adquirido com tanto esforço. Esta filúcia impede os seres humanos de investigar a verdade, e ela verifica-se muito mais nos idosos que nos jovens.

VI. Por outro lado, muitos dos que têm uma opinião diferente ou não lêem de todo os escritos ou lêem-nos com negligência, pois, se os examinassem um pouco mais atentamente, tomariam a decisão de refutar as suas próprias opiniões. E sendo tão pequeno o número dos que criticam com grande sobrançeria as doutrinas dos modernos, dos que revolvem constantemente Descartes, Gassendi, Malebranche, Leibniz, Wolff e outros filósofos muito perspicazes, por que não censuram eles de preferência a convicção dos outros? E quantos existem que rejeitam a doutrina do ilustríssimo Newton sobre a atracção dos corpos e que nem sequer compreendem tão grande filósofo?

A respeito dos que revolvem os escritos dos opositores, porventura não nos apercebemos de como eles expõem de um modo mesquinho e invejoso as suas opiniões? E quantas falsidades lhes atribuem, sobre as quais eles nem sequer haviam sonhado? E como maltratam desumanamente os seus mortos, dos quais, se fossem vivos, eles teriam temor apenas pela sua presença? [199] Eles também incriminam a pátria, os costumes e a religiosidade dos opositores. Se, porém, ficarem descontentes com alguma opinião proferida convenientemente e com perspicácia por eles, ou guardam silêncio, ou a rejeitam como inábil, ou a alteram segundo um sentido vicioso; mas se ela fosse dos seus seguidores, elevá-la-iam aos céus com os mais altos encómios.

VII. Deve também referir-se o empenho em ser de opinião diferente e uma certa inexplicável paixão em disputar que induz algumas pessoas, a ponto de nada existir tão indubitável e tão evidente que elas não empreendam debilitar e obscurecer com as suas disputas. Elas comportam-se como se houvessem nascido para a discordância, submetendo todas as coisas à balança da disputa; e, se porventura não possuírem argumentos sobre a matéria proposta, procuram imediatamente saber se devem construir um silogismo conjuntivo ou disjuntivo. Eles são filósofos que, tendo de ensinar aos jovens os rudimentos de alguma ciência, ensinam em primeiro lugar como alterar com palavras e tagarelar com impudência em vez de transmitirem alguns ensinamentos que conduzam os jovens ao próprio santuário da ciência. E outros nem sequer aceitam sem clamor e sem vociferarem a própria existência de Deus, decerto muito evidente e confirmada pela tradição ininterrupta dos séculos. Os livros estão cheios destes exemplos, que seria fácil referir, se o assunto não fosse muito conhecido.

VIII. Provém daqui aquela insolência insuportável pela qual as pessoas atribuem de tal modo a si próprias uma supremacia nas belas-letas que rebaixam a erudição dos outros nos restantes estudos ou, se têm por eles consideração, com a mesma facilidade com que procedem desse modo desprezam-nos na sua presença. “É costume

VIII. Hinc intoleranda illa nascitur superbia qua homines adeo principatum sibi tribuunt in litteris, ut uel aliorum eruditionem in aliis studiis minuant; uel, si iis^[1] parcunt, in ea tamen facultate quam tractant, omnes prae se contemnant. “Est mos hominum”, inquit Cicero “ut nolint eumdem pluribus rebus excellere”.²⁶⁷ Hic autem mos ad nostram usque aetatem peruenit. Iurisperitus, exempli gratia, si theologum de Iure uel Publico, uel Priuato disputantem audit, plerumque deridet. Scilicet Iurisprudencia ei^[2] solum qui doctoris insignibus decoratur est peruia, ceteros a se repellit. Theologus uero, etiamsi^[3] iurisconsultum laudet, tamen nefarium scelus putat, si ille de Sacra scientia quidquam delibat. Quasi leges Caesarum non ex Sacris Litteris et Ethica disciplina illustrentur, aut quasi Sacrorum statuta canonum non principum constitutionibus adiuuentur. Atque haec nominatim de philautia et eius contrario odio, ad quos quia reliqui adfectus reducuntur, de iis dicemus pauca.

[200] VIII. Zelotypia uero quae mala non in societate humana progenerat! Ad quot ineptias non impellit uiros fortissimos! Amans nimia philautia ductus putat amasiae beneuolentiam unice deberi sibi, se eum esse quem uenusti uultus feminae omnes debeant amare et reliquos omnes contemnere. Iccirco iniuriam sibi fieri, nisi solus ametur, ac iure se in riuales saeuire posse. Hac insania actus facile sibi persuadet quicumque amasiam intuetur esse riualem, praeponi alterum sibi et ab utroque maximam sibi iniuriam irrogari. Hinc in tot pueriles ineptias incidunt qui tali adfectione tenentur, ut rideantur merito. Interdum uero res eas faciunt et dicunt quas dementes ipsi uix per furorem cogitent.

X. Iam spes et multo magis desiderium quid non in mortalium pectore turbant! Quam distrahunt mentem, ne ea, quae sunt, aduertat! Qui cupiunt et sperant, ipsi sibi somnia fingunt: haec amant, haec adorant, nihil praeterea uident. Hinc facile putant ea se habere quae sperant: palpatoribus aures praebent, iis credunt et mire falluntur. Paralysi uel hydrope laboranti dicat aliquis circulator habere se remedium exquisitum quo eos unius diei curriculo liberet a morbo; ut mille homines grauissimi ostendant fieri non posse, aegroti uerum esse putabunt.

XI. At Ambitio nonne uidemus quam uehementer homines torqueat, eosque cogat indecora multa, et quae dignitatem hominis imminuant, sine ullo pudore efficere? Hic adfectus latius panditur^[4] quam uulgo putatur, et studiose curant homines ut eum aliis et aliis nominibus obscurant, ne probro et risui pateant.

²⁶⁷ In *Bruto*, cap. 21.

^[1]iis *R²LNV*] illis *R¹* ^[2]ei *R²LNV*] illi *R¹* ^[3]etiamsi *R²LNV*] tametsi *R¹* ^[4]panditur *R²LNV*] exporrigitur *R¹*

dos homens – afirma Cícero – não desejarem exceder apenas um homem em muitas coisas”.²⁶⁷ Este costume chegou até à nossa época. Por exemplo, um juriconsulto, se ouvir um teólogo discorrer sobre direito público ou privado, escarnece dele a maior parte do tempo. Seguramente, a jurisprudência é apenas acessível àquele que é distinguido com as insígnias de mestre e repele os outros de si. Porém, um teólogo, embora elogie um juriconsulto, julga ser um crime abominável se ele provar alguma coisa sobre a ciência sagrada. Da mesma forma, as leis dos Césares não são explicadas com base nas Sagradas Escrituras e na ciência da Ética, e o que está estabelecido nos sagrados cânones não é auxiliado pelas constituições dos príncipes. Sobre estes assuntos, designadamente sobre a filúcia e o seu contrário, o ódio – aos quais se reduzem as outras disposições do espírito – irei dizer poucas coisas.

[200] IX. A zelotipia, que desventuras não causa na sociedade humana! A quantas loucuras não impele os varões mais virtuosos! O amante, induzido por uma filúcia desmedida, julga ser devida apenas a si a afeição da mulher amada, por ser aquele que todas as mulheres de semblante sedutor devem amar, desprezando todos os outros. Ele considera por isso ser-lhe feita injúria se não for apenas ele o amado, e poder legitimamente ficar furioso com os rivais. Induzido por esta insânia, ele facilmente se convence de que todo aquele que olhe para a mulher amada é seu rival, de que um outro é o preferido e de que lhe é infligida por ambos a máxima injúria. Deste modo, caem em tantas inépcias pueris aqueles que são subjugados por essas disposições do espírito que merecidamente se tornam dignos de escárnio. E por vezes eles fazem e dizem certas coisas que os próprios dementes dificilmente pensariam em estado de delírio.

X. Por outro lado, a esperança, e muito mais o desejo, como eles perturbam o espírito dos mortais! Como eles alienam a mente de modo a ela não se aperceber das coisas que existem! Aqueles que desejam e esperam inventam sonhos para si próprios, amam certas coisas, veneram outras e nada vêem excepto elas. Deste modo, eles julgam facilmente possuir as coisas que esperam, tomam em consideração os aduladores, acreditam neles e são grandemente induzidos em erro. E a quem sofrer de paralisia ou de hidropisia dirá algum charlatão possuir ele um remédio excelente com o qual num só dia o libertará da doença, e, ainda que um milhar de pessoas muito penetrantes demonstre não poder isso suceder, os doentes julgarão que é verdadeiro.

XI. Mas porventura não nos apercebemos de como a ambição mortifica intensamente as pessoas e as constringe a realizar sem nenhum pejo muitas acções indecorosas que rebaixam a dignidade humana! Esta disposição do espírito revela-se mais amplamente do que vulgarmente se pensa, e as pessoas ocupam-se com diligência em dissimulá-la com diversas denominações para não ficarem expostas à vergonha e ao escárnio.

²⁶⁷ No *Brutus*, cap. 21.

Sunt qui honores se ambire dicunt, ut coniunctis sint praesidio. Hi ambitionem suam titulo “pietatis” celant. Alii paullo callidiores clamitant perpetuo non commissuros se ut ad honores euehantur, quia omnino digni non sunt. Hi nempe sperant facile se hac arte ad aliquod fastigium prouehi posse. En ambitio nomine “contemptus honorum” inuoluta. Qui in aulis regum uersantur plerique eam specioso nomine tegunt “obsequii”. Nimirum laudant hi perpetuo facta et dicta eorum ab quibus fortunas sperant, et memores Terentiani effati “Obsequium amicos, ueritas odium parit”, imperant sibi omnia adsentari et omnia pro ueris [201] habere. Quae consuetudo iudicium corrumpit et aciem iudicandi retardat.

“Hinc (ut monet uir clarissimus) laudationes euasere adeo communes et tam promiscue congeruntur in omnes, ut iam dici nequeat quid sit de laudatis sentiendum. Vbinam ille contionator qui hominum non audiat in *Gazeta* eloquentissimus? Qui auditores ipsa doctrinae sublimitate non rapiat in admirationem sui? Quicumque moritur pietate insignis est. Triobuli scriptores uel uolumina conflare possunt, si in unum compingunt amicorum elogia adeo ut in hac profusissima laudum sine delectu distributione mirum sit aliquos inueniri qui tam cupide illas appetant, collatasque tanto studio colligant atque conseruent”.²⁶⁸ Quisque prudens haec pro sua sapientia ad eos quos nouit, applicet.

XII. Simillima huic est auaritia, quae quam mentem obtuderit hominum, quot bella in omni mundi aetate suscitavit, quot regna solitaria fecerit et deserta, historia luculenter ostendit. Sane qui tali adfectu aguntur, uix aut ne uix quidem uerum audire, ne dum ratione comprehendere et adtente considerare possunt.

XIII. *Timor* etiam mirabilia phaenomena in hominum animis progenerat. Qui nimio timore corripuntur uix unquam res, prout sunt, intelligunt, putant se uidere quod non uident, et perpetuo male ratiocinantur. Hinc tot portenta in ethnicorum historiis se offerunt quae ex hoc fonte fluxere, quod populi, a sacerdotibus decepti, sibi persuasere deos immortales uisibili supplicio poenas de scelere esse sumtuos. Et motis semel in religionem animi, facile fuit ut existimarent quaecumque minus ordinaria eueniebant, uel Lunae aut Solis defectionem, uel ouum solito maius,^[1] uel serpentem domi et id genus ineptias, haec, inquam, esse ostenta, quibus dii illi sui iram et indignationem declararent.

²⁶⁸ Auctor *Artis Cogitandi*, Part. III, cap. 20, p. m. 252.

^[1]maius *R²LNV*] maiorem *R¹*

Há alguns que afirmam ambicionar as honrarias para prestar auxílio aos parentes, mas eles dissimulam a sua ambição com o nome de “piedade”. Outros um pouco mais astuciosos proclamam continuamente que não hão-de recorrer ao patético para obter as honrarias por serem totalmente indignos delas. Decerto, estes esperam poder facilmente ser bem sucedidos com essa astúcia até chegarem ao nível social mais elevado. Eis a ambição dissimulada na denominação de “desprezo das honrarias”. Quanto aos que residem nos palácios dos reis, a maioria deles dissimulam-na com o nome pomposo de “obséquo”. Decerto, eles louvam continuamente os feitos e as sentenças daqueles de quem esperam riquezas e – lembrando-se do dito de Terêncio “o obséquo obtém amigos, e a verdade o ódio” – prescrevem a si próprios aprovar continuamente todas as coisas e considerá-las todas verdadeiras. [261, aliás 201] Este hábito corrompe o juízo e impede a penetração do raciocínio.

Adverte um varão muito instruído: “Atribuem-se elogios tão triviais e outorgam-se tão indistintamente a todas as pessoas que já não se sabe dizer o que deve pensar-se dos elogios. Onde há um orador que não ouça falar na *Gazeta* do mais eloquente dos homens? E quem não arrebate na admiração por si próprio os ouvintes pela excelência da sua doutrina? Todo aquele que falece é insigne pela sua virtude. Os autores de pouco valor podem estar mencionados em livros, se alguém os escrever com os elogios dos amigos. Aliás, nesta distribuição desenfreada de elogios sem discernimento é surpreendente encontrar alguns que os desejam avidamente, e examinam e respeitam com grande dedicação os que lhes são concedidos”.²⁶⁸ Qualquer um que seja sensato aplica, segundo a sua aptidão, estas coisas àqueles que conhece.

XII. Semelhante à ambição é a avareza, que embota tanto a mente dos seres humanos quanto originou discórdias no mundo em todas as tempos e quanto dividiu e separou os reinos, como a história demonstra com clareza. Sem dúvida, os que são impelidos por tal disposição do espírito dificilmente ou nem sequer dificilmente podem conhecer a verdade e muito menos compreendê-la pela razão e examiná-la atentamente.

XIII. Também o temor origina no espírito dos seres humanos fenômenos dignos de admiração. Os que são perturbados por excessivo temor dificilmente entendem alguma vez as coisas como elas são realmente, pois julgam ver o que não vêem e raciocinam mal continuamente. Proporcionam-se por isso tantas coisas assombrosas, emanadas daquela fonte, nas histórias dos pagãos que os povos induzidos em erro pelos sacerdotes se persuadem de que os deuses imortais hão-de assumir com evidente suplício as penas devidas ao crime. E uma vez agitados os espíritos com o temor religioso, foi fácil eles pensarem que qualquer coisa natural que ocorresse – como um eclipse da Lua ou do Sol, ou um ovo fora do comum, ou uma serpente em casa e inépcias deste género – era uma coisa prodigiosa pela qual os deuses manifestavam a sua ira e indignação.

²⁶⁸ O autor de *A Arte de Pensar*, 3ª parte, cap. 20, p. 252.

Sed et apud nostros quam multae fabulae timore nascuntur! Qui timent, ipsi noctium occursacula, bustorum spectra horrenda dictu se uidere adseuerant. Quaecumque noctu audiuntur lemures sunt. Si qua femina annosa et pannosa [202] occurrit, haec scilicet prae se fert mirificam potestatem^[1] daemonas pro lubitu reuocandi, male faciendi cui uelit et impune hominem occidendi, et sexcenta huiusmodi nugacissima, quae, nisi terrore correpti aut fatui, numquam adfirmabunt.

XIII. Ira quam praecipites det homines, nullus non sentit. Haec mentem animi retundit, oculos ipsos occaecat, ut nihil tam absonum aut dici aut cogitari possit quod iracundus homo in ipso furore non faciat, adeo ut sui compotem pudeat aliquando talia patrasse. Hinc animus tam uehementer percellitur, uix ut possit recte de rebus iudicare, sed quae obstant, maiora, cetera multo minora esse existimat; iccirco deteriorem partem eligit semper. Quare si rationem subducimus, inuenimus mortalium calamitates maiores ab iracundia profectas esse.

His breuiter perlustratis, manifestum fit eos animi motus qui rationem perturbant (omnes enim perturbant) compesci oportere, et philosophi esse curare, ne adfectionibus ullis agitemur, sed serenam mentem habeamus, si recte et sapienter cupimus iudicare. Nam ut nauis in medio mari uehementibus et contrariis acta uentibus, neque cursum tenere neque portum petere potest, sic animus noster adfectionibus iis,^[2] quasi uento, circumactus, uix unquam ueritatem, quo tendit, consequetur. Iccirco memoriae mandate hunc

CANONEM

Ne, dum adfectu aliquo occupati estis, iudicetis, quod si iudicastis, rem iterum ad examen uocate; tum demum libere, et re accurate perpensa, pronuntiate.

CAPVT VI

De fallaciis mentis, quae obstant, ne uerum inueniamus

Sed etiam mens nostra caussam domesticam habet multorum errorum in quos frequentissime delabimur, qui ueri^[3] adsecutionem mirabiliter retardant. Hos ut uitemus, [203] necesse est caussas pernoscere et alta mente defigere, quo facilius eas, cum occurrerint, declinemus. Nos eas ad tres classes non incommode reuocamus, tarditatem nostram, methodum^[4] peruersam et praeiudicia, quas eodem ordine explicabimus.

^[1]potestatem *R²LNV*] facultatem *R¹* ^[2]iis *R²LNV*] illis *R¹* ^[3]ueri *R²LNV*] ueritatis *R¹*
^[4]methodum peruersam *R²LNV*] methodi defectum *R¹*

Também nos nossos dias que enorme quantidade de fábulas se originam no temor! Os que temem asseveram terem visto fantasmas nocturnos, espectros provindos dos túmulos, coisas medonhas para se exprimirem por palavras. Qualquer coisa que se ouça durante a noite é uma alma errante. Se aparecer uma mulher velha e encarquilhada, [202] ela manifesta certamente o admirável poder de esconjurar pela sua vontade os demónios, de fazer mal a quem desejar, de causar a morte impunemente a uma pessoa. E eles apresentam numerosas frivolidades deste género, o que jamais fariam se não estivessem perturbados pelo temor ou se não fossem insensatos.

XIV. Ninguém desconhece como a ira torna as pessoas irreflectidas. Ela embota de tal forma a mente e turva o entendimento que nada pode dizer-se ou pensar-se tão incongruente que uma pessoa irascível não realize enquanto dominada pelo furor, a ponto de por vezes ter vergonha de levar a cabo essas coisas perante pessoas que estão senhoras de si. O espírito é, assim, agitado com tanta veemência que dificilmente é capaz de ajuizar com segurança sobre as coisas, pensando serem em maior número as que põem impedimento à ira e as outras em muito menor número, pelo que escolhe sempre a pior parte. Por isso, se nos servirmos da razão, concluímos que os maiores infortúnios dos mortais se originam na irascibilidade.

Examinados com brevidade estes assuntos, torna-se evidente ser necessário reprimir os impulsos do espírito que agitam a razão (e todos eles a agitam), sendo próprio do filósofo cuidar para não sermos perturbados por nenhuma disposição do espírito, mas para possuímos uma mente serena, se desejarmos ajuizar convenientemente e judiciosamente. Na verdade, tal como um navio no meio do mar, impelido por ventos impetuosos e adversos, não pode manter a rota nem chegar ao porto, do mesmo modo o nosso espírito, deixando-se conduzir por aquelas disposições do espírito, como se elas fossem o vento, dificilmente alguma vez alcançará a verdade para a qual ele propende. Devemos por isso memorizar este

CÂNONE

Enquanto estiverdes possuídos por alguma disposição do espírito, não ajuizeis; e se ajuizastes, examinai de novo o assunto; por último, exprimi-vos livremente quando o assunto estiver ponderado com diligência.

CAPÍTULO VI

Os enganos da mente que impedem a descoberta da verdade

Há ainda uma causa particular pela qual o nosso espírito incide em muitos erros, em que caímos com muita frequência, impedindo admiravelmente a obtenção da verdade. Para os evitarmos, [203] é necessário conhecer as suas causas e tornar penetrante a nossa mente para com maior facilidade lhes pormos impedimento quando ocorrerem. Reduzo adequadamente essas causas a três categorias: a lentidão do nosso espírito, o método vicioso e os preconceitos. Vou expô-las pela mesma ordem.

I

Prima ac potissima caussa, propter quam fallimur iudicantes,^[1] est ipsa mentis nostrae natura, quae et intelligendi facultatem angustis limitibus habet definitam, et illa ipsa, quae intelligit, tam obscure intelligit, uix ut credi possit. Id, si cognitiones nostras diligentius examinamus, planissime^[2] deprehendemus.

Nam mens nostra, etiamsi^[3] habitat in corpore, tamen ignorat plane mirabilem fabricationem corporis, cerebri praesertim. Non quod minime sit ad cognoscendum idonea, nam si ei alienum cerebrum obiicitur et partes sunt conspicuae, perfecte cognoscit, sed hoc nomine tantum, quia Deus noluit animum res pernoscere nisi per sensus.

Deinde non adsequitur naturam rerum quantumlibet uulgarium, exempli gratia nequit constituere, an corpus partes infinitas habeat, an secus; quae sit natura Solis, Lunae, Stellarum, tum earum quae “uagae”, tum quae inerrantes dicuntur; postremo, an in astris sint animantia, et eiusmodi sexcenta. Vt mittam in praesentia res quae fieri possunt a Deo, de quibus nugacissima multa fabulatur schola, quae omnino intelligi, ne dum definiri, nequeunt.

Verum haec tarditas et imbecillitas prorsus emendari non potest; unum adhibere possumus remedium, studiose cauere ne ea definiamus, ad quae inuestiganda omnino apti non sumus. Harum autem duae sunt classes: una earum rerum quae intelligentiam nostram superant, ut natura^[4] diuinarum proprietatum, itemque res omnes possibiles, quae nec rationibus naturae nec diuina locutione finiri^[5] possunt et explicari. Altera est rerum quae intelligi eae^[6] quidem possunt, uerumtamen^[7] caremus necessariis praesidiis quibus ad earum cognitionem perueniamus, ut eae^[8] sunt quas paullo ante nominauimus, tum etiam historiae antiquissimae, et huiusmodi infinita.^[9] Et haec de prima caussa.

[204]

II

Altera uero caussa est methodus^[10] peruersa. Haec latissime patet, et ex ea plurimi errores et infinita mala nascuntur. Principio quidam tortuosam et dirutam uiam insistentes, ad finem sibi propositum non perueniunt, sed frequenter labuntur; immo quo plus in eadem progrediuntur, eo magis a ueritate deflectunt. Frequentissime hunc scopulum uiri^[11] quidam litterati offendunt.

I. Sunt homines qui, etiamsi^[12] mathematicas disciplinas non callent, tamen de philosophorum recentiorum scriptis iudicium faciunt confidenter audentque plurima

^[1]iudicantes *R²LNV*] iudicando *R¹* ^[2]planissime deprehendemus. *R²LNV*] planum fiet. *R¹* ^[3]etiamsi *R²LNV*] tametsi *R¹* ^[4]natura ... possibiles *R²LNV*] diuinae proprietates, resque omnes possibiles *R¹* ^[5]finiri *R²LNV*] definiri *R¹* ^[6]eae *R²LNV*] illae *R¹* ^[7]uerumtamen *R²LNV*] adtamen *R¹* ^[8]eae *R²LNV*] illae *R¹* ^[9]infinita. *R²LNV*] sexcenta. *R¹* ^[10]methodus peruersa. *R²LNV*] methodi defectus. *R¹* ^[11]uiri quidam *R²LNV*] homines *R¹* ^[12]etiamsi *R²LNV*] tametsi *R¹*

I

A primeira e a principal causa em virtude da qual somos induzidos em erro ao ajuizar é a própria natureza da nossa mente que pelas suas limitações não apenas possui uma capacidade diminuta para entender, mas também, quando entende, entende de modo tão obscuro que dificilmente pode acreditar-se. Se examinarmos com maior diligência os nossos conhecimentos, depreendemos com clareza que isso acontece.

Na verdade, o nosso espírito, embora habite um corpo, ignora totalmente a admirável estrutura do corpo, sobretudo a do cérebro. Não significa isto de modo algum que ele não seja capaz de conhecer – pois se lhe for apresentado um cérebro de outrem conhece perfeitamente as partes visíveis –, significando apenas que Deus não desejou que o nosso espírito conhecesse as coisas a não ser pelos sentidos.

Além disso, o espírito não conhece a natureza das coisas, ao contrário do que é comum afirmar-se; por exemplo, ele não pode estabelecer se um corpo tem partes em número ilimitado ou de modo diferente, qual seja a natureza do Sol, da Lua, das estrelas, quer das que se dizem “errantes”, quer das fixas, e, por último, se nos astros existem seres animados e inumeráveis coisas deste género. Omito de momento as coisas que podem ser criadas por Deus, a respeito das quais a Escola inventa muitas frivolidades que não podem de modo algum entender-se e muito menos explicar-se.

A referida lentidão do espírito e a sua debilidade não podem modificar-se totalmente; podemos, porém, fazer uso de um recurso, o de evitarmos com empenho não definir as coisas a respeito das quais não possuímos aptidão para investigá-las. Estas coisas são de duas espécies: uma é a daquelas que superam a nossa inteligência, como a natureza dos atributos divinos e também todas as coisas possíveis que não podem definir-se e explicar-se nem pela razão natural nem pela palavra divina; a outra é a daquelas que podem certamente entender-se, contudo, estamos desprovidos dos auxílios necessários com os quais possamos chegar ao seu conhecimento, como são as mencionadas um pouco anteriormente, as histórias muito antigas e outras coisas semelhantes em número infinito. Isto, a respeito da primeira causa.

[204]**II**

A outra causa é o método vicioso. Ele manifesta-se extensamente, originando-se nele muitos erros e inumeráveis inconvenientes. Alguns, persistindo num método complicado e desordenado, não alcançam a finalidade que se propuseram, caindo com frequência em erro, e, mais que isso, quanto mais prosseguem com o mesmo método tanto mais se afastam da verdade. Sucede com muita frequência que alguns críticos colidem com este escolho.

I. Há pessoas que, embora desconheçam as matemáticas, ajuízam audaciosamente sobre os escritos dos filósofos modernos e ousam lucubrar sobre muitos assuntos

in physica lucubrare. Sunt qui sacra Biblia interpretantur, quin Graece et Hebraice sciunt; quin ullam historiae Iudaicae et Profanae notitiam^[1] habeant; qui plane hospites sunt in critica arte. Sunt qui Romanas leges e superiori loco exponunt, qui nulla Romanae^[2] historiae notitia tincti sunt, nec ethices et politices rudimenta uel summis labiis degustarunt. Sunt qui pontificium ius, qui sacram scientiam docent, quin unquam Patrum scripta peruoluerint et Ecclesiae ueterem disciplinam examinerint. Postremo, ut reliquos omittam,^[3] sunt medici qui infinitam morborum uarietatem quae^[4] corpus humanum exercet se curaturos esse sibi persuadent, qui unquam humani corporis uiderint sectionem. Hi omnes, quia quae necessaria sunt ignorant, paucos in his disciplinis habebunt progressus.

II. Alii uero, tametsi recta pergunt, tamen in contrarium uitium incurrunt. Nimirum cum aueant^[5] omnia scire et praeter ceteros laudari, res plane diuersas eodem tempore legunt, cumque minime indocti uideri cupiant, indoctissimi prae ceteris sunt. Etenim mens nostra,^[6] quae uix aliquam disciplinam perfecte arripit,^[7] dum plura simul legit, nihil penitus ac profunde cognoscit, adeoque non nisi confusas ideas acquirit, et ea de causa in iudicando decipitur.

III. Postremo sunt alii qui, cum animum ad aliquam disciplinam applicant, utiliora relinquunt, iisque immorantur quibus satius esset abstinere. Vt ii qui, dum Aristotelem explicant, meliores libros praetereunt, abstrusiores uero, uel potius eos qui nulla arte sanari possunt, examinant; et [205] laborant multum de uoce “entelechia”, de^[8] idea abstracta “materiae”, “formae”, “priuationis”, et his similibus nugis. Tum et ii qui Caesaris *Commentarios* exempli gratia exponentes, ex quibus prudentia incredibilis et maxime militaris comparari potest, occupantur toti uerborum elegantia; et ex hac laude, quae cum pistoribus et coquis sua^[9] aetate erat communis, uirum clarissimum metiuntur.

His accensendi sunt quidam uiri docti qui eruditionem reconditam eam quidem, sed inutilem et inanem,^[10] studiose perquirunt et uenditant. Vt illi qui de numero pyramidum, de hieroglyphicis et pictura Aegyptiorum, de poësi ac^[11] musica Hebraeorum, de diphthongis Latinorum, plurimis uerbis disputant; et huius generis ineptiis de quibus philologi praesertim et Grammatici altercantur inter se ritu mulierum. Vt mihi talia consideranti, frequenter ueniat in mentem illud Athenaei: “Exceptis medicis, nihil grammaticis esse stultius”.

III. His denique addit amicus noster eos^[12] qui nouitatis studio adeo delectantur, ut, nisi noua et inaudita proferant,^[13] putet se esse expungendos ab albo eruditorum. Quae insania quot philosophos, cetera acutissimos et eruditissimos, transuersum egerit,^[14] et proximo saeculo uidimus et etiam in praesenti uidemus.

^[1]notitiam *R²LNV*] eruditionem *R¹* ^[2]romanae historiae *R²LNV*] historiae romanae *R¹* ^[3]omittam *R²LNV*] praetermittam *R¹* ^[4]quae ... exercet *R²LNV*] qui corpus humanum frequenter exercent *R¹* ^[5]aueant *R²LNV*] habeant *R¹* ^[6]nostra *R²LNV*] *om. R¹* ^[7]arripit *R²LNV*] tenet *R¹* ^[8]de idea ... priuationis *om. R¹* ^[9]sua *R²LNV*] ea *R¹* ^[10]inanem *R²LNV*] otiosam *R¹* ^[11]ac musica *R²LNV*] *om. R¹* ^[12]eos *R²LNV*] illos *R¹* ^[13]proferant *R²LNV*] producant *R¹* ^[14]egerit *R²LNV*] abriperit *R¹*

da Física. Há pessoas que explicam a Bíblia sagrada sem saberem grego e hebraico, sem possuírem qualquer conhecimento da história judaica e da profana e são totalmente ignorantes da arte crítica. Há pessoas que expõem a legislação romana com sobrançeria sem estarem impregnadas de nenhuns conhecimentos da história romana e sem terem sequer tocado ao de leve os rudimentos da ética e da política. Há pessoas que ensinam o direito pontifício e a ciência sagrada sem nunca terem lido os escritos dos Padres e sem terem examinado os antigos ensinamentos da Igreja. Por último, omitindo outros, há médicos que se persuadem de que hão-de curar inumeráveis diversidades de doenças que afectam o nosso corpo sem nunca terem visto uma secção do corpo humano. Todos estes, por ignorarem o que é necessário saber, farão poucos progressos nestas ciências.

II. Outros, porém, ainda que prossigam o caminho da verdade, incorrem no erro oposto. Quando eles desejam conhecer com veemência as coisas e ser elogiados mais que os outros, examinam ao mesmo tempo assuntos totalmente diferentes e, embora não desejem de modo algum parecer ignorantes, são os mais ignorantes de todos. Com efeito, o nosso espírito, que dificilmente adquire perfeitamente algum conhecimento enquanto se ocupa simultaneamente de muitas coisas, nada conhece em profundidade e na totalidade, obtendo por isso apenas ideias confusas, sendo, por conseguinte, induzido em erro ao ajuizar.

III. Por último, há quem, dedicando-se firmemente a uma disciplina, ponha de lado o que é mais útil, detendo-se nos assuntos dos quais seria preferível abster-se, como aqueles que ao exporem Aristóteles desprezam os melhores livros, examinam os mais abstrusos ou preferentemente os que de modo algum podem ser corrigidos [205] e cultivam intensamente a palavra “enteléquia”, as ideias abstractas de “matéria”, de “forma”, de “privação” e outras ninharias semelhantes. E há ainda aqueles que ao exporem, por exemplo, os *Comentários* de César – pelos quais podem adquirir-se conhecimentos inacreditáveis, sobretudo militares – se ocupam inteiramente com a elegância do estilo e avaliam um varão muito ilustre com base nos elogios que no seu tempo era comum atribuir aos padeiros e aos cozinheiros.

A estes devem acrescentar-se certos varões doutos que procuram com empenho e apregoam uma erudição recôndita, mas inútil e sem valor, como aqueles que discorrem servindo-se de muitas palavras sobre o número das pirâmides dos Egípcios, sobre a poesia e a música dos Hebreus, sobre os ditongos dos Latinos e sobre inépcias deste género, acerca das quais disputam entre si à maneira das mulheres, sobretudo os letrados e os gramáticos, de tal modo que, ao reflectir sobre isso me vem à mente com frequência o dito de Ateneu: “Exceptuando os médicos, nada é mais insensato que os gramáticos”.

IV. Por último, um amigo meu acrescenta a todos estes os que se comprazem a tal ponto com as novidades que, se não publicarem coisas novas e inauditas, julgam deverem ser eliminados do rol dos eruditos. Quantos letrados, aliás muito perspicazes e muito instruídos, esta insânia afastou do recto caminho, como verificámos no século passado e como também verificamos no século actual.

III

Tertia errorum caussa sunt praeiudicia, seu anticipata iudicia, quae mens nostra de aliquis rebus facit, ex quibus fit^[1] ut cetera iudicia plane similia formemus, nec libere et ex merito de re ulla iudicemus. Nam cum homines a prima aetate aduerti sint alios audire qui eorum^[2] animis rerum quarumdam species imprimunt, facile sibi persuadent esse uera quae audiunt, et eam fidem talibus adiungunt, ut difficulter in contrariam partem torqueri possint. Ex quo infinita errorum seges progerminat. Itaque incredibilis^[3] praeiudiciorum multitudo quae homines tenet, ad praeiudicium auctoritatis reuocatur; si pauca demas quae in adultis hominibus uel odio, uel amore nascuntur.

I. Ac primo parentum auctoritas est filiis norma [206] iudicandi et plurium errorum caussa. Parentes enim filios a prima aetate ineptis praeiudiciis imbuunt, quae nutrices confirmant indesinenter; cumque tenelli^[4] animi usu rationis non ualeant et in iudicando minime sint exercitati, persuadere sibi non possunt se a parentibus esse deceptos; iccirco mirandum in modum falluntur. Hinc spectra et laruae et lemures et uirtutes herbarum ac medicamentorum et circulatorum miracula et nugacissima cetera, quae infelicium puerorum aures pulsant, usque adeo ut uiri facti, et ab eruditissimis uiris admoniti, iis^[5] se praeiudiciis uix ullo tempore liberare^[6] queant.

Deinde plerique omnes parentes filios suos molliter tractant et genio indulgere sinunt, quod sibi persuadent, si secus facerent, maximum damnum eos esse facturos. Hinc pueri in uoluptates corporeas saepissime immerguntur, praesertim cibi et ueneris, quae et mentis acumen retundunt et memoriam debilitant et hominem ita agunt transuersum, ut uix unquam aliquid serio et meditate cogitare et examinare possit. Sic enim habetote, adolescentes, nullam capitaliorem pestem uel corpori uel animo obtingere, quam corporis uoluptates, quae non solum fabricationem hominis sensim labefactant, sed, cum maiores ac longiores sunt, omne animi lumen extinguunt. Plures enim exstructae mensae, plures frequentes poculi, plures ipsa uenus, quam pestis, quam bellum, tollit e mundo.

Hinc iidem parentes plerumque filios a litteris repellunt, ne eorum sanitati noceant. Quod si ad aliquam disciplinam adiungunt, studiose curant ne ii sese in studia immergant, idque hac^[7] de caussa quod studiorum cursus et longus est et intricatus, nec facile mens humana ex iis^[8] se laqueis potest expedire.

^[1]fit *R²LNV*] et illud existit *R¹* ^[2]eorum *R²LNV*] illorum *R¹* ^[3]incredibilis *R²LNV*] illa *R¹* ^[4]tenelli *R²LNV*] tenelli illi *R¹* ^[5]iis *R²LNV*] illis *R¹* ^[6]liberare queant. *R²LNV*] denudent. *R¹* ^[7]hac de caussa *R²LNV*] hoc nomine *R¹* ^[8]iis *R²LNV*] illis *R¹*

III

A terceira causa de erros são os preconceitos, ou juízos formados antecipadamente, que o nosso espírito estabelece sobre algumas coisas, de onde resulta formarmos outros juízos inteiramente semelhantes e não ajuizarmos livremente e segundo o mérito de coisa alguma. Com efeito, quando os seres humanos se acostumaram desde a mais tenra idade a ouvir os outros, que incutem nos seus espíritos as ideias de certas coisas, facilmente se persuadem de ser verdadeiro aquilo de que ouvem falar, concedendo-lhes tanta credibilidade que dificilmente poderão ser dissuadidos em sentido oposto. Origina-se, assim, uma grande quantidade de erros. Por isso, o inacreditável grande número de preconceitos que subjuga o ser humano reduz-se ao preconceito da autoridade, exceptuando poucas coisas que nas pessoas adultas se originam no ódio ou no amor.

I. Em primeiro lugar, a autoridade dos pais é para os filhos a norma do ajuizar [206] e a causa de muitos erros. Os pais inculcam nos filhos desde a mais tenra idade preconceitos que as amas consolidam indefinidamente; e como os espíritos débeis não possuem ainda o uso da razão e não estão de modo algum habituados a ajuizar, não podem persuadir-se de que são induzidos em erro pelos pais, sendo por isso enganados de um modo espantoso. Daí os espectros, os fantasmas, os lémures, as virtudes das ervas, as mezinhas, os milagres dos charlatães e outras frivolidades que agitam os ouvidos das pobres crianças de tal forma que feitas homens e mesmo aconselhadas por pessoas muito instruídas dificilmente em tempo algum poderão libertar-se dos preconceitos.

Por outro lado, quase todos os pais se comportam para com os seus filhos com brandura e aceitam ser indulgentes com o seu temperamento, persuadindo-se de que, se procederem de modo diferente, lhes há-de suceder um enorme prejuízo. Por isso, as crianças entregam-se muitíssimas vezes aos prazeres corpóreos, principalmente ao prazer da comida e ao prazer venéreo, que embotam a agudeza do espírito e debilitam a memória, afastando de tal modo o ser humano do recto caminho que dificilmente ele poderá pensar e examinar alguma coisa com seriedade e ponderação. Por isso, caros jovens, considerai que não ocorre nenhuma doença contagiosa mais nociva, quer do corpo quer do espírito, do que a dos prazeres corpóreos, que não apenas debilitam gradualmente a estrutura do ser humano, mas, quanto maiores e mais continuados forem, extinguem toda a luz do espírito. E quantas calamidades e discórdias originaram no mundo muitas iguarias descomedidas, muitos estados de embriaguez e muitos prazeres venéreos.

Por vezes, os pais afastam os filhos das belas-letas para elas não prejudicarem a saúde. E, se os filhos se aplicarem a alguma disciplina, cuidam diligentemente para que eles não se mortifiquem com os estudos, dado ser extensa e dificultosa a sua duração e a mente humana não poder libertar-se facilmente desses enredos.

Parece-me, porém, que estes pais erram por duas razões. Em primeiro lugar, por afirmarem continuamente que os estudos são prejudiciais à saúde. Na verdade, se

Hi autem duplici nomine mihi uidentur errare: primum, quod constanter defendunt studia officere sanitati. Nam si eorum qui litteris in aliqua ciuitate student, tum indoctorum numerum inimus et rationem habemus, multo plures senes in monasteriis et uniuersitatibus studiorum, habita ratione numeri, reperiemus, quam in reliqua ciuitate. Deinde quod contendunt disciplinas omnes obscuras esse et difficilis perceptionis,^[1] cum id non nisi in paucis sit uerum. Et potius methodo, quam rebus ipsis, uitio tribuatur.

[207] Alii uero filios suos nimis dure excipiunt et nimio rigore obtundunt. Quare filii male educati, atque ab omni iudicandi praesidio imparati, uel nesciunt recte cogitare, uel coguntur eorum asperitate et exemplis perpetuo male ratiocinari. Quae quidem consuetudo temporis progressu altera natura est, et ex ea pleraque omnia falsa iudicia proficiscuntur.

Hinc, parentibus auctoribus, diuersas in republica professiones amplectuntur, et animum ad aliquam artem adiungunt, prius quam intelligant an apti sint qui in ea cum laude se^[2] exercent. Quod in caussa est cur ea^[3] saepissime sequantur ad quae eos non fert animus, et uel inertia uel tarditate perpetuo in errore uersentur.

Offendimus saepissime praeceptores disciplinis excolendis parum aptos, qui si militari disciplinae uel alteri arti reipublicae utili se^[4] dedissent, fortasse ad aliquam praestantiam peruenissent. Contra plurimi in rem militarem incumbunt, qui multo felicius litteris darent operam, et iis^[5] qui e superiori loco docent nullo negotio anteponerentur. Quare consultius foret singulorum propensionem prius explorare^[6] quam ad certa studia animum applicarent.

II. Parentibus succedunt praeceptores, qui mirificis sententiis frequenter imbuunt puerulos, et auctoritate sua continent ne alias disciplinas quam, quas ipsi callent, ediscant.

Peripateticus doctor clamat fuitiles et infirmas esse Recentiorum disciplinas. Artem Criticam, Historiam Naturae, Geometriam, Arithmeticam, Mechanicam, et his similia, nugae puerorum esse putat, hominesque his disciplinis illustres non secus ac insanos exsibilat. Contra uero uniuersalia, et signa et syllogisticam et topica et ingentem sputatilarum quaestiuncularum turbam, quam “Physicam”, et “Metaphysicam” inscribit, ubique crepat, atque iis philosophicae scientiae limites omnino definiri contendit. Quinimmo interdum nouam puerorum animis religionem incutit, ne ii^[7] Mathematicam uel Physicam disciplinam addiscant, neue ea quae rata et fixa ipse habet, uocent ad examen.

Puellus hisce admonitionibus innutritus praeceptoris sui pronuntiata ueneratur et osculatur, existimatque nihil praestantius posse cogitari. Praeclara aliorum inuenta, quasi merae nugae essent, auersatur; et, uel solo audito nomine [208] recentiorum

^[1]perceptionis *R²LVN*] intellectus *R¹* ^[2]se exercent. *R²LVN*] se exercent an non. *R¹* ^[3]ea *R²LVN*] illa *R¹* ^[4]se dedissent ... praestantiam *R²LVN*] uacassent, ad aliquam fortasse praestantiam *R¹* ^[5]iis *R²LVN*] illis *R¹* ^[6]explorare *R²LVN*] excutere *R¹* ^[7]ii *R²LVN*] ipsi *R¹*

entre aqueles que se aplicam às belas-letas numa cidade estabelecermos o número de ignorantes e os tivermos em consideração, encontraremos proporcionalmente muitíssimos mais anciãos nos mosteiros e nas universidades que nas restantes cidades. Além disso, por eles sustentarem que todas as disciplinas são obscuras e de difícil compreensão, o que é apenas verdadeiro em muito poucas, devendo isso imputar-se mais ao vício do método que aos próprios assuntos.

[207] Outros, no entanto, procedem demasiado severamente para com os seus filhos e comportam-se com excessiva austeridade. Por isso, os filhos, educados deficientemente e desprovidos de toda a capacidade de ajuizar, ou não sabem pensar convenientemente ou são coagidos pela severidade dos pais e pelos seus exemplos a raciocinar continuamente mal. Com o decorrer dos tempos, este hábito torna-se certamente uma outra natureza, originando-se nela a maior parte dos falsos juízos.

Deste modo, quando esses pais forem mestres, dedicam-se a diversos ofícios no Estado e apaixonam-se por alguma arte antes de examinarem se possuem aptidão os que a exercem com aplauso. A causa disto está em que, por eles procurarem atingir muitíssimas vezes essas coisas a que não os compelia o espírito, também por indolência ou estupidez viviam continuamente em erro.

Sou muitíssimas vezes malvisto pelos preceptores com pouca aptidão para o cultivo das ciências, os quais se se aplicassem à ciência militar ou a outro ofício útil para o Estado, alcançariam talvez algo eminente. Ao invés, muitos que se dedicam a assuntos militares deviam prestar muito maior atenção e ser mais hábeis nas belas-letas, não sendo, assim, facilmente preteridos pelos que ensinam com sobrançeria. Seria por isso mais prudente indagar primeiramente sobre a propensão de cada um antes de aplicar o espírito a certos estudos.

II. Aos pais seguem-se os preceptores, que inculcam frequentemente no espírito das crianças opiniões espantosas e as impedem pela sua autoridade de aprenderem outras disciplinas que não sejam aquelas que eles conhecem perfeitamente.

Um mestre peripatético proclama que são fúteis e sem valor as disciplinas dos modernos. E ele pensa que são ninharias de crianças a Arte Crítica, a História da Natureza, a Geografia, a Aritmética, a Mecânica e outras disciplinas semelhantes, apupando as pessoas ilustres nestas disciplinas como se elas fossem dementes. Pelo contrário, ele faz estrépito por toda a parte com os universais, os sinais, a silogística, a tópica e um grande número de questiúnculas dignas do maior desprezo, que denomina “Física” e “Metafísica”, pretendendo fixar inteiramente com esses temas os limites da ciência filosófica. Além disso, ele incute por vezes um insólito escrúpulo religioso no espírito das crianças para elas não aprenderem as disciplinas da Matemática ou da Física, ou para não levantarem questões sobre assuntos que ele próprio estabeleceu e determinou.

A criança, educada com estas advertências, reverencia e apaixona-se pelos ensinamentos do seu preceptor, considerando nada poder pensar-se mais excelente. As invenções notáveis dos outros são por ela desprezadas como se fossem meras ninharias, abomina as doutrinas dos modernos [208] pela simples audição do seu

systematum, exhorrescit; iccirco disciplinarum fontes ignorat nec aliquid eruditis auribus dignum aut cogitare potest aut emittere. Itaque grandior factus, et ipse alios eodem lacte enutrit, et inscitiam tanto labore propagat, quanto opus non esset ut in optimis disciplinis clarissimus haberetur.

Haec causa fuit cur disciplinae grauiore per tot saecula in sordibus iacuerint, nimirum quia praeceptores, qui doctissimi putabantur, uiris equisque contendebant ne pueri ueteres magistros desererent neue aliquid nouum, quod in illis non esset, cogitarent. Dolebant siquidem homines huiusmodi quod iuniores eos doctrina superarent, et ambitiose curabant ne gloriam illam quam tot laboribus ipsi essent consecuti, noua ista doctrina ac docendi^[1] uia labefactaret. Itaque confidenter opponebant plurimas haereses etiam melioris philosophiae ope in theologia suscitari, atque argumento isto ab inuidia ducto, falso illo quidem sed cum plauso recepto, aliorum inuenta immo etiam ingenium perdiderunt.²⁶⁹

Ex hac uero institutione nimis multa praeiudicia nascuntur quae ex adiunctis personarum et librorum desumi solent. Quis enim, inquirunt, non ea faciat, aut esse uera putet,^[2] quae ab homine aetate prouecto fiunt? quae ab eo, qui pietatem erga Deum uel habet, uel simulat? qui sapientiam et moderationem animi prae se fert? qui nobilitate, qui diuitiis, qui dignitate, qui honoribus ceteros antecellit? qui uitae genere, qui nomine, qui ingenio ab aliis discriminatur? quis putet hunc errare posse? Contra uero quis sibi persuadet aliquid egregium cogitari posse a iuue, aut a paupere eoque pannoso, nullis ornamentis, nullis dignitatis insignibus praeter ceteros noto? qui nihil expedite loquitur? qui uitae disciplina, qui uultu, qui gestu aliquid deforme ostentat?

Haec sunt communia praeiudicia auctoritatis quibus homines in omni uitae parte ducuntur. Non quod expresse hoc dicant: “Est diues, aut nobilis, aut senex; igitur errare non potest”, nam huiusce consecutionis uitium statim oculis obiicitur. Sed taciti ita sentiunt et constituunt, et quin [209] distincte cogitent de iis, ex diuturno usu audiendi et imprudenter cogitandi, impetu quodam naturae ad hanc regulam actiones suas conformant.

Adde huc eos qui ex librorum multitudine, magnitudine, titulis, raritate, pretio, uel auctoris uel possessoris eruditionem metiuntur. Nihil profecto frequentius non

²⁶⁹ De his in *Apparatu* nostro copiose disputauiimus.

^[1]docendi *R²LNV*] dicendi *R¹* ^[2]putet *R²LNV*] credat *R¹*

nome, desconhece os princípios das ciências e é incapaz de pensar ou de proferir algo que seja digno de espíritos esclarecidos. Deste modo, uma vez avançada em idade, alimenta também os outros com o mesmo leite, propugnando com tanto empenho a ignorância quanto não seria necessário para ser considerada muito ilustre nas melhores disciplinas.

Foi esta a causa por que as disciplinas mais severas jazeram por tantos séculos na barbárie, certamente porque os preceptores, considerando-se muito doutos, pretendiam por todos os meios que as crianças não desprezassem os antigos mestres e não pensassem em algo insólito que não estivesse neles. Tais senhores, com efeito, doíam-se de que os mais jovens os superassem na doutrina e aplicavam-se com empenho para que a reputação que haviam obtido com tantas canseiras não fosse abalada pelas novas doutrinas e pelo novo método de ensino. Eles propunham-se por isso suscitar audaciosamente muitas opiniões na teologia com recurso à melhor filosofia e, sendo este assunto originado na inveja – decerto sem fundamento, mas aceite com aprovação –, perverteram os inventos dos outros e, mais que isso, a inteligência.²⁶⁹ Originaram-se com base neste método muitíssimos preconceitos, que costumam ser considerados a respeito das circunstâncias das pessoas e dos livros. Na verdade – dizem eles –, quem não realiza ou quem não considera verdadeiras aquelas coisas que são realizadas por um ser humano avançado na idade; coisas realizadas por alguém que tem devoção a Deus ou a simula; que manifesta sabedoria e moderação de espírito; que em nobreza, que em riqueza, que em dignidade, que em honras excede os restantes; que pelo género de vida, que pelo nome, que pelo talento se distingue dos outros? Quem julgará que esta pessoa pode cometer erros? Inversamente, quem se persuade de que algo eminente pode ser pensado por um jovem ou por um mendigo e por um maltrapilho sem nenhuns adornos e sem nenhum mérito notável e mal conceituado perante os outros; que é incapaz de se exprimir expeditamente; que na disciplina da sua vida, que no semblante, que na maneira de proceder manifesta algo aviltante?

São estes os preconceitos comuns da autoridade, pelos quais os seres humanos são induzidos em toda a sua vida. Ainda que eles não afirmem expressamente “é rico, ou famoso, ou ancião, portanto, não pode cometer erros” – pois o vício desta consequência salta logo à vista –, pensam-no e estabelecem-no tacitamente e, [209] não raciocinando, embora, sobre essas coisas, contudo, em virtude do hábito diuturno de ouvir e de pensar irreflectidamente, conformam as suas acções a essa norma segundo um certo impulso natural.

Devem acrescentar-se neste lugar aqueles que avaliam a erudição pela quantidade de livros, pelo seu tamanho, pelos títulos, pela raridade, pelo preço, quer em relação ao autor quer ao possuidor. Nada ocorre certamente com maior frequência que este

²⁶⁹ Discorri copiosamente sobre este assunto no meu *Apparatus*.

apud ineruditos modo, sed etiam plerosque eorum qui in litteras incumbunt, quam hoc praeiudicium, occurrit.

Quis enim non nullis persuaserit copiosa illa uolumina Tostati, Abulensis episcopi, quae Sacram Scripturam exponunt, non dico Calmeto aliisque copiosioribus, sed ipsi Tirino et Menochio, ceterisque qui breuiter scripserunt, multis nominibus esse posthabenda? Quis historia et critices imperitus existimet Saliani *Annales Veteris Testamenti* sex magnis codicibus in folio, uti uocant, multo esse uiliores Petauii *Rationario*, aut Sigonii caeterorumque breuibis commentariis de Republica Hebraeorum? Quis casuistarum sibi persuadeat Leandri, Salmanticensium, aliorumque casuistarum ingentia uolumina, quae Moralem disciplinam tradunt,^[1] uel uni Antoine libello de re morali,²⁷⁰ ut alios taceam, locum dare debere? Ad haec quis recentioris physicae expers censeat, unius Newtoni codicem de Physica, eumque breuissimum, bibliothecas scholasticorum, Cartesianorum et Gassendianorum omnes, si quis rerum fontes et ordinem perpenderit, firmitudine,^[2] soliditate, utilitate superare? Idem de ceteris esto iudicium quae saepissime homines in errores inducunt.

Perpende cetera librorum adiuncta, idque libero iudicio plane deprehendes non tituli pompam, quae magnum quid polliceri uideatur, ut *Theatrum*, ut *Thesaurus*, ut *Polyantha*, ut *Encyclopaedia*, ut *Corpus Iuris Canonici* aut *Ciuilis*, non raritatem aut pretium librorum, non cetera huius farinae et nomen et aestimationem libris dare posse. Tamen ex hisce praeiudiciis plerique omnes semidoctorum [210] errores proficiscuntur. Quibus se illi egregie liberarent, si res merito suo, non ex aliorum opinionibus, iudicarent.

III. Iam cum homo ex praeceptorum disciplina excedit, incurrit in mores popularium, qui tantum abest iudicium expoliant, ut plerumque in errore confirmant. Cum enim erroribus quos cum primo lacte ebibimus non nisi meditatio accuratissima medeatur, et pauci sint qui primas ideas, qui uim uocum libero iudicio perpendant, ita^[3] fit ut maior pars hominum in erroribus pueritiae perseueret, et errore ac obstinatione sua populares suos obfirmet. Hinc populares eosdem plerumque mores habent, iisdem cibus libenter uictitant easdem opiniones fouent. Nec id solum in re leui, sed etiam in grauissimis negotiis et, quod plus est, in illo maximi momenti negotio quod spectat ad religionem.

Interrogas populum quid sit angelus: respondebit esse puerum alatum. Interrogas quid sit daemon: audies esse foedissimum hominem qui satyrum specie praefert.

²⁷⁰ P. Paullus Gabriel Antoine Societatis Iesu edidit *Theologiam Moralem Vniuersam*. 4. Huius postrema editio facta fuit Romae a Ioanne Generoso Salomonio, cura amici nostri Philippi de Carboneano, qui eam ubi necesse erat illustrauit, rursumque^[4] et tertio auctiorem edidit.

^[1]tradunt *R²LNV*] continent *R¹* ^[2]firmitudine *R²LNV*] certitudine *R¹* ^[3]ita fit *R²LNV*] existit *R¹* ^[4]rursumque ... edidit. *R²LNV*] om. *R¹*

preconceito, não apenas entre os ignorantes, mas também entre a maior parte dos que se dedicam às belas-letas.

Haverá alguém que não se tenha persuadido de que, em virtude da grande quantidade de nomes, deviam ser votados ao desprezo os volumes prolixos de Tostado, bispo abulense, que expõe a Sagrada Escritura? Não me refiro a Calmet, mas a Tirin, a Menochius e a todos os outros que escreveram concisamente. E qual é o ignorante da história e da crítica que considera serem os *Annales Veteris Testamenti* de Salian, em seis grandes tomos em in-fólio – como lhe chamam –, muito mais desprezíveis que o *Rationarium* de Petau ou que os breves comentários sobre o Estado dos Hebreus, de Sigonius e de outros? E qual é o casuísta que se persuade de que os enormes volumes de Leandro, dos Salmanticenses e de outros casuístas que ensinam a Ética, devem ser substituídos, omitindo outros, por um certo folheto de Antoine sobre moral?²⁷⁰ E, relativamente à física moderna, haverá alguém que, se examinar as causas e a ordem das coisas, desconhece que a obra de Newton sobre a Física, extremamente concisa, excede em consistência, em solidez e em utilidade todas as bibliotecas dos escolásticos, dos cartesianos e dos gassendistas? Deve pensar-se do mesmo modo sobre outros assuntos que muitíssimas vezes induzem as pessoas em erro.

Considerando com juízo isento outras circunstâncias acessórias dos livros, depreende-se com clareza que não é o aparato do título, ainda que pareça sugerir algo muito importante – como *Teatro*, *Tesouro*, *Polianteia*, *Enciclopédia*, *Corpo de Direito Canônico* ou *Civil* –, nem a raridade ou o preço dos livros, nem outras minúcias deste gênero que podem conferir aos livros a notabilidade e a estima. Contudo, origina-se nestes preconceitos a maioria dos erros dos semidoutos; [210] mas, se para seu benefício se libertassem deles dignamente, não ajuizariam segundo as opiniões dos outros.

III. Além disso, quando uma pessoa se afasta da doutrina dos preceptores, incorre nos comportamentos do vulgo, o qual está tão longe de aperfeiçoar o juízo que geralmente o consolida no erro. E como para os erros que bebemos com o leite materno apenas serve de medicina uma reflexão muito diligente, e como são poucos os que ponderam com juízo isento as primeiras ideias e a capacidade expressiva das palavras, sucede que a maior parte das pessoas persevera nos erros da infância e fortifica com o erro e a sua obstinação os erros do vulgo. Encontram-se por isso na maior parte dos comportamentos os mesmos erros do vulgo, nutrindo-se sem repugnância com os mesmos alimentos e sustentando as mesmas opiniões. Isso sucede não apenas em assuntos insignificantes, mas também em questões muito relevantes e acima de tudo no assunto da máxima importância relativo à religião.

Se perguntarmos às pessoas do povo o que é um anjo, elas darão a resposta que é uma criança com asas. Se lhes perguntarmos o que é um demônio, ouvi-las-emos

²⁷⁰ O padre Paul Gabriel Antoine, da Companhia de Jesus, publicou uma *Theologia Moralis Vniuersa*. A sua última edição foi realizada em Roma por Giovanni Generoso Salomone ao cuidado do meu amigo Filippo de Carboneano, que a esclareceu onde era necessário, tendo-a publicado de novo aumentada no terceiro livro.

Interrogos etiam quid sit Luna, quid Sol: audies esse animal quod uultu hominem refert, et his similia. Interrogos quid sit Deus: adhuc peiora accipies.

Quid? Eorum^[1] etiam qui uersantur in litteris plurimi amplexantur opiniones mirifice absurdas. Sunt qui sibi persuadeant se, modo sua in Deum peccata sacerdoti confiteantur et absolutionis uerba audiant, uere ab omni culpa liberari, nihil interim cogitantes an doleant de flagitiis commissis; constituentque firmissime se in posterum tempus innocenter uicturos. Horum quam frequens sit numerus, utinam ipsi non fuisset experti. Alii alia non minus noxia defendunt. Vere ut uidear mihi dicere, eorum qui dedita opera solidiori theologiae non uacant, paucos esse qui ueram religionis et modi colendi Deum habeant ideam; confusam plerumque et erroneam qui mordicus teneant, multos esse.

Femellae et indocti miraculo adscribunt quidquid non intelligunt, et in superstitionem facillime incidunt. Quod si aliquem tales ineptias ridentem audiunt, tamquam peruersum haeticum plenis buccis accusant. Fidei decreta seu articulos inepte explicant et intoleranda multa defendunt. Nimirum misera plebs religionem aliam sibi fingit diuersam [211] ab ea quam theologi et uiri sapientes habent. Cumque filiis et amicis easdem opiniones instillent, mirum non est, si praeiudicatae istae et ineptissimae opiniones tam late pateant, ut ciuitates, et regna peruadant.

Itaque tametsi homines liberaliter educati et qui uiris doctis ac piis familiariter usi sunt ab iisque haec saepe et multum audierunt puriorem religionis habent ideam, potior tamen hominum pars, id est feminae, plebei et rustici, purissimam religionis nostrae doctrinam uanis^[2] commentis et intoleranda superstitione contaminant. Ut uix ab eodem fonte quo nos, quae ipsi credunt, hausisse uideantur. Vel quia a nullo sacerdote religionis rudimenta rite acceperunt, uel quia eos pastores sortiuntur qui, pro dolor! germanam religionis ideam, ineruditi ipsi, nesciunt explicare.

Haec, quae in catholica et purissima religione tam sunt trita et uulgaria, apud heterodoxas gentes, quae ueritatis lumine non collustrantur, euenire mirum non est. Multa itaque ueteres Romani plebei pro ueris habebant quae doctissimi homines, si non publice, at priuatim damnabant. Multa nunc temporis apud Muhammedanos indoctos uigent quae politi eorum^[3] scriptores tamquam falsa reiiciunt.^[4] Nihil igitur agunt ii qui ex Muhammedanorum uulgarium superstitione illorum omnium religionem metiuntur. Nam multa illi quidem falsa defendunt (ut omnes defendunt qui a uera et catholica religione seiuncti sunt), at multa praeclara in eorum legimus auctoribus quae, si non nulli expenderent, abstinerent profecto a calumniis quibus

^[1]eorum etiam *R²LNV*] quod eorum *R¹* ^[2]uanis *R²LNV*] otiosis *R¹* ^[3]eorum *R²LNV*] illorum *R¹* ^[4]reiiciunt. *R²LNV*] explodunt. *R¹*

dizer que é um homem repugnante com aspecto de macaco. E, se lhes perguntarmos o que é a Lua e o Sol, ouvi-las-emos dizer que são animais que têm o aspecto de um homem, e coisas semelhantes. E, se lhes perguntarmos o que é Deus, ouvi-las-emos dizer coisas ainda mais disparatadas.

E que mais? Também muitos daqueles que se dedicam às belas-lettras admitem opiniões extremamente absurdas. Há quem se persuade de que, logo após terem confessado ao sacerdote os seus pecados contra Deus e ouvirem as palavras da absolvição, estão libertos de toda a culpa, não pensando por vezes se lamentam as torpezas cometidas e se decidem firmemente que hão-de viver depois honestamente. Quanto estes são em grande número, oxalá que não o soubéssemos. Outros defendem outras coisas não menos nocivas. De facto, como a mim me parece, entre aqueles que se ocupam de caso pensado da teologia mais consistente, poucos possuem uma ideia da verdadeira religião e do modo como se presta culto a Deus, havendo muitos em que persiste obstinadamente algumas vezes uma ideia confusa e errónea.

As mulherzinhas e os ignorantes atribuem a milagres tudo o que não entendem, caindo muito facilmente na superstição. E, se alguém que os ouça fazer troça dessas sandices, é acusado em altos gritos como herético perverso. Eles interpretam com inépcia as doutrinas ou os artigos da fé e defendem muitas coisas intoleráveis, certamente porque a plebe mísera inventa para si própria uma religião diferente [211] da dos teólogos e das pessoas sábias. E por eles inculcaram nos filhos e nos amigos as mesmas opiniões, não causa espanto que estes preconceitos e opiniões muito absurdas alastrem tão amplamente, difundindo-se pelas cidades e pelos reinos.

Deste modo, embora as pessoas instruídas à maneira de um homem livre possuam uma ideia mais correcta da religião – por terem recorrido frequentemente a varões doutos e virtuosos e ouvido deles muitíssimas vezes estas coisas –, contudo, a maior parte delas, isto é, as mulheres, os plebeus e os camponeses, corrompem com ficções fúteis e superstições intoleráveis a doutrina puríssima da nossa religião a ponto de dificilmente parecer terem bebido da mesma fonte que a nossa aquilo em que acreditam. Isso sucede quer por não haverem recebido segundo os ritos de nenhum sacerdote os rudimentos da religião, quer por terem preferência por pastores que, por serem ignorantes (oh dor!) não sabem explicar a verdadeira ideia da religião.

Estas coisas, que na católica e puríssima religião são tão conhecidas e comuns, não é surpreendente que também aconteçam em povos ortodoxos que não foram esclarecidos pela luz da verdade. Por exemplo, os antigos plebeus romanos consideravam verdadeiras muitas opiniões que pessoas muito doutas reprovam, se não publicamente, pelo menos em sua casa. E nos tempos actuais estão em vigor muitas doutrinas entre os maometanos sem instrução, que os seus autores, pessoas cultivadas, rejeitam como falsas. Portanto, nada estabelecem aqueles que com base na superstição dos maometanos vulgares avaliam a religião de todos eles. Na verdade, eles defendem muitas falsidades (como defendem todos os que estão apartados da verdadeira religião católica), mas podemos ler nos seus autores muitas coisas notáveis que, se alguns as examinassem, se absteriam certamente das falsas acusações com

Arabes prosequuntur et Hebraeos, quod etiam de haereticis dictum uolo. Contra uero imprudenter heterodoxi omnes sacrosanctam Christi religionem derident, propter superstitionem et imperitiam aliquorum qui ea fingunt et defendunt quae Romana Ecclesia non docet.

Ergo, ut hisce fallacis occurramus, sequentes canones, secundum ordinem errorum, constituendi sunt, et ea, quae praecipunt, seruanda.

[212] CANON I

Quae uires humanae mentis excedunt, ne uestigato operam enim perdes. Quae plane intelligi nequeunt,^[1] uitato. Possibiles res ne inuestigato.

CANON II

Via ac ratione studeto; clariora et faciliora prius ediscito ex quibus, quae consequuntur, dilucidentur. Plura simul ne addiscito, sed seorsum unamquamque et acerrime meditator. Inutilia et inania^[2] resecat, utilioribus uacato. Caueto ab studio nouandi; adtamen non seruuliter, sed libere iudicato.

CANON III

Caueto a praeiudicatis sententiis, quas uel usu domestico, uel scholae, uel populi comparasti. Singulas ideas et uoces ad examen reuocato, nec eis adsentitor quin prius intelligas ita se habere. Disciplinis, inuita^[3] Minerua, ne uacato. De aliorum opinionibus temere ne pronuntiato; nec ex turbae, sed ex optimatum sensu, res^[4] existimato.

CAPVT VII

De^[5] modo uerum certum experimentis consequendi

Quod si homines hisce canonibus recte uterentur, sensuumque et uoluntatis et mentis erroribus declinatis inuestigationi ueri^[6] unice se darent, dubium non est quin essent plurimas ueritates consecuturi, si non omnino clare, saltem eo modo quo in hac uita possunt adquiri. Nam, tametsi Deus homini^[7] non eam facultatem dedit^[8] quae satis sit ut omnia, ea praesertim quae ab ipsa natura inuoluta sunt, perspicue deprehendat, tantum tamen dedit quantum satis est ut plurima et pulcherrima consequatur, et ex eorum uestigatione ad ipsius Dei numinis incredibilem pulchritudinem contemplandam^[9] ducatur.

^[1]nequeunt *R²LNV*] non possunt *R¹* ^[2]inania *R²LNV*] otiosa *R¹* ^[3]inuita Minerua *R²LNV*] Minerua inuita *R¹* ^[4]res *R²LNV*] res omnes *R¹* ^[5]De modo ... consequendi *R²LNV*] Quo modo ueritatem certam experimentis captis adsequatur, ostenditur *R¹* ^[6]ueri ... darent *R²LNV*] ueritatis unice uacarent *R¹* ^[7]homini non *R²LNV*] non homini *R¹* ^[8]dedit *R²LNV*] dederit *R¹* ^[9]contemplandam ducatur. *R²LNV*] adsurgat. *R¹*

que os Árabes são incriminados, bem como os Hebreus, devendo afirmar-se o mesmo dos heréticos. Pelo contrário, todos os heterodoxos escarnecem com insolência da santa religião de Cristo em virtude da superstição e da ignorância de alguns deles, que inventam e defendem doutrinas que não são ensinadas pela Igreja Romana.

Portanto, para impugnar essas falácias devem estabelecer-se os seguintes cânones segundo a ordem dos erros, devendo também observar-se o que eles prescrevem.

[212] CÂNONE I

Não devemos indagar sobre aquilo que excede as capacidades da mente humana, dado esbanjarmos o nosso esforço. Devemos evitar totalmente o que não pode entender-se. Não devemos investigar as coisas possíveis.

CÂNONE II

Devemos aplicar-nos com método e empenho e aprender primeiramente o que é mais claro e mais fácil para com base nisso podermos esclarecer o que se segue. Não devemos aprender muitas coisas ao mesmo tempo, mas cada uma delas separadamente, devendo ser pensadas de modo penetrante. Devemos suprimir o que é inútil e frívolo e ocupar-nos do que é mais útil. Devemos evitar o desejo de inovar, embora sem servilismo, mas com julgamento livre.

CÂNONE III

Devemos evitar as opiniões preconcebidas adquiridas em virtude dos hábitos familiares, ou da escola, ou do povo. Devemos examinar cada uma das ideias e palavras, não lhes dando assentimento sem entender primeiramente o que elas significam. Não devemos dedicar-nos às ciências sem possuímos aptidão para elas. Não devemos exprimir-nos irreflectidamente sobre as opiniões dos outros nem ajuizar sobre as coisas segundo o parecer da multidão, mas daqueles que são mais excelentes.

CAPÍTULO VII

O modo de alcançar a verdade certa pela experiência

Se os seres humanos se servissem convenientemente dos cânones referidos e evitassem os enganos dos sentidos, da vontade e da mente, dedicar-se-iam especialmente à investigação da verdade, não podendo duvidar-se de que haveriam de alcançar muitas verdades, se não de modo totalmente claro, pelo menos segundo o modo que podem ser adquiridas nesta vida. Com efeito, embora Deus não tenha concedido ao ser humano a capacidade suficiente para conhecer com evidência todas as coisas, sobretudo aquelas que são obscuras por natureza, outorgou-lhe, no entanto, quanto basta para obter muitas e excelentes coisas e para pela sua investigação ser levado a contemplar a inconcebível perfeição da majestade divina.

[213] Primum igitur sensuum ope seu experientia plurimas ueritates intelligimus, uti supra docuimus. Experientia autem philosophis est cognitio acquisita ex constanti^[1] obseruatione eorum quae sensibus obuia sunt. Exempli gratia, experientia certus sum niuem refrigerare manum, ignem uero calefacere. Ideoque exsistentia et indiuidua corpora, quae sensus adficiunt, experientiae subiiciuntur; ea uero quorum notio nulla haberi potest per experientiam non constant.

Quoniam uero quae possunt cognosci, uel extra nos, uel in animo sunt, duplex est experientia, externa et interna. Per experientiam internam percipimus ea quae in animo eueniunt, id est, nos hoc uel illo modo percipere; haec et illa uelle, aut refugere. Itaque per sensum internum animaduerto, gustato sale, in animo meo exsistere adfectionem molestam, ex adpectu serpentis nasci sensum timoris, cetera. Haec alio nomine uocatur “conscientia”, seu “intimus sensus”. Experientia uero externa comparamus ea quae sensus externos mouent et adficiunt, exempli gratia “aquam madefacere”, “ignem adurere”.

Sed quoniam ea quae conscientia scimus possunt esse uel clara uel obscura, iccirco sedulo expendenda sunt, ne iudicando fallamur. Exempli gratia, scimus intimo sensu nos percipere dolorem, quo gradu uero, nisi postea quam id meditati sumus, nescimus. Itaque obseruandae quam^[2] diligenter sunt res, ne in cognoscendo decipiamur.

Quae uero sensibus externis percipimus reuocanda sunt ad ea quae supra diximus de sensibus.

I. Vt sensus sint integri et ualentes. Hinc qui icterico morbo adfecti sunt uident^[3] omnia flaua. Qui febri laborant amara omnia sentiunt.

II. Vt rem medullitus examinemus. Nam frequentissime euenit ut praecipitanter iudicantes aliud pro alio accipiamus.

III. Vt si uno sensu uerum adsequi non possumus, aliis eandem rem exploremus. Exempli gratia: arena quaedam alba saccharo tam est similis, ut nihil supra; uaria^[4] etiam genera pomorum uel ex massa amygdalina fabricata, uel ex cera, uel etiam ex succo pomorum niue durato, tam sunt similia ueris, ut oculati quique aestimantes decipiantur. Itaque uix unquam uisu alterum ab altero discernes, at facile discernes si utrumque degustes.

[214] IIII. Vt obiectum corpus et sit conspicuum, et non magno interuallo distet. Qui enim myopes sunt obiecta aliquanto remota aut omnino non uident aut tam confuse uident, ut ab aliis nequeant discernere. Presbytae uero facilius et clarius uident remotiora, quam proxima. Vtrique ergo instrumentis uitreis obiectum sibi

^[1]constanti *R²LNV*] *om. R¹* ^[2]quam *R²LNV*] *om. R¹* ^[3]uident ... flaua. *R²LNV*] ii quidem omnia flaua uident. *R¹* ^[4]uaria ... decipiantur. *R²LNV*] *om. R¹*

[213] Em primeiro lugar – com acima referi –, conhecemos muitas verdades por intermédio dos sentidos ou pela experiência. Para os filósofos, a experiência é o conhecimento adquirido pela continuada observação do que se apresenta aos sentidos; por exemplo, tenho a certeza por experiência de que a neve arrefece as mãos e de que o fogo as aquece, pelo que as coisas existentes e os átomos que afectam os sentidos se manifestam à experiência; mas as coisas a respeito das quais não pode possuir-se nenhum conhecimento não podem estar de acordo com a experiência.

Visto que aquilo que pode conhecer-se ou existe fora de nós ou no espírito, há por isso duas espécies de experiência, a externa e a interna. Pela experiência interna, percebemos o que acontece no espírito, isto é, percebemos deste ou daquele modo e desejamos ou recusamos estas ou aquelas coisas. Assim, tendo provado o sal, apercebo-me pelo sentido interno de que existe no meu espírito uma sensação desagradável; e quando vejo uma serpente, origina-se uma sensação de temor, etc. Este sentido chama-se, com uma denominação diferente, “consciência”, ou “sentido íntimo”. E pela experiência externa apreendemos as coisas que põem em movimento e afectam os sentidos externos; por exemplo, “a água humedece”, “o fogo queima”.

Mas dado poder ser claro ou obscuro o que conhecemos pela consciência, devemos examiná-lo cuidadosamente para que ao ajuizarmos não sejamos induzidos em erro; por exemplo, conhecemos pelo sentido íntimo que possuímos uma percepção da dor, mas qual seja a sua intensidade não o sabemos a não ser após reflectirmos nisso, devendo, portanto, para não nos enganarmos ao conhecer, ser examinadas as coisas com diligência.

O que percebemos pelos sentidos externos deve ser relacionado com aquilo que anteriormente afirmei a respeito da percepção sensível.

I. Os sentidos devem estar vigorosos e saudáveis. Os que sofrem de icterícia vêem tudo amarelo e os que têm febre percebem tudo como amargo ao gosto.

II. Devemos examinar as coisas em profundidade, pois acontece com muita frequência ajuizarmos precipitadamente, tomando uma coisa por outra.

III. Se apenas com um dos sentidos não pudermos alcançar a verdade, devemos investigá-la servindo-nos dos outros. Por exemplo, uma certa espécie de areia é tão semelhante ao açúcar que nada há mais semelhante; e várias espécies de frutos, ou confeccionados com massa de amêndoa, ou com cera, ou com polpa de fruta endurecida com açúcar, são tão semelhantes aos verdadeiros que qualquer pessoa oculada é induzida em erro ao observá-los atentamente, pelo que só com dificuldade poderíamos alguma vez distinguir uns dos outros, distinguindo-se, porém, facilmente, se gustarmos uns e outros.

[214] IV. O objecto corpóreo deve ser visível e não estar a grande distância. Os que sofrem de miopia não vêem de todo os objectos um pouco distantes ou vêem-nos de um modo tão confuso que não são capazes de distingui-los dos outros. E os anciãos vêem com maior facilidade e clareza os objectos mais distantes que os mais próximos.

apte proponent. Tubi optici clare ostendunt res remotas, microscopia uero ea quae minutissima sunt et uisum fugiunt.

V. Vt corpus, seu medium per quod lux transit, recte se habeat. Nam qui uidet per nebulam res distincte non uidet. Qui uidet obiectum per duplex medium, unum rarius, aliud densius, plerumque decipitur.^[1] Hac de caussa remus, cuius pars in aquam mersa est, apparet fractus quia pars per unum, pars per duo corpora diuersae densitatis uidetur.

VI. Vt ea quae reapse experimur uera esse constituamus, non ita uero quae alio modo, id est, uel anticipatione, uel^[2] phantasia, uel ratiocinatione comparamus. Familiare hoc est hominibus qui praeiudiciis occupantur,^[3] ut ea sentire se dicant quae reuera non sentiunt.

VII. Vt si^[4] dubitauerimus an errore teneamur, consulamus eos qui obseruatione naturae contriti sunt plurimumque ualent iudicio. Nam saepe huiusmodi homines nos docent dubitationes nostras nihil habere momenti.

VIII. Vt exquisitoribus instrumentis, quod ad eius fieri potest, utamur. Nam instrumenta selectiora, ut telescopia, microscopia, machina pneumatica, cetera, quae Recentiorum studio hoc saeculo mirandum in modum perpolita sunt, uel de^[5] nouo excogitata, ea perspicue ostendunt quae alia superiori saeculo inuenta uel nullo modo ostendebant,^[6] uel obscure tantum.

VIII. Vt non ante diiudicemus effectum ex aliqua caussa manare, quin prius exploratum habeamus talem effectum ex alia caussa proficisci non posse. In hoc ultimo momenta sunt maxime ad bene ex aliquo experimento ratiocinandum, quare non nullis id illustrabimus exemplis.

1. Exemplum sit illud celebratissimum de antlia. Aquas antlia tolli et hauriri, non heri aut nudius tertius, sed per plura saecula experti sunt homines; et qui se esse oculatiores putabant dixere caussam esse quia natura horret uacuum. Putabant illi se acu tetigisse rem; uerum pulchre^[7] decepti [215] sunt, propterea quia non uestigarunt an alia caussa esset quae id faceret. Postea uero quam philosophi id studiose expenderunt, facile intellexerunt acris externi pondus caussam esse quae aquas tolleret.²⁷¹

²⁷¹ *Histoire de l'Académie des Sciences*, 1687, p. 260; 1696, p. 403. Mariotte, *De la nature de l'air*. p. 196. Otho de Guericke, *De Aëre* lib. III, cap. 18.

^[1]decipitur. *R²LNV*] fallitur. *R¹* ^[2]uel ... comparamus. *R²LNV*] seu imaginandi facultate, uel ratiocinatione se offerunt. *R¹* ^[3]occupantur *R²LNV*] tenentur *R¹* ^[4]si *R²LNV*] si non nihil *R¹* ^[5]de nouo *R²LNV*] om. *R¹* ^[6]ostendebant *R²LNV*] patefaciunt *R¹* ^[7]pulcre *R²LNV*] egregie *R¹*

É por isso que a uns e a outros o objecto se lhes apresenta convenientemente com instrumentos ópticos. Os nervos ópticos permitem ver claramente as coisas distantes, e os microscópios as muito pequenas que a vista não alcança.

V. O corpo ou o meio através do qual passa a luz deve ser considerado adequadamente. Na verdade, quem perceber de modo obscuro as coisas não as percebe distintamente. Quem observar um objecto através de dois meios diferentes, um mais rarefeito e outro mais denso, é quase sempre induzido em erro. É por este motivo que um remo, do qual uma parte está imersa na água, parece quebrado, dado que em parte é visto através de um corpo e em parte através de dois de densidades diferentes.

VI. Devemos estabelecer como verdadeiras as coisas de que realmente tivemos experiência, mas não as adquiridas de outro modo, isto é, por conhecimento antecipado, pela imaginação e pelo raciocínio. Estes últimos casos sucedem com frequência entre as pessoas possuídas por preconceitos, de tal modo que afirmam perceberem o que realmente não percebem.

VII. Se duvidarmos de que caímos em erro, peçamos conselho àqueles que consomem o tempo com a observação da natureza e que sobressaem na capacidade de ajuizar. Na verdade, estas pessoas ensinam-nos que muitas vezes as nossas dúvidas não são justificáveis.

VIII. Devemos servir-nos dos instrumentos mais aperfeiçoados possível. Com efeito, os instrumentos mais apurados, como os telescópios, os microscópios, as máquinas pneumáticas, etc., que no século actual foram aperfeiçoadas pelo empenho dos modernos de um modo que causa admiração, ou inventados por eles, manifestam com evidência aquelas coisas que outros inventos do século passado não manifestam de modo algum, ou isso sucede apenas obscuramente.

IX. Não devemos ajuizar sobre se um efeito provém de uma causa sem primeiramente termos investigado se esse efeito podia originar-se noutra causa. Nesta circunstância, para raciocinar convenientemente, algumas experiências têm muita importância. Vou por isso explicar este assunto servindo-me de alguns exemplos.

1. Um exemplo é a experiência celeberrima da bomba. Os seres humanos dedicaram-se não desde ontem nem desde anteontem, mas desde há muitos séculos, a tirar e a elevar água com a bomba, e os que se consideravam mais esclarecidos afirmavam que a causa da elevação da água se devia à natureza por ter horror ao vácuo. Julgavam eles terem descoberto a explicação, mas enganaram-se inteiramente, [215] pois não investigaram se existia outra causa que produzisse esse efeito. Mas após os filósofos haverem ponderado com diligência o assunto, perceberam facilmente que era o peso do ar exterior a causa que fazia elevar a água.²⁷¹

2. Por outro lado, quem olhar para o céu à vista desarmada julga ver um número infinito de estrelas, o que é uma falsidade. Com efeito, afirmam astrónomos muito

²⁷¹ *Histoire de l'Académie des Sciences*, 1687, p. 260; 1696, p. 403; Mariotte, *De la nature de l'air*, p. 196; Otto de Guericke, *De Aëre*, liv. III, cap. 18.

2. Praeterea, qui respicit caelum nudis oculis existimat uidere se infinitas stellas, quod est falsum. Nam astronomi grauissimi fatentur non multas uideri. Heuelius numerat MDCCCLXXXVIII. Flamsteedius uero MMM idque telescopii ope. Nulli tamen dubitamus multo maiorem esse numerum stellarum, sed quae uix telescopii auxilio^[1] discerni possint. Quod si quisquam curiosus exploraret cur sibi innumerae uiderentur, reperiret causam esse quia nimia uelocitate torquens oculos, imagines in cerebro uelocissime sibi succedentes faciunt ut multo plures et propemodum infinitae uideantur.

3. Praeterea Via Lactea Aristoteli uidebatur²⁷² esse copiosa exhalatio in^[2] atmosphaera consistens et ab stellis illustrata. At Galilaeus, Keplerus, Blancanus aliique^[3] telescopio demonstrarunt nihil esse aliud nisi conglobationem minutissimarum stellarum. Ad haec stellae quaedam quae simplices uidentur, cum aliis coniunctae^[4] sunt. Galilaeus²⁷³ in stella nubila quae est in capite Orionis, XXI distincte cognouit, in Pleiadibus ultra XXXX. Hookius easdem Pleiadas examinans clare uidit LXXVIII stellas, Reita uero²⁷⁴ plus quam centum, et in sola constellatione Orionis circiter MM.

Haec satis superque efficiunt philosophum, antea quam diiudicet certi effectus aliquam esse causam, debere diligenter examinare an possint adesse aliae causae. Si habuerit exploratum nullam aliam esse, nullus dubitet adfirmare rem ita se habere. Sin firmum^[5] et stabile uenari nequeat, ea tantum pro ueris habeat in quae maius pondus rationum trahit. Quod si ne probabiliter quidem poterit aliquid definire, temperet a iudicando.

[216] Porro iudicia quae per experientiam comparantur, id est ex singularibus notionibus ducuntur, uocantur “intuitiua”, nimirum, cum tribuimus enti ea quae in^[6] tali eius notione complexa euidenter continentur. Quae uero ex intuitiuis per argumentationem deducuntur apellantur “discursiua”.

Exempli gratia, notio “caloris” perspicue continetur in notione “ignis”, proinde hoc iudicium, “Ignis est calidus”, est intuitiuum. Contra, si Petrum adspicio expositum meridiano Soli et cum memoria teneam Solem meridianum plus satis calefacere, hoc modo infero “Ergo Petrus satis calescet”; hoc iudicium est discursiuum.

Iudicia adfirmatiua intuitiua fiunt hoc modo: sit subiectum res quam percipio, exempli gratia ignis, sit praedicatum proprietas quae ex subiecto perspicue^[7] infertur, exempli gratia “urere”. Itaque existit iudicium hoc modo: “ignis urit”. Intuitiuum uero negatiuum sic^[8] fit. Sit subiectum res percepta, exempli gratia, homo. Considerem

²⁷² *Meteora*, Tract. 4.

²⁷³ *Nuncius Siderius*, p. 31.

²⁷⁴ *Oculo Enoch, et Eliae*; et in *Astronomiae Mercatore*.

^[1]auxilio *R²LNV*] praesidio *R¹* ^[2]in atmosphaera consistens *om. R¹* ^[3]aliique *R²LNV*] *om. R¹* ^[4]coniunctae sunt. *R²LNV*] sunt coniunctae. *R¹* ^[5]firmum et stabile *R²LNV*] incertitudinem *R¹* ^[6]in tali *R²LNV*] *om. R¹* ^[7]perspicue infertur *R²LNV*] euidenter ducitur *R¹* ^[8]sic fit. *R²LNV*] fit tali modo. *R¹*

penetrantes que elas não são inumeráveis. Heuelius enumera mil, oitocentos e oitenta e oito; e Flamsteed, três mil, servindo-se do telescópio. Contudo, não temos nenhuma dúvida de que o número de estrelas é muito maior, embora dificilmente possam distinguir-se com o auxílio do telescópio. Se alguém investigasse com maior diligência porque elas lhe parecem inumeráveis, concluiria que a causa está no facto de, por dirigir o olhar com enorme celebridade, elas fazerem penetrar velozmente no cérebro as imagens a ponto de parecerem muitíssimas e em número quase infinito.

3. Além disso, a Via Láctea parecia a Aristóteles²⁷² uma emanção copiosa existente na atmosfera e iluminada pelas estrelas. Porém, Galileu, Kepler, Blancan e outros demonstraram, servindo-se do telescópio, que ela é apenas uma aglomeração de estrelas muito pequenas. Por outro lado, certas estrelas que parecem isoladas estão agrupadas com outras. Galileu²⁷³ distinguiu nitidamente vinte e uma na nebulosa que se encontra na cabeça do Oríon; e nas Plêiades, mais de quarenta. Hooke, investigando as mesmas Plêiades, observou claramente setenta e oito estrelas. E Reita,²⁷⁴ mais que uma centena; e cerca de duas mil só na constelação do Oríon.

Isto estabelece de modo mais que suficiente que antes de ajuizar sobre a causa de determinado efeito o filósofo deve examinar escrupulosamente se podem existir outras causas. Se ele tiver verificado não existirem outras, ninguém terá dúvidas em afirmar que o seu juízo é correcto. Se, porém, ele não for capaz de pesquisar algo indubitável e consistente, deve considerar apenas como verdadeiro aquilo para que o impele o maior peso das razões. E, se nem sequer for capaz de explicar algo com probabilidade, deve abster-se de ajuizar.

[216] Quanto aos juízos estabelecidos com base na experiência, isto é, obtidos a partir de ideias singulares, denominam-se “intuitivos” quando atribuímos a um ente as características que estão contidas com evidência na sua ideia complexa; e os que são deduzidos por meio da argumentação dos intuitivos chamam-se “discursivos”.

Por exemplo, a ideia de “calor” está contida com clareza na ideia de “fogo”, e por isso o juízo “o fogo queima” é intuitivo; inversamente, se eu observar Pedro exposto ao Sol do meio-dia e conservar na memória que o Sol do meio-dia aquece demasiado, infiro “portanto, Pedro fica muito quente”. Assim, este juízo é discursivo.

Os juízos afirmativos intuitivos formam-se deste modo: Suponhamos que o sujeito é uma coisa que percebemos – por exemplo, o fogo – e que o predicado é uma propriedade deduzida com evidência do sujeito, por exemplo “queimar”. Resulta, portanto, o juízo “o fogo queima”. Quanto aos juízos intuitivos negativos, formam-se do seguinte modo: suponhamos que o sujeito é uma coisa percebida – por exemplo, um homem – e que observamos existirem nas árvores, por exemplo ramos e folhas, mas não no homem; por conseguinte, “árvore” é o predicado, deste modo: “o homem não é árvore”.

²⁷² *Meteora*, tract. 4.

²⁷³ *Siderius Nuncius*, p. 31.

²⁷⁴ *Oculus Enoch et Eliae e Astronomiae Mercator*.

deinde in arboribus, exempli gratia esse ramos et frondes, non ita uero in homine; sit igitur “arbor” praedicatum hoc modo: “Homo non est arbor”.

Huiusmodi iudicia sunt ea quidem singularia, sed ex iis ducuntur uniuersalia tali modo: si praedicatum et subiectum contingenter cohaerent, nequit fieri propositio uniuersalis. Sin autem necessario, recte fit uniuersalis, ut^[1] alio loco demonstraui.

Exempli gratia, uideo in media hieme aquam aëri expositam esse gelu. Quia tamen exploratum habeo aquam non semper ita se habere, sed aliquando esse fluidam, falso dicam “Omnis aqua est gelu”. Contra, quia uideo calorem numquam separari ab igne, uere dico “Omnis ignis est calidus”. Haec iudicia uniuersalia ad disciplinas amplificandas prorsus accomodata sunt, propterea quia fines^[2] nostrarum cognitionem dilatant, dum aliis et aliis indiuiduis applicari possunt.

COROLLARIA

I. *Hinc experientiae locus est tantum in Physica, quae ex naturae historia tota desumitur.*

In abstrusioribus uero disciplinis quae ratiocinatione acquiruntur, ut Mathematica et Ethica, tum et in iis quae auctoritate continentur, ut Iurisprudentia et Theologia Superna, experientia non dominatur.

[217] II. *Hinc rerum possibilium experientia nulla dari^[3] potest.*

Cum enim eae non existant, non incurrunt in sensus. Quare satius est iis supersedere.

III. *Hinc de rerum naturis seu essentiis ab experientia iudicari non potest.*

Experimentis enim tantum cognoscimus existentiam rerum. Quare de rerum essentia caute diiudicabimus.

IIII. *Hinc iudicia adsiduo usu et experientia acquisita, sunt certo uera.*

V. *Hinc definitiones quae ex plurimis experimentis accuratissime inter se comparatis et axiomata quae ex definitionibus nascuntur, etiam sunt certa.*

SCHOLION

Facilior methodus experimenta capiendi usu doctissimorum hominum qui in hisce exercitatiores sunt,²⁷⁵ potius, quam lectione librorum qui praecepta tradunt, comparatur. Quae auctor sum tironibus huic illam praeferant et in eo tantum se exerceant, quantum necessarium erit, ut facilitatem experiendi se^[4] habere sentiant.

²⁷⁵ Huiusmodi fuere Leewenoekius, Boyleus, Boerhauius, Hookius, Musschenbroekius alique plurimi, quorum in Commentariis Academiarum Florentinae, Londinensis, Parisiensis, Leopoldinae, Berolinensis, Bononiensis, Petropolitanae, Edimburgensis ceterarumque exstant lucubrationes, quorum qui legit obseruationes facile, quo modo institui debeant, cognoscat.^[5]

^[1]ut *R²LNV*] uti *R¹* ^[2]fines *R²LNV*] haec fines *R¹* ^[3]dari *R²LNV*] capi *R¹* ^[4]se habere sentiant. *R²LNV*] adquirant. *R¹* ^[5]cognoscat. *R²LNV*] intelligit. *R¹*

Juízos deste género são decerto singulares, deduzindo-se, no entanto, deles juízos universais, desta forma: Se o predicado e o sujeito estiveram unidos de modo contingente, não pode formar-se uma proposição universal; se, porém, estiverem unidos de modo necessário, forma-se adequadamente uma proposição universal, como demonstrei noutro lugar.

Por exemplo, verifico que a água exposta ao ar em pleno Inverno se transforma em gelo. Mas visto que observei que a água nem sempre se encontra nesse estado, mas que por vezes é líquida, é falso se disser “toda a água é gelo”. Ao invés, por nunca ter observado o calor sem o fogo, afirmo com verdade “todo o fogo é quente”. Estes juízos universais são muito apropriados para o desenvolvimento das ciências, dado ampliarem os limites dos nossos conhecimentos enquanto podem aplicar-se a diversos indivíduos.

COROLÁRIOS

I. *O lugar das experiências é apenas na Física, que se ocupa de toda a história da natureza.*

Com efeito, nas disciplinas mais difíceis de entender, adquiridas pelo raciocínio – como a Matemática e a Ética –, bem como nas que se fundamentam na autoridade – como a Jurisprudência e a Teologia Suprema –, a experiência não prevalece.

[217] II. *Das coisas possíveis não pode haver experiência.*

Dado que essas coisas não existem, não se manifestam aos sentidos, pelo que é mais conveniente se nos abstermos delas.

III. *Não pode ajuizar-se por meio da experiência sobre a natureza ou essência das coisas.*

Pela experiência, apenas conhecemos a existência das coisas. Devemos por isso ajuizar com precaução sobre a essência das coisas.

IV. *Os juízos adquiridos por hábito continuado e por experiência são de certeza verdadeiros.*

V. *São também dotadas de certeza as definições originadas em muitas experiências comparadas entre si com muita diligência, bem como os axiomas que se inferem das definições.*

ESCÓLIO

O método mais fácil para realizar experiências adquire-se mais pela prática das pessoas mais dotas e exercitadas nesses assuntos²⁷⁵ do que pela leitura de livros que ensinam os preceitos. Recomendo por isso aos principiantes que prefiram o primeiro método ao segundo e que se exercitem nele tanto quanto for necessário para reconhecerem que possuem grande facilidade na experimentação.

²⁷⁵ Estão neste caso Leuwenhoeck, Boyle, Hooke, Musschembroeck e muitos outros, cujas lucubrações subsistem nos memoriais das academias de Florença, de Londres, de Paris, da Leopoldina, de Berlim, de Bolonha, de São Petersburgo, de Edimburgo e de outras. Quem examinar as observações desses autores facilmente tomará conhecimento do modo como elas devem ser estabelecidas.

CAPVT VIII

De^[1] modo uerum certum demonstratione comparandi
et de fallaciis refutandis

Quoniam uero non omnia quae uera sunt usu et experientia cognosci possunt, tali^[2] casu confugimus ad ratiocinationem; et propositionem cuius ueritatem cupimus inuestigare cum aliis comparamus quae et certa [218] sunt et clarissima, et hinc^[3] perspicue cognoscimus an praedicatum cum subiecto consentiat, an aliter.

Curemus tamen ut consecutiones^[4] non nisi ex principiis firmissimis et clarissimis deducamus, cuiusmodi sunt propositiones diuturna experientia acquisitae, definitiones, axiomata, postulata, uel saltim reliqua quae ex his euidenter nascuntur. Nam nisi ex principiis eiusmodi ratiocinantes concludamus,^[5] uerbis inanibus difluere quidem possumus, aliquid ratione efficere seu demonstrare non possumus.

I. Porro demonstratio non uno tantum modo fieri^[6] potest. Id diuersis nominibus explicatur: “a priori” et “posteriori”, “directa” et “indirecta”. Demonstratio “a priori” est quae ex definitionibus et axiomatis constat, uel ea^[7] in qua ex causa dicitur effectus. Demonstratio “a posteriori” est ea in qua ex certa experientia aliquid confirmatur, uel ex effectus^[8] causa ostenditur.

II. Demonstratio directa^[9] est quae ex definitionibus et axiomatibus, uel alio modo componitur. Indirecta^[10] seu “ad absurdum” est, quae adsumit propositionem aduersantem conclusioni quam demonstrare conamur, et inde absurdum aliquod necessario sequi ostendit,^[11] ex quo fit euidens propositionem contradicentem^[12] esse ueram. Vtriusque exempla subiiciemus.

Demonstratio^[13] directa “a priori”

Fingamus uelle me probare hanc propositionem “Homo facere potest quod uult”; primo ponam principia hoc modo:

Definitio I. “Homo est animans perfectissimum”.

Axioma I. “Perfectissimum animans debet esse omnino liberum”.

Definitio II. “Omnimoda libertas est facultas aliquid faciendi, uel non faciendi, uel oppositum faciendi”.

Axioma II. “Qui habet omnimodam libertatem, is profecto facere potest quod uult”.

^[1]De modo ... refutandis R^2LNV] Quo modo ueritatem demonstratione comparamus explicatur, et fallaciae refutantur R^1 ^[2]tali R^2LNV] hoc R^1 ^[3]hinc R^2LNV] his praesidiis R^1 ^[4]consecutiones R^2LNV] consecutiones nostras R^1 ^[5]concludamus R^2LNV] concludimus R^1 ^[6]fieri R^2LNV] componi R^1 ^[7]ea R^2LNV] illa R^1 ^[8]effectus R^2LNV] effectis R^1 ^[9]directa est R^2LNV] illa dicitur directa R^1 ^[10]Indirecta ... adsumit R^2LNV] Dicitur indirecta, seu ad absurdum, cum adsumimus R^1 ^[11]ostendit R^2LNV] ostendimus R^1 ^[12]contradicentem R^2LNV] contradictoriam R^1 ^[13]Demonstratio R^2LNV] Exemplum demonstrationis R^1

CAPÍTULO VIII

O modo de alcançar a verdade certa pela demonstração e de refutar as falácias

Dado não poderem conhecer-se pela prática e pela experiência todas as coisas verdadeiras, recorreremos ao raciocínio, comparando com outras, dotadas de certeza [218] e muita clareza, a proposição cuja verdade nos propomos investigar, conhecendo, assim, com evidência se o predicado se adequa ou não ao sujeito.

Usemos, no entanto, de cautela para deduzirmos apenas consequências com base em princípios muito consistentes e muito claros, tais como as proposições adquiridas por experiência diuturna, as definições, os axiomas, os postulados ou pelo menos outros princípios originados nestes com evidência. Com efeito, se ao raciocinarmos não concluirmos com base nesses princípios, podemos certamente propagar palavras ocas, mas não estabelecer algo baseado na razão, ou seja, não podemos demonstrar.

I. A demonstração pode, no entanto, efectuar-se não apenas de um modo, possuindo diferentes denominações: “*a priori*” e “*a posteriori*”, “directa” e “indirecta”. A demonstração “*a priori*” é própria das definições e dos axiomas ou aquela que progride das causas para os efeitos. A demonstração “*a posteriori*” é aquela em que é demonstrado algo com base numa determinada experiência ou em que é manifestada a causa com base nos efeitos.

II. A demonstração directa é aquela que é constituída por definições e por axiomas ou de outros modos. A indirecta ou “*ad absurdum*” é aquela que assume como conclusão a proposição contraditória que se pretende demonstrar, mostrando que resulta necessariamente um absurdo, tornando-se por isso evidente que é verdadeira a proposição contraditória. Vou expor exemplos de ambos os casos.

Demonstração directa a priori

Suponhamos que nos propomos demonstrar a proposição “o homem pode fazer o que desejar”. Em primeiro lugar, estabeleço estes princípios:

Definição I: “O homem é um ser animado perfeitíssimo”.

Axioma I: “Um ser animado perfeitíssimo deve ser totalmente livre”.

Definição II: “Toda a liberdade é a faculdade de fazer ou de não fazer algo, ou de fazer o contrário”.

Axioma II: “Aquele que possui toda a liberdade pode fazer certamente o que desejar”.

Demonstração:

1. Todo o ser animado perfeitíssimo é totalmente livre (segundo o axioma 1); o homem é um ser animado perfeitíssimo (definição 1); portanto, o homem é totalmente livre e quem for totalmente livre pode fazer o que desejar (axioma 2); por conseguinte, o homem pode fazer o que desejar.

Demonstratio:

1. Quodcumque^[1] est animans perfectissimum id est omnino liberum (per Axioma 1); Homo est animans perfectissimum (Definition. 1); Ergo, Homo est omnino liber. Qui est omnino liber facere potest quod uult (Axioma 2); Ergo, homo facere potest quod uult.

[219] 2. Quod si demonstrarem Hominem esse liberum hac^[2] de caussa quod ipse facit quod uult, haec esset Demonstratio directa “a posteriori”.

Demonstratio^[3] indirecta

Contendam probare “neminem posse esse parentem sui ipsius”; adsumam tanquam ueram eius contradicentem^[4] hoc modo:

Fingamus posse aliquem esse parentem sui ipsius. Tunc is qui esset parens esset prior, quia generaret filium; rursus non esse prior, quia est filius, filius autem est posterior parente. Cum uero sit absurdum manifestum quod idem homo sit prior et posterior se ipso, etiam absurdum est illud ex quo hoc ducitur, nimirum aliquis potest esse parens sui. Igitur (ex lege contradicentium^[5] aduersa propositio^[6] est uera. “Nemo potest esse parens sui ipsius”.

De fallaciis refutandis^[7]

Et hoc modo sunt legitimae demonstrationes, cum et praemissae uerae sunt et recte coniunguntur.

E contrario duplici nomine falsae demonstrationes euadunt: uel quia non seruant leges syllogismorum, quod logici uocant “peccare in forma”, de quibus supra diximus; uel quia alterutra praemissa est falsa quod uocatur “peccare in materia”, de quibus nunc est dicendum. Haec^[8] autem tum “fallaciae”, tum “sophismata”, tum “paralogismi” uocari solent.

Iam fallacia ex duplici fonte dimanat: uel ex male adfectis sensibus eorumque tarditate, quae caussa est cur ex eorum ideis argumentantes^[9] decipiamur, quorum^[10] mysteria supra iam reserauimus;²⁷⁶ uel ex falsa ratiocinatione. Falsae autem ratiocinationes etiam duplici de caussa existunt: 1. Cum uel^[11] utraque, uel alterutra praemissa dubia est, aut falsa. 2. Cum praemissae necessario nexu conclusioni non coniunguntur.

²⁷⁶ Hoc Libro, part. I, cap. 4.

^[1]Quodcumque R^2LNV] Quicumque R^1 ^[2]hac de caussa R^2LNV] hoc nomine R^1 ^[3]Demonstratio R^2LNV] Exemplum demonstrationis R^1 ^[4]contradicentem R^2LNV] contradictoriam R^1 ^[5]contradicentium R^2LNV] contradictoriarum R^1 ^[6]propositio R^2LNV] huic propositio R^1 ^[7]refutandis R^2LNV] *om.* R^1 ^[8]Hae ... solent. R^2LNV] *pro* Haec autem ... miscentur. R^1 : *vd. infra Annexum XXVI* ^[9]argumentantes R^2LNV] ratiocinantes R^1 ^[10]quorum ... reserauimus R^2LNV] de quibus alio loco R^1 ^[11]uel utraque R^2LNV] uel ambae R^1

[219] 2. Por isso, demonstrando que o homem é livre por fazer o que desejar, trata-se de uma demonstração directa “*a posteriori*”.

Demonstração indirecta

Proponho-me agora demonstrar esta proposição: “ninguém pode ser pai de si próprio”. E assumo como verdadeira a sua contraditória deste modo:

Suponhamos que alguém pode ser pai de si próprio; nesse caso, esse pai seria anterior, porque teria gerado um filho; por outro lado, ele não seria anterior, porque seria filho, e um filho é posterior ao pai. Sendo na verdade um absurdo evidente que o mesmo homem seja anterior e posterior a si próprio, é também absurdo o que disto se infere, certamente poder alguém ser pai de si próprio. Portanto (segundo a regra das contraditórias), é verdadeira esta proposição contrária: “ninguém pode ser pai de si próprio”.

A refutação das falácias

Consideram-se, portanto, legítimas as demonstrações quando as premissas são verdadeiras e estão adequadamente relacionadas.

Ao invés, consideram-se falsas as demonstrações por duas razões: ou por não obedecerem às regras dos silogismos – o que os lógicos denominam “*peccare in forma*” –, às quais aludi anteriormente, ou por ambas as premissas serem falsas – o que se chama “*peccare in materia*” –, sendo a estas que agora vou referir-me. Elas costumam denominar-se “falácias”, ou “sofismas”, ou “paralogismos”.

Quanto às falácias, dimanam de duas fontes: ou devido a uma imperfeita afecção dos sentidos e à sua lentidão, o que origina que ao argumentarmos com base nas ideias por eles possibilitadas sejamos induzidos em erro, a cujas causas ocultas já anteriormente aludi;²⁷⁶ ou em virtude de um falso raciocínio. Porém, os falsos raciocínios provêm de duas causas: 1. quando uma das premissas, ou ambas, são duvidosas ou falsas; 2. e quando as premissas não estão unidas na conclusão por uma conexão necessária.

[220]

I

Se uma das premissas estiver em contradição com a razão por ser claramente duvidosa ou claramente falsa, os lógicos chamam a este sofisma “petição de princípio”. Ele deve com razão ser evitado, pois a prova e o argumento devem ser

²⁷⁶ Neste livro, 1ª parte, cap. 4.

[220]

I

Itaque cum praemissarum altera uel plane dubia, uel plane falsa, pro^[1] ratione adfertur, hoc sophisma uocatur logicis “petitio principii”. Et merito uitatur, nam probatio et argumentum debet esse notius re probanda. Id plurimis modis fieri potest, quorum praecipuos breuiter adtingemus.^{277 [2]}

I. Et quod ad primam pertinet, euenit id:

1. Cum, ut rem dubiam confirmemus, adsumimus propositionem uel aequae obscuram, uel obscuriorem, uel eadem mutatis uerbis.

Exempli gratia, Aristoteles probaturus Terram in centro Vniuersi esse positam, hoc id syllogismo efficere conatur.²⁷⁸

Graui ad centrum Vniuersi natura feruntur.

Sed experientia constat graui ad centrum Terrae ferri.

Igitur, centrum Terrae est centrum Vniuersi.

At in maiori sumit tanquam manifestum centrum Terrae et Vniuersi idem esse, quod ipsum est aequae obscurum, et est eadem conclusio probanda mutatis uerbis. En petitio.

2. Quando propositionem A probamus per aliam B et rursum hanc B probamus ex ipsa A.

Exempli gratia, Aristoteles probat inerrantia^[3] sidera scintillare, quia plurimum distant a nobis:²⁷⁹ et plurimum distare quod scintillent.²⁸⁰ En^[4] circulus.

[221] II. Altera pars multiplici modo euenit:

1. Cum pro principio euidenti adsumimus propositionem aperte falsam.

Exempli gratia, quidam philosophi tanquam exploratum posuere aërem natura esse calidum. Quod perspicue est falsum, nam si causas quae eum calefaciunt remoueas, sensim frigescit. Immo in iis locis in quibus radii solares imbecilles sunt, ut in Norwegia, Islandia, Suecia, Moscouia septentrionali, uix ferri potest.

²⁷⁷ Late^[5] patet sophisma petitionis principii; quicumque enim ponit sine ulla probatione ueluti perspicuum, quod probatione omnino indiget, is quidem petit concedi sibi principium aliquod quod erat probandum. Id uero uel proxime, uel remote fit. Proxime, ut si pro ratione ponat conclusionem probandam uel iisdem uel synonymis uerbis, uel per circulum. Remote, ut si rem aperte falsam, uel mera uerba uel aliquid huiusmodi adferat ad probandam thesim, nam etiam tali casu petit sibi concedi principium, quod ei probandum erat ut propositum efficeret. Aristoteles, *Priora*, II, cap. 16. et *Topica*, VIII, cap. 13 edit. Duualii, diuersos modos enumerat petitionis principii et petitionis contrarii, quod eodem recurrit, in quibus aliquos a nobis iam dictos. Quosdam tamen reicere posset, alios autem addere, et rem totam accuratius disponere.

²⁷⁸ *De Caelo*, II, cap. 14 et III, cap. 3.

²⁷⁹ *Ibid.* II, cap. 8.

²⁸⁰ *Analytica Priora*, I, cap. 13.

^[1]pro ratione adfertur *om.* *R¹* ^[2]adtingemus. *R²LNV*] suiiciemus. *R¹* ^[3]inerrantia *R²LNV*] errantia *R¹* ^[4]En circulus. *R²LNV*] Quod etiam uocatur circulus Logicus. *R¹* ^[5]Late ... disponere. *R²LNV*] *om.* *R¹*

mais conhecidos que a coisa a provar. Isto pode realizar-se de diversos modos, e vou ocupar-me com brevidade dos principais.²⁷⁷

I. Quanto à primeira causa, ela acontece:

1. Quando, ao afirmarmos uma coisa duvidosa, assumimos uma proposição ou muito obscura, ou bastante obscura, ou a mesma, alterando as palavras.

Por exemplo, propondo-se Aristóteles provar que a Terra está no centro do Universo, empreendeu fazer isso com este silogismo:²⁷⁸

*Por natureza, os corpos pesados caem para o centro do Universo;
mas é evidente por experiência que os corpos pesados caem para o
centro da Terra;
portanto, o centro da Terra é o centro do Universo.*

Aristóteles assume como evidente na premissa maior que o centro da Terra e o centro do Universo são a mesma coisa, o que é igualmente obscuro, pois isso é a própria conclusão que deve ser provada, alterando as palavras. Eis uma petição de princípio.

2. Quando provamos a proposição A pela proposição B e a B pela A.

Por exemplo, prova Aristóteles que as estrelas fixas cintilam por estarem muito distantes de nós²⁷⁹ e que estão muito distantes porque cintilam.²⁸⁰ Eis um círculo vicioso.

[221] II. A segunda causa dos falsos raciocínios acontece de diversos modos:

1. Quando assumimos como princípio evidente uma proposição abertamente falsa.

Por exemplo, consideram como investigado certos filósofos que o ar é por natureza quente. Isso é evidentemente uma falsidade, pois, eliminando as causas que o aquecem, arrefece progressivamente. Mais que isso, nos lugares em que são pouco intensos os raios solares – como na Noruega, na Islândia, na Suécia e na Rússia setentrional – dificilmente pode verificar-se o aquecimento do ar.

²⁷⁷ É bem conhecido o sofisma de petição de princípio. Porém, quem o afirmar como evidente sem nenhuma prova, necessitando ele de ser provado, pretende certamente que deve ser admitido um princípio que devia ser provado. Ele acontece de modo imediato ou mediato. De modo imediato, se alguém estabelecer como argumento a conclusão a demonstrar, quer servindo-se das mesmas palavras, quer de palavras sinónimas, quer de outras semelhantes. De modo mediato, se alguém aduzir uma coisa abertamente falsa, ou meras palavras, ou algo deste género para demonstrar a sua tese. Na verdade, também neste caso se pretende que deve ser admitido um princípio que devia ser provado para ele realizar o seu objectivo. Aristóteles (*Priora*, II, cap. 16; *Topica*, VIII, cap. 13, ed. Duval) refere diversas formas de petição de princípio e de petição dos contrários, investigando também algumas já expostas por mim. Contudo, ele poderia ter excluído algumas, acrescentando outras e dispô-las a todas com maior diligência.

²⁷⁸ *De Caelo*, II, cap. 14; IV, cap. 3.

²⁷⁹ *Ibidem*, II, cap. 8.

²⁸⁰ *Analytica Priora*, I, cap. 13.

2. Cum adsignant pro causa physica mera uerba, quae nihil reapse significant.

Exempli gratia, philosophi nimis multi, dum res ab ipsa natura inuolutas explicare conantur, cum id firmis et perspicuis argumentis nequeant efficere et inscitiam suam nolint profiteri, ad uerba inania recurrunt et plaudunt sibi, quasi tale mysterium reserasset. Hinc horror uacui, uirtus soporifera, uirtus pulsifica, sympathia, antipathia, antiperistasis et id genus uocabula, sonora illa quidem et ampullosa, sed quae nullam sententiam^[1] habent nec nos faciunt doctiores.

3. Cum^[2] aliquid explicare nescientes, recurrunt illico ad Deum.

Nam tunc merito ad eum^[3] confugimus, cum perspectum habemus nullam aliam esse causam quae id faciat. Frequenter hanc tibiam inflant Aristotelici philosophi. Sophisma^[4] aliquo ex his modis factum uocatur “non causa pro causa”.

II

Iam uero praemissae cum conclusione non connectuntur duplici de causa:

1. causa uerborum; 2. rerum quae inter se nequeunt conferri ex quibus fontibus fallaciae propemodum infinitae proficiscuntur.^[5]

I. Fallacia in dictione est:

1. cum occurrit ambiguitas^[6] nominis. Exempli gratia:

Populus ex terra crescit.

Multitudo hominum est populus.

Igitur multitudo hominum ex terra crescit.

[222] 2. Cum amphibolia in periodo. Exempli gratia:

*Aio^[7] te, Aeacida, Romanos uincere posse.*²⁸¹

3. Cum^[8] ad plures interrogationes uno uocabulo respondemus, siue aperte sint plures; exempli gratia:

Si interroganti an uirtus et uitium amari, uel odio haberi debeat, respondeam amari aut etiam odio haberi, decipietur qui audit.

Siue in uno uocabulo, quod plura tempora respiciat, lateant, exempli gratia:

Cum Alexinus celebris sophista Menedemum interrogasset an patrem cadere desiisset,²⁸² recte Menedemus respondit: “neque cecidi, neque desii”. Sin autem diceret

²⁸¹ Cicero, *De Diuinatione*, II, cap. 56.

²⁸² Laërtius, II, sec. 13.

^[1]sententiam *R²LNV*] interpretationem *R¹* ^[2]Cum ... nescientes *R²LNV*] Ad eandem classem referuntur ii qui, cum aliquid explicare non possunt *R¹* ^[3]eum *R²LNV*] illum *R¹* ^[4]Sophisma ... uocatur *R²LNV*] Vocatur hoc sophisma *R¹* ^[5]proficiscuntur. *R²LNV*] dimanant. *R¹* ^[6]ambiguitas nominis *R²LNV*] ambiguitas nominis, quam uocant aequiuocationem. *R¹* ^[7]Aio *R²LNV*] Promitto *R¹* ^[8]Cum ... facienda. *R²LNV*] *pro* Cum ad plures ... intelligitur. *R¹*: *vd. infra Annexum XXVII.*

2. Quando os filósofos recorrem para explicar a causa física a meras palavras que realmente nada significam.

Por exemplo, ao proporem-se muitos filósofos explicar as questões obscuras por natureza – dado não poderem realizá-lo com argumentos sólidos e evidentes e não desejarem confessar a sua ignorância –, recorrem a palavras ocas e aplaudem-se a si próprios como se desvendassem um mistério. Daí o horror ao vácuo, a virtude soporífera, a virtude repulsiva, a simpatia, a antipatia, a antiperístase e outras espécies de vocábulos certamente sonoros e empolados, mas que não possuem nenhum sentido nem nos tornam mais doutos.

3. Quando não se sabe explicar uma coisa, recorre-se imediatamente a Deus.

Na verdade, procuramos com razão refúgio nele por reconhecermos não existir nenhuma outra causa que possa fazer isso. Os filósofos aristotélicos tocam frequentemente esta flauta. E o sofisma estabelecido desse modo denomina-se “*non causa pro causa*”.

II

Por outro lado, se as premissas não estiverem em conexão com a conclusão, isso resulta de duas causas: 1. a causa das palavras: 2. a causa das coisas, por não poderem comparar-se entre si. Originam-se nessas fontes falácias quase em número infinito.

I. A falácia “*in dictione*” verifica-se:

1. Quando ocorre ambiguidade das palavras. Por exemplo:

*O povo nasce da terra;
uma multidão é um povo;
portanto, uma multidão nasce da terra.*

[222] 2. Na anfíbolia, como neste exemplo:

*Aio te, Heacida, Romanos uincere posse.*²⁸¹

3. Ao respondermos a várias perguntas com um único vocábulo, quer existam claramente várias perguntas, por exemplo:

Se alguém me perguntasse se a virtude e o vício devem ser amados ou odiados, e eu respondesse que devem ser amados e odiados, ficaria surpreendido quem ouvisse.

Quer sejam várias perguntas dissimuladas num único vocábulo respeitante a vários tempos, por exemplo:

Quando o célebre sofista Alexino perguntou a Menedemo se havia renunciado a imolar o seu pai,²⁸² Menedemo respondeu sem rodeios: “Nem imolei nem renunciei”.

²⁸¹ Cícero, *De Diuinatione*, II, cap. 56.

²⁸² Laércio, II, séc. 13.

uel “non” uel “iam” uel quid simile, caperetur, non enim distingueret duo illa tempora quae a uerbo significantur. Sua igitur responsio unicuique parti est apte facienda.

In his itaque et similibus quae facile excogitari possunt, tam est perspicuum esse quatuor terminos in syllogismo, ut non nisi indoctissimis possit imponere. Caueri autem nullo negotio possunt, si diligenter partes separemus, et sedulo constituamus qualem sensum praeferant uocabula.

II. Fallaciae uero quae ex rebus ipsis proficiscuntur paullo sunt intricatiores et maiorem curam et astutiam requirunt. Nos praecipuas percensebimus ad quas ceterae sine labore referuntur. Hae sunt huiusmodi.

I

Quando ex eo quod duae res in uno uel altero praedicato sunt similes, colligimus alteram alteri esse simillimam.

1. Frequenter hunc lapidem offendunt philosophi, dum rerum causas inuestigant, ex quo infiniti errores in Physica. Id ipsum in familiari sermone de re uel *oecologica*, uel *politica* occurrit quam^[1] frequentissime. Haec fallacia plurimis^[2] modis formari potest, ex quibus uel “enumeratio imperfecta”, uel “inductio uitiosa”, uel^[3] “paritas inepta”, uel alio nomine appellatur.

2. Eiusdem sophismatis rei sunt illi qui, ut aliquid [223] alteri faciendum persuadeant, uitia astute praetereunt, commoda uero extollunt in caelum.

Exempli gratia, scholastici philosophi, ut nobis persuadeant logicam suam ceteris esse praeferendam, cum iactatione ponunt se ex^[4] Aristotelis dialectica disputare esse eam utilem ad theologiam scholasticam addiscendam; tum demum neminem sine ea in abstrusioribus disciplinis posse disputare. Illud autem tacent talem dialecticam esse artem cauillandi et sine ullo fine contendendi non tradere uiam indagandi uerum tum certum, tum probabile, nihil de arte critica continere, tum denique nihil utilitatis humano generi adferre, ut in ceteris disciplinis recte sermocinetur. Quod tacendum^[5] non fuit.

II

Quando ex iis quae rei quadam ratione conueniunt, sine ulla limitatione colligimus, eidem conuenire.

Id^[6] etiam alio et alio modo fieri potest, ex quo alia et alia nomina inuenit. Nos celebriores dabimus.

1. Epicurei persuadere conabantur Deos habere figuram humanam, hoc argumento: “quod haec pulcherrima sit omnium, quidquid autem pulcherrimum Diis

^[1]quam *R²LNV*] *om. R¹* ^[2]plurimis modis *R²LNV*] non uno tantum, sed plurimis modis *R¹*
^[3]uel paritas inepta *R²LNV*] *om. R¹* ^[4]ex Aristotelis *R²LNV*] ex eadem Aristotelis *R¹* ^[5]tacendum
R²LNV] omnino tacendum *R¹* ^[6]Id ... dabimus. *R²LNV*] *om. R¹*

Se porém, ele dissesse “não” ou “já” ou algo semelhante, sentiria embaraço, pois não distinguiria aqueles dois tempos significados pelo verbo. Por isso, a sua resposta devia ser dada adequadamente em qualquer circunstância.

Assim, nestes casos e noutro semelhantes, sobre os quais se pode reflectir facilmente, é tão evidente existirem quatro termos nos silogismos que apenas se podem enganar os que forem ignorantes. Contudo, eles podem facilmente precaver-se, distinguindo escrupulosamente as partes e estabelecendo com todo o empenho o sentido dos vocábulos.

II. Quanto às falácias originadas nas próprias coisas, são um pouco mais dificultosas, exigindo maior precaução e agudeza de espírito. Vou referir as mais importantes, às quais as outras facilmente se reduzem. Elas são as seguintes:

I

Quando, por serem duas coisas semelhantes em relação a um ou a outro predicado, inferimos que uma é semelhante à outra.

1. Os filósofos colidem frequentemente contra este escolho ao investigarem as causas das coisas, de onde resultam inumeráveis erros na Física. Isso também acontece com muita frequência na linguagem familiar sobre assuntos de economia ou de política. Esta falácia pode originar-se de muitos modos, denominados “enumeração imperfeita”, “indução viciosa”, “semelhança inadequada” e ainda de outras formas.

2. Caem no mesmo sofisma os que, para persuadirem os outros [223] de que estabelecem alguma coisa, omitem astutamente os vícios, elevando, porém, aos céus as virtudes.

Por exemplo, os filósofos escolásticos para nos persuadirem de que deve preferir-se às outras a sua lógica, vangloriam-se de as suas disputas se basearem na dialéctica de Aristóteles e de ela ser útil para aprender a teologia escolástica; e ainda de que ninguém pode discorrer sem ela nas disciplinas mais abstrusas. Eles omitem, porém, que essa dialéctica é a arte de sofismar e de disputar sem nenhuma finalidade, não ensinando o método de investigar a verdade, tanto certa como provável, nada contendo sobre a arte crítica e, finalmente, não proporcionando ao género humano nenhuma utilidade para discorrer adequadamente nas outras disciplinas. Foi por isso que não guardei silêncio sobre este sofisma.

II

Quando, por convirem sem nenhuma restrição as coisas segundo uma determinada razão, inferimos que convêm entre si.

Este sofisma pode ocorrer de diversos modos, admitindo por isso diferentes denominações. Vou apresentar as mais conhecidas.

1. Os epicuristas propunham-se provar que os deuses têm uma figura humana com este argumento: “Porque essa figura é a mais bela de todas, também tudo aquilo

tribui debeat”.²⁸³ Errabant^[1] tamen., nam humana forma est ea quidem pulcherrima earum quas uidemus, at omnium quae fieri possunt pulcherrima dici nequit.²⁸⁴ Item Aristoteles probat ignem esse omnino leuem, quod sursum fertur. At fallitur^[2], nam ex hoc tantum colligitur esse leuiorem aëre. Sunt autem qui contendunt ignem esse grauem.²⁸⁵ Hoc sophisma nominatur, “a dicto secundum quid ad^[3] simpliciter”.

2. Logica et rethorica utuntur homines interdum ad plura falsa persuadenda et ut turbas in republica moueant et faciant tumultus. Qui igitur inde cogeret^[4] generatim eas esse perniciosas erraret, haec^[5] enim mala non ex [224] disciplinarum natura, sed ex prauo hominum^[6] usu proficiscuntur, nam multo plura bona quam mala, hae duae disciplinae adferunt reipublicae. Praeterea haeretici qui dogmata nostra examini^[7] supposuere non nulla negarunt, alia haud recte acceperunt. Inepte igitur inferunt non nulli imprudenter agere eos qui dogmata nostra uocant ad examen, sed debere ea^[8] intacta relinqui et tantum de scolastica disputari. Nam e re est Catholicae Ecclesiae ostendere perduellibus aduersariis doctrinam nostram tam esse firmam, ut nullis eorum machinis labefactari possit. Vocatur hoc sophisma, “fallacia accidentis”.

3. Aliqui^[9] postea quam exploratum habent sententiam aliquam praeter ceteras esse probabilem, confidenter ac sine ulla limitatione pronuntiant esse ueram, uelut hypothesis caelestis Thyconis Brahei. Vocatur haec fallacia, “argumentari a relatiuo ad absolutum”.

4. Est^[10] in Euangelio:²⁸⁶ “Caeci uident, claudi ambulant, surdi audiunt”. Si quis uero ex tali sententia colligeret “Igitur uident, dum sunt caeci; ambulant, dum sunt claudi; audiunt, dum sunt surdi”, inepte inferret, nam eiusmodi propositiones loquuntur de illis qui antea tales erant, nunc non sunt. Hoc sophisma dicitur, “argumentari ‘a sensu’ diuiso ad compositum”.

Contra, est apud Paullum:²⁸⁷ “Neque furens, neque auari, neque ebriosi, neque maledici, neque rapaces regnum Dei possidebunt”. Qui uero colligere uellet, hos nullo unquam tempore posse regnum Dei possidere, falleretur: nam Paullus loquitur de iis quos mors in hisce flagitiis deprehenderit. Sin ante mortem paenitentiam egerint, regnum Dei possidere possunt. Hoc sophisma est, “argumentari ‘a sensu composito ad diuisum’ ”.

²⁸³ Cicero, *De Natura Deorum*, I, cap. 18.

²⁸⁴ Quid^[11] sit absolute *pulchrum*, quid comparate, diximus in *Metaphysica*, lib. III, cap. 11.

²⁸⁵ Du Hamel, *Historia Academiae Regiae Scientiarum*, lib. I, sec. 2, cap. 2; Paullus Cassati, *Dissertatio Physica de Igne*, aliique.^[12]

²⁸⁶ Matth. XI, 5.

²⁸⁷ *I Corinth.* VI, 10.

[1]Errabant tamen *R²LNV*] Tamen errabant *R¹* [2]fallitur *R²LNV*] fallitur egregie *R¹* [3]ad simpliciter *R²LNV*] ad simpliciter et plurimis modis fieri potest ex quibus diuersa nomina habet *R¹* [4]cogere ... perniciosas *R²LNV*] duceret perniciosas esse simpliciter *R¹* [5]haec enim *R²LNV*] nam haec *R¹* [6]hominum *R²LNV*] *om. R¹* [7]examine supposuere *R²LNV*] uocarunt ad examen *R¹* [8]ea *R²LNV*] haec *R¹* [9]Aliqui postea *R²LNV*] Peccant idem peccatum illi qui postea *R¹* [10]Est ... consequentis. *om. R¹* [11]Quid ... cap. 11. *R²LNV*] *om. R¹* [12]aliique. *R²LNV*] *om. R¹*

que for o mais belo deve atribuir-se aos deuses”.²⁸³ Contudo, eles enganavam-se, pois a figura humana, sendo certamente a mais bela daquelas que observamos, não pode dizer-se a mais bela de todas as que podem ser criadas.²⁸⁴ Também Aristóteles prova que o fogo é totalmente leve porque se move de baixo para cima; mas caiu em erro, pois com base nesse argumento apenas se conclui que ele é mais leve que o ar, havendo mesmo quem afirme que o fogo é pesado.²⁸⁵ Denomina-se este sofisma “*a dictu secundum quid ad simpliciter*”.

2. Há pessoas que se servem por vezes da lógica e da retórica para incutir muitas falsidades e para sublevar as multidões no Estado e realizar tumultos. Mas erraria quem concluísse que elas são perniciosas, dado que tais calamidades não provêm da natureza das disciplinas, [224] originando-se no seu uso perverso por parte das pessoas, pois muitos mais benefícios que malefícios ocasionam essas duas disciplinas ao Estado. Por outro lado, os heréticos que submetem a exame os nossos dogmas rejeitaram alguns e aceitaram outros sem nenhuma convicção. Inferem por isso alguns de modo inábil que procedem impensadamente os que submetem a exames os nossos dogmas, devendo deixá-los incólumes e discorrer-se apenas sobre matérias escolásticas. De facto, é próprio da Igreja Católica demonstrar aos seus inimigos que a nossa doutrina é tão sólida que não pode ser abalada por nenhuma das suas maquinações. Chama-se a este sofisma “falácia de acidente”.

3. Alguns, depois de terem verificado que uma opinião é mais provável que outras, proclamam ousadamente e sem nenhuma restrição que ela é verdadeira, por exemplo a hipótese sobre o céu de Tycho Brahe. Denomina-se esta falácia “argumentar do relativo para o absoluto”.

4. Está escrito nos Evangelhos:²⁸⁶ “Os cegos vêem, os coxos andam, os surdos ouvem”. Contudo, se alguém inferisse “portanto, vêem enquanto cegos, andam enquanto coxos, ouvem enquanto surdos”, concluiria inabilmente, pois aquelas proposições exprimem o que sucedia anteriormente, mas não o que sucede actualmente. Chama-se a este sofisma “argumentar ‘*a sensu diuiso ad compositum*’ ”.

Pelo contrário, lemos em Paulo:²⁸⁷ “Nem os ladrões, nem os avarentos, nem os beberrões, nem os caluniadores, nem os salteadores herdarão o reino de Deus”. Seria, porém, induzido em erro quem pretendesse concluir que em tempo algum eles poderiam possuir o reino de Deus, pois Paulo refere-se àqueles que a morte surpreendeu nessas torpezas. Contudo, se eles fizerem penitência antes da morte, poderão possuir o reino de Deus. Denomina-se este sofisma “argumentar ‘*a sensu composito ad diuisum*’ ”.

²⁸³ Cícero, *De Natura Deorum*, I, 18.

²⁸⁴ Referi na *Metafísica* (liv. IV, cap. 11) o que é o belo absoluto e o relativo.

²⁸⁵ Hamel, *Historia Academiae Regiae Scientiarum*, liv. I, sec. 2, cap. 2; Paulo Cassati, *Dissertatio Physica de Igne*; e ainda outros.

²⁸⁶ Mateus, XI, 5.

²⁸⁷ *Primeira Carta aos Coríntios*, VI, 10.

5. Eiusdem sophismatis alligaretur qui, non res sed uerba contraria uidens, diceret esse contradictionem ubi non est; uerbi gratia: “Homo est immortalis”, “Homo est mortalis”. Aut qui adfirmaret conuersioni propositionum locum esse, ubi non est; uerbi gratia: “Circulus est figura. Ergo, figura est circulus”. Hae enim non generatim, sed certa ratione sunt uera. Primum est sophisma contradictionis; alterum, consequentis.

[225]

III

Quando de re quae plura et diuersa agere potest dicimus^[1] unum tantum producere, ut in hoc syllogismo:

Quod ualde calidum est siccatur.
Haec aqua (calida) est calida ualde.
Igitur, haec aqua siccatur.

Vtrumque enim aqua calida facere potest, scilicet^[2] humiditate sua humectare et calore siccum reddere, si facultatibus recte utaris, id est, si non ad aquam, sed ad uas quod eam continet, applicentur res humidae.

IIII

Quando probamus propositionem aliquam esse ueram hac^[3] de causa quod aduersarii non ostendunt esse falsam.

Est enim adfirmantis rationes quas habet ponere in medium, aliorum uero easdem ad philosophorum trutinam reuocare.

V

Quando argumentamur a falsitate unius ad ueritatem alterius.

Exempli gratia, ueteres illi peripatetici hoc nomine sectam suam se confirmare existimarunt, quod plurimis uerbis demonstrarunt Platonem, Parmenidem ceterosque philosophos falsos fuisse. Cartesiani suam hoc nomine, quod Aristotelis flagitia patefecerunt. Contra iuniores peripatetici iudicarunt se luculenter dogmata sua lectoribus probare, propterea quod Cartesii errata quaedam notarunt. Immerito tamen, nam fieri potest ut hypotheses omnes quae excogitatae fuerunt sint falsae. Quod si ex falsitate cuiusdam propositionis colligo contradicentem^[4] esse ueram, recte concludo. Eodem sophismate infusantur ii qui, ut aliquod crimen a se auertant, alterum de eodem crimine postulant.

^[1]dicimus R^2LNV] pronuntiamus R^1 ^[2]scilicet R^2LNV] *om.* R^1 ^[3]hac de causa R^2LNV] hoc nomine R^1 ^[4]contradicentem R^2LNV] contradictoriam R^1

5. Cairia no mesmo sofisma quem, examinando não as coisas, mas as expressões incompatíveis, dissesse existir contradição onde ela não existe; por exemplo, “o homem é imortal”, “o homem é mortal”. Ou quem afirmasse que existe conversão das proposições onde ela não existe; por exemplo, “o círculo é uma figura, portanto, uma figura é um círculo”. Estas coisas não são geralmente verdadeiras, mas segundo uma certa razão. O primeiro é o sofisma da contradição e o segundo do consequente.

[225]

III

Quando afirmamos a respeito de uma coisa que pode produzir muitas coisas e muito diferentes, mas produz apenas uma, como neste silogismo:

*O que é muito quente faz secar;
esta água (quente) é muito quente;
portanto, esta água faz secar.*

Na verdade, a água quente pode realizar várias coisas, designadamente humedecer pela sua humidade e secar pelo calor, se usarmos devidamente as suas propriedades, isto é, se não aproximarmos as coisas húmidas da água, mas do recipiente que a contém.

IV

Quando demonstramos que uma proposição é verdadeira em virtude de as suas contrárias não evidenciarem que é falsa.

É próprio de quem afirma apresentar as razões que possui, mas é próprio dos outros submetê-las à apreciação dos filósofos.

V

Quando argumentamos da falsidade de uma coisa para a verdade de outra.

Por exemplo, julgaram os antigos peripatéticos que confirmavam os seus princípios por terem demonstrado com muitas palavras que Platão, Parménides e outros filósofos proferiram falsidades; e os cartesianos, por terem desvendado as doutrinas desprezíveis de Aristóteles. Inversamente, julgaram os peripatéticos modernos terem demonstrado muito bem as suas opiniões aos leitores, razão por que os cartesianos lhes censuraram certos erros; no entanto, injustamente, pois pode suceder que todas as hipóteses que eles inventaram sejam falsas. Por isso, se eu inferir com base na falsidade de uma proposição que é verdadeira a sua contraditória, infiro adequadamente. Pelo mesmo sofisma estão contaminados aqueles que para evitarem ser acusados de um crime acusam outro do mesmo crime.

[226]

VI

Quando non alio argumento infirmamus propositionem ueram, nisi auctorem irridendo.

Peccant hoc frequenter scholastici cum recentioribus philosophis disputantes. Verum haec confutandi ratio infirma est prorsus. Cogendi ergo sunt ii, ut theses non cachinnis, et diceriis, sed argumentis et firmis, et perspicuis confutent.^[1] Eadem uia cum iis agemus, qui querelis, eiulatu, iureiurando falsum aliquid nobis persuadere conantur: propterea quia eiusdem sophismatis rei sunt.

VII

Quando argumentamur ab uno genere ad aliud.

Exempli gratia, plura mathematicis sunt uera quae physicis falsa sunt. Nam mathematicus definit lineam hoc modo: longitudo sine latitudine; punctum uero hoc modo: Id quod nullam habet dimensionem. Haec uero in Physica nusquam sunt. Qui uero ab uno genere ad aliud transeunt, ut non nulli uiri doctissimi faciunt, labuntur in^[2] hoc sophisma.

Haec sunt praecipua sophismata in quae disputantes ii, qui non omnino delirant, incurrunt. Reliqua tam sunt clara, ut uix monitione egeant tirones. Occurrunt tamen non nulla sophismata tironibus^[3] aliquanto explicatu difficiliora, quae praeuidere non paenitebit.

Exempli gratia, cum essent tres homines sermocinantes, postea quam duo dixere mendacium, tertius dixit: “Vnusquisque nostrum nunc falsum dicit”. Ex^[4] quo ita sophista argumentatur: “Vnusquisque nostrum nunc falsum dicit. Sed ego sum unus nostrum. Ergo et ego falsum dixi. Atqui, si ita est, ego uerum dixi. Igitur et uerum et simul falsum dixi”. Idem dicemus de ceteris propositionibus quas logici uocant “se falsificantes”.

Verum nullo negotio hoc sophisma dissoluemus, si propositionem tertii expenderit. Nam cum^[5] propositiones ex communi usu loquendi non habeant se ipsas pro obiecto, sed alias res, si^[6] tres illi ante propositionem “Vnusquisque, etc.” falsum dixerant, propositio tertii est uera; sin autem, falsa [227] est. Quod si tertius ille in animo habuit propositionem suam pro obiecto, et^[7] scopo sibi ponere, cum certo sciat id fieri^[8] non posse, propterea quia idem nequit simul esse et non esse uerum, consequitur^[9] huiusmodi hominem ludere in uerbis nec dignum esse

^[1]confutent. *R²LNV*] eneruent et confutent. *R¹* ^[2]in hoc sophisma. *R²LNV*] in hoc sophisma. Ad hanc classem referri potest fallacia paritatis. *R¹* ^[3]tironibus aliquando *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[4]Ex quo ... falsificantes. *R²LNV*] *pro* Haec ... falsificantes. *R¹*: *vd. infra Annexum XXVIII.* ^[5] cum ... non habeant *R²LNV*] propositiones ex usu communi loquendi numquam habent *R¹* ^[6]si ... dixerat *R²LNV*] Itaque si unusquisque eorum falsum dixerat *R¹* ^[7]et scopo ... ponere *R²LNV*] sui ipsius habere *R¹* ^[8]fieri non posse *R²LNV*] nullo modo fieri posse *R¹* ^[9]consequitur *R²LNV*] plane consequitur *R¹*

[226]

VI

Quando refutamos uma proposição verdadeira com o único argumento de pôr a ridículo quem a enuncia.

Neste caso, os escolásticos caem com frequência em erro ao disputarem com os filósofos modernos, mas o seu modo de refutar é totalmente inconsistente. Eles devem, portanto, ser coagidos a refutar proposições não com risadas e sarcasmos, mas com argumentos consistentes e evidentes. Procedemos da mesma forma com aqueles que procuram persuadir-nos de alguma falsidade, servindo-se de exprobrações, de lamúrias e de juramentos. Trata-se por isso de sofismas da mesma espécie.

VII

Quando argumentamos de um género para outro.

Por exemplo, muitas coisas são verdadeiras para os matemáticos, sendo, no entanto, falsas para os físicos. Com efeito, o matemático define a linha como uma extensão longitudinal sem espessura, e o ponto como aquilo que não tem dimensão, não se encontrando, porém, essas definições em parte alguma da Física. Caem neste sofisma os que passam de um género a outro, como sucede com alguns varões muito doutos.

São estes os principais sofismas em que incorrem os disputadores que muitas vezes deliram. Os restantes são tão evidentes que dificilmente necessitam da consideração dos principiantes. Ocorrem, no entanto, alguns sofismas um pouco mais difíceis de explicar aos principiantes, não sendo por isso motivo de arrependimento se os conhecermos.

Por exemplo, estando três pessoas discutindo, e após duas delas terem dito uma mentira, a terceira declarou: “Cada um de nós está proferindo uma falsidade”. Em seguida, o sofista argumenta: “Cada um de nós está proferindo uma falsidade; mas eu sou um de nós; portanto, também eu proferi uma falsidade; eu disse por isso uma verdade, pelo que aquilo que eu disse é ao mesmo tempo verdadeiro e falso”. Devemos afirmar o mesmo das outras proposições denominadas pelos lógicos “falsificantes”.

Contudo, podemos refutar sem dificuldade este sofisma, considerando atentamente a proposição da terceira pessoa. Dado que as proposições proferidas segundo o uso comum de nos exprimirmos não têm como objecto elas próprias, mas outras coisas, se aquelas três pessoas proferissem uma falsidade com a proposição “cada um de nós, etc.”, a proposição da terceira pessoa seria verdadeira, de contrário seria falsa. [227] Com efeito, se a terceira pessoa possuir como objecto no espírito a sua proposição e a estabelecer como escopo, e sabendo ela com certeza não poder isso suceder por não ser possível que a mesma coisa seja e não seja verdadeira ao mesmo tempo, infere-se que essa pessoa se diverte com as palavras, não havendo nenhum motivo para a existência daquela proposição vocal (pois da mental não

cuius propositionis uocalis (nam mentalis nulla hoc casu est adfirmatio) ulla ratio habeatur. Quare^[1] in primo casu sic exponenda est maior: “Vnusquisque nostrum, ante hanc propositionem, nunc falsum dicit”; concedo, aliter nego. Et cetera omnia neganda. In secundo casu neganda est maior, et sophista ridendus.

Interdum ut sophismata diluamus satis est proferre^[2] similem syllogismum, cuius conclusio aperte sit falsa. Nam hoc modo sophismatis falsitas plane demonstratur.

Exempli gratia, dicat aliquis: “Recentiorem physicam esse inutilem, propterea quod non efficit ut homines uiuant diutius”. Tu responde: “Panem omnino esse inutilem, propterea quia non efficit ut homines feбри liberentur, aut ut liberentur frigore ceterisque^[3] incommodis”.

Plerique logici^[4] inter sophismata hoc recensent: “Aliud probare quam quod est in quaestione”. Quid nimis multi faciunt disputantes, cum uel imprudentia uel malitia aliis adtribuunt ea de quibus numquam somniarunt. Verum is^[5] quidem est error manifestus, ut etiam interdum “non caussa pro caussa”; at sophisma non^[6] nisi lata acceptione dici potest, propterea quia nos non decipit specie probabilitatis, ut^[7] acute uir doctus monet.²⁸⁸ Id facillime uitabimus, si statum controuersiae perspicue constituerimus, quod plurimis in locis monuimus.

COROLLARIA

- I. *Hinc omnis propositio legitime demonstrata est certo uera.*
- II. *Hinc demonstratio est praestantior uia inquirendi ueritatem.*
- III. *Hinc illud est certo falsum quod uel experientiae uel euidenti demonstrationi repugnat, uelut hoc: “Flamma est corpus durum”, “Circulus est triangulus”.*

[228] SCHOLION

Philosophi quidam docent esse aliquos gradus falsi, seu rei quae certo falsa est. Nam sunt propositiones quae falsae demonstrari non possunt, tamen sapienti non persuaseris ut iis adsentiatur; xempli gratiae: “Esse lares seu daemonas propitios qui famulatum praestent hominibus”, et huiusmodi sexcenta. Aliae sunt quarum falsitas uel facile uel operose demonstratur; exempli gratia: “Omnes angulos rectilineos esse aequales”. Quaedam tam perspicue sunt falsae, ut si quis demonstrationem requirat, audiendus non sit, ut “Ferrum est flauum”, “Equi loquuntur”; et ^[8] his similia.

²⁸⁸ Mariotte, *Essay de logique*, Part. II, in fine.

^[1]Quare ... ridendus. *R²LNV*] om. *R¹* ^[2]proferre *R²LNV*] adferre *R¹* ^[3]ceterisque incommodis. *R²LNV*] cetera. *R¹* ^[4]logici *R²LNV*] omnes logici *R¹* ^[5]is *R²LNV*] hic *R¹* ^[6]non nisi ... potest *R²LNV*] nominari non potest *R¹* ^[7]ut acute ... monet. *R²LNV*] ut scite monet uir doctissimus. *R¹* ^[8]et his similia. *R²LNV*] cetera. *R¹*

se faz neste caso nenhuma afirmação). Por isso, no primeiro caso, a maior deve expor-se deste modo: “Cada um de nós com esta proposição está proferindo uma falsidade”. Sendo assim, concedo; de outro modo, recuso. E todas as outras devem ser rejeitadas. No segundo caso, deve rejeitar-se a maior e escarnecer-se do sofista.

Por vezes, para refutar os sofistas é suficiente expor um silogismo cuja conclusão seja abertamente falsa, pois desta forma fica totalmente demonstrada a sua falsidade.

Por exemplo, poderia alguém afirmar: “A física moderna é inútil por não conseguir que os seres humanos vivam por muito tempo”. Mas poderíamos responder: “O pão é totalmente inútil por não conseguir que os seres humanos se libertem da febre, ou do frio, ou de outros incómodos”.

A maior parte dos lógicos refere entre os sofismas o seguinte: “Provar uma coisa diferente do que está em questão”. Muitíssimos disputantes procedem desse modo, pois, quer por ignorância quer por malícia, atribuem aos outros aquilo sobre que eles nunca sonharam. Na verdade, isso é um erro evidente, como também algumas vezes o sofisma “*non causa pro causa*”. Mas não pode afirmar-se, excepto no sentido lato, que é um sofisma, dado não induzir em erro relativamente à probabilidade, como adverte com perspicácia um varão douto.²⁸⁸ Podemos evitá-lo muito facilmente, estabelecendo com evidência o estado da controvérsia, como chamei a atenção em muitos lugares.

COROLÁRIOS

- I. *Toda a proposição convenientemente demonstrada é certamente verdadeira.*
- II. *A demonstração é o método mais excelente para investigar a verdade.*
- III. *É certamente falso o que é incompatível quer com a experiência quer com a demonstração evidente, como nestes casos: “A chama é um corpo sólido”, “o círculo é um triângulo”.*

[228] ESCÓLIO

Ensinam certos filósofos que existem graus de falsidade ou da coisa que seguramente é falsa. Trata-se, no entanto, de proposições que não podem demonstrar-se como falsas, não podendo persuadir-se uma pessoa douda a dar-lhes assentimento; por exemplo: “Existem lares e demónios protectores que dispensam benefícios aos seres humanos”; e inúmeras coisas deste género. Outras são aquelas proposições cuja falsidade se demonstra tanto facilmente como laboriosamente, por exemplo: “Todos os ângulos rectilíneos são iguais”. Outras são falsas com tanta evidência que, se alguém exigir a sua demonstração, não deve ser ouvido, como estas: “O ferro é amarelo”, “os cavalos falam”; e outras coisas semelhantes.

²⁸⁸ Mariotte, *Essay de logique*, 2ª parte (no final).

CAPVT VIII

De effectu demonstrationis seu scientia: ubi de fide generatim^[1]

Cognitio quae demonstratione comparatur uocatur “scientia”, nam scientia hilosophis est Cognitio tam clara et perspicua, ut nulla dubitandi ratio reliqua^[2] sit.

Huiusmodi cognitiones duplici nos uia consequimur. Vel ex simplici consideratione idearum, ut “Totum est maius sua parte”, “Idem non potest simul esse et non esse”, “Ego cogito, ambulo, sedeo”; haec est scientia intuitionis. Vel ex indubiis propositionibus (definitionibus,^[3] axiomatis, postulatis) idque per argumentationem, et haec uocatur “demonstrationis”. Vtraque cognoscendi ratio aequae certa est, secunda tamen magis est laboriosa et minus clara, quam prima.

Praeterea facultas quam habet mens propositionem aliquam ex principiis omnino certis deducendi, seu demonstrandi ueritatem aliquam et ipsa “scientia”, seu “habitus scientificus” nuncupatur.

Quod si principia ex quibus ratiocinamur non certa et perspicua, sed uerisimilia sunt, tale iudicium uocatur “opinio”; et lata significatione, “scientia”.

Scientiae quasi ex altera parte respondet fides, quod uocabulum alio sensu grammatici, alio philosophi usurpant. Nostris fides est credere rem quam habeo ex [229] narratione alterius. Quare cum credo scriptori dicenti in India esse urbem quamdam, quam uocant “Goam”, fidem habere dicor.

Si fidem adiungo ei qui fallere potest aut falli,^[4] meus adsensus est infirmus et ad probabilitatem reducitur. Quod si tribuo fidem ei^[5] qui nec fallere nec falli potest, nimirum Deo, haec fides est tam firma, quam scientia.

Hoc autem interest inter fidem et scientiam: quod qui habet scientiam agnoscit praedicatum et subiectum propositionis, ac eorum nexum; exempli gratia Cum sentio me ambulare habeo ideam perspicuam mei et ambulationis, et nexus utriusque; id est, clare cognosco me ambulare. Contra, qui habet fidem potest ille quidem habere antea^[6] ideam utriusque, sed non habet ideam connexionis, hanc enim postea^[7] iudicat esse propter auctoritatem dicentis.

Exempli gratia, ait quis esse in Lusitania adamantem cuius est libra pondo. Habet ille quidem ideam “adamantis” et “ponderis”, sed ideam “nexus” non nisi fide loquentis habet.^[8] Item declarat Deus Christum esse Deum et hominem, habemus nos confusam ideam Dei, clariorem “hominis”, sed nullam illius nexus. Ideo eum^[9] propter auctoritatem Dei^[10] loquentis credimus.

^[1]generatim *R²LNV*] *om. R¹* ^[2]reliqua sit. *R²LNV*] sit reliqua. *R¹* ^[3]definitionibus, axiomatis *R²LNV*] axiomatibus, definitionibus *R¹* ^[4]falli *R²LNV*] saltem falli *R¹* ^[5]ei *R²LNV*] illi *R¹* ^[6]antea *R²LNV*] *om. R¹* ^[7]postea *R²LNV*] *om. R¹* ^[8]habet. *R²LNV*] adfirmat. *R¹* ^[9]eum *R²LNV*] illum *R¹* ^[10]Dei *R²LNV*] *om. R¹*

CAPÍTULO IX

Consequência da demonstração, ou a ciência.

E ainda sobre a fé em geral

O conhecimento obtido por demonstração denomina-se “ciência”; e a ciência é para os filósofos um conhecimento dotado de tanta clareza e evidência que não subsiste nenhuma razão de dúvida.

Adquirimos estes conhecimentos de duas maneiras. Ou pelo simples exame das ideias, como “o todo é maior que a sua parte”, “a mesma coisa não pode ser e deixar de ser ao mesmo tempo”, “penso, caminho, estou sentado”; esta é a ciência obtida por intuição. Ou pela argumentação com base em proposições indubitáveis (definições, axiomas e postulados); esta denomina-se “ciência obtida por demonstração”. Ambos estes modos de conhecer são igualmente dotados de certeza; contudo, o segundo é mais laborioso e menos claro que o primeiro.

Além disso, a faculdade que possui a mente humana de deduzir uma proposição de princípios totalmente certos, ou de demonstrar uma verdade, denomina-se “ciência propriamente dita” ou “hábito científico”.

Porém, se os princípios com base nos quais raciocinamos não forem dotados de certeza e evidência, mas verosímeis, os nossos juízos têm o nome de “opinião” e de “ciência no sentido lato”.

À ciência corresponde por outro lado a fé, e o respectivo vocábulo é entendido em sentido diferente pelos gramáticos e pelos filósofos. Para mim, a fé consiste em acreditar numa coisa com base na narrativa de outrem. [229] Assim, quando acredito num autor que afirma existir na Índia uma cidade chamada “Goa”, estou realizando um acto de fé.

Se eu conceder a minha fé a quem pode enganar ou enganar-se, o meu assentimento é débil, reduzindo-se à probabilidade; mas, se eu a conceder a quem não pode enganar nem enganar-se, é certamente a fé em Deus, que é tão consistente como a ciência.

Há, no entanto, uma distinção entre a fé e a ciência, pois quem possuir a ciência conhece o predicado e o sujeito da proposição e a sua conexão; por exemplo, ao aperceber-me de que caminho, possuo uma ideia evidente de mim próprio, bem como do acto de caminhar e da conexão entre ambos, isto é, tenho conhecimento claro de que caminho. Ao invés, quem tiver fé pode decerto possuir anteriormente as ideias de ambas as coisas, mas não a ideia da conexão, pois ela é pensada posteriormente em virtude da autoridade do falante.

Por exemplo, poderia uma pessoa afirmar que existe em Portugal um diamante com o peso de uma libra. Ela possui certamente a ideia de “diamante” e de “peso”, mas só possui a ideia de “conexão” em virtude do acto de fé relativamente ao falante. De forma idêntica, por Deus ter declarado que Cristo é Deus e homem, possuímos uma ideia confusa de Deus e uma ideia mais clara de “homem”, mas nenhuma ideia da sua conexão. Acreditamos por isso em Deus em virtude da autoridade da sua palavra.

COROLLARIVM

Hinc non potest homo habere simul fidem et scientiam secundum eamdem rem, quia haec inter se pugnant. At potest id ipsum quod certo scit aliorum auctoritate confirmare.

Exempli gratia, experimento capto cognoui ignem esse grauem. Hinc colligo euidenter etiam flammam. Quod si mecum reputans quam facile homines decipiantur, caute^[1] et ex abundanti dubitem an errauerim, et legam grauissimos philosophos id ipsum docuisse,²⁸⁹ firmitus id animo percipio et adseuero. Quo^[2] casu et credo eos periculum fecisse: quae [230] est fides. Et ex eorum experimentis ac rationibus uideo id ipsum sequi, qui mihi est nouus gradus probabilitatis, ex quo confirmo id quod iam perspicua ratiocinatione mihi certo colligeram. Sin auctoritas esset diuina, nouus gradus firmitatis ac certitudinis foret.²⁹⁰

²⁸⁹ Vid. [3] Hamel., *Historia Academiae Regiae* lib I, sec. 2, cap. 2, et *Histoire de l'Académie Royale des Sciences* an. 1708 et 1733; Paullus Cassati, *De Igne Dissertatio; République des Lettres*, Tomo VIII, p. 1278. Sed haec mihi explorata non sunt; aliorum cogitata pono.

²⁹⁰ Scientia^[4] est euidentis cognitio rei; fides, ineuidentis cognitio rei. Haec autem inter se pugnant eodem tempore. Quia tamen aliquae ueritates perspicuae sunt etiam auctoritate diuina notae, ueluti existentia et proprietates Dei, mundi creatio etc.; auctoritas autem Dei non euertat lumen naturae, sed perficiat; nam idemmet Deus utraque uia ac ratione homini uerum pandit; iccirco eiusmodi cognitio (quam ex aliis principiis habemus) non minuit scientiae uim, sed est nouus gradus firmitatis qui eam roborat; et in eo qui scientiam habet reapse ad scientiam reducitur, hoc est, ad Deum naturae lumine id ipsum clarius testantem. Quod qui negat, idem petierit ut Sole lucente et oculis ualentibus nemo sit certus esse diem, nisi ex auctoritate eius qui nobis ait esse diem. Sed haec, aliaque eius generis pugnantia, peripateticis quibusdam satis ualidi stomachi concoquenda relinquamus.

^[1]caute et ex abundanti. *R²LNV*] om. *R¹* ^[2]Quo ... foret. *R²LNV*] om. *R¹* ^[3]Vid. Hamel. *R²LNV*] Boyleus, Hombergius, Du Clos et alii. Vid. Hamel *R¹* ^[4]Scientia ... relinquamus. *R²LNV*] om. *R¹*

COROLÁRIO

O ser humano não pode possuir simultaneamente a fé e a ciência segundo a mesma razão, dado que elas se opõem entre si. Mas ele pode confirmar o que conhece como certo pela autoridade dos outros.

Por exemplo, tenho conhecimento através da experiência de que o fogo é pesado, inferindo por isso com evidência que a chama é pesada. E, se eu reflectir com diligência como é fácil as pessoas enganarem-se, e se, cautelosamente e de sobejo, duvidar se cometi erro, e examinar se os mais importantes filósofos ensinaram isso,²⁸⁹ conheço e assevero esse facto com maior firmeza de espírito. Acredito neste caso que eles fizeram experiências. [230] Isto é a fé. E com base nas suas experiências e argumentos, apercebo-me de que resulta isso mesmo, o que para mim é um novo grau de probabilidade, com base no qual confirmo aquilo que por raciocínio evidente já havia concluído como certo. Tratando-se, porém, da autoridade divina, haveria um novo grau de segurança e de certeza.²⁹⁰

²⁸⁹ Ver: Hamel, *Historia Academiae Regiae*, liv. I, séc. 2, cap. 2; *Histoire de l'Académie Royale des Sciences*, 1709 e 1733; Paulo Cassati, *De Igne Dissertatio; République des Lettres*, t. VIII, p. 1278. Mas estes assuntos não foram por mim investigados; quanto aos outros, reflecti sobre eles.

²⁹⁰ A ciência é o conhecimento evidente das coisas; e a fé, um conhecimento não evidente. Elas opõem-se, porém, entre si. Contudo, algumas verdades evidentes são dadas também a conhecer pela autoridade divina, por exemplo a existência e os atributos de Deus, a criação do mundo, etc. No entanto, a autoridade divina não extingue a luz natural da razão, mas aperfeiçoa-a. Com efeito, é o próprio Deus que revela ao ser humano de ambos os modos e pela razão natural a verdade. Por isso, tal conhecimento (que possuímos com base noutros conhecimentos) não minora a importância da ciência, sendo antes um novo grau de certeza que a corrobora. E quem possui a ciência é efectivamente reconduzido a ela, isto é, ao próprio Deus que a manifesta com a maior clareza por meio da luz natural da razão. Quem recusasse estas coisas comportar-se-ia como alguém que, estando o Sol resplandecente e tendo os olhos saudáveis não tivesse a certeza de ser dia, excepto em virtude da autoridade de quem afirma que é dia. Mas estes assuntos e outros deste género, por serem contraditórios, reservemo-los para alguns peripatéticos suficientemente robustos de estômago para os digerirem.

[231]

LIBRI QVINTI PARS ALTERA

De^[1] Vero Probabili

CAPVT I

De^[2] uero probabili generatim

Hactenus quid sit uerum^[3] certum; hinc quid sit uerum probabile facile constat^[4] Itaque quemadmodum illud certo est uerum quod ita esse cognoscitur, ut nulla dubitandi ratio reliqua sit, ita quod non nihil dubitationis relinquit, id quidem probabiliter tantum est uerum.

Exempli gratia, qui considerat adolescentem summo ingenio praeditum, discendi cupidum, a praesidiis omnibus ad ediscendum paratum optimisque magistris utentem, et inde colligit euasurum uirum doctum; is sane^[5] probabiliter iudicat. Nam uidet ille quidem plurima adiuncta quae uerum^[6] comitari solent, non tamen omnia. Nam exploratum non habet an tanta ingenii uis nullo morbo peritura sit, an grandior factus in eadem sententia constanter sit permansurus, an progressu temporis praeceptoribus indoctis non sit usus, et his similia multa. Quae omnia qui haberet comperta, sine ulla dubitatione existimaret se ueritatem tenere.

Itaque si omnes ueritatis characteres notos habemus, iudicium nostrum est certo uerum, quia a rei euidentia proficiscitur. Sin aliquos tantum cognitos habemus, tale iudicium est probabile, nec nisi hypothesi fundatur. Est autem hypothesis propositio quae habetur uera,^[7] quia ex ea proprietates rei non^[8] incommode possunt explicari.

[232] Exempli gratia, si pro uero sumo aëris pondus esse caussam cur plurima exhalatio e nostris corporibus non exeat, haec hypothesis uera haberi debet usque donec certior appareat, nam^[9] ex ea omnia phaenomena et facile et uerisimiliter exponi possunt. Haec de propositione probabili.

^[1]DE VERO PROBABILI *R²LNV*] DE VERITATE PROBABILI *R¹* ^[2]De uero probabili *R²LNV*] De ueritate probabili *R¹* ^[3]uerum certum *R²LNV*] certum *R¹* ^[4]constat. *R²LNV*] ostenditur. *R¹* ^[5]sane *R²LNV*] quidem *R¹* ^[6]uerum *R²LNV*] ueritatem *R¹* ^[7]uera *R²LNV*] pro uera *R¹* ^[8]non incommode *R²LNV*] commode *R¹* ^[9]nam *R²LNV*] quia *R¹*

[231] **SEGUNDA PARTE DO LIVRO QUINTO**
 A Verdade Provável

CAPÍTULO I
 A verdade provável em geral

Discorri até agora sobre a verdade certa, sendo por isso facilmente reconhecido o que é a verdade provável. Portanto, da mesma forma que aquilo que é verdadeiro se reconhece como sendo o que corresponde à realidade – de modo a não subsistir nenhuma dúvida –, igualmente aquilo em que subsiste dúvida é apenas verdadeiro com probabilidade.

Por exemplo, quem considerar um jovem dotado de grande talento, desejoso de aprender, disposto a obter de todas as formas conhecimentos e a recorrer aos melhores mestres, e inferir que ele irá tornar-se um varão douto, ajuíza certamente com probabilidade. Com efeito, ele apercebe-se seguramente de muitas circunstâncias relacionadas entre si que costumam estar associadas à verdade, mas não de todas elas. Efectivamente, ele não investigou se tão grande talento não iria perecer em virtude de uma doença, ou se em idade mais avançada o jovem iria perseverar na mesma opinião, ou se com o decurso dos tempos não iria recorrer a preceptores sem instrução, e muitas coisas semelhantes a estas. E tudo o que ele tenha descoberto deve considerá-lo sem nenhuma dúvida verdadeiro.

Deste modo, se conhecermos todas as características da verdade, os nossos juízos são certamente verdadeiros por se originarem na evidência das coisas; se, porém, conhecermos apenas algumas, os nossos juízos são prováveis, baseando-se em hipóteses. E a hipótese é uma proposição que se considera verdadeira porque com base nela podem explicar-se adequadamente as propriedades das coisas.

[232] Por exemplo, se eu assumir como verdadeiro que o peso do ar é a causa por que uma abundante exalação não irrompe dos nossos corpos, esta hipótese deve considerar-se verdadeira enquanto parecer a mais correcta, pois a partir dela podem explicar-se facilmente e de modo verosímil todos os fenómenos. Isto diz respeito à proposição provável.

Syllogismus uero probabilis est cuius una^[1] saltem propositio est probabilis. Exempli gratia:

Omnis hostia legitime consecrata continet corpus Christi.

Haec hostia est legitime consecrata.

Ergo, haec hostia continet corpus Christi.

Prima propositio diuina locutione est certa. Altera nobis est tantum probabilis, nam certo nobis non constat talem sacerdotem rite consecrasse. Quare conclusio est probabilis. Quod si sacerdos rite consecratus conscius sibi fuerit se ex ritu Ecclesiae hostiam legitime consecrasse, huic homini huiusmodi propositio erit euidens, et conclusio erit certa quidem, sed non euidens, propter primam ineudentem. Itaque syllogismus probabilis et demonstratiuus non in forma differunt, sed in materia.

COROLLARIUM I

Hinc eo probabilior est propositio, quo plures ueritatis characteres comprehendit.

COROLLARIUM II

Hinc omne probabile est possibile, non contra.

Prima pars constat. Probabilitas prae se fert characteres aliquos rei existentis; quod autem existit, uel potest existere, est possibile. Altera constat. Possum ego in praesentia hereditatem ab amico accipere, quis neget? At non est probabile quia desunt adiuncta quae uerisimilem rem faciant. Quod si amicus diues, sine ullis heredibus necessariis, grauiter aegrotans, me uocet ad lectum se, suaque omnia meae fidei commendet, adfirmans iureiurando se memorem accepti beneficii esse futurum, iam possum probabiliter iudicare me heredem fore.

[233] COROLLARIUM III

Hinc potest aliqua propositio esse nobis probabiliter uera, et esse^[2] re falsa. E contrario potest aliqua esse nobis probabiliter falsa, et esse uera reapse.

Prima pars constat ab exemplo posito. Nam si is^[3] qui promittit non habet animum gratiam referendi, talis propositio est nobis probabiliter uera, reapse uero falsa. Altera pars eodem exemplo illustrari potest. Nam fingamus talem hominem bis aliquid mihi promississe quin^[4] promissum impleuerit. Itaque probabiliter in praesentia iudico uerba mihi dari meque denuo esse decipiendum. Quod si promittens in ea^[5] hora

^[1]una saltem R^2LNV] uel utraque, uel una saltem R^I ^[2]esse re R^2LNV] tamen esse R^I
^[3] is R^2LNV] ille R^I ^[4]quin R^2LNV] quin tamen R^I ^[5]ea R^2LNV] illa R^I

Quanto ao silogismo provável, é aquele em que pelo menos uma proposição é provável. Por exemplo:

*Toda a hóstia devidamente consagrada contém o corpo de Cristo;
esta hóstia está devidamente consagrada;
portanto, esta hóstia contém o corpo de Cristo.*

A primeira proposição é dotada de certeza em virtude da palavra divina; a segunda é para nós apenas provável, pois não temos a certeza de que o sacerdote consagrou a hóstia segundo os ritos, sendo por isso provável a conclusão. Mas, se um sacerdote consagrado segundo os ritos estivesse consciente de ter consagrado devidamente a hóstia em conformidade com os ritos da Igreja, a segunda proposição seria para ele evidente e a conclusão dotada sem dúvida de certeza, mas não evidente, dado que a primeira não é evidente. Portanto, o silogismo provável e o silogismo demonstrativo não diferem na forma, mas na matéria.

COROLÁRIO I

Uma proposição é tanto mais provável quantas mais características de verdade ela incluir.

COROLÁRIO II

Todo o provável é possível, mas não vice-versa.

A primeira parte é evidente, dado que a probabilidade manifesta algumas características de uma coisa evidente, e o que existe ou pode existir é possível. A segunda parte é também evidente. Eu posso receber neste momento uma herança de um amigo. Quem poderá negá-lo? Isso não é, porém, provável, dado não haver motivo que o tornem verosímil. Mas, se um amigo rico e sem herdeiros directos, tendo adoecido gravemente, me chamar para junto do seu leito e me entregar confiadamente todos os seus bens, afirmando sob juramento que iria recordar-se do benefício por mim aceite, posso ajuizar com probabilidade que eu haveria de ser seu herdeiro.

[233] COROLÁRIO III

Uma proposição pode ser para mim provavelmente verdadeira e realmente falsa; ao invés, pode ser para mim provavelmente falsa e realmente verdadeira.

A primeira parte é evidente, em conformidade com o exemplo anterior. Com efeito, se alguém que recebeu uma coisa não tiver intenção de restituí-la, a proposição é para mim provavelmente verdadeira, mas realmente falsa. A segunda parte pode explicar-se com o mesmo exemplo. Suponhamos que a mesma pessoa me prometeu por duas vezes uma coisa sem, no entanto, cumprir a sua promessa. Nesta condição, ajuízo neste momento com probabilidade que foram apenas proferidas palavras e que eu fui de novo enganado. Na verdade, se quem fez a promessa estabeleceu

secum omnino constituerit stare promissis, meum iudicium, quamuis probabiliter uerum sit, re^[1] tamen est falsum.

SCHOLION

“Probabilitatis” doctrina quanto sit usui in uita ciuili, ii soli non intelligunt qui nunquam cum hominibus uersati sunt, aut eo modo sunt uersati, ut uentris oboedientia, non mentis usu regerentur. Pleraque enim negotia quae homines occupant non euidentiibus principiis sed probabilibus^[2] nituntur. Vt qui talem eruditionem contemnat^[3] et in singulis rebus mathematicam euidentiam requirat,^[4] ab hominum societate tamquam delirus sit explodendus.

CAPVT II

De probabilitate historica^[5]

Saepe nos ueritatem inuestigantes, cum nec periculum facere nec ratiocinatione perspicua aliquid efficere possimus, cogimur in eorum auctoritate qui uel negotium experti sunt uel ab expertis acceperunt, adquiescere; et rem credere propter eorum qui scribunt, auctoritatem et probitatem. Verum cum ii qui narrant, uel imprudentia uel malitia falsum frequenter obrudant, necesse est, ne imprudentes decipiamur quo [234] modo uerae et falsae narrationes secerni queant, internoscere^{291 [6]}.

Quo uero fidem testi prudentius habeamus, tria examinanda sunt: 1. qualitas testis; 2. res narrata; 3. modus narrandi.

Testes non uno tantum in pretio sunt habendi omnes. 1. Quidam sunt prudentes et peracris iudicii, quidam indocti et hebetes. 2. Quidam studio partium aguntur, alii libere iudicant. 3. Non nulli sunt boni, alii improbi et mendaces. 4. Sunt quidam oculati, quidam auriti, et hi rursus uel cum eo, quod narrant, simul fuerunt, uel ei suppare, uel longe sunt illo posteriores.

His constitutis, duo cum uiro doctissimo axiomata ponimus, ex quibus non nullae leges, tanquam consecutaria, ducuntur:

I. *Quo magis certus sum auctorem nec uoluisse nec potuisse me decipere, eo firmiorem ei fidem habere debeo.*

II. *An quis me uoluerit, uel potuerit decipere, ex narrationis adiunctis quae uel pugnant, uel alio uitio infuscantur, iudicandum est.*

²⁹¹ De hac re egregie disputauit Rudigerus, *De Sensu Veri et Falsi*.

^[1]re R^2LNV] reapse R^1 ^[2]probabilibus R^2LNV] probabilibus propositionibus R^1 ^[3]contemnat R^2LNV] contemnit R^1 ^[4]requirat R^2LNV] requirit R^1 ^[5]historica R^2LNV] historica explicat R^1 ^[6]internoscere. R^2LNV] cognoscere. R^1

para si próprio naquele momento que havia de manter o prometido, o meu juízo, embora provavelmente verdadeiro, é realmente falso.

Escólio

Quanto ao uso que tem na sociedade civil a doutrina da “probabilidade”, apenas não o entendem os que nunca conviveram com pessoas ou que conviveram de tal modo que se conduziram por obediência ao estômago e não à mente. Na verdade, a maior parte das actividades de que se ocupam os seres humanos não se baseiam em princípios evidentes, mas prováveis. E quem desprezar tais conhecimentos e exigir em todas as coisas a evidência matemática deve ser expulso da sociedade humana como delirante.

CAPÍTULO II

A probabilidade histórica

Ao indagarmos sobre a verdade – por não sermos capazes de investigá-la nem de estabelecer algo por raciocínio evidente –, apoiamo-nos com frequência na autoridade dos que conhecem por experiência um determinado assunto ou na dos que estão de acordo com eles, dando, assim, crédito a uma coisa em virtude da autoridade e da probidade de quem escreve. Porém, quando os que fazem narrativas incutem frequentemente a falsidade, ou por ignorância ou por malícia, é necessário para não sermos enganados, desprevenidos, [234] conhecer o modo como podem distinguir-se as narrativas verdadeiras das falsas.²⁹¹

Por isso, para mais precavidamente darmos crédito às testemunhas, devemos examinar três coisas: 1. a qualidade da testemunha; 2. o evento narrado; 3. o modo de narrar.

As testemunhas não devem considerar-se todas elas com o mesmo valor. 1. Um são sagazes e de juízo penetrante; outras, ignorantes e obtusas. 2. Um procedem com parcialidade, outras ajuízam livremente. 3. Algumas delas são competentes, outras desonestas e mentirosas. 4. Algumas delas são oculares, outras auriculares, e estas, por seu lado, ou foram contemporâneas dos acontecimentos narrados, ou quase contemporâneas, ou muito posteriores.

Estabelecidas estas coisas, apresento, em conformidade com um varão muito douto, dois axiomas, dos quais se deduzem algumas regras como seus consequentes:

I. *Quanto mais eu estiver certo de que um autor não pretendeu nem pôde enganar-me, tanta maior certeza e segurança devo ter.*

II. *Se alguém desejar ou puder enganar-me com as circunstâncias das suas narrativas, se elas forem contraditórias ou incutirem outros erros, é isso que devo ajuizar.*

²⁹¹ Rudiger (*De Sensu Veri et Falsi*) discorreu especialmente sobre este assunto.

Regulae de qualitate testium

I

Testimonium uiri prudentis et exercitati iudicii qui rem narrat quae peracre^[1] iudicium requirit probabilius est testimonium indocti. Sin rem aliam narret, est aequalis momenti.

Exempli gratia, si duo homines phaenomenon physicum a se uisum narrent, exempli gratia, uidisse se cometam, nouam stellam, spectrum, cetera, nemo sanus negauerit cultiori et sapientiori esse credendum, quia alter fortasse rem non expendit accurate. Quot enim res falsas Aristotelici, ceteroquin acuti^[2] et oculati, narrant in Physica? Quam facile sibi persuadent se ea uidisse quae non uiderunt? Quod si ambo rem narrant quae sensibus tantum, sine ulla ratiocinatione, comparatur, exempli gratia, uidisse se hominem ab alio occidi, ablegandus non est indoctus a testimonio ferendo.

[235]

II

Testimonium hominis qui partium studio non agitur praeferri debet ei^[3] qui in alterutram partem perpendet.

Propositio est euidens. Dignoscitur autem an homo in alterutram partem inclinatione uoluntatis pendeat ex adiunctis patriae, religionis, sectae, ceteris. Sic homini Hispano referenti Lusitanos exercitus fusos fugatosque a suis magnam uim hostium interemtam, et id genus alia, nisi eum iuuent adiuncta alia, haud^[4] temere credendum est, nam utriusque gentis aemulatio et aemulationis causa nota est cunctis.

Quid? ii etiam qui sine odio scribunt, si superbum de suis habent iudicium, intolerandas ineptias scribunt. Quis non rideat Langletum, hominum doctum, et a recentiori historia bene paratum, qui, cum aliis praecepta recte iudicandi traderet,²⁹² adfirmare non dubitarit Richelium Cardinalem, quo uires Austriacae gentis facilius minueret, Portugaliae regnum Ioanni IIII, Brigantino Duci dedisse? Quasi obscurum^[5] sit ulli qui historiam proximi saeculi uel a limine salutauit, quo modo Ioannes IIII ad Lusitaniae regnum peruenerit, non dicam inscio, sed ne suspicante quidem Richelio.

²⁹² *Metodo per studiare la Storia*, cap. XI, art. 1.

^[1]peracre iudicium R^2LNV] iudicium peracre R^1 ^[2]acuti et oculati R^2LNV] oculati R^1 ^[3]ei R^2LNV] illi R^1 ^[4]haud R^2LNV] non R^1 ^[5]obscurum R^2LNV] ignotum R^1

Regras sobre a aptidão das testemunhas

I

O testemunho de um varão sagaz e experimentado que narra um acontecimento que exige um juízo penetrante é mais verosímil que o testemunho de um ignorante. Porém, se ele narrar um acontecimento diferente, o seu juízo tem o mesmo valor.

Por exemplo, se duas pessoas narrarem um fenómeno físico observado por elas – designadamente a visão de um cometa, de uma nova estrela, de um fantasma, etc. –, ninguém de mente sã poderá negar dever acreditar-se na mais culta e mais sábia, pois provavelmente a outra não examinou o fenómeno com diligência. E quantas falsidades narram na Física os aristotélicos, por mais perspicazes e esclarecidos que eles sejam? E como eles se convencem facilmente de terem visto coisas que nunca viram? Portanto, se ambas aquelas pessoas narrarem um acontecimento conhecido apenas por meio dos sentidos e sem nenhum raciocínio – por exemplo, a visão de um homem assassinado por outro –, a ignorante não deve ser impedida de dar o seu testemunho.

[235]

I

O testemunho de uma pessoa que não seja parcial deve preferir-se à da que propende em ambos os sentidos.

Esta proposição é evidente. Reconhecemos que uma pessoa propende, segundo a tendência da sua vontade, em ambos os sentidos com base nas circunstâncias da pátria, da religião, da doutrina, etc. Não deve por isso, relativamente aos espanhóis, acreditar-se irreflectidamente que os exércitos portugueses foram destroçados pelos seus exércitos e postos em fuga e que uma grande força de tropas inimigas foi abatida e outras coisas do género, se não se invocarem outras circunstâncias, dado serem bem conhecidas de todos a emulação e a causa da emulação entre ambas as nações.

E que mais? Também os que escrevem sem sentimento de rancor, se ajuizarem com arrogância sobre os seus concidadãos, escreverem inépcias intoleráveis. Quem não faz troça de Langlet, pessoa douta e bem exercitada em história moderna, que, tendo ensinado aos outros os procedimentos para ajuizar com segurança,²⁹² não duvidou afirmar que o Cardeal Richelieu para aniquilar com maior facilidade os exércitos da Áustria concedeu a João IV, duque de Bragança, o reino de Portugal? Como se fosse uma coisa duvidosa para quem toca ao de leve a história do século passado – não me refiro a quem desconhece, mas a quem nem sequer suspeita da existência de Richelieu – conhecer o modo como João IV obteve o reino de Portugal.

²⁹² *Metodo per studiare la storia*, cap. XI, art. 1.

III

Oculatus testis merito suo praefertur aurito. Quod si oculatus non adest, aurito eique prudenti, sua fides constat.

Prima pars est manifesta. Nam oculatus narrat quod uidit, eorum^[1] uero qui audiunt, quilibet aliquid uel addit uel mutat. Iccirco non tam locupletes sunt testes. Quod si auritus et prudens et probus aliquid referat, caussa nulla est cur a testimonio repellatur.

IIII

Auriti testimonium diligenter est expendendum, usque donec ad eum qui primo retulit ueniamus. Hac uia et ex [236] quo fonte hauserint, et, quid de iis sit iudicandum, penitus cognoscemus.

V

Aequalis scriptor maiorem auctoritatem habet quam ii qui longe post uixerunt; et quo magis ab ea aetate seiuncti sunt, eo minor eorum est fides. Sin plurimi aequales mirifice congruunt, moralis euidentia habetur.

Regula de rebus quas narrant

I

Narratio in qua talia adiuncta se offerunt, quae inter se pugnant,^[2] probabilitatis expers est.

Nam huiusmodi narratio prae se fert contradicentia,^[3] seu talia^[4] enunciat quae fieri omnino non possunt. Igitur non est probabilis (Coroll. 2)

II

Si testis unus, quantum libet locuples, mirabile aliquid narret, parum fidei habet; potuit enim aliqua de caussa decipi. Sin plures integrae fidei, quamuis diuerso modo, id narrent, plus habent momenti. Sed multo plus habebunt momenti, immo prorsus plenam^[5] fidem facient, si iisdem uerbis, si oculati, si personae publicae, si iurati testentur.

^[1]eorum R^2LNV] illorum R^1 ^[2]pugnant R^2LNV] repugnant R^1 ^[3]contradicentia R^2LNV] contradictoria R^1 ^[4]talia enunciat R^2LNV] res adfirmat R^1 ^[5]plenam R^2LNV] om. R^1

III

A testemunha ocular é preferível pelo seu mérito à auricular; contudo, se a ocular não estiver presente, a sua veracidade é evidente para a auricular e para quem for sensato.

A primeira parte é manifesta, pois a testemunha ocular narra o que viu, mas a auricular acrescenta ou altera o que desejar. Por isso, as testemunhas não merecem a mesma confiança. Se, porém, a auricular referir algo sensato e verdadeiro, não há nenhum motivo para rejeitar o seu testemunho.

IV

Devemos ponderar com diligência os testemunhos até chegarmos ao que foi primeiramente narrado. [236] Conheceremos deste modo em profundidade a fonte de que eles provieram e o que devemos ajuizar a seu respeito.

V

Um autor contemporâneo dos eventos tem maior autoridade que aqueles que viveram muito posteriormente. E quanto mais distanciados da época eles estiverem, tanto menor é a sua credibilidade. Se, porém, vários autores contemporâneos concordarem totalmente entre si, trata-se de uma evidência moral.

Regras sobre os eventos narrados

I

Uma narrativa em que se expressam circunstâncias que se opõem entre si é destituída de probabilidade.

Com efeito, tal narrativa manifesta coisas contraditórias ou exprime aquilo que não pode de modo algum suceder. Por isso, ela não é provável (Corolário 2).

II

Se uma única testemunha, por mais digna de fé que ela seja, narrar algo que causa admiração, tem pouca credibilidade, dado que por algum motivo pode ter sido induzida em erro. Se, porém, várias testemunhas de total credibilidade narrarem isso, embora de forma diferente, merecem maior consideração. Mas são ainda mais dignas de consideração, sendo até totalmente dignas de crédito, se elas forem oculares, ou pessoas que exercem funções públicas, ou jurados.

III

Si res sit minus mirabilis et incerto rumore habeatur, parum est probabilis. Sin autem unus probusque testis oculatus eam confirmet, plus habet ponderis. Maius uero si plures oculati eam narrent.

Regulae de modo narrandi

I

Infimum probabilitatis gradum habent quae poëtarum more traduntur.^[1]

[237] Nemo enim est qui ignoret poëtas non hunc sibi finem ponere, ut uera narrent, sed fabulas de^[2] industria excogitare calamistrisque et suco ornare, quo possint facilius et aures et animum demulcere legentium.

II

Maiorem probabilitatem habent quae oratorie dicuntur, modo nec declamatoria sint nec panegyrica.

Oratores enim cum palam et in contione loquantur, uerisimile non est ut falsa populo impudenter obtrudant. Aliter frontem non haberet narratio et sibilo exploderetur, uerumtamen dum eas amplificant, sic urgent interdum, ut plus quam par erat, augeant.

Hinc orationes Ciceronis non omnes eadem auctoritate censendae sunt. Quis enim audeat dicere Ciceronem nostrum, cum de suis rebus gestis, de Mithridatico bello, de lege agraria, de Antonii flagitiis, ad populum loqueretur qui illa omnia nota habuisset, impudentissime mentitum esse? Nolim tamen existimetis, adolescentes, omnia quae Cicero ipse scribit ad uerbum^[3] esse accipienda. Fuit laudandus in lege Manilia Pompeius, laudauit; fuit defendendus Milo, defendit; accusandus fuit Verres, accusauit. Sed iterum uos moneo me iudicetis eiusmodi homines tales fuisse quales in iis^[4] tabellis exprimuntur. Fortasse non nihil et officio et tempori tributum fuit. At Cicero modeste laudauit, uerum alii tam inepte et inconsiderate aut laudant aut uituperant, ut minorem, quam poëtae ipsi, praeferant probabilitatem.

III

Multo probabiliora sunt ea quae historico modo narrantur, idque nude et simpliciter, sine ulla amplificatione et pigmentis, modo adsint adiuncta, de quibus infra.

^[1]traduntur. R²LNV] exprimuntur. R¹ ^[2]de industria R²LNV] dedita opera R¹ ^[3]uerbum R²LNV] litteram R¹ ^[4]iis R²LNV] illis R¹

III

Se o evento for menos digno de admiração e for objecto de boatos equívocos, o testemunho é pouco provável. Se, no entanto, uma única testemunha honesta e ocular o confirmar, ele tem maior importância, e maior ainda se várias testemunhas oculares o narrarem.

Regras sobre o modo de narrar

I

As regras dadas a conhecer à maneira dos poetas possuem um grau ínfimo de probabilidade.

[237] Efectivamente, ninguém desconhece que os poetas não têm como finalidade estabelecer regras para narrar coisas verdadeiras, mas inventar narrações fictícias e enfeitar com falsos ornamentos de estilo e com artifícios o discurso, podendo, assim, cativar mais facilmente os ouvidos e o espírito dos leitores.

II

Possui maior probabilidade o que se exprime ao modo dos oradores, contanto que não seja declamatório nem panegírico.

Não é verosímil que os oradores – por se exprimirem em público e na tribuna – profiram com insolência falsidades perante o povo, de contrário a narração não teria gravidade e seria censurada com apupos. Contudo, quando eles desenvolvem as narrações, dedicam-se por vezes a ampliá-las mais do que seria conveniente.

Deste modo, nem todos os discursos de Cícero devem ser apreciados como possuindo a mesma importância. Mas quem ousa afirmar que o nosso Cícero mentiu impudentemente ao falar ao povo sobre os seus feitos ilustres, sobre a Guerra Mitridática, sobre a lei agrária e sobre os desregramentos de Marco António, pois o povo tinha conhecimento de tudo isto? Contudo, eu não desejaria que pensásseis, caros jovens, que tudo o que Cícero escreveu deve ser entendido à letra. Pompeu devia ser elogiado na Lei Manília, e ele elogiou-o; Milão devia ser defendido, e ele defendeu-o; Verres devia ser acusado, e ele acusou-o. Recomendo-vos, porém, reiteradamente que não penseis que essas pessoas foram tais como estão referidas naqueles escritos. Porventura, o seu procedimento deve imputar-se ao dever e às circunstâncias. Contudo, Cícero elogiou com moderação, ao contrário de outros que elogiam ou vituperam de modo tão inábil e irreflectido que manifestam menor grau de probabilidade que os próprios poetas.

III

Têm muito maior probabilidade as narrativas realizadas ao modo dos historiadores, se elas forem expostas em termos simples e sem rodeios, sem nenhuma amplificação e sem arrebiques, contanto que estejam presentes as condições seguidamente referidas.

[238]

CAPVT III

De librorum mendis, et modo secernendi integros a corruptis,
ueros^[1] a supposititiis

I

De^[2] librorum mendis

Iam uero libri hoc tantum nomine probabilem rem faciunt, si integri et sinceri sunt, id est, non ita deprauati, ut fidem omnem perdant. Et quidem cum ars typographica seu multiplicandi typo exempla, non nisi medio XV saeculo Europae fuerit nota, fit consequens libros omnes ueteres manu descriptos fuisse, ex quo innumera *menda* in eos irrepere debuisse, perspicuum est.

Nam quis ignorat quot *menda* librarii nostri^[3] qui aliquid exscribunt, faciant? Quis nescit libros etiam typis descriptos, quos multum et diu typhotetae uolunt ut errores notarent et emendarent, bene multis et maiusculis abundare^[4] Quid? Doctissimi etiam homines et orthographiae callentissimi nonne interdum, uel oscitatione, uel festinatione in errores non nullos labuntur? Hi autem si sunt frequentes, si nouis flagitiis augentur, existit et illud ut huiusmodi libri fidei omnis expertes sint.

I. Qui mendorum causas collegerunt, eas ad quatuor classes reuocant: librarios, criticos, deceptores, uetustatem.²⁹³ Ac primum librariorum incuria et imperitia innumera *menda* irrepere necesse est. Nam si doctiorum incuria causa est multorum errorum, quid sperandum si incuriae imperitiam addimus? Profecto uix fieri potest quin infinitae nugae exscribantur, quarum tot exstant tamque recentia exempla, ut ineptus sim si id argumentis probem.

Hinc uoces quasi similes et synonymas^[5] pro aliis exscripsere. Hinc litteras in alias similes conuerterunt. Hinc notationes quae ad marginem erant codicis, idque [239] explicationis gratia, in contextum aduocarunt. Hinc lucri causa describentes non id curarunt quam bene, sed quam celeriter scriberent cumque aliquando a dictante excepta scriberent festinanter, uoces quas non intelligebant, uel dictans male pronuntiabat, male pinxerunt. Quae causae, ut alias praetermittam, si concurrant, huiusmodi sunt quae non dicam sententias deprauare, sed libros mutare et sui dissimiles facere possint. Vt mirer ueteres codices per eiusmodi manus ad nos usque tam parum deprauatos peruenisse.

²⁹³ Clercius, *Arte Critica*, Part. III, sect. I; Ex catholicis uero Lamyus, *Apparatus Biblicus*, lib. II, Dupinus, alique.

^[1]ueros a supposititiis *R²LNV*] *om. R¹* ^[2]De librorum mendis *R²LNV*] *om. R¹* ^[3]nostri *R²LNV*] *om. R¹* ^[4]abundare *R²LNV*] scaterere *R¹* ^[5]synonymas *R²LNV*] homonymas *R¹*

[238]

CAPÍTULO III

Os erros dos livros. E o modo de distinguir os livros não adulterados dos corrompidos, e os verdadeiros dos supositícios

I

Os erros dos livros

Certamente, os livros estabelecem como provável um assunto apenas se não estiverem corrompidos e adulterados, isto é, se não estiverem de tal modo alterados que percam toda a credibilidade. E dado que a arte tipográfica ou o modo de reproduzir os tipos apenas foi conhecida na Europa em meados do século XV, resultou que todos os livros antigos foram escritos à mão, sendo por isso evidente poderem neles introduzir-se sorrateiramente inumeráveis erros.

Na verdade, quem ignora a quantidade de erros cometidos pelos nossos copistas que transcreveram alguma coisa? E quem desconhece que os livros escritos em tipos, que os tipógrafos revolveram muito e por muito tempo – a ponto de assinalarem e emendarem muitos erros –, superabundam em muitíssimas e enormes incorrecções? E que mais? Também os mais doutos e os mais hábeis em ortografia não incorreram porventura nalguns erros, quer por negligência quer por precipitação? Mas se estes erros forem frequentes e acrescentados a outras incorrecções resulta ficarem tais livros destituídos de toda a credibilidade.

I. Os que examinaram as causas dos erros reduziram-nas a quatro categorias: os copistas, os críticos, os embusteiros e a antiguidade.²⁹³ Em primeiro lugar, é necessário referir que os erros se insinuaram pela negligência e pela enorme imperícia dos copistas. Com efeito, se a negligência dos mais doutos é causa de muitos erros, o que deve pensar-se se à negligência juntarmos a imperícia? Sem dúvida, dificilmente pode suceder que não sejam transcritas frivolidades em número infinito, das quais existem tantos exemplos recentes que eu seria inábil se o demonstrasse com argumentos.

Eles também transcreveram palavras quase semelhantes e sinónimas em vez de outras. Igualmente, eles substituíram letras por outras semelhantes. Da mesma forma, eles incluíram no contexto as anotações à margem dos códices [239] tendo em vista o seu esclarecimento. Do mesmo modo, por causa do lucro, os copistas não se ocuparam convenientemente do seu ofício, escrevendo com muita rapidez; e como por vezes escreveram com precipitação o que ouviam de quem ditava, as palavras que não entendiam ou que eram pronunciadas imperfeitamente por quem as ditava representavam-nas de forma incorrecta. Se estiverem em concordância entre si estas causas, omitindo outras, elas são de tal natureza que não direi poderem corromper as doutrinas, mas alterar os livros, tornando-os diferentes. E estou espantado que tenham chegado até nós tão pouco corrompidos os códices que passaram por tais mãos.

²⁹³ Clerk, *Ars Critica*, 3ª parte, sec. 1. Entre os católicos, Lamy (*Apparatus Biblicus*, liv. II), Dupin e outros.

Adde his Graecorum et Latinorum ueterum scribendi uiam sine ullis interpunctionibus et interstitiis, continua et perpetua oratione. Adde Iudaeorum qui saltim usque Massorethas sine punctis uocalibus Sacros codices exararunt. Adde compendiarium horum omnium scribendi rationem, aliquibus syllabis omissis. Adde demum mutationem litterarum. Nam ueteres Romani maiusculis litteris utebantur, ut etiam in Mss. non nullis uidemus. Postea inualuit Longobardica, quam etiam “Gothicam” uocant, qua plerique omnes codices antiqui sunt exarati.²⁹⁴ Etiam Graeci primum caractere quadrato, ut habemus in inscriptionibus, usi sunt. Postea rotundiori sunt usi, sine spiritibus et accentibus, qui duo tractu temporis additi fuere.²⁹⁵ Immo et Hebraei, qui primum utebantur Samaritano caractere, in captiuitate Babylonica mutarunt eum in Assyrium seu Chaldaicum, quo nunc utuntur.²⁹⁶

Itaque cum scribae imperiti (ut erant monachi omnes, qui soli eo tempore quo barbaries cum in Oriente, tum in Occidente dominabatur, describendis codicibus uacabant) in huiusmodi libros uel antiquo modo, uel male descriptos inciderint, fieri non potuit quin quadrata miscuerint rotundis, uerba et sententias deprauate coniunxerint uel interciderint, eosque perperam corruptos ad nos miserint.²⁹⁷

[240] II. Haec cum aduerterent critici iam olim, et secum reputarent libros emendatiores maiori pretio a grammaticis et litterarum fautoribus comparari,²⁹⁸ in id incubuerunt, ut libros quam diligentissime emendarent aliisque uenderent. Cum autem non omnia intellexerint, plurima ex ingenio emendarunt, id est deprauatiora ediderunt; adeoque inter ipsas medicorum manus aegrotauit critica ars.²⁹⁹

²⁹⁴ Vide Mabillonum, *De Re Diplomatica*, lib. V.

²⁹⁵ Vide Montfauconum, *Palaeographia Graeca*.

²⁹⁶ Vide Ludouicum Cappellum, *De Litteris Hebraeorum*.

²⁹⁷ “Multum enim hanc in rem et Roma contulit... et bibliopolae quidam librariis malis usi, neque conferentes (descripta Aristotelis, et Theophrasti exemplaria cum archetypis) quod et aliis accidit libris qui uendendi caussa scribuntur et hic (Romae) et Alexandriae”. Strabo, *Geographia*, lib. XIII, p. 419.

²⁹⁸ Videatur Ioannes Wowerius, in *Polymathia*, c. XVI, 6 et seqq., qui plurima adducit exempla operum falso non nullis tributorum.

²⁹⁹ “Magna fuit exemplarium (*Sacrorum codicum*) discrepantia, siue propter negligentiam quorundam librorum, siue propter audaciam quorundam male corrigentium quae scripta erant, siue etiam propter eos qui in correctione, quae sibi uidentur, addunt aut detrahunt.” Origenes Adamantius, *Committarii In Matthaeum*, XVIII, 19, p. 381. Plura exempla criticorum inepte scripta emendantium, dabit A. Gellius¹⁾, *Noctium Atticarum* lib. I, cap. 7.

¹⁾A. Gellius *R'* | Agellius *R²LNV*

Deve acrescentar-se a este assunto o modo de escrever dos antigos Gregos e Latinos, que não usavam intervalos nem espaços segundo um discurso contínuo e seguido; e acrescentar-se também o dos Judeus, que pelo menos até aos Massoretas redigiam os códices sagrados sem acentos nas vogais. E acrescentar-se ainda a forma abreviada da escrita de todos aqueles que omitiram algumas sílabas. E acrescentar-se, por último, a alteração das letras. Com efeito, os antigos Romanos usavam letras maiúsculas, como podemos observar nalguns manuscritos. Posteriormente, tornou-se usual a letra lombarda, também denominada “gótica”, na qual está escrita a maior parte dos códices antigos.²⁹⁴ Os Gregos usavam inicialmente caracteres quadrados, como constatamos pelas inscrições. Eles serviram-se em seguida de caracteres mais redondos sem espíritos e sem acentos, tendo sido inventados uns e outros ao longo dos tempos.²⁹⁵ Por outro lado, os Hebreus, que primeiramente fizeram uso dos caracteres samaritanos, substituíram-nos durante o cativeiro de Babilónia pelos caracteres assírios ou caldaicos, usados ainda actualmente.²⁹⁶

Desta forma, dado que os copistas inábeis (como foram todos os monges, os únicos que se ocuparam da escrita dos códices na época em que a barbárie imperou tanto no Oriente como no Ocidente) reproduziram esses livros, transcrevendo-os segundo o modo antigo ou incorrectamente, não podia deixar de suceder que confundissem os caracteres quadrados com os redondos, que associassem inadequadamente as palavras e adulterassem as doutrinas e que por negligência nos tivessem transmitido os livros em estado de corrupção.²⁹⁷

[240] II. Dado que desde há muito os críticos tinham chamado a atenção para estes assuntos e reflectido consigo próprios que eram adquiridos por maior preço pelos gramáticos e pelos protectores das belas-lettras os livros melhor corrigidos,²⁹⁸ dedicaram-se a emendar com muita diligência os erros dos livros e a vendê-los aos outros. Como, porém, eles não entendiam todos os assuntos, corrigiram sem talento a maior parte dos erros, isto é, corromperam ainda mais os livros, ficando, assim, enferma a arte crítica nas mãos dos próprios médicos.²⁹⁹

²⁹⁴ Ver Mabillon, *De Re Diplomatica*, liv. V.

²⁹⁵ Ver Montfaucon, *Palaeographia Graeca*.

²⁹⁶ Louis Cappel, *De Litteris Hebraeorum*.

²⁹⁷ “Também Roma foi muito responsável por esta ocorrência (...), e alguns livreiros serviram-se de copistas sem talento e não compararam os escritos de Aristóteles e as cópias de Teofrasto com os originais, o que também sucedeu com outros livros que foram escritos para serem vendidos tanto aqui em Roma como em Alexandria” (Estrabão, *Geografia*, liv. XIII, p. 419).

²⁹⁸ Ver João Wower (*Polymathia*, cap. XVI, 6 e segs.), que refere muitos exemplos de obras atribuídas a alguns sem fundamento.

²⁹⁹ “Foi grande a divergência entre as cópias (dos códices sagrados), quer pela negligência de alguns copistas, quer pela ousadia de outros ao corrigirem imperfeitamente o que estava escrito, quer ainda por causa daqueles que acrescentaram ou suprimiram na correcção o que lhes pareceu” (Orígenes de Alexandria, *Commentarii in Matthaeum*, XIX, 19, p. 381). Aulo Gélío (*Noctium Atticarum*, liv. I, cap. 7) apresenta muitos exemplos de críticos que corrigiram inabilmente os escritos.

Id ipsum, post inuentam typographiam, plurimis uiris doctis euenisse, qui audacter ueterum scripta emendarunt, uiri litteratissimi conquesti sunt. Immo ex ipsa librorum typo descriptorum aliorum cum aliis collatione tam est perspicuum, ut nihil supra.

III. Horum aliqui qui non critici modo, sed deceptores erant, lucelli causa plurima dedita opera in scriptis ueterum nouarunt, addiderunt, mutarunt; nec id modo in ethnicorum libris,³⁰⁰ sed etiam in ecclesiasticis monumentis.³⁰¹ Ex quo tot non modo deprauata et [241] interpolata, sed ex integro supposita scripta profecta sunt, quae et imposuerunt ueteribus et ineruditis etiam recentioribus plerumque egregie imponunt.³⁰²

III. Praeterea tempus, rerum omnium edax, litteras ex inscriptionibus, lapidibus, et multo magis ex membranarum, ac ceteris codicibus deleuit. Adeoque plurimae lacunae exstiterunt quas nulla arte aliquando implere et supplere possumus. Id Aristotelis et Theophrasti libris euenisse, testis est grauis auctor Strabo.³⁰³ Ex quo euenit^[1] ut libros huiusmodi humore et blattis confectos et perforatos, peripatetici tam pessime interpretati fuerint, ut frustra Aristotelem in ipso Aristotele, ne dum Aristotelicis, requiras. His itaque de causis factum est ut et libri omnes ueteres (si Sacros excipias) ad nos usque omnino deprauati peruenerint, et tot alia apocrypha iis admixta fuerint, ut non nisi magno cum labore ac diligentia album ab atro secernere^[2] ualeamus.

II

De modo secernendi integros a corruptis, ueros a suppositiis

Verumtamen haud difficulter haec omnia distinguemus, si regulas quasdam prae oculis semper^[3] habuerimus quas uiri peracris iudicii seruandas esse constituerunt, quasque hic adnectere necessarium est, quo tirones contra subdolorum^[4] artes facilius muniamus. Hae sunt huiusmodi:

³⁰⁰ Vide Diogen. Laërt., *De Placitis Philosophiae In Zenone* lib. VII, § 34, qui id Athenodoro cuidam tribuit.

³⁰¹ "Epistolae scripsi rogatus a fratribus. Sed illas ministri quidam Diaboli zizaniis impleuerunt, quaedam ex illis expungentes, quaedam adiciendo... Non mirum igitur uideri debet, si Domini scripta quidam adulterare aggressi sunt, quandoquidem adulterarunt quae talia non sunt". Dionysius Corinthius apud Eusebium, *Historia Ecclesiae* lib. III, c. 23.

³⁰² Videatur Hieron., *De Scriptis Ecclesiae*, ubi plurima Apostolis et eorum discipulis falso tributa memorat; et lib. II. *Contra Rufinum*, et ad cap. XX *Hieremiae*.

³⁰³ Lib. XIII, Part. 419, edit. Casauboniana Geneuensis.

^[1]euenit *R²LNV*] et illud exstitit *R¹* ^[2]secernere ualeamus. *R²LNV*] secernamus. *R¹* ^[3]semper *R²LNV*] *om. R¹* ^[4]subdolorum *R²LNV*] deceptorum *R¹*

Após a invenção da imprensa, varões muito instruídos lamentaram ter ocorrido isso com muitos autores doutos que corrigiram sem ponderação os escritos antigos. Por outro lado, pelo próprio confronto dos tipos dos livros transcritos isso é tão evidente que nada pode conceber-se mais evidente.

III. Alguns destes autores que não procederam segundo o modo dos críticos, mas dos embusteiros, inovaram por causa de um lucro insignificante, fizeram acrescentos e modificações de caso pensado, não apenas nos livros dos pagãos,³⁰⁰ mas também nos documentos literários eclesiásticos.³⁰¹ Resultaram deste modo não apenas muitas corrupções e interpolações, [241] mas também escritos totalmente adulterados que iludiram os antigos e os ignorantes e especialmente a maior parte dos modernos.³⁰²

IV. Além disso, o tempo que tudo devora apagou as letras das inscrições, das lápides e sobretudo dos pergaminhos e de outros códices. Por outro lado, subsistiram inumeráveis lacunas que por arte alguma poderemos alguma vez preencher e colmatar. O penetrante autor Estrabão é testemunha de que isso ocorreu com os livros de Aristóteles e de Teofrasto.³⁰³ Resultou por isso que tais livros – consumidos e corroídos pela humidade e pela traça – tenham sido interpretados tão imperfeitamente pelos peripatéticos que em vão podemos procurar Aristóteles no próprio Aristóteles e muito menos nos aristotélicos. Em virtude destas causas, sucedeu que também todos os livros antigos (excepto os Livros Sagrados) tenham chegado até aos nossos dias totalmente corrompidos; e foram-lhes acrescentados tantos outros apócrifos que apenas com grande esforço e diligência seremos capazes de distinguir o branco do preto.

II

O modo de distinguir os livros não adulterados dos corrompidos e os verdadeiros dos supositícios

Como eu ia dizendo, percebemos de modo claro e sem dificuldade todos estes assuntos se tivermos sempre presentes certas regras que varões de juízo penetrante estabeleceram que deviam ser observadas, sendo necessário cumpri-las para defendermos mais facilmente os principiantes dos ardis dos embusteiros. Elas são as seguintes:

³⁰⁰ Ver Diógenes Laércio (*De Placitis Philosophiae in Zenone*, liv. VII, § 34), que atribui isso a um certo Atenodoro.

³⁰¹ “Escrevi as cartas a pedido dos irmãos, mas certos ministros do diabo encheram-nas de cizânia, riscando algumas delas e fazendo acrescentos noutras (...). Não deve por isso parecer surpreendente se alguns empreenderem corromper os escritos do Senhor, visto que corromperam os que não possuem tanta importância” (Dionísio de Corinto, em Eusébio, *Historia Ecclesiae*, liv. III, cap. 23).

³⁰² Ver Jerónimo (*De Scriptis Ecclesiae*), onde refere muitas coisas falsamente atribuídas aos apóstolos e aos seus discípulos; *Contra Rufinum*, liv. II; *Ad Capitulum XX Hieremiae*).

³⁰³ Liv. XIII, p. 419 (edição Casauboniana de Genebra).

I. *Suppositicii libri indicium est si in ueteribus codicibus alii tribuatur auctori, cum nulla ratio est cur eius non habeatur cuius nomen praefert. Interpolati uero, si in ueteribus codicibus aliquid deest quod in recentioribus reperitur. Mutilati, si aliquid deest quod in antiquioribus codicibus exstabat.*

Ratio est manifesta. Nam non alio monumento conficimus libros ueteres ab illis hominibus compositos esse, [242] nisi ex scriptorum iudicio aequalium et supparium, quod ueluti per manus traditum ad nostra usque tempora peruenit. Quare si illi germanum scriptoris alicuius partum agnouerunt,^[1] talis habendus est. Adeoque antiquiores inscriptiones et tituli recentioribus praeferendi sunt, nisi grauissima ratio nos cogat addubitare.^[2] Quod si codices sint paris auctoritatis et diuersis nominibus insigniti, merito de conditore dubitabimus.

II. *Si quae a ueteribus hominibus ex libro quopiam olim prolata sunt, ea nunc in libro, eadem inscriptione insignito, desiderantur, aut alius est, aut mutilus. Sin aliter legantur, suspectus sit oportet. Si omnia inueniantur sine mutatione, germanus est; nisi aliae sint in contrariam partem suspicandi rationes. Res est perspicua.*

III. *Scripta quorum nulla in priscis catalogis mentio fit et quae nec memorata sunt ab ullo scriptorum sequentium proxime saeculorum, plerumque ficta iudicanda sunt, minimum suspecta sunt habenda.*

Caute tamen huiusmodi argumentum negatiuum est adhibendum.³⁰⁴ Et quidem Phaedri, Augusti Caesaris liberti, nemo, quod sciamus, meminit ante Festum Auienum, qui floruit imperante Theodosio Magno. Similiter^[3] Q. Curtii nemo ueterum grammaticorum meminit, tamen si dictionem perpendimus,^[4] nec ille post Tiberii nec hic post Vespasiani aetatem ponendus est, adeo uterque est cultus et elegans et aetatem auream redolet.

III. *Quae diserte sunt reiecta, aut in dubium uocata ab omnibus antiquioribus, ea uix propter recentiorum auctoritatem admitti queunt.*

Nam ratio ostendit eos qui proxime illis temporibus uixere certiores fuisse de rebus, quam nos.

V. *Liber in quo dogmata occurrunt iis contraria quae scriptor, cuius nomen praefert, constanter defendit, uidetur eius non esse, praesertim si dogmata sint magni momenti; minimum est interpolatus.*

³⁰⁴ De argumenti negatiui ui et usu legi potest Launoius singulari dissertatione ad calcem *Libri de Fortuna Aristotelis*.

^[1]agnouerunt R²LNV] cognouerunt R¹ ^[2]addubitare. R²LNV] dubitare. R¹ ^[3]Similiter R²LNV] om. R¹ ^[4]perpendimus R²LNV] perpendamus R¹

I. *O sinal de um livro supositício, quanto aos códices antigos, consiste em ele ser atribuído a outro autor, não havendo nenhum motivo para não ser atribuído àquele cujo nome está expresso. O sinal de um livro que sofreu interpolação, quanto aos códices antigos, reside no facto de faltar alguma coisa que se encontra nos códices modernos. O sinal de um livro truncado consiste em faltar alguma coisa que nos códices mais antigos existia.*

A razão é evidente. Com efeito, só concluímos que foram escritos por aquelas pessoas os livros antigos [242] em virtude do juízo de autores contemporâneos ou quase contemporâneos, pelo que o que eles transmitiram chegou até aos nossos tempos como que em mãos. Por isso, se eles tiveram conhecimento da autêntica produção de um escritor, ela deve considerar-se de tal natureza. Por outro lado, as inscrições e os títulos dos livros mais antigos devem ser preferidos aos modernos, excepto se uma razão muito importante nos coagir a duvidar, pois, se os códices tiverem a mesma credibilidade, designando-se, no entanto, por nomes diferentes, devemos duvidar justamente do seu autor.

II. *Se aquilo que expuseram outrora em livro os antigos se encontrar actualmente num livro com o mesmo título, ou é outro livro ou um livro truncado. E, se os livros forem designados de modo diferente, são necessariamente suspeitos. E, se nenhuma matéria estiverem alteradas, o livro é autêntico, excepto se existirem outras razões de dúvida.* Este assunto é evidente.

III. *Os escritos a respeito dos quais não existe nenhuma menção nos catálogos antigos e que não foram referidos por nenhum dos autores dos séculos imediatamente seguintes a maioria das vezes devem ser considerados como falsidades ou pelo menos tidos como suspeitos.*

Evitemos, porém, que tal argumento seja apresentado como negativo.³⁰⁴ Na verdade, tanto quanto sabemos, ninguém se recorda de Fedro, liberto por César Augusto antes de Festo Avieno, o qual floresceu no tempo do imperador Teodósio Magno. Igualmente, nenhum dos antigos gramáticos se recorda de Quinto Cúrcio e, no entanto, se examinarmos os testemunhos, nem o primeiro deve ser situado depois da época de Tibério nem o segundo depois da de Vespasiano, sendo ambos apurados e distintos autores e bem conhecidos no período áureo.

IV. *As coisas recusadas expressamente ou postas em dúvida por todos os mais antigos dificilmente podem ser aceites pela autoridade dos modernos.*

Na verdade, a razão manifesta que os que viveram imediatamente depois daqueles tempos foram mais cultos que eles sobre essas coisas.

V. *Um livro em que ocorrem opiniões opostas àquelas que o autor – cujo nome ele dá a conhecer – defende constantemente parece não ser desse autor, sobretudo se as opiniões tiverem grande importância; trata-se pelo menos de um livro interpolado.*

³⁰⁴ Sobre a importância e o uso do argumento negativo, pode ler-se uma dissertação notável de Launoy na parte final do *Liber de Fortuna Aristotelis*.

Vera est regula, aliquando tamen non sine aliqua limitatione usurpanda.^[1] Nam usu uenit interdum ut uir doctus, [243] re accuratius examinata, sententiam^[2] mutet et in contrariam partem eat, quod exemplo Ciceronis, Hippocratis, Quintiliani confirmari potest. Immo et ii qui dubitandi artem colunt impense, ea in diuersis locis disputant quae non cohaerere uidentur. Fallit aliquando ineruditos tum philosophos, tum theologos, Cicero, quod in libris *De Natura Deorum*, *De Finibus* ceterisque ex differentium philosophorum disciplina disputans, contrarias sententias suas facere uideatur, quod tamen non facit. Ipse enim era academicus, id est, perpetuo disputabat, nihil definiebat, ut ex historia philosophica notum^[3] puto.

VI. *Liber in quo memorantur res aut personae scriptore cuius nomen praefert, recentiores, aut eius non est aut ab alio est auctus.*

Si liber plurimis additamentis refertus sit, non iniuria suspicabimur esse suppositicium. Quod si paucae uoces inueniantur, suspicari possumus adnotationes esse criticorum positas in margine, quae librariorum incuria in contextum irrepserunt.

VII. *Liber indoctus et imperitiae plenus non potest ullo modo aut saltem totus uiro docto tribui, nec liber fabulis abundans^[4] uiro non inepto quem constat ueri amantem fuisse, quamuis in uetustis codicibus eorum nomina praeferant.*

Non est hoc loco sermo de rarioribus naeuis quorum uix doctissimus quisque expers est, sed de frequentibus mendis et flagitiis quae in uirum doctum non cadunt.

VIII. *Liber in quo uel dedita opera tractantur, uel tanguntur controuersiae natae post tempora scriptoris cui tribuitur, aut in quo deprehenditur scriptoris eo^[5] recentioris imitatio, eius non est cuius nomen praefert; minimum est interpolatus.* Res^[6] satis euidentis est.

VIII. *Si stilus sit diuersus a certo aut saeculi aut scriptoris stilo, eius non est, quamuis nomen eius praeferat. Sin autem sit idem ac stilus alterius scriptoris, huius liber censeri debet, si modo nihil impediatur.*

Haec regula plerumque uera est, tamen aliquando fallit. Nam idem libri scriptor pro aetate, pro argumento, pro lubitu multa scripsit stilo diuerso, quod ex certis operibus D. Augustini perspicuum est.

X. *Vocabula inferioris^[7] aevi plane declarant scriptorem [244] esse recentiorem. In conuersione^[8] uero si quid non^[9] occurrat, quod conueniat linguae qua scripsisse constat auctorem cui liber tribuitur, aut non est conuersio,^[10] aut est interpolata.*

^[1]usurpanda. *R²LNV*] usurpari debet. *R¹* ^[2]sententiam mutet *R²LNV*] sententiam suam emendet *R¹* ^[3]notum puto. *R²LNV*] notum est. *R¹* ^[4]abundans *R²LNV*] scatens *R¹* ^[5]eo *R²LNV*] illo *R¹* ^[6]Res satis *R²LNV*] om. *R¹* ^[7]inferioris *R²LNV*] saequioris *R¹* ^[8]conuersione *R²LNV*] translatione *R¹* ^[9]quid non occurrat] quid occurrat *R¹R²LNV* ^[10]conuersio *R²LNV*] translatio *R¹*

Esta regra é verdadeira, ainda que por vezes deva ser interpretada com algumas restrições. Com efeito, sucede por vezes que um varão douto, [243] após ter examinado com diligência um assunto, altera a sua opinião, adoptando a opinião contrária, como pode confirmar-se pelos exemplos de Cícero, de Hipócrates e de Quintiliano. Por outro lado, também os que cultivam zelosamente a arte da dúvida discorrem em diversos lugares sobre certos assuntos que parece não condizerem entre si. Cícero induz por vezes em erro os ignorantes, tanto filósofos como teólogos, porque, ao discorrer sobre os princípios da moral de diversos filósofos nos livros *De Natura Deorum*, *De Finibus* e outros, parece fazer suas as opiniões contrárias, o que, no entanto, não acontece. Na verdade, ele era um académico, isto é, disputava continuamente e nada definia, como eu julgo ter tomado conhecimento na história da filosofia.

VI. *Um livro em que são mencionadas coisas ou pessoas mais recentes por um autor cujo nome ele dá a conhecer ou elas não são desse autor ou foram acrescentadas por outro.*

Se um livro tiver muitos aditamentos, podemos conjecturar com razão que é um livro supositício. Porém, se encontrarmos nele poucas palavras, podemos conjecturar serem dos críticos as anotações postas à margem, as quais foram introduzidas sorrateiramente no contexto pela incúria dos copistas.

VII. *Um livro sem arte e repleto de imperícias não pode de modo algum ser atribuído, pelo menos na totalidade, a um varão douto, nem um livro repleto de narrações fictícias a um varão hábil, relativamente ao qual é evidente ter sido amante da verdade, ainda que nos códices antigos sejam mencionados os seus nomes.*

Não é este o lugar para referir os vícios mais disseminados de que dificilmente estão libertas as pessoas mais dotas, mas os erros mais frequentes e os falsos juízos em que não sucumbe um varão douto.

VIII. *Um livro em que são tratadas ou referidas de caso pensado controvérsias surgidas após a época do autor a quem ele é atribuído ou em que se reconhece uma cópia de um autor mais recente que ele não é daquele cujo nome é mencionado, sendo pelo menos interpolado.* Este assunto é suficientemente manifesto.

IX. *Se o estilo for diferente do estilo da época ou do estilo do autor, o livro não é dele, ainda que o seu nome esteja mencionado. Se, porém, o estilo for semelhante ao de outro autor, deve considerar-se que o livro é dele, se nada o impedir.*

Esta regra é geralmente verdadeira, embora por vezes induza em erro. Na verdade, o mesmo autor de um livro escreve muitas coisas em estilos diferentes, consoante a idade, o assunto e a sua deliberação, como é manifesto em certas obras de Santo Agostinho.

X. *Os vocábulos de uma época posterior manifestam com clareza que o autor é mais recente. [244] Porém, se algo ocorrer numa tradução que não esteja de acordo com a língua em que é reconhecido ter escrito o autor a quem o livro é atribuído, ou não se trata de uma tradução ou é uma interpolação.*

Hae regulae tam sunt rectae rationi consentaneae, ut uix egeant probatione. Exemplis non nullis ad^[1] summum confirmari possunt. Ea qui cupit, legat eos³⁰⁵ qui plurima et recondita eruditione de more ista exornant et illustant.

CAPVT IIII

De^[2] testimonio Diuino

Iam testimonium diuinum, quamquam rem obscuram et intricatam proponat, si modo nobis certo constet esse diuinum tam certam et exploratam rem facere, ut nefas sit ei dissentire, perspicuum est. Deus enim nec falli potest, qui omnia scit; nec nos fallere, qui et summe uerax et bonus est.

Duo itaque tantum examinanda sunt: 1. An hoc testimonium sit diuinum. 2. Si diuinum est, an hoc tantum modo sit accipiendum. De primo hic dicemus; de altero sequenti capite disputabimus.

Et quidem Deus hominem alloqui potest uel per se ipsum declarando menti ea quae uult, uel in cerebro eiusmodi signa imprimendo, idque uel uigil sit homo uel dormiens (quo modo cum patriarchis^[3] et prophetis locutum fuisse legimus in Scriptura), uel claras^[4] uoces edendo et figuram aliquam oculis obiiendo, ut cum Moyse in Horeb et Sinai, immo^[5] cum omni Israëlis populo, dum legem dedit, locutus est.

I. Si Deus per se ipsum loquitur, tam perspicue sua sensa declarat, ut homini sano dubium non sit Deum esse locutum. Quidquid inepti homines et melancholici non nulli fingant qui, nisi dementes sunt, de fallacia et malignitate merito postulantur. Quare de iis non disputamus hoc loco.

[245] II. Si per alium loquitur, duo sunt consideranda, quorum^[6] alterum ad credendum pertinet, alterum ad confutandum repugnantes eosque conuincendos de ueritate nostrae religionis. Itaque uidendum est: 1. Quid ecclesia Romana et Vniuersalis sentiat, quae si dicit Deum esse locutum, dubium non est quin ita se habeat; nec^[7] homini fideli ultra inquirere necesse est. 2. Quid ratio, eoque in re critica ualde exercitata, ostendat.

1. Ac primo considerandum est an homines aequales et probatae fidei subactique iudicii testentur se in huiusmodi auctore signa omnia diuini adfatus uidisse, et qualia.

³⁰⁵ Clercius, *Ars Critica*, Part. III, sec. 2, cap. 1 seqq. Ex catholicis plura exempla dabunt Langletus, in *Methodo Studendi Historiae*, Soria in *Logica*, Corsinius in *Logica*, Fortunatus a Brixia in *Logica*, et alii passim.

^[1]ad summum *R²LNV*] summum *R¹* ^[2]De testimonio diuino *R²LNV*] De fide habenda diuino testimonio *R¹* ^[3]Patriarchis ... Scriptura *R²LNV*] non nullis prophetis Iudeis locutum fuisse scimus *R¹* ^[4]claras uoces *R²LNV*] sonos distinctos et pressos *R¹* ^[5]immo ... dedit *R²LNV*] *om. R¹* ^[6]quorum ... uidendum est *R²LNV*] *om. R¹* ^[7]Nec ... necesse est *R²LNV*] *om. R¹*

Estas regras são tão consentâneas com a recta razão que difficilmente necessitam de ser demonstradas, podendo, quando muito, confirmar-se com alguns exemplos. Quem desejar conhecê-los pode ler os autores³⁰⁵ que com copiosa e profunda erudição esclarecem e explicam estes assuntos de acordo com os usos e costumes.

CAPÍTULO IV

O testemunho divino

Quanto ao testemunho divino, embora exprima uma coisa obscura e difficultosa, se for evidente que é divino, é manifesto para nós torná-la tão certa e indubitável que é ímpio dissentir dela. Na verdade, Deus, que conhece todas as coisas, não pode enganar-se, e também não pode enganar-nos por ser sumamente veraz e bom.

Devem, portanto, examinar-se somente dois assuntos: 1. se esse testemunho é divino; 2. sendo divino, se deve ser entendido apenas deste modo. Irei discorrer neste lugar sobre o primeiro; e sobre o segundo, no capítulo seguinte.

Certamente, Deus pode falar ao homem ou por si próprio, manifestando à mente humana os seus desejos, ou imprimindo no cérebro certos sinais, quer o ser humano esteja acordado quer a dormir (tal como lemos nas Escrituras ter falado com os patriarcas e os profetas), ou declarando claramente a sua palavra e mostrando a sua figura, com quando falou com Moisés no Horeb e no Sinai ao dar-lhe as tábuas da lei, e mesmo com todo o povo de Israel.

I. Se Deus falar por si próprio, declara tão claramente os seus pensamentos que não restam dúvidas para um ser humano sensato de que ele falou realmente. Tudo aquilo que alguns inábeis e atrabiliários inventam, se não forem dementes, devem ser acusados com razão de artimanha e de má índole. Por isso, eu não discorro sobre eles neste lugar.

[245] II. Se Deus falar por meio de outrem, devem considerar-se duas coisas: uma delas é relativa à crença; a outra, à refutação dos opositores para os convencer da verdade da nossa religião. Deste modo, deve examinar-se: 1. o que pensa a Igreja Romana e Universal, que, se declarar que Deus falou, não restam dúvidas de ter isso sucedido, não sendo, portanto, necessário a um ser humano que é fiel inquirir novamente; 2. o que manifesta a razão enquanto grandemente adestrada em matéria crítica.

1. Deve considerar-se em primeiro lugar se os contemporâneos de fé provada e juízo perspicaz atestam terem visto num autor todos os sinais da inspiração divina e qual a sua natureza. 2. Em segundo lugar, deve examinar-se se um profeta proclamou coisas que não podem explicar-se pela razão humana, e se os eventos corresponderam sempre à profecia. 3. Em terceiro lugar, com que sinais e milagres

³⁰⁵ Clerk, *Ars Critica*, 3ª parte, sec. 2, cap. 1 e segs. Entre os católicos, apresentam muitos exemplos Langlet (*Methodus Studendi Historiae*), Sória (*Logica*), Corsini (*Logica*), Fortunato de Brécia (*Logica*) e ainda outros.

2. An res eas praedixerit propheta quae humanis rationibus nequeunt expediri, et an praedictioni euentus semper responderit. 3. Quibusnam signis et miraculis se missum a Deo fuisse probauerit,^[1] et an consentientibus omnibus. Nam si haec concurrant, ut ea dixerit et fecerit quae uires humanas superant, si doctrinam humanae rationi prorsus consentaneam docet, si magna ueneratione exceptus est ab aequalibus, dubium non est quin eiusmodi homo diuini numinis adflatu locutus sit.

Iam uero cum constat hominem^[2] adflatum talia dixisse, haec superest religio, ut exploremus an libri qui res eas continent sint germani fetus sacrorum hominum, et an ad nos usque puri et intemerati peruenerint. Vel si quasi per manus tradita ad nos uenerit doctrina, illane pura^[3] ac nuda peruenerit, an temporis tractu hominumque narrationibus mutata fuerit et corrupta.

Hanc autem religionem seu scrupulum facile remouebimus, si, quae sequuntur, seruabimus. 1. Primo consulere debemus Romanam ecclesiam, quae si docet huiusmodi librum esse germanum nefas est repugnare. Nam^[4] praeterquam quod ab spiritu Dei, ne in his et similibus constituendis erret, dirigatur, ex constanti traditione accurate cum opus fuit, examinauit an libri sint integri et sinceri, an non; an hoc sensu sint accipiendi, an aliter. Haec ad nostros. 2. Quoad externos uero et pertinaces, est illud etiam inuestigandum quid aequales dixerint scriptores, quid illi qui paullo post fuere. Prorsus enim fieri non potest ut tot homines oculati et aequales, uel suppres decepti fuerint iudicantes huiusmodi libros ab illis hominibus fuisse conscriptos; idque [246] iisdem uerbis et sententiis quae nunc exstant. 3. Postremo loco disquirendum^[5] an ii qui ea ab auctore diuino scripta esse testantur, odio, amore, spe incitati dicant. Quae omnia si cohaerent, nullus^[6] nisi delirus negauerit huiusmodi libros et doctrinam intemeratam seruari.

Exemplo res fiet clarior. Libros omnes utriusque Testamenti qui a consilio Tridentino recensentur³⁰⁶ esse diuinos, ex hoc discimus quod ecclesia Catholica, ab ecclesia^[7] Iudaeorum et ab ipso Christo ac discipulis edocta, a primis usque Christiani nominis saeculis docuit utrosque a uiris diuinis scriptos fuisse, Deo ipso dictante, uel cogitationes scriptoris ad eum finem dirigente. Id aequales homines, id illi qui paullo post fuere, alii aliis succedentes perpetuo testati sunt. Id fassi sunt ethnici non nulli aequales, qui ex talium librorum testimonio disputabant contra nostros. Id in singulis saeculis agnitum^[8] fuit, et in conciliis Episcoporum constitutum. Id

³⁰⁶ Sess. III, *Decretum de Scriptura Canonica*.

^[1]probauerit *R²LNV*] confirmauerit *R¹* ^[2]hominem adflatum *R²LNV*] prophetam *R¹*
^[3]pura ac nuda *R²LNV*] nuda ac pura *R¹* ^[4]Nam ... fuere. *R²LNV*] pro Nam ... post fuere. *R¹*: *vd. infra Annexum XXIX*. ^[5]disquirendum *R²LNV*] inuestigandum *R¹* ^[6]nullus ... delirus *R²LNV*] prudens nullus *R¹* ^[7]ecclesia Iudaeorum *R²LNV*] Iudaeorum ecclesia *R¹* ^[8]agnitum *R²LNV*] cognitum *R¹*

provou o profeta ter sido enviado por Deus, e se foi com o testemunho de todos. Se tudo isto concordar de tal modo que ele tenha dito e feito o que supera as capacidades humanas, se ensinou uma doutrina totalmente consentânea com a razão humana, e se ela foi aceite com grande veneração pelos contemporâneos, não há dúvida de ter esse homem falado por inspiração da divindade.

Quando, porém, é manifesto ter dito essas coisas um homem inspirado por Deus, a religião propugna que investiguemos se os livros que as contêm são verdadeiros partos de homens sagrados, e se eles chegaram até nós genuínos e não adulterados ou se a sua doutrina terá chegado até nós como que transmitida em mãos e se chegou pura e sem mancha; e se com o decurso do tempo ela foi alterada e corrompida pelas narrativas dos homens.

Afastaremos, no entanto, facilmente este escrúpulo religioso ou temor se observamos aquilo que se segue. 1. Em primeiro lugar, devemos deliberar em conformidade com a Igreja Romana, que, se ensina que um livro é verdadeiro, é ímpio impugnar isso. Na verdade, além de ela ser governada pelo espírito divino para não errar nas coisas que devem ser instituídas e noutras semelhantes, examinou cuidadosamente, como era necessário, em conformidade com uma tradição constante, se os livros eram ou não genuínos e verídicos e se deviam ser aceites num determinado sentido ou de modo diferente. Isto, relativamente aos livros católicos. 2. Em segundo lugar, quanto aos livros estrangeiros persistentes no erro, deve também investigar-se a seu respeito o que afirmam os autores contemporâneos e os que viveram posteriormente a eles. Na verdade, não pode suceder que tantas testemunhas oculares e contemporâneas ou quase contemporâneas se tenham enganado ao ajuizarem haverem sido escritos tais livros por aquelas pessoas [246] segundo as mesmas palavras e as mesmas opiniões que actualmente subsistem. 3. Por último, deve investigar-se se aqueles que atestam terem sido escritas essas coisas pelo autor divino o afirmam induzidos pelo ódio, pelo amor, pela esperança. Se todas estas coisas estiverem em concordância, ninguém, excepto um delirante, poderá negar que tais livros foram preservados e a sua doutrina mantida incorrupta.

Este assunto torna-se mais inteligível com um exemplo. Que todos os livros de ambos os Testamentos referidos pelo Concílio de Trento³⁰⁶ são divinos sabemos-lo porque a Igreja Católica, instruída pela igreja dos Judeus e pelo próprio Cristo e seus discípulos, ensinou desde os primeiros séculos do cristianismo terem sido escritos por varões inspirados por Deus ambos os Testamentos consoante a palavra do próprio Deus ou então porque ele dirigiu os pensamentos do autor segundo essa finalidade. Isto atestam-no continuamente os contemporâneos, aqueles que viveram um pouco posteriormente e outros que lhes sucederam. Nisto enganaram-se alguns pagãos contemporâneos que, segundo o testemunho desses livros, disputavam contra os cristãos. Tudo isto foi reconhecido em todos os séculos e estabelecido nos concílios episcopais, assim como nas traduções mais antigas do Antigo Testamento

³⁰⁶ Sessão IV (*Decretum de Scriptura Canonica*).

antiquiores uersiones Testamenti Veteris ante Christum factae, ut Chaldaica, Syriaca, Samaritana, Graeca; id aliae post Christum Graecae et innumerae Latinae; tum et Arabica, Aethiopica, Persica, Gallica, Germanica, Hispanica, Anglica, ceterae plane conficiunt. Id consensus omnium populorum per terrarum orbem dispersorum, qui Romano pontifici obtemperant, luculenter confirmat.

Praeterea sunt alia argumenta quae id ipsum apertissime^[1] demonstrant. Primum condicio hominum qui eos scripserunt, qui fere^[2] omnes erant agricolae et pastores ac piscatores, planeque^[3] indocti et minime apti, qui tale systema doctrinae excogitarent, ut Veteris Testamenti praedictiones exacte rebus gestis in Nouo responderent. Deinde ipsamet doctrina quae in iisdem libris habetur, naturae^[4] rationi consentanea, et quae undique sanctimoniam reddit. Praeterea stupenda miracula quae in Veteri Testamento continentur, atque notissima illa Christi et Apostolorum prodigia quae utriusque codicis ueritatem et sanctitatem demonstrant. Postremo martyrum innumerabilis multitudo qui, grassante in perniciem Christiani nominis Caesarum furore^[5] ignito, Christi doctrinam testati sunt summo consensu. Quae omnia, ut alia missa faciam, conficiunt euidenter et libros esse diuinos et diuini [247] numinis prouidentia ad nos usque incorruptos peruenisse.

Non secus ac eadem argumentandi uia, Homeri, Platonis, Caesaris, Ciceronis, Virgilii, Plutarchi, ceterorumque libros ueros eorum esse fetus^[6] probamus, nimirum ex ueterum testimonio et summo eorum qui prioribus successerunt consensu.³⁰⁷

Contra uero iisdem argumentis efficitur Librum III et IIII Esdrae, Lib. III et IIII Machabaeorum, Lib. de Adscensione et testamento Moysis; tum *Itinerarium* Clementis; Acta Andreae, Philippi, Petri, Thomae, Epistolam Christi ad Abgarum regem; et id genus alia, quae a non nullis ueteribus Patribus citantur, diuina non esse, sed falsa et apocrypha: nam et id ueteres animaduertunt, et tales^[7] libros Catholica ecclesia perpetuo repudiavit. Haec inter uias adnotasse satis fuerit. Plura qui^[8] scire desiderat, adeat auctores qui de hac materia dedita opera scripserunt.³⁰⁸ Nos iis,^[9] tamquam a proposito alienis, et parum adolescentibus accommodatis, supersedemus.

³⁰⁷ "Non^[10] aliunde ueros auctores in libris etiam ethnicis habemus exploratos, quam ex communi consensu et testimonio eorum qui fuerunt ante nos. Vnde nouerunt homines libros esse Platonis, Aristotelis, Ciceronis, nisi ex eadem temporum sibimet succedentium contestatione continua." August., *Contra Faustum* lib. XXXI, cap. 6.

³⁰⁸ Huetius, in *Demonstratione Euangelica* et in *Ametanis Quaestionibus*; Grauesson, *De Sacra Scriptura* Part. I, § 2 et 3, et Part. II; Turre, aliique multi.

^[1]apertissime *R²LNV*] aperte *R¹* ^[2]fere omnes *R²LNV*] plerumque *R¹* ^[3]planeque *R²LNV*] omnesque *R¹* ^[4]naturae *R²LNV*] humanae *R¹* ^[5]furore ignito *R²LNV*] ignito furore *R¹* ^[6]factus *R²LNV*] fetus *R¹* ^[7]tales libros *R²LNV*] eos *R¹* ^[8]qui ... auctores *R²LNV*] qui cupit, legat auctores *R¹* ^[9]iis *R²LNV*] hisce *R¹* ^[10]Non ... cap. 6. *R²LNV*] *om. R¹*

realizadas antes de Cristo, como a caldaica, a siríaca, a samaritana, a grega. Isto aparece claramente noutras traduções gregas depois de Cristo e em muitas latinas, e também arábicas, etiópicas, pérsicas, francesas, alemães, espanholas, inglesas, etc. Isto confirma-o com clareza o consenso de todos os povos dispersos pelo orbe terrestre que obedecem ao pontífice romano.

Existem, por outro lado, outros argumentos que demonstram claramente isso mesmo. Em primeiro lugar, a condição dos autores dos livros, os quais eram quase todos camponeses, pastores e pescadores totalmente ignorantes, e de modo algum dotados de aptidão os que reflectiram sobre tal sistema de doutrina para poderem afirmar corresponderem com exactidão as predições do Antigo Testamento aos factos descritos no Novo Testamento. Além disso, a própria doutrina contida nos mesmos livros, consentânea com a razão natural, também conferiu a essas coisas grande religiosidade. Por outro lado, os admiráveis milagres mencionados no Antigo Testamento e os bem conhecidos milagres de Cristo e dos apóstolos demonstram também a verdade e a santidade de ambos os livros. Por último, confirmam com assentimento geral a doutrina de Cristo o grande número de mártires quando alastrou com ímpeto veemente a intolerância dos Césares contra o nome cristão. Infere-se com evidência de todas estas coisas, omitindo outras, que não só aqueles livros são divinos, [247] mas também que eles chegaram até nós incorruptos em virtude da providência da majestade divina.

Da mesma forma e em conformidade com o mesmo modo de argumentar, demonstramos – certamente com base no testemunho dos antigos e com o assentimento geral dos que lhes sucederam³⁰⁷ – que são seus verdadeiros partos os livros de Homero, de Platão, de Cícero, de Virgílio, de Plutarco e de outros.

Pelo contrário, estabelecemos com os mesmos argumentos que os livros terceiro e quarto de Esdras, os livros terceiro e quarto dos Macabeus, o livro da ascensão e o do testamento de Moisés, o *Itinerarium* de Clemente, as actas de André, de Filipe, de Pedro e de Tomé, a epístola de Cristo ao rei Ábgaro e outras coisas do género referidas por alguns antigos Padres não são divinas, mas falsas e apócrifas. Na verdade, os antigos reconheceram isso, e também a Igreja católica rejeitou constantemente esses livros. Seria suficiente que eu tivesse mencionado de passagem estes assuntos; mas quem desejar conhecer ainda outros deve recorrer aos autores que escreveram proposadamente sobre esta matéria.³⁰⁸ Eu abstenho-me intencionalmente dela, pois é inoportuna e pouco apropriada para os jovens.

³⁰⁷ “Não examinámos os verdadeiros autores, mesmo nos livros dos pagãos, senão com base no assentimento geral e no testemunho dos que viveram num tempo anterior ao nosso. De que modo tomaram os seres humanos conhecimento de que pertencem a Platão, a Aristóteles, a Cícero os seus livros a não ser com fundamento no testemunho continuado dos tempos posteriores?” (Agostinho, *Contra Faustum*, liv. XXXI, cap. 6).

³⁰⁸ Huet, *Demonstratio Euangelica e Ainetanae Quaestiones*; Gravesson, *De Sacra Scriptura*, 1ª parte, § 2-3 e 2ª parte; Turré, e muitos outros.

CAPVT V

De^[1] probabilitate hermeneutica

Quoniam uero scriptores aliquando ita scribunt, ut uel breuiter, uel obscure, uel negligenter sua sensa declarent,^[2] iccirco uerba sunt expendenda, quo sensum auctoris facilius^[3] eruamus; id est, plane intelligamus quales ideas suis uerbis indiderit et in animis legentium [248] uoluerit suscitare. Cum ergo ex legibus acri iudicio sancitis id facimus et auctoris sensa uerisimiliter ostenduntur, haec uocatur “probabilitas hermeneutica”, seu “probabilis interpretatio”.

De hac interpretandi ratione dilucide et erudite, post Grotium et Pufendorfium, disputauit clarissimus philosophus, et iurisconsultus Christianus Thomasius,³⁰⁹ cuius nos, in^[4] iis quae res naturae consentaneas spectant, uestigia sequemur. Regulae autem, ad quas interpretationem nostram exigere debemus, ita se habent:

I

Oportet linguam qua scriptor usus est et gentis historiam cognitam plane et exploratam habere.

Primum enim differentium linguarum uerba uerbis perfecte non respondent, quod accurati interpretes politissimorum scriptorum ingenue fassi sunt.³¹⁰ Adeoque conuersiones, quantumuis diligenter conscriptae, auctoris sensum frequenter planum non faciunt. Nam si scriptores domesticos legentes uerborum sensum interdum non adsequimur, quia uerba obsoleta et contortae phrases facilis interpretationis non sunt, quid de illis sperandum, qui lingua nobis incognita loquuntur? Deinde cum plerique omnes scriptores gentis suae mores in scribendo expresserint, nisi haec nobis sint explorata, uix aut ne uix quidem eorum sententiam percipiemus.^[5]

Hinc cum libri Diuini foederis Hebraea, Chaldaica et Graeca lingua conscripti fuerint, merito de temeritate et arrogancia postulantur qui harum linguarum atque uetustatis cum sacrae, tum profanae expertes atque ignari interpretandi negotium suscipiunt.

[249]

II

Sine ullo partium studio, sine praeiudicatis sententiis scriptoris uerba sunt exponenda.

³⁰⁹ In *Introductione ad Philosophiam Rationalem*, sed praesertim in *Praxi Philosophiae Rationalis* et in *Institutionibus Iurisprudentiae Diuinae* lib. II.

³¹⁰ Inter^[6] ceteros, Coste in *Praefatione ad Versionem Gallicam Lockii*.

^[1]De probabilitate hermeneutica R^2LNV] De probabilitate hermeneutica tractat R^1 ^[2]declarent R^2LNV] exponant R^1 ^[3]facilius R^2LNV] *om.* R^1 ^[4]in iis ... spectant R^2LNV] *om.* R^1 ^[5]percipiemus. R^2LNV] internoscemus. R^1 ^[6]Inter ceteros R^2LNV] Legatur praeter ceteros R^1

CAPÍTULO V

A probabilidade hermenêutica

Dado que por vezes os autores se exprimem manifestando os seus pensamentos quer com concisão, quer de modo obscuro, quer com negligência, devem por isso ser expostas algumas palavras para descobrirmos mais facilmente o pensamento do autor, isto é, para entendermos com clareza quais as ideias que ele associa às suas palavras e pretende inculcar no espírito dos leitores. [248] Quando, porém, fazemos isso com base em regras estabelecidas por um juízo penetrante, são também manifestados com verosimilhança os pensamentos do autor. Chama-se a isto “probabilidade hermenêutica” ou “interpretação provável”.

Acerca desta forma de interpretação, discorreu com clareza e sabiamente depois de Grócio e Pufendorf o ilustríssimo filósofo e jurisconsulto Christian Thomasius,³⁰⁹ cujas pegadas eu sigo nos assuntos respeitantes às coisas que são conformes à natureza. E as regras às quais devo conformar a minha interpretação são as seguintes:

I

É necessário conhecer e examinar perfeitamente a língua de que o autor se serviu e a história do país.

Na verdade, em primeiro lugar, as palavras das diversas línguas não correspondem perfeitamente entre si, pelo que os intérpretes escrupulosos dos autores mais polidos se enganam abertamente.³¹⁰ Mais ainda, as traduções, embora escritas conscienciosamente, não estabelecem muitas vezes com clareza o sentido pretendido pelo autor. Com efeito, se não compreendemos por vezes os autores domésticos ao examinarmos o sentido dos seus discursos por conterem palavras caídas em desuso e frases complicadas, o que devemos esperar dos que falam uma língua por nós desconhecida? Além disso, dado que a maior parte dos autores ao escreverem expõem os costumes do seu país, se não forem investigados por nós estes assuntos, dificilmente ou nem sequer dificilmente perceberemos a sua opinião.

Por isso, dado que os livros da aliança divina foram escritos nas línguas hebraica, caldaica e grega, são acusados com razão de ousadia e arrogância os que desprovidos destas línguas e desconhedores da Antiguidade, tanto sagrada como profana, se dedicam à actividade da interpretação.

[249]

II

As palavras devem ser expostas sem parcialidade e sem opiniões preconcebidas do autor.

³⁰⁹ Em *Introductio ad Philosophiam Rationalem*, mas sobretudo em *Praxis Philosophiae Rationalis* e em *Institutiones Iurisprudentiae Divinae*, liv. II.

³¹⁰ Entre outros, Coste em *Praefatio ad Versionem Gallicam Lockii*.

Qui enim animum praeiudiciis liberum non adfert,^[1] is profecto non ea in scriptore uidebit quae scripsit, sed omnia in peiorem partem detorquebit. Sane quam frequentissime id euenit.

III

Sententiae scriptoris non ex nostris opinionibus sunt illustrandae, sed ex auctoris sententia^[2]; nec seorsum sunt accipiendae, sed referendo ad systema doctrinae quod excogitauit, et tempus quo scripsit.

Incredibile dictu est quot homines, ceteroquin eruditi, hunc lapidem offendant. Ii enim uel mutila uerba scriptoris, uel periodos a contextu seiunctas interpretantes seorsum, idque ex domesticis opinionibus et moribus, eum sensum scriptori adfingunt de quo numquam cogitauit. Itaque non quid alii dixere, sed quid interpretes ipsi existiment illos dicere debuisse, uel laudant, uel tanquam ex tripode reprehendunt.

Quam multi sunt qui Cartesii, Leibnizii, Wolfii ceterorumque philosophorum pronuntiata, mutila ea quidem et corrupta, uel tamquam inepta derident, uel tamquam periculosa castigant! Quam multi et pii et docti seni Platoni atque Alexandrinis Semiplatonis, Iamblichio, Plotino, Porphyrio, Proclo, ceteris, tum et stoicis, L. Senecae, Epicteto, M. Aurelio imperatori et^[3] multis aliis, catholicas sententias, similitudine uocum decepti, tribuerunt, de quibus ne somniarunt quidem et quae systemati quod condiderant aduersantur! Itaque iudicare ineptum est de scriptoris sententiis, quin prius notum habeamus e quibus fontibus hauserit sua et quale systema condiderit.

III

Verba cuiuscumque scriptoris in sensu obuio et ad uerbum^[4] sunt accipienda, nisi uel absurdum sensum reddant uel nullum.

[250] Nam in rebus perspicuis ineptum est contortis interpretationibus uti et quaerere nodum in scirpo ac mysteria ubi non sunt.

Altera pars et ipsa est manifesta. Nam recta ratio et aequitas postulant a nobis ne iudicemus hominem sanae mentis iis uerbis usum^[5] fuisse quae uel absurdum sensum faciant, uel nullum habeant effectum. Adeoque a germana uocum significatione hoc casu est recedendum.

Quod si perspicuum sit auctorem uel sanae mentis non esse, uel esse^[6] iocatum, cessat interpretis officium. Merito ergo iurisconsulti praecipunt^[311] ut uerba absurda, impossibilia, turpia, perplexa ultimis uoluntatibus adiecta pro non scriptis habeantur; uel quia insanus homo reputatur, uel ut poenas det imprudentiae.

³¹¹ L. I et XIV, et XXVII ff. *De Conditionibus Institutionum*; L. XLV ff. *De Heredibus Instituendis*.

^[1]adfert *R²LNV*] habet *R¹* ^[2]sententia *R²LNV*] sensu *R¹* ^[3]et multis aliis *R²LNV*] reliquis *R¹* ^[4]uerbum *R²LNV*] litteram *R¹* ^[5]usum fuisse *R²LNV*] fuisse usum *R¹* ^[6]esse *R²LNV*] fuisse *R¹*

Quem não possuir um espírito liberto de preconceitos não poderá certamente aperceber-se do que o autor escreveu, deturpando tudo no pior sentido. Isso ocorre certamente com muita frequência.

III

Não devem explicar-se as opiniões do autor segundo os nossos pareceres, mas segundo o parecer do autor; nem elas devem interpretar-se separadamente, mas em relação ao sistema de doutrina pensado pelo autor e ao tempo em que escreveu.

É inacreditável de dizer-se que tantas pessoas, aliás instruídas, tenham chocado com este escolha. Interpretando separadamente as palavras deturpadas do autor ou isolando os períodos do seu contexto segundo as opiniões e os costumes domésticos, elas atribuem ao autor um sentido sobre o qual ele nunca tinha pensado. Por isso, elogiam ou censuram, como provindo de um oráculo, não o que os outros disseram, mas o que os próprios intérpretes consideram que elas deviam ter dito.

Há tantos que escarnecem das proposições, certamente deturpadas e alteradas – considerando-as como enfadonhas ou censurando-as como nocivas –, de Descartes, de Leibniz, de Wolff e de outros filósofos! Há tantos devotos e doutos que atribuem ao velho Platão, aos semiplatônicos alexandrinos, Jâmblico, Plotino, Porfírio, Proclo, etc, e também aos estóicos, Lúcio Séneca, Epicteto, o imperador Marco Aurélio, e a muitos outros a respeito dos quais nem sequer sonharam, as doutrinas católicas, iludidos pela semelhança das palavras, e que opõem ao sistema aquilo que não estabeleceram! Por isso, é inábil ajuizar sobre as opiniões de um autor sem conhecermos primeiramente as fontes de onde ele as bebeu e qual o sistema que estabeleceu.

IV

As palavras de qualquer autor devem ser tomadas no sentido em que elas se manifestam e rigoroso, excepto se o sentido for absurdo ou não existir.

[250] Com efeito, é inábil servirmo-nos nos assuntos evidentes de interpretações complicadas e procurarmos nó em folha de junco e mistérios onde não existem.

A segunda parte é evidente por si própria. Na verdade, a recta razão e a equidade exigem de nós que não pensemos ter-se servido uma pessoa de mente sã de palavras que têm um sentido absurdo ou uma eficácia nula. Com efeito, deve conservar-se nesta caso a verdadeira significação das palavras.

Se for evidente que um autor não é sã de espírito ou é trocista, deixa de existir a função do intérprete. Estabelecem, portanto, com razão os jurisconsultos que as palavras absurdas, impossíveis, indecorosas, equívocas, que se acrescentam às últimas disposições testamentárias não sejam tidas como escritas, quer porque a pessoa é considerada demente, quer para ser punida pela sua ignorância.

V

Si auctor dedita opera mutauit sententiam, posterior est praeferenda.

Nam ii qui ueritatem anxie perquirunt nulli dubitant errata sua, si qua sunt, corrigere. Proinde ita se habere iudicandum est. Eadem regula obtinet in pactis, si eadem personae paciscantur, quia hae possunt mutare sententiam; non ita uero si cum alio, nam prior condicio ultimam antiquat. Illustrant hoc praeceptum philosophi exemplo sponsalium. Possunt enim qui spoponderunt ambo mutare uoluntatem, non potest alteruter cum tertio sponso pacisci, quia ius quaesitum primo non tollitur a posteriori pactione.

VI

*Si occurrunt in scriptore sententiae quae discrepantes uideantur, in concordiam sunt adducendae, si modo possunt. Sin autem, ultra uel rectae rationi, uel auctoris systemati magis sit consentanea, ex legibus probabilitatis constituendum est.*³¹²

[251]

VII

Si uerba non discrepantia sunt, sed dubia et obscura, ex coniectura eo modo sunt illustranda, ut nihil absonum aut ineptum praeferunt.

Ex regula quarta illustrantur haec. Coniectura autem ex triplici fonte est capienda: 1. ex ipsa materia quae in disputationem uenit; 2. ex locis coniunctis; 3. ex fine quem auctor sibi posuit. De quibus ex ordine dicemus.^[1]

VIII

Verba exponi debent eo modo quo natura rei, de qua agitur, requirit; et ex sensu communi est iudicandum.

Nemo enim est qui non uideat eum qui aliquid scribit uelle ut uerba sua eo sensu^[2] accipiantur quo prudentes homines solent accipere. Hinc Cleomenes,³¹³ qui fecisset indutias aliquot dierum cum Argiuis, noctu eos oscitantes aggrediens, per summam iniuriam profligauit, nugans in re graui se indutias dierum fecisse, non

³¹² Quonam modo in^[3] legibus et pactionibus exponendis ea regula uti debeamus, copiose docet Cicero *De Inuentione*, lib. II, cap. 49; et ex eius doctrina Grotius et Pufendorfius, in locis paullo post dicendis.^[4]

³¹³ Plutarch., *Apopheticus Laconicus*, p. 223.

^[1]dicemus. *R²LNV*] disseremus. *R¹* ^[2]sensu *R²LNV*] intellectu *R¹* ^[3]in legibus *R²LNV*] hac regula in legibus *R¹* ^[4]dicendis. *R²LNV*] declarandis. *R¹*

V

Se um autor alterar de caso pensado a sua opinião, deve preferir-se a última.

Com efeito, os que investigam escrupulosamente a verdade não têm dúvidas em corrigir os seus erros, quaisquer que eles sejam. Deve por isso ajuizar-se que isto é correcto. O mesmo preceito prevalece nos pactos quando duas pessoas fazem um contrato, dado que elas podem mudar de opinião, não podendo, porém, realizá-lo com outra, pois o primeiro acordo ab-roga o último. Os filósofos explicam este preceito com o exemplo dos esposais. Com efeito, os que se prometem em casamento podem ambos alterar a sua intenção, mas não pode um ou outro fazer um contrato com um terceiro esposo, dado que o direito adquirido pelo primeiro contrato não é suprimido pelo posterior.

VI

Se ocorrerem num autor opiniões que parecem discordantes, devem ser, se possível, conciliadas. Se, porém, uma delas for mais consentânea com a recta razão ou com o sistema do autor, isso deve estabelecer-se segundo as regras da probabilidade.³¹¹

[251]

VII

Se as palavras não forem divergentes, mas equívocas e obscuras, devem explicar-se por conjectura de modo a nada manifestarem que seja discordante ou inábil.³¹²

Este preceito é explicado pelo quarto. A conjectura provém de três fontes: 1. a própria matéria que se apresenta à discussão; 2. os lugares conjuntos; 3. a finalidade que o autor se propôs. Irei discorrer ordenadamente sobre estes assuntos.

VIII

As palavras devem explicar-se da forma exigida pela natureza do assunto em causa, devendo ajuizar-se em conformidade com o senso comum.

Com efeito, não há ninguém que não se aperceba de que quem escreve alguma coisa pretende deverem ser tomadas as suas palavras no sentido segundo o qual costumam ser interpretadas pelas pessoas sensatas. Portanto, Cleómenes³¹³ – que havia feito tréguas durante alguns dias com os Argivos – quando investiu durante a noite com suma injustiça contra os que estavam bocejantes, gracejou sobre um

³¹¹ *Leis* I, XIV e XXVII ff. *De Conditionibus Institutionum*; L. XLV ff. *De Heredibus Instituendis*.

³¹² Cícero (*De Inventione*, lib. II, cap. 49) ensina eloquentemente como devemos servir-nos desta regra na explicação das leis e dos pactos. A sua doutrina foi seguida por Grócio e Pufendorf nos lugares a que irei referir-me um pouco posteriormente.

³¹³ Plutarco, *Apopheticus Laconicus*, p. 223.

noctium. Hinc etiam Prusias³¹⁴ rex Bithyniae, cum Hannibalem in fidem suam et amicitiam recepisset, et Romani a rege peterent ne inimicissimum suum secum haberet sibi dederet, cauillabatur respondens ne id a se fieri postularent quod contra ius hospitii esset; ipsi, si possent, comprehenderent locum, ubi esset, facile inuenturos. Nam fides data hospiti hoc praeferebat, ne pateretur in regno suo comprehendi. Hae coniecturae ex materia capiuntur.

[252]

VIII

Quod si ne hoc modo quidem res potest dilucidari, conferenda sunt loca antecedentia et consequentia; tum etiam quaecumque loca occurrunt in quibus de eadem re disputat, accurate sunt examinanda, ut auctoris sensus uerisimiliter eliciatur.^[1]

Nam saepe ex contextu libri uera^[2] mens conditoris constat, et quod uno loco obscure dixit in alio habetur explicata. Vel quod melius data opera se explicare uoluerit, uel quod aliquid casu addiderit, ex quo priori sententiae lux^[3] adfulget. Multo facilius hominis mens percipi^[4] potest, si diuersis in locis ac temporibus eandem materiam tractat.³¹⁵

Vsitata iurisconsultis qui modo hoc nomine sunt digni est haec interpretandi ratio,³¹⁶ ut docent, praeter ceteros, illa iurisprudentiae lumina, Gothofredus,³¹⁷ Reinoldus,³¹⁸ Labittius.³¹⁹ Quod etiam ceteri uiri docti magno cum operae pretio facere^[5] consueuerunt. Hac methodo philosophi naris emunctae conferentes loca in quibus Aristoteles hanc uocem ἐντελέχεια,^[6] “entelechia”, usurpat plane deprehenderunt nihil eum huiusmodi uoce notare uoluisse, sed lectoribus facere fucum. Haec coniectandi uia uocatur ex locis coniunctis; ea quae sequitur, ex fine.

³¹⁴ Nepos in *Hannibale*, fine.

³¹⁵ “Qua in sententia scriptor fuerit, ex ceteris eius scriptis, factis, dictis, animo, atque uita eius sumi oportebit”. Cicero *De Inuentione*, lib. II, cap. 40.

³¹⁶ “Inciuile est, nisi tota lege perspecta, una aliqua particula eius posita, iudicare, uel respondere”. L. XXIII ff. *De Legibus*, et L. XXVI ff. eodem, et L. CXXXIV ff. *De Verborum Obligationibus*.

³¹⁷ *Commentaria in Regis Iurisprudentiam et Commentaria in Codicem Theodosianum*.

³¹⁸ *Dissertatio et Oratio de Lege Inscripta*.

³¹⁹ *In usu Indicis Pandectarum*.

^[1]eliciatur. *R²LNV*] eruatur. *R¹* ^[2]uera *R²LNV*] om. *R¹* ^[3]lux adfulget. *R²LNV*] adfulget lux. *R¹* ^[4]percipi *R²LNV*] odorari *R¹* ^[5]facere consueuerunt. *R²LNV*] habent in usu. *R¹* ^[6]ἐντελέχεια *R¹R²NV*] om. *L*

assunto tão sério ao afirmar ter feito tréguas durante dias e não durante noites. Também Prúsias,³¹⁴ rei da Bitínia – que acolhera Aníbal sob a sua protecção e com amizade, e tendo os Romanos pedido ao rei para não hospedar e lhes entregar um grande inimigo –, escarneceu respondendo que não lhe solicitassem para fazer isso por ser contrário ao direito de hospitalidade, e que os próprios, se fossem capazes, encontrariam facilmente o lugar onde ele estava. De facto, a promessa feita a um hóspede implicava que ele não consentisse proceder-se à captura de alguém no seu reino. Estas conjecturas são relativas à matéria.

[252]

IX

Se nem sequer dessa forma puder esclarecer-se um assunto, devem comparar-se os lugares antecedentes e os consequentes, devendo também examinar-se com diligência quaisquer lugares que se ofereçam ao espírito e sobre os quais o autor discorre a respeito da mesma matéria para, assim, se obter com verosimilhança o sentido por ele pretendido.

Na verdade, evidencia-se muitas vezes no contexto de um livro o verdadeiro pensamento do autor, e o que ele afirma obscuramente num lugar é afirmado noutro com clareza; ou então evidencia-se o que ele desejaria intencionalmente explicar melhor ou o que casualmente acrescentaria, resplandecendo, assim, a luz com base na opinião precedente. Pode, portanto, conhecer-se com muito maior facilidade a mente humana, se ela examinar em diversos lugares e tempos a mesma matéria.³¹⁵

É esta a forma de interpretar de que se serviram os jurisconsultos dignos deste nome,³¹⁶ como ensinam, além de outros, as luminárias da jurisprudência Gottfried,³¹⁷ Reinhold,³¹⁸ Labitte,³¹⁹ e também outros varões muito instruídos costumaram proceder dessa forma com proveito. Em virtude deste método, os filósofos perspicazes, comparando os lugares em que Aristóteles se serve da palavra ἐντελέχεια, “enteléquia”, depreenderam com clareza que ele nada desejou designar por essa palavra, mas iludir os leitores. Este modo de conjecturar baseia-se nos lugares conjuntos; e o que se segue, na finalidade.

³¹⁴ Nepos, *Hannibal*, no fim.

³¹⁵ “É necessário estabelecer qual foi a opinião do autor com base nos seus escritos, nos seus feitos, nas suas sentenças, na sua índole e na sua vida” (Cícero, *De Inventione* lib. II, cap. 40).

³¹⁶ “É injusto, excepto se toda a lei for evidente, ajuizar sobre uma pequena parte ou refutá-la” L. XXIII ff. *De Legibus*, et L. XXVI ff. eodem, et L. CXXXIV ff. *De Verborum Obligationibus*.

³¹⁷ *Commentaria in Regis Iurisprudentiam e Commentaria in Codicem Theodosianum*.

³¹⁸ *Dissertatio et Oratio de Lege Inscripta*.

³¹⁹ *Usus Indicis Pandectarum*.

[253]

X

*Leges autem et pacta explananda sunt ex fine, id est ex ratione utriusque.*³²⁰

Nam, ut recte iurisconsulti^[1] ponunt, ratio est anima legis, quod etiam locum habet in pactis. Hinc cessante generatim fine, media etiam cessare debent. Ideoque^[2] ex fine utriusque iudicandum est.

Exempli gratia, iubet legislator, propter grassantis luis periculum, ne peregrini admittantur. Hinc, cessante peste, peregrini denuo^[3] sunt recipiendi. Quod si cessat in uno tantum casu, eoque rarissimo, lex non tollitur.³²¹ Exemplo sit impubes, cui citius prudentia rerum ciuilium adfulget, qui^[4] nihilo plus testari potest quam reliqui impuberes. Est enim hoc monstri simile, nec a legislatore praeuideri potuit, aut sperari.

XI

Hinc si ratio legis latius pateat uerbis eiusdem, utemur interpretatione extensiuua. Si uerba latius pateant, ratione restrictiuua.** Si uerba et ratio aequae pateant, declaratiua.****

* Exstat in Exodo³²² talis lex: “Si quis aperuerit cisternam et foderit cisternam et non operuerit eam, cecideritque bos aut asinus in eam, reddet dominus cisternae pretium iumentorum”. Hic euidentis^[5] est legislatorem nomine “cisternae” comprehendisse quamcumque fossam, et nomine “bouis” et “asini”, omne genus animantis.

** Lex erat apud Romanos:³²³ “Vt ne quis patronus libertos iureiurando sibi obligaret ne uxorem ducerent, neue liberos procrearent”. Titius castratum libertum iureiurando [254] sibi adegit ne liberos tolleret. Postulatur de crimine. Hoc casu est manifestum de his legem sentire qui liberos tollere possunt; adeoque legem limitare debemus.

*** Tertia pars abunde est perspicua. Hin illud effatum: “Vbi eadem ratio, ibi eadem iuris dispositio est”. Quod tamen in immunitatibus locum non habet, quae ad exemplum non trahuntur.³²⁴

³²⁰ De hac materia fuse et ornate disputarunt Grotius, *De Iure Belli, et Pacis* lib. II, cap. 16, et Pufendorfius, *De Iure Naturae et Gentium*, lib. V, cap. 12, ex quibus pleraque sumsit Thomasius, *Institutiones Iurisprudentiae Diuinae* lib. II, cap. 12.

³²¹ L. III. et IIII et seqq. ff. *de Legibus*.

³²² Cap. XXI, 33, 34.

³²³ L. VI, ff. *De Iure Patronatus*.

³²⁴ L. I, § 2, ff. *De Constit. Princip.*

^[1]iurisconsulti ponunt *R²LNV*] monent iurisconsulti *R¹* ^[2]Ideoque *R²LNV*] Adeoque *R¹*
^[3]denuo *R²LNV*] rursus *R¹* ^[4]qui nihilo *R²LNV*] profecto hic nihilo *R¹* ^[5]euidentis *R²LNV*]
planum *R¹*

[253]

X

*As prescrições legislativas e os pactos devem explicar-se em função de uma finalidade, isto é, do interesse de um e de outro.*³²⁰

Na verdade, como estabelecem convenientemente os juristas, o interesse é a alma da lei, o que sucede igualmente nos pactos. Deste modo, deixando de existir a finalidade em geral, deve também deixar de existir o interesse geral. Deve por isso ajuizar-se em função da finalidade de um e de outro.

Por exemplo, em virtude do perigo de propagação das doenças, o legislador determina que não seja permitida a entrada de estrangeiros, pelo que, cessando a epidemia, os estrangeiros devem ser novamente aceites. Porém, se ela cessar apenas num caso, e porque raríssimo, a lei não é abolida.³²¹ Seja também o exemplo do impúbere a quem se manifesta prematuramente o conhecimento dos assuntos civis, embora acerca dele nada mais possa declarar-se que a respeito dos outros impúberes. Isto é efectivamente semelhante a um prodígio que não pôde ser previsto nem esperado pelo legislador.

XI

Se a razão da lei for mais extensa que os termos da lei, servir-nos-emos da interpretação extensiva. Se os termos forem mais extensos que a razão, servir-nos-emos da restritiva.** E, se os termos e a razão tiverem igual extensão, servir-nos-emos da declarativa.****

* Existe no Êxodo esta lei:³²² “Se alguém destapar um poço, ou escavar um poço e não o cobrir, e lá cair um boi ou um jumento, o dono do poço pagará o preço dos jumentos”. É evidente neste caso que o legislador entendeu pela palavra “poço” qualquer cova, e pelas palavras “boi” e “jumento” toda a espécie de animais.

** Existia entre os Romanos esta lei:³²³ “Que nenhum patrono obrigasse em juramento os libertos, que não levassem para casa uma mulher casada e que os libertos não gerassem filhos”. Tício obrigou em juramento um liberto castrado [254] a não gerar filhos, tendo sido acusado de injúria. É manifesto neste caso que a lei reconhece quais eram os que podiam gerar filhos; devemos por isso restringir a lei.

*** A terceira parte é suficientemente evidente, e daí a sentença; “Onde está a razão, está a ordem jurídica”. Contudo, isto não se verifica nas imunidades, que, aliás, não servem para exemplo.³²⁴

³²⁰ Grócio (*De Iure Belli ac Pacis*, liv. II, cap. 16) e Pufendorf (*De Iure Naturae et Gentium*, liv. V, cap. 12) discorreram abundantemente e com elegância sobre esta matéria. E Thomasius (*Institutiones Iurisprudentialae Diuinae*, liv. II, cap. 12) adoptou a maior parte das suas doutrinas.

³²¹ L. III e IV e segs. ff. *De Legibus*.

³²² Cap. XXI, 33-34.

³²³ L. VI ff. *De Iure Patronatus*.

³²⁴ L. I, § 2 *De Constit. Princip.*

XII

Hinc in dubio an stricte accipi debeat lex, ea interpretatio est amplectenda quam aequitas requirit.

Aequitas autem iurisconsultis est: “Virtus correctrix eius in quo lex propter uniuersalitatem deficit”. Fundamenta aequitatis sunt recta ratio, uirtus, benignitas, humanitas. Quae uocabula non ex uulgi sententia, qui ea peruerse interpretatur, sed philosophorum sunt^[1] accipienda.

Hinc, ut recte cum aliis monet Heineccius, si quis stupiditatem pro recta ratione, uitium pro uirtute, nimiam indulgentiam et conuiuentiam pro benignitate et humanitate amplectitur, et ad haec principia interpretationem suam accommodat, non est haec aequitas, sed stultitia, et temeritas.³²⁵

XIII

*Hinc in dubio benignior legis interpretatio est praeferenda praesertim in “odiosis” et “fauorabilibus”.*³²⁶

[255] SCHOLION

De interpretatione diuinorum librorum addemus pauca, cum quia leges hucusque expositae, si penitus intelligantur, sapientem eorum faciant interpretem, tum quia alienum a proposito uidetur tironem in ea immergere quae tritum hominem arte critica requirunt, et plurima ac recondita doctrina perpolitum. Veruntamen non nulla et magis necessaria subiiciemus.

De^[2] sacrorum librorum interpretatione

I

Libri sacri utriusque Foederis eo tantum modo sunt accipiendi, quo Catholica Ecclesia perpetuo^[3] accepit.

³²⁵ Egregie haec illustrat Grotius, *Commentarius de Aequitate Indulgentiae et Facilitate*, cap. 1, quod est ad calcem operis *De Iure Belli, et Pacis*. Confer. Pufendorfius loco cit., § XXI.

³²⁶ Nullam accuratam dari posse definitionem “fauorabilium” et “odiosorum”, quod, quae odiosa unis sunt, aliis sunt fauorabilia, fuse ostendit Thomasius, *Institutiones Iurisprudentiae Diuinae* lib. II, cap. 12, § 159, et in Appendice huius cap. contra Placium. Item tenuit Titius, *Obseruatio CCCCXXVIII*, seq. et ex horum doctrina Barbeyrarius in *Pufendorffii Laudatum Locum*, § XII, seqq. Verum eorum doctrina regulae nostrae non aduersatur, si ea recte intelligatur.

^[1]sunt accipienda. *R²LNV*] accipienda sunt. *R¹* ^[2]De ... interpretatione *R²LNV*] *om.* *R¹*
^[3]perpetuo accepit. *R²LNV*] accepit perpetuo. *R¹*

XII

Em caso de dúvida, se porventura a lei deve ser interpretada em sentido estrito, deve adoptar-se a interpretação exigida pela equidade.

É a seguinte a equidade do jurisconsulto: “A virtude correctora da lei consiste em ela falhar devido à sua universalidade”. Os fundamentos da equidade são a recta razão, a virtude, a benevolência e a humanidade. Estes vocábulos não devem entender-se segundo a opinião comum, pois ela interpreta-os de modo vicioso, mas segundo a opinião dos filósofos.

Deste modo, como adverte com razão, além de outros, Heinecke, se alguém eger a estupidez em vez da recta razão, o vício em vez de virtude, a indulgência e a conivência excessivas em vez da benignidade e da humanidade, e ajustar as suas interpretações a estes princípios, então não é equidade, mas insensatez e desatino.³²⁵

XIII

*Havendo dúvida, deve preferir-se a interpretação mais indulgente da lei, sobretudo nos casos “odiosos” e nos “benignos”.*³²⁶

[255] ESCÓLIO

Sobre a interpretação dos livros divinos, irei acrescentar poucas coisas, quer porque as leis expostas até agora, se forem devidamente entendidas, o intérprete poderá conhecê-las, quer por parecer não vir a propósito submergir nelas os principiantes, pois elas exigem uma pessoa exercitada na arte crítica. Vou expor, no entanto, alguns assuntos que são mais úteis.

A interpretação dos livros sagrados

I

Os livros sagrados de ambas as alianças devem ser aceites apenas segundo o modo como a Igreja Católica os interpretou constantemente.

³²⁵ Grócio explica distintamente este assunto em *Commentarius de Aequitate Indulgentiae et Facilitate* (cap. 1), que se encontra na parte final da obra *De Iure Belli ac Pacis*. Cf. Pufendorf, *loc. cit.*, § XXI.

³²⁶ Manifesta abundantemente Thomasius (*Institutiones Iurisprudentiae Divinae*, liv. II, cap. 12, § 159 e Apêndice deste capítulo contra Plácio) que não pode apresentar-se uma definição exacta de “benigno” e de “odioso”, pois o que é odioso para uns é benigno para outros. O mesmo sustenta Titius (*Observatio CCCCXXVIII* e segs.) e, com base na doutrina de ambos, Barbeyrac em *Pufendorfi Laudatum Locum*, § XII e segs. Porém, as suas doutrinas não se opõem à minha regra, se ela for adequadamente entendida.

Nam eadem Scripturae docent³²⁷ Ecclesiam Catholicam diuino numine dirigi, ne erret scripta Dei interpretando. Profecto omnibus Christiani nominis saeculis ad Ecclesiam in Conciliis res grauissimas constituentem, uel ad ipsam Romanam Ecclesiam, quae caput est Vniuersalis Ecclesiae, pro earum interpretatione Christiani homines confugerunt, eiusque decretis magna cum animi demissione obtemperarunt.³²⁸

[256]

II

Scriptura Sacra data homini fuit, non ut nos logicos, metaphysicos, physicos, astronomos faceret, sed ut uiros probos ac sanctos faceret, et ad beatitatem perduceret.

Sane si diuini libri aliquid diserte et explicate et expressis uerbis de talibus scientiis traderent, dubium non est Scripturae sententiam multis nominibus ceteris fore praefendam. Cum uero Patrum testimonio habeamus³²⁹ Scripturam Sacram esse epistolam Dei ad Hominem missam, per manus prophetarum et apostolorum, quo ei^[1] nota faciat quae ad beatum adspexit hominem perducant, fit consequens male facere eos qui philosophorum systemata Scripturae uerbis ex^[2] sono, non ex fine acceptis, quasi saepimento aliquo, uallare conantur.³³⁰ Quamobrem nobiliores sententias longeque^[3] differentem sensum in sacris libris quaerere debemus.

³²⁷ “Et ego rogabo Patrem, et alium Paraclitum dabit uobis, ut maneat uobiscum in aeternum Spiritum ueritatis”, *Ioan.* XIII, 16. “Paraclitus autem Spiritus Sanctus, quem mittet Pater in nomine meo, ille uos docebit omnia, et suggeret uobis omnis, quaecumque dixero uobis”, *ibid.* vs. 26; et alibi. “Ecce ego uobiscum sum omnibus diebus usque ad consummationem saeculi”, *Matth.* ultim. vs. 20.

³²⁸ “Sequor tractatum concilii Nicaeni, de quo me nec mors, nec gladius poterit separare”. Ambros. *Epistola XXXII.*

“Nobis tutum est in ea non progredi aliqua temeritate sententiae, quae nullo in Catholico regionali Concilio terminata sunt; id autem fiducia securae uocis adserere, quod in gubernatione Dei, et Domini nostri et Saluatoris Iesu Christi Vniuersalis Ecclesiae consensione roboratum est”, Augustinus *De Baptismo*, lib. VII, cap. 53.

³²⁹ “Omnis scriptura diuinitus inspirata utilis est ad docendum, ad arguendum, ad corripiendum, ad erudiendum in iustitia, ut perfectus sit homo Dei, ad omne opus bonum instructus”. Paul., *II Timoth.* 3, 16.

“De illa ciuitate, unde peregrinamur, litterae nobis uenerunt. Ipsae sunt Scripturae, quae nos hortantur ut bene uiuamus”. Augustinus, *Cont. II in Psalm.* 90.

³³⁰ Vt Zeisoldus, *De Consensu Aristotelis cum Scriptura Sacra*; Amerpoelius, *Cartesius Mosaizans*; Dickinsonus, *De* ^[4] *Naturali Veritate Hexaëmeri Mosaici*; Burnetius, *Theoria Sacra Teluris*; Whistonus ceterique, qui philosophias Mosaicas quasdam commenti sunt. Qui quidem systemata sua uel uetera, uel noue excogitata, non dico Scripturae non repugnare quod Christiani et catholici esset, sed in ea omnino expressa et probata reperiri, per summam temeritatem dixere.

^[1]ei *R²LNV*] illi *R¹* ^[2]ex sono, ... acceptis *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[3]longeque ... sensum *R²LNV*] atque alium longeque differentem intellectum *R¹* ^[4]*De naturali ueritate ...* dixere. *R²LNV*] ceteri. *R¹*

Com efeito, ensinam as Escrituras³²⁷ que a Igreja Católica é governada pelo poder divino para ela não errar na interpretação da palavra divina. Para interpretá-la, os cristãos recorreram em todos os séculos do cristianismo à Igreja enquanto ela estabelece coisas muito importantes nos concílios ou à própria Igreja Romana, que é a cabeça da Igreja Universal, e obedeceram aos seus decretos com grande submissão de espírito.³²⁸

[256]

II

A Sagrada Escritura não foi transmitida ao ser humano para que fôssemos lógicos, metafísicos, físicos, astrónomos, mas varões rectos e virtuosos, e para nos conduzir à beatitude.

Certamente, se os livros divinos nos transmitissem algo com clareza e distinção e de modo explícito a respeito dessas ciências, não haveria dúvida de que a doutrina das Escrituras devia ser preferida às outras por muitas razões. Dado, porém, sabermos pelo testemunho dos Padres³²⁹ que a Sagrada Escritura é uma epístola de Deus enviada ao Homem pela mão dos profetas e dos apóstolos – pela qual ele dá a conhecer o que conduz o ser humano à visão beatífica –, conclui-se que procedem incorrectamente os que empreendem corroborar os sistemas dos filósofos com as palavras da Escritura, interpretadas com base no som e não na finalidade, como se elas fossem um baluarte.³³⁰ Devemos, por conseguinte, procurar obter as doutrinas mais insignes nos livros sagrados e segundo um sentido muito diferente.

³²⁷ “E eu roguei ao Pai, e Ele vos dará outro Paráclito para que esteja sempre convosco o Espírito da verdade” (João, XIV, 16). “Mas o Paráclito, o Espírito Santo que o Pai enviará em meu nome, há-de ensinar-vos tudo e recordar-vos o que Eu vos disse” (*ibidem*, versículo 26). E noutro lugar: “E sabeí que Eu estarei sempre convosco até ao fim dos tempos” (Mateus, último capítulo, versículo 20).

³²⁸ “Sigo as deliberações do concílio de Niceia, das quais nem a morte nem o gládio poderão separar-me” (Ambrósio, *Epistola XXXII*). “É prudente para mim que não prossiga na ousadia de opiniões a respeito de assuntos que não foram estabelecidos em nenhum concílio católico provincial. Isso deve, porém, ser afirmado com a confiança de uma voz resoluta, dado ser corroborado pela autoridade de Deus, nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, e pelo consenso da Igreja Universal” (Agostinho, *De Baptismo*, liv. VII, cap. 53).

³²⁹ “De facto, toda a Escritura é inspirada por Deus e adequada para ensinar, refutar, corrigir e educar na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e esteja preparado para toda a boa obra” (Paulo, *2ª Carta a Timóteo*, 3, 16). “Chegaram-nos as cartas da cidade que visitámos. Elas são as Escrituras que nos exortam a vivermos honestamente” (Agostinho, *Cont. II in Psalm. 90*).

³³⁰ Por exemplo, Zeisold, *De Consensu Aristotelis cum Scriptura Sacra*; Amerpoel, *Cartesius Mosaizans*; Dickinson, *De Naturali Veritate Hexaëmeri Mosaici*; Burnet, *Theoria Sacra Teluris*, Whiston e outros, que explicaram algumas doutrinas relativas a Moisés. A respeito dos que apresentaram os seus sistemas, quer antigos, quer pensados com inovações, não afirmo serem incompatíveis com as Escrituras, o que seria próprio de um cristão e de um católico, mas que se encontra neles totalmente expresso e demonstrado o que eles disseram com extrema temeridade.

III

Historici libri, et qui moralem philosophiam continent faciliore ratione sunt explanandi,^[1] qui uero ad poësin uel oratoriam formam accedunt, subtilius dilucidandi sunt.

[257] Itaque, qui scribunt historiam, ut Moses in Pentateucho et auctores *Regum* ac *Paralipomenon*, uidentur uoluisse nobis tantum res gestas narrare. Item, qui doctrinae libros scribunt, ut auctor *Sapientiae* et *Ecclesiasticus*, nihil aliud uelle uidentur quam nos sapientissimis imbuere praeceptis. Quapropter^[2] paene ad uerbum sunt accipiendi. Qui uero entusiasmo quodam adflati scribunt more poëtarum, ut Iobus et Dauid, et Salomon in *Ecclesiaste* et *Cantico*; tum et qui res sublimes oratorio stilo exprimunt,^[3] ut prophetae, ceteri; ii cum plurima abstrusiora tradant,^[4] non ad litteram, sed ad tropum saepenumero trahendi sunt.

IIII

Mysticus sensus tunc solum in Scripturis quaerendus est, quando alio sensu non possumus eas interpretari, id est, cum uel Ecclesia mysticam significationem agnoscit,^[5] uel adiuncta id suadent, uel demum grauissimi interpretes iis uerbis contineri putant.

Praecipua haec interpretandi Scripturam regula est. Peccarunt in eam plurimi interpretes, ii praesertim qui nulla eruditione linguarum orientalium nullaque habita ratione locutionis Iudaeorum, tum Hebraizantium, tum Hellenistarum, sacros codices sunt interpretati. Hi enim in singulis uerbis singula mysteria se uidere sibi persuadent et infantibus similes mirantur omnia quae non intelligunt.

Exempli gratia, legitur in Scriptura: “Mons Dei, Cedrus Dei”, quae altissimos montes et cedros designant; illi tamen confidenter aiunt utrobique rem sanctam et ad Deum pertinentem significari. Interdum uero legimus: “Zelo zelatus sum pro Domino; Fornicans fornicabitur terra; Morte morieris; Videbo uisionem; Videndo uidimus”, et his similes locutiones emphaticas, quae Iudaeis erant peculiare. Quas cum non intelligant interpretes non nulli, mysteria quaerunt in iis.

Atque si adtendissent hi homines ad Hebraeae linguae idiotissimos et mores Orientalium gentium, multo sapientius Scripturam Sacram fuissent interpretati. Orientales enim omnes peculiare hoc habebant ut emphaticis uocibus, tropis, parabolis, allegoriis, aenigmatibus praeter modum delectarentur, adeo eorum sermo uix aliud quam tropus [258] erat. Nec Hebraei modo, sed Assyrii, Chaldaei, Phoenicii,

^[1]explanandi R²LNV] explicandi R¹ ^[2]Quapropter R²LNV] Propterea R¹ ^[3]exprimunt R²LNV] exponunt R¹ ^[4]tradant R²LNV] inculcent R¹ ^[5]agnoscit R²LNV] agnouit R¹

III

Os livros históricos e os que contêm a filosofia moral devem explicar-se de modo não figurado, mas, se eles se ocuparem da poesia ou da arte oratória, devem esclarecer-se de modo mais engenhoso.

[257] Portanto, os que escreveram a história, como Moisés no Pentateuco e os autores dos *Livros dos Reis* e do *Paralipómenos*, parece que pretenderam apenas narrar feitos ilustres. Igualmente, os que escreveram livros sapienciais, como o autor do *Livro da Sabedoria* e o autor do *Eclesiástico*, parece que desejaram apenas inculcar-nos preceitos sapientíssimos. Por esta razão, eles devem ser aceites quase literalmente. Porém, os que escreveram estimulados por uma certa inspiração ao modo dos poetas, como Job, David e Salomão no *Eclesiastes* e no *Cântico*, assim como os que exprimiram coisas sublimes em estilo oratório, como os profetas e outros, dado transmitirem muitas coisas mais abstrusas, não devem muitas vezes ser tomados à letra, mas metaforicamente.

IV

O sentido místico apenas deve procurar-se nas Escrituras quando não podemos interpretá-las segundo outro sentido, isto é, deve procurar-se quando a Igreja reconhece a sua significação mística, ou quando as circunstâncias a sugerem, ou ainda quando intérpretes muito penetrantes consideram que está contida nas palavras.

É esta a principal regra para interpretar as Escrituras. Muitos intérpretes pecaram contra ela, sobretudo os que interpretaram os códices sagrados sem nenhum conhecimento das línguas orientais e sem terem em nenhuma consideração a linguagem dos Judeus, quer dos hebraizantes quer dos helenistas. Eles persuadiram-se de que viam enigmas em cada uma das palavras e, tal como as crianças, ficaram espantados com todas as coisas que não entendiam.

Lê-se, por exemplo, nas Escrituras: “Montanha de Deus, cedro de Deus”, que significa montanhas e cedros altíssimos; contudo, eles afirmam audaciosamente que em ambos os casos isso significa coisas sagradas relativas a Deus. E lemos por vezes: “Estou inflamado de zelo pelo Senhor”; “Quem corrompe será corrompido pela terra”; “Pela morte, morrerás”; “Verei a visão”; “Vendo, vimos”, e expressões enfáticas semelhantes que eram próprias dos Judeus. E dado que alguns intérpretes não as entendiam, procuravam encontrar nelas enigmas.

Se estas pessoas prestassem atenção ao estilo familiar da língua hebraica e aos costumes dos povos orientais, interpretariam muito mais sabiamente a Sagrada Escritura. Com efeito, todos os povos orientais consideram isso peculiar, deleitando-se com palavras enfáticas, com tropos, com parábolas, com alegorias e com enigmas, a ponto de dificilmente a sua linguagem ser mais que metáforas. [258] Serviram-se ainda dessa linguagem não só os Hebreus, mas também os Assírios, os Caldeus, os Fenícios, os Árabes e outros povos semelhantes a eles com os mesmos costumes.

Arabes et his similes tali consuetudine utebantur. Christus ipse, et apostoli, ut se ad populorum mores et captum accommodarent, in parabolis loquebantur.

Itaque, qui haec non sentit, et sedulo expendit, prorsus fieri non potest quin nugas et ineptias uenditet lectoribus. Qui uero hac probe callent, ut recentiores doctissimi faciunt, ii tametsi plane^[1] fatentur plurima obscura esse in Scriptura Sacra, propterea quod Hebraeorum linguam, historiam, consuetudines, et doctrinam perfecte non adsequimur, tamen et ineptias fugiunt studiosius et uerisimiliorem interpretationem perquirunt.³³¹

CAPVT VI

De probabilitate morali et physica

Probabilitas moralis tunc habetur quando ex signis quibusdam, quae homines prae se ferunt, aliquid uel occultum declaramus uel praedicimus futurum. Haec, pro rebus quas praedicat, appellatur uel “politica”, uel “practica”.

1. Exempli gratia, uideo Petrum cum amicis in foro colloquentem. Obseruo grauem hominis incessum, rara uerba, uultum ad seueritatem compositum, motus omnes ad ostentationem comparatos. Hinc iudico probabiliter Petrum esse ambitiosum, id est, quaerere studiose quae ipsi adferunt honorem. Video Paullum facie subtristi, adspernantem licitas uoluptates, deditum^[2] lucro, adtrita et sordida ueste, qui perpetuo clamitat se esse pauperem. Hinc probabiliter infero Paullum esse auarum, id est, ea tantum suscipere quae ipsi adferunt utilitatem. Haec autem diuinandi ratio, quae ex signis externis ratiocinando animi propensiones inuestigat et declarat, uocatur “probabilitas moralis seu practica”.

2. Aliquando uero ex hominum consiliis futurum aliquem euentum praedicimus. Polybius, homo Graecus, et Scipionis familiaris, cum animaduerneret Romanam rempublicam tot esse uexatam dissidiis et intestinis bellorum [259] fluctibus agitatam, praedixit breui interitum fore et ad unius potestatem esse reuersuram, quod certe euenit. Cato Uticensis cum primum sciuit Crassum, Pompeium et Caesarem triumuiratum tametsi occulte iniuisse, dixisse fertur: “Ergo interiit respublica”. Quod obtigit paullo post.

³³¹ Legi^[3] potest Richardus Simonius, *Historia Critica Vetereris Testamenti*, et Calmetus, *Praefatio Commentariorum Biblicorum*.

^[1]plane fatentur R^2LNV] fateantur plane R^1 ^[2]deditum R^2LNV] uacantem R^1 ^[3]Legi potest R^2LNV] Videatur R^1

O próprio Cristo e os apóstolos falavam por meio de parábolas para se conformarem com os usos e o modo de pensar dos povos.

Por isso, se alguém não reflectir sobre estes assuntos e não os examinar atentamente, não pode deixar de suceder que não divulgue entre os leitores frivolidades e inépcias. Porém, os que souberem a fundo e conhecerem exactamente estas matérias, como acontece com os modernos mais doutos – ainda que eles confessem com clareza existirem muitas coisas obscuras na Sagrada Escritura, dado não entendermos perfeitamente a língua, a história, os costumes e a doutrina dos Hebreus –, recusam com maior diligência as ninharias e procuram cuidadosamente a interpretação mais verosímil.³³¹

CAPÍTULO VI

A probabilidade moral e física

A probabilidade moral verifica-se quando, com base em certos sinais que as pessoas manifestam, exprimimos algo oculto ou predizemos o futuro. Consoante aquilo que ela prediz, denomina-se “política” ou “prática”.

1. Por exemplo, vejo Pedro conversando com os amigos na praça pública. Observo o andar vagaroso de uma pessoa, proferindo poucas palavras, com um semblante austero e com os movimentos do corpo comparáveis a uma atitude de ostentação. Ajuízo por isso com probabilidade que Pedro é presunçoso, isto é, procura com empenho o que lhe traz boa reputação. E vejo Paulo com aspecto melancólico, desprezando os prazeres legítimos, dedicando-se ao lucro, com o vestuário deteriorado pelo uso e imundo, e vociferando constantemente que é indigente. Infiro por isso com probabilidade que Paulo é avaro, isto é, recebe apenas o que traz utilidade. Este modo de prever o futuro, que com base nos sinais exteriores investiga e manifesta por meio do raciocínio as propensões do espírito, chama-se “probabilidade moral ou prática”.

2. No entanto, predizemos por vezes um evento futuro com base nas deliberações das pessoas. Políbio, um autor grego amigo de Cipião, considerando que a República Romana estava abalada por tantos dissídios e perturbada por agitações políticas [259] em virtude das guerras, predisse que ela haveria de perecer brevemente e recair sob a autoridade de um só governante, o que de facto sucedeu. Catão de Útica, ao saber que Crasso, Pompeu e César haviam estabelecido um triunvirato, embora secretamente, diz-se ter afirmado: “Portanto, a República pereceu”. E isso sucedeu pouco depois.

³³¹ Pode ler-se Richard Simon, *História Crítica do Antigo Testamento*, e Calmet, *Praefatio Commentariorum Biblicorum*.

Idem plurimi uiri docti et rerum ciuiliu usu subacti, quique multum et diu uicissitudines rerum publicarum et caussas mutationum, et secretas imperantium artes meditati fuerant, magna cum omnium approbatione praedixerunt, nec modo ex euentibus consilia, sed ex consiliis euentus futuros cecinere ut uates. Haec diuinatio peculiari uocabulo nominatur “probabilitas politica”.

Verum haec consecutiones sunt magis et minus probabiles, non secus ac iudicandi uis et usus rerum in iis qui coniectant; qui, si multum prospiciunt, multo uerius et probabilius iudicant. Et hinc illustres homines et in hac arte celeberrimi existere, quorum uel una Italia, politicorum nutricula, bene multa suppeditat exempla.³³²

Probabilitas physica tunc datur cum ex obseruatione phaenomenorum aut sensationum, hypothesein aliquam cogitamus quae phaenomena omnia dilucide explicet et perite.

Exempli gratia, ut constituerent philosophi quaeenam caussa aestus^[1] maritimos accedentes et recedentes efficeret, in diuersas abiire sententias. Veterum sententiae, ut Platonis, Apollonii, stoicorum, et Aristotelis, sunt merae ineptiae quae nihil explicant. Primi recentiorum Galilaeus, Walis, Cartesius, aliquid melius cogitarunt; quae tamen hypotheses, quod non omnia phaenomena commode explicent, probabiles non uidentur, uel saltim infimum gradum habent probabilitatis. Hypothesis uero Clarissimi Newtoni, quae tribuit omnia adtractioni et Lunae et Solis, probabiliter explicat adiuncta omnia quae in hoc phaenomeno occurrunt; iccirco reliquis est praeferenda.

[260] Quod si hypothesis, quam pono, est talis ut ex ea nequeam probare rem ita se habere, non est hypothesis, sed fictio.

Exempli gratia, cum dicunt peripatetici horrorem uacui esse caussam cur antlia hauriat aquam est mera fictio, quia talia uerba sunt uerba nihili, quae non explicant cur aqua triginta duos pedes adscendat, ultra non adscendat, ut^[2] in antlia mille pedes longa.

Si uero hypothesis recte phaenomena exponit, uerum phaenomena tam possunt ex hac caussa quam ex alia explicari, non est uera hypothesis, sed possibilitas. Huiusmodi est hypothesis Honorati Fabri de materia planetarum.

³³² Inter eos, qui scriptis claruerunt, eminent Troianus Bocalinius, Petrus Victorius, alique; ut taceam Nicolaum Machiauellum, hominem eum^[3] quidem doctum et acutum, sed merito profligandum. Ceteros, qui usu ualuerunt, commemorare non est necesse.

^[1]aestus ... recedentes R^2LNV] fluxum et refluxum maris R^1 ^[2]ut in antlia ... longa. R^2LNV] om. R^1 ^[3]eum R^2LNV] illum R^1

Igualmente, predisseram com grande assentimento de todos muitos varões doutos e instruídos pela experiência dos assuntos civis quando reflectiram muito e por muito tempo sobre as vicissitudes das coisas públicas, sobre as causas das revoluções e sobre as astúcias dissimuladas dos governantes, não predizendo apenas as deliberações com base nos eventos, mas também, como os profetas, os eventos futuros com base nas deliberações. Esta predição do futuro designa-se pelo vocábulo peculiar “probabilidade política”.

Porém, estas consequências são mais ou menos prováveis, do mesmo modo que a capacidade de ajuizar e a experiência das coisas dos que conjecturam, os quais, se previrem com frequência os acontecimentos, ajuízam com muito maior veracidade e probabilidade. Existem por isso pessoas ilustres e muito célebres nesta arte, das quais sobretudo a Itália, a pátria dos políticos, fornece com abundância muitos exemplos.³³²

A probabilidade física manifesta-se quando pela observação dos fenómenos ou dos pensamentos concebemos uma hipótese que explique com clareza e habilmente todos os fenómenos.

Por exemplo, para os filósofos estabelecerem qual a causa que produz os movimentos de subida e de descida das águas do mar, apresentaram diversas opiniões. As opiniões dos antigos, como de Platão, de Apolónio, dos estóicos e de Aristóteles, são meras inépcias que nada explicam. Os primeiros dos modernos, como Galileu, Wallis, Descartes, pensaram um pouco melhor; contudo, as suas hipóteses não parecem prováveis por não explicarem convenientemente todos os fenómenos, ou possuem pelo menos um grau ínfimo de probabilidade. Mas a hipótese do ilustríssimo Newton, que atribui todos os movimentos à atracção da Lua e do Sol, explica com probabilidade todos as circunstâncias que ocorrem nesse fenómeno, devendo por isso ser preferida às outras.

[260] Se uma hipótese estabelecida por mim for tal que com base nela não posso provar que sucedem as coisas desse modo, não é uma hipótese, mas uma ficção.

Por exemplo, quando afirmam os peripatéticos que o horror ao vácuo é a causa por que a bomba extrai a água, isso é uma mera ficção, pois as suas palavras são palavras de coisa nenhuma, que não explicam o motivo por que a água sobe a trinta e dois pés, não subindo acima disso, mesmo numa bomba da altura de mil pés.

Se, porém, uma hipótese explicar convenientemente os fenómenos e se estes puderem ser esclarecidos tanto por uma causa como por outra, não é uma verdadeira hipótese, mas uma possibilidade. Tal é a hipótese de Honorato Fabri sobre a matéria dos planetas.

³³² Entre os que foram ilustres pelos seus escritos, sobressaem Traiano Boccalini, Pierre Victor e outros, omitindo Nicolau Maquiavel, pessoa certamente instruída e de inteligência penetrante, mas que deve com razão ser votada ao desprezo. Não é necessário referir ainda outros que se distinguiram pela sua experiência.

Quo uero facilius probabiles hypotheses inueniamus, oportet ut pro principiis sumamus phaenomena explorata et omnibus peruia, atque omnes causas possibles inuestigemus, excutiamus accurate, ex iisque eligamus uerisimiliorem. Verbo dicam: oportet cogitationes nostras exigamus ad leges, quas paullo ante tradidimus.³³³ [1] Haec enim sunt certiora loca ex quibus ratiocinantes probabiliter iudicamus; cetera quae uulgo ducuntur,^[2] inepta.³³⁴

[261] Pauca tamen obseruanda sunt de ui ac potestate nominum, seu de generibus probabilitatis. Ergo cum ueritatem cognoscimus ex signis quae unius rei non sunt peculiaria, sed cum aliis communia, huiusmodi cognitio uocatur “praesumptio”; si ex signis propriis, “coniectura”.

Exempli gratia, si ex propria et interiori Petri disciplina colligo eum esse uoluptuarium, haec est coniectura. Si ex eo quod Petrus est impubes infero non esse eum talem qui ratione sapienter et libere possit uti, haec est praesumptio.

Si tam mihi cognitio una probabilis, quam eius aduersaria uidetur, existit dubitatio, id est, abstineo^[3] a iudicando. Quod si non dubitem de tota re, sed de adiunctis^[4] leuioris momenti, erit scrupulus.

³³³ Hoc Libro Part. I, cap. 5, et Part. II, cap. 2.

³³⁴ Veteres logicam suam in duas partes dispertiebant. Altera erat ars inueniendi communes locos ex quibus res quaelibet probabiliter conficeretur, quam uocabant “Topicen”. Altera iudicandi artem persequebatur, quae erat Dialectice. Aristoteles VIII libros de topicis scripsit. Cicero et ipse *Topica* ad C. Trebatium Testam conscripsit, breuiter et perspicue et multo, mea^[5] sententia, Aristotele accuratius.

Sed quamquam Veteres topica laudant uehementer, persuasum est omnibus qui libero iudicio utuntur, nihil tam esse inutile, uel de logica sit sermo, uel de rhetorica. Id tamen usu et obseruatione certum habemus, nisi quis materiam de qua loquitur calleat, multis litteris iisque reconditis imbutus sit, et ratiocinandi regulas quas dedimus habeat perspectas, numquam eum aliquid apte et conuenienter esse dicturum, etiamsi libros octo Aristotelis memoriter recitare possit. Quapropter^[6] haec sunt uera topica, ex quibus utilia argumenta promuntur.

Quod et ipse Cicero proficitur hoc modo. “Sed hi loci ei demum oratori prodesse possunt qui est uersatus in rebus, uel usu quem aetas denique adfert, uel auditione et cogitatione, quae studio et diligentia praecurrit aetatem. Nam... si erit idem in consuetudine ciuitatis, in exemplis, in institutis, in moribus ac uoluntatibus ciuium suorum hospes, non multum ei loci proderunt illi ex quibus argumenta promuntur. Subacto^[7] mihi ingenio opus est, ut agro non semel arato, sed nouato et iterato, quo meliores fetus possit, et grandiores edere. Subactio autem est usus, auditio, lectio, litterae”, *De Oratore* II, cap. 30.

Itaque Topica omni eruditione destituta, monente uiro doctissimo, est Ars temere et impudentiuscule loquendi de iis quae nobis^[8] sunt incognita. Qui uero rem callet, is quidem, tametsi topicorum expers, tamen apposite diiudicabit, natura ad id et exercitatione impellente. Si quis tamen locorum nomina scire per^[9] otium cupit, legat *Artem Cogitandi*, Part. III, cap. 18. Sed prius perpendat quae uir acutissimus in ea praefatur cap. 17.

[1]tradidimus. *R²LNV*] memorauimus. *R¹* [2]ducuntur *R²LNV*] traduntur *R¹* [3]abstineo *R²LNV*] tempero mihi *R¹* [4]adiunctis *R²LNV*] quibusdam adiunctis *R¹* [5]mea *R²LNV*] mea quidem *R¹* [6]Quapropter *R²LNV*] Adeoque *R¹* [7]Subacto ... litterae. *R²LNV*] om. *R¹* [8]nobis *R²LNV*] prorsus nobis *R¹* [9]per otium cupit *R²LNV*] hauet *R¹*

Para conhecermos com maior facilidade as hipóteses prováveis, é necessário assumirmos como princípios os fenómenos observados e patentes a todos, investigando todas as causas possíveis, examinando-as cuidadosamente e preferindo de entre elas a mais verosímil. Numa palavra: é necessário dispormos os nossos pensamentos segundo os preceitos que ensinei pouco antes.³³³ Eles são na verdade os mais adequados e a partir deles podemos ajuizar, ao raciocinarmos, com probabilidade; quanto ao resto que comumente é ensinado, são assuntos enfadonhos.³³⁴

[261] Devem, no entanto, observar-se poucas coisas sobre a natureza e as propriedades dos nomes ou sobre as espécies de probabilidade. Assim, quando conhecemos a verdade com base em sinais que não são peculiares apenas a uma coisa, mas comuns a outras, tal conhecimento denomina-se “presunção”; e, sendo com base em sinais particulares, chama-se “conjectura”.

Por exemplo, se com base no meu conhecimento particular e íntimo de Pedro eu inferir que ele é voluptuoso, isso é uma conjectura; e, se com base no facto de Pedro ser impúbere eu concluir que ele não pode servir-se sábia e livremente da sua razão, isso é uma presunção.

³³³ Neste livro, 1ª parte, cap. 5; 2ª parte, cap. 2.

³³⁴ Os Antigos dividiram a sua lógica em duas partes. A primeira era a descoberta dos lugares comuns a partir dos quais se inferiam quaisquer assuntos com probabilidade, que denominavam “Tópica”. A segunda expunha a arte de ajuizar, e esta era a Dialéctica. Aristóteles escreveu oito livros acerca dos tópicos, e Cícero também redigiu com brevidade e muita clareza uns *Topica* para C. Trebácio Testa, e, na minha opinião, muito mais cuidadosamente que Aristóteles.

Contudo, embora os Antigos tivessem elogiado com veemência os tópicos, todos aqueles que se servem livremente do seu juízo estão persuadidos de que nada existe tão inútil, quer para a lógica, quer para a retórica. É para mim evidente que se alguém não conhecer por experiência e observação a matéria sobre a qual discorre, se não estiver profundamente instruído nas belas-lettras e não houver examinado as regras de raciocinar que eu apresentei, jamais há-de estabelecer algo convenientemente e de modo adequado, ainda que possa citar de memória os oito livros de Aristóteles. Deste modo, são estes os verdadeiros tópicos em que se originam os argumentos úteis.

O próprio Cícero declara isso desta forma: “Mas estes lugares não são realmente úteis, excepto para um orador já experimentado quer pela prática que a idade proporciona, quer pela audição dos outros, quer pela reflexão pessoal e pelo estudo diligente que permanece por toda a vida. Com efeito (...), se ele desconhecer os nossos costumes, a nossa história, as nossas instituições, os usos e a vontade dos cidadãos, esses lugares de onde extraiu os argumentos não lhe serão muito úteis. O que exijo é um talento perspicaz como um campo sobre o qual a charrua passou mais que uma vez, volvendo e revolvendo a terra para ele poder produzir melhores e mais abundantes frutos. Ora, a cultura é proporcionada pela experiência, bem como pela audição dos outros, pela leitura e pelas belas-lettras” (Cícero, *De Oratore*, II, cap. 30).

Por consequência, Tópicos destituídos de todos os conhecimentos, consiste, como adverte um varão muito douto, numa arte de discorrer irreflectidamente e impudentemente sobre coisas que nos são desconhecidas. Mas quem conhecer perfeitamente o assunto poderá, embora privado do conhecimento dos tópicos, ajuizar de modo adequado, induzido pela natureza e pela reflexão. Contudo, se alguém desejar conhecer tranquilamente os nomes dos lugares, deve ler a obra *A Arte de Pensar* (3ª parte, cap. 18); examine, no entanto, em primeiro lugar o que o varão muito penetrante expõe sobre o assunto no capítulo dezassete.

1. Exempli gratia, sunt homines, quibus aequae probabilis videtur opinio, quae ponit corpus infinite diuidi posse; et huius aduersaria, quae defendit diuisionem tandem aliquibus corpusculis omnino insectilibus fore definiendam. Ergo hic homo incertus erit in quam partem disputet; et, si sapit, [262] temperabit a iudicando.

2. Litterati omnes pro certo habent epistolas et orationes et libros philosophicos Ciceronis, tum et Lucretii et Vergilii et Horatii poemata, eorum esse germanos partus quibus tribuuntur, at^[1] dubitant de rebus bene multis geographicis, chronologicis, genealogicis, philosophicis; quae “dubitationes scrupuli” sunt nominandi.

Fieri tamen potest ut rem nobis minime probabilem aliis faciamus probabilem, argumentantes^[2] ex principiis ab iis admissis, quod philosophi uocant, “argumentari ad hominem”.

Exempli gratia, ait Epicurus Deos suos habere non corpus, sed quasi corpus; nec sanguinem, sed quasi sanguinem.³³⁵ Ex his philosophus quisque^[3] non ineptus euidenter probat huiusmodi Deos nullos esse; nec aliud uoluisse Epicurum quam odium Atheniensium declinare, et ostendere se Deos uoce retinere, quos tamen a Mundi fabricatione et procuratione remouebat; nec gratia nec ira moueri praedicabat, atque omnis negotii expertes in intermundia, tanquam in solitudinem, relegabat; uerbo dicam, proprietatibus diuinis priuabat omnibus. En argumentum “ad hominem”.

COROLLARIUM I

Hinc potest propositio esse probabilis uni, alteri uero non probabilis.

Nam potest alter adsequi rationes quae eam faciunt uerisimilem, alter non item.

COROLLARIUM II

Hinc probabilis propositio potest esse reapse falsa.

Nam etsi^[4] uidear mihi acutissime rem, tamen fieri potest ut fallar, quod saepissime euenit.

[263] COROLLARIUM III

Hinc si plurima argumenta probabilia de eadem re conglomerentur,^[5] tam probabilem rem faciunt interdum, ut uix a re perspicue demonstrata differat; quod ipsum uocatur “euidencia moralis”.

Ex quo apparet^[6] quantam utilitatem adferat hominibus eruditis et qui de rebus pro merito iudicare amant, doctrina probabilitatis.

³³⁵ Cicero, *De Natura Deorum*, lib. I, cap. 25.

^[1]at R^2LNV] tamen R^1 ^[2]argumentantes R^2LNV] ratiocinantes R^1 ^[3]quisque non ineptus R^2LNV] acutissimus R^1 ^[4]etsi R^2LNV] tametsi R^1 ^[5]conglomerentur R^2LNV] conglobentur R^1 ^[6]apparet R^2LNV] fit manifestum R^1

Se um conhecimento me parecer tão provável como o seu oposto, resulta a dúvida, isto é, abstenho-me de ajuizar. E, se eu não duvidar totalmente de um assunto, mas apenas das circunstâncias de pouca importância, trata-se de escrúpulo.

Exemplos: 1. Há pessoas a quem parece igualmente provável a opinião que estabelece que um corpo pode dividir-se indefinidamente e a opinião oposta, que defende que a divisão deve terminar nalguns corpúsculos totalmente indivisíveis. Essas pessoas estão, portanto, hesitantes sobre a forma de discorrer e, se forem sensatas, [262] devem abster-se de ajuizar. 2. Todos os gramáticos têm a certeza de que as epístolas, os discursos e os livros filosóficos de Cícero, bem como os poemas de Lucrécio, de Virgílio e de Horácio são verdadeiros partos daqueles a quem são atribuídos, duvidando, porém, de muitíssimos assuntos de geografia, de cronologia, de genealogia e de filosofia, devendo isso denominar-se “dúvidas de escrúpulo”.

Pode, contudo, suceder que uma coisa que nos parece dotada de muito pouca probabilidade a tornemos provável para os outros, argumentando com base nos princípios por eles admitidos. Chamam a isto os filósofos “argumentar ‘*ad hominem*’”.

Afirma, por exemplo, Epicuro que os seus deuses não têm corpo, mas uma espécie de corpo; nem sangue, mas uma espécie de sangue.³³⁵ Com base nisto, qualquer filósofo que não seja inábil demonstra com evidência que não existem tais deuses e que Epicuro pretendeu apenas evitar o ódio dos Atenenses e mostrar que cativava os deuses pela palavra, os quais, no entanto, ele não considerava como criadores e governadores do mundo, não afirmando também que eles se impressionavam pelo amor ou pela cólera e que relegavam os desprovidos de todas as coisas para um espaço entre os mundos, como para uma solidão; numa palavra, ele privava os deuses de todos os atributos divinos. Eis um argumento “*ad hominem*”.

COROLÁRIO I

Uma proposição pode ser provável para uma pessoa, mas não ser provável para outra.

Com efeito, uma pode obter razões que a tornem verosímil e a outra não.

COROLÁRIO II

Uma proposição provável pode ser realmente falsa.

Na verdade, embora me pareça ter dado no vinte, pode suceder que me tenha enganado, o que ocorre muitíssimas vezes.

[263] COROLÁRIO III

Se forem reunidos muitos argumentos prováveis sobre o mesmo assunto, por vezes eles tornam o assunto tão provável que dificilmente difere de um assunto demonstrado com muita clareza, denominando-se “evidência moral”.

Evidencia-se de tudo isto quanta utilidade contém a doutrina da probabilidade para as pessoas instruídas e que gostam de ajuizar sobre as coisas segundo o seu mérito.

³³⁵ Cícero, *De Natura Deorum*, liv. I, cap. 25.

(Página deixada propositadamente em branco)

LIBER SEXTVS

DE INVESTIGATIONE ET EXPLICATIONE VERI



LIVRO SEXTO

A INVESTIGAÇÃO E A EXPOSIÇÃO
DA VERDADE

[264]

LIBER SEXTVS

DE^[1] INVESTIGATIONE ET EXPLICATIONE VERI

PARS PRIMA

De Investigatione Veri

CAPVT I

De meditatione recte instituenda

Cognitio ueri cum^[2] certi, tum probabilis uix aut nullo modo philosopho suffragatur, nisi ipse teneat uiam nouas et reconditas notiones inuestigandi in iisque perquirendis tantum se exercent, quantum necessarium erit ut philosophi nomen cum dignitate tueatur. Nam si paucis istis notionibus quae magis obuiaae sunt et non meditatione et labore, sed per se ipsae nobis uel aliud cogitantibus occurrunt, sumus contenti, qui ab indoctis hominibus differemus qui eisdem quibus nos rerum imaginibus perfusi sunt? Quis enim "philosophi" nomen homini tribuet qui, nulla habita ratione philosophicae meditationis, paucis et uulgatis perceptionibus quae uel sponte [265] se offerunt, uel ab aliis accepit, scientiae et laboris ambitum definit?

Ac sane ueteres illi et magni nominis philosophi, ut Plato et Aristoteles et Leucippus et Democritus et Epicurus et Pythagoras et Archimedes et Hippocrates, tum et recentiores clarissimi, ut Verulamius,^[3] Galilaeus, Cartesius, Gassendus, Boyleus, Newtonus, Leibnizius, Wolfius, ceteri, qui immortalem sibi gloriam apud posteras gentes lucubrationibus suis compararunt; qui, inquam, ad tantam excellentiam peruenerunt nisi quia naturae contemplationi cum se totos dedissent, adsidua indagandi exercitatione, et alias cum aliis ideas conferendi pulcherrimam cognitionum segetem elicuerunt, qua nihil uel cogitari potest praestantius? Profecto meditatio nota certa et

^[1]DE INVESTIGATIONE ... VERI *R²LNV*] IN QVO DE INVESTIGATIONE ET EXPLICATIONE VERI AGITVR *R¹* ^[2]cum *R²LNV*] tum *R¹* ^[3]Verulamius *R²LNV*] Baco Verulamius *R¹*

[264]

LIVRO SEXTO

A INVESTIGAÇÃO E A EXPOSIÇÃO DA VERDADE

PRIMEIRA PARTE

A Investigação da Verdade

CAPÍTULO I

O correcto procedimento da reflexão

O conhecimento da verdade, tanto certa como provável, dificilmente ou de maneira alguma é adquirido pelo filósofo, se ele não possuir um método para investigar novas e recônditas noções. E ele deve dedicar-se, tanto quanto for necessário, à sua inquirição para honrar dignamente o nome de filósofo. Com efeito, se ficarmos limitados às poucas noções mais conhecidas – que são as mais triviais e que não se nos apresentam por meio da reflexão e com esforço, mas por si próprias ou ao pensarmos noutra coisa –, de que modo diferimos dos ignorantes que estão impregnados das mesmas representações das coisas que nós próprios? Na verdade, quem atribui o nome de “filósofo” a uma pessoa que, não tendo em nenhuma consideração a reflexão filosófica, limita o âmbito da ciência e da pesquisa a poucos e vulgares conhecimentos [265] que se lhe apresentam espontaneamente ou que recebe de outros?

Dado terem realmente adquirido pelas suas lucubrações uma glória imortal entre as gerações futuras certos filósofos antigos de grande renome – como Platão, Aristóteles, Leucipo, Demócrito, Epicuro, Pitágoras, Arquimedes, Hipócrates –, do mesmo modo que filósofos modernos muito ilustrados – como Verulâmio, Galileu, Descartes, Gassendi, Boyle, Newton, Leibniz, Wolff e outros –, de que forma – afirmo eu – alcançaram eles tanta excelência a não ser por se terem dedicado totalmente à contemplação da natureza, ao exercício incessante da indagação e da comparação das ideias umas com as outras e por obterem uma abundância notável de conhecimentos, nada podendo pensar-se mais excelente do que isso?

peculiaris est ex qua litteratum ab indocto doctorem a discipulo, hominem studiis subactum a tirone secernimus. Vt qui meditationem prorsus omnem respuentes, memoriam plurima et incondita eruditione fatigant, ii quidem psittacorum instar qui ea, quae saepe audierunt, inculcant, ab doctorum hominum contione sibilo explodendi esse uideantur.

Ergo philosophus qui aliquam doctrinae praestantiam adipisci cupit primum det operam ut meditationi diligentius uacet. Est autem meditatio: Applicatio cogitationum nostrarum ad explorandam ueritatem, secundum leges sapientissime constitutas, ita ut semper notiones ueras ex aliis notionibus perspicuis deriuemus. Adeoque meditatio non est negotium hominis qui nullas adhuc cognitiones ueras adquisiuit, sed eius tantum qui copia perceptionum euidentium perfusus est.

Leges autem recto ordine institutae ad quas inuestigationem et meditationem nostram dirigere^[1] debemus, uocantur philosophis “methodus”. Est autem methodus dupliciter: altera analytica, altera synthetica. Analytica est quae, posita propositione cuius ueritatem uolumus^[2] explorare, eam in partes diuidit, usque donec ad principia, ex quibus ducitur,^[3] peruenit. Synthetica est quae ex principiis certis nouas conclusiones perspicue et naturali nexu deducit, quae dicitur methodus naturae et quam praeter ceteras seruant geometrae, de qua postea disputabimus.

[266] Exempli gratia, disputaturus de homine, primum considero in eo esse corpus et animum. Deinde corporis et animi proprietates singulatim examino. Tum proprietates utriusque partis dum coniunguntur, donec singula disputando percenseam et intelligam ex quibus partibus et principiis componatur. En analysis. His diligenter explicatis, ex iisdem principiis ducendae sunt conclusiones, ex his rursum aliae conclusiones ex quibus disciplinae corpus componitur. En synthesis.

I. Sed frustra meditationi uacabimus, nisi prius impedimenta omnia quae nos deterrent semoueamus. Itaque hoc primum seruandum est ut praeiudicia omnia, tum ea quae uocant “auctoritatis”, tum ea quae uocant “praecipitantiae”, studiose caueamus. Quamobrem sic animum ad^[4] meditandum comparare debemus, quasi nulli unquam homines de his rebus nobiscum fuerint locuti: non parentes, non domestici, non praeceptores, non amici, non populares, uerbo nulli quorum auctoritas in hanc partem potius quam in aliam nos trahat.^[5]

Quod si anticipationibus et praeiudicatis sententiis uacui omnino non sumus et an ita simus, nec ne, non habemus exploratum, dubitare etiam debemus non quidem

^[1]dirigere debemus *R²LNV*] debemus dirigere *R¹* ^[2]uolumus *R²LNV*] conamus *R¹*
^[3]ducitur *R²LNV*] componitur *R¹* ^[4]ad meditandum *R²LNV*] *om. R¹* ^[5]trahat. *R²LNV*]
moueat. *R¹*

Certamente, é bem conhecida e peculiar a reflexão em virtude da qual distinguimos um letrado de um ignorante, um mestre de um discípulo, uma pessoa instruída de um principiante. Visto que aqueles que desprezam inteiramente toda a reflexão fatigam a memória com uma erudição muito confusa – sem dúvida por inculcarem, à maneira dos papagaios, o que ouviram muitas vezes –, parece deverem ser expulsos com apupos das assembleias das pessoas doudas.

Portanto, o filósofo que deseja obter uma excelência de doutrina deve primeiramente cuidar em dedicar-se com a maior diligência à reflexão. Ora, a reflexão é o uso dos nossos pensamentos na investigação da verdade segundo preceitos estabelecidos de modo sapientíssimo, de tal forma que façamos sempre derivar as noções verdadeiras de outras noções evidentes. Por isso, a reflexão não é uma actividade de pessoas que não adquiriram ainda nenhum conhecimento verdadeiro, mas apenas das que estão impregnadas de um grande número de conhecimentos dotados de evidência.

Os preceitos estabelecidos segundo uma ordem adequada e aos quais devemos conformar a nossa investigação e a nossa reflexão são denominados “método” pelos filósofos. Ora, o método inclui duas espécies: um é o analítico; o outro, o sintético. O analítico é aquele que, estabelecida uma proposição cuja verdade pretendemos demonstrar, a divide em partes até chegar aos princípios com base nos quais ela se deduz. O sintético é aquele que com base em princípios certos deduz com evidência e segundo uma conexão natural novas conclusões; afirma-se por isso que é um método de acordo com a natureza, sendo, além de outros, observado pelos géometras. Irei discorrer sobre ele posteriormente.

[266] Por exemplo, para discorrer sobre o homem considero em primeiro lugar que nele existem um corpo e um espírito. Examino depois circunstanciadamente os atributos do corpo e do espírito, e em seguida os atributos de ambas as partes enquanto unidas até perceber e compreender, examinando pormenorizadamente, cada uma das coisas em virtude das quais o homem é constituído por partes e princípios. Eis aqui a análise. Explicados estes assuntos com diligência, devem inferir-se conclusões a partir dos mesmos princípios e em seguida, com base nelas, outras conclusões, em virtude das quais se constitui o corpo da ciência. Eis aqui a síntese.

I. Debalde, porém, nos dedicamos à reflexão, se não afastarmos primeiramente todos os impedimentos que nos embaraçam. Deve, assim, observar-se em primeiro lugar que devemos evitar com empenho todos os preconceitos, quer aqueles que se denominam “de autoridade”, quer aqueles que se denominam “de precipitação”. Devemos por isso dispor o espírito para a reflexão como se ninguém tivesse alguma vez falado conosco sobre estes assuntos, quer os pais, quer os familiares, quer os preceptores, quer os amigos, quer os concidadãos; numa palavra, nenhum daqueles cuja autoridade nos induza num sentido de preferência a outro.

Portanto, se não estivermos totalmente livres de opiniões antecipadas e preconcebidas e não houvermos examinado se estamos ou não nessa condição,

de criterio ueritatis, quod erat scepticorum delirium, sed de nexu propositionum; et curiose perscrutari an aliae ex aliis perspicue fluant, an non. Sic facile percipiemus grauissimos homines aliquando pueriliter lapsos esse, indoctos uero quaedam non contemnenda nec inepta dixisse. Atque in hoc examine non praecipitanter, quod facile in errorem inducit, sed meditate et lento pede est^[1] procedendum.

II. Quoniam uero notiones uerae et perspicuae homini quamuis praeiudiciis^[2] uacuo non occurrunt sponte sed labore et indagazione acquiruntur, ut id facilius consequamur intendamus aciem mentis, quam “adattentionem” nominamus. Adtentio autem excitatur cum animo pacato rem contemplamur. Cum uitamus res quae sensus nostros uehementer pulsant, ut sunt strepitus et hominum altercationes,^[3] atque hora matutina meditamus. Cum adsidue rem eadem tractamus. Cum litteris meditationes nostras consignamus, quo commodius et quasi ictu oculi earum nexum percipere^[4] ualeamus.

[267] Haec tamen, ut uerum fatear, magis adattentionem conseruant quam excitant. Quod si homo non sentiat se ad meditandum esse propensum, industria aliqua et arte intentionem animi excitet necesse est. Cum enim hominibus natura insit delectationis et honoris cupiditas, ad quas impetu quodam naturae feruntur omnes, facile is adattentionem excitabit, si proposuerit sibi ueritatis inuestigationem fontem esse omnium bonorum et honestarum delectationum, nullamque sine ea ueram delectationem consequi^[5] posse.

III. Sequitur examen rerum et comparatio idearum quae cum a sensibus ortum ducant, oportet usu et experientia claras ac distinctas ideas acquirere, quo melius^[6] ex primis notionibus inter se collatis nouas ideas et notiones eliciamus.³³⁶

Quod si plures et accuratas habebimus obseruationes, seu, quod item est, constantem experientiam, facilius multo definitiones eas comparabimus quae claram rei et adaequatam offerant ideam, quod ipsum est ueritatem in bono lumine collocare, seu, ut philosophi uocant, “accurate demonstrare”. Iam uero si rem diligenter diuidimus et singulas partes iterum definimus,³³⁷ multo plures fontes habebimus ex quibus ueritas uel sine labore profluet.

³³⁶ De modo experimenta capiendi egimus lib. V, part. 1, cap. 7.

³³⁷ Modum rite definiendi et diuidendi habes lib. III, part. 1, cap. 6.

^[1]est procedendum. *R²LNV*] procedendum est. *R¹* ^[2]praeiudiciis uacuo *R²LNV*] libero praeiudiciis *R¹* ^[3]altercationes *R²LNV*] confabulationes *R¹* ^[4]percipere *R²LNV*] internoscere *R¹* ^[5]consequi *R²LNV*] adquiri *R¹* ^[6]melius *R²LNV*] *om. R¹*

devemos duvidar não certamente do critério da verdade, o que era o tesvário dos cépticos, mas da conexão entre as proposições e investigar atentamente se umas procedem ou não com evidência das outras. Perceberemos, assim, facilmente que pessoas muito penetrantes se enganaram por vezes à maneira de crianças e que os ignorantes afirmaram certas coisas não desprezíveis nem absurdas. E nesta análise não deve proceder-se com precipitação, pois induz facilmente em erro, mas de caso pensado e lentamente.

II. Dado que as noções verdadeiras e evidentes não se apresentam espontaneamente a uma pessoa, ainda que desprovida de preconceitos – dado serem adquiridas com esforço e indagação –, para as obtermos com maior facilidade intensifiquemos a penetração da mente, que denominamos “atenção”. A atenção é estimulada quando contemplamos uma coisa com espírito tranquilo, quando evitamos coisas que afectam intensamente os nossos sentidos – como os ruídos e as altercações entre as pessoas –, quando meditamos às horas matinais, quando nos ocupamos continuamente do mesmo assunto, quando dedicamos às belas-lettras as nossas reflexões. Podemos, assim, perceber de modo mais adequado e quase num golpe de vista a conexão entre as noções.

[267] Contudo, confessando com verdade, estas coisas mantêm mais a atenção do que a estimulam; por isso, se uma pessoa não se aperceber de que é propensa à reflexão, é necessário que por algum esforço e arte estimule a aplicação do espírito. E, existindo de facto na natureza das pessoas o desejo do prazer e da honra, para os quais todas são impelidas por um certo impulso natural, facilmente ele estimulará a atenção, se elas se propuserem investigar a verdade, fonte de todas as honras e de todos os prazeres virtuosos, sem a qual não pode obter-se nenhum verdadeiro prazer.

III. Segue-se a análise das coisas e a comparação das ideias, as quais, por se originarem nos sentidos, é necessário que sejam adquiridas como claras e distintas pelo hábito e pela experiência, a fim de obtermos novas ideias e noções com base nas primeiras noções, comparando-as entre si.³³⁶

E se realizarmos muitas e cuidadosas observações ou, o que é o mesmo, se realizarmos experiências constantes, estabeleceremos com muita maior facilidade as definições que proporcionam as ideias claras e adequadas das coisas, o que significa estabelecer a verdade em plena luz ou, como dizem os filósofos, “demonstrar com exactidão”. Além disso, se distinguirmos os assuntos com diligência e definirmos novamente cada uma das suas partes,³³⁷ obteremos muitas mais fontes de onde dimanar a verdade mesmo sem esforço.

³³⁶ Ocupei-me no livro quinto (1ª parte, cap. 7) do modo de entender a experiência.

³³⁷ Está convenientemente referido no livro quarto (1ª parte, cap. 6) o modo de definir e de dividir.

Nam ex definitionibus, addendo quamdam ideam, elicimus axiomata et postulata, ex his uero consecutaria facili negotio sumuntur. Si plures definitiones conferuntur inter se, nascuntur theoremata et problemata, uti paullo ante posuimus. Sed haec facilius multo exemplis, quam praeceptionum copia, illustrantur. Quapropter unum ex clarissimi Wolfii doctrina subiiciemus.

Exempli gratia. Fingamus uelle me aliquid meditando explicare de signis ueri amici; hoc modo meditationem debeo instituere: 1. Comparo inter se casus omnes in quibus aliquis dicatur amicus alterius, et hinc notionem abstractam, sed claram, facio^[1] “amici” hoc modo: “Amicus est ille qui nos amat”. En definitio. 2. In hac uero definitione duo praecipue menti occurrunt, “amor”, et “amare alterum”, quae duo sunt definienda. Cum autem primum in secundo contineatur, istud [268] tantum definitio hoc modo: “Amare alterum est ex alterius felicitate capere uoluptatem”.

3. His constitutis, ex praedictis definitionibus sponte et perspicue fluunt non nulla axiomata: 1. amicus alterum amat; 2. quicumque alterum non amat, is^[2] non est amicus; 3. quicumque alterum amare debet, debet et alteri amicus esse; 4. ubi nullus est amor, ibi nulla est amicitia; 5. quamdiu durat amor, tamdiu durat amicitia; 6. quicumque efficit ut alter ipsum amet, is^[3] alterum sibi reddit amicum; 7. quidquid in altero excitat amorem, illud alterum nobis reddit amicum; 8. quidquid impedit amorem, id tollit amicitiam.

Iam ex definitione uerbi “amare”, alia ducuntur axiomata: 1. quicumque alterum amat alterius felicitate delectatur; 2. quicumque ex alterius felicitate capere debet uoluptatem debet alterum amare; 3. quidquid iubet et ex alterius felicitate uoluptatem capiamus iubet^[4] ut alterum amemus; 4. quidquid excitat uoluptatem ex alterius felicitate, excitat^[5] amorem; 5. quidquid impedit uoluptatem ex alterius felicitate impedit^[6] amorem. Haec omnia et uera sunt et ex definitionibus positae manifeste^[7] sequuntur.

Iam si conferimus huiusmodi axiomata inter se, elicitor hoc theoremata: “Amicus alterius felicitate delectatur”. Quod in^[8] hunc modum demonstratur: quicumque alterum amat, is^[9] felicitate alterius delectatur (per Axiom. I). Sed amicus alterum amat: (aliud Axiom. I). Igitur, amicus alterius felicitate delectatur.

Ex hoc uero theoremate perspicue et proxime nascuntur haec consecutaria: 1. amicus non adfcitur taedio, si persona amata fuerit felix; 2. amicus taedio adfcitur, si persona amata fuerit infelix; 3. qui taedio adfcitur ob alterius felicitatem non est amicus, sed inuidus; 4. qui taedio adfcitur ob alterius infelicitatem illius malum commiseratur. Haec sunt clarissima et sine ulla dubitatione recipienda.

Et hic iterum consideranti, atque huiusmodi consecutaria expendenti, alia se offerunt theoremata hoc modo, exempli gratia:

^[1]facio R^2LNV] formo R^1 ^[2]is R^2LNV] ille R^1 ^[3]is R^2LNV] ille R^1 ^[4]iubet R^2LNV] illud iubet R^1 ^[5]excitat R^2LNV] illud excitat R^1 ^[6]impedit R^2LNV] illud impedit R^1 ^[7]manifeste sequuntur. R^2LNV] fluunt manifeste. R^1 ^[8]in hunc ... demonstratur. R^2LNV] demonstratur tali modo. R^1 ^[9]is R^2LNV] ille R^1

Com efeito, a partir das definições e acrescentando algumas ideias, inferimos os axiomas e os postulados, e com base nestes estabelecem-se facilmente as conclusões. Se várias definições convergirem entre si, originam-se os teoremas e os problemas, como afirmei um pouco antes. Porém, estes assuntos esclarecem-se com muita maior facilidade com exemplos do que com grande número de preceitos. Vou por esta razão apresentar um exemplo com base na doutrina do ilustríssimo Wolff.

Suponhamos que pretendo expor, reflectindo, as características do verdadeiro amigo, devendo por isso estabelecer a seguinte reflexão: 1. Comparo entre si todos os casos em que alguém é considerado amigo de outrem, e em seguida estabeleço a noção abstracta, mas clara, de “amigo” desta forma: “O amigo é aquele que nos ama”. Eis aqui a definição. 2. Nesta definição, oferecem-se, sem dúvida, à mente sobretudo duas coisas – “amor” e “amar outrem” –, devendo ambas definir-se. Como, porém, a primeira está incluída na segunda, [268] defino apenas esta deste modo: “Amar outrem é obter satisfação em virtude da felicidade de outrem”.

Estabelecidas estas coisas, derivam naturalmente e com evidência das referidas definições alguns axiomas: 1. um amigo ama o outro; 2. todo aquele que não amar o outro não é amigo; 3. todo aquele que deve amar o outro deve ser também seu amigo; 4. onde não há amor, não há amizade; 5. tanto tempo quanto persistir o amor, tanto tempo persiste a amizade; 6. todo aquele que conseguir que o outro o ame torna-o seu amigo; 7. tudo aquilo que estimula o amor no outro faz que ele seja nosso amigo; 8. tudo aquilo que impede o amor extingue a amizade.

Além disso, com base na definição da palavra “amar”, inferem-se outros axiomas: 1. todo aquele que ama o outro congratula-se com a sua felicidade; 2. todo aquele que deve sentir prazer com a felicidade do outro deve amá-lo; 3. tudo aquilo que prescreve que sintamos prazer em virtude da felicidade do outro prescreve que o amemos; 4. tudo aquilo que estimula o prazer em virtude da felicidade do outro estimula o amor; 5. tudo aquilo que impede o prazer em virtude da felicidade do outro impede o amor. Todas estas coisas são verdadeiras e decorrem manifestamente das definições estabelecidas.

Por outro lado, se compararmos entre si tais axiomas, deduz-se este teorema: “O amigo congratula-se com a felicidade do outro”. Isto demonstra-se deste modo: todo aquele que ama o outro congratula-se com a sua felicidade (segundo o primeiro axioma); mas o amigo ama o outro (segundo o outro primeiro axioma); portanto, o amigo congratula-se com a felicidade do outro.

Originam-se com evidência e de modo imediato neste teorema estas conclusões: 1. o amigo não fica contristado se a pessoa amada for feliz; 2. o amigo fica contristado se a pessoa amada for infeliz; 3. quem ficar contristado com a felicidade do outro não é amigo, mas invejoso; 4. quem ficar contristado com a infelicidade do outro lamenta o seu infortúnio. Tudo isto é muito claro, devendo ser admitido sem hesitação.

E a quem considerar este assunto de novo e examinar com atenção tais conclusões apresentam-se outros teoremas, por exemplo:

THEOREMA I.

Amicus non est inuidus. Quod sic demonstratur: quicumque adficitur taedio ob felicitatem alterius est [269] inuidus (§ praeced. Ax. 3); sed amicus non adficitur taedio ob felicitatem personae amatae (§ Praeced. Ax. 1). Ergo, amicus non est inuidus.

THEOREMA II.

Amicus commiseratione tangitur erga personam amatam. Demonstratur: qui taedio adficitur ob infelicitatem alterius, ille commiseratione tangitur erga alium (§ praeced. Ax. 4). Amicus taedio adficitur ob infelicitatem personae amatae (§ praeced. Ax. 2). Ergo, amicus commiseratione tangitur erga personam amatam.

Ex his uero aliae propositiones desumi possunt. Exempli gratia: 1. qui inuidiae obnoxius est non est aptus ad amicitiam; 2. qui nescit miserari alterius uicem, alterumue ex infelicitate sua non uult, cum potest, eripere, non est amicus.

Monet hic, post Wolfium, Baumeisterus posse nos, si hanc uiam diligenter insistimus, pulcherrimas notiones, de quibus numquam suspicati fuisset, elicere, si definiuerimus quid sit “delectari felicitate alterius”, quid “uoluptas”, cetera, ex quibus noua axiomata, ex his rursus theoremata et consectaria nullo labore colliguntur. Modo studiose curemus ut propositiones quae sequuntur cum praecedentibus legitime connectantur. Quod si in singulis disciplinis fecerimus, modo eae tam strictae methodo subiici^[1] queant,³³⁸ longo post nos interuallo reliquos, qui contrariam uiam sequuntur, relinquemus. Et de ueritate certa hucusque.

Iam uero probabiles ueritates uel physicae, uel historicae, uel morales, inuestigantur hoc modo: 1. phaenomena rei omnia peruestigabis quam poteris accuratissime et inter se comparabis; 2. deinde hypothesin aliquam excogitabis^[2] quae omnia per quam commode explicet. Quae, dum melior non occurrit, uera debet existimari. Id ut facias, recolito [270] quae de probabilitate disputauimus,³³⁹ et ex tradita doctrina, qua ratione cetera inuestigare debeas, cognosces.

³³⁸ Haec in omni disciplina locum habere, persuadere nobis conantur uiri quidam docti. Sed exploratum est philosophis qui sine praeiudicio iudicant strictae huic methodo in quibusdam disciplinis, iis praesertim quae probabilitate continentur, locum non dari. Itaque curemus oportet ut huiusmodi methodum, quantum per disciplinam liceat, adhibeamus, etiamsi non semper demonstrationes stricta ratione geometrica contexamus.

³³⁹ Lib. V, part. 2, cap. 1 et seqq.

^[1]subiici queant R^2LNV] accomodari possint R^1 ^[2]excogitabis R^2LNV] finges R^1

TEOREMA I

O amigo não é invejoso. Isto demonstra-se desta forma: todo aquele que ficar contristado com a felicidade de outrem é invejoso [269] (segundo o precedente axioma 3); mas o amigo não fica contristado com a felicidade da pessoa amada (segundo o precedente axioma 1); portanto, o amigo não é invejoso.

TEOREMA II

O amigo é afectado pela comiseração relativamente à pessoa amada. Demonstração: quem ficar contristado com a infelicidade de outrem é afectado pela comiseração relativamente a outrem (segundo o precedente axioma 4); o amigo fica contristado com a infelicidade da pessoa amada (segundo o precedente axioma 2); portanto, o amigo é afectado pela comiseração relativamente à pessoa amada.

Podem, porém, inferir-se com base nestas outras proposições, por exemplo: 1. quem for invejoso não tem aptidão para a amizade; 2. quem não souber compadecer-se da condição de outrem ou não desejar, quando pode, libertar outrem da sua infelicidade não é amigo.

Adverte neste ponto Baumeister depois de Wolff que, persistindo com diligência nesta via, podemos obter excelentes conhecimentos de que jamais suspeitaríamos, se estabelecermos o que é “congratular-se com a felicidade de outrem”, o que é “prazer”, etc., inferindo destas coisas novos axiomas e, com base nestes, novos teoremas e novas conclusões sem nenhuma dificuldade, contanto que cuidemos com empenho que as proposições que se seguem se relacionem convenientemente com as precedentes. Por isso, se procedermos em cada uma das disciplinas de modo a elas poderem ser expostas segundo um método tão rigoroso,³³⁸ deixaremos atrás de nós a longa distância aqueles que seguem um método oposto. Discorri até este ponto sobre a verdade certa.

Além disso, as verdades prováveis, quer físicas, quer históricas, quer morais, são investigadas desta forma: 1. investigam-se com muita diligência, quanto se puder, todos os fenómenos e comparam-se entre si; 2. imagina-se depois uma hipótese que explique todas as coisas de modo muito adequado, a qual, enquanto não ocorrer outra melhor, deve considerar-se verdadeira. Para fazer isso, deve recordar-se [270] aquilo sobre que discorri a respeito da probabilidade³³⁹ e conhecer-se, com base na doutrina já ensinada, o motivo por que devem investigar-se os restantes assuntos.

³³⁸ Certos varões doutos esforçam-se por nos persuadir de terem lugar estes assuntos em todas as disciplinas. Reconhecem, porém, os filósofos que ajuízam sem preconceitos que não há lugar para esse método rigoroso em certas disciplinas, sobretudo naquelas que implicam probabilidade. Por isso, é necessário usar de cautela ao fazer uso desse método tanto quanto for permitido pela disciplina, dado que nem sempre estabelecemos demonstrações segundo um método rigoroso.

³³⁹ Liv. V, 2ª parte, cap. 1 e segs.

COROLLARIUM I

Hinc analytica et synthetica methodus in disciplinis tum “theoreticis”, tum “practicis”, ut uocant, habet locum, et utraque uiri oculati utuntur, cum ^[1] necesse est.

COROLLARIUM II

Hinc una tantum est bonae methodi regula: ab^[2] iis quae nobis sunt notiora ad minus nota ex ^[3] ordine progredi.

Propriae^[4] enim ueri indagandi regulae uniuscuiusque arbitrio et intelligentiae relinquuntur. Nec enim omnes eadem facilitate res percipiunt,^[5] nec eadem disputandi ratio ad omnium palatum potest accommodari.

SCHOLION

Erit fortasse qui nobis actionem intentet, de uiolatis bonae^[6] logicae regulis, propterea quod leges methodi “analyticae”, seu methodi “inueniendi”, singulas fuse persecuti non sumus, nec distinctis titulis explicauimus: quod et auctor Artis Cogitandi, et Soria, aliique fecerunt. Sed notare desinent, si reputauerint ^[7] nos praecepta logices ea methodo conexuisse, ut in singulis eius partibus non generales modo quae a tironibus se quaque proposita huc et illuc trabuntur, sed peculiare et ad uerum inueniendum quam maxime accommodatas, regulas traderemus. Quare qui ex harum legum praescripto disputarit, id habeat pro certo se multo facilius ueritatem, quam ex uulgatis regulis, esse inuenturum.

[271]

CAPVT II

De lectione rite instituenda^[8]

Si omnia nos possemus domesticis praesidiis experiri quae necessaria sunt ad^[9] uerum in omni omnino rerum uarietate explorandum, ea quae diximus satis esse uidebantur^[10] ut in perquirenda ueritate tuto procederemus. Cum uero pauca labore nostro reperire^[11] ualeamus et scientia nostra aliorum auctoritate plerumque contineatur, oportet eorum scripta qui singula perscrutarunt expendamus, quibus ducibus ad propositum nobis finem ueritatis facili negotio perueniamus.

Libri autem omnes qui humano generi quique doctis hominibus non nihil adferunt utilitatis, uel historici sunt, qui res gestas narrant; uel dogmatici, qui caput aliquod doctrinae continent. Vtrique eo modo sunt legendi ut illud ipsum quod auctor uoluit

^[1]cum necesse est. *R²LNV*] aliquando. *R¹* ^[2]ab iis *R²LNV*] semper ab iis *R¹* ^[3]ex ordine progredi. *R²LNV*] esse progrediendum. *R¹* ^[4]Propriae ... ueri *R²LNV*] Speciales enim ueritatem *R¹* ^[5]percipiunt *R²LNV*] intelligunt *R¹* ^[6]bonae *R²LNV*] optimae *R¹* ^[7]reputauerint *R²LNV*] mente reputauerint *R¹* ^[8]instituenda *R²LNV*] instituenda disputatur *R¹* ^[9]ad uerum ... uarietate *R²LNV*] ad ueritatem in omni materia proposita *R¹* ^[10]uidebantur *R²LNV*] uiderentur *R¹* ^[11]reperire *R²LNV*] inuenire *R¹*

COROLÁRIO I

O método analítico e o sintético têm lugar quer nas disciplinas “teoréticas”, quer nas “práticas” – como costumam chamar-se –, sendo usados um e outro, quando necessário, pelos varões esclarecidos.

COROLÁRIO II

Existe apenas uma regra do bom método: progredir ordenadamente do que é mais conhecido para nós para o menos conhecido.

Com efeito, as regras apropriadas para investigar a verdade são deixadas ao arbítrio e ao entendimento de cada um. Realmente, nem todos entendem todas as coisas com a mesma facilidade, nem o mesmo modo de discorrer pode ajustar-se ao paladar de todos.

ESCÓLIO

Haverá porventura alguns que intentem uma acção contra mim por infringir as regras da boa lógica, dado não ter seguido extensamente cada um dos preceitos do método “analítico” ou método de “investigação”, nem os ter exposto por meio de títulos distintos, como fizeram o autor de A Arte de Pensar, Sória e outros. Eles devem, porém, abster-se de censuras, se considerarem que eu associei os preceitos da lógica àquele método para ensinar as regras de cada uma das suas partes, não apenas as gerais que são aprendidas aqui e ali pelos principiantes a respeito de qualquer assunto proposto, mas também as particulares e o mais possível apropriadas para descobrir a verdade. Por isso, quem discorrer em conformidade com o estabelecido por estas regras deve ter como certo que há-de descobrir muito mais facilmente a verdade do que com base nas regras vulgares.

[271]**CAPÍTULO II****O correcto procedimento da leitura**

Se pudéssemos conhecer por experiência todas as coisas com os recursos peculiares que são necessário para investigar inteiramente a verdade em toda a diversidade de assuntos, aqueles que referi manifestar-se-iam claramente suficientes para procedermos com segurança na indagação da verdade. Como, porém, com o nosso esforço apenas somos capazes de descobrir poucas coisas, e o nosso conhecimento está por vezes dependente da autoridade dos outros, é necessário examinarmos os escritos dos que investigaram cada uma delas; e, guiados por eles, alcançaremos facilmente o objectivo que nos propusemos, ou seja, a verdade.

Todos os livros que proporcionam alguma utilidade ao género humano e às pessoas doutas ou são históricos (os que narram feitos ilustres) ou doutriniais (os que contêm algum princípio de doutrina). Uns e outros devem ser lidos de tal modo que aquilo que o autor desejou transmitir seja entendido perfeitamente. Deve por

perfecte intelligamus. Ergo haec prima et praecipua regula debet seruari: “Vt tales notiones uerbis adiungamus quales auctor iis adiungi^[1] uoluit”. Qui secus^[2] faciunt, ii quidem non librum legunt, sed omnia sua pro conditoris sententiis^[3] auditoribus obtrudunt.

De^[4] libris historicis

Si liber est historicus eumque cum fructu legere cupimus, quaedam sunt animaduertenda et studiose perpendenda: 1. an uerum narret, quod ex iis quae diximus de probabilitate historica iudicandum est;³⁴⁰ 2. an uia ac ratione scribat, id est, an dilucide narret, idque secundum ordinem temporum, et cetera; 3. an ad finem quem sibi posuit auctor mentem et propositum suum^[5] dirigat.

Finis porro scriptorum uel ex inscriptione operis,^[6] uel ex praefatione, qualis sit manifestum fit. Si auctor praefando explicauit operis consilium, facile cognoscitur^[7] an promissum impleuerit. Sin autem, ex ceteris adiunctis et ex more scriptorum omnium iudicandum est.

[272] In historia naturae proponunt sibi eruditi phaenomena omnia conglobare et uniuscuiusque phaenomeni accuratam historiam exponere, quo facilius ceterae^[8] cognitiones educi queant quae scientiam naturae poliant et amplificent.

In litteraria historia conscribenda finis est initia et uicissitudines scientiarum et litteratorum uitam et labores percensere, quoque modo ad tantam praestantiam eruditionis peruenerunt et tam pulchras notitias inquisiuerunt, palam facere, quo melius^[9] eorum uestigia persequamur et aliquid emittamus dignum politicis auribus.

In ecclesiastica est propositum Ecclesiae fata a primis uel mundi, uel Christi temporibus narrare, et quibus adiumentis ex talibus initiis ad tantam amplitudinem peruenerit, quae doctrina perpetuo uiguerit, quamque ineptas sententias heterodoxi homines excogitarint singulatim demonstrare, ut eam eruditionem adquiramus cuius ope Ecclesiam, quantum in nobis est, sapienter administremus.

In historia ciuili finis est reipublicae detrimenta et conuersiones exponere, atque ex quibus principiis uel felix, uel infelix rerum status deducendus sit, accuratissime narrare, idque eo consilio ut prudentiam politicae artis, quae in administrandis regnis occupatur, comparemus. Quare Regum uita et foedera et matrimonia, et quidquid uel auxit uel minuit Regum potentiam, narranda sunt. Profecto qui huiusmodi praecepta seruat merito suo “historicus” nominandus est.

³⁴⁰ Vide lib. V, part. 2, cap. 2 et 5.

^[1]adiungi uoluit. *R²LNV*] adiunxit. *R¹* ^[2]secus *R²LNV*] aliter *R¹* ^[3]sententiis *R²LNV*] cogitatis *R¹* ^[4]De libris historicis *R²LNV*] I. *R¹* ^[5]suum *om.* *R¹* ^[6]operis *om.* *R¹* ^[7]cognoscitur *R²LNV*] dignoscitur *R¹* ^[8]ceterae *R²LNV*] certae *R¹* ^[9]melius *om.* *R¹*

isso observar-se esta primeira e principal regra: “Que associemos às palavras as noções que o autor desejou que lhes fossem associadas”. Aqueles que procederem de modo diferente não lêem decerto o livro, mas impõem aos ouvintes as suas fantasias em lugar das opiniões do autor.

Os livros históricos

Se um livro for histórico e desejarmos lê-lo proveitosamente, devem observar-se e ponderar-se com diligência certas coisas: 1. se ele dá a conhecer a verdade, o que deve inferir-se com base nos assuntos por mim referidos a respeito da probabilidade histórica;³⁴⁰ 2. se ele narra com método e ordem, ou seja, se expõe com clareza segundo a sucessão dos tempos, etc.; 3. se ele dirige a mente e os seus desígnios segundo a finalidade que o autor se propôs.

Contudo, qual seja a finalidade dos escritores evidencia-se ou pelo título ou pelo prefácio da obra. Se o autor expôs o plano da obra logo no início, depreende-se facilmente se ele cumpriu o prometido, de contrário deve ajuizar-se com base noutras circunstâncias acessórias e no modo de proceder habitual de todos os escritores.

[272] Na história da natureza, os eruditos propõem-se relacionar todos os fenómenos e expor uma história escrupulosa de cada um deles para poderem obter mais facilmente outros conhecimentos que aperfeiçoem e desenvolvam a ciência da natureza.

Na descrição da história literária, a finalidade é enumerar as origens e as vicissitudes das ciências, a vida e o empenho dos literatos, de que modo eles alcançaram tanta excelência de erudição e como pesquisaram e divulgaram tão notáveis conhecimentos para, assim, seguirmos melhor as suas pegadas e publicarmos algo que seja digno de ouvidos cultivados.

Na história eclesiástica, o objectivo é dar a conhecer a vida da Igreja, quer desde o princípio do mundo, quer desde os tempos de Cristo, e demonstrar pormenorizadamente por meio dela como a partir desses primórdios ela alcançou tanta excelência, como a sua doutrina esteve em vigor perpetuamente e como os heterodoxos inventaram opiniões inábeis. Adquirimos, assim, um saber por meio do qual podemos consagrar-nos sabiamente ao serviço da Igreja tanto quanto nos for possível.

Na história civil, a finalidade é expor os detrimentos e as alterações no Estado, e dar a conhecer com muita exactidão de que princípios deve inferir-se o estado das coisas, quer favorável, quer desfavorável, com o objectivo de alcançarmos a sabedoria da arte política, que se ocupa do governo dos reinos. Devem por isso ser dados a conhecer a vida dos reis, os pactos, os matrimónios e tudo aquilo que aumenta ou diminui o poder dos reis. Quem observar estes preceitos deve certamente ser denominado por mérito próprio “historiador”.

³⁴⁰ Ver liv. V, 2ª parte, caps. 2 e 5.

De^[1] libris dogmaticis

Venio ad scripta dogmatica. Haec uel dogmata historice exponunt uel scientificae, id est, et exponunt et confirmant. Vtrosque autem cum operae pretio legemus: 1. si ante oculos habeamus quid sibi libri conditor in eo scripto proposuit explicandum; 2. si librum diuidamus in partes, singulasque pro merito perpendamus; 3. si definitiones nominum, si quas ipse dedit, memoria teneamus; 4. si ad principia quibus systema innititur, conclusiones omnes referamus.

Haec omnia utilia et necessaria sunt, ultimum autem praeter cetera est necessarium. De quo tametsi non uno tantum loco fecimus mentionem; tamen, quia nullum uitium [273] apud tirones et semidoctos frequentius, admonendi uidentur saepe. Profecto si propositiones singulatim interpretamur, decipiemur plerumque et ex hypothesi ab aduersario repudiata futiles et infirmas conclusiones cogemus.

Quis enim non miretur Balbum apud Ciceronem³⁴¹ disputantem esse Deum, mundumque ab eo administrari et consulere eum rebus humanis? Quis, dum audit eundem de stellarum motibus, de animantium^[2] natura deque fabrica partium corporis^[3] humani grauius et copiose contra Academicos dicentem,^[4] non putet Arnobium se, aut Lactantium, aut Augustinum audire? Perpende hanc^[5] propositionem Balbi:³⁴² “Quid enim potest esse tam apertum tamque perspicuum, cum caelum suspeximus caelestiaque contemplati sumus, quam esse aliquod numen praestantissime mentis quo haec regantur?” Quis non hic Dei numen quod colimus significari dicat? Quod si ad stoicorum systema ex quorum disciplina loquitur Balbus eam reuocamus, impia est. Non enim uerus Deus, sed ignis subtilissimus per uniuersum pertinens et in sideribus praesertim habitans, significatur; non diuina prouidentia, sed “fatum” stoicorum ea^[6] sententia continetur. Quae cum Romanae ecclesiae decretis non cohaerent.

Porro autem, ut monet uir clarissimus,³⁴³ quo iudicium exacte de libris faciamus, quaedam diligenter examinare necesse est.

1. *An sit perspicuus.* Est autem perspicuus ille liber qui uoces et definit accurate et eandem^[7] significationem retinet et uerbis insolentibus non abundat.^[8] Quod si definitiones superuacuae cogentur,^[9] non erit ille quidem obscurus, sed nimius, uulgo *prolixus*, et qui plurima inutilia habeat. Si aliquid Wolfius in scriptis suis peccat,

³⁴¹ *De Natura Deorum*, II, integro.^[10]

³⁴² *Ibidem* cap. 2.

³⁴³ Wolfius, in *Logica*, Part. II, sect. 3, cap. 5.

[1]De libris dogmaticis *R²LNV*] II. *R¹* [2]animantium *R²LNV*] animantium quamplurium *R¹* [3]corporis humani *R²LNV*] humani corporis *R¹* [4]dicentem *R²LNV*] disserentem *R¹* [5]hanc *R²LNV*] istam *R¹* [6]ea *R²LNV*] hac *R¹* [7]eamdem ... retinet *R²LNV*] eundem significatum conseruat *R¹* [8]abundat. *R²LNV*] scatet. *R¹* [9]congeruntur *R²LNV*] conglobantur *R¹* [10]integro *R²LNV*] *om. R¹*

Os livros doutriniais

Vou agora referir-me aos escritos doutriniais, que expõem as doutrinas quer à maneira dos historiadores, quer dos cientistas; ou seja, expõem-nas e corroboram-nas. Lemos utilmente uns e outros desta forma: 1. se tivermos em vista aquilo que o autor do livro se propôs explicar nesse escrito; 2. se dividirmos o livro em partes e examinarmos cada uma delas segundo o seu mérito; 3. se conservarmos na memória as definições das palavras, se algumas o próprio autor apresentou; 4. se relacionarmos todas as conclusões com os princípios em que o sistema se fundamenta.

Tudo isto é útil e necessário, sendo sobretudo necessário o referido no último caso, sobre o qual – embora eu o tenha mencionado em mais que um lugar – parece dever chamar-se a atenção muitas vezes; contudo, não há nenhum vício [273] mais frequente entre os principiantes e os semidoutos. Na verdade, se explicarmos isoladamente as proposições, seremos em geral induzidos em erro, inferindo conclusões fúteis e inábeis com base nas hipóteses rejeitadas pelos opositores.

Com efeito, quem não fica admirado com Balbo em Cícero³⁴¹ ao argumentar que existe um deus, que o mundo é governado por ele e que ele decide sobre os assuntos humanos? Quem, ouvindo-o exprimir-se com autoridade e copiosamente contra os académicos sobre os movimentos dos astros, sobre a natureza dos seres animados e sobre a estrutura das partes do corpo humano, não pensa estar ouvindo Arnóbio, ou Lactânio, ou Agostinho? Consideremos esta proposição de Balbo:³⁴² “Quando contemplamos o céu e os corpos celestes, o que pode ser tão manifesto e tão evidente como a existência de um poder divino da mais eminente inteligência pelo qual estas coisas são governadas?” Quem não afirma significar-se aqui a majestade divina que nós adoramos? Mas, se referirmos a proposição ao sistema dos estóicos, a cuja doutrina alude Balbo, ela é ímpia, dado não ser significado por ela o verdadeiro Deus, mas um fogo subtilíssimo difundido por todo o Universo e residindo sobretudo nos astros. Não é, portanto, a divina providência, mas o “destino” dos estóicos, que está mencionado nessa opinião, o que não concorda com os ensinamentos da Igreja Romana.

Além disso, como adverte um varão muito ilustrado,³⁴³ para ajuizarmos com exactidão acerca dos livros é necessário examinar com diligência certos assuntos.

1. *Se o livro é inteligível.* É inteligível o livro que definir cuidadosamente as palavras, que conservar a mesma significação e que não for superabundante em palavras caídas em desuso. E, se estiverem ajuntadas definições supérfluas, o livro não é apenas obscuro, mas também desmesurado, abertamente prolixo e possui muitos assuntos inúteis. Se Wolff pecou em certa medida nos seus escritos, pecou

³⁴¹ *De Natura Deorum*, II (na totalidade).

³⁴² *Ibidem*, cap. 2.

³⁴³ Wolff, *Logica*, 2ª parte, séc. 3, cap. 5.

hoc peccat ut multus sit, et lectores uel omnino indoctos, uel multum patientes, se habiturum fore sibi persuadeat.

Contra ille liber est scriptus obscure in quo uel nullae, uel definitiones aliquae incertae et indeterminatae continentur. Hoc uitium est proprium Aristotelicorum, qui [274] perpetuo contendunt de uocum significatione propterea quod se mutuo non intelligunt.

Aduertendum^[1] est tamen ineruditos et semidoctos sibi persuadere illud esse obscure scriptum quod ipsi non intelligunt, etsi^[2] Logicae regulis exacte^[3] respondeat. Quo sane nomine nec Elementaris Geometria posset effugere quin obscurissima haberetur.

2. *An sit ordine conscriptus.* Hic ordo alius est in scriptis dogmatico-historicis, alius in dogmatico-scientificis. Prior methodus est cum res omnes ad singula capita reducimus.^[4] Hac methodo scholastici et plerique scriptores disciplinas pertractant. Altera methodus est cum propositiones eo modo conectuntur, ut ea prius exponantur ex quibus, quae sequuntur, possint illustrari; exempli gratia, in physica experimenta, definitiones, axiomata ex quibus demonstrantur theoremata. Hac methodo recentiores philosophi cum pretio utuntur, et uocatur “ordo naturae”, seu “syntheticus”.

Aliquando uero utuntur philosophi methodo analytica seu inuentionis, sed rarius. Aliquando methodo partim analytica, partim synthetica. Qui ergo, quam methodum sibi proposuit, seruat, is ordine scribit.

Sunt autem et alia plurima diligenter animaduertenda quo penitus intelligamus an ordine auctor scribat: 1. an res faciliores prius explicat, an secus; 2. an argumenta quae ad materias^[5] diuersas pertinent in unum locum cogit, an non; 3. an in locis communibus, in digressionibus, in auctorum uel nominibus uel sententiis congerendis,^[6] nimius est; 4. an adnotationes de re prorsus aliena adhibet.^[7] Quae errata in iis etiam qui bonae methodi leges norunt interdum se offerunt.

Quod si uel memoria parum tenax fuerit, uel ipse in iudicando non admodum exercitatus, tabulas de libro iusti uoluminis conscribat, ubi et libri ordinem enarret et singulorum capitum methodum adumbret. Hoc modo, quam bene aut quam male auctor scribat, facillime iudicabit.

3. *An sit solidus.* Id autem uocamus “solidum” cum Wolfio in quo propositiones non^[8] infirmis rationibus, sed perspicuis et firmissimis argumentationibus probantur^[9] Huiusmodi est usus seu firma experientia, et quae inde sumuntur, definitiones et axiomata quibus theoremata et problemata [275] demonstrantur. Oportet ergo, dum librum legimus, consideremus an auctor certa principia ponat, ex iisque recta

^[1]Aduertendum est tamen *R²LNV*] Hic est aduertendum *R¹* ^[2]etsi *R²LNV*] tametsi *R¹* ^[3]exacte *R²LNV*] perfecte *R¹* ^[4]reducimus. *R²LNV*] reuocamus. *R¹* ^[5]materias diuersas *R²LNV*] diuersas materias *R¹* ^[6]congerendis *R²LNV*] conglobandis *R¹* ^[7]adhibet. *R²LNV*] adiungit. *R¹* ^[8]non infirmis *R²LNV*] eo modo demonstratur ut non infirmis *R¹* ^[9]probantur. *R²LNV*] muniantur. *R¹*

por ter sido abundante em palavras, persuadindo-se de que os leitores, ou por serem totalmente ignorantes, ou muito indulgentes, haveriam de tê-lo em consideração.

Inversamente, está escrito de modo obscuro um livro em que não estão contidas nenhuma definição ou em que algumas delas são equívocas ou indefinidas. Este vício é característico dos aristotélicos, [274] que disputam continuamente sobre a significação das palavras por não se entenderem uns aos outros.

Deve, porém, advertir-se que os ignorantes e os semidoutos se persuadem de que um escrito é obscuro só por não o entenderem, ainda que ele corresponda rigorosamente às regras da Lógica. Deste modo, decerto que nem a Geometria Elementar poderia evitar ser considerada muito obscura.

2. *Se o livro está escrito com disposição ordenada.* Esta disposição é uma nos escritos histórico-doutrinários e outra nos escritos científico-doutrinários. O primeiro método consiste em reduzir todos os assuntos a cada um dos seus princípios. Os escolásticos e a maior parte dos autores estudaram minuciosamente as doutrinas segundo este método. O segundo método consiste em relacionar proposições de modo a expor primeiramente os assuntos a partir dos quais possam esclarecer-se os que se seguem; por exemplo, as definições e os axiomas na experimentação física, com base nos quais se demonstram os teoremas. Os filósofos modernos servem-se utilmente deste método, denominado “ordem de natureza” ou “sintético”.

Os filósofos servem-se ainda por vezes do método analítico ou de invenção, mas raramente; outras vezes, servem-se em parte do analítico e em parte do sintético. Portanto, quem observar o método que se propôs escreve com ordem.

Devem, no entanto, advertir-se com diligência muitas outras coisas a fim de entendermos em profundidade se um autor escreve com método: 1. se ele expõe primeiramente os assuntos mais fáceis ou de modo diferente; 2. se ele reúne ou não num único lugar os assuntos pertencentes a diversas matérias; 3. se ele é descomedido no uso dos lugares comuns, das digressões, dos nomes de autores ou em acumular opiniões; 4. se ele apresenta anotações a respeito de assuntos totalmente inoportunos. Por vezes, aparecem também estes erros nos que conhecem as regras do bom método.

Mas, se um autor tiver uma memória pouco firme ou não for muito exercitado em ajuizar, deve escrever um resumo do livro com uma extensão apropriada, no qual explique não apenas o plano do livro, mas descreva também em traços gerais o método de cada um dos capítulos. O autor poderá, assim, ajuizar facilmente até que ponto escreveu de forma adequada ou inadequada.

3. *Se o livro é consistente.* Com Wolff, denomino “consistente” um livro no qual são demonstradas proposições não com argumentos débeis, mas com argumentações evidentes e muito sólidas. Tais argumentações baseiam-se na prática ou na experiência constante e naquilo que daí se infere, bem como em definições e em axiomas, pelos quais são demonstrados os teoremas e os problemas. [275] Por isso, ao lermos um livro, é necessário considerarmos se o autor estabeleceu certos princípios e se deles derivam as suas proposições segundo um método adequado. Se o autor tiver feito isso, o escrito é consistente, de contrário chama-se “superficial”.

methodo sua pronuntiata deriuet. Si id faciat, scriptum est solidum; sin autem, “superficiarium” uocatur.

His rebus adseueramus scripta mathematicorum esse solida, tum etiam quorundam philosophorum recentiorum qui eamdem methodum quam fieri potest amplexantur. E contrario dicemus scripta philosophica Cartesii, Gassendi, Malebranchii, Regisii, ceterorumque hypotheticorum, in plurimis non esse solida. Nulla scripta scholasticorum esse solida, idque eadem de caussa.

4. *An sit completus.* Liber est completus cum auctor ad propositum finem cogitationes suas omnes reduxit, sin autem est incompletus.

Exempli gratia, proposuit aliquis sibi adolescentes cuiusdam disciplinae rudimentis imbuere. Si omnia quae necessaria sunt ut de ea recte iudicent posuit, si fontes doctrinarum indicauit, si eos ad ipsa disciplina adyta sine labore perduxit, complete scripsit; aliter, incomplete. Frustra ergo requisieris in eo libro abstrusorem doctrinam, copiam praeceptionum, philosophorum contentiones, et id genus alia. Haec enim inepta sunt et a proposito aliena. Pulcherrima est haec doctrina et utilissima; ad quam si innumera scripta expenderemus, perspicue intelligeremus quam inepte ea extollimus in caelum.

Contra, plurima exstant scripta quae nos incompleta uocamus reapse sunt completa, si tempus quo scripta fuere, si doctrinam quae inueterauerat, si caussas si conditoris consilium memoria repetamus.

Hinc mirari desinamus quod Beatus Thomas Aquinas plurima in philosophia et theologia lucubrauerit quae doctioribus hodie non adrident. Quin potius miremur in illa barbarie et inscitia litterarum exstitisse^[1] hominem qui tam apte et subtiliter fuerit ratiocinatus. Oportebat enim ut Thomas tempori seruiret et ostenderet Aristotelem, cuius doctrina abutebantur scholastici, ad bonum sensum posse reuocari. Hic illi fuit scopus. Quod qui non intelligunt et nihilo secius tantum uirum reprehendunt, in media luce caecutiunt. Certe Aquinas fuit uir magnus, uel melioribus saeculis dignus.

[176, alias 276]

De^[2] conditoribus librorum

Postremo intelligat oportet quo nomine singuli auctores sint uocandi, ne uel laudet quae non debet, uel imprudenter uituperet.

1. Itaque si auctor ea quae in plurimis libris occurrunt et ad eamdem materiam pertinent excerptit et cogit, nihil cogitans de connexionem et ordine, uocatur “compilator”.

^[1]exstitisse *R²LNV*] fuisse *R¹* ^[2]De conditoribus librorum *R²LNV*] *om. R¹*

Estabelecidos estes assuntos, assevero serem consistentes os escritos dos matemáticos, bem como os de alguns filósofos modernos que abraçam, tanto quanto possível, o mesmo método. Ao invés, afirmo não serem consistentes em muitas matérias os escritos filosóficos de Descartes, de Gassendi, de Malebranche, de Régis e de outros pensadores hipotéticos. E por idêntica razão, não são também consistentes os escritos dos escolásticos.

4. *Se o livro está acabado.* Um livro está acabado quando o autor se serviu de todos os seus conhecimentos segundo a finalidade proposta, de contrário ele está inacabado.

Por exemplo, uma pessoa propôs-se ensinar aos jovens os rudimentos de uma disciplina. Essa pessoa escreveu de modo acabado se expôs tudo o que era necessário para eles ajuizarem convenientemente acerca dela, se referiu as fontes das doutrinas e se os conduziu sem esforço ao próprio santuário da disciplina; de contrário, ela escreveu de modo inacabado pelo que debalde poderá procurar-se nesse livro uma doutrina mais profunda, um grande número de ensinamentos, contendas de filósofos e outros temas deste género. Com efeito, as suas matérias são inábeis e impróprias do assunto tratado. Esta minha doutrina é excelente e muito útil, e, se avaliarmos minuciosamente em relação a ela inumeráveis escritos, compreenderemos com evidência como eles são exaltados com inépcia.

Pelo contrário, há muitos livros que consideramos inacabados, mas estão realmente acabados, se pensarmos no tempo em que foram escritos, na doutrina que estabelecem, nas suas causas e na deliberação do autor.

Deixemos por isso de ficar surpreendidos por São Tomás de Aquino ter reflectido profundamente sobre muitos assuntos de filosofia e de teologia que nos tempos actuais não são do agrado dos mais doutos. Mas devemos de preferência ficar surpreendidos por ter persistido o homem naquela barbárie e ignorância das belas-letas, o qual havia raciocinado de modo tão apropriado e penetrante. Na verdade, era necessário que Tomás se conformasse com o seu tempo e mostrasse poder ser restaurado Aristóteles segundo a boa maneira de pensar, de cuja doutrina faziam um mau uso os escolásticos. Este era o seu objectivo. Quem não entender isto e censurar com menos empenho tão grande varão vê confusamente à média luz. Aquino foi decerto um ilustre varão e mesmo digno de melhores tempos.

[176, aliás 276]

Os autores dos livros

É necessário por fim compreender de que modo deve denominar-se cada um dos autores, quer para não serem elogiados mais do que merecem, quer para não serem vituperados irreflectidamente.

1. Por exemplo, se um autor coligir e reunir assuntos que aparecem em muitos livros e relativos à mesma matéria, nada pensando sobre a sua conexão e encadeamento ordenado, ele chama-se “compilador”. 2. Se, porém, ele encadeia entre

2. Sin, quae apud alios inuenit, nectit inter se et ex certis principiis ducit, uocatur “conditor systematis”.

3. Si scriptor ea quae ab aliis accepit, uel aperte uenditat pro suis, uel aliis uerbis inuoluens, haud obscure inculcat esse sua, uocatur “plagiarius”.

Hinc plagiarius non est qui, systema condens, aliorum inuenta ad corpus doctrinae reducit, quin fontes unde hausit indicet, uel ex aliorum fontibus nouas consecutiones deriuat. Palam enim est huiusmodi hominem id unum^[1] uoluisse, de aliorum cogitatis acerrime iudicare. Nec etiam est plagiarius qui disertis uerbis profitetur se ex aliis utiliora excerptisse, tametsi raro aut unquam nominat auctores. Nam in re notissima et quam uel omnes eodem modo exprimerent, auctores conglomerare aut anxie uerba transcribere puerile est et pedanticum. Interdum grauissimis de caussis necessarium est quaedam tacere, idque scriptori in laude poni debet.

4. Si compilerator ea inter se coniungit, idque magna circuitione uerborum, quorum alia ex aliis non fluunt, uel pugnantia connectit, dicitur sine iudicio compilare.

Exempli gratia, si quis scripturus physicam disciplinam postea quam systema scholasticorum de formis substantiali et accidentali recepit, tamen in quibusdam phaenomenis explicandis, Cartesii aut Newtoni opiniones amplexatur; exempli gratia, fluxum et refluxum maris uel ex compressione aëris, uel ex adtractione Solis et Lunae ducit, is quidem sine ullo iudicio scribit. Peccant hoc peccatum ii qui non alia ratione politissimorum recentiorum laudem se se consecuturos esse arbitrantur, quam si centonem ex sententiis repugnantibus^[2] consuunt. Ad quam classem Thomas Vincentius [277] Tosca, homo ceteroqui non indoctus, alique nimis multi quorum^[3] theses ac scripta uidimus, referendi sunt.

5. Postremo si auctor ex maiori libro ea legit quae ad finem sibi positum sunt accommodata, atque eadem methodo breuiorem librum componit, uocatur “epitomator”.

Merito ait Wolfius non esse uniuscuiusque negotium, scripta scientifica (nam dogmatico-historica facilliora sunt) aliorum ad compendium et epitomam reuocare, id enim munus, quod facillimum non nullis uidetur, reapse est difficillimum. Oportet enim ut conditoris systema et scribendi uiam plane cognitam et exploratam habeamus, eamdem methodum seruemus, perspicuitatem et soliditatem non minuamus, multa paucis explicemus. Quod quam male cesserit multis cognitum est iis qui in historia litteraria uersati sunt. Thummigius accurate sane ex libris Wolfii bonas epitomas fecit, Baumeisterus eiusdem *Logicam* Latine editam compendiaria edidit. Ipsemet Wolfius *Elementa Matheseos Germanica* et *Logicam* suam in compendium reduxit.

^[1]id *R²LNV*] hoc *R¹* ^[2]repugnantibus *R²LNV*] sibi repugnantibus *R¹* ^[3]quorum ... uidimus *R²LNV*] *om. R¹*

si o que adquiriu de outrem e o estabelece com base em determinados princípios, chama-se “autor de sistema”.

3. Se um escritor não persuadir com clareza serem suas as matérias que adquiriu de outrem, ou as ostentar abertamente como sendo dele, ou as ocultar com outras palavras, denomina-se “plagiador”.

Por conseguinte, não é plagiador quem, instituindo um sistema, dispôs em corpo de doutrina as descobertas de outrem, não dando, porém, a conhecer as fontes de onde as bebeu ou como fez derivar novas consequências com base nas fontes de outrem. Com efeito, tal pessoa pretendeu manifestamente apenas ajuizar de modo muito penetrante acerca dos pensamentos de outrem. Também não é plagiador quem declarar abertamente com palavras expressivas ter adquirido de outrem coisas muito úteis, ainda que poucas vezes ou nunca mencione os autores. Na verdade, num assunto muito conhecido e que todos expõem do mesmo modo, seria pueril e pedante incluir todos os autores ou dar a conhecer escrupulosamente as suas palavras. Em questões muito importantes, é necessário por vezes guardar silêncio sobre certos assuntos, devendo isso ser elogiado no escritor.

4. Se um compilador confundir os assuntos com grande rodeio de palavras não derivadas umas das outras ou relacionar coisas contraditórias, diz-se ter compilado sem discernimento.

Por exemplo, escreve certamente sem nenhum discernimento quem, propondo-se escrever sobre física, após haver aceite o sistema dos escolásticos acerca das formas substanciais e acidentais, abraça as opiniões de Descartes ou de Newton a respeito de certos fenómenos, por exemplo, ao pensar que o fluxo das águas do mar se origina ou na pressão atmosférica ou na atracção do Sol e da Lua. Cometem o mesmo erro os que supõem que apenas hão-de obter o aplauso dos modernos mais instruídos se coserem um centão com base em opiniões contraditórias. Devem mencionar-se dentro desta categoria Tomás Vicente Tosca, [277] escritor aliás não inábil, e muitíssimos outros de quem eu examinei as teses e os escritos.

5. Por último, um autor chama-se “compendiador” se relacionar os assuntos de um livro mais extenso apropriados à finalidade que se propôs e escrever um livro mais conciso segundo o mesmo método.

Afirma com razão Wolff não ser ocupação de qualquer pessoa reduzir a compêndio e a epítome os escritos científicos de outrem (de facto, os histórico-doutriniais são mais facilmente redutíveis), dado que essa actividade, que parece a alguns muito fácil, é realmente muito difícil. Com efeito, é necessário conhecermos e examinarmos o sistema e o modo de escrever do autor, observarmos o mesmo método, não restringirmos a clareza e a solidez das doutrinas e esclarecermos muitas coisas por meio de poucas. É bem conhecido pelos que são versados na história literária quanto dano sucedeu a muitos por não terem procedido desta forma. Certamente, Thümming realizou com diligência bons epítomes com base nos livros de Wolff; e Baumeister, baseando-se também neste autor, publicou uma *Logica* editada em latim. O próprio Wolff reduziu a compêndio os *Elementa Matheseos Germanica* e a sua *Logica*.

CAPVT III

De disputatione debito modo instituenda

Est praeterea altera uia inuestigandi ueritatem, nimirum disputatio debito modo instituta. Est autem disputatio duorum hominum contentio quorum alter sententiam suam exponit e defendit, alter contradicentem^[1] sententiam amplectitur, et rationes aduersarii uel uoce uel scripto infirmat.

Instituta est disputatio eo consilio ut contrarias sententias comparantes inter se et rationum momenta expedientes facilius intelligamus, quaenam sit uera, quaenam falsa propositio. Quorumdam tamen uitio factum est ut nihil minus, quam ueritas, disputatione eliciatur. Etenim plerique homines uel superbia uel maligno^[2] studio aduersarium in sermone capiendi uel demum inscientia disputandi ita disputant, ut ueritatem contentionibus suis obscurant potius quam illustrent.

[278] Plurimum autem interest rectam uiam disputandi tenere, ne et tempus inutiliter consumamus et molesti disputatores simus. Id nos in praesentia illustrabimus, si primum monuerimus quaedam praestanda esse ab utroque disputante, quaedam ab opponente, quaedam a respondente; quae breuiter subiiciemus.

Communia^[3] disputantium

I. *Disputaturus animum liberaliter institutum adferat. Temperet sibi ab ira, dicacitate, uenenatis salibus, scurrilibus iocis et mimicis. Disputatorem enim agit, non conuiciatorem, aut scurram.*

Disputatores nimis multi sibi persuadent litterariam contentionem esse bellum iustissime^[4] indictum in quo licet aduersarium suum strategemate conficere. Hinc conuiciorum plaustra alii in alios effundunt, cumque iracunde aduersarios insectentur, sic mentem obtundunt, ut plerumque nec quid ipsi opponant, nec quid alii reponant, intelligant. Quod si temperant a conuicio, putant tamen se aliquid de existimatione deperdere si triumphum ex aduersariis non agunt, idcirco sine ullo fine altercantur. Quae qui faciunt non illi quidem ueritatem, sed inanem gloriolae fumum aucupantur. Veritas enim non nisi pacato animo inquiri potest.

II. *Argumentum de quo disputant plane comprehendant.*

Qui enim ea oppugnant uel defendunt quae penitus non percipiunt, omnino fieri non potest quin ineptias multas dicant.^[5] Quod non tironibus modo, sed prouectoribus usu uenit.

^[1]contradicentem *R²LNV*] contradictoriam *R¹* ^[2]maligno *R²LNV*] *om. R¹* ^[3]Communia disputantium *R²LNV*] Generalia ^[4]iustissime *R²LNV*] iustis de caussis *R¹* ^[5]dicant. *R²LNV*] obrudant. *R¹*

CAPÍTULO III

O devido modo de proceder à disputa

Existe, além disso, outro modo de investigar a verdade, decerto a disputa devidamente estabelecida. Esta disputa é uma alteração entre duas pessoas, das quais uma delas expõe e defende a sua opinião, e a outra abraça a opinião contrária e infirma os argumentos do opositor, quer por palavras, quer por escrito.

A disputa foi estabelecida com o propósito de, ao compararmos entre si opiniões opostas e ao examinarmos a importância dos argumentos, entendermos com maior facilidade qual seja a proposição verdadeira ou a falsa. Contudo, alguns cometem o erro de se proporem alcançar nada menos que a verdade através das disputas. Com efeito, a maioria das pessoas disputa ou estimulada pela arrogância, ou pelo perverso intento de enganar o opositor na discussão, ou, finalmente, pela ignorância ao disputar, de tal modo que mais obscurece a verdade com as suas alterações do que a esclarece.

[278] Importa grandemente observar um modo correcto de disputar para não desperdarmos inutilmente o tempo e para não sermos disputadores importunos. Vou agora esclarecer isso, advertindo em primeiro lugar deverem ser observadas certas regras por ambos os disputantes: algumas pelo oponente e outras pelo respondente, as quais irei expor com brevidade.

Regras comuns dos disputantes

I. *Quem houver de disputar deve possuir uma disposição de espírito à maneira de um homem livre, abster-se da ira, da mordacidade, dos chistes venenosos, dos motejos de chocarreiro e de farsante, pois um disputador não se comporta como trocista ou como bobo.*

Persuadem-se muitíssimos disputadores de que a contenda literária é uma guerra declarada com toda a legitimidade, na qual é permitido submeter com estratégias o oponente. Deste modo, os carros dos trocistas investem uns contra os outros e, assim como invectivam iracundos os oponentes, também embotam a mente, de tal forma que não entendem a maior parte das vezes nem o que eles próprios expõem nem o que os outros estabelecem. Por isso, ainda que eles se abstenham de invectivas, julgam, no entanto, perderem um pouco da reputação se não celebrarem o triunfo sobre os oponentes; por este motivo, disputam sem nenhuma finalidade. Os que realizam estas coisas não se propõem descobrir certamente a verdade, mas o fumo fútil de uma glória efémera, pois a verdade apenas pode ser investigada com espírito sereno.

II. *Os disputantes devem entender com clareza o assunto sobre o qual disputam.*

Com efeito, não pode de modo algum suceder que os que contestam ou defendem o que não entendem profundamente não profiram muitas inépcias, como acontece não apenas com os principiantes, mas também com os mais avançados na idade.

III. *Contradicentes propositiones defendant.*

Exempli gratia, defendit quis solum hominem esse animans ratiocinans. Opponens debet argumentis^[1] demonstrare non solum hominem esse animans ratiocinans, seu, quod idem est, esse alia animantia, nimirum canem, simiam, equum, cetera, quae etiam ratiocinantur et sentiunt. Itaque respondens liquido aperire debet qualem ideam adtingat uocibus “homo”, “animans ratiocinans”, et constituere quid ipse defendat, quid confutet alius. Quod philosophis est “constituere statum controuersiae”.

[279] Quod si uoces sint obscurae, quaerat alter ab altero quid notare^[2] uelit, et respondens definiat uim uocis, secus disputatio in *λογομαχίαν* abibit. Quod si alteruter uim ac potestatem uocis declarare recusat, est sophista et indignus qui cum uiro sapienti et amante ueritatis disputet. Quid enim reponens homini qui omnino intelligi non uult?

Latius tamen patet hoc uitium quam putatur. Infuscantur eodem praeter ceteros puri^[3] puti scholastici cum philosophi, tum theologi, qui, quod nomina nusquam definiant, dies noctesque disputant de nihilo et andabatarum more contendunt.

Exempli gratia, contendit scotista proprietates animi nostri, seu gradus metaphysicos alios ab aliis nescio^[4] quo modo secerni, quem ipsi uocant “formaliter ex natura rei”. Negant alii hoc placitum, clamose utriusque. Roges humanissime Scotistam doceat nos quid illis uerbis notare cupit. Iratus decedet e pugna, clamitans iniuria cogi doctorem res^[5] tales et uel tironibus Scotistis notas dilucidare. Quod si nonnumquam eas explicat, ita explicat, prorsus ut non intelligas quid ea^[6] uerba significant. Hinc illae lites. Re autem uera, si uocabula^[7] recte definit, nihil disputationis habent.

Opponentis propria^[8]

I. *Impugnaturus thesin aliquam id efficiet ratiocinatione cuius conclusio sit antithesis, idque perpetuo in^[9] disputando seruabit.*

Nam cum disputantes contradicentes propositiones ponere^[10] debeant (per L. III.) conclusio syllogismi debet esse contradicens^[11] thesis, et in ceteris syllogismis debet esse propositio negata. Vnde inepti, si qui alii, sunt qui confutationem instituunt hoc modo: “Tua propositio est falsa. Ergo contra conclusionem”. Vel hoc modo: “Illa propositio non est admittenda ex qua sequitur absurdum. Ita se habet tua conclusio, ergo non est admittenda”. Qui etiam tali^[12] ratione disceptant possunt ii

^[1]argumentis demonstrare R^2LNV] efficere argumentis R^1 ^[2]notare R^2LNV] significare R^1
^[3]puri puti R^2LNV] *om.* R^1 ^[4]nescio ... uocant R^2LNV] peculiari modo secerni, quod uocant
 R^1 ^[5]res ... notas R^2LNV] res minutas et uel iunioribus scotistis perspicuas R^1 ^[6]ea uerba
 R^2LNV] illae uoces R^1 ^[7]uocabula recte R^2LNV] uoces accurate R^1 ^[8]propria R^2LNV] *om.* R^1
^[9] in R^2LNV] inter R^1 ^[10]ponere R^2LNV] tenere R^1 ^[11]contradicens R^2LNV] contradictoria R^1
^[12]tali ... disceptant R^2LNV] hac ratione contendunt R^1

III. *Os disputantes devem defender as proposições contraditórias.*

Por exemplo, se alguém defender que apenas o homem é animal racional, o oponente deve demonstrar com argumentos não ser apenas o homem um animal racional ou, o que é o mesmo, existirem outros seres animados que também raciocinam e sentem, nomeadamente o cão, o símio, o cavalo, etc. Portanto, o respondente deve manifestar com clareza qual a ideia que associa às expressões “homem” e “animal racional” e estabelecer o que ele próprio defende, que o outro refuta. Isto significa para os filósofos “estabelecer o estado da controvérsia”.

[279] Se, porém, as palavras forem obscuras, o disputante deve perguntar ao outro o que ele pretende exprimir; e o respondente deve expor o sentido das palavras, de contrário a disputa converter-se-á em “logomaquia”. E, se ambos recusarem manifestar o sentido e o valor das palavras, eles são sofistas e indignos de disputar com um varão sapiente e amante da verdade. Então por que motivo incluir no número dos seres humanos quem de todo não pretende ser entendido?

Está mais difundido este vício do que possa pensar-se, estando contaminados por ele, além de outros, os mais puros escolásticos, tanto filosóficos como teólogos, os quais, por nunca definirem as palavras, disputam dia e noite a respeito de nada e combatem à maneira dos andábatas.

Um escotista, por exemplo, sustenta que se distinguem uns de outros os atributos do nosso espírito, ou os graus metafísicos, segundo um modo que eu desconheço, que eles denominam “distinção formal *ex natura rei*”. Outros recusam esta opinião, clamando todos eles. Peçamos, pois, muito afavelmente a um escotista que nos ensine o que pretende significar com aquelas palavras. Ele então, indignado, evitará a discussão, clamando estar a ser constrangido injustamente um mestre a esclarecer tais assuntos, conhecidos inclusivamente pelos principiantes escotistas. E, se por vezes ele os explica, explica-os de tal modo que não pode inteiramente entender-se o que significam aquelas palavras. Daí as suas controvérsias. Com efeito, se ele definisse convenientemente os vocábulos, já não poderia disputar.

Regras específicas do oponente

I. *Quem houver de impugnar uma tese deve realizar isso por meio de um silogismo cuja conclusão seja uma antítese; e ele deve observar isso continuamente nas disputas.*

Com efeito, dado que os disputantes devem estabelecer proposições contraditórias (segundo o livro terceiro), a conclusão do silogismo deve ser uma tese contraditória, e nos outros silogismos deve ser a proposição negada. São por isso inábeis, entre outros, os que estabelecem uma refutação deste modo: “A tua proposição é falsa, portanto, opõe-se à conclusão”. Ou desta forma: “Não deve ser aceite uma proposição de que resulta um absurdo; encontra-se nesta circunstância a tua conclusão; portanto, ela não deve ser aceite”. Quem discutir servindo-se de tais argumentos pode certamente associar miríades de silogismo sem afirmar algo adequado a respeito da tese a refutar.

quidem myriades syllogismorum coniungere, quin aliquid apposite dicant ad thesin^[1] confutandam.

[280] Quod spectat ad uiam disputandi, sunt qui ceteris anteponan methodum Socraticam, uel Megaricam (hae differunt in paucis) quae minutis interrogatiunculis hominem cogit ut errorem suum cognoscat. Recte illi quidem, si philosophi cum philosophis disputarent. Quod si cum homine inexercitato res est, difficulter eum coges, breuiter et praecise interroganti respondere. Itaque syllogistica methodus accomodatior esse uidetur, propterea quod et opponentis^[2] cogitata nitide exponit et ualidius conficit respondentem. Modo uterque sophistarum cauillationes anxie declinet et maxima contentione animi ueritatem disquirat.

II. *Opponens singulas respondentis propositiones refellat aliis syllogismis, donec ad principia euidentia argumentationem reducat, ex quibus aduersarii sententia falsa esse ostendatur.*

Quod si respondens aliquid reponat quod explicatum non sit, cogat eum opponens quid sentiat declarare, ne ex ambiguo disputent. Si renuat, a disputando absteineat, ne tempus frustra consumat. Magnum autem faciet operae pretium, si ex ipsis respondentis uerbis eundem poterit erroris postulare, quod est "argumentari ad hominem".

SCHOLION

Proprium est semidoctorum et pedantarum, cum thesin refutandam sibi sumunt, non antithesin probare et bona fide agere, sed ad strategemata confugere, et uel ea quae per uiam dicuntur infirmare, uel interrogatiunculis ineptis respondentem in inuidiam adducere, uel alienissimis fatigare argumentis, quo facilius hominem, de hac illudendi arte nihil suspicantem, capiant in sermone et auditorum ludibrio exponant; uel eadem argumenta etiam et etiam obtrudere, quasi nihil aduersarius iis respondisset nec argumentum infirmasset. Qui quidem, ut aliquando desinant ineptire, cogendi sunt ut disputatoris munus,^[3] uti debent, exsequantur; sin autem, audiendi non sunt.³⁴⁴

³⁴⁴Aristoteles^[4] *Topica*, VIII, cap. 1, opponentem instituens, praecipit ut omnes sophistarum fraudes adhibeat in disputando, et tot inter alia ei suadet ut nullo ordine multa roget, etiam superflua, et copia interrogationum obruat auditorem, ut dicitur ea quae proponit passim recepta tritaque esse, ut orationem non necessariis propositionibus protrahat, et id genus multa. Verbo dicam et mala fide agere docet et argumento ab inuidia ducto uti. Quo ipso declarat sibi non ueri inuestigationem, sed uictoriae consecutionem esse propositam. Quid ergo mirum si discipuli, dum partes opponentis sumunt, magistrum suum tam fideliter imitentur et expriment?

^[1]thesin R^2LNV] thesin positam R^1 ^[2]opponentis ... exponit R^2LNV] nitide exponit opponentis cogitata R^1 ^[3]munus ... exsequantur R^2LNV] officium, uti par est, perficiant R^1
^[4]Aristoteles ... expriment. R^2LNV] om. R^1

[280] No que se refere ao modo de disputar, há quem anteponha aos outros o método socrático ou megárico (eles diferem muito pouco), que por meio de pequenas perguntas coage as pessoas a reconhecerem os seus erros. Este método seria certamente apropriado se os filósofos disputassem com filósofos. Tratando-se, porém, de pessoas não exercitadas, dificilmente elas poderão ser coagidas a responder ao interrogante com brevidade e de maneira sucinta. Por isso, o método silogístico parece mais adequado, visto apresentar com nitidez os pensamentos do oponente e tornar mais consistentes os pensamentos do respondente. No entanto, um e outro devem evitar com escrúpulo as subtilezas dos sofistas e investigar a verdade com o máximo empenho de espírito.

II. *O oponente deve refutar com outros silogismos cada uma das proposições do respondente até reduzir a argumentação a princípios evidentes com base nos quais se demonstra ser falsa a opinião do opositor.*

Porém, se o respondente estabelecer algo que não tenha sido explicado, o oponente deve coagi-lo a declarar o que pensa para não disputarem de maneira equívoca. Mas, se ele recusar, deve abster-se da disputa para não desperdiçar inutilmente o tempo, sendo, no entanto, muito conveniente se, com base nas próprias palavras do respondente, puder acusá-lo de erro, o que significa “argumentar *ad hominem*”.

ESCÓLIO

*Quando empreendem refutar uma tese, é próprio dos semidoutos e dos pedantes não demonstrarem a antítese e não agirem de boa fé, pois recorrem a estratagemas, quer refutando o que é exposto correctamente, quer tornando odioso o respondente com pequenas perguntas enfadonhas, quer fatigando com argumentos muito inoportunos – com os quais eles seduzem facilmente na conversação uma pessoa nada suspeitadora desta arte de escarnecer e se exprimem com escárnio dos ouvintes –, quer impondo constantemente os mesmos argumentos como se o oponente não lhes respondesse nem os refutasse. Certamente que estes, para algumas vezes deixarem de dizer disparates, devem ser coagidos a cumprir a sua obrigação de disputadores, como é seu dever, de contrário não devem ser ouvidos.*³⁴⁴

³⁴⁴ Nos *Tópicos* (VIII, cap. 1), Aristóteles, ao instruir um oponente, recomenda-lhe que faça uso nas disputas de todos os embustes dos sofistas e aconselha-o sobre muitas coisas, designadamente que interrogue sem nenhuma ordem a respeito de muitos assuntos, mesmo supérfluos, que oprima os ouvintes com grande número de perguntas, que repita que os temas que expõe, tomados indistintamente, são conhecidos, que alongue o discurso por meio de proposições não necessárias e muitas outras coisas deste género. Numa palavra, direi que ele ensina a proceder de má-fé e que se serve dos argumentos movido pela inveja. É por isso que ele declara não se ter proposto investigar a verdade, mas a obtenção da vitória. Qual é, portanto, o espanto se os seus discípulos ao tomarem o partido do oponente imitem e repetirem tão fielmente o seu mestre?

[281] Respondentis propria^[1]

I. *Respondens argumentationem ipsis opponentis uerbis, quam fieri potest, repetat, uel compendiaria uia exponat, quin illius uim minuat.*

Sapienter instituerunt maiores nostri ut respondens, antea quam ad singula faciat satis, integrum repetat argumentum, ut ostendat se uim argumentationis penitus percipere. Si breuis est syllogismus, merito totidem uerbis repetendus est. Sin longus, consulte feceris, si eum breuiori sermone exponas, modo^[2] perspicue. Haec tamen non tironum sunt, sed ualentiorum laterum, plurima paucis explicare. Sed si respondens robur argumenti plane cognouit et infans non est, facile id suis uerbis poterit explicare.

Plurimi opposcentes, maxime^[3] qui formam illam syllogisticam iactant, adeo sunt morosi, omnino ut nolint respondentes synonyma^[4] uoce uti. Inepte sane^[5] et sophistarum more. Qui enim uerum serio indagat, nugas istas non curat: rem ipsam quaerit, non uerba. Saepe ego, cum e superiori loco aliquid exponerem, idque paucioribus uerbis quam alii proposuissent, coronam totam exclamare audiui, “bene”, “bene”. Nescio an in me talia uerba quadrarent; id scio doctis placuisse, quod alii fortasse reprehenderent.

II. *Respondens perpendat diligenter syllogismi partes et consideret an in forma, an in materia sit uitium. Si in forma, uitium ostendat; si in materia, quae uel sit falsa uel dubia, neget propositionem uel limitet.*

[282] Vtrumque recte. Ex legibus syllogismorum facile dignoscet uitium in forma. Ex iis uero quae diximus de ueritate, dispiciet qualis sit materia.

Quod si in materia est uitium, quadruplici modo responderi solet ex ritu scholarum, seu “in forma”, ut^[6] uocant: 1. si argumentatio nihil ad rem pertinet, thesin non aduersari; 2. si falsa est propositio aliqua, propterea quia non est uniuersalis, negatur; et producto exemplo demonstratur uniuersalem non esse; 3. uel flectitur in opponentem, id est, aduersarium eodem modo confutamus, proferendo^[7] syllogismum alium ex quo eadem^[8] thesis ducatur; 4. Vel limitatur tantum in aliquo casu. Haec respondens. Opponentis uero contrariae sunt partes et singulas responsionis partes contrariis rationibus debet infirmare.

^[1]propria R^2LNV] om. R^1 ^[2]modo R^2LNV] modo id R^1 ^[3]maxime ... iactant R^2LNV] om. R^1 ^[4]synonyma R^2LNV] homonyma R^1 ^[5]sane R^2LNV] illi quidem R^1 ^[6]ut R^2LNV] uti R^1 ^[7]proferendo R^2LNV] adducendo R^1 ^[8]eadem thesis R^2LNV] thesis illa R^1

[281] Regras específicas do respondente

I. *O respondente deve repetir a argumentação tanto quanto possível com as próprias palavras do oponente, ou expô-las de modo abreviado sem restringir o seu sentido.*

Os nossos antepassados estabeleceram sabiamente dever o respondente repetir o argumento na íntegra antes de dar cumprimento a cada um dos assuntos para manifestar ter entendido inteiramente o sentido da argumentação. Se o silogismo for breve, deve ser repetido precisamente pelas mesmas palavras. Se, porém, ele for extenso, proceder-se-á com ponderação; e, sendo exposto segundo um discurso mais breve, apenas com muita clareza. Contudo, estas matérias não são próprias dos principiantes, mas de pessoas mais ilustradas que explicam muitas coisas com poucas. Mas, se o respondente conhecer totalmente a solidez do argumento e não for criança, facilmente poderá explicar este assunto pelas suas palavras.

Muitos oponentes, sobretudo os que rejeitam o modo silogístico, são de tal maneira impertinentes que recusam totalmente – sem dúvida com inépcia e segundo o procedimento dos sofistas – poderem servir-se os respondentes de palavras sinónimas. Mas investigar seriamente a verdade não cuida destas ninharias, procurando conhecer as próprias coisas e não as palavras. Dado ter eu exposto muitas vezes em ocasiões anteriores algo sobre este assunto e com menor número de palavras do que outros se tinham servido, ouvi toda a assembleia exclaimar “muito bem”, “muito bem”. Ignoro se tais palavras condizem comigo, mas sei que elas foram do agrado de pessoas instruídas, talvez porque outras as censuraram.

II. *O respondente deve ponderar com diligência as partes do silogismo e examinar se existe vício formal ou material. Se o vício for formal, ele deve dá-lo a conhecer; se for material, quer a proposição seja falsa, quer duvidosa, deve recusá-la ou restringi-la.*

[282] E com razão em ambos os casos. Com base nas regras dos silogismos, o respondente facilmente reconhece o vício formal. E com base no que afirmei sobre a verdade, ele poderá distinguir o vício material.

Se o vício for material – ou “*in forma*”, como é designado – costuma responder-se de quatro modos, segundo a prática das escolas: 1. se a argumentação não for relativa ao assunto e não infringir a tese, concede-se o silogismo e mostra-se não estar em contradição com a tese; 2. se for falsa uma proposição por não ser universal, deve recusar-se e demonstrar-se pelo exemplo apresentado que ela não é universal; 3. ou então o respondente replica ao oponente, ou seja, refuta de modo idêntico o opositor, expondo outro silogismo com base no qual se infere a mesma tese; 4. ou o respondente se restringe apenas a um caso. Isto é relativo ao respondente. São, porém, opostas as funções do oponente, devendo este refutar cada uma das proposições do respondente com argumentos adversos.

Ouvi muitas vezes alguns disputadores proclamarem dever o respondente servir-se apenas das palavras “nego”, “concedo”, “distingo”. Por isso, se ele acrescentasse alguma coisa, por mais pequena que fosse, de modo a revelar o seu pensamento, estabeleciam imperiosamente e sem elegância dever guardar silêncio. Não há, no entanto, ninguém que não se aperceba de como são inábeis os que pervertem com

Saepe ego clamantes audiui disputatores non nullos non debere respondentem aliis uerbis uti, quam “nego”, “concedo”, “distinguo”. Quod si ille aliquid uel breuissimum addebat ut mentem suam aperiret, imperiose satis^[1] ac inurbane tacere iuebant. Sed quam inepti sint qui talibus tricis grauissimas disputationes conspurcant, nemo est qui non uideat. Immo gratiam haberent, si saperent, respondenti qui expressis uerbis declarat quo sensu uel negat, uel limitat. Quis enim non rideret disputatorem qui sententiam aduersarii sui nollet intelligere, et nihilo secius confutare eum contenderet? Aiunt cognoscere se plane quo sensu alius usurpat. Fabulae. Nam uel quia tamdiu disputant, id unum ostendunt alterum ab altero non intelligi. Secus alteruter finem faceret, nam ipsa rei euidentia ostenderet quam bene diceret.

Rem exemplo illustrabimus. Disputent, si fieri potest, scholasticus, et Gassendianus de accidentium natura hoc modo:

– Scholasticus: “Qui negat accidentia esse in Eucharistia, is quidem negat mysterium. Sed tu ita negas. Negas igitur mysterium”.

– Gassendianus: “Distinguo maiorem: Qui negat accidentia Aristotelica tantum et relinquit alia atomistica, nego; alio sensu, nihil ad nos”.

– Scholasticus: “Veteres episcopi iam inde a primis Christiani nominis saeculis constanter adfirmarunt esse accidentia in Eucharistia. Igitur perpetua traditione habemus esse accidentia in ea”.

[283] – Gassendianus: “Admittatur in praesentia syllogismus”.

– Scholasticus: “Ergo non potes defendere non esse accidentia”.

– Gassendianus: “Non possum defendere non esse accidentia Aristotelica, nego; non esse ulla accidentia subdistinguo,^[2] quia id singuli uidemus et sentimus, concedo; quia est definitum, nego”.

– Scholasticus: “Sed non solum Patres uerum ipsamet ecclesia uniuersalis in concilio Constantiensi contra Wickleffum finiuit esse accidentia in Eucharistia; ergo negare non potes esse accidentia nec confugere ad tuas istas inutiles distinctiones, quia Ecclesia non distinguit accidentia ab accidentibus, sed loquitur generatim”.

– Gassendianus: “Sapientissime disputator, proba quod probandum est. Tu modum egrederis et inaniter declamando contendis, uerumtamen non animaduertis te id probare quod mihi tecum conuenit, ea uero in quibus a te dissentio nec^[3] adtingere, nec intelligere. Oportet ergo constituamus statum controuersiae et intelligas non de dogmate catholico, sed de philosophia disputari, non enim in dubium uocatur sit Christus in Eucharistia, sed natura accidentium inuestigatur. Si quaereres a me quid ego uoco ‘accidentia atomistica’, plane cognosceres te a secundo syllogismo aliud probasse, quam quod probare debuisses. Ego profiteor post consecrationis uerba tolli substantiam panis et uini, Christum autem collocari sub iisdem speciebus uini et panis, quae antea erant et quae adspicimus singuli; idque ut defendam, uitam

^[1]satis ac inurbane *R²LNV*] *om. R¹* ^[2]subdistinguo ..., nego. *R²LNV*] *om. R¹* ^[3]nec adtingere, nec intelligere. *R²LNV*] non adtingere. *R¹*

tais ninharias a gravíssima arte das disputas. Ora, eles, se fossem sensatos, deveriam estar reconhecidos ao respondente, que manifesta explicitamente em que sentido recusa ou restringe as proposições. Quem não faria troça de um disputador que não desejasse entender a opinião do seu opositor e que pretendesse nada menos que refutá-lo? Afirmam eles conhecerem claramente em que sentido os outros se servem das proposições. Fábulas. Com efeito, até por disputarem durante tanto tempo, eles mostram apenas não se entenderem uns aos outros, de contrário poriam fim às disputas, pois a própria evidência do assunto lhes manifestaria como podem exprimir-se correctamente.

Vou esclarecer esta matéria com um exemplo. Discutem, se tal é possível, um escolástico e um gassendista sobre a natureza dos acidentes da maneira seguinte:

– O escolástico: “Quem rejeitar que existem os acidentes na Eucaristia rejeita certamente o mistério; mas tu rejeitas que assim seja; portanto, tu rejeitas o mistério”.

– O gassendista: “Distingo a maior: que eu rejeite apenas os acidentes aristotélicos, mas sustente os atomísticos, recuso; noutra sentido, é-me indiferente”.

– O escolástico: “Asseveraram continuamente já desde os primeiros séculos do cristianismo os bispos antigos existirem os acidentes na Eucaristia; sabemos, portanto, segundo uma tradição ininterrupta que os acidentes existem nela”.

[283] – O gassendista: “Seja aceite neste momento o silogismo”.

– O escolástico: “Não podes, portanto, sustentar não existirem os acidentes”.

– O gassendista: “Recuso não poder sustentar que não existam os acidentes aristotélicos; mas subdistingo não existirem nenhuns acidentes, pois admito que todos nós os vemos e percebemos pelos sentidos; recuso, porém, que eles sejam uma coisa determinada”.

– O escolástico: “Não apenas os Padres, mas também a própria Igreja Universal, definiu no concílio Constanciense contra Wyclif que existem os acidentes eucarísticos; não podes, portanto, rejeitar a existência dos acidentes nem recorrer a essas tuas distinções inábeis, dado que a Igreja não distingue acidentes de acidentes, mas exprime-se genericamente”.

– O gassendista: “Disputador sapientíssimo, demonstra o que deve ser demonstrado. Afastaste-te do assunto e disputas, sem razão, invectivando; contudo, não reconheces que aprovas aquilo em que estamos de acordo, embora não atinjas nem entendas realmente aquilo em que estou em desacordo contigo. É necessário por isso que estabeleçamos o estado da controvérsia e que compreendas que não disputamos sobre o dogma católico, mas sobre filosofia. Com efeito, não se põe em dúvida a presença de Cristo na Eucaristia, mas investiga-se a natureza dos acidentes. Se me perguntares o que denomino ‘acidentes atomísticos’, reconhecerás com clareza teres demonstrado pelo segundo silogismo uma coisa diferente do que devias ter demonstrado. Eu declaro abertamente que após as palavras da consagração são suprimidas as substâncias do pão e do vinho e que Cristo permanece sob as mesmas espécies do vinho e do pão anteriormente existentes, as quais todos nós percebemos, estando eu disposto a dar a vida para defender isso. Advogo,

profundere paratus sum. Hoc ago accidentia non esse ea quae uos putatis, tum contendo multo clarius et facilius explicari ex disciplina recentiorum. Itaque disputatio nostra nihil cum Dogmate habet commune. Cuiusquemodi enim sint accidentia, illud semper manet firmum Christum sub^[1] iis latere. Controuersia igitur in eo est: Quid sint accidentia non modo panis et uini, sed rerum omnium quae in hoc orbe terrae et singulis mundi partibus continentur”.

“Itaque, si sapis, firmis argumentationibus conficere debes perpetuam Ecclesiae doctrinam et traditionem esse, atque fide diuina constare, accidentia panis et uini, quibus alimur, esse talia qualia putant Aristotelici philosophi; ut inde efficias etiam in Eucharistia esse huiusmodi: non enim alia creantur, sed eadem manent. [284] Saltim debes efficere fide haberi diuina in Eucharistia exstare accidentia Aristotelica. Hoc erat probandum, hoc tu non probasti nec probabis, ni fallor. Nam Patres in hoc erant toti ni ostenderent Christum Iesum in speciebus panis et uini delitescere; quales uero essent illae species seu accidentia, non uestigarunt, quia hoc ad finem non pertinet, sed philosophorum est negotium.”

“Quod ais Ecclesiam nec ‘Aristotelica’ nec ‘atomistica’ nominare, sed de accidentibus loqui generatim, recte ais. Sed cur inde colligis^[2] de tuo modo explicandi potius, quam de meo, loqui? Immo uero inferre deberes Ecclesiam dogmata finire aduersum heterodoxos, qui ea negant; ista uero subtilia philosophorum inuestigationi relinquere.”

“Sed quia tu putas te nouum aliquid et reconditum ex Constantiensi concilio sumere, scias te a praeiudicata opinione tua esse deceptum. Enimuero in Constantiensi concilio non fuit disputatum^[3] an in Eucharistia essent accidentia, (quis enim id negat?) sed tantum an reapse esset Christus in ea. Negabat hoc ultimum Wickleffus,³⁴⁵ Concilium autem definit post consecrationem non esse amplius panem et uinum, ut uidetur; sed reapse Christum sub iis^[4] speciebus collocari. Idem confirmatum fuit in Basileensi, Lateranensi sub Innocentio III Florentino et Tridentino, contra haereticos reiicientes dogma transubstantiationis nusquam contra catholicos, qui ex philosophorum decretis uerisimiliter exponunt qualia sint physica accidentia, ut uir

³⁴⁵ Verba erant Wickleffi: “Hostiam consecratam esse corpus Christi tantum in figura et uerum panem in natura, seu uerum panem naturaliter et corpus Christi figuratiter”. Exstant Sess. XV concilii Constantiensis apud Labbeum in *Collectione Conciliorum*, Tom. XVI, columna 242, edit. Venetae. Conferatur Natalis Alexander, *Historia Ecclesiae*, Tom. VIII, cap. 3, art. 22, § 4 et 6.

^[1]sub iis *R²LNV*] in illis *R¹* ^[2]colligis *R²LNV*] ducis *R¹* ^[3]disputatum *R²LNV*] definitum nec disputatum *R¹* ^[4]iis *R²LNV*] illiis *R¹*

portanto, não serem os acidentes aquilo que vós pensais, sustentando que eles podem explicar-se muito mais clara e facilmente segundo a doutrina dos modernos. Deste modo, a nossa disputa nada tem a ver com o dogma. Na verdade, qualquer que seja a natureza dos acidentes, permanece sempre inalterável que Cristo está oculto sob eles. Portanto, a controvérsia consiste nisto: o que são os acidentes, não apenas do pão e do vinho, mas de todas as coisas que estão contidas na esfera terrestre e em todas as partes do mundo”.

“Por conseguinte, se fores sensato, debes inferir com argumentos consistentes existirem na Igreja uma doutrina e uma tradição perpétuas e ser evidente, em virtude do testemunho divino, que os acidentes do pão e do vinho com que nos sustentamos são tais quais os consideram os filósofos aristotélicos, pelo que debes estabelecer, por essa razão, existirem eles na Eucaristia também desse modo, dado não serem criados outros, mas permanecerem os mesmos. [284] E devias ao menos demonstrar, por ser manifestado pelo testemunho divino, existirem na Eucaristia acidentes aristotélicos. Era isto que devia ser demonstrado, mas tu não demonstraste nem o demonstrarás, se não me engano. Com efeito, os Padres estiveram totalmente de acordo ao declararem que Cristo Jesus está oculto nas espécies do pão e do vinho, não investigando, porém, realmente qual seja a natureza dessas espécies ou acidentes, pois isto não é relativo à fé, mas assunto de filósofos”.

“O que afirmas, isto é, que a Igreja não denomina os acidentes nem ‘aristotélicos’ nem ‘atomísticos’, mas que se exprime genericamente sobre os acidentes, afirma-lo com razão. Porém, por que motivo inferes daí exprimir-se ela preferentemente em conformidade com o teu modo de explicar e não com o meu? Pelo contrário, devias inferir que a Igreja definiu dogmas contra os heterodoxos que os recusam. Contudo, estas matérias subtis devem estar reservadas à investigação dos filósofos”.

“Mas por considerares que estabeleceste algo de novo e recôndito de acordo com o concílio Constanciense, debes reconhecer estares enganado com a tua opinião preconcebida. Na verdade, não foi discutido no concílio Constanciense se existem acidentes na Eucaristia (quem efectivamente recusa isso?), mas apenas se Cristo está realmente nela. Wyclif recusava que assim sucedesse;³⁴⁵ porém, o concílio definiu não existirem mais o pão e o vinho após a consagração, ao contrário do que parece, mas estar realmente presente Cristo sob essas espécies. O mesmo foi confirmado no concílio de Basileia e no Lateranense, com Inocêncio III; e também no Florentino e no Tridentino, realizados contra os heréticos que recusavam o dogma da transubstanciação, mas nunca contra os católicos, que explicam com verosimilhança com base nas doutrinas dos filósofos qual seja a natureza dos acidentes físicos,

³⁴⁵ Eram estas as palavras de Wyclif: “A hóstia consagrada é o corpo de Cristo apenas na aparência e verdadeiro pão na sua natureza, ou seja, é verdadeiro pão por natureza e corpo de Cristo de modo singular”. Podem ler-se estas palavras da sessão XV do concílio Constanciense em Labbé, *Collectio Conciliariorum*, t. XVI, col. 242, ed. de Veneza. Cf. Noël Alexander, *Historia Ecclesiae*, t. VIII, cap. 3, art. 22, § 4 e 6.

doctus et pius luculenter probat.³⁴⁶ Haec si tu perspecta habuisses, temperares ab [285] isto argumento plane infirmo quo me in odium uocare conatus es.”

“Possum ego eodem modo ex Patribus et conciliorum decretis ratiocinari. Patres usque ad saeculum XII, diuersa ratione ac scholastici faciunt, accidentia Eucharistica exposuerunt. Item, concilia definiunt post consecrationem manere species in Eucharistia, eaque uoce utuntur perpetuo. Ego defendo species manere. Igitur concilia definiunt quod ego dico. Oppones tu me uitiose inferre, et recte quidem. Cur non idem tuae ego argumentationi reponam?”

Habetis, adolescentes, hic exemplum analysis accuratae quae diuidit propositiones in partes, et principia ex quibus fluunt perpendit. Non hic exemplum adferimus ut uos ad Gassendianorum partes flectamus, quod ipsum et esset maioris otii, et cum per Ecclesiam Catholicam, cuius decreta osculamur,^[1] liceat aliis, id nobis quoque licere nemo sapiens dubitaret: Sed ut in eo intelligatis quam accurate disputent recentiores, ac ex eorum disciplina disceptationes uestras instituatis. Qui enim has disputando regulas non seruant, sed exclamationibus aduersarios confutant, ii quidem magno cum labore consequuntur ut nihil efficiant.

Siue opponens siue respondens a proposito declinet, alterius est eum ad uiam reuocare, et cogere ut id quod in quaestione est refellat. Quod si facient et eam methodum perpetuo retinebunt, alterutrum profecto existet, ut uel opponens omnino probatione careat, uel respondens pugnantia et absurda imprudens admittat, ex quo fiet manifestum uter ueritatem defendat.

SCHOLION

Respondentibus uitio datur quod, cum non habeant quae reponant uel thesin suam confirment argumentis, et ab [286] opponente responsionem expostulent,^[2] uel limitationes et distinctiones, quae prorsus intelligi nequeunt, obrudant; quarum pudeat opponentem ignorare usum et ea^[3] de causa taceat, uel se in sententiam uiri docti et pii disputare adseuerent, quo aduersarium suum in odium adducant. Hi autem monendi sunt ut ab exedra descendant et respondentis munus deserant, si alia uia argumentis aduersariorum nesciunt satisfacere.³⁴⁷

³⁴⁶ Fortunatus a Brixia Franciscanus, in Brixiana Academia Matheseos et Naturalis Philosophiae professor, *Dissertatio Physico-Theologica de Qualitatibus Sensibilibus Corporum*, Brixiae 1740 et auctior anno 1749, in qua ostendit recentiorum explicandi uiam Catholicae Ecclesiae decretis adamussim respondere.

³⁴⁷ Aristoteles^[4] *Topica*, VIII, cap. 4. Respondentem informans praecipit, “ut quiduis agat ne cessisse uideatur”. Hoc est, uictoriam, non ueritatem pro scopo ei ponit. Quod etiam monitum sectatores tam religiose sequuntur, ut nullum unquam uiderim, qui, ut ut ad euentiam usque conuictus, se uictum esse ingenue fateretur. Vnum inter tot inepta recte praecipit Aristoteles, nempe “ne theses plane improbables defendat et ut, cum propositio obscura est, aut non

^[1]osculamur *R²LNV*] exosculamur *R¹* ^[2]expostulent *R²LNV*] requirant *R¹* ^[3]ea de causa *R²LNV*] hoc nomine *R¹* ^[4]Aristoteles ... parati sunt. *R²LNV*] *om. R¹*

como demonstra com clareza um varão douto e virtuoso.³⁴⁶ Se tu tivesses examinado em profundidade estes assuntos, [285] abster-te-ias desses argumentos totalmente inábeis com os quais intentas tornar-me odioso”.

“Eu posso igualmente raciocinar baseando-me nos Padres e nas decisões dos concílios. Até ao século XII, os Padres explicaram com diversos argumentos os acidentes eucarísticos, e também os escolásticos o fazem. Do mesmo modo, os concílios estabelecem permanecerem as espécies eucarísticas após a consagração, servindo-se eles constantemente dessas palavras. Eu defendo que as espécies permanecem; portanto, os concílios estabelecem o que eu afirmo. Tu objectas – sem dúvida com razão – que eu inferi erroneamente. Mas por que motivo não devo eu dizer o mesmo acerca da tua argumentação?”

Aquí tendes, caros jovens, um exemplo de análise diligente que divide as proposições em partes e examina com atenção os princípios de que elas derivam. Não refiro neste lugar o exemplo para vos persuadir a seguirdes a opinião dos gassendistas, pois seria totalmente ocioso; e, dado que a Igreja Católica, cujos decretos reverencio, permite isso aos outros, nenhuma pessoa sensata poria em dúvida ser igualmente permitido para mim. Mas refiro o exemplo para entenderdes como discorrem com diligência os modernos e para estabelecerdes as vossas discussões segundo as suas doutrinas. Aqueles que não observarem estes preceitos nas disputas, mas refutarem os oponentes com gritarias, compreenderão, certamente com grande esforço, que nada estabelecem.

Se o oponente ou o respondente se afastarem do assunto, um deles deve reconduzir o outro ao caminho e compeli-lo a refutar o que estava em discussão. Se eles procederem desta forma e observarem continuamente esse método, decerto um e outro obterão grande proveito. Deste modo, quer o oponente careça totalmente de argumentos, quer o respondente admita irreflectidamente coisas contraditórias e absurdas, torna-se manifesto com base no que ficou escrito qual dos dois defende a verdade.

ESCÓLIO

*Devem acusar-se de erro os respondentes que, não sabendo o que estabelecer para comprovarem com argumentos a sua tese [286] e para solicitarem uma resposta ao oponente, ou impõem restrições e distinções que não podem inteiramente ser entendidas – das quais tem pejo o oponente em desconhecer o uso, razão por que guarda silêncio –, ou asseveram disputarem em conformidade com o parecer de um varão douto e virtuoso, tornando por isso odioso o seu oponente. Ora, eles devem ser aconselhados a ausentarem-se da sala de reunião e a renunciarem à função de respondentes, se não souberem dar satisfação de outro modo aos argumentos dos oponentes.*³⁴⁷

³⁴⁶ Fortunato de Bréscia, franciscano, professor de Matemática e de Filosofia Natural na Academia de Bréscia, manifesta em *Dissertatio Physico-Theologica de Qualitatibus Sensibilibus Corporum* (Bréscia, 1740, com edição aumentada de 1749) que o modo de exposição dos modernos corresponde exactamente aos preceitos da Igreja Católica.

³⁴⁷ Aristóteles (*Tópicos*, VIII, cap. 4), instruindo um respondente, recomenda-lhe que, qualquer coisa que fizesse, não parecesse dar-se por vencido. Ou seja, ele prescreve-lhe como

Praesidentis^[1]

Superest ut de praeside dicamus. Hic in disputationibus adhibetur, ut pueros ferocitate exsultantes et aestu disputationis proposito aberrantes, tamquam domitor exercitatus reuocet in uiam et auctoritate sua contineat, ne impudentiuscule triumphent. Id ut faciat, oportet eum doctrina, prudentia et auctoritate ualere, nec uero id solum, sed optima disputandi uia esse subactum, ut munus suum cum honore tueatur.³⁴⁸

Atque de contentione ueri^[2] inuestigandi causa suscepta hucusque. Ineptum autem est et prorsus pedanticum, ut scite monet Clarus Thomasius, in consuetudine iucunda^[3] et quotidiana disputare aliisque altercando repugnare. Nam cum eiusmodi^[4] exercitationes non ueritatis inueniendae,^[5] sed [287] iucunditatis honestae causa sint institutae, qui iis disceptationes immiscet, quin plurimos sibi reddat inimicos, fieri non potest. Non quod ego probem eos qui in contrarium uitium incidentes imperant sibi omnia adsentari, sed est modus in rebus. Neque enim inurbanum disputatorem, neque adsentatorem agere decorum est.

Sunt qui existiment non licere homini refragari uel parenti uel praeceptorum in re litteraria, immo uero ponunt in uitio, si quis de popularibus suis libere, uti decet amatorem ueri, diiudicat, idque maledicentiae insigni, non officio, tribuunt. Qui quidem quam inepti sint, nullus non uidet. Fatemur tum reuerentiam erga magistratus et maiores, tum moderationem erga omnes, naturae legi esse consentaneam. Hoc agimus bona cum uenia eorum quibus honos habendus est, posse quemlibet, idque per leges, de rebus eruditis iudicare, eaque improbare quae et falsa sunt et ab hominibus^[6] doctis, et quibus decernendi ius est, condemnari solent. Neque enim est officium reuerentiae, parentibus, praeceptoribus, ciuibus suis, aliisque credere

erubescat fateri se eam non intelligere, aut ita distinguat” etc. In quo certe a discipulis deseritur qui et improabilia defendunt et ignorantiam numquam profitentur, immo obscurissima quaeque itemque ea quae nullo modo intelligunt confutare parati sunt.

³⁴⁸ Plura qui uult,^[7] consulat Hanschium, in *Idea Boni Disputatoris*, 1722, 4.

^[1]Praesidentis *R²LNV*] *om. R¹* ^[2]ueri inuestigandi *R²LNV*] ueritatis inquirendae *R¹*
^[3]iucunda *R²LNV*] iucundissima *R¹* ^[4]eiusmodi *R²LNV*] huiusmodi *R¹* ^[5]inueniendae *R²LNV*]
inuestigandae *R¹* ^[6]hominibus doctis *R²LNV*] doctis hominibus *R¹* ^[7]uult *R²LNV*] hauet *R¹*

Regras do presidente

Resta que eu me pronuncie sobre o presidente. Este intervém nas disputas para reconduzir ao caminho, como um domador adestrado, os jovens possuídos pelo arrebatamento e extraviados pela paixão ocasionada pela disputa, e para os moderar com a sua autoridade, a fim de não alcançarem a vitória com insolência. Para ele fazer isto, é necessário que se saliente pela doutrina, pelo bom senso e pela autoridade; e certamente não apenas isso, pois deve também estar instruído segundo um excelente método de disputar para poder cumprir os seus deveres com dignidade.³⁴⁸

Discorri até agora sobre a contenda empreendida em função da investigação da verdade. Contudo, é inábil e totalmente pedante, como adverte o ilustre Thomasius, disputar no trato aprazível e quotidiano e fazer oposição aos outros com alterações. Com efeito, dado que tais procedimentos foram estabelecidos não para a descoberta da verdade, [287] mas em virtude do prazer virtuoso, não pode suceder que quem os confunda com disputas não venha a atrair sobre si muitos inimigos. Não quer dizer que eu dê aprovação àqueles que, caindo no erro oposto, exigem para si que seja dado assentimento a todas as coisas, pois há nas coisas uma justa medida. Na verdade, não é grosseiro um disputador nem é conveniente proceder como um adulator.

Há pessoas que consideram não ser permitido a um ser humano contradizer em assuntos literários tanto os pais como os preceptores; e até estabelecem como sendo vício se algum dos seus concidadãos ajuizar livremente – como convém a quem ama a verdade –, atribuindo isso a uma grande maledicência e não a um dever moral. Decerto todos se apercebem de como elas são inábeis. Reconheço serem consentâneas com a lei natural não apenas a deferência para com os mestres e os antepassados, mas também o comedimento para com todos. Defendo, no entanto, com a benevolência dos que são merecedores de estima, poder legitimamente qualquer pessoa ajuizar a respeito de assuntos que exigem erudição e rejeitar o que é falso, bem como o que costuma ser censurado pelas pessoas doutas que têm o direito de pronunciar-se. Mas não há o dever de deferência para com os pais, os preceptores, os cidadãos, e de depositar confiança nas outras coisas que estão incluídas na razão natural. Com efeito, deve ter-se maior deferência para com a verdade do que para com tudo isso.

objectivo a vitória e não a verdade. Os seus discípulos também tomam tão escrupulosamente em consideração essa advertência que nunca vi nenhum que, embora convencido até à evidência, tivesse confessado sinceramente estar vencido. Entre tantas inépcias, Aristóteles ensina-lhe convenientemente uma só coisa, ou seja, que ele não sustentasse teses totalmente improváveis e que quando uma proposição fosse obscura não tivesse pejo em reconhecer que não a entendeu ou que a distinguisse desta maneira, etc. Certamente, Aristóteles foi rejeitado neste caso pelos seus discípulos, que sustentam coisas improváveis e nunca reconhecem a sua ignorância; ou melhor, eles estão dispostos a refutar quaisquer coisas muito obscuras e mesmo aquelas que de modo algum entendem.

³⁴⁸ Quem desejar possuir mais conhecimentos sobre este assunto consulte Hansch, *Idea Boni Disputatoris*, 1722.

in iis quae naturae ratione continentur. Veritati enim maior, quam iis omnibus, habenda est reuerentia.

Sane non sinunt leges de quibusdam publice disputare, praesertim contra leges ipsas, quia id maxime laedit tranquillitatem reipublicae. Quae uero lege prohibita non sunt, impune possumus defendere. Quinimmo debemus aliquando, uel ex pacto, si demandata est nobis prouincia erudiendi iuuentutem; uel ex debito, si reipublicae intersit ut errores detegantur, artium^[1] corruptores profligentur et sternatur uia aliqua facilis et expedita ad uerum^[2] perueniendi; uel ex officio erga alium, si amicus me rogat ut, quae ueritati conformiora sunt, liquido patefaciam, aut iudicium meum de libro aliquo aperiam; uel ex officio erga me, si calumniator aliquis iniuria mordeat scripta mea meque in periculum, discrimenque trahere conetur. Quod qui faciunt non modo notandi non sunt, sed summo in honore in cultissima^[3] quaque republica haberi debent.

^[1]artium ... profligentur *R²LNV*] profligentur deceptores *R¹* ^[2]uerum *R²LNV*] ueritatem *R¹* ^[3]cultissima *R²LNV*] clarissima *R¹*

Certamente, as leis não permitem disputar publicamente sobre algumas matérias, sobretudo contra as próprias leis, visto que isso prejudica muitíssimo a tranquilidade do Estado. Podemos, porém, defender sem punição o que legalmente não é proibido. E até devemos por vezes fazê-lo, quer em virtude de um acordo, se nos for confiado o encargo de ensinar a juventude, quer em virtude de um dever, se for do interesse do Estado – a fim de serem descobertos os erros, desbaratados os corruptores das artes e aplanado um caminho fácil e expedito para alcançar a verdade –, quer em virtude de uma deferência para com outrem, se um amigo me pedir que eu dê a conhecer com clareza os assunto mais conformes com a verdade ou que exponha o meu parecer sobre algum livro, quer em virtude de um dever para comigo próprio, se um caluniador criticar injustamente os meus escritos e empreender arrastar-me para o perigo e grande risco. Por isso, os que procedem desse modo não devem apenas não ser censurados, mas também ser estimados com a mais alta consideração em todos os Estados mais instruídos.

[288]

LIBRI SEXTI PARS ALTERA
De Explicatione Veri

CAPVT I

De^[1] modo tradendi uerum,
maxime uiua uoce

Sapientis est hominis non modo ueritatem toto pectore inuestigare, sed alios docere eam, tamque perspicue proponere, ut intelligant ii^[2] si ueritatem tenere, et inde talia praecepta ducant quae actiones humanas moderentur nosque in hac uita faciant beatos immo ad supernam beatitatem consequendam quodammodo uiam sternant.

Docemus autem alios uel uoce, uel scripto. Recte et fructuose utrumque, si debito modo fiat.³⁴⁹ Verum usu uenit aliquando ut ii qui nec ueritatem non dicam domestico explorarunt labore, sed ne ab aliis quidem expositam penitus cognouerunt, uano praeceptoris nomine allecti ea [289] aliis inculcent quae rudia et indigesta sunt, et infirmis fundamentis nituntur; atque tenellos puerorum animos talibus sententiis imbuant, tot tamque ineptis onerent doctrinis, ut uix grandiores facti ex^[3] iis se possint opinionibus eximere.^[4] Qui quidem ut stulte moleste esse desinant, docendi nunc sunt quo pacto auditores suos cum operae pretio instituere debeant. De docente primum, postea de scribente dicemus.

³⁴⁹ Non est consilium hoc loco eos monere qui pueros humaniores litteras docent. Nam etiamsi^[5] ex iis quae dicemus plurimum lucis eorum^[6] institutioni adfulgeat, tamen alio modo puelli sunt instituendi, alio et longe diuerso, quod ad materiam spectat, illi qui progressus aliquos habent. De iis igitur in praesentia disputamus tironibus qui grauioribus disciplinis sunt^[7] instituendi.

^[1]De modo ... uoce *R²LNV*] De modo docendi uerum ^[2]ii *R²LNV*] ipsi *R¹* ^[3]ex iis *R²LNV*] ab illis *R¹* ^[4]eximere. *R²LNV*] exuere. *R¹* ^[5]etiamsi ... dicemus *R²LNV*] tametsi ... quae disputabimus *R¹* ^[6]eorum *R²LNV*] illorum *R¹* ^[7]sunt instituendi. *R²LNV*] instituendi sunt. *R¹*

[288]

SEGUNDA PARTE DO LIVRO SEXTO A Exposição da Verdade

CAPÍTULO I

O modo de transmitir a verdade, sobretudo pela conversação

É próprio de um homem douto não só investigar com paixão a verdade, mas também ensiná-la aos outros e expô-la de forma tão evidente que eles reconheçam possuí-la, e infiram dela preceitos de tal natureza que regulem as acções humanas e nos tornem felizes nesta vida; mais que isso, que aplanem de algum modo o caminho para alcançar a suprema beatitude.

Nós ensinamos os outros quer oralmente quer por escrito, e em ambos os casos de modo conveniente e frutuoso, se isso for realizado devidamente.³⁴⁹ Sucede, porém, algumas vezes que aqueles que investigaram a verdade sem esforço pessoal também não a conheceram profundamente enquanto exposta pelos outros. Deslumbrados pela reputação fútil de preceptores, [289] eles incutem nos outros coisas rudes e confusas, apoiando-se em fundamentos inconsistentes; e insinuam nos espíritos delicados das crianças tais opiniões e oprimem-nas com tão grande número de doutrinas enfadonhas que, mais avançadas na idade, dificilmente elas poderão basear-se unicamente nessas opiniões. Decerto, para eles deixarem de se comportar insensatamente como enfadonhos, devem ser instruídos sobre o modo de ensinar convenientemente os seus ouvintes. Vou referir-me em primeiro lugar a quem ensina e em seguida a quem escreve.

³⁴⁹ Não é minha intenção neste lugar advertir os que ensinam às crianças as letras humanas. Na verdade, embora respandeça uma grande luminosidade para a sua instrução com base naquilo que irei referir, contudo, elas devem ser ensinadas de outro modo; e no que respeita à matéria, de modo muito diferente as que fizeram alguns progressos. Vou, portanto, discorrer presentemente sobre estes assuntos para os principiantes que devem ser instruídos nas disciplinas mais severas.

I. *Disputaturus de aliqua disciplina primum det operam, ut eius^[1] originem et uicissitudines dilucide breuiterque exponat. Deinde systema quod traditurus est perspicue explicet, dispertiat in partes, quo facilius tirones earum nexum animo complectantur.*

Naturae ratio persuadet oportere eum qui cum fructu docendus est prius intelligere quid illud sit quod addiscit, quoque modo occeperit et fuerit propagatum, cui usui sit et qualem fructum ex eo mens humana capere possit, ne aliud pro alio accipiat et fallatur. Deinde penitus cognoscere ordinem et nexum partium, et quo illud de quo disputatur pertineat, prius quam ad minutissima quaeque examinanda descendat.

Carent igitur docendi prudentia ii qui, cum pueros artem logicam docere debeant, absumunt tempus omne uniuersalibus et signis tradendis, et huiusmodi sexcentis. Nam si secum reputarent quatenam huic nomini “logica” potestas subiiciatur quemque ad finem fuerit excogitata, plane cognoscerent huiusmodi disputationes, tantum abest ut logicos faciant ineptos^[2] prorsus facere, qui, re aliqua proposita, bene ratiocinentur. Idem de ceteris qui tractatus in utroque Iure, aut Theologia singulatim explicant, esto iudicium.

II. *Docens enarret breuiter et perspicue statum controuersiae, detractis inutilibus.*

Exempli gratia, disputaturus de re physica generatim constituat quid sibi proponat hoc modo: “Non ego uoco ‘physicam’ illud quod Aristoteles, aut Arabes tradiderunt. Nec etiam uoco ‘physicam’ hypotheses istas^[3] quas recentiores non nulli excogitarunt.^[4] Physica est disciplina quae ex certa constantique experientia per argumentationem naturae consentaneam corporis et spiritus proprietates deducit”. Ne ergo aliquis [290] hic me auctoritate uelit confutare, experientia et perspicua ratiocinatione pugnandum est.

Peccant in hanc regulam homines bene multi qui longo sermone et disputationibus sine uno fine productis auditores opprimunt, quin unquam exponant quid sibi uelint talibus argumentis.

III. *Hinc uerba^[5] accurate definiat, si uult ab aliis intelligi, nisi res sit cum iis qui eorum^[6] potestatem norunt.*

In singulis disciplinis frequenter occurrunt uocabula quorum nullam habent ideam tirones. Sua enim lingua philosophi utuntur, sua iurisperiti, sua theologi, quae nisi expedias omnia, tantum apud tirones proficies quantum si Arabice, aut Chaldaice coram indocto perorares.

^[1]eius *R²LNV*] illius *R¹* ^[2]ineptos ... facere *R²LNV*] ut ineptos prorsus faciant *R¹* ^[3]istas *R²LNV*] illas *R¹* ^[4]excogitarunt. *R²LNV*] cogitarunt. *R¹* ^[5]uerba *R²LNV*] terminos *R¹* ^[6]eorum *R²LNV*] terminorum *R¹*

I. *Quem houver de discorrer sobre uma disciplina deve dedicar-se primeiramente à exposição clara e breve da sua origem e das suas vicissitudes, e, além disso, explicar com muita clareza o sistema que deve ser ensinado e dividi-lo em partes para que os principiantes compreendam mais facilmente a sua conexão.*

A razão natural estabelece ser necessário que aquele que deve ser ensinado com proveito entenda primeiramente o que seja aquilo que aprendeu, como lhe foi transmitido, como foi divulgado, para quem teve utilidade e qual o fruto que a mente humana pode obter disso para não tomar uma coisa por outra e não ser induzida em erro. Por outro lado, importa conhecer em profundidade a ordem e a conexão das partes e aquilo sobre que se discorre antes de proceder ao exame dos assuntos mais subtis.

Estão, portanto, desprovidos da capacidade de ensinar os que, devendo ensinar aos jovens a arte lógica, consomem todo o tempo no ensino dos universais e dos sinais e de um grande número de assuntos deste género. Com efeito, se eles reflectissem consigo próprios sobre a significação subjacente à palavra “lógica” e sobre a finalidade para que a lógica foi pensada, conheceriam com clareza que tais discussões se apartam de tal modo do procedimento dos lógicos que os tornam totalmente inábeis para raciocinarem convenientemente sobre qualquer assunto proposto. Deve fazer-se o mesmo juízo a respeito de outros que explicam pormenorizadamente os tratados de um e de outro Direito, ou os tratados de Teologia.

II. *Quem ensina deve explicar com brevidade e muita clareza o estado da controvérsia, omitindo o que é supérfluo.*

Por exemplo, quem houver de discorrer sobre a física em geral deve estabelecer o que se tinha proposto do seguinte modo: “Não denomino ‘física’ o que ensinaram Aristóteles ou os Árabes; e nem sequer denomino ‘física’ as hipóteses que alguns modernos imaginaram. A Física é a disciplina que com base em experiências rigorosas e constantes infere por meio da argumentação, de acordo com a natureza, as propriedades do corpo e do espírito”. Por conseguinte, [290] para que alguém não pretenda refutar-me neste momento com a sua autoridade, deve contestar-se por meio da experiência e do raciocínio evidente.

Muitíssimas pessoas pecam contra este preceito, importunando os ouvintes com discursos prolixos e com disputas realizadas sem nenhuma finalidade, nunca explicando o que pretendem dizer com os seus argumentos.

III. *Quem ensina, se desejar ser entendido pelos outros, deve definir cuidadosamente as palavras, a não ser que eles tenham conhecimento da sua significação.*

Ocorrem com frequência em todas as disciplinas vocábulos de que os principiantes não possuem nenhuma ideia. Com efeito, os filósofos servem-se da sua própria linguagem, tal como os jurisconsultos e os teólogos da sua; mas, excepto se os explicássemos a todos eles, obteríamos tantos progressos dos principiantes como se perorássemos em arábico ou em caldeu perante um ignorante.

III. *Ex definitionibus axiomata, ex his theoremata colligat; quae illorum ope sunt demonstranda. Sic totum systema doctrinae contextat.*³⁵⁰

V. *Omnia exemplis illustret perspicuis et quotidianis. Immo quo magis a sensibus res fuerit abstracta, exemplis magis usitatis utetur.*

Incredibile dictu est quam facile huiusmodi exemplis doctrina quaeque in animos tironum, immo et proeuectorum inlabatur, quamque alte infigatur eisdem. Hanc docendi uiam ueteribus scholasticis incognitam, recentiores aliqui praesertim Germani, summo cum plausu induxerunt, ut Thomasius, Rudigerus, Wolfius, eiusque^[1] sectatores Heineccius, Syrbius, ceteri. Qui si exemplis magis usitatis et de rebus quotidianis^[2] uterentur, nihil ultra^[3] in iis desiderarem.

VI. *Quae faciliora sunt et ad reliqua percipienda sunt necessaria, prius explicentur.*

Haec est praecipua methodi syntheticae lex, quam qui seruant, ut geometrae faciunt, ii multo clarius sensa sua declarant, et multo certius efficiunt quod uolunt.

Disputatum est acriter superiori saeculo de huius regulae utilitate et usu. Nam auctor *Artis Cogitandi*^[351] [291] defendit, post Petrum Ramum, eam^[4] methodum esse clariorem, in qua omnia quae de aliqua materia dici possunt uno capite comprehenduntur. Quae est methodus scholasticorum et iuuandae memoriae non parum est accommodata. Hinc et ipse et paullo post Bernardus Lamyus, e Congregatione Oratorii Beruliani, *Elementa Geometrica* tali methodo conscripserunt. Quem nostra aetate secuti^[5] sunt uiri clari Corsinius de Clericis Regularibus Scholarum Piarum, Clairautius^[6] Academiae Parisiensis sodalis, aliique qui in superioribus illis quaedam emendarunt.

Verum celebriores philosophi, quos inter Wolfius,^[352] constanter defendunt ueterem^[7] methodum syntheticam omnino praefereendam esse iis qui ad ueritatis interiora penetrare contendunt, propterea quod et ordo facilius est et mentem maiori claritate perfundit. Hac methodo et ipse Wolfius et alii plures in suis scriptis philosophati sunt. “Veterem”^[8] dixi, nam etiam superiores illi huic malo bene occurrerunt.

³⁵⁰ Haec non omnibus disciplinis eadem ratione possunt acomodari. Curemus tamen ut hanc docendi uiam, quantum per materiam licet, persequamur.

³⁵¹ Part. III, cap. 9 et 10.

³⁵² In *Elementis Logicae Germanicae*, cap. 9 et in *Logica Latina*.

^[1]eiusque *R²LNV*] huiusque *R¹* ^[2]quotidianis *R²LNV*] quae sunt quotidianae *R¹* ^[3]ultra *R²LNV*] amplius *R¹* ^[4]eam *R²LNV*] illam *R¹* ^[5]secuti sunt *R²LNV*] imitatus est *R¹* ^[6]Clairautius ... emendarunt. *R²LNV*] *om. R¹* ^[7]ueterem *R²LNV*] *om. R¹* ^[8]Veterem ... occurrerunt. *R²LNV*] *om. R¹*

IV. *Quem ensina deve inferir, com base nas definições, os axiomas; e, com base nestes, os teoremas, que devem ser demonstrados por meio daqueles. Assim se encadeia todo o sistema de doutrina.*³⁵⁰

V. *Quem ensina deve esclarecer todos os assuntos com exemplos claros e familiares. Além disso, quanto mais os assuntos tiverem sido abstraídos da percepção sensível tanto mais devemos servir-nos de exemplos vulgares.*

É incrível de se dizer como é fácil fazer penetrar, com tais exemplos, uma doutrina nos espíritos dos principiantes, até dos mais provecetos, e como é fácil incuti-la neles profundamente. Este modo de ensinar, desconhecido dos antigos escolásticos, foi instaurado com sumo aplauso por alguns modernos, sobretudo alemães, nomeadamente por Thomasius, por Rudiger, por Wolff e pelos seus discípulos Heinecke, Syrbius e outros. Se nos servirmos dos exemplos mais comuns e em conformidade com a realidade quotidiana, nada mais podemos desejar que diga respeito a esta matéria.

VI. *Devem expor-se primeiramente os assuntos mais fáceis e os que são necessários para entender os outros.*

É esta a principal regra do método sintético, e quem a observar, como procedem os géometras, manifesta com muito maior clareza os seus pensamentos e estabelece com muito maior certeza o que defende.

Discorreu-se acerrimamente no século anterior sobre a utilidade e o uso desta regra.³⁵¹ Com efeito, o autor de *A Arte de Pensar* asseverou, [291] posteriormente a Petrus Ramus, que aquele método é mais claro e que estão nele incluídas num único princípio todas as coisas que podem afirmar-se de qualquer matéria. Este método é próprio dos escolásticos e também bastante apropriado para auxiliar a memória. Por isso, aquele autor e posteriormente Bernard Lamy, da Congregação do Oratório Beruliano, redigiram em conformidade com esse método uns *Elementos de Geometria*. Seguiram esse método actualmente o ilustríssimo Corsini, dos Clérigos Regulares das Escolas Pias, Clairaut, meu confrade da Academia de Paris, e outros que realizaram correcções nos autores supracitados.

Contudo, os filósofos mais notáveis, entre os quais Wolff,³⁵² sustentaram unanimemente que o antigo método sintético deve ter total preferência por quem pretender penetrar no mais íntimo da verdade, dado ser um método mais fácil e impregnar a mente com maior ilustração. Não apenas Wolff, mas também muitos outros, filosofaram nas suas obras servindo-se desse método. Eu tinha dito “antigo”; na verdade, também os autores supracitados solucionaram com sucesso este problema.

³⁵⁰ Isto não pode conformar-se com todas as disciplinas de forma idêntica. Cuidemos, porém, em prosseguir em conformidade com este modo de ensinar tanto quanto for permitido pela matéria.

³⁵¹ Quarta parte, caps. 9-10.

³⁵² Em *Elementa Logicae Germanicae*, cap. 9, e em *Logica Latina*.

VII. *Vnum systema doctrinae condere et ex certis principiis quae inde nascuntur omnia explicare.*

Nam si disciplinae partes recte connectat, non modo sua confirmare, sed quae ab aduersariis obiiciuntur nullo negotio et solide et perspicue infirmare poterit.

Peccarunt in hanc legem ueteres philosophi ac theologi, Alexandrini praesertim, qui ex doctrinis omnino contrariis putidissimum syncretismum commenti sunt. Peccant etiam recentiores non nulli qui, cum sibi dedecori tribuant, aliqua nescire, omnia systemata sine^[1] ullo discrimine animo perlustrant, modo Cartesii, modo Newtoni pronuntiata sua faciunt; et ex principiis omnino diuersis easdem conclusiones inferre^[2] conantur.

VIII. *Fontes ex quibus argumenta sumi debent secernere, ex singulis singula deriuare, quo facilius auditorem cogat ut iis adsentiat.*

Munus est docentis praecipuum non solum uerum docere, sed tam firmiter tamque perspicue docere, omnino ut auditorem fateri cogat “ita esse”. Hoc enim uocamus “conuincere argumentis”. Quod si infirmis argumentis hominem mouet, non^[3] est conuictio, sed persuasio. Ideoque^[4] quam [292] accurate principia distinguere debet. Quae euidenti sensione, aut perspicua^[5] argumentatione fiunt nota, demonstranda sunt. Quae probabilitate continentur, ex hypothesi probabili sunt illustranda. Ea uero quae auctoritate tantum definiunt, ut historia, ex legibus probabilitatis determinanda sunt.

VIII. *Docens non rationum copia obruat auditorem, non oratoriae pigmentis illius aures demulceat et deludat, sed paucis perspicuisque argumentationibus et eloquentia natiua hominem cogat, ut adsentiat.*

Incidunt^[6] quam saepissime in hoc flagitium non indocti homines, sed plerumque doctiores ac ingenti eruditione perfusi, si prudentiam docendi non habent.³⁵³ Hi enim

³⁵³ Peculiare hoc fuit uitium XVI saeculi, immo et XVII scripta^[7] quaeque plurima et abstrusa eruditione exornare,^[8] auctorum uerba et huius^[9] generis alia transcribere et conglobare, ut polygraphi uiderentur. In hunc censum, ut innumeros^[10] praeteream, referuntur e theologis Ioannes Picus Mirandulanus, Erasmus Roterodamus, Cornelius a Lapide, Bonfrerius, Serarius, Pererius, alii; immo et ipse Huetius in *Demonstratione Euangelica, et Ainetanis*. Ex philologis uterque^[11] Scaliger, Gerardus Ioannes Vossius, Turnebus, Salmasius, Caussin, et innumeri alii. Ex politicis Grotius, Seldenus, Contzenus, aliique. Ex^[12] iurisperitis maxime pragmaticis, fere omnes, nec non et philosophi satis multi. Ex mathematicis familiam ducit Clauius. Verum hoc saeculo sanior doctorum pars, id tamquam ineptum et pedantarum familiare uitium, profligat et abhorret.

^[1]sine ... discrimine *R²LNV*] indiscriminatim *R¹* ^[2]inferre conantur. *R²LNV*] cogunt. *R¹* ^[3]non est *R²LNV*] tunc non est *R¹* ^[4]Ideoque ... debet. *R²LNV*] Adeoque accuratissime principia debet distinguere. *R¹* ^[5]perspicua argumentatione *R²LNV*] argumentatione perspicua *R¹* ^[6]Incidunt ... flagitium *R²LNV*] Peccant hoc peccatum *R¹* ^[7]scripta quaeque *R²LNV*] libros *R¹* ^[8]exornare *R²LNV*] ornare *R¹* ^[9]huius ... conglobare *R²LNV*] huiusmodi sexcenta conglobare *R¹* ^[10]innumeros *R²LNV*] multos *R¹* ^[11]uterque Scaliger *R²LNV*] Iosephus Scaliger *R¹* ^[12] Ex iurisperitis ... multi. *R²LNV*] Iurisperiti et philosophi nimis multi. *R¹*

VII. *Quem ensina deve estabelecer um só sistema de doutrina e expor todos os assuntos fundando-se em certos princípios que nele se originam.*

Com efeito, se ele associar convenientemente as partes da disciplina, não apenas confirmará os seus princípios, mas poderá também refutar sem dificuldade de forma consistente e evidente as objecções dos opositores.

Os filósofos e os teólogos antigos pecam contra este preceito, sobretudo os alexandrinos, que com base em doutrinas totalmente opostas inventaram o absurdo sincretismo. Pecam também alguns modernos que, considerando ser vergonhoso desconhecerem alguns assuntos, acreditam sinceramente não existirem diferenças entre todos os sistemas, fazendo suas as proposições quer de Descartes, quer de Newton, e procurando com empenho inferir conclusões a partir de princípios totalmente distintos.

VIII. *Quem ensina deve reconhecer as fontes com base nas quais os argumentos devem ser estabelecidos e fazer derivar umas coisas de outras para que o ouvinte seja coagido a dar-lhes assentimento.*

O dever principal de quem ensina não é apenas ensinar a verdade, mas ensiná-la com tanta firmeza e clareza que ela coaja totalmente o ouvinte a confessar: “É assim mesmo”. Chamo a isto “convencer com argumentos”. Mas, se ele induzir alguém com argumentos frágeis, não é convicção, mas persuasão. Por isso, [292] ele deve distinguir os princípios com o maior cuidado possível. Aquilo que se torna conhecido por uma sensação clara ou por uma argumentação evidente deve ser demonstrado. E aquilo que está baseado na probabilidade deve ser explicado por hipótese prováveis. E aquilo que é estabelecido apenas pela autoridade, como no caso da história, deve ser regulado pelas leis da probabilidade.

IX. *Quem ensina não deve oprimir o ouvinte com grande número de argumentos nem afagar os seus ouvidos com ornamentos de oratória e induzi-lo em erro, mas coagi-lo com poucas e evidentes argumentações e com uma eloquência natural para ele dar o seu assentimento.*

Caem muitíssimas vezes neste erro não os ignorantes, mas em geral as pessoas mais dotas dotadas de vasta erudição, se não possuírem competência para ensinar.³⁵³

³⁵³ Foi um erro peculiar do século XVI e mais ainda do século XVII ornar todos os escritos com muito abundante e abstrusa erudição; e aglomerar as palavras dos autores, e também transcrever outras coisas deste género para parecerem polígrafos. Omitindo muitos deles, devem incluir-se neste rol, entre os teólogos, Giovanni Pico della Mirandola, Erasmo de Roterdão, Cornelius a Lapide, Bonfrère, Serário, Pereira e outros; e mesmo o próprio Huet nas obras *Demonstratio Euangelica* e *Alnetanus*; entre os letrados, ambos os Escalígero, Gérard Ioannes Vossius, Turnêbe, Saumaise, Caussin e inumeráveis outros; entre os políticos, Grócio, Selden, Contzen e ainda outros; entre os juriconsultos, sobretudo os legistas, quase todos eles; e também muitos filósofos; entre os matemáticos, Clávio é o mais importante. Porém, no século actual, mais florescente, a maior parte das pessoas instruídas extirpa esse erro como sendo algo inábil e próprio de pedantes.

auditores suos copia doctrinae abstrusioris onerant praeter modum, tantoque ingenii aestu interdum abripiuntur, ut uel sine ullo fine scribant, uel abeant in declamationem. Oportet ergo docens habeat non illam declamatoriam eloquentiam quae propria est fori quaeque obruit mentes puerorum eosque flectit motione adfectuum magis quam euidencia ueritatis, sed germanam aliam et natiuam eloquentiam quae omnia perspicue et iucunde exponat. Deinde iudicium quo examinet, quaenam^[1] eruditio accommodata, quaenam^[2] superuacanea sit, et omnino ableganda.

Haec omnibus doctoribus utilia et necessaria sunt, quamcumque ipsi disciplinam profiteantur. Sunt tamen [293] peculiaria praecepta^[3] boni et diligentissimi doctoris quique auditores suos cum operae pretio informare cupit, quae hic exponere non paenitebit.

1. Vt rationem habeat aetatis et ingenii puerorum, et praeceptiones suas ad uniuscuiusque accommodet palatum.

2. Vt plano et familiari sermone omnia explanet,^[4] eosque frequenter interroget an uerborum sensum sint adsecuti; sin minus, domestica lingua singula enarret.

3. Cumque non scholae, sed uitae commodo discamus et in omni uitae parte iudicandi facultas praecipuum usum habeat, curet praeceptor ut pueros in arte, quam tractat, debito modo erudiat, eosque recte de rebus iudicare potius, quam eas memoriter recitare, doceat; nec memoriam incondita eruditione fatiget. Vis enim ac facilitas iudicandi nisi sub praeceptore comparetur, uix aut ne uix quidem comparatur, eruditio uero tempore potest adquiri.

4. Hinc temperet sibi doctor a consuetudine praepostera congerendi^[5] auctorum nomina et sententias, quod sane quam frequentissimum in scholis est. Quae enim perspicua ratione continentur, auctoritatis scriptorum non egent. Quae ex probabili hypothesi illustrantur, unius aut alterius scriptoris nomine confirmare sat est. Ea uero quae ex historia promi debent, paucis testimoniis, sed integrae fidei fulcienda sunt, non enim numero haec iudicantur, sed pondere.

5. Hinc caueat a confutandis iis qui in contrariam partem disputant, si cum tironibus res erit, quos huiusmodi rebus fatigare ineptum est. Quod si auditores fuerint magis^[6] prouecti, iis etiam religiones seu scrupuli sunt eximendi. Quare primum sententia quae opponitur summa fide et claritate est exponenda. Deinde ex nostris principiis solide infirmanda est.

6. Hinc temperet sibi doctor ac studio nouandi et aliquid paradoxum et mirabile proponendi. Sunt enim homines qui maiorum sententias mordicus defendant, ut pe-

^[1]quaenam *R²LNV*] qualis *R¹* ^[2]quaenam *R²LNV*] qualis *R¹* ^[3]praecepta *R²LNV*] praecepta quaedam *R¹* ^[4]explanet *R²LNV*] explicet *R¹* ^[5]congerendi *R²LNV*] conglobandi *R¹* ^[6]magis prouecti *R²LNV*] prouectiores *R¹*

Elas oprimem desmedidamente os seus ouvintes com grande número de doutrinas abstrusas e arrebatam-nos por vezes a tal ponto com a veemência da imaginação que ou eles escrevem sem nenhuma finalidade ou renunciam ao assunto, optando por um discurso trivial. Portanto, é necessário que quem ensina possua não a eloquência declamatória própria do foro, que obstrui a mente dos jovens e os demove do impulso dos sentimentos afectuosos ainda mais que da evidência da verdade, mas a verdadeira e natural eloquência que expõe todos os assuntos com muita clareza e de modo aprazível. Além disso, é necessário um juízo com o qual ele examine quais sejam os conhecimentos apropriados, quais os supérfluos e quais devem excluir-se totalmente.

Estas coisas são úteis e necessárias para todos os mestres, qualquer que seja a disciplina que ensinem. São, contudo, preceitos específicos [293] para um hábil e diligentíssimo mestre que deseje ensinar adequadamente aos seus ouvintes aqueles que não me arrependerei de expor neste momento.

1. Que ele possua o conhecimento da idade e da capacidade intelectual das crianças e ajuste as suas doutrinas ao paladar de cada uma delas.

2. Que ele exponha todos os assuntos numa linguagem simples e familiar e pergunte com frequência às crianças se compreenderam o sentido das palavras, de contrário deve expor cada um dos assuntos numa linguagem familiar.

3. Dado que não aprendemos propositadamente para a escola, mas para a vida, e em toda a nossa vida a faculdade de ajuizar tem um uso precípua, o preceptor deve ocupar-se devidamente da instrução das crianças na arte que ele exerce e ensiná-las a pensar de modo adequado sobre as matérias e não a recitá-las de cor; e não deve fatigar a sua memória com um saber confuso. Com efeito, a capacidade e a aptidão para ajuizar, se não forem adquiridas com um preceptor, dificilmente, ou nem sequer dificilmente, o saber poderá ser obtido na ocasião propícia.

4. O mestre deve abster-se do hábito despropositado de acumular nomes e opiniões de autores, o que, sem dúvida, é muitíssimo frequente nas escolas. Aquilo que está contido no pensamento não necessita da autorização dos autores. E aquilo que é explicado por uma hipótese provável confirma-se suficientemente pela reputação de um ou dois escritores. E aquilo que deve ser manifestado pela história deve apoiar-se em poucos testemunhos, mas fidedignos, pois não ajuizamos sobre estas coisas em função do número, mas da autoridade.

5. O mestre deve evitar refutar os que discorrem em sentido oposto, se o assunto for relativo aos principiantes, pois é inábil mortificá-los com essas coisas. Mas, se os ouvintes forem mais provecos, devem também ser libertados do temor ou escrúpulo religioso. Deve por isso expor-se em primeiro lugar com a máxima fidelidade e clareza a opinião oposta e seguidamente refutá-la com firmeza com base nos meus princípios.

6. O mestre deve abster-se do desejo de inovar e de expor algo paradoxal e singular. Há quem defenda obstinadamente opiniões dos antepassados, como todos os peripatéticos. E há quem proceda contrariamente e se aplauda a si próprio, se

ripatetici omnes. Sunt qui in contraria currunt et sibi plaudunt, si aliquid insolens et inauditum comminiscuntur, quo ingenii laudem aucupentur. Hinc Cartesii, Gassendi, Honorati Fabri, Malebranchii, Saguensii, aliorumque hypotheses, quas uix homines studiis contriti recte^[1] percipiunt, sibi sumunt; easque misellis pueris instillant, maximo cum [294] eorum^[2] damno. Occurrendum ergo est iis, ne reipublicae malo ineptiant. Non enim quae uetera, aut quae noua, sed quae uera, aut uerisimilia sunt, uiris^[3] prouectis, ne dum pueris, sunt tradenda.

7. Hinc alterum monitum est ut ne pueros in scholis fatigent scribendis libris. Mirabile uidetur quod non aduertant praeceptores et gymnasiarchi quam perniciosa sit rectae puerorum institutioni ista scribendi consuetudo. Defatigantur pueri describendis rebus quas non percipiunt.^[4] Deinde auctorum nomina, uocabula, numeros, periodos, omnem denique orthographiam adeo deprauant, idque ex festinatione excipiendi, ut Turcice, aut Arabice scripti uideantur; quique proinde nulla industria^[5] explicari, nulla cum uoluptate legi possunt. Deinde elegantiam characterum corrumpunt, ut omnibus notum^[6] est. Deinde tempus scribendo consumunt quod in addiscendis disciplinis ponere^[7] deberent. Deinde odio habent et scholas et litteras, propterea quod ad eas, tamquam in aliquod pistrinum, detruduntur, ut ibi dies noctesque torqueantur, ea scribendo et memoriter recitando quae non intelligunt.^[8]

8. Hinc seligendus est auctor typis aeneis descriptus, qui breuiter dilucideque singula proponat et ex perspicuis principiis uia ac ratione definiat. Quem prius quam explicet, narrare adolescentibus debet auctoris uitam et^[9] controuersias, si quas doctrinae caussa habuit, pretium operis, methodum, stilum. Tum in singulis controuersiis admonere utilis, an inutilis sit. Si qua uero non commode dicta ostenderit, aut praetereat aut moneat auditorem suum, ne decipiatur.

9. Hinc explorare debet praeceptor quem finem auditor in studiis sibi posuit, quo expeditiorem uiam ad eum consequendum sternat. Alio enim pacto, ut monet uir doctus,^[10] instituendus est princeps, alio priuatus; alio masculus, alio femina; alio nobilis, alio plebeius. Non quod alia et alia sint praecepta, sed alia et alia eandem institutionem tradendi uia. Similiter, alia ratione imbuendus est candidatus Iuris qui antecessor fieri cupit; alia, qui ad forum contendit; alia, qui ad ministerium aulicum. Ita quodam modo institui debet candidatus Theologiae qui pro fine habet haereticos confutare et Theologiam Polemicam profiteri, alio [295] is qui in homiliis, et contionibus excellere et adfectus plebis oratoriae artis flosculis excitare uult, alio ille qui catholica doctrina contentus uitam doctrinae consentaneam comparare studet.

^[1]recte *R²LNV*] *om. R¹* ^[2]eorum *R²LNV*] discipulorum *R¹* ^[3]uiris prouectis *R²LNV*] hominibus *R¹* ^[4]percipiunt. *R²LNV*] intelligunt. *R¹* ^[5]industria *R²LNV*] arte *R¹* ^[6]notum *R²LNV*] notissimum *R¹* ^[7]ponere *R²LNV*] absumere *R¹* ^[8]intelligunt. *R²LNV*] percipiunt. *R¹* ^[9]et controuersias ... caussa habuit *om. R¹* ^[10]doctus *R²LNV*] doctissimus *R¹*

inventar algo insólito e inaudito com o qual alcance o apreço pelo seu talento. Eles admitem por isso as hipóteses de Descartes, de Gassendi, de Honorato Fabri, de Saguens e de outros, as quais dificilmente as pessoas dedicadas aos estudos entendem convenientemente. E eles inculcam essas coisas nas pobres crianças com enorme dano para elas. [294] Deve, portanto, fazer-se-lhes oposição para não dizerem parvoíces em detrimento do Estado. Com efeito, não é por serem antigas ou modernas, mas verdadeiras ou verosímeis, que devem ser ensinadas aos varões propectos certas coisas, e menos ainda às crianças.

7. O mestre deve ser aconselhado a que as crianças não se fatiguem a escrever livros nas escolas. Parece digno de espanto que os preceptores e os gimnasiarcas não advirtam como é pernicioso esse hábito de escrever para ensinar convenientemente as crianças. Afadigam-se as crianças a escrever coisas que não entendem. Por outro lado, elas alteram de tal modo os nomes dos autores, os vocábulos, os números, os períodos e, por fim, toda a ortografia com a precipitação em tratar os assuntos que os seus escritos parecem realizados em turco ou em arábico, não podendo por isso ser de modo algum explicados nem lidos com agrado. Além disso, elas corrompem a elegância das letras, como é do conhecimento de todos. E o tempo que deviam dedicar a aprender as disciplinas consomem-no a escrever. Por último, elas odeiam a escola e as belas-letas, porque são atiradas para elas como se fossem para algum lugar de tortura, e mortificam-se dia e noite a escrever e a repetir de memória aquilo que não entendem.

8. Deve dar-se preferência a um autor que escreva com rigor, que exponha com brevidade e clareza cada um dos assuntos e os explique com método e bom senso. Mas antes de explicá-los, ele deve dar a conhecer aos jovens a vida e as controvérsias dos autores – se as considerar como causa das suas doutrinas –, o valor das obras, o método e o estilo, e em seguida referir se tudo isso foi ou não vantajoso em cada uma das suas controvérsias. Porém, se ele não fizer compreender convenientemente as suas palavras, deve omiti-las ou advertir os seus ouvintes para que eles não sejam induzidos em erro.

9. O preceptor deve verificar qual foi a finalidade que o ouvinte se propôs nos estudos, a fim de aplanar o caminho mais expedito para ele poder alcançá-la. De facto, é de forma diferente – como adverte um varão douto – que devem ser ensinados um príncipe, um simples cidadão, um varão, uma mulher, um nobre, um plebeu. Não quer isto dizer que os preceitos sejam diferentes, mas é diferente o modo de ensinar a mesma doutrina. De forma semelhante, deve ser ensinado diferentemente um aspirante a jurista que deseje tornar-se professor de Direito, bem como de modo diferente quem disputar o foro e ainda de modo diferente quem pretender um ofício na corte. Também deve ser ensinado de forma diferente um aspirante de Teologia que tenha como finalidade refutar os heréticos e professar a Teologia Crítica, [295] ainda de outra forma o que desejar sobressair nas homílias e nas assembleias do povo e estimular as paixões da plebe com os ornamentos da arte oratória, e igualmente de outra forma o que, satisfeito com a doutrina católica, desejar estabelecer uma vida de acordo com essa doutrina.

His addo tria praecepta, quae doctore maxime necessaria sunt:

10. Vt amanter auditores excipiat ac eorum inscientiam^[1] commiseretur, et cum aliquid uel clarum sibi explanari^[2] petierint, patienter edoceat.

11. Vt eos garriendi cupiditate luxuriantes coërceat, et a uoluptatis illecebris quae, pro dolor! adolescentiam commaculant ad solidam uirtutem dextere ac potenter^[3] contorqueat.

12. Vt adsiduo labore doceat, nec studia aut frequentibus uacationibus, aut aliis diuersis studiis interrumpat; tamen non ita grauet pueros, ut eos perpetuo^[4] exerceat. Iuuat enim multum seueriora studia quadam^[5] animi relaxatione intermittere, ut inde uegetiores euadamus.

SCHOLIION

Wolfius et alii disputant hoc loco de modo aduersarios “refutandi” et se “defendendi”, et de utroque nimis multa praecepta tradunt. Scio id utilitate non carere et prouectioribus multum adferre luminis, quo accuratius scribant. Verum si istis supersedeam, censeo magis a me utilitati tironum esse consultum. Quae enim ad utrumque adsequendum necessaria praecepta sunt, dilucide et copiose hoc libro sunt disputata;³⁵⁴ et si ea recte intelligantur, uix aliud ad id efficiendum erit necessarium.

CAPVT II

De^[6] modo tradendi uerum libris conscriptis

I

Si modo uoce non possumus aliis doctrinarum fontes ostendere, quod iis solis datum est qui antecessores publicique professores sunt constituti,^[7] facillime id scripto [296] facimus quorum ope doctrinam nostram cum aliis communicamus.

Quod si quam facile litteris exprimimus ea quae uolumus, tam item facile cogitata nostra recte atque ordine declarare possemus, beati essemus, quod secus est. Nam nisi studiis et meditatione contriti, sensa nostra apte et conuenienter aperire non

³⁵⁴ Part. I, cap. 3. Vide etiam sequens caput num. VI.

^[1]inscientiam *R²LNV*] ignorationem *R¹* ^[2]explanari *R²LNV*] declarari *R¹* ^[3]potenter *R²LNV*] efficaciter *R¹* ^[4]perpetuo exerceat. *R²LNV*] exerceat perpetuo. *R¹* ^[5]quadam *R²LNV*] aliqua *R¹* ^[6]De modo ... conscriptis *R²LNV*] De modo conscribendi libros *R¹* ^[7]constituti *R²LNV*] designati *R¹*

Acrescento a este assunto três preceitos extremamente necessários para um mestre:

10. Que acolha afectuosamente os ouvintes e se compadeça da sua ignorância, e os ensine com paciência quando eles solicitarem que lhes seja explicado algo com clareza.

11. Que modere os que se excedem no desejo de tagarelar e os afaste com destreza e eficácia das seduções do prazer (oh dor!) que mancham a juventude, no sentido de uma virtude duradoura.

12. Que ensine com dedicação constante e não interrompa os estudos, quer com ausências frequentes, quer com outras diversas ocupações. Contudo, não deve oprimir de tal modo as crianças que as moleste continuamente; com efeito, é muito útil interromper os estudos mais severos com um certo repouso do espírito para ficarmos mais vigorosos.

ESCÓLIO

Wolff e outros autores discorrem neste lugar sobre o modo de “refutar” os oponentes e de se “defenderem” a si próprios, ensinando em ambos os casos muitos preceitos. Eu sei que isso não é desprovido de utilidade e que proporciona grande esclarecimento às pessoas mais provecas para escreverem com maior precaução. Porém, omitindo estes casos, penso que terei considerado mais a utilidade dos principiantes. Com efeito, os preceitos necessários para alcançar uma e outra daquelas finalidades são apresentados clara e copiosamente neste livro;³⁵⁴ e, se eles forem entendidos de modo adequado, dificilmente será necessário recorrer a algo diferente para o realizar.

CAPÍTULO II

O modo de transmitir a verdade pelos livros escritos

I

Se não podermos manifestar de viva voz aos outros as fontes das doutrinas – o que apenas é concedido àqueles que, como professores, foram instituídos como mestres para a utilidade pública –, realizamos isso muito facilmente por meio de escritos, [296] através dos quais comunicamos aos outros a nossa doutrina.

Seríamos afortunados se, com a facilidade com que exprimimos por escrito o que desejamos, pudéssemos com igual facilidade, e com exactidão e ordem, dar a conhecer os nossos pensamentos; mas acontece de forma diferente. Com efeito, se não nos dedicarmos aos estudos e à reflexão, não podemos manifestar convenientemente o que pensamos. Vou por isso discorrer presentemente sobre o modo de escrever os

³⁵⁴ Primeira parte, cap. 3. Ver também o capítulo seguinte, n.º VI.

possumus. Quare de modo conscribendi libros qui ad uerum^[1] consequendum sunt necessarii disputabimus^[2] in praesentia, et generalia persequemur. Nam de grammatica, rhetorica, poëtica tractare^[3] hoc loco non est consilium.³⁵⁵

Libri omnes, uti diximus, sunt uel historici, qui^[4] res gestas narrant; uel dogmatici, qui doctrinarum fontes ac scientias tradunt.

Historicus uel res gestas ad summa capita reuocat, uel secundum ordinem temporum quibus gestae fuere, narrat. Prior scribendi ratio perturbata est et minus utilis; posterior et clarior et utilior, quod nullo negotio oculis consiliorum et factorum nexum exhibet. Oportet autem esse hominem in chronologica disciplina bene^[5] uersatum, ut res quasque ad singulos annos et anni partes accommodet.

I. Historici munus est res eo modo quo euenerunt narrare. Hoc monitum uel breuissimum tam multa et difficilia complectitur, ut si ad illud plerosque historicos libros [297] expendamus, inuenientur paucissimi qui “historici” cognomine sint digni. Iam si hoc praeceptum euoluimus, emergunt haec: 1. sine ullo partium studio uerum narrare debet, nihil omittere; inutilia uero et importuna, quae ad propositum non faciunt, persequi non est necesse; 2. nihil addere, nihilue falsum dicere.

Hinc inepti sunt qui res mediocres, tametsi ueras, exaggerant; qui descriptiunculis, capta occasione, ingenium ostentant; qui res etiam triuiales ita pingunt, ut prodigium narrari crederes. Hisce uitii infuscatur praeter ceteros Curtius, scriptor ceteroqui elegantissimus, et qui natiuo lepore, munditia ac nitore dictionis, tum et magnitudine rerum quas narrat, ita lectoribus imponit, uix ut millesimus quisque eorum qui legit talia flagitia in eo latere putet. Verum accuratiores critici³⁵⁶ fere ubique in eo desiderant historicum qui ualeat iudicio in rebus aut narrandis, aut omittendis.

³⁵⁵ Grammaticam artem accurate illustrauit XVI saeculo Iulius Caesar Scaliger.^[6] Sed melius adhuc Sanctius in *Minerua* et *Grammatica*, et postea^[7] Scioppius et G. I. Vossius de eadem luculenter pertractarunt, ex quibus Portus Regii scriptores, et^[8] alii post sua decerpserunt. rhetoricam I. Sturmius *De Vniuersa Ratione Elocutionis* et in *Partitionibus Oratoriae*, Melchior Iunius, Strebaeus, Bartholomaeus Caualcantius, aliique, sed inter paullo recentiores idem Vossius, in *Rhetorica*, et *Institutionibus Oratoriae* et in *Imitatione* eandem tractauit accuratissime. De poëtica iidem Scaliger et Vossius, ex quibus posteriores hauserunt. De^[9] principiis loquor, nam de consecutionibus et uia tradendi, multa noui isti in prioribus illis correxerunt, digna animaduersione. Sed de his alias fortasse, nam in praesentia non est disputandi locus: sufficiat indicasse rem.

³⁵⁶ Vide, si licet, Clercium in *Arte Critica*, Part. III, sect. 3, cap. 4, ubi accuratum iudicium de Q. Curtio facit, quod et nos singulari dissertatione fecimus.

^[1]uerum consequendum *R²LNV*] ueritatem consequendam *R¹* ^[2]disputabimus *R²LNV*] agemus *R¹* ^[3]tractare *R²LNV*] disputare *R¹* ^[4]qui ... tradunt. *R²LNV*] qui doctrinam exponunt. *R¹* ^[5]bene *R²LNV*] multum *R¹* ^[6]Scaliger. *R²LNV*] Scaliger, uir antiquis comparandus. *R¹* ^[7]postea *R²LNV*] post eum *R¹* ^[8]et alii post sua *R²LNV*] sua *R¹* ^[9]De principiis ... rem. *R²LNV*] *om. R¹*

livros que são necessários para a obtenção da verdade, expondo temas gerais, pois não é minha intenção tratar neste lugar de gramática, de retórica e de poética.³⁵⁵

Como eu havia referido, todos os livros ou são históricos (os que narram feitos ilustres) ou doutriniais (os que dão a conhecer as fontes das doutrinas e as ciências).

Um livro histórico ou restringe a narração dos feitos ilustres ao que é essencial ou expõe segundo a ordem dos tempos em que os feitos ocorreram. O primeiro modo de escrever é confuso e de pouca utilidade; o segundo é mais inteligível e mais vantajoso, dado evidenciar facilmente a conexão entre as deliberações e os feitos ilustres. Porém, é necessária uma pessoa muito versada em assuntos de cronologia para adequar cada um dos acontecimentos a cada um dos anos e a cada parte do ano.

I. A função do historiador consiste em narrar os acontecimentos segundo o modo como ocorreram. Este preceito, ainda que muito conciso, encerra tão numerosas coisas e tão dificultosas que, se examinarmos atentamente a maior parte dos livros históricos, [297] encontramos muito poucos que sejam dignos do nome de “históricos”. Explanando este preceito, resulta o seguinte: 1. o historiador deve dar a conhecer a verdade sem nenhuma parcialidade e sem nada omitir, não sendo, porém, necessário expor coisas inúteis e inoportunas que não tenham a ver com o assunto; 2. o historiador nada deve acrescentar e nada exprimir que seja falso.

São por isso inábeis os que exageram o medíocre, embora verdadeiro, os que ostentam o talento com pequenas descrições – se tiverem para isso ocasião favorável – e os que ornamentam de tal modo o trivial que poderia pensar-se darem a conhecer uma coisa espantosa. Além de outros, ficou contaminado por estes vícios Cúrcio, aliás um magnífico escritor, que induziu de tal forma em erro os leitores com o requinte natural, a elegância e a pureza do discurso e com o grande número de acontecimentos descritos que dificilmente um milésimo dos que o lêem poderá pensar estarem nele dissimulados tais desmandos. Certamente, os críticos mais escrupulosos³⁵⁶ exigem dele, quase sem exceção, um historiador que se distinga em discernimento ao dar a conhecer ou a passar em silêncio os acontecimentos.

³⁵⁵ Júlio César Escalígero explicou com diligência no século XVI a arte gramatical. Mas isso realizou-o ainda melhor Sánchez em *Minerua* e em *Grammatica*; e, depois dele, Schopp e Gérard Ioannes Vossius estudaram a fundo e muito bem o mesmo assunto, dos quais adquiriram ensinamentos os autores de Port-Royal e outros posteriores. A retórica foi estudada por J. Sturm em *De Vniuersa Ratione Elocutionis* e em *Partitiones Oratoriae*, por Melchior Iunius, por Straebeus, por Bartolomeu Cavalcanti e por outros. Mas entre os modernos, examinou com muita diligência o mesmo assunto o referido Vossius em *Rhetorica*, em *Institutiones Oratoriae* e em *Imitatio*. Discorreram sobre a poética os mencionados Escalígero e Vossius, dos quais os autores posteriores receberam conhecimentos. Discorro acerca de princípios, pois a respeito das consequências e do modo de ensinar foram corrigidas muitas coisas por esses autores relativamente aos anteriores. Mas acerca destas matérias, irei talvez exprimir-me noutra ocasião, dado não ser agora o momento de discorrer sobre elas, sendo suficiente ter referido o assunto.

³⁵⁶ Ver, se possível, Clerk em *Ars Critica* (3ª parte, sec. 3. cap. 4), onde ele estabelece um juízo sensato sobre Quinto Cúrcio, que também eu estabeleci numa dissertação singular.

Declamatorem agnoscunt^[1] qui mutat quadrata rotundis, modo ingenium suum ac dicendi copiam ostendet.

Hinc inepti etiam sunt qui plura fingunt, et quae non modo falsa, sed ne uerisimilia quidem sunt. Qui hominum characteres non ex uero, sed ex ingenio condunt et his similia multa fabulantur. Vt ii qui imperatores et his similes de improviso contionantes inducunt tanta ingenii ubertate tantaque exercitatione dicendi, ut uel Cicero ipse, aut Demosthenes non meditato, uix aeque concinne et perite loqueretur.

Innumerae exstant apud Curtium contiones elegantissimae, uel ab Alexandro ipso aciem instruente et iam iam in hostes irrupturo, uel a Dario, uel a satrapis regiis prolatae, quae nullam produunt similitudinem ueri. Cum certum sit Macedonas multo meliores milites fuisse, quam rhetoras, aut declamatores, Persas uero et orientales reliquos politioris litteraturae omnis fuisse expertes. Sed nihil tam putidum in Curtio occurrit, quam contiones duas quas Philotas et Amyntas, caussam grauissimam dicturi, condunt [298] ex tempore,³⁵⁷ cum metu mortis, quam uterque exspectabat, et maxima mole curarum essent agitati. Quid autem uerisimile habet illa Scytharum ad regem oratio,³⁵⁸ in qua homines rudes et inconditi sensus, ac perpetuo in siluis uiuentes, non secus Alexandrum alloquuntur, quam illi^[2] qui in scholarum otio consenuissent; quippe qui summam et bellicae, et politicae artis prudentiam manifestant. Hic quidem in historico eloquentissimo iudicium requiro.

Et de Curtio satis; quem si^[3] eo consilio legeritis, adolescentes, plurima huius farinae inuenieris. Memineritis tamen hoc peccatum ueteres non nullos doctissimos peccasse, Graecos praesertim, ab quibus Romani homines sumserunt. Habentur in Liuio, habentur in Crispo, scriptore qui Curtium, mea sententia, longe superat iudicio. Micipsa rex moribunda uoce filios alloquitur et breuem sed eloquentem contionem habet atque talem tamque singularis prudentiae plenam, qualem non modo Numida senio morboque confectus, sed ipse Crispus non tam subito funderet. Quid? Adherbal filius in Senatu, quam apte et eloquenter quantaque grauitate sententiarum fidem^[4] et auxilium implorat populi Romani!

Fuerint^[5] illa uera; quo modo ad historici manus contiones illae ex tempore habitae,^[6] idque in acie, ubi nec scribarum copia, nec otium, nec silentium fuisse suspicari debemus, peruenerunt? Crediderim potius Caesaris et Catonis orationes quas

³⁵⁷ Lib. VI et VII.

³⁵⁸ Lib. VII.

^[1]agnoscunt *R²LNV*] reperiunt *R¹* ^[2]illi *R²LNV*] ii *R¹* ^[3]si ... legeritis *R²LNV*] hoc consilio si legeritis *R¹* ^[4]fidem ... romani. *R²LNV*] fidem populi romani implorat. *R¹* ^[5]Fuerint *R²LNV*] Fuerint tamen *R¹* ^[6]habitae *R²LNV*] cogitatae *R¹*

E reconhecem como declamador quem transforma coisas quadradas em redondas, desde que ostente o seu talento e abundância de palavras ao exprimir-se.

São também inábeis os que ensinam coisas não apenas falsas, mas nem sequer verosímeis, e os que definem o carácter das pessoas não com base na verdade, mas no engenho, e inventam muitas coisas semelhantes a essas. Por exemplo, os generais e outros semelhantes a eles ao discursarem em público de improviso seduzem com tanta magnificência de engenho e com tanta prática de falar que até o próprio Cícero ou um Demóstenes não exercitado dificilmente se exprimiriam com a mesma elegância e perícia.

Existem em Cúrcio inumeráveis discursos muito elegantes – proferidos quer pelo próprio Alexandre formando o exército em linha de batalha e investindo contra os inimigos, quer por Dario, quer pelos sátrapas régios –, que não manifestam nenhuma semelhança com a verdade. E, embora seja discutível que os Macedónios tenham sido muito melhores militares do que oradores ou declamadores, os Persas e outros povos do Oriente estiveram realmente desprovidos de todo o saber mais refinado. Mas nada ocorre tão rebuscado em Cúrcio como dois discursos que Filotas e Amintas, tendo de defender uma causa muito importante, [298] compõem de improviso³⁵⁷ por recearem a morte, que ambos pressentiam, e por estarem perturbados com um grande número de inquietações. E o que tem de verosímil o discurso dos Citas ao rei,³⁵⁸ em que pessoas rudes e incultas e vivendo continuamente na selva se exprimem – do mesmo modo que Alexandre – como aqueles que chegam a uma idade avançada no ócio da ocupação literária? Sem dúvida, eles revelam, quando muito, competência na arte bélica e política. Quanto a mim, reivindico certamente neste momento uma opinião a favor de um historiador que seja eloquentíssimo.

A respeito de Cúrcio, é suficiente; mas, se o lerdes, caros jovens, de caso pensado encontrais nele toda a espécie de poeira. Deveis, porém, recordar-vos de que este pecado foi cometido por alguns antigos muito doutos, sobretudo gregos, dos quais os romanos receberam as doutrinas. Estão neste caso Lívio e também Crispo, um escritor que na minha opinião supera grandemente Cúrcio em discernimento. O rei Micipsa consola os filhos com uma voz moribunda, proferindo um discurso conciso, mas eloquente, pleno de tanta e tão notável sabedoria que não apenas o Númida, debilitado pela velhice e pela doença, mas também o próprio Crispo, não o pronunciariam tão subitamente. Pois quê? Com que propriedade e eloquência e com quanta gravidade seu filho Adérbal implora no Senado o cumprimento dos decretos e o auxílio do povo romano!

Suponhamos terem sido verdadeiras estas coisas. De que modo chegaram às mãos do historiador esses discursos proferidos de improviso, e isso na frente de batalha, onde devemos conjecturar que não havia grande número de copistas, nem ócio,

³⁵⁷ Livros VI e VII.

³⁵⁸ Livro VII.

Crispus ipse in Catilinae historia^[1] profert habitas fuisse, quia homines adstantes et oratores memoriter saltim sententias poterant recitare. Et si forte scriptor probatissima documenta habet, non damno si historiae inserit. Secus rectius puto tacere et ad utiliora transire.³⁵⁹

[299] II. De historia naturae, quae magis necessaria uidentur, iam diximus,³⁶⁰ quare^[2] non est cur aliquid addamus.³⁶¹

III. Porro scripta dogmatica et quae uel totam disciplinam, uel eius^[3] partem aliquam dilucidant, si demonstratiua sunt, scribi debent hoc modo: Prius principia euidencia ponantur ex quibus reliquis adfulgeat lux, deinde ex iis cetera ordine deriuentur.

Exempli gratia, in mathematica scientia methodus huiusmodi stricte est in usu, et singulae propositiones propriis nominibus distinguuntur. Quod non est necesse in^[4] Ethica et reliquis scientiis, cum ordo ipse satis ostendat alia ex aliis deduci. Item in Theologia prius dogmata ponenda et confirmanda sunt, deinde quaestiones historicae, quae ad illustranda dogmata sunt necessariae, excutiendae uidentur.^[5]

III. Quod si liber disputat de re probabili, ut Physica disciplina, primo ponenda^[6] est historia phaenomenorum. Deinde exponendae^[7] sunt hypotheses quas uiri diligentissimi ad inuestigandum pro iis explicandis excogitarunt.^[8] Si aliqua earum est quae phaenomena commode explanet,^[9] anteponenda est, sin^[10] minus, excogitabis aliam et ostendes phaenomenis omnibus perfecte respondere. Cetera eodem ordine persequeris.

Haec ego de scriptis dogmatico-scientificis moneo. Nam dogmatico-historica minori negotio conduntur,^[11] si rem, uti diximus, ita scribas, ut totam in quasdam

³⁵⁹ Vide Rapinum^[12] in libro *Instructions sur l' Histoire* 12, Paris, qui accurate de uirtutibus et uitiiis historic. agit. Adde huic Gordemoy et Sardo, qui belli sunt. Plura qui cupit legat *Penum Artis Historicae*, in qua plures auctores continentur. Excellunt Lucianus, Patricius, Folieta.

³⁶⁰ Hoc Libro part. I, cap. 2.

³⁶¹ Ratio^[13] historiam naturalem et experimentorum conscribendi ex accurata lectione eorum qui exstant in commentariis academiaram regiarum, Parisiensi, Londinensi, Berolinensi, ceterisque petenda^[14] est. Item scripta eorum quos libro superiori, Part. I, cap. 8, nominauimus, plurimum luminis accendent iis qui in perscrutatione naturae se exercere uoluerint.

^[1]historia profert R^2LNV] adducit R^1 ^[2]quare R^2LNV] iccirco R^1 ^[3]eius R^2LNV] illius R^1 ^[4]in Ethica ... scientiis R^2LNV] in aliis scientiis, ut Ethica, ceteris R^1 ^[5]uidentur. R^2LNV] sunt. R^1 ^[6]ponenda R^2LNV] exponenda R^1 ^[7]exponendae R^2LNV] expendendae R^1 ^[8]excogitarunt. R^2LNV] cogitarunt. R^1 ^[9]explanet R^2LNV] explicet R^1 ^[10]sin minus R^2LNV] aliter R^1 ^[11]conduntur R^2LNV] componuntur R^1 ^[12]Rapinum R^2LNV] Rapinum Iesuitam R^1 ^[13]Ratio LNV] Modus R^1R^2 ^[14]petenda V] petendus R^1R^2LN

nem sossego? Eu acreditaria de preferência terem sido proferidos os discursos de César e de Catão, que o próprio Crispo refere na história de Catilina, dado poderem as pessoas que estiveram presentes e os oradores repetir de memória pelo menos as suas opiniões. E, se acaso um autor possuir provas incontestáveis, não censuro que ele as faça inserir na história; de outra maneira, consideraria com razão dever ele guardar silêncio e tratar de assuntos mais úteis.³⁵⁹

[299] II. Já discorri³⁶⁰ sobre o que parece ser mais necessário na história natural, não havendo por isso motivo para acrescentar outras considerações.³⁶¹

III. Quanto aos escritos doutriniais – quer esclareçam a totalidade de uma disciplina, quer alguma das suas partes –, se forem demonstrativos devem redigir-se desta forma: estabelecem-se em primeiro lugar os princípios evidentes, dos quais resplandece para os outros uma luz intensa, inferindo em seguida a partir deles outras coisas segundo uma ordem.

Por exemplo, a Matemática serve-se rigorosamente desse método, e cada uma das suas proposições se distingue por denominações peculiares. Isso não sucede necessariamente na Ética e nas outras ciências, dado que a própria ordem dos assuntos manifesta com suficiência serem umas coisas deduzidas de outras. Igualmente, na Teologia devem estabelecer-se e confirmar-se em primeiro lugar os dogmas, e em seguida parece deverem ser examinadas cuidadosamente as questões históricas que são necessárias para explicar os dogmas.

IV. Se um livro discorrer sobre um assunto provável, como no caso da Física, deve estabelecer-se primeiramente a história dos fenómenos, expondo em seguida as hipóteses que varões muito escrupulosos na investigação inventaram para explicá-los. Se alguma delas explicar convenientemente os fenómenos, deve ser preferida, de contrário deve inventar-se uma outra e demonstrar-se que se adequa perfeitamente a todos eles. Quanto ao resto, deve seguir-se o mesmo procedimento.

São estas as minhas observações a respeito dos escritos científico-doutriniais. Na verdade, os histórico-doutriniais estabelecem-se com menor dificuldade se – como referi – o assunto estiver escrito de tal modo que possa ser totalmente dividido nalgumas secções e em capítulos, sendo este precisamente o método escolástico.

³⁵⁹ Ver Rapin (*Instructions sur l'histoire*, 12, Paris), que se ocupa com diligência das acções virtuosas e viciosas da história. A este devem acrescentar-se Cordemoy e Sardo, que se exprimiram com elegância. Quem desejar conhecer maior número de assuntos deve ler *Penus Artis Historicae*, em que estão mencionados muitos autores, superando-os a todos Luciano, Patrizzi e Foglietta.

³⁶⁰ Neste livro, 1ª parte, cap. 2.

³⁶¹ A técnica de escrever a história natural e dos experimentos deve-se procurar a partir da leitura escrupulosa daqueles que sobressaem nos comentários das academias régias de Paris, de Londres e de Berlim, e restantes. Também os escritos dos que referi no livro anterior (1ª parte, cap. 8) esclarecem grandemente os que desejarem ocupar-se da investigação da natureza.

classes dispertias et capita; qui ipse est ordo scholasticus. Haec scripta sunt ueluti apparatus qui ad lectionem librorum didascaliorum uiam sternunt.

V. Iam liber ἐξηγητικός^[1] exegeticus, id est, ille in quo aliorum scripta interpretamur^[2] hisce legibus est^[3] scribendus: 1. primum explores, ex historica et scriptoris uerbis, quem [300] finem auctor proposuit in condendo scripto; 2. deinde an purus et intemeratus sit liber, ex regulis critices iudicandum est; 3. tum in partes est diuidendus, et singulae examinandae sunt quam accuratissime; 4. postremo corollaria ad illustrationem necessaria suis in locis adhibenda^[4] sunt.

VI. Demum elenctica scripta qui lucubraturus est, ea^[5] nimirum in quibus aliorum sententias examinamus et confutamus primo ponere debet et thesin, quam refellit, et antithesin, ut intelligat lector quid scriptor reprehendendum sibi sumat. Deinde patefacere debet falsitatem principii, quod est auctori systematis fundamentum; quod plerumque est inepta aliqua definitio. Hoc funditus euerso, tota machina ruit. Itaque breuiter ostendat, uel reliqua pronuntiata ex illo principio fluere, uel ex illo duci non posse, uel repugnare principiis a conditore libri admissis. Quod exemplis dilucidare interdum et confirmare est necesse.

Exempli gratia, systema ethicae Benedicti Spinosae, quod ipse more geometrico nexuit, aliquibus definitionibus et axiomatibus falsis tamquam basi innititur. Is itaque Spinosam confecerit et totum systema infirmauerit, qui illa falsa esse ostenderit. Nam cetera nullo negotio debilitantur, si ad germanas logicae regulas expenduntur. Si quis uero non euerso fundamento, quae inde fluunt, conclusionem singulatim confutare dedita opera conatur, is quidem maximo cum labore maximas nugas agit.

Quod si auctor non systematis more scripsit, sed uel historice uel alio modo quaedam proposuit, nullo negotio eum refutabis (si falsum scribit; qui enim uerum scribit potest is quidem uerbo tenus refutari, reapse uero non potest) si, ex regulis logicae, quam infirmas sententias defendat, patefeceris.

Hic autem, si alibi unquam, adhibenda est moderatio quaedam scribendi, ne in dicteria et conuicia incidamus, in quae disputationis feruore uel imprudentes abripimur. Itaque grauius et modeste, uti decet philosophum, aduersarium refellere oportet, habita semper ratione decori. Sed si me audiet, abstinebit uir prudens quod ad eius fieri poterit, ab hisce contentionibus, quae plerumque et inuidiae plenae sunt et liuoris, sermonem multum dant [301] auditoribus. Quod si iniuria lacessitus, uel ad tuendam propriam famam, uel officii causa erga rempublicam scribere fuerit

^[1]ἐξηγητικός *R¹R²NV*] *om. L* ^[2]interpretamur *R²LNV*] interpretantes enarramus *R¹* ^[3]est scribendus. *R²LNV*] scribendus est. *R¹* ^[4]adhibenda *R²LNV*] ponenda *R¹* ^[5]ea *R²LNV*] illa *R¹*

Estes escritos são como que preliminares que aplanam o caminho para a leitura dos livros didáticos.

V. Por outro lado, um livro de exegese, ἐξηγητικός, ou seja, aquele em que são interpretados os escritos dos outros, deve ser escrito segundo estas regras: 1. primeiramente, deve examinar-se com base na história e nas palavras do escritor [300] qual a finalidade que o autor se propôs ao realizar a sua obra; 2. em seguida, deve ajuizar-se com base nos preceitos da crítica se o livro está incorrupto e não adulterado; 3. deve depois dividir-se o livro em partes e examinar-se cada uma delas com muita diligência; 4. por último, devem acrescentar-se corolários nos respectivos lugares para esclarecer assuntos absolutamente necessários.

VI. Finalmente, quem houver de reflectir em profundidade sobre os escritos argumentativos – decerto aqueles em que examinamos e refutamos as opiniões dos outros – deve expor em primeiro lugar não apenas a tese que refuta, mas também a antítese, para o leitor entender o que o escritor reconhece dever ser censurado. Além disso, ele deve mostrar a falsidade do princípio que para o autor é o fundamento do sistema, o qual é geralmente uma definição inábil. Se isto for inteiramente derribado, toda a máquina fica demolida. Ele deve, portanto, manifestar com brevidade ou se daquele princípio derivam outras proposições, ou se nada pode inferir-se, ou se ele é incompatível com os princípios admitidos pelo autor do livro. É, no entanto, necessário que este assunto seja esclarecido e corroborado por meio de exemplos.

Por exemplo, o sistema de ética de Bento de Espinosa, que ele inventou segundo o método geométrico, fundamenta-se, como numa base, em definições e axiomas falsos. Por isso, quem demonstrar que eles são falsos impugnará Espinosa e refutará todo o sistema. Na verdade, coisas como esta contestam-se facilmente, se forem ponderadas as verdadeiras regras da lógica. Contudo, se não foi realmente abolido o fundamento do sistema e se alguém empreender refutar de caso pensado uma a uma as conclusões que dele derivam, certamente está-se ocupando de ninharias com grande empenho.

No entanto, se um autor não escrever à maneira de sistema, mas apresentar certos assuntos historicamente ou de outro modo, poderá ser refutado sem dificuldade (se escrever falsidades, pois quem escrever coisas verdadeiras pode certamente ser refutado apenas por palavras, mas não realmente), se demonstrarmos com base nas regras da lógica como são inconsistentes as opiniões que defende.

Porém, neste lugar, e porventura noutros, deve observar-se um certo comedimento ao escrever para não sucumbirmos em sarcasmos e insultos com que irreflectidamente somos arrebatados no ardor das disputas. É necessário por isso, como convém a um filósofo, refutar o oponente com gravidade e comedimento, tendo sempre em consideração o decoro. Mas, se me der ouvidos, um varão sensato abster-se-á tanto quanto possível dessas contendas, que quase sempre estão cheias de despeito e de inveja e são ocasião de muita maledicência para os ouvintes. [301] Mas se, incomodado pela afronta, ele for coagido a escrever, quer para defender a própria honra, quer por causa dos deveres para com o Estado, deve escrever sabiamente, de tal modo,

coactus, scribat sapienter, ita tamen ut sentiat aduersarius se cum uiro forti et docto habere negotium. Tum demum poterit urbano sale hominem perfricare eumque in ruborem dare, ut intelligant qui legerint eiusmodi^[1] hominem sycophantam et subdolum esse, et documento sit ceteris ne se extollant impudentius.

VII. Restat dialogistica methodus, seu methodus scribendorum colloquiorum, quae ueteribus praesertim Graecis fuit usitata, quamque non nulli recentiores, maxime Galli, proximo saeculo excitarunt. Haec utiliter aliquando adhiberi potest, cum breuis aliqua disputatio effici debet, de his praecipue quae familiari sermone possunt exponi. Longiores enim controuersiae non bene colloquiis explicantur, quae disputationes infinite protrahunt, idque sine ullo fructu legentis.

II

De stilo

De stilo uero quo hi omnes libri sunt scribendi pauca dicenda sunt, cum quia logico generalia praecepta satis esse uidentur, tum etiam quia haec melius auctorum lectione quam ullis praeceptis consequi^[2] possunt. Atque haud scio an haec pauca importuna uideantur iis qui rem non ex fine, sed ex titulo metientes, magis ad rhetoricam quam ad logicam ista spectare contendunt.

I. Stilus itaque, si formam externam spectes et ambitum periodorum, uel est Laconicus, uel Atticus, uel Rhodius, uel Asiaticus. Laconicus est breuior quam par est, cum multo plura intelliguntur quam dicuntur, ut illud Caesaris, “Veni, uidi, uici”. De quo in praesentia non disputamus.

Atticus est qui paucis uerbis pulchras sententias acute et eleganter exponit sine ulla adfectione, in^[3] quo nihil redundat nec etiam quidquam deficit. Hoc stilo utuntur e Graecis Xenophon, Aristophanes, Thucydides. Ex Latinis [302] Cicero plurimis ad Atticum epistolis, sed praesertim Plinius in epistolis suis.

Asiaticus est omnino oppositus Attico, nam est maxime copiosus et longis^[4] periodis abundans, et plus uerbis quam sententiis ualens. Haec erat Graecorum qui in Asia prouincia habitabant consuetudo. Verum ab hoc stilo ne ipsi quidem oratores in Vrbe clarissimi abstinerunt. Cicero ut^[5] ut praeter ceteros accuratus, tamen aliquot periodos Asiaticae conformat. Huiusmodi est initium orationis *Pro Lege Manilia*, *Pro Milone*, *Ad Quirites post Reditum*, et alia plurima. E recentioribus Muretus in non nullis^[6] locis et Cellarius in orationibus, sed praesertim^[7] Grauius, magis etiam Politius in orationibus suis, qui plane sunt Asiatici et Ciceronem ipsum copia uidentur superare.

^[1]eiusmodi ... esse *R²LNV*] illum deceptorem esse *R¹* ^[2]consequi possunt. *R²LNV*] comparantur. *R¹* ^[3]in quo ... deficit. *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[4]longis *R²LNV*] longioribus *R¹* ^[5]ut ut *R²LNV*] tametsi *R¹* ^[6]non nullis locis *R²LNV*] non nullis locis, ut quibusdam uidetur *R¹* ^[7]praesertim ... Politius *R²LNV*] omnium maxime Grauius et Politius *R¹*

porém, que o oponente reconheça ter um litígio com um varão resoluto e douto. Apenas então ele poderá esfregar o indivíduo com o sal da sátira civilizada e fazê-lo corar, para que quem o ler se aperceba de que tal indivíduo é um embusteiro e um impostor, tornando-se também um exemplo para os outros não se exaltarem impudentemente.

VII. Resta discorrer sobre o método dialogal ou o método de escrever os colóquios, utilizado sobretudo pelos gregos antigos e que alguns modernos, principalmente franceses, restabeleceram no século passado. Este método pode ser por vezes utilmente aplicado quando se tiver que realizar uma disputa de curta duração, sobretudo acerca dos assuntos que podem ser expostos em linguagem familiar. Com efeito, as controvérsias mais extensas não se esclarecem de modo adequado por meio de colóquios, que alongam indefinidamente as disputas sem nenhum proveito para os ouvintes.

II

O estilo

Deve dizer-se pouca coisa sobre o estilo em que os livros estão escritos, seja por parecerem suficientes as normas gerais apresentadas pelos lógicos, seja por poder conhecer-se melhor este assunto pela leitura dos autores do que recorrendo a quaisquer preceitos. E não sei se esta pouca coisa não é inacessível para aqueles que, avaliando o assunto não em função da finalidade, mas como um pretexto, sustentam que ele se refere mais à retórica que à lógica.

I. Atendendo à forma extrínseca e à extensão dos períodos, o estilo ou é lacónico, ou ático, ou ródio, ou asiático. O lacónico é mais conciso que os outros, dado entenderem-se muitas mais coisas que aquelas que são exprimidas, como no dito de César “cheguei, vi e venci”. Contudo, não vou discorrer presentemente acerca dele.

O estilo ático expõe em poucas palavras de modo penetrante e com elegância excelentes pensamentos sem nenhuma afectação, nada havendo nele que seja redundante e não faltando também coisa alguma. Entre os Gregos, serviram-se deste estilo Xenofonte, Aristófanes, Tucídides; e, entre os Latinos, [302] Cícero em muitas cartas a Ático, mas sobretudo Plínio nas suas cartas.

O estilo asiático é totalmente oposto ao ático por ser extremamente prolixo e superabundante em períodos extensos, sobressaindo mais pela quantidade de palavras que de pensamentos. Ele foi usado pelos Gregos que habitavam a província da Ásia. Contudo, nem sequer os oradores mais ilustres de Roma se abstiveram deste estilo. Cícero, ainda que mais apurado que outros, escreveu, no entanto, alguns períodos segundo o modo asiático, por exemplo, no início dos discursos *Pro Lege Manilia*, *Pro Milone*, *Ad Quirites post Reditum* e em muitos outros. Entre os modernos, devem referir-se Muret nalguns lugares e Cellarius nos discursos, mas sobretudo Gravina e mais ainda Polício, também nos seus discursos. Eles foram inteiramente asiáticos e parece terem superado em engenho o próprio Cícero.

Rhodi mediam uiam inter Atticum et Asiaticum tenet. Nam est plenior Attico, sed Asiatico paullo pressior. Iccirco laudem non ultimam habet, propterea quia mediocritate continetur. Vtitur Rhodio stilo e ueteribus Caesar, Liuius, Nepos, et Cicero in libris philosophicis et rhetoricis et etiam in narrationibus orationum: Sallustius initio *Belli Catilinarii*, Paterculus, alii.

II. Si uero formam internam seu qualitatem argumenti consideramus, triplex, pro diuersitate materiae, est stilus. Nam uel materia est triualis, uel maxime illustris, uel mediocris. Prima exponitur tenui stilo, altera sublimi et magnifico, tertia uero mediocri. Nam oratio par esse debet argumento.

Itaque Tenuis stilus seu forma orationis est illa in qua uerba pura et perspicua adhibentur,^[1] sed sine exquisitis figuris, ulloue orationis ornatu, aut^[2] numero studiose petito: estque ad quotidianam^[3] loquendi consuetudinem, qua uiri culti et elegantes utuntur, accommodata. Huiusmodi est stilus Phaedri, Caesaris, Terentii, Plauti, Nepotis, Rhetoricae^[4] ad Herennium, Ciceronis in *Partitionibus Oratoriis*, *Officiis*, *Topicis*, et^[5] plurimis epistolis.

Sublimis forma dicendi est quae res sublimes ita explicat, ut sententias habeat graues et acutas, uerba iis explicandis idonea et magnam^[6] figurarum supellectilem mouendis adfectibus congruentem. Nam his tribus [303] magnifica et sublimis oratio definitur.³⁶² Huius^[7] generis sunt pleraeque orationes Ciceronis, ut *Pro Lege Manilia*, *In Catilinam*, *Pro Marcello*. Contiones aliquae Liuii et Sallustii et Curtii. Plinii *Panegyricus* Traiano dictus et granditate argumenti et acumine sententiarum commendatur, quae tamen iis^[8] qui in aureae aetatis auctoribus multum sunt uersati non semper placent. E recentioribus, orationes aliquae Perpiniani, Mureti, Palearii, Bencii, Buchneri, Schurtzfleischii, Graeuii, ceterae.

Mediocris est qui praeter munditiam et elegantiam, ornatum omnem et^[9] uerborum et sententiarum et numerorum admittit. Itaque aliud de utroque habet et tenui et sublimi, quin eisdem sit similis, uel potius, ut ait Cicero, “utriusque expertus est”. Talis est stilus Liuii, Taciti, Ciceronis in libris non nullis tum philosophicis, tum rhetoricis.

Quod si in his tribus generibus stili modum non seruaueritis, in contrarium uitium incidetis. Sic tenuem si nimis fueritis persecuti, euadet^[10] stilus siccus. Magnificum qui non^[11] loco et tempore adfectat fit frigidus. Tum etiam si ornata inornatis, dissoluta

³⁶² Conferatur Longinus, *περὶ ὑψους*,^[12] *De Sublimitate Orationis*, et etiam Hermogenes *De Formis*, lib. I, eiusque^[13] interpretes, Sturmii et Laurentius. E recentioribus Werenselsius *De Meteoris Orationis*.

[1]adhibentur *R²LNV*] habentur *R¹* [2]aut ... petito *R²LNV*] *om. R¹* [3]quotidianam *R²LNV*] uulgarem *R¹* [4]Rhetoricae ad Herennium *R²LNV*] Cornificii *R¹* [5]et ... epistolis. *R²LNV*] *om. R¹* [6]magnam *R²LNV*] maximam *R¹* [7]Huius generis *R²LNV*] Huiusmodi *R¹* [8]iis ... placent. *R²LNV*] non ubique politis auribus placent. *R¹* [9]et uerborum ... numerorum *R²LNV*] *om. R¹* [10]euadet *R²LNV*] erit *R¹* [11]non ... tempore *R²LNV*] nimis *R¹* [12]περὶ ὑψους *R¹R²NV*] *om. L* [13]eiusque ... Laurentius. *R²LNV*] ibi Laurentius commentator. *R¹*

O estilo ródio é intermédio entre o ático e o asiático. Com efeito, é mais magnificente que o ático, mas um pouco mais conciso que o asiático, não obtendo por isso o supremo louvor, pois está incluído na mediania. Entre os antigos, serviu-se do estilo ródio César, tal como Lívio, Nepos e Cícero nas obras filosóficas e retóricas, e também nas narrativas dos discursos; e ainda Salústio, no início da *Guerra de Catilina*, Patérculo e outros.

II. Considerando, porém, a forma intrínseca ou a natureza do assunto, o estilo é de três espécies, consoante a diversidade da matéria. Com feito, a matéria ou é trivial, ou magnificente, ou mediana. A primeira é exposta no estilo singelo; a segunda, no sublime e magnificente; a terceira, no mediano. Na verdade, a maneira de dizer deve conformar-se ao assunto.

Portanto, o estilo singelo como forma de discurso é aquele em que se empregam palavras simples e dotadas de clareza, mas sem figuras requintadas ou ornamentos de linguagem usados em grande número com empenho. Ele é apropriado ao modo habitual de falar de que se servem as pessoas instruídas e de bom gosto. Tal é o estilo de Fedro, de César, de Terêncio, de Plauto, de Nepos, da *Rhetorica ad Herennium*, de Cícero em *Partitiones Oratoriae*, em *De Officiis*, em *Topica* e em muitas cartas.

A forma de dizer sublime é aquela que expõe de tal modo os assuntos sublimes que contém pensamentos dotados de gravidade e penetrantes, palavras apropriadas para exprimi-los e grande abundância de figuras adequadas para estimular as paixões. Com estas três condições, [303] define-se um discurso magnificente e sublime.³⁶² É desta espécie a maior parte dos discursos de Cícero, como *Pro Lege Manilia*, *In Catilinam*, *Pro Marcello*, e alguns discursos de Lívio, de Salústio e de Cúrcio. Deve também elogiar-se pela elevação do assunto e pela subtileza das opiniões o *Panegyricus* de Plínio dedicado a Trajano, o qual, no entanto, nem sempre foi do agrado daqueles que são muito versados em autores da idade de ouro. Entre os modernos, devem referir-se alguns discursos de Perpilhão, de Muret, de Paleário, de Benci, de Bucher, de Schurtzfleisch, de Grévin e de outros.

O estilo mediano é aquele que, além da elegância e da clareza, admite todo o floreio de palavras, de pensamentos e de cadências. Ele possui, por conseguinte, algo de um e de outro, isto é, do singelo e do sublime, sem, no entanto, ser idêntico a qualquer deles, ou seja, como afirma Cícero, “está desprovido de um de outro”. Tal é o estilo de Lívio, de Tácito e de Cícero nalgumas obras, quer de filosofia, quer de retórica.

Se nestas três espécies de estilo não observarmos a moderação, cairemos no vício oposto. Assim, procurando imitar imoderadamente o estilo singelo, desvanece-se o estilo conciso. E quem não adequar ao lugar e ao tempo o estilo magnificente, torna-o árido. E confundindo o que é adornado com o que não tem adornos e o

³⁶² Cf. Longino, *περὶ ὑψους*, *De Sublimitate Orationis*, e também Hermógenes, *De Formis* liv. I, e os seus intérpretes, Sturm e Laurent. E, entre os modernos, Werenfels, *De Meteoris Orationis*.

concinnis admisceantur, inaequalis et fluctuans fit stilus, adeoque mediocri plane contrarius.

His constitutis, pulcherrima et uel una omnium^[1] maxime commendanda illa est regula: “Decorum in omni re seruandum est, id est, apte et accommodate ipsis singulae res sunt uerbis exponendae: exiles exiliter, et amplae ample”.³⁶³ Hanc nos si rite expenderit, nihil amplius requiritur ad bene scribendum.

III. Hinc historicus uti debet stilo uel Attico, uel Rhodio, si quantitatem uerborum spectemus. Nihil enim est, si Ciceronem audimus, in historia pura et illustri breuitate [304] dulcius. Primus enim breuioribus historiis est accommodatus, alter uero copiosioribus.

Attico utitur Thucydides et huius simiae Sallustius et Tacitus, item L. Seneca, Plinius in *Epistolis*, Cicero in *Epistolis ad Atticum*. Rhodio uero Liuius, Caesar, Nepos, Cicero in aliquibus^[2] epistolis ad^[3] diuersos.

Sin qualitatem argumenti respicimus, tenui stilo uti debet historicus, id est pure et perspicue et concinne scribere; et, si historia est parum^[4] pragmatica, sed maximarum rerum, etiam grauius. Deinde sine ullis adfectibus uehementioribus qui historicum, qui uerum narrat, non decent.

Maxime purus et perspicuus est Nepos et Caesar, qui uerbis lectissimis, sine ulla adfectata collocatione,^[5] utuntur. Contra Sallustius et Plinius senior et Tacitus obscuriores sunt, quia uerborum ordo est perturbator. Grauis est Tacitus et Sallustius, e recentioribus uero Bembus, Thuanus et alii.

Postremo inepti ii omnes qui, dum historiam scribunt, tot figuris mouendis animis accommodatis sua perfundunt scripta, ut declamatorem, non historicum agere uideantur. Hinc praeter ceteros ineptus Curtius, qui ubique rhetoricum^[6] ac poetarum more loquitur; ineptus Paternus, qui passim laudationes admiscet; ineptissimus Florus, qui talia fingit et scribit, ut non uirum^[7] prudentem, sed superstitiosam femellam, aut senem delirum te audire putes.³⁶⁴

³⁶³ Τὸ ^[8] δὲ πρέπον ἐν παντὶ πράγματι φυλακτέον· τοῦτ' ἐστὶ, προσφόρως ἐρμηνευτέον· τὰ μὲν μικρὰ μικρῶς, τὰ δὲ μέγιστα μεγάλως. Demetrius Phalereus, *De Elocutione*, p. 120).

³⁶⁴ Confer. Schefferus, *De Stilo*, II, 5.

^[1] omnium *R²LNV*] *om. R¹* ^[2] aliquibus *R²LNV*] *om. R¹* ^[3] ad diuersos. *R²LNV*] ad diuersos, non tamen in omnibus. *R¹* ^[4] parum ... rerum *R²LNV*] pragmatica *R¹* ^[5] collocatione *R²LNV*] transpositione *R¹* ^[6] rhetoricum ... loquitur *R²LNV*] rhetoricatur *R¹* ^[7] uirum prudentem *R²LNV*] prudentem hominem *R¹* ^[8] Τὸ δὲ πρέπον ... μεγάλως *R¹R²NV*] *om. L*

que é desordenado com o harmonioso, o estilo resulta desproporcionado e obscuro, e por isso totalmente oposto ao mediano.

Estabelecidas estas coisas, deve recomendar-se vivamente a magnífica e porventura a principal de todas as regras: “A respeito de qualquer assunto, deve atender-se ao bom gosto, ou seja, os assuntos devem ser expostos convenientemente e de forma apropriada pelas palavras ajustadas: os de pouca importância, de modo conciso; os magníficos, com magnificência”³⁶³. Se ponderarmos adequadamente esta regra, nada mais se exige para escrevermos com sucesso.

III. Infere-se daqui que, se atendermos à quantidade das palavras, o historiador deve servir-se ou do estilo ático ou do ródio. Com efeito, se ouvirmos Cícero, nada existe mais aprazível na história do que a concisão sem ornamentos e dotada de clareza. [304] O primeiro estilo é apropriado às histórias mais breves e o segundo às mais extensas.

Serviram-se do estilo ático Tucídides e os seus imitadores Salústio e Tácito; e também Lúcio Séneca, Plínio nas *Epistulae* e Cícero nas *Epistulae ad Atticum*. O estilo ródio foi usado por Lívio, por César, por Nepos e por Cícero nalgumas cartas a várias pessoas.

Se, porém, atendermos à qualidade do assunto, o historiador deve servir-se do estilo singelo, isto é, deve escrever sem ornamentos, com clareza e elegância; e, se a história for relativa a questões políticas e se elas forem muito importantes, deve também escrever com gravidade. Além disso, ele deve escrever sem quaisquer paixões impulsivas, pois elas não convêm a um historiador que expõe a verdade.

Os mais castiços e brilhantes historiadores foram Nepos e César, que se serviram de palavras muito escolhidas sem qualquer atitude afectada. Ao contrário, Salústio, Plínio-o-Velho e Tácito são bastante obscuros, dado que a disposição das palavras se apresenta muito alterada. Contudo, Tácito e Salústio são autores penetrantes, bem como, entre os modernos, Bembo, Thuanus e outros.

Por último, são inábeis a maior parte daqueles que ao escreverem a história inundam os seus escritos com tantas figuras apropriadas para impressionarem os espíritos que parece comportarem-se como declamadores e não como historiadores. Por isso, além de outros, é inábil Cúrcio, que se exprime em qualquer lugar ao modo dos oradores e dos poetas, sendo também inábil Patérculo, que confunde a cada passo os discursos laudatórios, e muito mais inábil Floro, que inventa e escreve tais coisas que julgamos ouvir não um varão sensato, mas uma mulherzinha supersticiosa ou um velho delirante.³⁶⁴

³⁶³ Τὸ δὲ πρέπον ἐν παντὶ πράγματι φυλακτέον· τοῦτ' ἐστὶ, προσφόρως ἐρμηνευτέον· τὰ μὲν μικρὰ μικρῶς, τὰ δὲ μεγάλα μεγάλως. Demétrio de Falero, *De Elocutione*, 120.

³⁶⁴ Cf. Scheffer, *De Stilo*, II, 5.

III. Hinc didascalica scripta uel Attico uel Rhodio stilo possunt conscribi. Nam uterque^[1] eorum pro materia quae tractatur,^[2] uel pro cuiusque^[3] ingenio, ad id est maxime accommodatus.

Deinde scriptis didascalicis conuenit genus orationis tenue, id est, castum sed uerecundum in figuris aut animi aut uerborum inducendis. Nam finis doctoris est aliis, quid ipse cogitat, aperire. Itaque, si sapit, cauere debet ab illis uerborum phaleris, quae magis mouent adfectus, quam mentem illustrent argumentorum pondere et perspicuitate.^[4]

[305] Hac tenui orationis forma utitur Cicero in *Partitionibus Oratoriis*, *Topicis*, et *Officiis*. Celsius etiam in *Medicina* hac laude illustris est, cui addunt, nec immerito, Columellam *De Re Rustica*. Ex Christianis uero Minucius Felix in *Octauio*, et Lactantius in libris *Diuinarum Institutionum*, qui tamen interdum nec ipse ab oratorio stilo temperat.

E recentioribus theologis Melchior Canus Ciceroniani saeculi genium satis feliciter expressit. Huic addo Sadoletum, Polum, Seripandum, Sirlatum, G. Cortesium cardinales; tum^[5] Vivesium, P. Cortesium, Osorium, Pogianum,³⁶⁵ ceteros. E iurisperitis Hottomannus, Duarenus, Muretus, A. Goueanus, Cuiacius, A. Augustinus, Giphanius, Grauina, reliqui. E philosophis I. Picus Mirandulanus, Ramus, J. P. Nunesius, Sepulueda, P.^[6] Fonseca, Conimbricenses, Maioragius, et alii. E philologis Bembus, Sturmius, Casa, Sigonius, Perpinianus, Manutius Paullus, Achilles Stadius, E. Aluaresius, uterque Corradus, Folieta, Doletus, Strebaeus, Linacer, Andreas Schottus, Olaus Borrichius, E. Martinesius, ceteri minus multi addendi sunt.

Possunt tamen scripta Didactica seu didascalica etiam mediocri genere conscribi,^[7] eo uel maxime si iis sermo tribuitur qui non nisi cum dignitate loqui possunt.

V. Hinc dialogi, quia imitantur familiares amicorum sermones, eo stilo scribi debent quo ii qui in dialogo continentur uti solent. Itaque si colloquentes aut sunt personae plebeiae aut de rebus uulgaribus loquuntur, tenui stilo uti debent. Si docti, si alterius ordinis et dignitatis, aut de re erudita disputant,^[8] mediocri. Immo euenire potest ut etiam magnifica oratio alicui tribuatur, idque plerumque stilo Rhodio, qui iis explicandis paullo uidetur accommodatior. Quo uel solo fit manifestum quam difficilis sit forma dialogistica, quia perpetuo characteres loquentium seruari debent, quod sane est difficillimum. Vel unus Cicero luculentissima exempla suppeditat.

³⁶⁵ Qui^[9] *Catechismum Romanum* conscripsit.

^[1]uterque eorum *R²LNV*] horum uterque *R¹* ^[2]tractatur *R²LNV*] disputatur *R¹* ^[3]cuiusque *R²LNV*] uniuscuiusque *R¹* ^[4]perspicuitate. *R²LNV*] claritate. *R¹* ^[5]tum ... ceteros. *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[6]P. Fonseca ... alii. *R²LNV*] Gassendus ceteri. *R¹* ^[7]conscribi *R²LNV*] exponi *R¹* ^[8]disputant *R²LNV*] loquuntur *R¹* ^[9]Qui ... conscripsit. *R²LNV*] *om.* *R¹*

IV. Infere-se também que os escritos didáticos podem redigir-se quer em estilo ático, quer em ródio, visto que ambos são extremamente apropriados para isso consoante a matéria que é exposta ou o talento de cada um.

Por outro lado, convém aos escritos didáticos um género de discurso sem enfeites, isto é, sem barbarismos e comedido na invenção de figuras, quer de pensamento, quer de palavras, pois o objectivo de um preceptor é explicar aos outros o que pensa. Deste modo, se ele for sensato, deve evitar os ornamentos de palavras, que mais estimulam as paixões do que esclarecem a mente com a autoridade e a evidência dos assuntos.

[305] Cícero serviu-se desta forma de discurso sem enfeites em *Partitiones Oratoriae*, em *Topica* e em *De Officiis*. Também Celso a celebrou em *Medicina*, ao qual deve acrescentar-se com razão Columela em *Res Rustica*. Entre os cristãos, devem mencionar-se Minúcio Félix em *Octavius* e Lactâncio nos livros *Diuinae Institutiones*, o qual, no entanto, não se absteve por vezes do estilo oratório.

Entre os teólogos modernos, Melchior Cano exprimiu com magnificência o esplendor da época de Cícero. Acrescento a este os cardeais Sadoletto, Pole, Seripando, Sirleto, G. Cortesius; e também Vives, Paolo Cortese, Osório, Poggiani³⁶⁵ e outros. Entre os juristas, menciono Otomano, Douaren, Muret, A. de Gouveia, Cujácio, A. Agustín, Giphanius, Gravina, etc. Entre os filósofos, refiro G. Pico della Mirandola, Ramus, J. Pedro Nuñez, Sepúlveda, P. Fonseca, os Conimbricenses, Maioraggio, etc. Entre os filólogos, cito Bembo, Sturm, Casa, Sigonius, Perpilhão, Manúcio Paulo, Aquiles Estaço, M. Álvares, ambos os Corrados, Foglietta, Dolet, Straeubus, Linacer, André Schott, Olavo Borrichius, E. Martínez, devendo acrescentar-se não muitos mais.

Contudo, os escritos didáticos ou didascálicos podem também ser redigidos segundo o modo mediano, sobretudo se forem apresentados numa linguagem em que possam ser convenientemente expressos.

V. Infere-se ainda que os diálogos, por reproduzirem as conversas familiares entre amigos, devem redigir-se no estilo de que costumam servir-se os que participam no diálogo. Por isso, se os dialogantes forem pessoas plebeias ou falarem sobre assuntos vulgares, devem servir-se do estilo singelo; mas, se eles forem doutos ou de outra condição e dignidade, ou discorrerem sobre matérias eruditas, devem usar o estilo mediano. Pelo contrário, pode suceder que seja dedicado a alguém um discurso magnífico, que em geral se exprime em estilo ródio por parecer um pouco mais adequado para expor o assunto. Torna-se por isso evidente como é dificultosa a forma dialógica, pois deve ter-se constantemente em consideração o carácter dos falantes, o que decerto é muito difícil. Sobretudo Cícero, proporciona exemplos magníficos.

³⁶⁵ Este escreveu um *Catechismus Romanus*.

Itaque aliter loquitur Cicero in dialogis *De Natura Deorum*, *De Diuinatione*, *De Oratore ad Q. Fratrem*; aliter in dialogis *De Amicitia*, *De Partitionibus Oratoriis*. Cur ita quaeso? Quia alii et alii erant disputantes, tum etiam [306] materia, quae disputabatur, diuersa. In primis illis Velleius Epicureus, Balbus stoicus, Cotta Academicus, uiri grauissimi et optimis artibus contriti, quisque pro copia sua et studio^[1] de natura deorum disserebant. In altero Quintus Cicero diuinationem stoice sustinebat. Postremo in *Oratore* Crassus, Antonius, Sulpicius et Cotta, rhetores praestantissimi, de arte dicendi disputabant. Quid ergo mirum si tales homines de tantis rebus loquentes, mediocri, aut, si uoles, aliquando magnifico stilo utantur?

Contra in dialogo *De Amicitia* colloquuntur Laelius, Fannius, Scaeuola, uiri illi quidem docti, sed familiariter et amice, ac de argumento plane domestico loquentes, tenui forma orationis utuntur. Quod etiam in *Partitionibus*, ubi Cicero pater et filius loquentes se offerunt, euenire necesse fuit.

Quod si personae inducuntur de rebus domesticis colloquentes et uerbis plane domesticis uti eas necesse est, habita semper ratione personarum. Sic Terentius et Plautus, tametsi quotidianis uerbis dialogos^[2] suos texunt, ita tamen texunt, ut characterum et decori ratio habeatur. Aliam enim orationem tribuit Plautus glorioso militi, aliam seruo, aliam lenoni, aliam parasito, aliam meretrici. Sic Terentius in *Eunucho*, exempli gratia, aliam dicendi formam adfingit Thaidi, aliam Thrasoni, aliam Gnatoni, aliam Ephebo.

Horum tamen dialogorum stilus multo facilius comparatur peruolutandis auctoribus, qui optimi habentur, quam anxie quaerendis praeceptis. Ex Latinis itaque legendi Cicero, Plautus, Terentius. Ex Graecis praeter ceteros Athenaeus et Lucianus ad puerorum ingenia idonei^[3] uidentur. E recentioribus Latinis quaedam Ludouici Viuesii^[4] sunt pulcherrima, ut etiam Erasmi a quodam ex nostris perpurgati, tametsi compositionis uenustate nihil ad Viuesium.^[5] Addo Maioragium et Nicium Erythraeum, qui polito sunt.

Et de stilo hactenus. Addam tamen non nulla quae uos praemuniant ne erroribus, qui satis sunt uulgati, occupari patiamini. Stilus itaque quamuis singulis argumentis suos adiungatur; tamen eadem argumenta alio et alio stilo disputari possunt. Repetamus^[6] eadem exempla.

1. Epistolis^[7] conuenit stilus tenuis, propterea quod imitantur loquentium sermones; tamen possunt scribi mediocri [307] stilo, si sunt epistolae eruditae, si opus aliquod amico^[8] uiro summati dicamus, si de rebus grauibus scribimus. Possunt etiam

^[1]studio *R²LNV*] suo studio *R¹* ^[2]dialogos ... texunt *R²LNV*] dialogos suos seu comoedias texant *R¹* ^[3]idonei uidentur. *R²LNV*] est accommodatus. *R¹* ^[4]Viuesii *R²LNV*] Viues *R¹* ^[5]Viuesium. *R²LNV*] Viues. *R¹* ^[6]Repetamus ... exempla. *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[7]Epistolis *R²LNV*] E. g. epistolis *R¹* ^[8]amico *R²LNV*] cuidam amico *R¹*

Por exemplo, Cícero exprime-se de uma forma nos diálogos *De Natura Deorum*, *De Divinatione* e *De Oratore ad Quintum Fratrem*; e de outra forma no *De Amicitia* e nas *Partitiones Oratoriae*. Porque sucede assim, pergunto eu? Porque eram diferentes os disputantes, tal como era diferente a matéria [306] sobre a qual se disputava. Em relação àquele primeiro diálogo, discorriam, consoante a sua eloquência e o seu empenho, o epicurista Veleio, o estóico Balbo e o académico Cota, varões gravíssimos e dedicados às artes nobres. No segundo diálogo, Quinto Cícero defendia à maneira dos estóicos a arte de adivinhar. Por último, no *De Oratore*, Crasso, António, Sulpício e Cota, oradores eminentes, discorriam sobre a eloquência. Qual é, pois, o espanto se, ao exprimirem-se sobre tantos assuntos, essas pessoas se servem do estilo mediano ou, se preferirmos, por vezes do estilo magnífico?

Ao contrário, no diálogo *De Amicitia* conversam Lélío, Fânio e Cévola, varões certamente doutos, mas – por discorrerem afectuosamente e amigavelmente acerca de um assunto totalmente familiar – servem-se da forma singela na maneira de falar. Isso foi também necessário suceder nas *Partitiones*, em que o pai Cícero e o filho aparecem discorrendo.

Por isso, se as pessoas são induzidas a exprimirem-se sobre assuntos familiares, é necessário que se sirvam totalmente de expressões familiares, atendendo sempre à natureza das pessoas. Assim, Terêncio e Plauto, embora escrevam os seus diálogos em linguagem quotidiana, escrevem-nos de tal modo que são tidas em consideração a natureza dos caracteres e a conveniência. Com efeito, Plauto atribui um discurso a um soldado fanfarrão, outro a um escravo, outro a um alcoviteiro, outro a um parasita e outro a uma meretriz. Também Terêncio, por exemplo no *Eunuchus*, atribui um discurso a Tais, outro a Trasão, outro a Gnatão e outro a um efebo.

Contudo, o estilo destes diálogos compreende-se com muito maior facilidade revolvendo constantemente os autores mais excelentes do que procurando obter ansiosamente preceitos. Entre os latinos, devem ler-se Cícero, Plauto e Terêncio. Entre os gregos, Ateneu e Luciano, além de outros, parecem adequados para a inteligência dos jovens. Entre os latinos modernos, são excelentes alguns passos de Luís Vives, bem como de Erasmo, se forem expurgados de certas coisas pelos católicos, embora ele nada fique a dever a Vives pela elegância do arranjo das palavras. Acrescento ainda Maioraggio e Nício de Éritras, que são autores ilustrados.

A respeito do estilo é suficiente. Acrescento, no entanto, algumas considerações que vos advertem para não permitirdes que sejais subjugados por certos erros muito frequentes. Portanto, embora corresponda a cada um dos assuntos o seu estilo, contudo, os mesmos assuntos podem ser discutidos segundo estilos diferentes. Recapitulemos, porém, os exemplos referidos.

1. Para as epístolas, é apropriado o estilo singelo, dado elas reproduzirem a linguagem de quem fala, podendo, no entanto, escrever-se em estilo mediano, [307] se forem eruditas, se dedicarmos uma obra a um amigo eminente e se escrevermos sobre assuntos importantes. Elas podem também ser escritas segundo a forma sublime

sublimiori dicendi forma constare, si res sit grauissima, si ad regem de graui negotio scribamus, si hortatoriae, expostulatoriae, et^[1] eius generis sint. Sic Cicero, qui ad Terentiam suam et Tironem scribit tenui stilo, ad Catonem et Senatam elaboratius scribit et mediocri forma, ad fratrem uero³⁶⁶ stilo sublimi aliquando. Inepti ergo qui dicunt epistolas tenui stilo esse exarandas omnes.³⁶⁷

2. Idem de dialogis est dicendum, ut paullo ante monuimus. Nam Plautus et Terentius tenuiter scribunt. Cicero *De Oratore ad Fratrem, De Legibus*, mediocriter. *De Natura Deorum, De Diuinatione, in Tusculanis*, sublimia multa disputantur. Plato in multis disputat magnifice, in aliis mediocriter.

3. Historia, si breuis est, ut unius hominis uita, tenui stilo scribitur, ut Caesar et Nepos. Si longior, stilo mediocri. Tamen in ipsa historia sublimi stilo utitur Liuius, Salustius, Curtius, quotiescumque contiones aliquae imperatoribus, regibus, aut uiris primariis^[2] de re grauissima tribuuntur. Nam uel a materia, uel a dicente, uel ab eo ad quem dicimus, granditatem argumentum accipit. Sunt etiam historiae parum^[3] pragmaticae, id est, quae rerum grauissimarum causas et consilia demonstrant, quae elaboratori possunt stilo conscribi, ita postulante argumento.

4. Orationibus sublimis dicendi forma, et merito quidem, reseruatur. Sublimis est Cicero *Pro Marcello, Post Reditum ad Quirites, In Catilinam*. Sublimis Plinius in suo *Ad Traianum Panegyrico*; uerbo, panegyrici omnes qui uirorum principum laudes enarrant^[4] et exornent, magna oratione utuntur. Tamen innumerae sunt orationes quae mediocri stilo constant: cuiusmodi sunt Academicae paene omnes in quibus uel bonarum artium laudes uel huius simile argumentum tractatur.^[5] Huiusmodi pleraeque exstant [308] apud Muretum, Graeuum, Cellarium, Cunaeum, Vauassorium, Facciolatum, Schurtzfleischium, ceteros, qui mediocri forma disputant de iis. Quid? In ipsis orationibus sublimi stilo contextis, haec omnia distributa inueniuntur. Nam exordia mediocria plerumque sunt, narrationes tenui stilo, confutationes uehementiores, perorationes patheticae et sublimi caractere descriptae.

5. Didascalica scripta, quae tenui stilo solent conscribi,^[6] et ipsa interdum elaboratiora sunt et mediocri dicendi genere composita, si materia aut occasio id

³⁶⁶ Lib. I, epist. I.

³⁶⁷ Legatur Demetrius Phalereus, *De Elocutione*, n. 243. seqq.; I. L. Viuesius; et Melchior Iunius, *De Conscribendis Epistolis*.

^[1]et eius generis sint. *R²LNV*] ceterae. *R¹* ^[2]primariis *R²LNV*] primatibus *R¹* ^[3]parum *R²LNV*] ualde *R¹* ^[4]enarrant et exornent *R²LNV*] exponunt *R¹* ^[5]tractatur. *R²LNV*] enarratur. *R¹* ^[6]conscribi *R²LNV*] axarari *R¹*

de dizer, se o assunto for muito relevante, se escrevermos a um rei sobre um assunto importante, se as epístolas forem exortatórias, reivindicativas e de gênero semelhante. Assim, Cícero, que escreveu em estilo singelo à sua mulher Terência e a Tirão, escreveu a Catão e ao Senado de modo mais apurado e segundo a forma mediana; no entanto, escreveu por vezes ao irmão em estilo sublime.³⁶⁶ São, portanto, inábeis os que afirmam que todas as epístolas devem ser redigidas em estilo singelo.³⁶⁷

2. Deve dizer-se o mesmo dos diálogos, como pouco antes adverti. Com efeito, Plauto e Terêncio escreveram em estilo singelo, Cícero em estilo mediano no *De Oratore ad Fratrem* e no *De Legibus*, tendo discutido muitos assuntos em estilo sublime no *De Natura Deorum*, no *De Divinatione* e nas *Tusculanae*. E Platão discorreu em muitos casos em estilo magnificente e noutros em estilo mediano.

3. No que respeita à história, se ela for breve como a vida de um homem, escreve-se em estilo singelo, como procederam César e Nepos; mas, sendo mais longa, escreve-se em estilo mediano. Contudo, Lúcio, Salústio e Cúrcio servem-se, ao escreverem a história, do estilo sublime todas as vezes que são atribuídos alguns discursos aos imperadores, aos reis ou aos varões de primeira ordem a propósito de assuntos muito importantes. Com efeito, um discurso adquire a sua excelência quer da matéria, quer de quem o profere, quer daquele a quem o expomos. Existem também as histórias pouco pragmáticas, isto é, que expõem as causas e as razões das coisas mais importantes, as quais podem redigir-se em estilo mais apurado, se for exigido pelo assunto.

4. Contudo, a forma sublime de dizer está com razão reservada aos discursos. Cícero é sublime no *Pro Marcello*, em *Post Reditum ad Quirites* e em *In Catilinam*; e Plínio, no seu *Ad Traianum Panegyricus*. Numa palavra, todos os panegíricos que elogiem e glorifiquem os mais célebres varões servem-se do discurso magnificente. No entanto, há inumeráveis discursos que são escritos em estilo mediano, nomeadamente quase todos os académicos, nos quais se apresenta o elogio das belas-artes e de assuntos semelhantes. A maior parte encontra-se [308] em Muret, em Grévin, em Cellarius, em Cunaeus, em Vavasseur, em Facciolati, em Schurtzfleisch e ainda noutros que discorrem sobre estes assuntos segundo a forma mediana. Pois quê? Nos próprios discursos redigidos em estilo sublime encontram-se dispostas todas estas coisas. Com efeito, os exórdios escrevem-se geralmente em estilo mediano, as narrativas, em estilo singelo, e as refutações mais veementes e as perorações patéticas em estilo sublime.

5. Os escritos didáticos, que costumam redigir-se em estilo singelo, são por vezes mais elaborados e dispostos com arte na maneira de dizer mediana, se a matéria ou

³⁶⁶ Liv. I, epist. 1.

³⁶⁷ Devem examinar-se Demétrio de Falero, *De Elocutione*, n.º 234 e segs; Juan Luis Vives; e Melchior Iunius, *De Conscribendis Epistolis*.

requirat. Inepte quis geometriam, nisi tenui forma explicaret; at Philosophia, et multo magis Theologia, ornatiori stilo possunt exponi, praesertim si contra aliquem disputamus.

Docet, exempli gratia, Cicero tenui forma in *Officiis* et *Topicis* et *Partitionibus*, at in aliis opusculis adscendit^[1] aliquantum, immo in *Paradoxis* uix aliter quam oratorie loquitur. Lactantius tenui forma scribit, aliquando tamen ornatius disputat. Hieronymus uero quasi contionando interdum docet. E recentioribus, elaboratius et ornatius^[2] scribit Q. Corradus, Cunaeus, Nicius Erithraeus, Canus, Petauius in theologia, et Ianus Vincentius Grauina *De Origine Iuris* ac *De Romano Imperio*, ceterique.^[3]

Neque uero id solum, sed etiam in eodem uel tenui uel mediocri uel sublimi genere sunt alii et alii gradus orationis, quod ipsum auctoribus peruolutandis reperietis.³⁶⁸ Vnum cauere debemus, ne dicendi formas diuersas imprudenter misceamus, quod uel maxime a rhetoribus improbat.³⁶⁹

Haec breuiter monuisse satis fuerit, ut iudicium de stilo ferre possint tirones. Nam de his in rhetorica arte copiose disputatur, ex qua, qui plura cupit, sumere potest.

[309] COROLLARIUM

Hinc qualitas materiae disputandae, personarum quae disputant, et loci in quo disputatur, ea sunt quae ostendunt qua quisque forma scribendi uti debet. Quae omnia uno uerbo comprehenduntur "decori".

SCHOLION

Addunt hic uiri doctissimi regulas quasdam ex quibus de librorum merito iudicare possimus. Erudita illa sunt et uiris exercitati iudicii non prorsus inutilia, uerum a proposito nostro aliena. Itaque quas hucusque dedimus regulas ad recte iudicandum satis esse uidentur. Qui enim illas non seruant, ii quidem male scripti sunt libri.

³⁶⁸ Exemplo sint Arriani *Dissertationes Epicteticae*, quae legantissimis figuris constant cum quadam simplicitate orationis.

³⁶⁹ Auctor^[4] ad Herennium, lib. III, cap. 11, seqq.; Quintilianus, *Institutiones Oratoriae*, lib. XI, cap. 1.

^[1]adscendit aliquantum *R²LNV*] adsurgit *R¹* ^[2]ornatius *R²LNV*] interdum ornatius *R¹* ^[3]ceterique. *R²LNV*] ceteri. *R¹* ^[4]Auctor ad Herennium ... seqq. *R²LNV*] *om. R¹*

a ocasião o exigirem. Seria inábil quem não expusesse a geometria senão na forma singular. Porém, a filosofia e sobretudo a teologia podem expor-se num estilo mais floreado, especialmente se discorrermos diante de alguém.

Por exemplo, Cícero escreve segundo a forma singular no *De Officiis*, nos *Topica*, e nas *Partitiones*, mas noutros opúsculos eleva-se um pouco; e até nos *Paradoxa* raramente se exprime de maneira diferente de um orador. Lactâncio escreve segundo a forma singular; no entanto, discorre por vezes com bastante elegância. Jerónimo, porém, ensina ocasionalmente como se discursasse perante uma assembleia. Entre os modernos, escreveram de modo mais elaborado e mais adornado na teologia Q. Corrado, Cunaeus, Nício de Éritras, Cano e Petau; e Gian Vincenzo Gravina, em *De Origine Iuris* e em *De Romano Imperio*; e ainda outros.

E não é só isso, pelo contrário também existem diferentes espécies de discurso no mesmo género, quer singelo, quer mediano, quer sublime, como podemos constatar revolvendo com assiduidade os autores.³⁶⁸ Devemos apenas precaver-nos para não confundirmos inadvertidamente as diversas formas de dizer, o que é censurado principalmente pelos oradores.³⁶⁹

Que as breves advertências feitas sobre esta matéria bastem para os principiantes poderem formar um juízo sobre o estilo. Na verdade, discorre-se copiosamente na retórica sobre este assunto, com base no qual pode adquirir muitos ensinamentos quem o desejar.

[309] COROLÁRIO

A natureza da matéria sobre a qual se discorre, a das pessoas que discorrem e a do lugar em que se discorre tornam manifesta a forma de escrever de que cada um deve servir-se. Tudo isto está incluído numa única palavra: “conveniência”.

Escólio

Varões muito doutos acrescentam neste lugar algumas regras, com base nas quais podemos ajuizar sobre o valor dos livros. Elas são coisas que requerem erudição não totalmente destituídas de utilidade para varões adestrados, sendo, porém, incompatíveis com o meu propósito. Parecem-me por isso suficientes as regras que apresentei até ao momento para ajuizar com segurança, e aqueles que não as observarem escrevem decerto muito mal os seus livros.

³⁶⁸ Sejam exemplo as *Dissertationes Epicteticae* de Arriano, em que se evidenciam figuras de estilo muito elegantes com uma certa simplicidade do discurso.

³⁶⁹ Ver o autor de *Ad Herennium*, liv. IV, cap. 11 e segs, e Quintiliano, *Institutiones Oratoriae*, liv. XI, cap. 1.

CAPVT III

De pedantismo rhetorico profligando^[1]

Si uitia quae in superioribus notauimus, adolescentes, diligenter fugeritis, superuacaneum foret hoc loco de illis uerba facere. Verum cum ista^[2] facile e memoria deleantur tamque procliues in ea sint homines, ut dici uix possit, ea ueluti in tabella depicta oculis subiiciemus, ut in eam intuentes studiose ab his ineptiis abstineatis, si ad aliquam doctrinae laudem peruenire desideratis.

Porro haec uitia generali nomine “*pedantismi*” continentur. Quae uox originem ducit^[3] a “*paedagogis*”, qui, quod pedites sequantur nobiles puerulos, *pedanti* Italica uoce nuncupantur. Hi homines ex diuturno puerulis imperandi usu, eam auctoritatem adfectant,^[4] ut etiam cum aliis hominibus atque de rebus aliis loquentes, uoce, uultu gestuque ipso auctoritatem prae se ferant. Cumque uel humanioribus litteris uel philosophia leuissime eruditi sint, nec suae nec aliorum limae patientes, sic mentem ineptissimis opinionibus imbuunt, omnino ut iudicium deprauent et iudicandi aciem retundant; immo, quod dolendum, frequenter etiam iis quorum educationi dant operam, eadem uitia [310] instillant. Ex quo putidissimus pedantismus, id est generalis ineptia iudicii nascitur, quae, quasi bonarum artium pestis, in adolescentium perniciem longe lateque serpit et cum humaniores litteras, tum grauiores disciplinas contaminat.³⁷⁰

Atque hinc fit manifestum idem recentioribus esse “*pedantam*”, quod Latinis erat “*ineptus*”.³⁷¹ “*Ineptum*” autem illi uocabant eum qui ad bene de rebus iudicandum non erat aptus. Haec autem ineptia iudicii non angustis regionibus finitur, sed perlate patet. Nos tamen eam in duas partes diuidimus, ad quas ineptiae omnes litterariae commode possunt reuocari: *pedantismum rhetoricum*, et *philosophicum*. De illo primum; de altero sequenti capite disputabimus.

Ergo rhetoricus pedantismus in hoc situs est, ut quis litterarum, quae ab humanitate nomen habent, iustum pretium ignoret, nec ad quem finem ab eruditis et sanae

³⁷⁰ Aliam “*pedantismi*” descriptionem tradit Huberus in *Oratione de Pedantismo*, quae latius patet et eos etiam comprehendit qui *uirtute ficta* doctrinam quam habent corrumpunt; uel qui in usu uitae adfectionem aliquam contra iudicium commune produunt. Verum nos propositi memores, de pedantismo litterario, reliquis omissis, tantum dicemus.

³⁷¹ “*Quem enim nos ineptum uocamus, is mihi uidetur ab hoc nomen habere ductum, quod non sit aptus. Nam qui aut tempus quid postulet non uidet aut plura loquitur aut se ostentat aut eorum quibuscum est uel dignitatis uel commodi rationem non habet aut denique in aliquo genere aut inconcinnus aut multus est, is ineptus ‘dicitur’.*” Cicero, *De Oratore*, II, cap. 4.

[1]profligando R²LNV] profligando disseritur R¹ [2]ista R²LNV] haec R¹ [3]ducit R²LNV] trahit R¹ [4]adfectant R²LNV] adfectionem ostendunt R¹

CAPÍTULO III

A extirpação do pedantismo retórico

Se evitardes escrupulosamente, caros jovens, os erros que anteriormente mencionei, é desnecessário discorrer sobre eles neste lugar. Porém, como estes assuntos esquecem facilmente e as pessoas são tão propensas a tais erros que dificilmente encontramos palavras para o explicar, vou expor esses assuntos como se fossem pintados num quadro, para que ao considerá-los com diligência vos abstenhais dessas inépcias, se desejardes alcançar alguma excelência de doutrina.

Ora, esses erros estão incluídos na denominação geral de “pedantismo”, palavra esta que tem a sua origem em “pedagogos”, os quais, por acompanharem como peões as crianças das famílias nobres, se chamam em italiano *pedanti*. Estas pessoas, em virtude do hábito diuturno de darem ordens às crianças, alcançam tal autoridade que também com outras pessoas e exprimindo-se sobre outros assuntos manifestam autoridade pela voz, pelo semblante e pelos próprios gestos. E como elas são muito pouco instruídas, tanto nas letras humanas como na filosofia, e não toleram serem corrigidas por si próprias nem pelos outros, também incutem na mente opiniões muito inábeis a ponto de perverterem totalmente o discernimento e embotarem a agudeza do ajuizar; mais que isso – o que deve deplorar-se –, elas também inculcam com frequência os mesmos erros naqueles a cuja educação se dedicam. [310] Resulta por isso um pedantismo muito importuno, isto é, uma inépcia geral da razão que, como um flagelo das belas-artes, se difunde ao longe e ao largo para desventura dos jovens, corrompendo não apenas as letras humanas, mas também as disciplinas mais severas.³⁷⁰

Torna-se, assim, evidente que “pedante” é para os modernos o mesmo que “inábil” era para os Latinos.³⁷¹ Estes chamavam “inábil” àquele que não possuía aptidão para ajuizar correctamente sobre as coisas. Porém, esta inépcia em ajuizar não se circunscreve a estreitos limites, manifestando-se muito amplamente. Contudo, considero-a segundo dois aspectos, aos quais todas as inépcias literárias podem adequadamente reduzir-se: o pedantismo retórico e o filosófico. Irei discorrer antes de mais sobre o primeiro; e sobre o segundo, no capítulo seguinte.

Portanto, o pedantismo retórico consiste em alguém ignorar o genuíno valor das belas-letras notabilizadas pela espécie humana e em não reconhecer a finalidade

³⁷⁰ Refere Huber outra definição de “pedantismo” em *Oratio de Pedantismo*, uma obra extensa que se ocupa também dos que corrompem os conhecimentos que possuem com um espírito simulado ou dos que revelam na prática da vida uma propensão adversa à opinião comum. Eu, porém, recordando-me do meu propósito, apenas irei referir-me ao pedantismo literário, omitindo os outros.

³⁷¹ “Quando afirmo acerca de alguém que é inábil, parece-me, segundo a etimologia, que é não apto. Com efeito, todo aquele que não compreende o que requerem as circunstâncias, ou fala mais que o necessário, ou se vangloria, ou não tem em consideração nem a dignidade nem os interesses das pessoas com quem convive, ou, em suma, é destituído de qualquer espécie de decoro; esse chama-se ‘inábil’” (Cícero, *De Oratore*, II, cap. 4).

mentis hominibus excoluntur, animaduertat; idque uel inscitia uel uanitate quadam et ostentatione. Quare quicumque hanc ineptiam iudicii uel in rebus uel in uerbis praefert, is pedantismi se alligat.³⁷²

[311] I. Hinc *pedantae* sunt qui perpetuo uni^[1] linguae uel Graecae uel Latinae uel Italicae uel Gallicae excolendae operam nauant ibique aetatem degunt, de reliquis uero eruditionis partibus ne uerbum quidem audire uolunt.³⁷³ A quibus si quaereres quid ipsi post tot ac tantos labores, post utriusque Stephani et Cruscae et Furetarii et Richeleti diligenter excussos commentarios, boni essent dicturi plane intelligeres nihil habere. Nesciunt hi profecto uoces datas homini fuisse, ut sensa animi explicaret, non ut iis expendendis consenesceret. Horum nos nimis multos offendimus qui ab imperitis litteratissimi praedicabantur, qui multo conuenientius indoctissimi appellarentur.

[312] II. Hinc eodem uitio laborant qui de inutilibus argumentis maxima cum animi contentione disputant. Quis enim non rideat eos qui de cibo et uestitu antediluuiario, de primaeva hominum lingua, de characteribus Aegyptiorum, de architectis et conditoribus Pyramidum, de etymologia quorundam nominum, de lingua Carthaginiensium, de poësi et musica antiquissimorum Hebraeorum, de ui

³⁷² Aristóteles,^[2] *Rhetorica*, lib. I, cap. 1, acute uidit et recte probauit rhetoricam ex dialectica proficisci. "Rhetorica, inquit, conuenientiam habet cum dialectica." Et fine cap. "Nam uerum et simile uero eiusdem est facultatis uidere. Simul autem et homines ad uerum natura conformati sunt satis, et plerumque consequuntur ueritatem. Quamobrem ad probabilia conicienda se habere eius est qui eodem modo se habeat ad ueritatem. Ac alios quidem ea quae sunt extra rem, praecipere, et qua de caussa magis deflexerint ad Iuris disputationem, apparet".

³⁷³ Non defuere uiri docti qui ex nimio Latinitatis studio fuderint ineptias. Melchior Inchoferus existimauit, beatos in caelo Latine locuturos, et Christum interdum Latine locutum esse. *Historia Sacrae Latinitatis*, lib. V, cap. 2 et 4, Ringelbergius adfirmauit gloriam Latine et polite scribendi inter humanos conatus omnes summum tenere locum, seque in eadem uitam finire decreuisse confessus est. Alii alio modo ineptiuerunt. Fridericus Taubmannus contendit salutem imperii Romano-Germanici linguae Latinae beneficio contineri. Bernardus Aldrete Hispanus serio adfirmauit Latinam linguam esse illud labium electum quod Deus per Sophoniam cunctis notionibus promisit. Lazarus Bonamicus pronuntiauit, se magis uelle loqui ut Cicero, quam esse Pontificem Romanum. Nec Gallicae linguae suus defuit defensor. Ioannes Labourerius quidam domesticam linguam prae Latina singulari libro defendit, contra quem Slusius causam Latini sermonis egit. Vt mittam quae de Hispanica, Italica, ceteris disputata sunt, Confer. Ioann. Laur. Moshemius, in *Praefatio ad Librum Huberti Folietae de Linguae Latinae Vsu, et Praestantia*. Hamburg. 1723, 8; et in *Adnotationes*, p. 82. seqq.; Walchius, *Historia Latinae Linguae*, cap. 3, § 5.

^[1]uni R²LNV] om. R¹ ^[2]Aristoteles ... apparet. R²LNV] om. R¹

segundo a qual foram cultivadas pelos eruditos e pelas pessoas de mente sã, quer por ignorância, quer por uma certa frivolidade e ostentação. Por isso, todo aquele que manifestar esta inépcia em ajuizar, tanto a respeito das coisas como das palavras, submete-se ao pedantismo.³⁷²

[311] I. São, por conseguinte, pedantes os que se dedicam continuamente ao cultivo de uma só língua, quer seja a grega, quer a latina, quer a italiana, quer a francesa, consumindo com isso todo o tempo, mas não desejando ouvir ao menos uma palavra sobre outras espécies de conhecimento.³⁷³ Se lhes perguntássemos o que teriam de proveitoso para dizer após tantas e tão grandes canseiras e após tantos comentários diligentemente examinados de um e outro Estêvão, de Crusca, de Furetière, de Richelet, aperceber-nos-íamos claramente nada terem para dizer. Na verdade, eles desconhecem que a linguagem foi outorgada ao homem para expor os seus pensamentos e não para envelhecer reflectindo sobre ela. Deparamos com muitíssimas destas pessoas que são exaltadas pelos ignorantes como grandemente instruídas, as quais de modo muito mais apropriado deviam considerar-se extremamente ignorantes.

[312] II. Incurrem também no mesmo erro os que discutem assuntos inúteis com enorme aplicação de espírito. Com efeito, quem não escarnece dos que discutem com grandes clamores acerca da comida e do vestuário dos antediluvianos, da primeva linguagem dos homens, dos caracteres dos Egípcios, dos arquitectos e dos inventores das pirâmides, da etimologia de certos nomes, da língua dos Cartagineses, da poesia e da música dos mais antigos Hebreus, da significação e das propriedades

³⁷² Aristóteles (*Retórica*, liv. I, cap. 1) reconheceu de modo penetrante e demonstrou convenientemente que a retórica se originou na dialéctica. “A retórica – afirma ele – está em conformidade com a dialéctica”. E no final do capítulo: “Com efeito, o verdadeiro e o provável parecem possuir as mesmas propriedades. Por outro lado, os seres humanos estão constituídos por natureza para alcançarem a verdade e geralmente alcançam-na. Eis porque é próprio de quem propende para conjecturar sobre o provável propender igualmente para a verdade. Mas outros ensinam coisas despropositadas, motivo por que é manifesto que se apartam para as discussões sobre o direito”.

³⁷³ Existem varões doutos que por excessivo apego pela latinidade difundiram inépcias. Melchior Inchofer pensava que os bem-aventurados no Céu falavam latim e que Cristo se exprimiu por vezes em latim. Em *Historia Sacrae Latinitatis* (liv. V, caps. 2 e 4) afirmou Ringelbergh que a glória de escrever em latim e com elegância ocupa entre todas as propensões humanas o lugar supremo, declarando ter decidido chegar ao fim da vida nessa glória. Outros deliraram de outro modo. Frederico Taubmann sustentava que a preservação do império Romano-Germânico estava baseada na língua latina. O espanhol Bernardo Aldrete asseverou de modo sério que a língua latina é um lábio excelente que Deus outorgou sabiamente a todos os povos. Lázaro Buonamici proclamou desejar de preferência falar como Cícero do que ser pontífice romano, não deixando, no entanto, de ser defensor da língua francesa. Um certo Jean Le Laboureur defendeu num livro singular uma língua nacional em vez da latina, contra a qual Sluse advogou a causa da língua latina. Omito o que foi discutido a respeito da língua espanhola, da italiana e de outras. Cf. Johann Lorentz von Mosheim, *Praefatio ad Librum Huberti Folietae de Linguae Latinae Vsu et Praestantia*, Hamburgo, 1723; *Annotationes*, p. 82 e segs.; Walch, *Historia Latinae Linguae*, cap. 3, § 5.

ac potestate quarumdam uocum quae in Aristotele aut Pacuuio exstant, magnis cum clamoribus altercantur? Fuerint haec tironibus explicanda, sed praetereundo.³⁷⁴

III. Hic etiam in eundem censum ueniunt qui philosophiam ab eloquentia seiungunt, et tum demum se optime Latine philosophari putant, si uocabulis et barbaris et obscuris, tum et stilo minime Latino sua exponunt, idque sine ullo ordine, clamitantes philosophum res ipsas, non uerba, curare debere. Quasi Plato et Aristoteles et Theophrastus, non iidem et philosophi et pure^[1] loquentes exstiterint; aut quasi Cicero, Celsus, Lucretius, Mela, Columella, Manilius non ii sint qui elegantiam Latinae linguae una cum doctrinae apparatu ad nos usque transmiserunt.

Eodem nomine censentur illi qui eloquentiam ambitu periodorum et figurarum uehementiorum copia definiunt, ac sibi persuadent se harum regularum ope de quacumque materia apte et intelligenter esse disputaturos. In quod uitium rhetores tantum non omnes incurrunt qui de rebus, quas non norunt, disputaturi, ex locis communibus copiose et magnifice disserunt, quin aliquid commode dicant; aut nos de iis, quae cupimus, faciant doctiores.

Muretus, ceteroqui summus orator XVI saeculi, dicturus de praestantia studii theologici,³⁷⁵ tanta ingenii ubertate et elegancia sermonis^[2] disputat, omnino ut imponat [313] ineruditis. Verum emunctae naris homines in eo dicendi copiam laudant, theologiam requirunt, ac aperte^[3] cognoscunt hominem plane hospitem in theologia esse. Iis ego omnibus Ciceronis auctoritatem oppono, disertis uerbis praedicantem se quidquid in oratoria profecisset ex philosophia profecisse.³⁷⁶

III. Hinc et illi reprehendendi sunt qui in oratoria arte ab Aristotelis aut Ciceronis uerbis, ne dum praeceptis, ne minimum quid recedunt, et rident alios qui nullo exemplo, sed ex rectae rationis praescripto aliqua dicunt. Hic pedantismus doctissimos homines aliquando peruasit, qui mordicus tuentur nihil de hac arte excogitari posse quod illis^[4] non fuerit exploratum et^[5] traditum.

At quam inepte isti^[6] iudicent, ex scriptis aliorum quae sunt in manibus facile demonstratur. E Graecis, Dionysius Halicarnasseus, Lucianus, Hermogenes, Aristides,

³⁷⁴ "Quattuor milia librorum Didymus grammaticus scripsit, miser si tam multa superuacua legisset. In his libris de patria Homeri quaeritur, in his de Aeneae matre uera, in his libidinosior Anacreon, an ebriosior uixerit, in his an Sappho publica fuerit, et alia quae erant dediscenda si scires". Seneca *Epistola* 88; Walchius, *De Nugis*; Salernitanus de eodem.

³⁷⁵ Tomo I, *Orat.* 1.

³⁷⁶ "Fateor me oratorem, si modo sim aut etiam quicumque sim, non ex rhetorum officinis, sed ex Academiae spatiis exstitisse." In *Oratore*, cap. 3.

^[1]pure loquentes *R²LNV*] eloquentissimi *R¹* ^[2]sermonis *R²LNV*] orationis *R¹* ^[3]aperte *R²LNV*] plane *R¹* ^[4]illis *R²LNV*] illis duobus *R¹* ^[5]et traditum. *R²LNV*] *om. R¹* ^[6]isti *R²LNV*] ipsi *R¹*

de certas palavras que aparecem em Aristóteles ou em Pacúvio? Este assunto devia ser explicado aos principiantes, mas passo-o em silêncio.³⁷⁴

III. Incluem-se ainda na mesma categoria os que divorciam a filosofia da eloquência, julgando, por um lado, filosofarem excelentemente em latim, servindo-se de vocábulos bárbaros e obscuros e expondo, por outro, em estilo de modo algum latino os seus pensamentos, e isso desordenadamente; e proclamando dever o filósofo ocupar-se das próprias coisas e não das palavras. Como se Platão, Aristóteles e Teofrasto não sobressaíssem não apenas como filósofos, mas também claramente como pensadores expressivos; ou como se Cícero, Celso, Lucrecio, Mela, Columela e Manílio não fossem os que nos deram a conhecer a elegância da língua latina juntamente com a magnificência da doutrina.

Consideram-se de modo idêntico os que definem a eloquência pela extensão dos períodos e pela abundância das figuras mais veementes, persuadindo-se de que hão-de discorrer de maneira apropriada e com discernimento sobre qualquer matéria recorrendo a estes preceitos. Incurrem neste erro quase todos os oradores, os quais, propondo-se discutir assuntos que desconhecem, discorrem copiosamente e com magnificência baseando-se em lugares comuns sem exprimirem nada convenientemente ou que nos torne mais doutos sobre o que desejamos.

Muret, aliás um eminente orador do século XVI, ao exprimir-se sobre a superioridade dos estudos teológicos,³⁷⁵ discorre com tanta abundância de engenho e elegância de linguagem que engana totalmente os ignorantes. [313] Na verdade, as pessoas perspicazes louvam nele a eloquência expressiva, mas exigem a teologia e reconhecem abertamente que o indivíduo é totalmente leigo nessa matéria. A todos estes eu oponho a autoridade de Cícero, que proclama com palavras expressivas que todos os progressos feitos na oratória foram feitos com base na filosofia.³⁷⁶

IV. Também devem ser censurados os que na arte oratória não se apartam nem sequer minimamente dos preceitos de Aristóteles ou das palavras de Cícero e escarnecem dos outros que se exprimem sem nenhuns exemplos, mas com base nas prescrições da razão. Este pedantismo propaga-se por vezes às pessoas mais dotas, que sustentam obstinadamente nada poder pensar-se desta arte que não tenha sido investigado e transmitido por elas.

Demonstra-se, porém, facilmente com base nos escritos de outros ser evidente como eles ajuízam com inépcia. Entre os Gregos, ensinaram muitas coisas excelentes

³⁷⁴ “O gramático Dídimos escreveu quatro mil livros; eu já teria pena dele se se tivesse limitado a ler tanta bagatela! Nuns livros investiga qual a pátria de Homero; noutros, qual foi a verdadeira mãe de Eneias; noutros, se Anacreonte se entregou mais à vida de prazer que à bebida; noutros, se Safo foi prostituta; em suma, coisas que, se as soubéssemos, deveríamos procurar esquecer” (Séneca, *Ep.*, 88). Walch, *De Nugis*; Salernitano, sobre o mesmo assunto.

³⁷⁵ Tomo I, *Orat.* 1.

³⁷⁶ “Reconheço que, se sou orador, ou quem quer que eu seja, não me distingui em virtude das escolas dos retóricos, mas das arenas da Academia” (Cícero, *Orator*, cap. 3).

Aphthonius, Longinus, Demetrius, ceteri, pulcherrima multa, ipsi Aristoteli et Ciceroni non animaduersa, tradiderunt.³⁷⁷ E Latinis, Horatius, M. Seneca, auctor de caussis corruptae eloquentiae, Quintilianus et alii de iisdem subtiliter disseruerunt, et quaedam de suo addiderunt uel illustrarunt. Addas oratores, Demosthenem, Isocratem, M. Senecam, Quintilianii declamationes, Plinium Caecilium, Ausonium, Pacatum; immo et Basilium M., Chrysostomum, Nazianzenum, Nyssenum, Ambrosium, ceterosque, qui omnes dicendi uim augere et amplificare possunt.

Quid? Istud didascalicum disputandi genus quo recentiores³⁷⁸ adeo delectantur omnino est nouum, nec ad iudiciale, deliberatiuum, uel demonstratiuum genus pertinet, ideoque^[1] penitus foret delendum, quia in Aristotele [314] et Cicerone non exstat. Monuit iam olim uir doctus³⁷⁹ non omnia quae ab oratore tractantur ad tria illa peruulgata caussarum genera stricte posse reuocari, adeoque primam et secundam Ciceronis *In Catilinam* ad nullum genus, si^[2] ueterum praecepta sequimur, spectare. Itaque audiendi non sunt qui tam artis regionibus eloquentiae ambitum definiunt.

V. Hinc inepti sunt qui optimis libris legendis, non rerum copiam selectam, non ordinem quo argumenta nectuntur, non peracre iudicium, non dicendi uim, non castitatem, perspicuitatem et suauitatem sermonis, non alia multa numero quae in scriptore elucent, mirantur; sed paucos grammaticae naeuos qui imprudenti et aliud cogitanti exciderunt, uerba aliqua obsoleta, orthographiae flagitia non nulla colligunt et imprudenter exsultant, quasi uero pulcherrimam eruditionis copiam ostentarent probarentque reipublicae litterariae se criticos esse omnibus numeris perfectos.^[3]

Commodum notari haec possunt, cum amicus me rogat ut librum iusta^[4] de caussa excutiam, cum de eo data occasione loquimur, cum aliquis contendit nullum in eo uitium haberi grammaticae, uerbo, cum necesse est. Secus ineptissimus pedantismus et^[5] est et haberi debet qui arguit pusillum ingenium nullum iudicium et, ut paucis comprehendam, hominem qui glande, fructibus relictis, uesci amat. Tolerabilia haec fuerint in Laurentio Valla, homine grammatico, qui haec studia suscitare in Europa

³⁷⁷ Vide Vossium *Institutiones Oratoriae* Tom. I, p. 347, ubi de Hermogene agit; et Nunesium, *Rhetorica* lib. III, p. 247; et Gaspar. Laurent. *Praefatio in Hermogenem*.

³⁷⁸ Muretus, Maioragius, Palaearius, Amasaesus, Perpinianus, Bencius, Ferrarius, Cunaeus, Cellarius, Graeuus, Borrichius, Politius, ceteri.

³⁷⁹ Muretus *Praefationibus Commentarium In Catilinariam I. et II.* Confer. Timplerus, *Systema Rhetoricae*, lib. V, cap. I, q. 5. Si^[6] tamen rem ipsam penitus consideramus, ad genus demonstratiuum reduci potest.

^[1]ideoque *R²LNV*] adeoque *R¹* ^[2]si ... sequimur *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[3]perfectos. *R²LNV*] absolutos. *R¹* ^[4]iusta de caussa *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[5]et ... debet *R²LNV*] nominatur *R¹* ^[6]Si ... potest. *R²LNV*] *om.* *R¹*

– não referidas pelo próprio Aristóteles nem por Cícero – Dionísio de Halicarnasso, Luciano, Hermógenes, Aristides, Aftónio, Longino, Demétrio e outros.³⁷⁷ Entre os Latinos, discorreram com perspicácia sobre os mesmos temas Horácio, M. Séneca, o autor das causas da corrupção da eloquência, Quintiliano e outros, que acrescentaram ou esclareceram pela sua parte certos assuntos. Devem acrescentar-se os oradores, como Demóstenes, Isócrates e M. Séneca, os discursos de Quintiliano, Plínio Cecílio, Ausónio, Pacato; e ainda Basílio Magno, Crisóstomo, Nazianzeno, Nisseno, Ambrósio e outros, podendo todos eles engrandecer e dignificar a eloquência.

E que mais direi? Este género didáctico de discorrer, com o qual os modernos se comprazem tanto,³⁷⁸ é totalmente novo, não fazendo parte do género judicial, nem do deliberativo, nem do demonstrativo, devendo por isso ser totalmente abolido, dado não existir em Aristóteles [314] e em Cícero. Advertiu outrora um varão douto³⁷⁹ que nem todos os assuntos tratados pelo orador podem reduzir-se estritamente aos referidos três géneros vulgares de causas, pelo que a primeira e a segunda Catilinária de Cícero não se referem a nenhum género, se observarmos os preceitos dos antigos. Portanto, não devem ser ouvidos os que circunscrevem a limites tão estreitos o âmbito da eloquência.

V. São, por outro lado, inábeis os que, lendo os melhores livros, não têm um grande apreço pela magnificência dos assuntos, pela ordem segundo a qual eles estão concatenados, pelo juízo penetrante, pela capacidade expressiva, pela pureza, pela transparência e pela beleza da linguagem e por numerosas outras coisas que resplandecem no escritor; pelo contrário, catam uns poucos erros de gramática que escaparam ao ignorante ou distraído com outras coisas, algumas palavras obsoletas, umas tantas grialhas de ortografia e exultam impudentemente como se ostentassem uma belíssima riqueza de erudição e pretendessem demonstrar à república literária que são críticos consumados em todas as matérias.

Estas coisas podem exprimir-se de modo adequado quando um amigo me pede que eu examine cuidadosamente um livro a respeito de uma causa legítima, quando falo sobre ele em determinada ocasião, quando alguém porfia não existir nele nenhum erro de gramática, numa palavra, quando for necessário. De outra maneira, trata-se de um pedantismo extremamente inábil, e quem censura deve considerar-se um espírito tacanho, desprovido de discernimento e – para me exprimir em poucas palavras – uma pessoa que gosta de alimentar-se de bolotas, desprezando os frutos. Estas coisas seriam toleráveis em Lorenzo Valla, um filólogo que desejava

³⁷⁷ Ver Vossius em *Institutiones Oratoriae* (t. I, p. 347), onde se refere a Hermógenes; Núñez, *Rhetorica*, liv. III, p. 247; Gaspar Laurent, *Praefatio in Hermogenem*.

³⁷⁸ Muret, Maioraggio, Paleário, Amaseo, Perpilhão, Benci, Ferrara, Cunaeus, Cellarius, Grévin, Borrichius, Politi e outros.

³⁷⁹ Muret, *Praefationibus Commentarium in Catilinariam I. et II.* Cf. Timpler, *Systema Rhetoricae*, liv. V, cap. 1, q. 5. Contudo, se examinarmos em profundidade o assunto, pode reduzir-se ao género demonstrativo.

cupiebat, contra eos qui^[1] eum conuiciis prosequerentur. Quod etiam, atque eodem nomine, Gaspar Scioppius fecit. Tamen hic modeste Vossium de uitii sermonis reprehendit. Nollem tam acriter in Famianum Stradam et Maffeiū inueheretur, scriptores eos^[2] quidem qui suis naeuis non carent, sed politos et eloquentes. In aliis uero reprehendenda sunt.³⁸⁰

[315] Quod si ob non nullos naeuos aut singulares uoces scriptores eruditissimi essent condemnandi nec ipsi Latinitatis conditores effugerent quin ab aliis reprehenderentur. Statilius Maximus³⁸¹ libros scripsit de singularibus uerbis apud Ciceronem positis. Vbertus Folieta,³⁸² Campianus,³⁸³ Taubmanus,³⁸⁴ Andreas Iulius Dornmeierus,³⁸⁵ Andreas Schottus,³⁸⁶ plurima in Cicerone notarunt. Quae tamen, ut monet uir clarissimus,³⁸⁷ dignitati stili ac Latinitati Ciceronis nihil detrahunt^[3] Quam^[4] multa in Crispo, scriptore politissimo et uere Romano, repudiarunt obsoleta uerba, insolentia, hellenismos, et id genus alia Gellius,^[5] Asinius Pollio apud Suetonium, et praeter ceteros grauissimus censor Scioppius.³⁸⁸ In Nepote et Caesare, elegantiae et urbanitatis Romanae magistris, ut uel ipsi soli Latine loqui uiderentur, nonne homines^[6] emunctae naris uerba quaedam insolentia notarunt?³⁸⁹ Quid Curtius? tersae natiuae et emendatissimae Latinitatis cultor,^[7] nonne ab quasdam uoces grammaticorum scuticam meruit? Tamen hi omnes, ut reliquos omittam, cultissimae dictionis sunt conditores, ab iisque, quidquid in Latinitate scimus, didicimus.

VI. Hinc etiam in stilo, si alibi usquam, pedantismus puerilis frequenter occurrit. Sunt homines qui tanto in Ciceronem amore feruntur, ut religio ipsis sit aliquid dicere

³⁸⁰ Salmasius, uir doctus, leuissima quaeque in Solino reprehendit, cum tamen ipse, ut notat Petauius, admittat grauiora. Etiam Casaubonus in suis illis *Animaduersionibus in Baronium* uel minima quaeque, operis^[8] Herculei plane laboris, reprehendit, et ad sex usque millia errata in eo grauissima notari posse contendit, non animaduertens se et non minora peccare et, si illic esset, peiora Baronio commissurum.

³⁸¹ Apud Sosipatrum Charisium, *Lib. II. Inst. Gram.*, p. 175. 194.

³⁸² *De Vsū et Praestantia Latini Sermonis Lib. II.*

³⁸³ *De Imitatione Rhetoricae*, cap. 5.

³⁸⁴ *Dissertatio de Latina Lingua.*

³⁸⁵ *De Vitioso Ciceronis Imitatore.*

³⁸⁶ *Cicero a Calumniis Vindicatus*, cap. 7.

³⁸⁷ Walchius, *Historia Critica Linguae Latinae*, cap. 9. p. 615.

³⁸⁸ *De Stilo Historico*, p. 197.

³⁸⁹ Walchius *loco citat.*

^[1]qui ... conuiciis *R²LNV*] qui illum dicteris et conuiciis *R¹* ^[2]eos *R²LNV*] illos *R¹* ^[3]detrahunt. *R²LNV*] possunt detrahere. *R¹* ^[4]Quam multa *R²LNV*] Quot enim *R¹* ^[5]Gellius *R¹*] Agellius *R²LNV* ^[6]homines ... naris *R²LNV*] oculati homines *R¹* ^[7]cultor *R²LNV*] studiosus *R¹* ^[8]operis ... laboris *R²LNV*] *om. R¹*

estimular estes estudos na Europa contra aqueles que o insultavam com invectivas. Como também procedeu, e com a mesma reputação, Gaspar Schopp. Contudo, este censurou moderadamente Vossius a respeito de erros de linguagem. Eu não desejaria invectivar tão severamente Famiano Strada e Maffei, escritores que não estão, sem dúvida, isentos de erros, mas escritores instruídos e eloquentes. Noutros, certamente, devem ser criticadas muitas coisas.³⁸⁰

[315] Porém, se os escritores mais eruditos devessem ser censurados por causa de alguns erros ou de opiniões singulares, então nem os próprios fundadores da latinidade evitariam ser criticados pelos outros. Estátílio Máximo³⁸¹ escreveu livros sobre opiniões singulares expostas em Cícero. Uberto Foglietta,³⁸² Campian,³⁸³ Taubmann,³⁸⁴ André Iulius Dornmeyer³⁸⁵ e André Schott³⁸⁶ censuraram muitas coisas em Cícero, que, no entanto – como adverte um varão muito ilustre³⁸⁷ –, em nada depreciam a magnificência do estilo e da latinidade de Cícero. Quão grande número de palavras obsoletas, de termos insólitos e de helenismos foram rejeitados em Crispo, um escritor muito apurado e verdadeiramente romano; e outras coisas deste género em Suetónio, por Gélio e Asínio Polião e, além de outros, pelo gravíssimo crítico literário Schopp!³⁸⁸ Em Nepos e em César, mestres da clareza e da elegância romanas – a ponto de apenas eles parecerem exprimir-se em bom latim –, porventura pessoas sagazes não censuraram certas coisas insólitas?³⁸⁹ E o que dizer de Cúrsio? O cultor da elegante, genuína e puríssima latinidade não mereceu porventura o azorrage dos gramáticos por causa do uso de certas palavras? Contudo, todos estes, omitindo outros, são autores com uma linguagem muito cultivada. E nós aprendemos com eles tudo o que sabemos sobre a latinidade.

VI. Também no estilo, e não só, se manifesta com frequência um pedantismo pueril. Há pessoas que são impelidas com tanta paixão para Cícero que para elas a impiedade consiste em afirmar [316] e pensar algo que não pode ser exposto pelas palavras e pela forma de se exprimir de Cícero, ou seja, que não pode ser

³⁸⁰ Saumaise, varão douto, censura em Solino tudo o que seja da menor importância. No entanto, como refere Petau, ele próprio tolera coisas mais graves. Também Casaubon censura nas suas *Animadversiones in Baronium* todos os erros insignificantes da sua obra, o que exigiu um esforço totalmente hercúleo, afirmando poderem assinalar-se nela mais de seis mil erros gravíssimos, mas não reconhecendo que também ele peca em assuntos importantes; e, se estivesse no seu lugar, haveria de cometer faltas mais graves que Baron.

³⁸¹ Em Sosípatro Carísio, *Institutiones Grammaticae*, liv. II, pp. 175 e 194.

³⁸² *De Vsu et Praestantia Latini Sermonis*, liv. II.

³⁸³ *De Imitatione Rhetoricae*, cap. 5.

³⁸⁴ *Dissertatio de Latina Lingua*.

³⁸⁵ *De Vitioso Ciceronis Imitatore*.

³⁸⁶ *Cicero a Calumniis Vindicatus*, cap. 7.

³⁸⁷ Walch, *Historia Critica Linguae Latinae*, cap. 9, p. 615.

³⁸⁸ *De Stilo Historico*, p. 197.

³⁸⁹ Walch, *loc. cit.*

[316] et cogitare quod non Ciceronis uerbis et dicendi forma explicari queat, id est, quod non in foro et curia, idque republica Romana stante, sine reprehensione dici posset. Fuere in hac puerili haeresi Christophorus Longolius, Pomponius Laetus, Paullus Manutius, Lazarus Bonamicus, Marius Nizolius, ceterique nimis multi quos doctissimi homines, et qui penitus cognoscebant quo pacto bonos scriptores imitari deberemus, merito deriserunt.³⁹⁰

Quid enim? Solus Cicero, non uero^[1] Terentius, non Lucretius, non Catullus, non Tibullus et Propertius, non Caesar et Hirtius et Nepos et Liuius et Horatius et Caelius et Pompeius et Brutus et Cassius et Virgilius et Phaedrus et Celsus et Laberius et Syrus et Seuerus Latine sciunt et loquuntur? Atqui ego non dicam ex Quinctiliano aliquo, aut Plinio Caecilio, aut Silio Italico, aut Asconio, aut Gellio;^[2] sed ex ipso Appuleio, Apicio, Vegetio, Sammonico in Latinitate proficere non dubitarim.

Quod si de re Christiana scribere coactus sim, cur non Minucium Felicem et Lactantium et Sulpicium Seuerum, homines bene Latine loquentes? Cur non etiam Ambrosium, Hilarium, Hieronymum, Rufinum, uiros eloquentissimos? Et, si necesse sit, Tertullianum etiam et Arnobium et alios consulere possum, ab iisque uerba prioribus inaudita desumere, ut ea quae alii non adtigerunt explicem?^[3] M. Tullius hoc interdixit ne fieret, quem uidemus ubique plenum esse nouitatis, praesertim cum didascalica forma disputat?³⁹¹ Horatius hoc uetuit?³⁹² Quid? Putemus uerba a principio simul cum caelo ac sideribus ipso a Deo condita et certum his numerum esse constitutum quibus nouum aliud uerbum addere aut uetus commutare non liceat? Non uerba omnia suos habent auctores? Non docti ad unum omnes nouarunt [317] infinita? Non uulgi rustici, multitudoque infima principium dedit quamplurimis?³⁹³

Atque ego existimo Ciceronem, si hic sit, cum tot res in disciplinis nouas antiquis plane incognitas uideret et in animo reputaret, potius amaturum uocabulis nouis uti, quam maximo cum dedecore obmutescere.³⁹⁴ Neque uero omnem deducendi et fingendi licentiam probo, sed congruentem consuetudini eorum qui bene Latine loquuntur.³⁹⁵

³⁹⁰ Vide Dornmeierum, *De Vitioso Ciceronis Imitatore*.

³⁹¹ Cicer. *De Finibus*, L. III, princ.

³⁹² “[.....] Si forte necesse est
Indiciis monstrare recentibus abdita rerum,
Fingere cinctutis non exaudita Cethegis
Continget, dabiturque licentia sumta prudenter.”
(Horat. *Poëtica*, v. 48).

³⁹³ Vide Virum dissertissimum Q. Marium Corradum, *De Copia Latini Sermonis*, lib. II, p. 54.

³⁹⁴ Vide Vorstium, *De Latinitate merito Suspecta*, cap. I, et Taubmanum, *Dissertatio de Latina Lingua*, p. 40, et Olaum Borrich. *De Aetate Latinae Linguae*, p. 39.

³⁹⁵ Vide Gasp. Sagittarium, *De Imitatione Ciceronis*, § 53.

^[1]uero R²LNV] autem R^t ^[2]Gellio R^t] Agellio R²LNV ^[3]explicem R²LNV] explicemus R^t

proferido sem reprovação na praça pública e na cúria enquanto subsistir o Estado romano. Admitiram esta opinião pueril Cristóvão Longólio, Pompónio Leto, Paulo Manúcio, Lázaro Buonamici, Mário Nizzoli e muitíssimos outros de quem pessoas doutíssimas escarneceram justamente e que conheciam em profundidade de que forma devemos imitar os bons autores.³⁹⁰

Pois quê? São apenas Cícero (e não Terêncio, Lucrécio, Catulo, Tibulo), e Propércio (e não César) e Hércio e Nepos e Lívio e Horácio e Célio e Pompeu e Bruto e Cássio e Virgílio e Fedro e Celso e Labério e Siro e Severo, que sabem e falam latim? Não direi, certamente, que aqueles tenham feito progressos na latinidade com base nalgum Quintiliano, ou Plínio Cecílio ou Sílio Itálico, ou Ascónio ou Gélio, mas não duvidaria de que foi a partir do próprio Apuleio, de Apício, de Vegécio e de Samónico.

Se eu for coagido a escrever acerca de temas cristãos, por que não aludir a Minúcio Félix, a Lactâncio e a Sulpício Severo, autores que se exprimiram correctamente em latim? E por que não fazer também alusão a Ambrósio, a Hilário, a Jerónimo e a Rufino, varões eloquentíssimos? E, se for necessário, não posso igualmente ocupar-me de Tertuliano, de Arnóbio e de outros e obter dos mais importantes palavras inauditas para explicar os assuntos que outros não compreenderam? Marco Túlio – que verificamos estar por toda a parte pleno de inovações, sobretudo quando discorre de forma didáctica – proibiu que isso se fizesse?³⁹¹ E Horácio opôs-se a isso?³⁹² E que mais? Considerando as palavras criadas pelo próprio Deus desde o princípio do mundo ao mesmo tempo que o céu e os astros, e considerando que elas constituem um número definido, não é lícito acrescentar-lhes uma nova palavra ou alterar uma antiga? As palavras não têm todas os seus criadores? Os sábios todos, sem excepção, não inovaram [317] em inumeráveis assuntos? E o vulgo, os camponeses e a multidão obscura não deram início a muitíssimas coisas?³⁹³

Mas eu julgo que Cícero, se aqui estivesse, ao examinar e ao considerar no seu espírito tantos assuntos novos nas suas doutrinas totalmente desconhecidos dos antigos, haveria de desejar servir-se preferentemente de novos vocábulos a guardar silêncio com suma desonra.³⁹⁴ Não aprovo, porém, toda a liberdade desregrada de escrever e de ensinar, mas aquilo que está de acordo com o hábito dos que se exprimem correctamente em latim,³⁹⁵ o que o próprio Cícero realizou com o mais

³⁹⁰ Ver Dornmeyer, *De Vitioso Ciceronis Imitatore*.

³⁹¹ Cícero, *De Finibus*, III (no início).

³⁹² “[.....] Se porventura for necessário dar a conhecer coisas desconhecidas com vocábulos recém-criados e formar palavras nunca ouvidas pelos Cetegos cintados, podes fazê-lo e ser-te-á dada permissão, desde que procedas com prudência” (Horácio, *Ars Poëtica*, v. 48).

³⁹³ Ver o eloquentíssimo varão Quinto Mário Corrado, *De Copia Latini Sermonis*, liv. II, p. 54.

³⁹⁴ Ver Vorstius, *De Latinitate Merito Suspecta*, cap. 1; Taubmann, *Dissertatio de Latina Lingua*, p. 40, e Olavo Borrichius, *De Aetate Latinae Linguae*, p. 39.

³⁹⁵ Ver Gaspar Sagittarius, *De Imitatione Ciceronis*, § 53.

quod ipse Cicero summo cum iudicio fecit. Itaque, qui haec ignorant et nihilominus alios reprehendunt, ii quidem nec Ciceroniani sunt nec Latini, sed scioli quidam et inepti, qui ludibrium debent uiris doctis. Periculum faciant scribendo,^[1] tum demum intelligent quam difficile sit omnia Ciceronis uerbis ac dictione explicare. Quid enim simile habet Cicero et Nepos, Liuius et Celsus? Tamen hi omnes et tersissimi sunt et plane aurei. Itaque non omne quod Ciceronianum non est e Latio explodendum est.

VII. Quid illi qui uetustissimam orthographiam adfectant, et ut antiquissimorum librorum callentissimi habeantur, ita scribunt, ut fragmenta iuris Papiriani, aut Decemuiralis, aut ipsam Duilianae columnae inscriptionem te uidere putes? Quod si aliquid limatius cupiunt scribere, archaismos omnes et hellenismos Pacuuii, Caecilii, Ennii et Plauti colligunt, et quando cum iis scripta sua, tamquam si essent lumina sententiarum, distinguunt, plaudunt sibi, quasi uero tetigerint ipsum fastigium Latinitatis. Legimus quemdam Hispanum, uirum doctum, qui quaedam poëmata et orationes eo dicendi genere contexuit, ut Saliari carmine³⁹⁶ compositas fuisse diceres, adeo uoces erant obsoletae, et phrases perturbatae, et^[2] quae parum intelligi possent. Qui **[318]** quidem pedantismus merito explodendus uidetur.

VIII. Hinc et illi reprehenduntur qui decorum aut loquendo, aut scribendo non seruant. Qui magnificentiam stili ineptissime persequuntur, nec modo cupiunt bene et eleganter loqui, sed mirabiliter atque adeo incredibili modo sermocinari, sibi laudi ducunt. Hi tam multa et differentia in isto genere peccant, uix ut acruatim notari, sed in singulas classes tributi a nobis percensendi uideantur.

1. Quidam magnifica uerba et orationem rebus uulgaribus^[3] adaptant, Polyphemi cothurnos puerulo et omnia stilo graui depingunt. Si de rebus suis domesticis dicturi sunt, ea magniloquentia disputant, ut Marius ipse ad populum Romanum prae illis^[4] humili stilo loqui uideatur. Si comoedias, si tragoedias, aut quid simile lucubrant, eandem orationem Dauo et Oedipo tribuunt, Tytirus eodem modo loquitur, ac Aeneas; ancilla, ac philosophus; senex, ac puer. Quod si ad amicum familiariter scribunt, tanto apparatu uerborum, et sententiarum grauitate disserunt, ut existimes Ciceronem ad Senatam de Parthico bello, aut ad Catonem de consequendo triumpho scribere. Quid? ffendes obscurissimos scriptores qui cum libros nullius pretii et usus edant in uulgus, tam grauitate auctoritate praefantur, ut Cicero ipse de laudibus Caesaris, aut Pompeii non aequae magnifice contionaretur.

³⁹⁶ “Saliorum carmina uix sacerdotibus suis satis intellecta, sed illa mutari uetat religio, et consecratis utendum est.” (Quintilianus, *Institutiones Oratoriae*, lib. I, cap. 6).

^[1]scribendo *R²LNV*] in scribendo *R¹* ^[2]et ... possent. *R²LNV*] ac parum intelligibiles. *R¹* ^[3]uulgaribus *R²LNV*] triuialibus *R¹* ^[4]illis *R²LNV*] ipsis *R¹*

elevado discernimento. Por isso, os que desconhecem estas coisas e, não obstante, censuram os outros não são efectivamente ciceronianos nem latinos, mas certos ignorantes e inábeis de que escarnecem os varões doutos. Experimentem eles escrever e somente então poderão entender como é difícil expor todos os assuntos com as palavras e com a linguagem de Cícero. E em que se assemelham Cícero e Nepos, Lívio e Celso? Todos eles são muito esmerados e inteiramente adornados. Portanto, nem tudo o que não é ciceroniano deve ser banido do Lácio.

VII. Que dizer daqueles que procuram mostrar uma ortografia obsoleta e que para serem considerados muito conhecedores dos livros mais antigos escreveram de tal modo que julgamos observar os fragmentos do direito papiriano, ou decenviral, ou a própria inscrição da coluna duiliana? E, se eles desejarem escrever algo mais apurado, juntam todos os arcaísmos e helenismos de Pacúvio, de Cecílio, de Ênio e de Plauto; e quando adornam com eles os seus escritos, como se fossem ornamentos das suas opiniões, aplaudem-se a si próprios como se atingissem realmente o ponto culminante da latinidade. Podemos proceder à leitura de um certo hispânico, um varão douto que redigiu alguns poemas e discursos em tal estilo que dir-se-ia terem sido compostos segundo a arte poética dos sálios,³⁹⁶ a tal ponto são as palavras obsoletas, as frases confusas e dificilmente inteligíveis. Parece certamente [318] que ele deve ser censurado com razão por pedantismo.

VIII. Devem também ser criticados os que não observam a conveniência quando falam ou escrevem. Os que procuram imitar inabilmente a ostentação de estilo não desejam apenas exprimir-se bem e com elegância, mas atrair a si elogios dignos de admiração e sobretudo discorrer de modo inacreditável. Existem tantos e tão diversos que pecam em assuntos deste género que a custo podem nomear-se sumariamente; parece, porém, que posso ordená-los em várias categorias.

1. Alguns servem-se de palavras e de discursos magnificentes em assuntos triviais e explicam a um rapazinho os coturnos de Polifemo e todas as outras coisas no estilo sublime. Se tiverem de fazer recomendações sobre certos assuntos aos seus familiares, discorrem sobre eles com tal magniloquência que o próprio Mário parece falar ao povo romano diante deles em estilo humilde. Se meditam profundamente sobre comédias ou tragédias ou algo semelhante, atribuem o mesmo discurso a Davo e a Édipo. Títiro exprime-se do mesmo modo que Eneias; uma escrava, como um filósofo; um ancião, como uma criança. Se escreverem afectuosamente a um amigo, discorrem com tanto aparato de palavras e gravidade de sentenças que julgaríamos estar escrevendo Cícero ao Senado sobre a guerra dos Partos ou a Catão sobre o resultante triunfo. E que mais direi? Caem em erro os autores mais obscuros que ao divulgarem livros sem nenhum valor e utilidade falam previamente com tanta gravidade e autoridade que o próprio Cícero não se exprimiria com idêntica magnificência a respeito dos méritos de César ou de Pompeu.

³⁹⁶ “Os cantos dos sálios dificilmente são entendidos com suficiência pelos seus sacerdotes, mas a prática religiosa não permite que eles sejam alterados, devendo servir-se deles as pessoas consagradas” (Quintiliano, *Institutiones Oratoriae*, liv. I, cap. 6).

In hunc censum refertur e ueteribus Tertullianus, de pallio disputans, quo mutationem pallii sui probaret reprehensoribus; Sidonius Apollinaris in *Epistolis*; Appuleius, Capella et Afri tantum non omnes, qui non sublimi modo, sed adeo turgida et inflata oratione utuntur, uix ut aliquid inflatius fingi^[1] et cogitari possit. Recentiorum autem, qui eamdem tibiam inflant, uix numerus iniri potest.

2. Sunt etiam qui magnificentiam orationis obscuro explicandi modo definiunt. Qui non quid auctores dicant, sed quid ipsi existiment illos dicere debuisse, id sublime et splendidum putant. Quaeras ab iis quinam e Latinis magnificentius dicant et sentiant: “Panegyricos Caesarum, aut Tertullianum, aut Ennodium” dicent. Quid Cicero? Quem tu mihi Ciceronem, aut quem rabulam narras, cuius oratio uel a pueris intelligitur. Laudes illis munditiam, suauitatem^[2] et perspicuitatem Caesaris, Nepotis, Terentii, **[319]** Tibulli, Propertii, irrident; lucubratiunculas anicularum, aut nugas puerorum esse censent. Quanto his sublimior Persius et Barclaius, qui nec a doctissimis uiris intelliguntur! Quot alia meliora et exquisitiora in hodiernis poëtis, praefationibus librorum, inscriptionibus, programmatibus! Quot phrases ibi occurrunt cedro dignae, et auro contra carae!

3. Hi lectissimam orationem putant quae peregrinis, obscuris, insolentibus uocibus abundet. Caue putes Ciceronem uocari Ciceronem, sed “Arpinas noster”, ex libro phrasium. Plautus, “familiaris noster Sarsinas”. Horatius numquam Horatius est, sed “Venusinus cygnus”. Hunc si forte cum Virgilio comparant, dicent, se “lacrimas et suspiria comparare”. Martialis ingeniose nominatur “Bilbilitanus arguator”. Pindarus inepte Pindarus, sed “fidicen^[3] lyrae Thebanae”. Erras si hos unquam uinum bibere, aut panem edere putas, sed “Bacchi munera hauriunt, Cererem consumunt”. Quid? Ne cum Deo quidem, nisi ex phraseologia sua, loqui possunt.^[4]

Absit ut in eorum scriptis Alexander appelletur Alexander, sed “Pellaeus iuuenis”; aut Aristotelis alio nomine quam “Stagirites”. Quasi quis melius Alfonsum I et III strenuos Lusitanorum reges ab aliis secerneret eorumque uirtutes extolleret, si illum “Vimaranensem iuuenem”, “hunc uero Conimbricensem” appellaret. Hos nullis condicionibus permoueres ut dicerent: “omnibus hoc notum est”; malunt ex formularum libro: “Et lippis et tonsoribus est notum”. At lippi hi cum suis tonsoribus, ut scite monet Cl. Werenfelsius,³⁹⁷ non multum orationi praesentia sua adferunt magnificentiae.

³⁹⁷ *De Meteoris Orationis*, qui haec quae in praesentia disputamus copiose illustrat et lepide reprehendit.

^[1]fingi et cogitari *R²LNV*] cogitari *R¹* ^[2]suauitatem et perspicuitatem *R²LNV*] perspicuitatem et suauitatem *R¹* ^[3]fidicen ... thebanae. *R²LNV*] thebanae lyrae fidicen. *R¹* ^[4]possunt. *R²LNV*] sciunt. *R¹*

Entre os antigos, devem incluir-se neste rol Tertuliano, discorrendo sobre a toga para provar aos críticos a modificação da sua toga, Sidónio Apolinar com as suas *Epistulae*, Apuleio, Capela e alguns Africanos que não se serviram do estilo sublime, mas de um estilo de tal modo empolado e enfático que dificilmente pode imaginar-se e pensar-se algo mais enfático. Quanto aos modernos que tocam a mesma tábua, dificilmente o seu número pode ser calculado.

2. Há ainda alguns que estabelecem a pomposidade do estilo em conformidade com o modo obscuro de se exprimirem, não considerando magnificante e sublime o que os outros autores expõem, mas o que eles julgam dever expor. Se lhes perguntarmos quem entre os Latinos se exprimiu e pensou com maior magnificência, respondem: “Os autores dos panegíricos dos Césares, ou Tertuliano, ou então Enódio”. E a respeito de Cícero? Que Cícero, ou que rábula, nos dão eles a conhecer, cuja linguagem até as crianças entendem? E, se lhes elogiarmos a elegância, a suavidade, a clareza de César, de Nepos, de Terêncio, [319] de Tibulo, de Propércio, eles escarnecem, julgando que os seus livros são opúsculos de velhinhas ou ninharias de crianças. Quanto mais eminentes do que estes são Pérsio e Barclay, que nem sequer são entendidos pelos varões instruídos! Quão grande número de outras coisas mais úteis e mais apuradas nos poetas hodiernos, nos prefácios dos livros, nas inscrições, nos éditos! Quantas elocuições aí se encontram dignas da madeira de cedro e mais valiosas que o ouro!

3. Eles julgam que o discurso mais excelente é aquele que abunda em palavras exóticas, obscuras e insólitas. Evitemos pensar que Cícero se chama Cícero, mas “o nosso Arpinate”, segundo o livro das elocuições; e Plauto, “o nosso amigo Sársina”. Horácio nunca é Horácio, mas “o cisne de Venúsia”. Se casualmente comparam este com Virgílio, afirmam que “comparam as lágrimas com os suspiros”. Marcial é denominado engenhosamente “o palrador de Bílbilis”. Píndaro só inabilmente é chamado Píndaro, mas “o tocador da lira tebana”. Incurremos em erro se algum dia pensarmos que eles bebem vinho ou comem pão, pois “ingerem as dádivas de Baco e consomem Ceres”. Que mais direi? Nem sequer eles podem falar com Deus, se não for por meio da sua fraseologia.

Não ocorre nos seus escritos que Alexandre se chame Alexandre, mas “o jovem de Péla”, e Aristóteles com outra denominação que não seja “o Estagirita”. Como se alguém distinguisse melhor dos outros monarcas Afonso I e Afonso IV, intrépidos reis dos Portugueses, e exaltasse as suas virtudes, se o primeiro se denominasse “o jovem vimaranense” e o segundo “o jovem conimbricense”. Em circunstância alguma, os estimulamos a dizerem: “Isto é do conhecimento de todos”. Eles preferem dizer, segundo o tratado das definições: “É conhecido até pelos oftalmologistas e pelos barbeiros”. Porém, como habilmente adverte o ilustre Werenfels,³⁹⁷ estes oftalmologistas com os seus barbeiros não trazem com a sua presença muita magnificência ao discurso.

³⁹⁷ *De Meteoris Orationis*. O autor explica copiosamente e expõe com elegância aquilo sobre que neste momento discorro.

4. Sunt alii qui orationis granditatem et sublimitatem in uocibus grandem sonum edentibus et sesquipedalis mensurae ponunt.^[1] Amant hi solum uerba “resonantia”, “undantia”, “roranti”, “rutilantia”, “radiantia”, “flammantia”, “coruscantia”, “tumultuantia”, “bacchantia”, “quadrupedantia”. Nihil in oratione cohaereat, modo^[2] in ea compareant Cimmeriae tenebrae, Bosphorus, montes^[3] Hyperborei, aestuantis Adriae sinus, [320] Carpathium pelagus, cum inhospitali Caucaso, e Acrocerauniis. Quis non obstupescat tantorum^[4] uocabulorum sono! Hanc autem scribendi formam uocat lepide Horatius³⁹⁸ Versus inopes rerum nugasque canoras. Qui enim has delicias inhiant nesciunt profecto in quo granditas orationis consistat, et cum multa fundant laboriose, nihil aut bonum, aut tolerabile dicunt.

5. Non nulli, cum aliquid uel narrant uel amplificant, uulgatas loquendi et amplificandi formas missas faciunt, eaque tantum anteponunt quae non dicam insolita et inaudita, sed uix credibilia aut uerisimilia sunt. Extollenda sint regis facinora clara: “Hic magis est Alexander aut Caesar, quam ipse Caesar et Alexander fuerunt”. Describenda sit regio temperata: “Nulla unquam nubes caelum asperat, nulla bruma segetes extinguit, nulli aestus adurunt”.³⁹⁹ Proponat sibi aliquis dicere, rem aliquam euenisse prima Romanae reipublicae aetate: en illico: “Non dum Orbis adorauerat Romam, non dum Oceanus concesserat Tybri”.⁴⁰⁰

In Poësi uero quot monstra comminiscuntur!^[5]

*Cum uariare cupit rem prodigialiter unam,
Delphinum siluis appingit, fluctibus aprum.*⁴⁰¹

Si narrandum est exercitum strenue rem gessisse, aiunt milites tanto pugnandi ardore, tanta ira incitatos proelium commisisse, ut etiam post mortem in pugnando perseuerauerint, non animaduertentes se mortuos esse. Si procella describitur, quot turbae!

*Tunc quoque tanta maris moles creuisset in astra,
Ni superum rector pressisset nubibus undas.*⁴⁰²

³⁹⁸ *Arte Poetica*.

³⁹⁹ Barclaius *Argentarius*.

⁴⁰⁰ Idem Barclaius initio.

⁴⁰¹ Horatius in *Arte Poëtica*, v. 29.

⁴⁰² Lucanus, lib. V.

[1]ponunt. *R²LNV*] collocant. *R¹* [2]modo *R²LNV*] dum *R¹* [3]montes *R²LNV*] campi *R¹* [4]tantorum *R²LNV*] talium *R¹* [5]comminiscuntur *R²LNV*] fabulantur *R¹*

4. Existem outros que estabelecem a elevação e a excelência do discurso nas palavras que causam grande estardalhaço e de extensão desmesurada. Eles apreciam apenas as palavras “ressoantes”, “undantes”, “rorantes”, “rutilantes”, “radiantes”, “flamantes”, “coruscantes”, “tumultuantes”, “bacantes”, “quadrupedantes”. Que nada no seu discurso seja coerente, desde que nele se representem as trevas cimérias, o Bósforo, os montes hiperbóreos, o golfo encapelado do Adriático [320] e o mar Cárpato, juntamente com o Cáucaso inóspito e os montes Acroceráunios. Quem não fica atordoado com o ruído de tantos vocábulos? Esta forma de escrever denomina-se espiritualmente Horácio³⁹⁸ “versos desprovidos de conteúdo, e frioleiras sonoras”. Com efeito, os que desejam vivamente estas extravagâncias desconhecem decerto em que consiste a elevação do discurso; e embora derramem laboriosamente muitas coisas, nada dizem que seja útil ou tolerável.

5. Alguns, ao descreverem ou ao exaltarem algo, servem-se de formas vulgares de se exprimirem e de exaltarem e dão-lhes tal preferência que não direi serem insólitas e inauditas, mas dificilmente dignas de crédito e verosímeis. Seja o caso de eles exaltarem os feitos ilustres de um soberano: “Este é mais Alexandre ou César do que foram o próprio César e Alexandre”. Seja o caso de eles descreverem uma região temperada: “Nenhuma nuvem encrespa o céu, nenhum inverno destrói as colheitas, nenhum calor ardente as queima”.³⁹⁹ Se alguém se propuser afirmar que alguma coisa sucedeu nos primeiros tempos do Estado romano, eles declaram imediatamente: “Não enquanto o mundo tinha venerado Roma, não enquanto o oceano se tinha afastado do Tibre”.⁴⁰⁰

E até na poesia, quantas monstruosidades são inventadas!

*Quando deseja matizar de modo prodigioso uma coisa,
pinta um golfinho nos bosques e um javali nas ondas.*⁴⁰¹

Se tiverem de falar de um exército que realizou valorosamente um feito militar, eles afirmam: “Os soldados travaram combate com tanto ardor na peleja e incitados com tanta impetuosidade que até depois da morte prosseguiram no combate, não advertindo que tinham morrido”.

Se descrevem uma tempestade, quanta desordem!

*Naquele momento, elevou-se para os astros um tão grande volume de
água do mar
que os poderes celestes não impediram uma tempestade nas nuvens.*⁴⁰²

³⁹⁸ *Ars Poetica*, [v. 322].

³⁹⁹ Barclay, *Argentarius*.

⁴⁰⁰ O mesmo Barclay, no início da obra.

⁴⁰¹ Horácio, *Ars Poética*, v. 29

⁴⁰² Lucano, V.

Quidam cum uellet in comoedia^[1] narrare quanto nisu hostis hosti ceruicem abscidisset, ait mortuum, cum ante ictum uerbum postremum edere incepisset, non nisi quatuor ab illo loco millia passuum quo caput uenit cum impetu, perfecte pronuntiasset. Tanta erat feralis gladii uis!

[321] 6. Ad haec quot metaphorae e longinquo petitae, et quasi^[2] obtorto collo ad argumentum tractae! Xerxes non amplius dicitur^[3] “Persarum rex”, sed “Persarum Iuppiter”. Vultures non sunt aues rapaces, sed “sepulcra animata”. Heliotropium est florum Mathusalemus. Nullae iam amplius in aëre sagittae uolant, sed pennatae mortes aethera sibi uindicant.

7. Iam illi quam putidi qui omnia iisdem oculis, eodem animi statu considerant! Qui et selecta et mediocria et quotidiana ex aequo laudant, aut uituperant! Qui cum suorum aut popularium aut amicorum res gestas narrant, non historici sed declamatoris munere funguntur, characteres inscite miscent, et modo ingenium atque^[4] dicendi copiam ostentent, de reliquis nihil pensi habent! Nullus nisi “doctissimus” et “prudenterissimus” et “strenuissimus”, in eorum^[5] libris occurrit. Trioboli scriptores non sine maxima laude memorantur, omnium ora atque admirationem rapiunt ad se, numquam futura aetas de iis conticescet, et huius farinae alia quae saepissime lectoribus se offerunt nec sine maximo legentium damno.

Reuocatur ad hanc classem Curtius, qui perpetuo declamat. Reuocatur Paterculus, qui passim panegyricos infarcit. Verum hi duo ceteris moderatiores. Nostra uero et parentum memoria tot occurrunt in eadem classe collocandi, ut eos enumerare uelle res esset multorum uoluminum. Sed utrum perniciosior pedantismus excogitari possit, nescio. Id scio, hos qui talem rationem amplexantur uix unquam de rebus recte iudicare posse, adeo iudicandi aciem hic pedantismus retundit.

8. Postremo et illi^[6] inter pedantas numerantur qui id pulcherrimum in oratione putant quod praeter modum est ornatum; quorum periodus ubique est certae^[7] mensurae; qui membra^[8] et incisa apte sibi respondentia, antitheses, comparationes, uoces ad numerum repetitas, similiter incipientia et cadentia, iocularia dicta, uerborum ambiguitates, fabulas, totamque rerum naturam per allegoriam ad argumentum de quo disputant, ingeniosissime inflectunt. Qui lucubrationes suas dictis factisque ueterum, hemistichiiis et poëtarum uersibus tamquam luminibus insigniunt, ut Puteanus, Lipsius, Badius, ceteri. Qui Graeca et Arabica et Hebraea et Chaldaica, ubi necesse non est, [322] conglomerant, quo facilius polyglotti^[9] et polyhistores habeantur, nec id curant quam bene et congruenter, sed quam copiose et mirabiliter dicant.

^[1]comoedia narrare *R²LNV*] notum facere *R¹* ^[2]quasi *R²LNV*] ueluti *R¹* ^[3]dicitur *R²LNV*] nominatur *R¹* ^[4]atque *R²LNV*] et *R¹* ^[5]eorum libris *R²LNV*] horum scriptis *R¹* ^[6]illi *R²LNV*] ii *R¹* ^[7]certae mensurae *R²LNV*] mensurata *R¹* ^[8]membra *R²LNV*] cola *R¹* ^[9]polyglotti et polyhistores *R²LNV*] polyhistores *R¹*

E um certo autor, desejando descrever numa comédia com quanto vigor um inimigo cortou a cabeça ao seu inimigo, afirmou que o morto, embora tivesse começado a proferir a última palavra antes do golpe, só tinha pronunciado perfeitamente quatro palavras mil passos a partir do lugar em que a cabeça caiu com violência. Tal era a fatal força do gládio!

[321] 6. Em relação a estas matérias, quantas metáforas procuradas durante muito tempo e revolidas como que torcendo o pescoço ao assunto. Xerxes não se chama mais “rei dos Persas”, mas “o Júpiter dos Persas”. Os abutres não são aves rapaces, mas “sepulcros animados”. O girassol é o Matusalém das flores. E já não são nenhuma flechas as que voam no ar, mas mortes aladas que reivindicam os céus.

7. Por outro lado, como são enfadonhos os que examinam todas as coisas do mesmo modo e com o mesmo estado de espírito! E que louvam e censuram identicamente as coisas apuradas, as medíocres e as vulgares! E que quando descrevem os feitos dos seus compatriotas ou amigos não desempenham a função de historiadores, mas de declamadores, pois confundem inabilmente as particularidades dos acontecimentos e, contanto que ostentem o seu talento e a sua eloquência, não têm qualquer importância as outras coisas! Nos seus livros, nenhum vocábulo ocorre excepto “doutíssimo”, “sapiéntíssimo”, “diligentíssimo”. Os escritores de pouco valor são mencionados com sumo aplauso, atraem a si o olhar e a admiração de todos, jamais a geração futura deixará de falar deles e outras coisas deste género que muitíssimas vezes são propostas aos leitores não sem enorme dano para eles.

Inclui-se nesta categoria Cúrcio, que reclama continuamente. Inclui-se ainda Patérculo, que acumula indiscriminadamente panegíricos. Contudo, estes dois são mais comedidos que os outros. Na verdade, no nosso tempo e no dos antepassados deparam-se em tão grande número os que devem ser incluídos na mesma categoria que para enumerá-los seriam necessários muitos volumes. Desconheço se pode imaginar-se um pedantismo mais pernicioso. Sei, porém, que aqueles que abraçam tal método dificilmente alguma vez poderão ajuizar convenientemente sobre as coisas. Com efeito, este pedantismo embota a penetração do discernimento.

8. Por último, devem também ser incluídos no número dos pedantes aqueles que consideram mais excelente no discurso o que tem adornos de modo descomedido. Os seus períodos possuem, sem excepção, uma determinada medida; e eles alteram muito engenhosamente os membros da frase e os incisos que lhes correspondem de modo apropriado, as antíteses, as comparações, as palavras repetidas várias vezes, assim como as incipiências, as cadências, os ditos picantes, as ambiguidades das palavras, as narrações fictícias e toda a espécie de coisas alegóricas conformes com o assunto sobre o qual discorrem. Eles adornam as suas lucubrações com ditos espirituosos, com feitos ilustres dos antigos, com hemístíquios e com versos dos poetas como ornamentos, como procederam Puteau, Lipsius, Badius e outros. Eles aglomeram obras gregas, arábicas, hebraicas e caldaicas quando não é necessário [322] a fim de serem mais facilmente considerados políglotas e eruditos; e não se ocupam disso de modo conveniente e apropriado, mas proclamam-no copiosa e espantosamente.

Inueterauerant haec Neronis aetate, ut ostendunt utriusque Senecae scripta. At paullo post eloquentia in hisce argutiis et ornamentis ponebatur, quod iam de suo tempore dolent Petronius⁴⁰³ et Quinctilianus.⁴⁰⁴ Verum postea quam uetus illa et mascula eloquentia quae Demosthenis et Ciceronis aetate obtinebat reuixit, abiecerunt cordati^[1] homines ornatum istum nimium et exquisitum quo naturalis eloquentiae pulchritudo contegitur, et qui cincinnis et fuco oculos auertit ne uerum contempletur, atque occasio est semidoctis hominibus ut iudicii defectum et deformitatem, ut ita dicam, hisce pigmentis occultent. Incredibile dictu est quam late serpat huiusmodi pedantismus! Quot homines occupet, ceteroquin eruditos, sed qui limato iudicio non ualent! Quam difficulter ab eorum animis euellatur! Quam^[2] magnam optimis studiis adferat perniciem!

Viri eruditi duo cum Virgilium explanare uellent, tot inutilia conglobarunt, ut qui interpretationem legat incertior sit de uera mente Poëtae, quam si nudum contextum legeret. Alii existimant se numquam lectoribus sensa sua probaturos fore, nisi eruditionem omnem suam eorum oculis exponant; atque furenti et uaticinanti similes, nec quid ipsi fundant; nec quo illud pertineat, aduertunt.^[3]

At enim, inquit, et Cicero *De Natura Deorum* fecit, et recentiores doctissimi magno cum litteratorum adsensu praestiterunt, ut Scaliger, Salmasius, G. Budaeus, Casaubonus, Huetius, Bochartus, Dallaeus, Petauis, Grotius, Seldenus, G. Vossius, Thomassinus, ceteri. Fateor, sed id iustis de caussis fecerunt. Nolo ego, adolescentes, existimetis me eruditionem lectissimam contemnere, quam si quis alius, fero in oculis. Non equidem usum, sed prauum abusum condemno, et modum commendo. Qui secus facit, quamquam doctissimus ab ineruditis habeatur, pedantismi notam apud uiros doctos non effugiet. Neque tamen, adolescentes, putetis, me omnia quae [323] magna illa nomina factitarunt, probare. Sunt in quibus rideam, sunt in quibus indignor, aliquando in grauissimis rebus iudicium requiro. Sed condonamus haec partim humanae tarditati, partium aetatis^[4] illius consuetudini quae uiros etiam accuratos^[5] et politos in errores impellunt, tum ob eorum praeclara in rem litterariam merita a grauiori censura temperamus, id aequitas exigit a nobis. Verum lex nulla nos cogit ut hominum quantumuis doctissimorum errata probemus et, quod peius est, anxie imitari uelimus. Libero omnia iudicio perpendimus. Tales sumus in scriptis aliorum, tales esse uolumus nostrorum lectores.

⁴⁰³ Principio *Satyr.*

⁴⁰⁴ Lib. II. et VIII.

^[1]cordati *R²LNV*] doctissimi *R¹* ^[2]quam magnam *R²LNV*] quantam *R¹* ^[3]aduertunt. *R²LNV*] animaduertunt. *R¹* ^[4]aetatis illius *R²LNV*] inueteratae *R¹* ^[5]accuratos et politos *R²LNV*] oculatos *R¹*

Tinham-se arreigado estas coisas no tempo de Nero, como manifestaram os escritos de ambos os Sénecas. E pouco depois a eloquência era instituída segundo estas matérias e ornamentos de estilo, o que já na sua época deploravam Petrónio⁴⁰³ e Quintiliano.⁴⁰⁴ Contudo, após ter renascido a antiga e vigorosa eloquência que prevaleceu na época de Demóstenes e de Cícero, os homens sensatos repudiaram esses ornamentos excessivos e requintados que encobrem a beleza natural da eloquência e desviam dela o olhar em virtude dos enfeites de estilo e dos artifícios que não possibilitam contemplar a verdade e que são ocasião para os semidoutos dissimularem com estes ornamentos a privação e, por assim dizer, a deformidade do discernimento. É incrível de dizer-se como se difunde extensamente tal pedantismo! E de quantos homens, aliás esclarecidos, ele se assenhoreia, mas que não sobressaem por um discernimento apurado. E como dificilmente ele é extirpado dos seus espíritos! E quão enorme dano causa aos melhores estudos!

Dois varões instruídos, pretendendo interpretar Virgílio, ajuntaram tantas coisas inúteis que quem lesse a interpretação ficaria mais duvidoso sobre o verdadeiro pensamento do poeta do que se tivesse lido uma composição sem adornos. Outros consideram que nunca hão-de fazer aprovar os seus pensamentos pelos leitores excepto se eles lhes manifestarem toda a sua erudição; e, do mesmo modo que um louco e um delirante, não se apercebem do que difundem nem para que isso importa.

Mas – poder-se-á dizer – também Cícero procedeu desse modo em *De Natura Deorum*, e os modernos mais doutos defenderam-no com grande assentimento dos críticos, como Escalígero, Saumaise, Guillaume Budé, Casaubon, Huet, Bochart, Dallaeus, Petau, Grócio, Selden, G. Vossius, Thomassin e outros. Reconheço que eles fizeram isso por motivos legítimos. Não desejo, caros jovens, que penseis que desprezo a erudição mais eminente, pela qual sinto veneração como ninguém. Certamente, não condeno o seu uso, mas o abuso insensato, e recomendo moderação. Quem proceder de outro modo, embora seja considerado muito douto pelos ignorantes, não evita o labéu de pedante perante os varões instruídos.

Contudo, não julgueis, caros jovens, que aprovo todas as coisas [323] que aquelas grandes celebridades realizaram. Há algumas das quais escarneço; há outras das quais desdenho; e por vezes exijo uma razão nos assuntos muito importantes. Perdoo, porém, estas coisas em parte devido à estupidez humana e em parte devido aos hábitos daquela época, que induzem em erro até os varões apurados e cultivados. Por outro lado, em virtude dos seus notáveis merecimentos nos assuntos literários, abstenho-me de uma crítica mais severa, pois a moderação exige isso de mim. Na verdade, nenhuma lei me coage a provar os erros dos homens, mesmo que muitos doutos, e, o que seria pior, a desejar imitá-los escrupulosamente. Eu pondero todas as coisas com juízo isento. Da mesma forma que examino os escritos dos outros, assim desejo examinar os meus escritos.

⁴⁰³ No início do *Satyricon*.

⁴⁰⁴ Livros II e VIII.

9. Hinc et illi pedantibus adiunguntur qui in colloquiis familiaribus, eorum praesertim qui litteris non uacarunt, Latinis uerbis^[1] et peregrinis linguis utuntur et recondita eruditione, uelint alii nolint, eorum aures pulsant. Vt etiam illi^[2] qui, cum se ad respondendum de quibusdam argumentis compararunt, captata astute occasione, de iisdem colloquentes interrogant, et in ostentanda eruditione multi sunt.

Laborant hoc uitio praeter ceteros aulici et politici, uel qui ad eorum disciplinam uitam componunt. Qui cum uaria doctrina culti ac litterati uideri adfectent indices seu titulos librorum et, si forte, praefationes in quibus argumentum operis et scribendi consilium fere continetur, inspicere satis habent; atque sermonibus suis ea quae legerunt admiscent, ut helluones librorum esse uideantur. Neque uero id solum, sed doctos homines qui ad aulicorum exemplum, corporis gestum et incessum et habitum conformare non curant, atque aulae uerbis, plerumque nihil significantibus, uti nolunt, ueluti pedantas rident et exsibilant. Quid autem est, si non hic pedantismus est?

10. Quid illi qui nulla habita aut temporis, aut loci ratione, longo sermone, quaecumque occurrunt exponunt et nimis multa eruditione obruunt auditorem? Hac ineptia plerumque infuscatur erudita illa rhetorum et iurisprudentum natio, qui cum aliquid sunt narraturi, exordio alte petito res etiam protritras^[3] enarrant, et copia dicendi auditores suos enecant, obtundunt. Ad quam classem etiam politici non nulli merito suo possunt reuocari.

Quid autem nisi ineptum est longa oratione quae [324] paucis uerbis dici deberent explicare et incommode rhetorem agere et declamatorem? Merito ait Cicero eloquentiam semper esse ineptam, nisi quando est necessaria. Ego uero existimo nihil ineptius cogitari^[4] posse, uel id scripto, uel in familiari^[5] sermone fiat.

De Henrico Magno Gallorum rege, refert Huberus,⁴⁰⁵ cum a Legatis Massiliensium conueniri deberet, admitti eos iussisse cum ipse ad prandium festinaret, sperans breuiter eos de more quae uellent esse exposituros. Sed orator exorsus est hoc modo: “Hannibal ex Karthagine proficiscens”. Tum Rex, “Hannibal”, inquit, “ex Karthagine proficiscens pransus erat, ego uero pransurus sum”. Et cum dicto abiens, oratorem cum suis rubore suffusum reliquit. Id ipsum Ludouico Magno euenit. Nam cum Iperis et Gandauo captis, Lutetiam contenderet, Insularum magistratus in uia constiterat regi uictoriam gratulaturus. Stabat orator parans exordium. Quod rex ab ultimo peti

⁴⁰⁵ In *Oratione de Pedantismo*, quae exstat fine *Logicae Thomastanae*.

^[1]uerbis et peregrinis *R²LNV*] uocabulis aut peregrinis *R¹* ^[2]illi *R²LNV*] ii *R¹* ^[3]protritras *R²LNV*] triuiales *R¹* ^[4]cogitari *R²LNV*] excogitari *R¹* ^[5]familiari ... fiat. *R²LNV*] sermone familiari usuueniat. *R¹*

IX. Também se incluem entre os pedantes os que nas conversas familiares, sobretudo aqueles que não se dedicam às belas-letas, se servem de palavras em latim e de línguas exóticas, e com uma erudição recôndita perturbam os ouvidos dos outros, quer estes queiram quer não. São também muitos os que quando se dispõem a responder a certos assuntos, procurando sagazmente o ensejo, interrogam os interlocutores para ostentarem erudição.

Padecem deste vício, além de outros, os áulicos e os políticos, e ainda os que ordenam a vida em conformidade com os seus princípios; e aqueles que com doutrinas ambíguas ambicionam parecer instruídos e eruditos, julgando suficiente examinar os índices ou os títulos dos livros e porventura os preâmbulos em que são geralmente mencionados o assunto e o plano da obra; e aqueles que com as suas discussões confundem o que leram, como parece suceder com os devoradores de livros. Certamente não apenas isto, pois as pessoas instruídas que não se interessam em conformar o movimento do corpo, a maneira de proceder e a postura ao exemplo dos áulicos e não desejam servir-se de palavras da corte, que geralmente nada significam, escarnecem e apupam como pedantes. O que é isto senão pedantismo?

X. Que dizer daqueles que, não atendendo ao tempo e ao lugar, expõem em longas conversações tudo o que acontece e oprimem com descomedida erudição os ouvintes? Com estas sandices, contamina-se por vezes a classe esclarecida dos retóricos e dos juristas, os quais, quando têm de expor alguma coisa, expõem também coisas triviais com um exórdio muito afastado do assunto, e enfastiam e importunam os seus ouvintes com abundância de palavras. Nesta categoria, podem também incluir-se com razão alguns políticos.

O que é senão inábil o que expõe num extenso discurso assuntos [324] que deveriam ser proferidos em poucas palavras e que procede como orador e declamador? Afirma Cícero com razão que a eloquência é sempre enfadonha, excepto quando for necessária. Pela minha parte, considero nada poder pensar-se mais enfadonho, tanto na linguagem escrita como na familiar.

Sobre Henrique, o “Grande”, rei dos Gauleses, refere Huber⁴⁰⁵ que, dado dever ele reunir-se com os embaixadores de Marselha, decidiu recebê-los quando se apressava para o almoço, esperando que eles haveriam de apresentar rapidamente, segundo o costume, aquilo que desejavam. Mas um embaixador começou a falar desta forma: “Aníbal ao partir de Cartago”. Então disse o rei: “Aníbal ao partir de Cartago estava almoçando; eu, porém, hei-de almoçar”. E como ele se afastasse com um dito espirituoso, deixou o embaixador com um rubor espalhado pelo rosto. O mesmo sucedeu com Luís, o “Grande”. Com efeito, quando, depois de capturadas Gand e Ypres, se dirigia para Paris, um magistrado dos bairros parou no caminho para felicitar o rei pela sua vitória. Deteve-se o embaixador a preparar o exórdio. Advertindo o rei que era assediado por este último, disse: – “Agradam-vos suficientemente Gand

⁴⁰⁵ Em *Oratio de Pedantismo*, que aparece no final da *Logica Thomasiiana*.

animaduertens: Satin' uobis placent, inquit, Gandauum et Iperae captae? Vtique, illi. Etiam mihi, inquit rex; et quin reliquam orationem exspectaret, uiam institit. Itaque quicumque eruditione excultus uideri, ubi necesse non est, adfectat, pedanta est. Quorum quam magnus sit numerus, uel me tacente intelligitur.

CAPVT IIII

De pedantismo philosophico profligando^[1]

Sed nec hi tantum pedantismi uitio infuscantur quos modo nominauimus,^[2] Adolescentes, uerum illi omnes qui in grauioribus disciplinis nec finem quem sibi ponunt, perpendunt; nec quibus adiumentis ad eum peruenire possint, considerant, eadem labe maculantur. Quamquam uero hic pedantismus in omni uarietate disciplinarum locum habeat, uno tamen “pedantismi philosophici” nomine designatur, propterea quod ab eodem fonte dimanat, scilicet imprudentia iudicandi quae prudentiae recte cogitandi, id est Logicae, [325] cuius in omnibus disciplinis praecipuus usus est, proxime repugnat.

I. Hinc merito illi condemnantur qui iurant in uerba magistri et religioni ducunt ab ipsius sententiis uel minimum declinare.^[3] Hic pedantismus ueteres Pythagoreos infuscauit qui tantum praeceptori suo tribuebant, ut semper in ore haberent, αὐτὸς^[4] ἔφα, “ipse dixit”, quod illis erat pro demonstratione geometrica.

Id ipsum Arabes cum Aristotele suo et Galeno factitarunt. Id scholastici, qui ab Arabibus doctrinam acceperant, ab XII saeculo tanto studio praestiterunt, ut non quid esset uerum, sed quid Aristoteles dixerit anxie explorarent; immo non quid Aristoteles, uir non ineptus, dixerit sed quid Arabes, qui philosophi sententias perperam interpretati fuerant, eidem adfinxerint, inuestigarent.⁴⁰⁶ Ex quo illae enarrationes quae,

⁴⁰⁶ Saeculo XV Aristotelis sententias non ex Arabum lacunis immundissimis, sed ex Graeco fonte quidam philosophi hauserunt et saniolem philosophiam peripateticam docuerunt. Primus Nicolaus Leonicus talia conatus esse uidetur. Saeculo autem XVI Pomponatius, Maioragius, Sepulueda, Victorius, Zabarella, Picolomineus uterque, Nunesius, ceteri, eandem rationem secuti sunt quam “rigido-peripateticam” uocarunt. Melius adhuc Scherbius, Taurellus, Iacobus Thomasius, Conringius, ceteri, uiri in historia philosophica et ueteribus litteris eruditi, eodem et sequenti saeculo Aristotelis scripta illustrarunt eumque emendarunt in multis, idque libero, quoad sectae studium ferebat, iudicio. Et hi antepoenendi sunt uulgarium interpretum turbae qui Aristotelem ne legisse quidem, ne dum intellexisse, uidentur. De philosophia loquor, nam non nullos eorum nimis multos errores Theologicos fouisse, nemini dubium est.

^[1]profligando *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[2]nominauimus *R²LNV*] memorauimus *R¹* ^[3]declinare. *R²LNV*] recedere. *R¹* ^[4]αὐτὸς ἔφα *R¹R²NV*] *om.* *L*

e Ypres conquistadas?”. – “Certamente”, disseram eles. – “Também a mim”, disse o rei. E sem esperar o resto do discurso, seguiu caminho. Portanto, todo aquele que procura mostrar que é intelectualmente bem cultivado quando não é necessário é pedante. Quanto seja vasto o seu número, compreende-se melhor se eu guardar silêncio.

CAPÍTULO IV

A extirpação do pedantismo filosófico

Porém, caros jovens, não são apenas os pedantismos que há pouco mencionei que estão contaminados pelo erro. Com efeito, todos aqueles que nas disciplinas mais severas não examinam com ponderação a finalidade que se propõem nem consideram os meios pelos quais podem alcançá-la mancham-se com o mesmo labéu. Ainda que este pedantismo ocorra em toda a variedade de disciplinas, contudo, ele designa-se pelo nome de “pedantismo filosófico”, dado dimanar da mesma fonte, isto é, da inadvertência em ajuizar, que é totalmente incompatível com a sagacidade em pensar convenientemente, ou com a Lógica, [325] cujo uso é essencial em todas as disciplinas.

I. Censuram-se por isso com razão os que prestam juramento sobre as palavras dos mestres, sendo tão escrupulosos que se afastam o menos possível das suas doutrinas. Este pedantismo contaminou os antigos pitagóricos, que atribuíam tanta importância aos seus preceptores que tinham sempre na boca as palavras αὐτὸς ἔφα, “ele mesmo o disse”, o que para eles era como uma demonstração geométrica.

Procederam habitualmente da mesma forma os Árabes com o seu Aristóteles e com Galeno. E também os escolásticos, que acolheram a doutrina dos Árabes desde o século XII, agiram com tanto empenho que pesquisavam escrupulosamente não o que era verdadeiro, mas o que afirmou Aristóteles; ou melhor, investigavam não o que afirmou Aristóteles, varão não inábil, mas o que os Árabes – que haviam explicado incorrectamente as doutrinas do Filósofo – lhe atribuíam.⁴⁰⁶ Daí aqueles comentários que (oh tristeza!) se difundiram durante tantos séculos e se tornaram

⁴⁰⁶ No século XV, alguns filósofos beberam as suas opiniões a respeito de Aristóteles não dos pântanos extremamente imundos dos Árabes, mas de fontes gregas, ensinando, assim, a mais pura filosofia peripatética. Nicolau Leonicus parece ter sido o primeiro a empreender isso. No século XVI, seguiram o mesmo método Pomponazzi, Maioraggio, Sepúlveda, Victor, Zabarella, ambos os Piccolomini, Núñez e outros, o qual foi denominado “rígido-peripatético”. No mesmo século e no seguinte, foram ainda melhor explicados os escritos de Aristóteles por Scherb, por Taurell, por Jacob Thomasius, por Coríngio e por outros varões instruídos na história da filosofia e na literatura antiga. Eles corrigiram Aristóteles em muitos assuntos com juízo isento, tanto quanto o permitia a doutrina da escola filosófica. Estes devem ser antepostos à turba dos intérpretes vulgares, que parece nem sequer terem lido Aristóteles e menos ainda terem-no entendido. Discorri a respeito da filosofia; contudo, ninguém duvida de que muitíssimos erros teológicos foram cometidos por alguns dos autores mencionados.

pro dolor! tot saecula inualuerunt et impedimento fuere hominibus ne praeclarum aliquid in bonis studiis molirentur. Et nisi uergente ad finem superiori saeculo tale iugum philosophi penitus excussissent, adhuc in illa barbarie et squalore disciplinae omnes iacerent.

II. Hinc eodem pedantismo laborant ii qui, cum animum ad aliquam disciplinam applicant, non animaduertunt quo [326] illud quod disputatur pertineat quemque fructum mens humana ex talibus disciplinis capere debeat. Sed quasi infelices picae ea memoriae mandant in quae casu aliquo inciderunt nec mentem germana eruditione exornant.

Huiusmodi sunt qui in logicis subtilitatibus consenescent, quin unquam intelligant logicam non esse finem inuestigationis nostrae, sed adiumentum seu medium ad disciplinas comparandas. Qui in Theologia aut Iurisprudencia addiscenda, ita uni se disputationi addicunt, ut sibi persuadeant paucis pagellis orbem scientiae definiri nec illud ad corpus disciplinae referunt, nec qua de causa disputatur intelligunt. Qui Historiam dies noctesque legunt quin aliquod inde documentum ad moderandos mores deducant. Verbo, qui sine ulla methodo disciplinis uacant nec de polienda mente iudicioque formando cogitant. Horum sane infinitus est numerus.

III. Ad eandem classem referuntur illi qui in unam disciplinam toto pectore incumbunt quin ea, ex quibus lucem ipsa accipit, attingant. Quid enim nisi ineptum est historiae se^[1] dare, quin prius geographiam, et chronologiam, duo historiae lumina, mores, consuetudines et religiones populorum perfecte calleat? Quis ferat homines qui naturali philosophiae dant operam quin geometriam, et arithmetica, physicae ocellos duos, animo recte percipiant? Quis unquam in iurisprudencia ciuili progressus ullos habuit quin a philosophia morali et arte logica et Romana historia duxerit studium? Quis sacram scientiam, quis pontificium ius cum pretio edidicit, qui non linguis orientalibus et ueteri disciplina Ecclesiae et historia cum sacra, tum profana, et arte critica mirandum in modum fuerit eruditus? Quod qui non faciunt, ut multi non faciunt, ii quidem, quin in re grauissima ineptiant et exemplo stultitiae aliis sint, effugere non possunt.

III. Adiungimus his philosophos non nullos qui omnia ad philosophiae suae canonas reducunt horumque ope se abstrusiora quaeque dilucidare posse confidunt. Hi sacros codices, hi Patrum scripta, hi conciliorum sanctiones, hi Pandectas, hi ueterum scriptorum sententias ex opinionibus suis tam copiose fidenterque exponunt, omnino ut admirentur qui audiunt unde illis tam singularis eruditio [327] tamque exquisita interpretandi uis subito exstiterit. Quod si ea quae fundunt examinamus, plane intelligemus somnia eos et nugae lectoribus uenditare.

^[1]se dare *R²LNV*] uacare *R¹*

impedimento para as pessoas realizarem algo insigne nos bons estudos. E, se os filósofos não tivessem finalmente sacudido em profundidade esse jugo na viragem do século passado, todas as disciplinas permaneceriam ainda naquela barbárie e naquelas trevas.

II. Padecem também do mesmo pedantismo os que ao aplicarem o espírito a alguma disciplina não reconhecem [326] a que se refere aquilo que se discute e qual a utilidade que a mente humana deve obter dessas disciplinas. Mas, como os desventurados da esfinge, eles conservam na memória aquilo que lhes sucedeu por alguma desdita e não provêem a mente com autêntica erudição.

São desta espécie os que despendem o tempo em subtilezas lógicas, nunca se apercebendo de que a lógica não é a finalidade da nossa investigação, mas um auxílio ou um meio para adquirir conhecimentos. Os que na aprendizagem da Teologia ou da Jurisprudência se dedicam de tal modo às disputas que se persuadam poderem restringir a poucas paginazinhas o campo do conhecimento nem se referem à totalidade da disciplina nem entendem o motivo por que disputam. Estão ainda na mesma condição os que lêem a História dia e noite sem tirarem dela algum exemplo para moderar os costumes; numa palavra, os que se dedicam às disciplinas sem nenhum método, não pensando em polir a mente e em formar o juízo. Decerto, o seu número é infinito.

III. Devem ser incluídos na mesma categoria os que se aplicam com todo o ânimo a uma só disciplina sem alcançarem aquilo de que ela recebe o resplendor. Com efeito, o que é a não ser inábil dedicar-se à história sem primeiramente conhecer a fundo com perfeição a geografia e a cronologia – os dois ornamentos da história – os usos, os costumes e as religiões dos povos? Quem exalta os que se ocupam da filosofia natural se eles não conhecerem convenientemente a geometria e a aritmética, os dois olhinhos da física? Quem alguma vez fez progressos na jurisprudência civil sem iniciar o seu estudo pela filosofia moral, pela arte lógica e pela história romana? Quem expôs com proveito a ciência sagrada e o direito pontifício não sendo excelentemente instruído nas línguas orientais, na antiga doutrina da Igreja, na história, tanto sagrada como profana, e na arte crítica? Os que não têm isto em consideração, como acontece com muitos, não podem decerto evitar de dizer parvoíces num assunto muito importante e de ser para os outros um exemplo de insensatez.

IV. Acrescento a estes alguns filósofos que reduzem todas as coisas aos cânones da sua filosofia, com os quais eles têm a firme convicção de poderem esclarecer todos os assuntos por mais abstrusos que sejam. Uns expõem com tanta abundância de palavras e temeridade os códices sagrados, outros os escritos dos Padres, outros as sanções dos concílios, outros as Pandectas, outros as opiniões dos autores antigos com base nas suas próprias opiniões que os ouvintes ficam totalmente espantados por se ter manifestado subitamente neles [327] tão singular erudição e tão requintado método de explicação. Porém, se examinarmos o que eles difundem, compreendemos com clareza que vendem aos leitores sonhos e ninharias.

V. In eodem numero ponuntur illi qui res quas ipsi, ne dum alii, non intelligunt, magna uocis et laterum contentione disputant. Quis enim sibi persuadeat fieri posse ut duo homines quorum alter Persice tantum, alter tantum Lusitane sciat postea quam integrum diem collocti fuerint, interrogati quid dixerint, alter adfirmet se intricatissimam argumentationem opposuisse alter uero se singulas obiectionis partes penitus infirmasse? Tamen id faciunt frequenter illi qui de quidditatibus, haecceitatibus, formalitatibus, de ente rationis, de natura uniuersali, de distinctione inter gradus metaphysicos, de creatura indeputabili, de appetitu materiae primae, de materia spiritali, de formis cadauericis, de unione corporea aut spiritali inter mentem et corpus, et sexcentis huiusmodi altercantur inter se. Hi certe nihil magis^[1] se inuicem, quam illi, quos antea memorauimus,^[2] intelligunt.⁴⁰⁷

VI. Horum similes sunt illi omnes qui de re quae humanae rationis praesidiis nequit expediri clamose contendunt. Vt illi qui de possibilitatibus mentium, de unione continui corporis, de figura particularum materiae et huius generis aliis disserunt. Qui facerent sapientius si, missis iis quae percipere^[3] non possunt, uacarent utilioribus.

VII. Neque uero pedantismo liberantur qui studio nouandi tenentur et noua systemata, aut paradoxas hypotheses condere pro fine habent, nec tam quaerunt quam uere, sed quam noue dicant, suiue admirationem in aliorum animis suscitent. Quo uitio recentiores non nulli philosophi magni nominis infecti sunt, qui, etsi^[4] multa et praeclara excogitent, tamen interdum talia obtrudunt quae tolerari uix possunt.

[328] Quis enim non animaduertat Cartesium, Hobbesium, Malebranchium, Rudigerum, Tschirnausenium, Poiretum, aliosque nimis multos hoc sibi proposuisse ut auctores systematum haberentur et in omnium ore ac sermone uersarentur? Liberamus tamen hac nota eos qui systemata eo consilio condunt, ut rei litterariae prodesse queant. Immo uero laude digni sunt ii qui ea excogitant quae tirones ad solidam scientiam facillime ducant.

VIII. Referuntur inter pedantas isti qui, dum aliquid lucubrant, auctorum nomina et sententias ad uerbum descriptas sine ullo fine connectunt, et ingentia uolumina conscribunt, in quibus, si inutilia demas, boni uix aliquid superest. Peccant hoc peccatum innumeri iurisconsulti pragmatici, qui et legibus et copia eruditionis opprimunt lectores, bene an male, nihil ad eos; modo eruditissimi habeantur, nihil

⁴⁰⁷ Nempel^[5] intelligunt ii quidem uoces, et interdum ideas abstractas quas uocibus adiungunt. Sed cum talibus ideis nullae res tales respondeant, disputant de nihilo. Proinde, ut ut multas uoces fundunt, nihil reuera dicunt; ideoque se non intelligunt, tum quod nihil dicunt, tum quod saepissime diuersas ideas uocibus subiiciunt.

^[1]magis *R²LNV*] secius *R¹* ^[2]memorauimus *R²LNV*] significauius *R¹* ^[3]percipere non possunt *R²LNV*] non intelligunt *R¹* ^[4]etsi *R²LNV*] tametsi *R¹* ^[5]Nempe ... subiiciunt. *R²LNV*] *om.* *R¹*

V. Devem incluir-se na mesma categoria os que discorrem com voz forte e a plenos pulmões sobre assuntos que eles e muito menos os outros não entendem. Quem se convence poder suceder que duas pessoas – uma das quais sabe apenas persa e a outra apenas português – após conversarem um dia inteiro, interrogadas sobre o que disseram, uma afirma ter exposto uma argumentação muito intrincada e a outra ter refutado totalmente cada uma das partes da objecção? Contudo, procedem frequentemente deste modo os que altercam entre si sobre as quiddidades, as heceidades, as formalidades, o ente de razão, a natureza universal, a distinção entre os graus metafísicos, a criatura não imputável, a apetência da matéria prima, a matéria espiritual, as formas cadavéricas, a união corpórea ou espiritual entre a alma e o corpo, e numerosas coisas deste género. Estes, certamente, nada mais entendem do que aqueles que antes mencionei.⁴⁰⁷

VI. Semelhantes a estes são aqueles que disputam, vociferando, sobre um assunto que não pode ser explicado com o auxílio da razão humana, como os que dissertam sobre os poderes da mente, sobre a união continuada do corpo, sobre a configuração das partículas da matéria e sobre outros assuntos deste género. Eles procederiam mais sabiamente se, omitindo essas matérias, que não podem entender, se dedicassem a coisas mais úteis.

VII. Também não estão libertos de pedantismo os que são seduzidos pelo gosto de inovar e têm como finalidade estabelecer novos sistemas e novas hipóteses paradoxais, não procurando tanto alcançar a verdade como discorrer inovando e suscitar nos espíritos dos outros admiração para consigo. Alguns eminentes filósofos modernos estão contaminados por este vício. Embora eles reflectam maduramente sobre muitos e notáveis assuntos, impõem por vezes tais coisas que dificilmente podem sustentar-se.

[328] Na verdade, quem não reconhece que para serem considerados criadores de sistemas e apreciados por todos se propuseram isso Descartes, Hobbes, Malebranche, Rudiger, Tschirnhausen, Poiret e muitíssimos outros? Excluo, no entanto, deste estigma os que estabelecem sistemas com o propósito de poderem ser úteis às belas-lettras. São, por outro lado, dignos de louvores os que inventam coisas que abrem com muita facilidade o caminho aos principiantes para uma ciência consistente.

VIII. Incluem-se no número dos pedantes os que ao lucubrarem sobre algum assunto associam sem nenhuma finalidade nomes de autores e opiniões transcritas literalmente e redigem extensos volumes nos quais, omitindo os temas inúteis, dificilmente subsiste alguma coisa que seja útil. Cometem este erro inumeráveis jurisconsultos experientes que oprimem os leitores com leis e abundância de erudição. Se isso é bom ou mau, é-lhes indiferente; contanto que sejam considerados muito

⁴⁰⁷ Certamente, eles entendem as palavras e por vezes as ideias abstractas que associam às palavras; mas dado que não corresponde coisa alguma a essas ideias, disputam sobre coisa nenhuma. Por isso, ao proferirem muitas palavras, eles realmente nada dizem. Por conseguinte, eles não se entendem a si próprios, quer por nada exprimirem, quer por associarem muitíssimas vezes às palavras ideias diferentes.

morantur reliqua. Sed praeter ceteros, qui consilia, tum in re quae ad iurisprudentiam, tum quae ad moralem disciplinam pertinet, ediderunt; in quibus sani iudicii et exactae ratiocinationis parum, nominum uero et^[1] numerorum totae pagellae sunt plenae. A quo uitio non nulli cum philosophi, tum theologi, aliique nimis multi mentem^[2] non abstinere.

Ac sane in hac litterarum^[3] luce non tam auctorum nomina quam rationum momenta sunt consideranda. Nec id modo in aliis disciplinis, sed etiam in Iurisprudentia faciendum est, quae cum ex morali philosophia deriuetur, fit consequens ex eadem legitimam interpretationem esse ducendam. Hoc ipsum ueteres consulti, Scaeuola, Varus, Sulpicius, Labeo, Capito, Massurius Sabinus; et mediae aetatis illi, Papianus, Ulpianus, Paullus, Modestinus, ceteri exemplo suo docuerunt, qui nisi iidem et philosophiae et iuris essent periti, numquam ad illam praestantiam peruenissent.⁴⁰⁸

Memini uirum clarissimum nec iurisperitum modo,^[4] sed etiam polyhistorem egregium, quo familiariter usus sum, cum operam darem iurisprudentiae, ita me [329] compellasse: "Fili mi, si quando in auctorem aliquem incideris de quo incertior sis bene an male scribat, illud primum considera, quam multos auctores in singulis partibus nominat. Si longum catalogum intexit, scito male eum scribere, nec enim fieri potest ut omnia suis oculis peruoluerit. Vt autem reliqua calleat, illud profecto ignorat quae sit optima methodus". Quod monitum uiri doctissimi uelim, adolescentes, animo defigatis.

VIII. Etiam et illi inepti sunt qui de aliorum scriptis iudicium confidenter faciunt, quin ea quae necessaria sunt, ut apte iudicent, habeant. Quam enim temerarium est de iuniorum philosophorum sententiis iudicare prius quam eorum placita et historiam litterariam uel a limine salutent! Quis ferat eos qui nulla uerae Theologiae eruditione imbuti, nulla artis criticae notitia tincti, non nullorum sententias, tamquam si essent^[5] catholicae fidei repugnantes, magno supercilio repudiant, quas ii^[6] non dicam non expendunt, sed ne intelligunt quidem!

Quis sine stomacho uideat iurisconsultos non nullos qui in illis turbidis fontibus Accursii, Bartoli, Baldi, Iasonis, Cumani, Fulgosii, Decii ceterorumque pragmaticorum hauserunt, prae se contemnere eos qui Cuiacium, Hottomannum, A. Goueanum, Donellum, Duarenum, Gothofredum utrumque, Fabrum, Muretum, A. Augustinum, Gifanium, G. Budaeum, Brissonium, Iuris lumina; qui Grotium, Seldenum, Pufendorfium, C. Thomasium, J. F. Budeum, Heineccium, Rudigerum, Wolfium, Conrigium, Bossium, Bohemerum, Naudeum, ceteros, qui naturalem et ciuilem iurisprudentiam atque adeo ipsam politicam disciplinam ex squalore et

⁴⁰⁸ Confer. Grauiua, *De Origine Iuris*, lib. I, § 45, et *Oratio Tertia de Iurisprudentia*.

^[1]et numerorum *R²LNV*] *om. R¹* ^[2]mentem *R²LNV*] *om. R¹* ^[3]litterarum *R²LNV*] *Europae R¹*
^[4]modo *R²LNV*] *solum R¹* ^[5]essent ... repugnantes *R²LNV*] *catholicae fidei non congruerent R¹*
^[6]ii *R²LNV*] *ipsi R¹*

eruditos, as outras coisas nada lhes importam. Refiro ainda, além de outros, os que exprimiram opiniões – quer sobre assuntos respeitantes à jurisprudência, quer à ciência moral – em que todas as páginas estão repletas de reflexões pouco sensatas e de raciocínios pouco rigorosos, de nomes e de números. Deste erro não mantêm afastada a mente apenas alguns filósofos, mas também teólogos e muitíssimos outros.

Seguramente, devem examinar-se neste esplendor das belas-letas não tanto os nomes dos autores, mas sobretudo a importância das doutrinas. E isso deve realizar-se não apenas nas outras disciplinas, mas também na Jurisprudência; deste modo, dado ela proceder da filosofia moral, resulta dever extrair-se dela uma explicação legítima. Ensina-ram isto com o seu exemplo os juriconsultos antigos, Cévola, Varo, Sulpício, Labeão, Capitão, Massúrio Sabino; e, na idade madura, Papiniano, Ulpiano, Paulo, Modestino e outros que, se não fossem versados na filosofia e no direito, jamais teriam alcançado aquela excelência.⁴⁰⁸

Recordo um varão muito ilustre, não apenas juriconsulto, mas também um eminente erudito, que foi meu amigo íntimo; e tendo-me dedicado à jurisprudência, ele dirigiu-me a palavra deste modo: [329] “Meu filho, se alguma vez deparares com um autor a respeito do qual estejas muito duvidoso se escreveu de modo correcto ou incorrecto, considera atentamente em primeiro lugar quantos autores ele menciona em cada uma das partes do discurso. Se ele escrever um extenso catálogo, fica sabendo que escreve com insensatez, pois não pode suceder que examine cuidadosamente todos os assuntos. Ainda que ele seja hábil noutras matérias, desconhece certamente qual seja o melhor método”. Eu desejaria, caros jovens, que fixásseis no espírito esta advertência de um varão muito douto.

IX. São também inábeis os que expressam temerariamente um juízo sobre os escritos dos outros sem considerarem o que é necessário para ajuizar convenientemente. Como é imprudente avaliar as opiniões dos filósofos modernos antes de tocar, mesmo ao de leve, os seus princípios e a história literária! Quem tolera aqueles que, não estando imbuídos de nenhuma erudição sobre a verdadeira Teologia e impregnados de nenhum conhecimento da arte crítica, rejeitam com enorme altivez as opiniões de alguns autores, como se elas fossem incompatíveis com a fé católica, as quais não direi que eles não ponderam, pois nem sequer as entendem!

Quem poderá ver sem enfado alguns juriconsultos, que beberam nas fontes túrbidas de Acúrsio, de Bártolo, de Baldo, de Jasão, de Cumano, de Fulgósio, de Décio e de outros legistas, a desprezarem ostensivamente e a transformarem em seiva e sangue Cujácio, Hottman, António de Gouveia, Donelo, Douaren, ambos os Gottfried, Fabre, Muret, A. Agustín, Brisson, luminares do Direito, bem como Grócio, Selden, Pufendorf, Christian Thomasius, J. Franz Budde, Heinecke, Rudiger, Wolff, Coríngio, Boffi, Bohemer, Naudé e outros, que arrancaram a jurisprudência natural e

⁴⁰⁸ Cf. Gravina, *De Origine Iuris*, liv. I, § 45, e *Oratio Tertia de Iurisprudencia*.

puluere in quibus erant, extraxerunt, in sucum et sanguinem conuertunt! Intoleranda profecto haec sunt: et tamen nihil frequentius.

X. Sed praeter ceteros sunt pedantae illi qui se aliquid nescire uix unquam ingenio pudore confitentur. Iactabat se quidam theologus, ex iis nimirum qui scholasticam theologiam leuiter adtigerant, nihil tam esse abstrusum in Sacra Scriptura quod ipse non plane et expedite enuclearet; et memoriter quaedam recitabat, ex quibus iis qui aderant monstri simile in sacra eruditione esse uidebatur. Aduenit casu uir doctus et pius qui, ut hominis frangeret **[330]** impudentiam, primum caput Geneseos sibi explicari petit; et omnia proponit, physica, metaphysica, philologica, historica, theologica, quae in eo capite continentur, ac de singulis erudiri se uelle significat. Hic miser pedanta, cum se frustra iactaret, nec aliquid commode diceret nihilo secius inscientiam^[1] suam noluit profiteri.

Quod si homines hi mente reputarent quanta in rerum caligine et ignoratione uersemur, ut ne illa quidem quae tangimus et contrectamus, ne nos quidem ipsos, quibus nihil nobis praesentius est, intrinsecus cognoscamus, plane faterentur doctissimum quemque et in perscrutatione ueri exercitatum eum esse qui se innumerabilia nescire, plurima non nisi probabili coniectura adsequi, paucissima uero certo cognoscere, ingenue confitetur.^[2]

XI. Quod si intolerabiles pedantae sunt qui inscitiam^[3] suam in aliqua eruditionis parte renuunt confiteri,^[4] quid de illis dicemus qui se disciplinarum circulum^[5] absoluisse arrogantius adfirmant? Neque uero, adolescentes, iudicetis, Leontinum Gorgiam aliquem, aut Graecum sophistam alium ex inferis esse suscitandum, qui in contione poscat quaestionem et se de unaquaque re paratum esse dicere significet: sunt in praesentia non nulli qui eadem chorda oberrant; sunt qui eorum^[6] impudentiam laudibus extollunt. Sunt homines qui cum materiarum indices seu repertoria legerint et inde sumserint quaedam quorum ope aliis egregie imponant, immensam eruditionem se habere simulant astute aliosque uel indoctos, uel de hoc parandae famae artificio nihil suspicantes, in errorem inducunt. Quod quam sit ineptum, uidetis.

XII. Hinc et illi pedantae sunt qui disciplinas omnes, quas ipsi non didicerunt, reiiciunt. Frequentissime hunc scopulum plerique qui ad litteras se^[7] applicarunt, offendunt. Ac primum philologi plerumque eos qui grauioribus disciplinis dant operam quasi pedantas contemnunt. Scholasticus exsibilat eum qui ab experientia et geometria physicam notitiam^[8] ducit; qui ab Scriptura et Traditione, missis metaphysicorum argutiis, theologiam^[9] deriuat; qui moralem disciplinam ex iure naturae et gentium, ex Sacra Scriptura et ecclesiasticis sanctionibus, non ex casuistarum centonibus, summo iudicio haurit.^[10] Iurisconsultus **[331]** pragmaticus suo Decio, Tartagna,

^[1]inscientiam *R²LNV*] ignorationem *R¹* ^[2]confitetur. *R²LNV*] profitetur. *R¹* ^[3]inscitiam *R²LNV*] inscientiam *R¹* ^[4]confiteri *R²LNV*] profiteri *R¹* ^[5]circulum *R²LNV*] orbem *R¹* ^[6]eorum *R²LNV*] istorum *R¹* ^[7]se applicarunt *R²LNV*] uacant *R¹* ^[8]notitiam *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[9]theologiam deriuat *R²LNV*] theologiam suam sumit *R¹* ^[10]haurit. *R²LNV*] deriuat. *R¹*

civil, e até a própria ciência política, da obscuridade e do pó em que permaneciam?! Decerto, estas coisas são inadmissíveis; contudo, nada há mais frequente.

X. Além de outros, são também pedantes os que, em virtude de um pudor natural, dificilmente confessam que nada sabem. Vangloriava-se um certo teólogo – certamente um dos que tinham tocado ao de leve a teologia escolástica – de nada existir tão abstruso na Sagrada Escritura que ele não explicasse totalmente e de modo expedito; e recitava de memória certas coisas pelas quais ele parecia aos que estavam presentes ser semelhante a um prodígio na erudição sagrada. Aproximou-se por acaso um varão douto e piedoso que, a fim de demolir a impudência do indivíduo, [330] solicitou que ele lhe expusesse o primeiro capítulo do Génesis; e referiu-lhe todos os assuntos, físicos, metafísicos, filológicos, históricos e teológicos contidos nesse capítulo, declarando desejar ser esclarecido sobre cada um deles. Neste momento, o pobre pedante, vangloriando-se em vão e nada dizendo a propósito, não quis, no entanto, confessar a sua ignorância.

Se estas pessoas reflectissem em quanta obscuridade e ignorância vivemos habitualmente a ponto de nem sequer conhecermos intrinsecamente as coisas que tocamos e apalparamos e nem sequer a nós próprios, a quem nada é mais evidente que nós mesmos, confessariam com clareza que os mais doutos e experimentados na investigação da verdade são aqueles que reconhecem sinceramente desconhecerem inumeráveis coisas, compreenderem muitas segundo apenas uma conjectura verosímil e conhecerem pouquíssimas com evidência.

XI. Se os pedantes que recusam confessar a sua ignorância nalguma área do conhecimento são insuportáveis, o que dizer dos que afirmam com a maior altivez terem discorrido sobre a totalidade das disciplinas? E não penseis, caros jovens, que deve ser ressuscitado dos infernos um Górgias de Leontinos ou outro sofista grego que solicite um interrogatório na assembleia do povo e declare estar preparado para falar de qualquer assunto. Existem actualmente alguns que se enganam na mesma corda e outros que exaltam a sua impudência. Há pessoas que ao lerem índices ou catálogos de matérias e ao extraírem delas certos assuntos, por meio dos quais enganam de modo singular os outros, simulam astutamente possuírem imensa erudição, induzindo os outros em erro, quer os ignorantes, quer os que nada suspeitam deste estratagema para adquirirem fama. Compreendeis como isto é inábil.

XII. São também pedantes os que recusam todas as ciências que não aprenderam. Colidem muito frequentemente com este escolho a maior parte dos que se aplicam às belas-lettras. Em primeiro lugar, os letrados desprezam como pedantes a maior parte dos que se dedicam às disciplinas mais severas. Um escolástico apupa quem adquire conhecimentos sobre a física com base na experiência e na geometria, quem faz proceder a teologia das Escrituras e da Tradição – omitindo as subtilidades dos metafísicos –, quem infere com o mais elevado discernimento a ciência moral do direito natural e do direito das gentes, da Sagrada Escritura e das sanções eclesiásticas, e não dos centões dos casuístas. E um jurisconsulto experiente, [331] satisfeito com os seus Décio, Tartaglia, Sozzini, Cumano, Saliceto, De Butrio, Fulgósio e outros, escarnece

Socino, Cumano, Saliceto, de Butrio, Fulgosio, ceteris contentus, ridet antecessores Iuris qui ex purioribus fontibus iusti et iniusti prudentiam deducunt, quasi homines finiendis liticulis ineptos.

Contra grauiorum studiorum cultores nimis multa in eos qui in^[1] alias disciplinas incumbunt sibi permittunt, eosque prae se contemnunt. Inepti utrique hoc nomine, quod nesciunt disciplinas omnes communi quodam uinculo contineri et alias aliis opitulari, atque suam cuique laudem esse litterarum cultori, suam disciplinis omnibus, si recta intelligentia et definita animi moderatione unaquaeque earum gubernetur.

XIII. Etiam cum pedantibus iunguntur illi qui repugnantes sibi et in aliam sententiam disputantes ferre nequeunt. Qui cum aliquid uel bene, uel male excogitarunt et ediderunt, ea animi demissione id ipsum ab omnibus admitti cupiunt, quasi ex Hammonis fonte oracula relata. Qua quidem ineptia an alia maior excogitari possit, nescio; id scio, hoc uitio eos interdum infuscari qui in disciplinis summa cum laude uersati sunt. Nam ut Voëtium, Roberualium ceterosque omittam recentiores, uel unus Cartesius luculentus nobis^[2] testis est. Hic enim, nisi principatum in philosophia adfectaret, tam aegre non ferret se a quibusdam Iesuitis, ab Ultraiectinis et Leidensibus philosophis; et quod plus est, ab Hobbesio et Gassendo, amicis olim suis, ob quaedam placita reprehendi, ut ad magistratum auctoritatem tandem confugeret, quo facilius reprehensores suos debilitaret. Neque in Regium inueheretur hoc nomine, quod, Cartesianismo relicto, eclecticice philosopharetur; quod parum generosam indolem declarat.^[3]

XIII. Postremo accensentur pedantibus consequentarii: ii nimirum qui, dum aliorum sententias confutant, non euersis fundamentis contrariae opinionis, ad consequentias confugiunt, quo aduersariorum famam et salutem in discrimen uocent. Existimantes se, si minus rationibus, saltem periculosis consequentiis aduersarios de gradu^[4] et caussa esse deiecturos.

Exempli gratia, laudet quis in I. Sturmio, Buchanano, Camerario, Hottomanno, Cunaeo, Graeuio, stilum^[5] emendatissimum; in Clercio, Menckenio et Werenfelsio, aciem iudicandi; **[332]** eruditionem Vsserii, Grotii, Iosephi Scaligeri, Bocharti, Vossiorum, Buxtorfiorum, Seldeni, Lightfooti, reliquorum; inuestigationem philosophicam Boylei, Leibnizii, Newtoni, Leeuuenoekii, Clarckii, Derhamii, Buddei, ceterorumque haeticorum, qui disciplinas grauiore in bono lumine collocarunt. Infert consequentarius: “Esse haeticum, uel de haeresi suspectum, non esse audiendum et quidquid eruditionis inde profluit, tamquam perniciosum, esse explodendum”.

E contrario, reprehendat quis non nulla errata Melitonis, Iustini, Irenaei, Papiiae, Clementis Alexandrini, Lactantii, tum et naeuos alios qui ueteribus episcopis uel

^[1]in alias ... incumbunt *R²LNV*] aliis disciplinis dant operam *R'* ^[2]nobis *R²LNV*] *om. R'*
^[3]declarat. *R²LNV*] manifestat. *R'* ^[4]gradu et caussa *R²LNV*] statu *R'* ^[5]stilum emendatissimum
R²LNV] politissimum stilum *R'*

dos professores de Direito que deduzem das fontes mais límpidas do justo e do injusto a sabedoria, como se eles fossem pessoas inábeis a decidir pequenos litígios.

Inversamente, os cultores dos estudos mais severos permitem-se muitíssimas coisas para com aqueles que se ocupam das outras disciplinas e desprezam-nos ostensivamente. Uns e outros são inábeis, dado desconhecerem que todas as disciplinas estão relacionadas segundo um vínculo comum, que se auxiliam mutuamente e que todos os cultores das belas-letas são dignos de louvor, bem como todas as disciplinas, se cada uma delas for convenientemente entendida e estiver ordenada segundo um discernimento peculiar.

XIII. Acrescentam-se ainda aos pedantes os que, sendo incoerentes consigo próprios, são incapazes de tolerar os que sustentam opiniões diferentes. São estes que ao pensarem e ao exprimirem algo, quer de modo correcto quer incorrecto, pretendem que seja aceite por todos com submissão de espírito, como se fossem oráculos procedentes da fonte de Ámon. Não sei se pode imaginar-se uma inépcia maior que esta; sei, porém, que são contaminados algumas vezes por esse vício os que se dedicam com sumo aplauso às ciências. Na verdade, omitindo Voëtius, Roberval e outros modernos, por exemplo Descartes é para mim um testemunho luculento. Se ele não ambicionasse a primazia na filosofia, não daria ocasião a ser tão severamente criticado em virtude de certas doutrinas por alguns Jesuítas, pelos ultrajectinos, pelos filósofos de Leida e, além, disso, por Hobbles e Gassendi, outrora amigos seus, a ponto de por último se refugiar no cumprimento de cargos para mais facilmente quebrantar os seus críticos. No entanto, ele não criticou Régis – dado que, votado ao desprezo o cartesianismo, se principiou a filosofar eclecticamente –, o que manifesta da sua parte uma índole de pouca nobreza.

XIV. Por último, acrescentam-se aos pedantes os obcecados pelas consequências. São decerto aqueles que ao refutarem as opiniões dos outros se refugiam nas consequências, não demolindo os fundamentos das opiniões adversas a fim de porem em risco o renome e a vitalidade dos opositores. Eles julgam que, se não com argumentos, pelo menos com consequências arrojadas os opositores hão-de ser abatidos com firmeza e com fundamento.

Por exemplo, há quem elogie o estilo muito refinado de J. Sturm, de Buchanan, de Camerarius, de Hottman, de Cunaeus e de Grévin, a sagacidade de Clerk, de Menchen e de Werenfelds, [332] a erudição de Uffer, de Grócio, de Joseph Escalígero, de Bochart, dos Vossius, dos Buxtorf, de Selden, de Lightfoot e de outros, a indagação filosófica de Boyle, de Leibniz, de Newton, de Leuwenhoeck, de Clarke, de Derham, de Budde e de outros heréticos que deram um lugar de grande esplendor às disciplinas mais severas. Mas infere o obcecado pelas consequências: “Aquele que é herético ou suspeito de heresia não deve ser ouvido, e tudo o que proveio da sua erudição deve ser rejeitado como pernicioso”.

Inversamente, há quem censure alguns erros de Melitão, de Justino, de Irineu, de Papias, de Clemente de Alexandria, de Lactâncio – bem como outros erros cometidos pelos bispos antigos ou por aqueles que reflectiram sobre coisas diferentes – e elogie

aliud meditantibus exciderunt, et laudet diligentiam quorundam haereticorum qui inter tot conuicia quibus sanctissimos uiros prosequuntur, non nullos naeuos docte notarunt. Hic iterum consequentarius: “Ergo est haereticus, nam ueteres Christiani et Doctores nihil non bonum poterant cogitare, ne dum scribere”.

Iam prima illa ratiocinatio “Laudat eruditionem haereticorum, ergo est haereticus” est falsa. Adeoque, quae inde ducuntur ceterae eodem uitio laborant. Nam non omnia quae haeretici dixere sunt falsa, nec omnia quae catholici scripserunt uera^[1] sunt. Vtrique et bona et mala scripsere, quae expendenda sunt ad oraculum Vaticani, et si per eius^[2] leges terrae orbem obambulare possunt, temere reprehenduntur argumentis^[3] ab inuidia ductis. Eodem iure argumentemur^[4] hoc modo: “Laudat dicendi copiam Ciceronis, tuetur mordicus dogmata Aristotelis, adhaeret placitis Galeni, Auicенаe, Auerroësii, Auempace. Ergo est ethnicus, aut Muhammedanus”. Quod tamen ineptissimum argumentandi genus est.

Oportet autem, ut consecutio sit legitima, ex regulis critices uerba hominis examinare. Deinde necesse est ut ea proxime^[5] et necessario ex auctoris principiis^[6] fluat. Nec id solum, sed etiam necesse est ut certo sciamus auctorem hanc periculosam consequentiam praeuidisse.⁴⁰⁹ Nam multa uiris doctissimis oscitantibus excidunt quae ipsi non animaduertunt.

[333] Veteres multi futurum esse in terris millenarium Christi regnum dixere uel in hanc partem propenderunt. Alii contendebant beatum adspectum sanctorum animis denegare ante diem extremi iudicii; et in hac sententia publice fuere, antea quam Benedictus XII sanctione sua eam damnauerit.⁴¹⁰ Tamen hac de causa haeretici non habentur, quia Ecclesiae iudicium non constabat, nec illius decretis pertinaciter repugnarunt. Qui autem eiusmodi^[7] machinis disputantes aggrediuntur, uel id inscitia uel pertinacia eueniat,^[8] pedantae sunt et ab contione litteratorum eiiciendi.

Et haec sunt praecipua pedantismi genera^[9] ad quae cetera nullo negotio reducuntur. Supersedemus reliquis, ne infinite excurrat oratio. Cum ex iis quae diximus sit manifestum corruptum iudicandi gustum et uerae^[10] philosophiae inopiam causam esse cur in pedantismum incidamus, id est, in nulla disciplina finem^[11] atque adiumenta commode cognoscamus modumque teneamus. Quae si recte agnosceremus,^[12] caueremus profecto ab ineptiis, quae nos doctiorum et prudentium ludibrio exponunt: quod ipsum est, in unaquaque re esse Philosophum.

⁴⁰⁹ Vide Hollmannum *Dissertatio de Iure Consequentiarum*. 1726, 8.

⁴¹⁰ In *Extrauagantes* (Benedictus Deus), apud Bzouium ad annum 1336.

^[1]uera sunt. *R²LNV*] sunt uera. *R¹* ^[2]eius *R²LNV*] huius *R¹* ^[3]argumentis *R²LNV*] talibus argumentis *R¹* ^[4]argumentemur *R²LNV*] liceret argumentari *R¹* ^[5]proxime *R²LNV*] perspicue et proxime *R¹* ^[6]principiis *R²LNV*] placitis *R¹* ^[7]eiusmodi *R²LNV*] talibus *R¹* ^[8]eueniat *R²LNV*] faciant *R¹* ^[9]genera ... cetera *R²LNV*] species ad quas ceterae *R¹* ^[10]uerae ... esse *R²LNV*] solidae philosophiae defectum in causa esse *R¹* ^[11]finem ... cognoscamus *R²LNV*] agnoscamus pretium *R¹* ^[12]agnosceremus *R²LNV*] cognosceremus *R¹*

o empenho de certos heréticos que, entre tantas invectivas que dirigiram aos varões mais veneráveis condenaram sabiamente alguns vícios. Pela sua parte, o obcecado pelas consequências afirma: “Trata-se, portanto, de um herético, pois os antigos cristãos e os Doutores da Igreja nada podiam pensar que não fosse correcto e muito menos escrevê-lo”.

Ora, é este o seu principal raciocínio: “Ele elogia a erudição dos heréticos, portanto, é herético”. Trata-se de um raciocínio falso e por isso aquilo que dele se infere padece do mesmo erro. Com efeito, nem tudo o que disseram os heréticos é falso e nem tudo o que escreveram os católicos é verdadeiro. Uns e outros escreveram coisas correctas e incorrectas que devem ser ponderadas pelo oráculo do Vaticano; e, se por meio das suas prescrições elas puderem ser divulgadas por toda a Terra, serão censuradas irreflectidamente com argumentos causados pelo ódio. Com a mesma legitimidade, eu argumentaria deste modo: “Ele elogia a magnificência da linguagem de Cícero, defende obstinadamente as opiniões de Aristóteles, adopta os princípios de Galeno, de Avicena, de Averróis, de Avenpace, portanto, é pagão ou maometano”. Contudo, isto é uma forma de argumentar muito inábil.

Para a consequência ser legítima, importa examinar as palavras do indivíduo segundo as regras da crítica, sendo ainda necessário que ela proceda de modo imediato e necessário dos princípios do autor. E não apenas isto, pois é também necessário sabermos com segurança que o autor previu aquela temerária consequência.⁴⁰⁹ Com efeito, muitas coisas passam despercebidas aos varões muito doutos ociosos a que eles não prestam atenção.

[333] Muitos antigos afirmaram que haveria de existir na Terra um reino cristão milenário ou propenderam para essa opinião. Outros sustentaram que a visão beatífica dos santos é recusada às almas antes do dia do Juízo Final, tendo eles defendido abertamente este parecer antes de Bento XII o ter rejeitado pelo seu veredicto.⁴¹⁰ Contudo, a respeito deste assunto não há heréticos, dado que não era evidente a sentença da Igreja nem eles se opunham obstinadamente aos seus decretos. São, porém, pedantes os disputadores que acometem com as suas maquinações, quer isso aconteça por ignorância, quer por pertinácia, devendo por isso ser expulsos da assembleia dos críticos.

São estas as principais espécies de pedantismo, às quais facilmente se reduzem as outras. Abstenho-me de mencionar as restantes para que o discurso não se alongue indefinidamente. Como daquilo que referi se torna evidente que a causa de cairmos no pedantismo é o gosto de ajuizar de modo perverso e a carência de uma verdadeira filosofia, isto significa que não conhecemos convenientemente em nenhuma disciplina a sua finalidade e os seus recursos, e que não compreendemos o método. Se conhecêssemos estas coisas perfeitamente, evitaríamos decerto as tolices que nos expõem ao escárnio dos mais doutos e sensatos, o que é o mesmo que ser filósofo em qualquer assunto.

⁴⁰⁹ Ver Holmann, *Dissertatio de Iure Consequentiarum*, 1726, 8.

⁴¹⁰ *Extravaugantes* (Benedictus Deus), em Bzouius, ano de 1336.

CAPVT V De usu Logicae

I

Reliquum est, adolescentes, ut uos doceam qualem fructum ex hisce lucubrationibus capere possitis quoque id modo facillime consequamini. Quod ego praeceptum tanti facio, ut nisi illud penitus intelligamus et memoria teneamus, reliqua omnia superuacanea esse existimem.

Et quidem omnes homines, uel ii docti uel ineruditi sint, logica naturali pollent, id est, ea facultate intelligendi et ratiocinandi quae animis^[1] innata est. Hac plurimi, immo et^[2] paene omnes, cum in uita domestica, tum publica aliquando bene ratiocinantur, ac aliorum errores inueniunt [334] et patefaciunt. Haec artem ratiocinandi genuit et expoliuit. Nam cum homines longo rerum usu edocti animaduernerent aliquando mentem nostram errare, aliquando bene ratiocinari, notarunt errores et regulas quasdam formarunt ex quibus haec ars ratiocinandi seu artificialis logica existit, quae^[3] et artem inueniendi praemissas ueras et artem conclusionem recte deducendi complectitur.

Verum usu et experientia edocemur homines sibi relictos et sine regulis ratiocinantes in infinitos errores incidere. Iccirco oportet quasdam regulas habeamus ad quas ratiocinationes nostras dirigamus, ne imprudentes decipiamur. Quarum meliores hucusque tradidimus.

Sed nec id satis est regulas omnes notas et familiares habere, nisi usu ualeamus et eas ad priuatas contentiones applicemus, idque in re noua, quam numquam a praeceptoribus audiuius, praestemus.

Fingamus esse aliquem qui Geographiam et Nauticam artem compertas habeat easque auditores plures annos docuerit, uerumtamen mare nunquam fuerit ingressus. Quis sanus huic nomini nauem dirigendam committet? Sane multo facilius indoctissimus nauclerus, quam noster sapiens, cursum longissimum instituet. Eodem modo qui regulis abundat non is quidem est logicus, sed qui eas in promptu habet et ex longo meditandi usu iis in quolibet argumento uti nouit, et potest hoc nomine insigniatur. Quod nemo, qui modo sit doctus, negabit.

Ad hoc igitur reuocatur controuersia: quonam modo usum logicae comparabimus. Hic ueteres omnes cum Graeci, tum Romani tacent, quia methodum non agnouerunt. Peripatetici ne ipsi quidem de hoc disputant, tantum clamosa disputatione exercent pueros et hoc modo usum aliquem se consecuturos esse arbitrantur. Recentiores in diuersas abiire sententias. Mihi sane cum doctissimis et bene exercitatis huiusmodi methodus potior uidetur.

^[1]animis innata *R²LNV*] animae congenita *R¹* ^[2]et paene *R²LNV*] immo et paene *R¹* ^[3]quae ... complectitur. *R²LNV*] *om. R¹*

CAPÍTULO V

A utilidade da lógica

I

O restante, caros jovens, é para vos instruir sobre o fruto que podeis obter destas minhas lucubrações e sobre o modo de alcançá-lo com muita facilidade. Eu atribuo a esta instrução tanto valor que, se não a entendermos profundamente e a conservarmos na memória, julgo serem todas as outras coisas supérfluas.

Certamente, todos os seres humanos, tanto doutos como ignorantes, sobressaem na lógica natural, isto é, na capacidade de entender e raciocinar, que é inata no espírito. Por meio dela, a maior parte dos seres humanos, e até quase todos, raciocinam geralmente bem, tanto na vida familiar como na pública, [334] e dão a conhecer e desvendam os erros dos outros. Ela originou e aperfeiçoou a arte do raciocínio, pois quando os seres humanos instruídos por uma longa experiência das coisas reconheceram que por vezes a nossa mente se enganava e que por vezes raciocinava correctamente, censuraram os erros e inventaram certas regras das quais resulta esta arte do raciocínio ou lógica artificial, que inclui não apenas a arte de conhecer as premissas verdadeiras, mas também a arte de deduzir convenientemente a conclusão.

Somos ensinados certamente pela prática e pela experiência que os seres humanos deixados a si próprios e raciocinando sem regras caem numa infinidade de erros. Deste modo, é necessário possuímos certas regras a que conformemos os nossos raciocínios para não nos enganarmos por ignorância. Até aqui ensinei as que são mais úteis.

Não é, porém, suficiente possuir todas as regras conhecidas e familiares se não nos servirmos delas e não as aplicarmos nas contendidas privadas, fazendo isso relativamente a um assunto desconhecido do qual nunca ouvimos falar os preceptores.

Suponhamos que alguém está convencido de que conhece bem as artes da Geografia e da Náutica e que as ensinou aos seus discípulos durante muitos anos, não tendo, no entanto, em tempo algum entrado no mar. Quem de mente sã confia a este fulano o comando de um navio? Decerto, um arrais muito ignorante realiza muito mais facilmente uma longa viagem por mar do que o nosso sábio. Da mesma forma, quem for redundante em regras não é certamente lógico, mas quem as tiver à disposição e com base numa longa prática de reflexão souber servir-se delas em qualquer assunto, podendo deste modo notabilizar-se. Ninguém poderá recusar isto, se for instruído.

Portanto, a controvérsia reduz-se a isto: de que modo estabelecemos a utilidade da lógica. Sobre este assunto, todos os antigos, tanto gregos como romanos, guardaram silêncio, dado não conhecerem o método. Nem sequer os peripatéticos discorreram sobre esta matéria; eles apenas mortificavam os rapazinhos com disputas ruidosas, pensando que deste modo haviam de obter algum proveito. Os modernos manifestaram propensão para opiniões diferentes. A mim parece-me realmente preferível, juntamente com os mais doutos e experientes, o seguinte método:

Initium ducat a librorum didascallicorum lectione. Seligat eos qui meliori methodo uidentur conscripti et: 1. Examinet an regulas Logicae, quantum argumentum patitur, seruent; 2. Deinde ueniat ad argumenta eaque ad leges quas paullo ante posuimus expendat; 3. Tum de stilo ferat iudicium. Sic facile animaduertet quam bene aut quam male scribat.

[335] Principio se exerceat in *Arte Cogitandi*, Purchotio, Rohaultio, Malebranchio, nam ceteri qui strictam geometrarum methodum sequuntur, ut Grauessandius, Keillius, Wolfius et^[1] his similes tironibus ingeniis non sunt idonei.^[2] Deinde in aliis auctoribus, nempe theologis, iurisperitis exerceat se. Sed breuiores auctores legat, nam ceteri tironibus apti non sunt.

Vnum moneo, ne in scholasticorum plerorumque^[3] scrutandis scriptis tempus consumat. Etenim hi auctores plerumque bonae methodi rationem non habent; ad summum^[4] eorum aliqui argumentum exacte diuidunt in partes, cetera nihil morantur. Vtiliter tamen per otium unus et alter uolitari potest, ut errores qui magis sunt conspicui notemus et caueamus.

Praeterea in historicis ad disciplinae praecepta expendendis^[5] non nihil temporis insumere necesse est. Legat, exempli gratia, iudicium quod Clercius in *Arte Critica* e Q. Curtio facit; uel, si legendi facultas non erit, memoria repetat ea quae superiori libro de historicis disputauius. Tum sumat in manus historicum aliquem domesticum illustriorem, nimirum Hieronymum Osorium, uel Maffeium, uel Hyacinthum Freirem Andradium, uel Emmanuelem Fariam, uel Antonium Rodriguezium Costam, aut aliquem eorum qui hac aetate scripserunt cum laude, et consideret diligenter an habeat uirtutes, aut uitia quae Clercius in Curtio, post iteratam lectionem, inuenit.

Item in orationibus Ciceronis, Mureti, Perpiniani, Palearii, Amasaei, Buchneri, Cunaei, Cellarii, Achilis Statii, Oliuerii^[6] aliorumque perpendendis^[6] acuat ingenium, nec modo rhetoricam, sed philosophiam quaerat in iis. Haec qui faciet, quin reliquos longo post se interuallo relinquat, dubium non est. Nam et de rebus accuratum iudicium faciet, et eos interdum in auctoribus reperiet naeuos quos plurimi qui eruditissimi habentur in iisdem delitescere [336] numquam suspicati fuissent. Et^[7] haec de meditatione et lectione.

De contentione uero pauca dicenda sunt. Etenim pauci sunt qui disputando cum altero pro fine ponant uerum inquirere et patefacere, atque ad id efficiendum ea, quae

^[1] Isidorus Oliuerius Lusitanus, de Clericis Regularibus Scholarum Piarum, uir doctus et disertus, qui orationes aliquas eruditas et per quam elegantes Romae paucis^[8] ante annis habuit.

^[1]et ... similes *R²LNV*] reliqui *R¹* ^[2]idonei. *R²LNV*] accommodati. *R¹* ^[3]plerorumque *R²LNV*] non nullorum *R¹* ^[4]summum *R²LNV*] plurimum *R¹* ^[5]expendendis *R²LNV*] perpendendis *R¹* ^[6]perpendendis *R²LNV*] expendendis *R¹* ^[7]Et haec *R²LNV*] Hucusque *R¹* ^[8]paucis ante annis *R²LNV*] *om. R*

Deve principiar-se pela leitura dos livros didáticos, preferindo-se os que parecem redigidos segundo o melhor método. Além disso: 1. Deve examinar-se se as regras da Lógica dizem respeito a tudo aquilo que o assunto comporta; 2. Seguidamente, deve prosseguir-se para os assuntos, ponderando-os segundo as regras que anteriormente referi; 3. Após isso, deve emitir-se um juízo sobre o estilo. Reconhece-se deste modo facilmente se se escreveu de modo correcto ou incorrecto.

[335] Deve dedicar-se primeiramente à *Arte de Pensar*, a Purchot, a Rohault, a Malebranche, pois os restantes que seguem o método rigoroso dos géometras – como Gravesande, Keill, Wolff e outros semelhantes a estes – não têm aptidão para os principiantes de condição livre. Por último, devemos dedicar-nos a outros autores, certamente aos teólogos e aos jurisconsultos. Devem, porém, preferir-se os autores de menor relevância, pois os outros não são apropriados para os principiantes.

Advirto apenas que não deve despender-se o tempo a investigar os escritos de muitos escolásticos, pois estes autores não possuem geralmente conhecimento do bom método; quando muito, alguns deles dividem com exactidão em partes o assunto, mas quanto ao resto nada lhes interessa. Contudo, um ou dois podem examinar-se pacificamente com proveito para censurarmos e evitarmos os erros mais evidentes.

Além disso, é necessário despender algum tempo na ponderação dos preceitos que se ocupam da história. Pode ler-se, por exemplo, o parecer apresentado por Clerk na *Ars Critica* sobre Quinto Cúrcio ou, não havendo a possibilidade dessa leitura, lembrar aquilo sobre que discorri no livro anterior a propósito dos historiadores. Deve em seguida consultar-se um historiador familiar mais ilustre, designadamente Jerónimo Osório, ou Massaeus, ou Jacinto Freire de Andrade, ou Manuel Faria, ou António Rodrigues da Costa, ou algum dos que escreveu com aplauso nesta época, e examinar cuidadosamente se possui as virtudes ou os vícios que Clerk encontrou em Cúrcio após uma leitura reiterada.

De forma idêntica, deve aguçar-se o engenho no exame dos discursos de Cícero, de Muret, de Perpilhão, de Paleário, de Amaseo, de Bucher, de Cunaeus, de Cellarius, de Aquiles Estaço, de Oliveira⁴¹¹ e de outros, não procurando descobrir neles apenas a retórica, mas também a filosofia. É indubitável que quem fizer isto não deve desprezar os outros autores por muito tempo. Com efeito, deve fazer um juízo cuidadoso sobre as coisas e descobrir nos autores os erros que muitos que se consideram muito instruídos nunca suspeitaram [336] estarem neles dissimulados. Isto, a propósito da reflexão e da leitura.

Sobre a contenda devem dizer-se certamente poucas coisas. Na verdade, são poucos os que ao disputarem com outrem se propõem como finalidade investigar e descobrir a verdade e que possuem o que é necessário para o realizar. Aliás,

⁴¹¹ O português Isidoro de Oliveira, dos Clérigos Regulares das Escolas Pias, varão douto e eloquente que há poucos anos proferiu em Roma alguns discursos eruditos e de extrema elegância.

necessaria sunt, habeant. Adeoque uix unquam disputando proficitur. Verumtamen si disputatio recte, uti demonstrauimus, instituat, utilitate sua non caret.

II

Restat ut uos praemuniam, adolescentes, contra morosos quosdam qui nos hoc nomine reprehendunt quod scholasticorum disputandi uiam non amplexamur, quam illi^[1] ad puerorum ingenia polienda omnino necessariam esse existimant. Scilicet acutissimi coniectores praeuident, nisi scripta nostra istis^[2] uocabulis adspersamus, “argues”, “instabis”, “urgebis”, “subinstabis”, “distinguo”, et “subdistinguo”, “formaliter”, et “materialiter”, et “essentialiter”, ceteris iisque sine ullo fine repetitis, fieri non posse ut ii qui nostra recte perceperint apposite et intelligenter re aliqua proposita iudicent. Quibus nos si respondere conaremur, quin risum deberemus uiris doctis, uix fugere possemus. Patimur aequo animo ut reprehensores nostri mentem talibus doctrinis pascant; nos a uia in quam^[3] semel ingressi sumus non declinabimus. Tantum non nulla, explicationis gratia, adiungemus^[4].

Logica, uti diximus, ea est quae mentem exacuit ut in omni loco et tempore recte iudicet et ratiocinetur.^[5] Quare non ea est quae in disputationem uenit, sed ex cuius legibus in reliquis probe diiudicamus ac disputamus. Id^[6] cum intelligerent recentiores, uiri accurati,^[7] abiecerunt illorum consuetudinem qui prius puerulos disputare cogunt quam sciant disputare, et legerunt ea quae et perspicue sunt uera et hominibus doctissimis multumque et diu in logica arte exercitatis utiliora uisa sunt; eaque tironibus proposuerunt, ut in promptu regulas haberent ad quas ratiocinationes suas dirigerent.^[8] Cumque animaduertent nihil magis argumentum illustrare et faciliorem intelligentiam reddere, quam ordinem quo praeceptiones traduntur, sic praecepta nexuerunt, ut alia ex aliis ducerentur [337] et illustrarentur. Cum autem usu et experientia compertum haberent altercationes de bonitate praeceptorum mentem obtundere, ne, quae necessaria sunt, percipiat, ea diligenter separarunt, tum demum facili et prope quotidiano sermone conscribere praecepta atque periculo facto intellexerunt non, nisi hac methodo, puerulos non paenitendos in disciplinis habere progressus. Id multiplex exemplo efficere poteramus, sed uno et satis obuio contenti erimus.

Quaerat quis litteratorem qui puerulum doceat pingere characteres et eleganter scribere eumque roget ut puerum, quam maxime poterit breuiter, erudiat. Fingamus talem^[9] praeceptorem euenire puello qui sit eruditus et pius, sed qui tali methodo

^[1]illi *R²LNV*] ipsi *R¹* ^[2]istis *R²LNV*] illis *R¹* ^[3]in quam ... sumus *R²LNV*] quam institimus *R¹* ^[4]adiungemus. *R²LNV*] addemus. *R¹* ^[5]ratiocinetur *R¹LV*] ratiocinentur *R¹N* ^[6]Id *R²LNV*] Hoc *R¹* ^[7]accurati *R²LNV*] oculati *R¹* ^[8]dirigerent. *R²LNV*] exigenter. *R¹* ^[9]talem praeceptorem *R²LNV*] praeceptorem huiusmodi *R¹*

difícilmente alguma vez se tira proveito das disputas. Contudo, como demonstrei, se a disputa for estabelecida convenientemente, não está desprovida de alguma utilidade.

II

Resta que eu vos advirta, caros jovens, contra certos impertinentes que me censuram por eu não adoptar o método de discutir dos escolásticos, que eles julgam totalmente necessário para polir a inteligência das crianças. Sem dúvida, esses intérpretes muito penetrantes supõem que, se não impregnarmos os nossos escritos com os vocábulos “arguirás”, “insistirás”, “pedirás com instância”, “subinsistirás”, “distingo”, “subdistingo”, “formalmente”, “materialmente”, “essencialmente” e outros, e os repetirmos sem nenhuma finalidade, não pode suceder que quem compreender convenientemente os nossos vocábulos ajuíze com segurança e discernimento sobre qualquer assunto proposto. E, se intentarmos responder-lhes, dificilmente poderemos evitar sermos objecto de troça por parte dos varões doutos. Suporto com resignação que os meus críticos nutram a mente com essas doutrinas, mas eu não me afasto do caminho que uma vez por todas iniciei. Vou apenas acrescentar algumas considerações, tendo em vista um melhor esclarecimento.

A Lógica, como referi, é a disciplina que torna a mente perspicaz para ajuizar e raciocinar com segurança em todos os tempos e lugares. Por isso, não é ela que é objecto de discussão, mas ajuizarmos perfeitamente nas outras disciplinas com base nas suas regras. Dado que os modernos, varões escrupulosos, reconheceram isso, rejeitaram o hábito dos que coagem os rapazinhos de preferência a disputar do que a saber disputar. E eles examinaram não apenas aquilo que é verdadeiro com toda a clareza, mas também o que pareceu mais útil para as pessoas muito instruídas e exercitadas durante muito tempo na arte lógica. E dedicaram-no aos principiantes para eles terem à disposição as regras a que conformassem os seus raciocínios. E como eles tivessem reconhecido nada existir que esclarecesse um assunto e tornasse o entendimento mais hábil do que a ordem segundo a qual são ensinadas as doutrinas, acumularam preceitos, inferindo e explicando uns a partir de outros. [337] Como, porém, tivessem verificado pela prática e pela experiência que as altercações sobre a bondade dos preceptores embotavam a mente a ponto de ela não perceber o que é necessário, distinguiram escrupulosamente essas coisas e redigiram por fim os preceitos numa linguagem simples e quase familiar, e, realizada a experiência, entenderam que somente por este método os rapazinhos não haviam de arrepender-se de fazer progressos nas ciências. Eu poderia demonstrar isso com numerosos exemplos, mas fico satisfeito com apenas um e muito trivial.

Perguntemos a um mestre-escola que ensina um rapazinho a representar caracteres e a escrever com elegância e peçamos-lhe que instrua a criança no menor tempo possível. Suponhamos que cabe em sorte ao rapazinho um preceptor erudito e virtuoso, mas que ensina o seu discípulo segundo o referido método. Em primeiro lugar, antes de ensiná-lo a pegar na pena, ele deve ensinar-lhe a origem das belas-

auditorum suum instituat. Principio, antea quam docet pennam in manus sumere, discipulum doceat originem litterarum, et rem ab ovo petens, exponat quidquid Flavius Iosephus de columnis illis latericia et lapidea Sethi narrat in quibus ante diluuium uniuersale initia scientiarum depicta feruntur. Transeat inde ad litteras Hebraeas et aperiat antiquitatem Hebraeae linguae et quo modo ex ea paucis mutatis litteris ceterae linguae deduci queant, quod ipsum Thomassini, Buxtorfii, Waltoni, Hayne, Morini argumentis confirmet, et quid in aliam partem disputarint Clercius, Grotius, Scaliger, Huetius sedulo enarret. Deinde explanet differentiam inter characterem quadratum seu Chaldaicum, et ueterem Hebraeum seu Phoenicium, et Samaritanum, quibus addat rabbinicum.

Deinde ad uocales ueniat et explicet diffuse controuersiam inter Ioannem Buxtorfium iuniorem et Ludouicum Cappellum de Hebraeorum punctis uocabulis, ac disputet de codicibus Hebraeorum, de lege orali, de editione tum Esdrae tum aliorum, de doctoribus legis, de paraphrasibus Chaldaicis Onkelosii, Ionathanis, Iosephi, ceteris; de conuersionibus^[1] sacrorum codicum ueteribus et recentioribus, de duplici Thalmude ceterisque codicibus qui sine punctis uocabulis scribi consueuerunt.^[2] Postremo de scholis Hebraeorum in quibus ista tradebantur, et praesertim de schola Tiberiadis, in qua uidentur non nullis puncta uocalia inuenta fuisse et excogitata. Quibus addat non nihil de reliquis linguis orientalibus quae sine uocalibus scribuntur, ut Arabica, ceteris.

[338] Hinc ad Aegyptiorum characteres transitum faciat et declaret quid sint hieroglyphici illarum gentium, ubi Pierii Valeriani *Hieroglyphica* et, si superis placet, etiam Burnetii *Archaeologiae Philosophicas*, in^[3] quibus orientalium aenigmata late persequitur, exponat. Ad haec diligenter exploret et enarret quis artem scribendi calluerit ubi de Academia Eliopolitana, Memphitica, Thebana, ceteris. Deinde doceat^[4] Aegyptios quaedam in columnis, quaedam in codicibus habuisse descripta; et hic de columnis Hermetis, de mensa Isiaca, de obeliscis qui Romae exstant, abundanter loquatur; et Marshami, Kircherii, Montfauconi, Pignorii, Budbeckii, Herwarthi, commentaria exponat, illustret, excutiat.

Praeterea de litteris Aethiopum et similitudine inter alphabetum Copticum, Graecum, Samaritanum, Aethiopicum explicet, ubi Bernardi *Tabulas Alphabetorum* anxie enarret. Item de Graecis characteribus quos Cadmus ex Phoenicia in Graeciam importauit deque eorum mutatione, spiritibus, accentibus, ceteris. Tum quomodo Romani characteres exigua litterarum flexione^[5] inde nati fuerint. Ad haec de orthoepeia, seu recta litterarum Latinarum pronuntiatione ac de uetere scriptura Romanorum, ubi Silburgii tractatum accurate exponat, et compendiarium Romanorum scribendi uiam minutissime persequatur, qua^[6] de caussa et notas quae supersunt

^[1]conuersionibus *R²LNV*] translationibus *R¹* ^[2]consueuerunt. *R²LNV*] solent. *R¹* ^[3]in quibus *R²LNV*] ubi *R¹* ^[4]doceat *R²LNV*] aperiat *R¹* ^[5]flexione *R²LNV*] deflexione *R¹* ^[6]qua de caussa ... exponat. *om. R¹*

-letras e, atacando o assunto desde o começo, expor tudo aquilo que Flávio Josefo descreve a respeito das colunas de tijolo e de pedra de Seth, nas quais se diz terem sido descritos os começos das ciências antes do dilúvio. Ele deve passar em seguida à literatura hebraica, explicar a antiguidade da língua hebraica e como a partir dela puderam originar-se as outras línguas com a modificação de poucas letras – como se pode confirmar com os argumentos de Thomassin, de Buxtorf, de Walton, de Hayne, de Morin – e explicar com todo o empenho aquilo sobre que discorreram em sentido diferente Clerk, Grócio, Escalígero e Huet. Após isso, deve esclarecer a diferença entre os caracteres quadrados ou caldaicos e os do antigo hebreu ou fenícios e os samaritanos, aos quais deve acrescentar os rabínicos.

Em seguida, ele deve tratar das vogais e esclarecer amplamente a controvérsia entre Ioannes Buxtorf Iunior e Louis Cappel a respeito dos pontos vocálicos dos Hebreus, discorrer sobre os códices dos Hebreus, sobre a lei oral, sobre as edições tanto de Esdras como de outros livros, sobre os doutores da lei, sobre as paráfrases caldaicas de Onkelos, de Jónatas, de Josefo e de outros, sobre as versões antigas e modernas dos códices sagrados, sobre o duplo Talmud e os restantes códices que era costume serem escritos sem pontos vocálicos. Por último, sobre as escolas dos Hebreus em que estas matérias eram ensinadas e principalmente sobre a escola de Tiberíades, na qual, como alguns pensam, foram inventados e descobertos os pontos vocálicos. A estes assuntos ele deve acrescentar alguma coisa sobre as restantes línguas orientais que se escrevem sem vogais, como o arábico e outras.

[338] Daqui ele deve passar aos caracteres dos Egípcios e dar a conhecer com clareza o que são os hieróglifos desse povo, expondo os *Hieroglyphica* de Pedro Valeriano e, se for do agrado dos poderes celestes, também as *Archaeologicae Philosophicae* de Burnet, em que são expostos extensamente os mistérios dos povos orientais. Além disso, quem for hábil na arte de escrever deve demonstrar e expor escrupulosamente quando foram fundadas as academias de Heliópolis, de Mênfis, de Tebas e outras. Seguidamente, ele deve ensinar que os Egípcios representaram certas coisas em colunas e outras em códices e discorrer nesse momento copiosamente sobre as colunas de Hermes, sobre o altar de Ísis, sobre os obeliscos que existem em Roma, e expor, esclarecer e examinar cuidadosamente os comentários de Marsham, de Kircher, de Montfaucon, de Pignoria, de Budbek, de Herwarth.

Além disso, a respeito do sistema de escrita dos Etíopes, ele deve explicar a semelhança entre os alfabetos copta, grego, samaritano e etiópico, e expor escrupulosamente as *Tabulae Alphabetorum* de Bernardi. Deve também explicar os caracteres gregos, que Cadmo importou da Fenícia para a Grécia, e a sua transformação em espíritos, acentos, etc.; e em seguida de que modo os caracteres romanos provieram daí com uma pequena alteração das letras. Relativamente a este assunto, ele deve cultivar a ortoépia ou a pronúncia correcta das letras latinas e a escrita antiga dos Romanos, e explicar cuidadosamente a obra de Silburg, e tomar escrupulosamente por modelo o modo compendioso de escrever dos Romanos, razões por que deve referir e expor os sinais de pontuação que são supérfluos, aduzidos

quasque Gruterus adducit, proferat ac exponat. Nec id solum, sed etiam illustret quam uariant uetusti lapides et codices, quaenam scribendi forma sit praefenda, ubi Lipsium, Manutium, Vossium, Sigismundum, Dausquium, Cellarium, ceteros, qui de hoc scripserunt, perpendat, atque de arte multiplicandi exemplaria seu de arte typographica disputet.

Praeterea edoceat auditorem Sinas seu Seres nescire artem scribendi, sed singulas res quibusdam signis, quae^[1] perpendiculari linea describunt, significare. Ad haec de modo aptandi calamum et tabulis parandis dicat, ubi de papyro Aegyptiorum,^[2] de tabulis ceratis, de membrana Pergamena, de charta bombycina,^[3] serica, straminea curiose plurima promat. Tum demum eruditionem aliam accumulet, tamque exquisitam qualem nec ipse Scaliger notam habuisset; et id genus alia, quorum uel dimidiam partem nec totis quatuor [339] annis commode posset explicare: Verum de modo scribendi, quod erat propositum, altum silentium.

Hic aliquis ineptus, adolescentes, praedicaret huiusmodi hominem esse doctissimum, facundissimum, maximi ingenii et iudicii. Ego uero ita sentio dementem esse, et auctor essem parenti pueruli ut litteratorem eiusmodi^[4] ad hospitium amentium deducendum curaret, prius quam animi rabie incitatus et praeceps in furorem ageretur.

Credite, adolescentes, huic litteratori fore persimilem eum qui cum puerum docere debeat bene ratiocinandi artem, eum immiscet operosis et inutilibus disputationibus rebusque quae non dicam iuuare non possunt, sed enecant puellios et iudicandi aciem retundunt. Duo enim obstant ne recte iudicemus: alterum, quod nos detinent rebus inutilibus; alterum, quod ea quae quodammodo utilia forent tam perturbate declarant, ut summa sit omnium rerum in docendo confusio.

Nam nisi uia ac ratione discamus, nec res, uti par est, percipiemus nec ad aliquam excellentiam perueniemus. Etenim, ut monet uir clarissimus, hoc solo nomine Geometria et aliae mathematicae disciplinae ingenium exacuunt, non ob res quae in^[5] iis disputantur; quid enim iuuat ad recte iudicandum et ratiocinandum scire tres angulos unius trianguli esse aequales duobus rectis; uel in triangulo rectangulo quadratum hypotenuse esse aequalem quadratis reliquorum laterum; et huiusmodi alia? Sed tantum ob methodum qua ita omnia nectuntur, ut alia ex aliis et certo et^[6] perspicue nascantur. Quod cum mens diu multumque contemplatur, talem comparat consuetudinem, ut, quacumque materia proposita, non, nisi ex principiis^[7] perspicuis et nulli dubiis, ratione et uia philosophetur; quod est bene ratiocinari.

Fateor non nulla, quae in Logica traduntur, in controuersiam cadere posse. Sed haec doctioribus reseruamus, qui artem disputandi callent; non uero tironibus, qui

^[1]quae *R²LNV*] quos *R¹* ^[2]Aegyptiorum *R²LNV*] Veterum *R¹* ^[3]bombycina ... straminea *R²LNV*] uulgari *R¹* ^[4]eiusmodi *R²LNV*] huiusmodi *R¹* ^[5]in iis *R²LNV*] iibi *R¹* ^[6]et ... nascantur. *R²LNV*] fluant perspicue. *R¹* ^[7]principiis ... dubiis *R²LNV*] rebus perspicuis et principiis nulli dubiis *R¹*

por Gruytere. E não apenas isto, mas também esclarecer como são diferentes as lápides e os códices antigos e qual a forma de escrever que deve preferir-se, para o que ele deve examinar com atenção Lipsius, Manúcio, Vossius, Sigismundo, Dausque, Cellarius e outros que escreveram sobre este assunto, devendo ainda discorrer sobre a arte de multiplicar os tipos ou tipografia.

Além disso, ele deve ensinar aos discípulos que os Chineses ou Seres desconheciam a arte de escrever, representando todas as coisas com certos sinais que traçavam segundo uma linha vertical. Sobre este assunto, ele deve referir o modo de segurar a caneta e de preparar as tábuas de escrever, expondo com diligência muitos assuntos acerca do papiro dos Egípcios, das tábuas enceradas, do pergaminho de Pérgamo e do papel feito de seda e de palha. Por último, ele deve acrescentar outros conhecimentos e tão requintados que nem o próprio Escalígero teria conhecido; e ainda outras coisas deste género, das quais nem sequer metade ele poderia [339] expor convenientemente durante quatro anos. Na verdade, sobre o modo de escrever que ele se tinha proposto ensinar, guarda profundo silêncio.

Neste momento, caros jovens, poderia algum incompetente proclamar que esse indivíduo é muito douto, muito eloquente e do mais elevado talento e discernimento. Eu penso, porém, que ele é de tal modo insensato que recomendaria aos pais dos rapazinhos que enviassem esse mestre-escola para um hospício de dementes antes que ele se enfureça impellido e induzido pelo delírio.

Acreditai, caros jovens, que são muito semelhantes a este mestre-escola aqueles que ao ensinarem a uma criança a arte de raciocinar correctamente a confundem com disputas laboriosas e inúteis e com assuntos que, não direi não poderem servir de auxílio, mas enfastiam as crianças e embotam a penetração do discernimento. Na verdade, eles põem dois impedimentos para ajuizarmos adequadamente: em primeiro lugar, ocupam-se de temas inúteis; em segundo lugar, exprimem tão desordenadamente as coisas que de certo modo são úteis que resulta a máxima confusão no ensino de todos os assuntos.

Na verdade, se não aprendermos com método e com ordem, não conheceremos o que é conveniente nem alcançaremos nenhuma excelência de doutrina. Com efeito, como adverte um varão muito ilustrado, apenas desse modo a Geometria e as outras disciplinas matemáticas aguçam o engenho, e não por causa dos assuntos que nelas são discutidos. De facto, para ajuizar e raciocinar com segurança qual a utilidade em saber que os três ângulos de um triângulo são iguais a dois rectos ou que num triângulo rectângulo o quadrado da hipotenusa é igual à soma dos quadrados dos outros lados, e coisas semelhantes? O que é útil é apenas o método pelo qual todas as coisas são relacionadas de tal forma que umas se originam nas outras com certeza e evidência. Por isso, quando a mente reflecte durante muito tempo adquire tal hábito que a respeito de qualquer assunto proposto apenas filosofa com ordem e com método com base em princípios evidentes e indubitáveis. Isto é raciocinar perfeitamente.

Devo reconhecer que algumas matérias ensinadas na Lógica podem dar lugar a controvérsia. Contudo, reservo-as para os mais doutos que conhecem em profundidade

uacillant plerumque. Quod si exercere iuuenes in disputatione cupimus, exerceamus; it tamen ut non de ueritate et bonitate regularum quae omnibus sunt perspicuae, sed de earum usu in singulis argumentis disputemus.

Exempli gratia, definiat aliquis “aurum”, “horologium”, “hominem”. Examinet alter an condita definitio recte se habeat. Dum [340] sic contendunt, ueritas fiet nota et litigatores hac disputatione euadent acutiores.^[1]

Cum uero publice de aliquo disputandum est, sumant sibi materiam quae in utramque partem disputari possit, in eaque se exercent. Vel proferant auctores aliquot illustres, oratores,^[2] historicos, philosophos, ceteros, et comparent se ut satisfaciant interrogantibus de qualitate librorum, de argumento, de^[3] diuisione, de stilo, uti paullo ante monuimus. Haec profecto exercitatio utilissima esset et multo, mea quidem sententia, utilior, quam disputationes illae uulgatae quae et laborem non modicum et parum utilitatis adferre solent.

Haec sunt, adolescentes, quae uobis, tamquam maxime utilia, proponimus; quae si pro ingenio uestro, pro discendi cupiditate, uti par est, arripueritis, non paenitendum operae pretium uos facturos esse confidimus. Pauca haec sunt, sed pro aetatis genio satis multa. Plura si uultis, ea legendis auctoribus quos praetereuntes nominauimus, comparabitis. Nos finem facimus disputandi.

FINIS

^[1]acutiores. *R²LNV*] auctiores. *R¹* ^[2]oratores *R²LNV*] *om.* *R¹* ^[3]de diuisione *R²LNV*] *om.* *R¹*

a arte das disputas, mas não para os principiantes, dado vacilarem muitas vezes. Por isso, se desejarmos exercitar os jovens nas disputas, exercitemos; façamo-lo, porém, de modo a não disputarmos sobre a verdade e a bondade das regras – que são para todos evidentes –, mas sobre o seu uso em cada um dos assuntos.

Por exemplo, poderia uma pessoa definir “ouro”, “relógio” e “homem”, e outra examinar se a definição estabelecida é correcta. [340] Enquanto elas discutem desse modo, a verdade torna-se conhecida, e os litigantes ficam mais hábeis com esta disputa.

Quando, porém, se disputa publicamente sobre um assunto, deve estabelecer-se a matéria que pode ser discutida pró e contra e exercitar-se nela. Ou devem referir-se alguns autores ilustres – designadamente oradores, historiadores, filósofos, etc. –, comparando-os entre si para satisfazer quem interroga sobre a qualidade dos livros, sobre o assunto, sobre a sua divisão e sobre o estilo, como pouco antes ensinei. Este exercício seria certamente muito útil e, na minha opinião, muito mais útil que as disputas vulgares, que costumam causar não pequenas canseiras e ocasionam pouca utilidade.

São estas, caros jovens, as matérias que vos dedico como extremamente úteis, as quais, se as puserdes em prática em conformidade com o vosso engenho e o vosso desejo em aprender, como é conveniente, tenho a firme convicção de que não vireis a sentir arrependimento. Trata-se de poucos assuntos, mas em grande número para a aptidão da vossa idade. Se desejardes ter conhecimento de muitos outros, deveis obtê-lo pela leitura dos autores que de passagem mencionei. Por mim, pus termo às disputas.

FIM

(Página deixada propositadamente em branco)

APPENDIX
DE ARTE SYLLOGISTICA



APÊNDICE
A ARTE SILOGÍSTICA

[341]

APPENDIX
DE ARTE SYLLOGISTICA

CAPVT I
De syllogismorum figuris

Syllogismus, uti diximus, est ratiocinatio uerbis expressa. Quemadmodum autem ex diuersa coniunctione ideae mediae cum extremis oritur diuersa species ratiocinationis, ita diuersa coniunctio extremorum cum medio facit diuersas formas seu figuras syllogismorum, nam figura est ratio iungendi medium cum extremis. Hoc autem medium quadruplici modo cum extremis conferri potest ex quo quatuor existunt figurae hoc modo:

I	II	III	IIII
M. P.	P. M.	M. P.	P. M.
S. M.	S. M.	M. S.	M. S.

[342]

Exempla

I

Omne quod fertur deorsum est corpus graue.

Omnis lapis fertur deorsum.

Ergo, omnis lapis est corpus graue.

In prima enuntiatione maior terminus “esse graue” praedicatur de medio “ferri deorsum”. In secunda idem medius adfirmatur de minori termino “lapide”.

II

Omnis homo prudens prouidet futurum.

Infantes pueri non prouident futurum.

Igitur, infantes pueri non sunt prudentes.

[341]

APÊNDICE

ACERCA DA ARTE SILOGÍSTICA

CAPÍTULO I

Figuras dos silogismos

Como eu havia referido, o silogismo é um raciocínio expresso por palavras. Tal como das diferentes conjunções da ideia média com os extremos procedem diferentes espécies de raciocínios, também as diferentes conjunções dos extremos com o médio ocasionam formas ou figuras diferentes de silogismos, pois a figura é o modo de relacionar o médio com os extremos. Este médio pode comparar-se com os extremos de quatro modos, de onde resultam quatro figuras, da forma seguinte:

I	II	III	IIII
M. P.	P. M.	M. P.	P. M.
S. M.	S. M.	M. S.	M. S.

[342]

Exemplos

I

*Tudo o que se move para baixo é um corpo pesado;
toda a pedra se move para baixo;
portanto, toda a pedra é um corpo pesado.*

Na primeira proposição, o termo maior “ser pesado” predica-se do médio “mover-se para baixo”; na segunda, o mesmo médio afirma-se do termo menor “pedra”.

II

*Todo o homem providente provê o futuro;
as crianças não provêem o futuro;
portanto, as crianças não são providentes.*

Medius “prouidere futurum” praedicatur in maiori de maiori termino “homo prudens”; et in propositione minori de termino minori infantes.

III

Nullus Lusitanus est Italus.

Aliqui Lusitani sunt diuites.

Ergo, aliqui diuites non sunt Itali.

In prima maior terminus “esse Italum” negatur de medio “Lusitanis”, in altera minor terminus “esse diuitem” adfirmatur de eodem medio.

IIII

Omne animal uiuit et sentit.

Omne quod uiuit et sentit est substantia.

Ergo, aliqua substantia est animal.

Medius terminus “uiuere” et “sentire”, praedicatur in maiori de “animali”. Idem medius in minori est subiectum, de quo adfirmatur “substantia”.

Quoniam uero enuntiationes sunt uel aientes^[1] uel negantes,^[2] deinde harum quaelibet uniuersalis, uel [343] particularis, ex quo quatuor differentes species nascuntur, A, E, I, O. Hinc in unaquaque figura aliae se offerunt coniunctiones enuntiationum, qui uocantur “modi”.

Hae autem quatuor propositiones LXIII modis connecti possunt, ex quibus totidem differentes syllogismi existunt.⁴¹² Horum^[3] tantum XVIII sunt boni, id est, non peccant contra clarissima principia quibus innituntur syllogismi. Quod ut facilius intelligatur, quaedam de syllogismis praescribi solent, quae nos breuiter expediemus.

CAPVT II

De legibus syllogismi generatim^[4]

Quidquid autem de *figuris* et *modis* praescribitur ad hoc principium reuocatur: “*Eadem res non potest simul esse et non esse*”. Nam si uocamus ad examen unumquemque ex syllogismis^[5] quos contra regulas peccare logici adfirmant, facileprehendemus

⁴¹² Leibnizius *De Arte Combinatoria*, Problema 2, n. 15; Crosa in *Logica*, Part. III, cap. 8; Corsinius *Logica*, Part. III, cap. 4; et alii.

^[1]aientes R^2LNV] adfirmatiuae R^1 ^[2]negantes R^2LNV] negatiuae R^1 ^[3]Horum ... XVIII R^2LNV] Ex his XVIII tantum R^1 ^[4]generatim R^2LNV] generatim agitur R^1 ^[5]syllogismis R^2LNV] illiis syllogismis R^1

O médio “prover o futuro” predica-se na maior do termo maior “homem providente”; e, na proposição menor, do termo menor, “as crianças”.

III

*Nenhum português é italiano;
alguns portugueses são ricos;
portanto, alguns ricos não são italianos.*

Na primeira, o termo maior “ser italiano” é negado do médio “português”; na segunda, o termo menor “ser rico” é afirmado do mesmo médio.

IV

*Todo o animal vive e sente;
tudo o que vive e sente é substância;
portanto, alguma substância é animal.*

O termo médio “viver e sentir” predica-se na maior de “animal”; e o mesmo médio é sujeito na menor, do qual se afirma “substância”.

Visto que as proposições são afirmativas ou negativas e, além disso, qualquer delas é universal ou particular, [343] originam-se por esse motivo quatro espécies diferentes: A, E, I e O. Existem, assim, em cada figura diferentes conjunções de proposições, denominadas “modos”.

Essas quatro espécies de proposições podem relacionar-se segundo sessenta e quatro modos, dos quais resultam outros tantos silogismos diferentes.⁴¹² Destes, apenas dezanove são legítimos, ou seja, não pecam contra os princípios mais evidentes em que se baseiam os silogismos. Para este assunto ser entendido mais facilmente, costumam estabelecer-se certas regras acerca dos silogismos, que vou expor com brevidade.

CAPÍTULO II

Regras gerais dos silogismos

Tudo o que se estabelecer sobre as figuras e os modos é redutível a este princípio: “A mesma coisa não pode ser e deixar de ser ao mesmo tempo”. Na verdade, se examinarmos cada um dos silogismos que, segundo os lógicos afirmam, pecam contra as regras, facilmente depreendemos que esses silogismos concluem mal pelo simples

⁴¹² Leibniz, *De Arte Combinatória*, Problema 2, nº 15; Crosa, *Logica*, 3ª parte, cap. 8; Corsini, *Logica*, 3ª parte, cap. 4; e outros.

male concludere hoc solo nomine quia aduersatur illi notissimo axiomati.⁴¹³ Cum tamen pauci sint apti qui rectam^[1] analysin instituant, iccirco facilitatis gratia feruntur^[2] a logicis non nullae leges quas si seruabimus, numquam illi principio aduersabimur.

Quo uero has leges commodius percipiamus,^[3] quatuor axiomata in memoriam reuocanda sunt, de quibus alio loco⁴¹⁴ diximus: 1. propositiones particulares subalternatae continentur in subalternantibus non contra; 2. si subiectum est uniuersale aut particulare, etiam talis est propositio; 3. in uniuersali adfirmante^[4] subiectum distribuitur, [344] non^[5] praedicatum; 4. in uniuersali negante^[6] et praedicatum et subiectum distribuuntur. Haec sunt principia legum quae sequuntur.

Generales Leges

*Lex I. Syllogismus non habeat pauciores terminos quam tres, nec plures quam três.*⁴¹⁵

Prima pars est manifesta. Nam sine tribus terminis non potest fieri syllogismus.^[7]

Altera pars consequitur ex prima. Nam si occurrunt duo termini^[8] medii, extrema non conferuntur cum eodem medio nec^[9] ad eandem regulam perpenduntur, sed diuersas. Ex diuersis autem regulis nequit constitui an cohaereant, an non. Nam duae regulae diuersae diuersas proprietates habent quae non necessario aliae aliis cohaerent, ut euident est.

Sin quartus terminus extremus syllogismum ingrediatur, non comparabitur cum eodem medio. Ideoque uel sit in praemissis tantum, uel in conclusione tantum, semper conclusio inferet aliud diuersum ab eo quod in praemissis comparatum fuit ad medium. Propterea cum non exigat duo extrema ad unam regulam, falso colliget ea conuenire aut non conuenire inter se.

In hanc legem multis de caussis peccatur, et hac^[10] sola de causa sophismata fere omnia fallunt. Si duo medii clare se offerunt, facile errorem dignoscimus, ut in hoc:

⁴¹³ Hoc axioma esse primum cognoscendi principium dixere peripatetici plerique, et merito. Nam huiusmodi principii ueritas per aliud principium "a priori" nequit probari, ex eo^[11] autem omnes propositiones quae uerae sunt possunt deduci, aut ad illud reuocari, ut consideranti euidentis^[12] est.

⁴¹⁴ Libro III, Part. 1, cap. 5, in Corollar.

⁴¹⁵ Haec^[13] iuuandae memoriae gratia breuiter dicta sunt, nam fusior explicatio habetur Libro III, part. 2, cap. 1 et 3, ad quam haec lex exigi debet.

^[1]rectam R^2LNV] illam R^1 ^[2]feruntur R^2LNV] ponuntur ^[3]percipiamus R^2LNV] intelligamus R^1 ^[4]adfirmante R^2LNV] adfirmatiua R^1 ^[5]non R^2LNV] non ita uero R^1 ^[6]negante R^2LNV] negatiua R^1 ^[7]syllogismus. R^2LNV] syllogismus, ut euident est. R^1 ^[8]termini. R^2LNV] *om.* R^1 ^[9]nec ... inter se. R^2LNV] *pro* Ideoque ... perspicuum. R^1 : *vd. infra Annexum XXX.* ^[10]hac ... fallunt. R^2LNV] hoc solo nomine syllogosmi plerique fallunt. R^1 ^[11]eo autem R^2LNV] ipso uero R^1 ^[12]euident est. R^2LNV] palam fiet. R^1 ^[13]Haec ... debet. R^2LNV] *om.* R^1

facto de contradizerem aquele axioma muito conhecido.⁴¹³ Mas, dado serem poucos os que possuem aptidão para estabelecer uma análise adequada, por um motivo de facilidade são propostas pelos lógicos algumas regras que, se as observarmos, jamais impugnaremos aquele princípio.

Mas para entendermos de modo mais conveniente essas regras, devem reter-se na memória quatro axiomas, aos quais fiz alusão noutra lugar:⁴¹⁴ 1. as proposições particulares subalternadas estão contidas nas subalternantes, e não ao contrário; 2. se o sujeito for universal ou particular, também é da mesma natureza a proposição; 3. na universal afirmativa, o sujeito distribui-se, [344] mas não o predicado; 4. na universal negativa, distribuem-se tanto o predicado como o sujeito. São estes os fundamentos das regras que se seguem.

Regras gerais

Regra I. *O silogismo não tem menos de três termos, nem mais de três.*⁴¹⁵

A primeira parte é evidente. Com efeito, sem três termos não pode formar-se um silogismo.

A segunda parte resulta da primeira, pois, se ocorressem dois termos médios, os extremos não seriam comparados com o mesmo médio nem considerados segundo a mesma regra, mas segundo regras diferentes; não pode, porém, estabelecer-se, com base em regras diferentes, se eles concordam ou não entre si, visto que duas regras diferentes possuem diferentes propriedades que não concordam necessariamente entre si, como é manifesto.

Mas se for acrescentado ao silogismo um quarto termo extremo, ele não é comparado com o mesmo médio. Deste modo, quer isso aconteça apenas nas premissas, quer apenas na conclusão, a conclusão infere sempre uma coisa diferente daquilo que foi comparado nas premissas com o médio. Por conseguinte, quando não se submetem os dois extremos a uma única regra, conclui-se sem fundamento que eles concordam ou não concordam entre si.

Peca-se por muitas razões contra esta regra, sendo unicamente por esse motivo que quase todos os sofismas induzem em erro. Se ocorrerem claramente dois médios, reconheceremos com facilidade o erro, como neste exemplo:

⁴¹³ Afirmou a maior parte dos peripatéticos, e com razão, que este axioma é o primeiro princípio do conhecimento. Com efeito, a verdade desse princípio não pode demonstrar-se “*a priori*” por outro princípio. Com base nele, podem deduzir-se todas as proposições verdadeiras, ou reduzir-se a ele, como é evidente para quem o examine cuidadosamente.

⁴¹⁴ Livro IV, 1ª parte, cap. 5 (corolário).

⁴¹⁵ Exponho concisamente esta regra para não sobrecarregar a memória. De facto, apresentei uma exposição mais extensa no livro quarto (2ª parte, caps. 1 e 3), com a qual esta regra deve ser relacionada.

*Omne animal est uiuens.
 Aliquis equus non est homo.
 Ergo, aliquis equus non est uiuens.*

Hic aperte occurrunt 4 termini: “animal”, “uiuens”, “equus”, “homo”.

Cum uero quatuor termini non semper primo adpectu appareant, iccirco^[1] sedulo exponenda sunt^[2] uocabula, ne in errorem incidamus. Sane quam frequentissimum est ut uel [345] amphibolia, uel per mutationem suppositionis, uel per confusionem unius termini cum altero, inducantur quatuor termini.⁴¹⁶ Exempla facile occurrunt.

SCHOLION

Haec lex, si rite intelligatur, sufficit ut omnem^[3] syllogismorum uarietatem recte fabricemus,^[4] nam ceterae^[5] leges ad eam reducuntur, nihilominus addemus alias tironum gratia.

Lex II. *Medius terminus nequit^[6] sumi bis particulariter, sed minimum^[7] semel capi debet uniuersaliter seu distribute.^[8]*

Nam si accipitur bis particulariter, non erit unus, sed duplex medius; ideo quatuor termini (contra leg. I.) Hinc non ualet:

*Aliquis homo est pius.
 Aliquis homo est latro.
 Ergo, aliquis latro est pius.*

Quia terminus “homo” in utraque significat diuersum hominem, et sunt 4 termini: “hic homo”, “pius”, “ille homo”, “latro”.

Lex III. *Medius terminus numquam^[9] in conclusione inueniatur, nec totus, nec pars.*

Nam^[10] medius est regula ad quam in praemissis extrema seorsum perpenduntur, ut cognoscamus an eadem extrema inter se conueniant, an non. Ergo in praemissis locum habet, in conclusione non item. Secus adfirmaremus aut negaremus aliquid de quo non locuti eramus in praemissis, et essent quatuor termini (contra legem I), ut^[11] in his:

⁴¹⁶ Modos contra hanc legem diuersos adducit Senguerdus in *Arte Argumentandi*, pag. 36 et seqq., qui tamen ad praedicta^[12] reuocantur et praesertim ad mutationem suppositionis.

^[1]iccirco R^2LNV] iccirco uiri accurati monent R^1 ^[2]sunt R^2LNV] esse R^1 ^[3]omnem R^2LNV] omnium R^1 ^[4]fabricemus R^2LNV] compingamus R^1 ^[5]ceterae ... reducuntur. R^2LNV] reliquae leges ad hanc reuocantur. R^1 ^[6]nequit ... bis R^2LNV] non potest bis sumi R^1 ^[7]minimum semel R^2LNV] uel semel R^1 ^[8]distribute. R^2LNV] distributiae. R^1 ^[9]numquam ... pars. R^2LNV] numquam potest inueniri in conclusione. R^1 ^[10]Nam ... an non. R^2LNV] *pro* Nam medius ... seiungi. R^1 : *vd. infra Annexum XXXI.* ^[11]ut in his R^2LNV] ut in hoc syllogismo R^1 ^[12]praedicta R^2LNV] praedictos R^1

*Todo o animal é vivente;
 algum cavalo não é homem;
 portanto, algum cavalo não é vivente.*

Neste caso, ocorrem abertamente quatro termos: “animal”, “vivente”, “cavalo” e “homem”.

Quando, porém, os quatro termos não se manifestam sempre num relance de olhos, devem explicar-se cuidadosamente os vocábulos para não cairmos em erro. É, sem dúvida, muitíssimo frequente serem incluídos quatro termos, como na anfibolia [345], ou mudança de subordinação, ou confusão de um termo com outro.⁴¹⁶ Ocorrem facilmente muitos exemplos.

Escólio

Se for entendida convenientemente esta regra, ela é suficiente para construirmos de modo adequado toda a variedade de silogismos, pois as restantes regras reduzem-se a ela. Acrescento, contudo, outras para benefício dos principiantes.

Regra II. *O termo médio não pode tomar-se duas vezes particularmente, devendo tomar-se pelo menos uma vez universalmente ou distributivamente.*

Com efeito, se ele fosse tomado duas vezes particularmente, não haveria apenas um termo, mas dois termos médios e, portanto, quatro termos (contra a regra 1). Não é por isso válido este silogismo:

*Algum homem é virtuoso;
 algum homem é ladrão;
 portanto, algum ladrão é virtuoso.*

De facto, o termo “homem” significa em ambas as proposições um homem diferente, existindo por isso quatro termos: “este homem”, “virtuoso”, “aquele homem” e “ladrão”.

Regra III. *O termo médio nunca ocorre na conclusão, nem na totalidade nem em parte.*

Na verdade, o médio é o princípio segundo o qual são avaliados separadamente os extremos nas premissas para sabermos se os mesmos extremos se conformam ou não entre si. Portanto, ele tem lugar nas premissas, mas não na conclusão, de contrário afirmaríamos ou negaríamos algo sobre o qual não nos tínhamos exprimido nas premissas, existindo por isso quatro termos (contra a regra 1), como neste exemplo:

⁴¹⁶ Senguerd (*Ars Argumentandi*, p. 36 e segs.) aduz diversas restrições a esta regra, as quais, no entanto, se reduzem às supracitadas e sobretudo à mudança de subordinação.

Omne^[1] uiridum est iucundum.
Aliquod humanum cadauer est uiride.
Ergo, aliquod humanum cadauer uiride est iucundum.

In hoc totus medius “uiride” est in conclusione, et sunt 4 [346] termini: “uiride”, “iucundum”, “humanum cadauer”, “humanum cadauer uiride”.

Omnis bonus theologus est homo.
Franciscus est bonus theologus.
Ergo, Franciscus est bonus homo.

In^[2] hoc pars medii “bonus” ingreditur conclusionem, et sunt 4 termini: “bonus theologus”, “homo”, “Franciscus”, “bonus homo”.

Lex IIII. *In conclusione non sit plus aut minus quam in praemissis, id est, termini non accipiantur latiori aut restrictiori significatione quam in praemissis.*

Consequitur ex superiori. Nam^[3] cum (leg. 3) medium sit regula ad quam in praemissis duo extrema diriguntur, si aliquid amplius erit in conclusione, adfirmabitur aut negabitur in ea aliquid quod non expensum fuit ad regulam ac termini latius accipiuntur; et erunt quatuor termini (contra leg. 1), ut in hoc:

Qui mundum contemnit, patitur iniurias.
Qui Christum sequitur, mundum contemnit.
Ergo, qui Christum sequitur, in aeternum iniurias patitur.

Sunt 4 termini: “mundum contemnere”, “pati temporarias iniurias”, “Christum sequi”, “pati iniuriam sempiternam”.

Sin^[4] aliquid in conclusione deerit quod esset in praemissis, accipietur in^[5] conclusione terminus restrictiori significatione, et iterum erunt^[6] quatuor termini, ut in hoc:

Qui moritur in fide Christi moritur ut iterum uiuat.
Petrus moritur in fide Christi.
Ergo, Petrus moritur.

Sunt^[7] 4 termini: “mori in fide Christi”, “mori ut uiuamus”, “Petrus”, “mori simpliciter”.

^[1]Omne ... cadauer uiride. *R²LNV*] *om. R¹* ^[2]In hoc ... termini *R²LNV*] En iterum quatuor termini *R¹* ^[3]Nam ... in hoc *R²LNV*] *pro* Nam cum ... ut in hoc *R¹*: *vd. infra Annexum XXXII.* ^[4]Sin ... deerit *R²LNV*] Deinde si aliquid deesset in conclusione *R¹* ^[5]in conclusione ... significatione *R²LNV*] in praemissis alio sensu *R¹* ^[6]erunt *R²LNV*] essent *R¹* ^[7]Sunt ... simpliciter. *R²LNV*] *pro* In prima ... (contra legem 1) *R¹*: *vd. infra Annexum XXXIII.*

*Toda a cor verde é aprazível;
 algum cadáver humano é de cor verde;
 portanto, algum cadáver humano de cor verde é aprazível.*

Neste silogismo, a totalidade do médio, “cor verde”, ocorre na conclusão, existindo, portanto, quatro termos: [346] “cor verde”, “aprazível”, “cadáver humano” e “cadáver humano de cor verde”.

*Todo o bom teólogo é homem;
 Francisco é bom teólogo;
 portanto, Francisco é bom homem.*

Neste caso, parte do médio, “bom”, entra na conclusão, existindo também quatro termos: “bom teólogo”, “homem”, “Francisco” e “bom homem”.

Regra IV. *Na conclusão, não existe nem mais nem menos que nas premissas, isto é, os termos não estão tomados segundo uma significação mais extensa ou mais restrita que nas premissas.*

Isto resulta da regra anterior. Com efeito, dado que o médio (segundo a regra 3) é o princípio segundo o qual estão dispostos os dois extremos nas premissas, se houvesse algo mais extenso na conclusão, afirmava-se ou negava-se nela alguma coisa que não foi considerada segundo o princípio, e os termos estariam tomados mais extensamente, existindo por isso quatro termos (contra a regra 1), como neste exemplo:

*Quem despreza o mundo suporta injúrias;
 quem segue Cristo despreza o mundo;
 portanto, quem segue Cristo suporta injúrias para sempre.*

Existem aqui quatro termos: “desprezar o mundo”, “suportar injúrias temporárias”, “seguir Cristo” e “suportar injúrias que duram sempre”.

Se, porém, faltasse algo na conclusão que estivesse nas premissas, o termo estaria tomado na conclusão segundo uma significação mais restrita, existindo igualmente quatro termos, como neste caso:

*Quem morre na fé de Cristo morre para viver novamente;
 Pedro morre na fé de Cristo;
 portanto, Pedro morre.*

Existem também aqui quatro termos: “morrer na fé de Cristo”, “morrer para vivermos”, “Pedro” e “morrer simplesmente”.

Lex V. *Conclusio sequitur debiliorem praemissam, id est, si una praemissa fuerit particularis uel negans,^[1] huiusmodi erit conclusio. E contrario si talis est conclusio probanda, etiam altera ex praemissis.*

Constat primum. Nam si conclusio uniuersalis ex praemissa particulari duceretur, plus adfirmaret conclusio quam praemissae (contra^[2] leg. 4), et essent quatuor termini (contra leg. 1). Similiter^[3] cum dico “Nullus homo est lapis”; si animaduerto aliquid^[4] contineri in subiecto uniuersali, exempli gratia, “aliquod uiuens esse hominem”, necessario debeo [347] iudicare “hoc uiuens non esse lapidem”, aliter idem simul esset et non esset.

Constat^[5] secundum. Nam si conclusio est particularis aut negans, etiam altera ex praemissis uirtute^[6] ita se habebit. Aliter adfirmarem aut negarem in conclusione minus quam in praemissis ad^[6] regulam expensum fuit (contra legem 4), et essent quatuor termini (contra legem 1).

Lex VI. *Ex duabus enuntiationibus particularibus nulla apta conclusio sequitur.*

Nam ideo adfirmamus extrema cohaerere in particulari conclusione, quia certo scimus eam^[7] contineri in alia uniuersali. Ergo una saltem praemissa debet esse uniuersalis. Clarius: duae particulares non conferunt extrema cum uno, sed duplici medio ac^[8] regula (contra legem 1), ut in hoc:

Aliquis homo est doctus.

Aliquis homo est indoctus.

Ergo, aliquis indoctus est doctus.

Sunt^[9] 4 termini: “aliquis homo”, “doctus”, “alius homo”, “indoctus”.

Lex VII: *Ex duabus enuntiationibus negantibus^[10] nihil sequitur.^[11]*

Nam ideo^[12] adfirmamus aut negamus terminos conclusionis alium alii congruere, quia perspectum habemus subiectum conclusionis contineri in primo subiecto uniuersali de quo aliquid praedicatum adfirmauimus aut negauimus, quod ipsum est esse unam praemissam adfirmantem, eam^[13] nimirum quae ostendit conclusionem in uniuersali contineri. Hinc male colligo:

⁴¹⁷ Vniuersalis^[14] aiens uirtute est particularis, quam continet. Negans uero non nisi in negante continetur. Ex contextu autem euidentis est hic praetereundo praescribi, ne minus sit in conclusione probanda quam in praemissis ad regulam ea de caussa expensum fuit, quod etiam in particulari adfirmante ducta ex uniuersali uerum est.

^[1]negans R^2LNV] negatiua R^1 ^[2](contra legem 4) ... (contra legem 1) R^2LNV] *om.* R^1 ^[3]Similiter ... dico R^2LNV] Constat secundum. Cum dico R^1 ^[4]aliquid ... subiecto R^2LNV] aliquam rem contineri in illo subiecto R^1 ^[5]Constat ... uirtute R^2LNV] Similiter si conclusio est particularis aut negatiua, etiam altera ex praemissis R^1 ^[6]ad regulam expensum fuit R^2LNV] *om.* R^1 ^[7]eam R^2LNV] hanc R^1 ^[8]ac regula R^2LNV] *om.* R^1 ^[9]Sunt R^2LNV] Itaque sunt R^1 ^[10]negantibus R^2LNV] negatiuis R^1 ^[11]sequitur. R^2LNV] consequitur. R^1 ^[12]ideo R^2LNV] *om.* R^1 ^[13]eam ... contineri. R^2LNV] *om.* R^1 ^[14]Vniuersalis ... uerum est. R^2LNV] *om.* R^1

Regra V. *A conclusão segue a premissa mais débil, ou seja, se uma das premissas for particular ou negativa, sê-lo-á igualmente a conclusão. Ao invés, se a conclusão a demonstrar for dessa natureza, sê-lo-á também uma das premissas.*

A primeira parte é evidente. Na verdade, se uma conclusão universal se deduzisse de uma premissa particular, a conclusão afirmaria mais que as premissas (contra a regra 4), e existiriam quatro termos (contra a regra 1). De modo semelhante, quando afirmo “nenhum homem é pedra”, se considerar que algo está contido no sujeito universal (por exemplo, “algum vivente é homem”), devo necessariamente concluir [347] “este vivente não é pedra”, de contrário a mesma coisa seria e não seria ao mesmo tempo.

A segunda parte é igualmente evidente. Com efeito, se a conclusão for particular ou negativa, também uma das premissas se encontra virtualmente nesse estado,⁴¹⁷ de contrário afirmar-se-ia ou negar-se-ia na conclusão menos do que foi considerado nas premissas, em conformidade com o princípio (contra a regra 4), e existiriam quatro termos (contra a regra 1).

Regra VI. *De duas proposições particulares, não resulta uma conclusão adequada.*

Com efeito, afirmamos que os extremos concordam numa conclusão particular por termos a certeza de que ela está contida numa proposição universal; por isso, pelo menos uma premissa deve ser universal. Com maior clareza: em duas proposições particulares, não estão comparados os extremos com apenas um termo médio, mas com dois (contra a regra 1), como neste exemplo:

*Algum homem é douto;
algum homem é ignorante;
portanto, algum ignorante é douto.*

Existem aqui quatro termos: “algum homem”, “douto”, “outro homem” e “ignorante”.

Regra VII. *De duas proposições negativas nada resulta.*

Na verdade, afirmamos ou negamos que os termos da conclusão concordam entre si por reconhecermos que o sujeito da conclusão está contido no primeiro sujeito universal, do qual afirmamos ou negamos um predicado. Quer dizer, existe uma premissa afirmativa, certamente aquela que manifesta que a conclusão está contida numa proposição universal. Infiro por isso de modo incorrecto:

⁴¹⁷ A universal afirmativa contém virtualmente a particular. Mas a negativa está apenas contida na negativa. É, no entanto, evidente pelo contexto que este caso deve ser preterido para não existir menos na conclusão a demonstrar do que aquilo que foi considerado nas premissas em conformidade com o princípio. Isto é também verdadeiro na particular afirmativa deduzida da universal.

Nullus homo malus seruat mandata Dei.

Nullus iustus est homo malus.

Ergo, nullus iustus seruat mandata Dei.

Nam fieri potest ut neutri extremo congruat praedicatum illud, quin inter se extrema concordent. Quia cum nego illa duo extrema congruere medio, hoc dico talem^[1] non esse [348] medium ex quo ueluti^[2] regula dignoscere possimus qualis relatio conuenientiae aut disconuenientiae sit inter extrema. Quare male adfirmamus aut negamus esse aliquam relationem.

Haec lex primo ad aspectu uidetur ad primam illam et^[3] regulam et legem, reduci non posse, uerum si ea^[4] recte perpendatur, facili negotio reducitur. Nam ideo uitiose colligitur ex duabus negantibus,^[5] quia non conferuntur recte^[6] duo extrema cum uno médio;^[418] quinimmo plane negatur posse ea cum eodem medio tali^[7] modo conferri.

CAPVT III

De legibus figurarum sigillatim

Venio ad leges singularum figurarum, quae se habent hoc modo:

FIGVRA I

Lex I. Minor propositio esto^[8] adfirmans.

Demonstratur 1: nam primum minoris est ostendere hanc rem sub illa contineri, de qua aliquod praedicatum adfirmatur uel negatur, ut inde colligam idem praedicatum de eadem adfirmari aut negari debere. Igitur necessario est aiens.^[9]

Demonstratur 2: si minor est negans, maior erit aiens, nam ex duabus negantibus nihil sequitur (leg. 7 gen.). Et si maior est aiens, praedicatum sumitur particulariter (axiom. 3). Cum autem praedicatum maioris sit praedicatum conclusionis, et in conclusione, quae^[10] est negans quia sequitur debiliorem (leg. 5. gen.), utrumque extremum accipiatur uniuersaliter (axiom. 4), dupliciter accipietur unum extremum (contra^[11] leg. 4 gen.) et erunt quatuor termini: (contra legem 1 gen.) ut in hoc syllogismo:

⁴¹⁸ Modo^[12] a nobis exposito lib. IIII, part. 1, cap. 1, § Porro, seqq., praesertim § Praeterea, et iterum in hac *Appendice*, cap. I, Lege V, § *Constat primum*.

^[1]talem non R^2LNV] nullum R^1 ^[2]ueluti regula R^2LNV] *om.* R^1 ^[3]et regulam et legem R^2LNV] *om.* R^1 ^[4]ea recte R^2LNV] recte ea R^1 ^[5]negantibus R^2LNV] negatiuis R^1 ^[6]recte R^2LNV] *om.* R^1 ^[7]tali modo *om.* R^1 ^[8]esto adfirmans R^2LNV] necessario est adfirmariua R^1 ^[9]aiens. R^2LNV] adfirmans. R^1 ^[10]quae ... (legem 5 generalem) R^2LNV] negatiua R^1 ^[11](contra legem 4 generalem) *om.* R^1 ^[12]Modo ... primum. R^2LNV] *om.* R^1

*Nenhum homem perverso observa os mandamentos de Deus;
nenhum justo é homem perverso;
portanto, nenhum justo observa os mandamentos de Deus.*

Com efeito, pode suceder que o predicado não concorde com nenhum dos extremos e que os extremos não concordem entre si, pois quando nego que os dois extremos concordam com o médio estou afirmando não se tratar do médio, [348] com base no qual podemos reconhecer, como se fosse uma regra, qual seja a relação de conformidade ou de desconformidade entre os extremos; por isso, afirmamos ou negamos erroneamente existir uma relação.

Esta regra parece ao primeiro relance não poder reduzir-se à primeira, tanto ao princípio como à regra, mas reduz-se com facilidade se a examinarmos devidamente. Com efeito, de duas negativas infere-se de forma errónea, dado não serem convenientemente comparados os dois extremos com um só médio;⁴¹⁸ além disso, deve recusar-se com clareza que eles possam comparar-se com o mesmo médio desse modo.

CAPÍTULO III

Regras particulares das figuras

Exponho agora as regras de cada uma das figuras, que se apresentam do modo seguinte:

FIGURA I

Regra I. *A proposição menor deve ser afirmativa.*

Primeira demonstração: é característico da menor manifestar que uma coisa está contida noutra, da qual se afirma ou nega um predicado, de modo a inferir que o mesmo predicado deve afirmar-se ou negar-se dessa mesma coisa. Portanto, ela é necessariamente afirmativa.

Segunda demonstração: se a menor for negativa, a maior é afirmativa, pois de duas negativas nada resulta (sétima regra geral); e, se a maior for afirmativa, o predicado está tomado particularmente (axioma 3). Como, porém, o predicado da maior é o predicado da conclusão, e na conclusão – que é negativa por seguir a parte mais débil (quinta regra geral) – ambos os extremos estão tomados universalmente (axioma 4), será tomado duplamente um dos extremos (contra a quarta regra geral), existindo por isso quatro termos (contra a primeira regra geral), como neste silogismo:

⁴¹⁸ De acordo com o modo como expliquei no livro quarto (2ª parte, cap. 1, parágrafo “Além disso” e seguintes, sobretudo parágrafo “Por outro lado”), e também neste Apêndice (cap. 2, regra 5, parágrafo “A primeira parte é evidente”).

[349] *Omne quod loquitur uiuit.*
Nullus equus loquitur.
Igitur, nullus equus uiuit.

Sunt 4 termini: “loquitur”, “aliquod uiuens”, “equus”, “nullum uiuens”.

Lex II. Maior propositio esto uniuersalis.

Demonstratur 1: nam ideo adfirmamus aut negamus aliquid in conclusione, quia cognouimus hanc enuntiationem contineri sub^[1] aliqua uniuersali. Sed subiectum minoris est idem subiectum conclusionis. Ergo, ut conclusio contineatur in aliqua uniuersali, oportet quod maior sit uniuersalis.

Demonstratur 2: si maior est particularis, subiectum, quod est medius, erit particulare (axiom. 2). Cum autem idem medius sit praedicatum minoris, quae est aiens^[2] (per legem 1), erit itidem particulare (axiom. 2). Ergo erunt quatuor termini (contra leg. 1 gen.). Hac de caussa non est bona haec collectio:

Virtus est genus respectu iustitiae, et fortitudinis.
Iustitia est uirtus.
Ergo, iustitia est genus respectu iustitiae et fortitudinis.

Nam^[3] cum “uirtus” non accipiatur distribute pro omni uirtute, sed tantum pro aliquo praedicato “uirtutis”, est particularis maior, dicere enim uult: Aliquod praedicatum (nempe habitus electiui in mediocritate consistentis) quod uocatur uirtus, seiunctum a reliquis praedicatis uidetur ob similitudinem genus respectu iustitiae fortitudinis etc. Iustitia habet simile praedicatum, sed coniunctum aliis praedicatis suis. Ergo, iustitia est genus respectu iustitiae fortitudinis etc. In quo clare se offert duplex medium, et 4 termini: “praedicatum uirtutis seiunctum”, “uidetur genus respectu etc.”, “iustitia”, “praedicatum uirtutis coniunctum aliis”.

FIGVRA II

Lex I. Vna praemissa esto^[4] negans.

Demonstratur: nam medium in utraque praemissa est praedicatum, praedicatum autem enuntiationis aiens^[5] accipitur particulariter (axiom. 3). Ergo si utraque esset aiens^[6], medius bis^[7] particulariter acciperetur, et essent quatuor termini (contra leg. 1 gen.). Hinc falso^[8] colligo in hunc modum:

[350] *Omnis equus est substantia.*
Omnis spiritus est substantia.
Ergo, omnis spiritus est equus.

^[1]sub R^2LNV] in R^1 ^[2]aiens R^2LNV] adfirmatiua R^1 ^[3]Nam ... coniunctum aliis. R^2LNV]
om. R^1 ^[4]esto negans R^2LNV] debet esse negatiua R^1 ^[5]aiens R^2LNV] adfirmatiuae R^1 ^[6]aiens
 R^2LNV] adfirmans R^1 ^[7]bis particulariter R^2LNV] duplici significatione R^1 ^[8]falso ... modum
 R^2LNV] perperam infero hoc modo R^1

[349] *Tudo o que fala vive;
nenhum cavalo fala;
portanto, nenhum cavalo vive.*

Existem aqui quatro termos: “fala”, “algum vivente”, “cavalo” e “nenhum vivente”.

Regra II. *A proposição maior deve ser universal.*

Primeira demonstração: afirmamos ou negamos algo na conclusão por sabermos que esta proposição está contida numa universal; mas o sujeito da menor é o mesmo sujeito da conclusão e, portanto, como a conclusão está contida numa universal, é necessário que a maior seja universal.

Segunda demonstração: se a maior fosse particular, o sujeito, que é o termo médio, seria também particular (axioma 2); como porém, o médio é o predicado da menor, que é afirmativa (segundo a regra 1), ela seria igualmente particular (axioma 2). Existiriam por isso quatro termos (contra a primeira regra geral). Por esta razão, este silogismo é incorrecto:

*A virtude é um género relativamente à justiça e à firmeza;
a justiça é virtude;
portanto, a justiça é um género relativamente à justiça e à firmeza.*

Na verdade, dado que “virtude” não está tomado distributivamente por toda a virtude, mas apenas por um predicado de “virtude”, a maior é particular, não se propondo afirmar: “Um predicado (ou seja, a disposição do espírito que consiste na moderação), denominado “virtude”, separado dos outros predicados parece, por causa da semelhança, um género relativamente à justiça, à firmeza, etc. A justiça possui um predicado semelhante, mas conjunto com outros predicados seus; portanto, a justiça é um género relativamente à justiça, à firmeza, etc.”. Neste caso, manifestam-se claramente dois médios e quatro termos: “predicado de ‘virtude’ separado”, “parece um género relativamente a, etc.”, “justiça” e “predicado de ‘virtude’ conjunto com outros”.

FIGURA II

Regra I. *Uma das premissas deve ser negativa.*

Demonstração: o médio é predicado em ambas as premissas, mas o predicado da proposição afirmativa está tomado particularmente (axioma 3); por conseguinte, se ambas as premissas fossem afirmativas, o médio estaria tomado duas vezes particularmente, existindo, assim, quatro termos (contra a primeira regra geral). Desta forma, infere-se falsamente no exemplo seguinte:

[350] *Todo o cavalo é substância;
todo o espírito é substância;
portanto, todo o espírito é cavalo.*

Sunt enim 4^[1] termini: “equus”, “aliqua substantia”, “spiritus”, “alia^[2] substantia”.

Excipe, si extrema sic^[3] reciprocentur, ut^[4] subiectum fieri possit praedicatum et e contrario. Nam cum aequae^[5] late pateant, ex duabus aientibus^[6] bona conclusio cogitur, ut in hoc:

Omne risibile est homo.

Omne animal rationale est homo.

Ergo, omne animal rationale est risibile.

Lex II. *Maiores est^[7] uniuersalis.*

Demonstratur: nam si esset particularis, etiam subiectum esset particulare (axiom. 2). Cum uero in conclusione, quae est^[8] negans quia imitatur debiliorem^[9] (leg. 5 gen.), sumatur uniuersaliter (axiom. 4), latius^[10] in ea sumeretur (contra leg. 4 gen.) et essent quatuor termini (contra leg. 1 gen.), ut in hoc:

Aliqua substantia est spiritus.

Nullum corpus est spiritus.

Ergo, aliquod corpus non est substantia.

En 4 termini: “aliqua substantia”, “spiritus”, “corpus”, “nulla substantia”.

FIGVRA III

Lex I. *Minor^[11] sit adfirmans.*

Demonstratur: Si minor fuerit negans, maior erit aiens, nam ex duabus negantibus nihil sequitur (leg. 7 gen.). Deinde si minor est negans, etiam^[12] conclusio (leg. 5 gen.). Cum autem termini conclusionis negantis^[13] accipiantur uniuersaliter (axiom. 4) et praedicatum maioris aientis^[14] accipiatur peculiariter (axiom. 2), maius extremum latius^[15] in conclusione accipietur (contra leg. 4 gen.) et erunt quatuor termini (contra leg. 1 gen.). Ergo necessario minor est aiens.^[16] Hinc perperam ratiocinamur^[17] hoc modo:

Omnis bestia sentit.

Nulla bestia est homo.

Ergo, nullus homo sentit.

[351] Termini enim 4 sunt: “bestia”, “aliquod sentiens”, “homo”, “nullum sentiens”.

^[1]4 termini R^2LNV] termini quatuor R^1 ^[2]alia R^2LNV] aliqua R^1 ^[3]sic R^2LNV] *om.* R^1 ^[4]ut subiectum R^2LNV] id est, cum subiectum R^1 ^[5]aeque late R^2LNV] eo casu aequae late R^1 ^[6]aientibus R^2LNV] adfirmatiuis R^1 ^[7]esto R^2LNV] esse debet R^1 ^[8]est negans R^2LNV] necessario est negans R^1 ^[9]debiliorem (legem 5 generalem) R^2LNV] uiliorem praemissam R^1 ^[10]latius ... (contra legem 4 generalem) R^2LNV] duplici intellectu sumeretur R^1 ^[11]Minor ... adfirmans R^2LNV] Minor esse debet adfirmatiua R^1 ^[12]etiam R^2LNV] etiam talis erit R^1 ^[13]negantis R^2LNV] negatiuae R^1 ^[14]aientis R^2LNV] adfirmatiuae R^1 ^[15]latius ... (contra legem 4 generalem) R^2LNV] duplici sensu sumitur R^1 ^[16]aiens R^2LNV] adfirmans R^1 ^[17]ratiocinamur R^2LNV] argumentamur R^1

Existem, com efeito, quatro termos: “cavalo”, “alguma substância”, “espírito” e “outra substância”.

Faz, porém, excepção, se os extremos se reciprocarem, de modo a que o sujeito possa tornar-se predicado e inversamente. Na verdade, visto que ambos são da mesma extensão, de duas afirmativas infere-se uma conclusão correcta, como neste exemplo:

*Todo o risível é homem;
todo o animal racional é homem;
portanto, todo o animal racional é risível.*

Regra II. *A maior deve ser universal.*

Demonstração: se ela fosse particular, também o sujeito seria particular (axioma 2); como, porém, ele está tomado universalmente na conclusão (axioma 4) – que é negativa, por seguir a parte mais débil (quinta regra geral) –, estaria tomado nela com maior extensão (contra a quarta regra geral), existindo, assim, quatro termos (contra a primeira regra geral), como no caso seguinte:

*Alguma substância é espírito;
nenhum corpo é espírito;
portanto, algum corpo não é substância.*

Eis aqui quatro termos: “alguma substância”, “espírito”, “corpo” e “nenhuma substância”.

FIGURA III

Regra I. *A menor deve ser afirmativa.*

Demonstração: se a menor fosse negativa, a maior seria afirmativa, pois nada se segue de duas negativas (sétima regra geral); além disso, se a menor fosse negativa, também o seria a conclusão (quinta regra geral). Como, porém, os termos da conclusão negativa estão tomados universalmente (axioma 4), e o predicado da maior afirmativa está tomado particularmente (axioma 2), o extremo maior estaria tomado com maior extensão na conclusão (contra a quarta regra geral), existindo por isso quatro termos (contra a primeira regra geral). É, pois, necessário que a menor seja afirmativa. Raciocinamos, portanto, incorrectamente neste exemplo:

*Toda a besta sente;
nenhuma besta é homem;
portanto, nenhum homem sente.*

[351] Existem, na verdade, quatro termos: “besta”, “algum senciente”, “homem” e “nenhum senciente”.

Lex II. *Conclusio esto^[1] particularis.*

Demonstratur: Nam in tertia figura subiectum conclusionis est praedicatum minoris; et cum minor sit adfirmans (per leg. 1), praedicatum est particulare (ax. 3). Ergo etiam conclusio erit particularis, quia sequitur debiliorem: (leg. 5 gen.) Breuius:^[2] si esset uniuersalis, plus esset in conclusione, quam in praemissis: (contra^[3] leg. 4 gen.) et iterum essent quatuor termini (contra leg. 1 gen.), ut in hoc:

Omnis bellua uiuit.

Omnis bellua est corporea.

Ergo, omne corporeum uiuit.

Habet hic syllogismus 4 terminos: “bellua”, “aliquod uiuens”, “aliquid corporeum”, “omne corporeum”.

Excipe,^[4] si termini minoris propositionis sic reciprocentur, ut alter pro altero ponat, ut in II figura diximus; tunc enim concludi potest uniuersaliter hoc modo:

Omnis homo est substantia.

Omnis homo est animal rationale.

Ergo, omne animal rationale est substantia.

FIGVRA IIII**Lex I.** *Si maior sit^[5] adfirmans, minor erit uniuersalis.*

Demonstratur: Nam medius in hac figura est praedicatum maioris, et praedicatum in uniuersali adfirmante^[6] sumitur particulariter (axiom. 3). Cum autem in minori idem medius sit subiectum, si esset item^[7] particularis, in utraque sumeretur particulariter (axiom. 2). Ideoque essent quatuor termini (contra leg. 1 gen.).

Lex II. *Si minor sit adfirmans, conclusio erit particularis.*

Nam in minori adfirmante^[8] minus extremum, seu praedicatum sumitur particulariter (ax. 2). Cum autem minus extremum sit subiectum conclusionis, debet itidem sumi particulariter.^[9] Nam^[10] si sumatur uniuersaliter, plus esset in conclusione quam in praemissis (contra leg. 4 gen.), et essent 4 termini (contra leg. 1 gen.).

Lex III. *Si conclusio est negans,^[11] maior erit uniuersalis.*

[352] Nam maius extremum, quod est praedicatum conclusionis negantis,^[12] sumitur uniuersaliter (ax. 4). Cum^[13] autem maius extremum sit subiectum maioris, si

^[1]esto R^2LNV] esse debet R^1 ^[2]Breuius: ... uniuersalis R^2LNV] Aliter R^1 ^[3](contra legem 4 generalem) R^2LNV] *om.* R^1 ^[4]Excipe ... substantia. *om.* R^1 ^[5]sit adfirmans R^2LNV] est adfirmatiua R^1 ^[6]adfirmante. R^2LNV] adfirmatiua R^1 ^[7]item R^2LNV] etiam R^1 ^[8]adfirmante R^2LNV] adfirmatiua R^1 ^[9]particulariter R^2LNV] eodem sensu R^1 ^[10]Nam ... uniuersaliter R^2LNV] Aliter R^1 ^[11]negans R^2LNV] negatiua R^1 ^[12]negantis R^2LNV] negatiuae R^1 ^[13]Cum ... (contra legem 1 generalem) R^2LNV] *pro* Cum autem ... termini. R^1 : *vd. infra Annexum XXXIV.*

Regra II. *A conclusão deve ser particular.*

Demonstração: na terceira figura, o sujeito da conclusão é o predicado da menor, e, sendo a menor afirmativa (segundo a primeira regra), o predicado é particular (axioma 3); portanto, também a conclusão é particular por seguir a parte mais débil (quinta regra geral). Com maior concisão: se ela fosse universal, haveria mais na conclusão que nas premissas (contra a quarta regra geral), existindo de novo quatro termos (contra a primeira regra geral), como neste caso:

Toda a alimária vive;
toda a alimária é corpórea;
portanto, todo o corpóreo vive.

Este silogismo tem quatro termos: “alimária”, “algum vivente”, “algum corpóreo” e “todo o corpóreo”.

Faz, porém, exceção se os termos da proposição menor se reciprocarem de modo a poderem substituir-se um pelo outro, como afirmei a propósito da segunda figura. Nesse caso, pode concluir-se universalmente, como no exemplo seguinte:

Todo homem é substância;
todo o homem é animal racional;
portanto, todo o animal racional é substância.

FIGURA IV**Regra I.** *Se a maior for afirmativa, a menor será universal.*

Demonstração: o médio nesta figura é o predicado da maior, e o predicado da universal afirmativa está tomado particularmente (axioma 3); como, porém, na menor o mesmo médio é sujeito, se fosse também particular estaria tomado em ambas particularmente (axioma 2), existindo por isso quatro termos (contra a primeira regra geral).

Regra II. *Se a menor for afirmativa, a conclusão será particular.*

Com efeito, na menor afirmativa, o extremo menor ou predicado está tomado particularmente (axioma 2). Como, porém, o extremo menor é o sujeito da conclusão, deve igualmente estar tomado particularmente, pois, se estivesse tomado universalmente, existiria mais na conclusão que nas premissas (contra a quarta regra geral), existindo então quatro termos (contra a primeira regra geral).

Regra III. *Se a conclusão for negativa, a maior será universal.*

[352] Na verdade, o extremo maior, que é o predicado da conclusão negativa, está tomado universalmente (axioma 4). Como, porém, o extremo maior é o sujeito da maior, se ela não fosse universal, mas particular, haveria mais na conclusão que

non esset uniuersale, sed particulare, plus esset in conclusione quam in praemissis (contra leg. 4 gen.), et essent 4 termini (contra leg. 1 gen.).

Porro hae leges litteris uocalibus quarumdam uocum, quas logici excogitarunt, significari^[1] solent, quae his uersiculis continentur:

I. *Barbara, Celarent, Darii, Ferio.*

II. *Cesare, Camestres, Festino, Baroco.*

III. *Darapti, Felapton, Disamis, Datisi, Brocardo, Ferison.*

III. *Bamaliopton, Camentes, Dimatis, Fesapno, Fresisorum.*

Exempla

I

- | | | | |
|----|-------|----------|---|
| 1. | A A A | Barbara | • <i>Omne animal est uiuens;
Omnis homo est animal;
Ergo, omnis homo est uiuens.</i> |
| 2. | E A E | Celarent | • <i>Nullus spiritus est lapis;
Omnis Angelus est spiritus;
Ergo, nullus angelus est lapis.</i> |
| 3. | A I I | Darii | • <i>Omne mortale est uiuens;
Aliquis equus est mortalis;
Ergo, aliquis equus est uiuens.</i> |
| 4. | E I O | Ferio | • <i>Nullum bonum est repudiandum;
Prudentia est bonum;
Ergo, prudentia non est repudianda.</i> |

II

- | | | | |
|------------------------|----------|-----------|--|
| 1. | E A E | Cesare | • <i>Nulla iniustitia est amanda;
Omnis uirtus est amanda;
Ergo, nulla uirtus est iniustitia.</i> |
| 2. | A E E | Camestres | • <i>Omne uisibile est corpus;
Nullus spiritus est corpus;
Ergo, nullus spiritus est uisibilis.</i> |
| [553,
alias
353] | 3. E I O | Festino | • <i>Nullus lapis est animal;
Aliquod uiuens est animal;
Ergo, aliquod uiuens non est lapis.</i> |
| | 4. A O O | Baroco | • <i>Omne corpus est figuratum;
Aliquis spiritus non est figuratus;
Ergo, aliquis spiritus non est corpus.</i> |

III

- | | | | |
|----|-------|---------|--|
| 1. | A A I | Darapti | • <i>Omne quod sentit est animal;
Omne quod sentit est substantia;
Ergo, aliqua substantia est animal.</i> |
|----|-------|---------|--|

^[1]significari solent R^2LNV] exprimuntur. R^1

nas premissas (contra a quarta regra geral), e existiriam quatro termos (contra a primeira regra geral).

Ora, estas regras costumam representar-se pelas vogais de certas palavras inventadas pelos lógicos, estando contidas nestes versículos:

- I. *Barbara, Celarent, Darii, Ferio.*
- II. *Cesare, Camestres, Festino, Baroco.*
- III. *Darapti, Felapton, Disamis, Datisi, Brocardo, Ferison.*
- IV. *Bamalipton, Camentes, Dimatis, Fesapno, Fresismorum.*

Exemplos

I

- | | | | |
|----|-------|----------|---|
| 1. | A A A | Barbara | • <i>Todo o animal é vivente;
todo o homem é animal;
portanto, todo o homem é vivente.</i> |
| 2. | E A E | Celarent | • <i>Nenhum espírito é pedra;
todo o anjo é espírito;
portanto, nenhum anjo é pedra.</i> |
| 3. | A I I | Darii | • <i>Todo o mortal é vivente;
algum cavalo é mortal;
portanto, algum cavalo é vivente.</i> |
| 4. | E I O | Ferio | • <i>Nenhum bem deve ser rejeitado;
a prudência é um bem;
portanto, a prudência não deve ser rejeitada.</i> |

II

- | | | | |
|------------------------|----------|-----------|---|
| 1. | E A E | Cesare | • <i>Nenhum injustiça deve ser amada;
toda a virtude deve ser amada;
portanto, nenhuma virtude é injustiça.</i> |
| 2. | A E E | Camestres | • <i>Tudo o que é visível é corpo;
nenhum espírito é corpo;
portanto, nenhum espírito é visível.</i> |
| [553,
aliás
353] | 3. E I O | Festino | • <i>Nenhum pedra é animal;
algum vivente é animal;
portanto, algum vivente não é pedra.</i> |
| 4. | A O O | Baroco | • <i>Todo o corpo tem figura;
algum espírito não tem figura;
portanto, algum espírito não é corpo.</i> |

III

- | | | | |
|----|-------|----------|---|
| 1. | A A I | Darapti | • <i>Todo o que sente é animal;
todo o que sente é substância;
portanto, alguma substância é animal.</i> |
| 2. | E A O | Felapton | • <i>Nenhum senciente é incorruptível;
todo o senciente é animal;
portanto, algum animal não é incorruptível.</i> |

- | | | | |
|----|-------|----------|---|
| 2. | E A O | Felapton | • <i>Nullum sentiens est incorruptibile;</i>
<i>Omne sentiens est animal;</i>
<i>Ergo, aliquod animal non est incorruptibile.</i> |
| 3. | I A I | Disamis | • <i>Aliquis homo est peccator;</i>
<i>Omnis homo est risibilis;</i>
<i>Ergo, aliquod risibile est peccator.</i> |
| 4. | A I I | Datisi | • <i>Omnis flos est uiuens;</i>
<i>Aliquis flos est odorifer;</i>
<i>Ergo, aliquod odoriferum est uiuens.</i> |
| 5. | O A O | Brocardo | • <i>Aliquis adamas non est albus;</i>
<i>Omnis adamas est durissimus;</i>
<i>Ergo, aliquod durissimum non est album.</i> |
| 6. | E I O | Ferison | • <i>Nulla planta est sensitua;</i>
<i>Aliqua planta est fructifera;</i>
<i>Ergo, aliquod fructiferum non est sensituum.</i> |

IV

- | | | | |
|----------|-------|--------------|--|
| 1. | A A I | Bamalipon | • <i>Omne animal est uiuens;</i>
<i>Omne uiuens est sensituum;</i>
<i>Ergo, aliquod sensituum est animal.</i> |
| 2. | A E E | Camentes | • <i>Omnis superbia est uitium;</i>
<i>Nullum uitium est amandum;</i>
<i>Ergo, nullum amandum est superbia.</i> |
| 3. | I A I | Dimatis | • <i>Aliquod nigrum est homo;</i>
<i>Omnis homo est rationabilis;</i>
<i>Ergo, aliquod rationabile est nigrum.</i> |
| [354] 4. | E A O | Fesapno | • <i>Nullus equus est sapiens;</i>
<i>Omne sapiens est animal;</i>
<i>Ergo, aliquod animal non est equus.</i> |
| 5. | E I O | Fresisomorum | • <i>Nullum laudandum est uitium;</i>
<i>Aliquod uitium est auaritia;</i>
<i>Ergo, aliqua auaritia non est laudanda.</i> |

COROLLARIUM I

Hinc prima figura, quia perspicua^[1] et facilis est, sola sufficit ut in ea argumentationes omnes conficiantur, et aliis figuris tuto carere possumus.

Nam quaelibet conclusio probanda uel est A, uel E, uel I, uel O. Hae autem quatuor conclusiones in prima figura reperiuntur, non ita uero in aliis figuris.

COROLLARIUM II

Hinc modi secundae et tertiae figurae memoria mandandi sunt, non quia multum nobis adferant utilitatis, sed ne, cum eos offendamus, difficulter intelligamus.

^[1]perspicua R²LNV] maxime perspicua R¹

- | | | | |
|----|-------|----------|--|
| 3. | I A I | Disamis | • <i>Algum homem é pecador;
todo o homem é risível;
portanto, algum risível é pecador.</i> |
| 4. | A I I | Datisi | • <i>Toda a flor é vivente;
alguma flor é odorífera;
portanto, algum odorífero é vivente.</i> |
| 5. | O A O | Brocardo | • <i>Algum diamante não é branco;
Todo o diamante é duríssimo;
portanto, algum duríssimo não é branco.</i> |
| 6. | E I O | Ferison | • <i>Nenbuma planta é sensitiva;
Alguma planta é frutífera;
portanto, algum frutífero não é sensitivo.</i> |

IV

- | | | | |
|----------|-------|--------------|--|
| 1. | A A I | Bamalipton | • <i>Todo o animal é vivente;
todo o vivente é sensitivo;
portanto, algum sensitivo é animal.</i> |
| 2. | A E E | Camentes | • <i>Toda a soberba é um vício;
nenhum vício deve ser amado;
portanto, nada que deva ser amado é soberba.</i> |
| 3. | I A I | Dimatis | • <i>Algum negro é homem;
algum homem é racional;
portanto, algum racional é negro.</i> |
| [354] 4. | E A O | Fesapno | • <i>Nenhum cavalo é sábio;
todo o sábio é animal;
portanto, algum animal não é cavalo.</i> |
| 5. | E I O | Fresisomorum | • <i>Nada deve ser elogiado que seja vício;
algum vício é avareza;
portanto, alguma avareza não deve ser elogiada.</i> |

COROLÁRIO I

Por ser fácil e dotada de clareza, é suficiente a primeira figura para estabelecermos com ela todas as argumentações, podendo abster-nos com segurança das outras figuras.

Na verdade, qualquer conclusão a demonstrar ou é A, ou E, ou I, ou O. Estas quatro conclusões ocorrem na primeira figura, mas não do mesmo modo nas outras.

COROLÁRIO II

Os modos da segunda e da terceira figura devem memorizar-se, não apenas por nos proporcionarem muita utilidade, mas para não termos dificuldade em entendê-los quando depararmos com eles.

COROLÁRIO III

Os modos da quarta figura, tanto os directos como os indirectos, por serem mais universais e mais inteligíveis que os modos da segunda e da terceira, devem

COROLLARIUM III

Hinc^[1] quartae figurae modi tum directi, tum indirecti, quia uniuersaliores et clariores sunt, quam modi secundae et tertiae, memoria tenendi sunt, ut eorum ope de bonitate multorum syllogismorum facilius iudicemus.

Nam^[2] in secunda figura non aliae probari possunt conclusiones quam E. O; in tertia figura I. O. At uero in quarta occurrunt E, I, O. Ergo haec ad plura probanda inseruit, quam duae mediae. Deinde ordo collocandi medii est multo clarior. Ideo ex eo multo facilius de inclusionem aut exclusionem medii in extremis iudicari potest.⁴¹⁹

[255, alias 355] COROLLARIUM IIII

Hinc syllogismus in quo minor primo loco est et maior secundo, non facit quintam figuram, exempli gratia, si sit in prima figura.

Nam quemadmodum, ut reperiamus quale sit subiectum, inuersi^[3] restituuntur termini propositionum, ita quando agitur de figura noua inducenda, faciliore ordine secundum^[4] uariam positionem medii propositiones sunt disponendae. Quod si inuersio prima esset quinta figura suis regulis donata, etiam transpositio quartae daret sextam figuram suis modis et legibus constitutam.⁴²⁰

COROLLARIUM V

Hinc in omni figura colligi^[5] potest "directe", et "indirecte".

Colligitur directe, cum praedicatum maioris est praedicatum in conclusione. In prima figura hoc modo:

*Omne animal est sensituum.
Omnis homo est animal.
Ergo, omnis homo est sensituius.*

Colligitur indirecte, cum praedicatum maioris est subiectum conclusionis, hoc modo:

*Omne animal est sensituum.
Omnis homo est animal.
Ergo, aliquod sensituum est homo.*

⁴¹⁹ De^[6] quarta figura in prima editione huius *Logicae* uerecundius locuti sumus, ne stomachum non nullis moueremus qui, peripatetica sententia impediti, eam minus claram et expeditam quam ceterae, reputabant, iccirco eorum loquendi mori non nihil indulsumus. Verum cum in hac editione necessarium iudicauerimus hunc errorem communem demonstrare, quod fecimus supra Libro III, part. 2. cap. 5.; propterea et hic clarius mentem nostram exponere et hunc canonem sine ulla obscuritate quaesita scribendum existimauius.

⁴²⁰ Crosa, *Logica* Part. III, cap. 9.

^[1]Hinc ... iudicemus. *R²LNV*] *pro* Hinc ... usus est. *R¹*: *vd. infra Annexum XXXV.* ^[2]Nam ... iudicari potest. *R²LNV*] *om. R¹* ^[3]inuersi ... propositionum *R²LNV*] inuersae restituuntur propositiones *R¹* ^[4]secundum ... positionem medii *R²LNV*] *om. R¹* ^[5]colligi potest *R²LNV*] potest colligi *R¹* ^[6]De quarta ... existimauius. *R²LNV*] *om. R¹*

conservar-se na memória para com o seu recurso ajuizarmos mais facilmente acerca da bondade de muitos silogismos.

Com efeito, na segunda figura podem apenas demonstrar-se as conclusões E, O; e, na terceira, I, O. Mas na quarta, ocorrem E, I, O. Esta figura pretende, portanto, demonstrar maior número de coisas que as duas intermédias. Além disso, é muito mais claro o modo de estabelecer o termo médio, podendo por isso ajuizar-se com muita maior facilidade a respeito da inclusão ou da exclusão do médio relativamente aos extremos.⁴¹⁹

[255, aliás 355] COROLÁRIO IV

Um silogismo em que a menor se encontra em primeiro lugar e a maior em segundo não origina uma quinta figura com base, por exemplo, na primeira figura.

Na verdade, assim como para reconhecermos o sujeito se invertem os termos das proposições, do mesmo modo, quando se trata de estabelecer uma nova figura, devem dispor-se as proposições segundo uma ordem mais fácil em conformidade com a diferente posição do médio. Por isso, se a inversão da primeira fosse uma quinta figura estabelecida com as suas regras, também a transposição da quarta constituiria uma sexta figura estabelecida com os seus modos e regras.⁴²⁰

COROLÁRIO V

Em toda a figura, pode concluir-se “directa” e “indirectamente”.

Conclui-se directamente quando o predicado da maior é o predicado da conclusão. Na primeira figura, ocorre desta forma:

*Todo o animal é sensitivo;
todo o homem é animal;
portanto, todo o homem é sensitivo.*

Conclui-se indirectamente quando o predicado da maior é o sujeito da conclusão, como neste caso:

*Todo o animal é sensitivo;
todo o homem é animal;
portanto, algum sensitivo é homem.*

⁴¹⁹ Discorri na primeira edição desta *Lógica* sobre a quarta figura de forma mais comedida para não perturbar o estômago de alguns que, embaraçados pela doutrina peripatética, a consideravam menos clara e menos útil que as outras. Por isso, eu fui algo complacente para com o seu modo de se exprimirem. Contudo, por eu ter pensado que era necessário demonstrar nesta edição esse erro comum (o que fiz anteriormente no livro quarto, segunda parte, capítulo quinto) considereei que devia expor também aqui com maior clareza o meu pensamento e escrever este cânone sem nenhuma obscuridade enganosa.

⁴²⁰ Crosa, *Lógica*, 3ª parte, cap. 9.

Ita in secunda Figura colligi^[1] potest directe sic:

*Nullus lapis est homo.
Omne risibile est homo.
Ergo, nullum risibile est lapis.*

[356] Vel etiam indirecte in^[2] hunc modum:

*Nullus lapis est homo.
Omne risibile est homo.
Ergo, nullus lapis est risibilis.*

Consimili^[3] modo colligi potest in^[4] tertia et quarta figura.

SCHOLION I

Quarta figura Galenum auctorem habet, uel saltim ab eo frequentius adbibita est, ⁴²¹quamuis in Galeni operibus de ea^[5] mentio nulla fiat, ab aliis uero philosophis non^[6] item. Quod in caussa fuit cur Aristoteles, percensens syllogismos qui in usu sunt, tres tantum horum classes constituerit. Theophrastus^[7] uero et Eudemus,⁴²² loco quartae figurae, quinque syllogismos “indirectos”, Porphyrio probatos, in prima figura collocauerint. Immerito tamen, uti mihi uidetur, nam syllogismi “indirecti” in^[8] omnibus figuris condi possunt (coroll. 5).

Aristotelici perpetua altercatione contendunt quartam hanc figuram nihil aliud esse quam inuersionem primae, ideo non esse figuram. Sed, ut scite monet uir doctus, est mera λογωμαχία. Nam ipsi fatentur argumentationem esse legitimam; tantum disputant, de nomine “figura”. Sed cum dixerimus figuram esse “certam^[9] coniunctionem medii cum extremis”, nullus sanus dubitauerit quartam hanc coniunctionem esse quartam Figuram.

SCHOLION II

Perspicuum est modos posteriorum figurarum posse reuocari ad quatuor modos primae, si tres terminos collocemus secundum ritum primae. Aristotelici tamen de legibus harum reductionum sine ullo fine disputant. Sed nihil est inutilis in uniuersa logica. Qui syllogismos reducere cupiunt facilius id sine regulis facient, modo intelligant

⁴²¹ Auerroësus, in lib. I *Priorum Analyticorum*, cap. 8.

⁴²² Boëtius,^[10] *De Syllogismo Categórico*, lib. II.

^[1]colligi potest R^2LNV] potest colligi R^1 ^[2]in hunc modum R^2LNV] hoc modo R^1 ^[3]Consimili modo R^2LNV] Et eodem modo R^1 ^[4]in tertia ... figura R^2LNV] in tertia figura, cetera R^1 ^[5]ea R^2LNV] ipsa R^1 ^[6]non item R^2LNV] non item, fortasse quia uix aut ne uix quidem occurrit. R^1 ^[7]Theophrastus ... collocauerint. R^2LNV] et loco quartae figurae, quinque syllogismos indirectos in prima figura collocauerit. R^1 ^[8]in omnibus figuris R^2LNV] etiam in secunda et aliis figuris R^1 ^[9]certam R^2LNV] om. R^1 ^[10]Boëtius ... lib. II. R^2LNV] om. R^1

Assim, na segunda figura, pode concluir-se directamente desta forma:

*Nenhuma pedra é homem;
 todo o risível é homem;
 portanto, nenhum risível é pedra.*

[356] Ou também indirectamente deste modo:

*Nenhuma pedra é homem;
 todo o risível é homem;
 portanto, nenhum pedra é risível.*

Pode concluir-se de modo semelhante na terceira e na quarta figuras.

ESCÓLIO I

A quarta figura foi inventada por Galeno ou pelo menos aplicada por ele com muita frequência.⁴²¹ Embora não exista nenhuma menção sobre ela nas obras de Galeno, não sucede realmente da mesma forma nas obras de outros filósofos. Residiu a sua origem no facto de – tendo-se Aristóteles apercebido de que os silogismos usuais constituíam apenas três categorias – Teofrasto e Eudemo,⁴²² em vez de uma quarta figura, estabeleceram na primeira figura cinco silogismos “indirectos”, demonstrados por Porfírio. Contudo, como me parece, foi sem fundamento, dado que os silogismos “indirectos” podem construir-se em todas as figuras (corolário 5).

Os aristotélicos porfiam, em altercações perpétuas, que esta quarta figura é apenas a inversão da primeira, não sendo por isso uma figura. Porém, como adverte habilmente um varão douto, trata-se de uma mera λογολογία [logomaquia]. Na verdade, eles confessam que a argumentação é legítima, discutindo apenas a respeito da palavra “figura”. Mas quando afirmamos que a figura é “uma certa conjunção do médio com os extremos”, ninguém de mente sã põe em dúvida que esta quarta conjunção é uma quarta figura.

ESCÓLIO II

É evidente poderem os modos das figuras posteriores reduzir-se aos quatro modos da primeira, se estabelecermos os três termos segundo a forma da primeira. Todavia, os aristotélicos discorrem sem nenhuma finalidade sobre as regras destas reduções. Porém, nada é mais inútil em toda a lógica. Quem desejar reduzir silogismos fá-lo-á com maior facilidade sem regras, se entender claramente o que pretende significar com aqueles vocábulos. Com efeito, entendida [357] a significação da conclusão a

⁴²¹ Averróis, no liv. I dos *Primeiros Analíticos*, cap. 8.

⁴²² Boécio, *De Syllogismo Categorico*, liv. II.

plane quid illis uocabulis designare intendunt. Nam^[1] percepta [357] significatione conclusionis probandae et ideae mediae, possum quemcumque syllogismum ad quamcumque figuram uel sine ullo labore reducere. Sin haec non intelligo, nullae me regulae iuuare possunt. Si^[2] qui uero has delicatas inbiant, adeant logicorum uulgarium scripta quae undique haec mysteria crepant.

CAPVT IIII

De syllogismis singularibus et compositis

Praeter syllogismos simplices de quibus superiori capite disputauimus, alios syllogismos disputando facimus, immo in familiari sermone non nisi complexis utimur syllogismis. De quibus ordine explicabimus, si prius de singulari dicamus.

Singulares^[3]

Singularis syllogismus est, qui constat medio singulari, et una saltim praemissa singulari, hoc modo:

1. *Petrus fuit Iudaeus.*

Petrus fuit Romanus episcopus.

Ergo, aliquis Romanus episcopus fuit Iudaeus.

2. *Christus fuit seruator humani generis.*

Aliquis Iudaeus fuit Christus.

Ergo, aliquis Iudaeus fuit seruator humani generis.

Postremus hic syllogismus aliquem usum habere potest in inuestigatione ueri, et in tribus primis figuris fieri potest, atque iisdem, quibus simplices, nititur principiis.

Compositi^[4]

Compositus syllogismus est, cuius una^[5] saltim propositio est composita.

Hic uel est Conditionalis,^[6] uel Relatiuus, uel Caussalis, uel Disiunctiuus, uel Copulatiuus.

[358] I. Conditionalis,^[7] qui etiam dicitur “hypotheticus”, est qui saltem unam propositionem conditionalem habet.⁴²³ Propositio autem conditionalis duas habet partes,

⁴²³ Vide lib. IIII, part. 1. cap. 3

^[1]Nam ... iuuare possunt. R^2LNV] *om.* R^1 ^[2]Si ... scripta R^2LNV] Legant qui has delicias inbiant logicorum uulgarium scripta R^1 ^[3]Singulares R^2LNV] I R^1 ^[4]Compositi R^2LNV] II R^1 ^[5]una ... composita R^2LNV] uel una, uel duplex propositio, ex pluribus subiectis uel praedicatis constat. R^1 ^[6]conditionalis ... copulatiuus. R^2LNV] hypotheticus, uel disinctiuus, uel copulatiuus, uel relatiuus. R^1 ^[7]Conditionalis ... consequens R^2LNV] *pro* Hypotheticus ... consequens R^1 : *vd. infra Annexum XXXVI.*

demonstrar e da ideia média, podemos sem nenhuma dificuldade reduzir qualquer silogismo a qualquer figura. Se, porém, não percebermos isto, nenhuma regra nos podem prestar auxílio. No entanto, se alguém desejar vivamente estas delícias, recorra aos escritos dos lógicos vulgares que por toda a parte fazem estrépito com estes enigmas.

CAPÍTULO IV

Os silogismos singulares e compostos

Além dos silogismos simples, sobre os quais discorri no capítulo anterior, estabelecemos outros silogismos nas disputas, e até na conversação familiar, servindo-nos apenas de silogismos compostos. Vou expô-los ordenadamente, referindo em primeiro lugar os singulares.

Os Singulares

O silogismo singular é aquele que é constituído por um termo médio singular e pelo menos por uma premissa singular, como nestes exemplos:

1. *Pedro foi judeu;*
Pedro foi bispo romano;
portanto, algum bispo romano foi judeu.

2. *Cristo foi o salvador do género humano;*
algum judeu foi Cristo;
portanto, algum judeu foi o salvador do género humano.

O último silogismo pode ter alguma utilidade na investigação da verdade, podendo isso efectuar-se nas três primeiras figuras e basear-se nos mesmos princípios dos silogismos simples.

Os compostos

O silogismo composto é aquele em que pelo menos uma proposição é composta.⁴²³ Este silogismo ou é condicional, ou relativo, ou causal, ou disjuntivo, ou copulativo.

[358] I. O silogismo condicional, também chamado “hipotético”, é aquele que possui pelo menos uma proposição condicional. E a proposição condicional tem duas partes, uma das quais, que contém a condição, se denomina “antecedente”, denominando-se a outra “consequente”. Por exemplo:

⁴²³ Ver livro quarto, primeira parte, capítulo terceiro.

quarum una, quae conditionem continet, dicitur “antecedens”, altera “consequens”, exempli gratia:

Si sol lucet, dies est.

Sed sol lucet.

Erro, dies est.

Hi^[1] syllogismi triplici modo fieri possunt. Qui^[2] habent minorem et conclusionem conditionalem, uel tres propositiones conditionales, aequivalent simplicibus syllogismis et ex legibus simplicium fieri debent. Qui habent tantum maiorem conditionalem, seruant has leges duas: 1. si in alterutra praemissa adfirmatur antecedens, etiam in conclusione adfirmatur consequens, non contra; 2. si in alterutra praemissa negatur consequens, etiam in conclusione negatur antecedens, non contra. Peccat in primam hic:

Si homo est bestia, sentit.

Sed homo sentit.

Ergo, homo est bestia.

Nam^[3] ex adfirmatione consequentis adfirmatur antecedens. In secundam peccat hic:

Si homo est bestia, sentit.

Sed homo non est bestia.

Ergo, homo non sentit.

Nam^[4] ex negatione antecedentis negatur consequens, et ideo est falsus.

II. Relatiuus est qui^[5] una saltem praemissa relatiua constat, ut hic:

Quales sunt reges, tales sunt subditi.

Sed rex est bonus.

Ergo, subditi sunt boni.

In his^[6] id tantum seruari debet ne in minori sumatur terminus qui sub maiori non contineatur. Cetera simplicium legibus subiiciuntur.

Possunt hi syllogismi ad conditionales reduci, nam [359] prima pars maioris est ueluti conditio ex qua sequitur altera magis particularis, ut in hoc:

^[1]Hi ... fieri possunt. R^2LNV] om. R^1 ^[2]Qui ... contra. R^2LNV] pro Qui habent ... non contra. R^1 : vd. *infra Annexum XXXVII*. ^[3]Nam R^2LNV] Hic R^1 ^[4]Nam R^2LNV] Hic R^1 ^[5]qui ... ut hic R^2LNV] cuius partes quadam relatione continentur, e. g. R^1 ^[6]In his ... reducitur R^2LNV] Hi syllogismi secundum leges simplicium possunt conformari. R^1

*Se o Sol resplandece, é dia
mas o Sol resplandece;
portanto, é dia.*

Estes silogismos podem estabelecer-se de três modos. Aqueles em que a menor e a conclusão são condicionais, ou possuem três proposições condicionais, equivalem a silogismos simples, devendo estabelecer-se em conformidade com as regras dos simples. Aqueles em que apenas a maior é condicional observam estas duas regras: 1. se numa ou noutra das premissas se afirmar ou negar o antecedente, também na conclusão se afirma ou nega o conseqüente, e não o contrário; 2. se numa ou noutra das premissas se negar o conseqüente, também na conclusão se nega o antecedente, e não o contrário. Transgride a primeira regra o seguinte silogismo:

*Se o homem é besta, sente;
mas o homem sente;
portanto, o homem é besta.*

Com efeito, com base na afirmação do conseqüente, afirma-se o antecedente. Transgride a segunda regra este silogismo:

*Se o homem é besta, sente;
mas o homem não é besta;
portanto, o homem não sente.*

Na verdade, com base na negação do antecedente, nega-se o conseqüente, sendo por isso falso o silogismo.

II. O silogismo relativo é aquele que é constituído pelo menos por uma premissa relativa, como neste caso:

*Quais forem os reis, assim serão os súbditos;
mas o rei é bom;
portanto, os súbditos são bons.*

Nestes silogismos, deve apenas observar-se que não esteja assumido na menor um termo que não está incluído na maior. Quanto ao resto, eles obedecem às regras dos silogismos simples.

Estes silogismos podem reduzir-se aos condicionais, [359] pois a primeira parte da maior é como uma condição da qual se segue outra proposição mais particular, como neste exemplo:

*Se os reis forem bons ou maus, também o serão os súbditos;
mas o rei é bom;
portanto, os súbditos são bons.*

*Si Reges sunt boni aut mali, etiam subditi.
Sed rex est bonus.
Ergo, subditi sunt boni.*

III. Causalis est cuius una saltim propositio est causalis,⁴²⁴ uelut hic:

*Quod non sum ignara mali, miseris succurrere sum parata.
Sed uos estis miseri.
Ergo, uobis succurrere sum parata.*

Hic syllogismus ad conditionalem reduci potest hoc modo:

Si mali non sum ignara, sum parata miseris succurrere etc.

Vel ad absolutum sic:

*Omnis non ignarus mali est paratus miseris succurrere.
Ego sum non ignara mali, uos autem estis miseri.
Ego, igitur, sum parata uobis miseris succurrere.*

Eadem ratione ad prosyllogismum quam facillime reducitur.

III. Disiunctiuus^[1] est cuius maior propositio est disiunctiua.⁴²⁵ Propositio autem disiunctiua uel est bimembris, uel plurium membrorum. Ratio uero concludendi in his syllogismis est oppositio partium. Quare si duo tantum sunt membra eaque stricte opposita, tunc ex unius ueritate bene infertur falsitas alterius, aut contra. Vel id adfirmando, uel negando fiat, perinde est. Exempli gratia:

*Petrus aut uidet, aut est caecus.
Sed uidet.
Ergo, non est caecus.*

Sin autem membra sint^[2] plura, haec est regula seruanda: Enumerentur partes omnes; si una tantum adfirmetur, reliquae remoueantur;^[3] si^[4] omnes praeter unam remoueantur, quae reliqua est adfirmetur; si una tantum^[5] remoueatur, reliquae disiunctiue ponantur. Itaque ex eadem^[6] maiori triplici modo recte colligimus. Exempli gratia:

⁴²⁴ *Loco cit.*

⁴²⁵ *Loco cit.*

^[1]Disiunctiuus ... contra R^2LNV] pro Disiunctiuus ... contrario. R^1 : *vd. infra Annexum XXXVIII.* ^[2]sint plura R^2LNV] non sunt uera opposita R^1 ^[3]remoueantur. R^2LNV] remoueantur et e contrario R^1 ^[4]Si ... adfirmetur. R^2LNV] *om.* R^1 ^[5]tantum. R^2LNV] *om.* R^1 ^[6]eadem ... colligimus R^2LNV] eadem propositione bene triplici modo colligimus R^1

III. O silogismo causal é aquele em que pelo menos uma proposição é causal,⁴²⁴ como no caso seguinte:

*Por não desconhecer o infortúnio, estou disposta a socorrer os indigentes;
mas vós sois indigente;
portanto, estou disposta a socorrer-vos.*

Este silogismo pode reduzir-se ao condicional, desta forma:

Se não desconheço o infortúnio, estou disposta a socorrer os indigentes, etc.

Ou então ao absoluto, deste modo:

*Todo o que não desconhece o infortúnio, está disposto a socorrer os indigentes;
eu não desconheço o infortúnio, e vós sois indigentes;
portanto, estou disposta a socorrer-vos por serdes indigentes.*

Por motivo idêntico, ele reduz-se muito facilmente a um prossilogismo.

IV. O silogismo disjuntivo é aquele cuja proposição maior é disjuntiva.⁴²⁵ E a proposição disjuntiva ou é bimembre ou possui vários membros. Na verdade, a causa da conclusão neste silogismo é a oposição das partes. Por isso, se houver apenas dois membros, e estritamente opostos, nesse caso da verdade de um infere-se de modo adequado a falsidade do outro, e inversamente. Isso acontece de forma idêntica quer se trate de uma afirmação quer de uma negação, como neste exemplo:

*Pedro ou vê ou é cego;
mas ele vê;
portanto, ele não é cego.*

Se, porém, forem muitos os membros, deve observar-se esta regra: Enumeram-se todas as partes; se apenas uma for afirmativa, as restantes devem omitir-se; se todas, excepto uma, forem omitidas, a restante deve afirmar-se; se apenas uma for omitida, as restantes devem dispor-se disjuntivamente. Por isso, com base na mesma maior, inferimos com segurança segundo três modos diferentes, como neste exemplo:

*1. Pedro ou é de condição livre, ou é liberto, ou escravo;
mas ele é de condição livre;
portanto, não é liberto nem escravo.*

⁴²⁴ *Loc. cit.*

⁴²⁵ *Loc. cit.*

1. *Petrus uel est ingenuus, uel libertinus, uel seruus.*
Sed est ingenuus.
Ergo, non est libertinus, nec seruus.
- [360] 2. *Sed nec ingenuus, nec libertinus.*
Ergo, est seruus.
3. *Sed non est seruus.*
Ergo, ingenuus, uel libertinus.

Quod si has regulas non seruauero, erit falsa, ut contrariis exemplis effici potest. Animaduertendum^[1] est autem disiunctiuum ad conditionalem, parum mutata prima, reuocari ad hunc modum:

Si Petrus est ingenuus, non est libertinus, nec seruus.
Sed est ingenuus.
Ergo, nec libertinus, nec seruus.

V. Copulatiuus^[2] est, cuius maior est copulatiua.⁴²⁶

Qui aientes^[3] sunt bene colligunt si maior unico constet praedicato, ut in hoc:

Omnis homo, et omnis auis est animal.
Petrus est homo, psitaccus est auis.
Ergo, Petrus, et psitaccus sunt animalia

Nam^[4] hic aequialet duobus syllogismis simplicibus. Quod si constet uno subiecto et duobus praedicatis, tunc est nugatorius, quia ponit in antecedente id ipsum quod in conclusione colligit.

Negans^[5] copulatiuus recte colligit, si, posita una parte in minori, remouetur in conclusione altera hoc modo:

Non et lapis est, et animal.
Sed est lapis.
Ergo, non est animal.

Nam^[6] maior significat “non esse simul lapidem et hominem”. Igitur si minor adfirmat unum, debet conclusio negare alterum. At si minor unum negat, non sequitur

⁴²⁶ *Loco cit.*

^[1]Animaduertendum ..., nec seruus. *om. R¹* ^[2]Copulatiuus ... copulatiua. *R²LNV*] Copulatiuus est cuius maior plurimis subiectis aut praedicatis copula connexis constat *R¹* ^[3]aientes *R²LNV*] adfirmatiui *R¹* ^[4]Nam ... colligit. *R²LNV*] *om. R¹* ^[5]Negans ... modo *R²LNV*] Negatiuus recte colligit si, posita una parte, remouetur alia hoc modo *R¹* ^[6]Nam ... falsa est. *R²LNV*] *om. R¹*

- [360] 2. *Mas ele não é de condição livre nem é liberto;
portanto, é escravo.*
3. *Mas ele não é escravo;
portanto, é de condição livre, ou é liberto.*

Por isso, se não observarmos estas regras, a proposição é falsa, como pode demonstrar-se através de exemplos opostos.

Deve, porém, advertir-se que, alterando muito pouco a primeira proposição, a disjuntiva se reduz à condicional, como neste caso:

*Se Pedro é de condição livre, não é liberto nem escravo;
mas ele é de condição livre;
portanto, não é liberto nem escravo.*

V. O silogismo copulativo é aquele cuja maior é copulativa.⁴²⁶

Os silogismos que forem afirmativos inferem de forma correcta, se a maior for constituída por um único predicado, como neste exemplo:

*Todo o homem e toda a ave são animais;
Pedro é homem, e o papagaio é ave;
portanto, Pedro e o papagaio são animais.*

Na verdade, este silogismo equivale a dois silogismos simples. Seria por isso nugatório se o silogismo fosse constituído por um sujeito e dois predicados, pois estaria estabelecido no antecedente o mesmo que se infere na conclusão.

O silogismo copulativo negativo infere convenientemente se, estabelecida uma parte na menor, a outra for suprimida na conclusão, do seguinte modo:

*Não é pedra e animal;
mas é pedra;
portanto, não é animal.*

Com efeito, a maior significa “não ser simultaneamente pedra e animal”. Portanto, se a menor afirmar um membro, a conclusão deve negar o outro. Porém, se a menor negar um membro, não se segue que deve afirmar-se ou negar-se o outro na conclusão, pois podem ser ambos falsos. Isto evidencia-se pelas regras das proposições contrárias, segundo as quais podem ambas as proposições ser falsas, mas não verdadeiras, embora por vezes uma seja verdadeira e a outra falsa.

⁴²⁶ *Loc. cit.*

aliud in conclusione aut adfirmandum esse aut negandum, nam potest utrumque esse falsum. Quod ex regulis contrariarum euidens est, quae ambae possunt esse falsae, non ambae uerae; interdum altera uera, altera falsa est.

VI. Dilemma^[1] est syllogismus disiunctiuus bimembris. Proinde ex legibus disiunctiuorum fabricari debet. At cum dialectici eius leges ponant seorsum et nos, ut iis morem geramus, breuiter faciemus. Itaque^[2] dilemmatis tres sunt leges: 1. membra omnia quae in toto continentur [361] enumerentur, nihil sit reliqui; 2. ratio cur aliquid adfirmatur aut negatur talis sit, quae hominem non^[3] ineptum moueat ut aliquid faciat; secus non necessario infertur^[4] remouendas esse partes, aut ponendas; 3. hoc incommodum tale sit quod in opponentem^[5] torqueri non possit. Nam si potest contorqueri, fit^[6] ex positione aut remotione partium talem conclusionem non sequi.

His tribus nominibus dilemma illud de uxore⁴²⁷ est uitiosum. Nam^[7] primum non enumerat membra omnia, sed tantum “pulchram” et “deformem”; remanet autem tertium, “mediocris forma”, et talis quae nec fastidio nec sollicitudini sit. Deinde non ponit uerum detrimentum, nam esse mulierem pulchram non est tale incommodum, quod necessario inferat molestiam, potest enim esse pudica et talis quae uxoris officia cum dignitate tueatur. Immo uero potest, etsi deformis, talibus uirtutibus esse ornata, ut longe superet exquisitas illas et celeberrimas formas mulierum. Postremo ex dictis merito inflecti potest in opponentem hoc modo:

Si est pulchra, potest esse pudica, plurimae enim fuerunt.

Si est deformis, potest id aliis animi et corporis dotibus compensare.

Igitur ducenda est.

VII. Sorites,^[8] ut alio loco⁴²⁸ ostendimus, constat plurimis syllogismis simplicibus, ideoque ratione materiae est compositus ac ad copulatiuos reuocatur. Is autem duas leges habet: 1. Omnes praemissae quae inter primam et ultimam continentur sint uniuersales. Nam media est maior syllogismi primae figurae. Igitur uniuersalis (leg. 2 prim. figur.). 2. Omnes praemissae sint aientes^[9]; ultima potest esse negans^[10]. Nam quaelibet praemissa est minor syllogismi qui sequitur. Ergo non potest esse negans^[11] (leg. 1. fig. 1). Vltima non est minor, sed maior ultimi syllogismi, ideo potest esse negans, quia tales habentur in prima figura.

⁴²⁷ De quo, lib. III, part. 2, cap. 2, fine.

⁴²⁸ Supra, lib. III, part. 2, cap. 2, n. 6.

^[1]Dilemma ... faciemus. R^2LNV] Reliqui sunt duo syllogismi compositi, dilemma et sorites, de quibus haec breuiter traduntur. R^1 ^[2]Itaque R^2LNV] om. R^1 ^[3]non ... moueat R^2LNV] sapientem mouere possit R^1 ^[4]infertur R^2LNV] colligitur R^1 ^[5]opponentem R^2LNV] adfirmantem R^1 ^[6]fit R^2LNV] fit manifestum R^1 ^[7]Nam ... modo R^2LNV] pro Nam esse ... hoc modo R^1 : *vd. infra Annexum XXXIX* ^[8]Sorites ... habet. R^2LNV] Sorites duas leges habet R^1 ^[9]aientes R^2LNV] adfirmatiuae R^1 ^[10]negans R^2LNV] negatiua R^1 ^[11]negans R^2LNV] negatiua R^1

VI. O dilema é um silogismo disjuntivo, devendo, por conseguinte, constituir-se segundo as regras dos silogismos disjuntivos. Mas, visto que os dialéticos estabelecem separadamente essas regras, também eu o farei com brevidade segundo o seu modo habitual de proceder. Desta maneira, o dilema tem três regras: 1. devem enumerar-se todos os membros contidos no todo, [361] nada omitindo; 2. a razão pela qual algo é afirmado ou negado deve ser de tal natureza que induza uma pessoa não inábil a estabelecer algo, de contrário não se infere necessariamente deverem ser suprimidas ou dispostas as partes: 3. o detrimento deve ser de tal natureza que o dilema não possa ser retorquido pelo oponente. Com efeito, se ele pudesse retorquir-se, sucederia que da afirmação ou da negação das partes não resultaria tal conclusão.

Por estas três razões, é vicioso o dilema a respeito da mulher.⁴²⁷ Em primeiro lugar, ele não enumera todos os membros, mas apenas “bela” e “feia”; resta, porém, o terceiro “de beleza mediana”, a qual não causa desdém nem inquietação. Além disso, ele não estabelece um verdadeiro detrimento, dado que ser mulher bela não é tão incômodo que cause necessariamente embaraço, pois ela pode ser virtuosa e observar com dignidade os seus deveres de mulher. Por outro lado, ainda que feia, ela pode estar ornada com tantas virtudes que exceda grandemente as formas elegantes e celebérrimas das mulheres. Por último, com base no que foi referido, pode objectar-se legitimamente contra o oponente desta forma:

*Se for bela, pode ser virtuosa, pois muitas o foram;
se for feia, pode compensá-lo com outros atributos, físicos e morais;
portanto, deve ser esposada.*

VII. O sorites, como referi noutra lugar,⁴²⁸ é constituído por vários silogismos simples, sendo portanto, composto em razão da matéria e redutível a silogismos copulativos. Ele tem duas regras: 1. todas as premissas que estão incluídas entre a primeira e a última devem ser universais, pois o médio está na premissa maior do silogismo na primeira figura, sendo, portanto, universal (segunda regra da primeira figura); 2. todas as premissas devem ser afirmativas, podendo a última ser negativa. Com efeito, qualquer premissa é a menor do silogismo seguinte, não podendo por isso ser negativa (primeira regra da primeira figura). A última não é a menor, mas a maior do último silogismo, podendo, por conseguinte, ser negativa, dado suceder deste modo na primeira figura.

São estas as regras dos dialéticos vulgares sobre os silogismos compostos. Contudo, todas estas regras se reduzem à minha das três ideias convenientemente comparadas, sendo muito mais fácil com base nesta do que naquelas poderem constituir-se silogismos compostos, [262, aliás 362] contanto que se estabeleçam

⁴²⁷ Ver livro quarto, segunda parte, capítulo segundo, no final.

⁴²⁸ Ver *supra*, liv. IV, 2ª parte, cap. 2, nº 6.

Hae^[1] sunt regulae dialecticorum uulgarium de syllogismis compositis. Verum hae omnes regulae ad nostram illam trium idearum recte comparatarum reducuntur ac multo facilius ex ea, quam ex his, fabricari possunt syllogismi [262, alias 362] compositi, modo propositiones uerae sumantur sine quibus nulla ratiocinatio nec simplex nec composita recte se habere potest. Nam omnes syllogismi compositi ratione formae uirtute, ut ante diximus, sunt conditionales, conditionalis autem leui mutatione facta euadit absolutus, tam enim facile sic enuntiamus “Si homines peccabunt, punientur”; quam hoc modo: “Omnes homines qui peccant punientur”. Proinde nullo negotio generali regulae subiicitur. Compositus autem ratione materiae seu copulatiuus constat duobus simplicibus et absolutis, propterea ad simplicium legem dirigi debet. Cetera tam plana sunt, ut admonitore opus non sit.

Habetis,^[2] adolescentes, quae de arte syllogistica magis ex usu tradi solent; reliqua, quae sunt inutilia et uana^[3], apud eos legere^[4] potestis qui in iis aetatem consumserunt, quorum satis uulgata sunt scripta.

Illud tamen uos^[5] monitos uolumus parum has regulas prodesse philosopho, nisi ipse argumentum de quo est disputaturus cognitum habeat et exploratum. Quod qui non habent, ii quidem etiamsi undique syllogismos crepent, nec probationes ullas inuenient nec aliquid disputando efficient. Qui uero materiam penitus comprehendit et in iudicando est exercitatus, uel sine ullis syllogismis ex^[6] arte illa factis rem de qua loquitur intelliget, et optime ratiocinabitur. Quare hoc uno testimonio, quod grauissimum est,⁴²⁹ concludemus: “Nec enim ego nego prospicienda ista, sed prospicienda tantum et a limine salutanda, in hoc unum, ne uerba nobis dentur, et aliquid esse in illis magni ac secreti boni iudicemus”. Et de syllogismo hactenus.

Finis Artis Syllogisticae

⁴²⁹ Sunt uerba Lucii Senecae philosophi stoici, id est, acutissimi dialectici, in Epist. 49.

^[1]Hae ...opus non sit. *R²LNV*] *om. R¹* ^[2]Habetis ... syllogistica *R²LNV*] Haec sunt quae de syllogismis *R¹* ^[3]uana *R²LNV*] otiosa *R¹* ^[4]legere potestis *R²LNV*] legi possunt *R¹* ^[5]uos *R²LNV*] tirones nostros *R¹* ^[6]ex arte illa factis *R²LNV*] *om. R¹*

proposições verdadeiras, sem as quais nenhum raciocínio, nem simples nem composto, pode subsistir convenientemente. Com efeito, todos os silogismos compostos em razão da forma, como anteriormente referi, são condicionais. Porém, os condicionais, com uma ligeira alteração, tornam-se absolutos. Na verdade, enunciamos tão facilmente “se os homens pecarem, serão punidos” como enunciamos “todos os homens que pecam serão punidos”. Por conseguinte, eles conformam-se sem nenhuma dificuldade à regra geral. Porém, o silogismo composto em razão da matéria, ou copulativo, é constituído por dois silogismos simples e absolutos, devendo por isso conformar-se à regra dos simples. Quanto ao resto, é tão evidente que não necessita de recomendação.

Aqui tendes, caros jovens, o que mais costuma ensinar-se acerca da arte silogística. Os outros assuntos, que são inúteis e fúteis, podereis examiná-los junto dos que consomem com eles o tempo, cujos escritos estão muito divulgados.

Desejo, contudo, advertir-vos de que estas regras pouco aproveitam ao filósofo, se ele não tiver conhecido e investigado o assunto sobre o qual deve discorrer. Se isso não se verificar, ainda que ele faça estrépito por toda a parte com silogismos, não obterá nenhuma demonstração nem estabelecerá algo nas disputas. Porém, aquele que conhecer profundamente o assunto e estiver exercitado em ajuizar mesmo sem quaisquer silogismos elaborados segundo esta arte compreenderá aquilo sobre que discorre e raciocinará de modo excelente. Concluo por isso apenas com este testemunho muito penetrante:⁴²⁹ “Não nego que se deva lançar um olhar para esses estudos, mas apenas um simples olhar como quem saúda do limiar da porta e com a única reserva de não se deixar ludibriar pelas palavras e de não pensar que nelas está escondido algum grandioso e secreto tesouro.”

Discorri até agora sobre os silogismos.

Fim da Arte Silogística

⁴²⁹ As palavras são do filósofo estóico Lúcio Sêneca, ou seja, de um subtilíssimo dialéctico (na Epístola 49).

(Página deixada propositadamente em branco)

ANNEXA
DE RE LOGICA



ANEXOS
LÓGICA

ANNEXVM I

Bona et utilia quaedam nos docuit Verulamius in illo opere. Plura docuisset et multo pluribus inseruire posset,⁴³⁰ nisi dedita opera id ipsum quod enuntiat insolitis terminis et peculiari dicendi genere tum etiam partitionibus adfectatis et parum necessariis obscuraret. Quare sine interprete nequit intelligi. Tamen de Verulamii et Rami fontibus qui post fuere hauserunt omnes.

ANNEXVM II

Deinde librum *De Logicae Fine*, in quo criteria ueritatis luculenter exponit. Deinde *Institutiones Logicas*, ubi de rerum imaginatione, propositione, syllogismo et methodo agit accurate; et pleraque noua, alia uero abundantiori luce perfusa lectori erudito exhibet. Cuius sane docendi uiam posteriores philosophi amplexi sunt. Etiam Epicuri physiologiam castigauit, ornauit, exposuit. Quare recentioris logicae et physiologiae instaurator fuit.

ANNEXVM III

1. Sunt qui hominem accusent quod magna uerborum comprehensione res nullius pretii explicet nec semel easdem res dicat. Verum haec excusatione non carent. Nam cum Lockius nouam philosophandi rationem introducere idque eorum gratia qui praeiudiciis Cartesianorum et Gassendianorum erant imbuti, alia disputandi uia uti non debuit, eo magis quod familiari sermone disputabat eoque ordine scribebat quo nouas obseruationes excogitabat, a quo ista scribendi ratio ableganda non est. 2. Reprehenditur in eo quod quaedam quae exiguum usum in ueritate inquirenda habent addiderit. 3.

⁴³⁰ Walchius, *Historia Logicae*, in *Parergis Academiae*, p. 639.

ANEXO I

Naquela obra, o Verulâmio ensinou-nos certas coisas úteis e profícuas, mas poderia ter ensinado muitas outras e ter-se ocupado de muitas mais⁴³⁰ se não houvesse obscurecido de propósito aquilo que enuncia, servindo-se de termos insólitos e de um modo peculiar de se exprimir e também de classificações rebuscadas e supérfluas. Por isso, ele não pode ser entendido sem um intérprete. Contudo, todos os que viveram depois dele beberam nas fontes do Verulâmio e de Ramus.

ANEXO II

Além disso, publicou a obra *De Logicae Fine*, na qual expõe elegantemente os critérios da verdade. Em seguida, as *Institutiones Logicae*, onde se ocupa com diligência das ideias das coisas, da proposição, do silogismo e do método, bem como de numerosos assuntos desconhecidos e ainda de outros temas inundados de luz abundante para os leitores com instrução. Realmente, os filósofos posteriores adoptaram o seu método de ensino. Ele também corrigiu, elogiou e expôs a física de Epicuro. Por isso, foi ele quem restaurou a lógica e a física modernas.

ANEXO III

1. Há quem o acuse por expor com grande rodeio de palavras assuntos sem nenhum valor e por afirmar várias vezes as mesmas coisas. Isto não tem certamente desculpa. Na verdade, dado que Locke tinha estabelecido um novo método de filosofar por causa dos que estavam impregnados dos preconceitos dos cartesianos e dos gassendistas, ele não devia servir-se de outro método de discorrer, tanto mais que discorria na linguagem familiar e escrevia segundo a ordem pela qual imaginava novas observações, da qual esse modo de escrever não deve estar separado. 2. Ele deve censurar-se pelo facto de acrescentar certos assuntos que têm muito pouca

⁴³⁰ Walch, *Historia Logicae*, em *Parergi Academiae*, p. 639.

Quod exemplis quae necessaria erant interdum non inlustrarit. 4. Etiam ei uitio dant quod animi facultates male separauerit. 5. Quod hominis libertatem non recte explicarit. 6. Quod hominem cum bellua miscuerit.

ANNEXVM IV

Quod ipsum et ineptum est et uirum doctum ac moderatum non decet, et perniciosum est tironibus, qui latentis ueneni uim nec noscere possunt nec uitare.

ANNEXVM V

Quod adtinet ad uocabula idea et “perceptio”, utroque significamus eandem mentis actionem seu cognitionem, ita tamen ut eadem cognitio dum ad mentem fertur quae eam generat dicatur “perceptio”; dum uero ad obiectam rem, uocetur “idea”.

ANNEXVM VI

Scholion

Sedulo hic animaduertatis uelim, adolescentes, uim ac potestatem quorundam nominum quae facultates mentis significant, et identidem in hac disputatione occurrunt, ne aliud pro alio accipientes decipiamini. “Phantasia” igitur seu imaginatio est uis illa mentis qua res omnes corporea imagine expressas nobis repraesentamus. “Ingenium” est mentis sollertia in inueniendo et excogitando. “Iudicium” est facultas seligendi ea quae recta sunt, iisque pro rei dignitate utendi. “Memoria” uero est facultas res iterato cognoscendi, ita ut mens sentiat se id ante percepisse.

“Phantasia” ab exercitatione non dependet, sed natura omnibus inest. “Ingenium” partim a natura est, partim exercitatione comparatur. “Iudicium uero non nisi multa meditatione atque usu doctissimorum hominum consequi potest. Postremo, “memoria”, quod a cerebri temperamento pendeat et ipsa exercitatione acquiritur et perpolitur. Sed de his alio loco pluribus.

Corollarium

Hinc perspicuum fit cur ii qui ingenio admodum ualent iudicio plerumque non item. Nam ingenium in excogitando et componendo occupatur; contra iudicium, in separando recta a non rectis, quae longe inter se discrepant.

utilidade na investigação da verdade. 3. E por não esclarecê-la por vezes com os exemplos que eram necessários. 4. Também lhe imputam o erro de distinguir inadequadamente as faculdades do espírito. 5. E de não explicar convenientemente a liberdade humana. 6. E de confundir o homem com a besta.

ANEXO IV

Porque isso é inábil e não convém a um varão douto e sensato, sendo também pernicioso para os principiantes, que não podem conhecer nem evitar a influência de um veneno oculto.

ANEXO V

A respeito dos vocábulos “ideia” e “percepção”, significo com eles a mesma operação do espírito ou o mesmo conhecimento, de tal modo que, enquanto esse conhecimento se refere à mente que o produz, denomina-se “percepção”; e enquanto se refere ao objecto, chama-se “ideia”.

ANEXO VI

Escólio

Eu desejaria neste momento com todo o empenho, caro jovens, que prestásseis atenção às propriedades e ao sentido de algumas palavras que significam faculdades do espírito e que ocorrem continuamente nestas disputas para não serdes induzidos em erro ao tomardes uma coisa por outra. A “fantasia” ou imaginação é a faculdade da mente pela qual se nos tornam presentes todas as coisas representadas nas imagens corpóreas. O “talento” é a destreza da mente em inventar e descobrir pela reflexão. O “juízo” é a faculdade de optar pelas coisas que são convenientes e de servir-se delas adequadamente. A memória é a faculdade de conhecer as coisas uma segunda vez, de tal modo que a mente perceba que as percebeu anteriormente.

A fantasia não depende da prática, mas existe em todos por natureza. O “talento” existe em parte por natureza e adquire-se em parte pela prática. O “juízo” apenas pode adquirir-se por muita reflexão e pela convivência com as pessoas mais doudas. Por último, a “memória”, que depende da constituição do cérebro, é também adquirida e aperfeiçoada pela prática. Mas a respeito disto, irei expor mais assuntos noutro lugar.

Corolário

Torna-se evidente por que motivo os que sobressaem muito no talento não se distinguem geralmente no juízo. Com efeito, o talento ocupa-se da invenção e da composição, ao contrário do juízo, que se ocupa da distinção entre o verdadeiro e o falso, que diferem muito entre si.

ANNEXVM VII

Post tympanum, est aer clausus utrimque intra quamdam thecam tortuosam quae foramen habet quod ad labyrinthum dirigitur, nempe ad tortuosum meatum in ipsa ossis substantia excauatum, in cuius labyrinthi extrema parte fibrae nerui auditorii dilatantur, qui neruus ad cerebrum protenditur.

ANNEXVM VIII

Postremo tactus eiusdem fere naturae est. Peculiare hoc habet quod non certum locum in machinatione hominis, uti reliqui sensus habet, sed in toto corpore est, propterea quia quamcumque corporis partem scalpamus, sentitur contactus corporis. Porro exilissimae neruorum fibrae expansae sunt per totam epidermem, id est membranam exteriorem carnis et ex cute instar subtilissimarum pyramidum adsurgunt, et innexae sunt membranae cuidam retiformi quae est inter cuticulam et membranam neruosam.⁴³¹

ANNEXVM IX

Idem de reliquis sensibus est dicendum. Non enim in odore, non in dolore, non in reliquis adfectionibus partes ullas designare poteris; eapropter sunt simplices.

ANNEXVM X

Quis enim dimidium uolitionis, aut nolitionis, aut iudicii potuit umquam designare? Itaque ideae simplices sunt clarae quidem, non tamen distinctae.

ANNEXVM XI

Quod si non possum distinguere rem ab alia, haec ideae est obscura. Exempli gratia, si longe adspicio corpus caeruleum, non possum illud ab uiridi, nigro, cinereo seiungere; tum etiam si lili a me distantis odorem sentio, non possum discernere liliine, an uiolae, an rosae sit. Quare utroque casu habeo tantum ideam obscuram.

⁴³¹ Vieussens et Malpighius, *De Lingua*.

ANEXO VII

Detrás do tímpano, o ar encontra-se encerrado de ambos os lados no interior de uma caixa sinuosa que tem uma abertura que se dirige para o labirinto, ou seja, para o meato tortuoso escavado na própria substância do osso, em cuja última parte se dilatam as fibras do nervo auditivo do labirinto, nervo esse que se estende até ao cérebro.

ANEXO VIII

Por último, o tacto é quase da mesma natureza. Ele tem de peculiar não possuir um lugar determinado na máquina humana como os outros sentidos, pois está em todo o corpo, motivo por que, ao coçarmos qualquer parte do corpo, sentimos o contacto do corpo. Na verdade, fibras nervosas muito finas encontram-se distendidas por toda a epiderme, isto é, pela membrana exterior da carne, elevando-se da pele à semelhança de pirâmides muito afiadas e estando ligadas a uma certa membrana reticulada que se encontra entre a cutícula e a membrana nervosa.⁴³¹

ANEXO IX

Deve afirmar-se o mesmo das outras sensações. Com efeito, não é possível distinguir quaisquer partes no odor, na dor e nas restantes disposições do espírito; por conseguinte, elas são simples.

ANEXO X

Quem alguma vez pôde definir a metade da volição, da nolição ou do juízo? Portanto, as ideias simples são certamente claras, mas não distintas.

ANEXO XI

Se eu não puder distinguir uma coisa de outra, as suas ideias são obscuras. Por exemplo, se eu vir ao longe um corpo de cor azul, não posso distingui-lo de um corpo verde, negro ou cinzento; e, se sentir o cheiro de um lírio distante de mim, não posso distinguir se é de um lírio, de uma violeta ou de uma rosa. Por isso, em ambos os casos possuo apenas uma ideia obscura.

⁴³¹ Vieussens e Malpighi, *De Lingua*.

ANNEXVM XII

Exempli gratia, saccharum interdum est prorsus colore simile sali. Si id uisu et odoratu non possum distinguere, reuoco ad gustatum, qui discernit quale sit.

ANNEXVM XIII

Hinc obscura idea est quae rem ita repraesentat ut ab aliis nequeat secerni. E. g., cum decem homines una uoce clamantes audis, percipis quidem omnium uocem, sed alteram ab altera non distinguis. En cognitio obscura. Quod si unus elatiore uoce conclamet ut possis eum ob talem sonum distinguere, clarior erit cognitio.

ANNEXVM XIV

Exempli gratia, Paullus dum grammaticam alios docet causam mihi praebet quamobrem eum uocem praeceptorem, id est referam ad pueros qui eum audiunt et dicam artem pure et emendate loquendi eis tradere; posseque eorum errores notare et emendare, quod ipsum est esse praeceptorem grammaticae seu grammaticam.

ANNEXVM XV

I. Hinc refutatur Plato, qui magno uerborum apparatu persuadere conabatur esse aeterna rerum exemplaria seu substantias uniuersales a Deo emanantes et ab eo distinctas, quae sola mente percipi poterant.

II. Refutantur semiplatonici seu eclecticici, qui putabant esse quasdam naturas uniuersales, ut “hominis”, “animalis”, “uiuientis”, tum et “bonum” et “pulchrum” natura esse uniuersale et aeternum; et id genus deliria.⁴³²

ANNEXVM XVI

In primo enim loco epicureum aperte agit quae erat philosophia Virgilii;⁴³³ in altero stoicorum dogma prae se fert uel ex fabularis philosophiae

⁴³² Confer. Aristoteles, *Ethica ad Nicomachum*, lib. I, cap. 4, et ibi Eustratius in *Commentariis*. Confer. Petauius, *Dogmata Theologica*, t. I, lib. IV, cap. 9 et 10, et Cl. Bruckerus, *Historia Philosophica de Ideis*, sec. 1, §§ 2, 5, 6, 9, Augusta, 1743.

⁴³³ Legatur Gassendus, *De Vita Epicuri*, lib. II, cap. 6; et Seruius, *Ad Eclogam VI*.

ANEXO XII

Por exemplo, a cor do açúcar é por vezes totalmente semelhante à do sal. Se eu não puder distingui-los pela vista e pelo cheiro, recorro ao gosto, pelo qual distingo a sua natureza.

ANEXO XIII

Uma ideia obscura é aquela que representa de tal modo uma coisa que não pode distinguir-se das outras.

Por exemplo, se ouvirmos dez pessoas gritando a uma só voz, percebemos certamente a voz de todas, mas não distinguimos uma das outras. Eis aqui uma ideia obscura. Mas se uma delas gritar mais alto de modo a podermos distingui-la por causa da inflexão da voz, haverá uma ideia mais clara.

ANEXO XIV

Por exemplo, Paulo enquanto ensina a outros a gramática proporciona-me um motivo para chamá-lo “preceptor”, isto é, para referi-lo às crianças que o ouvem e para afirmar que ele lhes ensina uma arte de falar com clareza e correctamente; e que pode censurar e corrigir os seus erros, pois ele é um professor de gramática ou um gramático.

ANEXO XV

I. Deve refutar-se Platão, que pretendia com grande aparato de palavras levar à persuasão de que existem exemplares eternos das coisas ou substâncias universais emanadas de Deus e distintas dele e que apenas podem ser percebidas pela mente.

II. Devem refutar-se os semiplatónicos ou ecléticos, que supunham existirem certas naturezas universais, como “homem”, “animal”, “vivente”, e que “bom” e “belo” são naturezas universais e eternas; e outros delírios deste género.⁴³²

ANEXO XVI

Com efeito, em primeiro lugar, no que diz respeito à filosofia de Virgílio,⁴³³ ele defende abertamente os epicuristas; em segundo lugar, ele manifesta as opiniões

⁴³² Cf. Aristóteles, *Ética a Nicómaco*, liv. I, cap. 4; e também Eustrácio, *Commentarii*. Cf. Petau, *Dogmata Theologica*, t. I, liv. IV, caps. 9-10, e Brucker, *Historia Philosophica de Ideis*, sec. 1, §§ 2, 5, 6, 9, Augsburg, 1743.

⁴³³ Ler Gassendi, *De Vita Epicuri*, liv. II, cap. 4, e Sérvio, *Ad Eclogam VI*.

decretis loquitur, quorum utrumque multo minus intelligi potest quam illud Epicuri.⁴³⁴

ANNEXVM XVII

Et qui ad eas animum non aduertunt, fieri non potest ut uel disputando uel scibendo in logomachiam non incident, propterea quod in terminis contradictoriis non uersantur.

ANNEXVM XVIII

Sunt aliae propositiones quae ad superiores reuocantur. Tamen quia suis nominibus distinguuntur et praecipui usus in grauioribus disciplinis sunt, debent percenseri.

ANNEXVM XIX

II. Hinc ideae simplices definiri non possunt, quia nulla ibi enumeratio rerum.⁴³⁵ Veruntamen hae definitiones, si proprietates rei non enumerant omnes, non sunt definitiones reales, sed nominales.

ANNEXVM XX

Propositio quae explicat qualem ideam nomini quo utor adfigo uocatur “definitio” nominis.

ANNEXVM XXI

I. Quamquam uero syllogismus tribus propositionibus constet, tamen non omnes propositiones exprimi solent, sed aliqua, propterea quia nimis perspicua iudicatur, compendii aut elegantiae causa reticetur. Haec argumentatio uocatur “enthymema”. Exempli gratia:

1. *Spiritus est immortalis ;
ergo, Deus est immortalis.*
2. *Homo non est bellua ;
ergo, Petrus non est bellua.*

⁴³⁴ Qui dixerim platonici et stoici ac epicurei ex *Apparatu* nostro intelligitur. Confer. Lactantius, *Institutiones*, lib. VII, cap. 7; Plutarchus, *De Placitis*, lib. IV, cap. 7; Lucretius, lib. III, vv. 507 et 844. Virgilium autem omnium placita interdum admiscuisse fatetur Donatus in *Vita Virgilio*.

⁴³⁵ Confer. quae diximus de ideis.

dos estóicos ou exprime-se segundo os princípios da filosofia mitológica, sendo umas e outros muito menos inteligíveis que a doutrina de Epicuro.⁴³⁴

ANEXO XVII

E se alguém não lbes prestar atenção, não pode suceder que ao discorrer ou ao escrever não caia em logomaquias, pois não examina os termos contraditórios.

ANEXO XVIII

Existem outras proposições que se reduzem às anteriores. No entanto, elas devem ser percebidas, dado que se distinguem pelos seus nomes e têm um uso peculiar nas disciplinas mais severas.

ANEXO XIX

II. As ideias simples não podem definir-se, visto que não correspondem a enumerações de coisas.⁴³⁵ Contudo, essas definições, se não enumerarem todas as propriedades das coisas, não são definições reais, mas nominais.

ANEXO XX

A proposição que explica a ideia que associa a uma palavra de que me sirvo chama-se “definição nominal”.

ANEXO XXI

I. Embora o silogismo seja constituído por três proposições, contudo, nem todas costumam exprimir-se, omitindo-se algumas delas por causa da abreviação ou da clareza, dado que se ajuíza sobre coisas muito evidentes. Esta argumentação chama-se “entimema”. Por exemplo:

1. *O espírito é imortal;*
portanto, Deus é imortal.
2. *O homem não é besta;*
portanto, Pedro não é besta.

⁴³⁴ Compreende-se pelo meu *Apparatus* o que afirmaram os platónicos, os estóicos e os epicuristas. Cf.: Lactância, *Institutiones*, liv. VII, cap. 7; Plutarco, *De Placitis*, liv. IV, cap. 7; Lucrécio, liv. III, vv. 507 e 844). Declara, porém, Donato (*Vita Virgílii*) que Virgílio confundiu por vezes os princípios de todas as coisas.

⁴³⁵ Conferir o que afirmei sobre as ideias.

Hae consecutiones perspicue sunt uerae. Sed cum ex hucusque disputatis euidens sit ex uno iudicio nullam conclusionem deduci, fit consequens duabus eos praemissis constare. Itaque in primo subauditur haec minor: “Deus est spiritus”. In secundo, haec: “Petrus est homo”.

II. Interdum uel uni uel utrique praemissae sua probatio adiungitur, quae argumentatio appellatur “epicherema”.

Exempli gratia, qui occidit iniuste alium perpetuo sibi timere debet. Probatio : nam fieri non potest quin delictum patescat et occisor aliquem offendat qui uel odio eum occidat uel iure postulet de crimine.

Sed Caimus iniuria occidit Abelem fratrem. Probatio: nam id Sacrae Litterae luculenter demonstrant.

Merito igitur sibi timebat ne primus quem offenderet ab eo poenas sumeret sceleris grauissimi.

Nihil frequentius in sermone uel familiari uel erudito quam epicheremata occurrunt. Immo syllogismi compositi omnes, qui uel metaphoris uel transpositionibus leporem et uenustatem orationi conciliant, sunt epicheremata alio et alio modo formata.

III. Aliquando uni syllogismo perfecto alter ita subnectitur ut prioris syllogismi conclusio sit maior posterioris, et duo syllogismi ex quinque propositionibus componantur. Haec argumentatio uocatur “prosyllogismus”, et quarta illa propositio “lemma”, seu “minor subsumpta”. Exempli gratia:

*Omnis homo est uiuens;
omne risibile est homo;
ergo, omne risibile est uiuens.
Sed nullus lapis est uiuens;
ergo, nullus lapis est homo.*

Syllogismus itaque est praestantissima argumentationis forma. Ceterae, de quibus uulgares logici copiose disputant, ad syllogismum nullo negotio reuocari possunt.

IV. Inductio est argumentatio in qua quod de singulis indiuiduis adfirmatur de tota specie adfirmatur. Non quod partes omnes debeant singulatim numerari, sufficit si id uerbo aliquo commode aperiamus. Exempli gratia:

1. *Petrus, Ioannes, Franciscus et ceteri homines sunt animalia;
igitur, omnis homo est animal.*
2. *Nec Petrus, nec Paullus, nec alius homo est qui aliquando non
peccet ;
igitur, nullus homo est qui non peccet.*

Estas conclusões são muito claramente verdadeiras. Mas como em virtude daquilo que foi discutido até agora é manifesto que com base num único juízo nenhuma conclusão se deduz, resulta que os silogismos são constituídos por duas premissas. Por consequência, no primeiro subentende-se esta menor: “Deus é espírito”; e no segundo, “Pedro é homem”.

II. Acrescenta-se por vezes uma prova ou a uma ou a ambas as premissas. Esta argumentação chama-se “epiquerema”.

Por exemplo, quem matar injustamente outro deve recear por si continuamente. Prova: com efeito, não pode suceder que não seja descoberto um delito e que um assassino ofenda alguém que não o mate por ódio ou o acuse justamente de crime.

Mas Caim matou injustamente o seu irmão Abel. Prova: com efeito, isso é demonstrado muito bem pelas Sagradas Escrituras.

Portanto, ele receava com razão que o primeiro a quem ofendesse o punisse por um crime gravíssimo.

Nada ocorre com mais frequência, quer na linguagem familiar quer na erudita, do que os epiqueremas. E até todos os silogismos compostos, que por meio de metáforas ou de transposições acrescentam ao discurso graça e elegância, são epiqueremas formados de muitas maneiras.

III. Por vezes, acrescenta-se de tal modo a um silogismo perfeito outro que a conclusão do primeiro se torna a maior do segundo, e os dois silogismos são compostos de cinco proposições. Esta argumentação chama-se “prossilogismo”, e a quarta proposição denomina-se “lema” ou “menor assumida”. Por exemplo:

*Todo o homem é vivente;
 todo o risível é homem;
 portanto, todo o risível é vivente.
 Mas nenhuma pedra é vivente;
 portanto, nenhuma pedra é homem.*

Por conseguinte, o silogismo é uma forma excelente de argumentação. As outras formas sobre que discorrem copiosamente os lógicos vulgares podem reduzir-se facilmente ao silogismo.

IV. A indução é uma argumentação na qual o que se afirma de cada um dos indivíduos afirma-se de toda a espécie. Não quer dizer que todas as partes devam ser enumeradas individualmente, sendo suficiente que expliquemos isso de modo adequado por alguma frase. Por exemplo:

- 1. Pedro, João, Francisco e os restantes homens são animais;
 portanto, todo o homem é animal.*
- 2. Nem Pedro, nem Paulo, nem outro homem existe que por vezes
 não peque;
 portanto, nenhum homem existe que não peque.*

In primo tacetur haec adfirmatio, quae debet esse maior: “si singuli homines sunt animalia, etiam species humana seu omnis homo est animal”. In secundo, haec: “si singuli homines peccant, et speciei humanae conuenit peccare”. Nam si addas has propositiones, constabit syllogismus. Vbi illud notandum est duas propositiones secundi syllogismi esse adfirmatiuas, quamuis negatiuae uideantur.

V. Exemplum est argumentatio in qua ex uno singulari magis cognito aliud singulare illi simile colligitur. Exempli gratia:

*Dauid poenitentiam agens saluus est;
igitur, et Petrus, si poenitentiam egerit, saluus erit.*

Haec argumentatio ad syllogismum, uel prosyllogismum, uel epicherema reducitur, si maiorem addas et propositiones alio modo conformes. Ad syllogismum, hoc modo:

*De rebus similibus, similia praedicata possunt adfirmari;
sed Dauid et Petrus poenitentiam agentes sunt similes;
igitur, si Dauid conuenit esse saluum, et Petro conueniet esse
saluum.*

Ad prosyllogismum, hoc modo reduci potest:

*Rebus similibus eadem praedicata conueniunt;
sed Dauid et Petrus poenitentiam agentes sunt similes;
igitur, eadem de illis possunt adfirmari;
sed Dauid poenitens salutem consecutus est ;
igitur, Petrus poenitens salutem consequetur.*

Ad horum rationem facile componi potest epicherema.

VI. Sorites est argumentatio quae constat plurimis propositionibus eo ordine positis ut praedicatum prioris sit subiectum posterioris, donec praedicatum ultimae et subiectum primae coniungantur. Exempli gratia:

*Ioannes est homo;
homo est animal;
animal est uiuens;
uiuens est substantia ;
ergo, Ioannes est substantia.*

No primeiro caso, omite-se esta afirmação, que deve ser a maior: “Se cada um dos homens é animal, também a espécie humana ou todo o homem é animal”. E no segundo: “Se cada um dos homens peca, também é próprio da espécie humana pecar”. Com efeito, acrescentando estas proposições, ficam estabelecidos os silogismos. Deve observar-se que as duas proposições do segundo silogismo são afirmativas, embora pareçam negativas.

V. O exemplo é a argumentação na qual com base numa proposição singular mais conhecida se infere outra singular semelhante a ela. Por exemplo:

*David, se fizer penitência, obterá a salvação;
portanto, também Pedro, se fizer penitência, obterá a salvação.*

Esta argumentação reduz-se a um silogismo, ou a um prossilogismo, ou a um epiquerema, acrescentando uma maior e proposições semelhantes, de diversos modos. Reduz-se a um silogismo desta forma:

*A respeito de coisas semelhantes, podem afirmar-se predicados semelhantes;
mas David e Pedro são semelhantes por fazerem penitência;
portanto, se a David convém obter a salvação, também a Pedro convém obter a salvação.*

E pode reduzir-se a um prossilogismo deste modo:

*A coisas semelhantes convêm os mesmos predicados;
mas David e Pedro são semelhantes por fazerem penitência;
portanto, podem afirmar-se deles os mesmos predicados.
Mas David, penitente, obteve a salvação;
portanto, Pedro, penitente, obterá a salvação.*

À maneira destes, pode formar-se facilmente um epiquerema.

VI. O sorites é uma argumentação constituída por várias proposições dispostas de tal modo que o predicado da primeira é o sujeito da segunda até se unirem o predicado da última e o sujeito da primeira. Por exemplo:

*João é homem;
o homem é animal;
o animal é vivente;
o vivente é substância;
portanto, João é substância.*

In sorite tot sunt syllogismi quot sunt propositiones inter primam et ultimam. Facile autem syllogismi ostenduntur si secundam ponas loco maioris et primam loco minoris, hoc modo:

1. *Homo est animal;*
Ioannes est homo;
Ioannes est animal.
2. *Animal est uiuens;*
Ioannes est animal;
Ioannes est uiuens.
3. *Viuens est substantia ;*
Ioannes est uiuens ;
Ioannes est substantia.

VII. Dilemma est argumentatio in qua, facta membrorum numeratione, id ipsum quod de utroque membro probauimus toti adtribuimus, hoc modo:

Si uxor est ducenda, aut est ducenda pulchra aut deformis;
non pulchra, quia zelotypiam mouet;
non etiam deformis, quia fastidium;
igitur, nulla ducenda est.

Hic etiam uis apparet syllogismi si unam propositionem adiungas et orationem conformes hoc modo:

Feminae quae producunt angorem animi ducendae non sunt;
sed nulla femina est, uel ea pulchra sit uel deformis, quae non
producat angorem animi;
igitur, nulla ducenda est.

Potest etiam duplex syllogismus ex eodem formari, quorum quilibet suam partem explicet.

Hinc fit manifestum: 1. partes omnes enumerari debere; 2. tale incomodum ex utroque membro nasci oportere quod prudentem hominem moueat. Haec duo quoniam in adducto dilemmate deficiunt, uitiosum est.⁴³⁶

ANNEXVM XXII

Ac primum, separet propositiones, tum eas quae primo ponuntur, tum quae sunt incidentes, et animaduertat adfirmatiuae sint an negatiuae.

⁴³⁶ Conferantur quae disseremus in Appendice de arte syllogistica, cap. 4.

No sorites, existem tantos silogismos quantas forem as proposições entre a primeira e a última. Evidenciam-se facilmente os silogismos pondo a segunda proposição no lugar da maior e a primeira no lugar da menor, desta forma:

1. *O homem é animal;*
João é homem;
João é animal.
2. *O animal é vivente;*
João é animal;
João é vivente.
3. *O vivente é substância;*
João é vivente;
João é substância.

VII. O dilema é uma argumentação na qual, realizada a enumeração dos membros, atribuímos ao todo o que demonstrámos de ambos os membros, como desta forma:

Se uma mulher deve ser esposada, ou deve ser bela ou feia;
mas não deve ser bela, pois provoca ciúmes;
e também não deve ser feia, pois causa repugnância;
portanto, nenhuma mulher deve ser esposada.

Também aqui se manifesta o sentido do silogismo, acrescentando uma proposição e dispondo o discurso deste modo:

As mulheres que causam enfado não devem ser esposadas;
mas não existe nenhuma mulher, quer seja bela ou feia, que
não cause enfado;
portanto, nenhuma mulher deve ser esposada.

Podem além disso formar-se dois silogismos a partir do mesmo, dos quais cada um explique a sua parte.

Portanto, é evidente: 1. todas as partes devem ser enumeradas; 2. é necessário que de ambos os membros resulte tal detrimento que fique impressionado um homem prudente. Se faltarem estas duas condições num dilema, ele é vicioso.⁴³⁶

ANEXO XXII

Primeiramente, devem distinguir-se as proposições, quer as que estão dispostas em primeiro lugar, quer as incidentes, e verificar se são afirmativas ou negativas. Em

⁴³⁶ Conferir o que irei expor no Apêndice sobre a arte silogística (cap. 4).

Deinde in singulis propositionibus uocabula interpretetur accurate; sic facile percipiet quot sunt termini praecipuae propositionis et an ipsae propositiones cohaereant an non. Haec ut facilius penitusque intelligantur, duplex subiiciemus exemplum, alterum legitimi syllogismi, alterum fallacis.

ANNEXVM XXIII

Eodem nomine peccant reliqua sophismata et ad eandem legem nullo negotio exigi possunt, ut consideranti erit apertum.

Quo uero tirones planius deprehendant quam sit necessarium terminos accurate definire, ut de syllogismis complexis recte diiudicemus et percipiamus clare habeant tres terminos tantum an secus, tertium subiiciemus exemplum.

Frequenter scholastici dum a recentioribus philosophis argumentis fatigantur, hoc se syllogismo defendunt.

ANNEXVM XXIV

Reliquae argumentationes quae primo adspectu syllogismi non uidentur, etiamsi ad eum reuocari possunt, tamen ex legibus quas sanciuimus facile possunt componi. Si quis uero scire cupiat quales sint dialecticorum uulgatae regulae, fine nostrae Logicae breuiter ac perspicue demonstratas inueniat. Quod nos eo consilio fecimus ut iis quibus religio est a trita uia recedere morem gereremus.

ANNEXVM XXV

Lex IV. Cum mathematica aut physica euidencia alteri mathematicae aut physicae aduersatur, alterutra est falsa. Si mathematica repugnat Deo dicenti, uel non est euidencia, uel id Deus liquido non dixit.

Ratio primae partis est manifesta. Nam mathematica euidencia est ueritas rei; ergo non repugnat alteri mathematicae, quia uerum non repugnat uero. Item physica, id est ea quae experientia comparatur, si recte instituat non opponitur alteri experientiae. Quare utroque casu iudicandum est alterutrum esse falsum et quin aliquid constituamus rem diu multumque examinare necesse est.

Secunda constat. Nam quod Deus dixit est uerum; ergo non potest haberi euidencia mathematica ex aduersa parte. Vnum superest ut consulas quid Catholica sentiat Ecclesia, quae, si liquido proponit Deum id dixisse, scito te non habere euidenciam mathematicam. Quod si liquido id non constat,

seguida, devem explicar-se com diligência os vocábulos em cada uma das proposições. Deste modo, perceber-se-á facilmente quantos são os termos da proposição principal e se as proposições concordam ou não entre si. Para se entender este assunto com maior facilidade e perfeitamente, apresento dois exemplos, o primeiro de um silogismo legítimo e o segundo de uma falácia.

ANEXO XXIII

Pela mesma razão, incorrem em censura os outros sofismas, podendo examinar-se facilmente segundo a mesma regra, como é manifesto para quem reflectir.

Para que os principiantes compreendam com maior clareza como é necessário definir cuidadosamente os termos para ajuizarmos com segurança sobre os silogismos complexos e percebermos nitidamente se eles possuem ou não apenas três termos, apresento um terceiro exemplo.

Os escolásticos quando importunados pelos argumentos dos filósofos modernos defendem-se com frequência com este silogismo.

ANEXO XXIV

As outras argumentações que à primeira vista não parecem silogismos, ainda que possam reduzir-se a eles, podem facilmente formar-se segundo as regras que estabeleci. Se alguém desejar conhecer quais sejam as regras comuns dos dialécticos encontrá-las-á expostas com brevidade e muita clareza no final da minha Lógica. Por isso, eu procedi com o propósito de satisfazer aqueles cuja religião é afastar-se do caminho habitual.

ANEXO XXV

Regra IV. *Quando a evidência matemática ou a física se opõem a outra evidência matemática ou física, uma delas é falsa. Se a evidência matemática for incompatível com o que Deus afirmou, ou não é evidência ou Deus não afirmou com certeza isso.*

A primeira parte é manifesta. Com efeito, a evidência matemática é a verdade da coisa; portanto, ela não se opõe a outra evidência matemática, pois o verdadeiro não é incompatível com o verdadeiro. De igual modo, a evidência física, ou seja, aquela que é adquirida pela experiência, se for convenientemente estabelecida, não se opõe a outra experiência. Deve por isso concluir-se que nos dois casos um deles é falso e que para estabelecermos algo é necessário examinar o assunto durante muito tempo e muitas vezes.

A segunda parte é também manifesta. Com efeito, o que Deus afirmou é verdadeiro, pelo que não pode haver evidência matemática que lhe seja oposta. Subsiste apenas uma coisa: que examinemos o que pensa a Igreja Católica, pois se ela expõe com clareza que Deus afirmou isso, ficamos a saber que não possuímos evidência

ex sapientissimorum hominum sententia qui rem libero iudicio examinarunt constituendum est.

ANNEXVM XXVI

Hae autem ratiocinationes si dedita opera ut nos fallant formantur, uocantur “sophismata” seu “fallaciae”; si per errorem fiunt, “paralogismi”. Verum haec differentia non est perpetua et communiter haec nomina miscentur.

ANNEXVM XXVII

3. Cum ad plures interrogationes uno uocabulo respondemus.

Exempli gratia, si interroganti an uirtus et uitium amari uel odio haberi debeat, respondeam amari aut etiam odio haberi, decipietur qui audit. Sua igitur responsio unicuique parti est apte facienda.

4. Cum argumentamur a “sensu diuiso” ad “compositum”, uel contra.

Exempli gratia, si ex uerbis Sacrae Scripturae, “caeci uidebant, mulierosi damnabuntur”, infero hoc modo, “igitur uidebant dum erant caeci, igitur mulierosi nullo umquam tempore possunt esse salui”, utraque falsa, potius e contrario infertur.

5. Cum ex suspitione contradictionis, eam exstare adfirmo pro certo.

Exempli gratia, si ex his propositionibus “homo est immortalis”, “homo est mortalis”, infero esse contradictionem, falso concludo, nam altera de animo, altera de corpore intelligitur.

ANNEXVM XXVIII

Haec propositio, quocumque modo sumatur, erit simul uera et falsa. Idem dicemus de ceteris quas logici uocant “se falsificantes”.

ANNEXVM XXIX

Nam praeterquam quod ab spiritu Dei ne erret, regatur, accurate examinauit an libri sint integri et sinceri an non, an hoc sensu sint accipiendi an aliter. Et illud inuestigandum quid aequales dixerint scriptores, quid illi qui paullo post fuere.

matemática. E se isso não for reconhecido nitidamente, deve ser estabelecido segundo a opinião de pessoas sapientíssimas que examinaram o assunto com juízo isento.

ANEXO XXVI

Estes raciocínios, se forem formados propositadamente para nos enganarem, chamam-se “sofismas” ou “falácias”; e, se resultarem de um erro, denominam-se “paralogismos”. Mas esta distinção não é imutável e confundem-se geralmente estes nomes.

ANEXO XXVII

3. Quando respondemos a várias perguntas com um único vocábulo.

Por exemplo, se me perguntarem se a virtude e o vício devem ser amados ou odiados e eu responder “devem ser amados e também odiados”, ficará surpreendido quem me ouvir. Portanto, deve ser dada convenientemente a cada uma das partes a devida resposta.

4. Quando argumentamos do “sensus diuisus” para o “sensus compositus” ou inversamente.

Por exemplo, se com base nas palavras da Sagrada Escritura “os cegos viam, os mulherengos serão condenados” eu inferir “portanto, os cegos viam enquanto cegos e os mulherengos jamais poderão obter a salvação”, ambas as proposições são falsas, pois infere-se antes o contrário.

5. Quando com base na suposição de que existe contradição, afirmo como indiscutível que ela existe.

Por exemplo, se destas proposições “o homem é imortal” e “o homem é mortal” eu inferir que existe contradição, concludo falsamente, pois a primeira entende-se a respeito do espírito e a segunda, do corpo.

ANEXO XXVIII

Esta proposição, qualquer que seja o modo como é considerada, é simultaneamente verdadeira e falsa. Podemos afirmar a mesma coisa a respeito das outras que os lógicos denominam “auto-falsificantes”.

ANEXO XXIX

Na verdade, além de ser guiado pelo espírito divino para não errar, examinou com diligência se os livros estão ou não danificados e incorruptos, ou se devem ser aceites neste sentido ou de modo diferente. E deve investigar-se o que afirmaram os autores contemporâneos, bem como os que viveram um pouco posteriormente.

ANNEXVM XXX

Ideoque nec inter se possunt conferri. Nam proprietates quae insunt duabus rebus differentibus non ideo aliae aliis cohaerent, ut est perspicuum.

ANNEXVM XXXI

Nam medius debet in utraque praemissa conferri cum extremis ut intelligamus an extrema inter se componi debeant an seiungi.

ANNEXVM XXXII

Nam cum (legem 1) syllogismus habeat tres terminos, si aliquid amplius esset in conclusione, certe aliquis terminus duplici intellectu acciperetur (contra legem 1), ut in hoc.

ANNEXVM XXXIII

In prima sumitur illud "moritur" hoc sensu "mori ut uiuamus". In conclusione uero hoc sensu "mori simpliciter"; ideo sunt quatuor termini (contra legem 1).

ANNEXVM XXXIV

Cum autem maius extremum sit subiectum maioris, erit etiam uniuersale, et item propositio (axioma 2). Aliter plus esset in conclusione quam in praemissis, et essent quatuor termini.

ANNEXVM XXXV

Hinc quarta figura, et quia rarius occurrit et quia minus quam ceterae clara et expedita est, nullius paene usus est.

ANNEXVM XXXVI

Hypotheticus seu condicionalis est qui conclusionem infert ex suppositione. Propositio condicionalis constat duabus propositionibus, quarum prima uocatur "antecedens", altera "consequens".

ANNEXVM XXXVII

Qui habent minorem condicionalem uel tres propositiones condicionales subiiciuntur iisdem legibus quibus simplices syllogismi in tribus figuris. Qui

ANEXO XXX

Por este motivo, não podem comparar-se entre si. Na verdade, as propriedades que existem em duas coisas diferentes não concordam umas com as outras, como é evidente.

ANEXO XXXI

Efectivamente, o médio deve comparar-se com os extremos em ambas as premissas para compreendermos se os extremos devem unir-se ou separar-se entre si.

ANEXO XXXII

Na verdade, dado que o silogismo tem três termos (segundo a regra 1), se algo mais extenso existisse na conclusão certamente algum termo seria tomado em dois sentidos (contra a regra 1), como neste silogismo.

ANEXO XXXIII

Na primeira proposição, “morre” está tomado no sentido de “morrer para vivermos”; e na conclusão, no sentido de “morrer simplesmente”. Existem por isso quatro termos (contra a regra 1).

ANEXO XXXIV

Como, porém, o extremo maior é o sujeito da maior, é também universal, do mesmo modo que a proposição (axioma 2). De outra forma, haveria mais na conclusão que nas premissas, existindo por isso quatro termos.

ANEXO XXXV

A quarta figura, porque raramente ocorre e porque é menos inteligível e mais difícil que as outras, quase não tem nenhum uso.

ANEXO XXXVI

O hipotético ou condicional é o que infere uma conclusão de uma suposição. A proposição condicional é constituída por duas proposições, das quais a primeira se chama “antecedente” e a segunda “consequente”.

ANEXO XXXVII

Os silogismos que têm a menor condicional ou três proposições condicionais obedecem às mesmas regras que os silogismos simples nas três figuras. Os que têm

habent maiorem condicionalem tantum seruant has leges duas: 1. adfirmato antecedente, adfirmatur consequens, non contra; 2. negato consequente, negatur antecedens, non contra.

ANNEXVM XXXVIII

Disiunctius est cuius maior propositio habet particulam disiunctiuam inter duas propositiones. Si membra sunt stricte opposita, tunc ex unius ueritate bene infertur falsitas alterius, uel e contrario.

ANNEXVM XXXIX

Nam esse mulierem pulchram non est tale incommodum quod necessario inferat molestiam. Potest enim ipsa esse pudica et talis quae uxoris officia cum dignitate tueatur. Deinde potest nec excellenter pulchra nec deformis esse, sed talis quae nec fastidio nec sollicitudini sit. Postremo, potest esse deformis, sed talibus uirtutibus esse ornata ut longe superet exquisitas illas et celeberrimas formas mulierum. Quare merito inflecti potest in opponentem hoc modo.

apenas a maior condicional observam estas duas regras: 1. Afirmado o antecedente, afirma-se o conseqüente e não ao contrário; 2. Negado o conseqüente, nega-se o antecedente e não ao contrário.

ANEXO XXXVIII

O disjuntivo é aquele cuja proposição maior tem um pequeno membro disjuntivo entre duas proposições. Se os membros forem estritamente opostos, então da verdade de um infere-se convenientemente a falsidade do outro, ou ao contrário.

ANEXO XXXIX

Na verdade, ser mulher bela não é tão incómodo que suscite necessariamente embaraço. Com efeito, ela pode ser virtuosa e observar com dignidade os seus deveres de mulher. Além disso, ela pode não ser notavelmente bela nem feia, mas de tal natureza que não cause repugnância nem inquietação. Por último, ela pode ser feia, mas ornada com tais virtudes que supere grandemente as formas elegantes e celebérrimas das mulheres. Por isso, pode desta forma ser vergado com razão um oponente.

(Página deixada propositadamente em branco)

ÍNDICE IDEOGRÁFICO

A

Acidente, 175, 177, 179

Alma

– natureza, 115, 117

– sede, 115, 117, 119

– união com o corpo, 115

Axioma, 297, 509

C

Característica, 175, 179

Categorias, 175

Ciência

– definição, 445

– hábito científico, 445

Consciência, 125, 371, 419

Corolário, 299

Corpo

– definição, 113

Critério da verdade, 73, 79, 359, 365, 367,
369, 375, 389

D

Definição

– nominal, 293

– real, 289

– regras, 291, 293

Demonstração, 427, 429

Descrição, 289

Diferença, 187

Dilema, 319, 667, 687

Discurso, 125, 303

Disputas

– finalidade, 525

– regras dos disputantes, 525-527

– regras do oponente, 527-529

– regras do presidente, 539

– regras do respondente, 531

Divisão

– definição, 295

– física e lógica, 295

– regras, 295, 297

E

Entimema, 313, 317, 681

Epiquerema, 311, 317, 325, 683

Erro

– causas, 401-417

Erros dos livros

– causas, 461-465

– dos livros adulterados, 465-469

– dos livros supositícios, 465-469

Escólio, 299

Espécie, 185, 187

Espírito

– definição, 113

– operações, 121, 125

Estilo

– asiático, 565, 567

– ático, 565, 567, 569, 571

– lacônico, 565

– mediano, 567, 571, 573, 575, 577

– ródio, 565, 567, 569, 571

– singelo, 567, 569, 571, 573, 575, 577

– sublime, 567, 573, 575, 577

- Evidência
 – física, metafísica, matemática, moral, 371-375
 Exemplo, 685
- F**
 Falácias
 – argumentar “*a dictu secundum quid ad simpliciter*”, 473
 – argumentar da falsidade de uma coisa para a verdade de outra, 439
 – argumentar de um gênero para outro, 441
 – argumentar do relativo para o absoluto, 437
 – argumentar “*a sensu diuiso ad compositum*”, 437
 – de círculo vicioso, 431
 – de acidente, 437
 – de petição de princípio, 429, 431
 Fantasma
 – expresso, 131
 – impresso, 131
 Fé
 – definição, 445, 447
 – e ciência, 445, 447
- G**
 Gênero, 185, 187
- H**
 Harmonia preestabelecida, 141
 Hipótese, 495, 497
- I**
 Ideias
 – adequadas e inadequadas, 173
 – aquisição, 127-137, 145-149
 – abstractas, 187, 233, 249
 – claras e obscuras, 165, 167, 229
 – completas e incompletas, 171
 – de “indivíduo”, 187
 – de “modo”, 179, 181, 239
 – de “relação”, 181, 183, 245
 – de “substância”, 175, 177, 179, 235
 – definição, 121
 – distintas e confusas, 169, 171, 229
 – e percepção, 121, 123
 – factícias e adventícias, 161
 – inatas, 127, 129, 131, 135, 137-145
 – natureza, 121, 123, 125
 – origem, 123, 161
 – particulares, 185
 – simples e compostas, 163, 165
 – singulares, 185
 – universais (ver também “Universal”), 185, 187, 189
 Indivíduo, 185, 187, 189
 Indução, 67, 315, 683
 Interpretação dos livros
 – dos históricos, 491
 – dos sagrados, 487-489, 491
 – em geral, 477-493
Inuentio e iudicium, 87
- J**
 Juízo
 – definição, 259
 – discursivo, 423
 – expressão verbal, 261
 – intuitivo, 423
 – natureza, 121, 259, 261
- L**
 Leitura dos livros
 – dos doutriniais, 517-521
 – dos históricos, 515
 Lema, 301, 313, 683
 Linguagem
 – figurada, 227, 593, 597
 – natureza e utilidade, 197
 – origem, 197, 199
 – uso, 211
 Livros doutriniais
 – e verdade, 517-521
 Livros históricos
 – e verdade, 515
 Lógica
 – correção, 91-97, 97-109
 – e retórica, 87

- e verdade, 151-157
- finalidade, 63
- história, 57-109
- natureza, 113-157
- necessidade, 113-157
- origem, 63, 81-85
- utilidade, 617-627
- vicissitudes, 85, 87, 89, 91-95, 97-109

Lógica aristotélico-escolástica

- críticas do autor, 29-31, 71-73, 85-87, 143, 193, 255, 341, 349, 657

Lógica moderna

- exaltação do autor, 31-33, 39-41

M

Método

- analítico e sintético, 505, 513, 519, 547
- em geral, 125, 505

Método socrático, 65-67

Modo, 175, 179, 181

N

Narrativas

- modo de narrar, 459
- regras, 457

O

Opinião, 445

P

Pedantismo

- filosófico, 603-615
- origem do termo, 579
- retórico, 579-603

Percepção

- definição, 121, 123
- e ideia, 123
- e juízo, 121

Plágio, 523

Postulado, 299, 509

Predicamentos, 175

Probabilidade

- em geral, 57, 449-453
- hermenêutica, 477-493
- histórica, 453-459

- moral e física, 493-499

Problema, 299, 509

Proposição

- adversativa, 271
- causal, 271
- comparativa, 273
- composta, 269
- condicional, 271
- contingente, 269
- conversão, 285
- copulativa, 269
- definição, 261
- desitiva, 273
- disjuntiva, 271
- equipolência, 285
- exclusiva, 273
- exponível, 271
- forma, 277
- impossível, 269
- inceptiva, 273
- incidente, 275
- matéria, 267
- modal, 269
- necessária, 269
- oposição, 283
- provável, 449, 499
- quantidade, 279

Prossilogismo, 313, 317, 683

R

Raciocínio

- afirmativo e negativo, 305, 307
- constituição, 307, 309
- e silogismo, 311-321
- natureza, 303

Reflexão, 125, 137

Relação, 175, 181

Reminiscência, 125

S

Sensação, 79, 137

Sentido íntimo, 419

Sentidos

- e erro, 79, 149, 377-389
- função, 79, 145-149

Significação

- da cópula verbal, 209
- dos substantivos, 209
- primária e secundária, 205

Silogismo

- causal, 321, 663
- condicional, 321, 333, 659, 693
- constituição, 311
- copulativo, 321, 665
- disjuntivo, 321, 335, 663, 695
- figuras, 631-633, 643-657, 693
- modos, 311, 633
- provável, 451
- regras, 311, 633-657
- relativo, 321, 661
- simples e composto, 321, 659
- singular, 659
- termo médio, 341-347

Simulacro, 129, 143

Sinais

- arbitrários, 201, 203
- naturais, 201

Sorites, 317, 667, 685

Substância, 175, 177

T

Teorema, 299, 509

Teoria da visão em Deus

- crítica do autor, 143

Testemunha, 455-457

Testemunho divino, 471-475

U

Universal, 185, 187, 189, 191, 193

V

Vácuo, 175

Verdade certa

- aquisição, 355-361, 417-425
- critério (ver "Critério da verdade")
- e demonstração, 427-429
- e experiência, 417-425
- graus, 361-365
- impedimentos, 389-401, 401-415
- investigação, 57, 63, 503-541

- modo de conhecimento, 365-375

- real ou metafísica, 355

- sentidos, 355

- transmissão, 57, 543-565

Verdade provável

- em geral, 449-453, 503

- probabilidade hermenêutica, 477-493

- probabilidade histórica, 453-459

- probabilidade moral e física, 493-499

Vocábulos

- relativos às ideias abstractas, 249

- relativos às ideias obscuras,
claras e confusas, 229

- relativos aos modos, 239

- relativos às relações, 245

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

Acúrsio, Ángel María, 609
Aftónio de Antioquia, 377, 585
Adelardo de Bata, 85
Agostinho (Santo), 83, 207, 227, 469, 475, 489, 517
Agustín, António, 571, 609
Agricola, Rudolf, 8, 87
Alberto Magno (Santo), 183
Aldrete, Bernardo, 581
Aldrovandi, Ulisses, 357
Alexander, Noël, 253, 535
Alexandre de Afrodísia, 117
Alexandre Napolitano, 369
Alexino de Mégara, 433
Álvares, Manuel, 571
Amaseo, Rómulo, 585
Ambrósio (Santo), 207, 585, 589
Amerpoel, Iohanes, 489
Amman, Johann-Conrad, 201
Anacreonte de Teos, 241, 583
Anaxarco, 357
Andrade, Jacinto Freire de, 619
António, Marco, 459
Apício, Gábio, 589
Apolónio de Perga, 495
Apuleio, Lúcio, 589, 593
Aquilino, Giovanni Marco, 117
Arcesilau, 357
Aristides, Élio, 243, 585
Aristipo de Cirene, 69
Aristocles, 369

Aristófanes, 241, 565
Aristóteles, 5, 6, 7, 8, 9, 14, 16, 17, 31, 65, 69, 71, 73, 75, 81, 83, 85, 87, 89, 117, 125, 129, 151, 157, 175, 191, 193, 213, 227, 235, 251, 263, 297, 321, 333, 337, 349, 365, 367, 369, 391, 393, 405, 431, 435, 437, 439, 463, 465, 475, 483, 495, 497, 503, 521, 529, 537, 539, 545, 581, 583, 585, 593, 603, 615, 657, 679
Arnauld, Antoine, 10, 123
Arnóbio Africano, 517, 589
Arquimedes, 503
Arriano, 577
Asclepiades, 367
Ascónio Pedião, Quinto, 589
Asínio Polião, 587
Ateneu, 405, 573
Aulo Gélio, 71, 463, 587, 589
Ausónio, Décimo Magno, 585
Avenpace, 615
Averróis, 117, 393, 615, 657
Avicena, 615
Avieno, Rufo Festo, 467

B

Bacon, Francis, 5, 8, 89, 91
Bailli, Bernard, 117
Baillie, Robert, 117
Balbo, Lúcio Cornélio, 517, 573
Baldo Degli Ubaldi, 609
Barbeyrac, Jean, 487
Barclay, John, 253, 593, 595

- Barlaeus, Gaspar van, 221
 Baron, Etienne-Michel, 587
 Bártolo de Sassoferrato, 609
 Basílio Magno, 585
 Baudius, Dominique, 597
 Baumeister, Friedrich-Christian, 511, 523
 Bayle, Pierre, 69, 89, 93, 359
 Bembo, Pietro, 569, 571
 Benci, François, 567, 585
 Bernardi, Bernardo, 623
 Bilfinger, Georg-Bernhard, 141
 Blancan, Iosephus, 423
 Boccalini, Traiano, 495
 Bochart, Samuel, 599, 613
 Boécio, Anício Mânlio Severino, 657
 Bohemer, Just-Henning, 609
 Boerhave, Herman, 119, 121, 123, 149, 183
 Boffi, Angel, 609
 Böhme, Jakob, 215
 Bonfrère, Jacques, 549
 Borrichius, Olavo, 571, 585
 Boyle, Robert, 183, 373, 425
 Brahe, Tycho, 437
 Brisson, Barnabé, 609
 Brucker, João Jacob, 193, 679
 Bruto, Marco Júnio, 225, 589
 Buchanan, Jorge, 613
 Bucher, Gilles, 567, 619
 Budbek, 623
 Budde, I. Franz, 8, 77, 103, 359, 609, 613
 Budé, Guillaume, 599
 Buffier, Claude, 22, 321
 Buonamici, Lázaro, 581, 589
 Burnet, Gilbert, 489, 623
 Buxtorf, Jean-Jacques, 613, 623
 Bzouius, Abraham, 615
- C
- Calmet, Augustin, 413, 493
 Camerarius, Joachim Liebhard, 613
 Camões, Luís de, 277
 Campian, Edmundo, 587
 Cano, Melchior, 87, 571, 577
 Capela, Marciano, 593
 Capitão, Ateio, 609
 Cappel, Louis, 463, 623
 Carísio, Flávio Sosíparo, 587
 Carnéades, 357
 Casa, Giovanni della, 571
 Casaubon, Isaac, 587, 599
 Cassati, Paulo, 437, 447
 Cassini, Giovanni Domenico, 373
 Cássio Longino, Caio, 589
 Catão, Marco Pórcio, 493, 561, 575, 591
 Caussin, Nicolas, 549
 Catulo, Gaio Valério, 241, 589
 Cavalcanti, Bartolomeu, 557
 Cecílio Estácio, 223
 Célio Aureliano, 589
 Cellarius, Christian, 565, 575, 585, 619, 625
 Celso, Aulo Cornélio, 571, 583, 589, 591
 Cesalpino, Andrea, 117
 César, Caio Júlio, 561, 565, 567, 569, 587, 593
 Cévola, Gaio Múcio, 573, 609
 Cícero, Marco Túlio, 17, 27, 41, 51, 59, 61, 65, 67, 77, 115, 129, 143, 201, 227, 249, 261, 275, 277, 325, 339, 357, 365, 367, 371, 391, 397, 433, 437, 459, 469, 475, 481, 483, 497, 499, 517, 559, 565, 567, 569, 571, 575, 577, 581, 583, 585, 587, 589, 591, 593, 599, 601, 615, 619
 Cícero, Quinto, 573
 Clarke, Samuel, 613
 Claudiano, Cláudio, 221, 223
 Clávio, Cristóvão, 549
 Clemente de Alexandria (São), 83
 Clerk, John, 71, 99, 101, 245, 253, 321, 461, 471, 557, 613, 619, 623
 Columela, Lúcio Júnio Moderado, 571, 583
 Conimbricenses, 117, 571
 Connor, Bernard, 139
 Contzen, Adam, 549
 Cordemoy, Giraud de, 561
 Coríngio, Hermano, 603, 609
 Cornelius a Lapide, 549
 Corrado, Quinto Mário, 571, 577, 589
 Corsini, Filippo, 321, 471, 547, 633
 Cortese, Paolo, 571

- Cortesi, Giovanni, 571
 Costa, António Rodrigues da, 619
 Cota, Aurélio, 573
 Crantor, 235
 Crasso, Lúcio Licínio, 493, 573
 Crates de Atenas, 75
 Cremonini, Cesare, 117
 Crisipo, 31, 75, 367
 Crispo, Salústio, 559, 561, 587
 Crosa, João Pedro de, 105, 633, 655
 Crousaz, Jean-Pierre de, 359
 Crusca, Leonardo Salviati, 581
 Cujácio, 571, 609
 Cumano, Rafael, 609, 611
 Cunaeus, Petrus, 575, 577, 585, 613, 619
 Cúrcio Rufo, Quinto, 253, 467, 557, 559, 567, 569, 575, 597, 609, 619
- D**
- Dallaeus, Jean, 599
 Daniel, Pierre, 93, 359
 Dausque, Claude, 625
 De Butrio, António, 611
 Décio, Filipe, 609, 611
 Delan, François, 147
 Demétrio de Falero, 569, 585
 Demócrito, 8, 115, 283, 367, 503
 Demóstenes, 559, 585, 599
 Derham, Guillaume, 613
 Descartes, René, 5, 8, 9, 10, 15, 93, 95, 119, 129, 131, 137, 151, 369, 395, 479, 495, 503, 521, 523, 549, 553, 607, 613
 Deschamps, Jean, 105
 Dickinson, Edmundo, 489
 Dicearco de Messina, 117
 Dídimos, 583
 Diodoro Sículo, 197
 Diógenes, 327, 339
 Diógenes de Apolónia, 8, 115
 Diógenes Laércio, 65, 67, 69, 75, 77, 79, 115, 243, 357, 367, 369, 465
 Dionísio de Corinto, 465
 Dionísio de Halicarnasso, 585
 Dolet, Étienne, 571
 Donato, Élio, 221
- Donelo, Hugo, 609
 Dornmeyer, André Júlio, 589
 Douaren, François, 571, 609
 Dupin, Louis-Ellies, 461
- E**
- Empédocles, 367
 Eneias, 583, 591
 Ênio, Quinto, 591
 Enódio (Santo), 593
 Epicteto, 479
 Epicuro, 8, 77, 79, 115, 141, 207, 221, 263, 367, 369, 499, 503, 673, 681
 Epifânio (Santo), 81
 Erasmo, Desidério, 549, 573
 Escalígero, Júlio César, 549, 557, 623, 625
 Espeusipo, 367
 Espinosa, Bento de, 15, 369, 375, 563
 Estácio, Públio Papínio, 223
 Estaço, Aquiles, 571, 619
 Estagirita, 89, 593
 Estatílio Máximo, 587
 Estrabão, 463, 465
 Estratão de Lâmpsaco, 8, 115
 Euclides de Mégara, 69
 Eudemo de Rodes, 657
 Eunápio, 65
 Eusébio de Cesareia, 369, 465
 Eustrácio de Niceia, 193, 679
- F**
- Fabre, Jean-Claude, 609
 Fabri, Honorato, 495, 553
 Fabrício, João Alberto, 75, 83
 Facciolati, Giacomo, 575
 Fânio Estrabão, Gaio, 573
 Faria, Manuel, 619
 Fedro, 67, 467, 567, 589
 Ferrara, Francisco Silvestre de, 585
 Ficino, Marsílio, 117
 Filóstrato, Flávio, 65
 Flaco, Gaio Valério, 223
 Flamsteed, John, 423
 Flávio Josefo, 623
 Floro, P. Ânio, 225, 253, 569

Foglietta, Uberto, 561, 571, 587
 Fortunato de Bréscia, 471, 537
 Fludd, Robert, 215
 Fonseca, Pedro da, 183, 571
 Fulgósio, Rafael, 609, 611
 Furetière, Antoine, 581

G

Galeno, 603, 615, 657
 Galileu Galilei, 423, 495, 503
 Gassendi, Pierre, 8, 31, 65, 79, 85, 91, 93,
 95, 99, 131, 151, 221, 255, 395, 413,
 503, 521, 533, 537, 553, 613, 673, 679
 Gélio, Aulo, 71, 463, 587
 Genuense, António, 8, 107, 109
 Giphanius, Hubert van, 571
 Górgias de Leontinos, 65, 73, 611
 Gottfried, Jean-Philippe, 483, 609
 Gouveia, António de, 571, 609
 Graciano, Baltasar, 523
 Graciano, Lourenço, 253
 Gravesande, Willem Jacob Storm van's,
 619
 Gravesson, Inácio Jacinto, 475
 Gravina, Gian Vincenzo, 227, 565, 571,
 577, 609
 Grévin, Jacques, 567, 575, 585, 613
 Grócio, Hugo, 393, 477, 481, 485, 487,
 549, 599, 609, 613, 623
 Gruytère, Jan van, 625
 Guericke, Otto de, 373, 421
 Guilherme de Malmesbury, 85
 Gundling, Nicolau Jerónimo, 103

H

Haller, Albrech von, 119, 121, 123, 149
 Hamel, Jean-Baptiste du, 31, 437, 447
 Hansch, Michael-Gottlieb, 539
 Hartfoeker, William, 379
 Hayne, Thomas, 623
 Heinecke, Johann-Gottlieb, 31, 487, 547,
 609
 Helmont, Jean-Baptiste van, 215
 Henrique de Gand, 317
 Heraclito, 235, 283

Hermógenes, 567, 585
 Heródoto, 241, 247
 Herwarth de Hohenbourg, Jean-Georges,
 623
 Heuelius, Johann, 423
 Hilário (Santo), 589
 Hípias de Élide, 65
 Hipócrates de Cós, 469, 503
 Hircio, Aulo, 589
 Hobbes, Thomas, 8, 14, 91, 93, 121, 607
 Holmann, 615
 Homberg, Wilhelm, 183, 447
 Homero, 223, 475, 583
 Hooke, Robert, 183, 379, 423, 425
 Horácio Flaco, Quinto, 197, 223, 241,
 499, 585, 589, 593, 595
 Hottman, François, 609, 613
 Huber, Kurt, 581
 Huet, Pierre Daniel, 15, 93, 359, 369, 375,
 549, 599, 623

I

Inchofer, Melchior, 581
 Ireneu (Santo), 613
 Isócrates, 585
 Iulius, Andreas, 587
 Iunius, Melchior, 557, 575, 577, 589

J

Jâmblico, 479
 Jasão, 609
 Jerónimo (São), 465, 577, 589
 João Crisóstomo (São), 585
 João de Salisbúria, 193
 Justino (São), 613

K

Keill, John, 619
 Kepler, Johann, 423
 Kingo, Thomas Hansen, 119
 Kircher, Athanasius, 383, 623

L

La Peyronie, François Gigot de La, 121
 Labbé, Philippe, 117, 535

- Labeão, Marco Antístio, 609
Labério, C. Décio, 589
Labitte, Jacques, 483
Laboureur, Jean Le, 581
Lactâncio, Lúcio Cecílio Firmiano, 221, 517, 571, 577, 589, 613, 681
Lamy, Bernard, 461, 547
Lange, Joachim, 143
Langlet, Pierre de, 455, 471
Latino Pacato, Drepânio, 585
Launoy, Jean de, 81, 83, 85, 467
Laurent, Gaspar, 567, 585
Leandro de São Martinho, 413
Leão Africano, 85
Leuwenhoeck, Antony van, 183, 379, 425, 613
Leibniz, Gottfried Wilhelm, 93, 97, 105, 137, 141, 143, 395, 479, 503, 613, 633
Lélio, Gaio, 573
Lenfant, Jacques, 95
Leonicus Thomeus, Nicolau, 603
Leucipo, 503
Lightfoot, John, 613
Linacer, Thomas, 571
Lipsius, Iustus, 597, 625
Lívio, Tito, 253, 559, 567, 569, 589, 591
Locke, John, 6, 8, 9, 10, 11, 14, 18, 22, 97, 99, 101, 123, 131, 141, 177, 673
Longino, Cássio, 567, 585
Longólio, Cristóvão, 589
Lucano, Marco Aneu, 221, 223, 273, 595
Lucas, Paul, 383
Luciano de Antioquia (São), 561, 573, 585
Lúcio (vd. Séneca, Lúcio)
Lucrécio Caro, Tito, 9, 115, 121, 129, 143, 197, 221, 277, 499, 583, 589, 681
Ludovici, Godofredo, 141
Lutero, Martinho, 369
- M**
Mabillon, Jean, 463
Maffei, Gian Pietro, 587, 619
Maioraggio, Marco António, 571, 573, 585, 603
Malebranche, Nicolas, 8, 9, 10, 15, 95, 99, 123, 143, 369, 377, 395, 521, 607, 619
Manílio, Mânio, 583
Manúcio, Paulo, 571, 589, 625
Maquiavel, Nicolau, 495
Marcial, Marco Valério, 215, 217, 219, 221, 223, 241, 593
Marco Aurélio, 479
Mariotte, Edme, 99, 101, 373, 421, 443
Marsham, John, 623
Martínez, Eugénio, 571
Massaeus, Chrétien, 619
Massúrio Sabino, 609
Mela, Pompónio, 571, 583
Melitão, Francisco, 613
Menchen, Otão, 391, 613
Menedemo de Rodes, 433
Menochius, João Estêvão, 413
Mersenne, Marin, 383
Milton, John, 89
Minúcio Félix, 571, 589
Modestino, Herénio, 609
Montaigne, Michel Eyquem de, 123
Montfaucon, Bernard de, 463, 623
More, Henry, 137
Morin, Étienne, 623
Mosheim, Johann Lorenz von, 581
Muret, Marco António, 565, 567, 571, 575, 585, 609, 619
Musschembroeck, Pedro van, 183, 425
- N**
Naudé, Filipe, 609
Nausífanos, 77
Nazianzeno, Gregório, 81, 585
Nepos, Cornélio, 241, 247, 483, 567, 569, 575, 587, 589, 591, 593
Newton, Isaac, 381, 413, 495, 503, 549, 613
Nício de Éritras, 573, 577
Nicole, Pierre, 95
Nieuwentyt, Bernard, 147, 373
Nisseno, Diogo, 585
Nizzoli, Mário, 8, 87, 589
Núñez, J. Pedro, 585, 603

O

Oleário, Godofredo, 81
 Oliva, Hernan Perez de, 587
 Oliveira, Isidoro de, 619
 Olivi, Pedro João, 117
 Onkelos, 623
 Orígenes de Alexandria, 463
 Osório, Jerónimo, 571, 619
 Otomano, 571
 Ovídio Nasão, Públio, 223, 241

P

Pacúvio, Marco, 583, 591
 Paleário, Aónio, 567, 585, 619
 Panfilo, 77
 Papias (São), 613
 Papiniano, Aemilius, 609
 Paracelso, 215
 Parménides, 7, 8, 65, 115, 367, 439
 Patérculo, Veleio, 253, 567, 569, 597
 Patrizzi, Francesco, 69, 75, 561
 Paulo, Júlio, 609
 Pausânias, 241, 247
 Pedro Vitório, 539
 Perpilhão, Pedro, 567, 571, 585, 619
 Pérsio Flaco, Aulo, 593
 Petau, Dionísio, 81, 179, 193, 253, 413, 577, 587, 599, 679
 Petrónio Árbitro, Gaio, 599
 Pico della Mirandola, Giovanni, 549, 571
 Piccolomini, Eneas Sílvio, 603
 Pignoria, Lourenço, 623
 Píndaro, 593
 Pirro, 77, 357
 Pitágoras, 8, 115, 503
 Platão, 7, 8, 9, 67, 69, 83, 115, 127, 129, 151, 191, 193, 197, 199, 235, 367, 439, 475, 479, 495, 503, 575, 583, 679
 Plauto, Tito Mácio, 241, 567, 573, 575, 591, 593
 Plínio Cecílio Segundo, Gaio, 585, 589
 Plínio Segundo, 569
 Plotino, 117, 479
 Plutarco, 115, 117, 129, 221, 243, 251, 367, 475, 481, 681

Poggiani, Giulio, 571
 Poirret, Pierre, 607
 Pole, Reginald, 571
 Políbio, 237, 493
 Polício, António, 565
 Politi, Alessandro, 585
 Pomponazzi, Pietro, 117, 369, 603
 Pompónio Leto, 589
 Pórcio, Simão, 117
 Porfírio, 71, 479, 657
 Proclo, 479
 Pródico de Cós, 65
 Propércio, Sexto, 241, 589, 593
 Protágoras de Abdera, 65, 283, 357, 367
 Pufendorf, Samuel, 477, 481, 485, 487, 609
 Purchot, Edmundo, 137, 619
 Puteau, Erycius, 597

Q

Quintiliano, Marco Fábio, 469, 577, 585, 589, 591, 599

R

Ramus, Petrus, 5, 8, 87, 89, 91, 547, 571
 Rapin, René, 561
 Régis, Pierre-Sylvain, 31, 137, 521, 613
 Regnault, Pierre, 43
 Reimann, Joseph-Friedrich, 143
 Reinhold, Jean, 483
 Reita, André, 423
 Richelet, Pierre-César, 581
 Rigord, Jean-Pierre, 83
 Ringelbergh, Joachim Sterk van, 581
 Roberval, Gilles Personier de, 613
 Rosset, François de, 119
 Rohault, Jacques, 619
 Rudiger, André, 8, 103, 453, 547, 607, 609
 Rufino de Aquileia, 589

S

Sadoleto, Jacopo, 571
 Sagittarius, Gaspar, 589
 Saguens, Ioannes, 553
 Salernitano, 583
 Salian, Jacques, 413

- Saliceto, Guilherme de, 611
 Salmanticenses, 413
 Salústio Crespo, Gaio, 253, 567, 569, 575
 Samónico, Quinto Sereno, 589
 Sanches, Francisco, 357
 Sánchez, Francisco, 557
 Sardo, Alessandro, 561
 Saumaise, Claude, 549, 587, 599
 Scheffer, Jean, 569
 Scherb, Filipe, 603
 Schopp, Gaspar, 557, 587
 Schott, André, 571, 587
 Schott, Gaspar, 383
 Schurtzfleisch, Henrique Leonardo, 567, 575
 Selden, João, 549, 599, 609, 613
 Séneca, Lúcio Aneu, 479, 569, 583, 669
 Senguerd, Arnaud, 637
 Sepúlveda, Juan Ginés de, 571, 603
 Serário, Nicolau, 549
 Seripando, Jerónimo, 571
 Sérvio Honorato, Mário, 221, 679
 Severo, Septímio, 589
 Sexto Empírico, 65, 69, 79, 357, 367
 Sidónio Apolinar, 593
 Sigismundo de Bolonha, 625
 Sigonius, Carlo, 237, 413, 571
 Silburg, Frederico, 623,
 Sílio Itálico, Tibério Cácio Ascónio, 589
 Simon, Richard, 199, 493
 Sirleto, Guilherme, 571
 Siro, Publílio, 589
 Sluse, Renato Francisco Walter de, 581
 Socini, Lelio, 363
 Sócrates, 7, 65, 67, 69, 243
 Solino, Caio Júlio, 587
 Sória, Francisco António, 471, 513
 Sozzini, Alexandre, 611
 Stanley, Thomas, 79
 Stolle, Teófilo, 107
 Strada, Famiano, 587
 Straebeus, Jacques-Louis, 557, 571
 Struve, Burkard-Gotthelf, 107
 Sturm, João, 147, 373, 383, 557, 571, 613
 Suetónio, Gaio, 587
 Sulpício Severo, 573, 589, 609
 Syrbius, Jean-Jacques, 103, 547
- T**
 Tácito, Cornélio, 223, 225, 253, 267, 269, 567, 569
 Tartaglia, Niccolo Fontana, 611
 Taubmann, Frederico, 581, 587, 589
 Taurell, Nicolau, 603
 Teissier, António, 87
 Teócrito, 241
 Teofrasto, 31, 77, 215, 463, 465, 583, 657
 Terêncio Africano, Públio, 241, 399, 567, 573, 575, 589, 593
 Tertuliano, Quintus Septimius Florens, 589, 593
 Thomasius, Christian, 8, 69, 95, 99, 101, 103, 369, 477, 485, 487, 539, 609
 Thomasius, Jacob, 77, 603
 Thomassin d'Eynac, Luís, 599, 623
 Thuanus, Christoph, 87, 569
 Thümming, Luís Filipe, 523
 Tibulo, Álbio, 241, 589, 593
 Timpler, Clemente, 585
 Tirinus, Jaime, 413
 Titius, Gerhard, 487
 Tomás de Aquino (São), 521
 Torricelli, Evangelista, 387
 Tosca, Tomás Vicente, 523
 Tostado, Afonso, 413
 Tournéllly, Honoré, 253
 Toxitenius, Michael, 215
 Trasímaco, 65
 Tschirnhausen, Ehrenfried Walter von, 105
 Tucídides, 565, 569
 Turnèbe, Adrien, 549
 Turré, Étienne, 475
- U**
 Uffer, 613
 Ulpiano, Domício, 609
- V**
 Vadingo (Frei Lucas), 117
 Valeriano, João Pedro, 623

Valla, Lorenzo, 8, 87, 585
Varrão, Marco Terêncio, 391
Vavasseur, François, 575
Vayer, François Mottaëus, 359
Vegécio, Flávio Renato, 589
Veleio, Caio, 573
Victor, Pierre, 495, 603
Vieussens, Raymond, 119
Virgílio Marão, Públio, 219, 221, 223, 273,
475, 499, 589, 593, 599, 679, 681
Vives, Juan Luís, 8, 73, 85, 87, 571, 573,
575
Voëtius, Gisbert, 613
Vorstius, Everard van, 589
Vossioro, 613
Vossius, Gérard Ioannes, 549, 557, 613, 625
Vossius, Gérard Joseph, 585, 587, 599

W

Walch, Jean-Georg, 69, 77, 91, 95, 99,
107, 581, 583, 587, 673
Wallis, John, 495
Walton, Brian, 623
Werenfels, Samuel, 213, 593
Whiston, Guilherme, 489
Willis, Thomas, 119, 147
Winslow, Jacob Benignus, 145
Wolff, Christian, 8, 31, 105, 123, 141, 143,
171, 173, 293, 295, 315, 395, 479, 503,
509, 511, 517, 519, 523, 547, 555, 609,
619
Wower, João, 463
Wyclif, John, 533, 535

X

Xenócrates de Calcedónia, 77
Xenófanés, 73, 235, 357, 367
Xenofonte, 67, 565

Z

Zabarella, Francisco, 603
Zamoyski, André, 237
Zeisold, Walter, 489
Zenão de Cício, 75
Zenão de Eleia, 7, 65, 73, 83, 237, 357

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	5
TEXTO E TRADUÇÃO.....	23
[Dedicatória ao Rei D. José].....	29
[Saudação aos Jovens Portugueses].....	37
Prefácio à segunda edição.....	49

LIVRO PRIMEIRO

História da Lógica

Cap. I – Divisão e plano da obra.....	57
Cap. II – A lógica dos mais antigos.....	63
Cap. III – A origem da lógica entre os Gregos.....	65
Cap. IV – A lógica dos cristãos e a dos Árabes.....	81
Cap. V – A lógica dos escolásticos e a correcção que alguns empreenderam.....	85
Cap. VI – A correcção da lógica.....	91
Cap. VII – A instauração de uma lógica mais útil.....	97

LIVRO SEGUNDO

Natureza e necessidade da lógica

Cap. I – De que partes é composto um animal racional, e a sede da alma.....	113
Cap. II – A actividade do espírito humano e a diversidade das suas operações.....	121
Cap. III – As opiniões dos filósofos sobre o modo como a mente adquire as ideias das coisas, e qual delas é mais verosímil.....	127
Cap. IV – Demonstra-se por outros argumentos que as nossas ideias não são inatas.....	137
Cap. V – A função dos sentidos na aquisição das ideias.....	145
Cap. VI – Até que ponto os conhecimentos humanos são falazes e qual a razão.....	149
Cap. VII – Quais os temas lógicos que devem ser antepostos aos outros.....	151

LIVRO TERCEIRO

As ideias e os seus sinais

PRIMEIRA PARTE: AS IDEIAS

Cap. I – As ideias em relação com a sua origem.....	161
Cap. II – Como são realmente as ideias.....	163
Cap. III – O modo como as ideias representam os objectos à mente	165
Cap. IV – As ideias referentes aos objectos, ou seja, as ideias de «substância», de «característica» e de «relação».....	175
Cap. V – As ideias referentes aos objectos, ou seja, as ideias singulares, particulares e universais	185

SEGUNDA PARTE: OS SINAIS DAS IDEIAS

Cap. I – A natureza, a utilidade e o uso da linguagem	197
Cap. II – As espécies de palavras de que as pessoas se servem	209
Cap. III – O uso das palavras, sobretudo na filosofia.....	211
Cap. IV – Os vocábulo relativos às ideias obscuras, claras e confusas.....	229
Cap. V – Os vocábulo relativos às substâncias, aos modos e às relações.....	235
Cap. V – Os vocábulo relativos às ideias abstractas	249

LIVRO QUARTO

O juízo e o raciocínio

PRIMEIRA PARTE: O JUÍZO

Cap. I – A natureza do juízo	259
Cap. II – A expressão verbal do juízo ou a proposição.....	261
Cap. III – A matéria da proposição.....	267
Cap. IV – A forma da proposição.....	277
Cap. V – A quantidade da proposição	279
Cap. VI – Algumas proposições usadas pelos filósofos	289

SEGUNDA PARTE: O RACIOCÍNIO

Cap. I – A natureza do raciocínio	303
Cap. II – A expressão do raciocínio ou o silogismo	311
Cap. III – O modo de investigar a consistência do raciocínio.....	321
Cap. IV – O modo de descobrir a ideia média	341

LIVRO QUINTO

O conhecimento da verdade

PRIMEIRA PARTE: A VERDADE CERTA

Cap. I – Como se adquire geralmente a verdade.....	355
Cap. II – Os graus pelos quais alcançamos a verdade.....	361
Cap. III – O modo de conhecer a verdade certa	365
Cap. IV – Os enganos dos sentidos que dificultam o conhecimento da verdade.....	377
Cap. V – As disposições da vontade que impedem a obtenção da verdade.....	389
Cap. VI – Os enganos da mente que impedem a descoberta da verdade	401
Cap. VII – O modo de alcançar a verdade certa pela experiência	417
Cap. VIII – O modo de alcançar a verdade certa pela demonstração e de refutar as falácias.....	427
Cap. IX – Consequência da demonstração, ou a ciência. E ainda sobre a fé em geral.....	445

SEGUNDA PARTE: A VERDADE PROVÁVEL

Cap. I – A verdade provável em geral.....	449
Cap. II – A probabilidade histórica	453
Cap. III – Os erros dos livros. E o modo de distinguir os livros não adulterados dos corrompidos, e os verdadeiros dos supositícios.....	461
Cap. IV – O testemunho divino.....	471
Cap. V – A probabilidade hermenêutica	477
Cap. VI – A probabilidade moral e física	493

LIVRO SEXTO

A investigação e a exposição da verdade

PRIMEIRA PARTE: A INVESTIGAÇÃO DA VERDADE

Cap. I – O correcto procedimento da reflexão	503
Cap. II – O correcto procedimento da leitura.....	513
Cap. III – O devido modo de proceder à disputa.....	525

SEGUNDA PARTE: A EXPOSIÇÃO DA VERDADE

Cap. I – O modo de transmitir a verdade, sobretudo pela conversação.....	543
Cap. II – O modo de transmitir a verdade pelos livros escritos	555

Cap. III – A extirpação do pedantismo retórico.....	579
Cap. IV – A extirpação do pedantismo filosófico.....	603
Cap. V – A utilidade da lógica	617

APÊNDICE

A arte silogística

Cap. I – Figuras dos silogismos.....	631
Cap. II – Regras gerais dos silogismos	633
Cap. III – Regras particulares das figuras.....	643
Cap. IV – Os silogismos singulares e compostos.....	659

ANEXOS	671
--------------	-----

ÍNDICE IDEOGRÁFICO.....	697
-------------------------	-----

ÍNDICE ONOMÁSTICO	701
-------------------------	-----

(Página deixada propositadamente em branco)

